JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Água Boa 5
Camara Municipal de Apiacás 5
Camara Municipal de Cáceres 5
Camara Municipal de Confresa 6
Camara Municipal de Conquista D`Oeste 6
Câmara Municipal de Lambari D'Oeste 6
Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento 8
Camara Municipal de Paranatinga 8
Camara Municipal de Poconé 8
Camara Municipal de Porto Esperidião 9
Camara Municipal de Porto Estrela 9
Camara Municipal de Santa Rita do Trivelato 11
Câmara Municipal de São José do Rio Claro 12
Camara Municipal de Terra Nova do Norte 12
Camara Municipal de União do Sul 13
Camara Municipal de Várzea Grande 20
Camara Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 20
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 21
Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá – CIDES-VRC 22
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Garças/Araguaia - CISRGA 22
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 23
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia 23
Consórcio Intermunicipal do Norte Araguaia 23
Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – Coress/MT 24
Prefeitura Municipal de Água Boa 26
Prefeitura Municipal de Alto Garças 30
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 31
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 55
Prefeitura Municipal de Apiacás 59
Prefeitura Municipal de Araguaiana 72
Prefeitura Municipal de Arenápolis 73
Prefeitura Municipal de Aripuanã 73
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 74
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia 75
Prefeitura Municipal de Cáceres 83
Prefeitura Municipal de Campinápolis 98
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 99
Prefeitura Municipal de Campo Verde 103
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 107
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 108
Prefeitura Municipal de Canarana 109
Prefeitura Municipal de Carlinda 114
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 323
Prefeitura Municipal de Cláudia 323
Prefeitura Municipal de Colíder 325
Prefeitura Municipal de Colniza 329
Prefeitura Municipal de Comodoro 331
Prefeitura Municipal de Confresa 333
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 338
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 342
Prefeitura Municipal de Cuiabá 342
Prefeitura Municipal de Denise 342

Prefeitura Municipal de Diamantino 342
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 343
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 345
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 350
Prefeitura Municipal de Itanhangá 350
Prefeitura Municipal de Itiquira 352
Prefeitura Municipal de Jaciara 369
Prefeitura Municipal de Jangada 369
Prefeitura Municipal de Jauru 369
Prefeitura Municipal de Juara 371
Prefeitura Municipal de Juína 377
Prefeitura Municipal de Juruena 420
Prefeitura Municipal de Juscimeira 421
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 424
Prefeitura Municipal de Luciara 448
Prefeitura Municipal de Matupá 451
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 482
Prefeitura Municipal de Nobres 492
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 493
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 503
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 508
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 509
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 514
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 517
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 520
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 522
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 522
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 526
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 527
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 528
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 529
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 530
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 537
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 537
Prefeitura Municipal de Paranatinga 537
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 583
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 587
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 587
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 590
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 591
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 593
Prefeitura Municipal de Poxoréu 595
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 598
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 600
Prefeitura Municipal de Rio Branco 601
Prefeitura Municipal de Rondolândia 601
Prefeitura Municipal de Rondonópolis 602
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 602
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 603
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 603
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 608
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 608
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 609
Prefeitura Municipal de São José do Povo 610
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 612
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 614
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 615
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 617
Prefeitura Municipal de Tabaporã 617
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 618
Prefeitura Municipal de União do Sul 620
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 623
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 624

Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 632
Prefeitura Municipal de Vila Rica 634

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2021/2023

Presidente de Honra: José Eduardo Botelho

Presidente: Neurilan Fraga (PL) - Ex-prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite (Solidariedade) - prefeita de São Félix do Araguaia

Segundo Vice-Presidente: Marcelo de Aquino (PL) - prefeito de General Carneiro

Terceiro Vice-Presidente: Marilza Augusta de Oliveira (MDB)- prefeita de Nova Brasilândia

Quarto Vice-Presidente: Edu Laudi Pascoski (PL)- prefeito de Itanhangá

Quinto Vice-Presidente: Valdecio Luiz da Costa (PL)- prefeito de Dom Aquino

Secretário Geral: Daniel Rosa do Lago (PDT) - Prefeito de Porto Alegre do Norte

Primeiro Secretário: Leocir Hanel (PSDB) - prefeito de Nobres

Segundo Secretário: José Guedes de Souza (MDB) - prefeito de Rondolândia

Tesoureiro Geral: Silmar de Souza Gonçalves (DEM) - prefeito de Nossa Senhora do Livramento

Primeiro Tesoureiro: Alex Steves Berto (Solidariedade) - prefeito de Rosário Oeste

Segundo Tesoureiro: Altamir Kurten (PSDB) - prefeito de Cláudia

Conselho Fiscal:

1º Jacob Andre BringsKen (MDB) - prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade

2º Márcio Conceição Nunes de Aguiar (PSB) - prefeito de Cocalinho

3º Jadilson Alves de Souza (Republicanos) - prefeito de Curvelândia

Suplentes Fiscais:

1º Héctor Alvares Bezerra (PSL) - prefeito de Mirassol D'Oeste

2º Ederson Figueiredo (PP) - prefeito de Arenápolis

3º Julio Cesar dos Santos (MDB) - prefeito de Apiacás

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva - (65) 2123-1270

(65) 9 9931-8446

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
PORTARIA Nº. 009/2021

"Nomeia Servidor Para Responder pelo Cargo de Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Água Boa. "

Luís César de Lara Pinto Filho, Presidente da Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais que são conferidas:

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear **Bruno Simitan Segatto**, Portador do Rg. 20214065 SSP/MT, CPF: 029.402.171-06, residente Av. Norberto Schwantes nº. 225 – Bairro Centro na cidade de Água Boa - MT, para responder pelo cargo de Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Água Boa.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 01 de fevereiro 2021.

Publique-se dê-se ciência, e cumpra-se.

Luís César de Lara Pinto Filho

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE APIACÁS

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
PORTARIA Nº 014/2021

PORTARIA Nº 014/2021

Súmula: "Dispõe sobre a anulação do ato da portaria 013/2021, e dá outras providências".

O Presidente **Leilson Balduino Feitosa**, Presidente do Legislativo Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei

RESOLVE,

Art. 1º Anular o ato da portaria 013/2021 queNomeia a servidora Mikaely pereira cardoso, CPF nº 049.884.041-70, para exercer o cargo comissionado de **Chefe de Divisão Administrativa da Câmara Municipal de Apiacás/MT.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Apiacás/MT, 02 de fevereiro de 2021.

Leilson Balduino Feitosa

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
RETIFICAÇÃO N° 001/21

PREGÃO ELETRÔNICO N° 017/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N° 021/2020

JUSTIFICATIVA

Considerando que há erros ao enviar carga ao APLIC na numeração do presente processo licitatório, faz jus a seguinte alteração:

ONDE SE LÊ:

PREGÃO ELETRÔNICO N° 017/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N° 021/2020

LEIA-SE:

PREGÃO ELETRÔNICO N° 003/2021

PROCESSO LICITATÓRIO N° 003/2021

Permanecem inalterados os demais itens do Termo de Referência.

Cáceres-MT, 02 de fevereiro de 2021.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres-MT

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 061/2021

"*Dispõe sobre a nomeação do Senhor JULICLEI GOMES DE ALMEIDA e dá outras providências.*"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais.

Considerando o que consta no referente Processo submetido ao Protocolo sob nº 0189, de 27 de janeiro de 2021, deste Poder Legislativo Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o Senhor **JULICLEI GOMES DE ALMEIDA**, portador do Registro Geral – RG sob nº. 1862240-2/SSP-MT e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob nº 028. 718.961-94, para exercer o cargo em comissão de Diretor da Secretaria de Contabilidade e Finança da Câmara Municipal de Cáceres-MT, nível CC-02, a que alude o Anexo II da Lei Complementar nº 111, de 10 de fevereiro de 2017, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social-INSS, a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 01 de fevereiro de 2021.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
RETIFICAÇÃO N° 001/21

PREGÃO ELETRÔNICO N° 015/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N° 019/2020

JUSTIFICATIVA

Considerando que há erros ao enviar carga ao APLIC na numeração do presente processo licitatório, faz jus a seguinte alteração:

ONDE SE LÊ:

PREGÃO ELETRÔNICO N° 015/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N° 019/2020

LEIA-SE:

PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2021

PROCESSO LICITATÓRIO N° 002/2021

Permanecem inalterados os demais itens do Termo de Referência.

Cáceres-MT, 02 de fevereiro de 2021.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres-MT

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 063/2021

"*Dispõe sobre a nomeação de servidor para prestar apoio técnicos imprescindíveis ao funcionamento das sessões legislativas e dá outras providências.*"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, nos termos da Lei nº 2.524 de 03 de março de 2016, alterada pela Lei n° 2.595 de 02 de agosto de 2017 e pela Lei nº 2.838, de 05 de março de 2020.

Considerando o que consta no referente Processo submetido ao Protocolo sob nº 0291, de 01 de fevereiro de 2021, deste Poder Legislativo Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o servidor, abaixo relacionado, para prestar apoio técnicos imprescindíveis ao funcionamento das sessões legislativas ordinárias e extraordinárias ou prestar auxílio técnico as comissões parlamentares, a partir do dia 01 de fevereiro de 2021:

MATRÍCULA	SERVIDOR
0539	CHARLES FINNEY DALBEM BARBOSA

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 01 de fevereiro de 2021.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 062/2021

"*Dispõe sobre a nomeação do Senhor FERNANDO ANDRÉ ABREU DO ESPIRITO SANTO e dá outras providências."*

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais.

Considerando o que consta no referente Processo submetido ao Protocolo sob nº 0192, de 27 de janeiro de 2021, deste Poder Legislativo Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o Senhor **FERNANDO ANDRÉ ABREU DO ESPIRITO SANTO**, portador do Registro Geral – RG sob nº. 2034657-3/SSP-MT e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob nº 027.810.301-47, para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico Parlamentar da Câmara Municipal de Cáceres-MT, nível CC-03, a que alude o Anexo II da Lei Complementar nº 111, de 10 de fevereiro de 2017, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social-INSS, a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 01 de fevereiro de 2021.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CAMARA MUNICIPAL DE CONFRESA

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 3º QUADRIMESTRE 2020

MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT - PODER LEGISLATIVO CAMARA MUNICIPAL DE CONFRESA RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 3o Quadrimestre de 2020

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6	RS 1,00

RECEITA CORRENTE LIQUIDA	VALOR ATÉ 0 QUADRIMESTRE/SEMESTRE
Receita Corrente liquida	103.253.973.48

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	2.201.717,08	2,13
Limite Máximo (incisos 1, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	6.195.238,41	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	5.885.476,49	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1° do art. 59 da LRF) - <%>	5.575.714.57	5,40

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

FONTE:

CAMARA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

CAMARA MUNICIPAL
ATA DE ELEIÇÃO PARA O CARGO DE 1º SECRETÁRIO DA MESA DIRETORA PARA O BIENIO 2021/2022

Ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, as 10:00 horas, nesta cidade de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Conquista D'Oeste, situado à Avenida das Acácias, n° 245, em reunião para eleição do cargo de 1º secretário da Mesa Diretora biênio, reuniu-se a Câmara Municipal de Conquista D'Oeste. Presentes os Vereadores Edson Marcos Rodrigues que presidiu, Hermes José Medeiros que a secretariou, Marcelino Barbosa Prates, Bruno Nunes Silva, Ana Paula Pimentel, Daniel Alves e Vanderlei Rodrigues. Dando inicio a reunião o senhor presidente informou que diante do afastamento do vereador Noel de Souza, atual titular do cargo de 1º secretário da Mesa Diretora da Câmara, onde o mesmo foi nomeado pela prefeita municipal para assumir o cargo de secretário municipal, e dessa forma é necessário a eleição para o respectivo cargo vago nos termos do art. 11 § 3º do Regimento Interno. Iniciado os trabalhos foi escolhido por aclamação o vereador Bruno Nunes Silva que assumirá, portanto, o cargo de 1º secretário da Câmara Municipal de Conquista D' Oeste. Dessa forma a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Conquista D' Oeste para o biênio 2021/2022 ficou assim composta; Presidente: Vereador Edson Marcos Rodrigues; Vice-Presidente: Vereador Marcelino Barbosa Prates; 1º Secretário: Vereador Bruno Nunes Silva; 2º Secretário: Vereador Hermes José Medeiros. Para constar lavrou-se a presente Ata, que achado conforme vai assinado pelo Nobre Presidente, por mim secretário e demais Vereadores.

Vereador – Edson Marcos Rodrigues Vereador – Bruno Nunes Silva

Vereador – Marcelino Barbosa Prates Vereador – Daniel Alves

Vereador – Hermes José MedeirosVereador – Vanderlei Rodrigues

Vereadora – Ana Paula Pimentel

CÂMARA MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE

PORTARIA Nº 06/2021

PORTARIA Nº 06/2021,

DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Caixa de Texto: "Designa a Servidora efetiva Maria Beatriz Morais para responder pela Ouvidoria da Câmara Municipal de Lambari D'Oeste-MT, no exercício de 2020".

O Presidente da Câmara Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 29, inciso II da Lei Orgânica do Município c/c o art.28, inciso XIV do Regimento Interno desta Casa de Leis, RESOLVE:

Art. 1º Designar a Servidora Efetiva Maria Beatriz Morais, para responder pela Ouvidoria da Câmara Municipal de Lambari D'Oeste-MT.

Parágrafo único. A presente nomeação não acarretará nenhum acréscimo na remuneração da referida servidora, porém serão custeadas todas as despesas pela Câmara Municipal, no exercício das atividades atinentes as suas atribuições de Ouvidora.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, Edifício Sede do Poder Legislativo Municipal, aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

EDEMARCIO PEREIRA LOPES

Presidente da Câmara

PORTARIA Nº 007/2021

PORTARIA Nº 007/2021,

DE 19 DE JANEIRO DE 2021

Caixa de Texto: "Concede elevação de nível ao servidor efetivo JOSÉ SANTANA LEITE. "

O Presidente da Câmara Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 29, inciso II da Lei Orgânica do Município c/c o art.28, inciso XX do Regimento Interno;

Considerando ainda as disposições contidas no art. 23, da Lei Municipal nº 381/2010;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a progressão funcional ou promoção vertical por meio da evolução nos níveis da carreira, passando o referido servidor do nível 04 (quatro) para o nível 05 (cinco), por ter cumprido o interstício de 03 (três) anos no nível anterior – 02/01/2018 a 01/01/2021, nos termos da redação do art. 23, da Lei Municipal nº 381/2010.

Art. 2º Caberá ao Departamento Administrativo e Financeiro desta Casa, as providências necessárias ao fiel cumprimento desta Portaria, nos termos da legislação em vigor.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente, Edifício Sede do Poder Legislativo Municipal, aos dezenove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

EDEMARCIO PEREIRA LOPES

Presidente da Câmara

PORTARIA Nº 08/2021

PORTARIA Nº 08/2021,

DE 29 DE JANEIRO DE 2021

"Concede férias ao Servidor Efetivo JOSÉ SANTANA LEITE, e dá outras providências

O Presidente da Câmara Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 29, inciso II da Lei Orgânica do Município c/c o art. 28, inciso XX do Regimento Interno; e

Considerando Requerimento protocolizado nesta Casa de Leis sob o nº 003, de 29/01/2021.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias correspondentes ao período aquisitivo e de gozo ao servidor público municipal, como segue:

Servidor: **JOSÉ SANTANA LEITE**

Órgão: Câmara Municipal de Lambari D'Oeste

Função: Técnico em Informática

Período aquisitivo: 02/01/2020 à 01/01/2021

Período de gozo: 01/02/2021 à 20/02/2021

Período trabalhado e remunerado: 21/02/2021 à 02/03/2021

Art. 2º Caberá ao Departamento Administrativo e Financeiro desta Casa as providências requeridas, nos termos da legislação em vigor.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente, Edifício Sede do Poder Legislativo Municipal, aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

EDEMARCIO PEREIRA LOPES

Presidente da Câmara

PORTARIA Nº 04/2021

PORTARIA Nº 04/2021

DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Caixa de Texto: "Institui Comissão Permanente de Licitação/CPL do Poder Legislativo Municipal, para o exercício financeiro de 2021".

CELSO PEREIRA DOS SANTOS – Servidor Efetivo

Vice-Presidente: - **ISRAEL SEBASTIÃO TENÓRIO** - Vereador

Secretária: **MARIA BEATRIZ MORAIS** – Servidora Efetiva

Art. 2º A presente comissão, terá a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes, nos termos da Legislação em vigor.

Art. 3º A investidura dos membros da Comissão não excederá a 01 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para o ano subsequente.

Art. 4º Os membros da Comissão, responderão solidariamente por todos os atos praticados no exercício de suas funções, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada, e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

Art. 5º Os membros da Comissão Permanente de Licitação, não receberam nenhuma remuneração ou gratificação pelo exercício da função, todavia quando em exercício de suas funções, junto a Comissão terão assegurados o pagamento de todas as eventuais despesas com deslocamento, hospedagem, etc., quando imprescindíveis para a execução dos serviços específicos ao funcionamento da Comissão.

Art. 6º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, Edifício Sede do Poder Legislativo Municipal, aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

EDEMARCIO PEREIRA LOPES

Presidente da Câmara

PORTARIA Nº 05/2021

PORTARIA Nº 05/2021,

DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Caixa de Texto: "Designa o servidor efetivo José Santana Leite para responder pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução dos

Contratos Administrativos a serem firmados com o Poder Legislativo Municipal, no exercício de financeiro de 2021”

O Presidente da Câmara Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 29, inciso II da Lei Orgânica do Município c/c o art.28, inciso XIV do Regimento Interno desta Casa de Leis, e

Considerando que a Câmara Municipal de Lambari D'Oeste, possui uma estrutura administrativa diminuta, o que resultará em pouquíssimos contratos administrativos firmados durante o presente exercício,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Servidor Efetivo José Santana Leite, para responder pelo **acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução dos contratos administrativos**, a serem firmados por este Poder Legislativo Municipal, no decorrer do exercício financeiro de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, Edifício Sede do Poder Legislativo Municipal, aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

EDEMARCIO PEREIRA LOPES

Presidente da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT
RESOLUÇÃO Nº 01/2021

RESOLUÇÃO Nº 01/2021

Dá nova redação ao artigo 105 do Regimento Interno da Câmara Municipal Nossa senhora do Livramento.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos Artigos 139, Inciso III e 145 §1º Alínea d e paragrafo 3º do Regimento Interno da Câmara Municipal Nossa Senhora do Livramento.

Resolve :

ART. 1º – O Regimento Interno passa Vigorar com a seguinte redação :

“ Art. 105- As Sessões Ordinárias serão realizadas as 19:00 horas das primeiras e penúltimas terça feira de cada mês”.

ART. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua Publicação Revogando as disposições em contrário .

Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento, 02 de fevereiro de 2021.

MANOEL GONÇALO DE CAMPOS

Vereador

JOÃO FERNANDO NASCIMENTO

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2021

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 002/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2021

CONTRATADA:

MONIKE KAROLINA RODRIGUES RIBEIRO 04553344122.

AVENIDA DOS BANDEIRANTES, Nº S/N – NOVO HORIZONTE.

PARANATINGA – MT CEP: 78870-000.

CNPJ: 40.390.297/0001-63.

FANTASIA – ALFA REFRIGERAÇÃO.

DATAS:

DA JUSTIFICATIVA: 20/01/2021.

DA AUTORIZAÇÃO: 25/01/2021.

DA CONTRATAÇÃO: 01/02/2021.

VALOR DA CONTRATAÇÃO:

R$ 15.960,00 (QUINZE MIL NOVECENTOS E SESSENTA REAIS).

OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO: **MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO, HIGENIZAÇÃO E RECARGA DE GÁS PARA O LEGISLATIVO MUNICIPAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT.**

CÓDIGO TCE / UNIDADE DE FORNECIMENTO.

Cód. 00022446. Un. Forn. 01.

PARANATINGA – MT, 01 de Fevereiro De 2021.

_____

Cleiton Rodrigues da Silva.

Presidente da Câmara Municipal - Gestão 2020/2021.

CAMARA MUNICIPAL DE POCONÉ

CÂMARA MUNICIPAL
COVID-19: P O R T A R I A NO 020/2021.

P O R T A R I A No 020/2021.

Considerando as medidas de prevenção a disseminação ao Coronavírus - COVID- 19 e seguindo as diretrizes do Ministério da Saúde; dos Comitês de Enfrentamento ao COVID-19;

Considerando os Decretos Municipais, expedidos pelo chefe do Poder Executivo Municipal;

Tendo em vista as necessárias e urgentes medidas locais e globais de controle do avanço do Coronavírus;

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, vereador **MÁRCIO FERNANDES NUNES PEREIRA**, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Ratificar a Portaria nº 001/2021, de 06 de janeiro de 2021, prorrogando restrições de atividades legislativas na Câmara Municipal de Poconé-MT, e especialmente aquela que promova aglomerações.

Art. 2º Ficam suspensas, no período de 02 de fevereiro a 28 de fevereiro de 2021:

a) realização de Sessões Especiais e Solenes, ficando mantidas apenas as Sessões Ordinárias e Extraordinárias, e as Reuniões das Comissões Permanentes, sem a presença de público.

b) a realização de audiências públicas e eventos de qualquer natureza nas dependências da Câmara Municipal.

c) o uso das Salas das Sessões e de qualquer dependência da Câmara Municipal para outros fins que não sejam aqueles específicos das atividades administrativas legislativas.

d) atendimentos ao público nos gabinetes dos Membros da Mesa Diretora e na sala dos Vereadores.

e) o atendimento ao público continuará sendo realizado através de solicitação ou email: camarapoconemt@gmail.com ou pelo telefone: (65) 33451519.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA – PUBLICADA – CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Poconé/MT., 02 de fevereiro de 2021.

Vereador Márcio Fernandes Nunes Pereira

Presidente

Vereadora Jossielma Alves da Silva

1ª Secretária

CÂMARA MUNICIPAL
COVID-19: P O R T A R I A NO 021/2021.

P O R T A R I A No 021/2021.

Dispõe sobre medida temporária de prevenção da disseminação do Coronavírus (Covid-19), no âmbito da Câmara Municipal de Poconé – MT.

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, vereador **MÁRCIO FERNANDES NUNES PEREIRA**, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre medida temporária de prevenção da disseminação do Coronavírus (Covid – 19), no âmbito da Câmara Municipal de Poconé – MT.

Art. 2º Ratificar a Portaria nº 002/2021, dispensando o comparecimento da Servidora Técnica Legislativa Zenilde da Conceição Arruda, na sede da Câmara Municipal de Poconé – MT, para exercer sua atividade de modo presencial, no período de 02 de fevereiro de 2021 a 28 de fevereiro de 2021, sem prejuízo de sua remuneração, por enquadrar no grupo de risco, Covid – 19.

Parágrafo único. O período de que trata o caput poderá ser alterado após deliberação da Administração, em caso de verificação da necessidade da medida.

Art. 3º A servidora deve permanecer acessível e disponível, mantendo contatos atualizados e ativos para garantir comunicação imediata com o Órgão nos dias de expediente.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a 02 de fevereiro de 2021.

REGISTRADA – PUBLICADA – CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Poconé/MT., 02 de fevereiro de 2021.

Vereador Márcio Fernandes Nunes Pereira

Presidente

Vereadora Jossielma Alves da Silva

1ª Secretária

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

AVISO DE ANULAÇÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO/MT, torna público para conhecimento dos interessados que decidiu tornar sem efeito a Publicação do EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 07/2020, celebrado entre a Câmara Municipal de Porto Esperidião/MT e a MP DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WEB EIRELI. Data da Publicação: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 30 de dezembro de 2020 (quarta-feira), na Edição nº 27.906, pag. 104.

ERRATA DA PORTARIA Nº. 15/2020

ERRATA DA PORTARIA Nº. 15/2020, que dispõe sobre a concessão de licença a gestante a servidora Adma Figueiredo de Aquino, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 17 de dezembro de 2020 (quinta-feira), na Edição nº 27.899, pag. 1137.

Trata a presente Errata de retificação da redação consignada no artigo 1º, da Portaria nº. 15/2020, em função de erro material no tocante ao prazo de concessão da licença gestante, conforme segue:

ONDE SE LÊ: "**Art. 1º -** Conceder licença a gestante em favor da Servidora Adma Figueiredo de Aquino, efetiva no cargo de contadora desta Casa de Leis, pelo prazo de **120 (cento e vinte dias**), a contar desde 19 de novembro de 2020."

LEIA-SE: "**Art. 1º -** Conceder licença a gestante em favor da Servidora Adma Figueiredo de Aquino, efetiva no cargo de contadora desta Casa de Leis, pelo prazo de **180 (cento e oitenta dias**), a contar desde 19 de novembro de 2020."

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

CNPJ Nº. 01.327.964/0001.01

Aguinaldo Moura da Silva

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT
PORTARIAS DE INICIO MATADO DE VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA.

PORTARIA N° 020/2021.

"Dispõe sobre Nomeação de mandato do Vereador Daniel Santi da Silva da Câmara Municipal de Porto Estrela e da outras providencias".

Daniel Santi da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, e.

Considerando o compromisso desta Gestão, em dar transparência e lisura aos atos administrativos;

Considerando o inicio de mandato de vereador, enseja uma um ato administrativo discricionário, exclusivo do gestor publico, sem prejuízo ou violação aos preceitos dos princípios da legalidade e da indisponibilidade da função publica;

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomeaçãode Inicio de **Vereador Daniel Santi da Silva,** Brasileiro, inscrito no CPF: 038.009.491- 64, no Termo de posse dia 01 de Janeiro de 2021 á 31/12/2024, na Câmara Municipal de Porto Estrela.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/01/2021.

Registre - se

Publique – se

Cumpra – se

Gabinete da Presidência, em 01 de Fevereiro de 2021

Daniel Santi da Silva,

Presidente

PORTARIA N° 021/2021.

"Dispõe sobre nomeação inicio de mandato do Vereador Gilson Alves da Silva, da Câmara Municipal de Porto Estrela e da outras providencias".

Daniel Santi da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, e.

Considerando o compromisso desta Gestão, em dar transparência e lisura aos atos administrativos;

Considerando o Inicio de mandato do vereador, enseja uma um ato administrativo discricionário, exclusivo do gestor publico, sem prejuízo ou violação aos preceitos dos princípios da legalidade e da indisponibilidade da função publica;

R E S O L V E:

Art. 1º. NOMEAÇÃO DE INCIO DE MANDATOde **Vereador Gilson Alves da Silva,** Brasileiro, inscrito no CPF: 325.929.731-68, no Termo de posse dia 01 de Janeiro de 2021 á 31/12/2021, na Câmara Municipal de Porto Estrela.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/01/2021.

Registre - se

Publique – se

Cumpra – se

Gabinete da Presidência, em 01 de Fevereiro de 2021

Daniel Santi da Silva

PORTARIA N° 022/2021.

"Dispõe Nomeação inicio de mandato do Vereador Devair Sales de Oliveira, da Câmara Municipal de Porto Estrela e da outras providencias".

Daniel Santi da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, e.

Considerando o compromisso desta Gestão, em dar transparência e lisura aos atos administrativos;

Considerando o Inicio de mandato do vereador, enseja uma um ato administrativo discricionário, exclusivo do gestor publico, sem prejuízo ou violação aos preceitos dos princípios da legalidade e da indisponibilidade da função publica;

R E S O L V E:

Art. 1º. NOMEAÇÃO DE INICIO DE MANDATOde **Vereador Devair Sales de Oliveira,** Brasileiro, inscrito no CPF: 691.707.541-87, no Termo de posse dia 01 de Janeiro de 2021 á 31/12/2024 na Câmara Municipal de Porto Estrela.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/01/2021.

Registre - se

Publique – se

Cumpra – se

Gabinete da Presidência, em 01 de Fevereiro de 2021

Daniel Santi da Silva

Presidente

PORTARIA N° 023/2021.

"Dispõe Nomeação de inicio de mandato do Vereador Edinei Aparecido da Silva, da Câmara Municipal de Porto Estrela e da outras providencias".

Daniel Santi da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, e.

Considerando o compromisso desta Gestão, em dar transparência e lisura aos atos administrativos;

Considerando o Inicio de mandato do vereador, enseja uma um ato administrativo discricionário, exclusivo do gestor publico, sem prejuízo ou violação aos preceitos dos princípios da legalidade e da indisponibilidade da função publica;

R E S O L V E:

Art. 1º. NOMEAÇÃO DE INCIO DE MANDATOde **Vereador Edinei Aparecido da Silva,** Brasileiro, inscrito no CPF: 025.036.311-93, no Termo de posse dia 01 de Janeiro de 2021 á 31/12/2024, na Câmara Municipal de Porto Estrela.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/01/2021.

Registre - se

Publique – se

Cumpra – se

Gabinete da Presidência, em 01 de Fevereiro de 2021

Daniel Santi da Silva,

Presidente

PORTARIA N° 024/2021.

"Dispõe sobre Nomeação de inicio de mandato do Vereador Mario Aparecido dos Santos, da Câmara Municipal de Porto Estrela e da outras providencias".

Daniel Santi da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, e.

Considerando o compromisso desta Gestão, em dar transparência e lisura aos atos administrativos;

Considerando o Inicio de mandato do vereador, enseja uma um ato administrativo discricionário, exclusivo do gestor publico, sem prejuízo ou violação aos preceitos dos princípios da legalidade e da indisponibilidade da função publica;

R E S O L V E:

Art. 1º. NOMEAÇÃO DEINICIO DE MANDATOde **Vereador Mario Aparecido dos Santos,** Brasileiro, inscrito no CPF: 009.807.208-00, no Termo de posse dia 01 de Janeiro de 2021 á 31/12/2024, na Câmara Municipal de Porto Estrela.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/01/2021.

Registre - se

Publique – se

Cumpra – se

Gabinete da Presidência, em 01 de Fevereiro de 2021

Daniel Santi da Silva,

Presidente

PORTARIA N° 025/2021.

"Dispõe sobre Nomeação de Inicio de mandato do Vereador Lindomar Paula da Silva, da Câmara Municipal de Porto Estrela e da outras providencias".

Daniel Santi da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, e.

Considerando o compromisso desta Gestão, em dar transparência e lisura aos atos administrativos;

Considerando o inicio de mandato do vereador, enseja uma um ato administrativo discricionário, exclusivo do gestor publico, sem prejuízo ou violação aos preceitos dos princípios da legalidade e da indisponibilidade da função publica;

R E S O L V E:

Art. 1º. NOMEAÇÃO DE INICIO DE MANDATOde **Vereador Lindomar Paula da Silva,** Brasileiro, inscrito no CPF: 028.303.661-31, no Termo de posse dia 01 de Janeiro de 2021 á 31/12/2024, na Câmara Municipal de Porto Estrela.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/01/2021.

Registre - se

Publique – se

Cumpra – se

Gabinete da Presidência, em 01 de Fevereiro de 2021

Daniel Santi da Silva,

Presidente

PORTARIA N° 026/2021.

"Dispõe sobre Nomeação de início de mandato da Vereadora Eliane da Silva Ferreira, da Câmara Municipal de Porto Estrela e da outras providencias".

Daniel Santi da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, e.

Considerando o compromisso desta Gestão, em dar transparência e lisura aos atos administrativos;

Considerando o Inicio de mandato da vereadora, enseja uma um ato administrativo discricionário, exclusivo do gestor público, sem prejuízo ou violação aos preceitos dos princípios da legalidade e da indisponibilidade da função pública;

R E S O L V E:

Art. 1º. NOMEAÇÃO DEINICIO DE MANDATOde **Vereadora Eliane da Silva Ferreira,** Brasileira, inscrito no CPF: 036.913.011-18, no Termo de posse dia 01 de Janeiro de 2021 á 31/12/2024, na Câmara Municipal de Porto Estrela.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/01/2021.

Registre - se

Publique – se

Cumpra – se

Gabinete da Presidência, em 01 de Fevereiro de 2021

Daniel Santi da Silva

Presidente

PORTARIA N° 027/2021.

"Dispõe sobre Nomeação de início de mandato do Vereador Darci Costa da Silva, da Câmara Municipal de Porto Estrela e da outras providencias".

Daniel Santi da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, e.

Considerando o compromisso desta Gestão, em dar transparência e lisura aos atos administrativos;

Considerando o Inicio de mandato do vereador, enseja uma um ato administrativo discricionário, exclusivo do gestor público, sem prejuízo ou violação aos preceitos dos princípios da legalidade e da indisponibilidade da função pública;

R E S O L V E:

Art. 1º.NOMEAÇÃO DE INICIO DE MANDATOde **Vereador Darci Costa da Silva,** Brasileira, inscrito no CPF: 836.250.461-72 no Termo de posse dia 01 de Janeiro de 2021 á 31/12/2024, na Câmara Municipal de Porto Estrela.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/01/2021.

Registre - se

Publique – se

Cumpra – se

Gabinete da Presidência, em 01 de Fevereiro de 2021

Daniel Santi da Silva

Presidente

PORTARIA N° 028/2021.

"Dispõe sobre Nomeação de início de mandato do Vereador Eurico de Souza Almeida, da Câmara Municipal de Porto Estrela e da outras providencias".

Daniel Santi da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, e.

Considerando o compromisso desta Gestão, em dar transparência e lisura aos atos administrativos;

Considerando o Inicio de mandato do vereador, enseja uma um ato administrativo discricionário, exclusivo do gestor público, sem prejuízo ou violação aos preceitos dos princípios da legalidade e da indisponibilidade da função pública;

R E S O L V E:

Art. 1º. NOMEAÇÃO DEINICIO DE MANDATOde **Vereador Eurico de Souza Almeida,** Brasileira, inscrito no CPF: 804.555.651-04 no Termo de posse dia 01 de Janeiro de 2021 á 31/12/2024, na Câmara Municipal de Porto Estrela.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/01/2021.

Registre - se

Publique – se

Cumpra – se

Gabinete da Presidência, em 01 de Fevereiro de 2021

Daniel Santi da Silva

Presidente

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL - PORTARIA Nº 016/2021 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 016/2021 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA **ADRIANI APARECIDA DE MELO CABRAL** PARA O CARGO EM **COODENADOR DE FINANÇAS E CONTROLE** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor **Wanderson Pereira Dias**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno da Casa.

R E S O L V E

Art. 1º - Nomear a servidora**,ADRIANI APARECIDA DE MELO CABRAL,** portadora do RG: 11832118 SSP-MT e inscrita no CPF N° 875.562.191. 00, para o cargo em comissão de **COODENADOR DE FINANÇAS E CONTROLE** da Câmara, **regime 40 horas semanais**, conforme Lei Complementar Municipal Nº063/2014 de 19 de dezembro de 20140-PCCS, suas atribuições de cargo.

Art. 2º - Com início na data de 01/02/2021,

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º - Revoga as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, 02 de fevereiro de 2021.

Wanderson Pereira Dias

Presidente

Registre-se, Publique-se e afixe-se.

Na data supra de 02.02.2021.

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL - PORTARIA Nº 015/2021 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 015/2021 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA **CLAUDETE MOREIRA FAGUNDES FERRON** PARA O CARGO EM **ASSESSOR DO PRESIDENTE** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor **Wanderson Pereira Dias**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno da Casa.

R E S O L V E

Art. 1º - Nomear a servidora**, CLAUDETE MOREIRA FAGUNDES FERRON,** portadora do RG: 22188509 SSP-MT e inscrita no CPF N° 044.538.659.29, para o cargo em comissão de **ASSESSOR DO PRESIDENTE** da Câmara, **regime 40 horas semanais**, conforme Lei Complementar Municipal Nº063/2014 de 19 de dezembro de 20140-PCCS, suas atribuições de cargo.

Art. 2º - Com início na data de 01/02/2021,

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria nº007/2021.

Art. 4º - Revoga as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, 02 de fevereiro de 2021.

Wanderson Pereira Dias

Presidente

Registre-se, Publique-se e afixe-se.

Na data supra de 02.02.2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 009/2021

PORTARIA Nº 009/2021

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente da Câmara Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, **INEZ CAETANO LOPES ,** no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E :

Art. 1º - NOMEAR a Senhora ANA PAULA MUNHOZ CERVANTES portadora do CPF sob nº 018.413.721-70 e RG sob nº 1842562-3 SSP/MT para ocupar o Cargo de Coordenadora Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de São José do Rio Claro-MT, á partir de 02 de fevereiro de 2021.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

R E G I S T R E-S E P U B L I Q U E –S E

Gabinete do Presidente, em 02 de fevereiro de 2021.

INEZ CAETANO LOPES

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

CAMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE
PORTARIA 03/2021

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: DISPENSA 03/2021.

CONTRATO N° 03/2021

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, CNPJ: 03.130.309/0001-94

CONTRATADA: VANESSA ARAUJO MINATTI – CNPJ 23.416.206/0001-00

OBJETO: prestação de serviços de transmissão ao vivo das sessões, fotografias e filmagem de eventos realizados, divulgação dos trabalhos oficiais nas redes sociais – pagina da Camara Municipal, Facebook e wattsapp

VALOR GLOBAL: R$ R$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais).

PAGAMENTO: 11 parcelas de R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais)

VIGÊNCIA: 11 meses**.**

Adelar Marcante

Presidente da Mesa Diretora

CAMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL SIMPLIFICADO - 2° SEMESTRE 2020

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Câmara de Vereadores de União do Sul - MT (Poder Legislativo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	35.741,90	36.077,37	32.251,75	45.562,15	39.859,56	38.906,95	38.906,95	38.906,95	43.580,09	41.012,95	41.268,26	57.416,88	489.491,76	0,00
Pessoal Ativo	35.644,66	35.980,13	32.154,51	45.464,91	39.762,32	38.809,71	38.809,71	38.809,71	43.531,47	40.964,33	41.219,64	57.368,26	488.519,36	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	29.538,77	29.816,01	32.154,51	32.154,51	33.107,12	32.154,51	32.154,51	32.154,51	36.697,76	34.181,79	34.353,10	47.564,72	406.031,82	
Obrigações Patronais	6.105,89	6.164,12		13.310,40	6.655,20	6.655,20	6.655,20	6.655,20	6.833,71	6.782,54	6.866,54	9.803,54	82.487,54	
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas	97,24	97,24	97,24	97,24	97,24	97,24	97,24	97,24	48,62	48,62	48,62	48,62	972,40	
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outros Benefícios Previdenciários	97,24	97,24	97,24	97,24	97,24	97,24	97,24	97,24	48,62	48,62	48,62	48,62	972,40	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	35.741,90	36.077,37	32.251,75	45.562,15	39.859,56	38.906,95	38.906,95	38.906,95	43.580,09	41.012,95	41.268,26	57.416,88	489.491,76	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Câmara de Vereadores de União do Sul - MT (Poder Legislativo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	23.167.760,99	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	0,00	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas de Bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	23.167.760,99	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	489.491,76	2,11
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.390.065,66	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.320.562,38	5,70
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.251.059,09	5,40

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Câmara de Vereadores de União do Sul - MT (Poder Legislativo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal								
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Câmara de Vereadores de União do Sul - MT (Poder Legislativo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Câmara de Vereadores de União do Sul - MT (Poder Legislativo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Disponibilidade de Caixa	Disponibilidade de Caixa								
		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS							
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f)=(a-(b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (h) = (f - g)
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários									
Outros Recursos Não Vinculados									
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS									
Recursos de Operações de Crédito									
Recursos de Alienação de Bens/Ativos									
Recursos Vinculados a Precatórios									
Recursos Vinculados a Depósitos Judiciais									
Outros Recursos Vinculados									
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Câmara de Vereadores de União do Sul - MT (Poder Legislativo)
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Semestre
	Valor Até o Semestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	23.167.760,99
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	23.167.760,99
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	23.167.760,99

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	489.491,76	2,11
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	1.390.065,66	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	1.320.562,38	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	1.251.059,09	5,40

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Dívida Consolidada	Comparativo do Saldo da Dívida	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Garantias de Valores	Comparativo do Saldo de Garantia	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Documento gerado em 29/01/2021 15:57:11 Página 6 de 6

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

CÂMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 02, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre a formação das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de União do Sul, para vigorar no Biênio de 2021/2022 e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais e regimentais, faz saber que o Soberano Plenário aprovou e ela promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - As Comissões Permanentes da Câmara Municipal de União do Sul, para vigorar no Biênio 2021/2022, ficam assim constituídas:

I – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO:

Presidente – Vereador Levi Zanardi- PR

Relatora – Vereadora Talita Stella - DEM

Membro – Vereador Cesar Itamar Sarinho Guergoleti – MDB

II – COMISSÃO DE ORÇAMENTOS, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO:

Presidente – Vereador Silas da Silva Nunes - DEM

Relator – Vereador João Batista Borelli - MDB

Membro – Vereador Levi Zanardi- PR

III – COMISSÃO DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS, MEIO AMBIENTE, TURISMO, SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO:

Presidente – Vereador Hilton Almeida Carvalho - PR

Relatora – Vereadora Talita Stella - DEM

Membro – Vereador Antonio Carlos Rodrigues – MDB

IV – COMISSÃO DE TRABALHO, LEGISLAÇÃO SOCIAL, SERVIÇO PÚBLICO, DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DIREITOS HUMANOS:

Presidente – Vereador Antonio Carlos Rodrigues - MDB

Relator – Vereador Josué Pereira Pinto - DEM

Membro – Vereador Hilton Almeida Carvalho – PR

V – COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR:

Presidente – Vereador Cesar Itamar Sarinho Guergoleti – MDB

Relator – Vereador Silas da Silva Nunes - DEM

Membro – Vereador Josué Pereira Pinto – DEM

Parágrafo Único – As Comissões são órgãos técnicos constituídas pelos membros da Câmara, em caráter permanente, destinados a proceder estu-

dos, a emitir pareceres especializados, realizar investigações e representar o Legislativo.

Art. 2º - Compete às Comissões discutir, analisar e exarar pareceres sobre Projetos de Leis e demais matérias que lhe forem atribuídas, bem como convocar os Secretários Municipal ou Diretores equivalentes para prestar informações sobre assuntos inerentes as suas atribuições.

§ 1º - Para emitir Parecer sobre qualquer matéria, cada Comissão terá o prazo de 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual prazo, solicitado pela Comissão, ouvido o autor e deliberação pela maioria absoluta do Plenário.

§ 2º - O Parecer de cada Comissão deve ser apresentado para protocolo e despacho na Secretaria da Câmara Municipal.

Parágrafo Único – Compete ainda as Comissões exercerem no âmbito de sua competência a fiscalização dos atos do Executivo e da administração indireta.

Art. 3º - Nos casos de vaga, licença ou impedimento dos membros das Comissões, cabe ao Presidente da Câmara a designação do substituto, escolhido sempre que possível dentro da mesma legenda partidária.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO

Em 01 de fevereiro de 2021

VANDERLEI ANTONIO DE MARCH SILAS DA SILVA NUNES

Ver. Presidente Ver. 1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 11/2021

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Converter em espécie 01(mês) a licença prêmio, período aquisitivo 23/05/2014 a 23/05/2019 da servidora Joana Arruda Martins, nos termos da lei n.º 1.164/91, Estatuto do Servidor Público, art. 97, § 4.º.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 02 de fevereiro de 2021.

Ver.: FABIO JOSE TARDIN

Presidente

Ver. BRUNO LINS RIOS

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE
PORTARIA Nº 012/2021

"NOMEAR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO A QUE ESPECIFICA".

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA, Presidente do Poder Legislativo municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **OLGA TAMIRES ARDAIA FERREIRA,** brasileira, residente e domiciliado nesta cidade, no distrito de Santa Clara do Monte Cristo, município de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, portador do RG.: 2601970-1 SEJUS/MT e CPF.: 056.085.801-92, nomeando no cargo de provimento em comissão de **Assessor de Imprensa.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

.

Vila Bela da Ss. Trindade – MT, 02 de fevereiro de 2021.

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE
PORTARIA Nº 014/2021

"NOMEAR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO A QUE ESPECIFICA".

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA, Presidente do Poder Legislativo municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **RENILDA GONSALVES DE ALMEIDA,** brasileira, solteira, servidora efetiva deste Poder Legislativo, residente e domiciliado na Rua São Pedro, Bairro: Jardim Aeroporto, município de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, portador do RG.: 16253477 SSP/MT e CPF.: 009.906.501-03, nomeando no cargo de provimento em comissão de **Secretária Administrativa e financeira da Câmara Municipal de Vila Bela – MT.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

.

Vila Bela da Ss. Trindade – MT, 02 de fevereiro de 2021.

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE
PORTARIA Nº 013/2021

"EXONERAR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO A QUE ESPECIFICA".

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA, Presidente do Poder Legislativo municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar **RENILDA GONSALVES DE ALMEIDA,** brasileira, solteira, servidora efetiva deste Poder Legislativo, residente e domiciliado na Rua São Pedro, Bairro: Jardim Aeroporto, município de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, portador do RG.: 16253477 SSP/MT e CPF.: 009.906.501-03, exonerando do cargo de provimento em comissão de **Assessor Contábil da Câmara Municipal de Vila Bela – MT.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

.

Vila Bela da Ss. Trindade – MT, 02 de fevereiro de 2021.

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

PORTARIA Nº. 13/2021 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021

DISPÕE SOBRE DESLIGAMENTO DE SERVIDOR CONTRATADO POR PRAZO DETERMINADO PARA O CARGO DE GEÓLOGO NO AMBITO DO CONSÓRCIO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

Gheysa Maria Bonfim Borgato, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Estatuto social;

RESOLVE:

Art. 1º - **Desligar** o Servidor **DANILO GUILHERME QUEIROZ RIBEIRO DA SILVA,** nomeado através da Portaria 54/2020 de 06 de Outubro de 2020 e admitido mediante Ato de Pessoal e Termo de Posse 18/2020, de acordo com **CLÁUSULA QUARTA, item 4.2 e CLÁUSULA QUINTA, do CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 19/2020**.

Art. 2º - O servidor, no ato do processo rescisório recebeu por parte do empregador, todos os direitos trabalhistas que eram devidos.

Gabinete do Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, 01 de Fevereiro de 2021.

Gheysa Maria Bonfim Borgato: Presidente do CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal

Registre-se, Publique-se e Afixe-se.

TERMO DE POSSO - ATO DE PESSOAL 01/2021

Aos Dois (02) dias do mês de Fevereiro (02) do ano de dois mil e vinte e um (2021), na Secretaria Executiva do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, eu PAULO REMÉDIO, presidente, no uso das atribuições a mim conferidas pelo Contrato Consórcio, dou **POSSE a DANILO GUILHERME QUEIROZ RIBEIRO DA SILVA**, portador da carteira de identidade RG. Nº 1085166-66 SSP/MT, e do CPF: nº 005.086.181-69, nomeado para o Emprego Público, através da **PORTARIA Nº 14/2021 do dia 02 de Fevereiro de 2021**, no cargo de **GEÓLOGO**, **Conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário nº 01/2021**, assumindo o compromisso de fielmente exercer e cumprir os deveres do CARGO e os constantes da legislação e resoluções pertinentes. A nomeada comprova neste ATO, através de inspeção médica estar apta, física e mentalmente para o exercício do cargo bem como DECLARA que não exerce outro CARGO, EMPREGO ou FUNÇÃO PÚBLICA, remunerada na Administração Direta ou Autarquia, Sociedade de Economia Mista, Fundação ou Empresa Pública. São José dos Quatro Marcos - MT, em 02 de Fevereiro de 2021.

PRESIDENTE: **Gheysa Maria Bonfim Borgato**

TESTEMUNHAS: Danilo Ricardo Pivetta /// Ricardo Santos Dela Cruz

PORTARIA Nº. 14/2021 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2020/CIDESAT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gheysa Maria Bonfim Borgato, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, no uso de suas atribuições legais, considerando o Cargo de **GEÓLOGO**, criado pelo Contrato Consórcio em sua Cláusula Quadragésima e considerando os termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal de 1988, e atendendo às disposições legais das Resoluções Normativas n° 002/2011/CIDESAT, Artigo 2° e 3°, nº 032/2016/CIDESAT, Artigo 2°; e Resolução Normativa n° 033/2016/CIDESAT, e ainda Resolução Normativa Nº 049/2018, bem como o Edital que Homologou o Processo de Seletivo Simplificado Nº 01/2020/CIDESAT, destinado ao preenchimento de vagas de Emprego Público no Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, sob o regime celetista, não adquirindo a estabilidade a que se refere o art. 41 da Constituição Federal, com contribuição previdenciária para o regime geral, conforme publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso Nº 2693 de 16 de Janeiro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - **Nomear** o Candidato **DANILO GUILHERME QUEIROZ RIBEIRO DA SILVA**, para exercer o cargo de **GEÓLOGO,** por ter ficado em 1º Lugar na classificação geral no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2020/CIDESAT.

Art. 2º - O candidato nomeado deverá tomar posse no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo Único: Para a posse o candidato deverá apresentar na Secretaria Executiva do Consórcio os documentos requeridos no Edital do Processo Seletivo.

Art. 3º - Em caso de impedimento para tomada de posse no prazo estabelecido no artigo anterior, deverá apresentar requerimento/justificativa para adiamento, desde que não ultrapasse o prazo de 30 dias concedido neste instrumento de convocação.

Parágrafo Único: O requerimento/justificativa a que se refere o caput do artigo será submetido à assessoria jurídica do Consórcio para emissão de parecer.

Art. 4º - Caso não tome posse dentro do prazo previsto, será considerado desistente.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, 02 de Fevereiro de 2021.

Gheysa Maria Bonfim Borgato: *Presidente do CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal Registre-se, Publique-se e Afixe-se*

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 01/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL e o Srº. DANILO GUILHERME QUEIROZ RIEIRO DA SILVA, COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL (Art. 37, inciso IX) E A TEOR DO DISPOSTO NAS RESOLUÇÕES: Normativa nº 002/2011/CIDESAT E alterações posteriores, Normativa nº 032/2016/CIDESAT e alterações posteriores, Normativa nº 049/2018/CIDESAT, Normativa nº 062/2019, Normativa nº 061/2019, Normativa nº 063/2019, Resolução Administrativa Nº 01/2020. Pelo presente instrumento, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, representado pela sua Presidenta, **Gheysa Maria Bonfim Borgato,** brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Juliano Mateus, S/N, bairro Centro, na cidade de Glória D'Oeste - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 11004940 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº. 722.901.371-20 a seguir denominado CONTRATANTE, e o **Sr. DANILO GUILHERME QUEIROZ RIBEIRO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, portador carteira de identidade RG. Nº 1085166-6 SSP/MT, do CPF: 005.086.181-69, residente na Rua TV Padre José Solares, N.º 42, Bairro Dom Aquino, CEP:

78.015-295, Cuiabá – MT, doravante denominado CONTRATADO, para o cargo de GEÓLOGO, com PRAZO de 12 meses, com previsão de prorrogação e valor mensal de R$ 3.639,76 (Três Mil Seiscentos e Trinta e Nove e Setenta e Seis Centavos).

São José dos Quatro Marcos – MT, 02 de Fevereiro de 2021

Presidente: Gheysa Maria Bonfim Borgato

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 07/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL e o Sr.Joel Santos da Silva.

Pelo presente Termo Aditivo, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, representado pela Presidente, **Gheysa Maria Bonfim Borgato**, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Juliano Mateus, S/N, bairro Centro, na cidade de Glória D'Oeste - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 11004940 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº. 722.901. 371-20, a seguir denominado **CONTRATANTE**, e o **JOEL SANTOS DA SILVA,** portador carteira de identidade N9 1051655-7 SSP/MT, e do CPF: n9 655.183.301-20, residente na Rua Rui Barbosa, S/N, Bairro Jardim Popular, Cidade de São José dos Quatro Marcos - MT, doravante denominado **CONTRATADO**, que com fulcro na Cláusula Quarta e ainda em conformidade com as Resoluções Normativas nº 02/2011 e 049/2018, resolvem aditar o presente contrato temporário no que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Quarta cuja vigência fica prorrogada para **um (01) ano, com vencimento para a data do dia 31 de Janeiro de 2022.**

CLÁUSULA SEGUNDA:As demais cláusulas e condições estabelecidas pelo contrato administrativo de prestação de serviço temporário Nº 07/ 2020 que não foram alteradas pelo presente Aditivo Contratual, permanecem inalteradas e em plena vigência.

E, por estarem, certas, justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento de Aditivo Contratual, em 02 vias de igual teor e forma, para que passe a surtir efeitos jurídicos e legais.

São José dos Quatro Marcos – MT, aos 01 dia do mês de Fevereiro de 2021.

Presidente: Gheysa Maria Bonfim Borgato

EXTRATO DE DISTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 19/2020

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL e o Srº. DANILO GUILHERME QUEIROZ RIBEIRO DA SILVA, COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL (Art. 37, inciso IX) E A TEOR DO DISPOSTO NAS RESOLUÇÕES: Normativa nº 002/2011/CIDESAT E alterações posteriores, Normativa nº 032/2016/CIDESAT e alterações posteriores, Normativa nº 049/2018/CIDESAT, Normativa nº 062/2019, Normativa nº 061/2019, Normativa nº 063/2019, Resolução Administrativa Nº 01/ 2020.

Pelo presente instrumento, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, representado pela Presidente, **Gheysa Maria Bonfim Borgato,** brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Juliano Mateus, S/N, bairro Centro, na cidade de Glória D'Oeste - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 11004940 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº. 722.901. 371-20, a seguir **denominado CONTRATANTE**, e o **Sr. DANILO GUILHERME QUEIROZ RIBEIRO DA SILVA,** brasileiro, solteiro, portador carteira de identidade RG. Nº 1085166-6 SSP/MT, do CPF: 005.086.181-69, residente na Rua TV Padre José Solares, N.º 42, Bairro Dom Aquino, CEP: 78.015-295, Cuiabá - MT, doravante **denominado CONTRATADO** para o cargo de **GEÓLOGO**, registra-se este **DISTRATO**, no que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA

De acordo com, a cláusula quarta, item 4.2 e cláusula quinta, do Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário 19/2020, fica rescindido nesta data o instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA

O servidor, no ato do processo rescisório recebeu por parte do empregador, todos os direitos trabalhistas que eram devidos.

São José dos Quatro Marcos – MT, 01 de Fevereiro de 2021.

PRESIDENTE: **Gheysa Maria Bonfim Borgato**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO VALE DO RIO CUIABÁ – CIDES-VRC

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO

DO CONTRATO DE RATEIO

No dia 29/12/2020, Edição nº 3635/2020 do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, na publicação do EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO, onde se – lê: VIGÊNCIA: 02 meses a partir de 02/10/2020, DATA DA ASSINATURA: 02/10/2020, Leia se: VIGÊNCIA: 03 meses, a partir de 01/09/2020 DATA DE ASSINATURA: 01/09/2020. Consórcio Desenvolvimento Econômico Vale do Rio Cuiabá.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ ARAGUAIA - CISRGA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 011/2021, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 011/2021

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Garças/Araguaia, através da Secretária Executiva a Sra. Virginia Patrícia Santos Rocha de Oliveira, nomeada pela Resolução Nº 011/2018, em cumprimento aos princípios Constitucionais da Publicidade e Ampla Divulgação, ao texto legal do artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e demais legislações pertinentes à espécie. Torna público para conhecimento dos interessados o seguinte ato:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2021

CONTRATO Nº 046/2020

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA-CISRGA

CONTRATADO: PORTAL PUBLICO INFORMATICA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO DO SITE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA -CISRGA

VALOR GLOBAL: R$ 2.690,00 (Dois mil e seiscentos e noventa reais).

VIGÊNCIA: 01/02/2021 a 31/12/2021.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

CONTRATO Nº 047/2021

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ARAGUAIA-CISRGA.

CONTRATADO: VERBELO AFTALMOLOGIA EIRELI.

OBJETO:" Credenciamento de Pessoa Jurídica na Área da Saúde, de natureza pública ou privada, para prestação de serviços em CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, EXAMES DE DIAGNÓSTICO EM MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE E SERVIÇOS DE APOIO, SERVIÇOS HOSPITALARES E PEQUENOS PROCEDIMENTO CIRÚRGICOS".

VALOR GLOBAL: R$ 1.000,00 (Mil reais);

VIGÊNCIA: 01/02/2021 a 31/12/2021

Certifico que o ato discriminado no presente Edital encontra-se à disposição no CISRGA, a partir da data de sua assinatura, no horário de expediente.

Barra do Garças-MT, 02 de Fevereiro de 2021.

_____

Virginia Patrícia S.R de Oliveira

Secretário Executiva – CISRGA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 012/2021, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021

EDITAL DE PUBLICAÇÃO № 012/2021

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Garças/Araguaia-CISRGA, através da Secretária Executiva a Sra. Virginia Patrícia Santos Rocha de Oliveira, nomeada pela Resolução Nº11/2018, em cumprimento aos princípios Constitucionais da Publicidade e Ampla Divulgação, ao texto legal do artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e demais legislações pertinentes à espécie. Torna público para conhecimento dos interessados o seguinte ato que posteriormente publicação veiculada no dia 01 de fevereiro de 2021, na Associação Mato-grossense dos Municípios - AMM, verificou a necessidade de se promover correções, as quais, ao fim **RETIFICA**:

ERRATA

Onde se lê:

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 005/2021, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2021

Leia-se:

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 011/2021, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2021

Certifico que o ato discriminado no presente Edital encontra-se à disposição no CISRGA, a partir da data de sua assinatura, no horário de expediente.

Barra do Garças-MT, 02 de fevereiro de 2021.

_____

Virginia Patrícia S. R. de Oliveira

Secretário Executiva – CISRGA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

ATO NORMATIVO Nº 384 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021

ATO NORMATIVO Nº 384 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO ASSESSOR TECNICO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO PEIXOTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PASCOAL ALBERTON, Presidente do Conselho Diretor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Peixoto, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear A Senhora **GLEICIANE NOLETO LOPES,** para exercer o cargo ASSESSOR TECNICO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Peixoto, do qual assume total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços para o qual foi nomeado.

Art. 2º - A presente nomeada cumprirá as ações designadas do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto e no Art. 8 do estatuto do Hospital Regional de Peixoto de Azevedo.

Art. 3º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se

PASCOAL ALBERTON

Presidente do CISVP

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA

AVISO DO EDITAL DE CHAMADA PUBLICA PARA CREDENCIAMENTO DE MEDICO

AVISO DO EDITAL DE CHAMADA PUBLICA Nº 001/2021

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA/MT.

Credenciamento de Prestação de Serviços Médico.

- Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas, Prestação de Serviços Temporário, no segmento de serviço médico, sendo: um cirurgião geral para credenciar-se, objetivando futura e eventual prestação de serviços como procedimentos e atividades correlatas, conforme descrição detalhada constante no Edital e Termo de Referência da referida chamada pública. PERÍODO E LOCAL: de 03 de fevereiro de 2021 a 02 de fevereiro de 2022 das 09h:00min até as 12h:00min e da 14h:00min ás 17h:00min na sede administrativa do CISA, situada na Rua da Saudades, s/nº Jardim Pindorama, CEP: 78.670-000 – São Félix do Araguaia – MT. Os interessados poderão obter informações e o Edital de Chamada Pública completo, diretamente na sala da CPL, sede administrativa, de segunda a sexta-feira ou pelo telefone (66) 3522-2155 ou e-mail – licitacisa@hotmail.com.

São Félix do Araguaia - MT, 02 de fevereiro de 2021.

MARIA SOLANGE ERTHAL

– Presidente da CPL

Resolução nº 27/2020

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO NORTE ARAGUAIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 006/2021

CONTRADO Nº. 006/2021

PRAZO: 04/01/2021 A 31/12/2021.

CONTRATADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE.

OBJETO: CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E AMBIENTAL "NORTE ARAGUAIA".

VALOR PACTUADO: R$36.300,00 (TRINTA E SEIS MIL E TREZENTOS REAIS).

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 001/2021**O Presidente do CIDESA-NA, Respaldado no artigo 24, inciso II, e § 1º, da Lei nº 8.666/93, e no Parecer Jurídico, ratifica a contratação direta, através de dispensa de licitação nº 001/2021, que tem como Objeto: Aquisição de peças e acessórios para veículos automotores (PEÇAS MOTONIVELADORA KOMTUS GD555),para atender às necessidades do CIDESA/NA.**

Favorecido: DIMAQ CAMPOTRAT CUIABA COMERCIAL LTDA, **inscrito no CNPJ:** 05.220.404/0001-04.**Endereço:** Av. da FEB, 1479, Bairro Ponte Nova, Várzea Grande – MT.

***Valor global: R$* 12.350,00 (doze mil, trezentos e cinquenta reais).**

Ratifico a Dispensa de Licitação nº 001/2021 em consonância com a justificativa apresentada pelo Parecer Jurídico, nos termos do artigo 24 inciso II.

Porto Alegre do Norte – MT, 27 de Janeiro de 2021.

Daniel Rosa do Lago

Presidente do CIDESA-NA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 007/2021

CONTRADO Nº. 007/2021

PRAZO: 04/01/2021 A 31/12/2021.

CONTRATADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA.

OBJETO: CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E AMBIENTAL “NORTE ARAGUAIA”.

VALOR PACTUADO: R$36.300,00 (TRINTA E SEIS MIL E TREZENTOS REAIS).

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 002/2021

CONTRADO Nº. 002/2021

PRAZO: 04/01/2021 A 31/12/2021.

CONTRATADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA.

OBJETO: CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E AMBIENTAL “NORTE ARAGUAIA”.

VALOR PACTUADO: R$36.300,00 (TRINTA E SEIS MIL E TREZENTOS REAIS).

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 003/2021

CONTRADO Nº. 003/2021

PRAZO: 04/01/2021 A 31/12/2021.

CONTRATADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE.

OBJETO: CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E AMBIENTAL “NORTE ARAGUAIA”.

VALOR PACTUADO: R$36.300,00 (TRINTA E SEIS MIL E TREZENTOS REAIS).

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 004/2021

CONTRADO Nº. 004/2021

PRAZO: 04/01/2021 A 31/12/2021.

CONTRATADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU.

OBJETO: CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E AMBIENTAL “NORTE ARAGUAIA”.

VALOR PACTUADO: R$36.300,00 (TRINTA E SEIS MIL E TREZENTOS REAIS).

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 001/2021

CONTRADO Nº. 001/2021

PRAZO: 04/01/2021 A 31/12/2021.

CONTRATADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA.

OBJETO: CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E AMBIENTAL “NORTE ARAGUAIA”.

VALOR PACTUADO: R$36.300,00 (TRINTA E SEIS MIL E TREZENTOS REAIS).

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 008/2021

CONTRADO Nº. 008/2021

PRAZO: 04/01/2021 A 31/12/2021.

CONTRATADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA.

OBJETO: CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E AMBIENTAL “NORTE ARAGUAIA”.

VALOR PACTUADO: R$36.300,00 (TRINTA E SEIS MIL E TREZENTOS REAIS).

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
EXTRATOS DE ADITIVOS

EXTRATO DO XII TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 023/2017

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: VACARI E SENNA – SERVIÇOS MÉDICOS **CNPJ:** 20.017.029/0001-93

OBJETO: **Prorrogar o prazo** de vigência do Contrato n.º 023/2.017, previsto em sua Cláusula 7ª, o qual fica prorrogado a contar de 01/01/2.021 até 30/08/2.021, visando a continuidade da prestação dos serviços médicos especializados em CONSULTAS DE PSIQUIATRIA, no Município de Rondonópolis, aos pacientes dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento da prorrogação as vantagens são de interesse público.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO XIII TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 023/2017

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: VACARI E SENNA – SERVIÇOS MÉDICOS **CNPJ:** 20. 017.029/0001-93

OBJETO: **Acrescer 100% do quantitativo** do objeto do contrato nº 023/ 2017, conforme disposto na Cláusula 4ª, que consiste na realização de **720 (setecentos e vinte) Consultas de Psiquiatria**, visando a continuidade da prestação dos serviços médicos especializados, no Município de Rondonópolis, aos pacientes dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento da prorrogação as vantagens são de interesse público.

DO VALOR: R$72.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.00

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO XII TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 023/2017

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: VACARI E SENNA – SERVIÇOS MÉDICOS **CNPJ:** 20. 017.029/0001-93

ONDE SE LÊ: OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n.º 023/2.017, previsto em sua Cláusula 7ª, o qual fica prorrogado a contar de 01/01/2.021 até 30/08/2.021, e por consequência, renovar o quantitativo do seu objeto, conforme disposto na Cláusula 4ª, que consiste na realização de 720 (setecentos e vinte) Consultas de Psiquiatria, visando a continuidade da prestação dos serviços médicos especializados**,** no Município de Rondonópolis, aos pacientes dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento da prorrogação as vantagens são de interesse público. **LEIA-SE: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n.º 023/2.017, previsto em sua Cláusula 7ª, o qual fica prorrogado a contar de 01/01/ 2.021 até 30/08/2.021, visando a continuidade da prestação dos serviços médicos especializados em CONSULTAS DE PSIQUIATRIA, no Município de Rondonópolis, aos pacientes dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento da prorrogação as vantagens são de interesse público.**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no XII TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 023/2017.

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 001 DE 2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 010/2020

CONCURSO DE PROJETOS N.º 001/2020

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT

O Presidente do Conselho Diretor do Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – CORESS/MT, Sr. NELSON ANTÔNIO PAIN, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os interessados, principalmente àqueles participantes do Chamamento Público do Concurso de Projetos Nº 001/2020, cujo objeto é a ***"*seleção de entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas como Organização de Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, para a formação de vínculo de cooperação, por meio de TERMO DE PARCERIA, visando o fomento e a realização de atividades, eventos, consultoria, cooperação técnica, serviços e assessoria de interesse público, bem como para a realização de contratação de profissionais de nível superior e médio na área da saúde, plantões médicos e apoio administrativo através do desenvolvimento, acompanhamento e execução, nos limites legais, com ações que possibilitem a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos à população Rondonopolitana*", através de ampla publicidade da presente DECISÃO ADMINISTRATIVA que:

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Nº 010/2020, Concurso de Projetos Nº 001/2020;

CONSIDERANDOa impugnação manejada pelo Sr. Alexandro Veiga Rodrigues, representante da IAD – INSTITUTO ASSISTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO, a qual questiona **os itens 6.1.2, 9.1.II, K), 12.2.2, 15.2 todos do edital e a clausula quarta do anexo I**;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico datado de 18 de janeiro de 2021, emitido pela Assessora Jurídica do CORESS/MT, Dra. Wiviane Karla Freitas Borges - OAB/MT 13.052;

CONSIDERANDO o Parecer Técnico Nº 001/2021, da Comissão Julgadora do Concurso de Projetos do Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso - CORESS/MT;

DECIDE:

DECLARAR PROVIMENTO PARCIAL a Impugnação apresentada pelo Sr. **Alexandro Veiga Rodrigues, representante da IAD – INSTITUTO ASSISTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO , realizando as alterações necessárias ao Edital de Chamamento Público do Concurso de Projetos Nº 001/2020;**

1. RATIFICAR o Parecer Técnico Nº 001/2021 da Comissão Julgadora do Concurso de Projetos do **Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso - CORESS**/MT, datado de 20 de janeiro de 2021;

2. DETERMINAR a publicação da presente Decisão Administrativa em caráter de urgência;

3. COMUNICAR aos interessados esta decisão.

Registre-se;

Publique-se.

Rondonópolis/MT, 21 de janeiro de 2021.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIN

Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 001 DE 2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 010/2020

CONCURSO DE PROJETOS N.º 001/2020

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT

O Presidente do Conselho Diretor do Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – CORESS/MT, Sr. NELSON ANTÔNIO PAIN, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os interessados, principalmente àqueles participantes do Chamamento Público do Concurso de Projetos Nº 001/2020, cujo objeto é a ***"*seleção de entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas como Organização de Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, para a formação de vínculo de cooperação, por meio de TERMO DE PARCERIA, visando o fomento e a realização de atividades, eventos, consultoria, cooperação técnica, serviços e assessoria de interesse público, bem como para a realização de contratação de profissionais de nível superior e médio na área da saúde, plantões médicos e apoio administrativo através do desenvolvimento, acompanhamento e execução, nos limites legais, com ações que possibilitem a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos à população Rondonopolitana*", através de ampla publicidade da presente DECISÃO ADMINISTRATIVA que:

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Nº 010/2020, Concurso de Projetos Nº 001/2020;

CONSIDERANDOa impugnação manejada pelo Sr. Alexandro Veiga Rodrigues, representante da IAD – INSTITUTO ASSISTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO, a qual questiona **os itens 6.1.2, 9.1.II, K), 12.2.2, 15.2 todos do edital e a clausula quarta do anexo I**;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico datado de 18 de janeiro de 2021, emitido pela Assessora Jurídica do CORESS/MT, Dra. Wiviane Karla Freitas Borges - OAB/MT 13.052;

CONSIDERANDO o Parecer Técnico Nº 001/2021, da Comissão Julgadora do Concurso de Projetos do Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso - CORESS/MT;

DECIDE:

DECLARAR PROVIMENTO PARCIAL a Impugnação apresentada pelo Sr. **Alexandro Veiga Rodrigues, representante da IAD – INSTITUTO ASSISTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO , realizando as alterações necessárias ao Edital de Chamamento Público do Concurso de Projetos Nº 001/2020;**

1. RATIFICAR o Parecer Técnico Nº 001/2021 da Comissão Julgadora do Concurso de Projetos do **Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso - CORESS**/MT, datado de 20 de janeiro de 2021;

2. DETERMINAR a publicação da presente Decisão Administrativa em caráter de urgência;

3. COMUNICAR aos interessados esta decisão.

Registre-se;

Publique-se.

Rondonópolis/MT, 21 de janeiro de 2021.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIN

Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 179, DE 25 DE JANEIRO DE 2021.

Designa responsáveis como fiscal de contrato na forma que estabelece o art. 67 da Lei n.º 8.666/93.

Dr. MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 72, Inciso VI, da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar o servidor para Fiscal de Contrato:

Nome:	**ROSIMEIRE MENDANHA DIAS COSTA**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gerente Adjunta Legislativa	
CPF:	948.784.431-34	
Matricula:	6010.3	

Nome:	**LUCINEIA BERNARDO DA SILVA**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gerente Adjunta Administrativa	
CPF:	317.870.881-20	
Matricula:	064.3	

Art. 2° - O Contrato pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da lei 8.666/93, são os seguintes:

CONTRATO:	001/2021			
Vigência:	Data de Início:	21/01/2021	Data de Encerramento:	21/01/2022
Objeto:	Contratação dos serviços Notariais e de Registro do 2º Ofício de Água Boa-MT, para atos de Registros essenciais à Prefeitura de Água Boa-MT.			

Art. 3º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ata e suas cláusulas avençadas;

2. Emitir relatórios/medições;

3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e terá vigência até o encerramento do Contrato e/ou ATA, revogando as disposições em contrários.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, AOS 25 DE JANEIRO DE 2021**.**

Dr. MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração de Água Boa, em 25 de janeiro de 2021.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 192, DE 28 DE JANEIRO DE 2021.

"REVOGA PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE GESTOR DO PARQUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DR. MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 79, Parágrafo Único, da Lei Orgânica do Município, e no exercício de seu cargo, e:

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica REVOGADA a Portaria Municipal nº 168, de 25 de janeiro de 2021, que NOMEOU o Sr. **EDEMILSON ALVES DA CRUZ**, portador do RG nº 687237 SSP/MT, devidamente inscrito no CPF sob nº 395.775. 111-04, Para exercer o cargo de Provimento em Comissão de **GESTOR DO PARQUE**, símbolo CC-10 do Quadro de Pessoal Comissionado do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor com data de sua publicação, revogando efeitos contrários.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, AOS 28 DE JANEIRO DE 2021**.**

Dr. MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração de Água Boa, em 28 de janeiro de 2021.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 180, DE 25 DE JANEIRO DE 2021.

Designa responsáveis como fiscal de contrato na forma que estabelece o art. 67 da Lei n.º 8.666/93.

Dr. MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 72, Inciso VI, da Lei Orgânica,

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar o servidor para Fiscal de Contrato:

Nome:	**TANIA MARIA RIBOLI REICHERT**	Ciente e de acordo:
Cargo:	Agente Administrativo	
CPF:	580.767.001-91	
Matricula:	655.1	

Art. 2° - O Contrato pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da lei 8.666/93, são os seguintes:

CONTRATO:	002/2021			
Vigência:	Data de Início:	21/01/2021	Data de Encerramento:	21/01/2022
Objeto:	Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Locação Software.			

Art. 3º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ata e suas cláusulas avençadas;

2. Emitir relatórios/medições;

3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e terá vigência até o encerramento do Contrato e/ou ATA, revogando as disposições em contrários.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, AOS 25 DE JANEIRO DE 2021**.**

Dr. MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração de Água Boa, em 25 de janeiro de 2021.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração

GEOOBRAS
TERMO ADITIVO Nº. 006/2021 AO CONTRATO Nº. 150/2020.

TERMO ADITIVO Nº. 006/2021 ao Contrato n°. 150/2020 que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL** – Estado de Mato Grosso, e a empresa **RENOVA ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI**, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

PROCESSO: 070/2020

LICITAÇÃO: TP 011/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

OBJETO: Prorrogação de Prazo da Execução da AV. Olímpica e Roncador

NOVA VIGÊNCIA DE EXECUÇÃO: 28/02/2021

DATA: 29/01/2021

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

GEOOBRAS
TERMO ADITIVO Nº. 005/2021 AO CONTRATO Nº. 103/2020.

TERMO ADITIVO Nº. 005/2021 ao Contrato n°. 103/2020, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL** – Estado de Mato Grosso, e a empresa **CONSTRUTORA CONSTRUVALE EIRELI - ME**, devidamente já qualificadas no Contrato Originário.

PROCESSO: 090/2020.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 021/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT

OBJETO: Prorrogação da Vigência de Execução e Prorrogação de Prazo de Contrato.

VIGÊNCIA EXECUÇÃO: 14/03/2021

VIGÊNCIA CONTRATUAL: 27/03/2021

DATA: 28/01/2021.

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

GEOOBRAS
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº. 002/2021

Apostilamento para transferência de recurso entre Dotações Orçamentárias do Termo de Contrato nº. 198/2020.

INSTRUMENTO VINCULANTE: Processo Administrativo nº. 142/2020 e no Edital de Pregão Presencial 042/2020.

OBJETO: Contratação de Empresa para Elaboração de projeto técnico de engenharia para implantação de reservatório metálico apoiado em atendimento de pendências junto Fundação Nacional de Saúde.

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 § 8º da Lei Federal nº. 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento nº. 002/2021, cujo objetivo é a alteração do Disposto na **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**, prevista no instrumento inicial, transferindo valores entre dotações orçamentárias, por motivo de não haver saldo suficiente na dotação original, conforme o orçamento fiscal vigente:

DOTAÇÃO CONTRATUAL

R$ 13.400,00

Órgão —10 SECRETARIA DE CIDADE E MEIO AMBIENTE

Projeto Atividade — 20108

Elemento da Despesa — 4.4.90.51

Código Reduzido — 1234

DOTAÇÃO APOSTILAMENTO

R$ 13.400,00

Órgão —10 SECRETARIA DE CIDADE E MEIO AMBIENTE

Projeto Atividade — 20108

Elemento da Despesa — 4.4.90.51

Código Reduzido: 1106

DATA: 02/01/2021

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 004/2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:003/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: NABELLA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

OBJETO: Aquisições de Gêneros Alimentícios não perecíveis para compor a merenda escolar, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Educação da Prefeitura de Água Boa-MT.

COD	NOME	UND	MARCA	QTD	VLR. UNT	TOTAL
32381	SUCO CONCENTRADO - SABOR GOIABA- 500 ML	FR 500,000 ML	DA FRUTA	3000	4,19	12.570,00

Valor Total R$ 12.570,00 (Doze mil e quinhentos e setenta reais).

DATA: 02 de fevereiro de 2021

VIGÊNCIA: 12 MESES

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR A ARP DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 003/2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:003/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO EIRELI - EPP

OBJETO: Aquisições de Gêneros Alimentícios não perecíveis para compor a merenda escolar, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Educação da Prefeitura de Água Boa-MT.

COD	NOME	UND	MARCA	QTD	VLR. UNT	TOTAL
124	FARINHA DE TRIGO TIPO 1 - KG	PCTE 1,000 KG	VITORIOSA	6010	3,25	19.532,50
136	ARROZ TIPO I - PACOTE 5 KG	PCT 5,000 KG	CONCHA DE OURO	8700	23,33	202.971,00
268	OLEO DE SOJA 900ML	FR 900,000 ML	SOYA	16320	6,60	107.712,00
274	FEIJÃO PRETO TIPO 1 - PACOTE DE 1KG	PCT 1,000 KG	PILÃO	3170	7,40	23.458,00
275	AMENDOIM 500GR	UND	MIKA	600	8,15	4.890,00
350	FEIJÃO CARIOCA TIPO 1	PCT 1,000 KG	CAIBI	5300	6,00	31.800,00
519	CHA DE HORTELA	UND	MARATÁ	600	2,30	1.380,00
577	AÇUCAR MASCAVO	PCT 1,000 KG	PAIOL	800	10,00	8.000,00
634	LEITE INTEGRAL 1 LT	CX 1,000 LT	HELOISA	13140	4,88	64.123,20
24445	ARROZ TIPO 1 INTEGRAL - PACOTE 1KG	KG	URBANO	200	6,7425	1.348,50
24446	BOLACHA DE SAL - TIPO INTEGRAL - 400 GR	PCT 400,000 G	DALLAS	500	3,30	1.650,00
24451	GELATINA SABORES DIVERSOS - ZERO - 12 GR	UND	DR. OETKER	200	2,49	498,00
24576	BOLACHA DOCE MAISENA 400 GR	UND	DALLAS	1500	3,46	5.190,00
24824	FERMENTO BIOLOGICO 125G MARCA SUGERIDA: SAF-INSTANT, LESAFREE	UND	SAF	800	6,30	5.040,00
25741	CHÁ DE CAMOMILA 10G	CX 10,000 G	MARATÁ	1000	2,30	2.300,00
26555	LEITE EM PÓ INTEGRAL	UND	PIRACANJUBA	8200	11,66	95.612,00
27907	LEITE DE SOJA EM PO S/LACTOSE - MARCA SUGERIDA: SUPRA SOY - 300G	UND	SUPRA SOJA	200	28,00	5.600,00
28472	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL 1 KG	KG	ANACONDA	200	5,20	1.040,00
30597	BOLACHA DOCE SEM LACTOSE - 400 GR	PCT 400 G	LIANE	500	3,50	1.750,00
30600	MACARRÃO ESPAGUETE INTEGRAL - 500 GR	PCT 500,000 G	DALLAS	264	4,38	1.156,32
32372	LENTILHA - PACOTE 500 GR	PCT 500,000 G	MIKA	500	8,96	4.480,00
32374	GELATINA - SABOR ABACAXI - UNIDADE	UND	CAMP	1350	1,05	1.417,50
32375	GELATINA - SABOR FRAMBOESA- UNIDADE	UND	CAMP	1250	1,39	1.737,50
32376	GELATINA - SABOR MORANGO - UNIDADE	UND	CAMP	1250	1,13	1.412,50
32377	GELATINA - SABOR UVA - UNIDADE	UND	CAMP	1350	1,13	1.525,50
32378	GELATINA - SABOR LIMÃO- UNIDADE	UND	CAMP	1250	1,13	1.412,50
32386	BOLACHA DOCE - TIPO LEITE - 400 GR	PCT 400,000 G	DALLAS	1500	3,48	5.220,00
32388	LEITE LONGA VIDA - DESNATADO	CX 1,000 LITRO	HELOISA	1200	4,36	5.232,00

Valor Total R$ 607.489,02 (Seiscentos e sete mil e quatrocentos e oitenta e nove reais e dois centavos).

DATA: 02 de fevereiro de 2021

VIGÊNCIA: 12 MESES

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR A ARP DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 002/2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:003/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: COMERCIAL LUAR

OBJETO: Aquisições de Gêneros Alimentícios não perecíveis para compor a merenda escolar, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Educação da Prefeitura de Água Boa-MT.

COD	NOME	UND	MARCA	QTD	VLR. UNT	TOTAL
145	MILHO P/ CANJICA 500 GR	PCT 500 G	DIADORO	1500	2,72	4.080,00
146	CANELA EM PÓ 10 GR	FR 40,000 G	MIKA	1000	1,75	1.750,00
149	COLORÍFICO (COLORAU) 500 GR	UND	SINHA	800	4,05	3.240,00
154	MILHO P/ PIPOCA 500 GR	PCT 500,000 G	DIADORO	1500	2,80	4.200,00
157	VINAGRE 750 ML	FR 750,000 MILILITRO	VITALIA	500	1,60	800,00
174	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ INSTANTÂNEO 100 GR	EMBALAGEM 100,000 G	CAIPIRA	2000	2,30	4.600,00
196	FARINHA DE TRIGO P/ KIBE	UND	DIADORO	800	0,39	312,00
199	COCO RALADO - 100G	PCT 100,000 G	ADELCOCO	1500	2,52	3.780,00
273	MACARRÃO PARAFUSO COM OVOS - 500 GR	PCT 500,000 G	DALLAS	10000	3,15	31.500,00
301	CANELA EM CASCA 10GR	SACHE 10,000 G	MIKA	800	1,98	1.584,00
302	AMIDO DE MILHO (MAIZENA) 500GR	CX 500,000 G	TECNUTRI	1200	3,30	3.960,00
309	SAL REFINADO 1KG	KG	CRISTAL	2340	1,35	3.159,00
357	FARINHA DE MANDIOCA 1KG TIPO 1	PCT 1,000 KG	FAVORITA	1200	5,30	6.360,00
381	CARNE EM LATA - SARDINHA 130GR	LATA 130,000 G	LAGE	1000	3,30	3.300,00
384	AVEIA FLOCOS FINOS 500GR	UND	MIKA	1000	6,15	6.150,00
405	AÇAFRÃO 500GR	PCT 500,000 G	PAIOL	800	11,85	9.480,00
692	ACHOCOLATADO DE MORANGO LATA 400G	SACO 200,000 G	MUKI	2000	5,92	11.840,00
734	BOLACHA ROSQUINHA PACOTE 800GR	UND	DALLAS	3000	6,87	20.610,00
750	FARINHA DE FUBÁ 1 KG	PCT 1,000 KG	DIADORO	1000	3,30	3.300,00
755	DOCE DE FRUTAS EM PASTA - 400 GR	LT 400,000 G	XODO	600	3,45	2.070,00
24842	ORÉGANO 20G	POTE 20,000 G	MIKA	1000	2,30	2.300,00
24853	POLVILHO DOCE 1 KG	PCT 1,000 KG	D. JULIA	1000	6,02	6.020,00
25756	MACARRÃO ESPAGUETE COM OVOS - 500G	PCT 500,000 G	DALLAS	1500	2,65	3.975,00
26557	MACARRÃO COM OVOS TIPO AVE MARIA	KG	DALLAS	2000	3,03	6.060,00
26561	SUCO CONCENTRADO - SABOR UVA	LT	DA FRUTA	3000	6,90	20.700,00
26566	MACARRÃO INTEGRAL PARAFUSO	KG	DALLAS	300	4,10	1.230,00
26567	LEITE ZERO LACTOSE (SEMIDESNATADO)	CX 1,000 LT	PARMALATE	2400	5,35	12.840,00
28290	ERVA DOCE 10G	PCT 10,000 G	MIKA	1000	1,33	1.330,00
28304	CHÁ DE CAPIM CIDREIRA 15X15GR	CX 15,000 G	MARATA	600	2,65	1.590,00
30598	BOLACHA SALGADA SEM LACTOSE - 400 GR	UND	LIANE	500	4,75	2.375,00
31853	ACHOCOLATADO EM PÓ - LATA 400 GR	LT 400,000 G	MUKI	4800	4,95	23.760,00
32373	POLVILHO AZEDO - 1 QUILO	PCT 1,000 KG	AMAFIL	500	7,67	3.835,00
32379	SUCO CONCENTRADO - SABOR CAJU - 500 ML	FR 500,000 MILILITRO	DA FRUTA	6000	2,75	16.500,00
32380	SUCO CONCENTRADO - SABOR PÊSSEGO- 500 ML	FR 500,000 MILILITRO	DA FRUTA	3000	6,14	18.420,00
32383	CRAVO DA ÍNDIA 08 GR	PCT 8,000 G	MIKA	1000	2,38	2.380,00

32384	FOLHA DE LOURO DE 05 GRAMAS	PCT 5,000 G	BOM GOS-TO	800	1,60	1. 280,00
32385	BOLACHA DOCE - TIPO MARIA - 400 GR	PCT 400,000 G	DALLAS	1500	3,50	5. 250,00
32387	BOLACHA SAL- TIPO CREAN CRACKER- 400 GR	PCT 400,000 G	DALLAS	3800	3,50	13. 300,00
33847	DOCE DE LEITE 400 GRS	UND	TRIANGULO	600	5,60	3. 360,00
36387	ÓLEO COMESTÍVEL DE MILHO, OBTIDO DA MISTURA DE ÓLEOS DE ESPÉCIE VEGETAL, ISENTO DE RANÇO	FR 900,000 MILI-LITRO	LIZA	200	12,75	2. 550,00

Valor Total R$ 275.130,00 (Duzentos e setenta e cinco mil e cento e trinta reais).

DATA: 02 de fevereiro de 2021

VIGÊNCIA: 12 MESES

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR A ARP DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo administrativo 013/2021.

CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2021.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações; a seguinte Licitação regida pela Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº. 8.883/94 e suas alterações posteriores.

OBJETO: Chamada Pública para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa de Alimentação Escolar, para o período compreendendo o ano letivo de 2021.

REALIZAÇÃO: 19/02/2021.

HORAS: 08h30min.

HORÁRIO DE BRASILIA.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min e também através do site www.aguaboa.mt.gov.br e do e-mail licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 02 de fevereiro de 2021.

Tânia Maria Riboli Reichert

Presidente da Comissão de Licitação.

GEOOBRAS
5º NOTIFICAÇÃO AO CONTRATO 055/2020

NOTIFICANTE: Prefeitura Municipal de Água Boa-MT

NOTIFICADO: ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA-ME

MOTIVO: Notificar a empresa pelo prazo de execução da obra estar finalizando no dia 07/02/2021 e a empresa não está tendo certos cuidados com a obra e isto vem gerando danos ao que já foi executado e furtos aos cabos já instalados.

PROCESSO: Processo n° 019/2020

TP: 003/2020

CONTRATO: 055/2020

PRAZO: 5 dias uteis após o recebimento.

Data: 02 de janeiro de 2021

Alex Sandro Pilatti - Fiscal da Obra

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 124 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

Nomeia SONIA CATULÉ TEIXEIRA BERGOLI, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assessor Técnico II, lotado(a) no Gabinete do Prefeito, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei no art. 71, inciso I da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Municipal nº 873 de 24 de outubro de 2011 e a Lei Municipal nº 874, de 08 de novembro de 2011.

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomear **SONIA CATULÉ TEIXEIRA BERGOLI**, portador(a) do Registro Geral n° 0495591-9 SSP/MT e inscrito(a) no CPF/MF sob n° 415.823.141-87, para o cargo de provimento em comissão de **Assessor Técnico II**, lotado(a) no Gabinete do Prefeito, e dá outras providências.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração a proceder às providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de 01 de Fevereiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças-MT, em 02 de Fevereiro de 2021.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 125 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

Nomeia KENIA FRANÇA TEIXEIRA DE REZENDE, para a função de Ouvidora, lotada no Gabinete do Prefeito, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas na Lei Orgânica do Município e demais normas correlatas:

CONSIDERANDO a preocupação em promover a defesa dos direitos e interesses do público interno e externo do Tribunal face aos atos e omissões da administração;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimoramento na prestação dos serviços, mediante canal de comunicação que possibilite ao público reclamar, solicitar, denunciar ou apresentar sugestões;

CONSIDERANDO que o Serviço de Ouvidoria Administrativa serve como subsídio às unidades administrativas para diagnosticar a qualidade, a eficiência e a eficácia dos serviços prestados ao público interno e externo.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear **KENIA FRANÇA TEIXEIRA DE REZENDE,** portador do Registro Geral n° 1521151-7 SSP/MT e inscrita no CPF n° 001.712. 081-02, para a função de **OUVIDORA,** Lotada no Gabinete do Prefeito, e dá outras providências.

Art. 2º - Este serviço não possuirá função gratificada e terá como função dialogar, ouvir os lados de uma situação em conflito e buscar, se não o acordo, pelo menos encaminhamentos que possam ajudar a resolver o impasse;

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças-MT, 02 de Fevereiro de 2021.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 126 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

Nomeia REYLLA RODRIGUES CARDOSO DE OLIVEIRA para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Atenção Integral à Saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei no art. 71, inciso I da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Municipal nº 873 de 24 de Outubro de 2011 e a Lei Municipal nº 874, de 08 de Novembro de 2011.

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomear **REYLLA RODRIGUES CARDOSO DE OLIVEIRA**, portador(a) do Registro Geral n° 2032229-1 SSP/MT e inscrito(a) no CPF/MF sob n° 001.202.021-40 para o cargo de provimento em comissão de **Gerente de Atenção Integral à Saude,** lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração a proceder às providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria produzirá seus efeitos na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças-MT, em 02 de Fevereiro de 2021.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PE N. 002/2021

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna Público aos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO - Tipo Menor Preço Por ITEM, no **dia 18 de fevereiro de 2021, às 14h00min (horário de Brasília-DF)**, para **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO INSUMOS LABORATORIAIS E MANUTENÇÃO DE MAQUINAS/EQUIPAMENTOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO LABORATÓRIO MUNICIPAL,** de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. **INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS**: Das 14:00h do dia 03/02/2021 às 18h00m do dia 17/02/2021 (horário de Brasília), **ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:** Das14:00h do dia 18/02/2021 (horário de Brasília), **INÍCIO DA DISPUTA:** Dia 18/02/2021 às 14:15h (horário de Brasília). INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser examinado e adquirido através do site: (www.bll.org.br). Maiores informações via email: licitacaoag2021-2024@outlook.com, pelo site https://www.altogarcas.mt.gov.br/Transparencia/Licitacoes-e-contratos - ou no Departamento de Compras e Licitação - Rua Dom Aquino n° 346, Centro - Alto Garças /M - telefone (66) 3471-2450/3471-1155 das 13h00 às 18h00. Alto Garças - MT, 02 de fevereiro de 2021. Alessandra da Silva Dias - Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PORTARIA 057/2021

PORTARIA 057/2021

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

Considerando a necessidade de organizar, estruturar, economizar, dinamizar e estabelecer as Normas sobre o regime Jurídico estabelecido pelas Leis Municipais 11 de 19/11/1990, 264 de 02/08/2010 e 265 de 02/08/2010 que Dispõem sobre o Estatuto e os Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais de Alto Paraguai – MT.

Considerando os princípios constitucionais e a necessidade de cumprimento do limite de gastos com pessoal em conformidade ao art. 19, da Lei 101 de 04/05/2000 – LRF;

RESOLVE:

Art. 1º - Transpor a Servidora Pública Municipal, conforme lotação descrita abaixo.

Ø DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – Depto de Gabinete da Secretária.

JENIFFER LYNE REIS DE MATOS- ASSISTENTE – AGENTE ADMINISTRATIVA

Ø PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – Depto de Centro de Referência de Assistência Social- CRAS.

JENIFFER LYNE REIS DE MATOS- ASSISTENTE – AGENTE ADMINISTRATIVA

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai–MT. 01 de Fevereiro de 2021.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
LICITACAO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N. 001/2021

O Município de Alto Paraguai - MT, por meio do Pregoeiro Oficial nomeado pela **Portaria n. 208/2019**, torna público, para conhecimento dos interessados, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, tendo como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR ITEM**, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GASES MEDICINAIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DA PREFEITURA DE ALTO PARAGUAI-MT.**

A abertura dos envelopes se dará em sessão pública do **dia 12 de Fevereiro de 2021, às 09h30min (fuso horário local)**. O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Alto Paraguai – Setor de Licitação, nos dias úteis das 07h00min as 11h00min e dás 13h00-min as 17hmin00, sito à Rua Presidente Médici, 470, Bairro Planalto, Alto Paraguai - MT, e também no site: www.altoparaguai.mt.gov.br.

Alto Paraguai - MT, 02 de Fevereiro de 2021.

YHURI RAYAN ARRUDA DE ALMEIDA

Pregoeiro Oficial

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
DECRETO 54/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: altoparaguai.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 54/2020

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 578/2020, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 2º - Para cobertura aos creditos abertos no Art. 1º, serao utilizados recursos de Anulacao Parcial ou Total de Dotacoes Orcamentarias, conforme o Inciso III, Art. 43, da Lei Federal 4.320/64, também de acordo com o Art. 1º e Art. 3º da Lei Municipal 562/2019, Reduzindo recursos das seguintes Dotacoes:

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0003.2003.3.1.9.0.13.00.00.00|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 12.040,00
02.001.04.122.0003.2003.3.1.9.0.11.00.00.00|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 58.000,00
02.001.04.122.0003.2003.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 380,00
Sub-Total:	**R$ 70.420,00**

02.003-CONTROLADORIA GERAL

02.003.04.122.0003.2006.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 3.300,00
02.003.04.122.0003.2006.3.1.9.0.13.00.00.00|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 1.500,00
02.003.04.122.0003.2006.3.1.9.0.11.00.00.00|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 6.700,00
Sub-Total:	**R$ 11.500,00**

02.004-ASSESSORIA JURIDICA

02.004.04.122.0003.2005.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 1.500,00
02.004.04.122.0003.2005.3.1.9.0.13.00.00.00|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 2.200,00
02.004.04.122.0003.2005.3.3.9.0.35.00.00.00|100000000 SERVICOS DE CONSULTORIA	R$ 1.500,00
02.004.04.122.0003.2005.3.1.9.0.11.00.00.00|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 9.900,00
02.004.04.122.0003.2005.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 100,00
Sub-Total:	**R$ 15.200,00**

02.005-JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR

02.005.04.122.0003.2007.3.1.9.0.13.00.00.00|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 1.000,00
Sub-Total:	**R$ 1.000,00**

03.001-GABINETE DO SECRETARIO DE RECEITA E CONTROL

03.001.04.123.0003.2008.3.1.9.0.13.00.00.00|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 7.020,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: altoparaguai.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 54/2020

03.001.04.123.0003.2008.3.1.9.0.11.00.00.00|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 32.400,00
03.001.04.123.0003.2008.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 2.000,00
03.001.04.123.0003.2008.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 200,00
03.001.04.123.0003.2008.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.000,00
	Sub-Total:R$ 44.620,00

03.004-DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO E FISCALIZACAO

03.004.04.123.0003.2009.3.1.9.0.13.00.00.00|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 1.000,00
03.004.04.123.0003.2009.3.1.9.0.11.00.00.00|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 4.700,00
03.004.04.123.0003.2009.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.200,00
	Sub-Total:R$ 6.900,00

03.005-AGENCIA MUNICIPAL DE TRANSITO

03.005.04.129.0003.2021.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 500,00
	Sub-Total:R$ 500,00

04.005-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO

04.005.04.122.0003.2010.3.3.9.0.92.00.00.00|100000000 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R$ 10.000,00
04.005.04.122.0003.2010.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 1.000,00
04.005.04.122.0003.2010.3.3.9.0.35.00.00.00|100000000 SERVICOS DE CONSULTORIA	R$ 6.000,00
04.005.04.122.0003.2010.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 300,00
04.005.04.122.0003.2010.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.500,00
04.005.04.122.0003.2010.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 700,00
04.005.04.122.0003.2010.3.1.9.0.04.00.00.00|100077000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 1.500,00
04.005.04.128.0003.2012.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 5.750,00
04.005.04.122.0003.2010.3.1.9.0.11.00.00.00|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 3.500,00
04.005.04.122.0003.2010.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 30.000,00
	Sub-Total:R$ 60.250,00

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 1.850,00
05.002.26.782.0017.1012.4.4.9.0.51.00.00.00|130000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 6.000,00
05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 10.500,00
05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 21.100,00
05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 45.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: altoparaguai.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 54/2020

05.002.04.122.0003.2014.3.1.9.0.13.00.00.00|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 13.300,00
05.002.04.122.0003.2014.3.1.9.0.11.00.00.00|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 43.700,00
05.002.04.122.0003.2014.3.1.9.0.04.00.00.00|100077000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 13.900,00
05.002.04.122.0003.2014.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 500,00
05.002.15.451.0015.2023.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 3.000,00
05.002.27.813.0011.1078.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 37.153,48
05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 35.600,00
05.002.26.782.0017.2019.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 4.000,00
	Sub-Total:R$ 235.603,48

05.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

05.005.25.752.0015.2020.3.1.9.0.13.00.00.00|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 10.100,00
05.005.25.752.0015.2020.3.1.9.0.11.00.00.00|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 43.800,00
05.005.25.752.0015.2020.3.1.9.0.04.00.00.00|100077000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 2.150,00
05.005.25.752.0015.2020.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.700,00
05.005.17.512.0015.1077.4.4.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.500,00
	Sub-Total:R$ 62.250,00

06.001-GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO

06.001.12.122.0003.2024.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 4.450,00
06.001.12.122.0003.2024.3.1.9.0.04.00.00.00|101000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 2.900,00
	Sub-Total:R$ 7.350,00

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0010.2030.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 4.600,00
06.002.12.361.0010.2030.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 5.200,00
06.002.12.361.0010.2030.3.1.9.0.04.00.00.00|101000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 12.100,00
06.002.12.361.0010.2030.4.4.9.0.52.00.00.00|101000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 2.500,00
	Sub-Total:R$ 24.400,00

06.003-DEPARTAMENTO DA EDUCACAO INFANTIL

06.003.12.365.0010.2038.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.900,00
06.003.12.365.0010.2036.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.034,60
06.003.12.365.0010.2038.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 11.431,00
06.003.12.365.0010.2038.3.3.9.0.14.00.00.00|101000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 300,00
	Sub-Total:R$ 20.665,60

06.005-FUNDEB

06.005.12.365.0010.2048.3.1.9.0.13.00.00.00|101000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 17.000,00
06.005.12.365.0010.2045.3.1.9.0.13.00.00.00|118000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 34.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: altoparaguai.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 54/2020

06.005.12.361.0010.2047.3.3.9.0.30.00.00.00|119000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 250,00
06.005.12.365.0010.2045.3.1.9.0.11.00.00.00|118000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 136.400,00
	Sub-Total:R$ 187.650,00

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.301.0009.2053.3.1.9.0.11.00.00.00|146000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 4.000,00
07.002.10.304.0009.2056.3.1.9.0.11.00.00.00|146000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 12.000,00
07.002.10.304.0009.2056.3.1.9.0.13.00.00.00|102000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 2.400,00
07.002.10.305.0009.2057.3.1.9.0.13.00.00.00|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 1.000,00
07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.14.00.00.00|102000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 200,00
07.002.10.301.0021.2090.3.3.9.0.30.00.00.00|146074000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 500,00
07.002.10.301.0009.2051.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 16.000,00
07.002.10.301.0009.2053.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 520,00
07.002.10.302.0009.2058.3.1.9.0.13.00.00.00|102000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 13.000,00
07.002.10.302.0009.2058.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 15.000,00
07.002.10.302.0009.2058.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 46.000,00
07.002.10.301.0009.2051.3.1.9.0.11.00.00.00|146000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 2.800,00
07.002.10.301.0009.2052.3.1.9.0.13.00.00.00|102000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 5.100,00
07.002.10.301.0009.2051.3.1.9.0.04.00.00.00|100077000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 10.100,00
07.002.10.301.0009.2052.3.1.9.0.11.00.00.00|146000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 28.400,00
07.002.10.122.0003.2089.3.3.9.0.30.00.00.00|146074000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.100,00
07.002.10.302.0021.2091.3.3.9.0.30.00.00.00|126076000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 250,00
07.002.10.301.0009.2051.3.1.9.0.13.00.00.00|146000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 10.000,00
07.002.10.301.0009.2051.3.3.9.0.14.00.00.00|146000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 600,00
07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 7.500,00
07.002.10.305.0009.2057.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.700,00
07.002.10.301.0009.2051.3.1.9.0.13.00.00.00|102000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 9.750,00
07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 8.900,00
07.002.10.303.0009.2055.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 591,00
07.002.10.301.0009.2051.3.1.9.0.94.00.00.00|142000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 2.500,00
07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.30.00.00.00|146000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 8.700,00
07.002.10.301.0009.2051.3.1.9.0.13.00.00.00|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 5.800,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: altoparaguai.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 54/2020

07.002.10.305.0009.2057.3.1.9.0.11.00.00.00|146000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 16.300,00
07.002.10.305.0009.2057.3.1.9.0.13.00.00.00|102000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 3.100,00
07.002.10.302.0021.2091.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 4.000,00
07.002.10.305.0009.2057.3.1.9.0.13.00.00.00|146000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 3.000,00
07.002.10.301.0009.2051.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 19.500,00
07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.36.00.00.00|146000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 32.200,00
07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 49.738,00
07.002.10.122.0003.2049.3.3.9.0.14.00.00.00|102000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 1.600,00
	Sub-Total:R$ 345.849,00

08.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIA

08.001.08.122.0003.2061.3.1.9.0.11.00.00.00|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 11.000,00
08.001.08.122.0003.2061.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.045,00
08.001.08.122.0003.2061.3.1.9.0.13.00.00.00|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 2.200,00
	Sub-Total:R$ 16.245,00

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.08.241.0006.2064.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.000,00
08.002.08.243.0006.2067.3.1.9.0.13.00.00.00|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 4.350,00
08.002.08.241.0006.2063.3.1.9.0.11.00.00.00|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 11.700,00
08.002.08.243.0006.2068.3.1.9.0.04.00.00.00|100077000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 1.030,00
08.002.08.241.0006.2064.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00
08.002.08.241.0006.2063.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.000,00
08.002.08.241.0006.2063.3.1.9.0.04.00.00.00|100077000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 8.600,00
08.002.08.241.0006.2064.3.1.9.0.11.00.00.00|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 2.600,00
08.002.08.241.0006.2064.3.1.9.0.04.00.00.00|100077000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 2.500,00
08.002.08.243.0006.2068.3.1.9.0.13.00.00.00|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 2.650,00
08.002.08.243.0006.2068.3.1.9.0.11.00.00.00|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 11.000,00
08.002.08.241.0006.2064.3.1.9.0.13.00.00.00|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 1.500,00
08.002.08.244.0021.2092.3.3.9.0.30.00.00.00|129074000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.800,00
08.002.08.241.0006.2064.3.3.9.0.14.00.00.00|129000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 1.450,00
08.002.08.241.0006.2064.4.4.9.0.52.00.00.00|129000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 1.200,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: altoparaguai.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 54/2020

08.002.08.243.0006.2066.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 6.800,00
08.002.08.241.0006.2064.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 21.715,00
08.002.08.241.0006.2064.3.3.9.0.39.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 2.000,00
08.002.08.241.0006.2063.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 13.900,00
08.002.08.241.0006.2063.3.3.9.0.14.00.00.00|129000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 1.000,00
08.002.08.241.0006.2063.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 8.200,00
08.002.08.241.0006.2064.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 2.000,00
08.002.08.241.0006.2063.3.1.9.0.13.00.00.00|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 5.000,00
08.002.08.241.0006.2063.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 5.600,00
08.002.08.243.0006.2067.3.1.9.0.11.00.00.00|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 15.200,00
08.002.08.243.0006.2067.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.700,00
08.002.08.241.0006.2063.4.4.9.0.52.00.00.00|129000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 5.000,00
08.002.08.241.0006.2063.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.700,00
	Sub-Total:R$ 159.195,00

09.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E

09.001.20.122.0003.2069.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 4.700,00
09.001.20.122.0003.2069.3.1.9.0.11.00.00.00|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 4.000,00
09.001.20.122.0003.2069.3.1.9.0.13.00.00.00|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 890,00
	Sub-Total:R$ 9.590,00

09.002-DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMEN

09.002.20.608.0018.1058.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 39.000,00
	Sub-Total:R$ 39.000,00

10.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSUNTOS ESTRATÉG

10.001.21.122.0003.2074.3.1.9.0.13.00.00.00|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 1.100,00
10.001.21.122.0003.2074.3.1.9.0.11.00.00.00|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 7.000,00
10.001.21.122.0003.2074.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 200,00
10.001.21.122.0003.2074.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00
	Sub-Total:R$ 13.300,00

12.001-GABINETE DO SECRETARIO DE CULTURA E DESPORT

12.001.04.122.0003.2075.3.1.9.0.13.00.00.00|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 2.200,00
12.001.04.122.0003.2075.3.1.9.0.11.00.00.00|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 11.200,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: altoparaguai.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 54/2020

12.001.04.122.0003.2075.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 9.280,00
12.001.04.122.0003.2075.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 5.000,00
12.001.04.122.0003.2075.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 4.500,00
12.001.04.122.0003.2075.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 4.220,00

Sub-Total:R$ 36.400,00

13.001-GABINETE SEC. SERVICOS URBANOS

13.001.04.122.0003.2079.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 200,00
13.001.25.752.0015.2018.3.3.9.0.39.00.00.00|117000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 57.000,00

Sub-Total:R$ 57.200,00

Total Parcial Reduzido: R$ 1.425.088,08

Art. 2º - Para cobertura aos creditos abertos no Art. 1º, serao utilizados recursos de Anulacao Parcial ou Total de Dotacoes Orcamentarias, conforme o Inciso III, Art. 43, da Lei Federal 4.320/64, também de acordo com o Art. 1º e Art. 3º da Lei Municipal 562/2019, Reduzindo recursos das seguintes Dotacoes:

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0003.2003.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 24.000,00

Sub-Total:R$ 24.000,00

02.003-CONTROLADORIA GERAL

02.003.04.122.0003.2006.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 78.000,00

Sub-Total:R$ 78.000,00

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.26.782.0017.1012.4.4.9.0.51.00.00.00|130000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 6.000,00
05.002.04.122.0003.2014.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 32.000,00

Sub-Total:R$ 38.000,00

05.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

05.005.25.752.0015.2020.3.1.9.0.11.00.00.00|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 500,00
05.005.25.752.0015.2020.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 10.000,00
05.005.25.752.0015.2020.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 18.000,00

Sub-Total:R$ 28.500,00

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0010.2030.3.1.9.0.11.00.00.00|101000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 50.000,00
06.002.12.361.0010.1025.4.4.9.0.51.00.00.00|115000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 2.654,12
06.002.12.361.0010.1025.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 129.800,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: altoparaguai.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 54/2020

Sub-Total:R$ 182.454,12

06.003-DEPARTAMENTO DA EDUCACAO INFANTIL

06.003.12.365.0010.1084.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 9.500,00

Sub-Total:R$ 9.500,00

06.005-FUNDEB

06.005.12.361.0010.2047.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 32.000,00
06.005.12.361.0010.2044.3.1.9.0.11.00.00.00|118000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 73.308,05
06.005.12.361.0010.2044.3.1.9.0.13.00.00.00|118000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 25.000,00
06.005.12.365.0010.2048.3.1.9.0.11.00.00.00|101000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 11.000,00

Sub-Total:R$ 141.308,05

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.301.0009.2051.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 56,74
07.002.10.301.0009.2051.3.1.9.0.04.00.00.00|142000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 223,26
07.002.10.301.0009.2051.3.1.9.0.04.00.00.00|100077000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 19.720,00
07.002.10.301.0009.1038.4.4.9.0.51.00.00.00|147000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 365.859,15
07.002.10.122.0003.2049.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 20.000,00
07.002.10.301.0009.2051.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 87.000,00
07.002.10.302.0009.2058.3.1.9.0.11.00.00.00|146000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 15.493,73
07.002.10.302.0009.2058.3.1.9.0.11.00.00.00|142000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 28.506,27

Sub-Total:R$ 536.859,15

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.08.241.0006.2064.3.1.9.0.04.00.00.00|129000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 9.174,62
08.002.08.241.0006.2064.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 10.825,38

Sub-Total:R$ 20.000,00

09.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E

09.001.20.122.0003.2069.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 6.299,89

Sub-Total:R$ 6.299,89

09.002-DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMEN

09.002.20.608.0018.1054.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 155.166,34
09.002.20.608.0018.1054.4.4.9.0.52.00.00.00|192000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 165.166,34

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: altoparaguai.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 54/2020

13.001-GABINETE SEC. SERVICOS URBANOS

13.001.25.752.0015.1011.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 195.000,53

Sub-Total:R$ 195.000,53

Total Parcial Reduzido: R$ 1.425.088,08

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 01 de Setembro de 2020.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PORTARIA 056/2021

PORTARIA 056/2021

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Nomear a servidora efetiva Sra.**MARILUCE ALVES OLIVEIRA** portadora do **RG Nº 15550095SSP/MT e do CPF Nº 878.362.891.68**, para exercer o cargo em comissão, função gratificada de **DIREÇÃO E ASSES-**

SORAMENTO SUPERIOR – DAS 4 – CHEFE DE DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai–MT. 01 de Fevereiro de 2021.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE/CONTABILIDADE
DECRETO 72/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: altoparaguai.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 72/2020

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 578/2020, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 2º - Para cobertura aos creditos abertos no Art. 1º, serao utilizados recursos de Anulacao Parcial ou Total de Dotacoes Orcamentarias, conforme o Inciso III, Art. 43, da Lei Federal 4.320/64, também de acordo com o Art. 1º e Art. 3º da Lei Municipal 562/2019, Reduzindo recursos das seguintes Dotacoes:

06.005-FUNDEB

06.005.12.365.0010.2048.3.1.9.0.11.00.00.00|101000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 47.000,00
06.005.12.365.0010.2048.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 3.200,00

Sub-Total:R$ 50.200,00

Total Parcial Reduzido: R$ 50.200,00

Art. 2º - Para cobertura aos creditos abertos no Art. 1º, serao utilizados recursos de Anulacao Parcial ou Total de Dotacoes Orcamentarias, conforme o Inciso III, Art. 43, da Lei Federal 4.320/64, também de acordo com o Art. 1º e Art. 3º da Lei Municipal 562/2019, Reduzindo recursos das seguintes Dotacoes:

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0003.2003.3.1.9.0.11.00.00.00|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 40.000,00
02.001.04.122.0003.2003.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 4.123,00
02.001.04.122.0003.2003.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 700,00
02.001.04.122.0003.2003.3.1.9.0.13.00.00.00|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 4.320,00

Sub-Total:R$ 49.143,00

02.003-CONTROLADORIA GERAL

02.003.04.122.0003.2006.3.1.9.0.13.00.00.00|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 1.500,00
02.003.04.122.0003.2006.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 150,00
02.003.04.122.0003.2006.3.1.9.0.11.00.00.00|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 7.000,00

Sub-Total:R$ 8.650,00

02.004-ASSESSORIA JURIDICA

02.004.04.122.0003.2005.3.1.9.0.11.00.00.00|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 11.000,00
02.004.04.122.0003.2005.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.300,00
02.004.04.122.0003.2005.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 4.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: altoparaguai.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 72/2020

02.004.04.122.0003.2005.3.1.9.0.13.00.00.00|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 13.000,00
Sub-Total:	**R$ 30.300,00**

02.005-JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR

02.005.04.122.0003.2007.3.1.9.0.13.00.00.00|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 500,00
Sub-Total:	**R$ 500,00**

03.001-GABINETE DO SECRETARIO DE RECEITA E CONTROL

03.001.04.123.0003.2008.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 1.000,00
03.001.04.123.0003.2008.3.1.9.0.13.00.00.00|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 3.000,00
03.001.04.123.0003.2008.3.1.9.0.11.00.00.00|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 16.548,00
03.001.04.123.0003.2008.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 3.630,00
Sub-Total:	**R$ 24.178,00**

03.004-DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO E FISCALIZACAO

03.004.04.123.0003.2009.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.500,00
03.004.04.123.0003.2009.3.1.9.0.13.00.00.00|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 1.000,00
03.004.04.123.0003.2009.3.1.9.0.11.00.00.00|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 5.000,00
Sub-Total:	**R$ 7.500,00**

04.005-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO

04.005.04.122.0003.2010.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 3.140,00
04.005.04.122.0003.2010.3.1.9.0.11.00.00.00|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 15.000,00
04.005.04.122.0003.2010.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 41.750,00
04.005.04.122.0003.2010.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 1.100,00
04.005.04.122.0003.2010.3.3.9.0.40.00.00.00|100000000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	R$ 500,00
~~04.005.04.122.0003.2012.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA~~	R$ 850,00
04.005.04.122.0003.2010.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 500,00
04.005.04.122.0003.2010.3.1.9.0.04.00.00.00|100077000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 2.000,00
04.005.04.122.0003.2010.3.1.9.0.13.00.00.00|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 1.500,00
Sub-Total:	**R$ 66.340,00**

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 72.500,00
05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 59.000,00
05.002.26.782.0017.2019.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 7.000,00
05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.36.00.00.00|100080000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 8.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: altoparaguai.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 72/2020

05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.30.00.00.00|100080000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 9.000,00
05.002.04.122.0003.2014.3.1.9.0.11.00.00.00|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 43.000,00
05.002.04.122.0003.2014.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 2.070,00
05.002.04.122.0003.2014.3.1.9.0.04.00.00.00|100077000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 17.500,00
05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 51.650,00
05.002.04.122.0003.2014.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 5.915,00
05.002.15.451.0015.2023.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 30.000,00
05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 3.000,00
05.002.04.122.0003.2014.3.1.9.0.13.00.00.00|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 14.000,00
	Sub-Total:R$ 322.635,00

05.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

05.005.25.752.0015.2020.3.1.9.0.13.00.00.00|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 4.500,00
05.005.25.752.0015.2020.3.1.9.0.11.00.00.00|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 15.000,00
05.005.25.752.0015.2020.3.1.9.0.04.00.00.00|100077000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 2.200,00
	Sub-Total:R$ 21.700,00

06.001-GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO

06.001.12.122.0003.2024.3.1.9.0.04.00.00.00|101000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 2.867,81
06.001.12.122.0003.2024.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 4.500,00
06.001.12.122.0003.2024.3.3.9.0.14.00.00.00|101000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 500,00
06.001.12.122.0003.2024.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.800,00
	Sub-Total:R$ 9.667,81

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0010.2030.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 13.000,00
06.002.12.361.0010.2028.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.000,00
06.002.12.361.0010.2030.3.1.9.0.04.00.00.00|101000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 14.900,00
06.002.12.361.0010.2027.3.3.9.0.30.00.00.00|125000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 28.000,00
06.002.12.361.0010.2027.3.3.9.0.39.00.00.00|125000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 29.000,00
06.002.12.361.0010.2027.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 28.000,00
	Sub-Total:R$ 115.900,00

06.003-DEPARTAMENTO DA EDUCACAO INFANTIL

06.003.12.365.0010.2038.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.000,00
06.003.12.365.0010.2036.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 10.000,00
	Sub-Total:R$ 13.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: altoparaguai.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 72/2020

06.005-FUNDEB

06.005.12.365.0010.2045.3.1.9.0.11.00.00.00|118000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 139.400,00
06.005.12.365.0010.2048.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 49.420,00
06.005.12.365.0010.2048.3.1.9.0.13.00.00.00|101000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 17.000,00
06.005.12.365.0010.2045.3.1.9.0.13.00.00.00|118000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 29.000,00
06.005.12.365.0010.2048.3.1.9.0.11.00.00.00|101000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 5.440,00

Sub-Total:R$ 240.260,00

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.301.0009.2051.3.1.9.0.11.00.00.00|146000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 15.000,00
07.002.10.304.0009.2056.3.1.9.0.13.00.00.00|102000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 2.400,00
07.002.10.302.0009.2058.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 44.300,00
07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.900,00
07.002.10.301.0009.2052.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 7.000,00
07.002.10.301.0009.2051.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 21.000,00
07.002.10.302.0009.2058.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 14.800,00
07.002.10.301.0009.2052.3.1.9.0.11.00.00.00|146000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 25.000,00
07.002.10.305.0009.2057.3.1.9.0.11.00.00.00|146000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 14.500,00
07.002.10.305.0009.2057.3.1.9.0.13.00.00.00|102000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 3.500,00
07.002.10.301.0009.2053.3.1.9.0.11.00.00.00|146000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 5.000,00
07.002.10.301.0009.2052.3.1.9.0.13.00.00.00|102000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 4.700,00
07.002.10.304.0009.2056.3.1.9.0.11.00.00.00|146000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 10.500,00
07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.39.00.00.00|146000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 6.500,00
07.002.10.122.0003.2049.3.3.9.0.93.00.00.00|102000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 1.000,00
07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.36.00.00.00|146000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 8.000,00
07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 6.800,00
07.002.10.305.0009.2057.3.3.9.0.36.00.00.00|146000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.000,00
07.002.10.302.0009.2059.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 600,00
07.002.10.305.0009.2057.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 700,00
07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00
07.002.10.301.0009.2051.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 24.500,00
07.002.10.301.0009.2051.3.3.9.0.36.00.00.00|146000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 6.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: altoparaguai.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 72/2020

07.002.10.122.0003.2049.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 4.000,00
07.002.10.302.0009.2058.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 6.000,00
07.002.10.302.0021.2091.3.3.9.0.39.00.00.00|146074000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 7.000,00
07.002.10.301.0009.2051.3.1.9.0.04.00.00.00|100077000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 6.491,00
07.002.10.302.0009.2058.3.1.9.0.13.00.00.00|102000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 12.300,00
07.002.10.122.0003.2049.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 7.639,00
	Sub-Total:R$ 281.130,00

08.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIA

08.001.08.122.0003.2061.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 4.400,00
08.001.08.122.0003.2061.3.1.9.0.13.00.00.00|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 4.300,00
08.001.08.122.0003.2061.3.1.9.0.11.00.00.00|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 19.000,00
	Sub-Total:R$ 27.700,00

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.08.241.0006.2063.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 3.000,00
08.002.08.241.0006.2064.3.3.9.0.14.00.00.00|129000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 300,00
08.002.08.243.0006.2067.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 5.050,00
08.002.08.241.0006.2064.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 800,00
08.002.08.241.0006.2064.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.000,00
08.002.08.243.0006.2067.3.3.9.0.39.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.000,00
08.002.08.243.0006.2067.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 7.000,00
08.002.08.241.0006.2063.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.200,00
08.002.08.243.0006.2067.3.3.9.0.32.00.00.00|129000000 MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUIT	R$ 500,00
08.002.08.241.0006.2063.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 300,00
08.002.08.243.0006.2067.3.1.9.0.11.00.00.00|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 13.000,00
08.002.08.241.0006.2064.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.000,00
08.002.08.241.0006.2063.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 20.000,00
08.002.08.241.0006.2063.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 16.500,00
08.002.08.241.0006.2063.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 500,00
08.002.08.243.0006.2067.3.3.9.0.14.00.00.00|129000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 600,00
08.002.08.243.0006.2068.3.1.9.0.13.00.00.00|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 2.001,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: altoparaguai.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 72/2020

08.002.08.241.0006.2063.3.1.9.0.04.00.00.00|100077000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 5.300,00
08.002.08.241.0006.2063.3.1.9.0.11.00.00.00|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 4.800,00
08.002.08.243.0006.2068.3.1.9.0.04.00.00.00|100077000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 1.000,00
08.002.08.241.0006.2064.3.1.9.0.11.00.00.00|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 1.400,00
08.002.08.243.0006.2068.3.1.9.0.11.00.00.00|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 9.000,00
08.002.08.241.0006.2064.3.1.9.0.04.00.00.00|100077000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 5.000,00
08.002.08.241.0006.2064.3.1.9.0.13.00.00.00|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 2.300,00
08.002.08.243.0006.2067.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 4.100,00
08.002.08.243.0006.2067.3.1.9.0.13.00.00.00|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 3.000,00
08.002.08.241.0006.2063.3.1.9.0.13.00.00.00|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 1.600,00
08.002.08.243.0006.2067.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 200,00
	Sub-Total:R$ 115.451,00

09.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E

09.001.20.122.0003.2069.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 DIARIAS - CIVIL	R$ 200,00
09.001.20.122.0003.2069.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 201,00
09.001.20.122.0003.2069.3.1.9.0.11.00.00.00|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 4.000,00
09.001.20.122.0003.2069.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 10.500,00
09.001.20.122.0003.2069.3.1.9.0.13.00.00.00|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 1.000,00
	Sub-Total:R$ 15.901,00

10.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSUNTOS ESTRATÉG

10.001.21.122.0003.2074.3.1.9.0.11.00.00.00|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 8.000,00
10.001.21.122.0003.2074.3.1.9.0.13.00.00.00|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 2.000,00
10.001.21.122.0003.2074.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 260,00
10.001.21.122.0003.2074.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 1.200,00
10.001.21.122.0003.2074.3.1.9.0.94.00.00.00|100000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	R$ 2.245,00
	Sub-Total:R$ 13.705,00

12.001-GABINETE DO SECRETARIO DE CULTURA E DESPORT

12.001.04.122.0003.2075.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 8.000,00
12.001.04.122.0003.2075.3.1.9.0.11.00.00.00|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 20.000,00
12.001.04.122.0003.2075.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 6.705,00
12.001.04.122.0003.2075.3.1.9.0.13.00.00.00|100080000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 4.400,00
	Sub-Total:R$ 39.105,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: altoparaguai.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 72/2020

Total Parcial Reduzido: R$ 1.402.765,81

Art. 2º - Para cobertura aos creditos abertos no Art. 1º, serao utilizados recursos de Anulacao Parcial ou Total de Dotacoes Orcamentarias, conforme o Inciso III, Art. 43, da Lei Federal 4.320/64, também de acordo com o Art. 1º e Art. 3º da Lei Municipal 562/2019, Reduzindo recursos das seguintes Dotacoes:

02.001-GABINETE DO PREFEITO

02.001.04.122.0003.2003.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 28.000,00

Sub-Total:R$ 28.000,00

02.003-CONTROLADORIA GERAL

02.003.04.122.0003.2006.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 50.000,00

Sub-Total:R$ 50.000,00

03.001-GABINETE DO SECRETARIO DE RECEITA E CONTROL

03.001.04.123.0003.2008.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 155.000,00
03.001.04.123.0003.2008.3.3.9.0.91.00.00.00|100000000 SENTENCAS JUDICIAIS	R$ 42.000,00

Sub-Total:R$ 197.000,00

03.004-DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO E FISCALIZACAO

03.004.04.123.0003.2009.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 36.000,00
03.004.04.123.0003.2009.3.3.9.0.35.00.00.00|100000000 SERVICOS DE CONSULTORIA	R$ 1.200,00

Sub-Total:R$ 37.200,00

03.005-AGENCIA MUNICIPAL DE TRANSITO

03.005.04.129.0003.2021.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 900,00

Sub-Total:R$ 900,00

04.005-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO

04.005.04.122.0003.2010.3.3.9.0.40.00.00.00|100000000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	R$ 6.900,00
~~04.005.04.122.0003.2010.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA~~	R$ 15.000,00
04.005.04.122.0003.2010.3.3.9.0.91.00.00.00|100000000 SENTENCAS JUDICIAIS	R$ 1.000,00

Sub-Total:R$ 22.900,00

05.002-DEPARTAMENTO DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PU

05.002.26.782.0017.2019.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 121.635,22
05.002.15.451.0014.1013.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 OBRAS E INSTALACOES	R$ 23.147,54
05.002.26.782.0017.2019.3.3.9.0.36.00.00.00|130000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 6.000,00
05.002.04.122.0003.2014.3.3.9.0.91.00.00.00|100000000 SENTENCAS JUDICIAIS	R$ 1.000,00

Sub-Total:R$ 151.782,76

05.003-DEPARTAMENTO DE TRANSITO E TRANSPORTE RODOV

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: altoparaguai.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 72/2020

05.003.26.782.0016.2015.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 17.200,00
Sub-Total:	**R$ 17.200,00**

05.005-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

05.005.25.752.0015.2020.3.3.9.0.91.00.00.00|100000000 SENTENCAS JUDICIAIS	R$ 500,00
Sub-Total:	**R$ 500,00**

06.001-GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCACAO

06.001.12.122.0003.2024.3.3.9.0.40.00.00.00|101000000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	R$ 5.500,00
Sub-Total:	**R$ 5.500,00**

06.002-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

06.002.12.361.0010.2030.3.1.9.0.13.00.00.00|101000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 11.000,00
06.002.12.361.0010.2027.3.3.9.0.30.00.00.00|125000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 28.000,00
06.002.12.361.0010.2028.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 482,32
06.002.12.361.0010.2027.3.3.9.0.30.00.00.00|130061000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 9.000,00
06.002.12.361.0010.2030.3.1.9.0.11.00.00.00|101000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 75.000,00
06.002.12.361.0010.2028.3.3.9.0.30.00.00.00|115000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 14.517,68
Sub-Total:	**R$ 138.000,00**

06.003-DEPARTAMENTO DA EDUCACAO INFANTIL

06.003.12.365.0010.2034.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 121,88
06.003.12.365.0010.2034.3.3.9.0.30.00.00.00|115000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 4.878,12
06.003.12.365.0010.2036.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 114,90
06.003.12.365.0010.2036.3.3.9.0.30.00.00.00|115000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 19.885,10
Sub-Total:	**R$ 25.000,00**

06.005-FUNDEB

06.005.12.365.0010.2048.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 10.000,00
06.005.12.361.0010.2047.3.1.9.0.04.00.00.00|119000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 9.000,00
06.005.12.365.0010.2046.3.1.9.0.11.00.00.00|118000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 70.000,00
Sub-Total:	**R$ 89.000,00**

07.002-DEPARTAMENTO DE SAUDE

07.002.10.302.0009.2060.3.3.7.1.70.00.00.00|102000000 RATEIO PELA PARTICIPAuAO EM CONSORCIO PUBLICO	R$ 80.000,00
07.002.10.301.0009.1040.3.3.9.0.39.00.00.00|142000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 700,00
07.002.10.301.0009.2052.3.3.9.0.36.00.00.00|142000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 100,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: altoparaguai.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 72/2020

07.002.10.301.0009.2052.3.3.9.0.39.00.00.00|142000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 100,00
07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.93.00.00.00|142000000 INDENIZACOES E RESTITUICOES	R$ 500,00
07.002.10.301.0009.2051.3.3.9.0.30.00.00.00|142000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 3.360,36
07.002.10.302.0009.2059.3.3.9.0.30.00.00.00|146000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 4.400,00
07.002.10.302.0009.2059.3.1.9.0.11.00.00.00|146000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 15.000,00
07.002.10.302.0009.2058.3.1.9.0.11.00.00.00|146000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 20.989,75
07.002.10.302.0009.2058.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 1.810,25
07.002.10.301.0009.2053.3.1.9.0.13.00.00.00|146000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 8.000,00
07.002.10.301.0009.2051.3.1.9.0.11.00.00.00|142000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 50.000,00
07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.36.00.00.00|142000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	R$ 3.000,00
07.002.10.303.0009.2055.3.3.9.0.32.00.00.00|142000000 MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUIT	R$ 18.274,09
~~07.002.10.301.0009.2053.3.3.9.0.39.00.00.00|142000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA~~	R$ 6.900,00
07.002.10.301.0009.2052.3.3.9.0.30.00.00.00|142000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.500,00
07.002.10.301.0009.2051.3.3.9.0.39.00.00.00|142000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 30.000,00
07.002.10.302.0009.2058.3.3.9.0.30.00.00.00|142000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 17.745,85
07.002.10.301.0009.2053.3.1.9.0.11.00.00.00|142000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 20.000,00
07.002.10.301.0009.2053.3.1.9.0.13.00.00.00|142000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 2.000,00
07.002.10.304.0009.2056.3.3.9.0.39.00.00.00|142000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 1.000,00
07.002.10.301.0009.2051.3.1.9.0.04.00.00.00|142000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 12.276,74
07.002.10.303.0009.2055.3.3.9.0.30.00.00.00|142000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 9.835,99
	Sub-Total:R$ 307.493,03

08.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIA

08.001.08.122.0003.2061.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 67.000,00
08.001.08.122.0003.2061.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 16.600,00
	Sub-Total:R$ 83.600,00

08.002-DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

08.002.08.241.0006.2063.3.1.9.0.04.00.00.00|129000000 CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	R$ 10.000,00
08.002.08.241.0006.2063.3.1.9.0.11.00.00.00|129000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 20.000,00
08.002.08.243.0006.2067.3.1.9.0.11.00.00.00|129000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 50.000,00
08.002.08.241.0006.2064.3.1.9.0.13.00.00.00|129000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 14.800,00
08.002.08.241.0006.2064.3.1.9.0.11.00.00.00|100077000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 5,53
08.002.08.241.0006.2064.3.1.9.0.11.00.00.00|129000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 24.459,72
08.002.08.241.0006.2064.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 423,44
08.002.08.241.0006.2064.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 15.534,75
08.002.08.241.0006.2064.3.3.9.0.30.00.00.00|143000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 8.424,74

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
RUA PRESIDENTE MEDICI, 470, BELA VISTA, 78.410-000
Telefone: (065) 3396.1468, Fax: (065) 3396.1468
CNPJ: 03.648.532/0001-28
e-mail: altoparaguai.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 72/2020

08.002.08.241.0006.2064.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.151,82
Sub-Total:	**R$ 144.800,00**

09.001-GABINETE DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E

09.001.20.122.0003.2069.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 33.000,00
Sub-Total:	**R$ 33.000,00**

09.002-DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMEN

09.002.20.608.0018.1054.4.4.9.0.52.00.00.00|124000000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 94.090,02
Sub-Total:	**R$ 94.090,02**

09.003-DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

09.003.18.122.0003.2073.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 14.000,00
Sub-Total:	**R$ 14.000,00**

13.001-GABINETE SEC. SERVICOS URBANOS

13.001.25.752.0015.2018.3.3.9.0.39.00.00.00|117000000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	R$ 13.000,00
Sub-Total:	**R$ 13.000,00**
Total Parcial Reduzido:	**R$ 1.452.965,81**

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 01 de Outubro de 2020.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

LICITAÇÃO
LICITACAO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGAO PRESENCIAL N. 005/2021

O Município de Alto Paraguai - MT, por meio do Pregoeiro Oficial nomeado pela **Portaria n. 029/2021**, torna público, para conhecimento dos interessados, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO** na forma **PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO**, tendo como critério de julgamento o **ME-**

NOR PREÇO POR ITEM, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TONRS ORIGINAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI-MT.**A abertura dos envelopes se dará em sessão pública do **dia 12 de Fevereiro de 2021, às 08h00min** (fuso horário local). O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Alto Paraguai – Setor de Licitação, nos dias úteis das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min , sito à Rua Presidente Médici, 470, Bairro Planalto, Alto Paraguai - MT, e também gratuitamente no site: www.altoparaguai.mt.gov.br.

Alto Paraguai - MT, 02 de Fevereiro de 2021.

YHURI RAYAN ARRUDA DE ALMEIDA

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÃO
LICITAÇÃO

EXTRATO DE ADESÃO À ATA DE RP

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, torna pública a **ADESÃO** ao procedimento licitatório **Adesão a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2020**, **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2020, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2020, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2020** DO **PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2020**, cujo objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT,**realizadas pela **Prefeitura Municipal de DIAMANTINO-MT.**

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai – MT contratará as empresas FRIOLAR COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ELETROELETRONICOS LTDA**, CNPJ:** 36.850.598/0001-55 e H. D. S. DOS SANTOS EIRELI**, CNPJ:** 34. 508.569/0001-84, empresaMARIA JOSE DOS REIS NETO, **CNPJ:** 10. 226.940/0001-57, e a empresa R.M. DOS REIS – COMERCIAL, CNPJ: 33. 947.168/0001-68 detentoras das Atas de Registros de Preços acima mencionado, aderida através desse procedimento.

A íntegra do ato de Adesão e demais documentos encontram-se nos autos, na sede da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai - MT.

Fundamento legal: Regida pela lei Federal n° 10.520, de 17 de junho de 2002 e subsidiariamente pela lei Federal n° 8.666 de 21/06/93 (com alterações da lei 8883/94 e da lei n° 9.648/98) e ainda pelo Decreto Federal n° 7892/2013 e Decreto Federal nº9.488/18.

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei n° 8.666/93.

Alto Paraguai - MT, 02 de Fevereiro de 2021.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 002/2021

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, **RATIFICA** a presente **DISPENSA** de Licitação enquadrada **no Inciso II do Art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93** e suas alterações posteriores, e ainda com base no Parecer Jurídico exarado pelo Drº Assessor Jurídico do Município, para que se proceda a contratação da empresa,**BRANEL COMERCIO MATERIAS ELETRICOS LTDA** CNPJ: **07.624.206/0001-31**, no valor previsto de **R$ 13.513,89 (Quinze Mil Quinhentos e Treze e Oitenta e Nove Centavos).** Objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICIPIO.** Correndo tal despesa à dotação específica constante na Lei Orçamentária do Município de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2021.

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei n° 8.666/93.

Alto Paraguai - MT, 02 de Fevereiro de 2021.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

JURIDICO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA N° 022/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRAZO DETERMINADO DE

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA N° 022/2021

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO CERTO E DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n.º 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Adair José Alves Moreira**, brasileiro, casado, Advogado, portadora da Carteira de Identidade RG sob n.º 09287868 SSP/MT, e inscrita no CPF sob n.º 604.418.441-20, que doravante denominada, simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado o Sr.**Boanézio Gusmão de Lara,** brasileiro (a), portador (a) do RG nº **0417036-9** SSP/MT e CPF N. **038.194.021-79,** residente e domiciliado **em Alto Paraguai - MT**, a seguir denominada **CONTRATADA**, ajustam o presente contrato de prestação de serviços segundo as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1 – O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços profissionais na função de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** o qual contém **PARECERES FAVORÁVEIS** do Controle Interno, Recursos Humanos, Ordenador de Despesa e Assessoria Jurídica, embasadas nas Leis Municipais correlatas e Lei 8666/93.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - JORNADA DE TRABALHO.

2.1 – Jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 40 (quarenta) horas semanais;

2.2 Os serviços deverão ser prestados nos dias e horários estabelecidos pelo SECRETÁRIO **MUNICÍPAL DE INFRAESTRUTURA,** o qual é o responsável pela efetiva prestação dos serviços que serão executados pela **CONTRATADA.**

2.3 – De comum acordo entre as partes poderão ser alterados o local e o horário definido no presente CONTRATO, podendo inclusive ser alterado o valor contratual ora pactuado, devendo ser realizados os termos aditivos/alterações.

3. – CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DA REMUNERAÇÃO.

3.1 – A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância no valor mensal de **R$ 1.100,00 (Hum Mil e Cem Reais**), sendo o pagamento realizado em conta bancária da **CONTRATADA,** coincidente com o pagamento mensal efetuado aos demais servidores municipais, em conformidade com informação dos dias trabalhados que serão informados pela **SECRETÁRIO MUNICÍPAL DE INFRAESTRUTURA, junto ao DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS** devendo ser descontados os dias não trabalhados, sem as devidas justificativas legais.

3.2 – Serão descontados no pagamento da **CONTRATADA** os dias ausentes em suas funções sem a devida justificativa ou atestado, assim como não cumprimento da carga horária integral de 40(quarenta) horas semanais.

4. –CLÁUSULA QUARTA - DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO.

4.1 – A **CONTRATANTE** deverá efetuar sobre a remuneração da **CONTRATADA** todos os descontos previstos em Lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO.

5.1. **–** O prazo do presente contrato terá validade a partir da data de **04/01/2021** e término de pleno direito em **31/03/2021,** ocasião em que cessam automaticamente os poderes conferidos pela **CONTRATANTE** a **CONTRATADA.**

5.2. O presente contrato poderá ser **RESCINDINDO** antes do término do prazo, por descumprimento pela **CONTRATADA** de qualquer cláusula contratual prevista no presente instrumento, assim como por razões de interesse público, desde que devidamente motivado.

5.3 – Poderá ainda ser rescindido unilateralmente o presente contrato, sem direitos a **CONTRATADA**, quando a prestação dos serviços for insatisfatória, com atrasos, devendo ser cumpridas as determinações legais inclusive constante no **ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI – MT.**

5.5 – O presente contrato poderá ser rescindido antes do término do prazo contratual, se houver a realização de **CONCURSO PÚBLICO** para preenchimento da vaga.

5.4 – PODERÁ o presente contrato ser ADITIVO desde que devidamente justificado e autorizado pela PREFEITO MUNICIPAL.

6.- CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

6.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no Orçamento Anual do Município do exercício de 2021na seguinte rubrica: **05.002.04.122.0003.2014. 319004000000/100 – Código Reduzido 567.**

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS GARANTIAS.

7.1. – Dispensado o oferecimento de garantia para execução dos serviços, por não constituir quaisquer dos princípios estabelecidos em lei.

8. – CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS, DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES E DAS PENALIDADES CABÍVEIS.

8.1. – O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. – A **CONTRATANTE** nomeia como fiscal do presente contrato, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA,** para fiscalizar o contrato entabulado entre as partes.

8.3 – A **CONTRATADA** na execução do contrato, sem prejuízo às responsabilidades contratuais legais, não poderá sub-contratar ou ceder a terceiros os seus serviços ora contratados.

8.4 – Em conseqüência do presente contrato são obrigações da **CONTRATADA:**

a) Comparecer assiduamente ao local instituído para exercício das atividades;

b) Trajar adequadamente a prestação dos serviços;

c) Realizar os trabalhos de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE**;

d) Cumprir a carga horária estabelecida.

8.5 - O não cumprimento das obrigações contratuais das alienas da clausula 8.4, implicará na suspensão do pagamento até sua correspondente regularização.

8.6 – **A CONTRATANTE** fica no direito que lhe confere modificar o presente contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público; rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos previstos neste instrumento e nos casos previstos no inciso I, do artigo 79, da Lei Federal n.º 8666/93; fiscalizar a execução do contrato; e, aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; e ainda, nos casos de serviços essenciais, ocuparem, provisoriamente, bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do presente contrato, na hipótese de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contrato, bem como na hipótese de rescisão do presente contrato administrativo.

8.7 - Fica vedada a antecipação de pagamentos, com relação ao cronograma financeiro fixado neste contrato, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de serviços.

8.8 – A **CONTRATADA** é responsável por todos os prejuízos oriundos da execução dos serviços, ou que deles venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar a **CONTRATANTE** ou a TERCEIROS.

8.9 – A **CONTRATADA** tem direito a gratificação natalina e férias proporcionais, que serão pagas no final do contrato.

8.10 - O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9. – CLÁUSULA NONA - DA MULTA.

9.1. – Fica fixado o valor da multa correspondente a 10% (dez por cento), sobre o valor total deste CONTRATO, em prejuízo da parte que infringir qualquer das cláusulas ou condições do presente CONTRATO.

9.2 - A **CONTRATADA** fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força do Estatuto do Servidor, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção a aqueles inerentes ao exercício de determinada função.

As sanções administrativas e a tutela judicial aplicam-se a ambas as partes pactuadas neste contrato, conforme disposto em lei.

10.- CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS DE RESCISÃO.

10.1 - São casos de rescisão contratual o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, serviços e o cumprimento irregular de cláusulas instituídas neste contrato, especificações, projetos, serviços ou prazos; a paralisação do serviço ou fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação a **CONTRATANTE;** o cometimento reiterado de faltas na execução deste contrato, além de outros legalmente estabelecidos.

10.2 - Qualquer das partes contratantes poderá solicitar a rescisão contratual, com prévia comunicação de 03 (três) dias antecedentes ao último.

10.3 - O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações, pelo término do prazo contratual e por iniciativa de ambas as partes;

10.4. – Este contrato poderá ser rescindido ainda nos casos previstos nos artigos 78 e 79 da Lei 8666/93, ficando reconhecidos os direitos da administração para caso de rescisão administrativa.

10.5 – A execução dos serviços, não se concebendo em nenhuma hipótese, sejam estes transferidos a terceiros, pena de caracterização de desistência, determinante de imediata RESCISÃO CONTRATUAL.

11. – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A EXECUÇÃO DESTE CONTRATO E ESPECIALMENTE AOS CASOS OMISSOS.

11.1 - Fica o presente contrato vinculado a Lei Orgânica Municipal e às Leis Municipais que lhe são correlatas, e ainda, aos preceitos legais insti-

tuídos pelo Direito Público quanto aos contratos administrativos e às disposições constitucionais pertinentes e aos princípios da teoria geral dos contratos.

11.2 - A contratação dos serviços pessoais de que trata o presente instrumento, se dará por tempo determinado, para atender necessidades urgentes e indispensáveis aos serviços da Administração Pública Municipal, conforme autoriza a Constituição Federal, inciso IX, Art. 37.

11.3 – Qualquer **ALTERAÇÃO CONTRATUAL** será realizada por meio de **TERMO ADITIVO,** devidamente assinado pelas partes contratantes.

11.4 - Aos casos omissos, as dúvidas e as questões incidentes serão resolvidas pela autoridade superior que represente a **CONTRATANTE,** e na impossibilidade desta, a competência será do Poder Judiciário da Comarca da **CONTRATANTE.**

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FISCAL DE EXECUÇÃO DO PRESENTE CONTRATO.

12.1 – O presente contrato terá seu OBJETO DE EXECUÇÃO fiscalizado pela **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**.

12.2 – O (A) fiscal do presente CONTRATO tem por obrigação exigir o fiel cumprimento e a qualidade nos serviços prestados pela **CONTRATADA;**

12.3 - É obrigação do (a) FISCAL DE CONTRATO, anotar em registro próprio todas as ocorrências, a fim de demonstrar a execução da fiscalização do contrato. Na ocorrência de falhas na execução, deve notificar o responsável indicado pela **CONTRATADA** para a regularização, estabelecendo prazo para solução, e deve cientificar o gestor do cumprimento ou não da notificação apresentada, para que o gestor tome as devidas providências.

13. – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO FORO.

13.1 – Para fins e efeitos da Legislação Trabalhista, o presente Instrumento constitui Contrato de Trabalho, **RENUNCIANDO** a **CONTRATADA**, por este ato, a qualquer reclamação trabalhista dele decorrente.

14. – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO.

14.1 – Fica eleito o foro da Comarca do Município de Diamantino– MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das cláusulas, firmam o presente contrato de trabalho em duas vias de igual teor que serão assinadas por pelas partes.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 04 de Janeiro de 2021.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA	Boanézio Gusmão de Lara
Prefeito Municipal	Contratado

KAROLINE FERREIRA DE CAMPOS KAUANY BARBARA N. PEREIRA

1ª. Testemunha 2ª. Testemunha

CPF: 034.092.391-11 CPF: 036.226.031.19

LICITAÇÃO
LICITACAO

EXTRATO DE ADESÃO À ATA DE RP

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, torna pública a **ADESÃO** ao procedimento licitatório **Adesão a Ata de Registro de Preços nº 115/2020** do **Pregão Presencial nº 056/2020**, cujo objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEICULOS QUE SERÃO UTILIZADOS NO PAIF e PAEFI DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSINTENCIA SOCIAL DE JACIARA - MT,**realizadas pela **Prefeitura Municipal de JACIARA-MT.**

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai – MT contratará as empresas **TATIANE CAPITANO-VEICULOS, CNPJ: 09.103.941/0001-25** detentora da Ata de Registros de Preços acima mencionado, aderida através desse procedimento.

A íntegra do ato de Adesão e demais documentos encontram-se nos autos, na sede da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai - MT.

Fundamento legal: Regida pela lei Federal n° 10.520, de 17 de junho de 2002 e subsidiariamente pela lei Federal n° 8.666 de 21/06/93 (com alterações da lei 8883/94 e da lei n° 9.648/98) e ainda pelo Decreto Federal n° 7892/2013.

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei n° 8.666/93.

Alto Paraguai - MT, 02 de Fevereiro de 2021.

ADAIR ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 081/2021

DECRETO Nº 081/2021

"Dispõe sobre a nomeação de **Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente** e dá outras providências."

A Prefeita Municipal d e Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marilda Garofalo Sperandio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º.- Fica nomeado para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente**, código CC – 6000, o Senhor **EDISLEI MARTINS DE AMORIM**, CPF/MF – 705. 280.801-30, de acordo com a Lei n.° 390/2004.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Taquari/MT, em 02 de fevereiro de 2021.

Marilda Garofalo Sperandio

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 078/2021

DECRETO N.º 078/2021

"Dispõe sobre exoneração de **Chefe da Seção de Eventos Culturais** e nomeação de **Chefe da Seção de Manutenção de Compras** dá outras providências. "

A Prefeita Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marilda Garofalo Sperandio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerada, do cargo de **Chefe da Seção de Eventos Culturais**, código CC- 3.040, a senhora**Eliana Worst**, CPF/MF – 211.920. 570-15, nomeada através do Decreto n.° 032/2021.

Artigo 2º.- Fica nomeada para exercer Cargo de Provimento em Comissão de **Chefe da Seção de Manutenção de Compras**, aSenhora **Eliana Worst,** CPF/MF – 211.920.570-15, de acordo com a Lei n.° 1184/2021.

Artigo 3°.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, 02 de fevereiro de 2021.

Marilda Garofalo Sperandio

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 079/2021

DECRETO N.º 079/2021

"Dispõe sobre exoneração de **Coordenador de Agricultura e Meio Ambiente** e nomeação de **Coordenador de Meio Ambiente** dá outras providências. "

A Prefeita Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marilda Garofalo Sperandio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado, do cargo de **Coordenador de Agricultura e Meio Ambiente**, código CC- 6.050, o**Senhor *Valdecir Bocchi***, CPF/MF – 819.566.069-04, nomeado através do Decreto n.° 027/2021.

Artigo 2º.- Fica nomeado para exercer Cargo de Provimento em Comissão de **Coordenador de Meio Ambiente**, CC-6150, oSenhor ***Valdecir Bocchi***, CPF/MF – 819.566.069-04, de acordo com a Lei n.° 1184/2021.

Artigo 3°.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, 02 de fevereiro de 2021.

Marilda Garofalo Sperandio

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 080/2021

DECRETO Nº 080/2021

"Dispõe sobre a nomeação de **Chefe da Seção de Almoxarifado** e dá outras providências."

A Prefeita Municipal d e Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marilda Garofalo Sperandio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica nomeado para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Chefe da Seção de Almoxarifado**, o**Senhor CARLOS ANTONIO FERREIRA DE SOUZA,** CPF/MF – 020.253.091-47, de acordo com a Lei n.° 1184/2021.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Taquari/MT, em 02 de fevereiro de 2021.

Marilda Garofalo Sperandio

Prefeita Municipal

TERMO DE CONVÊNIO Nº 001/2021

TERMO DE CONVÊNIO Nº 001/2021 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI/MT E O CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO - CORESS/MT, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

O MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI, pessoa jurídica de Direito Público, com sede administrativa na Avenida Macário Subtil de Oliveira, nº 848, devidamente inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 01.362.680/0001-56, neste ato representada pela sua Prefeita Municipal o Sra. MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, brasileira, residente e domiciliada em Alto Taquari/MT, na Rua Onecídio Manuel de Rezende, n. 52, Centro, portadora da cédula de identidade sob o n.º 117764504 – SSP/SP, CPF nº 049.818.698-94, *denominando de* CONCEDENTE, *e o* CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO - CORESS/MT*, associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.238.413/0001-22, com sede na com sede na* Rua João Pessoa, nº 1357, Centro A*, nesta cidade de Rondonópolis/MT, fone/fax: (66) 3423-1086, neste ato representado pelo Presidente, Sr.* NELSON ANTONIO PAIM, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Poxoréu/MT, portador do RG sob o n.º 681901 SSP/MT e inscrito no CPF sob n.º 522.597.811-87, residente e domiciliado em Poxoréu/MT*, denominando de* PROPONENTE, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, considerando o teor da Lei Municipal n. 1.183/2021, *de 29 de janeiro de 2.021,* que reger-se-á pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1. Constitui objeto deste Convênio a transferência de recursos financeiros pelo Município CONCEDENTE ao Consórcio PROPONENTE para custeio de cirurgias eletivas e **distribuição do recurso de emendar parlamentar por bancada voltada para a área da saúde, no Estado de Mato Grosso**.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

2. O valor totaldo presente Convênio é de R$ 346.000,00 (trezentos e quarenta e seis mil reais)*,* eserá depositado pelo Município Concedente, **na conta corrente nº 6770-9, do Banco do Brasil S/A, agência nº 3283-2**, de titularidade do PROPONENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

3. Os recursos transferidos na forma prevista no presente Termo de Convênio deverão ser aplicados, **exclusivamente, em serviços médicos, na execução de cirurgias eletivas**, à população do Município CONCEDENTE, sendo vedada a aplicação em outras ações.

CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO

4. O valor a ser pago mensalmente pelo CONCEDENTE ao PROPONENTE correrá à conta da dotação orçamentária nº 3.3.71.70.00.00 0346017000 - Termo de convênio com consórcio prevista no orçamento vigente.

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO

5. O prazo de vigência do presente Convênio será de **02 de fevereiro de 2.021** a **31 de dezembro de 2.021**, podendo ser alterado, mediante Termo Aditivo, devidamente acordado e aceito entre as partes conveniadas.

CLÁUSULA SEXTA: DA INADIMPLÊNCIA

6. As partes signatárias acordam que em caso de inadimplência do CONCEDENTE do compromisso firmado na CLAUSULA SEGUNDA, de, no máximo, 20 (vinte) dias, contados da data prevista para o pagamento, ou seja dia 10 (dez) de cada mês, **haverá suspensão imediata**, a partir do primeiro dia útil subsequente a data limite de atraso, **dos atendimentos/serviços médicos, aos usuários do Município CONCEDENTE**, sem prejuízo e responsabilização judicial e impedimento de celebrar novos Termos de Convênio com o CORESS.

PARAGRAFO ÚNICO. Desfeita a situação de inadimplência, fica o PROPONENTE autorizado a realizar, automaticamente, a quitação dos débitos vencidos, e somente, aplicar o saldo remanescente, nos serviços médicos.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES

7. Compete ao CONCEDENTE:

§1º – Efetuar o pagamento de valor mensal, conforme a utilização dos serviços médicos, pelos pacientes, **até o dia 10 (dez) de cada mês, impreterivelmente**, sob pena de sofrer a sanção prevista na CLÁUSULA SEXTA e demais aplicáveis;

§2º – Acompanhar e fiscalizar a consecução do presente Termo de Convênio através da Secretaria Municipal de Saúde;

7.1 Compete ao PROPONENTE:

a) Aplicar os valores financeiros, pagos pelo CONCEDENTE, no limite das finalidades previstas pela emenda parlamentar da bancada;

b) Movimentar contas específicas para os valores ora conveniados em instituições financeiras oficiais;

c) Se solicitado, enviar relatório da consecução financeira do presente Termo Convênio ao CONCEDENTE, na pessoa do Sr. Prefeito Municipal e Sr. Secretário Municipal de Saúde, para cumprimento dos princípios legais aplicáveis, notadamente o princípio da publicidade.

CLÁSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES

8. Será objeto de Termo Aditivo qualquer alteração julgada necessária pelos signatários do presente Convênio.

CLÁSULA NONA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

9. O presente Convênio poderá ser rescindido:

a) Mediante comum acordo pelas partes signatárias;

b) Unilateralmente, por meio de notificação das partes, com prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias;

c) Por qualquer dos signatários, imediatamente, em caso de não cumprimento de alguma das cláusulas avençadas;

d) Ou, ainda, por interesse público desde que justificado, também num prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO FORO

10. Fica eleito o Foro da Comarca de Rondonópolis/MT para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo de Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11. Fica certo que o presente Termo de Convênio, dada a sua natureza obrigacional recíproca, servirá de título executivo extrajudicial (artigo 910 do CPC) para a devida execução, em casa de inadimplemento, de todos os valores pelo Município Conveniado, originados pelo descumprimento de quaisquer cláusulas do presente pacto.

Por estarem as partes de acordo e conveniadas, assinam o presente Termo de Convênio em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Alto Taquari, 02 de fevereiro de 2021.

_____

_____

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO NELSON ANTONIO PAIM

Prefeita Municipal de Alto Taquari/MT Presidente do Consórcio Regional de

Saúde Sul de Mato Grosso

CORESS/MT

Testemunhas: **Nome:**

_____

CPF:

_____

_____

Nome:

_____

CPF:

_____

_____

LEI N.º 1185/2021

LEI N.º 1185/2021

"Autoriza o Poder Executivo a realizar abertura de Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro ate o valor de R$ **3.348.779,94** *no Orçamento Vigente.*

A Prefeita Municipal de Alto Taquari - MT, na pessoa da Senhora Marilda Garofalo Sperandio, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR por superávit financeiro do até o montante **R$ 3.348.779,94 (Três milhões, trezentos quarenta e oito mil, setecentos e setenta e nove reais e noventa e quatro centavos)**, **LOA 2021**, **Lei 1176/2020,** nos termos do artigo 42 Lei n.º 4.320/64**,** para atender as seguintes dotações orçamentárias:

02.060.00 – SEC MUN DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER

Fr:0301000000 - Educação 25%

Atividade - 1013 - Adquirir Veículos para a Secretaria de Educação

4490000000 - Aplicação Direta 100.000,00

02.060.00 – SEC MUN DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER

Fr:0315051000 - Merenda Escolar

Atividade - 2039 - Manutenção da merenda escolar

3390000000 - Aplicação Direta 117.000,00

02.060.00 – SEC MUN DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER

Fr:0315052000 - Transporte escolar

Atividade - 2034 - Manuter o transporte escolar

3390000000 - Aplicação Direta 16.500,00

02.060.00 – SEC MUN DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER

Fr:0322055000 - Transporte SEDUC

Atividade - 2034 - Manuter o transporte escolar

3390000000 - Aplicação Direta 62.700,00

02.070.00 – SEC MUN. DE INFRA ESTRUTURA, VIAÇÃO, OBRAS E PLANEJAMENTO

Fr:0337000000 - Iluminação Publica

Atividade - 2052 - Manter Atividades da Iluminação Publica

3390000000 - Aplicação Direta 156.500,00

02.070.00 – SEC MUN. DE INFRA ESTRUTURA, VIAÇÃO, OBRAS E PLANEJAMENTO

Fr:0324005400 - Convenio com a Uniao

Atividade - 1182 - Execução da obra do PAC II

4490000000 - Aplicação Direta 725.000,00

02.070.00 – SEC MUN. DE INFRA ESTRUTURA, VIAÇÃO, OBRAS E PLANEJAMENTO

Fr:0324005400 - Convenio com a União

Atividade - 1046 - Ampliar o sistema de água e Serviços complementares

4490000000 - Aplicação Direta 50.000,00

03.110.00 – FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

Fr:0329000000 - FNAS - ASSISTENCIA

Atividade - 2171- ACOES DO IGD- SUAS

44900000 - Aplicação Direta 1.170,83

03.110.00 – FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

Fr:0329000000 - FNAS - ASSISTENCIA

Atividade - 2180 - Ações do IGD - BOLSA FAMILIA

33900000 - Aplicação Direta 37.607,81

44900000 - Aplicação Direta 10.000,00

03.110.00 – FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

Fr:0329000000 - FNAS - ASSISTENCIA

Atividade - 2168 - Serviço Integral de Proteção a Familia

33900000 - Aplicação Direta 180.838,52

44900000 - Aplicação Direta 50.000,00

03.110.00 – FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

Fr:0343000000 - CO FINANCIAMENTO

Atividade - 2168 - Serviço Integral de Proteção a Familia

33900000 - Aplicação Direta 24.962,78

03.110.00 – FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

Fr:0343000000 - CO FINANCIAMENTO

Atividade - 2172 - Serviço de acolhimento institucional e família acolhedora

33900000 - Aplicação Direta 10.000,00

44900000 - Aplicação Direta 15.000,00

05.130.00 – SEC MUN DE SAUDE

Fr:0326076000 - AÇOES DA COVID - SAUDE

Atividade - 2226 - Custeio das Ações do COVID

33900000 - Aplicação Direta 41.500,00

05.130.00 – SEC MUN DE SAUDE

Fr:0327076000 - AÇOES DA COVID - ASSISTENCIA

Atividade - 2226 - Custeio das Ações do COVID

33900000 - Aplicaçâo Direta 6.500,00

05.130.00 – SEC MUN DE SAUDE

Fr:03420008000 - ATENÇÃO BASICA

Atividade - 2091 - Manter atividades das UBS

33900000 - Aplicação Direta 296.000,00

05.130.00 – SEC MUN DE SAUDE

Fr:03230054000 - CONVENIOS SAUDE

Atividade - 2091 - Manter atividades das UBS

44900000 - Aplicação Direta 266.000,00

05.130.00 – SEC MUN DE SAUDE

Fr:03460008000 - ATENÇÃO BASICA

Atividade - 2091 - Manter atividades das UBS

33900000 - Aplicação Direta 353.000,00

05.130.00 – SEC MUN DE SAUDE

Fr:03460013000 - FARMACIA

Atividade - 2084 - Manter atividades da farmácia básica

33900000 - Aplicação Direta 20.500,00

05.130.00 – SEC MUN DE SAUDE

Fr:03460015000 - VIGILANCIA

Atividade - 2098 - Manter atividades da vigilância municipal

33900000 - Aplicação Direta 58.000,00

05.130.00 – SEC MUN DE SAUDE

Fr:03020000000 - Saúde 15%

Atividade - 1045 - Adquirir equipamentos e material permanente

449000000 - Aplicação Direta 750.000,00

Art. 2º - Para suplementar as dotações no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro do exercício anterior no valor de **R$ 3.348.779,94 (Três milhões, trezentos quarenta e oito mil, setecentos e setenta e nove reais e noventa e quatro centavos)**, de acordo com o disposto no art. 42 e art. 43; Considerando o § 1º; I e § 2º da Lei nº 4.320/1964 que diz **§ 1º - Consideram-se recursos para fim deste artigo, desde que não comprometidos: I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; § 2º - Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.**

§ Único - Integram este Ato os seguintes Anexos:

I - Demonstrativo do superávit financeiro por fonte de recurso apurado em 31/12/2020.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Taquari (MT), 02 de Fevereiro de 2021.

Marilda Garofalo Sperandio

Prefeita Municipal

LEI N.º 1186/2021

LEI N.º 1186/2021

“Autoriza o Poder Executivo a realizar abertura de Crédito Suplementar nas dotações do orçamento vigente, por provável excesso de arrecadação convênios”.

A **Prefeita Municipal de Alto Taquari - MT, na pessoa da Senhora Marilda Garofalo Sperandio,** usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º-Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar abertura de crédito Suplementar até o valor de **R$ 2.248.681,00 (Dois milhões, duzentos e quarenta e oito mil seiscentos e oitenta e um reais)** no orçamento vigente, LOA 2021, **Lei 1176/2021**, nos termos do artigo 42 Lei n.º 4.320/64**,** para atender as dotações orçamentárias das secretarias em razão da insuficiência de saldo orçamentário no exercício de 2020, por provável excesso de arrecadação, conforme abaixo apresentado:

02.02000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRÇÃO FINANÇAS

Fr 0124005400 - Convênios com a União

1003 - Adquirir equipamentos e material permanente

449000000 - APLICACAO DIRETA 100.200,00

02.06000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Fr 0122005500 - Convênios com o estado Educação

1060 - Adquirir Veiculos para o transporte escolar

449000000 - APLICACAO DIRETA 372.900,00

02.06000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Fr 0122005500 - Convênios com o estado Educação

1012 - Adquirir Equipamentos e material permanente

449000000 - APLICACAO DIRETA 105.000,00

02.06000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Fr 0122005500 - Convênios com o estado Educação

1016 - Adquirir Equipamentos e material permanente

449000000 - APLICACAO DIRETA 50.000,00

02.07000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, VIAÇÃO, OBRAS E PLANEJAMENTO

Fr 0133055000 - Convenio com estado Outros

1019 - Construir e ampliar praças, parque e jardins

449000000 - APLICACAO DIRETA 60.000,00

02.07000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, VIAÇÃO, OBRAS E PLANEJAMENTO

Fr 0124054000 - Convenio União Outros

1017 - Adquirir equipamentos e material permanente

449000000 - APLICACAO DIRETA 788.750,00

02.07000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, VIAÇÃO, OBRAS E PLANEJAMENTO

Fr 0124054000 - Convenio União Outros

1098 Construção de calçadas

449000000 - APLICACAO DIRETA 771.831,00

TOTAL GERAL R$ 2.248.681,00

Art. 2º - Para suplementar as dotações no artigo anterior, será utilizada nos termos do inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei nº. 4.320/64; por provável excesso de arrecadação conforme termos de convênios assinados entre o Município de Alto Taquari e os Órgãos da União e Estado.

TOTAL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO R$. 2.248.681,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari (MT),02 de Fevereiro de 2021.

Marilda Garofalo Sperandio

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 038/2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar sem ônus a Servidora **Srta. JANAINA DA CRUZ RODRIGUES,** portadora da cédula de identidade nº 1461111-2 SEJSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 014.115.751-80, contratada no cargo de Professora Nível Superior, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar como Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal “Paulo Freire”, com as seguintes atribuições:

I. investigar o processo de construção de conhecimento e desenvolvimento do educando;

II. criar estratégias de atendimento educacional complementar e integrada às atividades desenvolvidas na turma;

III. proporcionar diferentes vivências visando o resgate da autoestima, a integração no ambiente escolar e a construção dos conhecimentos onde os alunos apresentam dificuldades;

IV. participar das reuniões pedagógicas planejando, junto com os demais professores, as intervenções necessárias a cada grupo de alunos, bem como as reuniões com pais e conselho de classe;

V. coordenar o planejamento e a execução das ações pedagógicas da Unidade Escolar;

VI. articular a elaboração participativa do Projeto Pedagógico da Escola;

VII. coordenar, acompanhar e avaliar o projeto pedagógico na Unidade Escolar;

VIII. acompanhar o processo de implantação das diretrizes da Secretaria Municipal, responsável pela gestão da Educação relativa à avaliação da aprendizagem e ao currículo, orientando e intervindo junto aos professores e alunos quando solicitado e/ou necessário;

IX. coletar, analisar e divulgar os resultados de desempenho dos alunos, visando à correção e intervenção no Planejamento Pedagógico;

X. desenvolver e coordenar sessões de estudos nos horários de hora-atividade, viabilizando a atualização pedagógica em serviço;

XI. coordenar e acompanhar as atividades nos horários de hora atividade na unidade escolar;

XII. analisar/avaliar junto aos professores as causas da evasão e repetência propondo ações para superação;

XIII. propor e planejar ações de atualização e aperfeiçoamento de professores, visando à melhoria de desempenho profissional;

XIV. divulgar e analisar, junto à Comunidade Escolar, documentos e diretrizes emanadas pelos órgãos responsáveis pela gestão da Educação, buscando implementá-los na unidade escolar, atendendo às peculiaridades regionais;

XV. propor e incentivar a realização de palestras, encontros e similares com grupos de alunos e professores sobre temas relevantes para a formação integral e desenvolvimento da cidadania;

XVI. propor, em articulação com a Direção, a implantação e implementação de medidas e ações que contribuam para promover a melhoria da qualidade de ensino e o sucesso escolar dos alunos.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua afixação e ou publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Cumpra-se, Publica-se.

Apiacás-MT; 01 de Fevereiro de 2021.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
RGF - 2º SEMESTRE 2020

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Apiacás - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01321850000154
Exercício: 2020
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.533.978,40	1.361.804,97	1.442.362,78	1.320.002,78	1.294.956,59	1.417.114,43	1.334.292,95	1.348.811,74	1.383.549,44	1.407.026,46	1.317.304,10	2.147.948,66	17.309.153,30	0,00
Pessoal Ativo	1.478.848,02	1.286.811,71	1.320.359,52	1.195.959,52	1.190.233,33	1.306.751,17	1.228.139,69	1.229.498,48	1.260.716,18	1.285.873,20	1.203.160,84	1.922.085,40	15.908.437,06	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.303.064,21	1.112.550,18	1.146.848,61	1.024.279,67	1.018.925,04	1.133.449,19	1.058.967,23	1.054.796,99	1.099.303,82	1.107.856,07	1.025.525,69	1.708.765,37	13.794.332,07	
Obrigações Patronais	175.783,81	174.261,53	173.510,91	171.679,85	171.308,29	173.301,98	169.172,46	174.701,49	161.412,36	178.017,13	177.635,15	213.320,03	2.114.104,99	
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.230,38	2.243,26	2.243,26	2.243,26	2.243,26	2.243,26	2.243,26	2.243,26	2.243,26	2.243,26	2.243,26	2.243,26	26.906,24	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões	2.230,38	2.243,26	2.243,26	2.243,26	2.243,26	2.243,26	2.243,26	2.243,26	2.243,26	2.243,26	2.243,26	2.243,26	26.906,24	
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	52.900,00	72.750,00	119.760,00	121.800,00	102.480,00	108.120,00	103.910,00	117.070,00	120.590,00	118.910,00	111.900,00	223.620,00	1.373.810,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.533.978,40	1.361.804,97	1.442.362,78	1.320.002,78	1.294.956,59	1.417.114,43	1.334.292,95	1.348.811,74	1.383.549,44	1.407.026,46	1.317.304,10	2.147.948,66	17.309.153,30	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Apiacás - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01321850000154
Exercício: 2020
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	41.271.992,29	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	0,00	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas de Bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	41.271.992,29	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb)	17.309.153,30	41,94
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	22.286.875,84	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	21.172.532,05	51,30
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	20.058.188,26	48,60

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Apiacás - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01321850000154
Exercício: 2020
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP								
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Apiacás - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 01321850000154
	Exercício: 2020
	Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Apiacás - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01321850000154
Exercício: 2020
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado | CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS

Despesa com Pessoal Executada em Consórcios Públicos	Despesa Executada com Pessoal			
	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c = a + b)
Despesa com Pessoal Executada em Consórcios Públicos	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (**I**)				
Pessoal Ativo				
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º art. 18 da LRF)				
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (**II**)				
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária				
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração				
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração				
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (**III**) = (**I - II**)				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Apiacás - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01321850000154
Exercício: 2020
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Dívida Consolidada	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (**I**)	439.528,07	421.989,04	1.573.950,01
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	439.528,07	421.989,04	1.573.950,01
Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	1.169.500,00
Internos	0,00	0,00	1.169.500,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	439.528,07	421.989,04	404.450,01
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	439.528,07	421.989,04	404.450,01
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (**II**)	6.052.926,39	9.405.192,11	10.821.174,51
Disponibilidade de Caixa	6.052.926,39	9.405.192,11	10.821.174,51
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.477.189,32	10.130.493,87	10.964.149,53
(-) Restos a Pagar Processados	424.262,93	725.301,76	142.975,02
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (**III**) = (**I** - **II**)	-5.613.398,32	-8.983.203,07	-9.247.224,50
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (**IV**)	34.432.454,06	38.013.818,19	41.271.992,29
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	0,00	0,00
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (**VI**) = (**IV** - V)	34.432.454,06	38.013.818,19	41.271.992,29
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (**I**/**VI**)	1,28	1,11	3,81
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (**III**/**VI**)	-16,30	-23,63	-22,41
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	41.318.944,87	45.616.581,83	49.526.390,75
LIMITE DE ALERTA (inciso **III** do § 1º do art. 59 da LRF)	37.187.050,38	41.054.923,65	44.573.751,67
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	1.168.608,00
Passivo Atuarial	11.715.770,97	14.318.102,75	14.318.102,75
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00
Depósitos e Consignações Sem Contrapartida	27.214,48	214.745,90	17.424,54
RP Não-Processados	741.028,97	5.657.821,84	2.835.899,88
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual de PPP	0,00	0,00	0,00
Apropriação de Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Apiacás - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01321850000154
Exercício: 2020
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DCL											
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte			Exercício do Terceiro Período Seguinte		
	Quadrimestre/Semestre em que Excedeu o Limite			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte			Terceiro Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor Mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	Limite (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (j)
Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Apiacás - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01321850000154
Exercício: 2020
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Garantias Concedidas	-	-	-
Garantias Concedidas	-	-	-
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)			
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	34.432.454,06	38.013.818,19	41.271.992,29
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas IndividuaiS (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	0,00	0,00	0,00
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	34.432.454,06	38.013.818,19	41.271.992,29
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	41.318.944,87	45.616.581,83	49.526.390,75
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	37.187.050,38	41.054.923,65	44.573.751,68
Contragarantias Recebidas	-	-	-
Contragarantias Recebidas	-	-	-
DOS ESTADOS (IX)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas			
Em Garantia às Operações de Crédito Internas			
DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas			
Em Garantia às Operações de Crédito Internas			
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas			
Em Garantia às Operações de Crédito Internas			
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	0,00	0,00

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Operações de Crédito	-	-
Mobiliária	1.169.500,00	1.169.500,00
Interna	1.169.500,00	1.169.500,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	1.169.500,00	1.169.500,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Apiacás - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01321850000154
Exercício: 2020
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	41.271.992,29	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	41.271.992,29	
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	1.169.500,00	2,83
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	6.603.518,77	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	5.943.166,88	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.889.039,46	7,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	-	-
Parcelamentos de Dívidas	404.450,51	404.450,51
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	404.450,51	404.450,51
FGTS	0,00	0,00
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	0,00	0,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Apiacás - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01321850000154
Exercício: 2020
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Disponibilidade de Caixa	Disponibilidade de Caixa									
	Disponibilidade de Caixa									
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g)=(a-(b+c+d+e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	4,391,274.24	18,536.46	70,146.40	0.00	-33,156.76	0.00	4,335,748.14	1,157,185.33	0.00	3,178,562.81
Recursos Ordinários	4,391,274.24	18,536.46	70,146.40	0.00	-33,156.76	0.00	4,335,748.14	1,157,185.33	0.00	3,178,562.81
Outros Recursos não Vinculados										
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	6,572,875.29	0.00	54,292.16	147,290.97	50,581.30	0.00	6,320,710.86	1,531,423.58	0.00	4,789,287.28
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação										
Transferências do FUNDEB										
Outros Recursos Vinculados à Educação										
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde										
Outros Recursos Vinculados à Saúde										
Recursos Vinculados à Assistência Social										
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário										
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro										
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)										
Recursos de Alienação de Bens/Ativos										
Outros Recursos Vinculados	6,572,875.29	0.00	54,292.16	147,290.97	50,581.30	0.00	6,320,710.86	1,531,423.58	0.00	4,789,287.28
TOTAL (III) = (I + II)	10,964,149.53	18,536.46	124,438.56	147,290.97	17,424.54	0.00	10,656,459.00	2,688,608.91	0.00	7,967,850.09

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Apiacás - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 01321850000154
Exercício: 2020
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Semestre
	Valor Até o Semestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	41.271.992,29
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	41.271.992,29
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	41.271.992,29

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	17.309.153,30	43,94
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	22.286.875,84	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	21.172.532,04	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	20.058.188,25	48,60

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Dívida Consolidada	Comparativo do Saldo da Dívida	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-9.247.224,50	-22,41
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	49.526.390,75	120,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Garantias de Valores	Comparativo do Saldo de Garantia	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	9.079.838,30	22,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas	1.169.500,00	2,83
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	6.603.518,77	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.889.039,46	7,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total	2.688.608,91	7.967.850,09

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CESSÃO N° 001/2021

A SECRETÁRIA DE AGRICULTURA, que pertence a prefeitura municipal de Apiacás-MT CNPJ/01.321.850/0001-54, com sede social na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro Bom Jesus, nesta cidade de Apiacás -MT, representada pela secretária PATRICIA ALEXANDRA SIAN,faz a cedência de veículo para a secretária de infra estrutura representado pelo ASPTOLFO ESTRACIERI o bem encontra-se em ótimo estado e nos comprometemos zelar, fazer manutenção mensal, abastecer, fazer diário de bordo sempre mantendo em ótimo estado.

DO BEM.

CAMINHÃO BASCULANTE 24.220,00 EURO ANO 2020 NO VALOR DE 300.000,00

DAS CONDIÇÕES GERAIS

Agora, pelo presente instrumento o CEDENTE entrega e o DONATÁRIO aceita receber, o bem acima descrito, a título gratuito e imediatamente para compor o Patrimônio de sua sede a contar desta data.

Apiacás-MT, 01 de fevereiro de 2021.

_____ _____

SECRETÁRIA DE AGRICULTURA SECRETÁRIA DE INFRA ESTRUTURA

DOADOR DONATÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CESSÃO N° 001/2021

A SECRETÁRIA DE URBANISMO, que pertence a prefeitura municipal de Apiacás, com CNPJ/01.321.850/0001-54,com sede social na Avenida Brasil,nº 1059,Bairro Bom Jesus em cidade de Apiacás -MT, representada pela secretária CLEITO INACIO,faz a cedência de veículo e máquina para a secretária de infra estrutura representado pelo ASTOLFO ESTRACIERI o bem encontra-se em ótimo estado e nos comprometemos zelar, fazer manutenção mensal, abastecer, fazer diário de bordo sempre mantendo em ótimo estado.

DO BEM.

CAMINHÃO BASCULANTE 31.330 CRC ANO 2020 PLACA: QCV9E74 NO VALOR :449.500,00

MOTONIVELADORA MODELO GD555-3 ANO 2020 NO VALOR:555. 000,00

DAS CONDIÇÕES GERAIS

Agora, pelo presente instrumento o CEDENTE entrega e o DONATÁRIO aceita receber, o bem acima descrito, a título gratuito e imediatamente para compor o Patrimônio de sua sede a contar desta data.

Apiacás -MT, 01de fevereiro de 2021.

_____ _____

SECRETÁRIA DE URBANISMO SECRETÁRIA DE INFRA ESTRUTURA

DOADOR DONATÁRIO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 054/2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Nomeada **a Srta. JULIANE RAQUEL SPILLER,** portadora da cédula de identidade nº 1011610-9 SJ/MT e inscrita no CPF sob o nº 821.658.741-49, para exercer o cargo de **COORDENADORA DA PROTEÇÃO DE ALTA COMPLEXIDADE,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT., 02 de Fevereiro de 2021.

JULIO CESAR DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE ARAGUAIANA EDITAL ARAGUAIANA - PREV - N.º 001/2021

O ARAGUAIANA-PREV - REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE ARAGUAIANA, Estado de Mato Grosso, representado pelo Secretário Municipal de Administração Sr. José Marques da Silva, abaixo assinado, vem através do presente e nos termos da legislação vigente, dar publicidade de que as contas anuais do regime próprio de previdência social, exercício de 2020, encontram-se à disposição de qualquer munícipe/segurado, na sede da prefeitura municipal, no horário de expediente normal, daquele paço municipal, de segunda a sexta-feira.

Araguaiana-MT, 01 de Fevereiro de 2021.

JOSÉ MARQUES DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/GESTOR DO RPPS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 05/2021 DE 18 DE JANEIRO DE 2021.

"Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Araguaiana - MT, e dá outras providências."

O Exmº **Sr. Getúlio Dutra Vieira Neto ,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e conforme lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando o disposto no §8º do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003;

Considerando o disposto no §12 do art. 40 da Constituição Federal com a atual redação dada pela Emenda Constitucional n.º 103/2019;

Considerando o disposto na Portaria n.° 477, de 12 de janeiro de 2021,

DECRETA:

Art. 1º. Os benefícios mantidos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Araguaiana, concedidos ou que tenham cumpridos todos os requisitos para obtenção com base na legislação vigente a partir de 01.01.2004 serão reajustados, de acordo com o índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, a partir de 1o de janeiro de 2021, em **5,45%** (cinco inteiros e quarenta e cinco décimos por cento).

§ 1º. Para os benefícios concedidos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Araguaiana (ARAGUAIANA-PREV) a partir de 1º de janeiro de 2021 até 31 de dezembro de 2021, o reajuste nos termos do caput dar-se-á de acordo com os percentuais indicados no anexo deste Decreto.

§ 2º. Para os benefícios que tenham sofrido majoração devido à elevação do salário mínimo para R$ 1.100,00 (um mil e cem reais), o referido aumento deverá ser descontado quando da aplicação do reajuste de que trata o caput e o § 1°.

Art. 2º. Para os benefícios concedidos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Araguaiana (ARAGUAIANA-PREV) anterior a data estabelecida no *caput* do artigo anterior e com base na regra de transição prevista no art. 8° da Emenda Constitucional n.° 20/1998, art. 6° da Emenda Constitucional n.° 41/2003, art. 3° da Emenda Constitucional n.° 47/2005 e o art. 6-A da Emenda Constitucional nº 41/2003 com redação dada pela Emenda Constitucional nº 70/2012, o reajuste dar-se-á de acordo com a regra aplicável a cada caso.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Araguaiana/MT, 18 de Janeiro de 2021.

_____

GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO

Prefeito Municipal

ANEXO I

FATOR DE REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DE ACORDO COM AS RESPECTIVAS DATAS DE INÍCIO, APLICÁVEL A PARTIR DE JANEIRO DE 2020

DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO	REAJUSTE (%)
até janeiro de 2020	**5,45**
em fevereiro de 2020	**5,25**
em março de 2020	**5,07**
em abril de 2020	**4,88**
em maio de 2020	**5,12**
em junho de 2020	**5,39**
em julho de 2020	**5,07**
em agosto de 2020	**4,61**
em setembro de 2020	**4,23**
em outubro de 2020	**3,34**
em novembro de 2020	**2,42**
em dezembro de 2020	**1,46**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
EXTRATO DO 4 ADITIVO AO CONTRATO N° 146/2018

EXTRATO DO 4 ADITIVO AO CONTRATO N° 146/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA BRAVO PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA -EPP

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

PERIODO DE VIGÊNCIA: 31/12/2020 ATÉ 28**/02/ 2021**

DATA DA ASSINATURA: 31/12/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
EXTRATO DO 4 ADITIVO AO CONTRATO N° 140/2018

EXTRATO DO 4 ADITIVO AO CONTRATO N° 140/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA BRAVO PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA -EPP

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO

PERIODO DE VIGÊNCIA: 31/12/2020 ATÉ 28**/02/ 2021**

DATA DA ASSINATURA: 31/12/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.864/2021

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69***, Inciso** V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o *Memorando n.º 0*57/2021/SEMUAS;

RESOLVE:

NOMEAR, a Srª **MARCIELI APARECIDA FLOR**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2381921-9 SEJSP/MT e do CPF nº 061.533.951-47, para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediáriode **Diretor de Departamento de Conselhos** - **DECONS,** Nível **DAI–01***, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social***,** a partir de 1°/02/2021.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de fevereiro de 2. 021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.865/2021

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 100 da Lei Complementar n.º 0**62/2011 *e no Artigo* 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o requerimento *protocolado n°* 152/2021;

RESOLVE:

CONCEDER, ao funcionário Sr **ALVANIR MAGALHÃES DA COSTA**,portador da Cédula de Identidade RG nº 1144758-3 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 818.937.101-06, ocupante do cargo de Carreira de **MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR**, *lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura,* **02 (DOIS) ANOS DE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO,** a partir da data de 02/02/2021.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 02 dias de fevereiro de 2. 021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICADO APOS REVISÃO

DECRETO N°. 4.061/2021

SÚMULA:

"NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e nos termos do disposto no Artigo 5º da Lei Municipal nº. 664/2007 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

ARTIGO 1º - Ficam nomeados os seguintes membros para compor o Conselho Municipal de Saúde, por período de 02(dois) anos, sujeitos a recondução:

Representante do Governo Municipal

1- **Titular:** Lucia Helena do Nascimento Silva **Suplente:** Fabricia Naiara Souza da Silva 2- **Titular:** Maria Pinheiro Fernandes **Suplente:** Maria das Graças Sombra Teixeira **Representante dos Prestadores de Serviços** 3 - **Titular:** David Albuquerque **Suplente**: Renato Victor Rodrigues **Representante de Trabalhadores em Saúde** 1- **Titular:** Leane Zimmermann **Suplente:** Dalgisa Prates Silveira 2- **Titular:** Keliny dos Santos de Almeida **Suplente:** Sonia Maria Ferreira de Souza 3- **Titular:** Cristian José de Miranda **Suplente:** Ana Tedesco **Representantes de Usuários do Sistema Único de Saúde 1- Associação Comercial e Industrial de Aripuanã Titular:** Fabiani Ferreira Lima **Suplente:** Luciene Borges Mariano Nunes **2- Igreja Assembléia de Deus Madureira Titular:** Jardeson Neves da Silva **Suplente:** Claude dos Santos **3- Igreja do Evangelho Quadrangular Titular:** Leandro Mendes Pacheco **Suplente:** Haroldo Jose Rodrigues **4- Igreja Presbiteriana Renovada Titular:** Joao Batista Botoni **Suplente:** Valdirene Ferreira de Souza **5- Paróquia São Francisco de Assis Titular:** Fabiany Cristina Santi Morande Demeneck **Suplente**: Amelia Uchoa **6- Igreja Presbiteriana do Brasil Titular:** Paulo Sergio Marcelo

Suplente: Andreia Araujo Silva

Art. 2º - O mandato dos Membros nomeados será de dois (02) anos, a contar da data em que foi publicado, obedecendo à forma prevista e disciplinada na Lei Municipal nº. 664/2007.

Art. 3º - A nomeação de que trata o presente Decreto, não acarretará qualquer vínculo empregatício dos nomeados para o Município e nem qualquer ônus pelos serviços prestados na condição de Membro do Conselho.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 15 dias do mês de janeiro de 2021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se.

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICADO APOS REVISÃO PORTARIA Nº 12.635/2021

A *Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, **Inciso** V *da Lei Orgânica Municipal;*

Considerando o início da Gestão 2021/2024;

RESOLVE:

NOMEAR, a funcionária Sra. **WILSELENE JOSE MENEZES LOPES,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 922.846 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 538.035.901-91, ocupante do cargo de Carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **Supervisão de Informações Contábeis - SUICONT, DAS 03,** lotada na Secretaria Municipal de Finanças**,** a partir do dia 1º/01/2021.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 04 dias de janeiro de 2. 021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N º 112/2020 - PREGÃO PRESENCIAL 20/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado: INVIOLAVEL BARRA DO BUGRES SEG. ELETRONICA LTDA – inscrita no CNPJ: 11.392.928/0001-85.

DO OBJETO: O objeto do presente contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TIPO MONITORAMENTO, VIGILANCIA ELETRONICA E ALARME, COM MONITORAMENTO PRESENCIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**, conforme tabela de itens listados abaixo:

Vigência: 16/12/2020 à 15/03/2021

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

Contratante

INVIOLAVEL BARRA DO BUGRES SEG. ELETRONICA LTDA

Contratada

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO CONTRATO N º 025/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado: J.A.C DE LIMA ME, inscrita no CNPJ sob o n. º 02.172.093/0001-67.

DO OBJETO - Constitui objeto do presente Termo Aditivo e sua formalização em decorrência do AUMENTO DE QUANTITATIVO DE ITENS EM 25% E PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA, devido ao término do prazo e do contrato principal, referente a ***"*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÓSTUMOS E FORNCECIMENTO DE URNAS FÚNEBRES PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**.

O Aumento de Quantitativo de itens presente contrato tiveram os seguintes percentuais conforme tabela abaixo:

ITEM	QUANT.	25% QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	49	12	UN	INVOLUCRO TAMANHO ESPECIAL GG	INVOL AMBIENTAL	R$ 379,21	R$ 4. 550,52
2	284,00	71	UN	INVOLUCRO TAMANHO NORMAL ADULTO	INVOL AMBIENTAL	R$ 249,20	R$ 17. 693,20
3	80,00	20	UN	INVOLUCRO TAMANHO NORMAL INFANTIL	INVOL AMBIENTAL	R$ 144,21	R$ 2. 884,20
4	75,00	18	UN	INVOLUCRO TAMANHO NORMAL JUVENIL	INVOL AMBIENTAL	R$ 179,20	R$ 3. 225,60
5	5. 000,00	1.250	KM	TRANSLADO EM VEÍCULO FUNERÁRIO, RODOVIA NÃO PAVIMENTADA, KM RODADO		R$ 4,90	R$ 6. 125,00
6	16. 855,00	4.213	KM	TRANSLADO EM VEÍCULO FUNERÁRIO, RODOVIA PAVIMENTADA, KM RODADO		R$ 3,20	R$ 13. 481,60
7	86,00	21	UN	URNA INFANTIL 0,60CM ATÉ 1,00MT, EM MADEIRA DE PINOS, ESTILO SEXTAVADA COM 04(QUATRO) ALÇAS FIXAS, 02 (DUAS) CHAVETAS EM METAL, ACABAMENTO EXTERNO COM TINTA FOSCA NA COR BRANCA, ACABAMENTO INTERNO APENAS O FUNDO FORRADO EM CELULOSE, SEM BABADO, NO TAMANHO EXTERNO 0,65CM COMPRIMENTO POR 0,28CM LARGURA TAMANHO INTERNO 0,60CM POR 0,23CM LARGURA. - PRODUTOS E SERVIÇOS QUE ACOMPANHAM O FUNERAL, CORRESPONDEM PREPARAÇÃO NORMAL DO FALECIDO DEIXANDO PRONTO PARA VELÓRIO, CASTIÇAIS CONFORME O CREDO RELIGIOSO	BIGNOTO	R$ 688,56	R$ 14. 459,76
8	90,00	22	UN	URNA JUVENIL, EM MADEIRA DE PINOS, ESTILO SEXTAVADA COM 04 (QUATRO) ALÇAS FIXAS, 02 (DUAS) CHAVETAS EM METAL, ACABAMENTO EXTERNO COM TINTA FOSCA NA COR BRANCO, ACABAMENTO INTERNO APENAS O FUNDO FORRADO EM CELULO-	BIGNOTO	R$ 825,56	R$ 18. 162,32

				SE, SEM BABADO, NOS TAMANHOS DIVERSOS DE 1MT COMPRIMENTO A 1,50 DE COMPRIMENTO EXTERNO 1,04MT COMPRIMENTO POR 0,38CM LARGURA, TAMANHO INTERNO 1MT COMPRIMENTO POR 0,35CM LARGURA ATÉ 1,53MT EXTERNO POR 0,57CM INTERNO 1,48MT POR 0,51CM DE LARGURA; - PRODUTOS E SERVIÇOS QUE ACOMPANHAM O FUNERAL, CORRESPONDEM PREPARAÇÃO NORMAL DO FALECIDO DEIXANDO PRONTO PARA VELÓRIO, CASTIÇAIS CONFORME O CREDO RELIGIOSO			
9	80,00	20	UN	URNA TAMANHO ESPECIAL - URNA ADULTO EM MADEIRA DE PINOS, ESTILO SEXTAVADA COM 04(QUATRO) ALÇAS FIXAS, 02 (DUAS) CHAVETAS EM METAL, ACABAMENTO EXTERNO CASTANHO ESCURO FOSCA, SEM VERNIZ, ACABAMENTO INTERNO APENAS O FUNDO FORRADO EM CELULOSE, SEM BABADO, NO TAMANHO EXTERNO 2,12 MT COMPRIMENTO POR 0,80CM LARGURA, TAMANHO INTERNO 2,05 MT POR 0,75CM LARGURA. - PRODUTOS E SERVIÇOS QUE ACOMPANHAM O FUNERAL, CORRESPONDEM PREPARAÇÃO NORMAL DO FALECIDO DEIXANDO PRONTO PARA VELÓRIO, MANTA DE PAPELÃO COBERTA COM FELTRO BRANCO SOBRE O FALECIDO, CASTIÇAIS CONFORME O CREDO RELIGIOSO.	BIGNOTO	R$ 1.682,20	R$ 1.682,20
10	284,00	71	UN	URNA TAMANHO NORMAL - URNA, ADULTO EM MADEIRA DE PINOS, ESTILO SEXTAVADA COM 04 (QUATRO) ALÇAS FIXAS, 02 (DUAS) CHAVETAS EM METAL, ACABAMENTO EXTERNO CASTANHO ESCURO FOSCO, SEM VERNIZ, ACABAMENTO INTERNO APENAS O FUNDO FORRADO EM CELULOSE, SEM BABADO, NO TAMANHO EXTERNO 2,02 MT COMPRIMENTO POR 0,66 CM LARGURA, TAMANHO INTERNO 1,94 MT POR 0,59 CM LARGURA. - PRODUTOS E SERVIÇOS QUE ACOMPANHAM O FUNERAL, CORRESPONDEM PREPARAÇÃO NORMAL DO FALECIDO DEIXANDO PRONTO PARA VELÓRIO, MANTA DE PAPELÃO COBERTA COM FELTRO BRANCO SOBRE O FALECIDO, CASTIÇAIS CONFORME O CREDO RELIGIOSO	BIGNOTO	R$ 1.035,59	R$ 73.526,89
11	23,00	5	UN	LOCACAO DE CAPELA MORTUÁRIA PARA VELÓRIO, CASO OS FAMILIARES NÃO TIVER LOCAL PARA VELÓRIO	BIGNOTO	R$ 844,20	R$ 4.221,00
	TOTAL GERAL						**R$ 160.012,29**

VALOR - O valor para este aditivo adicionou a importância em **R$ 160.012,29** (Cento e sessenta mil, doze reais e vinte e nove centavos), em conformidade com justificativas anexas a este termo de aditamento.

Vigência: **29/12/2020 até 30/06/2021**

Responsável Jurídico: LUIS ROBERTO SILVA E TAQUES OAB/MT:17.504-O

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

PREFEITURA
RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Resultado de Licitação PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2021

A Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, através do **PREGOEIRO**, torna público, que no Pregão Presencial nº 01/2021, com o objeto **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO,**

Obteve os seguintes resultados as empresas:

LP DOS SANTOS MAT P/ CONSTRUÇÃO- ME CNPJ: 05.511.353/0001-70 sagrou-se vencedora dos itens:

Item	40 Código	LP DOS SANTOS MAT P/ CONSTRUÇÃO- ME CNPJ: 05.511.353/0001-70 AV AMAZONAS, SN - CENTRO, BOM JESUS DO ARAGUAIA - MT, CEP: 78678-000 Telefone: 66 35381132 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	011.002.266	ABRAÇADEIRA 19-25MM Marca: JAPI	UN	205	2,383	488,515
2	011.002.267	ABRACADEIRA BORBOLETA ROSCA SEM FIM10X16/19X19/8/ Marca: JAPI	UN	205	3,117	638,985
3	011.002.268	ABRAÇADEIRA CANO ZINCADA U 1/2 P Marca: JAPI	UN	205	0,567	116,235
4	011.002.269	ABRACADEIRA CANO ZINCADA U 1P Marca: JAPI	UN	205	1,083	222,015
5	011.002.270	ABRAÇADEIRA NAYLON - 4,8 E 300MMX250MM (20 E 25CM) Marca: JAPI	UN	205	0,583	119,515
6	011.002.271	ABRAÇADEIRA P/MANGOTE 39MM Marca: JAPI	UN	205	10,50	2.152,50
7	011.002.272	ABRAÇADEIRA P/MANGOTE 54-62MM Marca: JAPI	UN	255	12,663	3.229,065
8	011.002.273	ACABAMENTO UNIV VALV DESC - CROMADO Marca: ASTRA	UN	290	62,50	18.125,00
9	011.002.274	ACABAMENTO UNIV VALV DESC - PVC Marca: ASTRA	UN	290	43,333	12.566,57
10	011.002.275	ADAP FLANGE 1/2 (BRANCO Marca: PLASTILIT	UN	150	8,833	1.324,95
11	011.002.276	ADAP FLANGE 25 MM Marca: PLASTILIT	UN	150	11,50	1.725,00
12	011.002.277	ADAP FLANGE 32MM Marca: PLASTILIT	UN	80	15,667	1.253,36
13	011.002.278	ADAP FLANGE 40MM Marca: PLASTILIT	UN	80	17,833	1.426,64
14	011.002.279	ADAP FLANGE 50 MMX 1.1/2 Marca: PLASTILIT	UN	150	21,167	3.175,05
15	011.002.280	ADAP MANG R/EXTER 1.1/4 X 1 P Marca: PLASTILIT	UN	80	6,833	546,64

16	011.002.281	ADAP MANG R/EXTER 1.1/4 X1.1/2 Marca: PLASTILIT	UN	80	5,833	466,64
17	011.002.282	ADAP MANG R/EXTER 1/2 Marca: PLASTILIT	UN	80	1,267	101,36
18	011.002.283	ADAP MANG R/EXTER 1P Marca: PLASTILIT	UN	80	2,217	177,36
19	011.002.284	ADAP MANG R/EXTER 2.X1.1/2 Marca: PLASTILIT	UN	80	5,50	440,00
20	011.002.285	ADAP MANG R/EXTER 2P Marca: PLASTILIT	UN	80	8,50	680,00
21	011.002.286	ADAP MANG REDUCAO 1X3/4 Marca: PLASTILIT	UN	150	2,283	342,45
22	011.002.287	ADAP MANG REDUCAO 3/4X1/2 Marca: PLASTILIT	UN	150	1,717	257,55
23	011.002.288	ADAP SOLD CURTO 25 X 3/4 Marca: PLASTILIT	UN	210	1,333	279,93
24	011.002.289	ADAP SOLD CURTO 32 X 1 P Marca: PLASTILIT	UN	210	2,75	577,50
25	011.002.290	ADAP SOLD CURTO 40X11/4 Marca: PLASTILIT	UN	210	3,50	735,00
26	011.002.291	ADAP SOLD CURTO 50 X 1.1/2 Marca: PLASTILIT	UN	210	4,567	959,07
27	011.002.292	ADAP SOLD CURTO 60 X 2 Marca: PLASTILIT	UN	210	5,667	1.190,07
28	011.001.014	ANEL VEDACAO VASO SANITARIO Marca: ASTRA	UN	185	13,083	2.420,355
29	011.002.293	ASSENTO ACESSIBILIDADE SIMPLES Marca: ASTRA	UN	40	110,00	4.400,00
30	011.002.294	ASSENTO P VASO ALMOFADADO - QUADRADO PRETO/BRANCO Marca: ASTRA	UN	64	110,00	7.040,00
31	011.002.295	ASSENTO P VASO ALMOFADADO DIVERSAS CORES Marca: ASTRA	UN	215	78,333	16.841,595
32	011.002.296	ASSENTO PARA VASO ALMOFADADO - INFANTIL Marca: ASTRA	UN	75	68,333	5.124,975
33	011.002.297	ASSENTO P/ VASO PVC SIMPLES Marca: ASTRA	UN	215	39,167	8.420,905
34	011.002.298	BARRA APOIO BANHEIRO 60/70 CM Marca: AMERICANA	UN	64	131,667	8.426,688
35	011.002.299	BARRA APOIO BANHEIRO 80CM Marca: AMERICANA	UN	145	140,00	20.300,00
36	011.002.300	BARRA APOIO BANHEIRO 90 CM Marca: AMERICANA	UN	145	146,667	21.266,715
37	011.002.301	BARRA DE CANO ESG 100 MM "A" Marca: PLASTILIT	UN	205	77,833	15.955,765
38	011.002.302	BARRA DE CANO ESG 150 MM Marca: PLASTILIT	UN	145	283,333	41.083,285
39	011.002.303	BARRA DE CANO ESG 200 MM "A" Marca: PLASTILIT	UN	185	465,00	86.025,00
40	011.002.304	|BARRA DE CANO ESG 300 MM Marca: PLASTILIT	UN	75	626,667	47.000,025
41	011.002.305	BARRA DE CANO ESG 50 MM TIPO A Marca: PLASTILIT	UN	145	58,333	8.458,285
42	011.002.306	BARRA DE CANO ESG 75 MM Marca: PLASTILIT	UN	75	76,00	5.700,00
43	011.002.307	BARRA DE CANO POCO PN80 100 MM AZUL Marca: PLASTILIT	UN	145	230,00	33.350,00
44	011.002.308	BARRA DE CANO POÇO PN80 150 MM AZUL Marca: PLASTILIT	UN	145	396,667	57.516,715
45	011.002.309	BARRA DE CANO POÇO PN80 75 MM AZUL Marca: PLASTILIT	UN	75	160,00	12.000,00
46	011.002.310	BARRA DE CANO SOLD 20 MM Marca: PLASTILIT	UN	145	23,667	3.431,715
47	011.002.311	BARRA DE CANO SOLD 25 MM Marca: PLASTILIT	UN	355	26,667	9.466,785
48	011.002.312	|BARRA DE CANO SOLD 32 MM Marca: PLASTILIT	UN	185	41,667	7.708,395
49	011.002.313	BARRA DE CANO SOLD 32 MM - PN 60 AZUL AGROP Marca: PLASTILIT	UN	75	31,667	2.375,025
50	011.002.314	BARRA DE CANO SOLD 40 MM Marca: PLASTILIT	UN	145	63,333	9.183,285
51	011.002.315	BARRA DE CANO SOLD 50 MM Marca: PLASTILIT	UN	255	78,333	19.974,915
52	011.003.064	BARRA DE CANO SOLD 60 MM Marca: PLASTILIT	UN	145	110,00	15.950,00
53	011.002.316	BICO P/ENCHER PNEU DUPLO SCHWEERE Marca: SHUMEERE	UN	40	24,667	986,68
54	011.002.317	BICO TORNEIRA ENGATE RÁPIDO 1/2 MANGUEIRA Marca: FAMASTIL	UN	45	3,333	149,985
55	011.002.318	BICO TORNEIRA METAL 1/2 X1/2 Marca: FICO ENC	UN	45	3,50	157,50
56	011.001.060	BOIA ELETRICA KITS Marca: ANAUGER	UN	45	52,50	2.362,50
57	011.002.319	BOIA METAL VASAO TOTAL 3/4 BALAO Marca: MIXPLASC	UN	45	83,333	3.749,985
58	011.002.320	BOIA PVC 1/2 PEQUENA COR VERDE Marca: ASTRA	UN	50	11,667	583,35

59	011.002.321	BOIA PVC CAIXA D'AGUA 1 P V.TOTAL GARDEN Marca: ASTRA	UN	45	76,833	3.457,485
60	011.002.322	BOIA PVC CAIXA D'AGUA 3/4 V.TOTAL GARDEN Marca: ASTRA	UN	45	47,50	2.137,50
61	011.002.323	BOIA PVC TORNEIRA 1/2 E 3/4 HASTE ALUMINIO Marca: ASTRA	UN	45	15,667	705,015
62	011.002.324	BOIA TORNEIRA 3/4 HASTE LATAO AZUL Marca: ASTRA	UN	45	22,50	1.012,50
63	011.002.325	CHUVEIRO BRACO ALUMINIO Marca: ASTRA	UN	75	24,667	1.850,025
64	011.002.326	BRAÇO CHUVEIRO BRANCO 40CM LUV.1/2 PVC Marca: ASTRA	UN	75	11,50	862,50
65	011.002.327	CABECOTE 1158/1159/1194/1428 CROM/ MVS Marca: AMERICANA	UN	95	24,833	2.359,135
66	011.002.328	CABECOTE 1400/1126/1128/1130/ CROM (REPARO T) Marca: AMERICANA	UN	95	25,50	2.422,50
67	011.002.329	CABECOTE MVS P/REG CROM SEDE FUNDA Marca: AMERICANA	UN	95	31,50	2.992,50
68	011.002.330	CABECOTE MVSP/ TORNCROM SEDE FUNDA Marca: AMERICANA	UN	125	31,50	3.937,50
69	011.002.331	CABECOTE P/TORNEIRA CROM 1/4 VOLTA DECA/ M18 Marca: AMERICANA	UN	75	25,00	1.875,00
70	011.002.332	CABECOTE VEDANTE P/ 1416 CROM Marca: AMERICANA	UN	95	24,667	2.343,365
71	011.002.333	CAIXA D'AGUA POLIETILENO 250L Marca: FORTLEV	UN	8	233,333	1.866,664
72	011.002.334	CAIXA D'AGUA POLIETILENO 1000L Marca: FORTLEV	UN	41	431,667	17.698,347
73	011.002.335	CAIXA D'AGUA POLIETILENO 2000L Marca: FORTLEV	UN	36	1.100,00	39.600,00
74	011.002.336	CAIXA D'AGUA POLIETILENO 10.000L Marca: FORTLEV	UN	23	5.800,00	133.400,00
75	011.002.337	CAIXA DE DESCARGA BAIXA C/ DUPLO ACION Marca: ASTRA	UN	36	186,667	6.720,012
76	013.001.148	CAIXA DE DESCARGA VARIAS CORES Marca: ASTRA	UN	81	38,333	3.104,973
77	011.002.338	CAIXA ESG PLUVIAL 75/100 Marca: ASTRA	UN	36	96,667	3.480,012
78	011.002.339	CAIXA GORDURA 250 X172 X 50 Marca: ASTRA	UN	15	88,333	1.324,995
79	011.002.340	CAIXA PLASTICA 65X47X16CM - 30LT Marca: ASTRA	UN	36	61,833	2.225,988
80	011.002.341	CAIXA SIFONADA 15 X 15 X 50 - CROMADA Marca: ASTRA	UN	85	46,833	3.980,805
81	011.002.342	CAIXA SIFONADA PVC 10X12X 40 E 50 Marca: ASTRA	UN	85	13,667	1.161,695
82	011.002.344	CAIXA SIFONADA COM CESTO 25X20X75 Marca: ASTRA	UN	45	230,00	10.350,00
83	011.002.346	CAP ESGOTO 40 MM Marca: PLASTILIT	UN	85	2,75	233,75
84	011.002.347	CAP ESGOTO 50 MM Marca: PLASTILIT	UN	85	3,50	297,50
85	011.002.348	CAP ESGOTO 75 MM Marca: PLASTILIT	UN	85	5,667	481,695
86	011.002.345	CAP ESG 100 MM Marca: PLASTILIT	UN	95	7,667	728,365
87	011.002.349	CAP ESGOTO 150MM Marca: PLASTILIT	UN	95	38,50	3.657,50
88	011.002.350	CAP ESGOTO 200MM Marca: PLASTILIT	UN	85	59,00	5.015,00
89	011.002.351	CAP P/ TUBO PVC PBA JEI CLASSE 12 DN 50 MM Marca: PLASTILIT	UN	85	13,50	1.147,50
90	011.002.352	CAP ROSCÁVEL 3/4 BRANCO Marca: PLASTILIT	UN	75	1,35	101,25
91	011.002.353	CAP SOLDÁVEL 25MM Marca: PLASTILIT	UN	115	1,75	201,25
92	011.002.354	CAP SOLDÁVEL 32MM Marca: PLASTILIT	UN	97	2,50	242,50
93	011.002.355	CAP SOLDÁVEL 40MM Marca: PLASTILIT	UN	95	4,50	427,50
94	011.002.356	CAP SOLDÁVEL 50MM Marca: PLASTILIT	UN	115	7,00	805,00
95	011.002.357	CAP SOLDÁVEL 60MM Marca: PLASTILIT	UN	85	8,50	722,50
96	011.002.358	CHUVEIRO DUCHA 3T/4T MAXDUCHA ULTA /4600/6800 220V Marca: LORENZETTI	UN	8	131,667	1.053,336
97	011.002.359	CHUVEIRO DUCHA ELETROCN SINTEX 220/6500 Marca: LORENZETTI	UN	15	62,50	937,50
98	013.001.207	CHUVEIRO ELETRICO LORENZETTI Marca: LORENZETTI	UN	71	64,50	4.579,50
99	011.002.360	CHUVEIRO PVC FRIO - N12 GRANDE Marca: ASTRA	UN	71	54,00	3.834,00
100	011.002.361	CHUVEIRO PVC FRIO - N4 PEQUENO Marca: ASTRA	UN	71	21,50	1.526,50
101	011.002.343	CAIXA SIFONADA QD.INOX 10X12 Marca: ASTRA	UN	71	17,167	1.218,857

102	011.002.362	CHUVEIRO PVC FRIO - N6 E 7 MEDIO Marca: ASTRA	UN	71	32,167	2.283,857
103	011.002.363	COLA CANO GRANDE 75G Marca: KRONA	UN	141	5,833	822,453
104	011.002.364	COLA CANO PEQUENA 17G Marca: KRONA	UN	141	3,667	517,047
105	013.001.298	COLA CANO PVC C/PINCEL 175 G Marca: KRONA	UN	121	16,333	1.976,293
106	011.002.365	CURVA 90° ESG CURTA 40 MM Marca: PLASTILIT	UN	205	3,833	785,765
107	011.002.366	CURVA 90° ESG CURTA 50 MM Marca: PLASTILIT	UN	255	8,833	2.252,415
108	011.002.367	CURVA 90° ESG LONGA 50MM Marca: PLASTILIT	UN	205	9,50	1.947,50
109	011.002.368	CURVA 90º ESG CURTA 100 MM Marca: PLASTILIT	UN	255	11,667	2.975,085
110	011.002.369	CURVA ELETRODUTO 180/1" Marca: PLASTILIT	UN	205	6,167	1.264,235
111	011.002.370	CURVA SOLDÁVEL CURTA 32 MM 90º Marca: PLASTILIT	UN	185	5,40	999,00
112	011.002.371	CURVA SOLDÁVEL LONGA 25 MM 90º Marca: PLASTILIT	UN	255	5,417	1.381,335
113	011.002.372	CURVA SOLDÁVEL LONGA 50 MM Marca: PLASTILIT	UN	255	12,833	3.272,415
114	011.002.373	CURVA SOLDÁVEL LONGA 60MM Marca: PLASTILIT	UN	185	21,50	3.977,50
115	011.001.197	EMENDA MANGUEIRA 1 1/4 Marca: PLASTILIT	UN	145	3,50	507,50
116	011.002.374	EMENDA MANGUEIRA 1.1/2 Marca: PLASTILIT	UN	145	4,417	640,465
117	011.002.375	EMENDA MANGUEIRA 1/2 Marca: PLASTILIT	UN	215	1,75	376,25
118	011.002.376	EMENDA MANGUEIRA 1P Marca: PLASTILIT	UN	215	2,833	609,095
119	011.002.377	EMENDA MANGUEIRA 2P Marca: PLASTILIT	UN	215	4,333	931,595
120	099.001.123	EMENDA MANGUEIRA 3/4 Marca: PLASTILIT	PC	215	2,333	501,595
121	011.002.378	EMENDA RED MANG 1 X 3/4 Marca: PLASTILIT	UN	215	3,333	716,595
122	011.002.379	EMENDA RED MANG 1.1/2X1.1/4 Marca: PLASTILIT	UN	215	6,933	1.490,595
123	011.002.380	EMENDA RED MANG 1.1/4 X 1 Marca: PLASTILIT	UN	235	6,00	1.410,00
124	011.002.381	EMENDA RED MANG 3/4 X 1/2 Marca: PLASTILIT	UN	235	1,65	387,75
125	011.002.382	ENGATE 1.00 METRO Marca: KRONA	UN	205	12,833	2.630,765
126	011.002.383	ENGATE 30CM Marca: KRONA	UN	205	7,00	1.435,00
127	011.002.258	ENGATE 40 CM Marca: KRONA	UN	205	8,833	1.810,765
128	011.002.259	ENGATE 50 CM Marca: KRONA	UN	205	10,667	2.186,735
129	011.002.384	ENGATE 60 CM Marca: KRONA	UN	205	11,667	2.391,735
130	011.002.385	ENGATE FLEX 120CM CROMADO (P/DUCHA) Marca: KRONA	UN	125	26,50	3.312,50
131	011.002.386	ENGATE RAPIDO METAL 1/4 FEMA SCHWEERE Marca: SCHWEERE	UN	125	7,833	979,125
132	011.002.387	ENGATE RAPIDO PVC DE 1/2 P / MANGUEIRA Marca: JAPI	UN	85	5,833	495,805
133	011.002.388	ESGUINCHO PLÁSTICO Marca: KRONA	UN	75	8,50	637,50
134	011.002.389	ESGUINCHO RETO PLÁSTICO C/ADAPT 1/2 Marca: KRONA	UN	75	11,083	831,225
135	011.002.390	GATILHO METAL DUCHA Marca: AMERICANA	UN	75	26,167	1.962,525
136	011.002.391	JOELHO BRANCO 1P RR Marca: PLASTILIT	UN	205	4,667	956,735
137	011.002.392	JOELHO BRANCO 3/4 RR Marca: PLASTILIT	UN	205	3,00	615,00
138	011.002.393	JOELHO ESG 150 MM 90° Marca: PLASTILIT	UN	205	67,00	13.735,00
139	011.002.394	JOELHO ESG 200 MM 90° Marca: PLASTILIT	UN	205	151,667	31.091,735
140	011.002.395	JOELHO ESG 100 MM 45 Marca: PLASTILIT	UN	205	7,50	1.537,50
141	011.002.396	JOELHO ESG 100 MM 90º Marca: PLASTILIT	UN	505	7,667	3.871,835
142	011.002.397	JOELHO ESG 40 MM Marca: PLASTILIT	UN	405	3,50	1.417,50
143	011.002.398	JOELHO ESG 40 MM 45º Marca: PLASTILIT	UN	255	3,167	807,585
144	011.002.399	JOELHO ESG 50 MM Marca: PLASTILIT	UN	255	4,00	1.020,00

145	011.002.400	JOELHO ESG 50 MM 45º Marca: PLASTILIT	UN	205	7,00	1.435,00
146	011.002.401	JOELHO ESG 75 MM Marca: PLASTILIT	UN	205	5,833	1.195,765
147	011.002.402	JOELHO ESG 75 MM 45° Marca: PLASTILIT	UN	125	8,00	1.000,00
148	011.002.403	JOELHO ESG RED 100X50MM Marca: PLASTILIT	UN	125	13,333	1.666,625
149	011.002.404	JOELHO IRRIGAÇAO 100 45º SOLD Marca: PLASTILIT	UN	125	67,50	8.437,50
150	011.002.405	JOELHO IRRIGACAO 100 90º SOLD Marca: PLASTILIT	UN	125	58,333	7.291,625
151	011.001.253	JOELHO MANGUEIRA 1/2 Marca: PLASTILIT	UN	85	2,833	240,805
152	011.002.406	JOELHO MANG 1P LL Marca: PLASTILIT	UN	85	3,667	311,695
153	011.001.254	JOELHO MANGUEIRA 3/4 Marca: PLASTILIT	UN	125	3,00	375,00
154	011.002.407	JOELHO MANGUEIRA R/INTER 1.1/2 Marca: PLASTILIT	UN	85	4,567	388,195
155	011.002.408	JOELHO MANG R/INTER 1P Marca: PLASTILIT	UN	85	5,00	425,00
156	011.002.409	JOELHO MANGUEIRA R/INTER 3/4 Marca: PLASTILIT	UN	85	4,50	382,50
157	011.002.410	JOELHO SOLDÁVEL 25 MM Marca: PLASTILIT	UN	605	1,50	907,50
158	011.002.411	JOELHO SOLD 25 MM 45° Marca: PLASTILIT	UN	405	2,00	810,00
159	011.002.412	JOELHO SOLDÁVEL 25X1/2 LR Marca: PLASTILIT	UN	355	2,50	887,50
160	011.002.413	JOELHO SOLD 25X1/2 LR (AZUL) Marca: PLASTILIT	UN	455	7,50	3.412,50
161	011.001.259	JOELHO SOLD 25X3/4 LR Marca: PLASTILIT	UN	85	3,583	304,555
162	011.002.414	JOELHO SOLD 25X3/4 LR (AZUL) Marca: PLASTILIT	UN	205	8,50	1.742,50
163	011.001.260	JOELHO SOLD 32MM Marca: PLASTILIT	UN	205	2,833	580,765
164	011.001.261	JOELHO SOLD 40MM Marca: PLASTILIT	UN	205	4,50	922,50
165	011.001.262	JOELHO SOLD 50MM Marca: PLASTILIT	UN	505	5,50	2.777,50
166	011.002.415	JOELHO SOLDÁVEL 50 MM 45º Marca: PLASTILIT	UN	125	6,75	843,75
167	011.002.416	JOELHO SOLDÁVEL 60 MM Marca: PLASTILIT	UN	145	20,833	3.020,785
168	011.002.417	JUNÇÃO 45 G 100 MM X 100 MM Y ESGOTO Marca: PLASTILIT	UN	145	23,167	3.359,215
169	011.002.418	JUNÇÃO 45º RED 100X75 ESGOTO Marca: PLASTILIT	UN	145	19,333	2.803,285
170	011.002.419	JUNCAO 45º RED 100X50 ESGOTO Marca: PLASTILIT	UN	145	12,333	1.788,285
171	011.002.420	KIT ACESSÓRIO BANHEIRO 05 PCS VIDRO RET FUME Marca: AMERICANA	UN	40	190,00	7.600,00
172	011.002.421	KIT ACESSÓRIO BANHEIRO 05 PCS CRISTAL Marca: AMERICANA	UN	40	108,333	4.333,32
173	011.002.422	KIT ACESSORIO BANHEIRO 5 PECAS INOX IV Marca: AMERICANA	UN	40	83,333	3.333,32
174	011.002.423	KIT OBTURADOR PARA MECANISMO DE SAÍDA UNIVERSAL PARA CAIXA ACOPLADA Marca: AMERICANA	UN	75	18,333	1.374,975
175	011.002.424	KIT REPARO PARA CAIXA ACOPLADA COMPLETO 300MM 2 S Marca: AMERICANA	UN	75	110,00	8.250,00
176	011.002.425	LAVATÓRIO PLÁST. 50X40 8L Marca: ASTRA	UN	75	33,333	2.499,975
177	011.002.426	LUVA BRANCA 1P RR Marca: PLASTILIT	UN	85	3,267	277,695
178	011.002.427	LUVA BRANCA 3/4 X 1/2 RR Marca: PLASTILIT	UN	85	2,667	226,695
179	013.001.256	LUVA ELETRODUTO ROSCAVEL 1 POL E 3/4 Marca: PLASTILIT	UN	40	3,833	153,32
180	011.002.428	LUVA ESGOTO 100 MM Marca: PLASTILIT	UN	145	6,667	966,715
181	011.002.429	LUVA ESGOTO 150 MM Marca: PLASTILIT	UN	145	22,50	3.262,50
182	011.002.430	LUVA ESGOTO 75 MM Marca: PLASTILIT	UN	75	5,333	399,975
183	011.002.431	LUVA IRRIGAÇAO 100 SOLDÁVEL Marca: PLASTILIT	UN	40	20,833	833,32
184	011.002.432	LUVA IRRIGAÇAO 100X50 SOLDÁVEL Marca: PLASTILIT	UN	40	26,833	1.073,32
185	011.002.433	LUVA SOLDÁVEL 25 C/ANEL CORRER Marca: PLASTILIT	UN	75	13,00	975,00
186	011.002.434	LUVA SOLDÁVEL 25 MM Marca: PLASTILIT	UN	205	1,75	358,75
187	011.002.435	LUVA SOLDÁVEL 25X1/2 (AZUL Marca: PLASTILIT	UN	205	7,333	1.503,265

188	011.002.436	LUVA SOLDÁVEL 25X1/2 LR Marca: PLASTILIT	UN	145	2,50	362,50
189	011.002.437	LUVA SOLDÁVEL 25X3/4 (AZUL Marca: PLASTILIT	UN	145	8,50	1.232,50
190	011.001.304	LUVA SOLD 25X3/4 LR Marca: PLASTILIT	UN	40	3,00	120,00
191	011.002.438	LUVA SOLDÁVEL 32 C/ANEL CORRER Marca: PLASTILIT	UN	75	19,00	1.425,00
192	011.002.439	LUVA SOLDÁVEL 32MM Marca: PLASTILIT	UN	85	3,50	297,50
193	011.002.019	LUVA SOLD 32X1 LR Marca: PLASTILIT	UN	75	4,833	362,475
194	011.002.440	LUVA SOLDÁVEL 32X25 Marca: PLASTILIT	UN	85	1,40	119,00
195	011.002.441	LUVA SOLD 40 MM Marca: PLASTILIT	UN	85	4,40	374,00
196	011.002.442	LUVA SOLDÁVEL 40X1 1/4 Marca: PLASTILIT	UN	85	6,50	552,50
197	011.002.443	LUVA SOLDÁVEL 50 MM Marca: PLASTILIT	UN	205	5,667	1.161,735
198	011.002.444	LUVA SOLDÁVEL 50X1,1/2 LR Marca: PLASTILIT	UN	145	8,833	1.280,785
199	011.002.445	LUVA SOLDÁVEL 60 MM Marca: PLASTILIT	UN	75	9,167	687,525
200	011.002.446	LUVA UNIAO 3/4 Marca: PLASTILIT	UN	145	8,50	1.232,50
201	011.002.454	MANGUEIRA PRETA 3/4 - 2.5MM Marca: NELTILENO	MT	905	3,333	3.016,365
202	011.002.447	MANGUEIRA CORRUGADA 1/2 X 50M CZA AMARELA (ELETRODUTO) Marca: PLASTILIT	MT	145	1,833	265,785
203	011.002.448	MANG CRISTAL 1/2 2 MM Marca: ARGUA	MT	405	5,50	2.227,50
204	011.002.449	MANGUEIRA CRISTAL 3/4 2,5MM Marca: ARGUA	MT	805	9,00	7.245,00
205	011.002.450	MANGUEIRA MARRON 1 X 3MM Marca: NELTILENO	MT	1005	3,50	3.517,50
206	011.002.451	MANGUEIRA PRETA 1.1/2 Marca: NELTILENO	MT	1005	4,50	4.522,50
207	011.002.452	MANGUEIRA PRETA 1 - 3 MM Marca: NELTILENO	MT	1005	9,00	9.045,00
208	011.002.453	MANGUEIRA PRETA 1.1/2 - 3 MM Marca: NELTILENO	MT	805	4,10	3.300,50
209	011.002.455	MANGOTE SUCÇAO 1 P AZUL Marca: ROLOPLAST	UN	255	8,667	2.210,085
210	011.002.456	MANGUEIRA CHATA/FLAT DE 1" Marca: MANGFLEX	MT	405	13,00	5.265,00
211	011.002.457	MANGUEIRA FLEX LARANJA 3/4X2,5 Marca: MANGFLEX	MT	905	2,667	2.413,635
212	011.002.458	MANGUEIRA FLEX LARANJA/VERDE/AMARELA1/2X2 Marca: MANGFLEX	MT	905	6,667	6.033,635
213	011.002.459	MANGUEIRA TRANÇADA 3/8 - GÁS Marca: MANGFLEX	MT	405	6,50	2.632,50
214	011.001.327	NIPEL PARALELO 1/2 Marca: PLASTILIT	UN	205	1,567	321,235
215	011.001.328	NIPEL PARALELO 3/4 Marca: PLASTILIT	UN	125	2,00	250,00
216	011.002.460	NIPEL ROSCA 1P Marca: PLASTILIT	UN	205	3,10	635,50
217	011.002.461	PARAFUSO P VASO/LAVATORIO N10 Marca: PLASTILIT	UN	405	3,417	1.383,885
218	011.002.462	REDUÇAO BRANCO 1.1/2X1 Marca: PLASTILIT	UN	45	7,00	315,00
219	011.002.463	REDUÇAO BRANCO 1X3/4 Marca: PLASTILIT	UN	45	2,667	120,015
220	011.002.464	REDUÇAO BRANCO 3/4X1/2 CHU/TOR Marca: PLASTILIT	UN	45	1,50	67,50
221	011.002.465	REDUCAO EXC ESG 100X50 MM Marca: PLASTILIT	UN	115	7,00	805,00
222	011.002.466	REDUCAO EXC ESG 100X75 MM Marca: PLASTILIT	UN	75	7,833	587,475
223	011.002.467	REDUÇÃO EXC ESG 150X100 MM Marca: PLASTILIT	UN	75	24,333	1.824,975
224	011.002.468	REDUCAO EXC ESG 50X40 MM Marca: PLASTILIT	UN	125	2,667	333,375
225	011.002.469	REDUCAO EXC ESG 75X50 MM Marca: PLASTILIT	UN	75	5,167	387,525
226	011.002.470	REDUCAO SOLD CURTA 25X1/2 MM Marca: PLASTILIT	UN	125	1,40	175,00
227	011.002.471	REDUCAO SOLD CURTA 32X25 MM Marca: PLASTILIT	UN	125	1,783	222,875
228	011.002.472	REDUÇAO SOLDÁVEL CURTA 40X25 MM Marca: PLASTILIT	UN	125	3,333	416,625
229	011.002.473	REDUÇAO SOLDÁVEL CURTA 50X40 MM Marca: PLASTILIT	UN	125	3,783	472,875
230	011.002.474	REDUÇAO SOLDÁVEL CURTA 60X50 MM Marca: PLASTILIT	UN	75	5,50	412,50

231	011.002.475	REDUCAO SOLD CURTAS 40X32 MM Marca: PLASTILIT	UN	85	3,00	255,00
232	011.002.476	REDUÇAO SOLDÁVEL LONGA 40X25 MM Marca: PLASTILIT	UN	85	6,667	566,695
233	011.002.477	REDUÇAO SOLDÁVEL LONGA 50X25 MM Marca: PLASTILIT	UN	85	5,667	481,695
234	011.002.478	REDUCAO SOLD LONGA 50X32 MM Marca: PLASTILIT	UN	75	6,00	450,00
235	011.002.479	REDUÇAO SOLDÁVEL LONGA 60X25 MM Marca: PLASTILIT	UN	75	6,50	487,50
236	011.002.480	REDUÇAO SOLDÁVEL LONGA 60X32 MM Marca: PLASTILIT	UN	75	7,333	549,975
237	011.002.481	REDUÇAO SOLDÁVEL LONGA 60X40 MM Marca: PLASTILIT	UN	75	9,50	712,50
238	011.002.482	REDUCAO SOLD LONGA 60X50 MM Marca: PLASTILIT	UN	75	12,50	937,50
239	011.002.483	REGISTRO METAL ESFERA 1.1/2 - 50MM Marca: DELTA	UN	125	131,667	16.458,375
240	011.002.484	REGISTRO CX D'AGUA 25MM PVC Marca: PLASTILIT	UN	75	12,50	937,50
241	011.002.485	REGISTRO CX D'AGUA 32MM PVC Marca: PLASTILIT	UN	75	15,50	1.162,50
242	011.002.486	REGISTRO CX D'AGUA 40MM PVC Marca: PLASTILIT	UN	75	26,00	1.950,00
243	011.002.487	REGISTRO CX D'AGUA 50MM PVC Marca: PLASTILIT	UN	215	32,167	6.915,905
244	011.002.488	REGISTRO DE GAS COM MANGUEIRA 80C Marca: VINI GAS	UN	40	53,333	2.133,32
245	011.002.489	REGISTRO DE GAS S/MANGUEIRA (INDUSTRIAL Marca: VINI GAS	UN	40	358,333	14.333,32
246	011.002.490	REGISTRO GAVETA 3/4 Marca: AMERICANA	UN	75	151,00	11.325,00
247	011.002.491	REGISTRO GAVETA 1.1/4 - 1510 Marca: AMERICANA	UN	40	123,333	4.933,32
248	011.002.492	REGISTRO METAL ESFERA 1.1/2 - JAPI Marca: JAPI	UN	75	160,00	12.000,00
249	011.002.493	REGISTRO METAL ESFERA 2 P (JAPI) Marca: JAPI	UN	75	45,00	3.375,00
250	011.002.494	REGISTRO METAL ESFERA 3/4/1/2 ALAVANCA Marca: JAPI	UN	75	123,333	9.249,975
251	011.002.495	REGISTRO METAL GAVETA 1.1/2 - 1510 Marca: AMERICANA	UN	75	148,333	11.124,975
252	011.002.496	REGISTRO PRESSAO METAL/1416/C50/C35/C31(CHUV C/AC Marca: AMERICANA	UN	125	95,00	11.875,00
253	011.002.497	REGISTRO PRESSAO METAL C35/C50 3/4 (CHUV C/ACABAME) Marca: AMERICANA	UN	40	59,00	2.360,00
254	011.002.498	REGISTRO PVC 1 POL ESFERA MANGUEIRA C/UNIAO D ENT Marca: FAMASTIL	UN	40	25,00	1.000,00
255	011.002.499	REGISTRO PVC 1/2 ESFERA MANGUEIRA C/ UNIAO D ENT Marca: PLASTILIT	UN	40	22,167	886,68
256	011.002.500	REGISTRO PVC 3/4 ESFERA MANGUEIRA C/ UNIAO D ENT Marca: PLASTILIT	UN	40	22,50	900,00
257	011.002.501	REGISTRO PVC ESFERA 1.1/2 P ROSCÁVEL Marca: VIQUA	UN	75	63,333	4.749,975
258	011.002.502	REGISTRO PVC ESFERA 2 P ROSCÁVEL Marca: VIQUA	UN	75	88,333	6.624,975
259	011.002.503	REPARO DE VÁLVULA HIDRAULICA/DOCOL Marca: ASTRA	UN	125	51,00	6.375,00
260	011.002.504	RISCADOR FÓRMICA (ENCARTELADO) Marca: CORTAG	UN	40	16,667	666,68
261	011.002.006	SIFRAO CORRUGADO UNIVERSAL Marca: ASTRA	UN	205	9,333	1.913,265
262	011.002.505	TEE BRANCO 1P RR Marca: PLASTILIT	UN	75	8,00	600,00
263	011.002.506	TEE ESGOTO 100MM Marca: PLASTILIT	UN	405	12,833	5.197,365
264	011.002.507	TEE ESGOTO 150 MM Marca: PLASTILIT	UN	145	107,667	15.611,715
265	011.002.508	TEE ESGOTO 200MM Marca: PLASTILIT	UN	145	159,00	23.055,00
266	011.002.509	TEE ESG 40 MM Marca: PLASTILIT	UN	225	3,50	787,50
267	011.001.459	TEE ESG 50MM Marca: PLASTILIT	UN	205	7,167	1.469,235
268	011.002.510	TEE ESG 75MM Marca: PLASTILIT	UN	145	11,167	1.619,215
269	011.002.511	TEE ESG RED 100X50MM Marca: PLASTILIT	UN	215	16,00	3.440,00
270	011.002.512	TEE ESGOTO 100X75MM Marca: PLASTILIT	UN	145	21,333	3.093,285
271	011.002.513	TEE ESGOTO RED 75X50MM (JUNÇÃO) Marca: PLASTILIT	UN	145	14,267	2.068,715
272	001.002.352	TEE MANGUEIRA 1P PRETA Marca: PLASTILIT	UN	125	4,60	575,00
273	011.002.514	TEE MANGUERIA R/INTER 1/2 Marca: PLASTILIT	UN	75	3,50	262,50

274	011.002.515	TEE MANG R/INTER 2P Marca: PLASTILIT	UN	75	12,667	950,025
275	011.002.516	TEE MANG R/INTER 3/4 Marca: PLASTILIT	UN	75	4,667	350,025
276	011.002.517	TEE MANG.LISA 3/4 Marca: PLASTILIT	UN	85	3,167	269,195
277	011.001.466	TEE SOLD 25MM Marca: PLASTILIT	UN	255	2,667	680,085
278	011.002.518	TEE SOLD 25X1/2X25 (AZUL) Marca: PLASTILIT	UN	255	9,167	2.337,585
279	011.002.519	TEE SOLD 25X1/2X25 LR Marca: PLASTILIT	UN	255	4,00	1.020,00
280	011.002.520	TEE SOLDÁVEL 25X3/4X25 (AZUL) Marca: PLASTILIT	UN	255	11,333	2.889,915
281	011.002.521	TEE SOLDÁVEL 25X3/4X25 LR Marca: PLASTILIT	UN	255	4,667	1.190,085
282	011.001.469	TEE SOLD 32MM Marca: PLASTILIT	UN	145	4,00	580,00
283	011.002.522	TEE SOLDÁVEL 32X25X32 Marca: PLASTILIT	UN	145	4,50	652,50
284	011.001.470	TEE SOLD 40MM Marca: PLASTILIT	UN	145	5,00	725,00
285	011.001.471	TEE SOLD 50MM Marca: PLASTILIT	UN	205	6,267	1.284,735
286	011.002.523	TEE SOLDÁVEL 50X25X50 MM Marca: PLASTILIT	UN	205	7,333	1.503,265
287	011.002.524	TEE SOLDÁVEL 50X50X40 Marca: PLASTILIT	UN	145	12,333	1.788,285
288	011.002.525	TEE SOLDÁVEL 60 MM Marca: PLASTILIT	UN	75	18,333	1.374,975
289	011.002.526	TORN /MS - PVC/CROM ALAVANCA AREJ 1/4 Marca: AMERICANA	UN	75	36,167	2.712,525
290	011.002.527	TORNEIRA METAL ADAPT PRA FILTRO Marca: AMERICANA	UN	125	113,00	14.125,00
291	011.002.528	TORNEIRA METAL ESFERA GERAL - ALAVANCA Marca: PROFIELD	UN	115	37,50	4.312,50
292	011.002.529	TORNEIRA METAL FILTRO GIRATORIA COD: 2172 Marca: AMERICANA	UN	75	163,333	12.249,975
293	011.002.530	TORNEIRA METAL JARDIM 1130 - C/BICO Marca: AMERICANA	UN	125	37,667	4.708,375
294	011.002.531	TORNEIRA METAL PIA GIRAT 2060/ 2190 C -60/62/72 BANC Marca: AMERICANA	UN	115	107,667	12.381,705
295	011.002.532	TORNEIRA METAL PIA GIRATÓRIA 2060/2191 - BANCADA PAREDE|AMERICANA Marca: AMERICANA	UN	125	60,00	7.500,00
296	011.002.533	TORN METAL PIA 4030 LONGA - BANCADA AMERICANA Marca: AMERICANA	UN	75	140,00	10.500,00
297	011.002.534	TORN PVC ESFERA JARDIM BRANCA 1/2 - 3/4 KRONA Marca: KRONA	UN	85	33,833	2.875,805
298	011.002.535	TORN PVC ESFERA P/JARD 3/4 Marca: JAPI	UN	85	64,167	5.454,195
299	011.002.536	TORN PVC JARDIM 1/2 E 3/4 PRETA Marca: JAPI	UN	85	12,833	1.090,805
300	011.002.537	TORNEIRA PVC PIA LAVATÓRIA GIRATÓRIA Marca: PLASTILIT	UN	85	37,333	3.173,305
301	011.002.538	TORN PVC/CROM 18 CM PAREDE TAMQUE/COZINHA Marca: PLASTILIT	UN	95	31,667	3.008,365
302	011.002.539	TORN/FILTRO MANUAL 1104 HERC Marca: HERC	UN	85	7,167	609,195
303	011.002.540	TORN/PVC PIA TANQUE LONGA C/BICO 1/2 E 3/4 Marca: HERC	UN	125	9,00	1.125,00
304	011.002.541	TORN/PVC/BEBEDOURO AUT BC/AZ Marca: HERC	UN	125	13,167	1.645,875
305	011.002.542	TUBO DE PVC DESCARGA P/ VÁLVULA Marca: ASTRA	UN	85	13,00	1.105,00
306	011.001.504	TUBO DESCARGA EMBUTIR/SOBREPOR Marca: ASTRA	UN	75	12,667	950,025
307	011.002.543	TUBO LIGAÇÃO INOX C/ANEL 25CM Marca: ASTRA	UN	125	37,333	4.666,625
308	011.002.544	VÁLVULA DESCARGA - DIVERSAS CORES Marca: ASTRA	UN	125	125,00	15.625,00
309	011.002.545	VÁLVULA DESCARGA CROMADA/PRETA Marca: AMERICANA	UN	85	176,667	15.016,695
310	011.002.546	VÁLVULA P/ FILTRO AMERICANA Marca: AMERICANA	UN	85	16,667	1.416,695
311	011.002.547	VÁLVULA P/ LAVATÓRIO TANQUE 1605- GRANDE Marca: AMERICANA	UN	125	26,333	3.291,625
312	011.002.548	VÁLVULA P/ LAVATÓRIO TANQUE BRANCA Marca: ASTRA	UN	205	3,833	785,765
313	011.002.549	VALVULA P/ PIA AMERICANA INOX Marca: AMERICANA	UN	85	31,667	2.691,695
314	011.002.550	VÁLVULA RETENÇAO LINHA 1 P ROSCÁVEL Marca: ASTRA	UN	75	29,333	2.199,975
315	011.002.551	VÁLVULA RETENÇÃO LINHA 3/4 ROSCÁVEL Marca: ASTRA	UN	40	16,167	646,68
316	011.002.552	VÁLVULA RETENÇÃO POÇO 1" Marca: ASTRA	UN	75	28,167	2.112,525

317	011.002.553	VÁLVULA RETENÇÃO POÇO 1/1/4 Marca: ASTRA	UN	75	36,167	2.712,525
318	011.002.554	VÁLVULA RETENÇÃO POÇO 3/4 Marca: ASTRA	UN	75	27,333	2.049,975
319	011.002.555	VÁLVULA RETENÇÃO POÇO 2 Marca: ASTRA	UN	75	35,667	2.675,025
320	011.001.520	VEDA ROSCA 10M Marca: PLASTILIT	UN	125	4,50	562,50
321	011.001.521	VEDA ROSCA 25M Marca: PLASTILIT	UN	85	6,833	580,805
322	011.002.556	VEDA ROSCA 50 M Marca: PLASTILIT	UN	125	8,333	1.041,625
323	011.002.557	MANG PRETA 3/4 - 3MM Marca: NELTILENO	MT	1020	3,667	3.740,34
		Total do Proponente				**1.433.337,27**

Ficando negociado o valor total de R$ 1.433.337.27 (Um milhão, quatrocentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e sete reais e vinte sete centavos).

O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se à disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Aveinda Marco Aurélio Fullin, s/n, Centro, neste município de Bom Jesus do Araguaia/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público (07h30m à 11h30m e 13h30m à 17h30m).

Bom Jesus do Araguaia-MT, 02 de Fevereiro 2021.

_____

WILLEN RARYTTON DE SOUZA ROSA

Pregoeiro

ATO DE HOMOLOGAÇÃO ADESÃO 01/2021

MODALIDADE: ADESÃO Nº. 01/2021

PROCESSO: Nº 02/2021

OBJETO: Adesão à Ata de Registro de Preços nº. 023/2020 do Pregão Presencial n°. 021/2020 da Prefeitura Municipal de Canarana, que tem por objeto é o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de material de consumo (medicamentos e insumos) para atender os beneficiários do Sistema Único de Saúde.

O Senhor **MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Araguaia, Estado de Mato Grosso, usando das suas atribuições que lhe são inerentes, respeitando os princípios legais correlatos, profere o seguinte ato de HOMOLOGAÇÃO.

I – O certame aberto pela Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia /MT, quanto aos praticados, verificou-se que foram realizados em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/02 e o edital, conhecendo-se como legais, legítimos e válidos.

II - Quanto à convivência do processo Licitatório, constatou-se que tem necessidade de contratação emergencial pois a farmácia básica necessita de insumos, os recursos para cobertura das despesas oriundas da presente licitação estão consignados no Orçamento do Município e serão empenhadas de acordo com a conveniência.

III - Diante do exposto, observando-se as formalidades para efeito de adjudicação, considerando os atos do certame como válidos e convenientes ao interesse público, HOMOLOGO o Processo Licitatório nº. 02/2021 Adesão nº. 01/2020, em nome das vencedoras abaixo discriminadas:

IV - Empresa: INOVAÇÕES COMERCIO DE MED. E PROD. PARA SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ: 32.138.304/0001-06, no valor global de R$: 1.122.963,39 (Um milhão cento e vinte e dois mil novecentos e sessenta e três reais e trinta e nove centavos); a empresa: RETFARMA-DISTR. DE MED. E PROD. HOSP. EIRELI-ME, inscrita no CNPJ: 12.313.826/0001-90, no valor global de R$: 173.232,54 (Cento e setenta e três mil duzentos e trinta e dois reais e cinquenta e quatro centavos); a empresa: MOTA DISTR. HOSPITALAR LTDA-ME, inscrita no CNPJ: 20.119.167/0001-83, no valor global de R$: 71.544,25 (Setenta e um mil quinhentos e quarenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), e a empresa: FAMA DISTRIBUIDORA HOSP. EIRELI ME, inscrita no CNPJ: 03.250.803/0001-92, no valor global de R$: 283.130,37 (Duzentos e oitenta e três mil cento e trinta reais e trinta e sete centavos), onde serão empenhadas e adquiridas de acordo com as Ordens de Fornecimento. Para que a Ata de Registro de Preço nela proferida produza os efeitos jurídicos e legais.

Dê-se ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT, 02 de Fevereiro de 2021.

_____

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA-Prefeito Municipal

PREFEITURA
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 01/2020

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 01/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA – MT.

CONTRATADA TORNEADORA SS - MEI

CNPJ: 34.507.614/0001-87

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação de vigência do contrato, pelo mesmo período de validade inicial (**12** meses), com vigência até 13/01/2022.

Vigência: 13/01/2022

Bom Jesus do Araguaia-MT, 13 de Janeiro de 2021.

_____

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 117/2020-PGM

TERMO ADITIVO Nº 001/2021-PGM

O município de Cáceres/MT, torna público a celebração do termo aditivo conforme abaixo:

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

CONTRATADA: TECMAX ENGENHARIA E TELECOMUNICAÇÕES EIRELI – EPP.

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA – ADITAR O PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 117/2020-PGM, celebrado entre o Município de Cáceres, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSITCA** e a empresa **TECMAX ENGENHARIA E TELECOMUNICAÇÕES EIRELI – EPP, PARA MAIS 90 (noventa) DIAS** contados a partir do dia **26/01/2021** até **25/04/2021,** correspondendo ao 1º Aditivo.

FISCAL DO CONTRATO: Titular: Neviton Trindade Jesus dos Santos; **Suplente:** Cristiane Cebalho de Oliveira**; Fiscal da execução do contrato**: Bruno Renostro, Engenheiro Eletricista, CREA MT.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 26 de janeiro de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO
CONTRATO N° 65.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Municipal de Saúde, senhor(a) **SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 686161 , SSP/MT e do CPF n° 460.413.111-20, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **HORACIO CUSTODIO DA SILVA,** portador(a) doRG nº 07659830 SSP/MT e do CPF n°45250480187, vinculado ao cargo de ENFERMEIRO(A) N/S-(40HS) e residente ao endereço CRISTO REI,47, Bairro: CRISTO REI, com efeitos desde 12/01/2021.

Cáceres, 12 de janeiro de 2021

_____

SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA

Secretário(a) Municipal de Municipal de Saúde

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO
CONTRATO N° 70.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Municipal de Saúde, senhor(a) **SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 686161 , SSP/MT e do CPF n° 460.413.111-20, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **HELY MARTINS DA SILVA JUNIOR,** portador(a) doRG nº 5934221 SSP/MT e do CPF n°99226731268, vinculado ao cargo de FISIOTERAPEUTA N/S (40HS) e residente ao endereço COSTA MARQUES,580, Bairro: CENTRO, com efeitos desde 23/01/2021.

Cáceres, 23 de janeiro de 2021

_____

SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA

Secretário(a) Municipal de Municipal de Saúde

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO
CONTRATO N° 13.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Municipal de Educação, senhor(a) **LAURENIR RAMOS CEBALHO RIBEIRO**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 1305292-6 , SSP/MT e do CPF n° 895.904.491-15, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **GEIZE RODRIGUES DE MIRANDA,** portador(a) doRG nº 19085699-9 SSP/MT e do CPF n°02630791122, vinculado ao cargo de PROF LIC PEDAG C/DOC (20HS/AULA) e residente ao endereço VITORIA,, Bairro: ESPIRITO SANTO, com efeitos desde 25/01/2021.

Cáceres, 25 de janeiro de 2021

_____

LAURENIR RAMOS CEBALHO RIBEIRO

Secretário(a) Municipal de Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CALENDÁRIO DE SESSÕES - CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE CACERES

O CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES, em consonância com o estabelecido no Decreto Municipal nº. 144/2020, torna público seu calendário de Sessões Ordinárias para o ano de 2021:

FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL
01 05 08 18 19 22	01 08 15 22 29	 05 12 19 26
MAIO	**JUNHO**	**JULHO**
03 10 17 24 31	07 14 21 28	05 12 19 26
AGOSTO	**SETEMBRO**	**OUTUBRO**
02	06	04

09 16 23 30	13 20 27	11 18 25
NOVEMBRO	**DEZEMBRO**	
01 08 16 22 29	06 13 20 – INÍCIO DO RECESSO	

ELIANA DA SILVA CARVALHO DUARTE

Presidente

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 61.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Municipal de Educação, senhor(a) **LAURENIR RAMOS CEBALHO RIBEIRO**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 13052926 , SSP/MT e do CPF n° 89590449115, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **FRANCIELLE APARECIDA DE OLIVEIRA BARBOSA,** portador(a) doRG nº 17295904 SSP/MT e do CPF n°03677670152, vinculado ao cargo de ENFERMEIRO(A) N/S-(40HS) e residente ao endereço PRESIDENTE AFONSO PENA,248, Bairro: CIDADE NOVA, com efeitos desde 12/01/2021.

Cáceres, 12 de janeiro de 2021

_____

LAURENIR RAMOS CEBALHO RIBEIRO

Secretário(a) Municipal de Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

AGUAS DO PANTANAL
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 33/2020-SSAAP

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 22.794.608/0001-78, comunica:

CONTRATO Nº 33/2020-SSAAP

CONTRATANTE: **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL**

CONTRATADO: PRIORI SERVIÇOS E SOLUÇÕES, CONTABILIDADE EIRELI ME

OBJETO: Fica prorrogado por mais **30 (trinta) dias** o prazo para entrega do objeto estabelecido no CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 033/2020-SSAAP, celebrado entre o SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL, e a Empresa PRIORI SERVIÇOS E SOLUÇÕES, CONTABILIDADE EIRELI ME.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
04.18	**17.512.1007.2211**	**3.3.90.39**	**(100)-Recurso Ordinário**

Cáceres- 29 de janeiro de 2021

MARIA APARECIDA NEPOMUCENO DOS SANTOS SILVA

Diretora Executiva

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 160 DE 27 DE JANEIRO DE 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Memorando sob nº 2858, de 27 de janeiro de 2021;

RESOLVEM:

Art.1º Nomear o senhor **ALBERTO FREIRE GARCETE**, para exercer o cargo em Comissão de Coordenadoria de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir de 28 de janeiro de 2021.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 27 de janeiro de 2021.

SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA

Secretário Municipal de Saúde

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 159 DE 27 DE JANEIRO DE 2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Memorando sob nº 2858, de 27 de janeiro de 2021;

RESOLVEM:

Art.1º Exonerar a servidora **MARILZA APARECIDA LUZ**,do cargo em Comissão de Coordenadoria de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, nomeada através do Decreto nº 633, de 16 de outubro de 2019, a partir de 28 de janeiro de 2021.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 27 de janeiro de 2021.

SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA

Secretário Municipal de Saúde

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 105 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela

Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta do Processo submetido ao Memorando sob nº. 1732, de 15 de janeiro de 2021;

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a servidora **VÂNIA DA SILVA LARA – Assistente Administrativ**o, para responder pela Secretaria da Escola Municipal Dom Máximo Biennés, da Rede Pública Municipal de Ensino de Cáceres, com efeitos desde 13 de janeiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 01 de fevereiro de 2021.

LAURENIR RAMOS CEBALHO RIBEIRO

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 099 DE 29 DE JANEIRO DE 2021.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o artigo 105, da Lei Complementar nº 25, de 27 de novembro de 1997;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo sob nº 1.534, de 29 de janeiro de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º Afastar, a pedido, o servidor **RENATO MATIAS RAMOS,** do cargo de Professor Licenciado em Pedagogia**,** lotado na Secretaria de Educação, sem ônus para esta administração Pública Municipal, para tratar de assuntos de interesse particular por 01 (um) ano, pelo período de 1º de fevereiro de 2021 a 31 de janeiro de 2022.

Art. 2º Durante o período de afastamento não se contará o tempo de serviço para nenhum efeito.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de janeiro de 2021.

LAURENIR RAMOS CEBALHO RIBEIRO

Secretário Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO
CONTRATO N° 63.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Municipal de Saude, senhor(a) **SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 686161 , SSP/MT e do CPF n° 46041311120, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **ANDRE LUIS SILVA DO AMARAL,** portador(a) doRG nº 0731159-1 SSP/MT e do CPF n°77714040149, vinculado ao cargo de MEDICO(A) CIRURGIAO GERAL (N/S) 40HS e residente ao endereço SEIS DE OUTUBRO,251, Bairro: CENTRO, com efeitos desde 12/01/2021.

Cáceres, 12 de janeiro de 2021

_____

SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA

Secretário(a) Municipal de Municipal de Saude

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 098 DE 29 DE JANEIRO DE 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009 alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO os principios da legalidade, responsabilidade e finalidade administrativa que impõe ao gestor as providências necessárias para uma gestão eficiente, respeitado os direitos que contemple os servidores, bem como os interesses da administração municipal, notadamente nas demandas dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO o disposto no §1º, art. 27, da Lei Complementar nº 25 de 27 de novembro de 1997;

CONSIDERANDO a necessidade administrativa combinada com o interesse publico;

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Memorando sob nº 3257, de 29 de janeiro de 2021;

RESOLVE

Art. 1º Designar as servidoras abaixo relacionadas, para responderem pelo “Regime de Sobreaviso – RS” na Secretaria Municipal de Assistencia Social de Cáceres no mês de **FEVEREIRO/2021** do corrente ano, conforme as datas da tabela, visando atender ao Auxilio Funeral.

FEVEREIRO/2021				
DATA		ASSISTENTE SOCIAL	CONTATO	HORARIO DE ATENDIMENTO
06	SAB	DALVA REGINA DOS SANTOS	(65) 98463 5678	07:30 às 17:30
07	DOM			
13	SAB	RENATA DA SILVA MACHADO		
14	DOM			
15	SEG	CONSUELO PINHEIRO ALVES		
16	TER			

17	QUA			
20	SAB	FABIANA CARVALHO DE MEDEIROS VIEIRA		
21	DOM			
27	SAB	LUARA CAIANA SOUZA E SILVA		
28	DOM			

§1º. As servidoras do regime de sobreaviso deverão atender prontamente ao chamado do Órgão e, durante o periodo de espera, não deverão praticar atividades que as impeçam de comparecer ao serviço ou retardem o seu comparecimento, quando convocadas.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 079 de 26 de janeiro de 2021.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de janeiro de 2021.

CLAUDIO HENRIQUE DONATONI

Secretário Municipal Interino de Assistência Social

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 094 DE 27 DE JANEIRO DE 2021.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 1722, de 15 de janeiro de 2021;

RESOLVE:

Art.1º Designar os senhores, lotados na Secretaria Municipal Especial de Assuntos Estratégicos, como responsáveis pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo, com efeitos desde 08 de janeiro de 2021.

Titular: Aleandro Felix Florêncio

Suplente: Robson André Morales

Nº	Contratado	Objeto	Data da Assinatura do Contrato	Vigência
041/20	PEDROSA JUNIOR & SANTOS LTDA ME	Constitui objeto do presente Contrato Administrativo, a contratação de empresa especializada para Locação de serviço de transporte de rede em Fibra Óptica VLAN, para atender a Secretaria Municipal da Educação de Cáceres.	04.05.20	12 meses

§ 1º Os senhores acima designados devem acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria Municipal de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando a Portaria nº 434 de 08 de julho de 2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 27 de janeiro de 2021.

LAURENIR RAMOS CEBALHO RIBEIRO

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 093 DE 27 DE JANEIRO DE 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 1722, de 15 de janeiro de 2021;

RESOLVE:

Art.1º Designar os senhores, lotados na Secretaria Municipal Especial de Assuntos Estratégicos, como responsável pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo, com efeitos desde 08 de janeiro de 2021.

Titular: Aleandro Felix Florencio

Suplente: Robson André Morales

Nº	Contratado	Objeto	Data da Assinatura do Contrato	Vigência
043/2020	PEDROSA JUNIOR & SANTOS LTDA ME	Constitui objeto do presente Contrato Administrativo, a contratação de empresa especializada para Locação de serviço de transporte de rede em Fibra Óptica VLAN, para atender a Secretaria Municipal Especial de Assuntos Estratégicos de Cáceres.	04.05.2020	12 meses

§ 1º Os senhores acima designados devem acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria Municipal de Assuntos Estratégicos e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência dos senhores responsável pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando a Portaria nº 538 de 11 de agosto de 2021.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 27 de janeiro de 2021.

CLAUDIO HENRIQUE DONATONE

Secretário Municipal Especial de Assuntos Estratégicos

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 092 DE 27 DE JANEIRO DE 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 1722 de 15 de janeiro de 2021;

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores, lotados na Secretaria Municipal Especial de Assuntos Estratégicos, como responsáveis pela fiscalização e controle dos contratos relacionados abaixo, com efeitos desde 08 de janeiro de 2021.

Titular: AleandroFelixFlorêncio

Suplente: Danillo César da Conceição

Nº	Contratado	Objeto	Data da Assinatura do Contrato	Vigência
072/2020	**PHILIP OBRIEN DANZMANN FERREIRA ME**	Contratação de empresa para Locação de solução corporativa de Backup nas nuvens incluindo garantia de funcionamento e suporte técnico destinado à realização do armazenamento e recuperação de dados e informações sensíveis da Prefeitura Municipal de Cáceres.	23.07.2020	12 meses

§ 1º Os senhores acima designados devem acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria Municipal de Assuntos Estratégicos e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando a Portaria nº 467 de 27 de julho de 2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 27 de janeiro de 2021.

CLAUDIO HENRIQUE DONATONI

Secretário Municipal Especial de Assuntos Estratégicos

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 091 DE 27 DE JANEIRO DE 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 1722 de 15 de janeiro de 2021;

RESOLVE:

Art.1º Designar os senhores, lotados na Secretaria Municipal Especial de Assuntos Estratégicos, como responsáveis pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo, com efeitos desde 08 de janeiro de 2021.

Titular: AleandroFelixFlorêncio

Suplente: Danillo César da Conceição

Nº	Contratado	Objeto	Data da Assinatura do Contrato	Vigência
045/2020	TELEFONICA BRASIL S/A	. Contratação de empresa autorizada pela Anatel para prestação de serviço de telefonia móvel digital (SMP), com cobertura roaming nacional de voz e dados, com fornecimentos dos aparelhos em regime de comodato, a ser executado de forma contínua no Município de Cáceres-MT.	11.05.2020	12 meses

§ 1º Os senhores acima designados devem acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria Municipal de Assuntos Estratégicos e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência dos senhores responsáveis pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando a Portaria nº 432 de 08 de julho de 2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 27 de janeiro de 2021.

CLAUDIO HENRIQUE DONATONI

Secretário Municipal Especial de Assuntos Estratégicos

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 090 DE 27 DE JANEIRO DE 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao memorando sob nº 1722, de 15 de janeiro de 2021;

RESOLVE:

Art.1º Designar os senhores lotados na Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos como, como responsável pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo, com efeitos desde 08 de janeiro de 2021.

Titular: Aleandro Felix Florêncio

Suplente: Danillo César da Conceição

Nº	Contratado	Objeto	Data da Assinatura do Contrato	Vigência
1º Termo Aditivo do Contrato 203/19	RLZ INFORMÁTICA LTDA	Contratação de empresa para fornecimento de solução integrada para gestão pública municipal, web (compatível com os browsers, google chrome, mozilla firefox) e desktop (executado em rede local sem necessidade de acesso à internet com estrutura cliente servidor), contemplando as licenças de uso de softwares, instalação, importação e conversão das informações de todos os bancos de dados dos anos anteriores, de propriedade do município, manutenções futuras e suporte técnico aos usuários, por prazo determinado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital norteador e seus anexos.	14.12.20	12 meses

§ 1º Os senhores acima designados devem acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria Municipal de Assuntos Estratégicos e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência dos senhores responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando a Portaria nº 029 de 09 de janeiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 27 de janeiro de 2021.

CLAUDIO HENRIQUE DONATONI

Secretário Municipal Especial de Assuntos Estratégicos

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 089 DE 27 DE JANEIRO DE 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 1722, de 15 de janeiro de 2021;

RESOLVE:

Art.1º Designar os senhores lotados na Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, como responsável pelas fiscalizações e controle do contrato relacionado abaixo, com efeitos desde 08 de janeiro de 2021.

Titular: Aleandro Felix Florêncio

Suplente: Danillo César da Conceição

Nº	Contratado	Objeto	Data da Assinatura do Contrato	Vigência
1º termo Aditivo do contrato 049/19	1DOC TECNOLOGIA LTDA.	Contratação de empresa especializada para locação de programas de informática (software administrativo de Gestão da comunicação, documentação, atendimento e gerenciamento de atividades), englobando os serviços de instalação, implantação, treinamento, suporte técnico, manutenção corretivas e evolutivas que garantam a funcionalidade do sistema, para os órgãos da administração publica do município de Cáceres-MT.	18.03.20	12 meses

§ 1º Os senhores acima designados devem acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria Municipal de Assuntos Estratégicos e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência dos senhores responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando a Portaria nº 130 de 04 de abril de 2019.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 27 de janeiro de 2021.

CLAUDIO HENRIQUE DONATONI

Secretário Municipal Especial de Assuntos Estratégicos

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 087 DE 27 DE JANEIRO DE 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao memorando sob nº 1722, de 15 de janeiro de 2021;

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores, como responsáveis pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo, com efeitos desde 08 de janeiro de 2021.

Titular: Aleandro Felix Florêncio

Suplente: Danillo César da Conceição

Nº	Contratado	Objeto	Data da Assinatura do Contrato	Vigência
1º Termo Aditivo do Contrato 143/19	**OI MÓVEL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**	Contratação de empresa especializada para fornecimento de link e suporte técnico dedicado de acesso à internet para a Prefeitura Municipal de Cáceres, visando atender todas as Secretarias Municipais.	08.07.20	12 meses

§ 1º Os senhores acima designados devem acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria Municipal de Assuntos Estratégicos e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência dos senhores responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando a Portaria nº 363, de 20 de agosto de 2019.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 27 de janeiro de 2021.

CLAUDIO HENROQUE DONATONI

Secretário Municipal Especial de Assuntos Estratégicos

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 055 DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 1942, de 19 de janeiro de 2021;

RESOLVE:

Art.1º Designar as servidoras abaixo relacionadas, lotadas na Secretaria Municipal de Educação, como responsáveis pela fiscalização e controle dos Contratos de Financiamentos mediante abertura de crédito, com efeitos desde 1º de janeiro de 2021.

Titular: Keila Aparecida Ferreira Bergamo

Suplente: Thais Cristina de Almeida Bela

Nº Contrato	FINANCIADOR	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
20/ 00200-9	BANCO DO BRASIL S.A.	Contratação de financiamento pelo **FINANCIADO**, com o **FINANCIADOR,** única e exclusivamente, para aquisição de bens móveis, ônibus e vans escolares, constante da Lei Orçamentária Anul – LOA e autorizado pela Lei Municipal nº 2.704, de 14/11/2019, publicada em 16/11/2018.	17/04/19	10.05. 2024
20/ 00201-7	BANCO DO BRASIL S.A.	Contratação de financiamento pelo **FINANCIADO**, com o **FINANCIADOR,** única e exclusivamente, para aquisição de bens móveis, ônibus e vans escolares, constante da Lei Orçamentária Anul – LOA e autorizado pela Lei Municipal nº 2.704, de 14/11/2019, publicada em 16/11/2018.	17/04/19	10.05. 2024

§ 1º As servidoras acima designadas deverão acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência das servidoras responsáveis pela fiscalização, deverá ser repassado ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogada a Portaria nº 635, de 15 de setembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 20 de janeiro de 2021.

LAURENIR RAMOS CEBALHO RIBEIRO

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 088 DE 27 DE JANEIRO DE 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 1722, de 15 de janeiro de 2021;

RESOLVE:

Art.1º Designar os senhores lotados na Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos como responsável pelas fiscalizações e controle do contrato relacionado abaixo, com efeitos desde 08 de janeiro de 2021.

Titular: Aleandro Felix Florêncio

Suplente: Danillo César da Conceição

Nº	Contratado	Objeto	Data da Assinatura do Contrato	Vigência
1º Termo Aditivo do Contrato 089/19	PEDROSA JUNIOR & SANTOS LTDA - ME	Contratação de empresa especializada para fornecimento de link e suporte técnico dedicado de acesso á internet a prefeitura Municipal de Cáceres, localizada no estado de Mato Grosso, através de fibra óptica pelo período de 12 (doze) meses.	30.04. 2020	12 meses

§ 1º Os senhores acima designados devem acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria Municipal de Assuntos Estratégicos e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência dos senhores responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando a Portaria nº 203, de 21 de maio de 2019.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 27 de janeiro de 2021.

CLAUDIO HENRIQUE DONATONI

Secretário Municipal Especial de Assuntos Estratégicos

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 108 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258 de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Memorando nº 1.483, de 14 de janeiro de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores relacionados abaixo para compor a **Comissão de Levantamento de Avaliação dos bens imóveis para o ano de 2021.**

PRESIDENTE

Thales Ávila Brito

MEMBROS

Gean Carlos Soares Militão

Marcos Robert Andrade Gonzaga

Derci Antônio da Silva

Marineide Weber

Patrick Martins dos Santos Montalvão

Art.2 º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de fevereiro de 2021.

WILSON MASSAHIRO KISHI

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 100 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 2907, de 27 de janeiro de 2021;

RESOLVE:

Art.1º Designar as servidoras**,** lotadas na Secretaria de Educação**,** como responsável para fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo, com efeitos desde 28 de janeiro de 2021.

Titular: Vanilda Soares Prudêncio

Suplente: Thais Dutra de Souza Militão

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
005/2020	PAULO VICTOR MONTEIRO GUIMARÃES - EPP	Contratação de Empresa Prestadora de Serviço de Profissional Temporário Serviços Gerais, destinada a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Cáceres-MT.	03/02/2020	12 meses

§ 1º As servidoras acima designadas deverão acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsável pela fiscalização, deverá ser repassado ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando a Portaria nº 133 de 18 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 01 de fevereiro de 2021.

LAURENIR RAMOS CEBALHO RIBEIRO

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 101 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 2907 de 27 de janeiro de 2021;

RESOLVE:

Art.1º Designar as servidoras, lotadas na Secretaria Municipal Educação, como responsáveis pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo, com efeitos desde 28 de janeiro de 2021.

Titular: Vanilda Soares Prudêncio.

Suplente: ThaisDutrade Souza Militão.

Nº	Contratado	Objeto	Data da Assinatura do Contrato	Vigência
082/20	J.B. SILVA	Contratação de empresa para Prestação de Serviço Especializado em Controle de Pragas, Limpeza e Conservação, visando atender a Secretaria Municipal de Finanças.	07.08.2020	12 meses

§ 1º As servidoras acima designadas devem acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria Municipal de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência das servidoras responsável pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando a Portaria nº 531 de 10 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 01de fevereiro de 2021.

LAURENIR RAMOS CEBALHO RIBEIRO

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 102 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 2907, de 27 de janeiro de 2021;

RESOLVE:

Art.1º Designar as servidoras, lotados na Secretaria Municipal de Educação, como responsáveis pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo, com efeitos desde 28 de janeiro de 2021.

Titular: Vanilda Soares Prudência

Suplente: Thais Dutra Militão.

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
089/2020	A.W.G COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamento declimatização (ar condicionado de janela e Split), com fornecimento de peças (exceto compressor) quando for o caso, componentes e acessórios novos e originais, quando for o caso, para atender a Secretaria Municipal de Educação.	31/08/2020	12 meses

§ 1º As servidoras acima designadas deverão acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência das servidoras responsáveis pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando a Portaria nº 590 de 31 de agosto de 2021.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 01 de fevereiro de 2021.

LAURENIR RAMOS CEBALHO RIBEIRO

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO
CONTRATO N° 56.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de MUNICIPAL DE SAUDE, senhor(a) **SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 686161 , SSP/MT e do CPF n° 46041311120, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **ADRYAN BARBARA FRANÇA RAMOS,** portador(a) doRG nº 29681324 SSP/MT e do CPF n°06409659113, vinculado ao cargo de ENFERMEIRO(A) N/S-(40HS) e residente ao endereço DAS MAGNOLIAS,S/N, Bairro: JD PADRE PAULO, com efeitos desde 12/01/2021.

Cáceres, 12 de janeiro de 2021

_____

SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA

Secretário(a) Municipal de MUNICIPAL DE SAUDE

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 103 DE 01 DE JANEIRO DE 2021.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 2907, de 27 de janeiro de 2021;

RESOLVE:

Art.1º Designar as servidoras, lotadas na Secretaria Municipal de Educação, como responsáveis pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo, com efeitos desde 28 de janeiro de 2021.

Titular: Thais Dutra de Souza Militão.

Suplente: Vanilda Soares Prudêncio.

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
109/2020	ROBERTO PEREIRA DA SILVA 03215259141	Constituir o instrumento a aquisição de material permanente para atender demanda da Secretaria de Educação.	01/10/2020	06 meses

§ 1º As servidoras acima designadas deverão acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência das servidoras responsáveis pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando a Portaria nº 677 de 01 de Outubro de 2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 01 de fevereiro de 2021.

LAURENIR RAMOS CEBALHO RIBEIRO

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 104 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 2907, de 27 de janeiro de 2021;

RESOLVE:

Art.1º Designar as servidoras, lotadas na Secretaria Municipal Educação, como responsáveis pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo, com efeitos desde 28 de janeiro de 2021.

Titular: Thais Dutra de Souza Militão

Suplente: Vanilda Soares Prudêncio

Nº	Contratado	Objeto	Data da Assinatura do Contrato	Vigência
131/20	PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	Contratação de empresa para a aquisição de material hidráulico e elétrico, visando atender demanda da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Cáceres-MT.	01.12.20	12 meses

§ 1º As servidoras acima designadas deverão acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria Municipal de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência das servidoras responsáveis pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando a Portaria nº 838, de 01 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 01 de fevereiro de 2021.

LAURENIR RAMOS CEBALHO RIBEIRO

Secretária Municipal de Educação

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 004/2021

PORTARIA N.º 004/2021 "Dispõe sobre a Retificação da Portaria 056/2020 de concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez em favor da Srª. Benedita Sebastiana Rodrigues dos Santos".

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, §1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação determinada pela EC n.º 41/2003 de 19 de dezembro de 2003, acrescentado pelo art. 6º-A, parágrafo único da EC nº 70, de 29 de março de 2012; Art. 117, inciso I, §1º, Art. 165 da Lei Municipal Complementar n.º 25/1997, de 27 de novembro de 1997; Art. 12, Inciso "I", alínea "a" e Art. 14 da Lei Municipal Complementar nº. 062/2005, de 12 de dezembro de 2005; Lei Complementar nº 48/2003, de 05 de setembro de 2003; Decreto de Nomeação nº 238 de 05 de julho de 1999; Decretos de atualização salarial nº 297/2005 de 22 de junho de 2005; n° 222/2006 de 28 de Abril de 2006; n° 225/2007 de 21 de maio de 2007; n° 313/2008 de 09 de maio de 2008; n° 187/2009 de 27 de maio de 2009; n° 376/2010 de 07 de junho de 2010; n° 236/2011 de 17 de maio de 2011; n° 011/2012 de 23 de janeiro de 2012; nº 072/2013 de 29 de Janeiro de 2013; Lei Complementar nº 100 de 04 de Fevereiro de 2014; Lei Complementar nº 104 de 20 de Janeiro de 2015; Lei nº 2.517 de 21 de Janeiro de 2016; Lei nº 2.563 de 20 de Janeiro de 2017; Lei nº 2.642 de 05 de Março de 2018; Lei nº 2.722 de 14 de fevereiro de 2019 e Lei nº 2.831 de 22 de janeiro de 2020.

Resolve,

Art. 1º Retificar a Concessão do benefício de aposentadoria por Invalidez em favor da Srª.**Benedita Sebastiana Rodrigues dos Santos**, Brasileira, Solteira, portadora do CPF n.º 345.342.611-87, RG n.º 0414641-7 SESP/

MT, PIS/PASEP nº 123.68704.25-8, Efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Classe “F”, Nível “1”, Matriculada sob o n.º 3.169, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, com Proventos Integrais, conforme o processo do PREVI-CÁCERES n.º 159/2018.

Art. 2º Retifica-se parcialmente o art.1º da Portaria nº 056/2020, de 09/06/2020, Publicada em 12/06/2020; Onde se lê: “(...) SSP/MT (...)” Ler-se-á: “(...) SESP/MT (...)”.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos desde 09 de junho de 2020, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cáceres - MT, 02 de Fevereiro de 2021.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

_____

ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres-MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00003 DE 25 DE JANEIRO DE 2021.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
EDSON FREITAS DE OLIVEIRA	032.060.418-72	9047/00006/2020
NILZA RAPP PINTO DE ARRUDA	237.695.561-00	9047/00007/2020
RAYMUNDO VICTOR DA COSTA RAMOS SHARP	001.214.877-68	9047/00008/2020
JOSE ALVES DA SILVA	468.317.971-72	9047/00009/2020
ANTONIO FRANCISCO ROSA	205.882.831-34	9047/00011/2020
SEBASTIAO SILVA	090.898.291-72	9047/00012/2020
ANTONIO RODRIGUES CARVALHO	097.249.829-04	9047/00014/2020
ENERILDO MOTTA RAMOS	111.482.921-87	9047/00018/2020
ALMIRA SPALENZA FACHETI	658.448.667-20	9047/00026/2020
JOAO PEDRO CURVO DE ARRUDA	110.225.581-53	9047/00028/2020
RAYMUNDO VICTOR DA COSTA RAMOS SHARP	001.214.877-68	9047/00029/2020
ALVERINO SILVEIRA TAVARES	075.131.606-78	9047/00030/2020
RUBENS RAMOS DE MOURA	001.705.931-34	9047/00033/2020
LUIZ CARLOS MARIOTTO	399.645.900-91	9047/00036/2020
ALMIRA SPALENZA FACHETI	658.448.667-20	9047/00037/2020
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de tributos / 642014 Assinatura:		

Data de afixação: 25/01/2021

Data de desafixação: 09/02/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00004 DE 25 DE JANEIRO DE 2021.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
LUIZ CARLOS MARIOTTO	399.645.900-91	9047/00038/2020
ALEX ROSA JORGE DA CUNHA	699.602.081-68	9047/00041/2020
ROBERTO NEY GOMES DA SILVA	111.893.471-72	9047/00043/2020
MANOEL BENEDITO ROSA FILHO	229.783.051-34	9047/00045/2020
ALMIRA SPALENZA FACHETI	658.448.667-20	9047/00047/2020
ALMIRA SPALENZA FACHETI	658.448.667-20	9047/00048/2020
ANTONIO LINO DA SILVA PINTO	021.808.471-49	9047/00049/2020
ALMIRA SPALENZA FACHETI	658.448.667-20	9047/00050/2020
OSCAR LEONEL DE MENESES	031.513.618-97	9047/00051/2020
JOSE LUIZ VIEIRA FILHO	018.893.408-12	9047/00053/2020
MARCUS ROSA JORGE DA CUNHA	705.088.361-15	9047/00055/2020
CLETON SILVA	034.285.081-49	9047/00065/2020
CRISTIANE COSTA MARQUES BARBOSA	567.622.161-53	9047/00069/2020
RUBENS GATTASS	027.816.381-53	9047/00070/2020
MARCUS ROSA JORGE DA CUNHA	705.088.361-15	9047/00071/2020
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: fernando hiroshi aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: fical de tributos / 642014 Assinatura:		

Data de afixação: 25/01/2021

Data de desafixação: 09/02/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00005, DE 25 DE JANEIRO DE 2021.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
SEBASTIAO SILVA	090.898.291-72	9047/00072/2020
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: fernando hiroshi aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: fical de tributos / 642014 Assinatura:		

Data de afixação: 25/01/2021

Data de desafixação: 09/02/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00006 DE 28 DE JANEIRO DE 2021.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
MARIA FATIMA DE SOUZA MEIRELLES	086.453.508-23	9047/00003/2020
HONORIO CARLOS POMPERMAYER	329.444.541-53	9047/00004/2020
GONCILIO CORREA	154.148.508-44	9047/00005/2020
PEDRO AIMORE TANGERINO	693.776.348-49	9047/00016/2020
RODRIGO VALADARES ROSA	619.339.021-91	9047/00025/2020
MARCIAL FRETE	012.047.898-60	9047/00044/2020
OSVALDO DE BRITO	208.326.301-44	9047/00061/2020
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de Tributos / 642014 Assinatura:		

Data de afixação: 28/01/2021

Data de desafixação: 12/02/2021

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
4º TERMO ADITIVO DE PRAZO, COM RENOVAÇÃO DO VALOR, AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 133/2017-PGM

TERMO ADITIVO Nº 004/2021-PGM

O município de Cáceres/MT, torna público a celebração do termo aditivo conforme abaixo:

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: ALESSON MARTELO YOUNG

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Aditar o PRAZO do Contrato Administrativo nº 133/2017-PGM, celebrado entre o Município de Cáceres através da Secretaria Municipal de Saúde e o Sr. **ALESSON MARTELO YUNG,** para mais **12 (doze) meses a contar de 16/01/2021 a 15/01/2022.**

CLÁUSULA SEGUNDA – **RENOVAR O VALOR DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 133/2017-PGM,** em **R$ 14.919,96 (quatorze mil, novecentos e dezenove reais e noventa e seis centavos)**, sendo a **parcela mensal** de R$ 1.243,33 (mil, duzentos e quarenta e três reais e trinta e três centavos).

OBJETO	**UN**	**QUANT.**	**VALOR MENSAL**	**VALOR TOTAL**
LOCAÇÃO DE IMÓVEL	**MÊS**	**12**	**R$ 1.243,33**	**R$ 14.919,96**

FISCAL DO CONTRATO: LAURA MARIA PEREIRA FILSINGER, CPF: 770.879.091-34, e, como suplente, Maria Monique Garcia Vale, CPF: 054.841.911-65

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 15 de janeiro de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATO N° 49.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Saúde, senhor(a) **SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 68616 , SSP/MT e do CPF n° 460.413.111-20, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **ITALO CACERES DAN,** portador(a) doRG nº 09982779 SSP/MT e do CPF n°717.297.981-87, vinculado ao cargo de MEDICO(A) PLANTONISTA e residente ao endereço AUGUSTA,S/N, Bairro: CIDADE ALTA, com efeitos desde 01/01/2021.

Cáceres-MT., 01 de janeiro de 2021

_____

SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA

Secretário(a) Municipal de Saúde

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO
CONTRATO N° 41.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Saúde, senhor(a) **SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 686161 , SSP/MT e do CPF n° 460.413.111-20, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **FERNANDA CASTRILLON LEIVA ROLIM,** portador(a) doRG nº 1681966-7 SSP/MT e do CPF n°035.751.631-11, vinculado ao cargo de MEDICO(A) CLINICO GERAL N/S (20HS) e residente ao endereço RUA DAS MARAVILHAS,1575, Bairro: CAVALHADA, com efeitos desde 01/01/2021.

Cáceres-MT., 01 de janeiro de 2021.

_____

SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA

Secretário(a) Municipal de Saúde

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO
CONTRATO N° 48.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Saúde, senhor(a) **SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 686161 , SSP/MT e do CPF n° 460.413.111-20, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **FABIO OURIVES,** portador(a) doRG nº 10665285 SSP/MT e do CPF n°78329361187, vinculado ao cargo de MEDICO(A) PLANTONISTA e residente ao endereço PEDRO A. DE LACERDA,142, Bairro: CAVALHADA, com efeitos desde 01/01/2021.

Cáceres-MT., 01 de janeiro de 2021.

_____

SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA

Secretário(a) Municipal de Saúde

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO
CONTRATO N°65.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Saúde, senhor(a) **SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 686161 , SSP/MT e do CPF n° 460.413.111-20, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **EMILY PEREZ PRADO,** portador(a) doRG nº 25483706 SSP/MT e do CPF n°04408154105, vinculado ao cargo de ENFERMEIRO(A) N/S-(40HS) e residente ao endereço JABURU,29, Bairro: SANTA ISABEL, com efeitos desde 01/01/2021.

Cáceres-MT., 01 de janeiro de 2021.

_____

SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA

Secretário(a) Municipal de Saúde

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
3º TERMO ADITIVO DE PRAZO E RENOVAÇÃO DO VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 14/2018-PGM

TERMO ADITIVO Nº 003/2021-PGM

O município de Cáceres/MT, torna público a celebração do termo aditivo conforme abaixo:

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: VISUAL SISTEMAS ELETRONICOS LTDA.

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Aditar o **PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14/2018-PGM,** celebrado entre o Município de Cáceres através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** e a empresa **VISUAL SISTEMAS ELETRONICOS LTDA, PARA MAIS 12 (Doze) MESES, contados a partir de 23/01/2021 a 22/01/2022.**

CLÁUSULA SEGUNDA -**RENOVAR O VALOR de R$ 48.188,14** (quarenta e oito mil, cento e oitenta e oito reais e quatorze centavos) a ser utilizado durante a vigência do presente Termo Aditivo.

FISCAL DO CONTRATO: RONILMA DA CUNHA MARTINS, CPF: 638.720.641-34, Titular responsável pela Sede da SMS, e EDINALDO CORDEIRO DOS SANTOS, CPF: 013.593.951-80, Suplente.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 22 de janeiro de 2021.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
3º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 008/2019-PGM

TERMO ADITIVO Nº 003/2021-PGM

O município de Cáceres/MT, torna público a celebração do termo aditivo conforme abaixo:

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

CONTRATADA: VENCEDORA ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI - EPP.

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA – ADITAR O PRAZO DE VIGÊNCIA celebrado entre o Município de Cáceres, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA** e a empresa **VENCEDORA ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI - EPP**, **PARA MAIS 12 (DOZE) MESES** contados a partir do dia **28/01/2021 até 27/01/2022,** comrenovação do valor, correspondendo ao 3º aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA –RENOVAR O VALOR CONTRATADO EM R$ 447.138,96 (quatrocentos e quarenta e sete mil, cento e trinta e oito reais e noventa e seis centavos), a ser utilizado durante a vigência do presente Termo Aditivo.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNI.	VALOR GLOBAL
01	SERVIÇO ESPECIALIZADO - DO TIPO PODA DE ÁRVORE DE GRANDE PORTE, PRÓXIMO DE REDES ENERGIZADAS, POSTES DE BAIXA TENSÃO E LUMINÁRIAS DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM DESTINAÇÃO FINAL DE FORMA REGULAR DOS RESÍDUOS PRODUZIDOS, POR UNIDADE DE ÁRVORE. PODA EM ALTURA DE ÁRVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MAIOR OU IGUAL A 0,60 M.AF_05/2018	600	R$ 269,11	R$ 161.466,00
02	SERVIÇO ESPECIALIZADO - DO TIPO PODA DE ÁRVORE DE MÉDIO PORTE, PRÓXIMO DE REDES ENERGIZADAS, POSTES DE BAIXA TENSÃO E LUMINÁRIAS DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM DESTINAÇÃO FINAL DE FORMA REGULAR DOS RESÍDUOS PRODUZIDOS, POR UNIDADE DE ÁRVORE. PODA EM ALTURA DE ÁRVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MAIOR OU IGUAL A 0,40 M E MENOR QUE 0,60 M.AF_05/2018	1.152	R$ 247,98	R$ 285.672,96

FISCAL DO CONTRATO: Titular: BRUNO RENOSTRO BARBOSA, CPF(MF) nº 040.446.821-78.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 27 de janeiro de 2021.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 115/2020-PGM

TERMO ADITIVO Nº 001/2021-PGM

O município de Cáceres/MT, torna público a celebração do termo aditivo conforme abaixo:

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

CONTRATADA: ELETRO TARTARI LTDA.

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA – ADITAR O PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 115/2020-PGM, celebrado entre o Município de Cáceres, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSITCA** e a empresa **ELETRO TARTARI LTDA., PARA MAIS 90 (noventa) DIAS** contados a partir do dia **24/01/2021** e até **23/04/2021,** correspondendo ao 1º Aditivo.

FISCAL DO CONTRATO: Titular: Neviton Trindade Jesus dos Santos; **Suplente:** Cristiane Cebalho de Oliveira; **Fiscal da execução do contrato:** Bruno Renostro, Engenheiro Eletricista, CREA MT

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 25 de janeiro de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO
CONTRATO N° 44.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Saúde, senhor(a) **SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 686161 , SSP/MT e do CPF n° 460.413.111-20, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **DEBORA DOS SANTOS PINTO,** portador(a) doRG nº 17189175 SSP/MT e do CPF n°027.075.951-44, vinculado ao cargo de ENFERMEIRO(A) N/S-(40HS) e residente ao endereço DOS BEXIGAS,20, Bairro: COHAB NOVA, com efeitos desde 01/01/2021.

Cáceres-MT., 01 de janeiro de 2021

_____

SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA

Secretário(a) Municipal de Saúde

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO
CONTRATO N° 45.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Saúde, senhor(a) **SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 686161 , SSP/MT e do CPF n° 460.413.111-20, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **DAIANE DE SOUZA CARVALHO,** portador(a) doRG nº 21645027 SSP/MT e do CPF n°018.378.351-44, vinculado ao cargo de ENFERMEIRO(A) N/S-(40HS) e residente ao endereço DOIS,31, Bairro: RES. DOM MAXIMO, com efeitos desde 01/01/2021.

Cáceres-MT., 01 de janeiro de 2021

_____

SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA

Secretário(a) Municipal de Saúde

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO
CONTRATO N° 162.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, senhor(a) **LAURENIR RAMOS CEBALHO RIBEIRO**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 1305292-6 , SEJS/MT e do CPF n° 895.904.491-15, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **BEATRIZ DE FRANÇA,** portador(a) doRG nº 15120759 SSP/MT e do CPF n°985.409.981-49, vinculado ao cargo de AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS(P/G.I) e residente ao endereço HONDURAS,02, Bairro: VILA REAL, com efeitos desde 01/01/2021.

Cáceres-MT., 01 de janeiro de 2021.

_____

LAURENIR RAMOS CEBALHO RIBEIRO

Secretário(a) Municipal de Educação

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO
CONTRATO N° 51.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Saúde , senhor(a) **SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 686161 , SSP/MT e do CPF n° 895.904.491-15, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **ANA MARIA PINTO DE FARIAS,** portador(a) doRG nº 14326590 SSP/MT e do CPF n°919.114.001-34, vinculado ao cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM(S/G.T) e residente ao endereço DOS MACUCOS,189, Bairro: VILA MARIANA, com efeitos desde 01/01/2021.

Cáceres-MT., 01 de janeiro de 2021

_____

SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA

Secretário(a) Municipal de Saúde

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
TERMO DE DESLIGAMENTO DE CONTRATO DE TRABALHO
CONTRATO N° 42.

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ n° 03.214.145/0001-83, com sede na Avenida Brasil, nº 119, Bairro Jardim Celeste, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Saúde, senhor(a) **SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade sob n° 686161 , SSP/MT e do CPF n° 460.413.111-20, por meio deste **TERMO DE DESLIGAMENTO**, finalizado o **CONTRATO DE TRABALHO** do(a) senhor(a) **ADRIANA RIBA DE NEIRA RODRIGUES,** portador(a) doRG nº 15410633 SSP/MT e do CPF n°002.939.221-79, vinculado ao cargo de ENFERMEIRO(A) N/S-(40HS) e residente ao endereço DAS ESMERALDAS,555, Bairro: COHAB VELHA, com efeitos desde 01/01/2021.

Cáceres-MT., 01 de janeiro de 2021.

_____

SERGIO ADRIANO GOMES DE ARRUDA

Secretário(a) Municipal de Saúde

_____

Servidor

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

Nome: _____

CPF: _____ Ass. _____

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2021 – PGM

O município de Cáceres/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo:

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: DE NIGRIS DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA.

Adesão nº 10/2020

VALOR GLOBAL DE R$ R$ 244.622,00. **VIGÊNCIA:** 07/01/2021 a 06/01/2022

FISCAL: **ALISON RIBEIRO FELIX, CPF Nº 040.721.641-35 e, tendo como fiscal suplente, o servidor Wesley Alencar de Freitas, CPF nº 006.882.891-85**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO – DISPENSA Nº 02/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO 345/2020

Interessada: Secretaria Municipal de Educação

Objeto: Dispensa de Licitação para contratação de serviços de fusão de fibra óptica no terminador óptico/ com cabo e lançamento de fibra óptica drop – já com materiais inclusos - reutilizando o terminador óptico – conversor de mídia – cordões ópticos do armazém de alimentação escolar.

Fundamento: Art. 24 da Lei 8.666/93, amparados nos princípios da finalidade pública e princípio da continuidade do serviço público.

Empresa: PEDROSA JUNIOR & SANTOS LTDA - CNPJ N.º25.452.912/000125, perfazendo o valor total de R$ 800,00 (oitocentos reais).

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico nos termos do Art. 24, da Lei Federal n° 8.666 /1993.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de fevereiro de 2021.

Laurenir Ramos Cebalho Ribeiro

Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 034/2020.

Contratante: Município de Campinápolis/MT. Contratada: **A. F. DOS SANTOS – CONSTRUTORA – EPP**, inscrita no CNPJ/MF nº 11.060.248/0001-64. Objeto: Alterar a Clausula Oitava do Contrato 034/2020, devido à necessidade efetivação de **ACRESCIMOS** e **SUPRESSÕES** na Obra-2. Com a alteração do valor da obra-2 o Valor Global do Contrato 034/2020 especificado na **CLAUSULA OITAVA (Do Preço)** passa a ser de **R$ 332. 147,98 (Trezentos e trinta e dois mil cento e quarenta e sete reais e noventa e oito centavos).** Ratificam-se as demais cláusulas. Assinam: **José Bueno Vilela** pela Contratante e **Adinaldo Ferreira dos Santos** pela Contratada.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2020

Contratante: Município de Campinápolis/MT. Contratada: A. F. dos Santos – Construtora – EPP. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objetivo alterar o prazo de execução da Obra do Instrumento Contratual retro citado para mais 90 dias, com início em 29/01/2021 e término em 28/04/2021. Ratificam-se as demais cláusulas. Assinam: **José Bueno Vilela** – por parte da Contratante; e **Adinaldo Ferreira dos Santos** – por parte da Contratada.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 079/2020.

Contratante: Município de Campinápolis/MT. Contratada: **MEDEIROS ENGENHARIA EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF nº 27.406.174/0001-05. Objeto: Alterar o Valor da Obra Contratada, devido à efetivação de **ACRÉSCIMOS** e **SUPRESSÕES** aplicadas à mesma, e consecutivamente alterar **Cláusula Oitava** (DO PREÇO) do Contrato 079/2020. Com a alteração do valor da obra o Valor Total do Contrato 079/2020 especificado na **CLAUSULA OITAVA (Do Preço)** passa a ser de **R$ 445.452,64 (Quatrocentos e quarenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e sessenta e quatro centavos).** Ratificam-se as demais cláusulas. Assinam: **José Bueno Vilela** pela Contratante e **Paulo Pazeto Medeiros** pela Contratada.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 100 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DA SERVIDORA **JANAYNNE DINIZ COELHO ROSA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSE BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

Considerando o teor do oficio nº. 022/GPM/2021;

Considerando o teor do decreto 3.324 de 30 de março de 2020.

RESOLVE:

I – "Remanejar" a Servidora JANAYNNE DINIZ COELHO ROSA que exerce o cargo em Comissão de Assessora de Imprensa junto ao Gabinete do Prefeito desta Prefeitura Municipal, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Saúde por decorrência do COVID-19, preservando – se todos os direitos adquiridos.

II – O remanejamento de que se trata o artigo anterior, será por tempo indeterminado, sendo que o mesmo poderá ser reintegrado à sua secretaria de origem a qualquer momento.

III - Esta portaria entra em vigor na data de 01 de fevereiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 01 de fevereiro de 2021.

JOSE BUENO VILELA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Administrativo nº 02/2021.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT CNPJ00.965.152/0001-29.

Contratada: AKANE VEICULOS LTDA CNPJ 41.183.930/0001-05. Objeto: Aquisição de veículos novos (primeiro emplacamento) para a secretaria Municipal de Educação e Cultura e secretaria Municipal de Administração de Campinápolis-MT.

Valor: R$ 768.700,00(setecentos e sessenta oito mil e setecentos reais).

Dotação: 06.010.12.122.0001..1013.449052.00.00.00– Red. 328.

Dotação: 03.010.04.122.0001.1003.449052.00.00.00-Red. 038.

Vigência: 12 (doze) meses

Assinam: José Bueno Vilela– Por parte da CONTRATANTE e Lilian de Freitas Sanguinetti – por parte da CONTRATADA.

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL-SRP Nº 01/2021

O Município de Campinápolis - MT por meio de seu Pregoeiro, torna público que **no dia 18 de fevereiro de 2021 às 08h 30min (Horário de Brasília)** realizará licitação na modalidade Pregão Presencial no sistema de registro de preços, com critério de julgamento Menor Preço Por Item, para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios ao município de Campinápolis – MT, no atendimento à merenda escolar, alimentação hospitalar e as necessidades das demais secretarias de acordo com o Anexo I – Termo de Referência. Edital completo no site www.campinapolis.mt.gov.br. Informações: Fone: (66) 3437-1992. E-mail: licitapm2013@hotmail.com. Campinápolis - MT, 02/02/2021. Gilberto F. Ribeiro de Paula - Pregoeiro Oficial.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 101 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DA SERVIDORA **DAIANE CLAUDIA DA SILVA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSE BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

Considerando o teor do Laudo Medico datado de 21 de janeiro de 2021;

Considerando o teor do decreto 3.324 de 30 de março de 2020.

RESOLVE:

I – "Remanejar" a Servidora DAIANE CLAUDIA DA SILVA que exerce o cargo de Contrato de Atendente no PSF II na Unidade Sentinela- Covid - 19, para exercer suas funções Secretaria Municipal de Saúde por decorrência do COVID - 19, preservando – se todos os direitos adquiridos.

II – O remanejamento de que se trata o artigo anterior, será por tempo indeterminado, sendo que o mesmo poderá ser reintegrado à sua secretaria de origem a qualquer momento.

III - Esta portaria entra em vigor na data de 01 de fevereiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 01 de fevereiro de 2021.

JOSE BUENO VILELA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO

REPUBLICADO PARA CORREÇÃO

Contrato: *Contrato de Rateio nº 01/2021*

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X, Consórcio Intermunicipal De Saúde Da Região Do Médio Norte Mato-Grossense (Cismnorte, CNPJ/MF sob o nº 02.451.265.0001-31.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto o repasse do MUNICÍPIO ao CONSÓRCIO, conforme expressa autorização legislativa constante da na **Lei Municipal nº 553 de 04 de setembro de 1997** e em consonância com o capítulo II art. sétimo, do Estatuto do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATO - GROSSENSE**, a título de repasse financeiro que possibilite sua aplicação nas ações administrativas e operacionais.

Dotação Orçamentária:

Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Programática: 10.001.10.302.0010.20091.3.3.71.70.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.02.000000 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Saúde

Fonte de Recurso: 0.1.42.000000 –

Valor: 661.347,00

Data: 28/01/2021

Secretaria: Secretaria Municipal de Saúde

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
COVID-19: EDITAL DE PUBLICAÇÃO TRANSFERÊNCIAS

VOLUNTÁRIAS RECEBIDAS PARA O ENFRENTAMENTO DO COVID-19

A ***PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS***, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público, inscrita no CNPJ nº 24.772.287/0001-36 neste ato representada por seu Prefeito Municipal Senhor ***RAFAEL MACHADO***, brasileiro, casado, portador do RG nº 50604257773 SSP/RS e CPF Nº 929.162.010-68, residente e domiciliado na cidade de Campo Novo do Parecis/MT, conforme dispõe no inciso V do art. 2º. da RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 4/2020 – TP proveniente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, torna público que o relatório das transferências voluntárias recebidas para o enfrentamento do Covid-19 até a presenta data, estão afixados no mural do saguão do Paço Municipal, Câmara Municipal, no site www.camponovodoparecis.mt.gov.br no Portal Transparência, conforme discriminação abaixo:

TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA ENFRENTAMENTO DO CORONAVÍRUS (COVID19) - SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Data	Origem	Finalidade	Especificação Receita	Fonte de Recurso	Valor
31/03/2020	Federal - Fundo a Fundo	Saúde	1.7.1.8.03.9.1.01.00.00	0.1.46.074000	R$ 117.555,95
08/04/2020	Estadual - Fundo a fundo	Assistência Social	1.7.2.8.07.1.1.01.00.00	0.1.43.074000	R$ 6.300,00
13/04/2020	Federal - Fundo a Fundo	Saúde	1.7.1.8.03.9.1.01.00.00	0.1.46.074000	R$ 205.702,99
30/04/2020	** Federal - Emenda*	*Saúde*	*1.7.1.8.03.1.1.25.00.00*	*0.1.46.070000*	*R$ 100.000,00*
19/05/2020	Federal - Fundo a Fundo	Assistência Social	1.7.1.8.12.1.1.09.00.00	0.1.29.074000	R$ 15.000,00
19/05/2020	Federal - Fundo a Fundo	Assistência Social	1.7.1.8.12.1.1.08.00.00	0.1.29.074000	R$ 51.150,00
26/05/2020	Federal - Fundo a Fundo	Saúde - HOSPITAL	1.7.1.8.03.9.1.01.00.00	0.1.46.075000	R$ 56.252,01
04/06/2020	Federal - Fundo a Fundo	Saúde - HOSPITAL	1.7.1.8.03.9.1.01.00.00	0.1.46.075000	R$ 953.335,40
05/06/2020	Federal - Fundo a Fundo	Assistência Social	1.7.1.8.12.1.1.10.00.00	0.1.29.074000	R$ 14.175,00
05/06/2020	Federal - Fundo a Fundo	Assistência Social	1.7.1.8.12.1.1.11.00.00	0.1.29.074000	R$ 38.640,00
05/06/2020	Federal - Fundo a Fundo	Assistência Social	1.7.1.8.12.1.1.12.00.00	0.1.29.074000	R$ 104.400,00
09/06/2020	Federal - Lei Nº 173/2020	Saúde/Assist. Social	1.7.1.8.99.1.1.05.00.00	0.1.26.076000	R$ 128.034,39
23/06/2020	Federal - Fundo a Fundo	Assistência Social	1.7.1.8.12.1.1.08.00.00	0.1.29.074000	R$ 51.150,00
24/06/2020	Federal - Fundo a Fundo	Assistência Social	1.7.1.8.12.1.1.11.00.00	0.1.29.074000	R$ 38.640,00
24/06/2020	Federal - Fundo a Fundo	Assistência Social	1.7.1.8.12.1.1.12.00.00	0.1.29.074000	R$ 104.400,00
13/07/2020	Federal - Lei Nº 173/2020	Saúde/Assist. Social	1.7.1.8.99.1.1.05.00.00	0.1.26.076000	R$ 128.034,39
15/07/2020	Federal - Fundo a Fundo	Saúde - Portaria Nº 1666/2020	1.7.1.8.03.9.1.01.00.00	0.1.46.074000	R$ 200.000,00
06/08/2020	Federal - Fundo a Fundo	Assistência Social	1.7.1.8.12.1.1.10.00.00	0.1.29.074000	R$ 14.175,00
06/08/2020	Federal - Fundo a Fundo	Saúde/Educação	1.7.1.8.03.9.1.03.00.00	0.1.46.074001	R$ 75.950,00
12/08/2020	Federal - Lei Nº 173/2020	Saúde/Assist. Social	1.7.1.8.99.1.1.06.00.00	0.1.27.076000	R$ 128.034,39
18/08/2020	Federal - Fundo a Fundo	Saúde - Portaria Nº 1666/2020	1.7.1.8.03.9.1.01.00.00	0.1.46.074000	R$ 800.000,01
18/08/2020	Federal - Fundo a Fundo	Saúde - Portaria Nº 1666/2020	1.7.1.8.03.9.1.01.00.00	0.1.46.074000	R$ 100.000,33
21/08/2020	Federal - Fundo a Fundo	Saúde - Portaria Nº 1666/2020	1.7.1.8.03.9.1.01.00.00	0.1.46.074000	R$ 1.411.261,67

21/08/2020	Federal - Fundo a Fundo	Assistência Social	1.7.1.8.12.1.1.08.00.00	0.1.29.074000	R$ 34.100,00
21/08/2020	Federal - Fundo a Fundo	Assistência Social	1.7.1.8.12.1.1.09.00.00	0.1.29.074000	R$ 5.000,00
11/09/2020	Federal - Lei Nº 173/2020	Saúde/Assist. Social	1.7.1.8.99.1.1.05.00.00	0.1.26.076000	R$ 129.885,86
16/09/2020	Federal - Fundo a Fundo	Assistência Social	1.7.1.8.12.1.1.09.00.00	0.1.29.074000	R$ 15.000,00
25/09/2020	Federal - Fundo a Fundo	Saúde-Portaria Nº. 1.797/2020	1.7.1.8.03.9.1.04.00.00	01.46.074000	R$ 60.000,00
25/09/2020	Federal - Fundo a Fundo	Saúde-Portaria Nº. 2.222/2020	1.7.1.8.03.9.1.04.00.00	01.46.074000	R$ 2.555,00
25/09/2020	Federal - Fundo a Fundo	Saúde-Portaria Nº. 2.405/2020	1.7.1.8.03.9.1.04.00.00	01.46.074000	R$ 59.760,00
25/09/2020	Federal - Fundo a Fundo	Saúde-Portaria Nº. 430/2020	1.7.1.8.03.9.1.04.00.00	01.46.074000	R$ 15.000,00
25/09/2020	Federal - Fundo a Fundo	Saúde-Portaria Nº. 2.358/2020	1.7.1.8.03.9.1.04.00.00	01.46.074000	R$ 54.000,00
25/09/2020	Federal - Fundo a Fundo	Saúde-Portaria Nº. 2.222/2020	1.7.1.8.03.9.1.04.00.00	01.46.074000	R$ 24.000,00
30/09/2020	Federal - Fundo a Fundo	Saúde-Portaria Nº. 2.222/2020	1.7.1.8.03.9.1.04.00.00	01.46.074000	R$ 58.240,00
01/10/2020	Federal - Fundo a Fundo	Saúde-Portaria Nº. 2.516/2020	1.7.1.8.03.9.1.05.00.00	0.1.46.074000	R$ 110.597,58
10/11/2020	Federal - Fundo a Fundo	Saúde-Portaria Nº. 430/2020	1.7.1.8.03.9.1.04.00.00	0.1.46.074000	R$ 30.000,00
24/11/2020	Federal - Fundo a Fundo	Saúde-Portaria Nº. 1797/2020	1.7.1.8.03.9.1.04.00.00	0.1.46.074000	R$ 60.000,00
24/11/2020	Federal - Fundo a Fundo	Saúde-Portaria Nº. 3008/2020	1.7.1.8.03.9.1.04.00.00	0.1.46.074000	R$ 11.586,00
24/11/2020	Federal - Fundo a Fundo	Saúde-Portaria Nº. 2994/2020	1.7.1.8.03.9.1.04.00.00	0.1.46.074000	R$ 42.750,00
24/11/2020	Federal - Fundo a Fundo	Saúde-Portaria Nº. 1797/2020	1.7.1.8.03.9.1.04.00.00	0.1.46.074000	R$ 60.000,00
03/12/2020	Federal - Fundo a Fundo	Saúde-Portaria Nº. 1797/2020	1.7.1.8.03.9.1.04.00.00	0.1.46.074000	R$ 60.000,00
23/12/2020	Federal - Fundo a Fundo	Saúde-Portaria Nº. 3389/2020	2.4.1.8.04.1.1.04.00.00	0.1.47.074000	R$ 20.850,00
30/12/2020	Estadual - Fundo a Fundo	Saúde	1.7.2.8.03.1.1.10.00.00	0.1.42.074000	R$ 100.000,00
11/01/2021	Federal - Fundo a Fundo	Saúde-Portaria Nº. 3874/2020	1.7.1.8.03.9.1.04.00.00	0.1.46.074000	R$ 60.000,00
				Total:	R$ 5.855.515,97

** Valor recebido através de Emenda Parlamentar Individual no Bloco "Atenção Básica", mais com finalidade de atendimento ao COVID19.*

TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS REFERENTE APOIO FINANCEIRO DA UNIÃO (MP Nº 938/2020) E MITIGAÇÃO DOS EFEITOS FINANCEIROS (LEI Nº. 173/2020, art. 5., II)

Data	Origem	Finalidade	Especificação Receita	Fonte de Recurso	Valor
14/04/2020	Federal - MP Nº 938/2020	Apoio Financeiro	1.7.1.8.99.1.1.03.00.00	0.1.00.080000	R$ 110.912,33
07/05/2020	Federal - MP Nº 938/2020	Apoio Financeiro	1.7.1.8.99.1.1.03.00.00	0.1.00.080000	R$ 101.908,00
05/06/2020	Federal - MP Nº 938/2020	Apoio Financeiro	1.7.1.8.99.1.1.03.00.00	0.1.00.080000	R$ 448.266,99
09/06/2020	Federal - Lei Nº 173/2020	Apoio Financeiro	1.7.1.8.99.1.1.04.00.00	0.1.00.077000	R$ 2.312.549,33
07/07/2020	Federal - MP Nº 938/2020	Apoio Financeiro	1.7.1.8.99.1.1.03.00.00	0.1.00.080000	R$ 316.177,06
13/07/2020	Federal - Lei Nº 173/2020	Apoio Financeiro	1.7.1.8.99.1.1.04.00.00	0.1.00.077000	R$ 2.312.549,33
12/08/2020	Federal - Lei Nº 173/2020	Apoio Financeiro	1.7.1.8.99.1.1.04.00.00	0.1.00.077000	R$ 2.312.549,33
21/08/2020	Federal - MP Nº 938/2020	Apoio Financeiro	1.7.1.8.99.1.1.03.00.00	0.1.00.080000	R$ 28.479,86
04/09/2020	Federal - MP Nº 938/2020	Apoio Financeiro	1.7.1.8.99.1.1.03.00.00	0.1.00.080000	R$ 205.116,03
11/09/2020	Federal - Lei Nº 173/2020	Apoio Financeiro	1.7.1.8.99.1.1.04.00.00	0.1.00.077000	R$ 2.335.768,38
07/10/2020	Federal - MP Nº 938/2020	Apoio Financeiro	1.7.1.8.99.1.1.03.00.00	0.1.00.080000	R$ 288.281,60
				Total:	R$ 10.772.558,24

TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APLICAÇÃO EM OUTRAS AÇÕES EMERGENCIAIS

Data	Origem	Finalidade	Especificação Receita	Fonte de Recurso	Valor
21/09/2020	LEI Nº. 14.017/2020	Lei Aldir Blanc - Cultura	1.7.1.8.99.1.1.07.00.00	0.1.82.078000	R$ 256.303,81
				Total:	R$ 256.303,81
				Total Geral:	R$ 16.884.378,02

Campo Novo do Parecis/MT, 29 de janeiro de 2021.

EMERSON DE LIMA MIRANDA RAFAEL MACHADO

Contador Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2021

PREGÃO ELETRÔNICO 001/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

FORNECEDOR: MULTUS COMERCIAL LTDA – ME.

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de material de construção.

VALOR TOTAL: R$ 15.400,00.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 002/2021 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2020

O Município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o n° 24.772.287/0001-36 solicita o comparecimento, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da publicação do presente EDITAL, dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 003/2020, conforme disposições do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 003/2020, homologado pelo Decreto Executivo nº 105/2020, a fim de assumirem sua respectiva função, nos termos que determina a Lei Municipal nº 1.437, de 25 de agosto de 2011, que dispõe sobre contratação de pessoal para prestação de serviços em programas com transferência de recursos da União ou do Estado e dá outras providências, no município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso.

O não comparecimento do candidato no prazo acima estabelecido implicará no reconhecimento da desistência e renúncia quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se a administração o direito de convocar o próximo candidato.

Cargo: Técnico em Enfermagem

Classificação	Nome Candidato
4°	GLACI APARECIDA VIGILATO

Os candidatos aprovados acima relacionados deverão comparecer na Coordenadoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal munidos dos documentos constantes no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 003/2020, no prazo legalmente previsto.

Campo Novo do Parecis/MT, aos 28 dias do mês de janeiro de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 122, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE AO SERVIDOR **THIAGO MARCELO BORGES CARPINETTI**.

Art. 2º A Licença será concedida pelo período de **20 (vinte) dias**, com início em 25/01/2021 e término em 13/02/2021.

PORTARIA Nº 121, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL FERNANDA LUPPE MARTINS.

Art. 2º A licença será concedida pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, com início em 26/01/2021 e término em 24/07/2021.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 040/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT E A EMPRESA WCOGEO ADMINISTRADORA E SERVIÇOS EIRELI

Objeto: retifica-se a CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, para constar a tabela com respectivos itens e quantidade abaixo:

CODIGO	NOME	UND	QTD	Valor	Total
45136	VETORIZAÇÃO, TRATAMENTO E VINCULAÇÃO DO CADASTRO TRIBUTÁRIO JUNTO AO SIG.	UN	11000	13,00	143.000,00
45137	APONTAMENTO DE DIVERGENCIAS E ELABORAÇÃO DE SISTEMA PARA REGULARIZAÇÃO.	UN	4400	11,00	48.400,00
45138	ELABORAÇÃO DO MAPA CARTOGRAFICO DA PREFEITURA GEORREFERENCIADO	UN	1	25.000,00	25.000,00
45139	CESSÃO DE USO DE SOFTWARE DE GIS PARA CADASTRO TRIBUTÁRIO E GEREN CIAMENTO DA PREFEITURA	UN	1	25.000,00	25.000,00
45140	TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES	UN	3	6.000,00	18.000,00
45141	CONSULTORIA PARA ACOMPANHAMENTO, IMPLANTAÇÃO E ASSESSORAMENTO DAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NO GIS, A PARTIR DO INICIO DOS SERVIÇOS, COM MANUTENÇÃO REMOTA E LOCAL PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA, SERVIÇO MENSAL.	UN	12	3.000,00	36.000,00
45142	DESENVOLVIMENTO E CESSÃO DO DIREITO DE USO DE UM SISTEMA DE GIS COM INTEGRAÇÃO AOS DADOS FINANCEIROS DOS CONTRIBUINTES DO MUNICIPIO.	UN	1	15.000,00	15.000,00
45143	ELABORAÇÃO DE SISTEMA DA PLANA GENÉRICA DE VALORES DO MUNICÍPIO COM APROXIMADAMENTE 9000 LOTES.	UN	11000	1,00	11.000,00
45144	DESENVOLVIMENTO E CESSÃO DO DIREITO DE USO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS (GIS) PARA GERENCIAMENTO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES DO MUNICIPIO, PARA ADEQUAÇÃO E FORMAÇÃO DE VALORES VENAIS, BASE DE COBRANÇA DE IPTU E ITBI.	UN	1	10.800,00	10.800,00
45145	LEVANTAMENTO FILMADO E GEO POSICIONADO DOS LOGRADOUROS DO MUNICIPIO	KM-Quilômetro	180	160,00	28.800,00
45146	FORNECIMENTO DE ORTOFOTO DA CIDADE E DOS DISTRITOS.	KM-Quilômetro	45	400,00	18.000,00
TOTAL					**379.000,00**

Campo Novo do Parecis – MT, 29 dias do mês de janeiro de 2021.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal Contratante

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2021

PREGÃO ELETRÔNICO 001/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

FORNECEDOR: PROMATEC SERVICOS, COMERCIO E LOCACOES EIRELI.

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de material de construção.

VALOR TOTAL: R$ 145.872,40.

PORTARIA Nº 120, DE 27 DE JANEIRO DE 2021.

ALTERA A PORTARIA Nº 077/2021 QUE CONCEDE PRORROGAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA À SERVIDORA **FERNANDA LUPPE MARTINS.**

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o disposto no art. 9º, § 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019; o disposto na Portaria nº 1.348, de 03 de dezembro de 2019, expedida pelo Ministério da Economia / Secretaria Especial de Previdência e Trabalho;

o disposto na Lei Municipal 1.130, de 11 de julho de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis;

o Laudo pericial expedido pelo médico examinador Edmar W. de Oliveira Telles – CRM-MT 1368.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o art. 2º da Portaria nº 077/2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

(...)

"**Art. 2º** O benefício de auxílio-doença será concedido pelo período de 22 (vinte e dois) dias, com início em 04/01/2021 e término em 25/01/2021".

(...)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 27 dias de janeiro de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

AVISO DE EDITAL PE 007/2021

Recebimento das propostas: **a partir do dia 03 de fevereiro de 2021, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Do encerramento das propostas: **dia 18 de fevereiro de 2021, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Data de abertura das propostas: **dia 18 de fevereiro de 2021, às 09:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Início da sessão de disputa de preços: **dia 18 de fevereiro de 2021, às 09:05 horas.**

(horário de Brasília - DF).

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para fornecimento de diárias na categoria pedreiro e auxiliar de pedreiro, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal.**

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: https://bllcompras.com/ **Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108 / 3382 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site:** www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 02 de fevereiro de 2021**.**

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

3° TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 141/2020

Pelo presente instrumento, o ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT***, pessoa jurídica do direito público, estabelecida na Avenida Mato Grosso, 66-NE, na cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **Rafael Machado***,* brasileiro, casado, Publicitário, portador do RG 5060425773 SSP/RS e CPF nº 929.162.010-68, residente e domiciliado na Rua Caqui nº 90 NE Jardim Alvorada, nesta cidade, doravante denominado ***CONTRATANTE*** e a empresa **Suelmei Campos Barbosa Eireli**,inscrita no CNPJ sob n° 08.399.617/0003-03, estabelecida na Av. Sen. Roberto camposn° S/N, Bairro Novo Diamantino, município de Diamantino, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Senhora ***SUELMEI CAMPOS BARBOSA***, portador do CPF nº 712.912.371-00, doravante denominada simplesmente, ***FORNECEDORA***, **acordam** *proceder, nos termos do* ***Edital de Pregão RP nº 042/2020****, ao* ***REGISTRO DE PREÇOS,*** *com seus respectivos preços unitários e totais* nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal 079/2017, resolvem aditar a ATA de REGISTRO DE PREÇOS nº **141/2020**, nos seguintes termos.

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. O presente Termo Aditivo tem por objeto o reequilíbrio dos preços aos valores praticados pelo mercado dos itens inicialmente registrados, da Ata de Registro de Preços nº **141/2020**, do Pregão Eletrônico nº **042/2020**, conforme abaixo indicados, em conformidade com as disposições do artigo 65, II, "d", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Decreto Municipal 079/2017, da Ata de Registro de Preços.

Cláusula Segunda – Do Reequilíbrio Dos Preços

2. Ficam reequilibrados para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, com fins de equilíbrio econômico-financeiro, o preço do seguinte produto:

Item	Cód. Item	Unid.	Descrição	Valor Unit. Atual R$	Valor Reequilibrado R$
01	39931	LT	COMBUSTIVEL OLEO DIESEL S10 - DIAMANTINO	R$ 3,81	R$ 4,15
02	39928	LT	COMBUSTIVEL GASOLINA COMUM - DIAMANTINO	R$ 4,51	R$ 4,73
03	39929	LT	COMBUSTIVEL ALCOOL COMUM - DIAMANTINO	R$ 3,16	R$ 3,25
04	39330	LT	COMBUSTIVEL OLEO DIESEL - DIAMANTINO	R$ 3,76	R$ 4,08

2.1 O referido aditamento para reequilíbrio dos preços passa a ter a sua vigência a partir de sua publicação.

Cláusula Terceira - Condições Gerais

As demais cláusulas, condições e estipulações da Ata Originária permanecem inalteradas.

Campo Novo do Parecis, 22 de janeiro de 2021.

RAFAEL MACHADO SUELMEI CAMPOS BARBOSA Prefeito Municipal Suelmei Campos Barbosa Eireli

Contratante Fornecedor

GILMAR ROCHA JOÃO DOS SANTOS BRITO

Agente Fiscalizador Agente Fiscalizador

PORTARIA Nº 123, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

CONCEDE PRORROGAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA AO SERVIDOR **ADEMIR DIAS DO NASCIMENTO.**

Art. 2º O benefício de auxílio-doença será concedido pelo período de 13/01/2021 a 12/04/2021.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº 05 ao Contrato 03/2018

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x **BELCHIOR SERVIÇOS TERCERIZADOS EIRELI -EPP** pessoa jurídica de direito privado,inscrita no CNPJ sob n° 00.770.653/0001-50.

Objeto: Prorroga-se o prazo do contrato por mais um período de 12 (doze) meses, a partir de 01 de fevereiro de 2021 e término em 31 de janeiro de 2022.

Valor:998.523,00

Dotação Orçamentária:

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 002 – Departamento de Educação

Programática: 09.002.12.306.0007.20062.3.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários – Exercício

Data: 01/02/2021

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial nº 136/2017

Secretaria: Secretaria de Educação

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2021

PREGÃO ELETRÔNICO 001/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

FORNECEDOR: NOVOACO COMERCIO DE FERRO E ACO LTDA.

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de material de construção.

VALOR TOTAL: R$ 216.725,00.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2021

PREGÃO ELETRÔNICO 001/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

FORNECEDOR: CONSTRUFER MAQUINAS CONSTRUCOES FERRAMENTAS E EPIS LTDA.

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de material de construção.

VALOR TOTAL: R$ 3.885,00.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2021

PREGÃO ELETRÔNICO 001/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

FORNECEDOR: MOREIRA & CIA LTDA.

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de material de construção.

VALOR TOTAL: R$ 993.728,50.

AVISO DE RESULTADO PE 001/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 001/2021**, destinado **a REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição de material de construção, teve como vencedoras as empresas: **NOVOAÇO COMÉRCIO DE FERRO E AÇO LTDA,** com valor total de **R$ 216.725,00 (duzentos e dezesseis mil e setecentos e vinte e cinco reais), MOREIRA & CIA LTDA,** com valor total de **R$ 993.728,50 (novecentos e noventa e três mil e setecentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos), MULTUS COMERCIAL LTDA - ME,** com valor total de **R$ 15.400,00 (quinze mil e quatrocentos reais), CONSTRUFER MÁQUINAS CONSTRUÇÕES FERRAMENTAS E EPI S LTDA** com valor total de **R$ 3.885,00 (três mil e oitocentos e oitenta e cinco reais), PROMATEC SERVIÇOS, COMÉRCIO E LOCAÇÕES EIRELI,** com valor total de **R$ 145.872,40 (cento e quarenta e cinco mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos).**

Campo Novo do Parecis-MT, 02 de fevereiro de 2021.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ERRATA DO EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 076/2020

ONDE SE LÊ:

Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário até 26 de fevereiro de 2021, contados a partir do dia 28 de dezembro de 2020.

LEIA-SE:

Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário e execução da obra até 26 de fevereiro de 2021, contados a partir do dia 28 de dezembro de 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 002/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Credenciamento: 006/2020, Inexigibilidade 008/2020

Aderente: JOÃO MARCELO MAGALHÃES REIS & CIA LTDA

Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos em consultas especializadas e procedimentos em ginecologia/obstetrícia, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Vigência: 12 de janeiro de 2021 à 30 de outubro de 2021.

Assinatura: 12 de janeiro de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 007/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Credenciamento 007/2020, Inexigibilidade 009/2020

Aderente: CLINICA MEDICA SÃO BENTO LTDA

Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos em consultas especializadas e procedimentos e procedimentos em Pediatria.

Vigência: 12 de janeiro de 2021 à 31 de dezembro de 2021.

Assinatura: 12 de janeiro de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 004/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Credenciamento: 006/2020, Inexigibilidade 008/2020

Aderente:E. DE FATIMA DUARTE ME

Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos em consultas especializadas e procedimentos em gine-

cologia/obstetrícia, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Vigência: 12 de janeiro de 2021 à 30 de outubro de 2021.

Assinatura: 12 de janeiro de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº. 003/2019

Com base no parágrafo 8º, do art. 65, da Lei n° 8.666/93, c/c o "caput" do art. 116, da mesma Lei, o **MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE**, resolve apostilar a dotação orçamentária para o exercício de 2021, referente ao Contrato n° 003/2019, celebrado com a **EMPRESABRASILEIRADECORREIOSE TELÉGRAFOS,** conforme discriminação abaixo:

Dotação Orçamentária	Total
03.001.04.122.0007.2006.3.3.90.39.00.00 – Red. 059	R$ 18.000,00

Campo Verde-MT, 04 de Janeiro de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: JARDIM DISTRIBUIDORA DE COSMÉTICOS LTDA, CNPJ Nº 23.720.752/0001-22

OBJETO**: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FRALDAS para suprir as necessidades das unidades de saúde–** PREGÃO Nº 004/2021.

VIGÊNCIA DA ATA: DE 02/02/2021 À 02/02/2022.

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	**FRALDA GERIÁTRICA TAMANHO P** (Embalagens máximo: 8 fraldas)	UNIDADE	2.000	R$ 1,08	R$ 2.160,00
2	**FRALDA GERIÁTRICA TAMANHO M** (Embalagens máximo: 8 fraldas)	UNIDADE	10.000	R$ 1,13	R$ 11.300,00
3	**FRALDA GERIÁTRICA TAMANHO G** (Embalagens máximo: 8 fraldas)	UNIDADE	10.000	R$ 1,28	R$ 12.800,00
4	**FRALDA GERIÁTRICA TAMANHO EXG** (Embalagens máximo: 8 fraldas)	UNIDADE	18.000	R$ 1,43	R$ 25.740,00
VALOR TOTAL DO LOTE R$ 52.000,00 (Cinquenta e dois mil reais).					

Valor total da ata de registro de preços: R$ 52.000,00 (Cinquenta e dois mil reais).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: HTTP://SITE.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR/

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº. 001/2020

Com base no parágrafo 8º, do art. 65, da Lei n° 8.666/93, c/c o "caput" do art. 116, da mesma Lei, o **MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE**, resolve apostilar a dotação orçamentária para o exercício de 2021, referente ao Contrato n° 001/2020, celebrado com o BANCO DO BRASIL S/A, cujo objeto é a contratação de banco para prestação de serviços de arrecadação dos tributos do município,conforme discriminação abaixo:

Dotação Orçamentária	Total
13.001.04.122.0009.20148.33.90.39.00.00 - Red. 1182	R$ 40.000,00

Campo Verde-MT, 04 de Janeiro de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 001/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Credenciamento: 006/2020, Inexigibilidade 008/2020

Aderente: CS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos em consultas especializadas e procedimentos em ginecologia/obstetrícia, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Vigência: 12 de janeiro de 2021 à 30 de outubro de 2021.

Assinatura: 12 de janeiro de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 012/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Credenciamento 007/2020, Inexigibilidade 009/2020

Aderente: FILIPPOS TEODORO E GARCIA DA SILVA LTDA

Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos em consultas especializadas e procedimentos e procedimentos em Ortopedia.

Vigência: 18 de janeiro de 2021 à 31 de dezembro de 2021.

Assinatura: 18 de janeiro de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 013/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Credenciamento 007/2020, Inexigibilidade 009/2020

Aderente: CLINICA E MICROCIRURGIA DE OLHOS LTDA

Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos em consultas especializadas e procedimentos e procedimentos em Oftalmologista.

Vigência: 18 de janeiro de 2021 à 31 de dezembro de 2021.

Assinatura: 18 de janeiro de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 014/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Credenciamento 007/2020, Inexigibilidade 009/2020

Aderente: FERREIRA E BISCO FERREIRA LTDA ME

Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos em consultas especializadas e procedimentos e procedimentos em Cardiologia.

Vigência: 25 de janeiro de 2021 à 31 de dezembro de 2021.

Assinatura: 25 de janeiro de 2021.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 010/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS.** SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DA PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia 17 de Fevereiro de 2021, hora: 09:30 horas (Horário de Brasília – DF), Site: www.licitanet.com.br . LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL: dias – segunda e sexta-feira (em dias de expediente), Horários – das 07:00 horas às 13:00 horas (Horário do Mato Grosso). LOCAL: Praça dos Três Poderes, n° 03 – Campo Real II – Campo Verde – MT (sala de licitações). RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET: Retire o edital acessando a página: www.campoverde.mt.gov.br , local “Compras Públicas”. Quando da retirada do edital, enviar recibo à Prefeitura de Campo Verde, via e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br , conforme modelo do Anexo VIII deste edital, para eventuais informações aos interessados, quando necessário. Campo Verde – MT, 02 de Fevereiro de 2021.

FABRÍCIA RODRIGUES ZAGO

Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 015/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Credenciamento 007/2020, Inexigibilidade 009/2020

Aderente: ALEXANDRE FRIEDRICH POSSER ME

Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos em consultas especializadas e procedimentos e procedimentos em Cirurgia Geral.

Vigência: 25 de janeiro de 2021 à 31 de dezembro de 2021.

Assinatura: 18 de janeiro de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 016/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Credenciamento 007/2020, Inexigibilidade 009/2020

Aderente: WALLACE FERNANDO GOMES LEÃO ME

Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos em consultas especializadas e procedimentos e procedimentos.

Vigência: 25 de janeiro de 2021 à 31 de dezembro de 2021.

Assinatura: 25 de janeiro de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 017/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Credenciamento 007/2020, Inexigibilidade 009/2020

Aderente: WILLIAN EDUARDO ECKERT ME

Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos em consultas especializadas e procedimentos e procedimentos.

Vigência: 26 de janeiro de 2021 à 31 de dezembro de 2021.

Assinatura: 26 de janeiro de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 018/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Credenciamento 007/2020, Inexigibilidade 009/2020

Aderente: CLINICA MEDICA AMICAL LTDA

Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos em consultas especializadas e procedimentos e procedimentos.

Vigência: 28 de janeiro de 2021 à 31 de dezembro de 2021.

Assinatura: 28 de janeiro de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 019/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Credenciamento 007/2020, Inexigibilidade 009/2020

Aderente: CLAUDIMIR JOSE SCABENI – CLINICA EIRELI

Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos em consultas especializadas e procedimentos e procedimentos.

Vigência: 28 de janeiro de 2021 à 31 de dezembro de 2021.

Assinatura: 28 de janeiro de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de locação e uso de licença de software de gestão educacional unificado com tecnologia híbrida (on/off line).

Valor: R$ 259.560,00 (duzentos e cinquenta e nove mil quinhentos e sessenta reais).

Vigência do Contrato: 01 de fevereiro de 2021 à 31 de janeiro de 2022.

Data de Assinatura: 01 de fevereiro de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 068/2020, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR A REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE SÃO MIGUEL.

Contratante: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE

Contratado: ANANDA DOS SANTOS ALMEIDA-ME

Objeto: fica prorrogado o prazo do contrato até 28 de fevereiro de 2021.

Data de Assinatura: 22 de janeiro de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 008/2020, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO

DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO.

Contratante: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE

Contratado: VENCEDORA E ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI-EPP

Objeto: Fica acrescido o valor de R$ 16.403,61 (dezesseis mil quatrocentos e três reais e sessenta e um centavos);

Data de Assinatura: 18 de janeiro de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 011/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Credenciamento 007/2020, Inexigibilidade 009/2020

Aderente: CS SERVIÇOS MEDICOS LTDA

Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos em consultas especializadas e procedimentos e procedimentos em Ortopedia.

Vigência: 18 de janeiro de 2021 à 31 de dezembro de 2021.

Assinatura: 18 de janeiro de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 010/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Credenciamento 007/2020, Inexigibilidade 009/2020

Aderente: FURPEL MEDICOS ASSOCIADOS LTDA ME

Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos em consultas especializadas e procedimentos e procedimentos em Cirurgia Geral.

Vigência: 12 de janeiro de 2021 à 31 de dezembro de 2021.

Assinatura: 12 de janeiro de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 009/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Credenciamento 007/2020, Inexigibilidade 009/2020

Aderente: ALEXANDRE V. MUSSIO CLINICA MEDICA

Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos em consultas especializadas e procedimentos e procedimentos em Pediatria.

Vigência: 12 de janeiro de 2021 à 31 de dezembro de 2021.

Assinatura: 12 de janeiro de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 008/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Credenciamento 007/2020, Inexigibilidade 009/2020

Aderente: ALVES E BAUKEN LTDA

Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos em consultas especializadas e procedimentos e procedimentos em Pediatria.

Vigência: 12 de janeiro de 2021 à 31 de dezembro de 2021.

Assinatura: 12 de janeiro de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 003/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Credenciamento: 006/2020, Inexigibilidade 008/2020

Aderente:WILLIAN EDUARDO ECKERT-ME

Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos em consultas especializadas e procedimentos em ginecologia/obstetrícia, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Vigência: 12 de janeiro de 2021 à 30 de outubro de 2021.

Assinatura: 12 de janeiro de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 006/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Credenciamento 007/2020, Inexigibilidade 009/2020

Aderente: JOÃO MARCELO MAGALHÃES REIS E CIA LTDA ME

Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos em consultas especializadas e procedimentos e procedimentos em Pediatria.

Vigência: 12 de janeiro de 2021 à 31 de dezembro de 2021.

Assinatura: 12 de janeiro de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 005/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Credenciamento 004/2020, Inexigibilidade 006/2020

Aderente: RENYEL BRUNO RODRIGUES PRUDENCIO-EPP

Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos em consultas especializadas e procedimentos em Otorrinolaringologia, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Vigência: 12 de janeiro de 2021 à 30 de setembro de 2021.

Assinatura: 12 de janeiro de 2021.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº 004/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT torna pública a HOMOLOGAÇÃO do resultado do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021 – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FRALDAS para suprir as necessidades das unidades de saúde,** que teve como vencedora a empresa: JARDIM DISTRIBUIDORA DE COSMÉTICOS LTDA, CNPJ Nº 23.720.752/0001-22, no lote 01 com o valor de R$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil) e o lote 02 ficou deserto. Campo Verde, 02 de fevereiro de 2021. Fabrícia Rodrigues Zago – Pregoeira.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº. 040/2020

Com base no parágrafo 8º, do art. 65, da Lei n° 8.666/93, c/c o "caput" do art. 116, da mesma Lei, o **MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE**, resolve apostilar a dotação orçamentária para o exercício de 2021, referente ao Contrato n° 040/2020, celebrado com a **CAIXA ECONOMICA FEDERAL,** cujo objeto é a contratação de banco para prestação de serviços de arrecadação dos tributos do município,conforme discriminação abaixo:

Dotação Orçamentária	Total
13.001.04.122.0009.20148.33.90.39.00.00– Red. 1182	R$ 40.000,00

Campo Verde-MT, 04 de Janeiro de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2021.

ESPÉCIE: Serviços.

OBJETO: Serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos hospitalares dos grupos A, B e E, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde e seus Departamentos.

VALOR GLOBAL: R$ 46.200,00.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Saúde; Unidade: 1 – Fundo Municipal de Saúde; Centro de Custo: 6149 – Hospital Municipal Leocyr Lazarete; Quantidade 6.000 quilogramas; Valor: R$ 21. 000,00.

Centro de Custo: 6121 – Unidade de Saúde da Família I; Quantidade: 2. 400 quilogramas; Valor: R$ 8.400,00.

Centro de Custo: 61112 – Unidade de Saúde da Família II; Quantidade: 2. 400 quilogramas; Valor: R$ 8.400,00.

Centro de Custo: 61164 – Laboratório de Análises Clínicas Jaqueline Soupinski; Quantidade: 2.400 quilogramas; Valor: R$ 8.400,00.

VIGÊNCIA: 01/02/2021 a 31/01/2022.

VINCULAÇÃO: Processo Administrativo nº 100/2020, Processo de Compra nº 099/2020, Pregão Eletrônico nº 046/2020.

ASSINAM: Município de Campos de Júlio – MT, por Irineu Marcos Parmeggiani - Prefeito Municipal / CONTRATANTE, e Paz Ambiental Ltda, CNPJ/MF Nº 10.331.865/0001-94 / CONTRATADA.

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DE PREVENÇÃO E CONTINGENCIAMENTO EM SAÚDE DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19).

Ata da segunda reunião do Comitê Gestor de prevenção e contingenciamento em saúde decorrente do Coronavírus (Covid-19).

Aos 02 dias do mês de fevereiro de 2021, às 08:00h, reuniram-se os membros do Comitê Gestor COVID 19 designados pelo Decreto Municipal nº 9, de 20 de janeiro de 2021, com a presença dos membros abaixo signatários, para deliberarem sobre a adoção de medidas para enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus. Abrindo os trabalhos, a Presidente do Comitê, senhora Maria Inês Golfetto Zanella, Secretária de Saúde, cumprimentou todos os presentes e solicitou a permissão para gravação da presente reunião e todos foram favoráveis. Logo após, fez uma explanação sobre o Boletim Oficial dos casos de COVID-19 no município, onde temos Total de Casos em investigação: 30; isolamento domiciliar: 26; internação hospitalar: 02; suspeita de reinfecção: 02. Relatou ainda que, foi feito uma nova forma de Boletim epidemiológico e apresentado pela enfermeira Nelci Veronica Kipp Ferrão. Na apresentação a enfermeira apresentou o quadro representativo que foi realizado em semanas epidemiológica conforme segue: Semana Epidemiológica 1 (03/01 a 09/01/2021) – Notificações: 69 – Confirmados: 29 – Investigação: 26 – Descartado: 15. Semana Epidemiológica 2 (10/01 a 16/01/2021) – Notificações: 54 - Confirmados: 24 – Investigação: 15 – Descartado: 43. Semana Epidemiológica 3 (17/01 a 23/01/2021) - Notificações: 44 - Confirmados: 13 – Investigação: 01 – Descartado: 27. Semana Epidemiológica4 (24/01 a 30/01/2021) - Notificações: 56 - Confirmados: 19 – Investigação: 02 – Descartado: 36. Após esta explanação também foi apresentado um gráfico de linhas demonstrando a evolução dos casos no município pela enfermeira Juliana Zenaro Rodrigues. Dando seguimento a reunião a presidente do Comitê abriu para os membros a discussão sobre a modificação na redação do novo Decreto. A servidora Aline Heinz apontou a dificuldade na fiscalização para o cumprimento do Decreto em especial ao artigo 2º, inciso IV, que trata da proibição do consumo de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos comerciais da cidade. Tendo em vista esta situação a Procuradora Viviene Barbosa Silva explanou que a medida foi no sentido de diminuir os momentos de encontros nestes locais que acabam gerando descumprimento das medidas protocolares de saúde. A promotora Mariana Batizoco Silva Alcântara, que participou da reunião de forma remota, apontou que realmente há a necessidade de atendimento as normas estabelecidas no Decreto. O Flávio Dias Rocha Ibane - 3ºsargento, também destacou a importância do trabalho em conjunto da Policia Militar e fiscalização e enfatizou que é a favor da orientação para somente após ter a sanção frente ao descumprimento do Decreto. O vereador Bruno Jonk Neto apresentou-se como o representante do Legislativo e explanou que realmente a bebida alcoólica não pode ser considerada a responsável pela propagação do vírus. A Promotora solicitou informações quanto a rotina da vacinação contra a COVID-19, que foi apresentada pela presidente do Comitê, que os profissionais da saúde já foram imunizados, observando ainda que alguns profissionais recusaram a imunização. Os membros expuseram suas opiniões sobre a nova formatação do Decreto. Dentre as colocações foram apontados opiniões para que seja feita de forma restritiva e após a discussão ficou decidido que ficam alterados a redação no artigo 1º destacando que FICA VEDADO, para substituir o termo SUSPENSÃO/RESTRIÇÃO. Mantem-se inalterados os incisos I e II. No inciso III inserir a palavra presenciais no texto que passa a ter a seguinte redação: atividades culturais ou desportivas, cursos e capacitação presenciais desenvolvidas ou subsidiadas pela administração pública pelo prazo previsto nesse decreto. Inciso IV mantem-se. Quanto ao inciso V a redação deve ficar mais clara no sentido de especificar que a capacidade de 50% do recinto fechado será definida a partir da possibilidade de manter-se o distanciamento de 1,5 metros de distância mínima entre as pessoas no local, no que diz respeito a locais abertos (espaços públicos) foi votado sobre a possibilidade de proibir a utilização destes espaços e ficou decido que estes espaços serão fechados nos finais de semana (sexta-feira, sábado e domingo), a partir da sexta-feira 17 horas até as 23 horas do domingo. Quanto aos inciso VI e VI mantem-se com a mesma redação. Continuando a revisão da redação do Decreto deu-se a leitura do artigo 2º mantendo-se inalterados os incisos I, II e III. Já o inciso IV foi alterado após votação a questão do consumo da bebida alcoólica com as seguintes possibilidades: Opção 1) - proibição do consumo no local de bebidas alcoólicas das 17 horas de sexta-feira a domingo as 23 horas e Opção 2) manter de domingo a domingo servindo a bebida alcoólica para consumo no local até as 21 horas e venceu por unanimidade a Opção 2, passando a ter a seguinte redação: Comercialização de bebidas alcoólicas para consumo no local, inclusive durante a alimentação, por estabelecimento classificados como restaurantes, supermercados, padarias, lanchonetes, trailers, bares, casas noturnas, distribuidoras e congêneres limitados ao horário de 21 horas de domingo a domingo. No que diz respeito ao artigo 3º todos os incisos mantem-se com redação inalterados. Já o artigo 4º que trata do toque de recolher ficou definido que o novo horário será as 22 horas. O artigo 5º terá sua redação alterada apenas no inciso V quanto ao horário de funcionamento que fica limitado a 22 horas, já o inciso XVII ficou determinado que os serviços funerários permaneçam com duração de 4 horas, os demais incisos permanecem inalterados. Artigo 6º permanece com a mesma redação. Para o artigo 7º ficou determinado que será inserido um parágrafo para destacar as exceções quanto as entidades que permanecerão recebendo o fomento. No artigo 8º fica alterado o valor correspondente da UFM no valor de R$ 10,50 e colocar o valor total em reais para o cálculo como segue: no inciso I valor de 12 UFM correspondente a R$ 10,50, totalizando R$ 126,00 e no inciso II 20 UFM, correspondente a R$ 10,50, totalizando R$ 210,00. Outra alteração necessária

fica estabelecida para o §3º que fica com a seguinte redação: Fica dispensado o uso de máscara durante a realização de atividade esportiva, praticada de forma individual ou em grupo de integrantes da mesma família, bem como por condutores durante a circulação do veículo. Alterar a redação do artigo 9º, inciso I, alínea c a palavra com redação fora para forma. Os demais artigos permanecem coma redação alterada. Quanto O Decreto terá vigência de 14 dias. A próxima reunião ficou marcada para o dia 17 de fevereiro as 13:30 horas. Ficou acertado que todos os membros do comitê assinaram em conjunto o referido Decreto. Sem mais finalizo esta ata a qual fui designada pela presidente do Comitê para sua elaboração com 94 (noventa e quatro) linhas e 4 (quatro) páginas. Assino eu, Grazielle Pereira de Oliveira da Luz Teodoro _____em conjunto com os demais participantes.

Irineu Marcos Parmeggiani _____

Mariana Batizoco Silva Alcântara_____

Maria Inês Golfetto Zanella_____

Viviene Barbosa Silva_____

Keila Possmoser_____

Juliana Zenaro Rodrigues_____

Nelci Veronica Kipp Ferrão_____

Kesson Alves de Carvalho_____

Juliana Ferreira de Castro_____

Aline Heinz_____

Bruno Jonk Neto_____

Flávio Dias Rocha Ibane - Sºsargento_____

Luiz Otávio Garcia Tatim ausente

Aécio Morais_____

Roberto Souza Machado_____

Wigny Da Luz Teodoro_____

Daniela Geremia_____

Francisco José Caldas Dutra_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO PORTARIA N.149/2021, DE 01 FEVEREIRO DE 2021.

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na edição nº. 3.659, do Diário Oficial dos Municípios no dia 02 de fevereiro de 2021,**ONDE SE LÊ: PORTARIA N. 154/2020, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2020**, **LEIA-SE: PORTARIA N. 154/2021, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021**, passando a vigorar com a seguinte redação.

PORTARIA N.149/2021, DE 01 FEVEREIRO DE 2021.

"EXONERA A PEDIDO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, o pedido do servidor público municipal Sr.**HENRIQUE PEREIRA LIMA**, brasileiro, Casado, portador da Cédula de Identidade – CI/RG n. 16443404, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o n. 073.202.918-00, do cargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS,** deste município.

Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 31 de janeiro de 2021 e revogando as disposições ao contrario.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 01 de fevereiro de 2021.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO PORTARIA N.148/2021, DE 01 FEVEREIRO DE 2021.

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na edição nº. 3.659, do Diário Oficial dos Municípios no dia 02 de fevereiro de 2021,

ONDE SE LÊ: PORTARIA N.148/2020, DE 01 FEVEREIRO DE 2021, LEIA-SE: PORTARIA N.148/2021, DE 01 FEVEREIRO DE 2021, passando a vigorar com a seguinte redação.

PORTARIA N.148/2021, DE 01 FEVEREIRO DE 2021.

"EXONERA A PEDIDO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a pedido do servidor público municipal Sr.**IURI FERREIRA PERES**, brasileiro, Casado, portador da Cédula de Identidade – CI/RG n. 23876905, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o n. 064.525.801-67, do cargo de **GERENTE DE ACOMPANHAMENTO SOCIAL,** deste município.

Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 31 de janeiro de 2021 e revogando as disposições ao contrario.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 01 de fevereiro de 2021.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO PORTARIA N.147/2021, DE 01 FEVEREIRO DE 2021.

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na edição nº. 3.659, do Diário Oficial dos Municípios no dia 02 de fevereiro de 2021,

ONDE SE LÊ: PORTARIA N.147/2020, DE 01 FEVEREIRO DE 2021, **LEIA-SE PORTARIA N.147/2021, DE 01 FEVEREIRO DE 2021**, passando a vigorar com a seguinte redação.

PORTARIA N.147/2021, DE 01 FEVEREIRO DE 2021.

"EXONERA A PEDIDO

A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a pedido da servidora pública municipal Sra.**CAROLYNE KÉSSYA DE ARAÚJO SOUZA PERES,** brasileira , casada, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 2020825-1, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 026.603.891-36, do cargo de **COORDENADORA DE COMPRAS,** deste município.

Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 31 de janeiro de 2021 e revogando as disposições ao contrario.

Registra-se Canabrava do Norte - MT, em 01 de fevereiro de 2021

Publique-se

Cumpra-se.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO PORTARIA N.150/2021, DE 01 FEVEREIRO DE 2021.

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na edição nº. 3.659, do Diário Oficial dos Municípios no dia 02 de fevereiro de 2021,**ONDE SE LÊ: PORTARIA N.150/2020, DE 01 FEVEREIRO DE 2021.**, **LEIA-SE: PORTARIA N.150/2021, DE 01 FEVEREIRO DE 2021.**, passando a vigorar com a seguinte redação.

PORTARIA N.150/2021, DE 01 FEVEREIRO DE 2021.

"EXONERA A PEDIDO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a pedido da servidora pública municipal Sra.ª **ANA PAULA ALECRIM DE JESUS** brasileira , casada, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 2208316-, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 057-008-351-69, do cargo de **COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS,** deste município.

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 01 de fevereiro de 2021.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PORTARIA Nº 254/2021

De 18 de Janeiro de 2021.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **ANDREIA CECATTO**, servidor no cargo de Assessor de Gabinete do Prefeito**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 029/2020 – Carta Convite nº 002/2020 –** Cujo objeto é a contratação de empresa no ramo de engenharia civil para prestação de serviços de consultoria técnica, fiscalização, acompanhamento de obras, elaboração de medições e relatórios para a atender as necessidades das Secretarias Municipais de Saúde e Saneamento, Educação e Cultura e Obras, Estradas e Rodagens**,** conforme especificação do edital.

Art. 2º - Nomear **EDILSON GOMES DE SOUSA**, servidor no cargo de Assessor de controle de Obras, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 137/2020 de 21/02/2020.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13/01/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 18 de Janeiro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

CODEMA, A LICENÇA PREVIA (LP) E LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LI), REFERENTE AO PROJETO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

A Prefeitura Municipal de Canarana, CNPJ nº 15.023.922/0001-91, torna público que requereu junto ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental "Médio Araguaia" CODEMA, a Licença Previa (LP) e Licença de Instalação (LI), referente ao Projeto de Obras de Pavimentação Asfáltica em TSS e PMF de Ciclovia com Implementação de Sinalização e Passeio Público na Rua Redentora e Avenida Rio Grande do Sul Rio Grande do Sul, localizadas no município de Canarana/MT.

PORTARIA Nº 298/2021

Portaria nº 298/2021

De 02 de fevereiro de 2021.

Designa Servidora para Função de Gestora de Contratos.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Municipal Complementar nº 029/2002, de 23 de dezembro de 2002 – Lei da Estrutura Administrativa,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **Nair Evane Bernardi** para exercer a Função de Gestora de Contratos da Prefeitura Municipal de Canarana.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 262/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT em 02 de fevereiro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº297/2021

Portaria nº297/2021

De 02 de fevereiro de 2021.

Nomeia Servidor para atestar notas oriundas de compra direta e dá outras providencias.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E

Art. 1º – Nomear **Ezequias Magalhães de Lima**, para atestar notas oriundas de compra direta.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 689/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 02 de fevereiro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO 002/2020 EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 012/2021

Processo Seletivo 002/2020

Edital de Convocação N° 012/2021

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado 002/2020 homologado pelo Decreto n°3148 de 04 de janeiro de 2021.

RESOLVE TORNAR PÚBLICO:

O presente Edital que estabelece a convocação, para fins de suprimento de cargos em caráter temporário no quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação e Cultura como segue:

CANDIDATO	CARGO	PROCESSO SELETIVO
PROFESSOR SEDE		
Luciane Taborda Marques	Professor	002/2020
Elaine Noeli Elsenbach	Professor	002/2020
Cláudia Correia Da Silva	Professor	002/2020
Adriana de Oliveira	Professor	002/2020
Célia Gomes de Lima	Professor	002/2020
Pâmella Leonara De Cesere	Professor	002/2020
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - SEDE		
Camila Coimbra de Lima	Professor Educação Infantil	002/2020
Drely Sobrinho dos Santos	Professor Educação Infantil	002/2020
AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR		
Sandra Cristina de Souza	Agente de Nutrição Escolar	002/2020
TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL		
Daniele Patrícia Duarte Silva	Técnico em desenvolvimento Infantil	002/2020
Luzineide Tranqueira da Silva	Técnico em desenvolvimento Infantil	002/2020
Lilian Rosane Malvessi Dourado	Técnico em desenvolvimento Infantil	002/2020
Gabrielly Gonçalves de Paula Lopes de Souza	Técnico em desenvolvimento Infantil	002/2020
Michelly Neres da Fonseca Carvalho	Técnico em desenvolvimento Infantil	002/2020
Maria Auxiliadora Freire de Castro	Técnico em desenvolvimento Infantil	002/2020
Kassia Mara de Morais Sousa	Técnico em desenvolvimento Infantil	002/2020
Maria Teresa Rockenbach	Técnico em desenvolvimento Infantil	002/2020
Ednália Ferreira Lima Silva	Técnico em desenvolvimento Infantil	002/2020
Quedima Alves de Oliveira Cameron	Técnico em desenvolvimento Infantil	002/2020
MOTORISTA ESCOLAR		
Nilma Ferreira Borges	Motorista Escolar	002/2020
Lucas Tomasi	Motorista Escolar	002/2020

Os candidatos convocados terão 05 (cinco) dias contados a partir da publicação do presente Edital, para se apresentarem e manifestarem sobre a aceitação ou não do cargo no departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, em 02 de fevereiro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 296/2021

Portaria nº 296/2021

De 02 de fevereiro de 2021

Dispõe sobre Licença Interesse Particular.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder a Licença Interesse Particular para a servidora pública **Irenildes Carvalho Noleto**, no cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 01 de fevereiro de 2021.

2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2021.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 02 de fevereiro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2021

REGISTRO DE PREÇOS

‘’ PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME – EPP “

LEI FEDERAL COMPLEMENTAR Nº 147/2014 -

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2015 – TCE/MT

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de filmes de raio-x para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde** de acordo com as especificações do edital e anexos,na modalidade **Pregão Presencial** no dia **18/02/2021 às 13h30min** (**Horário de Brasilia)** na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone (66) – 3478.1200, no horário das 12h00min às 18h00min, através do e-mail **licitacoes.canarana@gmail.com**ou no endereço eletrônico**www.canarana.mt.gov.br.**

Canarana-MT, 02 de fevereiro de 2021.

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

PORTARIA Nº 293/2021

De 29 de Janeiro de 2021.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **OIR FREITAS DE OLIVEIRA**, servidor no cargo de Técnico em Radiologia, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 014/2021 – Pregão Presencial nº 007/2021** - que tem por objeto o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de filmes de Raio-X para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificação do edital.

Art. 2º-Nomear **FLAVIO RIBEIRO PEREIRA**, no cargo de Técnico em Radiologia, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 29 de Janeiro de 2021**.**

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 286/2021

De 27 de Janeiro de 2021.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **POLYANA MARTINS DA MATA,** servidora no cargo de Técnica em Enfermagem, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 013/2021 – Dispensa de Licitação nº 005/2021 –** cujo o objeto é contratar empresa para **prestação de serviços médicos como clinico geral para prestação de serviços com carga mínima de 40 (quarenta) horas semanais, para atendimentos na Unidade de Atenção Básica (USB) Tropical,** conforme especificação do edital.

Art. 2º -Nomear **FLAVIA CRISTINA GUITES MAROSTICA**, no cargo de Enfermeiro (a), como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 27 de Janeiro de 2021**.**

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 285/2021

De 27 de Janeiro de 2021.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **RUBERLAN DA SILVA REZENDE,** servidor no cargo de Fisioterapeuta, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 011/2021 – Pregão Presencial nº 006/2021 –** cujo objeto é o Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em concessão de licença de uso de software com prestação de serviço de manutenção, suporte técnico e customização para a área de Gestão de Saúde Pública Municipal, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, fortalecendo a administração através da gestão da Saúde, conforme especificação no edital.

Art. 2º-Nomear **EDINILCE PRUDENTE,** no cargo de Auxiliar de Contabilidade, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 27 de Janeiro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 277/2021

De 25 de Janeiro de 2021.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **EDILSON GOMES DE SOUSA**, servidor no cargo de Assessor de controle de Obras**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 010/2021 – Carta Convite nº 002/2021 –** Cujo objeto é a **contratação de empresa para locação de 01 (um) caminhão “toco” com tanque pipa, capacidade mínima de 9.000 litros para a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Rodagens**,conforme especificação do edital.

Art. 2º-Nomear **FRANCIELY REJANE STORCH,** no cargo de Gestor de Frotas e Veículos, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 25 de Janeiro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 276/2021

De 25 de Janeiro de 2021.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **ENISIO MELATO**, servidor no cargo de Assessor de Planejamento, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 009/2021 – Pregão Presencial nº 005/2021 –** Cujo objeto é o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para serviços contínuos de manutenção predial e reparos, manutenção preventiva e corretiva para pequenos reparos nos prédios Públicos, sem fornecimento de materiais, conforme especificações do edital.

Art. 2º-Nomear **ANDREIA CECATTO**, no cargo de Assessor de Gabinete do Prefeito, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 25 de Janeiro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 275/2021

De 25 de Janeiro de 2021.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **EDIVAN COLOMBO**, servidor no cargo de Gerente de estoque e Almoxarifado, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 008/2021 – Dispensa de Licitação nº 005/2021 -** Cujo objeto é aquisição de produtos de piscina para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Administração e Assistência Social, conforme especificação no edital.

Art.2º - Nomear **EZEQUIAS MAGALHÃES DE LIMA**, no cargo de Gerente de APLIC**,** como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 25 de Janeiro de 2021**.**

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 265/2021

De 20 de Janeiro de 2021.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **DIEGO FERREIRA DA SILVA,** servidor no cargo de Assessor de Urbanismo, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 007/2021 – Carta Convite nº 001/2021 –** Cujo objeto é a **contratação de empresa para elaboração de projetos técnicos de engenharia completos, incluindo projetos, orçamentos completos (planilha orçamentária, cronograma físico financeiro, composição de BDI, memória de cálculo) memoriais descritivos, levantamentos, estudos hidrológicos de obras de artes especiais – OAE – PONTES, para a construção de pontes no Município de Canarana-MT para a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Rodagens,** conforme especificações do edital.

Art. 2º - Nomear **ELAINE CRISTINA CERDAN RUFO RODRIGUES**, no cargo de Assessor de Controle de Obras, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 20 de Janeiro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 263/2021

De 18 de Janeiro de 2021.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º- Designar **DIEGO FERREIRA DA SILVA**, no cargo de Assessor de Urbanismo**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 141/2019 – Tomada de Preços nº 008/2019 –** cujo objeto é a Contratação de empresa para ampliação da EMEB - Escola Municipal de Educação Básica no Distrito de Serra Dourada, a aproximadamente 45 Km da sede do Município de Canarana-MT de acordo com os anexos do Edital.

Art. 2º - Nomear **GUSTAVO HENRIQUE MACHADO ALVES**, servidor no cargo de Engenheiro Civil, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 667/2019 de 02/12/2019.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13/01/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 18 de Janeiro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 262/2021

De 18 de Janeiro de 2021.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **EDILAINE LOPES DA COSTA**, servidora no cargo de Auxiliar de Administração II, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 140/2020 - Dispensa de Licitação nº 062/2020** - cujo objeto é a contratação de empresa para serviços de manutenção, reparos e limpeza das antenas parabólicas de transmissão de TV aberta, sem o fornecimento de materiais, conforme especificações do edital.

Art. 2º-Nomear **ANDREIA CECATTO**, no cargo de Assessor de Gabinete do Prefeito**,** como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 555/2021 de 05/09/2021.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13/01/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 18 de Janeiro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 261/2021

De 18 de Janeiro de 2021.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **EDILAINE LOPES DA COSTA**, servidora no cargo de Auxiliar de Administração II, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 088/2017 – Pregão presencial nº 034/2017 –** cujo objeto é Registro de preços para futura e eventualcontratação de empresa especializada para serviços de **Comunicação Multimídia (SCM) para prover acesso à Internet por Fibra óptica**, para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Canarana-MT e disponibilizar no mínimo 50 (cinquenta) MEGAS FULL (DEDICADO) POR FIBRA ÓPTICAe de acordo com as especificações do edital.

Art. 2º - Nomear **SHEILA CRISTINA PASCOALOTTI**, Agente de Arrecadação, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 459/2018 de 16/08/2018.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13/01/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 18 de Janeiro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 260/2021

De 18 de Janeiro de 2021.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **EDILAINE LOPES DA COSTA**, servidora no cargo de Auxiliar de Administração II, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 025/2017 – Pregão nº 011/2017 – contratação de empresa visando à aquisição de licença de uso de sistema, que possibilite o acompanhamento e gerenciamento das informações necessárias para apuração do índice de participação – IPM** e de acordo com as especificações do edital.

Art. 2º - Nomear **SANDRA MARIA DOS SANTOS**, no cargo de Auxiliar de Contabilidade, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 333/2017 de 12/04/2017.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13/01/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 18 de Janeiro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 259/2021

De 18 de Janeiro de 2021.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **FLAVIO FERREIRA SANTOS,** servidor no cargo de Fiscal de Tributos, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 082/2017 – Inexigibilidade de Licitação nº 007/2017 –** Contratação de empresa para recuperar as receitas do ISSQN junto às instituições financeiras existentes no Município de Canarana-MT, bem como assessoria à cobrança de valores sonegados e não recolhidos nos últimos 60 (sessenta) meses, apresentação de sugestões para instrução de peticionamentos administrativos ou judiciais necessários à execução dos serviços, conforme especificação do edital.

Art. 2º-Nomear **EDILAINE LOPES DA COSTA**, servidor no cargo de Auxiliar de Administração II, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 595/2017 de 14/08/2017.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13/01/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 18 de Janeiro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 258/2021

De 18 de Janeiro de 2021.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **GUILHERME JUNIOR POZZOBOM,** servidor no cargo de Médico Veterinário, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 174/2020 – Dispensa de licitação nº 076/2020 –** cujo objeto é a Contratação de Empresa Especializada para Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final dos Resíduos Sólidos de Serviços da Saúde de até 500kg/mensal, Classificados dos Grupos "A", "B" e "E", para atender as necessidades da Secretaria municipal de Saúde.

Art. 2º-Nomear **JHONATAN JARDIM GOMES,** no cargo de Inspetor Sanitário, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 718/2020 de 30/11/2020.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13/01/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 18 de Janeiro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 257/2021

De 18 de Janeiro de 2021.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **ANDREIA CECATTO,** servidor no cargo de Assessor de Gabinete do Prefeito,para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 090/2017 – Pregão nº 052/2017 –***Registro de Preços para futura e eventual* **contrataçãode empresa*para prestação de serviços de mão de obra especializada em esgotamento, limpeza de fossa séptica, sumidouro e o transporte dos dejetos produzidos*** *nas Unidades de Saúde da Família (PSF's), Pronto SocorroMunicipal, Unidades Escolares da Rede Municipal de ensino, Ginásio de Esportes e demais prédios públicos do Município de Canarana-MT,* conforme especificações deste edital.

Art. 2º-Nomear **WANDERLEI FERREIRA DE MEDEIROS** no cargo de Motorista de Ambulância, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 598/2020 de 07/10/2020.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13/01/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 18 de Janeiro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 256/2021

De 18 de Janeiro de 2021.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **ANDREIA CECATTO,** servidor no cargo de Assessor de Gabinete do Prefeito, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 062/2020 - Dispensa de Licitação nº 020/2020** - cujo objeto é a Locação de Solução Integrada para realização de pesquisa de preços para a realização de processos licitatórios da Prefeitura Municipal de Canarana-MT., conforme especificações do edital.

Art.2º - Nomear **EDIVAN COLOMBO**, no cargo de Gerente de estoque e Almoxarifado**,** como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 598/2020 de 07/10/2020.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13/01/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 18 de Janeiro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 255/2021

De 18 de Janeiro de 2021.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **ANDREIA CECATTO**, servidora no cargo de Assessor de Gabinete do Prefeito**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 064/2020 – Carta Convite nº 003/2020) –** Cujo objeto é a contratação de empresa para elaboração de projeto técnico de engenharia para implantação de Sistema de Abastecimento de Agua no Distrito da Matinha e execução de pavimentação asfáltica em TSD em ruas e avenidas diversas do município,conforme **especificação do edital.**

Art. 2º - Nomear **ELISMAR FRANCISCO DA SILVA OLIVEIRA,** no cargo de Gerente de Estoque e Almoxarifado, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 288/2020 de 16/04/2020.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13/01/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 18 de Janeiro de 2021.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 044 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **IVANILDA CRISTINA KOCK MARTINS** matricula nº 272, cargo de Apoio Administrativa Educacional Definitiva na data 02 de Fevereiro de 2021, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 01 de Fevereiro de 2021 ao dia 07 de Fevereiro de 2021 totalizando 07 dias.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto 010/2017

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

PORTARIA Nº. 016/2021

SÚMULA: "Dispõe sobre anulação de publicação em Diário Oficial, e dá outras providencias".

O Senhor **José Claudio Souza Franco**, Presidente em exercício da Câmara Municipal de Vereadores de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são concedidas por Lei,

Considerando a Recomendação n° 001/2021 do Controle Interno;

R E S O L V E:

Art. 1º - Tornar sem efeitos a publicação do Contrato n° 002/2021 realizado na Associação Mato-Grossense dos Municípios – AMM em 02 (dois) de Fevereiro de 2021, edição n° 3.659, páginas 142 à 145.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data da publicação e afixação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Carlinda, em 02/02/2021.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

JOSE CLAUDIO SOUZA FRANCO

Presidente em exercício

DECRETO Nº. 62/2021.

DECRETO Nº. 62/2021.

SÚMULA: "DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL A EXERCER FUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, a necessidade de atender o interesse da Administração Pública Municipal.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica DESIGNADA a servidora **MARIA DAS DORES DA COSTA DOS SANTOS,** técnica em enfermagem, matrícula 210, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, como responsável pela vacinação contra o Covid-19 e lançamento das vacinas realizadas no Sistema do Governo Federal.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 02 de fevereiro de 2021.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 043 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **ROSINEIDE APARECIDA DA COSTA** matricula nº 147, cargo de Técnica Administrativa Educacional Definitiva na data 02 de Fevereiro de 2021, lotado na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 29 de Janeiro de 2021 ao dia 02 de Fevereiro de 2021 totalizando 05 dias.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto 010/2017

PROCURADORIA JURIDICA
LEI MUNICIPAL Nº 1.074/2017. REEDITADO PELA LEI Nº 1.096/2018; LEI Nº 1.114/2018; LEI Nº 1.185/2019; LEI Nº 1.253/2021.

LEI MUNICIPAL Nº 1.074/2017.

Reeditado pela Lei nº 1.096/2018; Lei nº 1.114/2018; Lei nº 1.185/2019; Lei nº 1.253/2021.

SUMULA: "DISPÕE SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E INSTITUI NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO APLICÁVEIS AO MUNICÍPIO DE CARLINDA - MT."

A CAMARA MUNICIPAL DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, APROVOU E EU, **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO**, PREFEITA MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

LIVRO PRIMEIRO DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta Lei Complementar institui o Código tributário do Município, que disciplina a atividade tributária e regula as relações entre o contribuinte e o fisco municipal, decorrente da tributação, e dispõe sobre os fatos geradores, a incidência, as alíquotas, o lançamento, a cobrança e a fiscalização dos tributos municipais e estabelece normas de direito tributário a eles pertinente, tendo a denominação de "CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT".

Art. 2º Aplicam-se, às relações entre a Fazenda Municipal e os contribuintes, as normas gerais do Sistema Tributário, obedecidos os mandamentos oriundos da Constituição Federal, do Código Tributário Nacional, de demais leis complementares, das resoluções do Senado Federal e da legislação Estadual, nos limites de sua respectiva competência, e de Legislação Complementar posterior que as modifiquem.

TÍTULO I – CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA

CAPÍTULO ÚNICO – DISPOSIÇÃO GERAIS

Seção I – Da Legislação Tributária Aplicável ao Município

Art. 3º A expressão “Legislação Tributária”, compreende as leis decretos e normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos de competência do Município e relações Jurídicas a eles pertinentes.

Art. 4º O executivo Municipal regulamentará, por decreto, as leis que versem sobre matéria tributária de competência do Município observando:

I – as normas constitucionais vigentes;

II – as normas gerais do direito tributário estabelecido pelo Código Tributário Nacional (Lei n.º 5.172 de outubro de 1966) e Legislação Federal posterior;

III – as disposições deste Código e das leis municipais a ele subseqüentes.

Parágrafo Único – O conteúdo e o alcance dos regulamentos restringir-se-ão, aos das leis em função das quais tenham sido expedidos, não podendo, em especial:

I – dispor sobre matéria não tratada em lei;

II – acrescentar ou ampliar disposições legais;

III – suprimir ou limitar disposições legais;

IV – interpretar a lei de modo a restringir ou ampliar o alcance dos seus dispositivos.

Art. 5º São normas complementares das leis e decretos:

I – os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;

II – as decisões proferidas pelas autoridades judiciais de primeiras e Segundas instâncias, nos termos estabelecidos na parte processual deste Código Tributário Municipal.

III – as práticas reiteradas observadas pelas autoridades administrativas;

IV – os convênios celebrados entre o Município e os Governos Federal e/ou Estadual.

Seção II – Das Limitações do Poder de Tributar

Art. 6º Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município:

I – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontre em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional função ou por ele exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III – cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores, ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentou;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

IV - utilizar tributo, com efeito, de confisco;

V – estabelecer limitações ao tráfego de pessoa ou bens por meio de tributos interestadual ou intermunicipal, ressalvado a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público:

VI – instituir imposto sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços da União, Estado e do Município.

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviço dos partidos políticos, inclusive suas Fundações das Entidades Sindicais dos Trabalhadores, das Instituições de Educação e de Assistência Social sem fins lucrativo atendido os requisitos da Lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à impressão.

§ 1º As entidades declaradas de utilidade pública somente serão consideradas imunes de Impostos municipais, nos casos em que couber, se rigorosamente obedecidos os requisitos previstos no artigo 150, inciso VI, alíneas "a" a "d" da Constituição Federal de 1988, na Lei n.º 5.172/66 –(Código Tributário Nacional), e isentas de outros tributos municipais, de acordo com estabelecido nesta Lei.

Art. 7º Somente a lei pode estabelecer:

I – a instituição de tributos ou a sua extinção;

II – a majoração de tributos ou a sua redução;

III – a definição do fato gerador da obrigação tributária principal e de seu sujeito passivo;

IV – a fixação da alíquota do tributo e de sua base de cálculo;

V – a instituição de penalidades para as ações ou omissões contrárias os seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;

VI – as hipóteses de suspensão, extinção e exclusão de créditos tributários, ou de dispensa ou redução de penalidades;

VII – qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a tributos e contribuições.

§ 1º Não constitui majoração de tributos para os efeitos do inciso II do presente artigo, a atualização monetária da respectiva base de cálculo, pelo INPC - (Índice Nacional de Preço ao Consumidor) da correção do valor monetário da respectiva base de cálculo.

§ 2º A atualização a que se refere o parágrafo primeiro, deste artigo, será determinada pelo parágrafo único do art. 437, desta lei.

Seção III – Parte Especial: Tributos Municipais

Art. 8º Ficam instituídos os seguintes tributos Municipais:

I – impostos, a serem cobrados pelo Município são os seguintes:

a) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano - IPTU;

b) Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN;

c) Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI – “inter-vivos”, a qualquer título, por ato oneroso de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direito à sua aquisição.

II – taxas, a serem cobradas pelo Município são as seguintes:

a) De Serviço Urbano, é devida pela utilização, efetiva ou potencial, prestado pelo Município ao contribuinte ou colocados a sua disposição, com a regularidade necessária, que é:

1 – Taxa de Coleta de Lixo.

2 – De Fiscalização e Licença Sanitária, é o poder de policia administrativa do Município para prévio exame, dentro do seu território, das condições de localização e funcionamento de estabelecimento industrial, comércio, agropecuária e de prestação de serviços de qualquer natureza, e é devida para cumprimento da legislação disciplinadora do uso, ocupação do solo urbano, da higiene, saúde, segurança ou tranqüilidade pública, à propriedade, aos direitos individuais e coletivos, a que se submete qualquer pessoa física ou jurídica, que pretender estabelecer quaisquer atividades, ainda em recinto ocupado por outro estabelecimento, atendendo as exigências especifica sobre o assunto, que são:

3 – Taxa de Fiscalização para Licença de Localização e/ou Funcionamento de estabelecimento de atividades de qualquer natureza;

4 – Taxa de Fiscalização para Licença de Funcionamento em Horário Especial;

5 – Taxa de Fiscalização para Licença de Veiculação de Publicidade em Geral;

6 – Taxa de Fiscalização para licença de Comércio Eventual e/ou Ambulante;

7 – Taxa de Fiscalização para Licença de Aprovação, Execução de Obras, Instalação, arruamentos e Loteamento Particular;

8 – Taxa de Fiscalização para Licença de Ocupação de Solo nas Vias e Logradouros Públicos;

9 – Taxa de Fiscalização para Licença de Abate de Animais;

10 – Taxa de Fiscalização para Licença de Transporte de Passageiros e Carga;

11 – Taxa de Cemitério

12 – Taxa de expediente

§ 1º Sempre que possível, os impostos terão caráter impessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da Lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§ 2º As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

§ 3º Serão instituídos por Decreto do Executivo Municipal, os preços e tarifas públicas, não compreendidas como taxa de prestação de serviços, constante no inciso II do artigo 8º deste Código.

TÍTULO II – DOS CADASTROS FISCAIS

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção Única

Art. 9º O Cadastro Fiscal da Prefeitura compreende:

I – Cadastro Fiscal Imobiliário;

II – Cadastro Fiscal de Atividades Econômicas.

§ 1º - O Cadastro Fiscal Imobiliário compreende:

a) os lotes de terrenos com edificação ou não, existentes ou que venham a existir nas áreas urbanas, urbanizáveis ou de expansão urbana;

b) os imóveis de uso urbano, ainda que localizados na área rural.

§ 2º O Cadastro Fiscal das Atividades Econômicas, compreende os estabelecimentos de produção, inclusive agropecuários, de indústria, de comércio e os prestadores de serviços de qualquer natureza, habituais e/ou temporários lucrativos ou não, existentes no Território do Município.

§ 3º Entendem-se como prestadores de serviços de qualquer natureza, as empresas ou profissionais autônomos, com ou sem estabelecimento fixo, prestadores de serviços sujeitos à tributação municipal.

Art. 10. Todos os proprietários ou possuidores a qualquer título dos imóveis mencionados no parágrafo primeiro do artigo anterior, e aqueles que, individualmente ou sob razão social e de qualquer espécie, exercerem atividades lucrativas ou não no Município, estarão sujeitos à inscrição obrigatória do Cadastro Fiscal da Prefeitura.

Art. 11. O Poder Executivo poderá celebrar convênios com a União e o Estado, visando utilizar os dados e os elementos cadastrais disponíveis.

Art. 12. A Prefeitura poderá, quando necessário, instituir outras modalidades acessórias de cadastros, a fim de atender à organização fazendária dos tributos de sua competência.

CAPÍTULO II - DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO FISCAL IMOBILIÁRIO

Seção Única

Art. 13. Todos os imóveis, edificados ou não, situados nas áreas urbanas, urbanizáveis ou de expansão urbana do Município, em quaisquer situações e que incide o lançamento do IPTU, deverão ser inscritos no Cadastro Fiscal Imobiliário pelo órgão competente.

Parágrafo Único – A inscrição no cadastro fiscal imobiliário será promovida:

I – pelo proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem imóvel;

II – de ofício, em se tratando de próprio federal, estadual ou municipal, ou de suas entidades autárquicas e funcionais, ou ainda, para os demais imóveis, quando a Inscrição deixar de ser feita no prazo regulamentar, independentemente da sujeição do responsável à penalidade.

III – quando no todo ou em parte de cadastramento ou recadastramento "in loco";

IV – a critério da administração municipal em quaisquer outras circunstâncias, não especificado nos incisos anteriores.

Art. 14. Para complementar a inscrição do cadastro fiscal imobiliário dos imóveis urbanos, urbanizáveis ou de expansão urbana, serão os responsáveis obrigados a fornecer os elementos solicitados pelo órgão competente.

§ 1º São responsáveis pelo fornecimento de informações complementares:

I – o proprietário ou seu representante legal, ou o respectivo possuidor a qualquer título;

II – qualquer dos condôminos, em se tratando de condomínio;

III – O compromissário comprador, mediante apresentação do Compromisso de Compra e Venda ou Matrícula do Cartório de Registro de Imóveis;

IV – o inventariante, síndico ou liquidante, quando se tratar de imóvel pertencente a espólio, massa falida ou sociedade em liquidação;

V – a pessoa física ou jurídica que tenha como atividade à compra e a venda de bens imóveis.

§ 2º As informações solicitadas serão fornecidas no prazo de 15 (quinze) dias, contados da solicitação, sob pena de multa prevista neste código para os infratores.

§ 3º Não sendo prestadas as informações no prazo estabelecido no parágrafo segundo deste artigo, o órgão competente, valendo-se dos elementos que dispuser, preencherá a ficha de inscrição.

Art. 15. O pedido de inscrição será feito em formulário próprio para esse fim, aprovado pelos órgãos competentes da Prefeitura Municipal, que poderá a seu critério, colocá-lo à venda na rede comercial local, ou fornecê-la no próprio setor competente ou disponibilizá-lo via internet - cobrando a tarifa devida.

Art. 16. Em caso de litígio sobre o domínio do imóvel, a ficha de inscrição mencionará tal circunstância, bem como os nomes dos litigantes, e os dos possuidores do imóvel, a natureza do feito, juízo e o cartório por onde correrá a ação.

Parágrafo Único – Incluem-se também na situação prevista neste artigo, o espólio, a massa falida e as sociedades em liquidação.

Art. 17. Os responsáveis por loteamento ficam obrigados a fornecer, até o dia 15 (quinze) de cada mês, ao órgão fazendário competente, relação dos lotes que no mês anterior hajam sido alienados definitivamente ou mediante compromisso de compra e venda, ou cancelados, mencionando o nome do comprador, cópia dos documentos de identificação, cópia do contrato de compromisso de compra e venda, juntamente com a cópia da certidão de quitação dos imóveis alterados, a fim de ser feita a anotação e atualização no cadastro fiscal imobiliário.

Art. 18. Deverão ser obrigatoriamente comunicados à Prefeitura Municipal, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, todas as ocorrências com relação ao imóvel, que possam afetar as bases de cálculo do lançamento dos tributos municipais.

Art. 19. Os cartórios ficam obrigados a remeter à Prefeitura, até o dia 5 (cinco) de cada mês, relação dos imóveis escriturados ou cópia dos contratos de compromisso de compra e venda no mês anterior, com os nomes do outorgado e respectivos valores.

Art. 20. Somente será concedido “habite-se” à edificação nova ou aceitas obras em edificação, reconstrução ou reforma, caso o Cadastro Fiscal Imobiliário afirme, no respectivo processo, já haver sido procedida à atualização cadastral do imóvel em questão.

Art. 21. Os imóveis não inscritos e/ou informações não prestadas no prazo e forma desta Lei, bem como aqueles cujos formulários de inscrição apresentem falsidade, má-fé, dolo quanto a qualquer elemento da declaração obrigatória, quando “in loco”, o servidor credenciado tiver seus trabalhos dificultados, embaraçados impedido de cadastramento ou recadastramento, serão considerados infratores.

Parágrafo Único – Nos casos mencionados neste artigo, as autoridades fiscais competentes poderão lavrar Auto de Infração, lançamento no Cadastro Fiscal Imobiliário os dados obtidos através de fiscalização e outras informações, lançando a multa, de conformidade com os incisos do artigo 53, deste Código.

CAPÍTULO III – A INSCRIÇÃO NO CADASTRO FISCAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS Seção Única

Art. 22. A inscrição no cadastro fiscal das atividades econômicas exercidas no município será feita pelo responsável do estabelecimento, ou seu representante legal, que preencherá e entregará à repartição competente, ficha própria para cada estabelecimento, formada pela Prefeitura, segundo regulamento.

Parágrafo Único – A inscrição, a critério da administração municipal, poderá ser promovida:

I – pelo responsável do estabelecimento ou seu representante legal, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem móvel;

II – de conformidade com os incisos II à IV, do parágrafo único, do artigo 13, deste Código.

Art. 23. A entrega da ficha de inscrição deverá ser feita antes da respectiva abertura dos negócios.

Art. 24. A inscrição é intransferível e deverá ser permanentemente atualizada, ficando o responsável obrigado a comunicar repartição competente, dentro de 15 (quinze) dias, a contar da data em que ocorrerem as alterações que se verificarem em qualquer das informações exigidas pelo órgão competente.

Parágrafo Único – No caso de venda ou transferência do estabelecimento, sem a observância do disposto neste artigo, o adquirente ou sucessor será responsável pelos débitos e multas do contribuinte inscrito.

Art. 25. A cessação temporária ou definitiva das atividades do estabelecimento será requerida ao setor competente da Prefeitura, por intermédio de requerimento expondo todo o elemento necessário do fato, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da paralisação.

§ 1º A cessação temporária não deverá ultrapassar a 02 (dois) anos não podendo ser feita retroatividade.

§ 2º A anotação no cadastro será feita após a verificação da veracidade da comunicação, sem prejuízo de quaisquer débitos de tributos pelo exercício de atividade, negócios e produção, indústria, comércio ou prestação de serviços.

§ 3º Considera-se como cessação definitiva, para efeito de cancelamento da Inscrição a transferência, falência e/ou a venda do estabelecimento.

Art. 26. Haverá suspensão ou cancelamento "ex-ofício" da inscrição no Cadastro Fiscal de Atividades, nos seguintes casos:

I – para suspensão:

a) não apresentação de movimento econômico de ISSQN, por período igual ou superior a 06 (seis) meses consecutivos;

b) não for atendida a convocação para o recadastramento.

II – para cancelamento:

a) quando em diligência cadastral ou verificação fiscal o contribuinte não for encontrado no domicílio tributário constante no Cadastro Fiscal de Atividades;

b) não apresentação da documentação exigida para conclusão de baixa solicitada, voluntariamente;

Art. 27. Constituem estabelecimentos distintos, para efeito de inscrição no cadastro:

I – os que embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam a diferente pessoa física ou jurídica;

II – os que, embora sob a mesma responsabilidade e com o mesmo ramo de negócio, esteja localizado em prédios distintos ou locais diversos.

Parágrafo Único – Não são considerados como locais diversos, dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem os vários pavimentos de uma edificação.

TÍTULO III – DOS IMPOSTOS

CAPÍTULO I – DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU

Seção I - Da Hipótese de Incidência e do Fato Gerador

Art. 28. A hipótese de incidência do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou acessão física, como definido na Lei Civil, localizado na zona urbana, nas áreas urbanizáveis ou de expansão urbana do município.

Art. 29. A incidência do Imposto Independe:

I – da legitimidade dos títulos de aquisição da propriedade, domínio útil ou da posse do bem imóvel;

II – do resultado financeiro da exploração econômica do bem imóvel;

III – do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas ao bem imóvel.

Art. 30. Para os efeitos deste Imposto, considera-se zona urbana a definida em Lei Municipal, observada o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos dois dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I – meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II – abastecimento de água;

III – sistema de esgotos sanitários;

IV – rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para a distribuição domiciliar;

V – escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§ 1º - O Imposto Predial e Territorial Urbano incide também sobre imóveis localizados em áreas urbanizáveis, de expansão urbanas tais como as comunidades existentes no território do município e/ou em área rural, mesmo que localizados fora dos requisitos mínimos definidos nos termos do caput deste artigo e que se enquadrarem aos seguintes incisos:

I – os loteamentos aprovados pelos órgãos competentes da Prefeitura, que seja destinada a habitação, indústria ou ao comércio.

II – o imóvel que se destinar a uso residencial, de recreio ou lazer, independentemente de sua dimensão.

Art. 31. Bem imóvel, para os efeitos deste Imposto, será classificado como terreno ou prédio.

§ 1º Considera-se terreno o bem imóvel:

a) sem edificação;

b) em que houver construção paralisada ou em andamento;

c) em que houver edificação interditada, condenada, em ruína ou em demolição;

d) cuja construção seja de natureza temporária ou provisória ou possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação.

§ 2º Considera-se prédio o bem imóvel no qual exista edificação utilizável para Habitação ou para exercício de qualquer atividade, seja qual for a sua denominação, forma ou destino, desde que não esteja compreendida nas situações do parágrafo anterior.

Art. 32. O fato gerador do Imposto ocorre anualmente, no dia primeiro de janeiro.

Art. 33. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é um imposto real e acompanha o imóvel em todos os casos de transmissão de propriedade ou de direitos reais a ele relativos, "inter-vivos" ou "mortis-causa" ou “doação”.

Parágrafo Único – Para a lavratura de escritura pública de transmissão de bem imóvel considerado urbano, é obrigatória à apresentação de certidão negativa de tributos sobre a propriedade, fornecida pelo órgão competente da Prefeitura Municipal. No caso de descumprimento, ficam solidariamente obrigados a este pagamento todos os contratantes.

Seção II - Do Sujeito Passivo

Art. 34. Contribuinte do imposto é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem imóvel, ainda que o imóvel esteja inscrito no Cadastro Fiscal do município em nome de pessoa diversa.

§ 1º Na impossibilidade de eleição do proprietário ou do titular do domínio útil devido ao fato de o mesmo ser imune ao Imposto, ser desconhecido ou não localizado, será considerado sujeito passivo aquele que estiver na posse do imóvel.

§ 2º Conhecido o proprietário, ou o titular do domínio útil, ou o possuidor, para efeito de determinação do sujeito passivo, dar-se-á preferência àqueles e não a este; dentre aqueles se tomará o titular do domínio útil.

§ 3º O promitente comprador imitido na posse, os titulares de direito real sobre o imóvel alheio e o fideicomissário será considerado sujeito passivo da obrigação tributária.

Seção III – Da Planta Genérica de Valores

Art. 35. A Planta Genérica de Valores - PGV consiste na atualização permanente e constante do cadastro imobiliário do Município de Carlinda - MT, a qual deverá considerar toda a extensão do município.

§ 1º A planta genérica de valores determinará o valor venal dos imóveis e servirá de base de cálculo para o lançamento dos seguintes tributos municipais.

I – Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana;

II – Imposto sobre Transmissão “inter-vivos” de bens imóveis e direitos reais a eles relativos, observado o disposto no artigo 96 desta lei;

III – Contribuição de Melhoria.

§ 2º A planta genérica de valores será regulamentada por ato do Poder Executivo Municipal, após a criação e instituição feita mediante lei municipal, a qual será elaborada com a participação de comissão constituída da seguinte forma:

I. 01 corretor de imóveis;

II. 01 engenheiro ou arquiteto;

III. 01 representante da Câmara Municipal;

IV. 01 representante da CDL – Câmara de Dirigentes Logistas de Carlinda;

V. 01 representante da Fazenda Municipal;

Art. 36. Os valores unitários do metro quadrado de terreno e de construção serão determinados em função dos elementos seguintes, tomados em conjunto ou separadamente:

I – preços correntes das transações e das ofertas às vendas do mercado imobiliário atualizado anualmente;

II – custos de produção;

III – locações correntes;

IV – características da região onde se situa o imóvel;

V – fator de obsolescência;

VI – padrão ou tipo de construção.

§ 1º Na determinação da base de cálculo, não serão considerados:

I – o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento;

II – as vinculações restritas do direito de propriedade e do estado de comunhão.

Art. 37. A planta genérica de valores será reajustada, anualmente, antes da ocorrência do fato gerador, o valor venal dos imóveis levando-se em conta os equipamentos urbanos e melhorias decorrentes de obras públicas recebidos pela área onde se localizam, bem como, o preço corrente no Mercado, por ato do Poder Executivo Municipal conforme disposto no parágrafo 2º do artigo anterior.

Parágrafo Único – Quando não forem objetos de reajustes previstos neste artigo, os valores serão atualizados, de acordo com o estabelecido no parágrafo único do artigo 437, deste Código.

Art. 38. Para efeito de lançamento do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana, servirá de base de cálculo o valor venal do imóvel apurado no exercício anterior ao do lançamento.

Seção IV – Da Base de Cálculo e da Alíquota

Art. 39. A base de cálculo do Imposto localizado na zona urbana, nas áreas urbanizava ou de expansão urbana do município é o Valor Venal do Imóvel e será conhecido, de acordo com a seguinte forma:

VVI = VVT + VVE

onde:

VVI = Valor Venal do Imóvel;

VVT = Valor Venal do Terreno;

VVE = Valor Venal da Edificação.

§ 1º Para efeito de determinação do valor venal do terreno, considera-se:

I – O valor venal do terreno será obtido através da multiplicação da área do terreno pelo valor genérico de metro quadrado do terreno, aplicados os coeficientes corretivos, de acordo com a seguinte formula:

VVT = VGM²T x AT x P x T x S

onde:

VVT = Valor Venal do Terreno;

VGM²T = Valor Genérico do Metro Quadrado do Terreno;

AT = Área do Terreno;

P = Coeficiente corretivo de pedologia;

T = Coeficiente corretivo de topografia e;

S = Coeficiente corretivo de situação do terreno.

a) O valor genérico de metro quadrado do terreno (VGM²T) será obtido através da Tabela de valores por metro quadrado de terreno constante da PGV, considerando o nome de logradouro, distrito, setor e face de quadra. O logradouro ou sua parte que não constarem da referida tabela, terá seu valor unitário de metro quadrado de terreno, considerando o que estiver posicionado mais próximo do referido.

b) A área do terreno, referida pela sigla “AT”, será encontrada no cadastro fiscal imobiliário do Município.

c) O coeficiente corretivo de situação, referido pela sigla “S”, consiste em um grau atribuído ao imóvel, conforme sua situação mais ou menos favorável dentro da quadra. O seu valor será obtido através da Tabela de valores de terreno da PGV.

d) O coeficiente corretivo de Topografia, referido pela sigla “T”, consiste em um grau atribuído ao imóvel, conforme as características do relevo do solo. O seu valor será obtido através da Tabela de valores de terreno da PGV.

e) O coeficiente corretivo da Pedologia, referido pela sigla “P”, consiste em um grau atribuído ao imóvel, conforme as características do solo. O seu valor será obtido através da Tabela de valores de terreno - PGV.

§ 2º Quando a área total do terreno for representada por número que contenha fração de metro quadrado, poderá ser feito o arredondamento para a unidade imediatamente inferior.

§ 3º O valor unitário de metro quadrado de terreno corresponderá:

I – ao da face da quadra onde situada o imóvel;

II – no caso de imóvel não construído, com duas ou mais frentes, ao da face de quadra para a qual voltada à frente indicada no título de propriedade ou, na falta deste, ao da face de quadra à qual atribuído maior valor;

III – no caso de imóvel construído, conforme o inciso I, do artigo 39 deste Código, o terreno com as mesmas características do inciso anterior, ao da face de quadra relativa à sua frente efetiva ou, havendo mais de uma, à frente principal construída;

IV – no caso de terreno interno ou de fundo, ao da face de quadra por onde a ele se tenha acesso ou, havendo mais de um acesso, ao da face de quadra à qual atribuído maior valor;

V - no caso de terreno encravado, ao da face de quadra correspondente à servidão de passagem.

VI - Os logradouros ou trechos de logradouros, que não constarem na Planta de Valores, terá seus valores unitários de metro quadrado de terreno, considerado automaticamente, ao da face de quadra, mais próximo existente e de maior valor na referida tabela.

§ 4º - Quando num mesmo terreno houver mais de uma unidade autônoma edificada, poderá utilizar a fração ideal do terreno, de acordo com a seguinte fórmula:

FI = AE x AT

ATE

Onde:

FI = Fração Ideal.

AE = Área Edificada da unidade;

AT = Área do Terreno e;

ATE = Área Total Edificada no lote;

§ 5º - Para efeito de determinação do valor venal da edificação, considera-se:

II – O valor venal da edificação será obtido através da multiplicação do valor de metro quadrado por faixa de pontuação da edificação, multiplicado pela área construída da unidade e posteriormente multiplicado pelo fator do coeficiente de estado de conservação, de acordo com a seguinte fórmula:

VVE = VM²E x AE x EC x (CLE)

Onde:

VVE = Valor Venal da Edificação;

VM²E = Valor do Metro Quadrado de Edificação é a soma dos coeficientes da característica da edificação e enquadrado por faixa de valor;

AE = Área Edificação;

EC = Estado de Conservação;

CLE = Corretivo de Localização da Edificação.

a) O valor do metro quadrado da edificação, identificado pela legenda “VM²E”, será obtido tomando-se por base, os componentes básicos das edificações, que são classificadas por categorias de materiais, aos quais serão atribuídos pontos, visando determinar o custo de sua reprodução, com base nos materiais efetivamente utilizados, serão enquadrado por faixa de valores conforme Tabela constante da PGV.

b) A área da edificação, referida pela sigla “AE”, será encontrada no cadastro fiscal imobiliário do Município;

c) O coeficiente corretivo do estado da edificação, referido pela sigla "EC”, consiste em um grau atribuído ao imóvel, conforme sua conservação. O seu valor será obtido através da Tabela de valores da Edificação constante da PGV.

d) O coeficiente corretivo de localização da edificação, referida na sigla "CLE“, consiste em um grau atribuído ao imóvel, onforme sua localização. O seu valor será obtido através da Tabela de valores da Edificação constante da PGV.

Art. 40. Quando o Imóvel for Edificado, soma-se o Valor Venal do Terreno mais o Valor

Venal da Edificação que encontrará o Valor Venal do Imóvel.

Art. 41. O Imposto Predial e Territorial Urbano será calculado de acordo com as seguintes alíquotas:

I – O Imposto Predial Territorial Urbano para imóveis edificados com finalidade residencial e/ou comercial será calculado de acordo com as seguintes alíquotas:

a) Centro – Alíquota 0,37%.

b) Bairro Boa Vista – Alíquota 0,55%.

c) Bairro Bom Jesus – Alíquota 0,45%.

d) Bairro Santa Terezinha – Alíquota 0,60%.

e) Bairro Boa Esperança – Alíquota 0,65%.

f) Setor Maravilha – Alíquota 0,50%.

g) Setor 11 – Chácaras – Alíquota 0,58%.

h) Setor 08 – Chácaras – Alíquota 0,60%.

i) Bairro Parque das Flores – Alíquota 0,438%.

j) Bairro Cristo Rei – Alíquota 0,55%.

k) Bairro Porto Belo – Alíquota 0,52%.

l) Setor Chácaras Renascer – Alíquota 0,45%.

II – Em caso de chácaras urbanas ou áreas rurais com benfeitorias dentro do perímetro urbano do município os percentuais aplicados serão os mesmo que no item I.

III – Em caso de imóvel urbano não edificado ou chácaras urbanas sem benfeitorias e sem uso do solo, o Imposto Territorial será progressivo no tempo, de acordo com as seguintes alíquotas:

a) Centro.

Quantidade em Ano	Alíquota
Até 01 ano	0,67%
Até 02 anos	0,77%
Até 03 anos	0,87%
Acima de 03 anos	0,97%

b) Bairro Boa Vista.

Quantidade em Ano	Alíquota
Até 01 ano	0,70%
Até 02 anos	0,80%
Até 03 anos	0,90%
Acima de 03 anos	1%

c) Bairro Bom Jesus.

Quantidade em Ano	Alíquota
Até 01 ano	0,55%
Até 02 anos	0,65%
Até 03 anos	0,75%
Acima de 03 anos	0,85%

d) Bairro Santa Terezinha.

Quantidade em Ano	Alíquota
Até 01 ano	0,70%
Até 02 anos	0,80%
Até 03 anos	0,90%
Acima de 03 anos	1%

e) Bairro Boa Esperança.

Quantidade em Ano	Alíquota
Até 01 ano	1%
Até 02 anos	1,25%
Até 03 anos	1,50%
Acima de 03 anos	1,75%

f) Setor Maravilha.

Quantidade em Ano	Alíquota
Até 01 ano	0,60%
Até 02 anos	0,70%
Até 03 anos	0,80%
Acima de 03 anos	0,90%

g) Setor 11 – Chácaras.

Quantidade em Ano	Alíquota
Até 01 ano	0,68%
Até 02 anos	0,78%
Até 03 anos	0,88%
Acima de 03 anos	0,98%

h) Setor 08 – Chácaras.

Quantidade em Ano	Alíquota
Até 01 ano	0,70%
Até 02 anos	0,80%
Até 03 anos	0,90%
Acima de 03 anos	1%

i) Bairro Parque das Flores.

Quantidade em Ano	Alíquota
Até 01 ano	0,50%
Até 02 anos	0,60%
Até 03 anos	0,70%
Acima de 03 anos	0,80%

j) Bairro Cristo Rei.

Quantidade em Ano	Alíquota
Até 01 ano	0,75%
Até 02 anos	0,85%
Até 03 anos	0,95%
Acima de 03 anos	1,25%

k) Bairro Porto Belo.

Quantidade em Ano	Alíquota
Até 01 ano	0,75%
Até 02 anos	0,80%

Até 03 anos	0,85%
Acima de 03 anos	1,10%

I) Setor Chácaras Renascer.

Quantidade em Ano	Alíquota
Até 01 ano	0,60%
Até 02 anos	0,80%
Até 03 anos	0,90%
Acima de 03 anos	1%

IV – Não incidira progressividade para o imóvel enquanto perdurar o contrato de parcelamento, desde que o proprietário não possua outro imóvel urbano, e que seja loteamento de baixa renda com lotes nunca superiores a 351 m2 (metros quadrados), aprovados em Lei Municipal.

V – Cessa-se a progrogressividade a partir do início da obra, devidamente documentada no órgão competente da prefeitura.

Art. 42. Será atualizado, anualmente, antes da ocorrência do fato gerador, o valor venal dos imóveis Urbanos, área urbanizáveis e de expansão urbanas, de conformidade com o parágrafo único do Art. 37, desta lei.

Art. 43. O mínimo do Imposto Predial e Territorial Urbano terá o valor igual a 2 (duas) VRM – Valor de Referencia Municipal de Carlinda.

Seção V – Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 44. O lançamento do Imposto, a ser efetuado pela autoridade administrativa, sempre que possível, será feito em conjunto, com os demais tributos e tarifas públicas que recaírem sobre o imóvel, sendo discriminado por receita e será anual, um para cada imóvel ou unidade imobiliária independente, ainda que contíguo, tomando por base a situação cadastral até dezembro do exercício anterior à ocorrência do fato gerador.

§ 1º O Cadastro fiscal imobiliário do município deverá, preferencialmente, coincidir com os dados existentes no Registro de Imóveis competente, havendo correspondência entre as características do imóvel e do proprietário ou titular de direitos reais.

§ 2º O contribuinte lançado no Cadastro Fiscal Imobiliário do Município somente será alterado mediante a ocorrência da transmissão da propriedade, comprovada por certidão ou informação expedida pelo registro de imóveis local ou por outro documento equivalente, se o imóvel não possuir título de propriedade registrado.

§ 3º O lançamento e a forma de recolhimento do imposto, bem como o percentual a ser utilizado de desconto, serão efetuados conforme dispuser Decreto do Executivo.

§ 4º Através de requerimento o proprietário que tiver no mesmo terreno mais de uma unidade autônoma edificada, poderá solicitar os lançamentos do Imposto taxas e tarifas públicas por cada unidade.

§ 5º Considera-se ocorrido o fato gerador a partir de 1º de janeiro de cada ano.

Art. 45. Far-se-á o lançamento no nome sob o qual estiver inscrito o imóvel no cadastro fiscal imobiliário, ainda que o tributo seja devido ou pago por outra pessoa.

§ 1º No caso de condomínio de terreno não edificado, figurará o lançamento em nome de todos os condôminos, respondendo cada um, na proporção de sua parte, pelo ônus do tributo e tarifas devidas ou no caso de não ser possível a identificação o lançamento será efetuado no nome de qualquer um dos condôminos.

§ 2º Não sendo conhecido o proprietário, o lançamento será feito em nome de quem esteja na posse do imóvel.

§ 3º Os apartamentos, unidades ou dependências com economias autônomas serão lançados um a um, em nome dos proprietários condôminos.

§ 4º Quando o imóvel pertencer a espólio far-se-á o lançamento em nome deste e feita à partilha, será transferido para o nome dos sucessores, para esse fim os herdeiros são obrigados a promover a transferência perante o órgão fazendário competente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de registro perante o registro de imóveis competente do julgamento da partilha ou da adjudicação.

§ 5º O lançamento de imóvel pertencente às massas falidas ou em liquidação, será em nome das mesmas, mas os avisos ou notificação serão enviados aos seus representantes legais, anotando-se os nomes e endereços nos registros.

§ 6º Em caso de compromisso de compra e venda, o lançamento será feito em nome do compromissário comprador, desde que o instrumento seja registrado na matrícula do imóvel, perante o registro de imóveis.

Art. 46. Na impossibilidade de obtenção dos dados exatos sobre o bem imóvel ou dos elementos necessários à fixação da base de cálculo do Imposto, o valor venal do imóvel será arbitrado e o tributo lançado com base nos elementos de que dispuser a Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no art. 53.

Art. 47. O lançamento do Imposto não implica em reconhecimento da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem imóvel.

Art. 48. O Imposto será pago de uma vez ou parcelado mediante ato do executivo, a critério da Administração Pública Municipal, definido em regulamento por decreto.

§ 1º O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbano será lançado em moeda vigente do país.

§ 2º O contribuinte que optar pelo pagamento em cota única poderá será beneficiado com desconto de até 30% a ser definidos em regulamento a critério da administração mediante estudo de impacto orçamentário.

Art. 49. A qualquer tempo poderão ser efetuados lançamentos omitidos por quaisquer circunstâncias nas épocas próprias, promovidos lançamentos aditivos, retificados nas épocas próprios, retificadas as falhas dos lançamentos existentes, bem como lançamento substitutivo.

Art. 50. Os lançamentos relativos a exercícios anteriores, que não houverem sido feitos por falha da administração, serão procedidos de conformidade com os valores e disposições legais vigentes à época em que deveriam ter sido lançados, desobrigando-os da atualização do principal, multa e juros de mora.

Art. 51. O contribuinte terá ciência do lançamento do imposto através de notificação pessoal, edital de publicação em jornal de grande circulação no município ou outros meios necessários definidos em regulamento.

Seção VI – Das Isenções

Art. 52. São isentos:

I – do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.

a) Os estabelecimentos beneficentes e assistenciais, sem fins lucrativos, de atendimento exclusivo a indigentes, indígenas, à infância, à juventude e à velhice desamparada;

b) Os templos de qualquer culto;

c) Os imóveis cedidos gratuitamente em sua totalidade para uso exclusivo do objetivo social das entidades imunes pela Constituição Federal, quando em regime de comodato devidamente registrado no Cartório competente, dentro da vigência do mesmo, e mediante verificação "in loco" pelo Órgão Municipal competente;

d) Os imóveis ocupados por escolas especializadas em educação de pessoas portadoras de deficiência física ou mental, com atendimento totalmente gratuito;

e) O imóvel que, localizado dentro da zona urbana que comprovadamente utilizado em exploração extrativo-vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial, desde que comprovada a inscrição e pagamento dos impostos de tais bens perante o Imposto Territorial Rural – ITR, que atenda a legislação Federal vigente..

f) Imóvel residencial de contribuinte portador de tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinsom , espondiloartrose anquilosante, Alzheimer, nefropatria grave, hepatopatia, radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, desde que comprove mediante laudo médico por serviço médico oficial da União , do Estado ou do Municipio; Comprovação de renda de até dois salários mínimos e um imóvel urbano no município.

g) O imóvel residencial, pertencente e utilizado para uso próprio por idosos (as) acima de 60 (sessenta anos).

h) O imóvel residencial, pertencente e utilizado para uso próprio por viúvos (as).

i) O imóvel residencial, pertencente e utilizado para uso próprio por aposentados (as).

j) O imóvel residencial, pertencente e utilizado para uso próprio por pensionista.

II – As isenções previstas nos parágrafos 7º, 8º, 9º e 10º serão concedidas mediante comprovação de rendimentos do proprietário de até 02 (dois) salários mínimos vigentes na data de lançamento do IPTU.

a) A comprovação de rendimentos poderá ser realizada mediante apresentação de extrato bancário ou holerite. b) A análise e concessão para concessão das isenções previstas nos parágrafos 7º, 8º, 9º e 10º será realizada pelo Departamento de Tributos do Município de Carlinda. c) A concessão da isenção prevista no 2º será reconhecida de ofício pelo Departamento de Tributos.

Parágrafo Único – A isenção será concedida a pedido do proprietário ou interessado, desde que comprove mediante documento que justifique as circunstâncias, devendo ser anualmente reformulado, até o último dia de expediente do exercício financeiro. No caso de não cumprimento do estabelecido, fica o setor competente da administração municipal autorizado e legitimado a promover o lançamento e cobrança do IPTU.

Seção VII – Das Infrações e das Penalidades

Art. 53. Serão punidos com multa sobre o valor do Imposto calculado com base nos dados corretos do imóvel, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades os contribuintes que infligirem às seguintes infrações:

I – multa de 10% (dez por cento), quando de erro ou omissão dolosos, bem como falsidade nas informações fornecidas para inscrição ou alteração dos dados cadastrais do imóvel;

II – multa de 20% (vinte por cento), quando o proprietário ou o possuidor a qualquer titulo do bem imóvel, que não permitir ou dificultar o trabalho de cadastramento ou recadastramento “in loco”.

Parágrafo Único – O não pagamento do imposto e/ou das penalidades dos incisos deste artigo no prazo estipulado ficará sujeito da aplicação do disposto no inciso I e II alíneas “a” e "b" do art. 357.

CAPÍTULO II – DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Seção I – Da Hipótese Incidência e do Fato Gerador

Art. 54. O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza tem como fato gerador à prestação de serviço, por empresa ou profissionais autônomos no território do Município, com ou sem estabelecimento fixo, ainda que esse não se constitua como atividade preponderante do prestador, de serviço constante da lista no Artigo 56, deste Código.

§ 1º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 2º Ressalvadas as exceções expressas na lista indicado no caput deste artigo, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 3º O imposto de que trata esta Lei Complementar incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 4º Para efeito deste Imposto considera-se:

I – empresa – toda e qualquer pessoa jurídica que exercer atividade econômica de prestação de serviço ou a pessoa física que estiver mais de 2 (duas) pessoas contratadas;

II – profissional autônomo – toda e qualquer pessoa física que, habitualmente e sem subordinação jurídica ou dependência hierárquica, exercer atividade econômica de prestação de serviço;

III – sociedade de profissionais – sociedade civil de trabalho profissional, de caráter especializado, organizado para a prestação de qualquer dos serviços que tenham seu contrato ou ato constitutivo registrado no respectivo órgão de classe;

IV – trabalhador avulso – aquele que exercer atividade de caráter eventual, isto é, fortuito, casual, incerto, sem continuidade, sem dependência hierárquica, mas sem vinculação empregatícia;

V – trabalho pessoal – aquele material ou intelectual executado pelo próprio prestador, pessoa física; não o desqualifica nem descaracteriza a contratação de empregados para a execução de atividades acessórias ou auxiliares não componentes de essência do serviço;

§ 5º A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

Art. 55. A hipótese de incidência do Imposto se configura independentemente:

a) Da existência de estabelecimento fixo;

b) Do resultado financeiro do exercício da atividade;

c) Do cumprimento de qualquer exigência legal ou regulamentar sem prejuízo das penalidades cabíveis aplicáveis pelo órgão competente para formular aquelas exigências;

d) Do pagamento ou não do preço do serviço no mesmo mês ou exercício;

e) Da habitualidade na prestação do serviço.

§ 1º Para os efeitos de incidência do Imposto considera-se local da prestação do serviço:

I – o do estabelecimento prestador no Município;

II – na falta do estabelecimento, o domicílio do prestador no Município;

III – na falta dos Incisos I e II deste artigo, considera-se o local onde efetuar a prestação de serviço no território do Município.

§ 2º O imposto será devido no local, quando nas hipóteses prevista nos incisos I a XXIII, como segue:

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 54 desta lei;

II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.04 da lista anexa;

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.17 da lista anexa;

IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa;

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7. 12 da lista anexa;

X – do reflorestamento, reflorestamento, semeadura, adubação reparação de solo, plantio silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios. No caso dos serviços descritos no subitem 7.14 da lista anexa;

XI – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.15 da lista anexa;

XII – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista anexa;

XIII – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;

XIV – dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

XV – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;

XVI – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12. 13, da lista anexa;

XVII – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista anexa; Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016.

XVIII – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;

XIX – da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.09 da lista anexa;

XX – do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa.

XXI – do domicilio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09; (incluindo pela Lei Complementar nº 157, de 2016.

XXII - do domicilio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos nos subitem 15.01 (incluindo pela Lei Complementar nº 157, de 2016).

XXIII – do domicilio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.(Incluido pela Lei Complementar nº 157, de 2016).

§ 3º Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente, temporário e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação, contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§ 4º A existência de estabelecimento prestador é indicada pela conjugação, parcial ou total, dos seguintes elementos:

I – estrutura organizacional ou administrativa;

II – inscrição nos órgãos previdenciários;

III – manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários a execução dos serviços;

IV – indicação como domicilio fiscal para efeito de outros tributos;

V – permanência, ânimo de permanência no local, para a exploração econômica de atividade de prestação de serviços, exteriorizada através de indicação do endereço em impressos, formulários, correspondência, contrato de locação de imóvel, propaganda, publicidade, ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica, água ou gás, em nome do prestador, seu representante ou preposto.

§ 5º A circunstância de o serviço, por sua natureza, ser executado, habitual ou eventualmente, fora de estabelecimento prestador, desde que seja no território do Município.

§ 6º São também, considerados estabelecimentos prestadores, os locais onde forem exercidas as atividades de serviços públicos de natureza itinerante.

§ 7º No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 8º No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 9º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.

Art. 56. Se sujeita ao Imposto, os serviços de:

1 Serviços de informática e congêneres.

1.01 Análise e desenvolvimento de sistemas.

1.02 Programação.

1.03 Processamento de dados e congêneres.

1.04 Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.

1.05 Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.

1.06 Assessoria e consultoria em informática.

1.07 Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.

1.08 Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

2 Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

2.01 Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

3 Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

3.01 Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.

3.02 Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.

3.03 Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.

3.04 Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

4 Serviços de saúde, assistência médica e congênere.

4.01 Medicina e biomedicina.

4.02 Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra- sono grafia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.

4.03 Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos- socorros, ambulatórios e congêneres.

4.04 Instrumentação cirúrgica.

4.05 Acupuntura.

4.06 Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.

4.07 Serviços farmacêuticos.

4.08 Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudióloga.

4.09 Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.

4.10 Nutrição.

4.11 Obstetrícia.

4.12 Odontologia.

4.13 Ortopédica.

4.14 Próteses sob encomenda.

4.15 Psicanálise.

4.16 Psicologia.

4.17 Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.

4.18 Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.

4.19 Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.

4.20 Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

4.21 Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congênere.

4.22 Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.

4.23 Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.

5 Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.

5.01 Medicina veterinária e zootecnia.

5.02 Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.

5.03 Laboratórios de análise na área veterinária.

5.04 Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.

5.05 Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.

5.06 Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

5.07 Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

5.08 Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.

5.09 Planos de atendimento e assistência médica-veterinária.

6 Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.

6.01 Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.

6.02 Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.

6.03 Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.

6.04 Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.

6.05 Centros de emagrecimento, SPA e congêneres.

7 Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.

7.01 Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.

7.02 Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.03 Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.

7.04 Demolição.

7.05 Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.06 Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.

7.07 Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.

7.08 Calafetação.

7.09 Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

7.10 Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.

7.11 Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.

7.12 Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.

7.13 Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.

7.14 Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.

7.15 Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.

7.16 Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.

7.17 Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.

7.18 Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.

7.18 Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.

7.19 Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

8 Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.

8.01 Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

8.02 Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

9 Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.

9.01 Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart- hotéis, hotéis residência, residence-service, suíte service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).

9.02 Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03 Guias de turismo.

10 Serviços de intermediação e congêneres.

10.01 Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.

10.02 Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

10.03 Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

10.04 Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantile (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).

10.05 Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.06 Agenciamento marítimo.

10.07 Agenciamento de notícias.

10.08 Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

10.09 Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

10.10 Distribuição de bens de terceiros.

11 Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.

11.01 Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.

11.02 Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.

11.03 Escolta, inclusive de veículos e cargas.

11.04 Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

12 Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.

12.01 Espetáculos teatrais.

12.02 Exibições cinematográficas.

12.03 Espetáculos circenses.

12.04 Programas de auditório.

12.05 Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.

12.06 Boates, taxi-dancing e congêneres.

12.07 Shows, balé, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.08 Feiras, exposições, congressos e congêneres.

12.09 Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.

12.10 Corridas e competições de animais.

12.11 Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.

12.12 Execução de música.

12.13 Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, balé, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.14 Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.

12.15 Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.

12.16 Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.

12.17 Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

13 Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.

13.01 Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.

13.02 Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.

13.03 Reprografia, microfilmagem e digitalização.

13.04 Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.

14 Serviços relativos a bens de terceiros.

14.01 Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.02 Assistência técnica.

14.03 Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.04 Recauchutagem ou regeneração de pneus.

14.05 Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.

14.06 Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.

14.07 Colocação de molduras e congêneres.

14.08 Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

14.09 Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.

14.10 Tinturaria e lavanderia.

14.11 Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.

14.12 Funilaria e lanternagem.

14.13 Carpintaria e serralheria.

15 Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

15.01 Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.

15.02 Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.

15.03 Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.

15.04 Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestados de idoneidade, atestado de capacidade financeiras e congêneres.

15.05 Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

15.06 Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.07 Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.08 Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09 Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

15.10 Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11 Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17 Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18 Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16 Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 Serviços de transporte de natureza municipal.

17 Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.01 Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02 Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

17.03 Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04 Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05 Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06 Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.07 VETADO

17.08 Franquia (franchising).

17.09 Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.10 Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.11 Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

17.12 Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.13 Leilão e congêneres.

17.14 Advocacia.

17.15 Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.16 Auditoria.

17.17 Análise de Organização e Métodos.

17.18 Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.19 Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

17.20 Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

17.21 Estatística.

17.22 Cobrança em geral.

17.23 Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).

17.24 Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

18 Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerencia de riscos seguráveis e congêneres.

18.01 Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19 Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produto de loteria, bingos, cartões, pule ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01 Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produto de loteria, bingos, cartões, pule ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20 Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01 Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.02 Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.03 Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21 Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

22 Serviços de exploração de rodovia.

22.01 Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

23 Serviços de programação e comunicação visual, desenho industriais e congêneres.

23.01 Serviços de programação e comunicação visual, desenho industriais e congêneres.

24 Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

24.01 Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

25 - Serviços funerários.

25.01 Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

25.02 Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.03 Planos ou convênio funerários.

25.04 Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

26 Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.

26.01 Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.

27 Serviços de assistência social.

27.01 Serviços de assistência social.

28 Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

28.01 Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

29 Serviços de biblioteconomia.

29.01 Serviços de biblioteconomia.

30 Serviços de biologia, biotecnologia e química.

30.01 Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31 Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

31.01 Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

32 Serviços de desenhos técnicos.

32.01 Serviços de desenhos técnicos.

33 Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

33.01 Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

34 Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

34.01 Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

35 Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

35.01 Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

36 Serviços de meteorologia.

36.01 Serviços de meteorologia.

37 Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

37.01 Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

38 Serviços de museologia.

38.01 Serviços de museologia.

39 Serviços de ourivesaria e lapidação.

39.01 Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

40 Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

40.01 Obras de arte sob encomenda

41 Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocoposição, clicheria, zincografia, litografia e fotografia, exeto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma a ourra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

42 Dispoponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviços de acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS.

43 Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para qualquer fins e por qualquer meios.

44 Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independetemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será exercutado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

45 Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem,, tingimento, galnoplastia,anodização, corte, recorte,plastificação, costura, acabamento, polimento, e congêneres de objetos quisquer.

46 Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

47 Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

48 Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros e veículos.

49 Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

50 Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.

51 Outros serviços de natureza municipal.

52 Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

53 Guinchos intramunicipal, guindaste e içamento.

54 Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informações, entre outros formatos, e congêneres.

Parágrafo Único – Ficam também sujeitos ao Imposto os serviços não expressos na lista, mas que, por sua natureza e características, assemelham-se a qualquer um dos que compõem cada item, e desde que não constituam hipótese de incidência de tributo estadual ou federal.

Seção II – Do Sujeito Passivo

Art. 57. Contribuinte do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza é o prestador do serviço, seja pessoa física ou jurídica que exercer dentro do território do Município, em caráter permanente ou eventual, quaisquer atividades constantes da Lista de Serviço mencionado no artigo 56 deste Código.

Parágrafo Único – Não são contribuintes do Imposto, os que prestem serviço na condição:

I – de assalariados, definidos como nas leis trabalhistas, pelos contratos de relação de emprego, singulares e coletivos, tácitos ou expressos;

II – de servidores públicos federais, estaduais, municipais e autárquicos, inclusive os inativos, amparados pelas legislações que os definam nessa situação ou condição;

III – de diretores de sociedade anônima, de sociedades por ações e de economia mista, bem como outros tipos de sociedade civis e comerciais, mesmo quando não sejam sócios quotistas, acionistas ou participantes;

IV – de membros de conselho consultivo ou fiscal de sociedade;

V – os trabalhos avulsos, assim definidos na Consolidação das Leis de trabalho.

Art. 58. Será responsável pela retenção e recolhimento do Imposto todo aquele que, mesmo incluído nos regime de imunidade ou isenção, se utilizar de serviços de terceiros, quando:

I – os usuários de serviços que não efetuarem o desconto na fonte:

a) de pagamento efetuado, sob forma de serviços obrigados ao pagamento anual do tributo que não apresentarem o certificado de inscrição no cadastro de atividades econômicas do município;

b) pagamento efetuado sob forma de recibo à firma prestadora de serviços que não emitir nota fiscal do serviço ou não possuir inscrição no cadastro de atividades econômicas do município

II – a pessoa física, jurídica de direito privado que adquirir de outra por qualquer título, estabelecimento profissional de prestação de serviços, e continuar a exploração do negócio, sob a mesma ou outra razão social, sob firma, nome individual, é responsável pelo imposto do estabelecimento adquirido, devido até a data do ato:

a) integralmente se alienante cessar a exploração da atividade;

b) subsidiariamente com a alienante, se esta prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de 6 (seis) meses a contar da data de alienação, nova atividade do mesmo ou de outros ramos de prestação de serviços.

III – os que sublocarem, ceder, transferirem a terceira a inscrição de sua propriedade, que estão sob a sua direção ou exploração, desde que destinados à realização de atividades que, por si só, configure fato gerador do imposto sobre serviços;

IV – a pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra em outra, á responsável pelo imposto devido pelas pessoas jurídicas fundidas, transformadas ou incorporadas, até a data dos atos de fusão, transformação ou incorporação;

§ 1º O disposto no inciso III, aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

§ 2º A fonte pagadora dará ao prestador do serviço o comprovante da retenção a que se refere este artigo, o qual lhe servirá de comprovante de pagamento do Imposto.

V – No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicilio tributário da pessoa jurídica ou física do serviço, conforme informação prestada por este.

VI – no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos nos subitens 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registradas no local do domicílio do tomador do serviço.

Art. 59. Fica atribuída a responsabilidade na qualidade de contribuinte substituto, pela retenção e pelo recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer natureza – ISSQN:

I – às incorporadoras e construtoras, em relação às comissões pagas pela corretagem de imóveis;

II – às empresas seguradoras e de capitalização, em relação às comissões pagas pela corretagem de seguros e de capitalização e sobre os pagamentos de serviços de bens sinistrados;

III – às empresas e entidades que explorem loterias e outros jogos, inclusive apostas em relação às comissões pagas aos seus agentes revendedores ou cessionários;

IV – às operadoras de cartões de créditos em relação aos serviços prestados por empresas locadoras de bens móveis estabelecidos no Município;

V – às instituições financeiras, pelo imposto devido sobre os serviços de contratos de mão-de-obra: de guarda, vigilância, transportes de valores, de conservação e limpeza e congêneres;

VI – às empresas que explorem serviços de planos de saúde ou de assistência médicas hospitalares e congêneres, ou de seguro através de planos de medicina de grupo e convênios, em relação aos serviços de agenciamento ou corretagem dos referidos planos e seguros, remoção de doentes, serviços de hospitais, clínicas, sanatórios, laboratórios de análise, ambulatório, pronto-socorro, manicômios, casa de saúde, de repouso e de recuperação, clinica de radioterapia, eletricidade médica, ultra-sonografia, radiologia, tomografia e congêneres;

VII – às construtoras, em relação aos serviços subempreitados;

VIII – às empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos de qualquer natureza;

IX – o prestador de serviço e não comprovar imunidade ou isenção;

X – o Município, inclusive sua autarquias, fundações, empresas públicas e economia mista, pelo Imposto incidente sobre os serviços a eles prestados;

XI – as empresas imobiliárias, incorporadoras e construtoras, pelo Imposto devido sobre as comissões pagam as empresas corretoras de imóveis;

XII – as operadoras turísticas e as empresas de transporte pelo imposto, devido sobre as comissões pagas aos seus agentes e intermediários;

XIII – as empresas de rádio e televisão, pelo imposto devido sobre os serviços a eles prestados;

XIV – os estabelecimentos particulares de ensino, pelo imposto devido sobre os serviços a eles prestados;

XV – os frigoríficos que contratar serviços de terceiros;

XVI – quaisquer outros não inclusos nos incisos anteriores e que contrata serviços de terceiros.

§ 1º A União e os Estados, inclusive suas Autarquias, Fundações e Empresas Públicas, poderão reter e recolher o ISSQN, incidentes sobre serviços a eles prestados e devidos pelas empresas prestadoras de serviços mediante convênio.

§ 2º Os impostos retidos na forma do caput deste artigo, incluídos nos seus incisos e parágrafos anteriores, deverá ser recolhido aos cofres do Município até o 15º útil dia do mês subseqüente a ocorrência do fato gerador. Caso o substituto não efetue a retenção ficará obrigado a recolher o valor correspondente ao imposto não retido, acrescido, quando for o caso, dos incisos I, II e alínea ‘”a” e"b" do art. 357, deste Código.

§ 3º Poderá o Executivo Municipal, no interesse do Fisco Municipal, estender o Regime de Substituição a empresas e outra atividade sujeita ao ISSQN, bem como baixar Normas Complementares para aplicação do disposto neste artigo.

§ 4º O Substituto Tributário deverá apresentar relatório mensal, contendo o nome da inscrição no cadastro econômico, assim como o número, a série, data e valor da Nota Fiscal recebida, alíquota e valor do imposto retido.

Art. 60. A retenção na fonte será regulamentada por decreto do Executivo Municipal.

Seção III - Base de Cálculo e Alíquota

Art. 61. A base de cálculo do imposto é preço bruto do serviço sobre o qual será aplicada a alíquota de 5% segundo o tipo do serviço prestado mensal do contribuinte e quando o serviço for prestado em caráter pessoal, será aplicada anualmente em quantidade de VRM (Valor de Referência Municipal de Carlinda ou prcentual, de conformidade com a Tabela/Anexo-I, deste Código.

§ 1 – O ISSQN incidente sobre o serviço de construção civil deverá ser recolhido antecipadamente à expedição do Alvará de Construção. Será considerado para base de calculo 10% (dez por cento) do CUB (Custo Unitário Básico), do mês de Janeiro do ano vigente, divulgado pelo SIDUSCON-MT, sob pena de o mesmo não ser liberado pela autoridade competente.

Art. 61 – A. A alíquota mínima do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento).

§ 1º - O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculso ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços que se referem o Art. 61.

§ 2º - è nula a Lei ou ato do Município ou do Distrito Federal que não respeite as disposições relativas à alíquota mínima prevista neste artigo no caso de serviços prestados a tomador ou intermediário localizado em Município diverso daquele onde esta localizado o prestador do serviços.

Art. 62. Para efeitos de retenção na fonte, o Imposto será calculado aplicando-se a alíquota sobre o preço do serviço.

§ 1º Na hipótese de serviços prestados, enquadráveis em mais de um dos itens da lista de serviços, o Imposto será calculado aplicando-se a alíquota própria sobre o preço do serviço de cada atividade.

§ 2º Quando os serviços descritos pelo subitem 3.03 da lista anexa forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabo de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada Município.

§ 3º Não se incluem na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, os valores dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa a esta lei; caso não seja apresentado planilha de custos da obra pelo contribuinte, o mesmo poderá optar pela dedução de 40% (quarenta por cento) do valor dos serviços, efetivamente executados, a título de materiais aplicados, sem a necessidade de qualquer comprovação.

Art. 63. Considera-se preço do serviço para efeito de incidência deste imposto, a receita bruta a ele correspondente, sem qualquer dedução, executados os descontos ou abatimentos concedidos independentemente de qualquer condição, bem como, o valor dos materiais que constarem expressamente da lista de serviços como deduzíveis, ainda que a título de subempreitada de serviços não tributados, frete, despesas, tributos e outros, vedada qualquer interpretação extensiva ou analógica.

§ 1º Na falta do preço do serviço, ou não sendo o mesmo desde logo conhecido, será adotado o preço corrente na praça.

§ 2º Na hipótese de cálculo efetuado do parágrafo anterior, qualquer diferença de preço que venha a ser efetivamente apurada acarretará a exigibilidade do imposto sobre o respectivo montante.

§ 3º Inexistindo preço corrente na praça, será ele fixado pela repartição fiscal, mediante respectivo montante.

§ 4º Em se tratando de incidência sobre todos os serviços prestados por estabelecimentos bancários e demais instituições financeiras, a base de cálculo será apurada cumulativamente sobre as receitas diretas e indiretas representadas extras últimas, dentre outras, pelos rendimentos de permanência não remunerada, decorrentes do produto de arrecadação em geral, efetuada, pelo mesmo prestador de serviços, em convênio com instituições pública ou privada desde que não incida o Imposto sobre Operações Financeiras – IOF.

Art. 64. O contribuinte deverá apresentar escrituração idônea que permita diferenciar as receitas específicas das várias atividades, sob pena de o Imposto será calculado da forma mais onerosa, mediante a aplicação da alíquota mais elevada sobre a receita auferida.

Art. 65. Quando o volume ou a modalidade da prestação de serviços aconselharem, para facilitar aos contribuintes o cumprimento de suas obrigações tributaria e sem prejuízo para o Município, a Administração poderá autorizar a adoção de regime especial para pagamento do Imposto.

Art. 66. Quando definido tratamento adequado de acordo proposição do artigo anterior será observada as seguintes normas relativas ao cálculo.

I – com base em informações do sujeito passivo em que outro elemento informativo será estimado o valor provável das operações tributáveis e o do imposto total a recolher no exercício, um e outro dependem da aprovação do Secretário Municipal de Finanças.

II – quando houver discordância das informações do sujeito passivo, a Fazenda Municipal, optará pelos incisos e alíneas do art. 68, deste Código.

Art. 67. Proceder-se-á ao arbitramento para a apuração do preço sem que, fundamentalmente:

I – o contribuinte não possuir livros fiscais de utilização obrigatória ou estes não se encontrarem com sua escrituração atualizada;

II – o contribuinte, depois de intimado deixar de exibir os livros fiscais de utilização obrigatória;

III – ocorrer fraude ou sonegação de dados julgados indispensáveis ao lançamento;

IV – sejam omissos ou não mereçam fé às declarações, os esclarecimentos prestados ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo;

V – o preço seja notoriamente inferior ao corrente no mercado, ou desconhecido pela autoridade administrativa.

Art. 68. Nas hipóteses do artigo anterior, o arbitramento será procedido por uma comissão municipal designada especialmente para cada caso pelo Prefeito Municipal levando-se em conta, entre outros, os seguintes elementos:

I – os recolhimentos feitos em períodos idênticos pelo contribuinte ou por outros contribuintes que exerçam a mesma atividade em condições semelhantes;

II – os preços correntes dos serviços no mercado, em vigor na época da apuração;

III – as condições próprias do contribuinte bem como os elementos que possam evidenciar sua situação econômico-financeira, tais como:

a) valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados no período;

b) folha de salários pagos, honorários de direitos retirados de sócio ou gerente;

c) aluguel do imóvel e das máquinas e equipamentos utilizados;

d) 10% (dez) por cento, do valor venal do imóvel ou parte dele, e dos equipamentos utilizados pela empresa ou pelo profissional autônomo.

e) despesas com fornecimento de água, luz, força, telefone e demais encargos obrigatórios do contribuinte.

Art. 69. Na execução de obras hidráulicas ou de construção civil, o imposto será calculado sobre o preço, deduzido das parcelas correspondente do valor das subempreitada, sobre as quais já tenham incidido o imposto.

Seção IV – Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 70. O Imposto será lançado:

I – Quando na forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, poderá ser cobrado em até 12 (doze) parcelas, correspondendo de janeiro a dezembro no exercício a que corresponder o tributo e critério da Administração Pública Municipal, conforme regulamento.

II – mensalmente, em relação ao efetivamente prestado no período, quando o prestador for empresa.

Art. 71. Os contribuintes sujeitos ao pagamento mensal do Imposto ficam obrigados a:

I – manter escrita fiscal ou digital destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributáveis;

II – emitir notas fiscais de serviços ou outros documentos admitidos pela Administração, por ocasião da prestação dos serviços.

§ 1º Mediante intimação por escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação a bens, negócios ou atividade de terceiros.

§ 2º Os contribuintes, ou quaisquer responsáveis por tributos, facilitarão, por todos os meios ao seu alcance, o lançamento, a fiscalização e a cobrança dos tributos devidos à Fazenda Municipal, ficando especialmente obrigados a:

I – apresentar declarações e guias, e a escriturar em livros próprios ou digitais os fatos geradores de obrigação tributária, segundo as normas deste Código e dos regulamentos tributários;

II – conservar e apresentar ao fisco, quando solicitado, qualquer documento que, de algum modo, se refira a operações ou situações que constituam fato gerador de obrigação tributária, ou que sirva como comprovante da veracidade dos dados consignados em guias e documentos fiscais.

III – prestar, sempre que solicitados pelas autoridades competentes informações e esclarecimentos que, a juízo do fisco, se refiram ao fato gerador da obrigação tributária;

IV – os livros e documentos fiscais ou virtuais, que são de exibição obrigatória à fiscalização, não poderão ser retirados do estabelecimento ou do domicílio do contribuinte, salvo nos casos expressamente previstos em regulamento.

§ 3º O Poder Executivo definirá os modelos de livros, notas fiscais e demais documentos a serem obrigatoriamente utilizados pelo contribuinte e mantidos em cada um dos seus estabelecimentos ou, na falta destes, em seu domicílio.

§ 4º Os livros e documentos fiscais serão previamente formalizados, de acordo com o estabelecido em regulamento.

§ 5º Sendo insatisfatórios os meios normais de fiscalização e tendo em vista a natureza do serviço prestado, o Poder Executivo poderá decretar ou a autoridade administrativa, por despacho fundamentado, permitir, complementarmente ou em substituição, a adoção de instrumentos e documentos especiais necessários à perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do Imposto devido.

Art. 72. Os livros fiscais, virtuais e comerciais, bem como as notas e demais documentos fiscais, são de exibição obrigatória ao Fiscal Municipal, devendo ser conservados pelo contribuinte durante 05 (cinco) anos, a contar do encerramento do exercício.

§ 1º A fiscalização do Imposto sobre serviços de qualquer natureza, será feita sistematicamente pelos Agentes Fiscais Fazendários do Município, nos estabelecimentos, vias públicas e demais locais, onde exerçam atividades tributáveis.

§ 2º Os contribuintes são obrigados a fornecer todos os elementos necessários à verificação das operações sobre as quais possa haver incidência do imposto e a exigir todos os elementos da escrita fiscal e da contabilidade geral da empresa, sempre que exigidos pelos agentes fiscais Fazendários do Município.

Art. 73. Fica autorizado o Poder Executivo a criar ou aceitar documentação simplificada no caso de contribuintes de rudimentar organização.

Art. 74. A autoridade administrativa poderá, por ato normativo próprio, fixar o valor do Imposto por estimativa:

I – quando se tratar de atividade exercida em caráter temporário;

II – quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização;

III – quando o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais ou deixar, sistematicamente, de cumprir as obrigações previstas na legislação vigente;

IV – quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade volume de negócios ou de atividades aconselhar, a critério exclusivo da autoridade competente, tratamento fiscal específico;

V – quando o contribuinte reiteradamente violar o disposto na legislação tributária.

Art. 75. O valor do Imposto lançado por estimativa levará em consideração:

I – o tempo de duração e a natureza específica da atividade;

II – o previsto nos incisos e alíneas do art. 68, deste Código.

III – o local onde se estabelece o contribuinte.

Parágrafo Único – A Administração poderá rever os valores estimados, a qualquer tempo, reajustando as parcelas vincendas do Imposto, quando se verificar que a estimativa inicial foi incorreta ou que o volume ou modalidade dos serviços se tenha alterado de forma substancial.

Art. 76. Os contribuintes sujeitos ao regime de estimativa poderão, a critério da autoridade administrativa, ficar dispensado do uso de livros fiscais e da emissão de documentos.

Art. 77. O regime de estimativa poderá ser suspenso pela autoridade administrativa, mesmo quando não findo o exercício ou período, seja de modo geral ou individual, seja quando a qualquer categoria de estabelecimentos, grupos ou setores de atividades, quando não mais prevalecerem às condições que originaram o enquadramento.

Art. 78. Os contribuintes abrangidos pelo regime de estimativa poderão no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da publicação do ato normativo, apresentar reclamação contra o valor estimado.

Art. 79. O lançamento do Imposto não implica em reconhecimento ou regularidade do exercício de atividade ou da legalidade das condições do local, instalações, equipamentos ou obras.

Art. 80. No caso de diversões públicas e outros serviços cujo preço seja cobrado mediante bilhetes, o imposto será recolhido conforme dispuser decreto regulamentador.

Art. 81. As pessoas físicas ou jurídicas, que na condição de prestadores de serviços de qualquer natureza, no decorrer do exercício financeiro se tornar sujeitos à incidência do imposto serão lançados a partir do trimestre em que iniciar as atividades.

Art. 82. Corrido o prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da ocorrência do fato gerador sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Art. 83. O Imposto será pago na forma e prazos regulamentares.

Parágrafo Único – Tratando-se de lançamento de ofício, há que se respeitar o intervalo mínimo de 20 (vinte) dias entre o recebimento da Notificação e o prazo fixado para pagamento.

Art. 84. No recolhimento do Imposto por estimativa serão observadas as seguintes regras:

I – será estimado o valor dos serviços tributáveis e do Imposto total a recolher no exercício ou período, e parcelado o respectivo montante para recolhimento em prestações mensal;

II – findo o exercício ou o período da estimativa ou deixando o regime de ser aplicado, serão apurados os preços dos serviços e o montante do Imposto efetivamente devido pelo contribuinte, respondendo este pela diferença verificada ou tendo direito à restituição do Imposto pago a mais;

III – qualquer diferença verificada entre o montante do Imposto recolhido por estimativa e o efetivamente devido será:

a) recolhida dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do encerramento do exercício ou período considerado, independentemente de qualquer iniciativa do Poder Público, quando a este for devido;

b) restituída ou compensada, mediante requerimento do contribuinte.

Art. 85. Sempre que o volume ou modalidade dos serviços o aconselhe e tendo em vista facilitar aos contribuintes o cumprimento de suas obrigações tributarias, a Administração poderá, a requerimento do interessado e sem prejuízo para o Município, autorizar a adoção de regime especial para pagamento do Imposto, atendendo o disposto no art. 66, deste Código.

Art. 86. Prestado o serviço, o imposto será recolhido na forma do inciso II do art. 72, independentemente do pagamento do preço ser efetuado a vista ou em prestações.

Seção VI – Das Isenções

Art. 87. São isentos do imposto:

a) Os assalariados, como tais definidos pelas Leis Trabalhistas pelos contratos de relação de emprego, singulares e coletivos, tácitos ou expressos, de prestação de trabalhos a terceiros;

b) Os diretores e membros de Conselhos de Sociedades Anônimas, por ações e de economia mista, bem como outros tipos de Sociedades Civis e Comerciais, mesmo quando não sejam sócios, quotistas, acionistas ou participantes;

c) Os trabalhadores avulsos;

d) Os locadores de livros novos e usados;

e) Os promotores de concertos, recitais, shows, avant-première, cinematográficas, exposições, quermesses e espetáculos similares, realizados para fins assistências e desportivos sem finalidade lucrativa.

f) Os trabalhadores autônomos e os negócios de rudimentar organização, tal como definidos no regulamento, cujas atividades, por estimativa da autoridade fiscal, não produzem renda mensal superior ao valor de 02 (dois) Salários Mínimo.

g) De diversão pública com fins beneficentes ou considerados de interesse da comunidade pelo órgão de Educação e Cultura do Município ou órgão similar.

h) Os jornais ou periódicos, bem como as estações rádio-emissoras destinadas a caráter e de interesse da coletividade.

i) As casas de caridade, as sociedades de socorros mútuos e os estabelecimentos de fins humanitários e assistências, sem finalidade lucrativa;

j) O Micro empreendedor individual (MEI) que optar pelo sistema de Recolhimento em Valores fixos mensais dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional (SIMEI) Lei Complementar 128, de 19 de dezembro de 2008. Lei Complementar nº 147, De 7 de agosto de 2014.

Parágrafo Único – A isenção será concedida a pedido das pessoas físicas e/ou jurídicas que comprovará ou justificará estas circunstâncias e será reformulada, período fracionário ou anualmente, a critério da Fazenda Municipal.

Seção VI – Das Infrações e das Penalidades

Art. 88. As infrações às disposições deste Capítulo serão punidas com as seguintes penalidades:

I – Multa de importância igual a 20% (vinte por cento) da base de cálculo referida no art. 61, nos caso de:

a) Iniciar atividades ou praticar ato sujeito ao imposto, antes da concessão desta;

b) Deixar de fazer a inscrição no cadastro fiscal da prefeitura, de seus bens ou atividades sujeitos à tributação municipal;

c) Apresentar ficha de inscrição cadastral, livros, documentos ou declarações relativas aos bens e atividades sujeitos à tributação municipal com omissões ou dados inverídicos;

d) Deixar de comunicar, dentro dos prazos previstos as alterações ou baixas que impliquem em modificação ou extinção de fatos anteriormente gravados;

e) Deixar de apresentar, dentro dos respectivos prazos, os elementos básicos à identificação ou caracterização de fatos geradores ou base de cálculo dos tributos municipais;

f) Deixar de remeter à prefeitura, em sendo obrigado a fazê-lo, documento que interessar à fiscalização;

g) Negar-se a exibir livros e documentos de escrita fiscal que interessar à fiscalização;

h) Apresentar ficha de inscrição fora do prazo legal ou regulamentar;

II – multa de importância igual a 30% (trinta por cento) da base de cálculo referida no art. 61, nos casos de:

a) Falta de livros fiscais;

b) Falta de escrituração do Imposto devido;

c) Dados incorretos na escrita fiscal ou documentos fiscais;

d) Falta do número de inscrição no cadastro de atividades econômicas em documentos fiscais.

III – multa de importância igual 40% (trinta por cento) da base de cálculo referida no art. 61, nos casos de:

a) Falta de declaração de dados;

b) Erro, omissão ou falsidade na declaração de dados.

IV – multa de importância igual a 50% (cinqüenta por cento) da base de cálculo referida no art. 61, nos casos de:

a) falta de emissão de nota fiscal ou outro documento admitido pela Administração;

b) falta ou recusa de exibição de livros, notas ou documentos fiscais;

c) retirada do estabelecimento ou do domicílio do prestador, de livros ou documentos fiscais;

d) sonegação de documentos para apuração do preço dos serviços;

e) embaraço ou impedimento à fiscalização.

V – multa de importância igual a 70% (setenta por cento) sobre diferencia entre o valor recolhido e o valor efetivamente devido do Imposto, em caso comprovado de fraude;

VI – Multa de importância igual a 80% (oitenta cem por cento) sobre o valor imposto, no caso de não retenção do Imposto devido;

VII – multa de importância igual a 100% (cem por vento) sobre o valor do Imposto, no caso da falta de recolhimento do Imposto retido na fonte.

Parágrafo Único – O não pagamento do imposto e/ou das penalidades dos incisos deste artigo no prazo estipulado, ficará sujeito da aplicação do disposto no inciso I e II alínea “a” e "b" do art. 357, deste Código.

CAPITULO III – DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO INTER-VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS A ELES RELATIVOS – ITBI

Seção I – Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 89. O imposto sobre a Transmissão Inter-vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais a eles relativos tem como o fato gerador:

I – a transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso:

a) da propriedade de bens imóveis, por natureza ou acessão física, como definidos na lei civil;

b) de direitos reais sobre bens imóveis, exceto os de garantia;

II – a cessão, por ato oneroso, de direitos relativos à aquisição de bens imóveis.

Parágrafo Único –O imposto de que trata este artigo refere-se a atos e contratos relativos a imóveis situados no território deste Município, ainda que a mutação patrimonial decorra de ato ou contrato celebrado ou de sucessão aberta fora do respectivo território.

Art. 90. Estão compreendidos na incidência do imposto:

I – a compra e venda;

II – a dação em pagamento;

III – a permuta;

IV – o mandato em causa própria ou com poderes equivalentes para a transmissão de bem imóvel e respectivo substabelecimento, ressalvado o disposto no artigo seguinte;

V – a arrematação, a adjudicação e a remição;

VI – o valor dos imóveis que, na divisão de patrimônio comum ou na partilha, forem atribuídos a um dos cônjuges separados ou divorciados, ao cônjuge supérstite ou a qualquer herdeiro, acima da respectiva meação ou quinhão, considerando, em conjunto, apenas os bens imóveis constantes do patrimônio comum ou monte-mor, localizados no município.

VII – o uso, o usufruto;

VIII – a cessão de direitos do arrematante ou adjudicatário, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;

IX – a cessão de direitos decorrente de compromisso de compra e venda;

X – a cessão de direitos à sucessão;

XI – a cessão de benfeitorias e construções em terreno compromissado à venda ou alheio;

XII – a instituição e a extinção do direito de superfície;

VIII – a cessão de benfeitorias e construção em terreno compromissado à venda ou alheio a indenização de benfeitorias pelo proprietário do solo.

XIX – todos os demais atos onerosos translativos de imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis.

§ 1º Na dissolução da sociedade conjugal, excesso de meação, para fins de ITBI, é o valor da totalidade dos bens imóveis, incluídos no quinhão de um dos cônjuges, que ultrapasse 50% do total partilhável, considerados apenas os bens imóveis localizados no Município de Carlinda.

Seção II – Da não Incidência, da Imunidade e da Isenção

Art. 91. Ressalvado o disposto no artigo seguinte, o imposto não incide sobre transmissão dos bens ou direitos:

I – no mandato em causa própria ou com poderes equivalentes e seu substabelecimento, quando o mandatário receber a escritura definitiva do imóvel. Nessa hipótese o ITBI incidirá sobre este ato;

II – sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital nela subscrito;

III – sobre a transmissão de bens ou direitos aos mesmos alienantes, em decorrência de sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos;

IV – sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção da pessoa jurídica.

V – sobre a constituição e o cancelamento da propriedade fiduciária de coisa imóvel, prevista na Lei Federal nº 9.514, de 20 de novembro de 1997.

Art. 92. O disposto nos incisos II, III e IV do artigo anterior não se aplicam quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante à compra e venda, locação ou arrendamento mercantil de bens imóveis ou direitos reais sobre eles.

§ 1º Considera-se caracterizada atividade predominante referida neste artigo quando mais de 50% (cinqüenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica a adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores ou nos 2 (dois) anos posteriores à aquisição, decorrer das transações mencionadas neste artigo.

§ 2º Se a pessoa jurídica adquirente iniciar sua atividade após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo antecedente, levando em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data de aquisição.

§ 3º Verificada a preponderância referida neste artigo, tornar-se-á devido o imposto nos termos da lei vigente à data de aquisição, sobre o valor do bem ou direito, devidamente atualizado na forma da Lei.

§ 4º A disposição deste artigo não é aplicável à transmissão de bens ou direitos, quando realizada em conjunto com a totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

Art. 93. São imunes ao ITBI

I – a União, Distrito Federal, Estados e Municípios, respectivas autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, nas operações destinadas aos seus serviços próprios e inerentes aos seus objetivos;

II – partidos políticos, inclusive suas fundações; entidades sindicais dos trabalhadores; instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisites da legislação;

III – templos de qualquer culto.

§ 1º A vedação do item I, não se aplica às transmissões de imóveis destinados à exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços pelo usuário.

§ 2º O disposto no item II compreende somente os imóveis relacionados com as finalidades essenciais das entidades neles mencionadas, e é subordinado à observância dos seguintes requisitos:

a) não distribuírem qualquer parcela do seu patrimônio ou suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;

b) aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

c) manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 3º A imunidade prevista no inciso III, compreende somente os imóveis relacionados com as finalidades essenciais das entidades neles mencionadas.

Art. 94. É isenta do imposto, a transmissão:

I – a dissolução da sociedade conjugal, quando a partilha envolver um único imóvel e o mesmo couber a qualquer dos cônjuges ou filhos, destinado à moradia e guarda dos filhos;

II – a transmissão de bem imóvel, quando este voltar ao domínio do antigo proprietário por força de retrovenda, de retrocessão ou pacto de melhor comprador; ou quando for transmitido ao alienante anterior, em razão do desfazimento da alienação condicional ou com pacto comissório, pelo não-cumprimento de condição, pela falta de pagamento do preço, ou ainda por decisão judicial;

III – na usucapião;

IV – na extinção de condomínio, sobre o valor que não exceder ao da quota-parte de cada condômino;

V – na promessa de compra e venda;

VI – As transferências de imóveis realizadas através de cessões e contratos arquivados junto a colonizadora até a data de 31/12/2017. A partir dessa data, de todas as transferências passarão a incindir o ITBI;

VII – na transmissão ao alienante anterior, em razão do desfazimento da alienação condicional ou com pacto comissório, pelo não-cumprimento de condição, pela falta de pagamento do preço, ou ainda por decisão judicial;

VIII – as primeiras transmissões onerosas feitas pela União, pelo Estado ou pelo Município, suas autarquias, fundações ou empresas públicas e sociedade de economias mistas, para particulares, e que sejam decorrentes de regularização fundiária destinadas a população de baixa renda ou seja integrantes de processo de reforma agrária, assim definidos no Projeto ou reconhecidos pelo Executivo Municipal, mediante ato normativo;

IX – a primeira aquisição de bens imóveis, destinados a moradia, feitas a população carente ou de baixa renda, assim definidas e reconhecidas pelo Poder Executivo Municipal, quando houver intervenção nas etapas de financiamento ou de regularização urbana de instituições governamentais ou financeiras ligadas ao Sistema Financeiro de Habitação, em especial ao Programa Minha Casa Minha Vida e de Arrendamento Residencial, e programas similares;

X – aquisições feitas pela Caixa Econômica Federal e por outras instituições estatais, vinculada a algum dos Entes Federativos, assim reconhecido pelo Poder Executivo Municipal, que tenham por objetivo regularizar, revitalizar, urbanizar e transmitir imóveis a população de baixa renda;

XI – as transmissões onerosas de imóveis rurais em favor de beneficiários dos programas de reforma agrária realizadas por títulos definitivos emitidos pela UNIÃO ou pelo ESTADO DE MATO GROSSO.

Art. 95. As conclusão da transmissão de propriedade e de direitos nas hipóteses de imunidade, isenção e não incidência depende de prévio reconhecimento feito pelo município.

Seção III – Dos Contribuintes

Art. 96. São contribuintes do imposto:

I – os concessionários ou adquirentes dos bens ou direitos cedidos ou transmitidos;

II – na permuta, cada um dos permutantes;

III – os mandatários, nos mandatos em causa própria;

IV – o usufrutuário, em se tratando de instituição de usufruto, quando daí decorrer transmissão do bem usufruído;

V – os cedentes, nas cessões de direitos decorrentes de compromissos de compra e venda;

VI – os transmitentes, nas transmissões exclusivamente de direitos à aquisição de bens imóveis, quando o adquirente tiver como atividade preponderante a compra e venda desses bens ou direitos, a sua locação ou arrendamento mercantil; e

VII – os superficiários e os cedentes, nas instituições e nas cessões do direito de superfície;

VIII – A empesa regulamentadora das áreas urbanas da colonizadora do Município de Carlinda, nos casos de cessões e contratos particulares de transferência de imóveis arquivados, e contratos de compra e venda por ela recepcionados a partir de 31/12/2017, no caso de o adquirente não documentar sua transferência e pagar o ITBI correspondente.

Seção IV – Da Base de Cálculo e das Alíquotas

Art. 97. A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos, cujo valor poderá ser calculado segundo o Cadastro Fiscal Imobiliário, de conformidade com a Planta Genérica de valores, periodicamente atualizada pelo Município, ou ainda o valor pelo qual o bem ou direito seria ou esta sendo negociado à vista, em condições normais de mercado, considerado o de maior valor para ser a base de cálculo.

§1º Poderá o Município ter como base de cálculo do imposto para as transmissões de imóveis rurais o valor venal do imóvel rural declarado para fins de incidência do imposto de propriedade rural atualizado monetariamente, acrescido das benfeitorias existentes, conforme a DIAT/ITR do último exercício, ou o valor pelo qual o bem ou direito esta sendo transferido, conforme declarado pelos contratantes. Para efeitos de tributação, será considero o de maior valor para ser a base de cálculo. Os valores poderão ser definidos por decreto ou Lei Municipal igualmente a critério da administração.

§ 2º Não serão abatidas do valor-base, para o cálculo do imposto, quaisquer dívidas que onerem o imóvel transferido.

§ 3º Na arrematação ou leilão e na adjudicação de bens imóveis, a base de cálculo será o valor estabelecido pela avaliação judicial ou administrativa, o preço pago ou o valor venal atribuído pelo município, o que for maior.

§ 4º Não se inclui na estimativa fiscal do imóvel o valor da construção comprovadamente custeada pelo contribuinte, desde que comprovado tal fato a Fiscalização da Receita Municipal mediante documentação legal.

Art. 98. Nas cessões de direitos decorrentes de compromisso de compra e venda será deduzida, do valor tributável, à parte do preço ainda não paga pelo cedente.

Art. 99. As alíquotas do imposto são as seguintes:

I – transmissões compreendidas e financiadas por entidades vinculadas ao Sistema Financeiro da Habitação e ao Sistema Financeiro Imobiliário, integrantes de Programas de Arrendamento Residencial, de Habitação de Interesse Social – HIS, Programa Minha Casa, Minha Vida, e demais programas de Incentivo a Regularização Fundiária:

a) 0,5% (meio por cento) sobre a totalidade do valor contratado, observado o caput do artigo 96 desta Lei;

II – demais transmissões a título oneroso: 2% (dois por cento);

Art. 100. O valor da base de cálculo será reduzido:

I – na instituição de usufruto e uso, para 1/3 (um terço);

II – na transmissão de nua propriedade, para 2/3 (dois terços);

Seção V - Da Arrecadação do Imposto

Art. 101. Excetuadas as hipóteses expressamente previstas nos artigos seguintes, o imposto será arrecadado antes de concluído o ato que notarial, se for lavrado por instrumento publico, e até trinta (30) dias, a contar da celebração, se for instrumento particular, ou se for decorrente de arrematação, adjudicação ou remissão, e nas demais transmissões realizadas por termo judicial, a contar do trânsito em julgado da sentença ou da decisão final e sempre antes do registro junto ao Registro de Imóveis comitente.

Art. 102. O imposto será recolhido dentro da data estipulada na guia e documento de arrecadação estabelecida pela Secretaria de Finanças do Município.

Art. 103. O pagamento do imposto far-se-á junto à rede bancária credenciada.

§ 1º O imposto não pago no vencimento será atualizado monetariamente, de acordo com a variação de índices oficiais, da data em que é devido até a data em que for efetuado o pagamento.

Art. 104. O pagamento do ITBI regularmente feito não fica sujeito à revalidação quando da formalização da transmissão da propriedade ou dos direitos a ela relativos perante o Registro de Imóveis competente.

Art. 105. Nos casos de retrovenda de compra e venda com cláusula de melhor comprador, a volta dos bens ao domínio do alienante não importa em direito à restituição do imposto originalmente pago.

Art. 106. Nas promessas ou compromissos de compra e venda é facultado ao contribuinte efetuar o pagamento do imposto a qualquer tempo, antes da transmissão definitiva.

§ 1º Optando-se pela antecipação a que se refere este artigo, tomar-se-á por base o valor do imóvel na data em que for efetuada a antecipação, ficando o contribuinte exonerado do pagamento do imposto sobre o acréscimo do valor, verificado no momento da escritura definitiva.

§ 2º Verificada a redução do valor, não se restituirá à diferença do imposto correspondente.

Seção VI – Da Restituição do Imposto

Art. 107. O imposto só será restituído quando:

I – indevidamente recolhido ou for declarada a nulidade do ato ou negócio jurídico;

II – anulação de transmissão decretada pela autoridade judiciária em decisão definitiva; ou quando não se efetivar o ato ou contrato por força do qual foi pago;

III – rescisão de contrato e desfazimento da arrematação com fundamento no nas disposições contidas Código Civil;

Seção VII – Das Impugnações e dos Recursos

Art. 108. O contribuinte que não concordar com o valor venal fixado poderá apresentar impugnação dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único – A impugnação não terá efeito suspensivo.

Art. 109. Da decisão proferida da impugnação apresentada caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 110. Reduzido o valor venal proceder-se-á a restituição da diferença de eventual imposto pago em excesso.

Art. 111. As impugnações e recursos serão julgados pelos órgãos competentes da Secretaria Municipal de Fazenda, observados as normas pertinentes à matéria.

Seção VIII – Das Obrigações dos Notários, Registradores e Servidores da Justiça

Art. 112. Não serão lavrados, registrados, inscritos ou averbados pelos tabeliães, escrivães e oficiais de Registros de Imóveis, os atos e termos de seus cargos, sem a prova do pagamento dos impostos, respondendo subsidiariamente pelos atos praticados sem a fiscalização do recolhimento do imposto não arrecadado, devidamente atualizado.

Art. 113. Os notários, registradores e serventuários da justiça são obrigados a facultar aos encarregados da fiscalização do município, em cartório, o exame dos livros, autos e papéis que interessem à arrecadação do ITBI.

Art. 114. O município deverá formalizar convênio com os tabeliães e os oficiais de Registro de Imóveis que atuem no município, com o objeto de ser enviado regularmente à repartição fiscal do município, relação dos registros que importarem em transmissões, desmembramentos, unificações de bens imóveis ou de direitos reais a eles relativos.

Parágrafo único: a forma de remessa e os dados a serem fornecidos serão objeto de decreto regulamentador ou convênio a ser celebrado entre a Administração Pública e as Serventias Notariais e Registrais, sendo que de tal intercâmbio não poderá onerar a Administração Pública.

Art. 115. O Secretário de Administração Municipal Finanças comunicará à autoridade competente qualquer embaraço da ação fiscal criado pelo serventuário da Justiça.

TÍTULO IV – DAS TAXAS CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 116. As taxas têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia do Município, e a utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte, ou posto a sua disposição.

Parágrafo Único - As taxas a serem cobradas pelo Município são as seguintes:

I - de licença;

II - de fiscalização;

III - de serviços urbanos;

IV - de expediente e serviços diversos.

Art. 117. As taxas classificam-se:

I – pelo exercício regular do Poder de Polícia;

II – pela utilização de serviço público.

§1º Considera-se poder de polícia, a atividade da Administração Pública Municipal que, limitando ou disciplinando direitos, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente a segurança, à higiene, ao meio ambiente, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de autorização do poder público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, no território do Município.

§ 2º São taxas decorrentes do exercício regular do poder de polícia do Município:

I – Taxa de Licença para Localização de Estabelecimentos ou Atividades;

II – Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos ou Atividades;

III – Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial;

IV – Taxa de Licença para o Exercício do Comércio Eventual ou Ambulante;

V – Taxa de Licença para a Aprovação e Execução de Obras, Instalação e Urbanização de

Áreas Particulares;

VI – Taxa de Licença para Publicidade;

VII – Taxa e Licença para Ocupação de Solo nas Vias e Logradouros Públicos;

VIII – Taxa de Fiscalização de Transporte de Passageiro;

§ 3º São taxas decorrentes da utilização de serviços públicos:

I – Taxas de Serviços Urbanos:

a) Taxa de Coleta de Lixo e Limpeza Pública;

b) Taxa Condominial de Iluminação Urbana - TIU;

c) Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos;

II – Taxas de Expediente, cemitério e Serviços Diversos;

§ 4º Cabe à Administração Pública Municipal a regulamentação dos preços das taxas de expediente e serviços diversos referidas no inciso II do §3º deste artigo, com base em planilhas ou levantamento de custos.

Seção I – Da Taxa de Coleta de Lixo e Limpeza Pública

Subseção I – Hipótese de Incidência e Fato Gerador

Art. 118. Constitui fato gerador Taxa de Coleta de Lixo e Limpeza Pública, a utilização, efetiva ou potencial, dos seguintes serviços prestados ou posto à disposição, em vias ou logradouros como segue:

I – Coleta de resíduo sólido domiciliar, no limite estipulado no parágrafo único do presente artigo.

II – remoção de lixo comercial, industrial e hospitalar.

III – varrição, lavagem e capinação.

§ 1º Entende-se por serviço de coleta de lixo a remoção periódica de quaisquer resíduos sólidos, desde que devidamente acondicionado em recipientes de até 120 (cento e vinte) litros proveniente de atividades humanas e geradas em imóvel edificados.

§ 2º Compete, ainda, à Prefeitura Municipal:

I – a conservação da limpeza pública executada na área urbana do Município;

II – a raspagem e remoção de terra, areia e material carregado pelas águas pluviais para as vias e logradouros públicos pavimentados;

III – a capinação das calçadas e sarjetas e a remoção do produto resultante;

IV – a limpeza de áreas públicas em aberto;

V – a limpeza, a desobstrução de bocas-de-lobo e bueiros;

VI – a destinação final dos resíduos para aterros sanitários ou similares.

§ 3º O custo do serviço de coleta de lixo será rateado entre os contribuintes em função da participação no custo, conforme Zoneamento de Freqüência da Coleta de Lixo.

§ 4º A Planilha de Custos e o índice de participação no custo serão elaborados pelos órgão competentes da Prefeitura ou pela concessionária responsável pela coleta de lixo e limpeza urbana, devendo ser aprovada por lei.

§ 5º O Zoneamento de Freqüência da Coleta de Lixo deverá ser estipulado pela Administração Pública de acordo com levantamento do órgão responsável pela coleta de lixo em consonância com as informações do cadastro fiscal imobiliário da Fazenda Pública Municipal.

§ 6º Contribuinte da Taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de imóvel territorial, residencial, comercial, industrial ou de prestação de serviços, situado em via ou logradouro que seja atendido, pelo menos, pelo serviço de coleta de lixo.

§ 7º Para efeitos da incidência desta Taxa, considera-se "lixo" o conjunto heterogêneo de materiais sólidos residuais, provenientes das atividades humanas.

§ 8º Caso a Administração Municipal esteja impossibilitada de realizar a remoção prevista neste artigo, indicará, nesse caso, por escrito, o prazo, condição de transporte e o local do destino do material, cabendo ao interessado, todas as providências necessárias para a sua retirada.

§ 9º A Prefeitura Municipal poderá proceder à remoção de lixo realizado em horário especial por solicitação do interessado, mediante ao pagamento no ato da solicitação do Serviço prestado de coleta de lixo fixado por Decreto do Executivo, como preço e tarifas públicas, inclusive a remoção dos seguintes materiais:

I – restos de limpeza e de podação por volume acima de 100 (cem) litros;

II – animais mortos de pequeno, médio e grande porte;

III – móveis, utensílios, sobras de mudanças e outros similares, cujo volume exceda de 100 (cem) litros;

IV – resíduos originários de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, de volume superior o quantificado no § 1º, do artigo 118, desta Lei.

V – resíduos originários de mercados e feira;

VI – entulho, terra e sobra de material de construção, de volume superior a 100 (cem) litros;

VII – resíduos líquidos de qualquer natureza;

VIII – lotes de mercadorias, medicamentos, gêneros alimentícios e outros considerados deteriorados;

IX – resíduos e materiais radioativos;

X – resíduos e materiais não sépticos de clínicas, casas de saúde, hospitais e congêneres.

XI – sobra de construção, demolição e assemelhados;

XII – remoção de lixo, conforme § 1º do artigo 118, deste Código, quando realizado em horário especial;

XIII – resíduo resultante de eventos realizados em vias públicas;

XIV – demais serviços de coleta de lixo, não expressado neste artigo, e que por sua natureza e características assemelham-se, excluindo o quantificado no § 1º, do artigo 118, deste Código.

Subseção II – Do Sujeito Passivo

Art. 119. O sujeito passivo da Taxa é o contribuinte, o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel situado em local onde o Município mantém o referido serviço.

Parágrafo Único – Em relação aos incisos I à XII, do parágrafo 9º Artigo 118 desta Lei, o sujeito passivo da Taxa é o usuário do serviço, efetivo ou potencialmente, quando solicitado ou não.

Subseção III - Base de Cálculo e Alíquota

Art. 120. A base de cálculo da Taxa da Coleta de Lixo é o custo do serviço utilizado pelo contribuinte ou colocado a sua disposição e dimensionado da seguinte forma:

I – referente ao § 1º, do artigo 118 deste Código, pelo tipo de utilização do imóvel e por dependência edificada, multiplicado em quantidade de VRM (Valor de Referência Municipal de Carlinda), definida no Art. 437, deste Código, de acordo com a fórmula de cálculo, conforme abaixo:

TCL = TDE x QVRM

Onde:

TCL = Taxa de Coleta de Lixo;

TDE = Tipo de dependência Edificada;

QVRM = Quantidade de Valor de Referência Municipal de Carlinda;

TABELA DE COLETA DE LIXO	
Discriminação por tipo e dependência edificada	Quantidade em VRM ANUAL
a) Bairro ou Setor do Município: I – Bairro Bom Jesus II – Bairro Boa Esperança III – Bairro Boa Vista IV – Bairro Cristo Rei V – Bairro Parque das Flores V– Bairro Santa Terezinha V – Centro	0,63 0,63 1 1 1 1 1
b) Comércio: I – Micro até 100m² II – Pequeno porte de 101m² até 200m² III –Médio porte de 201m² até 300m² IV – Grande porte de 301m² acima	1 2 3 4
c) Serviço: I – Pequeno porte até 200m² II – Médio porte de 201m² até 300m² III- Grande porte de 301m² acima	1 2 3
d) Indústria: I – Pequeno porte até 200m² II – Médio porte de 201m² até 300m² III- Grande porte de 301m² acima	2 3 4
e) Agropecuária: I – Pequeno porte até 150m² II – Médio porte de 151m² até 250m² III – grande porte acima de 251m²	1 2 3
f) Supermercados: I – Até 120m² II – De 121m² até 400m² III – De 401 até 800m² IV – Acima de 801m²	2 4 6 10

§ 1º Quando no mesmo terreno houver mais de uma unidade autônoma edificada, será calculada a fração ideal, conforme determinação em regulamento.

Subseção IV – Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 121. A Taxa será lançada mensalmente ou anualmente, quando se trata do inciso I do artigo 120 e em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro fiscal imobiliário, poderá ser lançado em conjunto com os demais tributos e tarifa pública, sendo especificada por receita.

Art. 122. O lançamento da Taxa não implica em reconhecimento da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem imóvel.

Art. 123. A Taxa do § 1º, do Art. 120, será paga de uma vez ou parceladamente, a critério da Administração Pública Municipal, definindo em regulamento.

§ 1º A Taxa de Coleta de Lixo poderá ser recolhida separadamente ou no mesmo documento de arrecadação do IPTU, sendo especificado por receita.

§ 2º A Taxa de Coleta de Lixo será lançado em moeda vigente do país.

Art. 124. O contribuinte que optar pelo pagamento em cota única poderá será beneficiado com desconto de até 30% a ser definidos em regulamento a critério da administração mediante estudo de impacto orçamentário.

.

Subseção V – Das Isenções

Art. 125. A isenção da Taxa de Coleta de Lixo será permitida conforme especificação no § 1º do Art. 118 através de Lei específica a cargo da administração e sempre observando o que preceitua o artigo 14 da Lei Complementar 101/2000 – LF, no tocante a renúncia de receita.

Subseção VI – Infrações e Penalidades

Art. 126. As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

I – multa de importância igual a 1 (um) unidades da VRM (Valor de Referência Municipal de Carlinda) definida no Art. 437, neste Código, por cada infração de:

a) quando colocado lixo fora dos dias previsto para o recolhimento.

II – multa de importância igual a 3 (três) unidades da VRM (Valor de Referência Municipal) definida no Art. 431, neste Código, por cada infração de:

a) quando colocado qualquer tipo de lixo em vias e logradouros público, especificados nos incisos I à XII do Art. 118, sem autorização por escrito da Administração Municipal.

b) quando da reincidência, será aplicado multa de importância igual ao dobro, constante deste item.

Parágrafo Único – As disposições dos itens I e II, alíneas “a e b”, do presente artigo, serão aplicadas sem prejuízo de aplicação do disposto do incisos I alínea “a” e “b” do art. 357, deste Código.

Seção II – Das Taxas de Licença para Localização e Funcionamento; Licença Sanitária

Subseção I – Hipótese de Incidência e Fato Gerador

Art. 127. A hipótese de incidência das Taxas de Fiscalização de Licença de Localização e/ou Funcionamento/ Licença Sanitária é o prévio exame de fiscalização, dentro do território do Município.

Art. 128. As Taxas têm como fato gerador o Poder de Policia do Município devido pela atividade de fiscalização do cumprimento da legislação disciplinadora do uso, ocupação do solo urbano, da higiene, saúde, segurança, ordem ou tranqüilidade pública, à propriedade, aos direitos individuais e coletivos, a que se submete qualquer pessoa física ou jurídica, que pretender estabelecer quaisquer atividades no território do Município, ainda que em recinto ocupado por outro estabelecimento, atendendo as exigências especificas sobre a atividade.

§ 1º Nenhuma das pessoas físicas ou jurídicas citadas no caput deste artigo poderá instalar- se ou iniciar suas atividades no Município sem prévia licença de localização e de funcionamento outorgada pela Fazenda Municipal e sem que hajam seus responsáveis efetuados o pagamento da taxa devida.

§ 2º As atividades cujo exercício depende de autorização de competência exclusiva da União ou do Estado, estão também sujeitas à taxa a que se refere este artigo.

§ 3º A licença para localização e funcionamento, independentemente da atividade a ser exercida, será concedida mediante o pagamento das taxas; a localização do estabelecimento estejam adequadas à espécie de atividade a ser exercida e sob a condição do Código de Postura e demais leis que compõem a política urbanística do Município, condicionada a vistoria da vigilância sanitária e, caso haja no município, do Corpo de Bombeiros.

§ 4º Quando do primeiro licenciamento, serão cobradas distintamente a taxa de licença para localização e a taxa de licença para funcionamento. Nos exercícios seguintes, será cobrada apenas a taxa de licença para funcionamento.

§ 5º Haverá incidência de nova taxa de licença para localização no mesmo exercício e será concedida, se for o caso, a respectiva licença sempre que ocorrer mudança de ramo de atividade, modificação nas características do estabelecimento ou transferência de local.

§ 6º A licença será concedida sob a forma de alvará, que deverá ser exibido a fiscalização quando solicitado.

§ 7º O alvará de licença deverá ser mantido em lugar visível, o não cumprimento sujeitará as penalidades cabíveis do presente Código.

§ 8º As taxas de licença para localização e/ou funcionamento são devidas pelos depósitos fechados destinados à guarda de mercadorias.

§ 9º - A ausência de pagamento das taxas referentes a exercícios anteriores é fator impeditivo para concessão do alvará de localização e/ou alvará de funcionamento”. – (**Incluído pela Lei nº 1.185/2019.)**

Art. 129. A Taxa de Licença para Funcionamento/ Licença Sanitária, tem como fato gerador o exercício do poder de polícia do Município, consubstanciado na vigilância constante e potencial aos estabelecimentos licenciados para efeito de verificar, quando necessário, ou por constatação fiscal de rotina a manutenção do cumprimento da legislação disciplinadora do uso e ocupação do solo, da higiene, saúde, segurança ou tranqüilidade pública, à propriedade, aos direitos individuais e coletivos, a que se submete.

§ 1º Sujeito passivo da Taxa de Licença para Funcionamento são todas as pessoas físicas ou jurídicas devidamente inscritas no Cadastro Mobiliário.

Subseção II – Do Sujeito Passivo

Art. 130. O Sujeito Passivo das Taxas de Licença para Localização e/ou Funcionamento de Estabelecimento/ Licença Sanitária ou Atividades são todas as pessoas físicas ou jurídicas que der causa ao exercício de atividade ou à prática de atos sujeitos ao poder de polícia do Município, nos termos do artigo 128 e 129 deste Código.

§ 1º Incluem-se dentre as atividades sujeitas a esta taxa as de comércio, indústria, agropecuária, de prestação de serviços de qualquer natureza, ainda, as exercidas por entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, religiosas ou decorrente de profissão, arte e ofício e demais atividades não especificadas.

Subseção III - Base de Cálculo e Alíquota

Art. 131. A base de cálculo das Taxas será em função do custo da atividade de fiscalização prestada pela Administração Municipal, no seu exercício regular do Poder de Policia e será lançado levando em conta as atividades constante na classificação Nacional de Atividades Econômicas Fiscais (CNAE) e de acordo com a tabela II, anexo a este Código e será lançado da seguinte forma:

I – 02 (dois) VRMs mínima para a Taxa de Licença para Localização independentemente da atividade, espaço ou porte econômico.

II – Para a Taxa de Licença para Funcionamento o valor resultará da soma dos perímetros das áreas edificadas ou não, utilizados para o exercício da atividade econômica multiplicada pela alíquota em VRM de acordo com a categoria de atividades constantes da tabela II em anexo. Segue abaixo a demonstração do cálculo:

TLF = FVRM x AL

Onde:

TLF = Taxa de Licença para Funcionamento

FVRM = Fração de Valor de Referência Municipal de Carlinda

AL = Alíquota em VRM

§ 1º Relativamente as taxas de licença para localização e/ou funcionamento, no caso de atividades diversas exercidas no mesmo local, sem delimitação física de espaço ocupados pelas mesmas e explorados pelo mesmo contribuinte, serão calculadas e devidas sobre a atividade que estiver sujeita ao maior ônus, para cada uma das demais atividades.

§ 2º As categorias relacionadas na Tabela II constante dos anexos, são relacionadas de acordo com os grupos de atividades da CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) e determinam o critério de diferenciação de alíquotas entre as atividades econômicas do município. Algumas categorias se desdobram em níveis de atividades para ampliar a diferenciação.

§ 3º A Fazenda Pública a seu critério, poderá disponibilizar em seu cadastro de atividades, a relação de todas as atividades constante da CNAE independentemente das diferenciações de alíquotas, para facilitar a identificação e proporcionar agilidade quando do cadastro dos contribuintes.

Subseção IV – Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 132. As taxas serão lançadas da seguinte forma:

I – No ato da inscrição ou alteração do contribuinte junto ao cadastro fiscal de atividade da Fazenda Pública Municipal, para as Taxas de Licença para Localização e Funcionamento, no caso de novos estabelecimentos ou alterações previstas no parágrafo 5º do artigo 128;

II – Anualmente em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro fiscal de atividades, para a Taxa de Licença para Funcionamento dos estabelecimentos já existentes.

§ 1º A Taxa de Licença para Funcionamento, quando da inscrição no Cadastro Mobiliário, será calculada na razão de 1/12 avos, proporcional à data da inscrição, por mês ou fração de mês.

§ 2º A licença não poderá ser concedida por período superior a um ano e somente ao mesmo exercício financeiro.

Art. 133. Os pedidos de licença para abertura de estabelecimentos de indústria, comércio, agropecuário e de prestação de serviço de qualquer natureza, serão acompanhados da competente ficha de inscrição do cadastro fiscal de atividade da Prefeitura Municipal, pela forma e dentro dos prazos estabelecidos em regulamento.

§1o. Antes da inscricao municipal, os interessados poderão efetuar consulta previa, atraves de requerimento enviado pela rede mundial de computadores ou via protocolado junto a Prefeitura Municipal onde devera constar:

I - o endereco completo de seu interesse;

II - a atividade desejada e os codigos de atividades econômicas previstos na Classificacao de Atividades Economicas (CNAE), coforme tabela.

§2o. As pesquisas previas a elaboracao de ato constitutivo ou de sua alteracao deverao bastar a que o usuario seja informado:

I - da descricao oficial do endereco de seu interesse e da possibilidade de exercicio da atividade desejada no local escolhido;

II - de todos os requisitos a serem cumpridos para obtencao da licenca de funcionamento, segundo a atividade pretendida, o porte, o grau de risco e a localizacao.

§3o. Para a concessao da inscricao os contribuintes deverão requerer, atraves de formulario proprio ou por meio eletronico, fornecer ao Setor de Cadastro Tecnico:

I - quando pessoas fisicas, autonomos e profissionais liberais:

a) requerimento;

b) copia do RG e do CPF;

c) copia do diploma e do Registro no Conselho ou outro documento da entidade regulamentadora da profissao;

d) copia do Contrato de Locacao, assinados e rubricados em todas as vias, ou de Compra e Venda e/ou Escritura;

II - quando pessoas juridicas:

a) requerimento em 02 (duas) vias, com a identificacao do escritorio ou profissional de contabilidade;

b) copia do Contrato Social e alteracões contratuais;

c) atas, devidamente registradas nos orgaos competentes;

d) copia do CNPJ e/ou da Inscricao Estadual;

e) copia do enquadramento de ME ou EPP;

f) copia de Contrato de Locacao, devidamente assinados e rubricados em todas as vias, ou de Compra e venda e/ou Escritura;

g) copia do RG e do CPF dos socios;

h) copia de laudos suplementares, conforme necessidade;

III – quando tratar-se de Empreendedores Individuais, nos termos da legislacao federal, deverao entregar os documentos elencados no inciso anterior.

§4o. Para todo e qualquer estabelecimento havera uma inscrição distinta.

§5o. Nao havera casos de transferencia de quaisquer tipos de inscricao municipal dentro do Cadastro Fiscal Mobiliario - CFM, procedendo-se a baixa, a paralisacao, a suspensao ou alteracao de endereco da inscricao anterior e a posterior abertura de nova inscricao.

Parágrafo Único – Poderá ser cassada a licença, a qualquer tempo, desde que passem a inexistir quaisquer das condições que legitimaram a sua concessão.

Art. 134. A taxa deverá ser paga em cota única e o contribuinte poderá ser beneficiado com desconto de até 30% a ser definidos em regulamento a critério da administração mediante estudo de impacto orçamentário.

Art. 135. O prazo para o devido recolhimento da Taxa será definido em regulamento.

Subseção V – Das Isenções

Art. 136. São isentos de pagamento de Taxas de Licença:

I – os vendedores de artigos de artesanato doméstico e arte popular, de sua fabricação, sem auxílio de empregados;

II – as associações de classe, templo de qualquer culto;;

III – as instituições de educação e assistência social beneficiarão quando se trata de sociedades civis legalmente constituídas e sem fins lucrativos, sendo vedada qualquer forma de isenção tributária, ou fiscal para as atividades de ensino privado;

IV – as atividades individuais de rendimento pequeno, destinado, exclusivamente, ao sustento de quem as exerce ou de seu familiar, desde que, não ultrapassem a 2 (dois) salários mínimos vigente na região aonde é exercida a atividade.

V – as atividades exercidas por Órgão da União, Estado, Distrito Federal e dos Municípios, sem fins lucrativos.

VI – O Micro Empreendedor Individual – (MEI) conforme Lei Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 2014

Art. 137. As isenções previstas no artigo anterior estarão condicionadas à renovação anual e serão reconhecidas pelo Ato do Executivo Municipal, sempre a requerimento do interessado.

Art. 138. Verificada, a qualquer tempo, a inobservância das formalidades exigidas para concessão ou o desaparecimento das condições que a motivaram, será a isenção obrigatoriamente cancelada.

Subseção VI - Infrações e Penalidades

Art. 139. As infrações serão punidas com as seguintes penalidades;

I – multa de 30% (trinta por cento) do valor da Taxa, pelo exercício de qualquer atividade sujeita à Taxa sem a respectiva licença;

II – multa de 20% (vinte por cento) do valor da Taxa, por não deixar o alvará em local visível dentro do estabelecimento para averiguação da fiscalização.

III – multa de 50% (cinqüenta por cento) do valor da Taxa no caso da não Comunicação ao fisco, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da ocorrência do evento, da alteração da razão social, do ramo de atividade e das alterações físicas sofridas pelo estabelecimento;

III – suspensão da licença, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos casos de reincidência;

IV – cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão; quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

Parágrafo Único – As disposições dos incisos I à III, serão aplicadas sem prejuízo da aplicação do disposto dos incisos I e II alínea “a” e “b” do art. 357, deste Código.

Seção III – Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial

Subseção I – Da Hipótese de Incidência e do Fato Gerador

Art. 140. Poderá ser concedida a Licença para Funcionamento de determinados estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, fora do horário normal de abertura e fechamento, mediante o pagamento da taxa conforme TABELA III anexa a esta lei.

§ 1º Para efeito desta lei, considera-se horário normal de abertura e fechamento:

a) De segunda à sábado das 07h (sete horas) horas até às 18h00min (dezoito) horas;

§ 2º O horário normal de abertura e fechamento em datas comemorativas especiais será determinado por Decreto do Executivo Municipal.

Art. 141. O comprovante de pagamento da Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial, deverá ser fixado, obrigatoriamente, junto ao Alvará de Localização, sob pena de sanções previstas nesta Lei.

§ 1º O fato gerador é o quantificado no art. 128 e seus parágrafos, e poderá ser concedida licença para funcionamento de determinados estabelecimento comerciais, industriais e de prestações de serviço fora do horário normal de abertura e fechamento, mediante o pagamento de uma taxa de licença especial.

§ 2º Para efeito desta Taxa, o horário normal de abertura e fechamento inclusive em datas comemorativas, será determinado por Decreto do Executivo Municipal.

§ 3º Não será admitido o parcelamento da Taxa de Licença Especial

Subseção II – Do Sujeito Passivo

Art. 142. O sujeito passivo da taxa são todas as pessoas físicas ou jurídicas que de causa ao exercício de atividades ou à pratica de atos sujeitos do poder de policia do Município, nos termos do artigo 128 e 129 deste Código.

Subseção III – Da Base de Cálculo e da Alíquota

Art. 143. A base de cálculo da taxa é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo Município, no exercício regular de seu poder de policia e da seguinte forma:

I – mediante a aplicação em quantidade do VRM (Valor de Referência Municipal de Carlinda), definida no art. 437, deste Código, por dia, mês ou ano, de acordo com a Tabela/Anexo-III, em anexo.

a) fórmula do cálculo da taxa:

TFLFHE = PL x QVRM x VRM

Onde:

TFLFHE = Taxa de Fiscalização para Licença e Funcionamento em Horário Especial;

PL = Período da Licença

QVRM = Quantidade de Unidade Fiscal;

VRM = Valor de Referência Municipal.

Subseção IV - Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 144. A taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, contatado no local e ou existentes no cadastro fiscal de atividades

Art. 145. É obrigatória a fixação, junto do alvará de localização em local visível e acessível à fiscalização do comprovante de pagamento da taxa de licença para funcionamento em horário especial que conste claramente esse horário sob pena das sanções prevista neste Código.

Art. 146. A arrecadação da Taxa é feita quando da sua concessão.

Art. 147. Não será admitido o parcelamento da Taxa de Licença Especial

Art. 148. A licença para funcionamento em horário especial será lançado em moeda vigente do pais.

Subseção V – Das Infrações e das Penalidades

Art. 149. As infrações terão as seguintes penalidades:

I – multa de 50% (cinquenta por cento) do valor da Taxa, pelo exercício de qualquer atividade sujeita à Taxa sem a respectiva licença;

II – suspensão da licença, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos casos de reincidência;

III – cassação da licença, a qualquer tempo, quando de existir as condições exigidas para a sua concessão; quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

Parágrafo Único – As disposições dos incisos I à III, serão aplicadas sem prejuízo do disposto dos incisos I e II alínea “a” “b” do art. 357, deste Código.

Seção IV – Taxa de Fiscalização para Licença de Veiculação de Publicidade em Geral

Subseção I - Da Hipótese de Incidência e do Fato Gerador

Art. 150. A hipótese de incidência da Taxa será o prévio exame de fiscalização, dentro do território do Município.

Art. 151. O fato gerador é a exploração ou utilização de meios de publicidade nas vias e logradouros públicos do Município, bem como nos lugares de acesso ao público, fica sujeita à prévia licença pela Administração Municipal e ao pagamento devido.

§ 1º Inclui-se na obrigatoriedade do “caput” deste artigo:

I – os cartazes, letreiros, programas, quadros, painéis, placas, anúncios e mostruários, fixos ou volantes, luminosos ou não, afixados, distribuídos, pintados em paredes, muros, veículos ou calçadas;

II – publicidade escrita e sonora, por qualquer meio;

III – publicidade colocada em terrenos;

Art. 152. Respondem pela observância das disposições desta seção todas as pessoas físicas ou jurídicas, às quais direta ou indiretamente a publicidade venha beneficiar, uma vez que tenham autorizado.

Subseção II – Do Sujeito Passivo

Art. 153. O sujeito passivo pelo pagamento da taxa é a pessoa física ou jurídica, as quais direta ou indiretamente a publicidade venha beneficiar.

Parágrafo Único – Responderá solidariamente com o sujeito passivo a pessoa física ou jurídica, proprietária de veículo de divulgação que utilizar publicidade e propaganda sem a devida autorização do órgão competente da Prefeitura, como também o proprietário ou possuidor a qualquer título de imóvel, onde for aplicado ou fixado o veículo de divulgação.

Subseção III – Da Base de Cálculo e da Alíquota

Art. 154. A base de cálculo da Taxa é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo Município no exercício regular de seu poder de policia municipal dentro de seu território e da seguinte forma:

I – mediante aplicação em quantidade do VRM (Valor de Referência Municipal de Carlinda) definida no art. 437, deste Código, por dia, mês ou ano e de acordo com a Tabela/Anexo-IV, em anexo:

a) Formula de cálculo da Taxa:

TFLVPG = P x QVRM x VRM

Onde:

TFLVPG = Taxa de Fiscalização para Licença de Veiculação de Publicidade em Geral;

P = Período (dia, mês ou ano);

QVRM = Quantidade de Unidade Fiscal;

VRM = Valor de Referência Municipal de Carlinda.

Art. 155. Fica sujeito em dobro, a Taxa para anúncios de qualquer natureza referente a bebidas alcoólicas e fumo, bem como os redigidos em Linguagem Estrangeira.

Subseção IV – Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 156. A Taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constado no local e/ou existentes no cadastro fiscal socioeconômico.

Art. 157. O pedido de licença será instruído com a descrição da posição, da situação das cores, dos dizeres, das alegorias e de outras características do meio de publicidade, de acordo com as instruções e regulamentos respectivos.

Parágrafo Único – Quando o local em que se pretender fixar o anúncio não for de propriedade do requerente, deverá este juntar ao requerimento a autorização do proprietário.

Art. 158. Ficam os anunciantes obrigados a colocar nos painéis sujeitos à Taxa, um número de identificação fornecido pela repartição competente.

Parágrafo Único – A transferência do veículo de divulgação para o local não autorizado pelo licenciamento ou alteração de suas características, deverá ser procedida de nova licença e numeração.

Art. 159. A publicidade e propaganda escritas em português devem estar absolutamente corretas, a não ser que sua incorreção seja proposital, em função de festejos juninos, ou outras festas típicas, peças teatrais e outros em que se justifique o linguajar errôneo, ficando, entretanto sujeitos à revisão pela repartição e autoridades competente.

Art. 160. A arrecadação da Taxa será feita quando de sua concessão.

Art. 161. Não será admitido o parcelamento da Taxa de Veiculação e publicidade em geral.

Art. 162. A licença para funcionamento em horário especial será lançada em moeda vigente do país.

Subseção V – Das Isenções

Art. 163. São isentos os dizeres indicativos relativos à:

I – os cartazes ou letreiros destinados a fins patrióticos, religiosos, eleitorais;

II – hospital, casas de saúde e congêneres, colégio, sítios, chácaras e fazendas, firmas, engenheiros, advogados, arquitetos ou profissionais responsáveis pelo projeto e execução de obras, quando nos locais destas.

III – os dísticos ou nome de fantasia de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviço de qualquer natureza apostos nas paredes e vitrinas internas.

Subseção VI – Das Infrações e das Penalidades

Art. 164. As infrações terão as seguintes penalidades:

I – multa de 50% (cinquenta por cento) do valor da Taxa pelo exercício de quaisquer atividades sujeitas à Taxa sem a respectiva licença;

II – cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão; quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

Parágrafo Único – As disposições do inciso I serão aplicadas sem prejuízo da aplicação do disposto dos incisos I e II alínea “a” e “b” do art. 357, deste Código.

Seção V – Taxa de Fiscalização para Licença de Comércio Eventual e/ou Ambulante

Subseção I – Da Hipótese de Incidência e do Fato Gerador

Art. 165. A hipótese de incidência da Taxa é o prévio exame de fiscalização, dentro do território do Município.

Art. 166. O fato gerador é a exploração do comércio eventual, ou o que é exercido em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião de festejos ou comemorações, em locais autorizados pela Prefeitura Municipal.

§ 1º É considerado comércio eventual o que é exercido individualmente sem estabelecimento, ou com instalação removíveis colocados nas vias ou logradouros públicos, autorizados pela Prefeitura Municipal, como balcões, barracos, mesas tabuleiros e semelhantes, bem como o exercício em veículos estacionados em locais permitidos ou em circulação nas vias e logradouros públicos.

§ 2º Incluem-se também os comerciantes com estabelecimentos fixo que, por ocasião de festejos, comemoração ou similares, explorem o comércio eventual.

Subseção II – Do Sujeito Passivo

Art. 167. O sujeito passivo é o contribuinte, a pessoa física ou jurídica que exercer quaisquer atividades nas condições previstas no artigo anterior.

Subseção III - Da Base de Cálculo e da Alíquota

Art. 168. A base de cálculo da Taxa é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo Município, no exercício regular de seu poder de polícia, dentro de seu território e da seguinte forma:

I – mediante aplicação em quantidade da VRM (Valor de Referência Municipal de Carlinda), quantificado no art. 421, a, deste Código, por dia, mês ou ano, de acordo com a Tabela/Anexo-V, em anexo.

a) Formula de cálculo da Taxa:

TFLCEA = P x QVRM x VRM

Onde:

TFLCEA = Taxa de Fiscalização para Licença de Comercio Eventual e/ou Ambulante;

P = Período (dia, mês ou ano);

QVRM = Quantidade de Unidade Fiscal;

VRM = Valor de Referência Municipal.

Parágrafo Único – No caso de atividades múltiplas no mesmo espaço físico, e exercido pela mesma pessoa, a taxa será calculada, levando-se em consideração a atividade sujeita o maior ônus fiscal e acrescida de 10% (dez por cento) por cada atividade exercida a mais.

Subseção IV – Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 169. A Taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constados no local e/ou existentes no cadastro fiscal de atividades.

§ 1º Respondem pela taxa as mercadorias encontradas em poder dos vendedores, mesmo que pertençam a contribuintes que haja pagado a respectiva taxa.

§ 2º O local para prática do comércio ambulante será definido por ato do Executivo Municipal.

§ 3º A Taxa será arrecadada quando feita a sua concessão.

§ 4º - O pagamento da Taxa, não dispensa a cobrança de taxa de ocupação de solo.

Art. 170. Serão definidas em regulamento as atividades que possam ser exercidas em vias ou logradouros públicos determinado pela Prefeitura Municipal.

Art. 171. É obrigatória a inscrição na repartição competente dos comerciantes eventuais ou ambulantes, mediante preenchimento de ficha de Cadastro de Atividades Econômico-Social, conforme dispuser em regulamento.

§ 1º A inscrição será permanentemente atualizada por iniciativa do comerciante eventual ou ambulante, sempre que houver qualquer modificação na característica inicial da atividade por ele exercida.

Art. 172. Ao comerciante ambulante ou eventual que satisfazer as exigências do regulamento, será concedido Alvará habilitando-o, contendo as características essenciais de sua inscrição e as condições de incidência da taxa destinada a basear a cobrança desta.

Subseção V – Das Isenções

Art. 173. É isentos de Taxa de Licença, o comércio eventual ou ambulante, que enquadrarem nas seguintes condições:

I – os cegos, os mutilados e os portadores de outra deficiência física que impossibilitem para o exercício de atividades normais e exerçam comércio ambulante ou eventual;

II – os vendedores ambulantes de livros, jornais e revistas;

III – os engraxates ambulantes aqueles que não possuírem bancas com mais de uma cadeira;

IV – entidades de educação e assistência social que goze de imunidade ou isenção quando exercerem o comércio eventual ou ambulante com o objetivo de obter recursos para aplicação em seus fins;

V – o pequeno sitiante, que da venda de seu produto seja exclusivo para atendimento da sua necessidade básica e que não ultrapasse a 2 (dois) salários mínimos por mês.

VI – os pequenos vendedores de doces, frutas e outros comestíveis, que exercerem por conta própria e que não ultrapasse a 2 (dois) salários mínimos por mês.

VII – qualquer outra pessoa física que da sua produção e comercialização própria não ultrapasse a 2 (dois) salários mínimos por mês.

Parágrafo Único – As isenções de que trata o presente artigo, deverão ser requeridas à Secretaria Municipal de Finanças e instruídas com os documentos comprobatórios para cada caso, conforme disposições regulamentares.

Subseção VI – Das Infrações e das Penalidades

Art. 174. As infrações terão as seguintes penalidades:

I – multa de 50% (cinqüenta por cento) do valor da Taxa, quando estacionar em vias e logradouros públicos, fora dos locais previamente determinados pela Prefeitura Municipal.

II – multa de 70% (setenta por cento) do valor da Taxa, quando impedir ou dificultar o trânsito nas vias e logradouros públicos.

III – multa de 50% (cinqüenta por cento) do valor da Taxa, pelo exercício de qualquer atividade sujeita à Taxa sem a respectiva licença;

IV – suspensão da licença, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos casos de reincidência;

V – cassação da licença a qualquer tempo, quando de existir as condições exigidas para a sua concessão; quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

VI – o vendedor ambulante não licenciado para o exercício ou período em que esteja exercendo a atividade ficará sujeito a apreensão da mercadoria encontrada em seu poder.

Parágrafo Único – As disposições deste artigo serão aplicadas sem prejuízo da aplicação do disposto dos incisos I e II alíneas “a” e “b” do art. 357, deste Código.

Seção VI – Da Taxa de Fiscalização para Licença de Aprovação e Execução de Obras, Instalações, Arruamento e/ou Loteamento de Áreas Particulares.

Subseção I – Da Hipótese de Incidência e do Fato Gerador

Art. 175. A incidência da Taxa é o prévio exame de fiscalização, dentro do território do Município.

Art. 176. A taxa de licença para aprovação e execução de obras, instalações, arruamentos e/ou loteamento particulares, tem como fato gerador o poder de policia Municipal, é devida em todos os casos de construção, reconstrução, reforma, demolição, bem como nas instalações elétricas e mecânicas, abertura de rua ou aprovação de loteamento ou qualquer obra.

Art. 177. Nenhuma atividade, conforme artigo anterior poderá ser iniciado sem prévio pedido de licença à Prefeitura Municipal e pagamento da taxa devida, e não havendo disposição contrária em legislação especifica:

I – a licença será cancelada se a sua execução não for iniciada dentro do prazo concedido no alvará;

II – a licença poderá ser prorrogada, a requerimento do contribuinte, se insuficiente, para a execução do projeto, o prazo concedido no alvará.

Parágrafo Único – A análise do pedido assim instruído será feito pela Secretaria de Viação e Obras Públicas, obedecidas às disposições da Lei especifica, devendo a licença ser concedida ou indeferida por despacho fundamentado do engenheiro civil.

Subseção II – Do Sujeito Passivo

Art. 178. O sujeito passivo é o contribuinte da Taxa, o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem imóvel.

Subseção III – Da Base de Cálculo e da Alíquota

Art. 179. A base de cálculo da Taxa é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo Município, no exercício regular de seu poder de polícia municipal, dentro de seu território e da seguinte forma:

I – mediante aplicação em quantidade do VRM (Valor de Referência Municipal de Carlinda) especificada no art. 437, deste Código, por tipos: pequeno, médio e grande, de acordo com a Tabela/Anexo - VI, em anexo.

a) Formula de cálculo da Taxa:

TFLAEOIAL = TS x QVRM x VRM

Onde:

TFLAEOIAL = Taxa de Fiscalização para Licença de Aprovação e Execução de Obras, Instalações, Arruamento e/ou Loteamento:

TS = Tipo de Serviço e por porte;

QVRM = Quantidade de Unidade Fiscal;

VRM = Valor de Referência Municipal de Carlinda.

Subseção IV – Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 180. A Taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constatados no local e/ou existente no cadastro.

Art. 181. A Taxa será lançada em relação a cada licença requerida e/ou concedida.

Art. 182. A licença só será concedida mediante prévia aprovação das plantas e projetos de obras, na forma da legislação urbanística em vigor.

Art. 183. A licença terá período de validade fixado de acordo com a natureza, extensão e complexidade da obra.

Parágrafo Único – Terminando o prazo estabelecido no alvará, sem estar concluída a obra, o contribuinte é obrigado a renová-lo, mediante o pagamento de 50% (cinqüenta por cento) de seu valor original.

Art. 184. A arrecadação da Taxa será feita quando da sua concessão.

Subseção V – Das Isenções

Art. 185. São isentos do recolhimento da taxa de licença para execução de obras particulares:

I – A limpeza ou pintura externa ou interna de prédios, muros ou grades;

II – A construção de passeios, quando do tipo aprovado pela Prefeitura Municipal;

III – A construção de barracões destinados à guarda de materiais para obras já devida licenciadas;

IV – A construção de muros, quando do tipo aprovado pela Prefeitura Municipal;

V – Construção residencial de Projeto Popular licenciado pela Prefeitura Municipal.

Subseção VI – Das Infrações e das Penalidades

Art. 186. As infrações terão as seguintes penalidades:

I – multa de 10% (dez por cento) do valor da Taxa, quando iniciar a construção sem autorização previamente determinada pela Prefeitura Municipal.

II – multa de 20% (vinte por cento) do valor da Taxa, quando alterar o projeto sem autorização previamente determinada pela Prefeitura Municipal;

III – multa de 50% (cinquenta por cento) do valor da Taxa, quando impedir ou dificultar o trânsito nas vias e logradouros públicos com o depósito do material para construção;

IV – multa de 100% (cem por cento) sobre a multa no caso de reincidência, para cada caso especifico, nos incisos anteriores;

V – cassação da licença a qualquer tempo, quando de existir as condições exigidas para a sua concessão; quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

Parágrafo Único – As disposições deste artigo, serão aplicados sem prejuízo da aplicação do disposto dos incisos I e II alíneas “a” e “b” do art. 357, deste Código.

Seção VII – Da Taxa de Fiscalização para Licença de Ocupação do Solo nas Vias e Logradouros Públicos

Subseção I – Da Hipótese Incidência e do Fato Gerador

Art. 187. A hipótese de incidência da Taxa é o prévio exame e fiscalização para exercer a atividade dentro do território do Município. Fica a critério da administração a liberação das área públicas a serem ocupadas e através de comissão a ser definida por ato administrativo a fixação de valores a serem cobrados.

Art. 188. Entende como fato gerador por ocupação do solo e dos logradouros públicos Municipal aquela feita mediante instalação provisória de: balcão, barraca, mesa, tabuleiro, quiosque, aparelho, veículo utilizado para comércio ou escritório e qualquer outro móvel ou utensílio, depósitos de materiais, para fins comerciais ou de prestação de serviços, estacionamento privativo de veículos, estruturas para fixação de placas e congêneres, postes de distribuição de energia elétrica e congêneres, medidores de consumo de água e energia elétrica, armários de distribuição de redes telefônicas ou similares, e quaisquer outras ocupações, em locais permitidos.

Art. 189. Sem prejuízo do tributo e multas devidos, a Prefeitura apreenderá e removerá para os seus depósitos qualquer objeto ou mercadoria deixados em locais não permitidos ou colocados em vias e logradouros públicos sem o pagamento da taxa de que trata esta Subseção, na forma do que estabelece o artigo 283 deste Código

Art. 190. O local para ocupação do solo, será determinado em regulamento expedido pelo Poder Executivo Municipal, como também será regulamentadas as atividades que poderá fazer a ocupação do solo.

Subseção II – Do Sujeito Passivo

Art. 191. O sujeito passivo é o contribuinte da Taxa, a pessoa física ou jurídica, que se enquadrar em quaisquer das condições prevista no seu artigo 188.

Subseção III – Da Base de Cálculo e da Alíquota

Art. 192. A base de cálculo da Taxa é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo Município, no exercício regular do poder de policia, dentro do seu território e da seguinte forma:

I – mediante aplicação em quantidade do VRM (Valor de Referência Municipal de Carlinda) especificada no art. 437 deste Código, por dia, mês ou ano, de acordo com

a Tabela/Anexo-VII, em anexo, conforme Artigo 187 .

a) Formula de cálculo da Taxa:

TFLOSVLP = P x QVRM x VRM

Onde:

TFLOSVP = Taxa de Fiscalização para Licença de Ocupação de Solo nas Vias e Logradouros Públicos:

P = Período (dia, mês ou ano);

QVRM = Quantidade de Unidade Fiscal;

VRM = Valor de Referência Municipal de Carlinda.

Parágrafo Único – Para os veículos emplacados em outras cidades, a Taxa será devido em dobro.

Subseção IV – Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 193. O lançamento da Taxa será com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constatados no local e/ou existente no cadastro fiscal socioeconômico.

Art. 194. A pessoa física ou jurídica não licenciada para o exercício ou período em que esteja exercendo a atividade, sem prejuízo do tributo e multas devidas. O Órgão competente da administração municipal apreenderá e removerá para os seus depósitos qualquer objeto ou mercadoria deixada em locais não permitidos ou colocados em vias e logradouros públicos.

Art. 195. A arrecadação da Taxa será feita quando da sua concessão.

Art. 196. Quando da atividade for permanente.

Subseção V – Das Isenções

Art. 197. São isentos de Taxa de Licença, as pessoas físicas ou jurídicas que enquadrarem em um dos incisos do Artigo 173.

Parágrafo Único – As isenções de que trata o presente artigo, deverão ser requeridas à Fazenda Municipal e instruídas com os documentos comprobatórios para cada caso, conforme disposições regulamentares.

Subseção VI – Das Infrações e das Penalidades

Art. 198. As infrações terão as penalidades de conformidade a cada caso especifico, quantificado nos incisos e parágrafo único do artigo 174:

Seção VIII – Da Taxa de Fiscalização para Licença de Abate de Animais

Subseção I – Da Hipótese de Incidência e do Fato Gerador

Art. 199. A hipótese de incidência da Taxa é o prévio exame de fiscalização dentro do território do Município.

Art. 200. O fato gerador é o abate de animais de qualquer espécie e previsto em legislação especifica, destinado ao consumo público, fica sujeita à prévia licença pela Administração Municipal e ao pagamento devido por unidade abatida, procedida da inspeção sanitária feita nas condições previstas nas Posturas Municipais.

Subseção II – Do Sujeito Passivo

Art. 201. O sujeito passivo é o contribuinte da Taxa, a pessoa física ou jurídica que se requerer o serviço.

Subseção III – Da Base de Cálculo e da Alíquota

Art. 202. A base de cálculo da Taxa é o custo da atividade de fiscalização sanitária realizada pelo Município, no exercício regular de seu poder de policia e da seguinte forma:

I – mediante aplicação em quantidade da VRM (Valor de Referência Municipal de Carlinda), especificada no art. 437, deste Código, por: cabeça e espécie abatida, de acordo com a Tabela/Anexo- VIII, em anexo.

a) Formula de cálculo da Taxa:

TFLAA = U x QVRM x VRM

Onde:

TFLAA = Taxa de Fiscalização para Licença de Abate de Animais;

U = Unidade abatida e inspecionada;

QVRM = Quantidade de Unidade Fiscal;

VRM = Valor de Referência Municipal de Carlinda.

Subseção IV - Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 203. A Taxa será lançada com base na inspeção sanitária feita nas condições previstas nas Posturas Municipais.

Art. 204. O abate de animais destinados ao consumo público deverá ser feito no Matadouro Municipal, de conformidade regulamento e mediante pagamento de taxa devida.

Art. 205. Enquanto não houver Matadouro Municipal o abate só será permitido mediante licença da Prefeitura e nas condições do previsto no art. 200, deste Código.

Art. 206. A exigência da Taxa não atinge o abate do gado em charqueadas, frigoríficos ou outros estabelecimento semelhantes fiscalizados pelo (SIF) Serviço de Inspeção Federal competente, salvo quando ao animal cuja carne fresca se destina ao consumo local, ficando o abate, nesse caso, sujeito ao tributo.

Art. 207. A arrecadação da taxa de que trata esta seção será feita no ato da concessão da respectiva licença.

Art. 208. Correrá por conta do interessado, o transporte do servidor encarregado pela inspeção sanitária.

Subseção V – Da Isenção

Art. 209. São isentos de pagamento da Taxa de Abate:

I – quando ocorrer à distribuição em caráter gratuito à comunidade, mesmo assim a espécie abatida deverá passar pela inspeção sanitária.

Subseção VI – Das Infrações e das Penalidades

Art. 210. As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

I – multa de 50% (cinquenta por cento) do valor da Taxa no caso da não inspeção sanitária e a espécie abatida será retirada do mercado para a devida incineração;

II – multa de 100% (cem por cento), nos casos de reincidência;

III – cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão, quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

Parágrafo Único – As disposições deste artigo serão aplicadas sem prejuízo da aplicação do disposto dos incisos I e II alíneas “a” e “b” do art. 357, deste Código.

Seção VIX – Da Taxa de Fiscalização para Licença de Transporte de Passageiros e Cargas

Subseção I – Da Hipótese de Incidência e do Fato Gerador

Art. 211. A hipótese de incidência da Taxa é o prévio pedido do interessado a Prefeitura Municipal, para exercer a atividade em seu território.

Art. 212. O fato gerador é o exercício regular e permanentemente pelo Poder Público, da fiscalização dos serviços de transporte de passageiros e/ou cargas, prestados pelos permissionários e concessionários do Município, mediante vistoria no veículo automotores empregados na prestação dos respectivos serviços.

Art. 213. Todo transporte de passageiros ou cargas em veículos automotores de aluguel ou frete que aguardam serviços em pontos localizados, avenidas, ruas, vila, somente será permitido, concedido e licenciado por alvará, cumpridas as exigências legais fixadas pelo Poder Executivo.

Parágrafo Único – O Poder Executivo, dentro da necessidade administrativa e respeitando o Código de Postura e/ou Lei Especifica, optará pela modalidade de permissão ou concessão de serviços públicos de licenciamento de táxis.

Art. 214. Os pontos para estacionamento de veículos para frete ou pontos de táxis, moto- táxis e/ou assemelhados, e respectiva vagas e prazos, não poderá contrariar o Código de Postura e/ou Lei Especifica, serão designados e regulamentados por Decreto do Poder Executivo, inclusive as tarifas ou taxas sempre que a esta medida se mostrar conveniente e necessária.

Subseção II – Do Sujeito Passivo

Art. 215. O sujeito passivo é o contribuinte da Taxa, a pessoa física ou jurídica que exercer à atividade de transporte de passageiro e/ou carga dentro do território do Município.

Subseção III – Base de Cálculo e Alíquota

Art. 216. A base de cálculo da Taxa é o custo da atividade de fiscalização, realizada pelo

Município, no exercício regular de seu poder de policia e da seguinte forma:

I – mediante aplicação em quantidade do VRM (Valor de Referência Municipal de Carlinda) especificada no art. 437, deste Código, por: porte de espécie de veiculo e atividades de acordo com a Tabela/Anexo- IX, em anexo.

a) Formula de cálculo da Taxa:

TFLTPC = PSE x QVRM x VRM

Onde:

TFLTPC = Taxa de Fiscalização para Licença de Transporte de Passageiros e Cargas;

PSE = Por porte de espécie e/ou atividade;

QVRM = Quantidade de Unidade Fiscal;

VRM = Valor de Referência Municipal de Carlinda.

Subseção IV – Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 217. A taxa será lançada anualmente em nome do contribuinte, com base nos dados de vistoria anual nos veículos empregados nos transporte de passageiros e/ou cargas,

Art. 218. O Município realizará vistoria anual nos veículos empregados nos transporte de passageiros e/ou cargas, visando à verificação à adequação das normas estabelecidas pelo Poder Público, bem como as condições de segurança e higiene e outras, necessárias à prestação do serviço.

Art. 219. Poderá ser cassada a licença, a qualquer tempo, desde que passem a inexistir quaisquer das condições que legitimaram a sua concessão.

Art. 220. A licença não poderá ser concedida por período superior a um ano.

Art. 221. O pedido de licença para exercício da atividade, será acompanhado da competente ficha de inscrição do cadastro fiscal de atividade socioeconômico da Prefeitura Municipal, pela forma e dentro dos prazos estabelecidos em regulamento.

Art. 222. A taxa será recolhida em parcela única.

Art. 223. A forma e prazo para o devido recolhimento da Taxa, serão definidos em regulamento.

Subseção V – Da Isenção

Art. 224. A isenção será concedida através de Lei Especifica.

Subseção VI – Das Infrações e das Penalidades

Art. 225. As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

I – multa de 40% (quarenta por cento) do Valor da Taxa no caso de fixar em lugar não permitido pela Prefeitura Municipal;

II – multa de 100% (cem por cento) do valor da Taxa, quando o condutor não estiver credenciado pela Prefeitura Municipal.

III – multa de 50% (cinqüenta por cento) da Taxa, quando constatado acessórios de segurança inapropriado para o uso e de obrigatoriedade, conforme Código de Transito Nacional.

IV – multa em dobro, nos casos de reincidência dos incisos anteriores deste artigo.

V – suspensão da licença, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos casos de reincidência;

IV – cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão, quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

Parágrafo Único – As disposições deste artigo serão aplicadas sem prejuízo da aplicação do disposto dos incisos I e II alíneas “a” e “b” do art. 357, deste Código.

TÍTULO V – DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I – Do Fato Gerador

Art. 226. A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador, a efetiva valorização do bem imóvel em decorrência de obra pública municipais.

Art. 227. A Contribuição de Melhoria será cobrada pelo Município para fazer face ao custo de obras públicas de que decorram benefício e valorização imobiliária tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Parágrafo Único – Para os efeitos da Contribuição de Melhoria, entende-se por obra pública:

a) abertura, construção e alargamento de vias e logradouros públicos, inclusive estradas, pontes, viadutos, calçadas e meio-fio;

b) nivelamento, retificação, pavimentação, impermeabilização de vias e logradouros públicos, bem como a instalação de esgotos pluviais ou sanitários;

c) serviços gerais de urbanização, arborização, ajardinamento, aterros, construção e ampliação de parque e campos de esporte e embelezamento em geral;

d) instalação de sistemas de esgotos pluviais ou sanitários, de água potável, de rede de energia elétrica para distribuição domiciliar ou iluminação pública, de telefonia e de suprimento de gás;

e) proteção contra secas, inundação, ressacas, erosões, drenagens, saneamento em geral, retificação e regularização de cursos d’água,diques, cais, irrigação;

f) construção de funiculares ou ascensores;

g) instalações de comodidades públicas;

h) construção de aeródromos e aeroportos;

i) quaisquer outras obras públicas de que também decorra valorização imobiliária.

Art. 228. As obras referidas no parágrafo único do artigo anterior, poderão ser enquadras em dois programas distintos, que são:

I – prioritárias, quando preferenciais e de iniciativa da própria administração;

II – secundárias, quando de menor interesse geral e solicitada por pelo menos 2/3 (dois terços) dos proprietários de imóveis que venham a ser, no futuro, diretamente beneficiados.

Art. 229. As obras a que se refere o item II do artigo anterior, só poderão ser iniciadas após ter sido prestada, pelos proprietários ali referidos, a caução fixada.

§ 1º O órgão fazendário publicará edital estipulando a caução cabível a cada proprietário, as normas que regularão as obrigações das partes, o detalhamento do projeto, as especificações e orçamento da obra, convocando os interessados a manifestarem, expressamente, sua concordância ou não com seus termos.

§ 2º A caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias sendo que a importância total a ser caucionada não poderá ser superior a 50% (cinqüenta por cento) do orçamento previsto para a obra.

§ 3º Não sendo prestadas todas as cauções no prazo estipulado, a obra não terá início, devolvendo-se as importâncias depositadas, sem atualização ou acréscimos.

§ 4º Realizada a obra, a caução prestada não será restituída.

§ 5º Na estipulação do valor a ser pago a título de Contribuição de Melhoria pelos proprietários que tiverem seus imóveis valorizados pela obra, será compensado o valor das cauções prestadas.

Seção II – Do Sujeito Passivo

Art. 230. O sujeito passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel lindeiro à via ou logradouro público beneficiado pela obra especifica.

§ 1º Consideram-se também lindeiros, os imóveis que tenham acesso às vias ou logradouros públicos beneficiados pela pavimentação, por ruas ou passagens particulares, entradas de vilas, servidões de passagens e assemelhados.

Art. 231. Responde pelo pagamento do tributo, em relação a imóvel objeto de enfiteuse,o titular do domínio útil.

Seção III – Da Base de Cálculo e da Alíquota

Art. 232. A base de cálculo da Contribuição de melhoria é o custo da obra, limite global de ressarcimento, sobre o qual serão aplicados percentuais diferenciados em função da valorização de cada imóvel, limite individual de ressarcimento.

Parágrafo Único – Para efeito de cálculo da Contribuição de Melhoria, o custo final de obra será distribuído entre os contribuintes proporcionalmente e tomar-se-à por base a sua testada, área, finalidade de exploração econômica e outros elementos a serem considerados, conforme dados constantes do Cadastro Fiscal.

Art. 233. No custo final da obra serão computadas as despesas globais realizadas, incluindo as de estudos, projetos, fiscalizações, desapropriações, indenizações, execuções, reajustes e demais investimentos imprescindíveis à obra pública.

Art. 234. Para o cálculo da Contribuição de Melhoria serão também computadas quaisquer áreas marginais, correndo por conta da Prefeitura as quotas relativas aos terrenos isentos da contribuição de melhoria.

§ 1º A redução de superfície ocupada por bens de uso comum e situada dentro de propriedades tributáveis somente se autorizará quando o domínio dessas áreas haja sido legalmente transferido à União, ao Estado e ao Município.

§ 2º Correrão por conta da Prefeitura Municipal as quotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município ou aqueles que forem por Lei isentos da Contribuição de Melhoria ou do IPTU.

Seção IV – Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 235. Para lançamento da Contribuição de Melhoria a repartição competente será obrigada a publicar previamente, em conjunto ou isoladamente, os seguintes elementos:

I – memorial descritivo do projeto;

II – orçamento do custo da obra;

III – determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;

IV – delimitação da zona beneficiada, com a relação dos imóveis nela compreendidos;

V – o valor a ser pago pelo proprietário.

§ 1º O proprietário terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação, para impugnar quaisquer dos elementos acima referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 2º A impugnação deverá ser dirigida à repartição competente através de petição, que servirá para início do processo administrativo o qual seguirá a tramitação prevista na parte geral neste Código.

§ 3º Os requerimentos de impugnação, de reclamação, bem como qualquer recurso administrativo não suspenderão o início ou prosseguimento das obras, nem obstarão a Administração na prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria.

§ 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a constituir comissão municipal com a finalidade de, em função da obra, delimitar a zona de benefício, bem como constatar a real valorização de cada imóvel.

Art. 236. Terminada a obra, o contribuinte será notificado para o pagamento da contribuição.

Parágrafo Único – A notificação conterá o montante da contribuição, a forma e prazos de pagamento e os elementos que integram o respectivo cálculo, além dos demais elementos que lhe são próprios.

Art. 237. A Contribuição de Melhoria será paga em prestações mensais, conforme notificação.

§ 1º O prazo para recolhimento em parcelas não será inferior a 1 (um) ano.

§ 2º O valor total das prestações devidas em cada período de 12 (doze) meses não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do valor venal do imóvel à época do lançamento.

§ 3º As prestações serão atualizadas monetariamente, a cada período de 12 (doze meses), nos moldes do inciso I do art. 357.

§ 4º O contribuinte poderá optar pelo pagamento do tributo em uma só vez, à época da primeira prestação, beneficiando do desconto de até 30% que será regulamentado por ato administrativo.

Art. 238. Para efeito de lançamento da Contribuição de Melhoria considerará como uma só propriedade as áreas contíguas de um mesmo proprietário, ainda que provenientes de títulos diversos.

Art. 239. Quando houver condomínio, quer de simples terreno, quer de terreno e edificação, a contribuição será lançada em nome de todos os condôminos, que serão responsáveis na proporção de suas quotas.

Art. 240. Em se tratando de vila edificada no interior do quarteirão, a Contribuição de Melhoria corresponde à área pavimentada fronteira à entrada da vila e será cobrado de cada proprietário proporcionalmente ao terreno ou fração ideal de terreno de cada um, a área reservada à via ou logradouros internos de serventia comum, será pavimentada integralmente por conta dos proprietários.

Seção V – Da Infração e da Penalidade

Art. 241. O atraso no pagamento das prestações sujeitará ao contribuinte à atualização monetária e às penalidades previstas no art. 357, deste Código.

Seção IV – Da Contribuição para o Custeio e Serviço de Iluminação Pública - CIP

Subseção I – Da Hipótese de Incidência e do Fato Gerador

Art. 242. A hipótese de incidência da Contribuição de Iluminação Pública, que será identificada como CIP, é a prestação de serviço pelo Município e com a regularidade necessária.

§ 1º O serviço previsto no "*caput*" deste artigo compreende o consumo de energia destinada à iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, e a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública, além de outras atividades a estas correlatas,assim compreendendo:

I – A implantação de rede de iluminação pública compreende a construção ou instalação de infra-estrutura necessária para a iluminação pública nas vias, logradouros públicos de uso comum.

II – A ampliação compreende a expansão de infra-estrutura de iluminação pública.

III – A manutenção abrange a troca, substituição de peças, equipamentos ou partes destes, no sentido de restabelecer os serviços de iluminação pública por estarem danificados ou defeituosos, ou para melhorar a qualidade do serviço.

IV – A iluminação das vias e logradouros públicos compreende pela realização através da aquisição de energia fornecida:

V – A outra atividade correlata compreende a serviço relacionado a essas atividades e que não estejam especificadas nos itens anteriores.

Art. 243. Compete ao Município, planejar, desenvolver, regulamentar, fiscalizar, executar, manter e operar o serviço de iluminação pública.

Art. 244. A remuneração do serviço de iluminação pública, executado pelo Município, será por meio de tributo próprio para custear esse serviço.

Art. 245. O fato gerador é o fornecimento de iluminação nas vias, logradouros públicos, instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública.

Subseção II – Do Sujeito Passivo

Art. 246. Sujeito passivo é o proprietário, o titular do domínio útil, o locatário, ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel situado em local onde é mantido o serviço e que esteja ou não cadastrado junto à concessionária distribuidora de energia elétrica.

Subseção III – Da Base de Cálculo e da Alíquota.

Art. 247. A base de cálculo e alíquota da prestação de serviço da CIP será da seguinte forma:

I – tratando-se de prédio e cadastrado junto à concessionária de energia elétrica, será aplicado o rateio da Contribuição, observando a distinção entre contribuintes de natureza residencial, industrial, comercial, poder público, consumo próprio, serviços públicos e rural, de forma em percentual sobre o valor do kW/h, conforme Tabela I, a seguir:

FAIXAS		RESIDÊNCIAL	INDUSTRIAL	COMERCIAL	PODER PÚBLICO. SERV.PÚBLICO/ CONS. PRÓPRIO
Cons Mín	Cons Máx	CIP - %	CIP - %	CIP - %	CIP - %
0	30	0,0%	2,00%	2,00%	2,00%
31	50	2,00%	3,00%	3,00%	3,00%
51	70	3,00%	4,00%	4,00%	4,00%
71	100	4,00%	5,00%	5,00%	5,00%
101	140	5,00%	6,00%	6,00%	6,00%
141	180	6,00%	7,00%	7,00%	7,00%
181	220	7,00%	8,00%	8,00%	8,00%
221	300	8,00%	10,00%	10,00%	10,00%
301	400	9,00%	12,00%	12,00%	12,00%
401	500	10,00%	14,00%	14,00%	14,00%
501	600	12,00%	16,00%	16,00%	16,00%
601	700	14,00%	18,00%	18,00%	18,00%
701	800	16,00%	20,00%	20,00%	20,00%
801	1000	18,00%	22,00%	22,00%	22,00%
1001	1200	20,00%	24,00%	24,00%	24,00%
1201	1500	22,00%	26,00%	26,00%	26,00%
1501	999999	24,00%	28,00%	28,00%	28,00%

II – tratando-se de prédio não cadastrado junto à concessionária de energia elétrica ou imóvel vago beneficiado, será por metro linear de testada servida pelo serviço, mediante aplicação da alíquota a ser definida, sobre o valor da Unidade Padrão Fiscal de Carlinda cobrado anualmente ou mensalmente a ser definido por regulamento.

Parágrafo Único – A determinação da classe/categoria, do valor do KW/h, e de mais consumidor observará as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL – ou órgão regulador que vier a substituí-la.

III – Os núcleos rurais do Município de Carlinda, ficam isentos da contribuição da iluminação pública (CIP).

Subseção IV – Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 248. A CIP, será lançada para pagamento da seguinte forma:

I – quando se trata de prédio cadastrado junto à concessionária de energia elétrica, a data de vencimento será mesma da fatura de consumo mensal de energia elétrica, emitida pela concessionária.

II – quando se trata de prédio ou terreno não cadastrado junto à concessionária de energia elétrica e imóvel localizado de acordo com o inciso II do Art. 247 desta Lei, será anualmente ou mensalmente e conforme regulamento.

Art. 249. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar com a Energisa (Concessionária de Energia Elétrica do Estado de Mato Grosso) o convênio ou contrato a que couber para atendimentos deste serviço.

§ 1º O Município conveniará ou contratará com a Concessionária de Energia Elétrica a forma de cobrança e repasse dos recursos relativos à contribuição.

§ 2º O Poder Público, mediante orientação técnica da concessionária, poderá reajustar nas formas da Lei a contribuição de iluminação pública quando o valor arrecadado, não cobrir o valor da fatura de iluminação pública, acrescido do valor da taxa de administração e o seu saldo não for suficiente para cobrir as despesas mensais de manutenção da iluminação pública.

Art. 250. O montante devido e não pago da CIP, será inscrito em dívida ativa, 60 dias após a verificação da inadimplência.

§ 1º Servirá como documento hábil para inscrição em Dívida Ativa:

I – a comunicação do não pagamento da contribuição, informada pela concessionária de energia elétrica efetuada pela concessionária que contenha os elementos previstos no art. 201 e incisos do Código Tributário Nacional (CTN);

II – a fatura de energia elétrica que contenha a contribuição não paga, ou qualquer outro documento que contenha a dívida e os elementos previstos no art. 201 e incisos do Código Tributário Nacional.

§ 2º Os valores da CIP não pagos no vencimento serão acrescidos de multas e juros de mora, nos termos da legislação tributária municipal e poderão ser cobrados juntamente com a contribuição devida do mês de competência subseqüente.

Subseção V – Da Isenção

Art. 251 – Estão isentos do pagamento da CIP:

I – Os consumidores da classe residencial com consumo de até 30 KW/h mes;

Subseção VI – Das Penalidades

Art. 252. O não pagamento da CIP na data estabelecida, ficarão sujeito da aplicação dos dispostos nos inciso I, II e alínea " a " "b" do art. 357.

LIVRO SEGUNDO PARTE GERAL

TÍTULO I – DAS NORMAS GERAIS E COMPLEMENTARES

CAPÍTULO I – DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 253. Todas as funções referentes a cadastramento, lançamento, cobrança e fiscalização dos tributos municipais, aplicação de sanções por infração à legislação tributária do Município, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelos órgãos fazendários e repartição a eles hierárquica ou funcionamento subordinadas, segundo as atribuições constantes da lei de organização administrativa do Município e dos respectivos regimentos internos.

Parágrafo Único – Aos órgãos referidos neste artigo reserva-se a denominação "Fisco ou Fazenda Municipal".

CAPÍTULO II - DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

Seção I – Das Modalidades

Art. 254. A obrigação tributária compreende as seguintes modalidades:

I – obrigação tributária principal;

II – obrigação tributária acessória.

§ 1º Obrigação tributária principal é a que surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo ou de penalidades pecuniária, extinguindo-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º Obrigação tributária acessória é a que decorre da legislação tributária e tem por objeto a prática ou a obtenção de atos nela previstos, no interesse do lançamento, da cobrança e da fiscalização dos tributos.

§ 3º A obrigação tributária acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em principal, relativamente à penalidade pecuniária.

Seção II – Do Fato Gerador

Art. 255. Fato gerador da obrigação tributária principal é a situação definida neste Código, como necessária e suficiente para justificar o lançamento e a cobrança de cada um dos tributos de competência do Município.

Art. 256. Fato gerador da obrigação tributária acessória é qualquer situação que, na forma da legislação tributária aplicável, impõe a prática ou a abstenção de o que não configure obrigação principal.

Seção III – Do Sujeito Ativo

Art. 257. Na qualidade de sujeito ativo da obrigação tributária, o Município de Carlinda- MT, é a pessoa de direito público titular da competência para lançar, cobrar e fiscalizar os tributos especificados neste Código e nas leis a ele subseqüentes.

§ 1º A competência tributária é indelegável, salvo a atribuição da função de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária a outra pessoa de direito público.

§ 2º A atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem ao município.

§ 3º A atribuição pode ser revogada a qualquer tempo, por ato unilateral do Poder Executivo

Municipal.

§ 4º Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoa de direito privado do encargo ou função de arrecadar tributos.

Art. 258. O cometimento da função de arrecadar tributos a pessoas de direito privado, deverá ser feito através de Decreto do Executivo, com fundamentadas razões de interesse do Município, tendo em vista melhorias no sistema de arrecadação e real incremento da receita municipal.

Seção IV - Do Sujeito Passivo

Art. 259. O sujeito passivo da obrigação tributária será considerado:

I – contribuinte: quando tiver relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II – responsável: quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorrer de disposições expressas nesta Lei.

Art. 260. São pessoalmente responsáveis:

I – o adquirente, pelos débitos relativos ao bem imóvel existente à data do título de transferência, salvo quando conste deste prova de plena quitação, limitada esta responsabilidade, nos casos de arrematação em hasta pública, ao montante do respectivo preço;

II – o espólio, pelos débitos tributários do "de cujus" existentes à data de abertura da sucessão;

III – o sucessor a qualquer título e o conjugue meeiro pelos débitos tributários do "de cujus" existentes até a data da partilha ou adjudicação, limitada a responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação.

Art. 261. A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos, até a data do ato, pelas pessoas jurídicas fusionadas, transformadas ou incorporadas.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo aplica-se aos casos extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, denominação ou ainda sob firma individual.

Art. 262. A pessoa física ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, estabelecimento comercial, industrial e ou profissional que continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social, denominação ou sob firma individual, responde pelos débitos tributários relativos ao estabelecimento adquirido, devido até a data do respectivo ato:

I – integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade tributada;

II – subsidiariamente, com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de 6 (seis) meses, contados da data de alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

Art. 263. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões por que forem responsáveis:

I – os pais, pelos débitos tributários dos filhos menores;

II – os tutores e curadores, pelos débitos tributários de seus tutelados ou curatelados;

III – os administradores de bens de terceiros, pelos débitos tributários destes;

IV – o inventariante, pelos débitos tributários do espólio;

V – o síndico e o comissário, pelos débitos da massa a falida ou do concordatário;

VI – os tabeliães, escrivães e demais serventuários de oficio, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles ou perante eles, em razão do seu ofício;

VII – os sócios, pelos débitos tributários de sociedade de pessoas, no caso de liquidação.

Art. 264. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributarias resultantes de atos praticados com excesso de poder ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

I – as pessoas referidas no artigo anterior;

II – os mandatários, os prepostos e empregados;

III – os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

Art. 265. O sujeito passivo, quando convocado, fica obrigado a prestar as declarações solicitadas pela autoridade administrativa; quando estas as julgam insuficientes ou imprecisas, poderá exigir que sejam completadas ou esclarecidas.

§ 1º A convocação do contribuinte será feita por quaisquer dos meios previstos neste Código.

§ 2º Feita a convocação do contribuinte, terá ele o prazo de 20 (vinte) dias para prestar os esclarecimentos solicitados, pessoalmente ou por via postal, sob pena de que se proceda ao lançamento de ofício, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais cabíveis.

Seção V – Do Domicílio Tributário

Art. 266. Ao contribuinte ou responsável é facultado escolher e indicar à repartição, na forma e nos prazos previstos em regulamento, o seu domicílio tributário no Município, assim entendido o lugar onde a pessoa física ou jurídica desenvolve sua atividade, responde por suas obrigações perante a Fazenda Municipal e pratica os demais atos que constituam ou possam vir a constituir obrigação tributária.

§ 1º Na falta de eleição pelo contribuinte ou responsável, do domicílio tributário, considerar-se-à como tal:

I – quando às pessoas naturais: a sua residência habitual ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;

II – quando às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais: o lugar de sua sede ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação tributária, o de cada estabelecimento;

§ 2º Quando não couber a aplicação das regras previstas em qualquer dos incisos do parágrafo anterior, considerar-se-à como domicílio tributário do contribuinte, responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram ou poderão dar origem a obrigação tributária.

§ 3º A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito quando sua localização, acesso quaisquer outras características que impossibilitem ou dificultem a arrecadação e a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do parágrafo anterior.

Art. 267. O domicílio tributário será obrigatoriamente consignado nas petições, requerimentos, consultas, reclamações, recursos, declarações, guias e quaisquer outros documentos dirigidos ou apresentados ao fisco municipal.

CAPÍTULO III – DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I – Das Disposições Gerais

Art. 268. O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

Art. 269. As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

Art. 270. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou se extingue, tem a sua exigibilidade suspensa ou excluída nos casos expressamente previstos neste Código, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional, na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

Seção II – Da Constituição do Crédito Tributário

Art. 271. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo que tem por objetivo:

I – verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente;

II – determinar a matéria tributável;

III – calcular o montante do tributo devido;

IV – identificar o sujeito passivo, e sendo este caso, propor a aplicação da penalidade cabível;

Parágrafo Único – A atividade administrativa de lançamento, é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Seção III – Do Lançamento

Art. 272. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e reger-se-á pela lei vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

§ 1º Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que, a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrida.

Art. 273. O Lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:

I – impugnação do sujeito passivo;

II – recurso de ofício;

III – iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no artigo 275.

Art. 274. O lançamento compreende as seguintes modalidades:

I – lançamento direto, quando sua iniciativa competir à Fazenda Municipal, sendo o mesmo procedido com base aos dados apurados diretamente pela repartição fazendária junto ao contribuinte ou responsável, ou a terceiro que disponha desses dados;

II – lançamento por homologação, quando a legislação atribuir ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame de autoridade fazendária, operando-se o lançamento pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente o homologue;

III – lançamento por declaração, quando for efetuado pelo fisco com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiros, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade fazendária informações sobre matéria de fato, indispensável à sua efetivação.

§ 1º A omissão ou erro do lançamento, qualquer que seja a modalidade, não exime o contribuinte da obrigação tributária, nem de qualquer modo lhe aproveita.

§ 2º O pagamento antecipado pelo obrigado, nos termos do inciso II deste artigo, extingue o crédito, sob condição resolutória de ulterior homologação do lançamento.

§ 3º Na hipótese do inciso II deste artigo, não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiros, visando à extinção total ou parcial do crédito, tais atos serão, porém considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade, ou na sua graduação.

§ 4º É de 01 (um) ano, a contar da ocorrência do fato gerador, o prazo para a homologação do lançamento a que se refere o inciso II deste artigo; expirado esse prazo sem que a Fazenda Municipal se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

§ 5º Na hipótese do inciso III deste artigo, a retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou excluir tributo, só será admissível mediante comprovação do erro em que funde e antes da notificação por lançamento.

§ 6º Os erros contidos na declaração a que se refere o inciso II deste artigo, apurados quando do seu exame, serão retificados de oficio pela autoridade administrativa à qual competir a revisão.

Art. 275. As alterações e substituições dos lançamentos originais serão feitas através de lançamento de oficio, quando o lançamento original for efetuado ou revisto de ofício pela autoridade administrativa, nos seguintes casos:

I – quando não for prestada declaração, por quem de direito, na forma e nos prazos da legislação tributária.

II – quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixar de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recusa-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade.

III – quando se comprovar falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;

IV – quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, nos casos e lançamento por homologação;

V – quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária;

VI – quando se comprove que o sujeito passivo ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

VII – quando deve ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;

VIII – quando se comprove que, no lançamento anterior ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial;

IX – nos demais casos expressamente designados neste Código ou em lei subseqüente.

Art. 276. O lançamento e suas alterações serão comunicados ao contribuinte por qualquer uma das seguintes formas:

I – por notificação direta;

II – por publicação no órgão oficial do Município ou Estado;

III – por publicação em órgão e afixado na Prefeitura Municipal;

IV – por meio de edital afixado na Prefeitura Municipal;

V – remessa de aviso por via postal;

VI – por qualquer outra forma estabelecida na legislação tributária do Município.

§ 1º Quando o domicílio tributário do contribuinte localizar-se fora do território do Município, a notificação, quando direta, considerar-se-à feita com a remessa do aviso por via postal.

§ 2º Na impossibilidade de se localizar pessoalmente o sujeito passivo, quer através de entre pessoal da notificação quer através da sua remessa por via postal, reputar-se-á efetuado o lançamento ou efetivadas as suas alterações:

I – mediante comunicação publicada na imprensa em um dos seguintes órgãos, indicados pela ordem de preferência;

a) no órgão oficial do Município;

b) em qualquer órgão da imprensa local e de comprovada circulação no território do Município;

c) no órgão oficial do Estado;

II – mediante afixação de edital na Prefeitura Municipal.

Art. 277. Será sempre de 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento da notificação, o prazo mínimo para pagamento e máximo para impugnação do lançamento, se outro prazo não for estipulado especificamente nesta Lei.

Art. 278. A Notificação Fiscal de lançamento conterá:

I – o endereço do imóvel tributado;

II – o nome do sujeito passivo, e seu domicílio tributário;

III – a denominação do tributo e o exercício a que se refere;

IV – o valor do tributo, sua alíquota e base de cálculo;

V – o prazo para o recolhimento;

VI - o comprovante, para o órgão fiscal, de recebimento pelo contribuinte.

Art. 279. Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, poderão ser efetuados lançamentos omitidos ou viciados por irregularidade ou erro de fato.

Art. 280. Até o dia 10 (dez) de cada mês os serventuários da justiça enviarão ao fisco Municipal informação a respeito dos atos relativos a imóveis, praticados no mês anterior, tais como transcrições, inscrições e averbações.

Art. 281. A recusa do sujeito passivo em receber a comunicação do lançamento ou a impossibilidade de localizá-lo pessoalmente ou através de via postal, não implica em dilatação do prazo concedido para cumprimento da obrigação tributária o para a apresentação de reclamações ou interposição de recursos.

Art. 282. É facultado à Fazenda Municipal o arbitramento de bases tributárias, quando o montante do tributo não for conhecido exatamente.

§ 1º O arbitramento determinará justificadamente, a base tributária presuntiva.

§ 2º O arbitramento a que se refere este artigo não prejudicará a liquidez do crédito tributário.

Seção IV – Da Reclamação Contra o Lançamento

Art. 283. O contribuinte que não concordar com o lançamento poderá reclamar no prazo de 20 (vinte) dias, contados na forma prevista para as intimações e de conformidade com o previsto no Art. 407. O prazo para a apresentação de recurso é de 5 (cinco) dias, após a data do recibo. Caso tenha se processado por edital, inciso II do mesmo artigo, 5 (cinco) dias depois de expirado o prazo de 20 (vinte) dias subseqüentes ao da publicação, ou seja, 20 (vinte) dias para que tome ciência e mais 5 (cinco) dias que para apresente a defesa.

Art. 284. A reclamação contra o lançamento far-se-á por petição, facultada a juntada de documentos.

Art. 285. A reclamação contra o lançamento terá efeito suspensivo na cobrança dos tributos lançados.

Seção V – Da Cobrança e do Recolhimento

Art. 286. A cobrança e o recolhimento dos tributos far-se-á na forma e nos prazos estabelecidos na legislação tributária do Município.

Art. 287. Aos créditos tributários do Município não recolhido no prazo estabelecido aplicam-se normas de atualização do disposto dos incisos I e II alíneas “a” e “b” do art. 357, deste Código.

Art. 288. Nenhum recolhimento de tributo ou penalidade pecuniária será efetuado sem que se expeça o competente guia ou conhecimento, na forma estabelecida em regulamento.

Parágrafo Único – No caso de expedição fraudulenta de guias ou de conhecimentos, responderão civil, criminal e administrativamente, os servidores que os houverem subscrito, emitido ou fornecido.

Art. 289. O pagamento não importa em quitação do crédito fiscal, valendo o recibo somente como prova do recolhimento da importância nela referida, continuando o contribuinte obrigado a satisfazer quaisquer diferenças que venham a ser posteriormente apuradas.

Art. 290. Na cobrança a menor de tributo ou penalidade pecuniária, respondem solidariamente tanto o servidor responsável pelo erro quanto o sujeito passivo, cabendo àquele o direito regressivo de reaver deste o total de desembolso.

Art. 291. O Executivo Municipal poderá firmar convênios com estabelecimento bancários oficiais, com sede, agência ou posto no território do Município, visando ao recebimento de tributos e penalidades pecuniárias.

Seção VI – Da Restituição

Art. 292. O sujeito passivo terá direito à restituição das quantias indevidamente recolhidas em pagamento de créditos tributário, no todo ou em parte, independentemente de prévio protesto do sujeito passivo e seja qual for a modalidade do pagamento, nos seguintes casos:

I – cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou a maior que o devido, em face da legislação tributária aplicável de natureza ou circunstância materiais do ato gerador efetivamente ocorrido;

II – erro na identificação do sujeito passivo, na determinação de alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III – reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

§ 1º A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

§ 2º A restituição total ou parcial dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora, penalidades pecuniárias e demais acréscimos legais relativos ao principal, excetuando-se o acréscimo referente a infrações de caráter formal.

Art. 293. A autoridade administrativa poderá determinar que a restituição se processe através de compensação.

Art. 294. O direito de pleitear a restituição total ou parcial do tributo extingue-se com o decurso do prazo de 05 (cinco) anos, contados:

I – nas hipóteses dos incisos I e II do art. 292, da data de extinção do crédito tributário;

II – na hipótese do inciso III do art. 292, da data em que se tornar definitivo a decisão administrativa ou transitar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Art. 295. Prescreve em 02 (dois) anos a ação anularia de decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo Único – o prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante da Fazenda Municipal.

Art. 296. O pedido de restituição será feito à autoridade administrativa através de requerimento da parte interessada que apresentará prova do pagamento e as razões da ilegalidade ou irregularidade do crédito.

Art. 297. A importância será restituída dentro de um prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da decisão final que defira o pedido.

Parágrafo Único. A não restituição no prazo definido neste artigo implicará, a partir de então, atualização do disposto dos incisos I e II alíneas “a” e “b” do art. 357, deste Código.

Art. 298. Só haverá restituição de qualquer importância após decisão definitiva, na esfera administrativa, favorável ao contribuinte.

Seção VII - Da Suspensão do Crédito Tributário e de suas Modalidades

Art. 299. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

I – a moratória;

II – o depósito do seu montante integral;

III – as reclamações e os recursos, nos termos definidos na Parte Processual, deste Código;

IV – a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

V – a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;

VI- o parcelamento

Parágrafo Único – A suspensão da exigibilidade do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela conseqüente.

Art. 300. Constitui moratória a concessão de novo prazo ao sujeito passivo, após vencimento do prazo originalmente assinalado para o pagamento do crédito tributário.

§ 1º A moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

§ 2º A moratória não aproveita os casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiros em benefício daquele.

Art. 301. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a parcelar em até 12 (doze) vezes as dívidas relativas a IPTU, ISSQN, Alvará, Contribuição de Melhoria e taxas.

Parágrafo Único – Revogado pela Lei nº 1.253/2021.

Art. 302. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado (Lei autorizativa) a anistiar os encargos da dívida como correção monetária, juros e multas gerados por débitos de IPTU, ISSQN, Alvará, Taxas e Contribuições de Melhorias.

Art. 303. A anistia e o parcelamento mencionados nos artigos anteriores serão concedidos a todos os contribuintes, inclusive aos que têm seus débitos lançados na Dívida Ativa e aqueles que estão com processos de execução fiscal.

Art. 304. Fica o Município autorizado a fazer compensação de contas com os credores junto ao Município com todos os tributos, inclusive o ITBI. Artigo 170 CTN.

Art. 305. A moratória somente poderá ser concedida:

I – em caráter geral: por lei, que pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos;

II – em caráter individual: por despacho da autoridade administrativa, a requerimento do sujeito passivo.

Art. 306. A lei que conceda moratória em caráter geral ou autorize sua concessão em caráter individual especificará, sem prejuízo de outros requisitos:

I – o prazo de duração do favor;

II – as condições de concessão do favor em caráter individual;

III – sendo caso:

a) os tributos a que se aplica;

b) o número de prestações e os seus vencimentos, dentro do prazo a que se refere o inciso I, podendo atribuir à fixação de uns e de outros a autoridade administrativa, para cada caso de concessão em caráter individual;

c) as garantias que devem ser fornecidas pelo beneficiado no caso de concessão em caráter individual.

Art. 307. A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirida e será revogada de oficio, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumprira ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora:

I – com imposição de penalidade cabível, nos casos de dolo, fraude ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele;

II – sem imposição de penalidades, nos demais casos.

§ 1º No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito de prescrição do direito à cobrança do crédito.

§ 2º No caso do inciso II deste artigo a renegociação só poderá ocorrer antes de prescrito o referido direito.

Art. 308. Do depósito, o sujeito passivo poderá efetuar o montante integral da obrigação tributária:

I – quando preferir o depósito à consignação judicial prevista no Art. 333 deste Código;

II – para atribuir efeito suspensivo:

a) a consulta formulada na forma dos artigos 357 a 360 deste Código;

b) a reclamação e a impugnação referentes à contribuição de melhoria;

c) a qualquer outro ato a ele impetrado, administrativa ou judicialmente, visando à modificação extinção, total ou parcial, da obrigação tributária.

Art. 309. A legislação tributária poderá estabelecer hipóteses de obrigatoriedade de depósito prévio:

I – para garantia de instância, na forma prevista nas Normas Processuais deste Código;

II – como garantia a ser oferecida pelo sujeito passivo, nos casos de compensação;

III – como concessão por parte do sujeito passivo, nos casos de transação;

IV – em quaisquer outras circunstâncias nas quais se fizer necessário resguardar os interesses do fisco.

Art. 310. A importância a ser depositada corresponderá ao valor integral do crédito tributário apurado:

I – pelo fisco, nos casos de:

a) lançamento direto;

b) lançamento por declaração;

c) alteração ou substituição do lançamento original, qualquer que tenha sido a suas modalidades;

d) aplicação de penalidades pecuniárias.

II – pelo próprio sujeito passivo, nos casos de:

a) lançamento por homologação;

b) retificação de declaração, nos casos de lançamento por declaração, por iniciativa do próprio declarante;

c) confissão espontânea da obrigação antes do início de qualquer procedimento fiscal.

III – na decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo;

IV – mediante estimativa ou arbitramento procedido pelo fisco, sempre que não puder ser determinado o montante integral do crédito tributário.

Art. 311. Conceder-se-á suspensa à exigibilidade do crédito tributário a partir da data da efetivação do depósito nas contas bancárias municipais, observando o disposto no artigo seguinte.

Art. 312. O depósito poderá ser efetuado nas seguintes modalidades:

I – em moeda corrente no país;

Art. 313. Cabe ao sujeito passivo, por ocasião da efetivação do depósito, especificar qual o crédito tributário ou a parcela do crédito tributário, quando este for exigido em prestações, abrangido pelo depósito.

Parágrafo Único – A efetivação do depósito não importa em suspensão de exigibilidade do crédito tributário:

I – quando parcial, das prestações vincendas em que tenha sido decomposto;

II – quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos ou penalidades pecuniárias.

Art. 314. Da Cessação dos efeitos suspensivos relacionados com a exigibilidade do crédito tributário:

I – pela extinção do crédito tributário, por qualquer das formas previstas no art. 315;

II – pela exclusão do crédito tributário, por qualquer das formas previstas no art. 334;

III – pela decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo;

IV – pela cassação da medida liminar concedida em mandado de segurança.

Seção VIII – Extinção do Crédito Tributário e suas Modalidades

Art. 315. Extinguem o crédito tributário:

I – o pagamento;

II – a compensação;

III – a transação;

IV – a remissão;

V – a prescrição e a decadência;

VI – a conversão do depósito em renda;

VII – o pagamento antecipado e a homologação do lançamento, nos termos do disposto na legislação tributária do Município;

VIII – a consignação em pagamento, quando julgada procedente, nos termos do disposto na legislação tributária do Município;

IX – a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa que não mais possa ser objeto de ação anulatória;

Art. 316. Do pagamento, o regulamento fixará as formas e os prazos para pagamento dos tributos de competência do Município e das penalidades pecuniárias aplicadas por infração à sua legislação tributária.

Art. 317. Nenhum recolhimento de tributo ou penalidade pecuniária será efetuado sem que se expeça o competente documento de arrecadação municipal, na forma estabelecida em regulamento.

Art. 318. No caso de expedição fraudulenta de documentos de arrecadação municipal, responderão civil, criminal e administrativamente os servidores que os houverem subscrito, emitido ou fornecido.

Art. 319. Todo pagamento de tributo deverá ser efetuado em órgão arrecadador municipal ou estabelecimento de crédito autorizado pela Administração, sob pena de nulidade.

Art. 320. É facultada à Administração a cobrança em conjunto de impostos e taxas, observadas as disposições regulamentares.

Art. 321. Aos créditos tributários do Município não recolhido no prazo estabelecido, aplicam-se as normas de atualização do disposto dos incisos I, II alíneas “a” e “b” do art. 357, deste Código, sem prejuízo:

I – da imposição das penalidades cabíveis;

II – da aplicação de quaisquer medidas de garantias previstas na legislação tributária do Município.

Art. 322. O pagamento poderá ser efetuado por qualquer das seguintes modalidades:

I – em moeda corrente no país;

Art. 323. O pagamento de um crédito tributário não importa em presunção de pagamento:

I – quando parcial, das prestações em que se decomponha;

II – quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos ou penalidades pecuniárias.

Art. 324. Da Compensação, fica o Poder Executivo autorizado, a seu critério, sempre que o interesse do Município o exigir, a compensar créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidas ou vincendas do sujeito passivo contra a Fazenda Municipal, nas condições e sob as garantias que estipular.

Art. 325. Da Transação, fica o Poder Executivo autorizado a celebrar com o sujeito passivo da obrigação tributária, transação que, mediante concessões mútuas, importe em prevenir ou terminar litígio e conseqüentemente, em extinguir o crédito tributário a ele referente.

Art. 326. Da remissão, fica o Prefeito Municipal autorizado a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

I – à situação econômica do sujeito passivo;

II – ao erro ou ignorância escusável do sujeito passivo, quanto à matéria de fato;

III – ao fato de ser a importância do crédito tributário inferior não ultrapassar 2 (duas) vezes a

VRM (Valor de Referência Municipal de Carlinda) especificada no Art. 437, neste Código.

IV – às considerações de eqüidade relativamente às características pessoais ou materiais do caso;

V – às condições peculiares a determinada região do território municipal.

Parágrafo Único – A concessão referida neste artigo não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos necessários a sua obtenção, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis nos casos de dolo ou simulação do beneficiário.

Art. 327. Da prescrição, a ação para a cobrança do crédito tributário, prescreve em 5 (cinco)

anos, contados da data de sua constituição definitiva.

Parágrafo Único – A prescrição se interrompe:

I – pela citação pessoal feita ao devedor;

II – pelo protesto judicial;

III – por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

IV – por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial que importe em reconheci mento de débito pelo devedor;

V – pela publicação de Edital de Notificação no órgão oficial do Município.

Art. 328. Ocorrendo à prescrição e não tendo sido ela interrompida na forma do parágrafo único anterior, abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades, na forma da lei.

§ 1º Constitui falta de exação no cumprimento do dever deixar o servidor municipal, prescrever débitos tributários sob sua responsabilidade.

§ 2º O servidor municipal, qualquer que seja o seu cargo ou função e independentemente do vínculo empregatício ou funcional com a Administração Municipal, responderá civil, criminalmente e administrativamente pela prescrição do débito tributário sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município no valor dos débitos prescritos.

Art. 329. Da Decadência, o direito da Fazenda Municipal de constituir o crédito tributário extingue-se em 05 (cinco) anos, contados:

I – da data em que tenha sido notificada ao sujeito passivo qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento;

II – do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

III – da data em que tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício forma, o lançamento anteriormente efetuado;

§ 1º O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

§ 2º Ocorrendo a decadência, aplicam-se as normas do art. 328 e seus parágrafos, no tocante à apuração das responsabilidades e a caracterização da falta.

Art. 330. Da Conversão do Depósito em Renda, extingue o crédito tributário com o depósito em dinheiro previa mente efetuado pelo sujeito passivo:

I – para garantia de distância;

II – em decorrência de qualquer outra exigência da legislação tributária;

§ 1º Convertido o depósito em renda, o saldo porventura apurado contra ou a favor será exigido ou restituído da seguinte forma:

I – a diferença contra a Fazenda Municipal será exigida através de notificação direta publicada ou entregue pessoalmente ao sujeito passivo, na forma e nos prazos previstos em regulamento;

II – o saldo a favor do contribuinte será restituído de oficio independentemente de prévio protesto, na forma estabelecida para as restituições totais ou parciais do crédito tributário.

§ 2º Aplica-se à conversão do depósito em renda as regras de imputação do pagamento, estabelecidas no art. 315 deste Código.

Art. 331. Da Homologação do Lançamento, extingue o crédito tributário a homologação do lançamento, na forma do inciso II do art. 274, observado as disposições dos seus parágrafos

1º, 3º e 4º.

Art. 332. Da Consignação em Pagamento, ao sujeito passivo é facultado consignar judicialmente a importância do crédito tributário, nos casos:

I – de recusa de recebimento, ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória;

II – de subordinação do recebimento ao cumprimento de exigência administrativa sem fundamento legal;

III – de exigência, por mais de uma pessoa de direito público, de tributo idêntico sobre o mesmo fato gerador.

§ 1º A consignação só pode versar sobre o crédito que o consignante se propõe a pagar.

§ 2º Julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda; julgada improcedente a consignação, no todo ou em parte, cobrar-se-á aplicando-se as normas de atualização do disposto do inciso I alínea “a” e “b” do art.357, deste Código, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

§ 3º Na conversão da importância consignada em renda, aplicam-se normas dos parágrafos 1º e 2º do Art. 330.

Art. 333. Das demais modalidades de extinção, o crédito tributário extingue a decisão administrativa ou judicial que expressamente:

I – declare a irregularidade de sua constituição;

II – reconheça a inexistência da obrigação que lhe deu origem;

III – exonere o sujeito passivo do cumprimento da obrigação;

IV – declare a incompetência do sujeito ativo para exigir o cumprimento da obrigação.

§ 1º Somente extingue o crédito tributário a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória, bem como a decisão judicial passada em julgado.

§ 2º Enquanto não tornada definitiva a decisão administrativa ou passada em julgado a decisão judicial, continuará o sujeito passivo obrigado nos termos da legislação tributária, ressalvada as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito, previsto neste Código.

Seção IX – Exclusão do Crédito Tributário e suas Modalidades

Art. 334. Excluem o crédito tributário:

I – a isenção;

II – a anistia.

Parágrafo Único – A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela conseqüentes.

Art. 335. Isenção é a dispensa do pagamento de um tributo, em virtude de disposições expressas neste Código ou Lei Municipal subseqüente.

Art. 336. A isenção poderá ser:

I – em caráter geral, concedida por lei, que pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade em determinada região e/ou no todo do território do Município;

§ 1º O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogado de ofício sempre que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou em caráter individual, efetivada por despacho da autoridade administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos em lei ou contrato para a sua concessão.

§ 2º Tratando-se de tributo lançado por período certo de tempo, o despacho a que se refere o inciso II deste artigo, dependerá de reconhecimento anual pelo Executivo, antes da expiração de cada exercício, mediante requerimento do interessado em que prove enquadra-se nas situações exigidas pela lei concedente.

§ 3º Quando deixarem de ser cumpridas as exigências determinadas na lei de isenção condicionada a prazo ou a quaisquer outros encargos, a autoridade administrativa, fundamentalmente, cancelará o despacho que reconheceu o benefício e não gerando direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, a regra do art. 300.

Art. 337. A concessão de isenção por leis especiais apoiar-se-á sempre em fortes razões de ordem pública ou de interesse do Município e não poderá ter caráter pessoal.

Parágrafo Único – Entende-se como favor pessoal não permitido a concessão, em lei de isenção de tributos a determinada pessoa física ou jurídica.

Art. 338. A Lei que conceder anistia poderá fazê-lo:

I – em caráter geral;

II – limitadamente:

a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo;

b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;

c) a determinada região do território do Município, em função das condições a ela peculiares;

d) sob condição do pagamento do tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela lei à autoridade administrativa.

§ 1º A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos em lei para a sua concessão.

Art. 339. A concessão da anistia implica em perdão da infração, não constituindo estas para efeito de imposição ou graduação de penalidades por outras infrações de qualquer natureza a ele subseqüentes cometidas pelo sujeito passivo beneficiado por anistia anterior.

CAPITULO IV – DA GENERALIDADE DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Seção I – Das Disposições Gerais

Art. 340. Constitui infração a ação ou omissão voluntária ou não, que importe na inobservância por parte do sujeito passivo ou de terceiros, de normas estabelecidas na legislação tributária do Município.

Art. 341. Os infratores sujeitam-se às seguintes penalidades:

I – aplicação de multas estabelecidas nesse Código;

II – aplicação da atualização monetária, multa e juros;

III – Sujeitarão ao regime especial de fiscalização;

V – suspensão ou cancelamento de isenção de tributo.

Art. 342. A aplicação de penalidade de qualquer natureza, de caráter civil, criminal ou administrativa, e o seu cumprimento, em caso algum dispensa o pagamento de natureza devido e da aplicação das normas de atualização do disposto dos incisos I e II alínea "b" do art. 357, deste Código.

Art. 343. Não se procederá contra servidor ou contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com interpretação fiscal, constante de decisão qualquer instância administrativa, mesmo que, posteriormente venha ser modificada essa interpretação deixou de cumprir os requisitos para concessão do favor, cobrando-se o crédito atualizado, acrescido de juros de mora, aplicando-se, quando cabível, a regra do art. 305.

Art. 344. A omissão do pagamento do tributo e a fraude fiscal serão apuradas mediante representação, notificação preliminar ou auto de infração, nos termos deste Código.

§ 1º Dar-se-á por comprovada a fraude fiscal quando o contribuinte não dispuser de elementos convincentes em razão dos quais se possam admitir involuntária a omissão do pagamento.

§ 2º Em qualquer caso, considerar-se-à como fraude a reincidência na omissão de que trata este artigo.

Art. 345. A co-autoria e a cumplicidade nas infrações ou tentativas de infração aos dispositivos deste Código, implicam os que praticaram e seus autores, a responsabilidade solidariamente pelo pagamento do tributo devido, ficando sujeito às mesmas penas fiscais.

Parágrafo Único – Considera-se reincidências a repetição de infração de um mesmo dispositivo pela mesma pessoa física ou jurídica, depois de transitada em julgado, administrativamente a decisão condenatória referente à infração anterior.

Art. 346. O contribuinte ou responsável poderá apresentar denúncia espontânea de infração, ficando excluída a respectiva penalidade, desde que a falta seja corrigida imediatamente ou, se for o caso, efetuado o pagamento do tributo devido, atualizado e com os acréscimos legais cabíveis, ou depositada a importância arbitrada pela autoridade administrativa quando o montante do tributo dependa de apuração.

§ 1º Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionada com a infração.

§ 2º A apresentação de documentos obrigatórios Administração não importam denúncia espontânea, para os fins do disposto neste artigo.

Art. 347. Serão punidas:

I – com multa de 10 (dez vezes a VRM (Valor de Referência Municipal de Carlinda) quaisquer pessoas, independentemente de cargo, ofício ou função, ministério, atividade ou profissão, que embaraçarem, eludirem ou dificultarem a ação da Fazenda Municipal;

II – com multa de 15 (quinze) vezes a VRM (Valor de Referência Municipal de Carlinda) quaisquer pessoa, físicas ou jurídicas, que infringirem dispositivo da legislação tributária do Município, para os quais não tenham sido especificadas as penalidades próprias.

Art. 348. São considerados crimes de sonegação fiscal a prática pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele, dos seguintes atos:

I – prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes do fisco, com intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributo e quaisquer outros adicionais devidos por lei.

II – inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de exonerar-se do pagamento de tributos devidos à Fazenda Municipal;

III – alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações tributáveis com o propósito de fraudar a Fazenda Municipal;

IV – fornecer ou emitir documentos graciosos ou majorar despesas com o objetivo de obter dedução de tributos devidos à Fazenda Municipal.

Art. 349. A aplicação de multa não prejudicará a ação criminal que no caso couber.

Art. 350. Independentemente dos limites estabelecidos neste Código, a reincidência em infração da mesma natureza punir-se-á com multa em dobro, e, a cada nova reincidência, aplicar-se-á essa pena acrescida de 20% (vinte por cento).

Art. 351. O contribuinte que houver cometido mais de uma infração, ou reincidir na violação das normas estabelecidas neste código ou em regulamentos municipais, poderá ser submetido a regime especial de fiscalização.

Art. 352. Fica proibido de transacionar em qualquer modalidade, inclusive de receber crédito com os órgãos integrantes da Administração Direta e Indireta do Município, toda pessoa física ou jurídica que estiverem em débito e/ou respondendo por de processo de sonegação fiscal.

Art. 353. Todas as pessoas físicas ou jurídicas que gozarem de isenções de tributos municipais que infringirem disposições deste Código, ficará privadas da mesma.

Art. 354. Serão punidos com multas equivalentes ao valor de 10 (dez) a 30 (trinta) dias do respectivo vencimento ou remuneração sem prejuízo da instauração do processo disciplinar administrativo:

I – os funcionários que se negarem a prestar assistência ao contribuinte, quando está solicitada na forma deste Código;

II – os agentes fiscais que, por negligência ou má-fé, lavrarem autos sem obediência aos requisitos legais, de forma a lhes acarretar nulidade e não cumprirem com as normativas regulamentadas.

Parágrafo Único – As multas do presente artigo serão impostas pelo Executivo Municipal mediante representação da autoridade fazendária competente, se de outro modo não dispuser a legislação própria.

Art. 355. O pagamento de multas decorrentes do processo fiscal só se tornara exigível depois de transitada em julgado a decisão que a impôs.

Art. 356. São considerados crimes de sonegação fiscal a prática pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele, dos seguintes atos:

I – prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes do fisco, com intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributo e quaisquer outros adicionais devidos por lei.

II – inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de exonerar-se do pagamento de tributos devidos à Fazenda Municipal;

III – alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações tributáveis com o propósito de fraudar a Fazenda Municipal;

IV – fornecer ou emitir documentos graciosos ou majorar despesas com o objetivo de obter dedução de tributos devidos à Fazenda Municipal.

Seção II – Da Atualização Monetária, Multas e dos Juros de Mora

Art. 357 - O tributo e demais créditos tributários não pagos na data do vencimento terão seu valor atualizado monetariamente e acrescido de multas e juros, de acordo com os seguintes critérios:

I - o principal será atualizado mediante aplicação do coeficiente obtido pelo INPC

(Índice Nacional de Produtos ao Consumidor), em vigor na época, no mês em que se efetivar o pagamento, pelo valor da mesma obrigação no mês seguinte àquele fixado para o pagamento;

II - sobre o valor principal atualizado serão aplicados:

Multas de:

a) 2% (dois por cento), após o vencimento do mesmo;

b) Juros de mora à razão de 1% (um por cento) ao mês, devidos a partir do mês seguinte ao do vencimento, considerado mês qualquer fração, aplicado sobre o valor principal.

TÍTULO II – DO PROCEDIMENTO FISCAL TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I – DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Seção I – Da Consulta

Art. 358. Ao contribuinte ou responsável é assegurado o direito de efetuar consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária, desde que feita antes de ação fiscal e em obediência às normas aqui estabelecidas.

Art. 359. A consulta será dirigida ao titular da Fazenda Municipal com apresentação clara e precisa do caso concreto e de todos os elementos indispensáveis ao entendimento da situação de fato, indicados os dispositivos legais e instruída, se necessário, com documentos.

Art. 360. Nenhum procedimento fiscal será promovido contra o sujeito passivo, em relação à espécie consultada, durante a tramitação da consulta.

Parágrafo Único – Os efeitos previstos neste artigo não se produzirão em relação às consultas meramente protelatórias, assim entendidas as que versem sobre dispositivos claros da legislação tributária ou sobre tese de direito já resolvida por decisão administrativa ou judicial, definitiva ou passada em julgado.

Art. 361. A resposta à consulta será respeitada pela Administração, salvo se baseada em elementos inexatos fornecidos pelo contribuinte.

Art. 362. Na hipótese de mudança de orientação fiscal, a nova orientação atingirá todos os casos, ressalvados o direito daqueles que anteriormente procedeu de acordo com a orientação vigente até a data da modificação.

Parágrafo Único – Enquanto o contribuinte protegido por consulta, não for notificado de qualquer alteração posterior no entendimento da autoridade administrativa sobre o mesmo assunto, ficará amparado em seu procedimento pelos termos da resposta a sua consulta.

Art. 363. A formulação da consulta não terá efeito suspensivo da cobrança de tributos e respectivas atualizações e penalidades.

Parágrafo Único – O consulente poderá evitar a oneração do débito por multa, juros de mora e correção monetária efetuando o seu pagamento ou o prévio depósito administrativo das importâncias que, se indevida, serão restituídas dentro do prazo de até 30 (trinta) dias contados da notificação do consulente.

Art. 364. A autoridade administrativa dará resposta à consulta no prazo de até 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único – Do despacho proferido em processo de consulta caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias contados da sua notificação, desde que fundamentado em novas alegações.

Seção II – Da Fiscalização

Art. 365. Compete à Administração Fazendária Municipal, pelos órgãos especializados, a fiscalização do cumprimento das normas da legislação tributária de proceder a exames ou diligências, lavar termo circunstanciado do que houver apurado constantes as datas inicias do período fiscalizado, bem como a relação de documentos examinados.

§ 1º O Termo de que trata o "*caput*" deste artigo deverá ser de Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão.

§ 2º Iniciada a fiscalização ao contribuinte, terão os agentes fazendários o prazo de 10 (dez) dias para concluí-la, salvo quando esteja ele submetido a regime especial de fiscalização.

§ 3º Havendo justo motivo, o prazo referido no parágrafo anterior poderá ser prorrogado, mediante despacho do titular da Fazenda Municipal pelo período por este fixado.

Art. 366. A fiscalização será exercida sobre todas as pessoas sujeitas ao cumprimento de obrigações tributarias inclusive aquelas imunes ou isentas.

Art. 367. A autoridade administrativa terá ampla faculdade de fiscalização, com a finalidade de obter elementos que lhe permitam a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e/ou responsáveis, e determinar com precisão a natureza e o montante dos créditos tributários, podendo especialmente:

I – exigir, a qualquer tempo do sujeito passivo à exibição de livros comerciais e fiscais e documentos em geral, bem como solicitar seu comparecimento à repartição competente para prestar informações ou declarações;

II – apreender livros e documentos fiscais, nas condições e formas definidas neste Código;

III – fazer inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações nos locais e estabelecimentos onde se exerçam atividades passíveis de tributação ou nos bens constituam matéria tributável.

Art. 368. A escrita fiscal ou mercantil, com omissão de formalidades legais ou intuito de fraude fiscal, será desclassificada e facultada à Administração o arbitramento dos diversos valores.

Art. 369. O exame de livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais e demais diligências da fiscalização poderão ser repetidos, em relação a um mesmo fato ou período de tempo, enquanto não extinto o direito de proceder ao lançamento do tributo ou da penalidade, ainda que já lançados e pagos.

Art. 370. Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham, com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

I – os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;

II – os bancos, caixas econômicas e demais instituições financeiras;

III – as empresas de administração de bens;

IV – os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V – os inventariantes;

VI – os síndicos, comissários e liquidatários;

VII – quaisquer outras entidades ou pessoas que, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão detenham em seu poder, a qualquer título e de qualquer forma, informações necessárias ao fisco.

Parágrafo Único – A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado guardar segredo em razão do cargo.

Art. 371. Independentemente do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para quaisquer fins, por parte de prepostos da Fazenda Municipal, de qualquer informação obtida em razão de ofício sobre a situação econômico-financeira e sobre a natureza e estado dos negócios ou atividades das pessoas sujeitas à fiscalização.

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo unicamente as requisições da autoridade judiciária e os casos de prestação mútua de assistência para fiscalização de tributos e permuta de informações entre os diversos órgãos do Município e entre este e a União, Estados e outros Municípios.

§ 2º A divulgação das informações obtidas no exame de contas e documentos constitui falta grave sujeita à penalidade da legislação pertinente.

Art. 372. A Administração Municipal poderá instituir livros e registros de bens, serviços e operações tributáveis a fim de apurar os elementos necessários ao sue lançamento e fiscalização.

Parágrafo Único – O regulamento disporá sobre a natureza e as características dos livros e registros de que trata este artigo.

Art. 373. A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento fiscal, na forma da legislação aplicável, que fixará o prazo máximo para a conclusão daquelas.

Parágrafo Único – Os termos a que se refere este artigo serão lavrados, sempre que possível, em um dos livros fiscais exibidos; quando lavrados em separado, deles se entregará à pessoa sujeita à fiscalização, cópia autenticada pela autoridade que proceder ou presidir à diligência.

Art. 374. As autoridades da Administração Fiscal do Município, através do Secretário de Finanças, poderão requisitar auxílio de força pública federal, estadual ou municipal, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício das funções de seus agentes, ou quando indispensável à efetivação de medidas previstas na legislação tributária.

Seção III – Das Certidões e Avaliações

Art. 375. A prova de quitação do tributo para com a Fazenda Pública Municipal será feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, contendo todas as informações necessárias à identificação que contenha todas as informações exigidas pelo fisco, na forma do regulamento.

Art. 376. A certidão será fornecida dentro de até 05 (cinco) dias a contar da data de entrada do requerimento na repartição, sob pena de responsabilidade funcional.

Parágrafo Primeiro – Terá direito o contribuinte de ter do Município para fins de escrituração do imóvel, imposto causa mortis ou outro tipo de alienação que o imóvel seja avaliado, obtendo o termo de avaliação gratuitamente, que será expedido num prazo de até 10 dias a contar da data em que foi protocolada o requerimento.

Parágrafo Segundo – Havendo débito em aberto, a Certidão será positiva, revelando os débitos pendentes para com a fazenda Municipal, seja de origem tributária ou não-tributária.

Art. 377. Terá os mesmos efeitos da certidão negativa a que ressalvar a existência de créditos:

I – não vencidos;

II – em curso de cobrança executiva com efetivação de penhora;

III – cuja exigibilidade esteja suspensa.

§ 1º Nas certidões expedidas nos termos deste artigo será consignada, obrigatoriamente observação sobre crédito vincendo, se houver.

§ 2º Constando na certidão negativa observação quando a créditos vincendos, pelos mesmos responderá solidariamente o adquirente do imóvel.

§ 3º Pelo imposto referente ao exercício imediatamente posterior ao consignado como quitado na certidão negativa, responderá solidariamente o adquirente do imóvel, ainda que lançado em nome do transmitente.

Art. 378. A certidão negativa fornecida tem validade determinada de 90 (noventa) dias e não excluem o direito da Fazenda Municipal exigir, a qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados.

Art. 379. As pessoas físicas ou jurídicas que estiverem em débito para com a Fazenda Pública Municipal, ficam impedidas de celebrar qualquer modalidade de contrato, concorrer processos licitatórios, prestar serviços de qualquer natureza com a Prefeitura ou seus órgãos de administração direta ou indireta, não receberá licença para construção ou reforma e habites nem aprovará planta de loteamento sem que o interessado faça prova, por certidão negativa, da quitação de todos os tributos devidos relativos ao objeto em questão.

Art. 380. As certidões negativas de tributos imobiliários terão validade até o dia anterior ao do inicio da cobrança do imposto do exercício imediatamente posterior ao consignado como quitado.

Art. 381. A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Municipal, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir pelo pagamento do crédito tributário e juros de mora acrescidos.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade civil, criminal e administrativa que couber e é extensivo a quantos colaborarem por ação ou omissão, no erro contra a Fazenda Municipal.

Seção IV – Da Dívida Ativa Tributária

Art. 382. Constitui Divida Ativa Tributária o crédito da Fazenda Pública Municipal, regularmente inscrito, depois de esgotado o prazo para pagamento fixado por lei, por Decreto do Executivo ou por decisão proferida em processo regular, decorrente do não pagamento de tributos, multas, juros e demais cominações.

Parágrafo Único – A execução fiscal refere-se pela Lei N.º 6.830, de 22.09.1980 e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Lei nº 9.492, de 10 de Setembro de 1997.

Art. 383. Divida Ativa da Fazenda Municipal, compreende a tributária e a não tributária, tais como os provenientes de contribuição estabelecidas em lei, foros, laudêmios, aluguéis, taxas de ocupação, taxas de serviços diversos prestados, custas processuais, preços de serviços definitivamente julgados, bem assim, os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de sub-revogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral, juros, multas atualização monetária ou de outras obrigações legais.

Art. 384. A Fazenda Municipal inscreverá em dívida ativa, o crédito constituído através do controle administrativo da legalidade, ou seja, vencidos os 30 (trinta) dias do vencimento para pagamento através da cobrança amigável, pela Secretaria de Finanças, ou após decisão final da Primeira Instância proferida pela autoridade competente, ou ainda, após decisão da Segunda Instância pela autoridade competente, ou pela Assessoria Jurídical Municipal, transitada em julgado em caráter irreformável, favorável à Fazenda Pública, ficando a Assessoria Jurídica, responsável para apuração da certeza e liquidez do crédito tributário.

Parágrafo Único – A Assessoria Jurídica Municipal poderá requerer diligência no sentido de complementar os dados faltantes, se houver, para a devida inscrição em Dívida Ativa.

Art. 385. O termo de inscrição em dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I – o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros;

II – o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei;

III – a origem, a natureza e o fundamento legal da dívida;

IV – a indicação de estar à dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;

V – a data e o número da inscrição no Livro de Dívida Ativa;

VI – sendo o caso, o número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

§ 1º A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha de inscrição.

§ 2º O termo de inscrição e a Certidão de Dívida Ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico.

Art. 386. A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior ou o erro a eles relativo são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser saneada até decisão judicial de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado o prazo para defesa, que somente poderá versa sobre a parte modificada.

Art. 387. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

Parágrafo Único – A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do devedor ou de terceiros a que aproveite, guardando, no caso, a Secretaria de Fazenda, por mais 30 (trinta) dias, fazendo publicar no Diário Oficial do Estado e/ou em outro jornal de grande circulação no Município, e relação dos devedores para liquidação amigável do débito, antes de ingressar em juízo com a ação de execução fiscal.

Art. 388. Os débitos relativos ao mesmo devedor poderão, com base no Princípio da Economia Processual, ser reunidos em um único processo para a cobrança em execução fiscal.

Art. 389. A Secretaria Municipal de Finanças opinará sobre os processos que julgar e devam ser arquivados, por insuficiência de informações que lhe garantam certeza e liquidez do crédito e os encaminhará à Assessoria Jurídica para parecer conclusivo que será publicado no Órgão utilizado pela municipalidade para divulgação dos seus atos. Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000 artigo 14. Medida Provisória nº 2.159, de 2001 e Lei nº 10.276, de 2001.

Art. 390. Verificada a inobservância legal no caso de extinção ou exclusão de débitos tributários, apurar-se-á a responsabilidade funcional, sendo funcionário ou servidor obrigado a recolher aos cofres públicos municipais, o total do valor que houver sido pelo mesmo dispensado, além da pena disciplinar a que estiver sujeito.

Parágrafo Único – É solidariamente responsável com o servidor quanto à reposição das quantias relativas à redução ou extinção, a autoridade superior que autorizar ou determinar tais concessões, salvo se o fizer em cumprimento de Mandato Judicial.

Art. 391. O débito inscrito em dívida ativa, a critério do órgão fazendário e respeitado o disposto nos incisos I, II alíneas, “a” e “b” do artigo 357, poderá ser quitado em cota única ou em até 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas e seguindo os procedimentos dos incisos abaixo:

I – Fica a cargo da administração o envio de projeto de lei autorizativa para parcelamento e isenção de juros e multas sobre os impostos e taxas municipais;

II – não podendo nenhuma parcela ser inferior a 1 (Uma) VRM`s;

III – quando do parcelamento, só será concedido mediante requerimento do interessado, o que implicará no reconhecimento da dívida, assinando o Termo de Parcelamento.

IV – a primeira parcela será recolhida no ato da assinatura do Termo de Parcelamento;

V – o atraso do pagamento de duas parcelas consecutivas acarretará automaticamente o cancelamento do Termo de Parcelamento, importando no vencimento antecipado das demais e na imediata cobrança do crédito, ficando proibida sua renovação ou novo parcelamento para o mesmo débito.

§ 1º Se em fase de liquidação amigável do débito, o devedor requerer o parcelamento mediante petição dirigida a Secretaria de Fazenda, que dará o devido encaminhamento e, caso acolhido o pedido, enviará o processo à Assessoria Jurídica para o devido conhecimento, sendo o mesmo, entretanto, arquivado, somente após o pagamento da última parcela.

§ 2º Se em fase de cobrança judicial, o devedor peticionará a Assessoria Jurídica do Município que, caso acate o pedido do Requerente, após análise do caso em parcelamento, devendo o mesmo agir na forma do parágrafo anterior, para que a Assessoria Jurídica peticione ao Juiz competente, requerendo a suspensão do processo até liquidação total do débito.

3º - Em caso do parágrafo anterior, do presente artigo, caso ocorra à hipótese do inciso IV do mesmo artigo, a Assessoria Jurídica deverá ser informado do não cumprimento do parcelamento, devendo peticionar ao juiz, requerendo a continuação da execução fiscal, acrescida das multas estipuladas no documento de parcelamento, juntando cópia do mesmo e outras provas que julgar necessária.

Art. 392. Mediante a liquidação total do débito, a Assessoria Jurídica requererá imediata baixa do processo, devendo o executado pagar os honorários advocatícios e demais despesas processuais se houve, para que lhe seja liberada a certidão negativa de débitos fiscais para com a Fazenda Municipal.

Art. 393. O processo administrativo da Divida Ativa é de responsabilidade do Departamento de Tributação e Cadasatro, subordinado a Secretaria Municipal de Finanças, podendo ser requisitado por este, para exibi-lo em juízo, caso necessário.

Art. 394. A Assessoria Jurídica Municipal atuará em juízo a favor da Fazenda Pública Municipal, executando os créditos tributários e não-tributários, e defendendo o Município nas ações de execução contra ele propostas.

Art. 395. Sempre que houver penhora de bens móveis não fungíveis, a Assessoria Jurídica Municipal, requererá a remoção para o depósito municipal, cujo encarregado será o fiel em apenas um edital, reunindo todos os bens penhorados.

Art. 396. A Assessoria Jurídica Municipal, mensalmente ou dentro do prazo necessário, dependendo da quantidade de bens depositados, o leilão dos bens penhorados nos processos não embargados, ou naqueles cujos embargos tenham sido rejeitados, devendo este pedido ser feito em apenas um edital, reunindo todos os bens penhorados.

Art. 397. Em fase anterior à da execução judicial, além da publicação dos nomes dos devedores por edital, o contribuinte poderá ser intimado por carta, através do Correio, ou por Oficial de Justiça, mediante convênio.

Parágrafo Único – Dependendo do volume de processos a serem agilizados, o prefeito poderá autorizar a contratação de serviços profissionais de advogados, para cobrança extrajudicial, cujo pagamento dar-se-á pelos honorários a serem cobrados do contribuinte, no ato da quitação do débito.

Art. 398 – A cobrança da Divida Ativa, a critério da administração e do interesse do município, em terminar litígio com a pessoa física ou jurídica, poderá ser revertida em prestação de serviços pelo devedor.

CAPÍTULO II – DO PROCESSO FISCAL TRIBUTÁRIO

Seção I – Da Impugnação

Art. 399. A impugnação terá efeito suspensivo da exigência e instaurará a fase contraditória do procedimento.

Parágrafo Único – A impugnação do lançamento mencionará:

a) a autoridade julgadora a quem é dirigida;

b) a qualificação do interessado e o endereço para intimação;

c) os motivos de fato e de direito em que se fundamenta;

d) as diligências que o sujeito passivo pretenda sejam efetuadas, desde que justificadas as suas razões;

e) o objetivo visado.

Art. 400. O impugnador será notificado do despacho no próprio processo mediante assinatura ou por via postal registrada ou ainda por edital quando se encontrar em local incerto ou não sabido.

Art. 401. Na hipótese da impugnação ser julgada improcedente, os tributos e penalidades impugnadas serão atualizados monetariamente e acrescidos de multa e juros de mora, a partir da data dos respectivos vencimentos, quando cabíveis.

§ 1º O sujeito passivo poderá evitar a aplicação dos acréscimos na forma deste artigo, desde que efetue o prévio depósito administrativo, na tesouraria do Município, da quantia total exigida.

§ 2º Julgada improcedente a impugnação, o sujeito passivo arcará com custa processuais que houver.

Art. 402. Julgada procedente a impugnação, serão restituídas ao sujeito passivo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados do despacho ou decisão, as importâncias acaso depositadas, atualizadas monetariamente a partir da data em que foi efetuado o depósito.

Seção II – Da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão

Art. 403. As ações ou omissões que contrariem o disposto na legislação tributária serão, através de fiscalização, objeto de autuação com o fim de determinar o responsável pela infração verificada, o dano causado ao Município e seu respectivo valor, aplicar ao infrator a pena correspondente e proceder-se, quando for o caso, no sentido de obter o ressarcimento do referido dano.

§ 1º A Notificação Fiscal, Auto de Infração e Apreensão, obedecerá sempre o modelo fixado por ato normativo do Poder Executivo.

§ 2º O termo de que trata o "*caput*" deste artigo poderá ser:

a) de fiscalização orientativa;

b) de Notificação Fiscal - Auto de Infração e Apreensão.

I – O termo de fiscalização orientativa dará ao contribuinte o direito de regularizar sua situação perante o fisco municipal, sem penalidades, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, após o qual será lavrado o Termo de Notificação Fiscal - Auto de Infração e apreensão se for o necessário.

§ 3º O termo será lavrado em impresso próprio para este fim, devendo ser o mesmo preenchido à mão ou emitido por processo mecanográfico ou eletrônico, de forma legível, inutilizando-se os espaços em branco.

§ 4º Ao fiscalizado ou infrator, dar-se-á cópia do termo, firmada pela autoridade fiscal, contra recibo no original.

§ 5º A recusa do recibo deverá ser declarada pela autoridade, se possível com a assinatura de, pelo menos, uma testemunha, o que, entretanto, não invalidará o Termo de Fiscalização circunstanciado, devidamente documentado.

§ 6º Os dispositivos do parágrafo anterior aplicam-se, extensivamente aos fiscalizados e infratores, analfabetos ou impossibilitados de assinar o documento de fiscalização ou infração, mediante declaração da autoridade fiscal, ressalvada as hipóteses dos incapazes, definidos pela lei civil.

Art. 404. Após a lavratura do auto, o autuante inscreverá, em livro fiscal do contribuinte, se existente, termo do qual deverá constar relato dos fatos, da infração verificada, e menção especificada dos documentos apreendidos, de modo a possibilitar a reconstituição do processo.

§ 1º Lavrado o auto, terá os autuante o prazo obrigatório e improrrogável de 48 (quarenta e oito) hora para entregar cópia do mesmo ao órgão arrecadador.

§ 2º A infringência do disposto neste artigo sujeitará o funcionário às penalidades do inciso

II do art. 354.

Art. 405. O auto de infração será lavrado por autoridade administrativa competente e conterá:

I – o local, o dia e a hora da lavratura;

II – o nome, o endereço do infrator e de seu estabelecimento, com a respectiva inscrição, quando houver;

III – a descrição clara e precisa do fato que constitui a infração e, se necessário, as circunstâncias pertinentes, o disposto legal ou regulamentar violado, bem como referência ao termo de fiscalização em que se consignou a infração, quando necessário;

IV – a intimação para a apresentação de defesa ou pagamento do tributo, dentro do prazo de

30 (trinta) dias, bem como o cálculo com os acréscimos legais, penalidades e/ou atualização;

V – a assinatura do agente autuante e a indicação de seu cargo ou função;

Parágrafo Único – As incorreções ou omissões verificadas na Notificação Fiscal auto de infração e apreensão, não constituem motivo de nulidade do processo, desde que do mesmo constem elementos suficiente para determinar a infração e o infrator: podendo, a critério da autoridade fiscal, ser lavrado Termo Aditivo.

Art. 406. A assinatura do infrator na 1º via da Notificação Fiscal – Auto de Infração, não constitui formalidade essencial à validade do ato, não implica em confissão, nem sua recusa agravará a pena, devendo, entretanto, este fato constar como observação no Auto.

Parágrafo Único – Recusando-se o infrator a receber cópia do Auto, nos termos do "*caput*" deste artigo, o prazo para defesa começa a contar da data de lavratura do mesmo, não podendo o infrator alegar a não intimação para eximir-se do pagamento, ou para dilatar o prazo.

Art. 407. Considera-se intimado o infrator, para efeito de contagem do prazo para defesa:

I – pessoalmente, sempre que possível, a contar da data da entrega de cópia da Notificação Fiscal ao infrator, ao seu representante ou preposto, contra recibo datado no original;

II – por carta acompanhada de cópia da Notificação, com aviso de recebimento datado e firmado pelo destinatário ou quem quer que a receba em seu domicilio;

III – por edital com prazo de 30 (trinta) dias, se desconhecido o domicílio fiscal do infrator;

Parágrafo Único – Quando a intimação for feita por carta, nos termos do inciso II deste artigo, se por qualquer motivo não constar a data da intimação, considerar-se-á como feita 15(quinze) dias após a entrega da carta no correio, e, por edital na data de sua publicação.

Art. 408. Esgotado o prazo de 30 (trinta) dias concedido para a Defesa do contribuinte, sem que o mesmo tenha dele se utilizado, nem efetuado o devido recolhimento aos cofres públicos municipais, a Notificação Fiscal converter-se-á automaticamente em Auto de Infração, devendo o setor responsável pelo controle dos débitos fiscais da Secretaria Municipal de Finanças, novamente intimar o autuado para resgatar seus débitos perante a Fazenda Pública, não cabendo, entretanto, recurso nesta fase de liquidação amigável.

Art. 409. Após 30 (trinta) dias desta nova intimação feita pelo setor competente, sem que o autuado tenha se manifestado no sentido de liquidar seus débitos fiscais, serão os mesmos inscritos em Divida Ativa, constituindo-se desta feita, em Crédito Tributário líquido e certo, sujeito ao processo de execução fiscal.

Art. 410. É facultado ao contribuinte requerer o regaste dos seus débitos tributários, à vista ou parcelado, dentro dos moldes dos incisos e de seu artigo 391.

Art. 411. Nenhum auto de infração será arquivado nem cancelado a multa fiscal sem prévio despacho da autoridade administrativa.

Seção III – Termo de Apreensão

Art. 412. Poderão ser apreendidos bens móveis, inclusive mercadorias, livros e documentos, existentes em estabelecimento comercial, industrial, agrícola ou prestação de serviços de qualquer natureza em poder do contribuinte ou de terceiros, ou em outros lugares, inclusive em trânsito desde que constituam prova material de infração da legislação tributária do Município.

Parágrafo Único – Havendo prova ou fundada suspeita de que as coisas se encontram em residência particular ou lugar utilizado como moradia, será promovido à busca e apreensão judicial, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina.

Art. 413. A apreensão será objeto de lavratura de termo próprio devidamente fundamentado, contendo a descrição dos bens ou documentos apreendidos, com indicação do lugar onde ficarem depositados e o nome e assinatura do depositário, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idôneo a juízo do autuante, além do demais elemento indispensável à identificação do contribuinte e descrição clara e precisa do fato e a indicação das disposições legais.

Art. 414. A restituição dos documentos e bens apreendidos será feita mediante recibo e contra depósito das quantias exigidas, se for o caso.

Art. 415. Os livros e/ou documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuado, ser-lhe devolvidos, ficando no processo cópia do inteiro teor ou da parte que deve fazer prova, caso o original não seja indispensável a este fim.

Art. 416. Lavrado o Termo de Apreensão, terá o sujeito passivo o prazo legal de 30 (trinta) dias para cumprir com suas obrigações tributaria. Preenchendo os requisitos, cumprindo as exigências legais para a liberação dos bens apreendidos, ou entrar com defesa dirigida ao Secretário Municipal de Finanças, ou à autoridade máxima da Secretaria ou órgão público que tenha lavrado o Termo respectivo.

§ 1º Findo o prazo estipulado no "*caput*" deste artigo sem que o sujeito passivo tenha utilizado o mesmo para promover sua defesa, nem tenham cumprido com suas obrigações tributárias, os bens apreendidos serão levados à hasta pública, afixando-se edital do leilão de conformidade com que dispõe a Lei Federal 8.666/93.

§ 2º Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração, os prazos para cumprimentos das obrigações serão os constantes, do Regulamento, em função do tempo de armazenagem suportável, sem que haja deterioração, depois de decorrido o prazo sem que nenhuma providência tenha sido tomada pelo sujeito passivo, o Prefeito autorizará a doação à instituição e/ou associações de caridade e assistência social, mediante recibo.

§ 3º Apurando-se na venda em hasta pública, importância superior aos tributos devidos, acréscimos legais e demais custos resultantes da modalidade de venda, será o sujeito passivo autuado, notificado para receber o excedente, em prazo que será determinado na notificação.

Seção IV – Defesa

Art. 417. O sujeito passivo poderá contestar a exigência fiscal, independentemente do prévio depósito, dentro do prazo de 20(vinte) dias contados da intimação do auto de infração ou do termo de apreensão, mediante defesa por escrito, alegando toda a matéria que entender útil e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas.

Parágrafo Único – Quando se trata de apreensão de bens de fácil deterioração aplicar-se-á os mandamentos do § 2º do art. 416.

Art. 418. O sujeito passivo poderá, conformando-se com parte dos termos da autuação, recolher os valores relativos a essa parte ou cumprir o que for determinado pela autoridade fiscal, contestando o restante.

Art. 419. A defesa será dirigida ao titular da Fazenda Municipal, constará de petição datada e assinada pelo sujeito passivo ou seu representante e deverá ser acompanhados de todos os elementos que lhe servirem de base.

Art. 420. Anexada à defesa, será o processo encaminhado ao funcionário autuante ou seu substituto para que, no prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis a critério do titular da Fazenda Municipal, se manifeste sobre as razões oferecidas.

Art. 421. Na hipótese de auto de infração, conformando-se o autuado com o despacho da autoridade administrativa e desde que efetue o pagamento das importâncias exigidas dentro do prazo para interposição de recurso, o valor das multas será reduzido em 50% (cinqüenta por cento) e o procedimento tributário arquivado.

Art. 422. Aplica-se à defesa, no que couberem, as normas relativas à impugnação.

Seção V – Das Diligências

Art. 423. A autoridade administrativa determinará de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, em qualquer instância, a realização de perícias e outras diligências, quando as entender necessárias, fixando-lhes prazo e indeferirá as que considerarem prescindíveis, impraticáveis ou protelatórias.

Parágrafo Único – A autoridade administrativa determinará o agente da Fazenda Municipal e/ou perito devidamente qualificado para a realização das diligências.

Art. 424. O sujeito passivo poderá participar das diligências, pessoalmente ou através de seu preposto ou representante legal, e as alegações que fizer serão juntadas ao processo para serem apreciadas no julgamento.

Art. 425. As diligências serão realizadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias prorrogáveis a critério da autoridade administrativa e suspenderão o curso dos demais prazos processuais.

Art. 426. Não se admitirá prova fundada em exame de livros ou arquivos das repartições da

Fazenda Públicas, ou em depoimento pessoal de seus representantes ou servidores.

Seção VI – Dos Prazos

Art. 427. Os prazos fixados na legislação tributária do Município serão contínuos, excluindo-se na sua contagem, o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo Único – Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal da repartição em que ocorra ou deva ser praticado o ato.

Seção VII – Da Primeira Instância Administrativa

Art. 428. As impugnações a lançamentos e as defesas de autos de infração e de termos de apreensão serão decididas, em Primeira Instância Administrativa, pela autoridade máxima na escala hierárquica, de cada Secretaria ou Órgão de onde proceda ao Auto de Infração.

Parágrafo Único – A Autoridade julgadora terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento da impugnação ou defesa, para proferir sua decisão conclusiva sobre a impugnação do autuado, podendo, entretanto, solicitar novas diligências, juntada de documentos e, se for o caso, determinar a autoridade autuante à lavratura de Termo Aditivo.

Art. 429. Considera-se iniciado o procedimento fiscal-administrativo:

I – com a impugnação, pelo sujeito passivo, de lançamento ou ato administrativo dele decorrente;

II – com a lavratura do termo de início de fiscalização ou intimação escrita para apresentar livros comerciais ou fiscais e outros documentos de interesse para a Fazenda Municipal;

III – com a lavratura do termo de apreensão de livros ou de outros documentos fiscais;

IV – com a lavratura de auto de infração;

V – com qualquer ato escrito de agente do fisco, que caracterize o início do procedimento para apuração de infração fiscal, de conhecimento prévio do fiscalizado.

Art. 430. Não sendo proferida decisão no prazo legal, nem convertido o julgamento em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário, como se fora julgado procedente o auto de infração ou improcedente a impugnação contra o lançamento, cessando, com a interposição do recurso, a jurisdição de autoridade de primeira instância.

Seção VIII – Segunda Instância Administrativa

Art. 431. Das decisões de primeira instância caberá recurso para a instância administrativa superior:

I – voluntário, quando requerido pelo sujeito passivo no prazo de 2 (dois) dias a contar da notificação do despacho quando a ele contrárias no todo ou em parte;

II – de ofício, a ser obrigatoriamente interposto pela autoridade julgadora, imediatamente e no próprio despacho, quando contrárias, no todo ou em parte, ao Município, desde que a importância em litígio exceda a 50% (cinqüenta por cento) da VRM (Valor de Referência Municipal de Carlinda) definida no art. 437, neste Código.

§ 1º O recurso terá efeito suspensivo.

§ 2º Enquanto não interposto o recurso de ofício, a decisão não produzirá efeito.

Art. 432. A decisão, na instância administrativa superior, será proferida no prazo máximo de 40 até (quarenta) dias, contados da data do recebimento do processo, aplicando-se para a notificação do despacho as modalidades previstas para a primeira instância.

Parágrafo Único – Decorrido o prazo definido neste artigo sem que tenha sido proferida a decisão, não serão computados juros e atualização monetária a partir dessa data.

Art. 433. A Segunda Instância Administrativa será representada pelo Prefeito Municipal.

Art. 434. O recurso voluntário poderá ser impetrado independentemente de apresentação da garantia de instância.

Art. 435. É vedado reunir em uma só petição, recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo contribuinte, salvo quando proferidas no mesmo processo fiscal.

Seção IX – Da Execução das Decisões Fiscais

Art. 436. As decisões fiscais definitivas serão cumpridas:

I – pela notificação ao contribuinte, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor da condenação;

II – pela notificação ao contribuinte para vir receber importância indevidamente recolhida como tributo ou multa;

III – pela notificação ao contribuinte para vir receber ou, quando for o caso, pagar no prazo de 15 (quinze) dias, a diferença entre:

a) o valor da condenação e a quantia depositada em garantia de instância.

IV – pela liberação dos bens, mercadorias, documentos apreendidos ou depositados, pela restituição do produto de sua venda, se tiver havido alienação de seu valor de mercado, se houver ocorrido doação.

V – pela imediata inscrição, na dívida ativa, e remessa da certidão para cobrança executiva dos débitos a que se referem os incisos I e III deste artigo, se não tiverem sido pagos no prazo estabelecido.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 437. Permanece a VRM (Valor de Referência Municipal de Carlinda), que servirá de base para os cálculos dos Tributos e algumas Penalidades Municipais no valor de R$ 41,14.

Parágrafo Único – A VRM (Valor de Referência Municipal de Carlinda) mencionado neste artigo e demais tributos serão atualizados anualmente por Decreto do Executivo Municipal, mediante aplicação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

Art. 438. Consideram-se integrantes à presente Lei as tabelas dos Anexos I à XII, que a acompanha.

Art. 439. O Executivo Municipal fixará por Decreto as normas regulamentares necessária à execução deste Código.

Art. 440. Esta Lei Complementar entrará em vigor 90 dias após sua publicação, revogando-se em especial a Lei 849/2014 e demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 28 de Dezembro de 2.017.

Reeditado em 1º de fevereiro de 2021.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

ÍNDICE DOS ANEXOS

Anexo	Descrição das Tabelas	Página
I	Tabela para cobrança de Imposto sobre Serviços de Quaisquer Naturezas (ISSQN).	143
II	Tabela para cobrança da Taxa de Fiscalização para Licença relativa á Localização e Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais de Quaisquer Atividades.	153
III	Tabela para cobrança da Taxa de Fiscalização para Licença relativa ao Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais de Quaisquer Atividades em Horário Especial.	164
IV	Tabela para cobrança da Taxa de Fiscalização para Licença relativa á Veiculação de Publicidade em Geral.	164
V	Tabela para cobrança da Taxa de Fiscalização para Licença relativa á Comercio Eventual ou Ambulante em Geral.	165
VI	Tabela para cobrança da Taxa de Fiscalização para Licença relativa á Execução de Obras, Arruamentos e Loteamentos.	165
VII	Tabela para cobrança da Taxa de Licença para Fiscalização relativa á Ocupação de Áreas em Terrenos ou Via e Logradouros Públicos.	167
VIII	Tabela para cobrança da taxa de Fiscalização para Licença relativa ao Abate de Animais.	168
IX	Tabela para cobrança da taxa de Fiscalização para licença relativa á transporte de passageiros e cargas.	168
X	Tabela de Valores em UPFM - Taxa de Cemitério	169
XI	Taxa de Expediente	169
XII	Tabela de Valores em R$ (Reais) por Metro Quadrado de “Imóvel Predial Territorial Urbano e tabelas complementares”	170

ANEXO I

TABELA PARA COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ALÍQUOTAS (%) SOBRE O FATURAMENTO APURADO OU ESTIMADO	LANÇAMENTO MÍNIMO ANU-AL EM VRM
1.0	**PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE**		
1.1	**SAÚDE - PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS**		
1.1.01	Acupuntores	-	2
1.1.02	Enfermeiros	-	24
1.1.03	Farmacêuticos, bioquímicos	-	24
1.1.04	Médicos e Congêneres	-	120
1.1.05	Médicos veterinários	-	14
1.1.06	Obstetras, ortopédicos e congêneres;	-	120
1.1.07	Odontólogos ou dentistas	-	60
1.1.08	Protéicos (prótese dentária);	-	12
1.1.09	Psicólogos, fonoaudiólogos e fisioterapeutas	-	24
1.1.10	Outros profissionais de saúde não especificados anteriormente	-	24
1.2	**SAÚDE – EMPRESAS**		
1.2.01	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, sêmen e congêneres	5	36
1.2.02	Guarda, tratamento, adestramento, embelezamento, alojamento e congêneres, relativos a animais.	5	12

1.2.03	Hospitais veterinários, clínicas veterinárias e congêneres.	5	60
1.2.04	Hospitais, clínicas, sanatórios, laboratórios de análises, ambulatórios, prontos-socorros, manicômios, casas de saúde, de repouso, e de recuperação e congêneres.	5	60
1.2.05	Planos de saúde que se cumpram através de serviços prestados por terceiros, contratados pela empresa ou apenas pagos por esta, mediante indicação do beneficiário do plano	5	-
1.3.	**SAÚDE – EMPRESAS/PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS**		
1.3.01	Assistência médica e congêneres, prestados através de planos de medicina de grupo, convênios, inclusive com empresas para assistência a empregados	5	-
2.	**SERVIÇOS PESSOAIS – TRATAMENTOS DE BELEZA**		
2.1	**AUTÔNOMOS**		
2.1.01	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto o de aviamento	-	6
2.1.02	Banhos, duchas, sauna, massagens, ginásticas e congêneres	-	24
2.1.03	Barbeiros, cabeleireiros, manicures, pedicures, tratamento de pele, depilação e congêneres.	-	6
2.1.04	Estética - massagens, depilações, tratamento de pele e congêneres	-	12
2.1.05	Salões de Beleza	-	12
2.1.06	Taxidermia	-	-
2.1.07	Tinturaria e lavanderia	-	12
3.	**ATIVIDADES DE IMUNIZAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO E DE LIMPEZA EM GERAL**		
3.1.	**AUTÔNOMOS**		
3.1.01	Desinfecção, imunização, higienização, desratização e congêneres	-	36
3.1.02	Limpeza, manutenção e conservação de imóveis, inclusive vias públicas, parques e jardins	-	12
3.2.	**EMPRESAS**		
3.2.01.	Limpeza, manutenção e conservação de imóveis, inclusive vias públicas, parques e jardins	5	24
3.2.02.	Saneamento ambiental e congêneres	5	24
3.3.	**EMPRESAS E AUTÔNOMOS**		
3.3.01.	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza, e de agentes físicos e biológicos.	5	12
3.3.02.	Desinfecção, imunização, higienização, desratização e congêneres	5	36
3.3.03.	Incineração de resíduos quaisquer	5	12
3.3.04.	Limpeza de chaminés	5	12
3.3.05.	Limpeza de Fossas	5	36
3.3.06.	Limpeza e dragagem de portos, rios e canais	5	24
3.3.07.	Varrição, coleta, remoção e incineração de lixo ou entulhos	5	24
4.	**ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA**		
4.1.	**EMPRESAS E AUTÔNOMOS**		
4.1.01.	Assessoria ou consultoria técnica de qualquer natureza, não especificada nos demais itens desta lista	5	60
4.1.02	Análises, inclusive de sistemas, exames, pesquisas e informações, programação, coleta e processamento de dados de qualquer natureza	5	24
4.1.03	Avaliação de bens	5	12
4.1.04	Contabilidade, auditoria, guarda-livros, técnicos em contabilidade e congêneres	5	36
4.1.05	Datilografia, estenografia, expediente, secretaria em geral e congêneres	5	-
4.1.06	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas;	5	60
4.1.07	Planejamento, coordenação, organização técnica, financeira ou administrativa	5	24
4.1.08	Traduções e interpretações	5	12
5.	**CONSTRUÇÃO CIVIL, TERRAPLENAGEM E ASSEMELHADOS**		
5.1.	**EMPRESAS E AUTÔNOMOS**		
5.1.01	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), mapeamento e topografia.	5	36
5.1.02	Demolição	5	-
5.1.03	Escoramento e contenção de encostas e serviços congêneres		-
5.1.04	Execução por administração, empreitada, ou subempreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes e respectiva engenharia consultiva, inclusive serviços auxiliares ou complementares (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS);	5	-
5.1.05	Florestamento e reflorestamento;	5	-
5.1.06	Paisagismo, jardinagem e decoração (exceto o fornecimento de mercadorias, que fica sujeito ao ICMS)	5	24

5.1.07	Pesquisa, perfuração, cimentação, perfilagem, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo e gás natural	5	-
5.1.08	Projetos, cálculos e desenhos técnicos de qualquer natureza	5	12
5.1.09	Raspagem, calafetação, polimento, lustração de pisos, paredes e divisórias	5	12
5.1.10	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS)	5	-
5.1.11	Transporte de areia, brita, cascalho e terra p/aterro	5	12
6.	**EDUCAÇÃO**		
6.1	**EMPRESAS E AUTÔNOMOS**		
6.1.01	Ensino Fundamental	5	24
6.1.02	Ensino Médio	5	24
6.1.03	Ensino Superior	5	36
6.1.04	Ensino, instrução, treinamento, avaliação de conhecimentos, de qualquer grau ou natureza não especificadas	5	36
7.	**SERVIÇOS INTERMEDIAÇÕES E REPRESENTAÇÕES**		
7.1	**EMPRESAS E AUTÔNOMOS**		
7.1.01	Administração de bens e negócios de terceiros e de consórcios	5	24
7.1.02	Administração de fundos mútuos (exceto a realizada por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central)	5	24
7.1.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis e imóveis não abrangidos nos itens 44, 45, 46 e 47	5	24
7.1.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros e de planos de previdência privada	5	2
7.1.05	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de franquia (franchise) e de faturação (factoring) – excetuam-se os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central	5	60
7.1.06	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos da propriedade industrial, artística ou literária	5	-
7.1.07	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos	5	36
7.1.08	Quaisquer (exceto os serviços executados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central)	5	36
7.1.09	Agenciamento, organização, promoção e execução de programas de turismo, passeios, excursões, guias de turismo e congêneres	5	12
7.1.10	Agentes da propriedade artística ou literária	5	-
7.1.11	Agentes da propriedade industrial	5	-
7.1.12	Cobranças e recebimentos por conta de terceiros, inclusive direitos autorais, protestos de títulos, sustação de protestos, devolução de títulos não pagos, manutenção de títulos vencidos, fornecimentos de posição de cobrança ou recebimento e outros serviços correlatos da cobrança ou recebimento (este item abrange também os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central)	5	36
7.1.13	Despachantes	5	36
7.1.14	Distribuição de bens de terceiros em representação de qualquer natureza.	5	-
7.1.15	Leilão	5	-
7.1.16	Recrutamento, agenciamento, seleção, colocação ou	5	12
7.1.17	fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive por empregados do prestador do serviço ou por trabalhadores avulsos por ele contratados	5	12
7.1.18	Regulação de sinistros cobertos por contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis, prestados por quem não seja o próprio segurado ou companhia de seguro	5	-
8.	**SERVIÇOS GERAIS E DIVERSOS**		
8.1.	**EMPRESAS E AUTÔNOMOS**		
8.1.01	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie (exceto depósitos feitos em instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central)	5	-
8.1.02	Colocação de molduras e afins, encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres	5	12
8.1.03	Colocação de tapetes e cortinas, com material fornecido pelo usuário final do serviço	5	-
8.1.04	Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia	5	24
8.1.05	Cópia ou reprodução, por quaisquer processos, de documentos e outros papéis, plantas ou desenhos	5	-
8.1.06	Funerais	5	36
8.1.07	Guarda e estacionamento de veículos automotores terrestres	5	-
8.1.08	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido	5	-
8.1.09	Instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central: fornecimento de talão de cheques; emissão de cheques administrativos; transferência de fundos; devolução de cheques, sustação de pagamento de cheques; ordens de pagamento e de crédito, por qualquer meio; emissão e renovação de cartões magnéticos; consultas em terminais eletrônicos; pagamentos por conta de terceiros, inclusive os feitos fora do estabelecimento; elaboração de ficha cadastral; aluguel de cofres; fornecimento de 2.ª via de avisos de lançamentos e de extrato de conta; emissão de carnês (neste item não está abrangido o ressarcimento, a instituições financeiras, de gastos com portes do Correio, telegramas, telex e teleprocessamento necessários à prestação dos serviços);	5	-

8.1.10	Montagem industrial, prestada ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido	5	-
8.1.11	Serviços portuários e aeroportuários; utilização de porto ou aeroporto; atracação; capatazia; armazenagem interna, externa e especial; suprimento de água, serviços e acessórios; movimentação de mercadorias fora do cais	5	-
8.1.12	Transporte, coleta, remessa ou entrega de bens ou valores, dentro do território do Município	5	-
8.1.13	Vigilância ou segurança de pessoas e bens	5	24
9	**DIVERSÕES PÚBLICAS E EVENTOS**		
9.1	**EMPRESAS E AUTÔNOMOS**		
9.1.01	Bailes, "shows", festivais, recitais e congêneres, inclusive espetáculos que sejam também transmitidos, mediante compra de direitos para tanto, pela televisão ou pelo rádio	5	-
9.1.02	Bilhares, boliches, corridas de animais e outros jogos	5	-
9.1.03	Cinemas, "táxis-dancing" e congêneres	5	-
9.1.04	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador, inclusive a venda de direitos à transmissão pelo rádio ou pela televisão	5	-
9.1.05	Distribuição e venda de bilhetes de loteria, de cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios ou prêmios;	5	-
9.1.06	Execução de música, individualmente ou por conjuntos	5	-
9.1.07	Exposições, com cobrança de ingressos;	5	-
9.1.08	Fonografia ou gravação de sons ou ruídos, inclusive trucagem, dublagem e mixagem sonora	5	-
9.1.09	Fornecimento de música, mediante transmissão por qualquer processo, para vias públicas ou ambientes fechados (exceto transmissões radiofônicas ou de televisão)	5	-
9.1.10	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução e trucagem	5	12
9.1.11	Gravação e distribuição de filmes e videoteipes	5	-
9.1.12	Jogos eletrônicos	5	-
9.1.13	Organização de festas e recepções: “Buffet” (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas que fica sujeito ao (ICMS)	5	-
9.1.14	Organização de festas e recepções: “Buffet” (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas que fica sujeito ao (ICMS)	5	-
9.1.15	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres	5	-
9.1.16	Produção, para terceiros, mediante ou sem encomenda prévia, de espetáculos, entrevistas e congêneres	5	-
10.	**MANUTENÇÃO E REPAROS**		
10.1.	**EMPRESAS E AUTÔNOMOS**		
10.1.01	Conserto, restauração, manutenção e conservação de máquinas, veículos, motores, elevadores ou de quaisquer objetos (exceto o fornecimento de peças e partes, que fica sujeito ao ICMS);	5	24
10.1.02	Lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, veículos, aparelhos e equipamentos (exceto o fornecimento de peças e partes, que fica sujeito ao ICMS);	5	24
10.1.03	Lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, veículos, aparelhos e equipamentos (exceto o fornecimento de peças e partes, que fica sujeito ao ICMS);	5	24
10.1.04	Lustração de bens móveis quando o serviço for prestado para o usuário final do objeto lustrado	5	-
10.1.05	Manutenção de micro computadores PC ou portátil, impressoras, e periféricos	5	24
10.1.06	Recauchutagem ou regeneração de pneus para o usuário final	5	24
10.1.07	Recondicionamento de motores (o valor das peças fornecidas pelo prestador do serviço fica sujeito ao ICMS)	5	24
10.1.08	Recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos não destinados à industrialização ou comercialização	5	24
11.	**PROPAGANDAS E PUBLICIDADE**		
11.1.	**EMPRESAS E AUTÔNOMOS**		
11.1.01	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários (exceto sua impressão, reprodução ou fabricação)	5	-
11.1.02	Sonorização Volante moto	-	12
	Sonorização volante de carro de passeio		24
	Sonorização volante de caminhão		36
12.	**SERVIÇOS DE TRANSPORTE**		
12.1.	**EMPRESAS E AUTÔNOMOS**		
12.1.01	Exploração de rodovia mediante cobrança de preço dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros definidos em contratos, atos de concessão ou de exploração de pedágio.	5	-
12.1.02	Transporte Coletivo de Passageiros - estritamente municipal - não tributado pelo ICMS	5	24
12.1.03	Transporte de carga de natureza estritamente municipal - não tributado pelo ICMS	5	12
13.	**HOTÉIS E RESTAURANTES**		
13.1	Hospedagem em hotéis, motéis, pensões e congêneres (o valor da alimentação, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza)	5	36
14.	**OUTROS PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS**		
14.1.	**NÍVEL ACADÊMICO/SUPERIOR**		
14.1.01	Advogados	5	60

14.1.02	Assistentes sociais	5	12
14.1.03	Economistas;	5	24
14.1.04	Engenheiros, arquitetos, urbanistas, agrônomos	5	36
14.1.05	Nutricionistas	5	12
14.1.06	Programadores, analista de sistemas e congêneres	5	12
14.1.07	Relações públicas	5	12
14.1.08	Serviços de Registros Públicos, Cartorários e Notariais	5	---
14.1.09	Outros profissionais não especificados	5	36
14.2	**OUTROS**		
14.2.01	Borracheiros	-	6
14.2.02	Pedreiros	-	12
14.2.03	Carpinteiros	-	12
14.2.04	Encanadores	-	12
14.2.05	Eletricistas	-	24
14.2.06	Técnicos em Informática	-	24
14.2.07	Web designer	-	12
14.2.08	Técnicos em Contabilidade	-	12
14.2.09	Outros técnicos	-	12
14.2.10	Mecânicos	-	18
14.2.11	Taxistas	-	12
15.	**OUTROS SERVIÇOS NÃO ESPECIFICADOS NESTA TABELA**		
15.1	A Fazenda Pública Municipal fará o lançamento sempre prioritariamente pelo valor do faturamento apurado por documentos ou por constatação através dos meios de fiscalização.		
15.2	Será lançado o valor mínimo mensal quando o faturamento não puder ser constatado ou ficar abaixo deste.		

ANEXO II

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS ALVARÁ

A					**AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQÜICULTURA**	
	01				**AGRICULTURA, PECUÁRIA, HORTICULTURA E FLORICULTURA E SERVIÇOS RELACIONADOS**	ISENTO
	02				**PRODUÇÃO FLORESTAL**	ISENTO
	03				**PESCA E AQÜICULTURA**	ISENTO
B					**INDÚSTRIAS EXTRATIVAS**	
	05				**EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL**	ISENTO
	06				**EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL**	ISENTO
	07				**EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS FERRO, ALUMÍNIO, ESTANHO, MANGANÊS, METAIS PRECIOSOS, ENTRE OUTROS)**	50
	08				**EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS (PEDRA, AREIA E ARGILA, ENTRE OUTROS)**	25
	09				**ATIVIDADES DE APOIO À EXTRAÇÃO DE MINERAIS**	10
C					**INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO**	
	10				**FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS**	
					ATÉ 200 m²	5
					DE 201 A 500 m²	10
					DE 501 A 1000 m²	15
					DE 1001 ATÉ 5000 m²	20
					ACIMA DE 5001 m²	25
	11				**FABRICAÇÃO DE BEBIDAS (ALCOÓLICAS OU NÃO-ALCOÓLICAS)**	
					ATÉ 200 m²	5
					DE 201 A 500 m²	10
					DE 501 A 1000 m²	15
					DE 1001 ATÉ 5000 m²	20
					ACIMA DE 5001 m²	25
	12				**FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO FUMO**	
					ATÉ 200 m²	5
					DE 201 A 500 m²	10
					DE 501 A 1000 m²	15
					DE 1001 ATÉ 5000 m²	20
					ACIMA DE 5001 m²	25
	13				**FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS (TAPECARIA, MALHA, LINHAS E TECIDOS)**	
					ATÉ 200 m²	5
					DE 201 A 500 m²	10

					DE 501 A 1000 m²	15
					DE 1001 ATÉ 5000 m²	20
					ACIMA DE 5001 m²	25
	14				**CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS (MALHARIA, ENTRE OUTROS)**	
					ATÉ 25 m²	6
					DE 26 A 100 m²	10
					DE 101 A 300 m²	15
					ACIMA DE 301 m²	20
	15				**PREPARAÇÃO DE COUROS E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO, ARTIGOS PARA VIAGEM E CALÇADOS**	
					ATÉ 25 m²	6
					DE 26 A 100 m²	10
					DE 101 A 300 m²	15
					ACIMA DE 301 m²	20
	16				**MADEREIRAS E SIMILIARES**	
					ATÉ 500 m²	10
					DE 501 A 1000 m²	20
					ACIMA DE 1001 m²	25
	17				**FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL**	
					ATÉ 200 m²	5
					DE 201 A 500 m²	10
					DE 501 A 1000 m²	15
					DE 1001 ATÉ 5000 m²	20
					ACIMA DE 5001 m²	25
	18				**IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES (GRÁFICA, JORNAIS, LIVROS, REVISTAS E OUTRAS PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS)**	8
	19				**FABRICAÇÃO DE COQUE, DE PRODUTOS DERIVADOS DO PETRÓLEO E DE BIOCOMBUSTÍVEIS**	10
	20				**FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS**	10
	21				**FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS E FARMACÊUTICOS**	10
	22				**FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAL PLÁSTICO**	10
	23				**FABRICAÇÃO DE PRODUTOS PRODUTOS CERÂMICOS, ARTEFATOS DE CONCRETO, CIMENTOS, GESSO E SEMELHANTES:**	
					ATÉ 200 m²	5
					DE 201 A 500 m²	10
					DE 501 A 1000 m²	15
					DE 1001 ATÉ 5000 m²	20
					ACIMA DE 5001 m²	25
	24				**METALURGIA (SIDERURGIA E FUNDIÇÃO)**	25
	25				**FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL (ESTRUTURAS METÁLICAS, TANQUES, RESERVATÓRIOS, CALDEIRAS, SOLDA, SERALHERIA)**	
					ATÉ 200 m²	5
					DE 201 A 500 m²	8
					DE 501 A 1000 m²	10
					DE 1001 ATÉ 5000 m²	15
					ACIMA DE 5001 m²	20
	26				**FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICOS E ÓPTICOS**	15
	27				**FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS**	15
	28				**FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**	15
	29				**FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS**	10
	30				**FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES**	8
	31				**FABRICAÇÃO DE MÓVEIS**	10
	32				**FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS ARTIGOS DE JOALHERIA, BIJUTERIA, INSTRUMENTOS MUSICAIS, ARTEFATOS PARA PESCA E ESPORTE E SIMILARES**	5
	33				**MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**	10
D					**ELETRICIDADE E GÁS**	
	35				**ELETRICIDADE, GÁS E OUTRAS UTILIDADES**	
		35.1			GERAÇÃO, TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	200
		35.2			PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS GASOSOS POR REDES URBANAS	100
		35.3			PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE VAPOR, ÁGUA QUENTE E AR CONDICIONADO	100
E					**ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO**	
	36				**CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA**	20
	37				**ESGOTO E ATIVIDADES RELACIONADAS**	20
	38				**COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS; RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS**	20
	39				**DESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS**	20
F					**INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO**	
	41				**CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (INCORPORAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS)**	18
	42				**OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA (CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS, FERROVIAS, OBRAS URBANAS E OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS, ENERGIA ELÉTRICA, TELECOMUNICAÇÕES, ÁGUA, ESGOTO E TRANSPORTE POR DUTOS)**	100
	43				**SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO (TERRAPLENAGEM, SONDAGENS, INSTALAÇÕES EM GERAL, ACABAMENTO, ENTRE OUTROS SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO)**	25
G						
	45				**COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS**	
		45.1			**COMÉRCIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES**	
					ATÉ 200 m²	8
					DE 201 A 500 m²	10

					DE 501 A 1000 m²	15
					ACIMA DE 1001 m²	20
		45.2			**MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES**	
					ATÉ 100 m²	8
					DE 101 A 300 m²	12
					ACIMA DE 300 m²	15
		45.3			**COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES**	
					ATÉ 100 m²	8
					DE 101 A 300 m²	12
					ACIMA DE 300 m²	15
		45.4			**COMÉRCIO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MOTOCICLETAS, PEÇAS E ACESSÓRIOS**	
					ATÉ 100 m²	8
					DE 101 A 300 m²	12
					ACIMA DE 300 m²	15
	46				**COMÉRCIO POR ATACADO, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS**	15
	47				**COMÉRCIO VAREJISTA**	
		47.1			**SUPERMERCADO, MERCADOS, MERCEARIAS E COMÉRCIOS DE GÊNERO ALIMENTÍCIO OU SIMILARES:**	
					ATÉ 100 m²	8
					DE 101 A 200 m²	10
					DE 201 A 400 m²	12
					DE 401 A 600 m²	15
					DE 601 A 800 m²	20
					ACIMA DE 801 m²	30
		47.2			**PADARIA, LATICÍNIO, DOCES, BALAS E SEMELHANTES, CARNES E PESCADOS, AÇOUGUES E PEIXARIAS OU SIMILARES:**	
					ATÉ 50 m²	6
					DE 51 A 100 m²	8
					DE 101 M2 A 200 m²	10
					ACIMA DE 201 m²	14
		47.3			**POSTOS DE COMBUSTIVEL, LOJAS DE LUBRIFICANTES**	
					ATÉ 200 m²	10
					DE 201 A 400 m²	15
					DE 401 A 1000 m²	20
					ACIMA DE 1001 m²	25
		47.4			**LOJAS DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA, MATERIAL ELÉTRICO, VIDROS, FERRAGENS, MADEIRA**	
					ATÉ 200 m²	8
					DE 201 A 400 m²	15
					DE 401 A 1000 m²	20
					ACIMA DE 1001 m²	25
		47.5			**COMÉRCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO; EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE USO DOMÉSTICO**	
					ATÉ 100 m²	8
					DE 101 A 200 m²	15
					ACIMA DE 201 m²	20
		47.6			**COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS CULTURAIS, RECREATIVOS E ESPORTIVOS**	
					ATÉ 100 m²	8
					DE 101 A 200 m²	15
					ACIMA DE 201 m²	20
		47.7			**LOJAS DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, PERFUMARIA E COSMÉTICOS E ARTIGOS MÉDICOS, ÓPTICOS E ORTOPÉDICOS OU SIMILARES:**	
					ATÉ 100 m²	6
					DE 101 A 200 m²	15
					ACIMA DE 201 m²	20
		47.8			**LOJA DE ARTIGOS DE VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS, CALÇADOS E ARTIGOS DE VIAGEM, JÓIAS E RELÓGIOS, GÁS LIQÜEFEITO DE PETRÓLEO (GLP), OU SIMILARES:**	
					ATÉ 100 m²	5
					DE 101 A 200 m²	10
					DE 201 A 400 m²	15
					DE 401 A 800 m²	20
					ACIMA DE 801 m²	25
		47.9			**COMÉRCIO AMBULANTE E OUTROS TIPOS DE COMÉRCIO VAREJISTA**	ANEXO V
H					**TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO**	
	49				**TRANSPORTE TERRESTRE (TAXI, TRANSPORTE ESCOLAR, RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS)**	6
	50				**TRANSPORTE AQUAVIÁRIO**	8
	51				**TRANSPORTE AÉREO**	10
	52				**ARMAZENAMENTO E ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES (TERMINAIS RODOVIÁRIOS E FERROVIÁRIOS, CONCESSIONÁRIAS DE RODOVIAS, PONTES, TÚNEIS E SERVIÇOS RELACIONADOS)**	100
	53				**CORREIO E OUTRAS ATIVIDADES DE ENTREGA**	25
I					**ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO**	
	55				**HOTÉIS, MOTÉIS, PENSÕES E HOSPEDARIAS.**	

					ATÉ 10 QUARTOS OU APARTAMENTOS	8
					DE 11 A 20 QUARTOS OU APARTAMENTOS	12
					DE 21 A 30 QUARTOS OU APARTAMENTOS	15
					ACIMA DE 30 QUARTOS OU APARTAMENTOS	20
	56				**ALIMENTAÇÃO (BAR, RESTAURANTES, PIZZARIA E SIMILARES)**	
					ATÉ 50 m²	ISENTO
					DE 51 A 100 m²	5
					DE 102M2 A 200 m²	8
					ACIMA DE 201 m²	10
J					**INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**	
	58				**EDIÇÃO E EDIÇÃO INTEGRADA À IMPRESSÃO**	10
	59				**ATIVIDADES CINEMATOGRÁFICAS, PRODUÇÃO DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO; GRAVAÇÃO DE SOM E EDIÇÃO DE MÚSICA**	10
	60				**ATIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO**	10
	61				**TELECOMUNICAÇÕES POR FIO OU SEM, POR SATÉLITE, OPERADORAS DE TELEVISÃO POR ASSINATURA.**	10
	62				**ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO, SUPORTE TÉCNICO)**	10
	63				**ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO**	10
K					**ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS**	
	64				**ATIVIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS BANCO, COOPERATIVAS DE CRÉDITO, HOLDINGS E SIMILARES**	50
	65				**SEGUROS, RESSEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE**	30
	66				**ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVIÇOS FINANCEIROS, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE**	30
L					**ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS**	
	68				**ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS**	15
M					**ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS**	
	69				**ATIVIDADES JURÍDICAS, DE CONTABILIDADE E DE AUDITORIA**	
		69.1			**ATIVIDADES JURÍDICAS**	
			.11-7		ATIVIDADES JURÍDICAS, EXCETO CARTÓRIOS	10
			.12-5		CARTÓRIOS	15
		69.2			**ATIVIDADES DE CONTABILIDADE, CONSULTORIA E AUDITORIA CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA**	10
	70				**ATIVIDADES DE SEDES DE EMPRESAS E DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL**	10
	71				**SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA; TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS**	10
	72				**PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO**	15
	73				**PUBLICIDADE E PESQUISA DE MERCADO (AGÊNCIAS DE PUBLICIDADES)**	20
	74				**OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS (DESIGN E DECORAÇÃO DE INTERIORES, ATIVIDADES FOTOGRÁFICAS E SIMILARES)**	10
	75				**ATIVIDADES VETERINÁRIAS**	
					ATÉ 200 m²	10
					ACIMA DE 201 m²	20
N					**ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES**	
	77				**ALUGUÉIS NÃO-IMOBILIÁRIOS E GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS**	
		77.1			LOCAÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTE SEM CONDUTOR (CARRO, MOTO, ENTRE OUTROS)	10
		77.2			ALUGUEL DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS (DVD, JOIAS, VESTUÁRIO, ENTRE OUTROS)	5
		77.3			ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS SEM OPERADOR (AGRICULOS, PARA ESCRITÓRIO, CONSTRUÇÃO, ENTRE OUTROS)	15
		77.4			GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS	10
	78				**SELEÇÃO, AGENCIAMENTO E LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA**	10
	79				**AGÊNCIAS DE VIAGENS, OPERADORES TURÍSTICOS E SERVIÇOS DE RESERVAS**	15
	80				**ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA, MONITORAMENTO, TRANSPORTE DE VALORES E INVESTIGAÇÃO**	20
	81				**SERVIÇOS DE LIMPEZA, IMUNIZAÇÃO E CONTROLES DE PRAGAS E ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS**	5
	82				**SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, DE APOIO ADMINISTRATIVO E OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS**	10
O					**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL**	
	84				**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL**	ISENTO
P					**EDUCAÇÃO**	
	85				**ESCOLAS DE NIVEL INFANTIL, MÉDIO, SUPERIOR, NIVEL TÉCNICO, ARTE E CULTURA, IDIOMAS , AUTO ESCOLA, DESPACHANTE**	10
Q					**SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS**	
	86				**ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA**	10
		86.1			**ATIVIDADES DE ATENDIMENTO HOSPITALAR**	10
		86.2			**SERVIÇOS MÓVEIS DE ATENDIMENTO A URGÊNCIAS E DE REMOÇÃO DE PACIENTES**	10
		86.3			**ATIVIDADES DE ATENÇÃO AMBULATORIAL EXECUTADAS POR MÉDICOS E ODONTÓLOGOS**	15
		86.4			**ATIVIDADES DE SERVIÇOS DE COMPLEMENTAÇÃO DIAGNÓSTICA E TERAPÊUTICA**	10
		86.5			**ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE, EXCETO MÉDICOS E ODONTÓLOGOS**	10
		86.6			**ATIVIDADES DE APOIO À GESTÃO DE SAÚDE**	10
		86.9			**ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE**	10

	87			**ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA INTEGRADAS COM ASSISTÊNCIA SOCIAL, PRESTADAS EM RESIDÊNCIAS COLETIVAS E PARTICULARES**	ISENTO
	88			**SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO**	ISENTO
R				**ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO**	
	90			**ATIVIDADES ARTÍSTICAS, CRIATIVAS E DE ESPETÁCULOS**	20
	91			**ATIVIDADES LIGADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL**	ISENTO
	92			**ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE AZAR E APOSTAS**	20
	93			**ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE RECREAÇÃO E LAZER**	10
S				**OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS**	
	94			**ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS, COOPERATIVAS, E SIMILARES**	ISENTO
	95			**REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO E DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS**	10
	96			**OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS**	
			.01-7	LAVANDERIAS, TINTURARIAS E TOALHEIROS	2
			.02-5	CABELEIREIROS E OUTRAS ATIVIDADES DE TRATAMENTO DE BELEZA	3
			.03-3	ATIVIDADES FUNERÁRIAS E SERVIÇOS RELACIONADOS	5
			.09-2	CLÍNICAS DE ESTÉTICA E SIMILARES	3
T				**SERVIÇOS DOMÉSTICOS**	
	97			**SERVIÇOS DOMÉSTICOS**	ISENTO
U				**SERVIÇOS PROFISSIONAIS**	
	98			**SERVIÇOS PROFISSIONAIS**	
			1/01	CONSTRUÇÕES (PEDREIROS, CARPINTEIROS, ENCANADORES, MESTRES DE OBRAS, ELETRICISTAS, PINTORES, APLICADOS DE SINTECO, ETC).	5
			1/02	PINTURA (TELAS, LETREIROS, FACHADAS, PAINÉIS, ETC)	5
			1/03	MECÂNICA (FUNILEIROS, TORNEIROS, ELETRICISTAS, MONTADORES MECÂNICOS, BORRACHEIROS, ETC)	5
			1/04	COSTURA (COSTUREIROS, ALFAITES, TRETEIROS, CROCHETEIRAS)	2
			1/05	TINTURARIA E LAVANDERIA (TINTUREIRO E LAVADEIROS)	2
			1/06	MOTORISTA, OPERÁRIOS E MÁQUINAS	2
			1/07	TAXISTAS	4
			1/08	COBRADORES	3
			1/09	MÚSICOS	3
			1/10	RELAÇÕES PÚBLICAS	3
			1/11	MEDICINA VETERINÁRIA (VETERINÁRIOS, ZOOTECNISTAS, ETC)	5
			1/12	ENGENHARIA (CIVIL, MECÂNICA, ARQUITETO, AGRONÔMO, ELETRICISTA, URBANISTA, ETC)	10
			1/13	CABELEIREIRO (BARBEIROS, PEDICURES, MANICURES, LIMPEZA DE PELE, ETC)	3
			1/14	RELOJOEIROS E JOALHEIROS	1
			1/15	ADVOGADOS (CIVIL, TRABALHISTA, CRIMINALISTA, TRIBUTARISTAS, ETC)	10
			1/16	ODONTOLOGISTAS	10
			1/17	CONTADORES, ECONOMISTAS, ADMINISTRADORES DE EMPRESAS	10
			1/18	TÉCNICOS EM CONTABILIDADE	5
			1/19	TÉCNICOS EM ELETRÔNICA	2
			1/20	TÉCNICOS AGRÍCOLAS	2
			1/21	TÉCNICOS EM APARELHOS E MÁQUINAS DE USO DOMÉSTICOS	2
			1/22	TÉCNICOS EM AGRIMENSURA	2
			1/23	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2
			1/24	TÉCNICO EM LIMPEZA (DEDETIZAÇÃO, BORRIFAÇÃO, IMUNIZAÇÃO, DESINFECÇÃO, ETC)	2
			1/25	DESENHISTAS (PLANTAS, MAPAS, ETC)	2
			1/26	MASSAGISTAS E GINASTAS	2
			1/27	TAPECEIROS	2
			1/28	AGENTES (SEGUROS, TURISMO, PUBLICIDADE, ETC)	2
			1/29	DESPACHANTES DE TRÂNSITO	5
			1/30	COZINHEIROS, DOCEIROS, CONFEITEIROS	1
			1/31	GUARDA E VIGILANTES	5
			1/32	JARDINEIROS	2
			1/33	SAPATEIROS	0
			1/34	SERRALHEIROS	1
			1/35	FOTOGRÁFOS	2
			1/36	ASSISTENTES SOCIAIS	10
			1/37	OUTRAS PROFISSÕES REGULAMENTADAS NÃO ESPECIFICADAS	5
			1/38	OUTRAS PROFISSÕES DE NÍVEL DE 2º GRAU NÃO ESPECIFICADAS	3
			1/39	OUTRAS PROFISSÕES DE NÍVEL SUPERIOR NÃO ESPECIFICADAS	10
			1/40	OUTRAS PROFISSÕES NÃO ESPECIFICADAS	5
			1/41	EXPOSIÇÕES	
			1/42	EXPOSIÇÕES DE ARTE OU ARTESANATOS	ISENTO
			1/43	EXPOSIÇÕES DE ANIMAIS (BOVINOS, CAPRINOS, SUÍNOS, ETC)	ISENTO
			1/44	PUBLICIDADE AUTOMOTIVA - POR VEÍCULO	ANEXO
			1/45	MOTO-TAXISTA	2
V				**ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS**	
	99			**ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS**	10

TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE CIRCOS,

PARQUES DE DIVERSÕES E SIMILARES

ITEM	PERÍODO	QUANT. EM VRM
1	Dia	10
2	Acima de 7 dias até 15 dias	15
3	Acima de 15 dias	30

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS, INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E ARTESANAIS

ITEM	PERÍODO	QUANTIDADE EM VRM / BOXE
01	Por dia	**50,00**
02	Por mês	**100,00**

ANEXO III

TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL

ITEM	DESCRIÇÃO DO PERÍODO DA LICENÇA	QUANTIDADE EM VRM / PERÍODO
1	**Para prorrogação de horário**	
1.1	Até às 22h	**20%**
1.2	Além das 22h	**30%**
2	**Para Antecipação de Horário** – Por hora	**5%**
3	**Domingos e Feriados**	**20%**

ANEXO IV

TAXA DE LICENÇA PARA VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE EM GERAL

ITEM	DESCRIÇÃO DA ESPÉCIE DA LICENÇA	QTDE VRM AO:		
		Dia	Mês	Ano
1	**De Comunicação Auditiva**			
1.1	Volante com moto por unidade	0,50	2,00	8,00
1.2	Volante com carro de som por unidade	0,50	3,00	10,00
1.3	Volante com caminhão por unidade		2,00	7,00
1.4	Outros sitemas de som automotivo por unidade		2,00	10,00
2	**De Comunicação Visual**	-	-	-
2.1	Pintada, colada ou afixada em muros, paredes, fachadas ou terreno, por unidade conforme tamanho:	-	-	-
2.1.1	Grande	-	2,00	5,00
2.1.2	MédioM2	-	1,00	3,00
2.1.3	Pequeno	-	0,50	1,50
2.2	Faixas – por unidade	0,15	5,00	-
3	**Prospecto e/ou Boletim**	-	-	-
3.1	Pelo primeiro milheiro ou fração:	0,25	-	-
3.2	Após o 1º milheiro ou fração, além da importância fixada no item anterior, pelo excedente, por milheiro ou fração	0,07	-	-

ANEXO V

TAXA DE LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DO COMÉRCIO OU

ATIVIDADE EVENTUAL OU AMBULANTE (EM LOCAIS PERMITIDOS)

ITEM	MEIOS/ATIVIDADES	Quantidade de VRM		
		Dia	Mês ou fração	Ano
COMERCIANTES RESIDENTES NO MUNICÍPIO				
01	Balcões, tabuleiros, cestos, malas, bicicletas, triciclos ou semelhantes, por tração humana	-	1	3
02	Carroças ou similares por tração animal	-	1	5
03	Caminhões, ônibus, caminhonetes, carros de passeio e de passageiros e motos (com motores a explosão)	-	2	6
COMERCIANTES DE OUTROS MUNICÍPIOS				
01	Balcões, tabuleiros, cestos, malas, bicicletas, triciclos ou semelhantes, por tração humana	10	50	150
02	Carroças ou similares por tração animal	10	50	150
03	Caminhões, ônibus, caminhonetes, carros de passeio e de passageiros e motos (com motores a explosão)	20	100	300

ANEXO VI

TAXA DE LICENÇA PARA APROVAÇÃO, EXECUÇÃO DE OBRAS, INSTALAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE ÁREAS PARTICULARES

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE DE VRM
1	**ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO POR NATUREZA DA OBRA**	
01.1	**RESIDENCIAL**	
01.1.1	Construção em geral m²	0,03
01.1.2	Acima de 400,00 m² - Taxa Fixa de:	12,00
01.1.3	Casas populares, Piscinas em geral m²	0,02
01.2	**COMERCIAL, INSTITUCIONAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**	
01.2.1	Construção em geral m²	0,04
01.2.2	Acima de 400,00 m² - Taxa Fixa de:	16,00
01.3	**INDUSTRIAL**	
01.3.1	Construção em geral m²	0,04
01.3.2	Acima de 400,00 m² - Taxa Fixa de:	16,00

01.4	**DEMOLIÇÕES, REFORMA**	
01.4.1	Construção em geral m²	0,02
01.4.2	Acima de 400,00 m² - Taxa Fixa de:	8,00
01.5	**USO MISTO - COMERCIAL E RESIDENCIAL**	
01.5.1	Construção em geral m²	0,04
01.5.2	Acima de 400,00 m² - Taxa Fixa de:	14,00
2	**HABITE-SE**	
2.01	Residencial m²	0,02
2.02	Comercial, Institucional e Prestação de Serviços m²	0,02
2.03	Industrial m2	0,02
2.04	Uso Misto - Comercial/Residencial	0,02
2.05	Acima de 400,00 m² - Taxa Fixa de:	8,00
3	**PARCELAMENTO DO SOLO**	
03.1	Consulta prévia de loteamento por há	1,00
03.2	Desmembramento ou Unificação (Por Lote Original Envolvido)	2,50
4	**APROVAÇÃO DE LOTEAMENTO**	
04.01	Até 10 hectares	60,00
04.02	De 11 a 25 hectares	100,00
04.03	De 26 a 50 hectares	150,00
04.04	Acima de 50 hectares	200,00
5	**Colocação de Tapume – por metro linear mais alvará**	**0,50**
6	**Alinhamento de Poste – por unidade**	**0,50**
7	**CANALIZAÇÃO E QUAISQUER ESCAVAÇÕES EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS**	
07.1	Para implantação de anel ótico – por m³	0,01
07.2	Para implantação de manilhas e outras tubulações de diâmetro igual ou superior a 100 mm – por metro linear	0,01
07.3	Outras escavações não especificadas – por metro linear	0,01
8	**OUTRAS OBRAS NÃO ESPECIFICADAS**	
08.01	Por metro quadrado	0,04

OBS.: o mesmo critério I - Nos casos de prorrogações de prazos, adotar-se-á constantes nos itens acima, com desconto de 50% (Cinquenta por cento);

II - Esta Taxa não incide sobre:

a. A construção de madeira com área coberta de até 50 m², provando seu proprietário não possuir outro imóvel no Município;

b. A limpeza ou pintura externa ou interna do prédio, muro ou gradil;

c. A construção ou reforma de passeio quando do tipo aprovado pela Prefeitura;

d. As áreas públicas quanto ao item 02.3 - Aprovação de Loteamentos, desta tabela.

ANEXO VII

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA FISCALIZAÇÃO RELATIVA Á OCUPAÇÃO DE ÁREAS EM TERRENOS OU VIA E LOGRADOUROS PÚBLICOS

ITEM	TIPO DE OCUPAÇÃO	QUANTIDADE DE VRM		
		Dia	Mês	Anual
01	Balcão, barraca, mesa, tabuleiro, malas, cestas ou similares, por unidade:	-*-	-*-	-*-
02	Quiosques, "trailers", "hot-dogs", ou similares, por unidade:	-*-	-*-	-*-
03	Bicicleta, triciclo, carroças ou similares, por unidade:	-*-	-*-	-*-
04	Vans ou mini-vans, táxi, motociclo, veículos tipo passeio ou similares, por veículos:	-*-	-*-	-*-
05	Caminhões, ônibus, caminhonetes ou similares, por veículo:	-*-	-*-	-*-
06	Bancas de revistas por m² e por ano ou fração	-*-	-*-	-*-
07	Feiras livres, por box - padrão, por local permitido:	-*-	-*-	-*-
08	Feiras especiais, por barraca e por local permitido:	-*-	-*-	-*-
09	Mercados municipais por m²:	-*-	-*-	-*-
10	Circos e parques de diversões:	-*-	-*-	-*-
11	Estrutura para fixação de placas, painéis, relógios, termômetros e congêneres, por unidade:	-*-	-*-	-*-
12	Outras ocupações não especificadas, por unidade:	-*-	-*-	-*-

ANEXO VIII

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA

RELATIVA AO ABATE DE ANIMAIS

ITEM	DESCRIÇÃO Animais por unidade inspecionada	QUANTIDADE EM VRM
01	Bovino ou vacum	0,15
02	Ovino	0,12
03	Caprino	0,12
04	Suíno	0,12
05	Eqüino	0,10
06	Aves	0,10
07	Outros	0,12

ANEXO IX

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA RELATIVA Á TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGAS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. EM VRM
1	**Transportes Urbano, por vistoria**	
1.1	Coletivo convencional de passageiros	2,00
1.2	Coletivo de passageiros escolar	2,00
2	**De Passageiro em Veículo de Aluguel, por vistoria e espécie**	
2.1	Veículo de passeio	2,00
2.2	Demais veículos, não especificados no item anterior	1,50
3	**Veículos de Cargas, por vistoria e espécie**	
3.1	Caminhão de porte igual/superior a ¾ ou capacidade de carga líquida igual ou superior a 3.000 kg	2,50
3.2	Caminhão/camioneta de porte abaixo de ¾ ou capacidade de carga líquida inferior a 3.000 kg	2,00
3.3	Demais veículos, não especificados nos itens anteriores	1,80

ANEXO X

TAXA DE CEMÍTÉRIO

I – INUMAÇÃO E TÚMULO, INCLUSIVE CONCESSÃO DE USO POR TEMPO INDETERMINADO:	COM	A	QUANTIDADE VRM
a) Por túmulo			2,00
b) indigentes e sepultamento em área gramada			isento

- REABERTURA DE JAZIGO OU SEPULTURA:	QUANTIDADE VRM
a) reabertura de jazigo para nova inumação	3,00
b) reabertura de carneira para nova inumação	2,00
c) reabertura de sepultura simples (terra)	3,00

TABELA XI

TAXAS DE EXPEDIENTE

EXPEDIENTES REALIZADOS	VRM
Requerimentos e petições diversas:	0,30
Atestados e certidões diversas:	0,30
Inscrições de fornecedores:	0,50
Termos e contratos, por lauda:	0,01
Atestados de liberação de quaisquer bens:	0,50
Atestado de vistoria administrativa	0,50
Buscas e desarquivamento de qualquer natureza:	1,0
Atualização ou renovação de ficha cadastral:	0,3
Expedição de segunda via de avisos de lançamentos:	0,3
Certidões negativas por cadastro imobiliário ou por atividades:	0,50
Outras Certidões Diversas	0,50
Declarações Diversas	0,15
Expedição de 2° via de Alvará	0,30
Vistoria para Regime Especial	1,5
Regularizações de qualquer tipo de projeto	0,50
Vistorias Técnicas	**1,00**

ANEXO XII

a) O valor de metro quadrado do terreno (Vm2t) será obtido através da Tabela de valores de terreno: por nome de logradouro, distrito, setor e face de quadra. O logradouro ou sua parte que não constarem da Planta de Valores deste Decreto, terá seu valor unitário de metro quadrado de terreno, considerando o que estiver posicionado mais próximo do referido. Segue abaixo a tabela mencionada nesta alínea:

TABELA DE VALORES EM R$ (REAIS) POR METRO QUADRADO DE IMÓVEL TERRITORIAL URBANO				
SETOR	**LOTEAMENTO COMO REGISTRADO EM CARTÓRIO**	**QUADRA**	**LOTE**	**VRM POR m²**
SETOR – 01 – CENTRO				
SETOR 01	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	CW1	01 Ao 10	2,00
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	CW2	01 Ao 10	2,00
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	CW3	01 Ao 10	2,00
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	CW4	01 Ao 10	2,00
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	CW5	01 Ao 10	2,00
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	CW6	01 Ao 10	2,00
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	CW8	01 Ao 22	2,00
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	CE01	01 Ao 10	2,00
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	CE02	01 Ao 10	2,00
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	CE03	01 Ao 10	2,00
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	CE04	01 Ao 10	2,00
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	CE05	01 Ao 10	2,00
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	CE06	01 Ao 10	2,00
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	CE08	01 Ao 10	2,00
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R01	01 Ao 04	1,80
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R02	01 Ao 19	1,80
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R03	01 Ao 09	1,80
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R04	01 Ao 24	1,80
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R05	01 Ao 14	1,80
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R06	01 Ao 16	1,80

	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R07	01 Ao 13	1,80
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R08	01 Ao 24	1,80
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R09	01 Ao 24	1,80
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R10	01 Ao 28	1,80
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R11	01 Ao 16	1,80
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R12	01 Ao 16	1,80
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R13	01 Ao 17	1,80
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R14	01 Ao 24	1,80
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R15	01 Ao 24	1,80
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R16	01 Ao 24	1,80
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R17	01 Ao 32	1,60
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R18	01 Ao 24	1,60
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R19	01 Ao 24	1,60
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R20	01 Ao 24	1,60
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R21	01 Ao 24	1,60
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R22	01 Ao 16	1,60
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R23	01 Ao 16	1,60
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R24	01 Ao 16	1,60
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R25	01 Ao 24	1,60
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R26	01 Ao 16	1,60
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R27	01 Ao 16	1,60
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R28	01 Ao 16	1,60
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R29	01 Ao 16	1,60
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R30	01 Ao 12	1,60
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R31	01 Ao 12	1,60
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R32	01 Ao 12	1,60
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	EPC	01 E 04	2,00
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	SL	01 AO 19	2,00
SETOR 02 - BOA VISTA				
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS08	01 Ao 21	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS09	01 Ao 22	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS10	01 Ao 33	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS11	01 Ao 21	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS12	01 Ao 09	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS13	01 Ao 22	1,40
SETOR 02	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS14	01 Ao 16	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS15	01 Ao 16	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS16	01 Ao 22	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS17	01 Ao 22	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS18	01 Ao 16	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS19	01 Ao 16	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS20	01 Ao 22	1,40
SETOR 03 - CRISTO REI				
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS21	01 Ao 22	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS22	01 Ao 16	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS23	01 Ao 16	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS24	01 Ao 22	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS25	01 Ao 22	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS26	01 Ao 16	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS27	01 Ao 16	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS28	01 Ao 22	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	AI12	01 Ao 22	1,20
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	AI13	01 Ao 22	1,20
SETOR 03	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS29	01 Ao 22	1,20
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS30	01 Ao 22	1,20
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS31	01 Ao 16	1,20
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS32	01 Ao 16	1,20
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS33	01 Ao 16	1,20
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS34	01 Ao 16	1,20
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS35	01 Ao 22	1,20
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS36	01 Ao 22	1,20
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS37	01 Ao 22	1,20
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS38	01 Ao 22	1,20
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS39	01 Ao 22	1,20
SETOR 04 - BOM JESUS				
	BOM JESUS	Q001	01 Ao 13	1,00
	BOM JESUS	Q002	01 Ao 12	1,00
	BOM JESUS	Q003	01 Ao 26	1,00
	BOM JESUS	Q004	01 Ao 24	1,00
SETOR 04	BOM JESUS	Q005	01 Ao 26	1,00
	BOM JESUS	Q006	01 Ao 24	1,00
	BOM JESUS	Q008	01 Ao 04	1,00
	BOM JESUS	Q007	01 Ao 26	1,00
	BOM JESUS	Q009	01 Ao 26	1,00
	BOM JESUS	Q010	01 Ao 06	1,00
SETOR 05 - SANTA TEREZINHA				

SETOR 05	RESIDENCIAL CARLINDA 2	R33	01 Ao 24	1,00
	RESIDENCIAL CARLINDA 2	R34	01 Ao 32	1,00
	RESIDENCIAL CARLINDA 2	R35	01 Ao 16	1,00
	RESIDENCIAL CARLINDA 2	R36	01 Ao 24	1,00
	RESIDENCIAL CARLINDA 2	R37	01 Ao 16	1,00
	RESIDENCIAL CARLINDA 2	R38	01 Ao 24	1,00
	RESIDENCIAL CARLINDA 2	R39	01 Ao 11	1,00
	RESIDENCIAL CARLINDA 2	R40	01 Ao 16	1,00
	RESIDENCIAL CARLINDA 2	R41	01 Ao 12	1,00
SETOR 06 - PORTO BELO				
SETOR 06	PORTO BELO	1	01 Ao 12, E1; E2	1,00
	PORTO BELO	2	01 Ao 20	1,00
	PORTO BELO	3	01 Ao 20	1,00
	PORTO BELO	4	01 Ao 20	1,00
	PORTO BELO	5	01 Ao 34	1,80
	PORTO BELO	6	01 Ao 34	1,80
	PORTO BELO	7	01 Ao 34	1,80
	PORTO BELO	8	01 Ao 34	1,80
	PORTO BELO	9	01 Ao 34	1,80
	PORTO BELO	10	01 Ao 34	1,80
	PORTO BELO	11	01 Ao 34	1,80
	PORTO BELO	12	01 Ao 34	1,80
	PORTO BELO	13	01 Ao 28	1,80
	PORTO BELO	14	01 Ao 30	1,80
	PORTO BELO	15	01 Ao 34	1,80
	PORTO BELO	16	01 Ao 36	1,80
	PORTO BELO	17	01 Ao 14	1,80
	PORTO BELO	18	01 Ao 15	1,80
	PORTO BELO	19	01 Ao 12	1,80
SETOR 07 - CHACARAS RENASCER				
SETOR 07	CHACARAS RENASCER	01ª	01 AO 12	0,18
	CHACARAS RENASCER	01B	01 AO 05; 24	0,18
	CHACARAS RENASCER	02B	06 AO 15	0,18
	CHACARAS RENASCER	03B	16 AO 24	0,18
	CHACARAS RENASCER	01C	01 AO 12	0,18
	CHACARAS RENASCER	02C	01 AO 09	0,18
	CHACARAS RENASCER	01D	01 AO 10	0,18
	CHACARAS RENASCER	02D	01 AO 18	0,18
	CHACARAS RENASCER	03D	01 AO 18	0,18
	CHACARAS RENASCER	04D	01 AO 15	0,18
	CHACARAS RENASCER	02E	01 AO 21	0,18
	CHACARAS RENASCER	03E	01 AO 20	0,18
	CHACARAS RENASCER	04E	01 AO 18	0,18
	CHACARAS RENASCER	05E	01 AO 09	0,18
SETOR 08 - CHACARAS BOA VISTA E CRISTO REI				
SETOR 08	RESIDENCIAL CARLINDA 1	01RS	01- 09	0,18
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	02RS	01- 08	0,18
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	03RS	01- 08	0,18
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	04RS	01- 08	0,18
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	05RS	01- 08	0,18
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	06RS	01- 06	0,18
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	07RS	01- 04	0,18
SETOR 09 - BOA ESPERANÇA				
SETOR 09	BOA ESPERANÇA	A	01 AO 36	1,00
	BOA ESPERANÇA	B	01 AO 12	1,00
	BOA ESPERANÇA	C	01 AO 24	1,00
	BOA ESPERANÇA	D	01 AO 31	1,00
	BOA ESPERANÇA	E	01 AO 24	1,00
	BOA ESPERANÇA	E	01 AO 07	1,00
SETOR 10 – MARAVILHA				
SETOR 10	CARLINDA EMPRESARIAL 4	E01	01 AO 07	0,05
	CARLINDA EMPRESARIAL 4	E02	01 AO 16	0,05
	CARLINDA EMPRESARIAL 4	E03	01 AO 12	0,05
	CARLINDA EMPRESARIAL 4	E04	01 AO 14	0,05
	CARLINDA EMPRESARIAL 4	E05	01 AO 05	0,05
	CARLINDA EMPRESARIAL 4	E06	01 AO 09	0,05
	CARLINDA EMPRESARIAL 4	E07	01 AO 20	0,05
	CARLINDA EMPRESARIAL 4	E08	01 AO 20	0,05
	CARLINDA EMPRESARIAL 4	E09	01 AO 14	0,05
	CARLINDA EMPRESARIAL 4	E10	01 AO 15	0,05
	CARLINDA EMPRESARIAL 4	E11	01 AO 11	0,05
	CARLINDA EMPRESARIAL 4	E12	01 AO 05	0,05
SETOR 11 - CHACARAS NA MT 208				
SETOR 11	CARLINDA EMPRESARIAL 1		01 AO 08	0,08
	CARLINDA EMPRESARIAL 2		01 AO 15	0,08
	CARLINDA EMPRESARIAL 3		01 AO 08	0,08

	CARLINDA EMPRESARIAL 3		09 AO 17	0,08
SETOR 12 - PARQUE DAS FLORES				
SETOR 12	PARQUE DAS FLORES	1	01 AO 15	1,00
	PARQUE DAS FLORES	2	01 AO 30	1,00
	PARQUE DAS FLORES	3	01 AO 15	1,00
	PARQUE DAS FLORES	4	01 AO 12	1,00
	PARQUE DAS FLORES	5	01 AO 14	1,00
	PARQUE DAS FLORES	6	01 AO 14	1,00
SETOR 13 - CHACARAS BOM SEMEADOR				
SETOR 13	EMBRIÃO URBANO CARLINDA		01 AO 15	0,05
	CHACARAS CARLINDA 02		16 AO 61	0,05
SETOR 14 - CHACARAS LINHA 11				
SETOR 14	CHACARAS CARLINDA 02	RC-1	01 AO 16	0,05
	CHACARAS CARLINDA 02	RC-2	01 AO 14	0,05
	CHACARAS CARLINDA 02	RC-3	01 AO 09	0,05
	CHACARAS CARLINDA 02	RC-4	01 AO 18	0,05
	CHACARAS CARLINDA 02	RC-5	01 AO 15	0,05
SETOR 15 - HABITAÇÃO POPULAR - SANTA TEREZINHA				
SETOR 15	SANTA TEREZINHA	1	01 AO 12	0,70
	SANTA TEREZINHA	2	01 AO 16	0,70
	SANTA TEREZINHA	3	01 AO 16	0,70
	SANTA TEREZINHA	4	01 AO 16	0,70
SETOR 16 - HABITAÇÃO POPULAR - MEU LAR				
SETOR 16	MEU LAR	CP1	01 AO 10	0,70
	MEU LAR	CP2	01 AO 10	0,70
	MEU LAR	CP3	01 AO 10	0,70
SETOR 17 -HABITAÇÃO POPULAR - LAGO VERDE				
SETOR 17	LAGO VERDE	CP1	01 AO 16	0,70
	LAGO VERDE	CP2	17 AO 25	0,70
SETOR 18 – SETOR INDUSTRIAL				
SETOR 18	SETOR INDUSTRIAL	SI	22/A-1	0,08

Os lotes unificados, desmembrados, remembrados e os não constantes na lista supra receberão avaliação pelos lotes originários quando modificados ou circunvizinhos quando não constantes na lista.

b) área do terreno referida pela legenda **"At"**, será encontrada no cadastro fiscal imobiliário.

c) coeficiente corretivo de situação referido pela letra **"S"**, consiste em um grau atribuído ao imóvel, conforme sua situação mais ou menos favorável dentro da quadra. O seu valor será obtido através da seguinte tabela:

TABELA DE COEFICIENTES CORRETIVOS	
SITUAÇÃO DO TERRENO	**COEF. CORRETIVO**
LOCALIZADOS EM AVENIDAS	1,20
ESQUINA MAIS DE UMA FRENTE	1,10
ENCRAVADO	0,95
MEIO DE QUADRA	1,00
GLEBA	0,90

d) coeficiente corretivo de topografia referido pela letra **"T"**, consiste em um grau atribuído ao imóvel conforme as características do relevo do solo. O seu valor será obtido através da seguinte tabela:

TABELA DE COEFICIENTES CORRETIVOS	
TOPOGRAFIA DO TERRENO	**COEF. CORRETIVO**
PLANO	0,90
ACLIVE	0,80
DECLIVE	0,80
IRREGULAR	0,80

e) coeficiente corretivo da pedologia referido pela letra **"P"**, consiste em um grau atribuído ao imóvel conforme as características do solo. O seu valor será obtido através da seguinte tabela:

TABELA DE COEFICIENTES CORRETIVOS	
PEDOLOGIA DO TERRENO	**COEF. CORRETIVO**
FIRME	0,90
ALAGADO	0,65
COMBINAÇÃO DAS DEMAIS	0,60
INUNDÁVEL	0,55

f) valor venal da edificação será aquele obtido através da multiplicação do valor de metro quadrado do tipo da edificação por um percentual indicativo da categoria da edificação dividido por cem e multiplicado pela área construída da unidade e posteriormente multiplicado pelo fator do coeficiente do estado de conservação, de acordo com a seguinte fórmula:

Vve = Vm2e x Ae x Ec

onde:

Vve => Valor venal da edificação;

Vm2e => Valor do metro quadrado de edificação;

Ae => Área da edificação da unidade e;

Ec => Estado de conservação.

g) O valor do metro quadrado da edificação identificado pela legenda **"Vm2e"**, será obtido com base na faixa de pontos que se enquadrar a edificação, cujos parâmetros identificam o padrão e consequentemente os materiais utilizados, determinando os valores embutidos. A faixa de valores de acordo com a pontuação será obtida pela tabela a seguir:

VALOR DO M² DA CONSTRUÇÃO		
TIPO DA CONSTRUÇÃO/ESTRUTURA		**Valor em VRM**
CONSTRUÇÕES RESIDENCIAIS		
a)	Em Alvenaria	3,75
b)	Em Madeira	2,20
c)	Mistas	2,80
CONSTRUÇÕES COMERCIAIS		
a)	Em Alvenaria	4,30
b)	Em Madeira	2,50
c)	Mistas	3,00
CONSTRUÇÕES DE USO MISTO COMERCIAL/RESIDENCIAL		
a)	Em Alvenaria	4,00
b)	Em Madeira	2,35
c)	Mistas	2,90
BARRACÕES INDUSTRIAIS E COMERCIAIS:		
a)	Alvenaria	1,25
b)	Estrutura Metálica	1,50
c)	Madeira	1,00

h) área edificada da unidade identificada pela legenda **"Ae"**, será obtida pelo cadastro fiscal imobiliário. i) O fator do coeficiente do estado de conservação identificado pela legenda "**Ec"**, consiste em um grau atribuído ao imóvel conforme o seu estado de conservação, cujos parâmetros constam da seguinte tabela:

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE CONSTRUÇÃO		
ORDEM	**DISCRIMINAÇÃO**	**ÍNDICE**
01	NOVA/ÓTIMA	1,06
02	BOM	0,90
03	REGULAR	0,65
04	RUIM	0,60

Quando existir mais de uma unidade autônoma edificada no mesmo lote, a área do terreno será substituída pela fração ideal calculada pela seguinte fórmula:

Fi = Ae x At

Ate

Onde:

Fi => Fração ideal;

Ae =>Área edificada da unidade (BCI);

At =>Área do Terreno (BCI);

Ate => Área total edificada no terreno (BCI) e;

BCI => Boletim de Cadastro Imobiliário.

j) Constituem instrumento para a apuração da base de cálculo dos impostos:

I – os elementos contidos nos cadastro fiscal imobiliário da Prefeitura e/ou apurados em campo, através dos quais se torne possível a caracterização dos imóveis;

II – as informações dos órgãos técnicos ligados à construção civil que indiquem o valor do metro quadrado das construções, em função dos respectivos tipos;

III – fatores de correção de acordo com a situação, da pedologia e topografia dos terrenos; fatores de correção de acordo com a categoria da edificação e estado de conservação.

k) - Os logradouros ou trecho de logradouro que não constarem na Planta Genérica de Valores, terá seu valor unitário de metro quadrado de terreno, considerado automaticamente ao da face de quadra mais próximo existente de acordo com a referida tabela. l) - As disposições finais desta Planta Genérica, são extensivas aos imóveis localizados nas áreas urbanizadas e de expansão urbana.**LEI MUNICIPAL Nº 1.074/2017.**

Reeditado pela Lei nº 1.096/2018; Lei nº 1.114/2018; Lei nº 1.185/2019; Lei nº 1.253/2021.

SUMULA: "DISPÕE SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E INSTITUI NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO APLICÁVEIS AO MUNICÍPIO DE CARLINDA - MT."

A CAMARA MUNICIPAL DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, APROVOU E EU, **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO**, PREFEITA MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

LIVRO PRIMEIRO DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta Lei Complementar institui o Código tributário do Município, que disciplina a atividade tributária e regula as relações entre o contribuinte e o fisco municipal, decorrente da tributação, e dispõe sobre os fatos geradores, a incidência, as alíquotas, o lançamento, a cobrança e a fiscalização dos tributos municipais e estabelece normas de direito tributário a eles pertinente, tendo a denominação de "CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT".

Art. 2º Aplicam-se, às relações entre a Fazenda Municipal e os contribuintes, as normas gerais do Sistema Tributário, obedecidos os mandamentos oriundos da Constituição Federal, do Código Tributário Nacional, de demais leis complementares, das resoluções do Senado Federal e da legislação Estadual, nos limites de sua respectiva competência, e de Legislação Complementar posterior que as modifiquem.

TÍTULO I – CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA

CAPÍTULO ÚNICO – DISPOSIÇÃO GERAIS

Seção I – Da Legislação Tributária Aplicável ao Município

Art. 3º A expressão "Legislação Tributária", compreende as leis decretos e normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos de competência do Município e relações Jurídicas a eles pertinentes.

Art. 4º O executivo Municipal regulamentará, por decreto, as leis que versem sobre matéria tributária de competência do Município observando:

I – as normas constitucionais vigentes;

II – as normas gerais do direito tributário estabelecido pelo Código Tributário Nacional (Lei n.º 5.172 de outubro de 1966) e Legislação Federal posterior;

III – as disposições deste Código e das leis municipais a ele subseqüentes.

Parágrafo Único – O conteúdo e o alcance dos regulamentos restringir-se-ão, aos das leis em função das quais tenham sido expedidos, não podendo, em especial:

I – dispor sobre matéria não tratada em lei;

II – acrescentar ou ampliar disposições legais;

III – suprimir ou limitar disposições legais;

IV – interpretar a lei de modo a restringir ou ampliar o alcance dos seus dispositivos.

Art. 5º São normas complementares das leis e decretos:

I – os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;

II – as decisões proferidas pelas autoridades judiciais de primeiras e Segundas instâncias, nos termos estabelecidos na parte processual deste Código Tributário Municipal.

III – as práticas reiteradas observadas pelas autoridades administrativas;

IV – os convênios celebrados entre o Município e os Governos Federal e/ou Estadual.

Seção II – Das Limitações do Poder de Tributar

Art. 6º Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município:

I – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontre em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional função ou por ele exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III – cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores, ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentou;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

IV - utilizar tributo, com efeito, de confisco;

V – estabelecer limitações ao tráfego de pessoa ou bens por meio de tributos interestadual ou intermunicipal, ressalvado a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público:

VI – instituir imposto sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços da União, Estado e do Município.

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviço dos partidos políticos, inclusive suas Fundações das Entidades Sindicais dos Trabalhadores, das Instituições de Educação e de Assistência Social sem fins lucrativo atendido os requisitos da Lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à impressão.

§ 1º As entidades declaradas de utilidade pública somente serão consideradas imunes de Impostos municipais, nos casos em que couber, se rigorosamente obedecidos os requisitos previstos no artigo 150, inciso VI, alíneas "a" a "d" da Constituição Federal de 1988, na Lei n.º 5.172/66 –(Código Tributário Nacional), e isentas de outros tributos municipais, de acordo com estabelecido nesta Lei.

Art. 7º Somente a lei pode estabelecer:

I – a instituição de tributos ou a sua extinção;

II – a majoração de tributos ou a sua redução;

III – a definição do fato gerador da obrigação tributária principal e de seu sujeito passivo;

IV – a fixação da alíquota do tributo e de sua base de cálculo;

V – a instituição de penalidades para as ações ou omissões contrárias os seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;

VI – as hipóteses de suspensão, extinção e exclusão de créditos tributários, ou de dispensa ou redução de penalidades;

VII – qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a tributos e contribuições.

§ 1º Não constitui majoração de tributos para os efeitos do inciso II do presente artigo, a atualização monetária da respectiva base de cálculo, pelo INPC - (Índice Nacional de Preço ao Consumidor) da correção do valor monetário da respectiva base de cálculo.

§ 2º A atualização a que se refere o parágrafo primeiro, deste artigo, será determinada pelo parágrafo único do art. 437, desta lei.

Seção III – Parte Especial: Tributos Municipais

Art. 8º Ficam instituídos os seguintes tributos Municipais:

I – impostos, a serem cobrados pelo Município são os seguintes:

a) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano - IPTU;

b) Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN;

c) Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI – “inter-vivos”, a qualquer título, por ato oneroso de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direito à sua aquisição.

II – taxas, a serem cobradas pelo Município são as seguintes:

a) De Serviço Urbano, é devida pela utilização, efetiva ou potencial, prestado pelo Município ao contribuinte ou colocados a sua disposição, com a regularidade necessária, que é:

1 – Taxa de Coleta de Lixo.

2 – De Fiscalização e Licença Sanitária, é o poder de policia administrativa do Município para prévio exame, dentro do seu território, das condições de localização e funcionamento de estabelecimento industrial, comércio, agropecuária e de prestação de serviços de qualquer natureza, e é devida para cumprimento da legislação disciplinadora do uso, ocupação do solo urbano, da higiene, saúde, segurança ou tranqüilidade pública, à propriedade, aos direitos individuais e coletivos, a que se submete qualquer pessoa física ou jurídica, que pretender estabelecer quaisquer atividades, ainda em recinto ocupado por outro estabelecimento, atendendo as exigências especifica sobre o assunto, que são:

3 – Taxa de Fiscalização para Licença de Localização e/ou Funcionamento de estabelecimento de atividades de qualquer natureza;

4 – Taxa de Fiscalização para Licença de Funcionamento em Horário Especial;

5 – Taxa de Fiscalização para Licença de Veiculação de Publicidade em Geral;

6 – Taxa de Fiscalização para licença de Comércio Eventual e/ou Ambulante;

7 – Taxa de Fiscalização para Licença de Aprovação, Execução de Obras, Instalação, arruamentos e Loteamento Particular;

8 – Taxa de Fiscalização para Licença de Ocupação de Solo nas Vias e Logradouros Públicos;

9 – Taxa de Fiscalização para Licença de Abate de Animais;

10 – Taxa de Fiscalização para Licença de Transporte de Passageiros e Carga;

11 – Taxa de Cemitério

12 – Taxa de expediente

§ 1º Sempre que possível, os impostos terão caráter impessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da Lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§ 2º As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

§ 3º Serão instituídos por Decreto do Executivo Municipal, os preços e tarifas públicas, não compreendidas como taxa de prestação de serviços, constante no inciso II do artigo 8º deste Código.

TÍTULO II – DOS CADASTROS FISCAIS

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção Única

Art. 9º O Cadastro Fiscal da Prefeitura compreende:

I – Cadastro Fiscal Imobiliário;

II – Cadastro Fiscal de Atividades Econômicas.

§ 1º - O Cadastro Fiscal Imobiliário compreende:

a) os lotes de terrenos com edificação ou não, existentes ou que venham a existir nas áreas urbanas, urbanizáveis ou de expansão urbana;

b) os imóveis de uso urbano, ainda que localizados na área rural.

§ 2º O Cadastro Fiscal das Atividades Econômicas, compreende os estabelecimentos de produção, inclusive agropecuários, de indústria, de comércio e os prestadores de serviços de qualquer natureza, habituais e/ou temporários lucrativos ou não, existentes no Território do Município.

§ 3º Entendem-se como prestadores de serviços de qualquer natureza, as empresas ou profissionais autônomos, com ou sem estabelecimento fixo, prestadores de serviços sujeitos à tributação municipal.

Art. 10. Todos os proprietários ou possuidores a qualquer título dos imóveis mencionados no parágrafo primeiro do artigo anterior, e aqueles que, individualmente ou sob razão social e de qualquer espécie, exercerem atividades lucrativas ou não no Município, estarão sujeitos à inscrição obrigatória do Cadastro Fiscal da Prefeitura.

Art. 11. O Poder Executivo poderá celebrar convênios com a União e o Estado, visando utilizar os dados e os elementos cadastrais disponíveis.

Art. 12. A Prefeitura poderá, quando necessário, instituir outras modalidades acessórias de cadastros, a fim de atender à organização fazendária dos tributos de sua competência.

CAPÍTULO II - DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO FISCAL IMOBILIÁRIO

Seção Única

Art. 13. Todos os imóveis, edificados ou não, situados nas áreas urbanas, urbanizáveis ou de expansão urbana do Município, em quaisquer situações e que incide o lançamento do IPTU, deverão ser inscritos no Cadastro Fiscal Imobiliário pelo órgão competente.

Parágrafo Único – A inscrição no cadastro fiscal imobiliário será promovida:

I – pelo proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem imóvel;

II – de ofício, em se tratando de próprio federal, estadual ou municipal, ou de suas entidades autárquicas e funcionais, ou ainda, para os demais imóveis, quando a Inscrição deixar de ser feita no prazo regulamentar, independentemente da sujeição do responsável à penalidade.

III – quando no todo ou em parte de cadastramento ou recadastramento "in loco";

IV – a critério da administração municipal em quaisquer outras circunstâncias, não especificado nos incisos anteriores.

Art. 14. Para complementar a inscrição do cadastro fiscal imobiliário dos imóveis urbanos, urbanizáveis ou de expansão urbana, serão os responsáveis obrigados a fornecer os elementos solicitados pelo órgão competente.

§ 1º São responsáveis pelo fornecimento de informações complementares:

I – o proprietário ou seu representante legal, ou o respectivo possuidor a qualquer título;

II – qualquer dos condôminos, em se tratando de condomínio;

III – O compromissário comprador, mediante apresentação do Compromisso de Compra e Venda ou Matrícula do Cartório de Registro de Imóveis;

IV – o inventariante, síndico ou liquidante, quando se tratar de imóvel pertencente a espólio, massa falida ou sociedade em liquidação;

V – a pessoa física ou jurídica que tenha como atividade à compra e a venda de bens imóveis.

§ 2º As informações solicitadas serão fornecidas no prazo de 15 (quinze) dias, contados da solicitação, sob pena de multa prevista neste código para os infratores.

§ 3º Não sendo prestadas as informações no prazo estabelecido no parágrafo segundo deste artigo, o órgão competente, valendo-se dos elementos que dispuser, preencherá a ficha de inscrição.

Art. 15. O pedido de inscrição será feito em formulário próprio para esse fim, aprovado pelos órgãos competentes da Prefeitura Municipal, que poderá a seu critério, colocá-lo à venda na rede comercial local, ou fornecê-la no próprio setor competente ou disponibilizá-lo via internet - cobrando a tarifa devida.

Art. 16. Em caso de litígio sobre o domínio do imóvel, a ficha de inscrição mencionará tal circunstância, bem como os nomes dos litigantes, e os dos possuidores do imóvel, a natureza do feito, juízo e o cartório por onde correrá a ação.

Parágrafo Único – Incluem-se também na situação prevista neste artigo, o espólio, a massa falida e as sociedades em liquidação.

Art. 17. Os responsáveis por loteamento ficam obrigados a fornecer, até o dia 15 (quinze) de cada mês, ao órgão fazendário competente, relação dos lotes que no mês anterior hajam sido alienados definitivamente ou mediante compromisso de compra e venda, ou cancelados, mencionando o nome do comprador, cópia dos documentos de identificação, cópia do contrato de compromisso de compra e venda, juntamente com a cópia da certidão de quitação dos imóveis alterados, a fim de ser feita a anotação e atualização no cadastro fiscal imobiliário.

Art. 18. Deverão ser obrigatoriamente comunicados à Prefeitura Municipal, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, todas as ocorrências com relação ao imóvel, que possam afetar as bases de cálculo do lançamento dos tributos municipais.

Art. 19. Os cartórios ficam obrigados a remeter à Prefeitura, até o dia 5 (cinco) de cada mês, relação dos imóveis escriturados ou cópia dos contratos de compromisso de compra e venda no mês anterior, com os nomes do outorgado e respectivos valores.

Art. 20. Somente será concedido “habite-se” à edificação nova ou aceitas obras em edificação, reconstrução ou reforma, caso o Cadastro Fiscal Imobiliário afirme, no respectivo processo, já haver sido procedida à atualização cadastral do imóvel em questão.

Art. 21. Os imóveis não inscritos e/ou informações não prestadas no prazo e forma desta Lei, bem como aqueles cujos formulários de inscrição apresentem falsidade, má-fé, dolo quanto a qualquer elemento da declaração obrigatória, quando “in loco”, o servidor credenciado tiver seus trabalhos dificultados, embaraçados impedido de cadastramento ou recadastramento, serão considerados infratores.

Parágrafo Único – Nos casos mencionados neste artigo, as autoridades fiscais competentes poderão lavrar Auto de Infração, lançamento no Cadastro Fiscal Imobiliário os dados obtidos através de fiscalização e outras informações, lançando a multa, de conformidade com os incisos do artigo 53, deste Código.

CAPÍTULO III – A INSCRIÇÃO NO CADASTRO FISCAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS Seção Única

Art. 22. A inscrição no cadastro fiscal das atividades econômicas exercidas no município será feita pelo responsável do estabelecimento, ou seu representante legal, que preencherá e entregará à repartição competente, ficha própria para cada estabelecimento, formada pela Prefeitura, segundo regulamento.

Parágrafo Único – A inscrição, a critério da administração municipal, poderá ser promovida:

I – pelo responsável do estabelecimento ou seu representante legal, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem móvel;

II – de conformidade com os incisos II à IV, do parágrafo único, do artigo 13, deste Código.

Art. 23. A entrega da ficha de inscrição deverá ser feita antes da respectiva abertura dos negócios.

Art. 24. A inscrição é intransferível e deverá ser permanentemente atualizada, ficando o responsável obrigado a comunicar repartição competente, dentro de 15 (quinze) dias, a contar da data em que ocorrerem as alterações que se verificarem em qualquer das informações exigidas pelo órgão competente.

Parágrafo Único – No caso de venda ou transferência do estabelecimento, sem a observância do disposto neste artigo, o adquirente ou sucessor será responsável pelos débitos e multas do contribuinte inscrito.

Art. 25. A cessação temporária ou definitiva das atividades do estabelecimento será requerida ao setor competente da Prefeitura, por intermédio de requerimento expondo todo o elemento necessário do fato, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da paralisação.

§ 1º A cessação temporária não deverá ultrapassar a 02 (dois) anos não podendo ser feita retroatividade.

§ 2º A anotação no cadastro será feita após a verificação da veracidade da comunicação, sem prejuízo de quaisquer débitos de tributos pelo exercício de atividade, negócios e produção, indústria, comércio ou prestação de serviços.

§ 3º Considera-se como cessação definitiva, para efeito de cancelamento da Inscrição a transferência, falência e/ou a venda do estabelecimento.

Art. 26. Haverá suspensão ou cancelamento "ex-ofício" da inscrição no Cadastro Fiscal de Atividades, nos seguintes casos:

I – para suspensão:

a) não apresentação de movimento econômico de ISSQN, por período igual ou superior a 06 (seis) meses consecutivos;

b) não for atendida a convocação para o recadastramento.

II – para cancelamento:

a) quando em diligência cadastral ou verificação fiscal o contribuinte não for encontrado no domicílio tributário constante no Cadastro Fiscal de Atividades;

b) não apresentação da documentação exigida para conclusão de baixa solicitada, voluntariamente;

Art. 27. Constituem estabelecimentos distintos, para efeito de inscrição no cadastro:

I – os que embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam a diferente pessoa física ou jurídica;

II – os que, embora sob a mesma responsabilidade e com o mesmo ramo de negócio, esteja localizado em prédios distintos ou locais diversos.

Parágrafo Único – Não são considerados como locais diversos, dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem os vários pavimentos de uma edificação.

TÍTULO III – DOS IMPOSTOS

CAPÍTULO I – DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU

Seção I - Da Hipótese de Incidência e do Fato Gerador

Art. 28. A hipótese de incidência do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou acessão física, como definido na Lei Civil, localizado na zona urbana, nas áreas urbanizáveis ou de expansão urbana do município.

Art. 29. A incidência do Imposto Independe:

I – da legitimidade dos títulos de aquisição da propriedade, domínio útil ou da posse do bem imóvel;

II – do resultado financeiro da exploração econômica do bem imóvel;

III – do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas ao bem imóvel.

Art. 30. Para os efeitos deste Imposto, considera-se zona urbana a definida em Lei Municipal, observada o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos dois dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I – meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II – abastecimento de água;

III – sistema de esgotos sanitários;

IV – rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para a distribuição domiciliar;

V – escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§ 1º - O Imposto Predial e Territorial Urbano incide também sobre imóveis localizados em áreas urbanizáveis, de expansão urbanas tais como as comunidades existentes no território do município e/ou em área rural, mesmo que localizados fora dos requisitos mínimos definidos nos termos do caput deste artigo e que se enquadrarem aos seguintes incisos:

I – os loteamentos aprovados pelos órgãos competentes da Prefeitura, que seja destinada a habitação, indústria ou ao comércio.

II – o imóvel que se destinar a uso residencial, de recreio ou lazer, independentemente de sua dimensão.

Art. 31. Bem imóvel, para os efeitos deste Imposto, será classificado como terreno ou prédio.

§ 1º Considera-se terreno o bem imóvel:

a) sem edificação;

b) em que houver construção paralisada ou em andamento;

c) em que houver edificação interditada, condenada, em ruína ou em demolição;

d) cuja construção seja de natureza temporária ou provisória ou possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação.

§ 2º Considera-se prédio o bem imóvel no qual exista edificação utilizável para Habitação ou para exercício de qualquer atividade, seja qual for a sua denominação, forma ou destino, desde que não esteja compreendida nas situações do parágrafo anterior.

Art. 32. O fato gerador do Imposto ocorre anualmente, no dia primeiro de janeiro.

Art. 33. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é um imposto real e acompanha o imóvel em todos os casos de transmissão de propriedade ou de direitos reais a ele relativos, "inter-vivos" ou "mortis-causa" ou “doação”.

Parágrafo Único – Para a lavratura de escritura pública de transmissão de bem imóvel considerado urbano, é obrigatória à apresentação de certidão negativa de tributos sobre a propriedade, fornecida pelo órgão competente da Prefeitura Municipal. No caso de descumprimento, ficam solidariamente obrigados a este pagamento todos os contratantes.

Seção II - Do Sujeito Passivo

Art. 34. Contribuinte do imposto é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem imóvel, ainda que o imóvel esteja inscrito no Cadastro Fiscal do município em nome de pessoa diversa.

§ 1º Na impossibilidade de eleição do proprietário ou do titular do domínio útil devido ao fato de o mesmo ser imune ao Imposto, ser desconhecido ou não localizado, será considerado sujeito passivo aquele que estiver na posse do imóvel.

§ 2º Conhecido o proprietário, ou o titular do domínio útil, ou o possuidor, para efeito de determinação do sujeito passivo, dar-se-á preferência àqueles e não a este; dentre aqueles se tomará o titular do domínio útil.

§ 3º O promitente comprador imitido na posse, os titulares de direito real sobre o imóvel alheio e o fideicomissário será considerado sujeito passivo da obrigação tributária.

Seção III – Da Planta Genérica de Valores

Art. 35. A Planta Genérica de Valores - PGV consiste na atualização permanente e constante do cadastro imobiliário do Município de Carlinda - MT, a qual deverá considerar toda a extensão do município.

§ 1º A planta genérica de valores determinará o valor venal dos imóveis e servirá de base de cálculo para o lançamento dos seguintes tributos municipais.

I – Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana;

II – Imposto sobre Transmissão “inter-vivos” de bens imóveis e direitos reais a eles relativos, observado o disposto no artigo 96 desta lei;

III – Contribuição de Melhoria.

§ 2º A planta genérica de valores será regulamentada por ato do Poder Executivo Municipal, após a criação e instituição feita mediante lei municipal, a qual será elaborada com a participação de comissão constituída da seguinte forma:

I. 01 corretor de imóveis;

II. 01 engenheiro ou arquiteto;

III. 01 representante da Câmara Municipal;

IV. 01 representante da CDL – Câmara de Dirigentes Logistas de Carlinda;

V. 01 representante da Fazenda Municipal;

Art. 36. Os valores unitários do metro quadrado de terreno e de construção serão determinados em função dos elementos seguintes, tomados em conjunto ou separadamente:

I – preços correntes das transações e das ofertas às vendas do mercado imobiliário atualizado anualmente;

II – custos de produção;

III – locações correntes;

IV – características da região onde se situa o imóvel;

V – fator de obsolescência;

VI – padrão ou tipo de construção.

§ 1º Na determinação da base de cálculo, não serão considerados:

I – o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento;

II – as vinculações restritas do direito de propriedade e do estado de comunhão.

Art. 37. A planta genérica de valores será reajustada, anualmente, antes da ocorrência do fato gerador, o valor venal dos imóveis levando-se em conta os equipamentos urbanos e melhorias decorrentes de obras públicas recebidos pela área onde se localizam, bem como, o preço corrente no Mercado, por ato do Poder Executivo Municipal conforme disposto no parágrafo 2º do artigo anterior.

Parágrafo Único – Quando não forem objetos de reajustes previstos neste artigo, os valores serão atualizados, de acordo com o estabelecido no parágrafo único do artigo 437, deste Código.

Art. 38. Para efeito de lançamento do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana, servirá de base de cálculo o valor venal do imóvel apurado no exercício anterior ao do lançamento.

Seção IV – Da Base de Cálculo e da Alíquota

Art. 39. A base de cálculo do Imposto localizado na zona urbana, nas áreas urbanizava ou de expansão urbana do município é o Valor Venal do Imóvel e será conhecido, de acordo com a seguinte forma:

VVI = VVT + VVE

onde:

VVI = Valor Venal do Imóvel;

VVT = Valor Venal do Terreno;

VVE = Valor Venal da Edificação.

§ 1º Para efeito de determinação do valor venal do terreno, considera-se:

I – O valor venal do terreno será obtido através da multiplicação da área do terreno pelo valor genérico de metro quadrado do terreno, aplicados os coeficientes corretivos, de acordo com a seguinte formula:

VVT = VGM²T x AT x P x T x S

onde:

VVT = Valor Venal do Terreno;

VGM²T = Valor Genérico do Metro Quadrado do Terreno;

AT = Área do Terreno;

P = Coeficiente corretivo de pedologia;

T = Coeficiente corretivo de topografia e;

S = Coeficiente corretivo de situação do terreno.

a) O valor genérico de metro quadrado do terreno (VGM²T) será obtido através da Tabela de valores por metro quadrado de terreno constante da PGV, considerando o nome de logradouro, distrito, setor e face de quadra. O logradouro ou sua parte que não constarem da referida tabela, terá seu valor unitário de metro quadrado de terreno, considerando o que estiver posicionado mais próximo do referido.

b) A área do terreno, referida pela sigla “AT”, será encontrada no cadastro fiscal imobiliário do Município.

c) O coeficiente corretivo de situação, referido pela sigla “S”, consiste em um grau atribuído ao imóvel, conforme sua situação mais ou menos favorável dentro da quadra. O seu valor será obtido através da Tabela de valores de terreno da PGV.

d) O coeficiente corretivo de Topografia, referido pela sigla “T”, consiste em um grau atribuído ao imóvel, conforme as características do relevo do solo. O seu valor será obtido através da Tabela de valores de terreno da PGV.

e) O coeficiente corretivo da Pedologia, referido pela sigla “P”, consiste em um grau atribuído ao imóvel, conforme as características do solo. O seu valor será obtido através da Tabela de valores de terreno - PGV.

§ 2º Quando a área total do terreno for representada por número que contenha fração de metro quadrado, poderá ser feito o arredondamento para a unidade imediatamente inferior.

§ 3º O valor unitário de metro quadrado de terreno corresponderá:

I – ao da face da quadra onde situada o imóvel;

II – no caso de imóvel não construído, com duas ou mais frentes, ao da face de quadra para a qual voltada à frente indicada no título de propriedade ou, na falta deste, ao da face de quadra à qual atribuído maior valor;

III – no caso de imóvel construído, conforme o inciso I, do artigo 39 deste Código, o terreno com as mesmas características do inciso anterior, ao da face de quadra relativa à sua frente efetiva ou, havendo mais de uma, à frente principal construída;

IV – no caso de terreno interno ou de fundo, ao da face de quadra por onde a ele se tenha acesso ou, havendo mais de um acesso, ao da face de quadra à qual atribuído maior valor;

V - no caso de terreno encravado, ao da face de quadra correspondente à servidão de passagem.

VI - Os logradouros ou trechos de logradouros, que não constarem na Planta de Valores, terá seus valores unitários de metro quadrado de terreno, considerado automaticamente, ao da face de quadra, mais próximo existente e de maior valor na referida tabela.

§ 4º - Quando num mesmo terreno houver mais de uma unidade autônoma edificada, poderá utilizar a fração ideal do terreno, de acordo com a seguinte fórmula:

FI = AE x AT

ATE

Onde:

FI = Fração Ideal.

AE = Área Edificada da unidade;

AT = Área do Terreno e;

ATE = Área Total Edificada no lote;

§ 5º - Para efeito de determinação do valor venal da edificação, considera-se:

II – O valor venal da edificação será obtido através da multiplicação do valor de metro quadrado por faixa de pontuação da edificação, multiplicado pela área construída da unidade e posteriormente multiplicado pelo fator do coeficiente de estado de conservação, de acordo com a seguinte fórmula:

VVE = VM²E x AE x EC x (CLE)

Onde:

VVE = Valor Venal da Edificação;

VM²E = Valor do Metro Quadrado de Edificação é a soma dos coeficientes da característica da edificação e enquadrado por faixa de valor;

AE = Área Edificação;

EC = Estado de Conservação;

CLE = Corretivo de Localização da Edificação.

a) O valor do metro quadrado da edificação, identificado pela legenda “VM²E”, será obtido tomando-se por base, os componentes básicos das edificações, que são classificadas por categorias de materiais, aos quais serão atribuídos pontos, visando determinar o custo de sua reprodução, com base nos materiais efetivamente utilizados, serão enquadrado por faixa de valores conforme Tabela constante da PGV.

b) A área da edificação, referida pela sigla “AE”, será encontrada no cadastro fiscal imobiliário do Município;

c) O coeficiente corretivo do estado da edificação, referido pela sigla "EC”, consiste em um grau atribuído ao imóvel, conforme sua conservação. O seu valor será obtido através da Tabela de valores da Edificação constante da PGV.

d) O coeficiente corretivo de localização da edificação, referida na sigla "CLE“, consiste em um grau atribuído ao imóvel, onforme sua localização. O seu valor será obtido através da Tabela de valores da Edificação constante da PGV.

Art. 40. Quando o Imóvel for Edificado, soma-se o Valor Venal do Terreno mais o Valor

Venal da Edificação que encontrará o Valor Venal do Imóvel.

Art. 41. O Imposto Predial e Territorial Urbano será calculado de acordo com as seguintes alíquotas:

I – O Imposto Predial Territorial Urbano para imóveis edificados com finalidade residencial e/ou comercial será calculado de acordo com as seguintes alíquotas:

a) Centro – Alíquota 0,37%.

b) Bairro Boa Vista – Alíquota 0,55%.

c) Bairro Bom Jesus – Alíquota 0,45%.

d) Bairro Santa Terezinha – Alíquota 0,60%.

e) Bairro Boa Esperança – Alíquota 0,65%.

f) Setor Maravilha – Alíquota 0,50%.

g) Setor 11 – Chácaras – Alíquota 0,58%.

h) Setor 08 – Chácaras – Alíquota 0,60%.

i) Bairro Parque das Flores – Alíquota 0,438%.

j) Bairro Cristo Rei – Alíquota 0,55%.

k) Bairro Porto Belo – Alíquota 0,52%.

l) Setor Chácaras Renascer – Alíquota 0,45%.

II – Em caso de chácaras urbanas ou áreas rurais com benfeitorias dentro do perímetro urbano do município os percentuais aplicados serão os mesmo que no item I.

III – Em caso de imóvel urbano não edificado ou chácaras urbanas sem benfeitorias e sem uso do solo, o Imposto Territorial será progressivo no tempo, de acordo com as seguintes alíquotas:

a) Centro.

Quantidade em Ano	Alíquota
Até 01 ano	0,67%
Até 02 anos	0,77%
Até 03 anos	0,87%
Acima de 03 anos	0,97%

b) Bairro Boa Vista.

Quantidade em Ano	Alíquota
Até 01 ano	0,70%
Até 02 anos	0,80%
Até 03 anos	0,90%
Acima de 03 anos	1%

c) Bairro Bom Jesus.

Quantidade em Ano	Alíquota
Até 01 ano	0,55%
Até 02 anos	0,65%
Até 03 anos	0,75%
Acima de 03 anos	0,85%

d) Bairro Santa Terezinha.

Quantidade em Ano	Alíquota
Até 01 ano	0,70%
Até 02 anos	0,80%
Até 03 anos	0,90%
Acima de 03 anos	1%

e) Bairro Boa Esperança.

Quantidade em Ano	Alíquota
Até 01 ano	1%
Até 02 anos	1,25%
Até 03 anos	1,50%
Acima de 03 anos	1,75%

f) Setor Maravilha.

Quantidade em Ano	Alíquota
Até 01 ano	0,60%
Até 02 anos	0,70%
Até 03 anos	0,80%
Acima de 03 anos	0,90%

g) Setor 11 – Chácaras.

Quantidade em Ano	Alíquota
Até 01 ano	0,68%
Até 02 anos	0,78%
Até 03 anos	0,88%
Acima de 03 anos	0,98%

h) Setor 08 – Chácaras.

Quantidade em Ano	Alíquota
Até 01 ano	0,70%
Até 02 anos	0,80%
Até 03 anos	0,90%
Acima de 03 anos	1%

i) Bairro Parque das Flores.

Quantidade em Ano	Alíquota
Até 01 ano	0,50%
Até 02 anos	0,60%
Até 03 anos	0,70%
Acima de 03 anos	0,80%

j) Bairro Cristo Rei.

Quantidade em Ano	Alíquota
Até 01 ano	0,75%
Até 02 anos	0,85%
Até 03 anos	0,95%
Acima de 03 anos	1,25%

k) Bairro Porto Belo.

Quantidade em Ano	Alíquota
Até 01 ano	0,75%
Até 02 anos	0,80%
Até 03 anos	0,85%
Acima de 03 anos	1,10%

l) Setor Chácaras Renascer.

Quantidade em Ano	Alíquota
Até 01 ano	0,60%
Até 02 anos	0,80%
Até 03 anos	0,90%
Acima de 03 anos	1%

IV – Não incidira progressividade para o imóvel enquanto perdurar o contrato de parcelamento, desde que o proprietário não possua outro imóvel urbano, e que seja loteamento de baixa renda com lotes nunca superiores a 351 m2 (metros quadrados), aprovados em Lei Municipal.

V – Cessa-se a progrogressividade a partir do início da obra, devidamente documentada no órgão competente da prefeitura.

Art. 42. Será atualizado, anualmente, antes da ocorrência do fato gerador, o valor venal dos imóveis Urbanos, área urbanizáveis e de expansão urbanas, de conformidade com o parágrafo único do Art. 37, desta lei.

Art. 43. O mínimo do Imposto Predial e Territorial Urbano terá o valor igual a 2 (duas) VRM – Valor de Referencia Municipal de Carlinda.

Seção V – Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 44. O lançamento do Imposto, a ser efetuado pela autoridade administrativa, sempre que possível, será feito em conjunto, com os demais tributos e tarifas públicas que recaírem sobre o imóvel, sendo discriminado por receita e será anual, um para cada imóvel ou unidade imobiliária independente, ainda que contíguo, tomando por base a situação cadastral até dezembro do exercício anterior à ocorrência do fato gerador.

§ 1º O Cadastro fiscal imobiliário do município deverá, preferencialmente, coincidir com os dados existentes no Registro de Imóveis competente, havendo correspondência entre as características do imóvel e do proprietário ou titular de direitos reais.

§ 2º O contribuinte lançado no Cadastro Fiscal Imobiliário do Município somente será alterado mediante a ocorrência da transmissão da propriedade, comprovada por certidão ou informação expedida pelo registro de imóveis local ou por outro documento equivalente, se o imóvel não possuir título de propriedade registrado.

§ 3º O lançamento e a forma de recolhimento do imposto, bem como o percentual a ser utilizado de desconto, serão efetuados conforme dispuser Decreto do Executivo.

§ 4º Através de requerimento o proprietário que tiver no mesmo terreno mais de uma unidade autônoma edificada, poderá solicitar os lançamentos do Imposto taxas e tarifas públicas por cada unidade.

§ 5º Considera-se ocorrido o fato gerador a partir de 1º de janeiro de cada ano.

Art. 45. Far-se-á o lançamento no nome sob o qual estiver inscrito o imóvel no cadastro fiscal imobiliário, ainda que o tributo seja devido ou pago por outra pessoa.

§ 1º No caso de condomínio de terreno não edificado, figurará o lançamento em nome de todos os condôminos, respondendo cada um, na proporção de sua parte, pelo ônus do tributo e tarifas devidas ou no caso de não ser possível a identificação o lançamento será efetuado no nome de qualquer um dos condôminos.

§ 2º Não sendo conhecido o proprietário, o lançamento será feito em nome de quem esteja na posse do imóvel.

§ 3º Os apartamentos, unidades ou dependências com economias autônomas serão lançados um a um, em nome dos proprietários condôminos.

§ 4º Quando o imóvel pertencer a espólio far-se-á o lançamento em nome deste e feita à partilha, será transferido para o nome dos sucessores, para esse fim os herdeiros são obrigados a promover a transferência perante o órgão fazendário competente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de registro perante o registro de imóveis competente do julgamento da partilha ou da adjudicação.

§ 5º O lançamento de imóvel pertencente às massas falidas ou em liquidação, será em nome das mesmas, mas os avisos ou notificação serão enviados aos seus representantes legais, anotando-se os nomes e endereços nos registros.

§ 6º Em caso de compromisso de compra e venda, o lançamento será feito em nome do compromissário comprador, desde que o instrumento seja registrado na matrícula do imóvel, perante o registro de imóveis.

Art. 46. Na impossibilidade de obtenção dos dados exatos sobre o bem imóvel ou dos elementos necessários à fixação da base de cálculo do Imposto, o valor venal do imóvel será arbitrado e o tributo lançado com base nos elementos de que dispuser a Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no art. 53.

Art. 47. O lançamento do Imposto não implica em reconhecimento da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem imóvel.

Art. 48. O Imposto será pago de uma vez ou parcelado mediante ato do executivo, a critério da Administração Pública Municipal, definido em regulamento por decreto.

§ 1º O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbano será lançado em moeda vigente do país.

§ 2º O contribuinte que optar pelo pagamento em cota única poderá será beneficiado com desconto de até 30% a ser definidos em regulamento a critério da administração mediante estudo de impacto orçamentário.

Art. 49. A qualquer tempo poderão ser efetuados lançamentos omitidos por quaisquer circunstâncias nas épocas próprias, promovidos lançamentos aditivos, retificados nas épocas próprios, retificadas as falhas dos lançamentos existentes, bem como lançamento substitutivo.

Art. 50. Os lançamentos relativos a exercícios anteriores, que não houverem sido feitos por falha da administração, serão procedidos de conformidade com os valores e disposições legais vigentes à época em que deveriam ter sido lançados, desobrigando-os da atualização do principal, multa e juros de mora.

Art. 51. O contribuinte terá ciência do lançamento do imposto através de notificação pessoal, edital de publicação em jornal de grande circulação no município ou outros meios necessários definidos em regulamento.

Seção VI – Das Isenções

Art. 52. São isentos:

I – do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.

a) Os estabelecimentos beneficentes e assistenciais, sem fins lucrativos, de atendimento exclusivo a indigentes, indígenas, à infância, à juventude e à velhice desamparada;

b) Os templos de qualquer culto;

c) Os imóveis cedidos gratuitamente em sua totalidade para uso exclusivo do objetivo social das entidades imunes pela Constituição Federal, quando em regime de comodato devidamente registrado no Cartório competente, dentro da vigência do mesmo, e mediante verificação "in loco" pelo Órgão Municipal competente;

d) Os imóveis ocupados por escolas especializadas em educação de pessoas portadoras de deficiência física ou mental, com atendimento totalmente gratuito;

e) O imóvel que, localizado dentro da zona urbana que comprovadamente utilizado em exploração extrativo-vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial, desde que comprovada a inscrição e pagamento dos impostos de tais bens perante o Imposto Territorial Rural – ITR, que atenda a legislação Federal vigente..

f) Imóvel residencial de contribuinte portador de tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinsom , espondiloartrose anquilosante, Alzheimer, nefropatria grave, hepatopatia, radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, desde que comprove mediante laudo médico por serviço médico oficial da União , do Estado ou do Municipio; Comprovação de renda de até dois salários mínimos e um imóvel urbano no município.

g) O imóvel residencial, pertencente e utilizado para uso próprio por idosos (as) acima de 60 (sessenta anos).

h) O imóvel residencial, pertencente e utilizado para uso próprio por viúvos (as).

i) O imóvel residencial, pertencente e utilizado para uso próprio por aposentados (as).

j) O imóvel residencial, pertencente e utilizado para uso próprio por pensionista.

II – As isenções previstas nos parágrafos 7º, 8º, 9º e 10º serão concedidas mediante comprovação de rendimentos do proprietário de até 02 (dois) salários mínimos vigentes na data de lançamento do IPTU.

a) A comprovação de rendimentos poderá ser realizada mediante apresentação de extrato bancário ou holerite. b) A análise e concessão para concessão das isenções previstas nos parágrafos 7º, 8º, 9º e 10º será realizada pelo Departamento de Tributos do Município de Carlinda. c) A concessão da isenção prevista no 2º será reconhecida de ofício pelo Departamento de Tributos.

Parágrafo Único – A isenção será concedida a pedido do proprietário ou interessado, desde que comprove mediante documento que justifique as circunstâncias, devendo ser anualmente reformulado, até o último dia de expediente do exercício financeiro. No caso de não cumprimento do estabelecido, fica o setor competente da administração municipal autorizado e legitimado a promover o lançamento e cobrança do IPTU.

Seção VII – Das Infrações e das Penalidades

Art. 53. Serão punidos com multa sobre o valor do Imposto calculado com base nos dados corretos do imóvel, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades os contribuintes que infligirem às seguintes infrações:

I – multa de 10% (dez por cento), quando de erro ou omissão dolosos, bem como falsidade nas informações fornecidas para inscrição ou alteração dos dados cadastrais do imóvel;

II – multa de 20% (vinte por cento), quando o proprietário ou o possuidor a qualquer titulo do bem imóvel, que não permitir ou dificultar o trabalho de cadastramento ou recadastramento “in loco”.

Parágrafo Único – O não pagamento do imposto e/ou das penalidades dos incisos deste artigo no prazo estipulado ficará sujeito da aplicação do disposto no inciso I e II alíneas “a” e "b" do art. 357.

CAPÍTULO II – DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Seção I – Da Hipótese Incidência e do Fato Gerador

Art. 54. O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza tem como fato gerador à prestação de serviço, por empresa ou profissionais autônomos no território do Município, com ou sem estabelecimento fixo, ainda que esse não se constitua como atividade preponderante do prestador, de serviço constante da lista no Artigo 56, deste Código.

§ 1º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 2º Ressalvadas as exceções expressas na lista indicado no caput deste artigo, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 3º O imposto de que trata esta Lei Complementar incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 4º Para efeito deste Imposto considera-se:

I – empresa – toda e qualquer pessoa jurídica que exercer atividade econômica de prestação de serviço ou a pessoa física que estiver mais de 2 (duas) pessoas contratadas;

II – profissional autônomo – toda e qualquer pessoa física que, habitualmente e sem subordinação jurídica ou dependência hierárquica, exercer atividade econômica de prestação de serviço;

III – sociedade de profissionais – sociedade civil de trabalho profissional, de caráter especializado, organizado para a prestação de qualquer dos serviços que tenham seu contrato ou ato constitutivo registrado no respectivo órgão de classe;

IV – trabalhador avulso – aquele que exercer atividade de caráter eventual, isto é, fortuito, casual, incerto, sem continuidade, sem dependência hierárquica, mas sem vinculação empregatícia;

V – trabalho pessoal – aquele material ou intelectual executado pelo próprio prestador, pessoa física; não o desqualifica nem descaracteriza a contratação de empregados para a execução de atividades acessórias ou auxiliares não componentes de essência do serviço;

§ 5º A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

Art. 55. A hipótese de incidência do Imposto se configura independentemente:

a) Da existência de estabelecimento fixo;

b) Do resultado financeiro do exercício da atividade;

c) Do cumprimento de qualquer exigência legal ou regulamentar sem prejuízo das penalidades cabíveis aplicáveis pelo órgão competente para formular aquelas exigências;

d) Do pagamento ou não do preço do serviço no mesmo mês ou exercício;

e) Da habitualidade na prestação do serviço.

§ 1º Para os efeitos de incidência do Imposto considera-se local da prestação do serviço:

I – o do estabelecimento prestador no Município;

II – na falta do estabelecimento, o domicílio do prestador no Município;

III – na falta dos Incisos I e II deste artigo, considera-se o local onde efetuar a prestação de serviço no território do Município.

§ 2º O imposto será devido no local, quando nas hipóteses prevista nos incisos I a XXIII, como segue:

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 54 desta lei;

II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.04 da lista anexa;

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.17 da lista anexa;

IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa;

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7. 12 da lista anexa;

X – do reflorestamento, reflorestamento, semeadura, adubação reparação de solo, plantio silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios. No caso dos serviços descritos no subitem 7.14 da lista anexa;

XI – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.15 da lista anexa;

XII – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista anexa;

XIII – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;

XIV – dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

XV – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;

XVI – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12. 13, da lista anexa;

XVII – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista anexa; Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016.

XVIII – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;

XIX – da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.09 da lista anexa;

XX – do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa.

XXI – do domicilio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09; (incluindo pela Lei Complementar nº 157, de 2016.

XXII - do domicilio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos nos subitem 15.01 (incluindo pela Lei Complementar nº 157, de 2016).

XXIII – do domicilio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.(Incluido pela Lei Complementar nº 157, de 2016).

§ 3º Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente, temporário e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação, contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§ 4º A existência de estabelecimento prestador é indicada pela conjugação, parcial ou total, dos seguintes elementos:

I – estrutura organizacional ou administrativa;

II – inscrição nos órgãos previdenciários;

III – manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários a execução dos serviços;

IV – indicação como domicilio fiscal para efeito de outros tributos;

V – permanência, ânimo de permanência no local, para a exploração econômica de atividade de prestação de serviços, exteriorizada através de indicação do endereço em impressos, formulários, correspondência, contrato de locação de imóvel, propaganda, publicidade, ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica, água ou gás, em nome do prestador, seu representante ou preposto.

§ 5º A circunstância de o serviço, por sua natureza, ser executado, habitual ou eventualmente, fora de estabelecimento prestador, desde que seja no território do Município.

§ 6º São também, considerados estabelecimentos prestadores, os locais onde forem exercidas as atividades de serviços públicos de natureza itinerante.

§ 7º No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 8º No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 9º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.

Art. 56. Se sujeita ao Imposto, os serviços de:

1 Serviços de informática e congêneres.

1.01 Análise e desenvolvimento de sistemas.

1.02 Programação.

1.03 Processamento de dados e congêneres.

1.04 Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.

1.05 Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.

1.06 Assessoria e consultoria em informática.

1.07 Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.

1.08 Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

2 Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

2.01 Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

3 Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

3.01 Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.

3.02 Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.

3.03 Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.

3.04 Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

4 Serviços de saúde, assistência médica e congênere.

4.01 Medicina e biomedicina.

4.02 Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra- sono grafia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.

4.03 Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos- socorros, ambulatórios e congêneres.

4.04 Instrumentação cirúrgica.

4.05 Acupuntura.

4.06 Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.

4.07 Serviços farmacêuticos.

4.08 Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudióloga.

4.09 Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.

4.10 Nutrição.

4.11 Obstetrícia.

4.12 Odontologia.

4.13 Ortopédica.

4.14 Próteses sob encomenda.

4.15 Psicanálise.

4.16 Psicologia.

4.17 Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.

4.18 Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.

4.19 Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.

4.20 Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

4.21 Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congênere.

4.22 Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.

4.23 Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.

5 Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.

5.01 Medicina veterinária e zootecnia.

5.02 Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.

5.03 Laboratórios de análise na área veterinária.

5.04 Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.

5.05 Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.

5.06 Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

5.07 Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

5.08 Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.

5.09 Planos de atendimento e assistência médica-veterinária.

6 Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.

6.01 Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.

6.02 Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.

6.03 Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.

6.04 Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.

6.05 Centros de emagrecimento, SPA e congêneres.

7 Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.

7.01 Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.

7.02 Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de

produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.03 Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.

7.04 Demolição.

7.05 Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.06 Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.

7.07 Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.

7.08 Calafetação.

7.09 Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

7.10 Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.

7.11 Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.

7.12 Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.

7.13 Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.

7.14 Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.

7.15 Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.

7.16 Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.

7.17 Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.

7.18 Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.

7.18 Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.

7.19 Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

8 Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.

8.01 Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

8.02 Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

9 Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.

9.01 Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart- hotéis, hotéis residência, residence-service, suíte service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).

9.02 Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03 Guias de turismo.

10 Serviços de intermediação e congêneres.

10.01 Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.

10.02 Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

10.03 Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

10.04 Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantile (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).

10.05 Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.06 Agenciamento marítimo.

10.07 Agenciamento de notícias.

10.08 Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

10.09 Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

10.10 Distribuição de bens de terceiros.

11 Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.

11.01 Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.

11.02 Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.

11.03 Escolta, inclusive de veículos e cargas.

11.04 Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

12 Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.

12.01 Espetáculos teatrais.

12.02 Exibições cinematográficas.

12.03 Espetáculos circenses.

12.04 Programas de auditório.

12.05 Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.

12.06 Boates, taxi-dancing e congêneres.

12.07 Shows, balé, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.08 Feiras, exposições, congressos e congêneres.

12.09 Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.

12.10 Corridas e competições de animais.

12.11 Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.

12.12 Execução de música.

12.13 Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, balé, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.14 Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.

12.15 Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.

12.16 Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.

12.17 Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

13 Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.

13.01 Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.

13.02 Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.

13.03 Reprografia, microfilmagem e digitalização.

13.04 Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.

14 Serviços relativos a bens de terceiros.

14.01 Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.02 Assistência técnica.

14.03 Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.04 Recauchutagem ou regeneração de pneus.

14.05 Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.

14.06 Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.

14.07 Colocação de molduras e congêneres.

14.08 Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

14.09 Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.

14.10 Tinturaria e lavanderia.

14.11 Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.

14.12 Funilaria e lanternagem.

14.13 Carpintaria e serralheria.

15 Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

15.01 Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.

15.02 Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.

15.03 Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.

15.04 Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestados de idoneidade, atestado de capacidade financeiras e congêneres.

15.05 Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

15.06 Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.07 Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.08 Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09 Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

15.10 Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11 Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17 Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18 Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16 Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 Serviços de transporte de natureza municipal.

17 Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.01 Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02 Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

17.03 Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04 Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05 Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06 Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.07 VETADO

17.08 Franquia (franchising).

17.09 Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.10 Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.11 Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

17.12 Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.13 Leilão e congêneres.

17.14 Advocacia.

17.15 Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.16 Auditoria.

17.17 Análise de Organização e Métodos.

17.18 Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.19 Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

17.20 Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

17.21 Estatística.

17.22 Cobrança em geral.

17.23 Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).

17.24 Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

18 Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerencia de riscos seguráveis e congêneres.

18.01 Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19 Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produto de loteria, bingos, cartões, pule ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01 Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produto de loteria, bingos, cartões, pule ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20 Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01 Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.02 Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.03 Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21 Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

22 Serviços de exploração de rodovia.

22.01 Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

23 Serviços de programação e comunicação visual, desenho industriais e congêneres.

23.01 Serviços de programação e comunicação visual, desenho industriais e congêneres.

24 Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

24.01 Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

25 - Serviços funerários.

25.01 Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

25.02 Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.03 Planos ou convênio funerários.

25.04 Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

26 Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.

26.01 Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courrier e congêneres.

27 Serviços de assistência social.

27.01 Serviços de assistência social.

28 Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

28.01 Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

29 Serviços de biblioteconomia.

29.01 Serviços de biblioteconomia.

30 Serviços de biologia, biotecnologia e química.

30.01 Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31 Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

31.01 Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

32 Serviços de desenhos técnicos.

32.01 Serviços de desenhos técnicos.

33 Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

33.01 Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

34 Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

34.01 Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

35 Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

35.01 Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

36 Serviços de meteorologia.

36.01 Serviços de meteorologia.

37 Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

37.01 Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

38 Serviços de museologia.

38.01 Serviços de museologia.

39 Serviços de ourivesaria e lapidação.

39.01 Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

40 Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

40.01 Obras de arte sob encomenda

41 Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocoposição, clicheria, zincografia, litografia e fotografia, exeto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma a ourra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

42 Dispoponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviços de acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS.

43 Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para qualquer fins e por qualquer meios.

44 Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independetemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será exercutado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

45 Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem,, tingimento, galnoplastia,anodização, corte, recorte,plastificação, costura, acabamento, polimento, e congêneres de objetos quisquer.

46 Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

47 Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

48 Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros e veículos.

49 Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

50 Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.

51 Outros serviços de natureza municipal.

52 Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

53 Guinchos intramunicipal, guindaste e içamento.

54 Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informações, entre outros formatos, e congêneres.

Parágrafo Único – Ficam também sujeitos ao Imposto os serviços não expressos na lista, mas que, por sua natureza e características, assemelham-se a qualquer um dos que compõem cada item, e desde que não constituam hipótese de incidência de tributo estadual ou federal.

Seção II – Do Sujeito Passivo

Art. 57. Contribuinte do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza é o prestador do serviço, seja pessoa física ou jurídica que exercer dentro do território do Município, em caráter permanente ou eventual, quaisquer atividades constantes da Lista de Serviço mencionado no artigo 56 deste Código.

Parágrafo Único – Não são contribuintes do Imposto, os que prestem serviço na condição:

I – de assalariados, definidos como nas leis trabalhistas, pelos contratos de relação de emprego, singulares e coletivos, tácitos ou expressos;

II – de servidores públicos federais, estaduais, municipais e autárquicos, inclusive os inativos, amparados pelas legislações que os definam nessa situação ou condição;

III – de diretores de sociedade anônima, de sociedades por ações e de economia mista, bem como outros tipos de sociedade civis e comerciais, mesmo quando não sejam sócios quotistas, acionistas ou participantes;

IV – de membros de conselho consultivo ou fiscal de sociedade;

V – os trabalhos avulsos, assim definidos na Consolidação das Leis de trabalho.

Art. 58. Será responsável pela retenção e recolhimento do Imposto todo aquele que, mesmo incluído nos regime de imunidade ou isenção, se utilizar de serviços de terceiros, quando:

I – os usuários de serviços que não efetuarem o desconto na fonte:

a) de pagamento efetuado, sob forma de serviços obrigados ao pagamento anual do tributo que não apresentarem o certificado de inscrição no cadastro de atividades econômicas do município;

b) pagamento efetuado sob forma de recibo à firma prestadora de serviços que não emitir nota fiscal do serviço ou não possuir inscrição no cadastro de atividades econômicas do município

II – a pessoa física, jurídica de direito privado que adquirir de outra por qualquer título, estabelecimento profissional de prestação de serviços, e continuar a exploração do negócio, sob a mesma ou outra razão social, sob firma, nome individual, é responsável pelo imposto do estabelecimento adquirido, devido até a data do ato:

a) integralmente se alienante cessar a exploração da atividade;

b) subsidiariamente com a alienante, se esta prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de 6 (seis) meses a contar da data de alienação, nova atividade do mesmo ou de outros ramos de prestação de serviços.

III – os que sublocarem, ceder, transferirem a terceira a inscrição de sua propriedade, que estão sob a sua direção ou exploração, desde que destinados à realização de atividades que, por si só, configure fato gerador do imposto sobre serviços;

IV – a pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra em outra, á responsável pelo imposto devido pelas pessoas jurídicas fundidas, transformadas ou incorporadas, até a data dos atos de fusão, transformação ou incorporação;

§ 1º O disposto no inciso III, aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

§ 2º A fonte pagadora dará ao prestador do serviço o comprovante da retenção a que se refere este artigo, o qual lhe servirá de comprovante de pagamento do Imposto.

V – No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicilio tributário da pessoa jurídica ou física do serviço, conforme informação prestada por este.

VI – no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos nos subitens 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registradas no local do domicílio do tomador do serviço.

Art. 59. Fica atribuída a responsabilidade na qualidade de contribuinte substituto, pela retenção e pelo recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer natureza – ISSQN:

I – às incorporadoras e construtoras, em relação às comissões pagas pela corretagem de imóveis;

II – às empresas seguradoras e de capitalização, em relação às comissões pagas pela corretagem de seguros e de capitalização e sobre os pagamentos de serviços de bens sinistrados;

III – às empresas e entidades que explorem loterias e outros jogos, inclusive apostas em relação às comissões pagas aos seus agentes revendedores ou cessionários;

IV – às operadoras de cartões de créditos em relação aos serviços prestados por empresas locadoras de bens móveis estabelecidos no Município;

V – às instituições financeiras, pelo imposto devido sobre os serviços de contratos de mão-de-obra: de guarda, vigilância, transportes de valores, de conservação e limpeza e congêneres;

VI – às empresas que explorem serviços de planos de saúde ou de assistência médicas hospitalares e congêneres, ou de seguro através de planos de medicina de grupo e convênios, em relação aos serviços de agenciamento ou corretagem dos referidos planos e seguros, remoção de doentes, serviços de hospitais, clínicas, sanatórios, laboratórios de análise, ambulatório, pronto-socorro, manicômios, casa de saúde, de repouso e de recuperação, clinica de radioterapia, eletricidade médica, ultra-sonografia, radiologia, tomografia e congêneres;

VII – às construtoras, em relação aos serviços subempreitados;

VIII – às empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos de qualquer natureza;

IX – o prestador de serviço e não comprovar imunidade ou isenção;

X – o Município, inclusive sua autarquias, fundações, empresas públicas e economia mista, pelo Imposto incidente sobre os serviços a eles prestados;

XI – as empresas imobiliárias, incorporadoras e construtoras, pelo Imposto devido sobre as comissões pagam as empresas corretoras de imóveis;

XII – as operadoras turísticas e as empresas de transporte pelo imposto, devido sobre as comissões pagas aos seus agentes e intermediários;

XIII – as empresas de rádio e televisão, pelo imposto devido sobre os serviços a eles prestados;

XIV – os estabelecimentos particulares de ensino, pelo imposto devido sobre os serviços a eles prestados;

XV – os frigoríficos que contratar serviços de terceiros;

XVI – quaisquer outros não inclusos nos incisos anteriores e que contrata serviços de terceiros.

§ 1º A União e os Estados, inclusive suas Autarquias, Fundações e Empresas Públicas, poderão reter e recolher o ISSQN, incidentes sobre serviços a eles prestados e devidos pelas empresas prestadoras de serviços mediante convênio.

§ 2º Os impostos retidos na forma do caput deste artigo, incluídos nos seus incisos e parágrafos anteriores, deverá ser recolhido aos cofres do Município até o 15º útil dia do mês subseqüente a ocorrência do fato gerador. Caso o substituto não efetue a retenção ficará obrigado a recolher o valor correspondente ao imposto não retido, acrescido, quando for o caso, dos incisos I, II e alínea ‘”a” e"b" do art. 357, deste Código.

§ 3º Poderá o Executivo Municipal, no interesse do Fisco Municipal, estender o Regime de Substituição a empresas e outra atividade sujeita ao ISSQN, bem como baixar Normas Complementares para aplicação do disposto neste artigo.

§ 4º O Substituto Tributário deverá apresentar relatório mensal, contendo o nome da inscrição no cadastro econômico, assim como o número, a série, data e valor da Nota Fiscal recebida, alíquota e valor do imposto retido.

Art. 60. A retenção na fonte será regulamentada por decreto do Executivo Municipal.

Seção III - Base de Cálculo e Alíquota

Art. 61. A base de cálculo do imposto é preço bruto do serviço sobre o qual será aplicada a alíquota de 5% segundo o tipo do serviço prestado mensal do contribuinte e quando o serviço for prestado em caráter pessoal, será aplicada anualmente em quantidade de VRM (Valor de Referência Municipal de Carlinda ou prcentual, de conformidade com a Tabela/Anexo-I, deste Código.

§ 1 – O ISSQN incidente sobre o serviço de construção civil deverá ser recolhido antecipadamente à expedição do Alvará de Construção. Será considerado para base de calculo 10% (dez por cento) do CUB (Custo Unitário Básico), do mês de Janeiro do ano vigente, divulgado pelo SIDUSCON-MT, sob pena de o mesmo não ser liberado pela autoridade competente.

Art. 61 – A. A alíquota mínima do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento).

§ 1º - O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculso ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços que se referem o Art. 61.

§ 2º - è nula a Lei ou ato do Município ou do Distrito Federal que não respeite as disposições relativas à alíquota mínima prevista neste artigo no caso de serviços prestados a tomador ou intermediário localizado em Município diverso daquele onde esta localizado o prestador do serviços.

Art. 62. Para efeitos de retenção na fonte, o Imposto será calculado aplicando-se a alíquota sobre o preço do serviço.

§ 1º Na hipótese de serviços prestados, enquadráveis em mais de um dos itens da lista de serviços, o Imposto será calculado aplicando-se a alíquota própria sobre o preço do serviço de cada atividade.

§ 2º Quando os serviços descritos pelo subitem 3.03 da lista anexa forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabo de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada Município.

§ 3º Não se incluem na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, os valores dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa a esta lei; caso não seja apresentado planilha de custos da obra pelo contribuinte, o mesmo poderá optar pela dedução de 40% (quarenta por cento) do valor dos serviços, efetivamente executados, a título de materiais aplicados, sem a necessidade de qualquer comprovação.

Art. 63. Considera-se preço do serviço para efeito de incidência deste imposto, a receita bruta a ele correspondente, sem qualquer dedução, executados os descontos ou abatimentos concedidos independentemente de qualquer condição, bem como, o valor dos materiais que constarem expressamente da lista de serviços como deduzíveis, ainda que a título de subempreitada de serviços não tributados, frete, despesas, tributos e outros, vedada qualquer interpretação extensiva ou analógica.

§ 1º Na falta do preço do serviço, ou não sendo o mesmo desde logo conhecido, será adotado o preço corrente na praça.

§ 2º Na hipótese de cálculo efetuado do parágrafo anterior, qualquer diferença de preço que venha a ser efetivamente apurada acarretará a exigibilidade do imposto sobre o respectivo montante.

§ 3º Inexistindo preço corrente na praça, será ele fixado pela repartição fiscal, mediante respectivo montante.

§ 4º Em se tratando de incidência sobre todos os serviços prestados por estabelecimentos bancários e demais instituições financeiras, a base de cálculo será apurada cumulativamente sobre as receitas diretas e indiretas representadas extras últimas, dentre outras, pelos rendimentos de permanência não remunerada, decorrentes do produto de arrecadação em geral, efetuada, pelo mesmo prestador de serviços, em convênio com instituições pública ou privada desde que não incida o Imposto sobre Operações Financeiras – IOF.

Art. 64. O contribuinte deverá apresentar escrituração idônea que permita diferenciar as receitas específicas das várias atividades, sob pena de o Imposto será calculado da forma mais onerosa, mediante a aplicação da alíquota mais elevada sobre a receita auferida.

Art. 65. Quando o volume ou a modalidade da prestação de serviços aconselharem, para facilitar aos contribuintes o cumprimento de suas obrigações tributaria e sem prejuízo para o Município, a Administração poderá autorizar a adoção de regime especial para pagamento do Imposto.

Art. 66. Quando definido tratamento adequado de acordo proposição do artigo anterior será observada as seguintes normas relativas ao cálculo.

I – com base em informações do sujeito passivo em que outro elemento informativo será estimado o valor provável das operações tributáveis e o do imposto total a recolher no exercício, um e outro dependem da aprovação do Secretário Municipal de Finanças.

II – quando houver discordância das informações do sujeito passivo, a Fazenda Municipal, optará pelos incisos e alíneas do art. 68, deste Código.

Art. 67. Proceder-se-á ao arbitramento para a apuração do preço sem que, fundamentalmente:

I – o contribuinte não possuir livros fiscais de utilização obrigatória ou estes não se encontrarem com sua escrituração atualizada;

II – o contribuinte, depois de intimado deixar de exibir os livros fiscais de utilização obrigatória;

III – ocorrer fraude ou sonegação de dados julgados indispensáveis ao lançamento;

IV – sejam omissos ou não mereçam fé às declarações, os esclarecimentos prestados ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo;

V – o preço seja notoriamente inferior ao corrente no mercado, ou desconhecido pela autoridade administrativa.

Art. 68. Nas hipóteses do artigo anterior, o arbitramento será procedido por uma comissão municipal designada especialmente para cada caso pelo Prefeito Municipal levando-se em conta, entre outros, os seguintes elementos:

I – os recolhimentos feitos em períodos idênticos pelo contribuinte ou por outros contribuintes que exerçam a mesma atividade em condições semelhantes;

II – os preços correntes dos serviços no mercado, em vigor na época da apuração;

III – as condições próprias do contribuinte bem como os elementos que possam evidenciar sua situação econômico-financeira, tais como:

a) valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados no período;

b) folha de salários pagos, honorários de direitos retirados de sócio ou gerente;

c) aluguel do imóvel e das máquinas e equipamentos utilizados;

d) 10% (dez) por cento, do valor venal do imóvel ou parte dele, e dos equipamentos utilizados pela empresa ou pelo profissional autônomo.

e) despesas com fornecimento de água, luz, força, telefone e demais encargos obrigatórios do contribuinte.

Art. 69. Na execução de obras hidráulicas ou de construção civil, o imposto será calculado sobre o preço, deduzido das parcelas correspondente do valor das subempreitada, sobre as quais já tenham incidido o imposto.

Seção IV – Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 70. O Imposto será lançado:

I – Quando na forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, poderá ser cobrado em até 12 (doze) parcelas, correspondendo de janeiro a dezembro no exercício a que corresponder o tributo e critério da Administração Pública Municipal, conforme regulamento.

II – mensalmente, em relação ao efetivamente prestado no período, quando o prestador for empresa.

Art. 71. Os contribuintes sujeitos ao pagamento mensal do Imposto ficam obrigados a:

I – manter escrita fiscal ou digital destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributáveis;

II – emitir notas fiscais de serviços ou outros documentos admitidos pela Administração, por ocasião da prestação dos serviços.

§ 1º Mediante intimação por escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação a bens, negócios ou atividade de terceiros.

§ 2º Os contribuintes, ou quaisquer responsáveis por tributos, facilitarão, por todos os meios ao seu alcance, o lançamento, a fiscalização e a cobrança dos tributos devidos à Fazenda Municipal, ficando especialmente obrigados a:

I – apresentar declarações e guias, e a escriturar em livros próprios ou digitais os fatos geradores de obrigação tributária, segundo as normas deste Código e dos regulamentos tributários;

II – conservar e apresentar ao fisco, quando solicitado, qualquer documento que, de algum modo, se refira a operações ou situações que constituam fato gerador de obrigação tributária, ou que sirva como comprovante da veracidade dos dados consignados em guias e documentos fiscais.

III – prestar, sempre que solicitados pelas autoridades competentes informações e esclarecimentos que, a juízo do fisco, se refiram ao fato gerador da obrigação tributária;

IV – os livros e documentos fiscais ou virtuais, que são de exibição obrigatória à fiscalização, não poderão ser retirados do estabelecimento ou do domicílio do contribuinte, salvo nos casos expressamente previstos em regulamento.

§ 3º O Poder Executivo definirá os modelos de livros, notas fiscais e demais documentos a serem obrigatoriamente utilizados pelo contribuinte e mantidos em cada um dos seus estabelecimentos ou, na falta destes, em seu domicílio.

§ 4º Os livros e documentos fiscais serão previamente formalizados, de acordo com o estabelecido em regulamento.

§ 5º Sendo insatisfatórios os meios normais de fiscalização e tendo em vista a natureza do serviço prestado, o Poder Executivo poderá decretar ou a autoridade administrativa, por despacho fundamentado, permitir, complementarmente ou em substituição, a adoção de instrumentos e documentos especiais necessários à perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do Imposto devido.

Art. 72. Os livros fiscais, virtuais e comerciais, bem como as notas e demais documentos fiscais, são de exibição obrigatória ao Fiscal Municipal, devendo ser conservados pelo contribuinte durante 05 (cinco) anos, a contar do encerramento do exercício.

§ 1º A fiscalização do Imposto sobre serviços de qualquer natureza, será feita sistematicamente pelos Agentes Fiscais Fazendários do Município, nos estabelecimentos, vias públicas e demais locais, onde exerçam atividades tributáveis.

§ 2º Os contribuintes são obrigados a fornecer todos os elementos necessários à verificação das operações sobre as quais possa haver incidência do imposto e a exigir todos os elementos da escrita fiscal e da contabilidade geral da empresa, sempre que exigidos pelos agentes fiscais Fazendários do Município.

Art. 73. Fica autorizado o Poder Executivo a criar ou aceitar documentação simplificada no caso de contribuintes de rudimentar organização.

Art. 74. A autoridade administrativa poderá, por ato normativo próprio, fixar o valor do Imposto por estimativa:

I – quando se tratar de atividade exercida em caráter temporário;

II – quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização;

III – quando o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais ou deixar, sistematicamente, de cumprir as obrigações previstas na legislação vigente;

IV – quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade volume de negócios ou de atividades aconselhar, a critério exclusivo da autoridade competente, tratamento fiscal específico;

V – quando o contribuinte reiteradamente violar o disposto na legislação tributária.

Art. 75. O valor do Imposto lançado por estimativa levará em consideração:

I – o tempo de duração e a natureza específica da atividade;

II – o previsto nos incisos e alíneas do art. 68, deste Código.

III – o local onde se estabelece o contribuinte.

Parágrafo Único – A Administração poderá rever os valores estimados, a qualquer tempo, reajustando as parcelas vincendas do Imposto, quando se verificar que a estimativa inicial foi incorreta ou que o volume ou modalidade dos serviços se tenha alterado de forma substancial.

Art. 76. Os contribuintes sujeitos ao regime de estimativa poderão, a critério da autoridade administrativa, ficar dispensado do uso de livros fiscais e da emissão de documentos.

Art. 77. O regime de estimativa poderá ser suspenso pela autoridade administrativa, mesmo quando não findo o exercício ou período, seja de modo geral ou individual, seja quando a qualquer categoria de estabelecimentos, grupos ou setores de atividades, quando não mais prevalecerem às condições que originaram o enquadramento.

Art. 78. Os contribuintes abrangidos pelo regime de estimativa poderão no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da publicação do ato normativo, apresentar reclamação contra o valor estimado.

Art. 79. O lançamento do Imposto não implica em reconhecimento ou regularidade do exercício de atividade ou da legalidade das condições do local, instalações, equipamentos ou obras.

Art. 80. No caso de diversões públicas e outros serviços cujo preço seja cobrado mediante bilhetes, o imposto será recolhido conforme dispuser decreto regulamentador.

Art. 81. As pessoas físicas ou jurídicas, que na condição de prestadores de serviços de qualquer natureza, no decorrer do exercício financeiro se tornar sujeitos à incidência do imposto serão lançados a partir do trimestre em que iniciar as atividades.

Art. 82. Corrido o prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da ocorrência do fato gerador sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Art. 83. O Imposto será pago na forma e prazos regulamentares.

Parágrafo Único – Tratando-se de lançamento de ofício, há que se respeitar o intervalo mínimo de 20 (vinte) dias entre o recebimento da Notificação e o prazo fixado para pagamento.

Art. 84. No recolhimento do Imposto por estimativa serão observadas as seguintes regras:

I – será estimado o valor dos serviços tributáveis e do Imposto total a recolher no exercício ou período, e parcelado o respectivo montante para recolhimento em prestações mensal;

II – findo o exercício ou o período da estimativa ou deixando o regime de ser aplicado, serão apurados os preços dos serviços e o montante do Imposto efetivamente devido pelo contribuinte, respondendo este pela diferença verificada ou tendo direito à restituição do Imposto pago a mais;

III – qualquer diferença verificada entre o montante do Imposto recolhido por estimativa e o efetivamente devido será:

a) recolhida dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do encerramento do exercício ou período considerado, independentemente de qualquer iniciativa do Poder Público, quando a este for devido;

b) restituída ou compensada, mediante requerimento do contribuinte.

Art. 85. Sempre que o volume ou modalidade dos serviços o aconselhe e tendo em vista facilitar aos contribuintes o cumprimento de suas obrigações tributarias, a Administração poderá, a requerimento do interessado e sem prejuízo para o Município, autorizar a adoção de regime especial para pagamento do Imposto, atendendo o disposto no art. 66, deste Código.

Art. 86. Prestado o serviço, o imposto será recolhido na forma do inciso II do art. 72, independentemente do pagamento do preço ser efetuado a vista ou em prestações.

Seção VI – Das Isenções

Art. 87. São isentos do imposto:

a) Os assalariados, como tais definidos pelas Leis Trabalhistas pelos contratos de relação de emprego, singulares e coletivos, tácitos ou expressos, de prestação de trabalhos a terceiros;

b) Os diretores e membros de Conselhos de Sociedades Anônimas, por ações e de economia mista, bem como outros tipos de Sociedades Civis e Comerciais, mesmo quando não sejam sócios, quotistas, acionistas ou participantes;

c) Os trabalhadores avulsos;

d) Os locadores de livros novos e usados;

e) Os promotores de concertos, recitais, shows, avant-première, cinematográficas, exposições, quermesses e espetáculos similares, realizados para fins assistências e desportivos sem finalidade lucrativa.

f) Os trabalhadores autônomos e os negócios de rudimentar organização, tal como definidos no regulamento, cujas atividades, por estimativa da autoridade fiscal, não produzem renda mensal superior ao valor de 02 (dois) Salários Mínimo.

g) De diversão pública com fins beneficentes ou considerados de interesse da comunidade pelo órgão de Educação e Cultura do Município ou órgão similar.

h) Os jornais ou periódicos, bem como as estações rádio-emissoras destinadas a caráter e de interesse da coletividade.

i) As casas de caridade, as sociedades de socorros mútuos e os estabelecimentos de fins humanitários e assistências, sem finalidade lucrativa;

j) O Micro empreendedor individual (MEI) que optar pelo sistema de Recolhimento em Valores fixos mensais dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional (SIMEI) Lei Complementar 128, de 19 de dezembro de 2008. Lei Complementar nº 147, De 7 de agosto de 2014.

Parágrafo Único – A isenção será concedida a pedido das pessoas físicas e/ou jurídicas que comprovará ou justificará estas circunstâncias e será reformulada, período fracionário ou anualmente, a critério da Fazenda Municipal.

Seção VI – Das Infrações e das Penalidades

Art. 88. As infrações às disposições deste Capítulo serão punidas com as seguintes penalidades:

I – Multa de importância igual a 20% (vinte por cento) da base de cálculo referida no art. 61, nos caso de:

a) Iniciar atividades ou praticar ato sujeito ao imposto, antes da concessão desta;

b) Deixar de fazer a inscrição no cadastro fiscal da prefeitura, de seus bens ou atividades sujeitos à tributação municipal;

c) Apresentar ficha de inscrição cadastral, livros, documentos ou declarações relativas aos bens e atividades sujeitos à tributação municipal com omissões ou dados inverídicos;

d) Deixar de comunicar, dentro dos prazos previstos as alterações ou baixas que impliquem em modificação ou extinção de fatos anteriormente gravados;

e) Deixar de apresentar, dentro dos respectivos prazos, os elementos básicos à identificação ou caracterização de fatos geradores ou base de cálculo dos tributos municipais;

f) Deixar de remeter à prefeitura, em sendo obrigado a fazê-lo, documento que interessar à fiscalização;

g) Negar-se a exibir livros e documentos de escrita fiscal que interessar à fiscalização;

h) Apresentar ficha de inscrição fora do prazo legal ou regulamentar;

II – multa de importância igual a 30% (trinta por cento) da base de cálculo referida no art. 61, nos casos de:

a) Falta de livros fiscais;

b) Falta de escrituração do Imposto devido;

c) Dados incorretos na escrita fiscal ou documentos fiscais;

d) Falta do número de inscrição no cadastro de atividades econômicas em documentos fiscais.

III – multa de importância igual 40% (trinta por cento) da base de cálculo referida no art. 61, nos casos de:

a) Falta de declaração de dados;

b) Erro, omissão ou falsidade na declaração de dados.

IV – multa de importância igual a 50% (cinqüenta por cento) da base de cálculo referida no art. 61, nos casos de:

a) falta de emissão de nota fiscal ou outro documento admitido pela Administração;

b) falta ou recusa de exibição de livros, notas ou documentos fiscais;

c) retirada do estabelecimento ou do domicílio do prestador, de livros ou documentos fiscais;

d) sonegação de documentos para apuração do preço dos serviços;

e) embaraço ou impedimento à fiscalização.

V – multa de importância igual a 70% (setenta por cento) sobre diferencia entre o valor recolhido e o valor efetivamente devido do Imposto, em caso comprovado de fraude;

VI – Multa de importância igual a 80% (oitenta cem por cento) sobre o valor imposto, no caso de não retenção do Imposto devido;

VII – multa de importância igual a 100% (cem por vento) sobre o valor do Imposto, no caso da falta de recolhimento do Imposto retido na fonte.

Parágrafo Único – O não pagamento do imposto e/ou das penalidades dos incisos deste artigo no prazo estipulado, ficará sujeito da aplicação do disposto no inciso I e II alínea “a” e "b" do art. 357, deste Código.

CAPITULO III – DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO INTER-VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS A ELES RELATIVOS – ITBI

Seção I – Do Fato Gerador e da Incidência

Art. 89. O imposto sobre a Transmissão Inter-vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais a eles relativos tem como o fato gerador:

I – a transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso:

a) da propriedade de bens imóveis, por natureza ou acessão física, como definidos na lei civil;

b) de direitos reais sobre bens imóveis, exceto os de garantia;

II – a cessão, por ato oneroso, de direitos relativos à aquisição de bens imóveis.

Parágrafo Único –O imposto de que trata este artigo refere-se a atos e contratos relativos a imóveis situados no território deste Município, ainda que a mutação patrimonial decorra de ato ou contrato celebrado ou de sucessão aberta fora do respectivo território.

Art. 90. Estão compreendidos na incidência do imposto:

I – a compra e venda;

II – a dação em pagamento;

III – a permuta;

IV – o mandato em causa própria ou com poderes equivalentes para a transmissão de bem imóvel e respectivo substabelecimento, ressalvado o disposto no artigo seguinte;

V – a arrematação, a adjudicação e a remição;

VI – o valor dos imóveis que, na divisão de patrimônio comum ou na partilha, forem atribuídos a um dos cônjuges separados ou divorciados, ao cônjuge supérstite ou a qualquer herdeiro, acima da respectiva meação ou quinhão, considerando, em conjunto, apenas os bens imóveis constantes do patrimônio comum ou monte-mor, localizados no município.

VII – o uso, o usufruto;

VIII – a cessão de direitos do arrematante ou adjudicatário, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;

IX – a cessão de direitos decorrente de compromisso de compra e venda;

X – a cessão de direitos à sucessão;

XI – a cessão de benfeitorias e construções em terreno compromissado à venda ou alheio;

XII – a instituição e a extinção do direito de superfície;

VIII – a cessão de benfeitorias e construção em terreno compromissado à venda ou alheio a indenização de benfeitorias pelo proprietário do solo.

XIX – todos os demais atos onerosos translativos de imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis.

§ 1º Na dissolução da sociedade conjugal, excesso de meação, para fins de ITBI, é o valor da totalidade dos bens imóveis, incluídos no quinhão de um dos cônjuges, que ultrapasse 50% do total partilhável, considerados apenas os bens imóveis localizados no Município de Carlinda.

Seção II – Da não Incidência, da Imunidade e da Isenção

Art. 91. Ressalvado o disposto no artigo seguinte, o imposto não incide sobre transmissão dos bens ou direitos:

I – no mandato em causa própria ou com poderes equivalentes e seu substabelecimento, quando o mandatário receber a escritura definitiva do imóvel. Nessa hipótese o ITBI incidirá sobre este ato;

II – sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital nela subscrito;

III – sobre a transmissão de bens ou direitos aos mesmos alienantes, em decorrência de sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos;

IV – sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção da pessoa jurídica.

V – sobre a constituição e o cancelamento da propriedade fiduciária de coisa imóvel, prevista na Lei Federal nº 9.514, de 20 de novembro de 1997.

Art. 92. O disposto nos incisos II, III e IV do artigo anterior não se aplicam quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante à compra e venda, locação ou arrendamento mercantil de bens imóveis ou direitos reais sobre eles.

§ 1º Considera-se caracterizada atividade predominante referida neste artigo quando mais de 50% (cinqüenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica a adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores ou nos 2 (dois) anos posteriores à aquisição, decorrer das transações mencionadas neste artigo.

§ 2º Se a pessoa jurídica adquirente iniciar sua atividade após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo antecedente, levando em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data de aquisição.

§ 3º Verificada a preponderância referida neste artigo, tornar-se-á devido o imposto nos termos da lei vigente à data de aquisição, sobre o valor do bem ou direito, devidamente atualizado na forma da Lei.

§ 4º A disposição deste artigo não é aplicável à transmissão de bens ou direitos, quando realizada em conjunto com a totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

Art. 93. São imunes ao ITBI

I – a União, Distrito Federal, Estados e Municípios, respectivas autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, nas operações destinadas aos seus serviços próprios e inerentes aos seus objetivos;

II – partidos políticos, inclusive suas fundações; entidades sindicais dos trabalhadores; instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisites da legislação;

III – templos de qualquer culto.

§ 1º A vedação do item I, não se aplica às transmissões de imóveis destinados à exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços pelo usuário.

§ 2º O disposto no item II compreende somente os imóveis relacionados com as finalidades essenciais das entidades neles mencionadas, e é subordinado à observância dos seguintes requisitos:

a) não distribuírem qualquer parcela do seu patrimônio ou suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;

b) aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

c) manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 3º A imunidade prevista no inciso III, compreende somente os imóveis relacionados com as finalidades essenciais das entidades neles mencionadas.

Art. 94. É isenta do imposto, a transmissão:

I – a dissolução da sociedade conjugal, quando a partilha envolver um único imóvel e o mesmo couber a qualquer dos cônjuges ou filhos, destinado à moradia e guarda dos filhos;

II – a transmissão de bem imóvel, quando este voltar ao domínio do antigo proprietário por força de retrovenda, de retrocessão ou pacto de melhor comprador; ou quando for transmitido ao alienante anterior, em razão do desfazimento da alienação condicional ou com pacto comissório, pelo não-cumprimento de condição, pela falta de pagamento do preço, ou ainda por decisão judicial;

III – na usucapião;

IV – na extinção de condomínio, sobre o valor que não exceder ao da quota-parte de cada condômino;

V – na promessa de compra e venda;

VI – As transferências de imóveis realizadas através de cessões e contratos arquivados junto a colonizadora até a data de 31/12/2017. A partir dessa data, de todas as transferências passarão a incindir o ITBI;

VII – na transmissão ao alienante anterior, em razão do desfazimento da alienação condicional ou com pacto comissório, pelo não-cumprimento de condição, pela falta de pagamento do preço, ou ainda por decisão judicial;

VIII – as primeiras transmissões onerosas feitas pela União, pelo Estado ou pelo Município, suas autarquias, fundações ou empresas públicas e sociedade de economias mistas, para particulares, e que sejam decorrentes de regularização fundiária destinadas a população de baixa renda ou seja integrantes de processo de reforma agrária, assim definidos no Projeto ou reconhecidos pelo Executivo Municipal, mediante ato normativo;

IX – a primeira aquisição de bens imóveis, destinados a moradia, feitas a população carente ou de baixa renda, assim definidas e reconhecidas pelo Poder Executivo Municipal, quando houver intervenção nas etapas de financiamento ou de regularização urbana de instituições governamentais ou financeiras ligadas ao Sistema Financeiro de Habitação, em especial ao Programa Minha Casa Minha Vida e de Arrendamento Residencial, e programas similares;

X – aquisições feitas pela Caixa Econômica Federal e por outras instituições estatais, vinculada a algum dos Entes Federativos, assim reconhecido pelo Poder Executivo Municipal, que tenham por objetivo regularizar, revitalizar, urbanizar e transmitir imóveis a população de baixa renda;

XI – as transmissões onerosas de imóveis rurais em favor de beneficiários dos programas de reforma agrária realizadas por títulos definitivos emitidos pela UNIÃO ou pelo ESTADO DE MATO GROSSO.

Art. 95. As conclusão da transmissão de propriedade e de direitos nas hipóteses de imunidade, isenção e não incidência depende de prévio reconhecimento feito pelo município.

Seção III – Dos Contribuintes

Art. 96. São contribuintes do imposto:

I – os concessionários ou adquirentes dos bens ou direitos cedidos ou transmitidos;

II – na permuta, cada um dos permutantes;

III – os mandatários, nos mandatos em causa própria;

IV – o usufrutuário, em se tratando de instituição de usufruto, quando daí decorrer transmissão do bem usufruído;

V – os cedentes, nas cessões de direitos decorrentes de compromissos de compra e venda;

VI – os transmitentes, nas transmissões exclusivamente de direitos à aquisição de bens imóveis, quando o adquirente tiver como atividade preponderante a compra e venda desses bens ou direitos, a sua locação ou arrendamento mercantil; e

VII – os superficiários e os cedentes, nas instituições e nas cessões do direito de superfície;

VIII – A empesa regulamentadora das áreas urbanas da colonizadora do Município de Carlinda, nos casos de cessões e contratos particulares de transferência de imóveis arquivados, e contratos de compra e venda por ela recepcionados a partir de 31/12/2017, no caso de o adquirente não documentar sua transferência e pagar o ITBI correspondente.

Seção IV – Da Base de Cálculo e das Alíquotas

Art. 97. A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos, cujo valor poderá ser calculado segundo o Cadastro Fiscal Imobiliário, de conformidade com a Planta Genérica de valores, periodicamente atualizada pelo Município, ou ainda o valor pelo qual o bem ou direito seria ou esta sendo negociado à vista, em condições normais de mercado, considerado o de maior valor para ser a base de cálculo.

§1º Poderá o Município ter como base de cálculo do imposto para as transmissões de imóveis rurais o valor venal do imóvel rural declarado para fins de incidência do imposto de propriedade rural atualizado monetariamente, acrescido das benfeitorias existentes, conforme a DIAT/ITR do último exercício, ou o valor pelo qual o bem ou direito esta sendo transferido, conforme declarado pelos contratantes. Para efeitos de tributação, será considero o de maior valor para ser a base de cálculo. Os valores poderão ser definidos por decreto ou Lei Municipal igualmente a critério da administração.

§ 2º Não serão abatidas do valor-base, para o cálculo do imposto, quaisquer dívidas que onerem o imóvel transferido.

§ 3º Na arrematação ou leilão e na adjudicação de bens imóveis, a base de cálculo será o valor estabelecido pela avaliação judicial ou administrativa, o preço pago ou o valor venal atribuído pelo município, o que for maior.

§ 4º Não se inclui na estimativa fiscal do imóvel o valor da construção comprovadamente custeada pelo contribuinte, desde que comprovado tal fato a Fiscalização da Receita Municipal mediante documentação legal.

Art. 98. Nas cessões de direitos decorrentes de compromisso de compra e venda será deduzida, do valor tributável, à parte do preço ainda não paga pelo cedente.

Art. 99. As alíquotas do imposto são as seguintes:

I – transmissões compreendidas e financiadas por entidades vinculadas ao Sistema Financeiro da Habitação e ao Sistema Financeiro Imobiliário, integrantes de Programas de Arrendamento Residencial, de Habitação de Interesse Social – HIS, Programa Minha Casa, Minha Vida, e demais programas de Incentivo a Regularização Fundiária:

a) 0,5% (meio por cento) sobre a totalidade do valor contratado, observado o caput do artigo 96 desta Lei;

II – demais transmissões a título oneroso: 2% (dois por cento);

Art. 100. O valor da base de cálculo será reduzido:

I – na instituição de usufruto e uso, para 1/3 (um terço);

II – na transmissão de nua propriedade, para 2/3 (dois terços);

Seção V - Da Arrecadação do Imposto

Art. 101. Excetuadas as hipóteses expressamente previstas nos artigos seguintes, o imposto será arrecadado antes de concluído o ato que notarial, se for lavrado por instrumento publico, e até trinta (30) dias, a contar da celebração, se for instrumento particular, ou se for decorrente de arrematação, adjudicação ou remissão, e nas demais transmissões realizadas por termo judicial, a contar do trânsito em julgado da sentença ou da decisão final e sempre antes do registro junto ao Registro de Imóveis comitente.

Art. 102. O imposto será recolhido dentro da data estipulada na guia e documento de arrecadação estabelecida pela Secretaria de Finanças do Município.

Art. 103. O pagamento do imposto far-se-á junto à rede bancária credenciada.

§ 1º O imposto não pago no vencimento será atualizado monetariamente, de acordo com a variação de índices oficiais, da data em que é devido até a data em que for efetuado o pagamento.

Art. 104. O pagamento do ITBI regularmente feito não fica sujeito à revalidação quando da formalização da transmissão da propriedade ou dos direitos a ela relativos perante o Registro de Imóveis competente.

Art. 105. Nos casos de retrovenda de compra e venda com cláusula de melhor comprador, a volta dos bens ao domínio do alienante não importa em direito à restituição do imposto originalmente pago.

Art. 106. Nas promessas ou compromissos de compra e venda é facultado ao contribuinte efetuar o pagamento do imposto a qualquer tempo, antes da transmissão definitiva.

§ 1º Optando-se pela antecipação a que se refere este artigo, tomar-se-á por base o valor do imóvel na data em que for efetuada a antecipação, ficando o contribuinte exonerado do pagamento do imposto sobre o acréscimo do valor, verificado no momento da escritura definitiva.

§ 2º Verificada a redução do valor, não se restituirá à diferença do imposto correspondente.

Seção VI – Da Restituição do Imposto

Art. 107. O imposto só será restituído quando:

I – indevidamente recolhido ou for declarada a nulidade do ato ou negócio jurídico;

II – anulação de transmissão decretada pela autoridade judiciária em decisão definitiva; ou quando não se efetivar o ato ou contrato por força do qual foi pago;

III – rescisão de contrato e desfazimento da arrematação com fundamento no nas disposições contidas Código Civil;

Seção VII – Das Impugnações e dos Recursos

Art. 108. O contribuinte que não concordar com o valor venal fixado poderá apresentar impugnação dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único – A impugnação não terá efeito suspensivo.

Art. 109. Da decisão proferida da impugnação apresentada caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 110. Reduzido o valor venal proceder-se-á a restituição da diferença de eventual imposto pago em excesso.

Art. 111. As impugnações e recursos serão julgados pelos órgãos competentes da Secretaria Municipal de Fazenda, observados as normas pertinentes à matéria.

Seção VIII – Das Obrigações dos Notários, Registradores e Servidores da Justiça

Art. 112. Não serão lavrados, registrados, inscritos ou averbados pelos tabeliães, escrivães e oficiais de Registros de Imóveis, os atos e termos de seus cargos, sem a prova do pagamento dos impostos, respondendo subsidiariamente pelos atos praticados sem a fiscalização do recolhimento do imposto não arrecadado, devidamente atualizado.

Art. 113. Os notários, registradores e serventuários da justiça são obrigados a facultar aos encarregados da fiscalização do município, em cartório, o exame dos livros, autos e papéis que interessem à arrecadação do ITBI.

Art. 114. O município deverá formalizar convênio com os tabeliães e os oficiais de Registro de Imóveis que atuem no município, com o objeto de ser enviado regularmente à repartição fiscal do município, relação dos registros que importarem em transmissões, desmembramentos, unificações de bens imóveis ou de direitos reais a eles relativos.

Parágrafo único: a forma de remessa e os dados a serem fornecidos serão objeto de decreto regulamentador ou convênio a ser celebrado entre a Administração Pública e as Serventias Notariais e Registrais, sendo que de tal intercâmbio não poderá onerar a Administração Pública.

Art. 115. O Secretário de Administração Municipal Finanças comunicará à autoridade competente qualquer embaraço da ação fiscal criado pelo serventuário da Justiça.

TÍTULO IV – DAS TAXAS CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 116. As taxas têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia do Município, e a utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte, ou posto a sua disposição.

Parágrafo Único - As taxas a serem cobradas pelo Município são as seguintes:

I - de licença;

II - de fiscalização;

III - de serviços urbanos;

IV - de expediente e serviços diversos.

Art. 117. As taxas classificam-se:

I – pelo exercício regular do Poder de Polícia;

II – pela utilização de serviço público.

§1º Considera-se poder de polícia, a atividade da Administração Pública Municipal que, limitando ou disciplinando direitos, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente a segurança, à higiene, ao meio ambiente, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de autorização do poder público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, no território do Município.

§ 2º São taxas decorrentes do exercício regular do poder de polícia do Município:

I – Taxa de Licença para Localização de Estabelecimentos ou Atividades;

II – Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos ou Atividades;

III – Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial;

IV – Taxa de Licença para o Exercício do Comércio Eventual ou Ambulante;

V – Taxa de Licença para a Aprovação e Execução de Obras, Instalação e Urbanização de

Áreas Particulares;

VI – Taxa de Licença para Publicidade;

VII – Taxa e Licença para Ocupação de Solo nas Vias e Logradouros Públicos;

VIII – Taxa de Fiscalização de Transporte de Passageiro;

§ 3º São taxas decorrentes da utilização de serviços públicos:

I – Taxas de Serviços Urbanos:

a) Taxa de Coleta de Lixo e Limpeza Pública;

b) Taxa Condominial de Iluminação Urbana - TIU;

c) Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos;

II – Taxas de Expediente, cemitério e Serviços Diversos;

§ 4º Cabe à Administração Pública Municipal a regulamentação dos preços das taxas de expediente e serviços diversos referidas no inciso II do §3º deste artigo, com base em planilhas ou levantamento de custos.

Seção I – Da Taxa de Coleta de Lixo e Limpeza Pública

Subseção I – Hipótese de Incidência e Fato Gerador

Art. 118. Constitui fato gerador Taxa de Coleta de Lixo e Limpeza Pública, a utilização, efetiva ou potencial, dos seguintes serviços prestados ou posto à disposição, em vias ou logradouros como segue:

I – Coleta de resíduo sólido domiciliar, no limite estipulado no parágrafo único do presente artigo.

II – remoção de lixo comercial, industrial e hospitalar.

III – varrição, lavagem e capinação.

§ 1º Entende-se por serviço de coleta de lixo a remoção periódica de quaisquer resíduos sólidos, desde que devidamente acondicionado em recipientes de até 120 (cento e vinte) litros proveniente de atividades humanas e geradas em imóvel edificados.

§ 2º Compete, ainda, à Prefeitura Municipal:

I – a conservação da limpeza pública executada na área urbana do Município;

II – a raspagem e remoção de terra, areia e material carregado pelas águas pluviais para as vias e logradouros públicos pavimentados;

III – a capinação das calçadas e sarjetas e a remoção do produto resultante;

IV – a limpeza de áreas públicas em aberto;

V – a limpeza, a desobstrução de bocas-de-lobo e bueiros;

VI – a destinação final dos resíduos para aterros sanitários ou similares.

§ 3º O custo do serviço de coleta de lixo será rateado entre os contribuintes em função da participação no custo, conforme Zoneamento de Freqüência da Coleta de Lixo.

§ 4º A Planilha de Custos e o índice de participação no custo serão elaborados pelos órgão competentes da Prefeitura ou pela concessionária responsável pela coleta de lixo e limpeza urbana, devendo ser aprovada por lei.

§ 5º O Zoneamento de Freqüência da Coleta de Lixo deverá ser estipulado pela Administração Pública de acordo com levantamento do órgão responsável pela coleta de lixo em consonância com as informações do cadastro fiscal imobiliário da Fazenda Pública Municipal.

§ 6º Contribuinte da Taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de imóvel territorial, residencial, comercial, industrial ou de prestação de serviços, situado em via ou logradouro que seja atendido, pelo menos, pelo serviço de coleta de lixo.

§ 7º Para efeitos da incidência desta Taxa, considera-se "lixo" o conjunto heterogêneo de materiais sólidos residuais, provenientes das atividades humanas.

§ 8º Caso a Administração Municipal esteja impossibilitada de realizar a remoção prevista neste artigo, indicará, nesse caso, por escrito, o prazo, condição de transporte e o local do destino do material, cabendo ao interessado, todas as providências necessárias para a sua retirada.

§ 9º A Prefeitura Municipal poderá proceder à remoção de lixo realizado em horário especial por solicitação do interessado, mediante ao pagamento no ato da solicitação do Serviço prestado de coleta de lixo fixado por Decreto do Executivo, como preço e tarifas públicas, inclusive a remoção dos seguintes materiais:

I – restos de limpeza e de podação por volume acima de 100 (cem) litros;

II – animais mortos de pequeno, médio e grande porte;

III – móveis, utensílios, sobras de mudanças e outros similares, cujo volume exceda de 100 (cem) litros;

IV – resíduos originários de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, de volume superior o quantificado no § 1º, do artigo 118, desta Lei.

V – resíduos originários de mercados e feira;

VI – entulho, terra e sobra de material de construção, de volume superior a 100 (cem) litros;

VII – resíduos líquidos de qualquer natureza;

VIII – lotes de mercadorias, medicamentos, gêneros alimentícios e outros considerados deteriorados;

IX – resíduos e materiais radioativos;

X – resíduos e materiais não sépticos de clínicas, casas de saúde, hospitais e congêneres.

XI – sobra de construção, demolição e assemelhados;

XII – remoção de lixo, conforme § 1º do artigo 118, deste Código, quando realizado em horário especial;

XIII – resíduo resultante de eventos realizados em vias públicas;

XIV – demais serviços de coleta de lixo, não expressado neste artigo, e que por sua natureza e características assemelham-se, excluindo o quantificado no § 1º, do artigo 118, deste Código.

Subseção II – Do Sujeito Passivo

Art. 119. O sujeito passivo da Taxa é o contribuinte, o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel situado em local onde o Município mantém o referido serviço.

Parágrafo Único – Em relação aos incisos I à XII, do parágrafo 9º Artigo 118 desta Lei, o sujeito passivo da Taxa é o usuário do serviço, efetivo ou potencialmente, quando solicitado ou não.

Subseção III - Base de Cálculo e Alíquota

Art. 120. A base de cálculo da Taxa da Coleta de Lixo é o custo do serviço utilizado pelo contribuinte ou colocado a sua disposição e dimensionado da seguinte forma:

I – referente ao § 1º, do artigo 118 deste Código, pelo tipo de utilização do imóvel e por dependência edificada, multiplicado em quantidade de VRM (Valor de Referência Municipal de Carlinda), definida no Art. 437, deste Código, de acordo com a fórmula de cálculo, conforme abaixo:

TCL = TDE x QVRM

Onde:

TCL = Taxa de Coleta de Lixo;

TDE = Tipo de dependência Edificada;

QVRM = Quantidade de Valor de Referência Municipal de Carlinda;

TABELA DE COLETA DE LIXO	
Discriminação por tipo e dependência edificada	Quantidade em VRM ANUAL
a) Bairro ou Setor do Município: I – Bairro Bom Jesus II – Bairro Boa Esperança III – Bairro Boa Vista IV – Bairro Cristo Rei V – Bairro Parque das Flores V– Bairro Santa Terezinha V – Centro	0,63 0,63 1 1 1 1 1
b) Comércio: I – Micro até 100m² II – Pequeno porte de 101m² até 200m² III –Médio porte de 201m² até 300m² IV – Grande porte de 301m² acima	1 2 3 4
c) Serviço: I – Pequeno porte até 200m² II – Médio porte de 201m² até 300m² III- Grande porte de 301m² acima	1 2 3
d) Indústria: I – Pequeno porte até 200m² II – Médio porte de 201m² até 300m² III- Grande porte de 301m² acima	2 3 4
e) Agropecuária: I – Pequeno porte até 150m² II – Médio porte de 151m² até 250m² III – grande porte acima de 251m²	1 2 3
f) Supermercados: I – Até 120m² II – De 121m² até 400m² III – De 401 até 800m² IV – Acima de 801m²	2 4 6 10

§ 1º Quando no mesmo terreno houver mais de uma unidade autônoma edificada, será calculada a fração ideal, conforme determinação em regulamento.

Subseção IV – Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 121. A Taxa será lançada mensalmente ou anualmente, quando se trata do inciso I do artigo 120 e em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro fiscal imobiliário, poderá ser lançado em conjunto com os demais tributos e tarifa pública, sendo especificada por receita.

Art. 122. O lançamento da Taxa não implica em reconhecimento da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem imóvel.

Art. 123. A Taxa do § 1º, do Art. 120, será paga de uma vez ou parceladamente, a critério da Administração Pública Municipal, definindo em regulamento.

§ 1º A Taxa de Coleta de Lixo poderá ser recolhida separadamente ou no mesmo documento de arrecadação do IPTU, sendo especificado por receita.

§ 2º A Taxa de Coleta de Lixo será lançado em moeda vigente do país.

Art. 124. O contribuinte que optar pelo pagamento em cota única poderá será beneficiado com desconto de até 30% a ser definidos em regulamento a critério da administração mediante estudo de impacto orçamentário.

.

Subseção V – Das Isenções

Art. 125. A isenção da Taxa de Coleta de Lixo será permitida conforme especificação no § 1º do Art. 118 através de Lei específica a cargo da administração e sempre observando o que preceitua o artigo 14 da Lei Complementar 101/2000 – LF, no tocante a renúncia de receita.

Subseção VI – Infrações e Penalidades

Art. 126. As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

I – multa de importância igual a 1 (um) unidades da VRM (Valor de Referência Municipal de Carlinda) definida no Art. 437, neste Código, por cada infração de:

a) quando colocado lixo fora dos dias previsto para o recolhimento.

II – multa de importância igual a 3 (três) unidades da VRM (Valor de Referência Municipal) definida no Art. 431, neste Código, por cada infração de:

a) quando colocado qualquer tipo de lixo em vias e logradouros público, especificados nos incisos I à XII do Art. 118, sem autorização por escrito da Administração Municipal.

b) quando da reincidência, será aplicado multa de importância igual ao dobro, constante deste item.

Parágrafo Único – As disposições dos itens I e II, alíneas "a e b", do presente artigo, serão aplicadas sem prejuízo de aplicação do disposto do incisos I alínea "a" e "b" do art. 357, deste Código.

Seção II – Das Taxas de Licença para Localização e Funcionamento; Licença Sanitária

Subseção I – Hipótese de Incidência e Fato Gerador

Art. 127. A hipótese de incidência das Taxas de Fiscalização de Licença de Localização e/ou Funcionamento/ Licença Sanitária é o prévio exame de fiscalização, dentro do território do Município.

Art. 128. As Taxas têm como fato gerador o Poder de Policia do Município devido pela atividade de fiscalização do cumprimento da legislação disciplinadora do uso, ocupação do solo urbano, da higiene, saúde, segurança, ordem ou tranqüilidade pública, à propriedade, aos direitos individuais e coletivos, a que se submete qualquer pessoa física ou jurídica, que pretender estabelecer quaisquer atividades no território do Município, ainda que em recinto ocupado por outro estabelecimento, atendendo as exigências especificas sobre a atividade.

§ 1º Nenhuma das pessoas físicas ou jurídicas citadas no caput deste artigo poderá instalar- se ou iniciar suas atividades no Município sem prévia licença de localização e de funcionamento outorgada pela Fazenda Municipal e sem que hajam seus responsáveis efetuados o pagamento da taxa devida.

§ 2º As atividades cujo exercício depende de autorização de competência exclusiva da União ou do Estado, estão também sujeitas à taxa a que se refere este artigo.

§ 3º A licença para localização e funcionamento, independentemente da atividade a ser exercida, será concedida mediante o pagamento das taxas; a localização do estabelecimento estejam adequadas à espécie de atividade a ser exercida e sob a condição do Código de Postura e demais leis que compõem a política urbanística do Município, condicionada a vistoria da vigilância sanitária e, caso haja no município, do Corpo de Bombeiros.

§ 4º Quando do primeiro licenciamento, serão cobradas distintamente a taxa de licença para localização e a taxa de licença para funcionamento. Nos exercícios seguintes, será cobrada apenas a taxa de licença para funcionamento.

§ 5º Haverá incidência de nova taxa de licença para localização no mesmo exercício e será concedida, se for o caso, a respectiva licença sempre que ocorrer mudança de ramo de atividade, modificação nas características do estabelecimento ou transferência de local.

§ 6º A licença será concedida sob a forma de alvará, que deverá ser exibido a fiscalização quando solicitado.

§ 7º O alvará de licença deverá ser mantido em lugar visível, o não cumprimento sujeitará as penalidades cabíveis do presente Código.

§ 8º As taxas de licença para localização e/ou funcionamento são devidas pelos depósitos fechados destinados à guarda de mercadorias.

§ 9º - A ausência de pagamento das taxas referentes a exercícios anteriores é fator impeditivo para concessão do alvará de localização e/ou alvará de funcionamento". – (**Incluído pela Lei nº 1.185/2019.)**

Art. 129. A Taxa de Licença para Funcionamento/ Licença Sanitária, tem como fato gerador o exercício do poder de polícia do Município, consubstanciado na vigilância constante e potencial aos estabelecimentos licenciados para efeito de verificar, quando necessário, ou por constatação fiscal de rotina a manutenção do cumprimento da legislação disciplinadora do uso e ocupação do solo, da higiene, saúde, segurança ou tranqüilidade pública, à propriedade, aos direitos individuais e coletivos, a que se submete.

§ 1º Sujeito passivo da Taxa de Licença para Funcionamento são todas as pessoas físicas ou jurídicas devidamente inscritas no Cadastro Mobiliário.

Subseção II – Do Sujeito Passivo

Art. 130. O Sujeito Passivo das Taxas de Licença para Localização e/ou Funcionamento de Estabelecimento/ Licença Sanitária ou Atividades são todas as pessoas físicas ou jurídicas que der causa ao exercício de atividade ou à prática de atos sujeitos ao poder de polícia do Município, nos termos do artigo 128 e 129 deste Código.

§ 1º Incluem-se dentre as atividades sujeitas a esta taxa as de comércio, indústria, agropecuária, de prestação de serviços de qualquer natureza, ainda, as exercidas por entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, religiosas ou decorrente de profissão, arte e ofício e demais atividades não especificadas.

Subseção III - Base de Cálculo e Alíquota

Art. 131. A base de cálculo das Taxas será em função do custo da atividade de fiscalização prestada pela Administração Municipal, no seu exercício regular do Poder de Policia e será lançado levando em conta as atividades constante na classificação Nacional de Atividades Econômicas Fiscais (CNAE) e de acordo com a tabela II, anexo a este Código e será lançado da seguinte forma:

I – 02 (dois) VRMs mínima para a Taxa de Licença para Localização independentemente da atividade, espaço ou porte econômico.

II – Para a Taxa de Licença para Funcionamento o valor resultará da soma dos perímetros das áreas edificadas ou não, utilizados para o exercício da atividade econômica multiplicada pela alíquota em VRM de acordo com a categoria de atividades constantes da tabela II em anexo. Segue abaixo a demonstração do cálculo:

TLF = FVRM x AL

Onde:

TLF = Taxa de Licença para Funcionamento

FVRM = Fração de Valor de Referência Municipal de Carlinda

AL = Alíquota em VRM

§ 1º Relativamente as taxas de licença para localização e/ou funcionamento, no caso de atividades diversas exercidas no mesmo local, sem delimitação física de espaço ocupados pelas mesmas e explorados pelo mesmo contribuinte, serão calculadas e devidas sobre a atividade que estiver sujeita ao maior ônus, para cada uma das demais atividades.

§ 2º As categorias relacionadas na Tabela II constante dos anexos, são relacionadas de acordo com os grupos de atividades da CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) e determinam o critério de diferenciação de alíquotas entre as atividades econômicas do município. Algumas categorias se desdobram em níveis de atividades para ampliar a diferenciação.

§ 3º A Fazenda Pública a seu critério, poderá disponibilizar em seu cadastro de atividades, a relação de todas as atividades constante da CNAE independentemente das diferenciações de alíquotas, para facilitar a identificação e proporcionar agilidade quando do cadastro dos contribuintes.

Subseção IV – Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 132. As taxas serão lançadas da seguinte forma:

I – No ato da inscrição ou alteração do contribuinte junto ao cadastro fiscal de atividade da Fazenda Pública Municipal, para as Taxas de Licença para Localização e Funcionamento, no caso de novos estabelecimentos ou alterações previstas no parágrafo 5º do artigo 128;

II – Anualmente em nome do contribuinte, com base nos dados do cadastro fiscal de atividades, para a Taxa de Licença para Funcionamento dos estabelecimentos já existentes.

§ 1º A Taxa de Licença para Funcionamento, quando da inscrição no Cadastro Mobiliário, será calculada na razão de 1/12 avos, proporcional à data da inscrição, por mês ou fração de mês.

§ 2º A licença não poderá ser concedida por período superior a um ano e somente ao mesmo exercício financeiro.

Art. 133. Os pedidos de licença para abertura de estabelecimentos de indústria, comércio, agropecuário e de prestação de serviço de qualquer natureza, serão acompanhados da competente ficha de inscrição do cadastro fiscal de atividade da Prefeitura Municipal, pela forma e dentro dos prazos estabelecidos em regulamento.

§1o. Antes da inscricao municipal, os interessados poderão efetuar consulta previa, atraves de requerimento enviado pela rede mundial de computadores ou via protocolado junto a Prefeitura Municipal onde devera constar:

I - o endereco completo de seu interesse;

II - a atividade desejada e os codigos de atividades econômicas previstos na Classificacao de Atividades Economicas (CNAE), coforme tabela.

§2o. As pesquisas previas a elaboracao de ato constitutivo ou de sua alteracao deverao bastar a que o usuario seja informado:

I - da descricao oficial do endereco de seu interesse e da possibilidade de exercicio da atividade desejada no local escolhido;

II - de todos os requisitos a serem cumpridos para obtencao da licenca de funcionamento, segundo a atividade pretendida, o porte, o grau de risco e a localizacao.

§3o. Para a concessao da inscricao os contribuintes deverão requerer, atraves de formulario proprio ou por meio eletronico, fornecer ao Setor de Cadastro Tecnico:

I - quando pessoas fisicas, autonomos e profissionais liberais:

a) requerimento;

b) copia do RG e do CPF;

c) copia do diploma e do Registro no Conselho ou outro documento da entidade regulamentadora da profissao;

d) copia do Contrato de Locacao, assinados e rubricados em todas as vias, ou de Compra e Venda e/ou Escritura;

II - quando pessoas juridicas:

a) requerimento em 02 (duas) vias, com a identificacao do escritorio ou profissional de contabilidade;

b) copia do Contrato Social e alteracões contratuais;

c) atas, devidamente registradas nos orgaos competentes;

d) copia do CNPJ e/ou da Inscricao Estadual;

e) copia do enquadramento de ME ou EPP;

f) copia de Contrato de Locacao, devidamente assinados e rubricados em todas as vias, ou de Compra e venda e/ou Escritura;

g) copia do RG e do CPF dos socios;

h) copia de laudos suplementares, conforme necessidade;

III – quando tratar-se de Empreendedores Individuais, nos termos da legislacao federal, deverao entregar os documentos elencados no inciso anterior.

§4o. Para todo e qualquer estabelecimento havera uma inscrição distinta.

§5o. Nao havera casos de transferencia de quaisquer tipos de inscricao municipal dentro do Cadastro Fiscal Mobiliario - CFM, procedendo-se a baixa, a paralisacao, a suspensao ou alteracao de endereco da inscricao anterior e a posterior abertura de nova inscricao.

Parágrafo Único – Poderá ser cassada a licença, a qualquer tempo, desde que passem a inexistir quaisquer das condições que legitimaram a sua concessão.

Art. 134. A taxa deverá ser paga em cota única e o contribuinte poderá ser beneficiado com desconto de até 30% a ser definidos em regulamento a critério da administração mediante estudo de impacto orçamentário.

Art. 135. O prazo para o devido recolhimento da Taxa será definido em regulamento.

Subseção V – Das Isenções

Art. 136. São isentos de pagamento de Taxas de Licença:

I – os vendedores de artigos de artesanato doméstico e arte popular, de sua fabricação, sem auxílio de empregados;

II – as associações de classe, templo de qualquer culto;;

III – as instituições de educação e assistência social beneficiarão quando se trata de sociedades civis legalmente constituídas e sem fins lucrativos, sendo vedada qualquer forma de isenção tributária, ou fiscal para as atividades de ensino privado;

IV – as atividades individuais de rendimento pequeno, destinado, exclusivamente, ao sustento de quem as exerce ou de seu familiar, desde que, não ultrapassem a 2 (dois) salários mínimos vigente na região aonde é exercida a atividade.

V – as atividades exercidas por Órgão da União, Estado, Distrito Federal e dos Municípios, sem fins lucrativos.

VI – O Micro Empreendedor Individual – (MEI) conforme Lei Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 2014

Art. 137. As isenções previstas no artigo anterior estarão condicionadas à renovação anual e serão reconhecidas pelo Ato do Executivo Municipal, sempre a requerimento do interessado.

Art. 138. Verificada, a qualquer tempo, a inobservância das formalidades exigidas para concessão ou o desaparecimento das condições que a motivaram, será a isenção obrigatoriamente cancelada.

Subseção VI - Infrações e Penalidades

Art. 139. As infrações serão punidas com as seguintes penalidades;

I – multa de 30% (trinta por cento) do valor da Taxa, pelo exercício de qualquer atividade sujeita à Taxa sem a respectiva licença;

II – multa de 20% (vinte por cento) do valor da Taxa, por não deixar o alvará em local visível dentro do estabelecimento para averiguação da fiscalização.

III – multa de 50% (cinqüenta por cento) do valor da Taxa no caso da não Comunicação ao fisco, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da ocorrência do evento, da alteração da razão social, do ramo de atividade e das alterações físicas sofridas pelo estabelecimento;

III – suspensão da licença, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos casos de reincidência;

IV – cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão; quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

Parágrafo Único – As disposições dos incisos I à III, serão aplicadas sem prejuízo da aplicação do disposto dos incisos I e II alínea “a” e “b” do art. 357, deste Código.

Seção III – Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial

Subseção I – Da Hipótese de Incidência e do Fato Gerador

Art. 140. Poderá ser concedida a Licença para Funcionamento de determinados estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, fora do horário normal de abertura e fechamento, mediante o pagamento da taxa conforme TABELA III anexa a esta lei.

§ 1º Para efeito desta lei, considera-se horário normal de abertura e fechamento:

a) De segunda à sábado das 07h (sete horas) horas até às 18h00min (dezoito) horas;

§ 2º O horário normal de abertura e fechamento em datas comemorativas especiais será determinado por Decreto do Executivo Municipal.

Art. 141. O comprovante de pagamento da Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial, deverá ser fixado, obrigatoriamente, junto ao Alvará de Localização, sob pena de sanções previstas nesta Lei.

§ 1º O fato gerador é o quantificado no art. 128 e seus parágrafos, e poderá ser concedida licença para funcionamento de determinados estabelecimento comerciais, industriais e de prestações de serviço fora do horário normal de abertura e fechamento, mediante o pagamento de uma taxa de licença especial.

§ 2º Para efeito desta Taxa, o horário normal de abertura e fechamento inclusive em datas comemorativas, será determinado por Decreto do Executivo Municipal.

§ 3º Não será admitido o parcelamento da Taxa de Licença Especial

Subseção II – Do Sujeito Passivo

Art. 142. O sujeito passivo da taxa são todas as pessoas físicas ou jurídicas que de causa ao exercício de atividades ou à pratica de atos sujeitos do poder de policia do Município, nos termos do artigo 128 e 129 deste Código.

Subseção III – Da Base de Cálculo e da Alíquota

Art. 143. A base de cálculo da taxa é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo Município, no exercício regular de seu poder de policia e da seguinte forma:

I – mediante a aplicação em quantidade do VRM (Valor de Referência Municipal de Carlinda), definida no art. 437, deste Código, por dia, mês ou ano, de acordo com a Tabela/Anexo-III, em anexo.

a) fórmula do cálculo da taxa:

TFLFHE = PL x QVRM x VRM

Onde:

TFLFHE = Taxa de Fiscalização para Licença e Funcionamento em Horário Especial;

PL = Período da Licença

QVRM = Quantidade de Unidade Fiscal;

VRM = Valor de Referência Municipal.

Subseção IV - Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 144. A taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, contatado no local e ou existentes no cadastro fiscal de atividades

Art. 145. É obrigatória a fixação, junto do alvará de localização em local visível e acessível à fiscalização do comprovante de pagamento da taxa de licença para funcionamento em horário especial que conste claramente esse horário sob pena das sanções prevista neste Código.

Art. 146. A arrecadação da Taxa é feita quando da sua concessão.

Art. 147. Não será admitido o parcelamento da Taxa de Licença Especial

Art. 148. A licença para funcionamento em horário especial será lançado em moeda vigente do pais.

Subseção V – Das Infrações e das Penalidades

Art. 149. As infrações terão as seguintes penalidades:

I – multa de 50% (cinquenta por cento) do valor da Taxa, pelo exercício de qualquer atividade sujeita à Taxa sem a respectiva licença;

II – suspensão da licença, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos casos de reincidência;

III – cassação da licença, a qualquer tempo, quando de existir as condições exigidas para a sua concessão; quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

Parágrafo Único – As disposições dos incisos I à III, serão aplicadas sem prejuízo do disposto dos incisos I e II alínea “a” “b” do art. 357, deste Código.

Seção IV – Taxa de Fiscalização para Licença de Veiculação de Publicidade em Geral

Subseção I - Da Hipótese de Incidência e do Fato Gerador

Art. 150. A hipótese de incidência da Taxa será o prévio exame de fiscalização, dentro do território do Município.

Art. 151. O fato gerador é a exploração ou utilização de meios de publicidade nas vias e logradouros públicos do Município, bem como nos lugares de acesso ao público, fica sujeita à prévia licença pela Administração Municipal e ao pagamento devido.

§ 1º Inclui-se na obrigatoriedade do “caput” deste artigo:

I – os cartazes, letreiros, programas, quadros, painéis, placas, anúncios e mostruários, fixos ou volantes, luminosos ou não, afixados, distribuídos, pintados em paredes, muros, veículos ou calçadas;

II – publicidade escrita e sonora, por qualquer meio;

III – publicidade colocada em terrenos;

Art. 152. Respondem pela observância das disposições desta seção todas as pessoas físicas ou jurídicas, às quais direta ou indiretamente a publicidade venha beneficiar, uma vez que tenham autorizado.

Subseção II – Do Sujeito Passivo

Art. 153. O sujeito passivo pelo pagamento da taxa é a pessoa física ou jurídica, as quais direta ou indiretamente a publicidade venha beneficiar.

Parágrafo Único – Responderá solidariamente com o sujeito passivo a pessoa física ou jurídica, proprietária de veículo de divulgação que utilizar publicidade e propaganda sem a devida autorização do órgão competente da Prefeitura, como também o proprietário ou possuidor a qualquer título de imóvel, onde for aplicado ou fixado o veículo de divulgação.

Subseção III – Da Base de Cálculo e da Alíquota

Art. 154. A base de cálculo da Taxa é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo Município no exercício regular de seu poder de policia municipal dentro de seu território e da seguinte forma:

I – mediante aplicação em quantidade do VRM (Valor de Referência Municipal de Carlinda) definida no art. 437, deste Código, por dia, mês ou ano e de acordo com a Tabela/Anexo-IV, em anexo:

a) Formula de cálculo da Taxa:

TFLVPG = P x QVRM x VRM

Onde:

TFLVPG = Taxa de Fiscalização para Licença de Veiculação de Publicidade em Geral;

P = Período (dia, mês ou ano);

QVRM = Quantidade de Unidade Fiscal;

VRM = Valor de Referência Municipal de Carlinda.

Art. 155. Fica sujeito em dobro, a Taxa para anúncios de qualquer natureza referente a bebidas alcoólicas e fumo, bem como os redigidos em Linguagem Estrangeira.

Subseção IV – Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 156. A Taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constado no local e/ou existentes no cadastro fiscal socioeconômico.

Art. 157. O pedido de licença será instruído com a descrição da posição, da situação das cores, dos dizeres, das alegorias e de outras características do meio de publicidade, de acordo com as instruções e regulamentos respectivos.

Parágrafo Único – Quando o local em que se pretender fixar o anúncio não for de propriedade do requerente, deverá este juntar ao requerimento a autorização do proprietário.

Art. 158. Ficam os anunciantes obrigados a colocar nos painéis sujeitos à Taxa, um número de identificação fornecido pela repartição competente.

Parágrafo Único – A transferência do veículo de divulgação para o local não autorizado pelo licenciamento ou alteração de suas características, deverá ser procedida de nova licença e numeração.

Art. 159. A publicidade e propaganda escritas em português devem estar absolutamente corretas, a não ser que sua incorreção seja proposital, em função de festejos juninos, ou outras festas típicas, peças teatrais e outros em que se justifique o linguajar errôneo, ficando, entretanto sujeitos à revisão pela repartição e autoridades competente.

Art. 160. A arrecadação da Taxa será feita quando de sua concessão.

Art. 161. Não será admitido o parcelamento da Taxa de Veiculação e publicidade em geral.

Art. 162. A licença para funcionamento em horário especial será lançada em moeda vigente do país.

Subseção V – Das Isenções

Art. 163. São isentos os dizeres indicativos relativos à:

I – os cartazes ou letreiros destinados a fins patrióticos, religiosos, eleitorais;

II – hospital, casas de saúde e congêneres, colégio, sítios, chácaras e fazendas, firmas, engenheiros, advogados, arquitetos ou profissionais responsáveis pelo projeto e execução de obras, quando nos locais destas.

III – os dísticos ou nome de fantasia de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviço de qualquer natureza apostos nas paredes e vitrinas internas.

Subseção VI – Das Infrações e das Penalidades

Art. 164. As infrações terão as seguintes penalidades:

I – multa de 50% (cinquenta por cento) do valor da Taxa pelo exercício de quaisquer atividades sujeitas à Taxa sem a respectiva licença;

II – cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão; quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

Parágrafo Único – As disposições do inciso I serão aplicadas sem prejuízo da aplicação do disposto dos incisos I e II alínea “a” e “b” do art. 357, deste Código.

Seção V – Taxa de Fiscalização para Licença de Comércio Eventual e/ou Ambulante

Subseção I – Da Hipótese de Incidência e do Fato Gerador

Art. 165. A hipótese de incidência da Taxa é o prévio exame de fiscalização, dentro do território do Município.

Art. 166. O fato gerador é a exploração do comércio eventual, ou o que é exercido em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião de festejos ou comemorações, em locais autorizados pela Prefeitura Municipal.

§ 1º É considerado comércio eventual o que é exercido individualmente sem estabelecimento, ou com instalação removíveis colocados nas vias ou logradouros públicos, autorizados pela Prefeitura Municipal, como balcões, barracos, mesas tabuleiros e semelhantes, bem como o exercício em veículos estacionados em locais permitidos ou em circulação nas vias e logradouros públicos.

§ 2º Incluem-se também os comerciantes com estabelecimentos fixo que, por ocasião de festejos, comemoração ou similares, explorem o comércio eventual.

Subseção II – Do Sujeito Passivo

Art. 167. O sujeito passivo é o contribuinte, a pessoa física ou jurídica que exercer quaisquer atividades nas condições previstas no artigo anterior.

Subseção III - Da Base de Cálculo e da Alíquota

Art. 168. A base de cálculo da Taxa é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo Município, no exercício regular de seu poder de polícia, dentro de seu território e da seguinte forma:

I – mediante aplicação em quantidade da VRM (Valor de Referência Municipal de Carlinda), quantificado no art. 421, a, deste Código, por dia, mês ou ano, de acordo com a Tabela/Anexo-V, em anexo.

a) Formula de cálculo da Taxa:

TFLCEA = P x QVRM x VRM

Onde:

TFLCEA = Taxa de Fiscalização para Licença de Comercio Eventual e/ou Ambulante;

P = Período (dia, mês ou ano);

QVRM = Quantidade de Unidade Fiscal;

VRM = Valor de Referência Municipal.

Parágrafo Único – No caso de atividades múltiplas no mesmo espaço físico, e exercido pela mesma pessoa, a taxa será calculada, levando-se em consideração a atividade sujeita o maior ônus fiscal e acrescida de 10% (dez por cento) por cada atividade exercida a mais.

Subseção IV – Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 169. A Taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constados no local e/ou existentes no cadastro fiscal de atividades.

§ 1º Respondem pela taxa as mercadorias encontradas em poder dos vendedores, mesmo que pertençam a contribuintes que haja pagado a respectiva taxa.

§ 2º O local para prática do comércio ambulante será definido por ato do Executivo Municipal.

§ 3º A Taxa será arrecadada quando feita a sua concessão.

§ 4º - O pagamento da Taxa, não dispensa a cobrança de taxa de ocupação de solo.

Art. 170. Serão definidas em regulamento as atividades que possam ser exercidas em vias ou logradouros públicos determinado pela Prefeitura Municipal.

Art. 171. É obrigatória a inscrição na repartição competente dos comerciantes eventuais ou ambulantes, mediante preenchimento de ficha de Cadastro de Atividades Econômico-Social, conforme dispuser em regulamento.

§ 1º A inscrição será permanentemente atualizada por iniciativa do comerciante eventual ou ambulante, sempre que houver qualquer modificação na característica inicial da atividade por ele exercida.

Art. 172. Ao comerciante ambulante ou eventual que satisfazer as exigências do regulamento, será concedido Alvará habilitando-o, contendo as características essenciais de sua inscrição e as condições de incidência da taxa destinada a basear a cobrança desta.

Subseção V – Das Isenções

Art. 173. É isentos de Taxa de Licença, o comércio eventual ou ambulante, que enquadrarem nas seguintes condições:

I – os cegos, os mutilados e os portadores de outra deficiência física que impossibilitem para o exercício de atividades normais e exerçam comércio ambulante ou eventual;

II – os vendedores ambulantes de livros, jornais e revistas;

III – os engraxates ambulantes aqueles que não possuírem bancas com mais de uma cadeira;

IV – entidades de educação e assistência social que goze de imunidade ou isenção quando exercerem o comércio eventual ou ambulante com o objetivo de obter recursos para aplicação em seus fins;

V – o pequeno sitiante, que da venda de seu produto seja exclusivo para atendimento da sua necessidade básica e que não ultrapasse a 2 (dois) salários mínimos por mês.

VI – os pequenos vendedores de doces, frutas e outros comestíveis, que exercerem por conta própria e que não ultrapasse a 2 (dois) salários mínimos por mês.

VII – qualquer outra pessoa física que da sua produção e comercialização própria não ultrapasse a 2 (dois) salários mínimos por mês.

Parágrafo Único – As isenções de que trata o presente artigo, deverão ser requeridas à Secretaria Municipal de Finanças e instruídas com os documentos comprobatórios para cada caso, conforme disposições regulamentares.

Subseção VI – Das Infrações e das Penalidades

Art. 174. As infrações terão as seguintes penalidades:

I – multa de 50% (cinqüenta por cento) do valor da Taxa, quando estacionar em vias e logradouros públicos, fora dos locais previamente determinados pela Prefeitura Municipal.

II – multa de 70% (setenta por cento) do valor da Taxa, quando impedir ou dificultar o trânsito nas vias e logradouros públicos.

III – multa de 50% (cinqüenta por cento) do valor da Taxa, pelo exercício de qualquer atividade sujeita à Taxa sem a respectiva licença;

IV – suspensão da licença, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos casos de reincidência;

V – cassação da licença a qualquer tempo, quando de existir as condições exigidas para a sua concessão; quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

VI – o vendedor ambulante não licenciado para o exercício ou período em que esteja exercendo a atividade ficará sujeito a apreensão da mercadoria encontrada em seu poder.

Parágrafo Único – As disposições deste artigo serão aplicadas sem prejuízo da aplicação do disposto dos incisos I e II alíneas “a” e “b” do art. 357, deste Código.

Seção VI – Da Taxa de Fiscalização para Licença de Aprovação e Execução de Obras, Instalações, Arruamento e/ou Loteamento de Áreas Particulares.

Subseção I – Da Hipótese de Incidência e do Fato Gerador

Art. 175. A incidência da Taxa é o prévio exame de fiscalização, dentro do território do Município.

Art. 176. A taxa de licença para aprovação e execução de obras, instalações, arruamentos e/ou loteamento particulares, tem como fato gerador o poder de policia Municipal, é devida em todos os casos de construção, reconstrução, reforma, demolição, bem como nas instalações elétricas e mecânicas, abertura de rua ou aprovação de loteamento ou qualquer obra.

Art. 177. Nenhuma atividade, conforme artigo anterior poderá ser iniciado sem prévio pedido de licença à Prefeitura Municipal e pagamento da taxa devida, e não havendo disposição contrária em legislação especifica:

I – a licença será cancelada se a sua execução não for iniciada dentro do prazo concedido no alvará;

II – a licença poderá ser prorrogada, a requerimento do contribuinte, se insuficiente, para a execução do projeto, o prazo concedido no alvará.

Parágrafo Único – A análise do pedido assim instruído será feito pela Secretaria de Viação e Obras Públicas, obedecidas às disposições da Lei especifica, devendo a licença ser concedida ou indeferida por despacho fundamentado do engenheiro civil.

Subseção II – Do Sujeito Passivo

Art. 178. O sujeito passivo é o contribuinte da Taxa, o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título do bem imóvel.

Subseção III – Da Base de Cálculo e da Alíquota

Art. 179. A base de cálculo da Taxa é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo Município, no exercício regular de seu poder de polícia municipal, dentro de seu território e da seguinte forma:

I – mediante aplicação em quantidade do VRM (Valor de Referência Municipal de Carlinda) especificada no art. 437, deste Código, por tipos: pequeno, médio e grande, de acordo com a Tabela/Anexo - VI, em anexo.

a) Formula de cálculo da Taxa:

TFLAEOIAL = TS x QVRM x VRM

Onde:

TFLAEOIAL = Taxa de Fiscalização para Licença de Aprovação e Execução de Obras, Instalações, Arruamento e/ou Loteamento:

TS = Tipo de Serviço e por porte;

QVRM = Quantidade de Unidade Fiscal;

VRM = Valor de Referência Municipal de Carlinda.

Subseção IV – Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 180. A Taxa será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constatados no local e/ou existente no cadastro.

Art. 181. A Taxa será lançada em relação a cada licença requerida e/ou concedida.

Art. 182. A licença só será concedida mediante prévia aprovação das plantas e projetos de obras, na forma da legislação urbanística em vigor.

Art. 183. A licença terá período de validade fixado de acordo com a natureza, extensão e complexidade da obra.

Parágrafo Único – Terminando o prazo estabelecido no alvará, sem estar concluída a obra, o contribuinte é obrigado a renová-lo, mediante o pagamento de 50% (cinqüenta por cento) de seu valor original.

Art. 184. A arrecadação da Taxa será feita quando da sua concessão.

Subseção V – Das Isenções

Art. 185. São isentos do recolhimento da taxa de licença para execução de obras particulares:

I – A limpeza ou pintura externa ou interna de prédios, muros ou grades;

II – A construção de passeios, quando do tipo aprovado pela Prefeitura Municipal;

III – A construção de barracões destinados à guarda de materiais para obras já devida licenciadas;

IV – A construção de muros, quando do tipo aprovado pela Prefeitura Municipal;

V – Construção residencial de Projeto Popular licenciado pela Prefeitura Municipal.

Subseção VI – Das Infrações e das Penalidades

Art. 186. As infrações terão as seguintes penalidades:

I – multa de 10% (dez por cento) do valor da Taxa, quando iniciar a construção sem autorização previamente determinada pela Prefeitura Municipal.

II – multa de 20% (vinte por cento) do valor da Taxa, quando alterar o projeto sem autorização previamente determinada pela Prefeitura Municipal;

III – multa de 50% (cinquenta por cento) do valor da Taxa, quando impedir ou dificultar o trânsito nas vias e logradouros públicos com o depósito do material para construção;

IV – multa de 100% (cem por cento) sobre a multa no caso de reincidência, para cada caso especifico, nos incisos anteriores;

V – cassação da licença a qualquer tempo, quando de existir as condições exigidas para a sua concessão; quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

Parágrafo Único – As disposições deste artigo, serão aplicados sem prejuízo da aplicação do disposto dos incisos I e II alíneas “a” e “b” do art. 357, deste Código.

Seção VII – Da Taxa de Fiscalização para Licença de Ocupação do Solo nas Vias e Logradouros Públicos

Subseção I – Da Hipótese Incidência e do Fato Gerador

Art. 187. A hipótese de incidência da Taxa é o prévio exame e fiscalização para exercer a atividade dentro do território do Município. Fica a critério da administração a liberação das área públicas a serem ocupadas e através de comissão a ser definida por ato administrativo a fixação de valores a serem cobrados.

Art. 188. Entende como fato gerador por ocupação do solo e dos logradouros públicos Municipal aquela feita mediante instalação provisória de: balcão, barraca, mesa, tabuleiro, quiosque, aparelho, veículo utilizado para comércio ou escritório e qualquer outro móvel ou utensílio, depósitos de materiais, para fins comerciais ou de prestação de serviços, estacionamento privativo de veículos, estruturas para fixação de placas e congêneres, postes de distribuição de energia elétrica e congêneres, medidores de consumo de água e energia elétrica, armários de distribuição de redes telefônicas ou similares, e quaisquer outras ocupações, em locais permitidos.

Art. 189. Sem prejuízo do tributo e multas devidos, a Prefeitura apreenderá e removerá para os seus depósitos qualquer objeto ou mercadoria deixados em locais não permitidos ou colocados em vias e logradouros públicos sem o pagamento da taxa de que trata esta Subseção, na forma do que estabelece o artigo 283 deste Código

Art. 190. O local para ocupação do solo, será determinado em regulamento expedido pelo Poder Executivo Municipal, como também será regulamentadas as atividades que poderá fazer a ocupação do solo.

Subseção II – Do Sujeito Passivo

Art. 191. O sujeito passivo é o contribuinte da Taxa, a pessoa física ou jurídica, que se enquadrar em quaisquer das condições prevista no seu artigo 188.

Subseção III – Da Base de Cálculo e da Alíquota

Art. 192. A base de cálculo da Taxa é o custo da atividade de fiscalização realizada pelo Município, no exercício regular do poder de policia, dentro do seu território e da seguinte forma:

I – mediante aplicação em quantidade do VRM (Valor de Referência Municipal de Carlinda) especificada no art. 437 deste Código, por dia, mês ou ano, de acordo com

a Tabela/Anexo-VII, em anexo, conforme Artigo 187 .

a) Formula de cálculo da Taxa:

TFLOSVLP = P x QVRM x VRM

Onde:

TFLOSVP = Taxa de Fiscalização para Licença de Ocupação de Solo nas Vias e Logradouros Públicos:

P = Período (dia, mês ou ano);

QVRM = Quantidade de Unidade Fiscal;

VRM = Valor de Referência Municipal de Carlinda.

Parágrafo Único – Para os veículos emplacados em outras cidades, a Taxa será devido em dobro.

Subseção IV – Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 193. O lançamento da Taxa será com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constatados no local e/ou existente no cadastro fiscal socioeconômico.

Art. 194. A pessoa física ou jurídica não licenciada para o exercício ou período em que esteja exercendo a atividade, sem prejuízo do tributo e multas devidas. O Órgão competente da administração municipal apreenderá e removerá para os seus depósitos qualquer objeto ou mercadoria deixada em locais não permitidos ou colocados em vias e logradouros públicos.

Art. 195. A arrecadação da Taxa será feita quando da sua concessão.

Art. 196. Quando da atividade for permanente.

Subseção V – Das Isenções

Art. 197. São isentos de Taxa de Licença, as pessoas físicas ou jurídicas que enquadrarem em um dos incisos do Artigo 173.

Parágrafo Único – As isenções de que trata o presente artigo, deverão ser requeridas à Fazenda Municipal e instruídas com os documentos comprobatórios para cada caso, conforme disposições regulamentares.

Subseção VI – Das Infrações e das Penalidades

Art. 198. As infrações terão as penalidades de conformidade a cada caso especifico, quantificado nos incisos e parágrafo único do artigo 174:

Seção VIII – Da Taxa de Fiscalização para Licença de Abate de Animais

Subseção I – Da Hipótese de Incidência e do Fato Gerador

Art. 199. A hipótese de incidência da Taxa é o prévio exame de fiscalização dentro do território do Município.

Art. 200. O fato gerador é o abate de animais de qualquer espécie e previsto em legislação especifica, destinado ao consumo público, fica sujeita à prévia licença pela Administração Municipal e ao pagamento devido por unidade abatida, procedida da inspeção sanitária feita nas condições previstas nas Posturas Municipais.

Subseção II – Do Sujeito Passivo

Art. 201. O sujeito passivo é o contribuinte da Taxa, a pessoa física ou jurídica que se requerer o serviço.

Subseção III – Da Base de Cálculo e da Alíquota

Art. 202. A base de cálculo da Taxa é o custo da atividade de fiscalização sanitária realizada pelo Município, no exercício regular de seu poder de policia e da seguinte forma:

I – mediante aplicação em quantidade da VRM (Valor de Referência Municipal de Carlinda), especificada no art. 437, deste Código, por: cabeça e espécie abatida, de acordo com a Tabela/Anexo- VIII, em anexo.

a) Formula de cálculo da Taxa:

TFLAA = U x QVRM x VRM

Onde:

TFLAA = Taxa de Fiscalização para Licença de Abate de Animais;

U = Unidade abatida e inspecionada;

QVRM = Quantidade de Unidade Fiscal;

VRM = Valor de Referência Municipal de Carlinda.

Subseção IV - Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 203. A Taxa será lançada com base na inspeção sanitária feita nas condições previstas nas Posturas Municipais.

Art. 204. O abate de animais destinados ao consumo público deverá ser feito no Matadouro Municipal, de conformidade regulamento e mediante pagamento de taxa devida.

Art. 205. Enquanto não houver Matadouro Municipal o abate só será permitido mediante licença da Prefeitura e nas condições do previsto no art. 200, deste Código.

Art. 206. A exigência da Taxa não atinge o abate do gado em charqueadas, frigoríficos ou outros estabelecimento semelhantes fiscalizados pelo (SIF) Serviço de Inspeção Federal competente, salvo quando ao animal cuja carne fresca se destina ao consumo local, ficando o abate, nesse caso, sujeito ao tributo.

Art. 207. A arrecadação da taxa de que trata esta seção será feita no ato da concessão da respectiva licença.

Art. 208. Correrá por conta do interessado, o transporte do servidor encarregado pela inspeção sanitária.

Subseção V – Da Isenção

Art. 209. São isentos de pagamento da Taxa de Abate:

I – quando ocorrer à distribuição em caráter gratuito à comunidade, mesmo assim a espécie abatida deverá passar pela inspeção sanitária.

Subseção VI – Das Infrações e das Penalidades

Art. 210. As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

I – multa de 50% (cinquenta por cento) do valor da Taxa no caso da não inspeção sanitária e a espécie abatida será retirada do mercado para a devida incineração;

II – multa de 100% (cem por cento), nos casos de reincidência;

III – cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão, quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

Parágrafo Único – As disposições deste artigo serão aplicadas sem prejuízo da aplicação do disposto dos incisos I e II alíneas “a” e “b” do art. 357, deste Código.

Seção VIX – Da Taxa de Fiscalização para Licença de Transporte de Passageiros e Cargas

Subseção I – Da Hipótese de Incidência e do Fato Gerador

Art. 211. A hipótese de incidência da Taxa é o prévio pedido do interessado a Prefeitura Municipal, para exercer a atividade em seu território.

Art. 212. O fato gerador é o exercício regular e permanentemente pelo Poder Público, da fiscalização dos serviços de transporte de passageiros e/ou cargas, prestados pelos permissionários e concessionários do Município, mediante vistoria no veículo automotores empregados na prestação dos respectivos serviços.

Art. 213. Todo transporte de passageiros ou cargas em veículos automotores de aluguel ou frete que aguardam serviços em pontos localizados, avenidas, ruas, vila, somente será permitido, concedido e licenciado por alvará, cumpridas as exigências legais fixadas pelo Poder Executivo.

Parágrafo Único – O Poder Executivo, dentro da necessidade administrativa e respeitando o Código de Postura e/ou Lei Especifica, optará pela modalidade de permissão ou concessão de serviços públicos de licenciamento de táxis.

Art. 214. Os pontos para estacionamento de veículos para frete ou pontos de táxis, moto- táxis e/ou assemelhados, e respectiva vagas e prazos, não poderá contrariar o Código de Postura e/ou Lei Especifica, serão designados e regulamentados por Decreto do Poder Executivo, inclusive as tarifas ou taxas sempre que a esta medida se mostrar conveniente e necessária.

Subseção II – Do Sujeito Passivo

Art. 215. O sujeito passivo é o contribuinte da Taxa, a pessoa física ou jurídica que exercer à atividade de transporte de passageiro e/ou carga dentro do território do Município.

Subseção III – Base de Cálculo e Alíquota

Art. 216. A base de cálculo da Taxa é o custo da atividade de fiscalização, realizada pelo

Município, no exercício regular de seu poder de policia e da seguinte forma:

I – mediante aplicação em quantidade do VRM (Valor de Referência Municipal de Carlinda) especificada no art. 437, deste Código, por: porte de espécie de veiculo e atividades de acordo com a Tabela/Anexo- IX, em anexo.

a) Formula de cálculo da Taxa:

TFLTPC = PSE x QVRM x VRM

Onde:

TFLTPC = Taxa de Fiscalização para Licença de Transporte de Passageiros e Cargas;

PSE = Por porte de espécie e/ou atividade;

QVRM = Quantidade de Unidade Fiscal;

VRM = Valor de Referência Municipal de Carlinda.

Subseção IV – Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 217. A taxa será lançada anualmente em nome do contribuinte, com base nos dados de vistoria anual nos veículos empregados nos transporte de passageiros e/ou cargas,

Art. 218. O Município realizará vistoria anual nos veículos empregados nos transporte de passageiros e/ou cargas, visando à verificação à adequação das normas estabelecidas pelo Poder Público, bem como as condições de segurança e higiene e outras, necessárias à prestação do serviço.

Art. 219. Poderá ser cassada a licença, a qualquer tempo, desde que passem a inexistir quaisquer das condições que legitimaram a sua concessão.

Art. 220. A licença não poderá ser concedida por período superior a um ano.

Art. 221. O pedido de licença para exercício da atividade, será acompanhado da competente ficha de inscrição do cadastro fiscal de atividade socioeconômico da Prefeitura Municipal, pela forma e dentro dos prazos estabelecidos em regulamento.

Art. 222. A taxa será recolhida em parcela única.

Art. 223. A forma e prazo para o devido recolhimento da Taxa, serão definidos em regulamento.

Subseção V – Da Isenção

Art. 224. A isenção será concedida através de Lei Especifica.

Subseção VI – Das Infrações e das Penalidades

Art. 225. As infrações serão punidas com as seguintes penalidades:

I – multa de 40% (quarenta por cento) do Valor da Taxa no caso de fixar em lugar não permitido pela Prefeitura Municipal;

II – multa de 100% (cem por cento) do valor da Taxa, quando o condutor não estiver credenciado pela Prefeitura Municipal.

III – multa de 50% (cinqüenta por cento) da Taxa, quando constatado acessórios de segurança inapropriado para o uso e de obrigatoriedade, conforme Código de Transito Nacional.

IV – multa em dobro, nos casos de reincidência dos incisos anteriores deste artigo.

V – suspensão da licença, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos casos de reincidência;

IV – cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para a sua concessão, quando deixarem de ser cumpridas, dentro do prazo, as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, à segurança e aos bons costumes.

Parágrafo Único – As disposições deste artigo serão aplicadas sem prejuízo da aplicação do disposto dos incisos I e II alíneas “a” e “b” do art. 357, deste Código.

TÍTULO V – DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I – Do Fato Gerador

Art. 226. A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador, a efetiva valorização do bem imóvel em decorrência de obra pública municipais.

Art. 227. A Contribuição de Melhoria será cobrada pelo Município para fazer face ao custo de obras públicas de que decorram benefício e valorização imobiliária tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Parágrafo Único – Para os efeitos da Contribuição de Melhoria, entende-se por obra pública:

a) abertura, construção e alargamento de vias e logradouros públicos, inclusive estradas, pontes, viadutos, calçadas e meio-fio;

b) nivelamento, retificação, pavimentação, impermeabilização de vias e logradouros públicos, bem como a instalação de esgotos pluviais ou sanitários;

c) serviços gerais de urbanização, arborização, ajardinamento, aterros, construção e ampliação de parque e campos de esporte e embelezamento em geral;

d) instalação de sistemas de esgotos pluviais ou sanitários, de água potável, de rede de energia elétrica para distribuição domiciliar ou iluminação pública, de telefonia e de suprimento de gás;

e) proteção contra secas, inundação, ressacas, erosões, drenagens, saneamento em geral, retificação e regularização de cursos d’água,diques, cais, irrigação;

f) construção de funiculares ou ascensores;

g) instalações de comodidades públicas;

h) construção de aeródromos e aeroportos;

i) quaisquer outras obras públicas de que também decorra valorização imobiliária.

Art. 228. As obras referidas no parágrafo único do artigo anterior, poderão ser enquadras em dois programas distintos, que são:

I – prioritárias, quando preferenciais e de iniciativa da própria administração;

II – secundárias, quando de menor interesse geral e solicitada por pelo menos 2/3 (dois terços) dos proprietários de imóveis que venham a ser, no futuro, diretamente beneficiados.

Art. 229. As obras a que se refere o item II do artigo anterior, só poderão ser iniciadas após ter sido prestada, pelos proprietários ali referidos, a caução fixada.

§ 1º O órgão fazendário publicará edital estipulando a caução cabível a cada proprietário, as normas que regularão as obrigações das partes, o detalhamento do projeto, as especificações e orçamento da obra, convocando os interessados a manifestarem, expressamente, sua concordância ou não com seus termos.

§ 2º A caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias sendo que a importância total a ser caucionada não poderá ser superior a 50% (cinqüenta por cento) do orçamento previsto para a obra.

§ 3º Não sendo prestadas todas as cauções no prazo estipulado, a obra não terá início, devolvendo-se as importâncias depositadas, sem atualização ou acréscimos.

§ 4º Realizada a obra, a caução prestada não será restituída.

§ 5º Na estipulação do valor a ser pago a título de Contribuição de Melhoria pelos proprietários que tiverem seus imóveis valorizados pela obra, será compensado o valor das cauções prestadas.

Seção II – Do Sujeito Passivo

Art. 230. O sujeito passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel lindeiro à via ou logradouro público beneficiado pela obra especifica.

§ 1º Consideram-se também lindeiros, os imóveis que tenham acesso às vias ou logradouros públicos beneficiados pela pavimentação, por ruas ou passagens particulares, entradas de vilas, servidões de passagens e assemelhados.

Art. 231. Responde pelo pagamento do tributo, em relação a imóvel objeto de enfiteuse,o titular do domínio útil.

Seção III – Da Base de Cálculo e da Alíquota

Art. 232. A base de cálculo da Contribuição de melhoria é o custo da obra, limite global de ressarcimento, sobre o qual serão aplicados percentuais diferenciados em função da valorização de cada imóvel, limite individual de ressarcimento.

Parágrafo Único – Para efeito de cálculo da Contribuição de Melhoria, o custo final de obra será distribuído entre os contribuintes proporcionalmente e tomar-se-à por base a sua testada, área, finalidade de exploração econômica e outros elementos a serem considerados, conforme dados constantes do Cadastro Fiscal.

Art. 233. No custo final da obra serão computadas as despesas globais realizadas, incluindo as de estudos, projetos, fiscalizações, desapropriações, indenizações, execuções, reajustes e demais investimentos imprescindíveis à obra pública.

Art. 234. Para o cálculo da Contribuição de Melhoria serão também computadas quaisquer áreas marginais, correndo por conta da Prefeitura as quotas relativas aos terrenos isentos da contribuição de melhoria.

§ 1º A redução de superfície ocupada por bens de uso comum e situada dentro de propriedades tributáveis somente se autorizará quando o domínio dessas áreas haja sido legalmente transferido à União, ao Estado e ao Município.

§ 2º Correrão por conta da Prefeitura Municipal as quotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município ou aqueles que forem por Lei isentos da Contribuição de Melhoria ou do IPTU.

Seção IV – Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 235. Para lançamento da Contribuição de Melhoria a repartição competente será obrigada a publicar previamente, em conjunto ou isoladamente, os seguintes elementos:

I – memorial descritivo do projeto;

II – orçamento do custo da obra;

III – determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;

IV – delimitação da zona beneficiada, com a relação dos imóveis nela compreendidos;

V – o valor a ser pago pelo proprietário.

§ 1º O proprietário terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação, para impugnar quaisquer dos elementos acima referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 2º A impugnação deverá ser dirigida à repartição competente através de petição, que servirá para início do processo administrativo o qual seguirá a tramitação prevista na parte geral neste Código.

§ 3º Os requerimentos de impugnação, de reclamação, bem como qualquer recurso administrativo não suspenderão o início ou prosseguimento das obras, nem obstarão a Administração na prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria.

§ 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a constituir comissão municipal com a finalidade de, em função da obra, delimitar a zona de benefício, bem como constatar a real valorização de cada imóvel.

Art. 236. Terminada a obra, o contribuinte será notificado para o pagamento da contribuição.

Parágrafo Único – A notificação conterá o montante da contribuição, a forma e prazos de pagamento e os elementos que integram o respectivo cálculo, além dos demais elementos que lhe são próprios.

Art. 237. A Contribuição de Melhoria será paga em prestações mensais, conforme notificação.

§ 1º O prazo para recolhimento em parcelas não será inferior a 1 (um) ano.

§ 2º O valor total das prestações devidas em cada período de 12 (doze) meses não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do valor venal do imóvel à época do lançamento.

§ 3º As prestações serão atualizadas monetariamente, a cada período de 12 (doze meses), nos moldes do inciso I do art. 357.

§ 4º O contribuinte poderá optar pelo pagamento do tributo em uma só vez, à época da primeira prestação, beneficiando do desconto de até 30% que será regulamentado por ato administrativo.

Art. 238. Para efeito de lançamento da Contribuição de Melhoria considerará como uma só propriedade as áreas contíguas de um mesmo proprietário, ainda que provenientes de títulos diversos.

Art. 239. Quando houver condomínio, quer de simples terreno, quer de terreno e edificação, a contribuição será lançada em nome de todos os condôminos, que serão responsáveis na proporção de suas quotas.

Art. 240. Em se tratando de vila edificada no interior do quarteirão, a Contribuição de Melhoria corresponde à área pavimentada fronteira à entrada da vila e será cobrado de cada proprietário proporcionalmente ao terreno ou fração ideal de terreno de cada um, a área reservada à via ou logradouros internos de serventia comum, será pavimentada integralmente por conta dos proprietários.

Seção V – Da Infração e da Penalidade

Art. 241. O atraso no pagamento das prestações sujeitará ao contribuinte à atualização monetária e às penalidades previstas no art. 357, deste Código.

Seção IV – Da Contribuição para o Custeio e Serviço de Iluminação Pública - CIP

Subseção I – Da Hipótese de Incidência e do Fato Gerador

Art. 242. A hipótese de incidência da Contribuição de Iluminação Pública, que será identificada como CIP, é a prestação de serviço pelo Município e com a regularidade necessária.

§ 1º O serviço previsto no "*caput*" deste artigo compreende o consumo de energia destinada à iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, e a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública, além de outras atividades a estas correlatas,assim compreendendo:

I – A implantação de rede de iluminação pública compreende a construção ou instalação de infra-estrutura necessária para a iluminação pública nas vias, logradouros públicos de uso comum.

II – A ampliação compreende a expansão de infra-estrutura de iluminação pública.

III – A manutenção abrange a troca, substituição de peças, equipamentos ou partes destes, no sentido de restabelecer os serviços de iluminação pública por estarem danificados ou defeituosos, ou para melhorar a qualidade do serviço.

IV – A iluminação das vias e logradouros públicos compreende pela realização através da aquisição de energia fornecida:

V – A outra atividade correlata compreende a serviço relacionado a essas atividades e que não estejam especificadas nos itens anteriores.

Art. 243. Compete ao Município, planejar, desenvolver, regulamentar, fiscalizar, executar, manter e operar o serviço de iluminação pública.

Art. 244. A remuneração do serviço de iluminação pública, executado pelo Município, será por meio de tributo próprio para custear esse serviço.

Art. 245. O fato gerador é o fornecimento de iluminação nas vias, logradouros públicos, instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública.

Subseção II – Do Sujeito Passivo

Art. 246. Sujeito passivo é o proprietário, o titular do domínio útil, o locatário, ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel situado em local onde é mantido o serviço e que esteja ou não cadastrado junto à concessionária distribuidora de energia elétrica.

Subseção III – Da Base de Cálculo e da Alíquota.

Art. 247. A base de cálculo e alíquota da prestação de serviço da CIP será da seguinte forma:

I – tratando-se de prédio e cadastrado junto à concessionária de energia elétrica, será aplicado o rateio da Contribuição, observando a distinção entre contribuintes de natureza residencial, industrial, comercial, poder público, consumo próprio, serviços públicos e rural, de forma em percentual sobre o valor do kW/h, conforme Tabela I, a seguir:

FAIXAS		**RESIDÊNCIAL**	**INDUSTRIAL**	**COMERCIAL**	**PODER PÚBLICO. SERV.PÚBLICO/ CONS. PRÓPRIO**
Cons Mín	Cons Máx	CIP - %	CIP - %	CIP - %	CIP - %
0	30	0,0%	2,00%	2,00%	2,00%
31	50	2,00%	3,00%	3,00%	3,00%
51	70	3,00%	4,00%	4,00%	4,00%
71	100	4,00%	5,00%	5,00%	5,00%
101	140	5,00%	6,00%	6,00%	6,00%
141	180	6,00%	7,00%	7,00%	7,00%
181	220	7,00%	8,00%	8,00%	8,00%
221	300	8,00%	10,00%	10,00%	10,00%
301	400	9,00%	12,00%	12,00%	12,00%
401	500	10,00%	14,00%	14,00%	14,00%
501	600	12,00%	16,00%	16,00%	16,00%
601	700	14,00%	18,00%	18,00%	18,00%
701	800	16,00%	20,00%	20,00%	20,00%
801	1000	18,00%	22,00%	22,00%	22,00%
1001	1200	20,00%	24,00%	24,00%	24,00%
1201	1500	22,00%	26,00%	26,00%	26,00%
1501	999999	24,00%	28,00%	28,00%	28,00%

II – tratando-se de prédio não cadastrado junto à concessionária de energia elétrica ou imóvel vago beneficiado, será por metro linear de testada servida pelo serviço, mediante aplicação da alíquota a ser definida, sobre o valor da Unidade Padrão Fiscal de Carlinda cobrado anualmente ou mensalmente a ser definido por regulamento.

Parágrafo Único – A determinação da classe/categoria, do valor do KW/h, e de mais consumidor observará as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL – ou órgão regulador que vier a substituí-la.

III – Os núcleos rurais do Município de Carlinda, ficam isentos da contribuição da iluminação pública (CIP).

Subseção IV – Do Lançamento e da Arrecadação

Art. 248. A CIP, será lançada para pagamento da seguinte forma:

I – quando se trata de prédio cadastrado junto à concessionária de energia elétrica, a data de vencimento será mesma da fatura de consumo mensal de energia elétrica, emitida pela concessionária.

II – quando se trata de prédio ou terreno não cadastrado junto à concessionária de energia elétrica e imóvel localizado de acordo com o inciso II do Art. 247 desta Lei, será anualmente ou mensalmente e conforme regulamento.

Art. 249. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar com a Energisa (Concessionária de Energia Elétrica do Estado de Mato Grosso) o convênio ou contrato a que couber para atendimentos deste serviço.

§ 1º O Município conveniará ou contratará com a Concessionária de Energia Elétrica a forma de cobrança e repasse dos recursos relativos à contribuição.

§ 2º O Poder Público, mediante orientação técnica da concessionária, poderá reajustar nas formas da Lei a contribuição de iluminação pública quando o valor arrecadado, não cobrir o valor da fatura de iluminação pública, acrescido do valor da taxa de administração e o seu saldo não for suficiente para cobrir as despesas mensais de manutenção da iluminação pública.

Art. 250. O montante devido e não pago da CIP, será inscrito em dívida ativa, 60 dias após a verificação da inadimplência.

§ 1º Servirá como documento hábil para inscrição em Dívida Ativa:

I – a comunicação do não pagamento da contribuição, informada pela concessionária de energia elétrica efetuada pela concessionária que contenha os elementos previstos no art. 201 e incisos do Código Tributário Nacional (CTN);

II – a fatura de energia elétrica que contenha a contribuição não paga, ou qualquer outro documento que contenha a dívida e os elementos previstos no art. 201 e incisos do Código Tributário Nacional.

§ 2º Os valores da CIP não pagos no vencimento serão acrescidos de multas e juros de mora, nos termos da legislação tributária municipal e poderão ser cobrados juntamente com a contribuição devida do mês de competência subseqüente.

Subseção V – Da Isenção

Art. 251 – Estão isentos do pagamento da CIP:

I – Os consumidores da classe residencial com consumo de até 30 KW/h mes;

Subseção VI – Das Penalidades

Art. 252. O não pagamento da CIP na data estabelecida, ficarão sujeito da aplicação dos dispostos nos inciso I, II e alínea " a " "b" do art. 357.

LIVRO SEGUNDO PARTE GERAL

TÍTULO I – DAS NORMAS GERAIS E COMPLEMENTARES

CAPÍTULO I – DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 253. Todas as funções referentes a cadastramento, lançamento, cobrança e fiscalização dos tributos municipais, aplicação de sanções por infração à legislação tributária do Município, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelos órgãos fazendários e repartição a eles hierárquica ou funcionamento subordinadas, segundo as atribuições constantes da lei de organização administrativa do Município e dos respectivos regimentos internos.

Parágrafo Único – Aos órgãos referidos neste artigo reserva-se a denominação "Fisco ou Fazenda Municipal".

CAPÍTULO II - DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

Seção I – Das Modalidades

Art. 254. A obrigação tributária compreende as seguintes modalidades:

I – obrigação tributária principal;

II – obrigação tributária acessória.

§ 1º Obrigação tributária principal é a que surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo ou de penalidades pecuniária, extinguindo-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º Obrigação tributária acessória é a que decorre da legislação tributária e tem por objeto a prática ou a obtenção de atos nela previstos, no interesse do lançamento, da cobrança e da fiscalização dos tributos.

§ 3º A obrigação tributária acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em principal, relativamente à penalidade pecuniária.

Seção II – Do Fato Gerador

Art. 255. Fato gerador da obrigação tributária principal é a situação definida neste Código, como necessária e suficiente para justificar o lançamento e a cobrança de cada um dos tributos de competência do Município.

Art. 256. Fato gerador da obrigação tributária acessória é qualquer situação que, na forma da legislação tributária aplicável, impõe a prática ou a abstenção de o que não configure obrigação principal.

Seção III – Do Sujeito Ativo

Art. 257. Na qualidade de sujeito ativo da obrigação tributária, o Município de Carlinda- MT, é a pessoa de direito público titular da competência para lançar, cobrar e fiscalizar os tributos especificados neste Código e nas leis a ele subseqüentes.

§ 1º A competência tributária é indelegável, salvo a atribuição da função de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária a outra pessoa de direito público.

§ 2º A atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem ao município.

§ 3º A atribuição pode ser revogada a qualquer tempo, por ato unilateral do Poder Executivo

Municipal.

§ 4º Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoa de direito privado do encargo ou função de arrecadar tributos.

Art. 258. O cometimento da função de arrecadar tributos a pessoas de direito privado, deverá ser feito através de Decreto do Executivo, com fundamentadas razões de interesse do Município, tendo em vista melhorias no sistema de arrecadação e real incremento da receita municipal.

Seção IV - Do Sujeito Passivo

Art. 259. O sujeito passivo da obrigação tributária será considerado:

I – contribuinte: quando tiver relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II – responsável: quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorrer de disposições expressas nesta Lei.

Art. 260. São pessoalmente responsáveis:

I – o adquirente, pelos débitos relativos ao bem imóvel existente à data do título de transferência, salvo quando conste deste prova de plena quitação, limitada esta responsabilidade, nos casos de arrematação em hasta pública, ao montante do respectivo preço;

II – o espólio, pelos débitos tributários do "de cujus" existentes à data de abertura da sucessão;

III – o sucessor a qualquer título e o conjugue meeiro pelos débitos tributários do "de cujus" existentes até a data da partilha ou adjudicação, limitada a responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação.

Art. 261. A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos, até a data do ato, pelas pessoas jurídicas fusionadas, transformadas ou incorporadas.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo aplica-se aos casos extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, denominação ou ainda sob firma individual.

Art. 262. A pessoa física ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, estabelecimento comercial, industrial e ou profissional que continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social, denominação ou sob firma individual, responde pelos débitos tributários relativos ao estabelecimento adquirido, devido até a data do respectivo ato:

I – integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade tributada;

II – subsidiariamente, com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de 6 (seis) meses, contados da data de alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

Art. 263. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões por que forem responsáveis:

I – os pais, pelos débitos tributários dos filhos menores;

II – os tutores e curadores, pelos débitos tributários de seus tutelados ou curatelados;

III – os administradores de bens de terceiros, pelos débitos tributários destes;

IV – o inventariante, pelos débitos tributários do espólio;

V – o síndico e o comissário, pelos débitos da massa a falida ou do concordatário;

VI – os tabeliães, escrivães e demais serventuários de oficio, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles ou perante eles, em razão do seu ofício;

VII – os sócios, pelos débitos tributários de sociedade de pessoas, no caso de liquidação.

Art. 264. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributarias resultantes de atos praticados com excesso de poder ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

I – as pessoas referidas no artigo anterior;

II – os mandatários, os prepostos e empregados;

III – os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

Art. 265. O sujeito passivo, quando convocado, fica obrigado a prestar as declarações solicitadas pela autoridade administrativa; quando estas as julgam insuficientes ou imprecisas, poderá exigir que sejam completadas ou esclarecidas.

§ 1º A convocação do contribuinte será feita por quaisquer dos meios previstos neste Código.

§ 2º Feita a convocação do contribuinte, terá ele o prazo de 20 (vinte) dias para prestar os esclarecimentos solicitados, pessoalmente ou por via postal, sob pena de que se proceda ao lançamento de ofício, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais cabíveis.

Seção V – Do Domicílio Tributário

Art. 266. Ao contribuinte ou responsável é facultado escolher e indicar à repartição, na forma e nos prazos previstos em regulamento, o seu domicílio tributário no Município, assim entendido o lugar onde a pessoa física ou jurídica desenvolve sua atividade, responde por suas obrigações perante a Fazenda Municipal e pratica os demais atos que constituam ou possam vir a constituir obrigação tributária.

§ 1º Na falta de eleição pelo contribuinte ou responsável, do domicílio tributário, considerar-se-à como tal:

I – quando às pessoas naturais: a sua residência habitual ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;

II – quando às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais: o lugar de sua sede ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação tributária, o de cada estabelecimento;

§ 2º Quando não couber a aplicação das regras previstas em qualquer dos incisos do parágrafo anterior, considerar-se-à como domicílio tributário do contribuinte, responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram ou poderão dar origem a obrigação tributária.

§ 3º A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito quando sua localização, acesso quaisquer outras características que impossibilitem ou dificultem a arrecadação e a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do parágrafo anterior.

Art. 267. O domicílio tributário será obrigatoriamente consignado nas petições, requerimentos, consultas, reclamações, recursos, declarações, guias e quaisquer outros documentos dirigidos ou apresentados ao fisco municipal.

CAPÍTULO III – DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I – Das Disposições Gerais

Art. 268. O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

Art. 269. As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

Art. 270. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou se extingue, tem a sua exigibilidade suspensa ou excluída nos casos expressamente previstos neste Código, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional, na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

Seção II – Da Constituição do Crédito Tributário

Art. 271. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo que tem por objetivo:

I – verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente;

II – determinar a matéria tributável;

III – calcular o montante do tributo devido;

IV – identificar o sujeito passivo, e sendo este caso, propor a aplicação da penalidade cabível;

Parágrafo Único – A atividade administrativa de lançamento, é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Seção III – Do Lançamento

Art. 272. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e reger-se-á pela lei vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

§ 1º Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que, a respectiva lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrida.

Art. 273. O Lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:

I – impugnação do sujeito passivo;

II – recurso de ofício;

III – iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no artigo 275.

Art. 274. O lançamento compreende as seguintes modalidades:

I – lançamento direto, quando sua iniciativa competir à Fazenda Municipal, sendo o mesmo procedido com base aos dados apurados diretamente pela repartição fazendária junto ao contribuinte ou responsável, ou a terceiro que disponha desses dados;

II – lançamento por homologação, quando a legislação atribuir ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame de autoridade fazendária, operando-se o lançamento pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente o homologue;

III – lançamento por declaração, quando for efetuado pelo fisco com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiros, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade fazendária informações sobre matéria de fato, indispensável à sua efetivação.

§ 1º A omissão ou erro do lançamento, qualquer que seja a modalidade, não exime o contribuinte da obrigação tributária, nem de qualquer modo lhe aproveita.

§ 2º O pagamento antecipado pelo obrigado, nos termos do inciso II deste artigo, extingue o crédito, sob condição resolutória de ulterior homologação do lançamento.

§ 3º Na hipótese do inciso II deste artigo, não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiros, visando à extinção total ou parcial do crédito, tais atos serão, porém considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade, ou na sua graduação.

§ 4º É de 01 (um) ano, a contar da ocorrência do fato gerador, o prazo para a homologação do lançamento a que se refere o inciso II deste artigo; expirado esse prazo sem que a Fazenda Municipal se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

§ 5º Na hipótese do inciso III deste artigo, a retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou excluir tributo, só será admissível mediante comprovação do erro em que funde e antes da notificação por lançamento.

§ 6º Os erros contidos na declaração a que se refere o inciso II deste artigo, apurados quando do seu exame, serão retificados de oficio pela autoridade administrativa à qual competir a revisão.

Art. 275. As alterações e substituições dos lançamentos originais serão feitas através de lançamento de oficio, quando o lançamento original for efetuado ou revisto de ofício pela autoridade administrativa, nos seguintes casos:

I – quando não for prestada declaração, por quem de direito, na forma e nos prazos da legislação tributária.

II – quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixar de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recusa-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade.

III – quando se comprovar falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;

IV – quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, nos casos e lançamento por homologação;

V – quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária;

VI – quando se comprove que o sujeito passivo ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

VII – quando deve ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;

VIII – quando se comprove que, no lançamento anterior ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial;

IX – nos demais casos expressamente designados neste Código ou em lei subseqüente.

Art. 276. O lançamento e suas alterações serão comunicados ao contribuinte por qualquer uma das seguintes formas:

I – por notificação direta;

II – por publicação no órgão oficial do Município ou Estado;

III – por publicação em órgão e afixado na Prefeitura Municipal;

IV – por meio de edital afixado na Prefeitura Municipal;

V – remessa de aviso por via postal;

VI – por qualquer outra forma estabelecida na legislação tributária do Município.

§ 1º Quando o domicílio tributário do contribuinte localizar-se fora do território do Município, a notificação, quando direta, considerar-se-à feita com a remessa do aviso por via postal.

§ 2º Na impossibilidade de se localizar pessoalmente o sujeito passivo, quer através de entre pessoal da notificação quer através da sua remessa por via postal, reputar-se-á efetuado o lançamento ou efetivadas as suas alterações:

I – mediante comunicação publicada na imprensa em um dos seguintes órgãos, indicados pela ordem de preferência;

a) no órgão oficial do Município;

b) em qualquer órgão da imprensa local e de comprovada circulação no território do Município;

c) no órgão oficial do Estado;

II – mediante afixação de edital na Prefeitura Municipal.

Art. 277. Será sempre de 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento da notificação, o prazo mínimo para pagamento e máximo para impugnação do lançamento, se outro prazo não for estipulado especificamente nesta Lei.

Art. 278. A Notificação Fiscal de lançamento conterá:

I – o endereço do imóvel tributado;

II – o nome do sujeito passivo, e seu domicílio tributário;

III – a denominação do tributo e o exercício a que se refere;

IV – o valor do tributo, sua alíquota e base de cálculo;

V – o prazo para o recolhimento;

VI - o comprovante, para o órgão fiscal, de recebimento pelo contribuinte.

Art. 279. Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, poderão ser efetuados lançamentos omitidos ou viciados por irregularidade ou erro de fato.

Art. 280. Até o dia 10 (dez) de cada mês os serventuários da justiça enviarão ao fisco Municipal informação a respeito dos atos relativos a imóveis, praticados no mês anterior, tais como transcrições, inscrições e averbações.

Art. 281. A recusa do sujeito passivo em receber a comunicação do lançamento ou a impossibilidade de localizá-lo pessoalmente ou através de via postal, não implica em dilatação do prazo concedido para cumprimento da obrigação tributária o para a apresentação de reclamações ou interposição de recursos.

Art. 282. É facultado à Fazenda Municipal o arbitramento de bases tributárias, quando o montante do tributo não for conhecido exatamente.

§ 1º O arbitramento determinará justificadamente, a base tributária presuntiva.

§ 2º O arbitramento a que se refere este artigo não prejudicará a liquidez do crédito tributário.

Seção IV – Da Reclamação Contra o Lançamento

Art. 283. O contribuinte que não concordar com o lançamento poderá reclamar no prazo de 20 (vinte) dias, contados na forma prevista para as intimações e de conformidade com o previsto no Art. 407. O prazo para a apresentação de recurso é de 5 (cinco) dias, após a data do recibo. Caso tenha se processado por edital, inciso II do mesmo artigo, 5 (cinco) dias depois de expirado o prazo de 20 (vinte) dias subseqüentes ao da publicação, ou seja, 20 (vinte) dias para que tome ciência e mais 5 (cinco) dias que para apresente a defesa.

Art. 284. A reclamação contra o lançamento far-se-á por petição, facultada a juntada de documentos.

Art. 285. A reclamação contra o lançamento terá efeito suspensivo na cobrança dos tributos lançados.

Seção V – Da Cobrança e do Recolhimento

Art. 286. A cobrança e o recolhimento dos tributos far-se-á na forma e nos prazos estabelecidos na legislação tributária do Município.

Art. 287. Aos créditos tributários do Município não recolhido no prazo estabelecido aplicam-se normas de atualização do disposto dos incisos I e II alíneas “a” e “b” do art. 357, deste Código.

Art. 288. Nenhum recolhimento de tributo ou penalidade pecuniária será efetuado sem que se expeça o competente guia ou conhecimento, na forma estabelecida em regulamento.

Parágrafo Único – No caso de expedição fraudulenta de guias ou de conhecimentos, responderão civil, criminal e administrativamente, os servidores que os houverem subscrito, emitido ou fornecido.

Art. 289. O pagamento não importa em quitação do crédito fiscal, valendo o recibo somente como prova do recolhimento da importância nela referida, continuando o contribuinte obrigado a satisfazer quaisquer diferenças que venham a ser posteriormente apuradas.

Art. 290. Na cobrança a menor de tributo ou penalidade pecuniária, respondem solidariamente tanto o servidor responsável pelo erro quanto o sujeito passivo, cabendo àquele o direito regressivo de reaver deste o total de desembolso.

Art. 291. O Executivo Municipal poderá firmar convênios com estabelecimento bancários oficiais, com sede, agência ou posto no território do Município, visando ao recebimento de tributos e penalidades pecuniárias.

Seção VI – Da Restituição

Art. 292. O sujeito passivo terá direito à restituição das quantias indevidamente recolhidas em pagamento de créditos tributário, no todo ou em parte, independentemente de prévio protesto do sujeito passivo e seja qual for a modalidade do pagamento, nos seguintes casos:

I – cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou a maior que o devido, em face da legislação tributária aplicável de natureza ou circunstância materiais do ato gerador efetivamente ocorrido;

II – erro na identificação do sujeito passivo, na determinação de alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III – reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

§ 1º A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

§ 2º A restituição total ou parcial dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora, penalidades pecuniárias e demais acréscimos legais relativos ao principal, excetuando-se o acréscimo referente a infrações de caráter formal.

Art. 293. A autoridade administrativa poderá determinar que a restituição se processe através de compensação.

Art. 294. O direito de pleitear a restituição total ou parcial do tributo extingue-se com o decurso do prazo de 05 (cinco) anos, contados:

I – nas hipóteses dos incisos I e II do art. 292, da data de extinção do crédito tributário;

II – na hipótese do inciso III do art. 292, da data em que se tornar definitivo a decisão administrativa ou transitar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Art. 295. Prescreve em 02 (dois) anos a ação anularia de decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo Único – o prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante da Fazenda Municipal.

Art. 296. O pedido de restituição será feito à autoridade administrativa através de requerimento da parte interessada que apresentará prova do pagamento e as razões da ilegalidade ou irregularidade do crédito.

Art. 297. A importância será restituída dentro de um prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da decisão final que defira o pedido.

Parágrafo Único. A não restituição no prazo definido neste artigo implicará, a partir de então, atualização do disposto dos incisos I e II alíneas “a” e “b” do art. 357, deste Código.

Art. 298. Só haverá restituição de qualquer importância após decisão definitiva, na esfera administrativa, favorável ao contribuinte.

Seção VII - Da Suspensão do Crédito Tributário e de suas Modalidades

Art. 299. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

I – a moratória;

II – o depósito do seu montante integral;

III – as reclamações e os recursos, nos termos definidos na Parte Processual, deste Código;

IV – a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

V – a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;

VI- o parcelamento

Parágrafo Único – A suspensão da exigibilidade do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela conseqüente.

Art. 300. Constitui moratória a concessão de novo prazo ao sujeito passivo, após vencimento do prazo originalmente assinalado para o pagamento do crédito tributário.

§ 1º A moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

§ 2º A moratória não aproveita os casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiros em benefício daquele.

Art. 301. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a parcelar em até 12 (doze) vezes as dívidas relativas a IPTU, ISSQN, Alvará, Contribuição de Melhoria e taxas.

Parágrafo Único – Revogado pela Lei nº 1.253/2021.

Art. 302. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado (Lei autorizativa) a anistiar os encargos da dívida como correção monetária, juros e multas gerados por débitos de IPTU, ISSQN, Alvará, Taxas e Contribuições de Melhorias.

Art. 303. A anistia e o parcelamento mencionados nos artigos anteriores serão concedidos a todos os contribuintes, inclusive aos que têm seus débitos lançados na Dívida Ativa e aqueles que estão com processos de execução fiscal.

Art. 304. Fica o Município autorizado a fazer compensação de contas com os credores junto ao Município com todos os tributos, inclusive o ITBI. Artigo 170 CTN.

Art. 305. A moratória somente poderá ser concedida:

I – em caráter geral: por lei, que pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos;

II – em caráter individual: por despacho da autoridade administrativa, a requerimento do sujeito passivo.

Art. 306. A lei que conceda moratória em caráter geral ou autorize sua concessão em caráter individual especificará, sem prejuízo de outros requisitos:

I – o prazo de duração do favor;

II – as condições de concessão do favor em caráter individual;

III – sendo caso:

a) os tributos a que se aplica;

b) o número de prestações e os seus vencimentos, dentro do prazo a que se refere o inciso I, podendo atribuir à fixação de uns e de outros a autoridade administrativa, para cada caso de concessão em caráter individual;

c) as garantias que devem ser fornecidas pelo beneficiado no caso de concessão em caráter individual.

Art. 307. A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirida e será revogada de oficio, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumprira ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora:

I – com imposição de penalidade cabível, nos casos de dolo, fraude ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele;

II – sem imposição de penalidades, nos demais casos.

§ 1º No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito de prescrição do direito à cobrança do crédito.

§ 2º No caso do inciso II deste artigo a renegociação só poderá ocorrer antes de prescrito o referido direito.

Art. 308. Do depósito, o sujeito passivo poderá efetuar o montante integral da obrigação tributária:

I – quando preferir o depósito à consignação judicial prevista no Art. 333 deste Código;

II – para atribuir efeito suspensivo:

a) a consulta formulada na forma dos artigos 357 a 360 deste Código;

b) a reclamação e a impugnação referentes à contribuição de melhoria;

c) a qualquer outro ato a ele impetrado, administrativa ou judicialmente, visando à modificação extinção, total ou parcial, da obrigação tributária.

Art. 309. A legislação tributária poderá estabelecer hipóteses de obrigatoriedade de depósito prévio:

I – para garantia de instância, na forma prevista nas Normas Processuais deste Código;

II – como garantia a ser oferecida pelo sujeito passivo, nos casos de compensação;

III – como concessão por parte do sujeito passivo, nos casos de transação;

IV – em quaisquer outras circunstâncias nas quais se fizer necessário resguardar os interesses do fisco.

Art. 310. A importância a ser depositada corresponderá ao valor integral do crédito tributário apurado:

I – pelo fisco, nos casos de:

a) lançamento direto;

b) lançamento por declaração;

c) alteração ou substituição do lançamento original, qualquer que tenha sido a suas modalidades;

d) aplicação de penalidades pecuniárias.

II – pelo próprio sujeito passivo, nos casos de:

a) lançamento por homologação;

b) retificação de declaração, nos casos de lançamento por declaração, por iniciativa do próprio declarante;

c) confissão espontânea da obrigação antes do início de qualquer procedimento fiscal.

III – na decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo;

IV – mediante estimativa ou arbitramento procedido pelo fisco, sempre que não puder ser determinado o montante integral do crédito tributário.

Art. 311. Conceder-se-á suspensa à exigibilidade do crédito tributário a partir da data da efetivação do depósito nas contas bancárias municipais, observando o disposto no artigo seguinte.

Art. 312. O depósito poderá ser efetuado nas seguintes modalidades:

I – em moeda corrente no país;

Art. 313. Cabe ao sujeito passivo, por ocasião da efetivação do depósito, especificar qual o crédito tributário ou a parcela do crédito tributário, quando este for exigido em prestações, abrangido pelo depósito.

Parágrafo Único – A efetivação do depósito não importa em suspensão de exigibilidade do crédito tributário:

I – quando parcial, das prestações vincendas em que tenha sido decomposto;

II – quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos ou penalidades pecuniárias.

Art. 314. Da Cessação dos efeitos suspensivos relacionados com a exigibilidade do crédito tributário:

I – pela extinção do crédito tributário, por qualquer das formas previstas no art. 315;

II – pela exclusão do crédito tributário, por qualquer das formas previstas no art. 334;

III – pela decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo;

IV – pela cassação da medida liminar concedida em mandado de segurança.

Seção VIII – Extinção do Crédito Tributário e suas Modalidades

Art. 315. Extinguem o crédito tributário:

I – o pagamento;

II – a compensação;

III – a transação;

IV – a remissão;

V – a prescrição e a decadência;

VI – a conversão do depósito em renda;

VII – o pagamento antecipado e a homologação do lançamento, nos termos do disposto na legislação tributária do Município;

VIII – a consignação em pagamento, quando julgada procedente, nos termos do disposto na legislação tributária do Município;

IX – a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa que não mais possa ser objeto de ação anulatória;

Art. 316. Do pagamento, o regulamento fixará as formas e os prazos para pagamento dos tributos de competência do Município e das penalidades pecuniárias aplicadas por infração à sua legislação tributária.

Art. 317. Nenhum recolhimento de tributo ou penalidade pecuniária será efetuado sem que se expeça o competente documento de arrecadação municipal, na forma estabelecida em regulamento.

Art. 318. No caso de expedição fraudulenta de documentos de arrecadação municipal, responderão civil, criminal e administrativamente os servidores que os houverem subscrito, emitido ou fornecido.

Art. 319. Todo pagamento de tributo deverá ser efetuado em órgão arrecadador municipal ou estabelecimento de crédito autorizado pela Administração, sob pena de nulidade.

Art. 320. É facultada à Administração a cobrança em conjunto de impostos e taxas, observadas as disposições regulamentares.

Art. 321. Aos créditos tributários do Município não recolhido no prazo estabelecido, aplicam-se as normas de atualização do disposto dos incisos I, II alíneas “a” e “b” do art. 357, deste Código, sem prejuízo:

I – da imposição das penalidades cabíveis;

II – da aplicação de quaisquer medidas de garantias previstas na legislação tributária do Município.

Art. 322. O pagamento poderá ser efetuado por qualquer das seguintes modalidades:

I – em moeda corrente no país;

Art. 323. O pagamento de um crédito tributário não importa em presunção de pagamento:

I – quando parcial, das prestações em que se decomponha;

II – quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos ou penalidades pecuniárias.

Art. 324. Da Compensação, fica o Poder Executivo autorizado, a seu critério, sempre que o interesse do Município o exigir, a compensar créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidas ou vincendas do sujeito passivo contra a Fazenda Municipal, nas condições e sob as garantias que estipular.

Art. 325. Da Transação, fica o Poder Executivo autorizado a celebrar com o sujeito passivo da obrigação tributária, transação que, mediante concessões mútuas, importe em prevenir ou terminar litígio e conseqüentemente, em extinguir o crédito tributário a ele referente.

Art. 326. Da remissão, fica o Prefeito Municipal autorizado a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

I – à situação econômica do sujeito passivo;

II – ao erro ou ignorância escusável do sujeito passivo, quanto à matéria de fato;

III – ao fato de ser a importância do crédito tributário inferior não ultrapassar 2 (duas) vezes a

VRM (Valor de Referência Municipal de Carlinda) especificada no Art. 437, neste Código.

IV – às considerações de eqüidade relativamente às características pessoais ou materiais do caso;

V – às condições peculiares a determinada região do território municipal.

Parágrafo Único – A concessão referida neste artigo não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos necessários a sua obtenção, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis nos casos de dolo ou simulação do beneficiário.

Art. 327. Da prescrição, a ação para a cobrança do crédito tributário, prescreve em 5 (cinco)

anos, contados da data de sua constituição definitiva.

Parágrafo Único – A prescrição se interrompe:

I – pela citação pessoal feita ao devedor;

II – pelo protesto judicial;

III – por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

IV – por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial que importe em reconheci mento de débito pelo devedor;

V – pela publicação de Edital de Notificação no órgão oficial do Município.

Art. 328. Ocorrendo à prescrição e não tendo sido ela interrompida na forma do parágrafo único anterior, abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades, na forma da lei.

§ 1º Constitui falta de exação no cumprimento do dever deixar o servidor municipal, prescrever débitos tributários sob sua responsabilidade.

§ 2º O servidor municipal, qualquer que seja o seu cargo ou função e independentemente do vínculo empregatício ou funcional com a Administração Municipal, responderá civil, criminalmente e administrativamente pela prescrição do débito tributário sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município no valor dos débitos prescritos.

Art. 329. Da Decadência, o direito da Fazenda Municipal de constituir o crédito tributário extingue-se em 05 (cinco) anos, contados:

I – da data em que tenha sido notificada ao sujeito passivo qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento;

II – do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

III – da data em que tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício forma, o lançamento anteriormente efetuado;

§ 1º O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

§ 2º Ocorrendo a decadência, aplicam-se as normas do art. 328 e seus parágrafos, no tocante à apuração das responsabilidades e a caracterização da falta.

Art. 330. Da Conversão do Depósito em Renda, extingue o crédito tributário com o depósito em dinheiro previa mente efetuado pelo sujeito passivo:

I – para garantia de distância;

II – em decorrência de qualquer outra exigência da legislação tributária;

§ 1º Convertido o depósito em renda, o saldo porventura apurado contra ou a favor será exigido ou restituído da seguinte forma:

I – a diferença contra a Fazenda Municipal será exigida através de notificação direta publicada ou entregue pessoalmente ao sujeito passivo, na forma e nos prazos previstos em regulamento;

II – o saldo a favor do contribuinte será restituído de oficio independentemente de prévio protesto, na forma estabelecida para as restituições totais ou parciais do crédito tributário.

§ 2º Aplica-se à conversão do depósito em renda as regras de imputação do pagamento, estabelecidas no art. 315 deste Código.

Art. 331. Da Homologação do Lançamento, extingue o crédito tributário a homologação do lançamento, na forma do inciso II do art. 274, observado as disposições dos seus parágrafos

1º, 3º e 4º.

Art. 332. Da Consignação em Pagamento, ao sujeito passivo é facultado consignar judicialmente a importância do crédito tributário, nos casos:

I – de recusa de recebimento, ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória;

II – de subordinação do recebimento ao cumprimento de exigência administrativa sem fundamento legal;

III – de exigência, por mais de uma pessoa de direito público, de tributo idêntico sobre o mesmo fato gerador.

§ 1º A consignação só pode versar sobre o crédito que o consignante se propõe a pagar.

§ 2º Julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda; julgada improcedente a consignação, no todo ou em parte, cobrar-se-á aplicando-se as normas de atualização do disposto do inciso I alínea “a” e “b” do art.357, deste Código, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

§ 3º Na conversão da importância consignada em renda, aplicam-se normas dos parágrafos 1º e 2º do Art. 330.

Art. 333. Das demais modalidades de extinção, o crédito tributário extingue a decisão administrativa ou judicial que expressamente:

I – declare a irregularidade de sua constituição;

II – reconheça a inexistência da obrigação que lhe deu origem;

III – exonere o sujeito passivo do cumprimento da obrigação;

IV – declare a incompetência do sujeito ativo para exigir o cumprimento da obrigação.

§ 1º Somente extingue o crédito tributário a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória, bem como a decisão judicial passada em julgado.

§ 2º Enquanto não tornada definitiva a decisão administrativa ou passada em julgado a decisão judicial, continuará o sujeito passivo obrigado nos termos da legislação tributária, ressalvada as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito, previsto neste Código.

Seção IX – Exclusão do Crédito Tributário e suas Modalidades

Art. 334. Excluem o crédito tributário:

I – a isenção;

II – a anistia.

Parágrafo Único – A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela conseqüentes.

Art. 335. Isenção é a dispensa do pagamento de um tributo, em virtude de disposições expressas neste Código ou Lei Municipal subseqüente.

Art. 336. A isenção poderá ser:

I – em caráter geral, concedida por lei, que pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade em determinada região e/ou no todo do território do Município;

§ 1º O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogado de ofício sempre que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou em caráter individual, efetivada por despacho da autoridade administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos em lei ou contrato para a sua concessão.

§ 2º Tratando-se de tributo lançado por período certo de tempo, o despacho a que se refere o inciso II deste artigo, dependerá de reconhecimento anual pelo Executivo, antes da expiração de cada exercício, mediante requerimento do interessado em que prove enquadra-se nas situações exigidas pela lei concedente.

§ 3º Quando deixarem de ser cumpridas as exigências determinadas na lei de isenção condicionada a prazo ou a quaisquer outros encargos, a autoridade administrativa, fundamentalmente, cancelará o despacho que reconheceu o benefício e não gerando direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, a regra do art. 300.

Art. 337. A concessão de isenção por leis especiais apoiar-se-á sempre em fortes razões de ordem pública ou de interesse do Município e não poderá ter caráter pessoal.

Parágrafo Único – Entende-se como favor pessoal não permitido a concessão, em lei de isenção de tributos a determinada pessoa física ou jurídica.

Art. 338. A Lei que conceder anistia poderá fazê-lo:

I – em caráter geral;

II – limitadamente:

a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo;

b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;

c) a determinada região do território do Município, em função das condições a ela peculiares;

d) sob condição do pagamento do tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela lei à autoridade administrativa.

§ 1º A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos em lei para a sua concessão.

Art. 339. A concessão da anistia implica em perdão da infração, não constituindo estas para efeito de imposição ou graduação de penalidades por outras infrações de qualquer natureza a ele subseqüentes cometidas pelo sujeito passivo beneficiado por anistia anterior.

CAPITULO IV – DA GENERALIDADE DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Seção I – Das Disposições Gerais

Art. 340. Constitui infração a ação ou omissão voluntária ou não, que importe na inobservância por parte do sujeito passivo ou de terceiros, de normas estabelecidas na legislação tributária do Município.

Art. 341. Os infratores sujeitam-se às seguintes penalidades:

I – aplicação de multas estabelecidas nesse Código;

II – aplicação da atualização monetária, multa e juros;

III – Sujeitarão ao regime especial de fiscalização;

V – suspensão ou cancelamento de isenção de tributo.

Art. 342. A aplicação de penalidade de qualquer natureza, de caráter civil, criminal ou administrativa, e o seu cumprimento, em caso algum dispensa o pagamento de natureza devido e da aplicação das normas de atualização do disposto dos incisos I e II alínea “b” do art. 357, deste Código.

Art. 343. Não se procederá contra servidor ou contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com interpretação fiscal, constante de decisão qualquer instância administrativa, mesmo que, posteriormente venha ser modificada essa interpretação deixou de cumprir os requisitos para concessão do favor, cobrando-se o crédito atualizado, acrescido de juros de mora, aplicando-se, quando cabível, a regra do art. 305.

Art. 344. A omissão do pagamento do tributo e a fraude fiscal serão apuradas mediante representação, notificação preliminar ou auto de infração, nos termos deste Código.

§ 1º Dar-se-á por comprovada a fraude fiscal quando o contribuinte não dispuser de elementos convincentes em razão dos quais se possam admitir involuntária a omissão do pagamento.

§ 2º Em qualquer caso, considerar-se-à como fraude a reincidência na omissão de que trata este artigo.

Art. 345. A co-autoria e a cumplicidade nas infrações ou tentativas de infração aos dispositivos deste Código, implicam os que praticaram e seus autores, a responsabilidade solidariamente pelo pagamento do tributo devido, ficando sujeito às mesmas penas fiscais.

Parágrafo Único – Considera-se reincidências a repetição de infração de um mesmo dispositivo pela mesma pessoa física ou jurídica, depois de transitada em julgado, administrativamente a decisão condenatória referente à infração anterior.

Art. 346. O contribuinte ou responsável poderá apresentar denúncia espontânea de infração, ficando excluída a respectiva penalidade, desde que a falta seja corrigida imediatamente ou, se for o caso, efetuado o pagamento do tributo devido, atualizado e com os acréscimos legais cabíveis, ou depositada a importância arbitrada pela autoridade administrativa quando o montante do tributo dependa de apuração.

§ 1º Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionada com a infração.

§ 2º A apresentação de documentos obrigatórios Administração não importam denúncia espontânea, para os fins do disposto neste artigo.

Art. 347. Serão punidas:

I – com multa de 10 (dez vezes a VRM (Valor de Referência Municipal de Carlinda) quaisquer pessoas, independentemente de cargo, ofício ou função, ministério, atividade ou profissão, que embaraçarem, eludirem ou dificultarem a ação da Fazenda Municipal;

II – com multa de 15 (quinze) vezes a VRM (Valor de Referência Municipal de Carlinda) quaisquer pessoa, físicas ou jurídicas, que infringirem dispositivo da legislação tributária do Município, para os quais não tenham sido especificadas as penalidades próprias.

Art. 348. São considerados crimes de sonegação fiscal a prática pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele, dos seguintes atos:

I – prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes do fisco, com intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributo e quaisquer outros adicionais devidos por lei.

II – inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de exonerar-se do pagamento de tributos devidos à Fazenda Municipal;

III – alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações tributáveis com o propósito de fraudar a Fazenda Municipal;

IV – fornecer ou emitir documentos graciosos ou majorar despesas com o objetivo de obter dedução de tributos devidos à Fazenda Municipal.

Art. 349. A aplicação de multa não prejudicará a ação criminal que no caso couber.

Art. 350. Independentemente dos limites estabelecidos neste Código, a reincidência em infração da mesma natureza punir-se-á com multa em dobro, e, a cada nova reincidência, aplicar-se-á essa pena acrescida de 20% (vinte por cento).

Art. 351. O contribuinte que houver cometido mais de uma infração, ou reincidir na violação das normas estabelecidas neste código ou em regulamentos municipais, poderá ser submetido a regime especial de fiscalização.

Art. 352. Fica proibido de transacionar em qualquer modalidade, inclusive de receber crédito com os órgãos integrantes da Administração Direta e Indireta do Município, toda pessoa física ou jurídica que estiverem em débito e/ou respondendo por de processo de sonegação fiscal.

Art. 353. Todas as pessoas físicas ou jurídicas que gozarem de isenções de tributos municipais que infringirem disposições deste Código, ficará privadas da mesma.

Art. 354. Serão punidos com multas equivalentes ao valor de 10 (dez) a 30 (trinta) dias do respectivo vencimento ou remuneração sem prejuízo da instauração do processo disciplinar administrativo:

I – os funcionários que se negarem a prestar assistência ao contribuinte, quando está solicitada na forma deste Código;

II – os agentes fiscais que, por negligência ou má-fé, lavrarem autos sem obediência aos requisitos legais, de forma a lhes acarretar nulidade e não cumprirem com as normativas regulamentadas.

Parágrafo Único – As multas do presente artigo serão impostas pelo Executivo Municipal mediante representação da autoridade fazendária competente, se de outro modo não dispuser a legislação própria.

Art. 355. O pagamento de multas decorrentes do processo fiscal só se tornara exigível depois de transitada em julgado a decisão que a impôs.

Art. 356. São considerados crimes de sonegação fiscal a prática pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele, dos seguintes atos:

I – prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes do fisco, com intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributo e quaisquer outros adicionais devidos por lei.

II – inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de exonerar-se do pagamento de tributos devidos à Fazenda Municipal;

III – alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações tributáveis com o propósito de fraudar a Fazenda Municipal;

IV – fornecer ou emitir documentos graciosos ou majorar despesas com o objetivo de obter dedução de tributos devidos à Fazenda Municipal.

Seção II – Da Atualização Monetária, Multas e dos Juros de Mora

Art. 357 - O tributo e demais créditos tributários não pagos na data do vencimento terão seu valor atualizado monetariamente e acrescido de multas e juros, de acordo com os seguintes critérios:

I - o principal será atualizado mediante aplicação do coeficiente obtido pelo INPC

(Índice Nacional de Produtos ao Consumidor), em vigor na época, no mês em que se efetivar o pagamento, pelo valor da mesma obrigação no mês seguinte àquele fixado para o pagamento;

II - sobre o valor principal atualizado serão aplicados:

Multas de:

a) 2% (dois por cento), após o vencimento do mesmo;

b) Juros de mora à razão de 1% (um por cento) ao mês, devidos a partir do mês seguinte ao do vencimento, considerado mês qualquer fração, aplicado sobre o valor principal.

TÍTULO II – DO PROCEDIMENTO FISCAL TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I – DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Seção I – Da Consulta

Art. 358. Ao contribuinte ou responsável é assegurado o direito de efetuar consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária, desde que feita antes de ação fiscal e em obediência às normas aqui estabelecidas.

Art. 359. A consulta será dirigida ao titular da Fazenda Municipal com apresentação clara e precisa do caso concreto e de todos os elementos indispensáveis ao entendimento da situação de fato, indicados os dispositivos legais e instruída, se necessário, com documentos.

Art. 360. Nenhum procedimento fiscal será promovido contra o sujeito passivo, em relação à espécie consultada, durante a tramitação da consulta.

Parágrafo Único – Os efeitos previstos neste artigo não se produzirão em relação às consultas meramente protelatórias, assim entendidas as que versem sobre dispositivos claros da legislação tributária ou sobre tese de direito já resolvida por decisão administrativa ou judicial, definitiva ou passada em julgado.

Art. 361. A resposta à consulta será respeitada pela Administração, salvo se baseada em elementos inexatos fornecidos pelo contribuinte.

Art. 362. Na hipótese de mudança de orientação fiscal, a nova orientação atingirá todos os casos, ressalvados o direito daqueles que anteriormente procedeu de acordo com a orientação vigente até a data da modificação.

Parágrafo Único – Enquanto o contribuinte protegido por consulta, não for notificado de qualquer alteração posterior no entendimento da autoridade administrativa sobre o mesmo assunto, ficará amparado em seu procedimento pelos termos da resposta a sua consulta.

Art. 363. A formulação da consulta não terá efeito suspensivo da cobrança de tributos e respectivas atualizações e penalidades.

Parágrafo Único – O consulente poderá evitar a oneração do débito por multa, juros de mora e correção monetária efetuando o seu pagamento ou o prévio depósito administrativo das importâncias que, se indevida, serão restituídas dentro do prazo de até 30 (trinta) dias contados da notificação do consulente.

Art. 364. A autoridade administrativa dará resposta à consulta no prazo de até 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único – Do despacho proferido em processo de consulta caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias contados da sua notificação, desde que fundamentado em novas alegações.

Seção II – Da Fiscalização

Art. 365. Compete à Administração Fazendária Municipal, pelos órgãos especializados, a fiscalização do cumprimento das normas da legislação tributária de proceder a exames ou diligências, lavar termo circunstanciado do que houver apurado constantes as datas inicias do período fiscalizado, bem como a relação de documentos examinados.

§ 1º O Termo de que trata o "*caput*" deste artigo deverá ser de Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão.

§ 2º Iniciada a fiscalização ao contribuinte, terão os agentes fazendários o prazo de 10 (dez) dias para concluí-la, salvo quando esteja ele submetido a regime especial de fiscalização.

§ 3º Havendo justo motivo, o prazo referido no parágrafo anterior poderá ser prorrogado, mediante despacho do titular da Fazenda Municipal pelo período por este fixado.

Art. 366. A fiscalização será exercida sobre todas as pessoas sujeitas ao cumprimento de obrigações tributarias inclusive aquelas imunes ou isentas.

Art. 367. A autoridade administrativa terá ampla faculdade de fiscalização, com a finalidade de obter elementos que lhe permitam a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e/ou responsáveis, e determinar com precisão a natureza e o montante dos créditos tributários, podendo especialmente:

I – exigir, a qualquer tempo do sujeito passivo à exibição de livros comerciais e fiscais e documentos em geral, bem como solicitar seu comparecimento à repartição competente para prestar informações ou declarações;

II – apreender livros e documentos fiscais, nas condições e formas definidas neste Código;

III – fazer inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações nos locais e estabelecimentos onde se exerçam atividades passíveis de tributação ou nos bens constituam matéria tributável.

Art. 368. A escrita fiscal ou mercantil, com omissão de formalidades legais ou intuito de fraude fiscal, será desclassificada e facultada à Administração o arbitramento dos diversos valores.

Art. 369. O exame de livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais e demais diligências da fiscalização poderão ser repetidos, em relação a um mesmo fato ou período de tempo, enquanto não extinto o direito de proceder ao lançamento do tributo ou da penalidade, ainda que já lançados e pagos.

Art. 370. Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham, com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

I – os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;

II – os bancos, caixas econômicas e demais instituições financeiras;

III – as empresas de administração de bens;

IV – os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V – os inventariantes;

VI – os síndicos, comissários e liquidatários;

VII – quaisquer outras entidades ou pessoas que, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão detenham em seu poder, a qualquer título e de qualquer forma, informações necessárias ao fisco.

Parágrafo Único – A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado guardar segredo em razão do cargo.

Art. 371. Independentemente do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para quaisquer fins, por parte de prepostos da Fazenda Municipal, de qualquer informação obtida em razão de ofício sobre a situação econômico-financeira e sobre a natureza e estado dos negócios ou atividades das pessoas sujeitas à fiscalização.

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo unicamente as requisições da autoridade judiciária e os casos de prestação mútua de assistência para fiscalização de tributos e permuta de informações entre os diversos órgãos do Município e entre este e a União, Estados e outros Municípios.

§ 2º A divulgação das informações obtidas no exame de contas e documentos constitui falta grave sujeita à penalidade da legislação pertinente.

Art. 372. A Administração Municipal poderá instituir livros e registros de bens, serviços e operações tributáveis a fim de apurar os elementos necessários ao sue lançamento e fiscalização.

Parágrafo Único – O regulamento disporá sobre a natureza e as características dos livros e registros de que trata este artigo.

Art. 373. A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento fiscal, na forma da legislação aplicável, que fixará o prazo máximo para a conclusão daquelas.

Parágrafo Único – Os termos a que se refere este artigo serão lavrados, sempre que possível, em um dos livros fiscais exibidos; quando lavrados em separado, deles se entregará à pessoa sujeita à fiscalização, cópia autenticada pela autoridade que proceder ou presidir à diligência.

Art. 374. As autoridades da Administração Fiscal do Município, através do Secretário de Finanças, poderão requisitar auxílio de força pública federal, estadual ou municipal, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício das funções de seus agentes, ou quando indispensável à efetivação de medidas previstas na legislação tributária.

Seção III – Das Certidões e Avaliações

Art. 375. A prova de quitação do tributo para com a Fazenda Pública Municipal será feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, contendo todas as informações necessárias à identificação que contenha todas as informações exigidas pelo fisco, na forma do regulamento.

Art. 376. A certidão será fornecida dentro de até 05 (cinco) dias a contar da data de entrada do requerimento na repartição, sob pena de responsabilidade funcional.

Parágrafo Primeiro – Terá direito o contribuinte de ter do Município para fins de escrituração do imóvel, imposto causa mortis ou outro tipo de alienação que o imóvel seja avaliado, obtendo o termo de avaliação gratuitamente, que será expedido num prazo de até 10 dias a contar da data em que foi protocolada o requerimento.

Parágrafo Segundo – Havendo débito em aberto, a Certidão será positiva, revelando os débitos pendentes para com a fazenda Municipal, seja de origem tributária ou não-tributária.

Art. 377. Terá os mesmos efeitos da certidão negativa a que ressalvar a existência de créditos:

I – não vencidos;

II – em curso de cobrança executiva com efetivação de penhora;

III – cuja exigibilidade esteja suspensa.

§ 1º Nas certidões expedidas nos termos deste artigo será consignada, obrigatoriamente observação sobre crédito vincendo, se houver.

§ 2º Constando na certidão negativa observação quando a créditos vincendos, pelos mesmos responderá solidariamente o adquirente do imóvel.

§ 3º Pelo imposto referente ao exercício imediatamente posterior ao consignado como quitado na certidão negativa, responderá solidariamente o adquirente do imóvel, ainda que lançado em nome do transmitente.

Art. 378. A certidão negativa fornecida tem validade determinada de 90 (noventa) dias e não excluem o direito da Fazenda Municipal exigir, a qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados.

Art. 379. As pessoas físicas ou jurídicas que estiverem em débito para com a Fazenda Pública Municipal, ficam impedidas de celebrar qualquer modalidade de contrato, concorrer processos licitatórios, prestar serviços de qualquer natureza com a Prefeitura ou seus órgãos de administração direta ou indireta, não receberá licença para construção ou reforma e habites nem aprovará planta de loteamento sem que o interessado faça prova, por certidão negativa, da quitação de todos os tributos devidos relativos ao objeto em questão.

Art. 380. As certidões negativas de tributos imobiliários terão validade até o dia anterior ao do inicio da cobrança do imposto do exercício imediatamente posterior ao consignado como quitado.

Art. 381. A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Municipal, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir pelo pagamento do crédito tributário e juros de mora acrescidos.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade civil, criminal e administrativa que couber e é extensivo a quantos colaborarem por ação ou omissão, no erro contra a Fazenda Municipal.

Seção IV – Da Dívida Ativa Tributária

Art. 382. Constitui Divida Ativa Tributária o crédito da Fazenda Pública Municipal, regularmente inscrito, depois de esgotado o prazo para pagamento fixado por lei, por Decreto do Executivo ou por decisão proferida em processo regular, decorrente do não pagamento de tributos, multas, juros e demais cominações.

Parágrafo Único – A execução fiscal refere-se pela Lei N.º 6.830, de 22.09.1980 e, subsidiariamente, pelo Código de Processo Civil. Lei nº 9.492, de 10 de Setembro de 1997.

Art. 383. Divida Ativa da Fazenda Municipal, compreende a tributária e a não tributária, tais como os provenientes de contribuição estabelecidas em lei, foros, laudêmios, aluguéis, taxas de ocupação, taxas de serviços diversos prestados, custas processuais, preços de serviços definitivamente julgados, bem assim, os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de sub-revogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral, juros, multas atualização monetária ou de outras obrigações legais.

Art. 384. A Fazenda Municipal inscreverá em dívida ativa, o crédito constituído através do controle administrativo da legalidade, ou seja, vencidos os 30 (trinta) dias do vencimento para pagamento através da cobrança amigável, pela Secretaria de Finanças, ou após decisão final da Primeira Instância proferida pela autoridade competente, ou ainda, após decisão da Segunda Instância pela autoridade competente, ou pela Assessoria Jurídical Municipal, transitada em julgado em caráter irreformável, favorável à Fazenda Pública, ficando a Assessoria Jurídica, responsável para apuração da certeza e liquidez do crédito tributário.

Parágrafo Único – A Assessoria Jurídica Municipal poderá requerer diligência no sentido de complementar os dados faltantes, se houver, para a devida inscrição em Dívida Ativa.

Art. 385. O termo de inscrição em dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I – o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros;

II – o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei;

III – a origem, a natureza e o fundamento legal da dívida;

IV – a indicação de estar à dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;

V – a data e o número da inscrição no Livro de Dívida Ativa;

VI – sendo o caso, o número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

§ 1º A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha de inscrição.

§ 2º O termo de inscrição e a Certidão de Dívida Ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico.

Art. 386. A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior ou o erro a eles relativo são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser saneada até decisão judicial de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado o prazo para defesa, que somente poderá versa sobre a parte modificada.

Art. 387. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

Parágrafo Único – A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do devedor ou de terceiros a que aproveite, guardando, no caso, a Secretaria de Fazenda, por mais 30 (trinta) dias, fazendo publicar no Diário Oficial do Estado e/ou em outro jornal de grande circulação no Município, e relação dos devedores para liquidação amigável do débito, antes de ingressar em juízo com a ação de execução fiscal.

Art. 388. Os débitos relativos ao mesmo devedor poderão, com base no Princípio da Economia Processual, ser reunidos em um único processo para a cobrança em execução fiscal.

Art. 389. A Secretaria Municipal de Finanças opinará sobre os processos que julgar e devam ser arquivados, por insuficiência de informações que lhe garantam certeza e liquidez do crédito e os encaminhará à Assessoria Jurídica para parecer conclusivo que será publicado no Órgão utilizado pela municipalidade para divulgação dos seus atos. Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000 artigo 14. Medida Provisória nº 2.159, de 2001 e Lei nº 10.276, de 2001.

Art. 390. Verificada a inobservância legal no caso de extinção ou exclusão de débitos tributários, apurar-se-á a responsabilidade funcional, sendo funcionário ou servidor obrigado a recolher aos cofres públicos municipais, o total do valor que houver sido pelo mesmo dispensado, além da pena disciplinar a que estiver sujeito.

Parágrafo Único – É solidariamente responsável com o servidor quanto à reposição das quantias relativas à redução ou extinção, a autoridade superior que autorizar ou determinar tais concessões, salvo se o fizer em cumprimento de Mandato Judicial.

Art. 391. O débito inscrito em dívida ativa, a critério do órgão fazendário e respeitado o disposto nos incisos I, II alíneas, “a” e “b” do artigo 357, poderá ser quitado em cota única ou em até 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas e seguindo os procedimentos dos incisos abaixo:

I – Fica a cargo da administração o envio de projeto de lei autorizativa para parcelamento e isenção de juros e multas sobre os impostos e taxas municipais;

II – não podendo nenhuma parcela ser inferior a 1 (Uma) VRM`s;

III – quando do parcelamento, só será concedido mediante requerimento do interessado, o que implicará no reconhecimento da dívida, assinando o Termo de Parcelamento.

IV – a primeira parcela será recolhida no ato da assinatura do Termo de Parcelamento;

V – o atraso do pagamento de duas parcelas consecutivas acarretará automaticamente o cancelamento do Termo de Parcelamento, importando no vencimento antecipado das demais e na imediata cobrança do crédito, ficando proibida sua renovação ou novo parcelamento para o mesmo débito.

§ 1º Se em fase de liquidação amigável do débito, o devedor requerer o parcelamento mediante petição dirigida a Secretaria de Fazenda, que dará o devido encaminhamento e, caso acolhido o pedido, enviará o processo à Assessoria Jurídica para o devido conhecimento, sendo o mesmo, entretanto, arquivado, somente após o pagamento da última parcela.

§ 2º Se em fase de cobrança judicial, o devedor peticionará a Assessoria Jurídica do Município que, caso acate o pedido do Requerente, após análise do caso em parcelamento, devendo o mesmo agir na forma do parágrafo anterior, para que a Assessoria Jurídica peticione ao Juiz competente, requerendo a suspensão do processo até liquidação total do débito.

3º - Em caso do parágrafo anterior, do presente artigo, caso ocorra à hipótese do inciso IV do mesmo artigo, a Assessoria Jurídica deverá ser informado do não cumprimento do parcelamento, devendo peticionar ao juiz, requerendo a continuação da execução fiscal, acrescida das multas estipuladas no documento de parcelamento, juntando cópia do mesmo e outras provas que julgar necessária.

Art. 392. Mediante a liquidação total do débito, a Assessoria Jurídica requererá imediata baixa do processo, devendo o executado pagar os honorários advocatícios e demais despesas processuais se houve, para que lhe seja liberada a certidão negativa de débitos fiscais para com a Fazenda Municipal.

Art. 393. O processo administrativo da Divida Ativa é de responsabilidade do Departamento de Tributação e Cadasatro, subordinado a Secretaria Municipal de Finanças, podendo ser requisitado por este, para exibi-lo em juízo, caso necessário.

Art. 394. A Assessoria Jurídica Municipal atuará em juízo a favor da Fazenda Pública Municipal, executando os créditos tributários e não-tributários, e defendendo o Município nas ações de execução contra ele propostas.

Art. 395. Sempre que houver penhora de bens móveis não fungíveis, a Assessoria Jurídica Municipal, requererá a remoção para o depósito municipal, cujo encarregado será o fiel em apenas um edital, reunindo todos os bens penhorados.

Art. 396. A Assessoria Jurídica Municipal, mensalmente ou dentro do prazo necessário, dependendo da quantidade de bens depositados, o leilão dos bens penhorados nos processos não embargados, ou naqueles cujos embargos tenham sido rejeitados, devendo este pedido ser feito em apenas um edital, reunindo todos os bens penhorados.

Art. 397. Em fase anterior à da execução judicial, além da publicação dos nomes dos devedores por edital, o contribuinte poderá ser intimado por carta, através do Correio, ou por Oficial de Justiça, mediante convênio.

Parágrafo Único – Dependendo do volume de processos a serem agilizados, o prefeito poderá autorizar a contratação de serviços profissionais de advogados, para cobrança extrajudicial, cujo pagamento dar-se-á pelos honorários a serem cobrados do contribuinte, no ato da quitação do débito.

Art. 398 – A cobrança da Divida Ativa, a critério da administração e do interesse do município, em terminar litígio com a pessoa física ou jurídica, poderá ser revertida em prestação de serviços pelo devedor.

CAPÍTULO II – DO PROCESSO FISCAL TRIBUTÁRIO

Seção I – Da Impugnação

Art. 399. A impugnação terá efeito suspensivo da exigência e instaurará a fase contraditória do procedimento.

Parágrafo Único – A impugnação do lançamento mencionará:

a) a autoridade julgadora a quem é dirigida;

b) a qualificação do interessado e o endereço para intimação;

c) os motivos de fato e de direito em que se fundamenta;

d) as diligências que o sujeito passivo pretenda sejam efetuadas, desde que justificadas as suas razões;

e) o objetivo visado.

Art. 400. O impugnador será notificado do despacho no próprio processo mediante assinatura ou por via postal registrada ou ainda por edital quando se encontrar em local incerto ou não sabido.

Art. 401. Na hipótese da impugnação ser julgada improcedente, os tributos e penalidades impugnadas serão atualizados monetariamente e acrescidos de multa e juros de mora, a partir da data dos respectivos vencimentos, quando cabíveis.

§ 1º O sujeito passivo poderá evitar a aplicação dos acréscimos na forma deste artigo, desde que efetue o prévio depósito administrativo, na tesouraria do Município, da quantia total exigida.

§ 2º Julgada improcedente a impugnação, o sujeito passivo arcará com custa processuais que houver.

Art. 402. Julgada procedente a impugnação, serão restituídas ao sujeito passivo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados do despacho ou decisão, as importâncias acaso depositadas, atualizadas monetariamente a partir da data em que foi efetuado o depósito.

Seção II – Da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão

Art. 403. As ações ou omissões que contrariem o disposto na legislação tributária serão, através de fiscalização, objeto de autuação com o fim de determinar o responsável pela infração verificada, o dano causado ao Município e seu respectivo valor, aplicar ao infrator a pena correspondente e proceder-se, quando for o caso, no sentido de obter o ressarcimento do referido dano.

§ 1º A Notificação Fiscal, Auto de Infração e Apreensão, obedecerá sempre o modelo fixado por ato normativo do Poder Executivo.

§ 2º O termo de que trata o "*caput*" deste artigo poderá ser:

a) de fiscalização orientativa;

b) de Notificação Fiscal - Auto de Infração e Apreensão.

I – O termo de fiscalização orientativa dará ao contribuinte o direito de regularizar sua situação perante o fisco municipal, sem penalidades, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, após o qual será lavrado o Termo de Notificação Fiscal - Auto de Infração e apreensão se for o necessário.

§ 3º O termo será lavrado em impresso próprio para este fim, devendo ser o mesmo preenchido à mão ou emitido por processo mecanográfico ou eletrônico, de forma legível, inutilizando-se os espaços em branco.

§ 4º Ao fiscalizado ou infrator, dar-se-á cópia do termo, firmada pela autoridade fiscal, contra recibo no original.

§ 5º A recusa do recibo deverá ser declarada pela autoridade, se possível com a assinatura de, pelo menos, uma testemunha, o que, entretanto, não invalidará o Termo de Fiscalização circunstanciado, devidamente documentado.

§ 6º Os dispositivos do parágrafo anterior aplicam-se, extensivamente aos fiscalizados e infratores, analfabetos ou impossibilitados de assinar o documento de fiscalização ou infração, mediante declaração da autoridade fiscal, ressalvada as hipóteses dos incapazes, definidos pela lei civil.

Art. 404. Após a lavratura do auto, o autuante inscreverá, em livro fiscal do contribuinte, se existente, termo do qual deverá constar relato dos fatos, da infração verificada, e menção especificada dos documentos apreendidos, de modo a possibilitar a reconstituição do processo.

§ 1º Lavrado o auto, terá os autuante o prazo obrigatório e improrrogável de 48 (quarenta e oito) hora para entregar cópia do mesmo ao órgão arrecadador.

§ 2º A infringência do disposto neste artigo sujeitará o funcionário às penalidades do inciso

II do art. 354.

Art. 405. O auto de infração será lavrado por autoridade administrativa competente e conterá:

I – o local, o dia e a hora da lavratura;

II – o nome, o endereço do infrator e de seu estabelecimento, com a respectiva inscrição, quando houver;

III – a descrição clara e precisa do fato que constitui a infração e, se necessário, as circunstâncias pertinentes, o disposto legal ou regulamentar violado, bem como referência ao termo de fiscalização em que se consignou a infração, quando necessário;

IV – a intimação para a apresentação de defesa ou pagamento do tributo, dentro do prazo de

30 (trinta) dias, bem como o cálculo com os acréscimos legais, penalidades e/ou atualização;

V – a assinatura do agente autuante e a indicação de seu cargo ou função;

Parágrafo Único – As incorreções ou omissões verificadas na Notificação Fiscal auto de infração e apreensão, não constituem motivo de nulidade do processo, desde que do mesmo constem elementos suficiente para determinar a infração e o infrator: podendo, a critério da autoridade fiscal, ser lavrado Termo Aditivo.

Art. 406. A assinatura do infrator na 1º via da Notificação Fiscal – Auto de Infração, não constitui formalidade essencial à validade do ato, não implica em confissão, nem sua recusa agravará a pena, devendo, entretanto, este fato constar como observação no Auto.

Parágrafo Único – Recusando-se o infrator a receber cópia do Auto, nos termos do "*caput*" deste artigo, o prazo para defesa começa a contar da data de lavratura do mesmo, não podendo o infrator alegar a não intimação para eximir-se do pagamento, ou para dilatar o prazo.

Art. 407. Considera-se intimado o infrator, para efeito de contagem do prazo para defesa:

I – pessoalmente, sempre que possível, a contar da data da entrega de cópia da Notificação Fiscal ao infrator, ao seu representante ou preposto, contra recibo datado no original;

II – por carta acompanhada de cópia da Notificação, com aviso de recebimento datado e firmado pelo destinatário ou quem quer que a receba em seu domicilio;

III – por edital com prazo de 30 (trinta) dias, se desconhecido o domicílio fiscal do infrator;

Parágrafo Único – Quando a intimação for feita por carta, nos termos do inciso II deste artigo, se por qualquer motivo não constar a data da intimação, considerar-se-á como feita 15(quinze) dias após a entrega da carta no correio, e, por edital na data de sua publicação.

Art. 408. Esgotado o prazo de 30 (trinta) dias concedido para a Defesa do contribuinte, sem que o mesmo tenha dele se utilizado, nem efetuado o devido recolhimento aos cofres públicos municipais, a Notificação Fiscal converter-se-á automaticamente em Auto de Infração, devendo o setor responsável pelo controle dos débitos fiscais da Secretaria Municipal de Finanças, novamente intimar o autuado para resgatar seus débitos perante a Fazenda Pública, não cabendo, entretanto, recurso nesta fase de liquidação amigável.

Art. 409. Após 30 (trinta) dias desta nova intimação feita pelo setor competente, sem que o autuado tenha se manifestado no sentido de liquidar seus débitos fiscais, serão os mesmos inscritos em Divida Ativa, constituindo-se desta feita, em Crédito Tributário líquido e certo, sujeito ao processo de execução fiscal.

Art. 410. É facultado ao contribuinte requerer o regaste dos seus débitos tributários, à vista ou parcelado, dentro dos moldes dos incisos e de seu artigo 391.

Art. 411. Nenhum auto de infração será arquivado nem cancelado a multa fiscal sem prévio despacho da autoridade administrativa.

Seção III – Termo de Apreensão

Art. 412. Poderão ser apreendidos bens móveis, inclusive mercadorias, livros e documentos, existentes em estabelecimento comercial, industrial, agrícola ou prestação de serviços de qualquer natureza em poder do contribuinte ou de terceiros, ou em outros lugares, inclusive em trânsito desde que constituam prova material de infração da legislação tributária do Município.

Parágrafo Único – Havendo prova ou fundada suspeita de que as coisas se encontram em residência particular ou lugar utilizado como moradia, será promovido à busca e apreensão judicial, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina.

Art. 413. A apreensão será objeto de lavratura de termo próprio devidamente fundamentado, contendo a descrição dos bens ou documentos apreendidos, com indicação do lugar onde ficarem depositados e o nome e assinatura do depositário, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idôneo a juízo do autuante, além do demais elemento indispensável à identificação do contribuinte e descrição clara e precisa do fato e a indicação das disposições legais.

Art. 414. A restituição dos documentos e bens apreendidos será feita mediante recibo e contra depósito das quantias exigidas, se for o caso.

Art. 415. Os livros e/ou documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuado, ser-lhe devolvidos, ficando no processo cópia do inteiro teor ou da parte que deve fazer prova, caso o original não seja indispensável a este fim.

Art. 416. Lavrado o Termo de Apreensão, terá o sujeito passivo o prazo legal de 30 (trinta) dias para cumprir com suas obrigações tributaria. Preenchendo os requisitos, cumprindo as exigências legais para a liberação dos bens apreendidos, ou entrar com defesa dirigida ao Secretário Municipal de Finanças, ou à autoridade máxima da Secretaria ou órgão público que tenha lavrado o Termo respectivo.

§ 1º Findo o prazo estipulado no "*caput*" deste artigo sem que o sujeito passivo tenha utilizado o mesmo para promover sua defesa, nem tenham cumprido com suas obrigações tributárias, os bens apreendidos serão levados à hasta pública, afixando-se edital do leilão de conformidade com que dispõe a Lei Federal 8.666/93.

§ 2º Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração, os prazos para cumprimentos das obrigações serão os constantes, do Regulamento, em função do tempo de armazenagem suportável, sem que haja deterioração, depois de decorrido o prazo sem que nenhuma providência tenha sido tomada pelo sujeito passivo, o Prefeito autorizará a doação à instituição e/ou associações de caridade e assistência social, mediante recibo.

§ 3º Apurando-se na venda em hasta pública, importância superior aos tributos devidos, acréscimos legais e demais custos resultantes da modalidade de venda, será o sujeito passivo autuado, notificado para receber o excedente, em prazo que será determinado na notificação.

Seção IV – Defesa

Art. 417. O sujeito passivo poderá contestar a exigência fiscal, independentemente do prévio depósito, dentro do prazo de 20(vinte) dias contados da intimação do auto de infração ou do termo de apreensão, mediante defesa por escrito, alegando toda a matéria que entender útil e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas.

Parágrafo Único – Quando se trata de apreensão de bens de fácil deterioração aplicar-se-á os mandamentos do § 2º do art. 416.

Art. 418. O sujeito passivo poderá, conformando-se com parte dos termos da autuação, recolher os valores relativos a essa parte ou cumprir o que for determinado pela autoridade fiscal, contestando o restante.

Art. 419. A defesa será dirigida ao titular da Fazenda Municipal, constará de petição datada e assinada pelo sujeito passivo ou seu representante e deverá ser acompanhados de todos os elementos que lhe servirem de base.

Art. 420. Anexada à defesa, será o processo encaminhado ao funcionário autuante ou seu substituto para que, no prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis a critério do titular da Fazenda Municipal, se manifeste sobre as razões oferecidas.

Art. 421. Na hipótese de auto de infração, conformando-se o autuado com o despacho da autoridade administrativa e desde que efetue o pagamento das importâncias exigidas dentro do prazo para interposição de recurso, o valor das multas será reduzido em 50% (cinqüenta por cento) e o procedimento tributário arquivado.

Art. 422. Aplica-se à defesa, no que couberem, as normas relativas à impugnação.

Seção V – Das Diligências

Art. 423. A autoridade administrativa determinará de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, em qualquer instância, a realização de perícias e outras diligências, quando as entender necessárias, fixando-lhes prazo e indeferirá as que considerarem prescindíveis, impraticáveis ou protelatórias.

Parágrafo Único – A autoridade administrativa determinará o agente da Fazenda Municipal e/ou perito devidamente qualificado para a realização das diligências.

Art. 424. O sujeito passivo poderá participar das diligências, pessoalmente ou através de seu preposto ou representante legal, e as alegações que fizer serão juntadas ao processo para serem apreciadas no julgamento.

Art. 425. As diligências serão realizadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias prorrogáveis a critério da autoridade administrativa e suspenderão o curso dos demais prazos processuais.

Art. 426. Não se admitirá prova fundada em exame de livros ou arquivos das repartições da

Fazenda Públicas, ou em depoimento pessoal de seus representantes ou servidores.

Seção VI – Dos Prazos

Art. 427. Os prazos fixados na legislação tributária do Município serão contínuos, excluindo-se na sua contagem, o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo Único – Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal da repartição em que ocorra ou deva ser praticado o ato.

Seção VII – Da Primeira Instância Administrativa

Art. 428. As impugnações a lançamentos e as defesas de autos de infração e de termos de apreensão serão decididas, em Primeira Instância Administrativa, pela autoridade máxima na escala hierárquica, de cada Secretaria ou Órgão de onde proceda ao Auto de Infração.

Parágrafo Único – A Autoridade julgadora terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento da impugnação ou defesa, para proferir sua decisão conclusiva sobre a impugnação do autuado, podendo, entretanto, solicitar novas diligências, juntada de documentos e, se for o caso, determinar a autoridade autuante à lavratura de Termo Aditivo.

Art. 429. Considera-se iniciado o procedimento fiscal-administrativo:

I – com a impugnação, pelo sujeito passivo, de lançamento ou ato administrativo dele decorrente;

II – com a lavratura do termo de início de fiscalização ou intimação escrita para apresentar livros comerciais ou fiscais e outros documentos de interesse para a Fazenda Municipal;

III – com a lavratura do termo de apreensão de livros ou de outros documentos fiscais;

IV – com a lavratura de auto de infração;

V – com qualquer ato escrito de agente do fisco, que caracterize o início do procedimento para apuração de infração fiscal, de conhecimento prévio do fiscalizado.

Art. 430. Não sendo proferida decisão no prazo legal, nem convertido o julgamento em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário, como se fora julgado procedente o auto de infração ou improcedente a impugnação contra o lançamento, cessando, com a interposição do recurso, a jurisdição de autoridade de primeira instância.

Seção VIII – Segunda Instância Administrativa

Art. 431. Das decisões de primeira instância caberá recurso para a instância administrativa superior:

I – voluntário, quando requerido pelo sujeito passivo no prazo de 2 (dois) dias a contar da notificação do despacho quando a ele contrárias no todo ou em parte;

II – de ofício, a ser obrigatoriamente interposto pela autoridade julgadora, imediatamente e no próprio despacho, quando contrárias, no todo ou em parte, ao Município, desde que a importância em litígio exceda a 50% (cinqüenta por cento) da VRM (Valor de Referência Municipal de Carlinda) definida no art. 437, neste Código.

§ 1º O recurso terá efeito suspensivo.

§ 2º Enquanto não interposto o recurso de ofício, a decisão não produzirá efeito.

Art. 432. A decisão, na instância administrativa superior, será proferida no prazo máximo de 40 até (quarenta) dias, contados da data do recebimento do processo, aplicando-se para a notificação do despacho as modalidades previstas para a primeira instância.

Parágrafo Único – Decorrido o prazo definido neste artigo sem que tenha sido proferida a decisão, não serão computados juros e atualização monetária a partir dessa data.

Art. 433. A Segunda Instância Administrativa será representada pelo Prefeito Municipal.

Art. 434. O recurso voluntário poderá ser impetrado independentemente de apresentação da garantia de instância.

Art. 435. É vedado reunir em uma só petição, recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo contribuinte, salvo quando proferidas no mesmo processo fiscal.

Seção IX – Da Execução das Decisões Fiscais

Art. 436. As decisões fiscais definitivas serão cumpridas:

I – pela notificação ao contribuinte, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor da condenação;

II – pela notificação ao contribuinte para vir receber importância indevidamente recolhida como tributo ou multa;

III – pela notificação ao contribuinte para vir receber ou, quando for o caso, pagar no prazo de 15 (quinze) dias, a diferença entre:

a) o valor da condenação e a quantia depositada em garantia de instância.

IV – pela liberação dos bens, mercadorias, documentos apreendidos ou depositados, pela restituição do produto de sua venda, se tiver havido alienação de seu valor de mercado, se houver ocorrido doação.

V – pela imediata inscrição, na dívida ativa, e remessa da certidão para cobrança executiva dos débitos a que se referem os incisos I e III deste artigo, se não tiverem sido pagos no prazo estabelecido.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 437. Permanece a VRM (Valor de Referência Municipal de Carlinda), que servirá de base para os cálculos dos Tributos e algumas Penalidades Municipais no valor de R$ 41,14.

Parágrafo Único – A VRM (Valor de Referência Municipal de Carlinda) mencionado neste artigo e demais tributos serão atualizados anualmente por Decreto do Executivo Municipal, mediante aplicação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

Art. 438. Consideram-se integrantes à presente Lei as tabelas dos Anexos I à XII, que a acompanha.

Art. 439. O Executivo Municipal fixará por Decreto as normas regulamentares necessária à execução deste Código.

Art. 440. Esta Lei Complementar entrará em vigor 90 dias após sua publicação, revogando-se em especial a Lei 849/2014 e demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 28 de Dezembro de 2.017.

Reeditado em 1º de fevereiro de 2021.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

ÍNDICE DOS ANEXOS

Anexo	Descrição das Tabelas	Página
I	Tabela para cobrança de Imposto sobre Serviços de Quaisquer Naturezas (ISSQN).	143
II	Tabela para cobrança da Taxa de Fiscalização para Licença relativa á Localização e Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais de Quaisquer Atividades.	153
III	Tabela para cobrança da Taxa de Fiscalização para Licença relativa ao Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais de Quaisquer Atividades em Horário Especial.	164
IV	Tabela para cobrança da Taxa de Fiscalização para Licença relativa á Veiculação de Publicidade em Geral.	164
V	Tabela para cobrança da Taxa de Fiscalização para Licença relativa á Comercio Eventual ou Ambulante em Geral.	165
VI	Tabela para cobrança da Taxa de Fiscalização para Licença relativa á Execução de Obras, Arruamentos e Loteamentos.	165
VII	Tabela para cobrança da Taxa de Licença para Fiscalização relativa á Ocupação de Áreas em Terrenos ou Via e Logradouros Públicos.	167
VIII	Tabela para cobrança da taxa de Fiscalização para Licença relativa ao Abate de Animais.	168
IX	Tabela para cobrança da taxa de Fiscalização para licença relativa á transporte de passageiros e cargas.	168
X	Tabela de Valores em UPFM - Taxa de Cemitério	169
XI	Taxa de Expediente	169
XII	Tabela de Valores em R$ (Reais) por Metro Quadrado de “Imóvel Predial Territorial Urbano e tabelas complementares”	170

ANEXO I

TABELA PARA COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	ALÍQUOTAS (%) SOBRE O FATURAMENTO APURADO OU ESTIMADO	LANÇAMENTO MÍNIMO ANU-AL EM VRM
1.0	**PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE**		
1.1	**SAÚDE - PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS**		
1.1.01	Acupuntores	-	2
1.1.02	Enfermeiros	-	24

1.1.03	Farmacêuticos, bioquímicos	-	24
1.1.04	Médicos e Congêneres	-	120
1.1.05	Médicos veterinários	-	14
1.1.06	Obstetras, ortopédicos e congêneres;	-	120
1.1.07	Odontólogos ou dentistas	-	60
1.1.08	Protéicos (prótese dentária);	-	12
1.1.09	Psicólogos, fonoaudiólogos e fisioterapeutas	-	24
1.1.10	Outros profissionais de saúde não especificados anteriormente	-	24
1.2	**SAÚDE – EMPRESAS**		
1.2.01	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, sêmen e congêneres	5	36
1.2.02	Guarda, tratamento, adestramento, embelezamento, alojamento e congêneres, relativos a animais.	5	12
1.2.03	Hospitais veterinários, clínicas veterinárias e congêneres.	5	60
1.2.04	Hospitais, clínicas, sanatórios, laboratórios de análises, ambulatórios, prontos-socorros, manicômios, casas de saúde, de repouso, e de recuperação e congêneres.	5	60
1.2.05	Planos de saúde que se cumpram através de serviços prestados por terceiros, contratados pela empresa ou apenas pagos por esta, mediante indicação do beneficiário do plano	5	-
1.3.	**SAÚDE – EMPRESAS/PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS**		
1.3.01	Assistência médica e congêneres, prestados através de planos de medicina de grupo, convênios, inclusive com empresas para assistência a empregados	5	-
2.	**SERVIÇOS PESSOAIS – TRATAMENTOS DE BELEZA**		
2.1	**AUTÔNOMOS**		
2.1.01	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto o de aviamento	-	6
2.1.02	Banhos, duchas, sauna, massagens, ginásticas e congêneres	-	24
2.1.03	Barbeiros, cabeleireiros, manicures, pedicures, tratamento de pele, depilação e congêneres.	-	6
2.1.04	Estética - massagens, depilações, tratamento de pele e congêneres	-	12
2.1.05	Salões de Beleza	-	12
2.1.06	Taxidermia	-	-
2.1.07	Tinturaria e lavanderia	-	12
3.	**ATIVIDADES DE IMUNIZAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO E DE LIMPEZA EM GERAL**		
3.1.	**AUTÔNOMOS**		
3.1.01	Desinfecção, imunização, higienização, desratização e congêneres	-	36
3.1.02	Limpeza, manutenção e conservação de imóveis, inclusive vias públicas, parques e jardins	-	12
3.2.	**EMPRESAS**		
3.2.01.	Limpeza, manutenção e conservação de imóveis, inclusive vias públicas, parques e jardins	5	24
3.2.02.	Saneamento ambiental e congêneres	5	24
3.3.	**EMPRESAS E AUTÔNOMOS**		
3.3.01.	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza, e de agentes físicos e biológicos.	5	12
3.3.02.	Desinfecção, imunização, higienização, desratização e congêneres	5	36
3.3.03.	Incineração de resíduos quaisquer	5	12
3.3.04.	Limpeza de chaminés	5	12
3.3.05.	Limpeza de Fossas	5	36
3.3.06.	Limpeza e dragagem de portos, rios e canais	5	24
3.3.07.	Varrição, coleta, remoção e incineração de lixo ou entulhos	5	24
4.	**ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA**		
4.1.	**EMPRESAS E AUTÔNOMOS**		
4.1.01.	Assessoria ou consultoria técnica de qualquer natureza, não especificada nos demais itens desta lista	5	60
4.1.02	Análises, inclusive de sistemas, exames, pesquisas e informações, programação, coleta e processamento de dados de qualquer natureza	5	24
4.1.03	Avaliação de bens	5	12
4.1.04	Contabilidade, auditoria, guarda-livros, técnicos em contabilidade e congêneres	5	36
4.1.05	Datilografia, estenografia, expediente, secretaria em geral e congêneres	5	-

4.1.06	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas;	5	60
4.1.07	Planejamento, coordenação, organização técnica, financeira ou administrativa	5	24
4.1.08	Traduções e interpretações	5	12
5.	**CONSTRUÇÃO CIVIL, TERRAPLENAGEM E ASSEMELHADOS**		
5.1.	**EMPRESAS E AUTÔNOMOS**		
5.1.01	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), mapeamento e topografia.	5	36
5.1.02	Demolição	5	-
5.1.03	Escoramento e contenção de encostas e serviços congêneres		-
5.1.04	Execução por administração, empreitada, ou subempreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes e respectiva engenharia consultiva, inclusive serviços auxiliares ou complementares (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS);	5	-
5.1.05	Florestamento e reflorestamento;	5	-
5.1.06	Paisagismo, jardinagem e decoração (exceto o fornecimento de mercadorias, que fica sujeito ao ICMS)	5	24
5.1.07	Pesquisa, perfuração, cimentação, perfilagem, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo e gás natural	5	-
5.1.08	Projetos, cálculos e desenhos técnicos de qualquer natureza	5	12
5.1.09	Raspagem, calafetação, polimento, lustração de pisos, paredes e divisórias	5	12
5.1.10	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS)	5	-
5.1.11	Transporte de areia, brita, cascalho e terra p/aterro	5	12
6.	**EDUCAÇÃO**		
6.1	**EMPRESAS E AUTÔNOMOS**		
6.1.01	Ensino Fundamental	5	24
6.1.02	Ensino Médio	5	24
6.1.03	Ensino Superior	5	36
6.1.04	Ensino, instrução, treinamento, avaliação de conhecimentos, de qualquer grau ou natureza não especificadas	5	36
7.	**SERVIÇOS INTERMEDIAÇÕES E REPRESENTAÇÕES**		
7.1	**EMPRESAS E AUTÔNOMOS**		
7.1.01	Administração de bens e negócios de terceiros e de consórcios	5	24
7.1.02	Administração de fundos mútuos (exceto a realizada por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central)	5	24
7.1.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis e imóveis não abrangidos nos itens 44, 45, 46 e 47	5	24
7.1.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros e de planos de previdência privada	5	2
7.1.05	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de franquia (franchise) e de faturação (factoring) – excetuam-se os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central	5	60
7.1.06	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos da propriedade industrial, artística ou literária	5	-
7.1.07	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos	5	36
7.1.08	Quaisquer (exceto os serviços executados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central)	5	36
7.1.09	Agenciamento, organização, promoção e execução de programas de turismo, passeios, excursões, guias de turismo e congêneres	5	12
7.1.10	Agentes da propriedade artística ou literária	5	-
7.1.11	Agentes da propriedade industrial	5	-
7.1.12	Cobranças e recebimentos por conta de terceiros, inclusive direitos autorais, protestos de títulos, sustação de protestos, devolução de títulos não pagos, manutenção de títulos vencidos, fornecimentos de posição de cobrança ou recebimento e outros serviços correlatos da cobrança ou recebimento (este item abrange também os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central)	5	36
7.1.13	Despachantes	5	36
7.1.14	Distribuição de bens de terceiros em representação de qualquer natureza.	5	-
7.1.15	Leilão	5	-
7.1.16	Recrutamento, agenciamento, seleção, colocação ou	5	12
7.1.17	fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive por empregados do prestador do serviço ou por trabalhadores avulsos por ele contratados	5	12
7.1.18	Regulação de sinistros cobertos por contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis, prestados por quem não seja o próprio segurado ou companhia de seguro	5	-
8.	**SERVIÇOS GERAIS E DIVERSOS**		
8.1.	**EMPRESAS E AUTÔNOMOS**		

8.1.01	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie (exceto depósitos feitos em instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central)	5	-
8.1.02	Colocação de molduras e afins, encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres	5	12
8.1.03	Colocação de tapetes e cortinas, com material fornecido pelo usuário final do serviço	5	-
8.1.04	Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia	5	24
8.1.05	Cópia ou reprodução, por quaisquer processos, de documentos e outros papéis, plantas ou desenhos	5	-
8.1.06	Funerais	5	36
8.1.07	Guarda e estacionamento de veículos automotores terrestres	5	-
8.1.08	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido	5	-
8.1.09	Instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central: fornecimento de talão de cheques; emissão de cheques administrativos; transferência de fundos; devolução de cheques, sustação de pagamento de cheques; ordens de pagamento e de crédito, por qualquer meio; emissão e renovação de cartões magnéticos; consultas em terminais eletrônicos; pagamentos por conta de terceiros, inclusive os feitos fora do estabelecimento; elaboração de ficha cadastral; aluguel de cofres; fornecimento de 2.ª via de avisos de lançamentos e de extrato de conta; emissão de carnês (neste item não está abrangido o ressarcimento, a instituições financeiras, de gastos com portes do Correio, telegramas, telex e teleprocessamento necessários à prestação dos serviços);	5	-
8.1.10	Montagem industrial, prestada ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido	5	-
8.1.11	Serviços portuários e aeroportuários; utilização de porto ou aeroporto; atracação; capatazia; armazenagem interna, externa e especial; suprimento de água, serviços e acessórios; movimentação de mercadorias fora do cais	5	-
8.1.12	Transporte, coleta, remessa ou entrega de bens ou valores, dentro do território do Município	5	-
8.1.13	Vigilância ou segurança de pessoas e bens	5	24
9	**DIVERSÕES PÚBLICAS E EVENTOS**		
9.1	**EMPRESAS E AUTÔNOMOS**		
9.1.01	Bailes, "shows", festivais, recitais e congêneres, inclusive espetáculos que sejam também transmitidos, mediante compra de direitos para tanto, pela televisão ou pelo rádio	5	-
9.1.02	Bilhares, boliches, corridas de animais e outros jogos	5	-
9.1.03	Cinemas, "táxis-dancing" e congêneres	5	-
9.1.04	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador, inclusive a venda de direitos à transmissão pelo rádio ou pela televisão	5	-
9.1.05	Distribuição e venda de bilhetes de loteria, de cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios ou prêmios;	5	-
9.1.06	Execução de música, individualmente ou por conjuntos	5	-
9.1.07	Exposições, com cobrança de ingressos;	5	-
9.1.08	Fonografia ou gravação de sons ou ruídos, inclusive trucagem, dublagem e mixagem sonora	5	-
9.1.09	Fornecimento de música, mediante transmissão por qualquer processo, para vias públicas ou ambientes fechados (exceto transmissões radiofônicas ou de televisão)	5	-
9.1.10	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução e trucagem	5	12
9.1.11	Gravação e distribuição de filmes e videoteipes	5	-
9.1.12	Jogos eletrônicos	5	-
9.1.13	Organização de festas e recepções: “Buffet” (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas que fica sujeito ao (ICMS)	5	-
9.1.14	Organização de festas e recepções: “Buffet” (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas que fica sujeito ao (ICMS)	5	-
9.1.15	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres	5	-
9.1.16	Produção, para terceiros, mediante ou sem encomenda prévia, de espetáculos, entrevistas e congêneres	5	-
10.	**MANUTENÇÃO E REPAROS**		
10.1.	**EMPRESAS E AUTÔNOMOS**		
10.1.01	Conserto, restauração, manutenção e conservação de máquinas, veículos, motores, elevadores ou de quaisquer objetos (exceto o fornecimento de peças e partes, que fica sujeito ao ICMS);	5	24
10.1.02	Lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, veículos, aparelhos e equipamentos (exceto o fornecimento de peças e partes, que fica sujeito ao ICMS);	5	24
10.1.03	Lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, veículos, aparelhos e equipamentos (exceto o fornecimento de peças e partes, que fica sujeito ao ICMS);	5	24
10.1.04	Lustração de bens móveis quando o serviço for prestado para o usuário final do objeto lustrado	5	-
10.1.05	Manutenção de micro computadores PC ou portátil, impressoras, e periféricos	5	24
10.1.06	Recauchutagem ou regeneração de pneus para o usuário final	5	24
10.1.07	Recondicionamento de motores (o valor das peças fornecidas pelo prestador do serviço fica sujeito ao ICMS)	5	24
10.1.08	Recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos não destinados à industrialização ou comercialização	5	24
11.	**PROPAGANDAS E PUBLICIDADE**		
11.1.	**EMPRESAS E AUTÔNOMOS**		

11.1.01	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários (exceto sua impressão, reprodução ou fabricação)	5	-
11.1.02	Sonorização Volante moto	-	12
	Sonorização volante de carro de passeio		24
	Sonorização volante de caminhão		36
12.	**SERVIÇOS DE TRANSPORTE**		
12.1.	**EMPRESAS E AUTÔNOMOS**		
12.1.01	Exploração de rodovia mediante cobrança de preço dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros definidos em contratos, atos de concessão ou de exploração de pedágio.	5	-
12.1.02	Transporte Coletivo de Passageiros - estritamente municipal - não tributado pelo ICMS	5	24
12.1.03	Transporte de carga de natureza estritamente municipal - não tributado pelo ICMS	5	12
13.	**HOTÉIS E RESTAURANTES**		
13.1	Hospedagem em hotéis, motéis, pensões e congêneres (o valor da alimentação, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza)	5	36
14.	**OUTROS PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS**		
14.1.	**NÍVEL ACADÊMICO/SUPERIOR**		
14.1.01	Advogados	5	60
14.1.02	Assistentes sociais	5	12
14.1.03	Economistas;	5	24
14.1.04	Engenheiros, arquitetos, urbanistas, agrônomos	5	36
14.1.05	Nutricionistas	5	12
14.1.06	Programadores, analista de sistemas e congêneres	5	12
14.1.07	Relações públicas	5	12
14.1.08	Serviços de Registros Públicos, Cartorários e Notariais	5	---
14.1.09	Outros profissionais não especificados	5	36
14.2	**OUTROS**		
14.2.01	Borracheiros	-	6
14.2.02	Pedreiros	-	12
14.2.03	Carpinteiros	-	12
14.2.04	Encanadores	-	12
14.2.05	Eletricistas	-	24
14.2.06	Técnicos em Informática	-	24
14.2.07	Web designer	-	12
14.2.08	Técnicos em Contabilidade	-	12
14.2.09	Outros técnicos	-	12
14.2.10	Mecânicos	-	18
14.2.11	Taxistas	-	12
15.	**OUTROS SERVIÇOS NÃO ESPECIFICADOS NESTA TABELA**		
15.1	A Fazenda Pública Municipal fará o lançamento sempre prioritariamente pelo valor do faturamento apurado por documentos ou por constatação através dos meios de fiscalização.		
15.2	Será lançado o valor mínimo mensal quando o faturamento não puder ser constatado ou ficar abaixo deste.		

ANEXO II

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS ALVARÁ

A					**AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQÜICULTURA**	
	01				**AGRICULTURA, PECUÁRIA, HORTICULTURA E FLORICULTURA E SERVIÇOS RELACIONADOS**	ISENTO
	02				**PRODUÇÃO FLORESTAL**	ISENTO
	03				**PESCA E AQÜICULTURA**	ISENTO
B					**INDÚSTRIAS EXTRATIVAS**	
	05				**EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL**	ISENTO
	06				**EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL**	ISENTO
	07				**EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS FERRO, ALUMÍNIO, ESTANHO, MANGANÊS, METAIS PRECIOSOS, ENTRE OUTROS)**	50
	08				**EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS (PEDRA, AREIA E ARGILA, ENTRE OUTROS)**	25
	09				**ATIVIDADES DE APOIO À EXTRAÇÃO DE MINERAIS**	10
C					**INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO**	
	10				**FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS**	

					ATÉ 200 m²	5
					DE 201 A 500 m²	10
					DE 501 A 1000 m²	15
					DE 1001 ATÉ 5000 m²	20
					ACIMA DE 5001 m²	25
	11				**FABRICAÇÃO DE BEBIDAS (ALCOÓLICAS OU NÃO-ALCOÓLICAS)**	
					ATÉ 200 m²	5
					DE 201 A 500 m²	10
					DE 501 A 1000 m²	15
					DE 1001 ATÉ 5000 m²	20
					ACIMA DE 5001 m²	25
	12				**FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO FUMO**	
					ATÉ 200 m²	5
					DE 201 A 500 m²	10
					DE 501 A 1000 m²	15
					DE 1001 ATÉ 5000 m²	20
					ACIMA DE 5001 m²	25
	13				**FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS (TAPECARIA, MALHA, LINHAS E TECIDOS)**	
					ATÉ 200 m²	5
					DE 201 A 500 m²	10
					DE 501 A 1000 m²	15
					DE 1001 ATÉ 5000 m²	20
					ACIMA DE 5001 m²	25
	14				**CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS (MALHARIA, ENTRE OUTROS)**	
					ATÉ 25 m²	6
					DE 26 A 100 m²	10
					DE 101 A 300 m²	15
					ACIMA DE 301 m²	20
	15				**PREPARAÇÃO DE COUROS E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO, ARTIGOS PARA VIAGEM E CALÇADOS**	
					ATÉ 25 m²	6
					DE 26 A 100 m²	10
					DE 101 A 300 m²	15
					ACIMA DE 301 m²	20
	16				**MADEREIRAS E SIMILIARES**	
					ATÉ 500 m²	10
					DE 501 A 1000 m²	20
					ACIMA DE 1001 m²	25
	17				**FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL**	
					ATÉ 200 m²	5
					DE 201 A 500 m²	10
					DE 501 A 1000 m²	15
					DE 1001 ATÉ 5000 m²	20
					ACIMA DE 5001 m²	25
	18				**IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES (GRÁFICA, JORNAIS, LIVROS, REVISTAS E OUTRAS PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS)**	8
	19				**FABRICAÇÃO DE COQUE, DE PRODUTOS DERIVADOS DO PETRÓLEO E DE BIOCOMBUSTÍVEIS**	10
	20				**FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS**	10
	21				**FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS E FARMACÊUTICOS**	10
	22				**FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAL PLÁSTICO**	10
	23				**FABRICAÇÃO DE PRODUTOS PRODUTOS CERÂMICOS, ARTEFATOS DE CONCRETO, CIMENTOS, GESSO E SEMELHANTES:**	
					ATÉ 200 m²	5
					DE 201 A 500 m²	10
					DE 501 A 1000 m²	15
					DE 1001 ATÉ 5000 m²	20
					ACIMA DE 5001 m²	25
	24				**METALURGIA (SIDERURGIA E FUNDIÇÃO)**	25
	25				**FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL (ESTRUTURAS METÁLICAS, TANQUES, RESERVATÓRIOS, CALDEIRAS, SOLDA, SERALHERIA)**	
					ATÉ 200 m²	5
					DE 201 A 500 m²	8
					DE 501 A 1000 m²	10
					DE 1001 ATÉ 5000 m²	15
					ACIMA DE 5001 m²	20
	26				**FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICOS E ÓPTICOS**	15
	27				**FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS**	15
	28				**FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**	15
	29				**FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS**	10
	30				**FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES**	8
	31				**FABRICAÇÃO DE MÓVEIS**	10
	32				**FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS ARTIGOS DE JOALHERIA, BIJUTERIA, INSTRUMENTOS MUSICAIS, ARTEFATOS PARA PESCA E ESPORTE E SIMILARES**	5
	33				**MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**	10
D					**ELETRICIDADE E GÁS**	
	35				**ELETRICIDADE, GÁS E OUTRAS UTILIDADES**	
		35.1			GERAÇÃO, TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	200

		35.2		PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS GASOSOS POR REDES URBANAS	100
		35.3		PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE VAPOR, ÁGUA QUENTE E AR CONDICIONADO	100
E				**ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO**	
	36			**CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA**	20
	37			**ESGOTO E ATIVIDADES RELACIONADAS**	20
	38			**COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS; RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS**	20
	39			**DESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS**	20
F				**INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO**	
	41			**CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (INCORPORAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS)**	18
	42			**OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA (CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS, FERROVIAS, OBRAS URBANAS E OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS, ENERGIA ELÉTRICA, TELECOMUNICAÇÕES, ÁGUA, ESGOTO E TRANSPORTE POR DUTOS)**	100
	43			**SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO (TERRAPLENAGEM, SONDAGENS, INSTALAÇÕES EM GERAL, ACABAMENTO, ENTRE OUTROS SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO)**	25
G					
	45			**COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS**	
		45.1		**COMÉRCIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES**	
				ATÉ 200 m²	8
				DE 201 A 500 m²	10
				DE 501 A 1000 m²	15
				ACIMA DE 1001 m²	20
		45.2		**MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES**	
				ATÉ 100 m²	8
				DE 101 A 300 m²	12
				ACIMA DE 300 m²	15
		45.3		**COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES**	
				ATÉ 100 m²	8
				DE 101 A 300 m²	12
				ACIMA DE 300 m²	15
		45.4		**COMÉRCIO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MOTOCICLETAS, PEÇAS E ACESSÓRIOS**	
				ATÉ 100 m²	8
				DE 101 A 300 m²	12
				ACIMA DE 300 m²	15
	46			**COMÉRCIO POR ATACADO, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS**	15
	47			**COMÉRCIO VAREJISTA**	
		47.1		**SUPERMERCADO, MERCADOS, MERCEARIAS E COMÉRCIOS DE GÊNERO ALIMENTÍCIO OU SIMILARES:**	
				ATÉ 100 m²	8
				DE 101 A 200 m²	10
				DE 201 A 400 m²	12
				DE 401 A 600 m²	15
				DE 601 A 800 m²	20
				ACIMA DE 801 m²	30
		47.2		**PADARIA, LATICÍNIO, DOCES, BALAS E SEMELHANTES, CARNES E PESCADOS, AÇOUGUES E PEIXARIAS OU SIMILARES:**	
				ATÉ 50 m²	6
				DE 51 A 100 m²	8
				DE 101 M2 A 200 m²	10
				ACIMA DE 201 m²	14
		47.3		**POSTOS DE COMBUSTIVEL, LOJAS DE LUBRIFICANTES**	
				ATÉ 200 m²	10
				DE 201 A 400 m²	15
				DE 401 A 1000 m²	20
				ACIMA DE 1001 m²	25
		47.4		**LOJAS DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA, MATERIAL ELÉTRICO, VIDROS, FERRAGENS, MADEIRA**	
				ATÉ 200 m²	8
				DE 201 A 400 m²	15
				DE 401 A 1000 m²	20
				ACIMA DE 1001 m²	25
		47.5		**COMÉRCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO; EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE USO DOMÉSTICO**	
				ATÉ 100 m²	8
				DE 101 A 200 m²	15
				ACIMA DE 201 m²	20
		47.6		**COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS CULTURAIS, RECREATIVOS E ESPORTIVOS**	
				ATÉ 100 m²	8
				DE 101 A 200 m²	15
				ACIMA DE 201 m²	20
		47.7		**LOJAS DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, PERFUMARIA E COSMÉTICOS E ARTIGOS MÉDICOS, ÓPTICOS E ORTOPÉDICOS OU SIMILARES:**	

					ATÉ 100 m²	6
					DE 101 A 200 m²	15
					ACIMA DE 201 m²	20
		47.8			**LOJA DE ARTIGOS DE VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS, CALÇADOS E ARTIGOS DE VIAGEM, JÓIAS E RELÓGIOS, GÁS LIQÜEFEITO DE PETRÓLEO (GLP), OU SIMILARES:**	
					ATÉ 100 m²	5
					DE 101 A 200 m²	10
					DE 201 A 400 m²	15
					DE 401 A 800 m²	20
					ACIMA DE 801 m²	25
		47.9			**COMÉRCIO AMBULANTE E OUTROS TIPOS DE COMÉRCIO VAREJISTA**	ANEXO V
H					**TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO**	
	49				**TRANSPORTE TERRESTRE (TAXI, TRANSPORTE ESCOLAR, RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS)**	6
	50				**TRANSPORTE AQUAVIÁRIO**	8
	51				**TRANSPORTE AÉREO**	10
	52				**ARMAZENAMENTO E ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES (TERMINAIS RODOVIÁRIOS E FERROVIÁRIOS, CONCESSIONÁRIAS DE RODOVIAS, PONTES, TÚNEIS E SERVIÇOS RELACIONADOS)**	100
	53				**CORREIO E OUTRAS ATIVIDADES DE ENTREGA**	25
I					**ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO**	
	55				**HOTÉIS, MOTÉIS, PENSÕES E HOSPEDARIAS.**	
					ATÉ 10 QUARTOS OU APARTAMENTOS	8
					DE 11 A 20 QUARTOS OU APARTAMENTOS	12
					DE 21 A 30 QUARTOS OU APARTAMENTOS	15
					ACIMA DE 30 QUARTOS OU APARTAMENTOS	20
	56				**ALIMENTAÇÃO (BAR, RESTAURANTES, PIZZARIA E SIMILARES)**	
					ATÉ 50 m²	ISENTO
					DE 51 A 100 m²	5
					DE 102M2 A 200 m²	8
					ACIMA DE 201 m²	10
J					**INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**	
	58				**EDIÇÃO E EDIÇÃO INTEGRADA À IMPRESSÃO**	10
	59				**ATIVIDADES CINEMATOGRÁFICAS, PRODUÇÃO DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO; GRAVAÇÃO DE SOM E EDIÇÃO DE MÚSICA**	10
	60				**ATIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO**	10
	61				**TELECOMUNICAÇÕES POR FIO OU SEM, POR SATÉLITE, OPERADORAS DE TELEVISÃO POR ASSINATURA.**	10
	62				**ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO, SUPORTE TÉCNICO)**	10
	63				**ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO**	10
K					**ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS**	
	64				**ATIVIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS BANCO, COOPERATIVAS DE CRÉDITO, HOLDINGS E SIMILARES**	50
	65				**SEGUROS, RESSEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE**	30
	66				**ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVIÇOS FINANCEIROS, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE**	30
L					**ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS**	
	68				**ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS**	15
M					**ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS**	
	69				**ATIVIDADES JURÍDICAS, DE CONTABILIDADE E DE AUDITORIA**	
		69.1			**ATIVIDADES JURÍDICAS**	
			11-7		ATIVIDADES JURÍDICAS, EXCETO CARTÓRIOS	10
			12-5		CARTÓRIOS	15
		69.2			**ATIVIDADES DE CONTABILIDADE, CONSULTORIA E AUDITORIA CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA**	10
	70				**ATIVIDADES DE SEDES DE EMPRESAS E DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL**	10
	71				**SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA; TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS**	10
	72				**PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO**	15
	73				**PUBLICIDADE E PESQUISA DE MERCADO (AGÊNCIAS DE PUBLICIDADES)**	20
	74				**OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS (DESIGN E DECORAÇÃO DE INTERIORES, ATIVIDADES FOTOGRÁFICAS E SIMILARES)**	10
	75				**ATIVIDADES VETERINÁRIAS**	
					ATÉ 200 m²	10
					ACIMA DE 201 m²	20
N					**ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES**	
	77				**ALUGUÉIS NÃO-IMOBILIÁRIOS E GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS**	
		77.1			LOCAÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTE SEM CONDUTOR (CARRO, MOTO, ENTRE OUTROS)	10
		77.2			ALUGUEL DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS (DVD, JOIAS, VESTUÁRIO, ENTRE OUTROS)	5
		77.3			ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS SEM OPERADOR (AGRICULOS, PARA ESCRITÓRIO, CONSTRUÇÃO, ENTRE OUTROS)	15
		77.4			GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS	10
	78				**SELEÇÃO, AGENCIAMENTO E LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA**	10
	79				**AGÊNCIAS DE VIAGENS, OPERADORES TURÍSTICOS E SERVIÇOS DE RESERVAS**	15
	80				**ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA, MONITORAMENTO, TRANSPORTE DE VALORES E INVESTIGAÇÃO**	20
	81				**SERVIÇOS DE LIMPEZA, IMUNIZAÇÃO E CONTROLES DE PRAGAS E ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS**	5

	82				**SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, DE APOIO ADMINISTRATIVO E OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS**	10
O					**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL**	
	84				**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL**	ISENTO
P					**EDUCAÇÃO**	
	85				**ESCOLAS DE NIVEL INFANTIL, MÉDIO, SUPERIOR, NIVEL TÉCNICO, ARTE E CULTURA, IDIOMAS , AUTO ESCOLA, DESPACHANTE**	10
Q					**SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS**	
	86				**ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA**	10
		86.1			**ATIVIDADES DE ATENDIMENTO HOSPITALAR**	10
		86.2			**SERVIÇOS MÓVEIS DE ATENDIMENTO A URGÊNCIAS E DE REMOÇÃO DE PACIENTES**	10
		86.3			**ATIVIDADES DE ATENÇÃO AMBULATORIAL EXECUTADAS POR MÉDICOS E ODONTÓLOGOS**	15
		86.4			**ATIVIDADES DE SERVIÇOS DE COMPLEMENTAÇÃO DIAGNÓSTICA E TERAPÊUTICA**	10
		86.5			**ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE, EXCETO MÉDICOS E ODONTÓLOGOS**	10
		86.6			**ATIVIDADES DE APOIO À GESTÃO DE SAÚDE**	10
		86.9			**ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE**	10
	87				**ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA INTEGRADAS COM ASSISTÊNCIA SOCIAL, PRESTADAS EM RESIDÊNCIAS COLETIVAS E PARTICULARES**	ISENTO
	88				**SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO**	ISENTO
R					**ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO**	
	90				**ATIVIDADES ARTÍSTICAS, CRIATIVAS E DE ESPETÁCULOS**	20
	91				**ATIVIDADES LIGADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL**	ISENTO
	92				**ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE AZAR E APOSTAS**	20
	93				**ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE RECREAÇÃO E LAZER**	10
S					**OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS**	
	94				**ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS, COOPERATIVAS, E SIMILARES**	ISENTO
	95				**REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO E DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS**	10
	96				**OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS**	
			01-7		LAVANDERIAS, TINTURARIAS E TOALHEIROS	2
			02-5		CABELEIREIROS E OUTRAS ATIVIDADES DE TRATAMENTO DE BELEZA	3
			03-3		ATIVIDADES FUNERÁRIAS E SERVIÇOS RELACIONADOS	5
			09-2		CLÍNICAS DE ESTÉTICA E SIMILARES	3
T					**SERVIÇOS DOMÉSTICOS**	
	97				**SERVIÇOS DOMÉSTICOS**	ISENTO
U					**SERVIÇOS PROFISSIONAIS**	
	98				**SERVIÇOS PROFISSIONAIS**	
			1/01		CONSTRUÇÕES (PEDREIROS, CARPINTEIROS, ENCANADORES, MESTRES DE OBRAS, ELETRICISTAS, PINTORES, APLICADOS DE SINTECO, ETC).	5
			1/02		PINTURA (TELAS, LETREIROS, FACHADAS, PAINÉIS, ETC)	5
			1/03		MECÂNICA (FUNILEIROS, TORNEIROS, ELETRICISTAS, MONTADORES MECÂNICOS, BORRACHEIROS, ETC)	5
			1/04		COSTURA (COSTUREIROS, ALFAITES, TRETEIROS, CROCHETEIRAS)	2
			1/05		TINTURARIA E LAVANDERIA (TINTUREIRO E LAVADEIROS)	2
			1/06		MOTORISTA, OPERÁRIOS E MÁQUINAS	2
			1/07		TAXISTAS	4
			1/08		COBRADORES	3
			1/09		MÚSICOS	3
			1/10		RELAÇÕES PÚBLICAS	3
			1/11		MEDICINA VETERINÁRIA (VETERINÁRIOS, ZOOTECNISTAS, ETC)	5
			1/12		ENGENHARIA (CIVIL, MECÂNICA, ARQUITETO, AGRONÔMO, ELETRICISTA, URBANISTA, ETC)	10
			1/13		CABELEIREIRO (BARBEIROS, PEDICURES, MANICURES, LIMPEZA DE PELE, ETC)	3
			1/14		RELOJOEIROS E JOALHEIROS	1
			1/15		ADVOGADOS (CIVIL, TRABALHISTA, CRIMINALISTA, TRIBUTARISTAS, ETC)	10
			1/16		ODONTOLOGISTAS	10
			1/17		CONTADORES, ECONOMISTAS, ADMINISTRADORES DE EMPRESAS	10
			1/18		TÉCNICOS EM CONTABILIDADE	5
			1/19		TÉCNICOS EM ELETRÔNICA	2
			1/20		TÉCNICOS AGRÍCOLAS	2
			1/21		TÉCNICOS EM APARELHOS E MÁQUINAS DE USO DOMÉSTICOS	2
			1/22		TÉCNICOS EM AGRIMENSURA	2
			1/23		TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2
			1/24		TÉCNICO EM LIMPEZA (DEDETIZAÇÃO, BORRIFAÇÃO, IMUNIZAÇÃO, DESINFECÇÃO, ETC)	2
			1/25		DESENHISTAS (PLANTAS, MAPAS, ETC)	2
			1/26		MASSAGISTAS E GINASTAS	2
			1/27		TAPECEIROS	2
			1/28		AGENTES (SEGUROS, TURISMO, PUBLICIDADE, ETC)	2
			1/29		DESPACHANTES DE TRÂNSITO	5
			1/30		COZINHEIROS, DOCEIROS, CONFEITEIROS	1

			1/31	GUARDA E VIGILANTES	5
			1/32	JARDINEIROS	2
			1/33	SAPATEIROS	0
			1/34	SERRALHEIROS	1
			1/35	FOTOGRÁFOS	2
			1/36	ASSISTENTES SOCIAIS	10
			1/37	OUTRAS PROFISSÕES REGULAMENTADAS NÃO ESPECIFICADAS	5
			1/38	OUTRAS PROFISSÕES DE NÍVEL DE 2º GRAU NÃO ESPECIFICADAS	3
			1/39	OUTRAS PROFISSÕES DE NÍVEL SUPERIOR NÃO ESPECIFICADAS	10
			1/40	OUTRAS PROFISSÕES NÃO ESPECIFICADAS	5
			1/41	EXPOSIÇÕES	
			1/42	EXPOSIÇÕES DE ARTE OU ARTESANATOS	ISENTO
			1/43	EXPOSIÇÕES DE ANIMAIS (BOVINOS, CAPRINOS, SUÍNOS, ETC)	ISENTO
			1/44	PUBLICIDADE AUTOMOTIVA - POR VEÍCULO	ANEXO
			1/45	MOTO-TAXISTA	2
V				**ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS**	
	99			**ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS**	10

TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE CIRCOS,

PARQUES DE DIVERSÕES E SIMILARES

ITEM	PERÍODO	QUANT. EM VRM
1	Dia	10
2	Acima de 7 dias até 15 dias	15
3	Acima de 15 dias	30

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS, INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E ARTESANAIS

ITEM	PERÍODO	QUANTIDADE EM VRM / BOXE
01	Por dia	**50,00**
02	Por mês	**100,00**

ANEXO III

TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL

ITEM	DESCRIÇÃO DO PERÍODO DA LICENÇA	QUANTIDADE EM VRM / PERÍODO
1	**Para prorrogação de horário**	
1.1	Até às 22h	**20%**
1.2	Além das 22h	**30%**
2	**Para Antecipação de Horário** – Por hora	**5%**
3	**Domingos e Feriados**	**20%**

ANEXO IV

TAXA DE LICENÇA PARA VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE EM GERAL

ITEM	DESCRIÇÃO DA ESPÉCIE DA LICENÇA	QTDE VRM AO:		
		Dia	Mês	Ano
1	**De Comunicação Auditiva**			
1.1	Volante com moto por unidade	0,50	2,00	8,00
1.2	Volante com carro de som por unidade	0,50	3,00	10,00
1.3	Volante com caminhão por unidade		2,00	7,00
1.4	Outros sitemas de som automotivo por unidade		2,00	10,00
2	**De Comunicação Visual**	**-**	**-**	**-**
2.1	Pintada, colada ou afixada em muros, paredes, fachadas ou terreno, por unidade conforme tamanho:	-	-	-
2.1.1	Grande	-	2,00	5,00
2.1.2	MédioM2	-	1,00	3,00
2.1.3	Pequeno	-	0,50	1,50
2.2	Faixas – por unidade	0,15	5,00	-
3	**Prospecto e/ou Boletim**	**-**	**-**	**-**
3.1	Pelo primeiro milheiro ou fração:	0,25	-	-
3.2	Após o 1º milheiro ou fração, além da importância fixada no item anterior, pelo excedente, por milheiro ou fração	0,07	-	-

ANEXO V

TAXA DE LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DO COMÉRCIO OU

ATIVIDADE EVENTUAL OU AMBULANTE (EM LOCAIS PERMITIDOS)

ITEM	MEIOS/ATIVIDADES	Quantidade de VRM		
		Dia	Mês ou fração	Ano
COMERCIANTES RESIDENTES NO MUNICÍPIO				
01	Balcões, tabuleiros, cestos, malas, bicicletas, triciclos ou semelhantes, por tração humana	-	1	3
02	Carroças ou similares por tração animal	-	1	5
03	Caminhões, ônibus, caminhonetes, carros de passeio e de passageiros e motos (com motores a explosão)	-	2	6
COMERCIANTES DE OUTROS MUNICÍPIOS				

01	Balcões, tabuleiros, cestos, malas, bicicletas, triciclos ou semelhantes, por tração humana	10	50	150
02	Carroças ou similares por tração animal	10	50	150
03	Caminhões, ônibus, caminhonetes, carros de passeio e de passageiros e motos (com motores a explosão)	20	100	300

ANEXO VI

TAXA DE LICENÇA PARA APROVAÇÃO, EXECUÇÃO DE OBRAS, INSTALAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE ÁREAS PARTICULARES

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE DE VRM
1	**ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO POR NATUREZA DA OBRA**	
01.1	**RESIDENCIAL**	
01.1.1	Construção em geral m²	0,03
01.1.2	Acima de 400,00 m² - Taxa Fixa de:	12,00
01.1.3	Casas populares, Piscinas em geral m²	0,02
01.2	**COMERCIAL, INSTITUCIONAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**	
01.2.1	Construção em geral m²	0,04
01.2.2	Acima de 400,00 m² - Taxa Fixa de:	16,00
01.3	**INDUSTRIAL**	
01.3.1	Construção em geral m²	0,04
01.3.2	Acima de 400,00 m² - Taxa Fixa de:	16,00
01.4	**DEMOLIÇÕES, REFORMA**	
01.4.1	Construção em geral m²	0,02
01.4.2	Acima de 400,00 m² - Taxa Fixa de:	8,00
01.5	**USO MISTO - COMERCIAL E RESIDENCIAL**	
01.5.1	Construção em geral m²	0,04
01.5.2	Acima de 400,00 m² - Taxa Fixa de:	14,00
2	**HABITE-SE**	
2.01	Residencial m²	0,02
2.02	Comercial, Institucional e Prestação de Serviços m²	0,02
2.03	Industrial m2	0,02
2.04	Uso Misto - Comercial/Residencial	0,02
2.05	Acima de 400,00 m² - Taxa Fixa de:	8,00
3	**PARCELAMENTO DO SOLO**	
03.1	Consulta prévia de loteamento por há	1,00
03.2	Desmembramento ou Unificação (Por Lote Original Envolvido)	2,50
4	**APROVAÇÃO DE LOTEAMENTO**	
04.01	Até 10 hectares	60,00
04.02	De 11 a 25 hectares	100,00
04.03	De 26 a 50 hectares	150,00
04.04	Acima de 50 hectares	200,00
5	**Colocação de Tapume – por metro linear mais alvará**	**0,50**
6	**Alinhamento de Poste – por unidade**	**0,50**
7	**CANALIZAÇÃO E QUAISQUER ESCAVAÇÕES EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS**	
07.1	Para implantação de anel ótico – por m³	0,01
07.2	Para implantação de manilhas e outras tubulações de diâmetro igual ou superior a 100 mm – por metro linear	0,01
07.3	Outras escavações não especificadas – por metro linear	0,01
8	**OUTRAS OBRAS NÃO ESPECIFICADAS**	
08.01	Por metro quadrado	0,04

OBS.: o mesmo critério I - Nos casos de prorrogações de prazos, adotar-se-á constantes nos itens acima, com desconto de 50% (Cinquenta por cento);

II - Esta Taxa não incide sobre:

a. A construção de madeira com área coberta de até 50 m², provando seu proprietário não possuir outro imóvel no Município;

b. A limpeza ou pintura externa ou interna do prédio, muro ou gradil;

c. A construção ou reforma de passeio quando do tipo aprovado pela Prefeitura;

d. As áreas públicas quanto ao item 02.3 - Aprovação de Loteamentos, desta tabela.

ANEXO VII

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA FISCALIZAÇÃO RELATIVA Á OCUPAÇÃO DE ÁREAS EM TERRENOS OU VIA E LOGRADOUROS PÚBLICOS

ITEM	TIPO DE OCUPAÇÃO	QUANTIDADE DE VRM		
		Dia	Mês	Anual
01	Balcão, barraca, mesa, tabuleiro, malas, cestas ou similares, por unidade:	-*-	-*-	-*-
02	Quiosques, "trailers", "hot-dogs", ou similares, por unidade:	-*-	-*-	-*-
03	Bicicleta, triciclo, carroças ou similares, por unidade:	-*-	-*-	-*-
04	Vans ou mini-vans, táxi, motociclo, veículos tipo passeio ou similares, por veículos:	-*-	-*-	-*-
05	Caminhões, ônibus, caminhonetes ou similares, por veículo:	-*-	-*-	-*-
06	Bancas de revistas por m² e por ano ou fração	-*-	-*-	-*-
07	Feiras livres, por box - padrão, por local permitido:	-*-	-*-	-*-
08	Feiras especiais, por barraca e por local permitido:	-*-	-*-	-*-
09	Mercados municipais por m²:	-*-	-*-	-*-

10	Circos e parques de diversões:	-*-	-*-	-*-
11	Estrutura para fixação de placas, painéis, relógios, termômetros e congêneres, por unidade:	-*-	-*-	-*-
12	Outras ocupações não especificadas, por unidade:	-*-	-*-	-*-

ANEXO VIII

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA

RELATIVA AO ABATE DE ANIMAIS

ITEM	DESCRIÇÃO Animais por unidade inspecionada	QUANTIDADE EM VRM
01	Bovino ou vacum	0,15
02	Ovino	0,12
03	Caprino	0,12
04	Suíno	0,12
05	Eqüino	0,10
06	Aves	0,10
07	Outros	0,12

ANEXO IX

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO PARA LICENÇA RELATIVA Á TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGAS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. EM VRM
1	**Transportes Urbano, por vistoria**	
1.1	Coletivo convencional de passageiros	2,00
1.2	Coletivo de passageiros escolar	2,00
2	**De Passageiro em Veículo de Aluguel, por vistoria e espécie**	
2.1	Veículo de passeio	2,00
2.2	Demais veículos, não especificados no item anterior	1,50
3	**Veículos de Cargas, por vistoria e espécie**	
3.1	Caminhão de porte igual/superior a ¾ ou capacidade de carga líquida igual ou superior a 3.000 kg	2,50
3.2	Caminhão/camioneta de porte abaixo de ¾ ou capacidade de carga líquida inferior a 3.000 kg	2,00
3.3	Demais veículos, não especificados nos itens anteriores	1,80

ANEXO X

TAXA DE CEMÍTÉRIO

I – INUMAÇÃO E TÚMULO, INCLUSIVE CONCESSÃO DE USO POR TEMPO INDETERMINADO:	COM	A	QUANTIDADE VRM
a) Por túmulo			2,00
b) indigentes e sepultamento em área gramada			isento

- REABERTURA DE JAZIGO OU SEPULTURA:	QUANTIDADE VRM
a) reabertura de jazigo para nova inumação	3,00
b) reabertura de carneira para nova inumação	2,00
c) reabertura de sepultura simples (terra)	3,00

TABELA XI

TAXAS DE EXPEDIENTE

EXPEDIENTES REALIZADOS	VRM
Requerimentos e petições diversas:	0,30
Atestados e certidões diversas:	0,30
Inscrições de fornecedores:	0,50
Termos e contratos, por lauda:	0,01
Atestados de liberação de quaisquer bens:	0,50
Atestado de vistoria administrativa	0,50
Buscas e desarquivamento de qualquer natureza:	1,0
Atualização ou renovação de ficha cadastral:	0,3
Expedição de segunda via de avisos de lançamentos:	0,3
Certidões negativas por cadastro imobiliário ou por atividades:	0,50
Outras Certidões Diversas	0,50
Declarações Diversas	0,15
Expedição de 2° via de Alvará	0,30
Vistoria para Regime Especial	1,5
Regularizações de qualquer tipo de projeto	0,50
Vistorias Técnicas	**1,00**

ANEXO XII

a) O valor de metro quadrado do terreno (Vm2t) será obtido através da Tabela de valores de terreno: por nome de logradouro, distrito, setor e face de quadra. O logradouro ou sua parte que não constarem da Planta de Valores deste Decreto, terá seu valor unitário de metro quadrado de terreno, considerando o que estiver posicionado mais próximo do referido. Segue abaixo a tabela mencionada nesta alínea:

TABELA DE VALORES EM R$ (REAIS) POR METRO QUADRADO DE IMÓVEL TERRITORIAL URBANO

SETOR	LOTEAMENTO COMO REGISTRADO EM CARTÓRIO	QUADRA	LOTE	VRM POR m²
SETOR – 01 – CENTRO				
SETOR 01	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	CW1	01 Ao 10	2,00
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	CW2	01 Ao 10	2,00
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	CW3	01 Ao 10	2,00
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	CW4	01 Ao 10	2,00
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	CW5	01 Ao 10	2,00
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	CW6	01 Ao 10	2,00
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	CW8	01 Ao 22	2,00
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	CE01	01 Ao 10	2,00
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	CE02	01 Ao 10	2,00
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	CE03	01 Ao 10	2,00
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	CE04	01 Ao 10	2,00
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	CE05	01 Ao 10	2,00
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	CE06	01 Ao 10	2,00
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	CE08	01 Ao 10	2,00
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R01	01 Ao 04	1,80
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R02	01 Ao 19	1,80
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R03	01 Ao 09	1,80
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R04	01 Ao 24	1,80
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R05	01 Ao 14	1,80
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R06	01 Ao 16	1,80
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R07	01 Ao 13	1,80
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R08	01 Ao 24	1,80
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R09	01 Ao 24	1,80
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R10	01 Ao 28	1,80
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R11	01 Ao 16	1,80
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R12	01 Ao 16	1,80
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R13	01 Ao 17	1,80
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R14	01 Ao 24	1,80
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R15	01 Ao 24	1,80
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R16	01 Ao 24	1,80
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R17	01 Ao 32	1,60
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R18	01 Ao 24	1,60
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R19	01 Ao 24	1,60
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R20	01 Ao 24	1,60
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R21	01 Ao 24	1,60
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R22	01 Ao 16	1,60
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R23	01 Ao 16	1,60
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R24	01 Ao 16	1,60
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R25	01 Ao 24	1,60
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R26	01 Ao 16	1,60
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R27	01 Ao 16	1,60
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R28	01 Ao 16	1,60
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R29	01 Ao 16	1,60
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R30	01 Ao 12	1,60
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R31	01 Ao 12	1,60
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	R32	01 Ao 12	1,60
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	EPC	01 E 04	2,00
	EMBRIÃO URBANO CARLINDA	SL	01 AO 19	2,00
SETOR 02 - BOA VISTA				
SETOR 02	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS08	01 Ao 21	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS09	01 Ao 22	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS10	01 Ao 33	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS11	01 Ao 21	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS12	01 Ao 09	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS13	01 Ao 22	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS14	01 Ao 16	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS15	01 Ao 16	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS16	01 Ao 22	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS17	01 Ao 22	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS18	01 Ao 16	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS19	01 Ao 16	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS20	01 Ao 22	1,40
SETOR 03 - CRISTO REI				
SETOR 03	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS21	01 Ao 22	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS22	01 Ao 16	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS23	01 Ao 16	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS24	01 Ao 22	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS25	01 Ao 22	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS26	01 Ao 16	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS27	01 Ao 16	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS28	01 Ao 22	1,40
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	AI12	01 Ao 22	1,20
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	AI13	01 Ao 22	1,20
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS29	01 Ao 22	1,20

	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS30	01 Ao 22	1,20
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS31	01 Ao 16	1,20
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS32	01 Ao 16	1,20
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS33	01 Ao 16	1,20
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS34	01 Ao 16	1,20
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS35	01 Ao 22	1,20
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS36	01 Ao 22	1,20
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS37	01 Ao 22	1,20
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS38	01 Ao 22	1,20
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	RS39	01 Ao 22	1,20
SETOR 04 - BOM JESUS				
	BOM JESUS	Q001	01 Ao 13	1,00
	BOM JESUS	Q002	01 Ao 12	1,00
	BOM JESUS	Q003	01 Ao 26	1,00
	BOM JESUS	Q004	01 Ao 24	1,00
SETOR 04	BOM JESUS	Q005	01 Ao 26	1,00
	BOM JESUS	Q006	01 Ao 24	1,00
	BOM JESUS	Q008	01 Ao 04	1,00
	BOM JESUS	Q007	01 Ao 26	1,00
	BOM JESUS	Q009	01 Ao 26	1,00
	BOM JESUS	Q010	01 Ao 06	1,00
SETOR 05 - SANTA TEREZINHA				
	RESIDENCIAL CARLINDA 2	R33	01 Ao 24	1,00
	RESIDENCIAL CARLINDA 2	R34	01 Ao 32	1,00
	RESIDENCIAL CARLINDA 2	R35	01 Ao 16	1,00
	RESIDENCIAL CARLINDA 2	R36	01 Ao 24	1,00
SETOR 05	RESIDENCIAL CARLINDA 2	R37	01 Ao 16	1,00
	RESIDENCIAL CARLINDA 2	R38	01 Ao 24	1,00
	RESIDENCIAL CARLINDA 2	R39	01 Ao 11	1,00
	RESIDENCIAL CARLINDA 2	R40	01 Ao 16	1,00
	RESIDENCIAL CARLINDA 2	R41	01 Ao 12	1,00
SETOR 06 - PORTO BELO				
	PORTO BELO	1	01 Ao 12, E1; E2	1,00
	PORTO BELO	2	01 Ao 20	1,00
	PORTO BELO	3	01 Ao 20	1,00
	PORTO BELO	4	01 Ao 20	1,00
	PORTO BELO	5	01 Ao 34	1,80
	PORTO BELO	6	01 Ao 34	1,80
	PORTO BELO	7	01 Ao 34	1,80
	PORTO BELO	8	01 Ao 34	1,80
	PORTO BELO	9	01 Ao 34	1,80
SETOR 06	PORTO BELO	10	01 Ao 34	1,80
	PORTO BELO	11	01 Ao 34	1,80
	PORTO BELO	12	01 Ao 34	1,80
	PORTO BELO	13	01 Ao 28	1,80
	PORTO BELO	14	01 Ao 30	1,80
	PORTO BELO	15	01 Ao 34	1,80
	PORTO BELO	16	01 Ao 36	1,80
	PORTO BELO	17	01 Ao 14	1,80
	PORTO BELO	18	01 Ao 15	1,80
	PORTO BELO	19	01 Ao 12	1,80
SETOR 07 - CHACARAS RENASCER				
	CHACARAS RENASCER	01ª	01 AO 12	0,18
	CHACARAS RENASCER	01B	01 AO 05; 24	0,18
	CHACARAS RENASCER	02B	06 AO 15	0,18
	CHACARAS RENASCER	03B	16 AO 24	0,18
	CHACARAS RENASCER	01C	01 AO 12	0,18
	CHACARAS RENASCER	02C	01 AO 09	0,18
SETOR 07	CHACARAS RENASCER	01D	01 AO 10	0,18
	CHACARAS RENASCER	02D	01 AO 18	0,18
	CHACARAS RENASCER	03D	01 AO 18	0,18
	CHACARAS RENASCER	04D	01 AO 15	0,18
	CHACARAS RENASCER	02E	01 AO 21	0,18
	CHACARAS RENASCER	03E	01 AO 20	0,18
	CHACARAS RENASCER	04E	01 AO 18	0,18
	CHACARAS RENASCER	05E	01 AO 09	0,18
SETOR 08 - CHACARAS BOA VISTA E CRISTO REI				
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	01RS	01- 09	0,18
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	02RS	01- 08	0,18
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	03RS	01- 08	0,18
SETOR 08	RESIDENCIAL CARLINDA 1	04RS	01- 08	0,18
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	05RS	01- 08	0,18
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	06RS	01- 06	0,18
	RESIDENCIAL CARLINDA 1	07RS	01- 04	0,18
SETOR 09 - BOA ESPERANÇA				
SETOR 09	BOA ESPERANÇA	A	01 AO 36	1,00

	BOA ESPERANÇA	B	01 AO 12	1,00
	BOA ESPERANÇA	C	01 AO 24	1,00
	BOA ESPERANÇA	D	01 AO 31	1,00
	BOA ESPERANÇA	E	01 AO 24	1,00
	BOA ESPERANÇA	E	01 AO 07	1,00
SETOR 10 – MARAVILHA				
SETOR 10	CARLINDA EMPRESARIAL 4	E01	01 AO 07	0,05
	CARLINDA EMPRESARIAL 4	E02	01 AO 16	0,05
	CARLINDA EMPRESARIAL 4	E03	01 AO 12	0,05
	CARLINDA EMPRESARIAL 4	E04	01 AO 14	0,05
	CARLINDA EMPRESARIAL 4	E05	01 AO 05	0,05
	CARLINDA EMPRESARIAL 4	E06	01 AO 09	0,05
	CARLINDA EMPRESARIAL 4	E07	01 AO 20	0,05
	CARLINDA EMPRESARIAL 4	E08	01 AO 20	0,05
	CARLINDA EMPRESARIAL 4	E09	01 AO 14	0,05
	CARLINDA EMPRESARIAL 4	E10	01 AO 15	0,05
	CARLINDA EMPRESARIAL 4	E11	01 AO 11	0,05
	CARLINDA EMPRESARIAL 4	E12	01 AO 05	0,05
SETOR 11 - CHACARAS NA MT 208				
SETOR 11	CARLINDA EMPRESARIAL 1		01 AO 08	0,08
	CARLINDA EMPRESARIAL 2		01 AO 15	0,08
	CARLINDA EMPRESARIAL 3		01 AO 08	0,08
	CARLINDA EMPRESARIAL 3		09 AO 17	0,08
SETOR 12 - PARQUE DAS FLORES				
SETOR 12	PARQUE DAS FLORES	1	01 AO 15	1,00
	PARQUE DAS FLORES	2	01 AO 30	1,00
	PARQUE DAS FLORES	3	01 AO 15	1,00
	PARQUE DAS FLORES	4	01 AO 12	1,00
	PARQUE DAS FLORES	5	01 AO 14	1,00
	PARQUE DAS FLORES	6	01 AO 14	1,00
SETOR 13 - CHACARAS BOM SEMEADOR				
SETOR 13	EMBRIÃO URBANO CARLINDA		01 AO 15	0,05
	CHACARAS CARLINDA 02		16 AO 61	0,05
SETOR 14 - CHACARAS LINHA 11				
SETOR 14	CHACARAS CARLINDA 02	RC-1	01 AO 16	0,05
	CHACARAS CARLINDA 02	RC-2	01 AO 14	0,05
	CHACARAS CARLINDA 02	RC-3	01 AO 09	0,05
	CHACARAS CARLINDA 02	RC-4	01 AO 18	0,05
	CHACARAS CARLINDA 02	RC-5	01 AO 15	0,05
SETOR 15 - HABITAÇÃO POPULAR - SANTA TEREZINHA				
SETOR 15	SANTA TEREZINHA	1	01 AO 12	0,70
	SANTA TEREZINHA	2	01 AO 16	0,70
	SANTA TEREZINHA	3	01 AO 16	0,70
	SANTA TEREZINHA	4	01 AO 16	0,70
SETOR 16 - HABITAÇÃO POPULAR - MEU LAR				
SETOR 16	MEU LAR	CP1	01 AO 10	0,70
	MEU LAR	CP2	01 AO 10	0,70
	MEU LAR	CP3	01 AO 10	0,70
SETOR 17 -HABITAÇÃO POPULAR - LAGO VERDE				
SETOR 17	LAGO VERDE	CP1	01 AO 16	0,70
	LAGO VERDE	CP2	17 AO 25	0,70
SETOR 18 – SETOR INDUSTRIAL				
SETOR 18	SETOR INDUSTRIAL	SI	22/A-1	0,08

Os lotes unificados, desmembrados, remembrados e os não constantes na lista supra receberão avaliação pelos lotes originários quando modificados ou circunvizinhos quando não constantes na lista.

b) área do terreno referida pela legenda **"At"**, será encontrada no cadastro fiscal imobiliário.

c) coeficiente corretivo de situação referido pela letra **"S"**, consiste em um grau atribuído ao imóvel, conforme sua situação mais ou menos favorável dentro da quadra. O seu valor será obtido através da seguinte tabela:

TABELA DE COEFICIENTES CORRETIVOS	
SITUAÇÃO DO TERRENO	**COEF. CORRETIVO**
LOCALIZADOS EM AVENIDAS	1,20
ESQUINA MAIS DE UMA FRENTE	1,10
ENCRAVADO	0,95
MEIO DE QUADRA	1,00
GLEBA	0,90

d) coeficiente corretivo de topografia referido pela letra **"T"**, consiste em um grau atribuído ao imóvel conforme as características do relevo do solo. O seu valor será obtido através da seguinte tabela:

TABELA DE COEFICIENTES CORRETIVOS	
TOPOGRAFIA DO TERRENO	**COEF. CORRETIVO**
PLANO	0,90

ACLIVE	0,80
DECLIVE	0,80
IRREGULAR	0,80

e) coeficiente corretivo da pedologia referido pela letra **"P"**, consiste em um grau atribuído ao imóvel conforme as características do solo. O seu valor será obtido através da seguinte tabela:

TABELA DE COEFICIENTES CORRETIVOS	
PEDOLOGIA DO TERRENO	**COEF. CORRETIVO**
FIRME	0,90
ALAGADO	0,65
COMBINAÇÃO DAS DEMAIS	0,60
INUNDÁVEL	0,55

f) valor venal da edificação será aquele obtido através da multiplicação do valor de metro quadrado do tipo da edificação por um percentual indicativo da categoria da edificação dividido por cem e multiplicado pela área construída da unidade e posteriormente multiplicado pelo fator do coeficiente do estado de conservação, de acordo com a seguinte fórmula:

Vve = Vm2e x Ae x Ec

onde:

Vve => Valor venal da edificação;

Vm2e => Valor do metro quadrado de edificação;

Ae => Área da edificação da unidade e;

Ec => Estado de conservação.

g) O valor do metro quadrado da edificação identificado pela legenda **"Vm2e"**, será obtido com base na faixa de pontos que se enquadrar a edificação, cujos parâmetros identificam o padrão e consequentemente os materiais utilizados, determinando os valores embutidos. A faixa de valores de acordo com a pontuação será obtida pela tabela a seguir:

VALOR DO M² DA CONSTRUÇÃO		
TIPO DA CONSTRUÇÃO/ESTRUTURA		**Valor em VRM**
CONSTRUÇÕES RESIDENCIAIS		
a)	Em Alvenaria	3,75
b)	Em Madeira	2,20
c)	Mistas	2,80
CONSTRUÇÕES COMERCIAIS		
a)	Em Alvenaria	4,30
b)	Em Madeira	2,50
c)	Mistas	3,00
CONSTRUÇÕES DE USO MISTO COMERCIAL/RESIDENCIAL		
a)	Em Alvenaria	4,00
b)	Em Madeira	2,35
c)	Mistas	2,90
BARRACÕES INDUSTRIAIS E COMERCIAIS:		
a)	Alvenaria	1,25
b)	Estrutura Metálica	1,50
c)	Madeira	1,00

h) área edificada da unidade identificada pela legenda **"Ae"**, será obtida pelo cadastro fiscal imobiliário. i) O fator do coeficiente do estado de conservação identificado pela legenda "**Ec"**, consiste em um grau atribuído ao imóvel conforme o seu estado de conservação, cujos parâmetros constam da seguinte tabela:

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE CONSTRUÇÃO		
ORDEM	**DISCRIMINAÇÃO**	**ÍNDICE**
01	NOVA/ÓTIMA	1,06
02	BOM	0,90
03	REGULAR	0,65
04	RUIM	0,60

Quando existir mais de uma unidade autônoma edificada no mesmo lote, a área do terreno será substituída pela fração ideal calculada pela seguinte fórmula:

Fi = Ae x At

Ate

Onde:

Fi => Fração ideal;

Ae =>Área edificada da unidade (BCI);

At =>Área do Terreno (BCI);

Ate => Área total edificada no terreno (BCI) e;

BCI => Boletim de Cadastro Imobiliário.

j) Constituem instrumento para a apuração da base de cálculo dos impostos:

I – os elementos contidos nos cadastro fiscal imobiliário da Prefeitura e/ou apurados em campo, através dos quais se torne possível a caracterização dos imóveis;

II – as informações dos órgãos técnicos ligados à construção civil que indiquem o valor do metro quadrado das construções, em função dos respectivos tipos;

III – fatores de correção de acordo com a situação, da pedologia e topografia dos terrenos; fatores de correção de acordo com a categoria da edificação e estado de conservação.

k) - Os logradouros ou trecho de logradouro que não constarem na Planta Genérica de Valores, terá seu valor unitário de metro quadrado de terreno, considerado automaticamente ao da face de quadra mais próximo existente de acordo com a referida tabela. l) - As disposições finais desta Planta Genérica, são extensivas aos imóveis localizados nas áreas urbanizadas e de expansão urbana.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 051 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pelo servidora, lotado na Secretaria Municipal de Educação, na data 02 de Fevereiro de 2021, concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, sendo:

Matricula	Servidor	Cargo	Ente Familiar	Período da Licença		Total
				Inicio	Termino	Dias
3208	Ednaldo Alves de Oliveira	Motorista CNH D – Condutor de Ônibus	Esposa: Nubia Rafaela Nunes de Almeida	01/02/2021	07/02/2021	07

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto 189/2019

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 047 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **MARIA SUZANA BERNARDO DE OLIVEIRA** matricula nº 139, cargo de Apoio Administrativo Educacional Definitivo na data 02 de Fevereiro de 2021, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 26 de Janeiro de 2021.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto 010/2017

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 046 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **DEGMAR AMORIM RIBEIRO KAMAZAKI** matricula nº 155, cargo de Técnica Administrativa Educacional Definitiva na data 27 de Janeiro de 2021, lotado na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 26 de Janeiro de 2021 ao dia 29 de Janeiro de 2021 totalizando 04 dias.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto 010/2017

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 045 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pelo servidor **ELIAS DA COSTA** matricula nº 4433, cargo de Motorista CNH D – Condutor de Ônibus na data 02 de Fevereiro de 2021, lotado na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 29 de Janeiro de 2021 ao dia 04 de Fevereiro de 2021 totalizando 07 dias.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

PROCURADORIA JURIDICA
LEI Nº 893/2015. REEDITADA.

LEI Nº 893/2015.

Reeditada pelas Leis: Lei nº 905/2015; Lei nº 919/2015; Lei nº 934/2016; Lei nº 939/2016; Lei nº 943/2016; Lei nº 944/2016; Lei nº 947/2016; Lei nº 967/2016; Lei nº 970/2016; Lei nº 990/2017; Lei nº 1.018/2017; Lei nº 1.025/2017; Lei nº 1.037/2017; Lei nº 1.061/2017; Lei nº 1.098/2018 , Lei nº 1. 101/2018 e Lei nº 1.116/2018; Lei nº 1.159/2019; Lei nº 1.160/2019; Lei nº 1.212/2020; Lei nº 1230/2020; Lei nº 1.249/2021; Lei nº 1.261/2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

TITULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES CAPÍTULO I Da Finalidade

Art. 1º: Esta Lei institui o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores da Administração Geral do Município de Carlinda, destinada a organizar os cargos públicos de provimento efetivo, fundamentado nos princípios de qualificação profissional e desempenho, observando-se as diretrizes da Lei Orgânica do Município e o disposto no artigo 39 da Constituição Federal, com a finalidade de assegurar a continuidade da ação administrativa, a eficiência e a eficácia do serviço público.

Parágrafo único: Integram-se ao Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Geral do Município de Carlinda - MT, os servidores de todas as secretarias municipais, com exceção dos Profissionais da Educação Básica e os servidores do Poder Legislativo que possuem seus respectivos diplomas legais.

CAPÍTULO II

Dos Conceitos Adotados nesta Lei

Art. 2º: Para os efeitos deste Plano de Cargos e Carreiras e Vencimentos, considera-se:

I. **Quadro de pessoal** é o conjunto de cargos de carreira, cargos isolados, cargos de provimento em comissão e funções gratificadas existentes no Município de Carlinda.

II. **Avaliação de Desempenho é o procedimento utilizado para medir o cumprimento das atribuições do cargo pelo servidor, bem como para permitir seu desenvolvimento funcional na carreira, previsto no art. 41, §1° inciso III e §4° da Constituição Federal.**

III. **Cargo público** é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometido ao servidor público, criado por lei, com denominação própria, número certo e vencimento a ser pago pelos cofres públicos.

IV. **Cargo Público Efetivo** é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometido ao servidor público, criado por lei, com denominação própria, número certo e vencimento a ser pago pelos cofres públicos municipais, destinado a ser preenchido por pessoa aprovada e classificada em Concurso Público.

V. **Cargo Público em Comissão** é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometido ao servidor público, criado por lei, com denominação própria, número certo e vencimento a ser pago pelos cofres públicos municipais, destinado a ser provido em caráter transitório, de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal.

VI. **Servidor público** é toda pessoa física que, legalmente investida em cargo público, de provimento efetivo ou em comissão, presta serviço remunerado à Administração Pública Municipal.

VII. **Função Pública** é o posto oficial de trabalho na Administração Pública Municipal, provido em caráter transitório e nos termos da lei, que não integra a categoria de cargo público.

VIII. **Função de Confiança:** é exercida exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

IX. **Função Gratificada:** é aquela definida em Lei como sendo de chefia ou de assessoramento, ocupada por servidor público, devidamente ingressado no serviço público através de concurso público de provas ou de provas e títulos, que, por exercê-la, terá direito à percepção de acréscimo em seus vencimentos na forma definida no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Município;

X. **Nível** são os graus de coeficientes dos cargos, hierarquizados em carreira, que representam as perspectivas de desenvolvimento funcional de progressão vertical;

XI. **Carreira** é a estruturação dos cargos em classes e níveis;

XII. **Cargo isolado** é aquele que não constitui carreira;

XIII. **Grupo ocupacional** é o conjunto de cargos isolados ou de carreira com afinidades entre si quanto à natureza do trabalho ou ao grau de escolaridade exigido para seu desempenho;

XIV. **Classe** é o símbolo que representa a carreira, atribuído ao conjunto de cargos equivalentes quanto ao grau de dificuldade, complexidade e responsabilidade, visando determinar a faixa de vencimentos a eles correspondente e representam as perspectivas de promoção horizontal;

XV. **Vencimento ou Vencimento Inicial** refere-se à retribuição pecuniária pelo exercício do cargo público, com valor fixado em lei, vedada a sua vinculação ou equiparação;

XVI. **Faixa de vencimentos** é a escala de padrões de vencimento atribuídos a um determinado cargo;

XVII. **Vencimento Padrão** refere-se à classe e o nível que identifica o vencimento atribuído ao servidor dentro da faixa de vencimentos do cargo que ocupa;

XVIII. **Vencimentos** correspondem ao somatório do vencimento do cargo e as vantagens de caráter permanente adquirida pelos servidores.

XIX. **Remuneração** é o vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes e temporárias, estabelecidas em lei;

XX. **Interstício** é o lapso de tempo estabelecido como o mínimo necessário para que o servidor se habilite à progressão ou à promoção;

XXI. **Cargo em comissão** é o cargo de confiança de livre nomeação e exoneração, podendo também preenchido por servidor de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos estabelecidos em lei;

XXII. **Enquadramento** é o processo de posicionamento do servidor dentro da nova estrutura de cargos, considerando os critérios constantes nesta lei e ainda, os níveis e tabelas de vencimentos dos anexos desta Lei.

XXIII. **Promoção:** é a elevação do servidor à Classe imediatamente superior àquela a que pertence, na mesma carreira, mediante promoção por nova titulação pelo critério de habilitação ou qualificação profissional, uma vez que venham a serem atendidos os pressupostos exigidos para a transposição à nova Classe e observadas às normas da lei que instituir o plano de cargos e carreiras.

XXIV. **Progressão:** é a passagem do servidor de seu Nível e Coeficiente para outro, imediatamente superior, dentro da Classe do cargo a que pertence, respeitados o interstício de tempo exigido de acordo com as normas da lei que instituir o plano de cargos e carreiras.

CAPÍTULO III

Da Constituição do Quadro de Pessoal

Art. 3º: O Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Município de Carlinda obedece ao regime estatutário e estrutura-se em um quadro permanente com os respectivos cargos e um quadro suplementar com os respectivos cargos em extinção, constituintes dos anexos que integram a presente Lei.

Art. 4º: Os cargos efetivos do Quadro de Pessoal, com a carga horária, os quantitativos e níveis de vencimento estão distribuídos por grupos ocupacionais no Anexo II (quadro 01 a 05) desta Lei.

§1º: Os cargos de provimento efetivo de que trata esta lei, integram os seguintes grupos ocupacionais:

Serviços de Manutenção e Infraestrutura. Serviços Operacionais. Serviços de Apoio a Gestão. Técnico de Nível Médio e Nível Médio. Técnico de Nível Superior.

§2º: Os cargos efetivos do Quadro Suplementar com os cargos em extinção, são os constantes do Anexo IV.

§3º: Integra o Quadro de Pessoal do Município de Carlinda os cargos de provimento em comissão pertencente às estruturas organizacionais da Prefeitura Municipal de Carlinda, previsto no Anexo III.

§4º: É vedada a nomeação para cargo ou função de chefia, direção ou assessoramento no Município de Carlinda, de proprietário, sócio majoritário ou pessoa que participe de direção, gerência ou administração de entidades que mantenham contratos ou convênios com o Município de Carlinda, ou seja, por eles credenciadas.

Art. 5º: Os cargos de provimento efetivo da respectiva Carreira dos Servidores do Município de Carlinda são organizados dentro dos princípios e objetivos notadamente:

I. Vinculação á natureza das atividades do Serviço Público Municipal de Carlinda e respectivamente aos objetivos da Política que norteará as ações do Município de Carlinda, respeitando a habilitação exigida para ingresso no cargo. E será vinculado diretamente ao seu perfil profissional e ocupacional conforme o caso, e a correspondente qualificação do servidor;

II. Organização de um sistema de formação de recursos humanos e a institucionalização de programa de capacitação permanente dos quadros de pessoal para o Município de Carlinda, mediante integração operacional e curricular com as instituições de ensino, nos diferentes graus de escolaridade.

III. Estabelecimento de critérios com base na especificidade dos perfis exigidos para os cargos, complexidade das suas atribuições, produtividade, local de exercício, riscos inerentes ás atividade e outros fatores determinados em lei;

IV. Valorização do tempo integral e da dedicação exclusiva ao serviço;

V. Adequação dos recursos humanos ás necessidades especificas de cada secretaria e de segmentos da população que requeiram atenção especial;

VI. O provimento de cargos em comissão e de funções gratificadas do Quadro da Prefeitura Municipal de Carlinda será ocupado de acordo com a Constituição Federal, com base nos preceitos constitucionais;

VII. Equivalência entre os cargos e seus respectivos perfis profissionais e ocupacionais e as habilitações aprovadas pelo sistema de ensino;

VIII. Desempenho das metas do sistema.

CAPÍTULO IV Da Lotação do Quadro de Pessoal

Art. 6º: A lotação global de cada um dos quadros de pessoal das secretarias corresponde à soma dos quantitativos dos cargos pertencentes á carreira dos servidores do Município de Carlinda e a dos cargos de provimento em comissão pertencentes á estrutura organizacional da Prefeitura respectivamente.

§1º: Os quantitativos de lotação dos cargos de carreira serão gerenciados automaticamente pela Administração Direta Prefeitura de acordo com as suas necessidades institucionais e disponibilidades financeiras observadas à legislação vigente sobre a matéria.

§2º: O Chefe do Poder Executivo, observado as respectivas áreas de competência institucional, avaliará anualmente a adequação dos cargos de seus quadros de lotação de pessoal da Carreira dos servidores no que se refere aos perfis Profissionais, propondo seu redimensionamento face ás necessidades institucionais, a inovações tecnológicas, á modernização dos processos de trabalho, criação e ampliação de unidades assistenciais e educacionais e outras variáveis necessárias, observando sempre o disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101 de 04 de Maio de 2000.

§3º: Fica o chefe do Poder Executivo autorizado executar, mediante Decreto, sem aumento de despesa emitir ato relativo á readequação de que trata o parágrafo anterior.

TITULO II

DA CARREIRA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA

CAPITULO I

Dos Servidores Públicos Efetivos do Município de Carlinda

Art. 7º: Para os efeitos desta lei, entende-se por Servidores Públicos Efetivos do Município de Carlinda o conjunto de funcionários ocupantes dos cargos efetivos e os estáveis no serviço público municipal nos termos da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, que desempenha atividades de formulação, coordenação, organização, supervisão, avaliação e execução das ações e serviços do Município, consoantes com os perfis profissionais e ocupacionais exigidos e de conformidade com esta lei, para o ingresso nos seus respectivos cargos.

CAPÍTULO II

Da Constituição da Carreira

Art. 8º: A Carreira dos Servidores Públicos do Município de Carlinda é organizada em promoção de classes e progressão de Níveis, estabelecidos para cada Grupo Ocupacional.

§1º: Os Cargos integrantes da Carreira dos Servidores Públicos do Município de Carlinda de que trata este artigo, corresponde ás respectivas lotações dos quadros de pessoal do Município de Carlinda.

§2º: O desenvolvimento da carreira, para os cargos de que trata o §1º deste Artigo, dar-se-á em conformidade com o disposto no Art. 14 desta Lei Complementar, que trata das formas de movimentação na Carreira.

§3º: As linhas de progressão e promoção estão representadas graficamente no Anexo V e VI desta Lei.

§4º: Constituem-se também como atributos dos cargos que compõem a Carreira dos Servidores do Município de Carlinda as atividades decorrentes do exercício de Cargos Comissionados e de funções gratificadas constantes das respectivas estruturas organizacionais da Prefeitura.

Art. 9º: Segundo a correlação e afinidade, a natureza dos trabalhos, ou o nível de escolaridade e conhecimentos aplicados, cada Grupo Ocupacional, abrangendo suas respectivas atividades compreenderá:

I. **Serviços de Manutenção e Infraestrutura:** Compreende as atividades inerentes aos cargos de reduzida complexidade, em nível de apoio às ações desenvolvidas nas diversas áreas, exigindo pouca escolaridade formal e envolve as atividades inerentes aos cargos que se destinam a executar, sob supervisão imediata, atividades de pintura, letrista, serralheria, soldagem, carpintaria, coleta de lixo, realizarem trabalhos de alvenaria, concreto e revestimentos em geral, bem como montar armações de ferro, em nível de apoio às ações desenvolvidas nas diversas áreas, exigindo pouca escolaridade formal.

II. **Serviços Operacionais:** Compreende as atividades inerentes aos cargos caracterizados pelas ações desenvolvidas em campo de conhecimento específico, obtido em curso profissionalizante de nível auxiliar vinculada ao perfil profissional e/ou ocupacional exigindo pouca escolaridade formal para ingresso.

III. **Serviços de Apoio a Gestão:** Compreende as atividades inerentes aos cargos que se destinam a executar tarefas de apoio administrativo, caracterizados por ações de alguma complexidade, exigindo conhecimento de processador de textos e de planilha eletrônica e domínio de conceitos mais amplos.Nível de Escolaridade e Pré-requisitos para ingresso de acordo com Perfil Profissional de cada cargo deste Grupo Ocupacional.

IV. **Técnico de Nível Médio:** Compreende os cargos que se destinam a executar e coordenar tarefas de apoio técnico-administrativo desenvolvendo atividades que requeiram certo grau de autonomia, caracterizados pelas ações desenvolvidas em campo de conhecimento específico. Conhecimentos básicos de processador de textos, planilhas eletrônicas, internet e domínio da legislação referente à sua área de atuação. Compreende as atribuições que exigem pleno conhecimento das técnicas da especialidade profissional. Deverá executar e coordenar tarefas de fiscalização, caracterizados por ações de alguma complexidade que exigem pleno conhecimento das técnicas da especialidade profissional. Os problemas surgidos são de natureza complexa e demandam busca de novas soluções. As atribuições, de significativa abrangência, são desempenhadas com grande grau de autonomia. A orientação prévia, quando ocorre, se restringe os aspectos controvertidos, aplicação de novas tecnologias e casos semelhantes. Compreende ainda, as atribuições da mais elevada complexidade e responsabilidade na área profissional, caracterizando-se pela orientação, coordenação e supervisão de trabalhos de equipes, treinamento de profissionais e incumbências análogas. O nível das atribuições, de abrangência ampla e diversificada, exige profundos conhecimentos teóricos, práticos e tecnológicos do campo profissional. Nível de Escolaridade e Pré-requisitos para ingresso de acordo com Perfil Profissional de cada cargo deste Grupo Ocupacional

V. **Técnico de Nível Superior:** Compreende as atribuições que exigem pleno conhecimento das técnicas da especialidade profissional. Os problemas surgidos são de natureza complexa e demandam busca de novas soluções. As atribuições, de significativa abrangência, são desempenhadas com grande grau de autonomia. A orientação prévia, quando ocorre, se restringe à aspectos controvertidos, aplicação de novas tecnologias e casos semelhantes. Compreende ainda, as atribuições da mais elevada complexidade e responsabilidade na área profissional, caracterizando-se pela orientação, coordenação e supervisão de trabalhos de equipes, treinamento de profissionais e incumbências análogas. O nível das atribuições, de abrangência ampla e diversificada, exige profundos conhecimentos teóricos, práticos e tecnológicos do campo profissional. A autonomia no desempenho das atribuições só é limitada pela potencialidade profissional do ocupante, pelas diretrizes de políticas da instituição e pelas normas da comunidade profissional. Conheci-

mentos gerais de informática e em especial de editor de texto, planilhas eletrônicas e internet. Nível de Escolaridade e Pré-requisitos para ingresso de acordo com Perfil Profissional de cada cargo deste Grupo Ocupacional.

Art. 10: O Perfil Profissional, parte integrante de cada cargo, vinculam-se diretamente á natureza do cargo decorrente da especificidade da habilitação das atribuições a ele inerentes, originárias das ações e serviços que constituem o Município de Carlinda e estará previsto no Anexo X.

CAPÍTULO III

Da Série de Classes dos Cargos de Carreira dos Grupos Ocupacionais

Art. 11: A série de Classes dos Cargos que compõe a Carreira dos Servidores do Município de Carlinda estrutura-se em linha horizontal de acesso, disposta de conformidade com o respectivo nível de habilitação e perfis profissionais e ocupacional, identificada por letras maiúsculas A, B, C, D, da seguinte forma:

I. Grupo Ocupacional: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E INFRAESTRUTURA

Classe A: Habilitação em Ensino Fundamental, e/ou anos iniciais do Ensino Fundamental e/ou Elementar.

Classe B: Requisito da Classe A, mais 120 (cento e vinte) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional.

Classe C: Requisito da Classe B, mais Ensino Médio Completo.

Classe D: Requisito da Classe C, mais Curso Tecnológico em Nível Superior ou Graduação de Nível Superior.

II. Grupo Ocupacional: SERVIÇOS OPERACIONAIS

Classe A: Habilitação em Ensino Fundamental, e/ou anos iniciais do Ensino Fundamental e/ou Elementar.

Classe B: Requisito da Classe A, mais 120 (cento e vinte) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional.

Classe C: Requisito da Classe B, mais Ensino Médio Completo.

Classe D: Requisito da Classe C, mais Curso Tecnológico em Nível Superior ou Graduação de Nível Superior.

III. Grupo Ocupacional: SERVIÇOS DE APOIO Á GESTÃO

Classe A: Habilitação em Ensino Médio.

Classe B: Requisito da Classe A, mais 120 (cento e vinte) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional.

Classe C: Requisito da Classe B, mais Graduação em Nível Superior.

Classe D: Requisito da Classe C, mais curso de pós-graduação em nível de especialista "latu senso" de no mínimo 360 (trezentos e Sessenta) horas.

IV. Grupo Ocupacional: TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

Classe A: Habilitação em Nível de Ensino Médio ou Técnico de Nível Médio de acordo com a área de atuação.

Classe B: Requisito da Classe A, mais 120 (cento e vinte) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional.

Classe C: Requisito da Classe B, mais Graduação em Nível Superior.

Classe D: Requisito da Classe C, mais curso de pós-graduação em nível de especialista "latu senso" de no mínimo 360 (trezentos e Sessenta) horas.

V. Grupo Ocupacional: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR

Classe A: Habilitação em Curso de Nível Superior, inclusive licenciatura plena, correlacionada com a área de atuação e registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.

Classe B: Requisito da Classe A, mais 120 (cento e vinte) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional.

Classe C: Requisito da Classe B, mais curso de pós-graduação em nível de especialista "latu senso" de no mínimo 360 (trezentos e Sessenta) horas.

Classe D: Requisito da Classe C, mais curso de mestrado ou doutorado.

§1º: Cada Classe desdobra-se em Níveis identificados por números romanos de I a XII, que constituem a linha vertical de progressão por tempo de serviço no município de Carlinda.

CAPÍTULO IV

Do Ingresso na Carreira

Art. 12: Para o ingresso nos cargos da Carreira dos Servidores do Município de Carlinda, independente do Quadro de Pessoal a que pertença, exigir-se-á aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Parágrafo Único: Em se tratando de concurso público de provas e títulos, o julgamento dos títulos será efetuado de acordo com os critérios estabelecidos pelo Edital de Abertura do Concurso.

Art. 13: O concurso público para provimento dos cargos de Carreira dos Servidores do Município de Carlinda dar-se-á em todas as suas fases pelas normas estabelecidas na legislação que orienta os concursos públicos e no seu correspondente edital.

CAPÍTULO V

Das formas de Movimentação na Carreira

Art. 14: A movimentação funcional na Carreira dos Profissionais da Prefeitura Municipal de Carlinda dar-se-á em duas modalidades:

I. Promoção horizontal: por nova titulação profissional ou qualificação;

II. Progressão vertical: por tempo de serviço e merecimento.

§1º: Para validação do nível e classe do servidor, deverá ser constituída uma Comissão Especial composta por 05 (cinco) membros, para realizar os procedimentos da concessão das promoções e progressões funcionais, presidida pelo Secretário Municipal de Administração e da qual farão parte também um membro da Procuradoria Geral do Município, um representante da área de Recursos Humanos, e 02 (dois) servidores estáveis definidos entre os servidores ou indicados pelo sindicato dos servidores.

§2º: Os processos de ascensão funcionalocorrerão em intervalos regulares de 36 (trinta e seis) meses, beneficiando os servidores municipais habilitados na forma desta Lei, e outras normas e regulamentos emitidos pelo Chefe do Poder Executivo.

§3º: Somente poderá concorrer à ascensão funcional de que trata o presente artigo, o servidor que estiver no efetivo exercício de seu cargo, incluindo-se os servidores de provimento efetivo que estiverem exercendo funções gratificadas e cargos comissionados pertencentes à Estrutura Administrativa do Município de Carlinda.

Seção I

Da Promoção horizontal

Art. 15: **A promoção horizontal por titulação profissional é a passagem do servidor municipal, ocupante de um dos cargos definidos nesta lei,** de uma classe para outra no mesmo cargo, em virtude de comprovação da habilitação e/ou certificação de aperfeiçoamento, e/ou qualificação, e/ou capacitação profissional exigida para a respectiva classe, observado o cumprimento do intervalo mínimo de 03 (três) anos da Classe A para a Classe B, 03 (três) anos da Classe B para a Classe C e 03 (três) anos da Classe C para a Classe D, respeitando o direito adquirido dos servidores na vigência da Lei anterior.

§1º: As Classes compreendem as perspectivas da Promoção Horizontal e são representadas pelas letras A, B, C e D.

§2º: Os cursos de aperfeiçoamento, capacitação e de qualificação profissional, serão conferidos e/ou reconhecidos pela comissão constituída por Decreto do Chefe do Poder Executivo para este fim previsto no art. 14§1° e deverão obedecer, dentre outros, os seguintes requisitos à sua pontuação:

a) carga horária mínima de 04 (quatro) horas.

b) serão computados apenas os cursos de aperfeiçoamento e capacitação profissional, concluídos no máximo 05 (cinco) anos anteriores à data da concessão da promoção horizontal.

c) somente serão computados os cursos e graduações realizados dentro da área de atuação.

d) todos os certificados deverão ser oficialmente reconhecidos pelo Órgão competente.

§3º: A carga horária de cursos de aperfeiçoamento/capacitação e de qualificação profissional contada para posicionamento na classe não serão recontados para efeito de nova promoção horizontal.

§4º: Os títulos de ensino médio, graduação ou pós-graduação/especializaçãodeverãoestar de acordo com o perfil profissional do cargo (Anexo X) e oficialmente reconhecido pelo Ministério da Educação.

§5º: As demais normas da avaliação processual referida neste artigo, incluindo instrumentos e critérios, são as previstas nestePlano de Cargos, Carreira e Vencimentos e regulamento específico.

§6º: A qualificação e o esforço pessoal em busca de maiores níveis de educação formal dos servidores abrangidos por esta lei, visando o seu crescimento acadêmico e à sua permanência no serviço público, serão estimulados mediante a concessão da promoção funcional.

§7º: A concessão da promoção horizontal previsto no caput deste artigo dependealém dos critérios e requisitos disciplinados nesta lei

Seção II

Da Progressão Vertical

Art. 16: A progressão vertical por tempo de serviço é a passagem do servidor público municipal, ocupante de um dos cargos definidos nesta lei, de um nível para outro subseqüente, dentro da mesma Classe, desde que:

I. Cumprido o estágio probatório, com aproveitamento mínimo de 70% (setenta por cento) do total geral dos pontos das avaliações no estágio probatório;

II. Aprovado em processo anual e específico de avaliação de desempenho obrigatoriamente, com média de 70% (setenta por cento) do total geral dos pontos da avaliação.

§1º: As demais progressões, após o término do estágio probatório, ocorrerão de três em três anos, sem prejuízo da pontuação mínima da avaliação de desempenho previsto no Inciso II.

§2º: Decorrido o prazo previsto no *§1º*deste artigo, se o órgão não realizar processo de avaliação de desempenho, a progressão vertical dar-se-á automaticamente.

§3º: Os níveis serão representados por algarismos romanos dentro de cada classe que compõem a progressão vertical.

§4º: Para a primeira progressão após o enquadramento, o prazo será contado a partir da data em que se der o exercício do servidor no cargo de carreira.

§5º: A primeira avaliação de desempenho dos atuais servidores de Carreira do Município será realizada no máximo em 12(doze) meses após o enquadramento nesta Lei Complementar.

§6º: As demais normas sobre o processo contínuo e específico de avaliação de desempenho dos servidores do Município de Carlinda estará previsto no programa de Avaliação e Desempenho no Art. 32, sendo que seus instrumentos e critérios poderão ser disciplinados por regulamento próprio aprovado por Decreto do Prefeito Municipal no que couber.

Seção III

Dos mecanismos de movimentação do Servidor na Carreira

Art. 17: O servidor efetivo perde o direito à Movimentação na Carreira, se durante o interstício previsto para cada modalidade de movimentação, houver:

I. Faltado ao serviço sem justificativa, por mais de dez (10) dias consecutivos ou não, em cada Exercício; II. Sofrido pena disciplinar, de suspensão; III. Gozo licença para tratar de interesse particular; IV. Gozo licença para acompanhamento em pessoa da família doente, por mais de 90 (noventa) dias; V. Gozo de licença para tratamento por período superior a um ano, cumulativamente, nos últimos três anos, exceto para tratamento das seguintes doenças: Câncer, Tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, esclerose múltipla, hepatopatia grave, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante), síndrome da deficiência imunológica adquirida (aids) ou contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada.Faltado ao serviço, justificadamente, por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos ou não. VI. Gozo de cedência. VII. Afastado em decorrência de permuta ou de convênio.

§1°: O servidor que estiver, no momento da promoção horizontal e/ou progressão vertical, estiver ocupando cargo de provimento em comissão ou de confiança, somente receberá os reflexos financeiros da elevação sobre o vencimento básico do cargo efetivo.

§2°: Nas hipóteses indicadas neste artigo, começará nova contagem de tempo, para fins de progressão funcional.

§3°: Iniciar-se-á o decurso de novo período do interstício mínimo quando o servidor, após o implemento de condição prevista neste artigo, retornar ao trabalho.

Art. 18: Para os fins de concessão de licença prêmio, será computado todo o tempo de serviço prestado ao Município pelo servidor, exceto se houver interrupção de vínculo empregatício.

Parágrafo Único: Será computado ao período definido neste artigo o tempo de serviço prestado ao município em cargo de provimento efetivo ocupado, bem como na condição de celetista anterior a Instituição do Regime Jurídico Estatutário nos termos das Disposições Constitucionais Transitórias (CF), e ainda, quando se tratar de designação para cargo em comissão ou para função de confiança em que o servidor deixe de exercer as atribuições de seu cargo de origem.

CAPÍTULO VI

Do Regime de Trabalho

Art. 19: O regime de trabalho dos ocupantes dos cargos de Carreira dos Servidores do Município de Carlindaque se enquadram nas categorias prevista no Art. 4° §1° é de:

§1º - O regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais será executado em jornada de 04 (quatro) horas diárias, em um único período.

§2º- O regime de trabalho de 30 (trinta) horas semanais será executado em jornada de 06 (seis) horas diárias, em um único período.

§3º - O regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, será executado em dois turnos diários de 04 (quatro) horas, totalizando 08 (oito) horas diárias.

Art. 20: O exercício de atividades especifica decorrentes de imperiosa, temporária e comprovada necessidade de serviços que exijam do servidor o cumprimento de regime de trabalho tempo diverso do estabelecido no artigo anterior, garante o direito á sua valorização, a título de Regime Especial em Tempo Integral ou em Escala de Plantão, desde que executadas por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos.

§1º: As atividades específicas que demandarem execuções de ações de tempo integral ou em escala de plantão serão valorizadas na proporção do seu tempo de duração e do grau de dedicação delas resultantes.

§2º: Os critérios e parâmetros para identificação das atividades específicas de que trata o caput deste artigo serão regulamentados por leie autorizadas pelo Poder Legislativo, obedecidos aos limites orçamentários e financeiros da Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

§3º: O Regime Especial em Tempo Integral ou em Escala de Plantão poderá ser concedido ao servidor ocupante de dois cargos públicos legalmente cumuláveis.

CAPÍTULO VII

Da contratação Temporária de Excepcional Interesse Público

Art. 21: – Revogado pela Lei nº 1.261/2021.

Art. 22: – Revogado pela Lei nº 1.261/2021.

I. **Revogado pela Lei nº 1.261/2021.** II. **Revogado pela Lei nº 1.261/2021.** III. **Revogado pela Lei nº 1.261/2021.**

Art. 23: **Revogado pela Lei nº 1.261/2021.** IV. **Revogado pela Lei nº 1.261/2021.** V. **Revogado pela Lei nº 1.261/2021.** VI. **Revogado pela Lei nº 1.261/2021. §1º: Revogado pela Lei nº 1.261/2021.** §2º: **Revogado pela Lei nº 1.261/2021.** §3º: **Revogado pela Lei nº 1.261/2021.**

TÍTULO III

DO SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CARLINDA

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 24: A Política de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, fundamentada nos princípios e objetivos consignados no art. 5º desta lei, terá seu eixo constitutivo consubstanciado num Sistema de Desenvolvimento dos Servidores da Prefeitura, norteando-se, dentre outras, pelas diretrizes abaixo especificadas:

I. Inserção direta de contextualização na Política municipal de atendimento aos usuários da Prefeitura;

II. Melhoria da qualidade dos serviços prestados aos Munícipes;

III. Enfoque dos servidores como sujeitos do processo social de construção permanente da prefeitura, favorecendo o desenvolvimento das suas capacidades/ potencialidades e do compromisso ético e social com a coletividade.

Art.25: O sistema de Desenvolvimento dos Servidores da Prefeitura constituir-se-á dos seguintes Programas:

I. Programa de Capacitação e Educação Continuada para o sistema da Prefeitura;

II. Programa de Avaliação de Desempenho, previsto no art. 32.

§1º: A qualificação profissional e a avaliação de desempenho dos servidores da Prefeitura são deveres e direitos de todos os integrantes de provimento efetivo da carreira do Quadro Permanente e do Quadro Suplementar (cargos em extinção) da Prefeitura de Carlinda.

§2º: A Prefeitura Municipal, dentro das suas correspondentes áreas de competência e jurisdição administrativa, firmará em conjunto ou separadamente, convênios, protocolos de cooperação ou instrumentos equivalentes com instituições ou órgãos federais, estaduais ou municipais, com o objetivo de viabilizar a execução das ações do programa de capacitação e Educação Continuada, de forma a racionalizar e integrar os recursos disponíveis.

CAPÍTULO II

Do Programa de Capacitação e Educação Continuada da Prefeitura Municipal

Art. 26: A Prefeitura Municipal de Carlinda deverá instituir como atividade permanente, a capacitação de seus servidores, tendo como objetivos:

I. Criar e desenvolver hábitos, valores e comportamentos adequados ao digno exercício da função pública; II. Capacitar o servidor para o desempenho de suas atribuições específicas, orientando-o no sentido de obter os resultados desejados pela Administração; III. Estimular o desenvolvimento funcional, criando condições propícias ao constante aperfeiçoamento dos servidores; IV. Integrar os objetivos pessoais de cada servidor, no exercício de suas atribuições, às finalidades da Administração como um todo.

Art. 27: Serão 03 (três) os tipos de capacitação:

I. De integração, tendo como finalidade integrar o servidor no ambiente de trabalho, através de informações sobre a organização e o funcionamento da Prefeitura Municipal de Carlinda; II. De aperfeiçoamento, objetivando dotar o servidor de conhecimentos e técnicas referentes às atribuições que desempenha, mantendo-o permanentemente atualizado e preparando-o para a execução de tarefas mais complexas; III. De adaptação, com a finalidade de preparar o servidor para o exercício de novas funções quando a tecnologia absorver ou tornar obsoletas aquelas que vinham exercendo até o momento.

Art. 28: Os cursos de capacitação terão sempre caráter objetivo e prático e serão ministrados, direta ou indiretamente, pela Prefeitura Municipal de Carlinda:

I. Com a utilização de monitores locais; II. Mediante o encaminhamento de servidores para cursos e treinamentos realizados por instituições especializadas, sediadas ou não no Município; III. Através da contratação de especialistas ou instituições especializadas.

Art. 29: As chefias de todos os níveis hierárquicos participarão dos programas de treinamento:

I. Identificando e analisando, no âmbito de cada órgão, as necessidades de capacitação e treinamento, estabelecendo programas prioritários e propondo medidas necessárias ao atendimento das carências identificadas e à execução dos programas propostos; II. Facilitando a participação de seus subordinados nos programas de capacitação e tomando as medidas necessárias para que os afastamentos, quando ocorrerem, não causem prejuízos ao funcionamento regular da unidade administrativa; III. Desempenhando, dentro dos programas de treinamento e capacitação aprovados, atividades de instrutor; IV. Submetendo-se a programas de treinamento e capacitação relacionados às suas atribuições.

Art. 30: A Secretária Municipal de Administração, através do Departamento de Pessoal, em colaboração com os demais órgãos de igual nível hierárquico, elaborará e coordenará o levantamento de necessidades e a execução de programas de capacitação e treinamento.

Parágrafo Único: Os programas de capacitação serão elaborados, anualmente, a tempo de se prever, na proposta orçamentária, os recursos indispensáveis à sua implementação.

Art. 31: Independentemente dos programas previstos, cada chefia desenvolverá, com seus subordinados, atividades de treinamento em serviço, em consonância com o programa de capacitação estabelecido pela Administração, através de:

I. Reuniões para estudo e discussão de assuntos de serviço; II. Divulgação de normas legais e aspectos técnicos relativos ao trabalho e orientação quanto ao seu cumprimento e à sua execução; III. Discussão dos programas de trabalho do órgão que chefia e de sua contribuição para o sistema administrativo; IV. Utilização de rodízio e de outros métodos de capacitação em serviço, adequados a cada caso.

§1º: Constitui parte integrante e indispensável do Programa de CapacitaçãoeEducação Continuada para os servidores a sua avaliação permanente, de forma a identificar a eficácia e o impacto da sua aplicação na melhoria das práticas e da qualidade dos serviços prestados aos Munícipes;

§2º: Caberá à Secretaria Municipal de Administração, elaborar a programação anual do Programa de Capacitação, com seus correspondentes conteúdos de formação e respectivos custos, para fins de apreciação e aprovação do Prefeito.

§3º: Fica o servidor beneficiado pelo Programa de Capacitação e Educação Continuada, independentemente do Quadro de Pessoal a que pertença, obrigado a disponibilizar no prazo e condições estabelecidas em regulamento, as informações e conhecimentos obtidos durante sua participação no Programa de Capacitação, bem como a reproduzir o material institucional recebido e colocar-se a disposição para o repasse dos conhecimentos adquiridos.

§4º: Caberá à Secretaria de Administração, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados do enquadramento dos servidores nesta Lei, apresentar ao Prefeito para apreciação e aprovação a estrutura e o regulamento do Programa de Qualificação Profissional.

CAPÍTULO III

Do Programa de Avaliação de Desempenho

Art.32: O Programa de Avaliação de Desempenho, parte integrante do Sistema de Desenvolvimento dos Servidores da Prefeitura, é o instrumento de unificação da Política de Recursos Humanos, devendo, na sua concepção abranger critérios capazes de avaliar, na sua inteireza, a qualidade dos processos de trabalho em todas as secretarias.

§1º: Nas avaliações de desempenho dentre outros, definidos a partir da realidade funcional de cada secretaria, serão considerados os seguintes critérios:

I. Assiduidade e pontualidade no exercício do cargo; **II.** Produtividade e eficiência no cumprimento das atribuições que lhe são pertinentes; **III.** Idoneidade Moral e Profissional **IV.** Ocorrência disciplinares negativas; **V.** Comprometimento.

§2º: Para os fins desta Lei, considera-se:

I. Assiduidade e Pontualidade: o comparecimento diário ao trabalho, sem faltas injustificadas e cumprimento dos horários estabelecidos, incluindo os horários de entrada, saída e almoço.

II. Produtividade e Eficiência: desenvolvimento das atividades do cargo de forma planejada, organizada e eficiente, dentro dos padrões estabelecidos e desempenho com zelo, presteza e qualidade das tarefas que lhe forem atribuídas.

III. Idoneidade Moral e Profissional: sigilo quanto as informações do órgão, cumprimento de hierarquia, observância a normas e regulamentos e respeito.

IV. Ocorrências disciplinares negativas: sanções aplicadas ao servidor em virtude do descumprimento dos preceitos e normas legais, do não desenvolvimento das atividades de sua competência, ou do respeito à hierarquia.

V. Comprometimento: Zelo e dedicação com o trabalho, atenção e cuidado com o patrimônio, atenção aos materiais do trabalho, iniciativa e atitude, participação nas atividades da entidade, interesse público.

§3º: Caberá à Secretaria Municipal de Administração, elaborar e submeter á apreciação e aprovação por Decreto do Prefeito Municipal as normas disciplinares complementares para Avaliação de Desempenho, obedecidos os critérios genéricos dos servidores públicos municipais.

§4°: As normas disciplinadoras do Programa de Avaliação de Desempenho deverão conter critérios gerais específicos de avaliação de desempenho do servidor da Carreira dos Profissionais que se encontram em estágio probatório, consoantes com a legislação vigente sobre a matéria.

TITULO IV

DO SISTEMA DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CARLINDA

Art. 33: O Sistema de Remuneração dos Servidores do Município de Carlinda, somente poderá ser fixado ou alterado por lei específica, observada a iniciativa do Poder Executivo, assegurada a revisão geral anual, que será apurada no mês de Abril e aplicada aos vencimentos dos servidores no mês de Maio, por meio da incidência do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, divulgado pelo IBGE, conforme art. 50 do Regime Jurídico dos servidores do Município.

§1°: Os vencimentos dos cargos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto no inciso XV do art. 37 da Constituição Federal.

§2°: A fixação dos padrões de vencimento e demais componentes do sistema de remuneração dos servidores da Prefeitura Municipal de Carlinda observará:

I. A natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos que compõem seu Quadro; II. Os requisitos de escolaridade e experiência para a investidura nos cargos; III. As peculiaridades dos cargos.

Art. 34: Os cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Carlinda estão hierarquizados por níveis de vencimento nos Anexos desta Lei.

§1°: A cada referencial uma faixa de vencimentos, conforme Tabela constante do Anexo I desta Lei.

§2°: O aumento do vencimento respeitará a política de remuneração definida nesta Lei, bem como seu escalonamento e respectivos distanciamentos percentuais entre os níveis e classes.

Art. 35: Os proventos dos servidores inativos e o benefício dos pensionistas observarão o disposto na Constituição Federal e legislação específica.

CAPÍTULO I

Da Estruturação do Sistema de Remuneração

Art. 36: O Sistema de Remuneração estrutura-se através de tabelas remuneratórias contendo os padrões de subsidio, fixados em razão da natureza, grau de responsabilidade e de complexidade, e dos requisitos exigidos para ingresso em cada cargo da Carreira dos Profissionais do Município.

CAPÍTULO II

Do Incentivo a Produtividade

Art. 37*:* Além da remuneração, os servidores lotados no Quadro de Pessoal do Município de Carlinda, no interesse da administração, pelo exercício em condições especiais, poderão ser concedido Adicional de Produtividade, para as atividades decorrentes de imperiosa, temporária e comprovada necessidade do serviço, regime extraordinário de trabalho ou em escala de plantão aos servidores que prestem atividades específicas nas Unidades e Órgão do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único: Os critérios e parâmetros para pagamento do Adicional de Produtividade será regulamentado por Lei devidamente aprovada pelo Poder Legislativo, levando-se em conta a qualidade do trabalho realizado, para aferimento dos propósitos fixados nesta Lei, visando incentivar e aprimorar as atividades dos servidores públicos municipais, no intuito de promover a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população de Carlinda.

TITULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO I

Do Enquadramento

Art. 38: A transposição dos atuais servidores dos quadros e regime de origem para o presente Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dar-se-á mediante enquadramento na Classe que o servidor já tenha adquirido na vigência da lei anterior.

§1°: Observada a correlação dos cargos, na comparação do quadro de cargos da legislação pretérita com aqueles definidos no Anexo II desta Lei Complementar, proceder-se-á ao enquadramento direto dos servidores na Classe corresponde a escolaridade do servidor e nos níveis de padrões de vencimento dos cargos, de acordo com tempo de efetivo exercício no Quadro de Servidores do Município de Carlinda, observada o disposto no artigo 18 desta Lei.

§2º: O servidor que tiver ingressado na Administração Municipal até a data da publicação desta Lei Complementar e cuja escolaridade não corresponda ao estabelecido na Classe "A" do Anexo II conforme determinado no Art. 11 e seguintes desta Lei Complementar, terá prazo de 04 (quatro) anos para regularizar sua situação funcional, salvo se a legislação dispuser em contrário.

Art. 39. Para o efeito de enquadramento previsto no *caput*, será o servidor posicionado na Classe referente a sua escolaridade e Nível correspondente ao seu tempo de serviço até a data da publicação desta Lei Complementar.

Parágrafo Único: Para fins de enquadramento, será considerado o vencimento atual dos servidores, com as progressões adquiridas na legislação anterior, calculada proporcionalmente, até a data de enquadramento do servidor nesta Lei.

Art. 40: O posicionamento nos níveis da classe terá como critério a contagem, para cada nível, de 03 (três) anos completos de tempo de efetivo exercício no cargo para qual foi provido e/ou reclassificado no Serviço Público Municipal.

Parágrafo Único: O posicionamento de que trata o presente Artigo, considerará para fins enquadramento dos atuais servidores de provimento efetivo da Prefeitura, o tempo de serviço em que exerceram funções gratificadas e cargos comissionados pertencentes à estrutura administrativa da Prefeitura.

Art. 41. Para o servidor que tiver ingressado na Administração Pública Municipal, através de concurso público, antes da data de publicação desta Lei Complementar, prevalece à escolaridade prevista no edital.

Art. 42:Não poderá haver concurso público para ocupar vagas na Classe de Cargo 'em extinção'.

Parágrafo único: Na situação a que se refere o caput deste artigo, o número de vagas se limitará aos atuais ocupantes, extinguindo-se progressivamente na sua vacância.

CAPÍTULO II

Das Disposições Transitórias

Art. 43: Efetuado o enquadramento direto na Classe correspondente ao grau de escolaridade atual de formação do servidor, obtido mediante conquista em face da lei anterior e Nível correspondente ao tempo de serviço no Município, dali prosseguirá a contagem de intervalos ou mensuração de requisitos para o desenvolvimento do servidor na carreira.

Art. 44: O servidor que se encontrar afastado e/ou em licença não remunerada, legalmente só poderá ser enquadrado quando oficialmente reassumir o seu respectivo cargo.

Art. 45: O Prefeito Municipal designará Comissão de Enquadramento constituída por 05 (cinco) membros, para realizar os procedimentos da concessão das promoções e progressões funcionais, presidida pela Secretária Municipal de Administração e da qual farão parte também um membro da Procuradoria Geral do Município, um representante da área de Recursos Humanos, e 02 (dois) servidores estáveis definidos entre os servidores ou indicados pelo sindicato dos servidores, já especificado no art. 14 §1º desta lei.

§1°: Caberá à referida Comissão:

I. Elaborar normas de enquadramento e submetê-las à aprovação do Prefeito Municipal de Carlinda. II. Elaborar as propostas de atos coletivos de enquadramento e encaminhá-las ao Prefeito Municipal de Carlinda. A apreciação, em primeira instância, dos pedidos de reconsideração interpostos face o enquadramento realizado.

§2°: Para cumprir o disposto no inciso II do **§1°** deste artigo, a Comissão se valerá dos assentamentos funcionais dos servidores e de informações colhidas junto às chefias dos órgãos onde estejam lotados.

§3°: Os servidores atuais que já estiverem em enquadrados em classes, acima da classe inicial (A), poderão ser devidamente enquadrado, desde que acha equivalência de classes entre a lei nova e a lei anterior.

§4°: Do ato que fixar o enquadramento caberá recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, dirigido à comissão de que trata o art. 45 desta Lei Complementar.

§5º Havendo recurso, caberá a comissão realizar o estudo e a avaliação do histórico-funcional do servidor.

§6º Em caso de indeferimento, a comissão encaminhará ao Secretário Municipal de Administração, para julgamento em segunda instância.

§7º Em segunda instância, o prazo do recurso será de 20 (vinte) dias.

§8º Da decisão do Secretário Municipal de Administração, não caberá recurso.

Art. 46: Os servidores pertencentes ao Quadro Suplementar serão enquadrados nos níveis de vencimentos da nova estrutura de cargos, observados os mesmos critérios estabelecidos para o Quadro Permanente da Prefeitura de Carlinda.

Art.47: No processo de enquadramento serão considerados os seguintes fatores:

I. Nomenclatura e descrição das atribuições do cargo para o qual o servidor foi admitido ou reclassificado se forem o caso; II. Nível de vencimento dos cargos; III. Experiência específica no cargo; IV. Grau de escolaridade exigido para o exercício do cargo; V. Habilitação legal para o exercício de profissão regulamentada.

Parágrafo Único: Os servidores que não preencherem os requisitos a que se referem os incisos V deste artigo, serão mantidos nas classes e níveis que ocupam.

Art. 48: O servidor que entender que seu enquadramento tenha sido feito em desacordo com as normas desta Lei poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação das listas nominais de enquadramento, dirigir à Comissão de Enquadramento petição de revisão do mesmo, devidamente fundamentada e protocolada.

§1°: A Comissão a que se refere nesta Lei deverá decidir sobre o requerido, nos 30 (trinta) dias que se sucederem à data de recebimento da petição, ao fim dos quais será dada ao servidor ciência do despacho.

§2°: Sendo o pedido deferido, a ementa da decisão da Comissão deverá ser publicada na forma oficial no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do término do prazo fixado no §1º deste artigo e os efeitos financeiros decorrentes da revisão do enquadramento serão retroativos à data de publicação das listas de enquadramento.

CAPÍTULO III

Das Funções Gratificadas

Art. 49: São criados por esta as chamadas funções gratificadas, com seus respectivos padrões de identificação e a remuneração adicional a que terá direito o servidor estatutário que preencher o cargo, sendo estes os constantes do Anexo IX da presente Lei.

Art. 50: O provimento das funções gratificadas é privativo de servidor público efetivo do município que vier a desempenhar alguma atividade além do descrito no perfil do cargo, bem como, venha ocupar um cargo que por sua natureza seja de direção, chefia ou coordenação, sem prejuízo de seus vencimentos no órgão de origem.

Parágrafo Único –O servidor publico efetivo não poderá cumular a Função gratificada Gratificação de Função Comissionada prevista no art. 54.

CAPÍTULO IV

Dos Estagiários

Art. 51: O Município de Carlinda contará também com Estudantes como Estagiários em suas diferentes unidades orgânicas.

§1º: O Município, para atender as demandas de serviços e para valorizar os estudantes que buscam a qualificação profissional contratará estagiários, regularmente matriculados e freqüentando o ensino regular em Instituições de educação superior, de educação profissional (técnico de nível médio), de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade da educação de jovens e adultos.

§2º: O Estagiário será contratado por tempo determinado e de acordo com as disposições constantes na lei 11.788/2008 que dispões sobre o estágio para estagiários, bem como, fundamentado em convênio específico entre Município e a Instituição de ensino, salientando os compromissos recíprocos de acompanhamento, orientação técnica e avaliação de aprendizagem.

§3º: A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I. 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II. 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

III. O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

§4º: O valor da bolsa a ser paga aos estagiários de ensino superior com carga horária de 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais será igual ao menor salário do quadro efetivo do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores da Administração Direta do Município.

§5º: O valor da bolsa a ser paga aos estagiários de educação profissional (técnico de nível médio) com carga horária de 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais será igual a 90% salário do estagiário de nível superior e o valor da bolsa para os demais estagiários de 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, do ensino médio serão de 80% do salário do estagiário de nível superior.

§6º: O valor da bolsa a ser paga aos estagiários com carga horária de 20 (vinte) horas semanais será proporcional à carga horária contratado, considerando o nível de ensino que esteja devidamente matriculada e frequentando.

§7º: O educando fará jus a um período de recesso remunerado de trinta dias corridos, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 01 (um) ano, a ser gozado preferencialmente durante as férias escolares, sendo permitido seu parcelamento em até 02 (dois) períodos de quinze dias.

§8º: O recesso será concedido de maneira proporcional, na hipótese de estágio inferior a 01 (um) ano.

CAPÍTULO V

Dos Cargos em Comissão

Art. 52: São criados por esta Lei os cargos em comissão, com seus respectivos números de vagas, referências e vencimento, os quais estão elencados no Anexo III desta Lei Complementar.

Art. 53: Os cargos em comissão, que são de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal, destinam-se ao atendimento de cargos de direção, coordenação, chefia assessoramento e outros, da forma que a Lei determinar.

Parágrafo Único: As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de assessoramento, direção, coordenação e chefia.

Art. 54: O servidor efetivo, nomeado para exercer cargo em comissão, deverá optar entre o vencimento do cargo comissionado ou o vencimento do seu cargo efetivo acrescido de até 25% (vinte e cinco por cento) a título de Gratificação de Função.

Art. 55: O exercício de Cargo em Comissão ou Função de Confiança exigirá de seu ocupante a integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver necessidade da Administração Pública Municipal, sem complementação remuneratória de qualquer natureza.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Finais

Art. 56: O Servidor da Prefeitura Municipal de Carlinda será aposentado em conformidade com o estabelecido pelo sistema previdenciário a que estiver vinculado.

Art. 57: Do ato de enquadramento nos parâmetros previsto nos artigos 38 e seguintes desta lei, o servidor não poderá ter prejuízos financeiros, sendo assegurado no mínimo o mesmo vencimento padrão do servidor.

Parágrafo Único - Não havendo coincidência de valor do Vencimento atual com o anterior, o servidor será progredido ao valor do Nível imediatamente superior dentro da mesma Classe.

Art. 58: O Poder Executivo realizará todo enquadramento do quadro de servidores no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a aprovação da presente Lei.

Art. 59: É vedado, a partir da data de publicação desta Lei o provimento dos cargos em extinção que integram a Cargos Efetivos do Quadro Suplementar, estabelecidos no Anexo IV desta Lei.

Art. 60: Aplica-se subsidiariamente, no que não específico o Estatuto dos Servidores Públicos e o Plano de Carreira Geral do Município de Carlinda.

Art. 61: Fazem parte desta Lei os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X.

Art. 62: Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 63: Revogam-se as disposições em contrário, em especial o inteiro teor da Lei nº 681/2011 e suas alterações.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 17 DE SETEMBRO DE 2015.

REEDITADA, EM 08 DE SETEMBRO DE 2017.

REEDITADA, EM 1º DE FEVEREIRO DE 2021.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

ANEXO I

TABELA DE REFERENCIA SALARIAL

REFERENCIAL	VECIMENTO PADRÃO INICIAL NÍVEL I / CLASSE A
1	R$ 820,00
2	R$ 850,00
3	R$ 915,00
4	R$ 950,00
5	R$ 985,00
6	R$ 1.014,00
7	R$ 1.120,00
8	R$ 1.150,00
9	R$ 1.215,00
10	R$ 1.300,00
11	R$ 1.400,00
12	R$ 1.600,00
13	R$ 1.750,00
14	R$ 1.880,00
15	R$ 2.000,00
16	R$ 2.250,00
17	R$ 2.500,00
18	R$ 2.880,00
19	R$ 3.000,00
20	R$ 3.200,00
21	R$ 3.500,00
22	R$ 4.000,00
23	R$ 4.500,00
24	R$ 5.300,00
25	R$ 6.500,00
26	R$ 10.600,00

ANEXO II QUADRO DOS CARGOS PARA SERVIDORES EFETIVOS
Quadro 01
Grupo Ocupacional: Serviços de Manutenção e Infraestrutura – SMI

A) CARGA HORÁRIA - 40 HORAS					
Símbolo	**Referencial**	**Vencimento Inicial**	**Cargo**	**Hrs / Sem**	**Vagas**
SMI	4	R$ 950,00	Carpinteiro	40	2
SMI	3	R$ 915,00	Coveiro	40	2
SMI	2	R$ 850,00	Cozinheira	40	2
SMI	1	R$ 820,00	Auxiliar de Serviços Gerais	40	35
SMI	1	R$ 820,00	Vigia	40	15
TOTAL DE VAGAS					**56**

Quadro 02

Grupo Ocupacional: Serviços Operacionais – SEO

A) CARGA HORÁRIA - 40 HORAS					
Símbolo	**Referencial**	**Vencimento Inicial**	**Cargo**	**Hrs / Sem**	**Vagas**
SEO	13	R$ 1.750,00	Operador de Máquinas Pesadas	40	8
SEO	12	R$ 1.600,00	Mecânico de Máquinas Pesados	40	2
SEO	11	R$ 1.400,00	Operador de Máquinas	40	4
SEO	11	R$ 1.400,00	Motorista Categoria D / E	40	25
SEO	10	R$ 1.300,00	Mecânico de Veículos	40	2
SEO	9	R$ 1.215,00	Eletricista Predial	40	1
SEO	8	R$ 1.150,00	Motorista Categoria A / B	40	7
SEO	8	R$ 1.150,00	Motorista Categoria A / C	40	8
SEO	8	R$ 1.150,00	Eletricista Automotivo	40	1
TOTAL DE VAGAS					**58**

Quadro 03

Grupo Ocupacional: Serviços de Apoio a Gestão - SAG

A) CARGA HORÁRIA - 40 HORAS					
Símbolo	**Referencial**	**Vencimento Inicial**	**Cargo**	**Hrs / Sem**	**Vagas**
SAG	6	R$ 1.014,00	Agente de Combate a Endemias	40	7
SAG	6	R$ 1.014,00	Agente de Comunitário de Saúde	40	44
SAG	4	R$ 950,00	Agente de Trânsito	40	3
SAG	3	R$ 915,00	Auxiliar de Saúde Bucal	40	2
SAG	2	R$ 850,00	Auxiliar Administrativo	40	18
SAG	1	R$ 820,00	Auxiliar Técnico Desportivo	40	3
TOTAL DE VAGAS					**77**

Quadro 04

Grupo Ocupacional: Nível Médio / Técnico de Nível Médio – TNM

A) CARGA HORÁRIA – 40 HORAS					
Símbolo	**Referencial**	**Vencimento Inicial**	**Cargo**	**Hrs / Sem**	**Vagas**
TNM	16	R$ 2.250,00	Assistente de Controle Interno	40	2
TNM	13	R$ 1.750,00	Pregoeiro	40	1
TNM	12	R$ 1.600,00	Técnico em Agropecuária	40	2
TNM	12	R$ 1.600,00	Técnico em Agroindústria	40	1
TNM	12	R$ 1.600,00	Técnico Administrativo de RH	40	1
TNM	12	R$ 1.600,00	Técnico em Informática	40	2
TNM	12	R$ 1.600,00	Técnico em Meio Ambiente	40	2
TNM	12	R$ 1.600,00	Ouvidor Municipal Geral	40	1
TNM	10	R$ 1.300,00	Assistente Administrativo Contábil	40	2
TNM	10	R$ 1.300,00	Assistente Jurídico	40	1
TNM	10	R$ 1.300,00	Fiscal de Obras e Posturas	40	2
TNM	10	R$ 1.300,00	Técnico em Enfermagem	40	25
TNM	10	R$ 1.300,00	Técnico em Vigilância Sanitária	40	2
TNM	9	R$ 1.215,00	Assistente Administrativo	40	20
TNM	7	R$ 1.120,00	Fiscal de Vigilância Sanitária	40	4
TNM	7	R$ 1.120,00	Fiscal de Tributos	40	8
TNM	7	R$ 1.120,00	Técnico em Higiene Bucal	40	4
TNM	7	R$ 1.120,00	Técnico de Laboratório	40	2
TOTAL DE VAGAS					**82**

Quadro 05

Grupo Ocupacional: Técnico de Nível Superior – TNS

A) CARGA HORÁRIA - 20 HORAS					
Símbolo	**Referencial**	**Vencimento Inicial**	**Cargo**	**Hrs / Sem**	**Vagas**
TNS	25	R$ 6.500,00	Procurador Jurídico	20	2
TNS	24	R$ 5.300,00	Médico Clínico Geral	20	1
TNS	14	R$ 1.880,00	Engenheiro Sanitarista	20	1
TOTAL DE VAGAS					**4**

B) CARGA HORÁRIA - 30 HORAS					
Símbolo	**Referencial**	**Vencimento Inicial**	**Cargo**	**Hrs / Sem**	**Vagas**
TNS	17	R$ 2.500,00	Fisioterapeuta	30	2
TNS	17	R$ 2.500,00	Engenheiro Civil	30	1
TNS	17	R$ 2.500,00	Médico Veterinário	30	1
TNS	17	R$ 2.500,00	Engenheiro Agrônomo	30	1
TNS	17	R$ 2.500,00	Biólogo	30	1
TNS	17	R$ 2.500,00	Engenheiro Florestal	30	1
TNS	17	R$ 2.500,00	Assistente Social	30	6

TOTAL DE VAGAS					**13**
C) CARGA HORÁRIA - 40 HORAS					
Símbolo	**Referencial**	**Vencimento Inicial**	**Cargo**	**Hrs / Sem**	**Vagas**
TNS	26	R$ 10.600,00	Médico Clínico Geral	40	4
TNS	21	R$ 3.500,00	Controlador Interno	40	1
TNS	21	R$ 3.500,00	Assessor Jurídico	40	1
TNS	20	R$ 3.200,00	Odontólogo	40	4
TNS	20	R$ 3.200,00	Contador	40	1
TNS	19	R$ 3.000,00	Enfermeiro	40	8
TNS	17	R$ 2.500,00	Farmacêutico/Bioquímico	40	2
TNS	17	R$ 2.500,00	Biomédico	40	1
TNS	17	R$ 2.500,00	Fonoaudiólogo	40	1
TNS	17	R$ 2.500,00	Nutricionista	40	2
TNS	17	R$ 2.500,00	Psicólogo	40	5
TNS	17	R$ 2.500,00	Analista Administrativo	40	1
TNS	17	R$ 2.500,00	Educador Físico	40	2
TNS	17	R$ 2.500,00	Pedagogo Social	40	2
TOTAL DE VAGAS					**35**

ANEXO III QUADRO DOS CARGOS PARA SERVIDORES EM COMISSÃO

Quadro 01

Direção e Assessoramento Superior – D A S

Símbolo	**Vencimento**	**Cargo**	**Hrs/ Sem**	**Vagas**
DAS	R$ 3.500,00	***Secretário Municipal de Administração e Finanças***	40h	1
DAS	R$ 4.025,00	Secretário Municipal de Educação e Cultura, Esporte e Lazer	40h	1
DAS	R$ 4.025,00	Secretário Municipal de Saúde	40h	1
DAS	R$ 3.500,00	Secretário Municipal de Assistência Social	40h	1
DAS	R$ 3.500,00	Secretário Municipal da Cidade	40h	1
DAS	R$ 3.500,00	Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos	40h	1
DAS	R$ 3.500,00	Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária, Indústria, Comércio, Meio Ambiente e Turismo	40h	1
TOTAL DE VAGAS				7

Quadro 02

Direção e Assessoramento Intermediário – D A I

Símbolo	**Vencimento**	**Cargo**	**Hrs / Sem**	**Vagas**
DAI	R$ 6.700,00	Procurador Geral do Município	40h	1
DAI	R$ 4.025,00	Controlador Geral do Município	40h	1
DAI	R$ 3.500,00	Assessor de Gabinete	40h	1
DAI	R$ 3.500,00	Assessor Jurídico	40h	1
DAI	R$ 3.000,00	Chefe de Planejamento Financeiro	40h	1
DAI	R$ 2.800,00	Assessor de Imprensa e Comunicação	40h	1
DAI	R$ 3.500,00	Diretor Administrativo de Saúde	40h	5
DAI	R$ 3.500,00	Diretor de Engenharia Civil	40h	1
DAI	R$ 2.200,00	Diretor de Saúde	40h	1
TOTAL DE VAGAS				13

Quadro 03

Direção e Assessoramento Estratégico – D A E

Símbolo	**Vencimento**	**Cargo**	**Hrs / Sem**	**Vagas**
DAE	R$ 3.800,00	Diretor de Patrimônio e Almoxarifado	40h	1
DAE	R$ 2.000,00	Assessor Técnico	40h	4
DAE	R$ 1.800,00	Diretor de Departamento	40h	10
DAE	R$ 1.500,00	Coordenador de Departamento	40h	10
DAE	R$ 1.200,00	Chefe de Departamento	40h	15
DAE	R$ 1.000,00	Chefe de Divisão	40h	15
DAE	R$ 900,00	Assessor Operacional de Departamento	40h	20
DAE	R$ 800,00	Monitor de Setor	40h	16
DAE	R$ 2.000,00	Coordenador da Central de Regulação	40h	1
DAE	R$ 2.300,00	Diretor de Estação de Trabalho	40h	4
DAE	R$ 2.000,00	Diretor de Esportes	40h	1
DAE	R$ 2.000,00	Diretor do Departamento de Água e Esgoto	40h	1
TOTAL DE VAGAS				98

ANEXO IV QUADRO DOS CARGOS EM EXTINÇÃO

Símbolo	**Referencial**	**Vencimento Inicial**	**Cargo**	**Hrs / Sem**	**Vagas**
SMI	1	R$ 820,00	Zeladora	40	1
SAG	1	R$ 820,00	Recepcionista	40	1
SAG	1	R$ 820,00	Telefonista	40	1
SAG	1	R$ 820,00	Agente de Saúde	40	5
SAG	1	R$ 820,00	Almoxarife	40	1
TOTAL DE VAGAS					**9**

ANEXO V TABELA DE PROGRESSÃO VERTICAL

	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	NÍVEL	Percentual
NÍVEIS DE PROGRESSÃO VERTICAL POR TEMPO DE SERVIÇO	00 a 03 anos	I	Vencimento Padrão
	03 a 06 anos	II	6%
	06 a 09 anos	III	12%
	09 a 12 anos	IV	18%
	12 a 15 anos	V	24%
	15 a 18 anos	VI	30%
	18 a 21 anos	VII	36%
	21 a 24 anos	VIII	42%
	24 a 27 anos	IX	48%
	27 a 30 anos	X	54%

ANEXO VI TABELA DE PROMOÇÃO HORIZONTAL				
CLASSES	A	B	C	D
PERCENTUAL	VENCIMENTO PADRÃO	10%	20%	30%
		Sobre Classe "A"	Sobre Classe "A"	Sobre Classe "A"

ANEXO VII

QUADROS DE MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA

NÍVEL	CLASSE		A	B	C	D
	R$ 891,85		1,00	1,10	1,20	1,30
01	00 a 03 anos	Vencimento Padrão	R$ 891,85	R$ 981,04	R$ 1.070,22	R$ 1.159,41
02	03 a 06 anos	6%	R$ 945,36	R$ 1.039,90	R$ 1.134,43	R$ 1.228,97
03	06 a 09 anos	12%	R$ 998,87	R$ 1.098,76	R$ 1.198,65	R$ 1.298,53
04	09 a 12 anos	18%	R$ 1.052,38	R$ 1.157,62	R$ 1.262,86	R$ 1.368,10
05	12 a 15 anos	24%	R$ 1.105,89	R$ 1.216,48	R$ 1.327,07	R$ 1.437,66
06	15 a 18 anos	30%	R$ 1.159,41	R$ 1.275,35	R$ 1.391,29	R$ 1.507,23
07	18 a 21 anos	36%	R$ 1.212,92	R$ 1.334,21	R$ 1.455,50	R$ 1.576,79
08	21 a 24 anos	42%	R$ 1.266,43	R$ 1.393,07	R$ 1.519,71	R$ 1.646,36
09	24 a 27 anos	48%	R$ 1.319,94	R$ 1.451,93	R$ 1.583,93	R$ 1.715,92
10	27 a 30 anos	54%	R$ 1.373,45	R$ 1.510,79	R$ 1.648,14	R$ 1.785,48

NÍVEL	CLASSE		A	B	C	D
	R$ 924,48		1,00	1,10	1,20	1,30
01	00 a 03 anos	Vencimento Padrão	R$ 924,48	R$ 1.016,93	R$ 1.109,38	R$ 1.201,82
02	03 a 06 anos	6%	R$ 979,95	R$ 1.077,94	R$ 1.175,94	R$ 1.273,93
03	06 a 09 anos	12%	R$ 1.035,42	R$ 1.138,96	R$ 1.242,50	R$ 1.346,04
04	09 a 12 anos	18%	R$ 1.090,89	R$ 1.199,98	R$ 1.309,06	R$ 1.418,15
05	12 a 15 anos	24%	R$ 1.146,36	R$ 1.260,99	R$ 1.375,63	R$ 1.490,26
06	15 a 18 anos	30%	R$ 1.201,82	R$ 1.322,01	R$ 1.442,19	R$ 1.562,37
07	18 a 21 anos	36%	R$ 1.257,29	R$ 1.383,02	R$ 1.508,75	R$ 1.634,48
08	21 a 24 anos	42%	R$ 1.312,76	R$ 1.444,04	R$ 1.575,31	R$ 1.706,59
09	24 a 27 anos	48%	R$ 1.368,23	R$ 1.505,05	R$ 1.641,88	R$ 1.778,70
10	27 a 30 anos	54%	R$ 1.423,70	R$ 1.566,07	R$ 1.708,44	R$ 1.850,81

NÍVEL	CLASSE		A	B	C	D
	R$ 995,18		1,00	1,10	1,20	1,30
01	00 a 03 anos	Vencimento Padrão	R$ 995,18	R$ 1.094,70	R$ 1.194,22	R$ 1.293,73
02	03 a 06 anos	6%	R$ 1.054,89	R$ 1.160,38	R$ 1.265,87	R$ 1.371,36
03	06 a 09 anos	12%	R$ 1.114,60	R$ 1.226,06	R$ 1.337,52	R$ 1.448,98
04	09 a 12 anos	18%	R$ 1.174,31	R$ 1.291,74	R$ 1.409,17	R$ 1.526,61
05	12 a 15 anos	24%	R$ 1.234,02	R$ 1.357,43	R$ 1.480,83	R$ 1.604,23
06	15 a 18 anos	30%	R$ 1.293,73	R$ 1.423,11	R$ 1.552,48	R$ 1.681,85
07	18 a 21 anos	36%	R$ 1.353,44	R$ 1.488,79	R$ 1.624,13	R$ 1.759,48
08	21 a 24 anos	42%	R$ 1.413,16	R$ 1.554,47	R$ 1.695,79	R$ 1.837,10
09	24 a 27 anos	48%	R$ 1.472,87	R$ 1.620,15	R$ 1.767,44	R$ 1.914,73
10	27 a 30 anos	54%	R$ 1.532,58	R$ 1.685,83	R$ 1.839,09	R$ 1.992,35

NÍVEL	CLASSE		A	B	C	D
	R$ 1.033,24		1,00	1,10	1,20	1,30
01	00 a 03 anos	Vencimento Padrão	R$ 1.033,24	R$ 1.136,56	R$ 1.239,89	R$ 1.343,21
02	03 a 06 anos	6%	R$ 1.095,23	R$ 1.204,76	R$ 1.314,28	R$ 1.423,80
03	06 a 09 anos	12%	R$ 1.157,23	R$ 1.272,95	R$ 1.388,67	R$ 1.504,40
04	09 a 12 anos	18%	R$ 1.219,22	R$ 1.341,15	R$ 1.463,07	R$ 1.584,99
05	12 a 15 anos	24%	R$ 1.281,22	R$ 1.409,34	R$ 1.537,46	R$ 1.665,58
06	15 a 18 anos	30%	R$ 1.343,21	R$ 1.477,53	R$ 1.611,85	R$ 1.746,18
07	18 a 21 anos	36%	R$ 1.405,21	R$ 1.545,73	R$ 1.686,25	R$ 1.826,77
08	21 a 24 anos	42%	R$ 1.467,20	R$ 1.613,92	R$ 1.760,64	R$ 1.907,36
09	24 a 27 anos	48%	R$ 1.529,20	R$ 1.682,11	R$ 1.835,03	R$ 1.987,95
10	27 a 30 anos	54%	R$ 1.591,19	R$ 1.750,31	R$ 1.909,43	R$ 2.068,55

NÍVEL	CLASSE	A	B	C	D
	R$ 1.071,31	1,00	1,10	1,20	1,30

01	00 a 03 anos	Vencimento Padrão	**R$ 1.071,31**	**R$ 1.178,44**	**R$ 1.285,57**	R$ 1.392,70
02	03 a 06 anos	6%	R$ 1.135,59	R$ 1.249,15	R$ 1.362,71	R$ 1.476,27
03	06 a 09 anos	12%	R$ 1.199,87	R$ 1.319,85	R$ 1.439,84	R$ 1.559,83
04	09 a 12 anos	18%	R$ 1.264,15	R$ 1.390,56	R$ 1.516,97	R$ 1.643,39
05	12 a 15 anos	24%	R$ 1.328,42	R$ 1.461,27	R$ 1.594,11	R$ 1.726,95
06	15 a 18 anos	30%	R$ 1.392,70	R$ 1.531,97	R$ 1.671,24	R$ 1.810,51
07	18 a 21 anos	36%	R$ 1.456,98	R$ 1.602,68	R$ 1.748,38	R$ 1.894,08
08	21 a 24 anos	42%	R$ 1.521,26	R$ 1.673,39	R$ 1.825,51	R$ 1.977,64
09	24 a 27 anos	48%	R$ 1.585,54	R$ 1.744,09	R$ 1.902,65	R$ 2.061,20
10	27 a 30 anos	54%	R$ 1.649,82	R$ 1.814,80	R$ 1.979,78	R$ 2.144,76

NÍVEL	**CLASSE**		**A**	**B**	**C**	**D**
	R$ 1.102,85		**1,00**	**1,10**	**1,20**	**1,30**
01	00 a 03 anos	Vencimento Padrão	**R$ 1.102,85**	**R$ 1.213,14**	**R$ 1.323,42**	R$ 1.433,71
02	03 a 06 anos	6%	R$ 1.169,02	R$ 1.285,92	R$ 1.402,83	R$ 1.519,73
03	06 a 09 anos	12%	R$ 1.235,19	R$ 1.358,71	R$ 1.482,23	R$ 1.605,75
04	09 a 12 anos	18%	R$ 1.301,36	R$ 1.431,50	R$ 1.561,64	R$ 1.691,77
05	12 a 15 anos	24%	R$ 1.367,53	R$ 1.504,29	R$ 1.641,04	R$ 1.777,79
06	15 a 18 anos	30%	R$ 1.433,71	R$ 1.577,08	R$ 1.720,45	R$ 1.863,82
07	18 a 21 anos	36%	R$ 1.499,88	R$ 1.649,86	R$ 1.799,85	R$ 1.949,84
08	21 a 24 anos	42%	R$ 1.566,05	R$ 1.722,65	R$ 1.879,26	R$ 2.035,86
09	24 a 27 anos	48%	R$ 1.632,22	R$ 1.795,44	R$ 1.958,66	R$ 2.121,88
10	27 a 30 anos	54%	R$ 1.698,39	R$ 1.868,23	R$ 2.038,07	R$ 2.207,91

NÍVEL	**CLASSE**		**A**	**B**	**C**	**D**
	R$ 1.218,14		**1,00**	**1,10**	**1,20**	**1,30**
01	00 a 03 anos	Vencimento Padrão	**R$ 1.218,14**	**R$ 1.339,95**	**R$ 1.461,77**	R$ 1.583,58
02	03 a 06 anos	6%	R$ 1.291,23	R$ 1.420,35	R$ 1.549,47	R$ 1.678,60
03	06 a 09 anos	12%	R$ 1.364,32	R$ 1.500,75	R$ 1.637,18	R$ 1.773,61
04	09 a 12 anos	18%	R$ 1.437,41	R$ 1.581,15	R$ 1.724,89	R$ 1.868,63
05	12 a 15 anos	24%	R$ 1.510,49	R$ 1.661,54	R$ 1.812,59	R$ 1.963,64
06	15 a 18 anos	30%	R$ 1.583,58	R$ 1.741,94	R$ 1.900,30	R$ 2.058,66
07	18 a 21 anos	36%	R$ 1.656,67	R$ 1.822,34	R$ 1.988,00	R$ 2.153,67
08	21 a 24 anos	42%	R$ 1.729,76	R$ 1.902,73	R$ 2.075,71	R$ 2.248,69
09	24 a 27 anos	48%	R$ 1.802,85	R$ 1.983,13	R$ 2.163,42	R$ 2.343,70
10	27 a 30 anos	54%	R$ 1.875,94	R$ 2.063,53	R$ 2.251,12	R$ 2.438,72

NÍVEL	**CLASSE**		**A**	**B**	**C**	**D**
	R$ 1.250,77		**1,00**	**1,10**	**1,20**	**1,30**
01	00 a 03 anos	Vencimento Padrão	**R$ 1.250,77**	**R$ 1.375,85**	**R$ 1.500,92**	R$ 1.626,00
02	03 a 06 anos	6%	R$ 1.325,82	R$ 1.458,40	R$ 1.590,98	R$ 1.723,56
03	06 a 09 anos	12%	R$ 1.400,86	R$ 1.540,95	R$ 1.681,03	R$ 1.821,12
04	09 a 12 anos	18%	R$ 1.475,91	R$ 1.623,50	R$ 1.771,09	R$ 1.918,68
05	12 a 15 anos	24%	R$ 1.550,95	R$ 1.706,05	R$ 1.861,15	R$ 2.016,24
06	15 a 18 anos	30%	R$ 1.626,00	R$ 1.788,60	R$ 1.951,20	R$ 2.113,80
07	18 a 21 anos	36%	R$ 1.701,05	R$ 1.871,15	R$ 2.041,26	R$ 2.211,36
08	21 a 24 anos	42%	R$ 1.776,09	R$ 1.953,70	R$ 2.131,31	R$ 2.308,92
09	24 a 27 anos	48%	R$ 1.851,14	R$ 2.036,25	R$ 2.221,37	R$ 2.406,48
10	27 a 30 anos	54%	R$ 1.926,19	R$ 2.118,80	R$ 2.311,42	R$ 2.504,04

NÍVEL	**CLASSE**		**A**	**B**	**C**	**D**
	R$ 1.321,47		**1,00**	**1,10**	**1,20**	**1,30**
01	00 a 03 anos	Vencimento Padrão	**R$ 1.321,47**	**R$ 1.453,62**	**R$ 1.585,76**	R$ 1.717,91
02	03 a 06 anos	6%	R$ 1.400,76	R$ 1.540,83	R$ 1.680,91	R$ 1.820,99
03	06 a 09 anos	12%	R$ 1.480,05	R$ 1.628,05	R$ 1.776,06	R$ 1.924,06
04	09 a 12 anos	18%	R$ 1.559,33	R$ 1.715,27	R$ 1.871,20	R$ 2.027,13
05	12 a 15 anos	24%	R$ 1.638,62	R$ 1.802,49	R$ 1.966,35	R$ 2.130,21
06	15 a 18 anos	30%	R$ 1.717,91	R$ 1.889,70	R$ 2.061,49	R$ 2.233,28
07	18 a 21 anos	36%	R$ 1.797,20	R$ 1.976,92	R$ 2.156,64	R$ 2.336,36
08	21 a 24 anos	42%	R$ 1.876,49	R$ 2.064,14	R$ 2.251,78	R$ 2.439,43
09	24 a 27 anos	48%	R$ 1.955,78	R$ 2.151,35	R$ 2.346,93	R$ 2.542,51
10	27 a 30 anos	54%	R$ 2.035,06	R$ 2.238,57	R$ 2.442,08	R$ 2.645,58

NÍVEL	**CLASSE**		**A**	**B**	**C**	**D**
	R$ 1.413,92		**1,00**	**1,10**	**1,20**	**1,30**
01	00 a 03 anos	0%	**R$ 1.413,92**	**R$ 1.555,31**	**R$ 1.696,70**	R$ 1.838,10
02	03 a 06 anos	6%	R$ 1.498,76	R$ 1.648,63	R$ 1.798,51	R$ 1.948,38
03	06 a 09 anos	12%	R$ 1.583,59	R$ 1.741,95	R$ 1.900,31	R$ 2.058,67
04	09 a 12 anos	18%	R$ 1.668,43	R$ 1.835,27	R$ 2.002,11	R$ 2.168,95
05	12 a 15 anos	24%	R$ 1.753,26	R$ 1.928,59	R$ 2.103,91	R$ 2.279,24
06	15 a 18 anos	30%	R$ 1.838,10	R$ 2.021,91	R$ 2.205,72	R$ 2.389,52
07	18 a 21 anos	36%	R$ 1.922,93	R$ 2.115,22	R$ 2.307,52	R$ 2.499,81
08	21 a 24 anos	42%	R$ 2.007,77	R$ 2.208,54	R$ 2.409,32	R$ 2.610,10
09	24 a 27 anos	48%	R$ 2.092,60	R$ 2.301,86	R$ 2.511,12	R$ 2.720,38

10	27 a 30 anos	54%	R$ 2.177,44	R$ 2.395,18	R$ 2.612,92	R$ 2.830,67

NÍVEL	CLASSE		A	B	C	D
	R$ 1.522,68		**1,00**	**1,10**	**1,20**	**1,30**
01	00 a 03 anos	Vencimento Padrão	**R$ 1.522,68**	**R$ 1.674,95**	**R$ 1.827,22**	R$ 1.979,48
02	03 a 06 anos	6%	R$ 1.614,04	R$ 1.775,44	R$ 1.936,85	R$ 2.098,25
03	06 a 09 anos	12%	R$ 1.705,40	R$ 1.875,94	R$ 2.046,48	R$ 2.217,02
04	09 a 12 anos	18%	R$ 1.796,76	R$ 1.976,44	R$ 2.156,11	R$ 2.335,79
05	12 a 15 anos	24%	R$ 1.888,12	R$ 2.076,94	R$ 2.265,75	R$ 2.454,56
06	15 a 18 anos	30%	R$ 1.979,48	R$ 2.177,43	R$ 2.375,38	R$ 2.573,33
07	18 a 21 anos	36%	R$ 2.070,84	R$ 2.277,93	R$ 2.485,01	R$ 2.692,10
08	21 a 24 anos	42%	R$ 2.162,21	R$ 2.378,43	R$ 2.594,65	R$ 2.810,87
09	24 a 27 anos	48%	R$ 2.253,57	R$ 2.478,92	R$ 2.704,28	R$ 2.929,64
10	27 a 30 anos	54%	R$ 2.344,93	R$ 2.579,42	R$ 2.813,91	R$ 3.048,41
11	30 a 33 anos	60%	R$ 2.436,29	R$ 2.679,92	R$ 2.923,55	R$ 3.167,17
12	33 a 36 anos	66%	R$ 2.527,65	R$ 2.780,41	R$ 3.033,18	R$ 3.285,94

NÍVEL	CLASSE		A	B	C	D
	R$ 1.740,20		**1,00**	**1,10**	**1,20**	**1,30**
01	00 a 03 anos	Vencimento Padrão	**R$ 1.740,20**	**R$ 1.914,22**	**R$ 2.088,24**	R$ 2.262,26
02	03 a 06 anos	6%	R$ 1.844,61	R$ 2.029,07	R$ 2.213,53	R$ 2.398,00
03	06 a 09 anos	12%	R$ 1.949,02	R$ 2.143,93	R$ 2.338,83	R$ 2.533,73
04	09 a 12 anos	18%	R$ 2.053,44	R$ 2.258,78	R$ 2.464,12	R$ 2.669,47
05	12 a 15 anos	24%	R$ 2.157,85	R$ 2.373,63	R$ 2.589,42	R$ 2.805,20
06	15 a 18 anos	30%	R$ 2.262,26	R$ 2.488,49	R$ 2.714,71	R$ 2.940,94
07	18 a 21 anos	36%	R$ 2.366,67	R$ 2.603,34	R$ 2.840,01	R$ 3.076,67
08	21 a 24 anos	42%	R$ 2.471,08	R$ 2.718,19	R$ 2.965,30	R$ 3.212,41
09	24 a 27 anos	48%	R$ 2.575,50	R$ 2.833,05	R$ 3.090,60	R$ 3.348,14
10	27 a 30 anos	54%	R$ 2.679,91	R$ 2.947,90	R$ 3.215,89	R$ 3.483,88

NÍVEL	CLASSE		A	B	C	D
	R$ 1.903,35		**1,00**	**1,10**	**1,20**	**1,30**
01	00 a 03 anos	Vencimento Padrão	**R$ 1.903,35**	**R$ 2.093,69**	**R$ 2.284,02**	R$ 2.474,36
02	03 a 06 anos	6%	R$ 2.017,55	R$ 2.219,31	R$ 2.421,06	R$ 2.622,82
03	06 a 09 anos	12%	R$ 2.131,75	R$ 2.344,93	R$ 2.558,10	R$ 2.771,28
04	09 a 12 anos	18%	R$ 2.245,95	R$ 2.470,55	R$ 2.695,14	R$ 2.919,74
05	12 a 15 anos	24%	R$ 2.360,15	R$ 2.596,17	R$ 2.832,18	R$ 3.068,20
06	15 a 18 anos	30%	R$ 2.474,36	R$ 2.721,79	R$ 2.969,23	R$ 3.216,66
07	18 a 21 anos	36%	R$ 2.588,56	R$ 2.847,41	R$ 3.106,27	R$ 3.365,12
08	21 a 24 anos	42%	R$ 2.702,76	R$ 2.973,03	R$ 3.243,31	R$ 3.513,58
09	24 a 27 anos	48%	R$ 2.816,96	R$ 3.098,65	R$ 3.380,35	R$ 3.662,05
10	27 a 30 anos	54%	R$ 2.931,16	R$ 3.224,27	R$ 3.517,39	R$ 3.810,51

NÍVEL	CLASSE		A	B	C	D
	R$ 2.044,74		**1,00**	**1,10**	**1,20**	**1,30**
01	00 a 03 anos	Vencimento Padrão	**R$ 2.044,74**	**R$ 2.249,21**	**R$ 2.453,69**	R$ 2.658,16
02	03 a 06 anos	6%	R$ 2.167,42	R$ 2.384,17	R$ 2.600,91	R$ 2.817,65
03	06 a 09 anos	12%	R$ 2.290,11	R$ 2.519,12	R$ 2.748,13	R$ 2.977,14
04	09 a 12 anos	18%	R$ 2.412,79	R$ 2.654,07	R$ 2.895,35	R$ 3.136,63
05	12 a 15 anos	24%	R$ 2.535,48	R$ 2.789,03	R$ 3.042,57	R$ 3.296,12
06	15 a 18 anos	30%	R$ 2.658,16	R$ 2.923,98	R$ 3.189,79	R$ 3.455,61
07	18 a 21 anos	36%	R$ 2.780,85	R$ 3.058,93	R$ 3.337,02	R$ 3.615,10
08	21 a 24 anos	42%	R$ 2.903,53	R$ 3.193,88	R$ 3.484,24	R$ 3.774,59
09	24 a 27 anos	48%	R$ 3.026,22	R$ 3.328,84	R$ 3.631,46	R$ 3.934,08
10	27 a 30 anos	54%	R$ 3.148,90	R$ 3.463,79	R$ 3.778,68	R$ 4.093,57

NÍVEL	CLASSE		A	B	C	D
	R$ 2.175,26		**1,00**	**1,10**	**1,20**	**1,30**
01	00 a 03 anos	Vencimento Padrão	**R$ 2.175,26**	**R$ 2.392,79**	**R$ 2.610,31**	R$ 2.827,84
02	03 a 06 anos	6%	R$ 2.305,78	R$ 2.536,35	R$ 2.766,93	R$ 2.997,51
03	06 a 09 anos	12%	R$ 2.436,29	R$ 2.679,92	R$ 2.923,55	R$ 3.167,18
04	09 a 12 anos	18%	R$ 2.566,81	R$ 2.823,49	R$ 3.080,17	R$ 3.336,85
05	12 a 15 anos	24%	R$ 2.697,32	R$ 2.967,05	R$ 3.236,79	R$ 3.506,52
06	15 a 18 anos	30%	R$ 2.827,84	R$ 3.110,62	R$ 3.393,41	R$ 3.676,19
07	18 a 21 anos	36%	R$ 2.958,35	R$ 3.254,19	R$ 3.550,02	R$ 3.845,86
08	21 a 24 anos	42%	R$ 3.088,87	R$ 3.397,76	R$ 3.706,64	R$ 4.015,53
09	24 a 27 anos	48%	R$ 3.219,38	R$ 3.541,32	R$ 3.863,26	R$ 4.185,20
10	27 a 30 anos	54%	R$ 3.349,90	R$ 3.684,89	R$ 4.019,88	R$ 4.354,87

NÍVEL	CLASSE		A	B	C	D
	R$ 2.447,16		**1,00**	**1,10**	**1,20**	**1,30**
01	00 a 03 anos	Vencimento Padrão	**R$ 2.447,16**	**R$ 2.691,88**	**R$ 2.936,59**	R$ 3.181,31
02	03 a 06 anos	6%	R$ 2.593,99	R$ 2.853,39	R$ 3.112,79	R$ 3.372,19
03	06 a 09 anos	12%	R$ 2.740,82	R$ 3.014,90	R$ 3.288,98	R$ 3.563,06
04	09 a 12 anos	18%	R$ 2.887,65	R$ 3.176,41	R$ 3.465,18	R$ 3.753,94

05	12 a 15 anos	24%	R$ 3.034,48	R$ 3.337,93	R$ 3.641,37	R$ 3.944,82
06	15 a 18 anos	30%	R$ 3.181,31	R$ 3.499,44	R$ 3.817,57	R$ 4.135,70
07	18 a 21 anos	36%	R$ 3.328,14	R$ 3.660,95	R$ 3.993,77	R$ 4.326,58
08	21 a 24 anos	42%	R$ 3.474,97	R$ 3.822,46	R$ 4.169,96	R$ 4.517,46
09	24 a 27 anos	48%	R$ 3.621,80	R$ 3.983,98	R$ 4.346,16	R$ 4.708,34
10	27 a 30 anos	54%	R$ 3.768,63	R$ 4.145,49	R$ 4.522,35	R$ 4.899,21

NÍVEL	**CLASSE**		**A**	**B**	**C**	**D**
	R$ 2.719,07		**1,00**	**1,10**	**1,20**	**1,30**
01	00 a 03 anos	Vencimento Padrão	**R$ 2.719,07**	**R$ 2.990,98**	**R$ 3.262,88**	R$ 3.534,79
02	03 a 06 anos	6%	R$ 2.882,21	R$ 3.170,44	R$ 3.458,66	R$ 3.746,88
03	06 a 09 anos	12%	R$ 3.045,36	R$ 3.349,89	R$ 3.654,43	R$ 3.958,97
04	09 a 12 anos	18%	R$ 3.208,50	R$ 3.529,35	R$ 3.850,20	R$ 4.171,05
05	12 a 15 anos	24%	R$ 3.371,65	R$ 3.708,81	R$ 4.045,98	R$ 4.383,14
06	15 a 18 anos	30%	R$ 3.534,79	R$ 3.888,27	R$ 4.241,75	R$ 4.595,23
07	18 a 21 anos	36%	R$ 3.697,94	R$ 4.067,73	R$ 4.437,52	R$ 4.807,32
08	21 a 24 anos	42%	R$ 3.861,08	R$ 4.247,19	R$ 4.633,30	R$ 5.019,40
09	24 a 27 anos	48%	R$ 4.024,22	R$ 4.426,65	R$ 4.829,07	R$ 5.231,49
10	27 a 30 anos	54%	R$ 4.187,37	R$ 4.606,10	R$ 5.024,84	R$ 5.443,58

NÍVEL	**CLASSE**		**A**	**B**	**C**	**D**
	R$ 3.132,37		**1,00**	**1,10**	**1,20**	**1,30**
01	00 a 03 anos	Vencimento Padrão	**R$ 3.132,37**	**R$ 3.445,61**	**R$ 3.758,84**	R$ 4.072,08
02	03 a 06 anos	6%	R$ 3.320,31	R$ 3.652,34	R$ 3.984,37	R$ 4.316,41
03	06 a 09 anos	12%	R$ 3.508,25	R$ 3.859,08	R$ 4.209,91	R$ 4.560,73
04	09 a 12 anos	18%	R$ 3.696,20	R$ 4.065,82	R$ 4.435,44	R$ 4.805,06
05	12 a 15 anos	24%	R$ 3.884,14	R$ 4.272,55	R$ 4.660,97	R$ 5.049,38
06	15 a 18 anos	30%	R$ 4.072,08	R$ 4.479,29	R$ 4.886,50	R$ 5.293,71
07	18 a 21 anos	36%	R$ 4.260,02	R$ 4.686,03	R$ 5.112,03	R$ 5.538,03
08	21 a 24 anos	42%	R$ 4.447,97	R$ 4.892,76	R$ 5.337,56	R$ 5.782,36
09	24 a 27 anos	48%	R$ 4.635,91	R$ 5.099,50	R$ 5.563,09	R$ 6.026,68
10	27 a 30 anos	54%	R$ 4.823,85	R$ 5.306,23	R$ 5.788,62	R$ 6.271,00

NÍVEL	**CLASSE**		**A**	**B**	**C**	**D**
	R$ 3.262,89		**1,00**	**1,10**	**1,20**	**1,30**
01	00 a 03 anos	Vencimento Padrão	**R$ 3.262,89**	**R$ 3.589,18**	**R$ 3.915,47**	R$ 4.241,76
02	03 a 06 anos	6%	R$ 3.458,66	R$ 3.804,53	R$ 4.150,40	R$ 4.496,26
03	06 a 09 anos	12%	R$ 3.654,44	R$ 4.019,88	R$ 4.385,32	R$ 4.750,77
04	09 a 12 anos	18%	R$ 3.850,21	R$ 4.235,23	R$ 4.620,25	R$ 5.005,27
05	12 a 15 anos	24%	R$ 4.045,98	R$ 4.450,58	R$ 4.855,18	R$ 5.259,78
06	15 a 18 anos	30%	R$ 4.241,76	R$ 4.665,93	R$ 5.090,11	R$ 5.514,28
07	18 a 21 anos	36%	R$ 4.437,53	R$ 4.881,28	R$ 5.325,04	R$ 5.768,79
08	21 a 24 anos	42%	R$ 4.633,30	R$ 5.096,63	R$ 5.559,96	R$ 6.023,29
09	24 a 27 anos	48%	R$ 4.829,08	R$ 5.311,98	R$ 5.794,89	R$ 6.277,80
10	27 a 30 anos	54%	R$ 5.024,85	R$ 5.527,34	R$ 6.029,82	R$ 6.532,31

NÍVEL	**CLASSE**		**A**	**B**	**C**	**D**
	R$ 3.480,41		**1,00**	**1,10**	**1,20**	**1,30**
01	00 a 03 anos	Vencimento Padrão	**R$ 3.480,41**	**R$ 3.828,45**	**R$ 4.176,49**	R$ 4.524,53
02	03 a 06 anos	6%	R$ 3.689,23	R$ 4.058,16	R$ 4.427,08	R$ 4.796,00
03	06 a 09 anos	12%	R$ 3.898,06	R$ 4.287,87	R$ 4.677,67	R$ 5.067,48
04	09 a 12 anos	18%	R$ 4.106,88	R$ 4.517,57	R$ 4.928,26	R$ 5.338,95
05	12 a 15 anos	24%	R$ 4.315,71	R$ 4.747,28	R$ 5.178,85	R$ 5.610,42
06	15 a 18 anos	30%	R$ 4.524,53	R$ 4.976,99	R$ 5.429,44	R$ 5.881,89
07	18 a 21 anos	36%	R$ 4.733,36	R$ 5.206,69	R$ 5.680,03	R$ 6.153,36
08	21 a 24 anos	42%	R$ 4.942,18	R$ 5.436,40	R$ 5.930,62	R$ 6.424,84
09	24 a 27 anos	48%	R$ 5.151,01	R$ 5.666,11	R$ 6.181,21	R$ 6.696,31
10	27 a 30 anos	54%	R$ 5.359,83	R$ 5.895,81	R$ 6.431,80	R$ 6.967,78

NÍVEL	**CLASSE**		**A**	**B**	**C**	**D**
	R$ 3.806,70		**1,00**	**1,10**	**1,20**	**1,30**
01	00 a 03 anos	Vencimento Padrão	**R$ 3.806,70**	**R$ 4.187,37**	**R$ 4.568,04**	R$ 4.948,71
02	03 a 06 anos	6%	R$ 4.035,10	R$ 4.438,61	R$ 4.842,12	R$ 5.245,63
03	06 a 09 anos	12%	R$ 4.263,50	R$ 4.689,85	R$ 5.116,20	R$ 5.542,56
04	09 a 12 anos	18%	R$ 4.491,91	R$ 4.941,10	R$ 5.390,29	R$ 5.839,48
05	12 a 15 anos	24%	R$ 4.720,31	R$ 5.192,34	R$ 5.664,37	R$ 6.136,40
06	15 a 18 anos	30%	R$ 4.948,71	R$ 5.443,58	R$ 5.938,45	R$ 6.433,32
07	18 a 21 anos	36%	R$ 5.177,11	R$ 5.694,82	R$ 6.212,53	R$ 6.730,25
08	21 a 24 anos	42%	R$ 5.405,51	R$ 5.946,07	R$ 6.486,62	R$ 7.027,17
09	24 a 27 anos	48%	R$ 5.633,92	R$ 6.197,31	R$ 6.760,70	R$ 7.324,09
10	27 a 30 anos	54%	R$ 5.862,32	R$ 6.448,55	R$ 7.034,78	R$ 7.621,01

NÍVEL	**CLASSE**		**A**	**B**	**C**	**D**
	R$ 4.350,52		**1,00**	**1,10**	**1,20**	**1,30**
01	00 a 03 anos	Vencimento Padrão	**R$ 4.350,52**	**R$ 4.785,57**	**R$ 5.220,62**	R$ 5.655,68

02	03 a 06 anos	6%	R$ 4.611,55	R$ 5.072,71	R$ 5.533,86	R$ 5.995,02
03	06 a 09 anos	12%	R$ 4.872,58	R$ 5.359,84	R$ 5.847,10	R$ 6.334,36
04	09 a 12 anos	18%	R$ 5.133,61	R$ 5.646,97	R$ 6.160,34	R$ 6.673,70
05	12 a 15 anos	24%	R$ 5.394,64	R$ 5.934,11	R$ 6.473,57	R$ 7.013,04
06	15 a 18 anos	30%	R$ 5.655,68	R$ 6.221,24	R$ 6.786,81	R$ 7.352,38
07	18 a 21 anos	36%	R$ 5.916,71	R$ 6.508,38	R$ 7.100,05	R$ 7.691,72
08	21 a 24 anos	42%	R$ 6.177,74	R$ 6.795,51	R$ 7.413,29	R$ 8.031,06
09	24 a 27 anos	48%	R$ 6.438,77	R$ 7.082,65	R$ 7.726,52	R$ 8.370,40
10	27 a 30 anos	54%	R$ 6.699,80	R$ 7.369,78	R$ 8.039,76	R$ 8.709,74

NÍVEL	**CLASSE**		**A**	**B**	**C**	**D**
	R$ 4.894,33		**1,00**	**1,10**	**1,20**	**1,30**
01	00 a 03 anos	Vencimento Padrão	**R$ 4.894,33**	**R$ 5.383,76**	**R$ 5.873,20**	R$ 6.362,63
02	03 a 06 anos	6%	R$ 5.187,99	R$ 5.706,79	R$ 6.225,59	R$ 6.744,39
03	06 a 09 anos	12%	R$ 5.481,65	R$ 6.029,81	R$ 6.577,98	R$ 7.126,14
04	09 a 12 anos	18%	R$ 5.775,31	R$ 6.352,84	R$ 6.930,37	R$ 7.507,90
05	12 a 15 anos	24%	R$ 6.068,97	R$ 6.675,87	R$ 7.282,76	R$ 7.889,66
06	15 a 18 anos	30%	R$ 6.362,63	R$ 6.998,89	R$ 7.635,15	R$ 8.271,42
07	18 a 21 anos	36%	R$ 6.656,29	R$ 7.321,92	R$ 7.987,55	R$ 8.653,18
08	21 a 24 anos	42%	R$ 6.949,95	R$ 7.644,94	R$ 8.339,94	R$ 9.034,93
09	24 a 27 anos	48%	R$ 7.243,61	R$ 7.967,97	R$ 8.692,33	R$ 9.416,69
10	27 a 30 anos	54%	R$ 7.537,27	R$ 8.291,00	R$ 9.044,72	R$ 9.798,45

NÍVEL	**CLASSE**		**A**	**B**	**C**	**D**
	R$ 5.764,44		**1,00**	**1,10**	**1,20**	**1,30**
01	00 a 03 anos	Vencimento Padrão	**R$ 5.764,44**	**R$ 6.340,88**	**R$ 6.917,33**	**R$ 7.493,77**
02	03 a 06 anos	6%	R$ 6.110,31	R$ 6.721,34	R$ 7.332,37	R$ 7.943,40
03	06 a 09 anos	12%	R$ 6.456,17	R$ 7.101,79	R$ 7.747,41	R$ 8.393,02
04	09 a 12 anos	18%	R$ 6.802,04	R$ 7.482,24	R$ 8.162,45	R$ 8.842,65
05	12 a 15 anos	24%	R$ 7.147,91	R$ 7.862,70	R$ 8.577,49	R$ 9.292,28
06	15 a 18 anos	30%	R$ 7.493,77	R$ 8.243,15	R$ 8.992,53	R$ 9.741,90
07	18 a 21 anos	36%	R$ 7.839,64	R$ 8.623,60	R$ 9.407,57	R$ 10.191,53
08	21 a 24 anos	42%	R$ 8.185,50	R$ 9.004,06	R$ 9.822,61	R$ 10.641,16
09	24 a 27 anos	48%	R$ 8.531,37	R$ 9.384,51	R$ 10.237,65	R$ 11.090,78
10	27 a 30 anos	54%	R$ 8.877,24	R$ 9.764,96	R$ 10.652,69	R$ 11.540,41

NÍVEL	**CLASSE**		**A**	**B**	**C**	**D**
	R$ 7.069,60		**1,00**	**1,10**	**1,20**	**1,30**
01	00 a 03 anos	Vencimento Padrão	**R$ 7.069,60**	**R$ 7.776,56**	**R$ 8.483,52**	**R$ 9.190,48**
02	03 a 06 anos	6%	R$ 7.493,78	R$ 8.243,15	R$ 8.992,53	R$ 9.741,91
03	06 a 09 anos	12%	R$ 7.917,95	R$ 8.709,75	R$ 9.501,54	R$ 10.293,34
04	09 a 12 anos	18%	R$ 8.342,13	R$ 9.176,34	R$ 10.010,55	R$ 10.844,77
05	12 a 15 anos	24%	R$ 8.766,30	R$ 9.642,93	R$ 10.519,56	R$ 11.396,20
06	15 a 18 anos	30%	R$ 9.190,48	R$ 10.109,53	R$ 11.028,58	R$ 11.947,62
07	18 a 21 anos	36%	R$ 9.614,66	R$ 10.576,12	R$ 11.537,59	R$ 12.499,05
08	21 a 24 anos	42%	R$ 10.038,83	R$ 11.042,72	R$ 12.046,60	R$ 13.050,48
09	24 a 27 anos	48%	R$ 10.463,01	R$ 11.509,31	R$ 12.555,61	R$ 13.601,91
10	27 a 30 anos	54%	R$ 10.887,18	R$ 11.975,90	R$ 13.064,62	R$ 14.153,34

NÍVEL	**CLASSE**		**A**	**B**	**C**	**D**
	R$ 11.528,88		**1,00**	**1,10**	**1,20**	**1,30**
01	00 a 03 anos	Vencimento Padrão	**R$ 11.528,88**	**R$ 12.681,77**	**R$ 13.834,66**	R$ 14.987,54
02	03 a 06 anos	6%	R$ 12.220,61	R$ 13.442,67	R$ 14.664,74	R$ 15.886,80
03	06 a 09 anos	12%	R$ 12.912,35	R$ 14.203,58	R$ 15.494,81	R$ 16.786,05
04	09 a 12 anos	18%	R$ 13.604,08	R$ 14.964,49	R$ 16.324,89	R$ 17.685,30
05	12 a 15 anos	24%	R$ 14.295,81	R$ 15.725,39	R$ 17.154,97	R$ 18.584,55
06	15 a 18 anos	30%	R$ 14.987,54	R$ 16.486,30	R$ 17.985,05	R$ 19.483,81
07	18 a 21 anos	36%	R$ 15.679,28	R$ 17.247,20	R$ 18.815,13	R$ 20.383,06
08	21 a 24 anos	42%	R$ 16.371,01	R$ 18.008,11	R$ 19.645,21	R$ 21.282,31
09	24 a 27 anos	48%	R$ 17.062,74	R$ 18.769,02	R$ 20.475,29	R$ 22.181,57
10	27 a 30 anos	54%	R$ 17.754,48	R$ 19.529,92	R$ 21.305,37	R$ 23.080,82

ANEXO VIII QUADRO DE CORRELAÇÃO DOS EFETIVOS DE CARLINDA

Observação: Somente mostra a correlação entre cargos que tiveram alteração ou unificação, não relacionando cargos que foram criados ou extintos

PCCV ANTIGO		**PCCV NOVO**	
Cargo	**Hrs/Sem**	**Cargo**	**Hrs/Sem**
Auxiliar de Serviços Gerais	40	Auxiliar de Serviços Gerais	40
Serviços Gerais	40		
Agente de Fiscalização	40	Fiscal de Tributos	40
Agente de Fiscalização Ambiental	40	Fiscal de Meio Ambiente	40
Fiscal Sanitário	40	Fiscal de Vigilância Sanitária	40
Fiscal de Obras	40	Fiscal de Obras e Posturas	40
Assessor de Controle Interno	40	Assistente de Controle Interno	40
Auxiliar de Cirurgião Dentista	40	Técnico de Higiene Bucal	40
Auxiliar de Enfermagem	40	Técnico de Enfermagem	40

Técnico de Enfermagem	40		
Técnico Sanitário	40	Técnico em Vigilância Sanitária	40
Assessor Administrativo I	40	Auxiliar Administrativo	40
Assistente Administrativo I	40		
Assessor Administrativo II	40	Assistente Administrativo	40
Assistente Administrativo II	40		
Operador de Máquina Agrícola	40	Operador de Máquinas	40
Procurador	20	Procurador Jurídico	20
Médico	20	Médico Clínico Geral	20
Cirurgião Dentista	40	Odontólogo	40
Engenheiro Sanitarista	40	Engenheiro Sanitarista	20
Bioquímico	40	Farmacêutico/Bioquímico	40

ANEXO IX QUADRO DEMONSTRATIVO DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

PADRÃO	VALOR	VAGAS	NATUREZA	CARGO EFETIVO OCUPANDO:
FG – 01	R$ 200,00	10	Geral	Chefia, Direção e Assessoramento
FG – 02	R$ 400,00	10	Geral	Chefia, Direção e Assessoramento
FG – 03	R$ 600,00	10	Geral	Chefia, Direção e Assessoramento
FG – 04	R$ 800,00	10	Geral	Chefia, Direção e Assessoramento
FG – 05	R$ 1.000,00	10	Geral	Chefia, Direção e Assessoramento
FG - 06	R$ 300,00	1	Especifica	Responsável por Geo-Obras
FG - 07	R$ 300,00	3	Especifica	Responsável por Aplic
FG – 08	R$ 150,00	5	Especifica	Equipe de Apoio e Membro da CPL
FG – 09	R$ 300,00	1	Especifica	Pregoeiro Oficial / Presidente da CPL
FG - 10	R$ 100,00	10	Especifica	Fiscal de Contratos

ANEXO X

PERFIL PROFISSIONAL DOS CARGOS

QUADRO: DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO INTERMEDIÁRIO – D A I

TITULO DO CARGO: PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Requisitos para Provimento:
Idade Mínima: 21 (vinte e um) anos.
Instrução: Nível Superior completo em Direito, com devido registro na OAB.
Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas;
Especial: Cargo de Dedicação Exclusiva e Tempo Integral, sujeito a trabalho externo, realização de viagens e trabalhos aos sábados, domingos, feriados e atendimento ao público.
Livre Nomeação e Exoneração

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Coordenar os trabalhos dos Procuradores Jurídicos e Assistente Jurídico, Representar o Município e prover a defesa de seus interesses, em qualquer instância judicial, nas causas em que for autor, réu, assistente, opoente, terceiro interveniente ou, por qualquer forma, interessado, emitir parecer jurídico, assistindo a administração nas questões
atinentes à legalidade dos atos da Administração Pública Municipal afeta a área jurídica.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Exercer as funções estratégicas de planejamento, orientação, coordenação, controle e revisão no âmbito de sua atuação, de modo a oferecer condições de tramitação mais rápida de processos na esfera administrativa e decisória, propor, para aprovação do Chefe do Executivo, projetos, programas e planos de metas da Procuradoria Geral do Município, estabelecer o Plano Anual de Trabalho da Pasta; propor aos órgãos competentes a alienação de bens patrimoniais e de material inservível sob administração da Procuradoria Geral do Município, assinar, com vistas à consecução dos objetivos do órgão e respeitada a legislação aplicável, convênios, contratos e demais ajustes com pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, aprovar o Manual de Organização da Procuradoria Geral do Município, Representar o Município em juízo ou fora dele, cabendo-lhe, com exclusividade, receber citações iniciais, notificações, comunicações e intimações de audiências e de sentenças, ou acórdãos proferidos nas ações ou processos em que o Município seja parte ou, de qualquer forma, interessado e naqueles em que a Procuradoria Geral do Município deva intervir, indicar Procurador do Município para, em caráter excepcional, exercer a representação judicial do Município ou de órgão da Administração Indireta, prestar assistência ao Prefeito Municipal em qualquer assunto que envolva matéria jurídica, propor ao Prefeito, aos Secretários Municipais e aos titulares de entidades da Administração Indireta providências de natureza jurídico-administrativa reclamadas pelo interesse público, inclusive a declaração de nulidade ou a revogação de quaisquer atos administrativos, quando conflitantes com a legislação em vigor ou com a orientação normativa estabelecida, recomendar ao Prefeito a arguição de inconstitucionalidade de lei, autorizar a não-propositura e a desistência de ação, a não-interposição de recursos ou a desistência dos interpostos, bem como a não-execução de julgados em favor do Município, sempre que assim o reclame o interesse público ou quando tais medidas se mostrarem contraindicadas ou infrutíferas, reconhecer a procedência de ação judicial movida contra o Município, consentir o ajuste de transação ou acordo e a declaração de compromisso, quitação, renúncia ou confissão em qualquer ação em que o Município figure como parte, orientar a defesa do Município e, sempre que for necessário, dos órgãos da Administração Indireta, determinar a propositura de ações ou medidas necessárias para resguardar os interesses do Município e das entidades da Administração Indireta, avocar, sempre que entender necessário ou que assim o exigir o interesse público, o exame de qualquer ato negocio ou processo administrativo envolvendo os órgãos das Administrações Direta e Indireta, assumindo a defesa do Município se entender conveniente e oportuno.

QUADRO: DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO INTERMEDIÁRIO – D A I

TITULO DO CARGO: CHEFE DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Requisitos para Provimento:
Idade Mínima: 21 (vinte e um) anos.
Instrução: Nível Médio.
Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas;
Especial: Cargo de Dedicação Exclusiva e Tempo Integral, sujeito a trabalho externo, realização de viagens e trabalhos aos sábados, domingos, feriados e atendimento ao público.
Livre Nomeação e Exoneração.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Promover ações especializadas em relações ao controle financeiro da Administração; subsidiar o Gabinete do Prefeito e Secretaria de Finanças com informações precisas com relação aos gastos públicos; gerenciar o orçamento e suas dotações de acordo com a necessidade e conforme a receita.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Elaborar relatórios sobre os gastos individualizado por secretaria; trabalhar em conjunto com o departamento de contabilidade no gerenciamento orçamentário; Prestar auxílio ao Secretário Municipal de Finanças nos assuntos pertinentes às funções de planejamento e orçamento; promover a coordenação e a integração de projetos de gestão estratégica das unidades organizacionais da Secretaria, avaliando periodicamente a sua execução e as diretrizes para a Proposta Orçamentária do exercício seguinte, elaborar a Proposta Orçamentária Anual do órgão, observadas as diretrizes e orientações governamentais, deliberar sobre assuntos da área administrativa e de gestão econômico-financeira no âmbito do
órgão; executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.

QUADRO: DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO INTERMEDIÁRIO – D A I

TITULO DO CARGO: ASSESSOR DE GABINETE

Requisitos para Provimento:
Idade Mínima: 21 (vinte e um) anos.
Instrução: Nível Médio.
Habilitação: Conhecimentos gerais sobre informática, planilhas, internet e telefonia para o pleno desenvolvimento das funções de assessoramento.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas;
Especial: Cargo de Dedicação Exclusiva e Tempo Integral, sujeito a trabalho externo, realização de viagens e trabalhos aos sábados, domingos, feriados e atendimento ao público.
Livre Nomeação e Exoneração

Descrição detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; realizar os serviços administrativos e burocráticos do gabinete; realizar o atendimento de pessoal; realizar o agendamento de reuniões; organizar a agenda do gabinete do executivo municipal; realizar a interlocução entre o gabinete do executivo e as demais secretarias; realizar os contatos do gabinete do executivo com o poder legislativo e os entes estaduais e federais; realizar o controle de envio e recebimento de e-mail e comunicações do gabinete.

Descrição Resumida: Exercer a assessoria politico-administrativas da Prefeitura com os outros entes estaduais e federais pessoalmente ou por meio de entidades que os representem; Coordenar as relações do Executivo com o Legislativo e entes estaduais e federais, providenciando os contatos com os vereadores e outros agentes ocupantes de cargos eletivos, recebendo suas solicitações e sugestões, fazendo-lhes solicitações ou sugestões, encaminhando-as e/ou tomando as devidas providências e, se for o caso, respondendo-as.

ATRIBUIÇÕES:

QUADRO: DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO INTERMEDIÁRIO – D A I

TITULO DO CARGO: ASSESSOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO

Requisitos para Provimento:
Idade Mínima: 21 (vinte) anos.
Instrução: Nível Médio.
Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas. Conhecimento em Internet, Fotografia e Filmagem;
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas;
Especial: Cargo de Dedicação Exclusiva e Tempo Integral, sujeito a trabalho externo, realização de viagens e trabalhos aos sábados, domingos, feriados e atendimento ao público.
Livre Nomeação e Exoneração.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Promover ações especializadas em relações públicas, planejar e supervisionar os trabalhos dos cargos de Relações Públicas e Agentes de Relações Publicas e Comunicação e representar o executivo municipal em assuntos ou situações de interesse público; Gerenciar a Home Page do Município, de forma a alimentar com noticias de interesse do município;

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Elaborar, coordenar, implantar, supervisionar e avaliar campanhas institucionais de informação, conscientização e motivação dirigidos a um público estratégico, elaborar e divulgar News Letters, boletins informativos eletrônicos e impressos, jornais ou revista institucionais de alcance interno e externo, elaborar planejamento de relacionamento com imprensa, definindo estratégias de abordagem e aproximação dando atendimento aos seus chamados e demandas, Elabora e distribuir informações sobre as ações, serviços, fatos e acontecimentos ligados direta ou indiretamente a administração pública, desenvolver estratégias e conceitos de comunicação institucional por meio de audiovisuais, Coordenar pesquisas de opinião pública, analisando resultados obtidos e proferindo Diagnósticos, detectar situações que possam afetar a imagem do poder publico municipal e realizar prognósticos, definir conceitos e sugerir políticas de relações públicas, de atitude no tratamento com o público, de cominação, administrar ações comunicação em situações de crise e de emergência, acompanhar assuntos de interesse público afetos a administração públicas, atuar respeitando a legislação e o código de ética e conduta da profissão, quando necessário a colaboração da rádio local para transmissão daquilo que está sendo realizado; Colaborar ainda com os jornais locais fornecendo ampla matéria daquilo que deve ser divulgado; Informar à opinião pública, boletins diários dos serviços que estão sendo executados pela administração; Acompanhar o Prefeito em reuniões e solenidades para que possa haver uma ampla divulgação, executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.

QUADRO: DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO INTERMEDIÁRIO – D A I

CARGO: CHEFE DE DEPARTAMENTO DE TESOURARIA

Requisitos para Provimento:
Idade Mínima: 18 (dezoito) anos.
Instrução: Nível Médio.
Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas. Conhecimento em Planilhas, relatórios, cálculos e internet;
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas;
Especial: Cargo de Dedicação Exclusiva e Tempo Integral, sujeito a trabalho externo, realização de viagens e trabalhos aos sábados, domingos, feriados e atendimento ao público.
Livre Nomeação e Exoneração.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Exercer a coordenação, controle e orientação dos trabalhos da
Tesouraria.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Chefiar os trabalhos do Departamento de Tesouraria. Chefiar os trabalhos de: Efetuar os pagamentos e recebimentos; Efetuar a gestão de contas bancárias, bem como transferência de verbas entre elas; Executar serviços de coordenação, supervisão e controle dos trabalhos da tesouraria vinculados à coordenadoria geral; controlar os saldos bancários, as aplicações financeiros e resgates, as obrigações financeiras decorrentes de contrato e de registros das contas de

débitos e créditos, com emissão de boletins de periodicidade determinada pela Secretaria de Planejamento e Fazenda e/ou Secretaria de Administração; administrar juntamente com a Contabilidade, as disponibilidades financeiras, controlando os valores; enviar à Contabilidade boletins sobre o comportamento das receitas e despesas; Transferir para os cofres do Estado ou de outras entidades, as respectivas receitas em conformidade com os documentos preparados pela Secção de Contabilidade; responsabilizar- se pelos pagamentos e recebimentos, custodias de bens, valores e operações de câmbio, controlando datas de vencimento, garantia e afins; providenciar o aceite de títulos, recolhimentos de impostos, taxas de encargos sociais; emitir cheques, ordens de pagamentos, borderôs e controlar pagamentos, observando os critérios normativos do Instituto; Organizar e apresentar mensalmente relatório para contabilidade, Secretaria de Finanças e Secretaria de Administração referentes ao mês anterior; Elaborar as reconciliações bancárias mensais das respectivas contas; executar outras tarefas de sua área de competência, definidas pela Municipalidade

DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO INTERMEDIÁRIO – D A I

TITULO DO CARGO: DIRETOR DE ENGENHARIA CIVIL

Requisitos para Provimento:
Idade Mínima: 21 (vinte e um anos) anos.
Instrução: Nível Superior Completo em Engenharia Civil;
Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas;
Especial: Cargo de Dedicação Exclusiva e Tempo Integral, sujeito a trabalho externo, realização de viagens e trabalhos aos sábados, domingos, feriados e atendimento ao público.
Livre Nomeação e Exoneração.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Executar, supervisionar, fiscalizar, pesquisar, elaborar serviços técnicos de engenharia; Desenvolver projetos de engenharia civil, planejar, orçar e executar obras, coordenar a operação e a manutenção das mesmas. Controlar a qualidade dos suprimentos e dos serviços comprados e executados

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Avaliar as condições requeridas para obras, estudando o projeto e examinando as características do terreno disponível para a construção, calcular os esforços e deformações previstos na obra projetada ou que afetem a mesma, consultando tabelas e efetuando comparações, levando em consideração fatores como carga calculada, pressões de água, resistência aos ventos e mudanças de temperatura, para apurar a natureza dos materiais que devem ser utilizados na construção, elaborar o projeto da construção, preparando plantas e especificações da obra, indicando tipos e qualidade de materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários e efetuando cálculo aproximado dos custos, preparar o programa de execução do trabalho elaborando plantas, croquis, planilhas, memórias de cálculo, cronogramas e outros subsídios que se fizerem necessários, para possibilitar a orientação e fiscalização do desenvolvimento das obras, dirigir a execução de projetos, acompanhando e orientando as operações à medida que avançam as obras, para assegurar o cumprimento dos prazos e dos padrões de qualidade e segurança recomendados, elaborar, dirigir, acompanhar e controlar a execução de obras que estejam sob encargo de terceiros, atestando o cumprimento das especificações técnicas determinadas e declarando o fiel cumprimento do contrato, emitir pareceres em projetos de engenharia, a fim de subsidiar processo de licenciamento de obras, desenvolver atividades gerais de supervisão, coordenação e orientação técnica; realização de estudos, planejamento, projetos, análises, vistorias, perícias, avaliações, laudos e pareceres técnicos, estudos de viabilidade técnico-econômica, elaboração de orçamentos, assistência e assessoria, direção de obras e

serviços técnicos; execução de obras e serviços técnicos, fiscalização de obras e serviços técnicos, condução de trabalhos técnicos, condução de equipes de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção, execução de instalação, montagem e reparo, operação e manutenção de equipamento e instalação e execução de desenhos técnicos, referentes a edificações, estradas, pistas de rolamento, sistema de transportes, saneamento, rios, canais e drenagem, Executar, supervisionar, planejar e coordenar no campo de engenharia civil, estudos necessários para a execução de obras públicas, construção, reformas ou ampliação de prédios ou de habitação em geral, executar outras atividades afins correlatas ao desempenho do cargo.

DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO INTERMEDIÁRIO – D A I

TITULO DO CARGO: DIRETOR ADMINISTRATIVO DE SAÚDE

Requisitos para Provimento:
Idade Mínima: 18 (dezoito) anos.
Instrução: Nível Médio.
Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas. Conhecimento em Planilhas, relatórios, atendimento telefônico e internet;
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas;
Especial: Cargo de Dedicação Exclusiva e Tempo Integral, sujeito a trabalho externo, realização de viagens e trabalhos aos sábados, domingos, feriados e atendimento ao público.
Livre Nomeação e Exoneração.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Auxiliar na Administração dos setores que compõe a Secretaria de Saúde no intuito de planejar, coordenar, promover a execução de atividades administrativas da Secretaria de Saúde, no intuito de auxiliar o Gestor na tomada de decisão nos diversos assuntos administrativos da Secretaria, bem como, das unidades de saúde e auxiliar administrativamente projeto e programas desenvolvidos pela Secretaria.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Direcionar e exercer a responsabilidade, função e executar trabalhos administrativos no âmbito da secretaria municipal de saúde. Direcionar imediatamente após o secretário da pasta, todas as ações que serão desempenhadas pela secretaria, unidades de saúde, bem como, projetos e programas desenvolvidos pela Secretaria; ser responsável pelos resultados, cumprimento de metas administrativas. Promover o encaminhamento das atividades administrativas; exercer a coordenação do relacionamento entre o Secretário e os diretores de departamentos, servidores efetivos e dirigentes dos órgãos da Secretaria, acompanhando o desenvolvimento das ações administrativas dos programas, projetos e ações; Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.

DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO ESTRATÉGICO – D A E

TITULO DO CARGO: DIRETOR DE ESTAÇÃO DE TRABALHO

Requisitos para Provimento:
Idade Mínima: 18 (dezoito) anos.
Instrução: Nível Médio.
Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas. Conhecimento em Planilhas, relatórios, atendimento telefônico e internet;
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas;

Especial: Cargo de Dedicação Exclusiva e Tempo Integral, sujeito a trabalho externo, realização de viagens e trabalhos aos sábados, domingos, feriados e atendimento ao público.
Livre Nomeação e Exoneração.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Dirigir, organizar e controlar as atividades da estação de trabalho que dirige nos aspectos organizacionais, implementações de rotinas, adequações a jornada de trabalho, cumprimento de meta, implementações de controles administrativos, entre outras.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Exercer trabalho de direcionamento junto à estação de trabalho. Direciona os serviços administrativos e nas ações administrativas. Presta direção imediatamente após o chefe da estação de trabalho e secretário responsável pela pasta. Participar e acompanhar a elaboração do orçamento, plano de atividades e contas de unidade de trabalho no qual é responsável; assegurar o expediente relativo à preparação e elaboração de todos os atos em que a estação de trabalho for outorgante, exercer as funções inerentes ao serviço de notória do privativo do município e dos serviços administrativos e operacionais, nos termos da lei, elaborar e submeter à aprovação superior as instruções circulares, regulamentos e normas que forem julgadas necessárias ao correto exercício da atividade da Seção realizar outras atividades correlatas ao cargo, quando requeridas por sua chefia imediata, dirigir e controlar os trabalhos que lhe são afetos; Distribuir serviços a todos os servidores da respectiva divisão, observar rigorosamente o horário de trabalho, propor a seus superiores a escala de férias dos seus subordinados; Apresentar e encaminhar ao seu superior imediato relatório sobre os trabalhos que estão sendo desenvolvidos na divisão; Autorizar, desde que necessário, o afastamento de servidores temporariamente durante o expediente; Reunir mensalmente os funcionários para discutir assuntos ligados diretamente à estação de trabalho; Assinar e revisar documentos necessários à execução dos serviços ligados à divisão e controlar sua utilização; Executar tarefas afins de interesse da municipalidade.

DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO ESTRATÉGICO – D A E

TITULO DO CARGO: DIRETOR DE PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO

Requisitos para Provimento:
Idade Mínima: 21 (vinte e um) anos.
Instrução: Habilitação em Ensino Fundamental, e/ou anos iniciais do Ensino Fundamental e/ou Elementar.
Habilitação: Conhecimentos gerais sobre patrimônio, almoxarifado, informática, planilhas, internet e telefonia para o desenvolvimento das funções de direção;
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas;
Especial: Cargo de Dedicação Exclusiva e Tempo Integral, sujeito a trabalho externo, realização de viagens e trabalhos aos sábados, domingos, feriados e atendimento ao público.
Livre Nomeação e Exoneração.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Coordenar os trabalhos de almoxarifado, como: recebimento, conferência, estocagem, distribuição, registro e inventário do material, observando normas e instruções e/ou dando orientação a respeito do desenvolvimento desses trabalhos, para manter o estoque em condições de atender as unidades.

Descrição Analítica: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Coordenar e executar os serviços de guarda e controle de materiais diversos; participar da política de compra e reposição de material de consumo; manter sob sua guarda material de consumo de diversos órgãos da municipalidade; fornecer materiais mediante requisições, verificando as especificações constates da documentação; efetuar registros de entrada e saída de material em fichas e livros; arrumar o material nas prateleiras; elaborar relatórios, balancetes e inventários de material em estoque e movimentação; desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.

DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO ESTRATÉGICO – D A E

TITULO DO CARGO: COORDENADOR DA CENTRAL DE REGULAÇÃO

Requisitos para Provimento:
Idade Mínima: 18 (dezoito) anos.
Instrução: Nível Médio.
Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas. Conhecimento em Planilhas, relatórios, atendimento telefônico e internet;
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas;
Especial: Cargo de Dedicação Exclusiva e Tempo Integral, sujeito a trabalho externo, realização de viagens e trabalhos aos sábados, domingos, feriados e atendimento ao público.
Livre Nomeação e Exoneração.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Exercer as atividades no intuito de implementar a politica municipal de regulação de pacientes diante da oferta de serviços ambulatoriais e hospitalares das unidades sob gestão municipal.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; coordenar e acompanhar o processo de implantação e implementação dos Complexos Reguladores; monitorar o cumprimento efetivo dos termos de compromisso para garantia de acesso e acompanhar os fluxos de referências intermunicipais, por meio de relatórios com informações; identificar pontos de desajuste sistemático entre a pactuação efetuada e a demanda efetiva dos usuários, realimentando a Programação Pactuada Integrada; Definir o fluxo de acesso e de autorização para pacientes referenciados conforme a Programação Pactuada Integrada; elaborar instrumentos de acompanhamento do atendimento à população referenciada, monitorando as listas de espera e a resolutividade do sistema; construir e pactuar os critérios regulatórios por meio dos protocolos; articular e integrar as atividades de regulação assistencial com as ações de planejamento, controle, avaliação e auditoria; Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.

DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO ESTRATÉGICO – D A E

TITULO DO CARGO: ASSESSOR TÉCNICO

Requisitos para Provimento:
Idade Mínima: 18 (dezoito) anos.
Instrução: Habilitação em Ensino Fundamental, e/ou anos iniciais do Ensino Fundamental e/ou Elementar.
Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas. Conhecimento em Planilhas, relatórios, cálculos, editor de texto e internet;
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas;
Especial: Cargo de Dedicação Exclusiva e Tempo Integral, sujeito a trabalho externo, realização de viagens e trabalhos aos sábados, domingos, feriados e atendimento ao público.
Livre Nomeação e Exoneração.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Sintética: Prestar assessoria no planejamento, controle e avaliação da Gestão Municipal.

Descrição Analítica: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Assessorar o Departamento com informações e dados técnicos afetos às atribuições do Departamento. Responsável por prover informações técnicas capazes de subsidiar as tomadas de decisões do Departamento. Responsável por estudar as políticas técnicas, científicas e sociais inerentes às atribuições do Departamento. Responsável por assessorar o Departamento com informações técnicas sobre as necessidades dos serviços inerentes ao Departamento. Responsável por estudar a população com objetivo de demonstrar tecnicamente as diretrizes balizadoras dos planos de serviços e de gestão do Departamento. Prover materiais técnicos necessários à fundamentação dos serviços realizados pelos departamentos. Responsável por responder imediatamente ao Secretário da pasta e ao Chefe do Executivo quando solicitado com informações técnicas necessárias. Responsável por expor aos demais servidores informações técnicas capazes de auxiliar no desempenho das atividades laborais.

DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO ESTRATÉGICO – D A E

TITULO DO CARGO: DIRETOR DE DEPARTAMENTO

Requisitos para Provimento:
Idade Mínima: 18 (dezoito) anos.
Instrução: Habilitação em Ensino Fundamental, e/ou anos iniciais do Ensino Fundamental e/ou Elementar.
Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas. Conhecimento em Planilhas, relatórios, atendimento telefônico e internet;
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas;
Especial: Cargo de Dedicação Exclusiva e Tempo Integral, sujeito a trabalho externo, realização de viagens e trabalhos aos sábados, domingos, feriados e atendimento ao público.
Livre Nomeação e Exoneração.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Planejar, coordenar, promover a execução de todas as atividades da unidade, orientando, controlando e avaliando resultados, para assegurar o desenvolvimento da
política de governo.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Dirigir os trabalhos do Departamento sob sua reponsabilidade. Planejar, coordenar e promover a execução de todas as atividades de seu Departamento, baseando-se nos objetivos a serem alcançados, e na disponibilidade de recursos humanos e materiais, para definir prioridades e rotinas; Participar da elaboração da política administrativa da organização, fornecendo informações, sugestões, a fim de contribuir para a definição de objetivos; Controlar o desenvolvimento dos programas, orientando os executores na solução de dúvidas e problemas, tomando decisões ou sugerindo estudos pertinentes, para possibilitar melhor desempenho dos trabalhos; Avaliar o resultado dos programas, consultando o pessoal responsável pelas diversas unidades, para detectar falhas e propor modificações; Elaborar relatórios sobre o desenvolvimento dos serviços e os resultados atingidos, informando o superior imediato para uma avaliação política de governo; Executar tarefas afins e de interesseda municipalidade.

DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO ESTRATÉGICO – D A E

TITULO DO CARGO: ASSESSOR DE DEPARTAMENTO

Requisitos para Provimento:
Idade Mínima: 18 (dezoito) anos.
Instrução: Habilitação em Ensino Fundamental, e/ou anos iniciais do Ensino Fundamental e/ou Elementar.
Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas. Conhecimento em Planilhas, relatórios, atendimento telefônico e internet;
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas;
Especial: Cargo de Dedicação Exclusiva e Tempo Integral, sujeito a trabalho externo, realização de viagens e trabalhos aos sábados, domingos, feriados e atendimento ao público.
Livre Nomeação e Exoneração.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Exercer a coordenação, controle e orientação dos trabalhos de sua
Unidade de trabalho.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Assessorar o Departamento ao qual se encontra vinculado realizando a interlocução entre os departamentos do ente público Municipal, bem como realizando a interlocução do Departamento para com outros entes municipais, entes Estaduais e Federais. Assessorar os trabalhos realizados por técnicos, bem como os trabalhos realizados pelo Secretário da Pasta e Chefe do Executivo. Assessorar o Departamento na realização de atividades interórgãos, sendo emissário ou receptor de informações e documentos. Prover informações de interesses do Departamento ao qual esteja vinculado. Realizar atividades complementares necessárias ao desenvolvimento dos serviços do Departamento. Realizar atividades de representação do Departamento ao qual esteja vinculado.

DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO ESTRATÉGICO – D A E

TITULO DO CARGO: CHEFE DE DEPARTAMENTO

Requisitos para Provimento:
Idade Mínima: 18 (dezoito) anos.
Instrução: Habilitação em Ensino Fundamental, e/ou anos iniciais do Ensino Fundamental e/ou Elementar.
Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas. Conhecimento em Planilhas, relatórios, atendimento telefônico e internet;
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas;
Especial: Cargo de Dedicação Exclusiva e Tempo Integral, sujeito a trabalho externo, realização de viagens e trabalhos aos sábados, domingos, feriados e atendimento ao público.
Livre Nomeação e Exoneração.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Dirigir, planejar e organizar as atividades do departamento que dirige.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Chefiar o Departamento sob sua responsabilidade. Estabelecer atividades, serviços, planejamento, rotinas com fundamentos nos dados que lhes são apresentados. Manter a disciplina do pessoal sob sua chefia. Assinar e visar documentos emitidos ou preparados pelo Departamento que chefia. Certificar-se as matérias das atas das reuniões do Departamento, bem como de documentos não classificados nos termos da lei, participar e acompanhar a elaboração do orçamento, plano de atividades e contas de Diretores e Secretario Municipal, assegurar o expediente relativo à preparação e elaboração de todos os atos e contratos em que o Departamento for outorgante, exercer as funções inerentes ao serviço de notória do privativo do município e dos serviços administrativos e operacionais, nos termos da lei, elaborar e submeter à aprovação superior as instruções normativas, regulamentos e normas que forem julgadas necessárias ao correto exercício da atividade da Seção, realizar outras atividades correlatas ao cargo, quando requeridas por sua chefia imediata.

DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO ESTRATÉGICO – D A E

TITULO DO CARGO: CHEFE DE DIVISÃO

Requisitos para Provimento:
Idade Mínima: 18 (dezoito) anos.
Instrução: Habilitação em Ensino Fundamental, e/ou anos iniciais do Ensino Fundamental e/ou Elementar.
Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas. Conhecimento em Planilhas, relatórios, atendimento telefônico e internet;
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas;
Especial: Cargo de Dedicação Exclusiva e Tempo Integral, sujeito a trabalho externo, realização de viagens e trabalhos aos sábados, domingos, feriados e atendimento ao público.
Livre Nomeação e Exoneração.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Dirigir, organizar e controlar as atividades da divisão que chefia.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Chefiar a Divisão sobre a qual esteja responsável dentro do Departamento. Chefiar os trabalhos sob sua exclusiva responsabilidade, estabelecendo as atividades, serviços, planejamentos e rotina de seus trabalhos. Responder sempre que solicitado ao Chefe do Departamento sobre o expediente. Remeter ao Chefe de Departamento ou ao Secretário da Pasta suas atividades e decisões. Cumprir determinações regulamentares dos superiores, bem como as legislações aplicáveis à Divisão que chefia.

DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO ESTRATÉGICO – D A E

TITULO DO CARGO: MONITOR DE SETOR

Requisitos para Provimento:
Idade Mínima: 18 (dezoito) anos.
Instrução: Habilitação em Ensino Fundamental, e/ou anos iniciais do Ensino Fundamental e/ou Elementar.
Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas. Conhecimento em Planilhas, relatórios, atendimento telefônico e internet;
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas;
Especial: Cargo de Dedicação Exclusiva e Tempo Integral, sujeito a trabalho externo, realização de viagens e trabalhos aos sábados, domingos, feriados e atendimento ao público.
Livre Nomeação e Exoneração.

Atribuições:

Descrição Resumida: Trabalhar de forma a auxiliar nos diversos aspectos de organização de setor; arquivar documentos; realizar entregar de documentos; imprimir, encadernar; xerocar; redigir ofícios e declarações;

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Realizar atendimentos nos setores; organizar papeis; elaborar relatórios; atuar de forma geral na organização do setor para qual foi designado; auxiliar no monitoramento das atividades do setor; Cooperar com instrutores e administração pela boa condução de suas atividades; Zelar pela ordem e disciplina do setor; Executar tarefas afins e de
interesse da municipalidade;

GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E INFRAESTRUTURA – SMI

TITULO DO CARGO: CARPINTEIRO – EM EXTINÇÃO

Requisitos para provimento:
Idade: Mínima de 18 anos
Instrução: Habilitação em Ensino Fundamental, e/ou anos iniciais do Ensino Fundamental e/ou Elementar.
Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas, suplementado por conhecimentos específicos adquiridos por meio de prática de serviço.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga Horária de 40 horas;
Especial: Operacionalização de equipamentos, utilização de EPI, Sujeito a trabalho Externo.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Efetuar trabalhos de carpintaria, cortando, armando, instalando, e reparando peças de madeira, utilizando ferramentas manuais e mecânicas.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Construir, encaixar e montar nos locais determinados, armações de madeira, utilizando processos e ferramentas adequadas para compor alvenarias, armações de telhado, andaimes e elementos afins, instalar e ajustar esquadrias de madeira e outras peças tais como: janelas, portas, escadas, rodapés, divisórias, forro e guarnições, construir formas de madeira para atendimento de necessidades diversas, reparar elementos de madeira, substituir total ou parcialmente, peças desajustadas ou deterioradas e\ou fixar partes soltas, trabalhar com madeira, montagens de obras pesadas, tais como: estrutura, vigamentos, tablados, entre outros; Proceder a montagem e desmontagem de palanques oficiais, Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade manter limpos e organizados seus instrumentos e local de trabalho, realizar outras atividades correlatas ao cargo, quando requeridas por sua chefia imediata. Confeccionar peças com o auxílio de ferramentas adequadas; instalar esquadrias e outras peças de madeira ou metal, como janelas, básculas e fechaduras; reparar elementos de madeira; colocar ou substituir ferragens em móveis; confeccionar e montar formas de concretagem, peças empregadas em obras; executar peças em carpintaria como forros, palanques e engradamentos; realizar acabamentos em móveis; operar máquinas de carpintaria; construir e reconstruir pontes e pontilhes de madeira; zelar pela conservação dos equipamentos e ferramentas do trabalho;

GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E INFRAESTRUTURA – SMI

TITULO DO CARGO: COVEIRO

Requisitos para provimento:
Idade: Mínima de 18 anos
Instrução: Habilitação em Ensino Fundamental, e/ou anos iniciais do Ensino Fundamental e/ou Elementar.
Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas, suplementado por conhecimentos específicos adquiridos por meio de prática de serviço.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga Horária de 40 horas;
Especial: Operacionalização de equipamentos, utilização de EPI.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Sintética: Garantir a organização dos cemitérios, a limpeza das covas e jazigos, cavando e cobrindo sepulturas, carregando caixões, realizando sepultamentos e exumações;
Descrição Analítica: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Preparar sepulturas, escavando a terra e escorando as paredes da abertura, ou retirando a lápide e limpando o interior das covas já existentes, para o sepultamento carregar e colocar o caixão na cova aberta manipular as cordas de sustentação, para facilitar o posicionamento do caixão na sepultura fecha a sepultura, recobrindo-a de terra e cal ou fixando-lhe uma laje, para assegurar a inviolabilidade do túmulo manter a limpeza e conservação de jazigos e covas realizar exumação dos cadáveres realizar, em alguns casos, a cremação do cadáver zelar pela conservação de cemitérios, máquinas e ferramentas de trabalho zelar pela segurança do cemitério. Zelar pela guarda, conservação, limpeza e manutenção das ferramentas e equipamentos peculiares ao trabalho, bem como dos locais. Desempenhar outras atividades correlatas e afins.

GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E INFRAESTRUTURA – SMI
TITULO DO CARGO: COZINHEIRA – EM EXTINÇÃO
Requisitos para provimento: **Idade:** Mínima de 18 anos **Instrução:** Habilitação em Ensino Fundamental, e/ou anos iniciais do Ensino Fundamental e/ou Elementar. **Habilitação:** Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas, suplementado por conhecimentos específicos adquiridos por meio de prática de serviço. **Condições de Trabalho:** **Geral:** Carga Horária de 40 horas; **Especial:** Sujeito a uso de uniformes e equipamento de segurança.

Atribuições:

Descrição Resumida: Efetuar o cozimento dos alimentos para merenda dos alunos, beneficiários e servidores públicos, limpeza do local que seja determinado, em especial as Unidades Escolares e Creches Municipais, manter em ordem o local de trabalho, bem como outros que a estes sejam correlatos, prestar serviços de apoio na conservação de merenda e outros.
Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Confeccionar o preparo dos alimentos e proceder à limpeza em geral. Executar, sob orientação de Nutricionista, as tarefas relativas à confecção da merenda escolar; preparar refeições balanceadas de acordo com o cardápio pré-estabelecido; exercer perfeita vigilância técnica sobre a condimentação e cocção dos alimentos; manter livres de contaminação ou de deterioração os gêneros alimentícios sob sua guarda; selecionar os gêneros alimentícios quanto à quantidade, qualidade e estado de conservação; zelar para que o material e equipamento de cozinha estejam sempre em perfeitas condições de utilização, higiene e segurança; operar com fogões, aparelhos de preparação ou manipulação de gêneros alimentícios, refrigeração e outros; servir a merenda nos utensílios próprios, observando as quantidades determinadas para cada aluno; distribuir a merenda e colaborar para que os alunos desenvolvam hábitos sadios de alimentação; recolher, lavar e guardar utensílios da merenda, encarregando-se da limpeza geral da cozinha e refeitório; fazer trabalhos de limpeza nas diversas dependências da cozinha; remover lixos e detritos; fazer arrumação em locais de trabalho; proceder à remoção e conservação de móveis, máquinas e materiais em geral; preparar café, chá, lanches e servi-lo; executar outras tarefas correlatas.

GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E INFRAESTRUTURA – SMI
TÍTULO DO CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – EM EXTINÇÃO
Requisitos para provimento: **Idade:** Mínima de 18 anos **Instrução:** Habilitação em Ensino Fundamental, e/ou anos iniciais do Ensino Fundamental e/ou Elementar. **Habilitação:** Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas, suplementado por conhecimentos específicos adquiridos por meio de prática de serviço. **Condições de Trabalho:** **Geral:** Carga Horária de 40 horas; **Especial:** Sujeito a trabalho Externo, Atendimento ao Público.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Sintética: Executar trabalhos externos, braçais ou não, limpeza do local que seja determinado, em especial a urbana, manter em ordem o local de trabalho, bem como outros que a estes sejam correlatos, prestar serviços de apoio, transporte e conservação de estradas e outros.

Descrição Detalhada:

Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional;

quando no exercício de tarefas de copa e cozinha:

Preparar e servir café e chá a visitantes, dirigentes e servidores do setor, lavar copos, xícaras, cafeteiras, coadores e demais utensílios de cozinha, arrumar e, posteriormente, recolher bandejas com copos, xícaras, pratos, bules, açucareiros e garrafas térmicas, lavar, secar e guardar todos os materiais utilizados nas copas e nas cozinhas, manter limpo os utensílios de copa e cozinha, auxiliar em barracas, stands ou em festividades e eventos promovidos pela Prefeitura a servir produtos e a efetuar a limpeza dos materiais utilizados, auxiliar no preparo de refeições, lavando, selecionando e cortando alimentos, verificando, diariamente, os prazos de validade dos alimentos, descartando os inservíveis e solicitando à chefia sua reposição.

quando no exercício de tarefas de limpeza e zeladoria:

Percorrer as dependências da Prefeitura, abrindo e fechando janelas, portas e portões, bem como ligando e desligando pontos de iluminação, máquinas e aparelhos elétricos, limpar e arrumar as dependências e instalações de edifícios públicos municipais, a fim de mantê-los nas condições de asseio requeridas, realizar a limpeza, desinfecção e higienização de todas as dependências dos próprios municipais como a sede da Prefeitura, a rodoviária, as unidades de saúde, os

ambulatórios, hospitais, banheiros públicos, entre outros, instalados ou que vierem a ser instalados, inclusive os locais temporariamente destinados a eventos, seguindo, sempre, as normas de limpeza e desinfecção próprias de cada unidade da Prefeitura ou conforme normas e determinação superior, esfregar chão, paredes, aparelhos sanitários, bancadas, portas, janelas e mobiliário, no que couber, utilizando materiais e equipamentos próprios de modo a manter e conservar os próprios municipais, aplicar cera e lustrar chão e móveis, conservar banheiros e cozinhas, efetuando a reposição de materiais como sabão, sabonete, toalhas, panos de mão, de copa e de chão, papel toalha e papel higiênico, auxiliar nas tarefas de limpeza, higienização e desinfecção de vidraçaria – frascos, tubos de ensaios, balões e outros, utilizados na área da saúde, de acordo com determinação superior e observadas as normas determinadas para o setor; - auxiliar nas tarefas de limpeza, desinfecção e organização dos laboratórios de análises clínicas municipais, arrumando estantes, armários, depósitos, transportando, entregando e descarregando materiais, observando cuidados com materiais e produtos, de

acordo com as normas do setor, recolher o lixo da unidade em que serve, acondicionando detritos e depositando-os de acordo com as determinações, coletar, seletivamente, lixo orgânico e inorgânico das lixeiras e cestas localizadas nos prédios municipais, ensacando-os adequadamente, e efetuando sua disposição final, conforme orientação superior, coletar o lixo hospitalar, consultórios e outras unidades de saúde, ensacando-o adequadamente e realizando sua disposição final, conforme orientação específica recebida, utilizar EPI's que deverão ser disponibilizados pela administração.

quando no exercício de tarefas de lavanderia:

lavar e passar roupas, observando o estado de conservação das mesmas, bem como proceder ao controle da entrada e saída das peças, selecionar as peças a serem lavadas, separando-as segundo o tipo, a cor e a natureza do tecido, para dar-lhes o tratamento correto e evitar que manchem ou se deformem, enxaguar a roupa, passando-a em água limpa, para retirar os resíduos de sabão e outros solventes, proceder à secagem da roupa, utilizando máquina própria ou dependurando-a em local ventilado, para permitir sua utilização, utilizar os produtos químicos adequados aos materiais, evitando danos, verificar se há peças descoloridas, manchadas ou rasgadas, separando-as para entrega à chefia para providências, realizar pequenos consertos nas roupas como cerzidos, costuras simples, recolocação de botões ou alças e outros, definidos pela chefia, apresentar, diariamente, relatório das peças recebidas para lavagem e passagem e das peças entregues, limpas e passadas, comunicar à chefia imediata a ocorrência de defeitos nos equipamentos e máquinas, bem como solicitar a reposição dos produtos utilizados na execução das tarefas;

quando no exercício de tarefas em obras e serviços públicos:

Varrer ruas, praças, parques e jardins do Município, utilizando vassouras, ancinhos e outros instrumentos similares, para manter os referidos locais em condições de higiene e trânsito, percorrer os logradouros, seguindo roteiros preestabelecidos, para aparar o gramado de ruas, vias expressas, praças e demais logradouros públicos municipais, recolhendo e acondicionando a grama em latões, sacos

plásticos, cestos, carrinhos de tração manual e outros depósitos adequados, limpar ralos, caixas de passagem e bocas-de-lobo e raspar meios-fios, fazer abertura e limpeza de valas, limpeza de galerias, fossas sépticas, esgotos, caixas de areias, poços e tanques bem como capinar e roçar terrenos, quebrar pedras e pavimentos, auxiliar no nivelamento de superfícies a serem pavimentadas e na execução de serviços de execução de calcadas, auxiliar na fabricação de tijolos, manilhas, tubos, telhas e outros artefatos de cimento ou barro, auxiliar no preparo de argamassa, utilizando a fôrma e o material adequado, seguindo instruções predeterminadas, colocar e retirar correntes e lonas nas caixas estacionárias bem como descarregá-las em aterro sanitário, auxiliar na construção de palanques e andaimes e outras obras, transportar materiais de construção, móveis, equipamentos e ferramentas, de acordo com instruções recebidas e carregar e descarregar veículos, empilhando os materiais nos locais indicados, limpar, lubrificar e guardar ferramentas, equipamentos e materiais de trabalho que não exijam conhecimentos especiais, observar as medidas de segurança na execução das tarefas, usando equipamentos de proteção e tomando precauções para não causar danos a terceiros, atuar na coleta de lixo e entulhos; executar outras atribuições afins.

GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E INFRAESTRUTURA – SMI
TITULO DO CARGO: VIGIA – EM EXTINÇÃO
Requisitos para Provimento: **Idade:** Mínima de 18 anos; **Instrução:** Habilitação em Ensino Fundamental, e/ou anos iniciais do Ensino Fundamental e/ou Elementar. **Habilitação:** Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas, especialmente na área de segurança. **Condições de Trabalho:** **Geral:** Carga horária semanal de 40 horas. **Especial:** Sujeito a trabalho noturno.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Executar trabalhos externos, desde que não exijam especialização, manter em ordem o local de trabalho, bem como outros que a estes sejam correlatos, prestar serviços de apoio na conservação do bem público e outros.
Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Manter vigilância sobre depósitos de materiais, estacionamentos, pátios, áreas abertas, centros de esportes, escolas, unidades de saúde, obras em execução e edifícios onde funcionam repartições municipais, percorrer sistematicamente as dependências de edifícios onde se desenvolvem as atividades da Prefeitura e áreas adjacentes, verificando se, as portas, janelas, portões e outras vias de acesso estão fechadas corretamente e observando pessoas que lhe pareçam suspeitas, para possibilitar a tomada de medidas preventivas, fiscalizar a entrada e saída de pessoas e veículos nas dependências de edifícios municipais, prestando informações e efetuando encaminhamentos, examinando autorizações, para garantir a segurança do local, zelar pela segurança de materiais e veículos postos sob sua guarda, verificar o funcionamento de registros de água e gás e painéis elétricos, controlar e orientar a circulação de veículos e pedestres nas áreas de estacionamento público municipal, para manter a ordem e evitar acidentes, vigiar materiais e equipamentos destinados a obras, praticar os atos necessários para impedir a invasão de edifícios públicos municipais, inclusive solicitar a ajuda policial, quando necessária, comunicar imediatamente à autoridade superior quaisquer irregularidades e ilicitudes encontradas, ligar e desligar alarmes, realizar comunicados internos através de rádio e telefone, elaborar relatórios periódicos sobre as ocorrências e atividades desenvolvidas, encaminhando ao superior imediato, contatar, quando necessário, órgãos públicos, comunicando emergências e solicitando socorro, zelar pela limpeza das áreas sob sua vigilância, comunicando a equipe responsável pelos serviços a necessidade da realização dos mesmos, impedir a saída de idosos incapazes, crianças e adolescentes, sem autorização prévia, controlar o horário de visitas, fazer cumprir normas de silêncio, não permitindo a ligação de aparelhos de televisão, rádio, entre outros, executar outras atribuições afins.

GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS OPERACIONAIS - SEO
TITULO DO CARGO: MECÂNICO DE MÁQUINAS PESADAS
Requisitos para Provimento: **Idade:** Mínima de 21 anos **Instrução:** Habilitação em Ensino Fundamental, e/ou anos iniciais do Ensino Fundamental e/ou Elementar. **Habilitação:** Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas, especialmente prática comprovada em mecânica de automotores. **Condições de Trabalho:** **Geral:** Carga horária semanal de 40 horas. **Especial:** Sujeito a uso de equipamentos de proteção individual; efetuar trabalhos fora do perímetro urbano e executar tarefas em fins de semana e feriados.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Compreende os cargos que se destinam a executar tarefas relativas a regulagem, conserto, Chapeação, Pintura, substituição de peças ou partes de máquinas pesadas.

Descrição Detalhada:

Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional;

Desempenho do Cargo nos serviços de mecânica de veículos: **inspecionar máquinas pesadas em geral, diretamente ou utilizando aparelhos específicos, a fim de detectar as causas da anormalidade de funcionamento, desmontar, limpar, reparar, ajustar e montar carburadores, peças de transmissão, diferencial e outras que requeiram exame, seguindo técnicas apropriadas e utilizando ferramental necessário, revisar motores e peças diversas, utilizando ferramentas manuais, instrumentos de medição e controle, e outros equipamentos necessários, para aferir-lhes as condições de funcionamento, regular, reparar e, quando necessário, substituir peças dos sistemas de freio, ignição, alimentação de combustível, transmissão, direção, suspensão e outras, utilizando ferramentas e instrumentos apropriados, para recondicionar o equipamento e assegurar seu funcionamento regular, montar motores e demais componentes do equipamento, guiando-se por esquemas, desenhos e especificações pertinentes, para possibilitar sua utilização, fazer reparos simples no sistema elétrico de máquinas pesadas.**

Desempenho do Cargo nos serviços de chapeação e pintura:

Reparar as partes deformadas da carroceria, como paralama, tampos e guarda-malas, desamassando-as, utilizando martelos, esticadores, alavancas e macacos, para devolver às peças a sua forma original, retirar da carroceria as partes deformadas, como frentes, radiadores, portas e outras peças, utilizando ferramentas manuais, para consertá-las ou substituí-las por outras perfeitas, lixar ou limar as partes recompostas, utilizando ferramentas manuais, lixas e máquinas apropriadas, para uniformizar e alisar essas partes, aplicar material anticorrosivo, utilizando pincéis e

trinchas, para proteger a chapa, reparar fechaduras, dobradiças, batentes, trincos e fechos, para mantê-los em bom estado, substituir canaletas, frisos, pára-choques e outros elementos, retirando as peças danificadas e instalando outras, para manter a carroceria em bom estado, limpar as superfícies da peça a ser pintada ou retirar a pintura velha, utilizando solventes, raspadeiras e jatos de ar, para deixá-las em condições de iniciar o trabalho de pintura, preparar as superfícies a serem pintadas, emassando-as, lixando- as e recortando as emendas, a fim de corrigir os defeitos e facilitar o espargimento e aderência da tinta, proteger as partes que não devem ser pintadas, recobrindo-as com papel adesivo, para evitar que sejam atingidas pelo jato de tinta, preparar tintas para aplicação, efetuando misturas e adicionando pigmentos, óleos, substâncias diluentes e secantes, verificar e testar as cores obtidas, bem como avaliar a quantidade necessária, para a superfície a ser pintada, abastecer de tinta o depósito da pistola e fazer a regulagem das válvulas de pressão do ar e do bocal do aparelho, pulverizar as superfícies, aplicando camadas de tinta, de acordo com as características do serviço, retocar e polir superfícies, a fim de assegurar o bom acabamento dos trabalhos;
Desempenho do cargo comuns a todos os serviços:
Acompanhar e avaliar os serviços prestados por oficinas externas, verificando a qualidade, o orçamento elaborado e controlando o prazo de realização dos serviços,realizar a manutenção de máquinas e veículos em campo, orientar e treinar os servidores que auxiliam na execução das atribuições típicas do cargo, manter limpo o local de trabalho, zelar pela guarda e conservação de ferramentas, equipamentos e materiais que utiliza, observar as normas de higiene e segurança do trabalho, executar outras atribuições afins.

GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS OPERACIONAIS – SEO

TITULO DO CARGO: MECÂNICO DE VEÍCULOS

Idade: Mínima de 21 anos
Instrução: Habilitação em Ensino Fundamental, e/ou anos iniciais do Ensino Fundamental e/ou Elementar.
Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas, especialmente prática comprovada em mecânica de automotores.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas.
Especial: Sujeito a uso de equipamentos de proteção individual; efetuar trabalhos fora do perímetro urbano e executar tarefas em fins de semana e feriados.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Compreende os cargos que se destinam a executar tarefas relativas a regulagem, conserto, Chapeação, Pintura, substituição de peças ou partes de veículos.

Descrição Detalhada:

Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional;

Quanto aos serviços de mecânica de veículos:

Inspecionar veículos em geral, diretamente ou utilizando aparelhos específicos, a fim de detectar as causas da anormalidade de funcionamento, desmontar, limpar, reparar, ajustar e montar carburadores, peças de transmissão, diferencial e outras que requeiram exame, seguindo técnicas apropriadas e utilizando ferramental necessário,revisar motores e peças diversas, utilizando ferramentas manuais, instrumentos de medição e controle, e outros equipamentos necessários, para aferir-lhes as condições de funcionamento, regular, reparar e, quando necessário, substituir peças dos sistemas de freio, ignição, alimentação de combustível, transmissão, direção, suspensão e outras, utilizando ferramentas e instrumentos apropriados, para recondicionar o equipamento e assegurar seu funcionamento regular, montar motores e demais componentes do equipamento, guiando-se por esquemas, desenhos e especificações pertinentes, para possibilitar sua utilização, fazer reparos simples no sistema elétrico de veículos; executar outras atividades correlatas.

Quanto aos serviços de chapeação e pintura:

Reparar as partes deformadas da carroceria, como paralama, tampos e guarda-malas, desamassando-as, utilizando martelos, esticadores, alavancas e macacos, para devolver às peças a sua forma original, retirar da carroceria as partes deformadas, como frentes, radiadores, portas e outras peças, utilizando ferramentas manuais, para consertá-las ou substituí-las por outras perfeitas, lixar ou limar as partes recompostas, utilizando ferramentas manuais, lixas e máquinas apropriadas, para uniformizar e alisar essas partes, aplicar material anticorrosivo, utilizando pincéis e trinchas, para proteger a chapa, reparar fechaduras, dobradiças, batentes, trincos e fechos, para mantê-los em bom estado, substituir canaletas, frisos, para-choques e outros elementos, retirando as peças danificadas e instalando outras, para manter a carroceria em bom estado, limpar as superfícies da peça a ser pintada ou retirar a

pintura velha, utilizando solventes, raspadeiras e jatos de ar, para deixá-las em condições de iniciar o trabalho de pintura, preparar as superfícies a serem pintadas, emassando-as, lixando- as e recortando as emendas, a fim de corrigir os defeitos e facilitar o espargimento e aderência da tinta, proteger as partes que não devem ser pintadas, recobrindo-as com papel adesivo, para evitar que sejam atingidas pelo jato de tinta, preparar tintas para aplicação, efetuando misturas e adicionando pigmentos, óleos, substâncias diluentes e secantes, verificar e testar as cores obtidas, bem como avaliar a quantidade necessária, para a superfície a ser pintada, abastecer de tinta o depósito da pistola e fazer a regulagem das válvulas de pressão do ar e do bocal do aparelho, pulverizar as superfícies, aplicando camadas de tinta, de acordo com as características do serviço, retocar e polir superfícies, a fim de assegurar o bom acabamento dos trabalhos;
Atribuições comuns a todos os serviços:
Acompanhar e avaliar os serviços prestados por oficinas externas, verificando a qualidade, o orçamento elaborado e controlando o prazo de realização dos serviços,realizar a manutenção de máquinas e veículos em campo, orientar e treinar os servidores que auxiliam na execução das atribuições

típicas do cargo, manter limpo o local de trabalho, zelar pela guarda e conservação de ferramentas, equipamentos e materiais que utiliza, observar as normas de higiene e segurança do trabalho, executar outras atribuições afins.

GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS OPERACIONAIS – SEO
TITULO DO CARGO: MOTORISTA
Requisitos para Provimento: **Idade:** Mínima de 18 anos **Instrução:** Habilitação em Ensino Fundamental, e/ou anos iniciais do Ensino Fundamental e/ou Elementar. **Habilitação:** Conhecimento necessário para o bom desenvolvimento de suas tarefas, conhecimento comprovado como motorista; Carteira Nacional de Habilitação - Categoria A, B, C, D ou E. **Condições de Trabalho:** **Geral:** Carga horária semanal de 40 horas. **Especial:** Sujeito a uso de equipamentos de proteção individual; efetuar trabalhos fora do perímetro urbano e executar tarefas em fins de semana e feriados. O exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, sábados, domingos e feriados e realização de viagens e frequência.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Dirigir veículos da Prefeitura para transportar pessoal, materiais, documentos e outros itens relacionados, de acordo com as normas e orientações da do Município e em observância ao cumprimento do Código Nacional de Trânsito.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Dirigir automóveis, ônibus, caminhonetes, caminhões e ambulância, verificar diariamente as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização: pneus, água do radiador, bateria, nível de óleo, amperímetro, sinaleiros, freios, embreagem, faróis, abastecimento de combustível, etc. zelar pela segurança de passageiros, verificando o fechamento de portas e o uso de cintos de segurança, zelar pela documentação veículo, orientar o carregamento e descarregamento de materiais e evitar danos aos materiais transportados, fazer pequenos reparos de urgência, manter o veículo limpo, interna e externamente, e em condições de uso, levando-o à manutenção sempre que necessário, observar os períodos de revisão e manutenção preventiva do veículo, anotar e comunicar ao chefe imediato quaisquer defeitos que necessitem dos serviços de mecânica, para reparos ou conserto. Comunicar à chefia imediata, tão imediatamente quanto possível, qualquer enguiço ou ocorrência extraordinária, registrar a quilometragem do veículo no começo e no final do serviço, anotando as horas de saída e chegada, preencher mapas e formulários sobre a utilização diária do veículo, assim como o abastecimento de combustível, recolher o veículo após o serviço, deixando-o corretamente estacionado e fechado, observar, rigorosamente, as normas de trânsito. Ao dirigir caminhões, verificar diariamente as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização: pneus, água do radiador, bateria, nível de óleo, sinaleiros, freios, embreagem, nível de combustível, entre outros, para o transporte de cargas. Ao dirigir ambulâncias para transporte de pacientes impossibilitados de andar ou que necessitem de atendimento urgente, dentro e fora do Município, auxiliar a entrada e retirada do paciente na ambulância. Ao dirigir ônibus

para transporte de alunos da rede municipal de ensino, verificando diariamente as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização, pneus, água do radiador, bateria, nível do óleo, sinaleiros, freios, embreagem, nível de combustível entre outros, zelar pelo bom andamento da viagem, adotando as medidas cabíveis para prevenção ou solução de qualquer anormalidade, para garantir a segurança dos passageiros, transeuntes e outros veículos, verificar se a documentação do veículo a ser utilizado está completa, bem como devolvê-la à chefia imediata quando do término da viagem, orientar o carregamento e descarregamento de cargas, a fim de manter o equilíbrio do veículo e evitar danos aos materiais transportados, observar os limites de carga preestabelecidos, quanto ao peso, altura, comprimento e largura, fazer pequenos reparos de urgência, manter o veículo limpo, interna e externamente e em condições de uso, levando-o à manutenção sempre que necessário, Manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação, observar os períodos de revisão e manutenção preventiva do caminhão, anotar em formulário próprio, a quilometragem rodada, viagens realizadas, cargas transportadas, itinerários percorridos e outras ocorrências, recolher ao local apropriado o caminhão, ônibus, ambulância ou automóveis após a realização do serviço, deixando-o corretamente estacionado e fechado. Executar outras atribuições afins.

GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS OPERACIONAIS – SEO
TITULO DO CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS
Requisitos para Provimento: **Idade:** Mínima de 18 anos **Instrução:** Habilitação em Ensino Fundamental, e/ou anos iniciais do Ensino Fundamental e/ou Elementar. **Habilitação:** Conhecimento necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas, conhecimento comprovado como motorista; Carteira Nacional de Habilitação - Categoria D ou E. **Condições de Trabalho:** **Geral:** Carga horária semanal de 40 horas. **Especial:** Sujeito a uso de equipamentos de proteção individual; efetuar trabalhos fora do perímetro urbano e executar tarefas em fins de semana e feriados. O exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, sábados, domingos e feriados e realização de viagens e frequência.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Operam, ajustam e preparam máquinas de nível leve. Realiza manutenção em primeiro nível de máquinas e implementos. Empregam medidas de segurança.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Efetuar pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade; Dirigir máquinas como: trator de pneus, rolo compactador, perfuratriz e equipamentos até HP100, inclusive, Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a máquina sob sua responsabilidade, proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral, proceder ao mapeamento dos serviços executados, identificando o tipo de serviço, o local e a carga horária; Manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação, efetuar os serviços determinados, registrando as ocorrências; Operar máquinas, implementos agrícolas e rodoviários, como: tratores de pneus, pás- mecânica, retro-escavadeira, trator agrícola e outros similares. Operar tratores de pneu, para execução de serviços de carregamento e descarregamento de material, escavação, terraplanagem, nivelamento de solo, pavimentação, desmatamento, retirada de cascalho, dragagem em rios e conservação de vias públicas, inspecionar as condições operacionais do equipamento, inclusive níveis de água e óleo, antes de sua utilização, providenciar o abastecimento e a manutenção preventiva e corretiva do equipamento, zelar pela conservação do equipamento; respeitar as normas técnicas e os regulamentos do serviço, executar outros serviços correlatos determinados pelo superior imediato. Operar motosserra e roçadeira costal para roçada de terrenos e limpeza de ruas, praças e jardins, conduzindo e manobrando a máquina, acionando o motor e manipulando seus comandos para desmatamento, poda e limpeza de grama do solo, regular os mecanismos de motosserra, graduando-os de acordo com a grossura e a qualidade da madeira, para prepará-la para a operação de cerrar; zelar pela boa qualidade do

serviço, controlando o andamento das operações e efetuando os ajustes necessários para garantir sua correta execução, adotar as medidas de segurança recomendadas para operação de máquinas, para evitar possíveis acidentes, limpar e lubrificar a máquina e seus implementos, seguindo as instruções de manutenção do fabricante, bem com providenciar a troca de peças, quando necessária, efetuar pequenos reparos, utilizando as ferramentas apropriadas, para assegurar o bom funcionamento do equipamento, acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, após executados, efetuar os testes necessários, anotar, segundo normas estabelecidas, dados e informações sobre os trabalhos realizados, para controle da chefia, zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações e efetuando os ajustes necessários, a fim de garantir sua correta execução, Pôr em prática as medidas de segurança recomendadas para a operação e estacionamento da máquina, a fim de evitar possíveis acidentes, efetuar pequenos reparos de urgência, utilizando as ferramentas apropriadas, para assegurar o bom funcionamento do equipamento; Acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, após executados, efetuar os testes necessários, anotar, segundo normas estabelecidas, dados e informações sobre os trabalhos realizados, consumo de combustível, conservação e outras ocorrências, para controle da chefia, conduzir as máquinas e os tratores sob sua responsabilidade para abastecimento, controlando sempre o nível de combustível necessário aos mesmos, recolher ao local apropriado a máquina após a realização do serviço, deixando-o corretamente estacionado e fechado, executar outras atribuições afins.

GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS OPERACIONAIS – SEO

TÍTULO DO CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS

Requisitos para Provimento:
Idade: Mínima de 18 anos
Instrução: Habilitação em Ensino Fundamental, e/ou anos iniciais do Ensino Fundamental e/ou Elementar.
Habilitação: Conhecimento necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas, conhecimento comprovado como motorista; Carteira Nacional de Habilitação - Categoria D ou E.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas.
Especial: Sujeito a uso de equipamentos de proteção individual; efetuar trabalhos fora do perímetro urbano e executar tarefas em fins de semana e feriados. O exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, sábados, domingos e feriados e realização de viagens e frequência.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Operar máquinas rodoviárias para executar trabalhos de construção, de melhoramento, de restauração, de conservação e de sinalização de estradas; opera máquinas pesadas como trator, retroescavadeira, trator de esteira, motoniveladora, trator agrícola, pá mecânica e roçadeira mecanizada acoplada ao trator agrícola; executa outras tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço e orientação superior.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Efetuar pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade, dirigir máquinas como: motoniveladora, trator de esteira, retroescavadeira e equipamentos acima de 100 HPs; Comunicar o chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a máquina sob sua responsabilidade, proceder ao controle contínuo de consumo de combustíveis, lubrificantes e manutenção em geral, proceder ao mapeamento dos serviços executados, identificando o tipo de serviço, o local e a carga horária; Efetuar os serviços determinados, registrando as ocorrências, manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina. Operar máquinas rodoviárias e tratores, executar terraplanagem, nivelamento de ruas e estradas, assim com abaulamentos, abrir valetas e cortar talubes, operar máquinas rodoviárias em escavação transporte de terras. Aterros e trabalhos semelhantes; operar com máquinas de compactação, varredouras mecânicas, tratores, etc...; operar mecanismos de tração e movimentação dos implementos da máquina, acionando pedais e alavancas de comando, para escavar, carregar, mover e levantar ou descarregar terra, areia, cascalho, pedras e materiais análogos, zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações e efetuando os ajustes necessários, a fim de garantir sua correta execução; por em prática as medidas de segurança recomendadas para a operação e estacionamento da máquina, a fim de evitar possíveis acidentes. Limpar e lubrificar a máquina e seus implementos,

seguindo as instruções de manutenção do fabricante, bem como providenciar a troca de pneus, quando necessário, acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, depois de executados, efetuar os testes necessários; anotar, seguindo normas estabelecidas, dados e informações sobre os trabalhos realizados, consumo de combustível, conservação e outras ocorrências, para controle da chefia; providenciar o abastecimento de combustível, água e lubrificantes nas máquinas sob sua responsabilidade; e executar tarefas afins e de interesse da Municipalidade. Operar moto- niveladoras, carregadeiras, rolo compactador, pá mecânica, patrol e outros, para execução de serviços de escavação, terraplanagem, nivelamento de solo, pavimentação, conservação de vias, carregamento e descarregamento de material, entre outros, conduzir e manobrar a máquina, acionando o motor e manipulando os comandos de marcha e direção, para posicioná-la conforme as necessidades do serviço, zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações e efetuando os ajustes necessários, a fim de garantir sua correta execução, pôr em prática as medidas de segurança recomendadas para a operação e estacionamento da máquina, a fim de evitar possíveis acidentes, efetuar pequenos reparos de urgência, utilizando as ferramentas apropriadas, para assegurar o bom funcionamento do equipamento, anotar, segundo normas estabelecidas, dados e informações sobre os trabalhos realizados, consumo de combustível, conservação e outras ocorrências, para controle da chefia, recolher ao local apropriado a máquina após a realização do serviço, deixando-o corretamente estacionado e fechado; Executar outras atribuições afins.

GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS OPERACIONAIS – SEO

TITULO DO CARGO: ELETRICISTA AUTOMOTIVO

Requisitos para Provimento:
Idade: Mínima de 18 anos
Instrução: Habilitação em Ensino Fundamental, e/ou anos iniciais do Ensino Fundamental e/ou Elementar.
Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas, especialmente de eletricidade de veículos automotores.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas.
Especial: Sujeito a uso de equipamentos de proteção individual; efetuar trabalhos fora do perímetro urbano e executar tarefas em fins de semana e feriados.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Executar serviços atinentes aos sistemas elétricos de veículos e equipamentos, sua instalação, conservação e reparos.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Consertos e reparos de problemas elétricos em veículos e máquinas que compõem a frota municipal, reparando circuito de ignição, consertando ou substituindo fiação, faróis, buzinas, fusíveis, chaves de luz alta e baixa, instrumentos de painel, relê de partida, motor de arranque, alternadores, cabos conectores, terminais e lâmpadas, rebobinando, limpando escovas de geradores, ajustando reguladores de voltagem e outros, utilizando ferramentas manuais comuns e especiais e material isolante; verificar a carga elétrica das baterias dos veículos, utilizando-se de aparelhos específicos, procedendo a sua recuperação ou substituição; zelar pela conservação e guarda de ferramentas, equipamentos e materiais utilizados; manter limpo e organizado o local de trabalho, Ajudar na manutenção da parte elétrica de veículos diesel e auxiliar os mecânicos quando for necessário, dar manutenção nas lâmpadas automotivas, reparos em motor de arranques e motos de partida, entre outras funções, realizar manutenção elétrica automotiva preventiva ou corretiva, separando, disponibilizando, lavando e guardando peças e ferramentas necessárias, bem como realizando outras tarefas solicitadas do gênero, cuidar do posto de trabalho, limpando e organizando o espaço físico e recursos materiais sob sua responsabilidade durante o turno, com a finalidade de assegurar a ordem e vida útil satisfatória dos equipamentos. Zelar pela saúde, segurança e meio-ambiente pessoal e dos alheios, atentando-se constantemente

para operações perigosas com riscos de acidentes, bem como utilizando equipamento de proteção individual, quando necessário, a fim de manter a integridade física própria e de terceiros. Solicitar orientação ao Superior imediato, quando do surgimento de dúvidas atinentes ao desenvolvimento das tarefas, contribuindo dessa forma, para a eficácia do trabalho. Participar de treinamentos e seminários que propiciem o aprimoramento e o aperfeiçoamento do conhecimento para assuntos ligados a área do próprio setor de atuação ou cargo exercido, objetivando melhoria contínua dos processos, bem como desenvolvimento profissional e pessoal. Prestar atendimento e realizar outras atividades profissionais correlatas e inerentes ao cargo exercido, conforme orientação e/ou solicitação do Superior imediato.

GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS OPERACIONAIS – SEO
TITULO DO CARGO: ELETRICISTA PREDIAL
Requisitos para Provimento: **Idade:** Mínima de 18 anos **Instrução:** Habilitação em Ensino Fundamental, e/ou anos iniciais do Ensino Fundamental e/ou Elementar. **Habilitação:** Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas, especialmente de eletricidade predial. **Condições de Trabalho:** **Geral:** Carga horária semanal de 40 horas. **Especial:** Sujeito a uso de equipamentos de proteção individual; efetuar trabalhos fora do perímetro urbano e executar tarefas em fins de semana e feriados.

Atribuições:

Descrição Resumida: Instalar e fazer a manutenção das redes de distribuição de energia e equipamentos elétricos em geral, guiando-se por esquemas e outras especificações, utilizando ferramentas e aparelhos de medição, para assegurar o bom funcionamento do sistema elétrico. Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Instalar fiação elétrica, calhas, lâmpadas incandescentes e fluorescentes, bem como montar quadros de distribuição, caixas de fusível, tomadas e interruptores, de acordo com plantas, esquemas, especificações técnicas e instruções recebidas, preparar as tubulações elétricas para passar a fiação, bem como instalar os quadros de distribuição com suas respectivas proteções, preparar as instalações elétricas da rede de iluminação pública, testar a instalação elétrica, fazendo-a funcionar repetida vezes para comprovar a exatidão do trabalho executado, substituir fiação, reatores, lâmpadas ou fotocélulas, para manter em perfeito funcionamento todo o serviço de iluminação pública, instalar e ligar as luminárias das praças públicas à rede elétrica da concessionária local, testar circuitos de instalações elétricas, utilizando aparelhos de precisão, para detectar as partes defeituosas, reparar ou substituir unidades danificadas, utilizando ferramentas manuais, soldas e materiais isolantes para manter as instalações elétricas em condições de funcionamento, executar serviços de limpeza e reparo em geradores e motores, ler desenhos e esquemas de circuitos elétricos, substituir fusíveis, relés, bobinas, lâmpadas e demais equipamentos elétricos, preparar os locais onde se realizam eventos da Prefeitura para recebimento de energia elétrica, trazendo a fiação até o palco para possibilitar a sonorização e colocando bocais e disjuntores em todas as barracas e estandes ali localizados, preparar a iluminação dos eventos realizados pela Prefeitura, colocando fiação, protetores e refletores, de acordo com o previsto pela equipe organizadora, permanecer no local, durante a realização dos eventos organizados pelo Município, para solucionar imediatamente os problemas surgidos em decorrência das instalações elétricas, orientar e treinar os servidores que o auxiliam na execução dos trabalhos típicos do cargo, inclusive quanto a precauções

e medidas de segurança, zelar pela conservação e guarda dos materiais, ferramentas e equipamentos que utiliza, manter limpo e arrumado o local de trabalho, requisitar o material necessário à execução dos trabalhos; executar outras atividades correlatas.

GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS DE APOIO A GESTÃO – SAG
TÍTULO DO CARGO: AUXILIAR TÉCNICO DESPORTIVO
Requisitos para provimento: **Idade:** Mínima de 18 anos; **Instrução:** Ensino Médio. **Outros requisitos:** Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas, em especial na área esportiva. **Condições de Trabalho:** **Geral:** Carga Horária semanal de 40 horas; **Especial:** Sujeito a Trabalho Externo e Atendimento ao Público;

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Auxilia o Técnico Desportivo na prática da ginástica e outros exercícios físicos e jogos em geral, entre estudantes e outras pessoas interessadas, ensinando-lhes os princípios e regras técnicas, para possibilitar-lhes o desenvolvimento harmônico do corpo e a manutenção das condições físicas e mentais;
Descrição detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Auxiliar a aplicação de exercícios de verificação do tono respiratório e muscular; Auxiliar a aplicação de testes de avaliação física; Auxiliar a aplicação das técnicas específicas de futebol, atletismo, basquete, voleibol e outras atividades esportivas; Auxiliar o desenvolvimento e coordenação das praticas esportivas específicas, vistas ao bom desempenho dos mesmo em competições; Colabora com a limpeza e organização do local de trabalho; Executa outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo Chefe executivo Municipal ou pelo Técnico Desportivo, executar outras atribuições afins.

GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS DE APOIO A GESTÃO – SAG
TÍTULO DO CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO
Requisitos para provimento: **Idade:** Mínima de 18 anos; **Instrução:** Ensino Médio. **Outros requisitos:** Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas, em especial na área administrativa, conhecimento em informática, editor de texto, cálculos e internet. **Condições de Trabalho:** **Geral:** Carga Horária semanal de 40 horas; **Especial:** Sujeito a Trabalho Externo e Atendimento ao Público;

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Executa atividades de menor grau de complexidade, voltadas para o auxilio administrativo, designado em cada secretaria, órgão, unidade orçamentária ou entidade, segundo a necessidade, para auxiliar nos serviços da unidade administrativa onde exerce as funções.

Descrição detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional;

Executar serviços simples de suporte administrativo nas diversas atividades da Prefeitura, mediante supervisão e orientação especifica, a fim de prestar o auxilio necessário às rotinas administrativas e fluxo normal de tarefas dos órgãos e entidades. Armazenar, obedecendo às orientações recebidas, objetos ou materiais de suprimentos entregues e/ou transportados, procedendo à entrega dos mesmos quando necessário. - Executar serviços de apoio ao recebimento, conferência, cadastramento e controle de entrada e saída de materiais no almoxarifado, efetuando registros, preenchendo formulários, atendendo solicitações a fim de suprir as diversas áreas da Prefeitura de acordo com as orientações recebidas do superior imediato. - Auxiliar no recebimento e conferência do material adquirido, efetuando os registros adequados nos formulários de controle. - Prestar apoio ao controle físico dos materiais estocados, armazenando-os, organizando-os e mantendo-os atualizados, possibilitando consultas rápidas e consistentes. - Auxiliar na elaboração de inventários, balanços e relatórios sobre material, máquinas e equipamentos. - Zelar pela segurança patrimonial, dos prédios e equipamentos urbanos e controlar o acesso de pessoas aos mesmos. Preparar e servir lanches na qualidade e quantidade adequada ao padrão e ao cardápio preestabelecidos, com vistas a obter os menores índices possíveis de desperdícios e uma elevada aceitação interna dos clientes. Executar serviços de entrega de documentos nos setores da Prefeitura, protocolando-os. - executar serviços gerais DE separação e classificação de documentos e correspondências, transcrição de dados, lançamentos, prestação de informações e orientações, arquivamento de documentos, zelando pelos arquivos, facilitando a identificação dos mesmos sempre que se fizer necessário, visando atender as necessidades administrativas; - atender às chamadas telefônicas, anotando ou enviando recados, para obter ou fornecer

informações;- manter atualizada lista de ramais existentes na Prefeitura, correlacionando-os comas unidades e seus servidores, atender com urbanidade a todas as chamadas telefônicas e procurar prestar informações de caráter geral aos interessados;- anotar recados, na impossibilidade de transferir a ligação ao ramal solicitado, para transmiti-los oportunamente aos seus destinatários;- comunicar imediatamente à chefia imediata quaisquer defeitos verificados em equipamentos, a fim de que seja providenciado seu reparo;- impedir aglomeração de pessoas junto à mesa de trabalho, - zelar pela conservação dos equipamentos que utiliza;- recepcionar pessoas, procurando identificá-las, averiguando suas pretensões, para prestar-lhes informações, marcar entrevistas, receber recados ou encaminhá-las a pessoas ou setores procurados bem como registrar os atendimentos realizados, anotando dados pessoais e comerciais, para possibilitar o controle dos mesmos;- digitar textos, documentos, tabelas e outros;- executar outras atribuições afins.

Desempenho do Cargo na área de atendimento e recepção comum a todas as áreas: **Recepcionar pessoas, procurando identificá-las, averiguando suas pretensões, para prestar-lhes informações, marcar entrevistas, receber recados ou encaminhá-las a pessoas ou setores procurados bem como registrar os atendimentos realizados, anotando dados pessoais e comerciais, para possibilitar o controle dos mesmos, manter atualizada lista de ramais e locais onde se desenvolvem as atividades da Prefeitura, correlacionando-as com os servidores, para prestar informações e encaminhamentos, atender às chamadas telefônicas, anotando ou enviando recados, para obter ou fornecer informações, executar outras atribuições afins.**

Desempenho do Cargo na área de serviços públicos:

Atender ao público em geral e mutuários, informando sobre tributos, processos e outros assuntos relacionados com seu trabalho, auxiliar interessados no desenvolvimento de projetos locais de geração de emprego, levantar débitos referentes a serviços públicos prestados para emissão de certidões e guias de recolhimento, consultando arquivos manuais e o sistema informatizado, informar requerimentos sobre imóveis relativos a construção, demolição, legalização e outros, agendar reuniões com mutuários definindo locais, dias e horários, elaborar guias de recolhimento, expedir alvarás e habite-se, emitir guias de pagamento à vista e ou parcelado, devidamente autorizadas, realizar, sob orientação específica, cadastramento de imóveis e estabelecimentos comerciais, a fim de que o Município possa recolher tributos, calcular taxas referentes a impostos, verificar a exatidão de endereços para correspondência, expedir certidões, executar outras atribuições afins.

Desempenho do Cargo na área de suprimento de materiais:

Controlar estoques, distribuindo o material quando solicitado e providenciando sua reposição de acordo com normas preestabelecidas, receber material de fornecedores, conferindo as especificações com os documentos de entrega, realizar, sob orientação específica, coleta de preços e concorrências públicas e administrativas para aquisição de material, orientar e supervisionar as atividades de controle de estoque, a fim de assegurar a perfeita ordem de armazenamento, conservação e níveis de suprimento, gerenciar o cadastro de fornecedores da Prefeitura, compreendendo atividades de registro, exclusão e alteração cadastral, com o objetivo de manter a base de dados

atualizada e ampliando as alternativas de fornecedores habilitados, executar a gestão do cadastro de insumos e preços da Prefeitura, compreendendo atividades de registro, exclusão e alteração cadastral, com o objetivo de manter a base de dados atualizada e abrangendo as necessidades de consumo, prover a administração da Prefeitura com os preços de referência para procedimentos de aquisição de materiais e de serviços, e executando levantamentos estatísticos sobre a performance dos preços praticados, instruir e executar os procedimentos de aquisição de materiais e serviços compreendendo a execução de compras pelo sistema de registro de preço e pelo pregão eletrônico, operação e manutenção do portal eletrônico de compras, execução de compras diretas, preparação de solicitações de empenho, execução dos atos preparatórios para a elaboração de termos e contratos bem como executar atividades relativas à gestão da logística, compreendendo a armazenagem e a distribuição dos materiais de uso de consumo da Prefeitura, executar outras atribuições afins.

Desempenho do Cargo na área de telefonista:

Operar mesa e aparelhos telefônicos e mesas de ligação para estabelecer comunicações, internas, locais ou interurbanas, atender ligações locais, interurbanas e internacionais, observadas as normas estabelecidas, anotar, segundo orientação recebida, dados sobre ligações interurbanas e internacionais completadas, registrando nome do solicitante, destinatário e outras observações que se fizerem necessárias, prestar informações e localizar pessoas, consultando listas telefônicas e relação de funcionários, mantendo sempre fichário atualizado com os telefones mais solicitados pelos usuários, prestar informações relativas ao setor, atender com urbanidade a todas as chamadas telefônicas recebidas, responsabilizar-se pela manutenção e conservação dos equipamentos utilizados, Transmitir informações corretamente, prestar informações, consultar listas telefônicas, pesquisar banco de dados telefônico, bem como, manter atualizado cadastro dos números de ramais e telefones úteis para o órgão, realizar controle das ligações telefônicas efetuadas, anotando em formulários apropriados, conhecer o organograma da Instituição, agilizando o atendimento, bem como, estar em condições de interpretar o assunto solicitado, direcionando a ligação para o setor competente, executar tarefas de apoio administrativo referentes à sua área de

trabalho, zelar pelo equipamento, comunicando defeitos e solicitando seu conserto, executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática, executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

Desempenho do Cargo comuns a todas as áreas:

Digitar textos, documentos, tabelas e outros, operar microcomputador, utilizando programas básicos e aplicativos, para incluir, alterar e obter dados e informações, bem como consultar registros, arquivar processos, leis, publicações, atos normativos e documentos diversos de interesse da unidade administrativa, segundo normas preestabelecidas, organizar documentos administrativos e legais, recuperando processos sempre que necessário proceder ao controle, guarda e arquivamento de documentos, receber, conferir, enviar e registrar a tramitação de processos e documentos, observando o cumprimento das normas referentes a protocolo, atualizar documentos e preencher fichas de registro para formalizar processos, encaminhando- os às unidades ou aos superiores competentes, fazer cópias xerográficas, zelar pelos

equipamentos ou máquinas que estejam sob sua responsabilidade, preencher fichas, formulários e mapas, conferindo as informações e os documentos originais, preparar, postar, enviar e controlar a correspondência, elaborar, sob orientação, demonstrativos e relações, realizando os levantamentos necessários, guardar e estocar material nas diversas unidades da Prefeitura, participar da elaboração ou desenvolvimento de estudos, levantamentos, planejamento e implantação de serviços e rotinas de trabalho, examinar a exatidão de documentos, conferindo, efetuando registros, observando prazos, datas, posições financeiras, informando sobre o andamento do assunto pendente e, quando autorizado pela chefia, adotar providências de interesse da Prefeitura, redigir e rever a redação de minutas de documentos oficiais e relatórios que exijam pesquisas específicas e correspondências que tratam de assuntos de maior complexidade, elaborar, sob orientação, quadros e tabelas estatísticos, fluxogramas, organogramas e gráficos em geral, colaborar com o técnico da área na elaboração de manuais de serviço e outros projetos afins, coordenando as tarefas de apoio administrativo, estudar processos referentes a assuntos de caráter geral ou específico da unidade administrativa e propor soluções, efetuar a classificação, o registro e a conservação de processos, livros e outros documentos em arquivos específicos, de acordo com normas e orientações estabelecidas, elaborar ou colaborar na elaboração de relatórios parciais e anuais, atendendo às exigências ou normas da unidade administrativa, orientar e preparar tabelas, quadros, mapas e outros documentos de demonstração do desempenho da unidade ou da administração, executar atividades relativas ao planejamento das contratações de bens e serviços da Prefeitura, auxiliar as unidades da Prefeitura na preparação dos projetos básicos e termos de referência dos serviços, propor mecanismos de controle a serem incorporados nos editais para garantia de uma boa execução dos contratos, orientar os servidores que o auxiliam na execução das tarefas típicas da classe, executar outras atribuições afins.

GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO – TNM
TÍTULO DO CARGO: TÉCNICO HIGIENE BUCAL
Requisitos para provimento: **Idade:** Mínima de 18 anos; **Instrução:** Habilitação em Nível de Ensino Médio ou Técnico de Nível Médio de acordo com a área de atuação. **Outros requisitos:** Conhecimentos básicos ao desenvolvimento das atividades do cargo, em especial a conhecimentos básicos a higiene bucal. **Condições de trabalho:** **Geral:** Carga horária semanal de 40 horas; **Especial:** Sujeito a atendimento ao público e uso de equipamentos de proteção.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Executar atividades do apoio aos odontólogos nos atendimentos aos munícipes; Receber, registrar e encaminhar pacientes para atendimento odontológico; Preencher e anotar fichas clínicas com dados individuais dos pacientes, bem como boletins de informações odontológicas;
Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Informar os horários de atendimento e agendar consultas, pessoalmente ou por telefone; controlar fichário e arquivo de documentos relativos ao histórico dos pacientes, organizando-os e mantendo-os atualizados, para possibilitar ao Odontólogo consultá-los, quando necessário; atender os pacientes, procurando identificá-los, averiguando as necessidades e o histórico clínico dos mesmos, para prestar-lhes informações, receber recados ou encaminhá- los ao Odontólogo; esterilizar os instrumentos utilizados no consultório; revelar e montar radiografias intra-orais; preparar o paciente para o atendimento; auxiliar o Odontólogo e o Técnico de Higiene Dental no atendimento ao paciente e no preparo do material a ser utilizado na consulta; instrumentar o Odontólogo e o Técnico em Higiene Dental junto à cadeira operatória; promover o isolamento do campo operatório; manipular materiais de uso odontológico; aplicar métodos preventivos para controle de cárie dental; receber, registrar e encaminhar material para exame de laboratório, de acordo com orientações recebidas; orientar os pacientes sobre higiene bucal; zelar pela assepsia, conservação e recolhimento de material, utilizando estufas e armários, e mantendo o equipamento odontológico em estado funcional, para assegurar os padrões de qualidade e funcionalidade requeridos; zelar pela conservação e limpeza dos utensílios e das dependências do local de trabalho; providenciar a distribuição e a reposição de estoques de medicamentos, de acordo com orientação superior; colaborar na orientação ao público em campanhas de prevenção à cárie; preencher o mapa de produtividade da unidade, entregando-o no prazo solicitado pela sua chefia imediata; - executar outras atribuições afins.

GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS DE APOIO A GESTÃO – SAG
TITULO DO CARGO: AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS
Requisitos para provimento: **Idade:** Mínima de 18 anos; **Instrução:** Ensino Médio. **Outros requisitos:** Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas. **Condições de Trabalho:** **Geral:** Carga Horária semanal de 40 horas; **Especial:** Sujeito a Trabalho Externo e Atendimento ao Público;

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Recepcionar e prestar serviços de apoio a clientes internos e externos, atendimento ao público em geral.

Descrição Detalhada:

Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional;

Desempenho do Cargo Atuando Na Área Urbana:

Realizar ações de educação em saúde e de mobilização social, orientar o uso de medidas de proteção individual e coletiva, mobilizar a comunidade para desenvolver medidas simples de manejo, ambiental para o controle de vetores, identificar sintomas e encaminhar o paciente à unidade de saúde para diagnóstico e tratamento, promover o acompanhamento dos pacientes em tratamento, ressaltando a importância de sua conclusão, investigar a existência de casos na comunidade, a partir de sintomático, preencher a ficha de notificação dos casos ocorridos e encaminhar à Secretaria da Saúde, exercer atividades de vigilância, prevenção, e controle de doenças e promoção a saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS. Exercer outras responsabilidades / atribuições correlatas.

Desempenho do Cargo Atuando Na Área Rural:

Realizar ações de educação em saúde e de mobilização social, orientar o uso de medidas de proteção individual e coletiva, mobilizar a comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental para o controle de vetores, identificar sintomas e encaminhar o paciente à unidade de saúde para diagnóstico e tratamento, promover o acompanhamento dos pacientes em tratamento, ressaltando a importância de sua conclusão, investigar a existência de casos na comunidade, a partir de sintomático, preencher a ficha de notificação dos casos ocorridos e encaminhar à Secretaria da Saúde, coletar lâminas de sintomáticos, e enviá-las para leitura ao profissional responsável e, quando não for possível esta coleta de lâmina, encaminhar as pessoas para a unidade de referência, receber o resultado dos exames e providenciar o acesso ao tratamento imediato e adequado, de acordo com as orientações da Secretaria da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), coletar Lâmina para Verificação de Cura - LVC, após conclusão do tratamento, e encaminhá-la para leitura, de acordo

com a estratégia local, exercer atividades de vigilância, prevenção, e controle de doenças e promoção a saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS; Exercer outras responsabilidades / atribuições correlatas.

GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS DE APOIO A GESTÃO – SAG
TITULO DO CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
Requisitos para provimento: **Idade:** Mínima de 18 anos; **Instrução:** Ensino Médio. **Outros requisitos:** Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas. **Condições de Trabalho:** **Geral:** Carga Horária semanal de 40 horas; **Especial:** Sujeito a Trabalho Externo e Atendimento ao Público;

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Recepcionar e prestar serviços de apoio a clientes internos e externos, atendimento ao público em geral.
Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro; realizar mapeamento de sua área; Identificar indivíduos e famílias expostos e situações de risco; identificar área de risco, Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas e exames quando necessário. Realizar ações e atividades no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básica; Realizar por meio de visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade; Estar sempre bem informado e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação da família acompanhada, particularmente aquelas em situações de risco; Desenvolver ações de educação e vigilância a saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doença. Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras.

GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS DE APOIO A GESTÃO – SAG
TÍTULO DO CARGO: AGENTE DE TRANSITO
Requisitos para provimento: **Idade:** Mínima de 18 anos; **Instrução:** Ensino Médio. **Outros requisitos:** Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas, em especial a legislação do transito. **Condições de Trabalho:** **Geral:** Carga Horária semanal de 40 horas; **Especial:** Sujeito a Trabalho Externo e Atendimento ao Público;

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Operar, orientar, e fiscalizar o trânsito no Município de Carlinda, bem como desempenhar, mediante determinação da chefia imediata, as atividades necessárias a consecução dos objetivos e competências propostos na legislação pertinente, especialmente a municipal;
Descrição detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Exercer plenamente o poder de polícia de trânsito em todo âmbito do Município, direta ou concomitantemente com convênios firmados pelo Município; Representar a autoridade competente contra infrações criminais de que tenha ciência em razão do cargo; Averiguar denúncias e reclamações relativas à circulação e o trânsito de veículos, em colaboração com a autoridade policial; Realizar estudos para levantamento de necessidades de melhoria dos procedimentos adotados, em assuntos relativos às atribuições de suas competências específicas; Emitir pareceres e relatórios relativos às questões referentes às suas atribuições; Lavrar autuação por infração de trânsito e demais atos correlatos no pleno exercício do poder de polícia administrativa, nas áreas sob jurisdição do órgão executivo de trânsito do município e naquelas em que haja convênio com a autoridade competente; Colaborar com a observância do Código de Postura Municipal e executar demais atividades afins conforme determinação de seus superiores; Exercer outras atividades de natureza fiscalizadora que lhe forem atribuídas, na forma da legislação vigente.

GRUPO OCUPACIONAL: NIVEL MÉDIO / TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO – TNM
TITULO DO CARGO: ASSISTENTE DE CONTROLE INTERNO
Requisitos para Provimento: **Idade:** Mínima de 18 anos **Instrução:** Habilitação em Nível de Ensino Médio ou Técnico de Nível Médio de acordo com a área de atuação. **Outros Requisitos:** Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas, em especial na área administrativa, conhecimento em informática, editor de texto, cálculos e internet. **Condições de Trabalho:** **Geral:** Carga horária semanal de 40 horas. **Especial:** Atendimento ao Público e trabalho externo.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Desempenhar suas atividades na forma de auxiliar, assessor e cooperar com o (a) Controlador (a) Interno (a) no desenvolvimento das atividades de competência da Unidade de Controle Interno do Município
Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Executar atividades de médio grau de complexidade, voltadas para o apoio técnico e administrativo às atribuições da Unidade de Controle Interno, inclusive às que relacionam com realização de serviços de natureza especializada. Acompanhar a elaboração e avaliar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias; acompanhar a elaboração e avaliar a execução dos programas e dos orçamentos quanto ao cumprimento das metas físicas e financeiras; comprovar a legalidade e legitimidade dos atos de gestão de governo e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, assim como a boa e regular aplicação dos recursos públicos por pessoas e entidades de direito público e privado; avaliar os custos das compras, obras e serviços realizados pela Administração e apurados em controles regulamentados na Lei de Diretrizes Orçamentária; controlar as operações de crédito, avais, garantias, direitos, haveres e inscrição de despesas em restos a pagar; verificar a fidelidade funcional dos agentes da Administração responsáveis por bens e valores públicos; fiscalizar o cumprimento das medidas adotadas para retorno das despesas de pessoal e montante da dívida aos limites estabelecidos no regramento jurídico; acompanhar o

cumprimento da destinação vinculada de recursos da alienação de ativos; acompanhar o cumprimento dos limites de gastos do Poder Legislativo Municipal; acompanhar o cumprimento dos gastos mínimos em ensino e saúde; acompanhar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos; colaborar com os Técnicos de Controle Interno no exercício de atividades de controle interno, quando não tiverem natureza técnica específica, inclusive no exame de balancetes mensais e prestação de contas das Prefeituras; conferir cálculos e apontar os enganos que encontrar; fazer conferência de documentos; manter o registro sistemático de legislação e jurisprudência do tribunal; examinar, para efeito de fiscalização financeira e orçamentária, as vias de empenhos encaminhados ao Tribunal de Contas, executar outras atividades e tarefas correlatas ao cargo.

GRUPO OCUPACIONAL: NIVEL MÉDIO / TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO – TNM

TITULO DO CARGO: PREGOEIRO

Requisitos para Provimento:
Idade: Mínima de 18 anos
Instrução: Habilitação em Nível de Ensino Médio completo.
Outros Requisitos: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas, em especial na área administrativa, conhecimento em informática, editor de texto, cálculos e internet.
Dispor de Curso de Formação de Pregoeiro.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas.
Especial: Atendimento ao Público.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Desempenhar suas atividades na forma que a legislação aplicável aos processos licitatórios exige. Auxiliar, assessorar e coordenar a Equipe de Apoio no desenvolvimento das atividades de competência da Função. Auxiliar na Elaboração dos Editais de Pregão Presencial ou Eletrônico. O Pregoeiro deve reunir, não só conhecimentos da legislação específica e geral, como também ser detentor de habilidades que lhe permitam instaurar o certame e conduzir de forma efetiva e real as negociações, estimulando a competição que se pretende seja normalmente instalada nessa modalidade de licitação através dos lances verbais.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; coordenação dos trabalhos da equipe de apoio e a condução do procedimento licitatório; o credenciamento dos interessados; o recebimento da declaração dos licitantes do pleno atendimento aos requisitos de habilitação, bem como dos envelopes contendo as propostas e os documentos de habilitação; realizar a abertura dos envelopes- proposta, a análise e desclassificação das propostas que não atenderem às especificações do objeto ou as condições e prazos de execução ou fornecimento fixadas no edital; realizar a ordenação das propostas não desclassificadas e a seleção dos licitantes que participarão da fase de lances; formalizar a classificação das ofertas, conjugadas as propostas e os lances; realizar a negociação do preço, visando à sua redução ; a verificação e a decisão motivada a respeito da aceitabilidade do menor preço; a análise dos documentos de habilitação do autor da oferta de melhor preço; a adjudicação do objeto ao licitante vencedor, se não tiver havido manifestação de recorrer por parte de algum licitante; a elaboração da ata da sessão pública; a análise dos recursos eventualmente apresentados, reconsiderando o ato impugnado ou promovendo o encaminhamento do processo instruído com a sua manifestação à decisão da autoridade competente; propor à autoridade competente a homologação, anulação ou revogação do procedimento licitatório; estar em constante atualização e capacitação; auxiliar na respostas a notificações e pedidos de esclarecimentos de órgãos de controle externo; executar outras atividades e tarefas correlatas ao cargo.

GRUPO OCUPACIONAL: NIVEL MÉDIO / TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO – TNM

TÍTULO DO CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Requisitos para Provimento:
Idade: Mínima de 18 anos
Instrução: Habilitação em Nível de Ensino Médio ou Técnico de Nível Médio de acordo com a área de atuação.
Outros Requisitos: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas, em especial na área administrativa, conhecimento em informática, editor de texto, cálculos e internet.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas.
Especial: Sujeito a trabalho externo, responsabilidade e supervisão sobre equipes de trabalho; participar de cursos de treinamento e reciclagem; Sujeito a Atendimento ao Público.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Executar atividades do cargo de apoio técnico administrativo, contudo, em áreas mais complexas e que exijam maior conhecimento da pasta ou do assunto, que envolvam a interpretação e aplicação das leis e normas administrativas designados em cada secretaria, órgão, unidade orçamentária ou entidade.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Examinar processos; redigir pareceres e informações; redigir expedientes administrativos, tais como: memorandos, cartas, ofícios, relatórios; revisar quanto ao aspecto redacional, ordens de serviço, instruções, exposições de motivos, projetos de lei, minutas de decreto e outros; realizar e conferir cálculos relativos a lançamentos, alterações de tributos, avaliação de imóveis e vantagens financeiras e descontos determinados por lei; realizar ou orientar coleta de preços de materiais que possam ser adquiridos sem concorrência; efetuar ou orientar o recebimento, conferência, armazenagem e conservação de materiais e outros suprimentos; manter atualizados os registros de estoque; fazer ou orientar levantamentos de bens patrimoniais; eventualmente realizar trabalhos datilográficos, operar com terminais eletrônicos e equipamentos de microfilmagem; Controlar rescisões de contratos de trabalho, encargos sociais, folha de pagamento. Revisa e confere a emissão de cartas de apresentação, certidões, declarações e dossiês. Controla processo de admissão. Controla sistema de treinamento. Verifica e providencia as condições para a realização de eventos. Mantém cadastro e controla benefícios e vantagens oferecidas pela Prefeitura Auxiliam na realização de estudos referentes a cargos e salários. Controlam contratos e prestações de serviço, documentos do arquivo geral e bens patrimoniais da Prefeitura. Controla e elabora relatórios e a frota de veículos da Prefeitura e locados. Analisa orçamento de veículos acidentados. efetua estudos que determinem o momento de renovação da frota. Providencia licitação para

conserto de veículos. Analisa requisições de materiais. Negocia preço e condições de fornecimento de materiais ou serviços. Controlam contratações de investimentos, preços praticados e incentivos fiscais. Inspeciona materiais de suprimento automático e compras programadas. Efetua conciliação e consistência de inventários. Emite documentações contratuais e editais. Consulta preços no mercado e elabora mapas comparativos. Analisa e emite conclusivo sobre compras. Efetivar compras, controlar extratos bancários, dados financeiros, documentos inerentes e arrecadação bancária, autorização de pagamentos, cauções, adiantamentos e transferências de numerários, emissões de cheques, contratos de investimentos, contas bancárias. Calcula e preenchem formulários para recolhimentos legais. Analisa e crítica relatórios financeiros, ordens de serviço, cadastro. Faz cálculos de dividendos. Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.

Exercício do Cargo na área de finanças, contabilidade e tesouraria:

Auxiliar no preparo de relação de cobrança e pagamentos efetuados pela Prefeitura, fazer averbações e conferir documentos contábeis, auxiliar na elaboração e revisão do plano de contas da Prefeitura, auxiliar na contabilidade dos diversos impostos, taxas e demais componentes da receita, conferir diariamente documentos de receitas, despesas e outras, auxiliar na conciliação de extratos bancários, confrontando débitos e créditos, pesquisando quando for detectado erro e realizando a correção, auxiliar no levantamento de contas para fins de elaboração de balancetes, balanços, boletins e outros demonstrativos contábil- financeiros, efetuar cálculos simples de áreas, para a cobrança de tributos, bem como cálculos de acréscimos por atraso no pagamento dos mesmos, produzir subsídios para a fixação de parâmetros econômicos para as licitações da Prefeitura, preparar relação de cobrança e pagamentos efetuados pela Prefeitura, especificando os saldos, para facilitar o controle financeiro, conferir documentos de receita, despesa e outros, auxiliar na análise econômico-financeira e patrimonial da Prefeitura, calcular multas, juros e correção monetária de impostos e taxas atrasados, executar outras atribuições afins.

Exercício do Cargo na área de pessoal e recursos humanos:

Realizar atividades relativas à admissão de novos servidores, acompanhando o seu desempenho durante o estágio probatório, manter cadastro de pessoal, visando à manutenção dos sistemas de recursos humanos da Prefeitura e à elaboração da folha de pagamento dos servidores, efetuar controle de férias e de licenças de pessoal, efetuar as ações necessárias para a execução da Avaliação de Desempenho dos servidores, efetuar controle das atividades de capacitação e treinamento de servidores, bem como de titulação obtida pelos servidores, realizar atividades de administração de pessoal tais como emissão de folha de pagamento, auxiliar na elaboração e aplicação de planos, normas e instrumentos para recrutamento, seleção, treinamento e demais aspectos da administração de pessoal, executar outras atribuições afins.

Exercício do Cargo comuns a outras áreas:

Digitar textos, documentos, tabelas e outros, operar microcomputador, utilizando programas básicos e aplicativos, para incluir, alterar e obter dados e informações,

bem como consultar registros, - arquivar processos, leis, publicações, atos normativos e documentos diversos de interesse da unidade administrativa, segundo normas preestabelecidas, organizar documentos administrativos e legais, recuperando processos sempre que necessário proceder ao controle, guarda e arquivamento de documentos, receber, conferir, enviar e registrar a tramitação de processos e documentos, observando o cumprimento das normas referentes a protocolo, atualizar documentos e preencher fichas de registro para formalizar processos, encaminhando-os às unidades ou aos superiores competentes, fazer cópias xerográficas, zelar pelos equipamentos ou máquinas que estejam sob sua responsabilidade, preencher fichas, formulários e mapas, conferindo as informações e os documentos originais, preparar, postar, enviar e controlar a correspondência, elaborar, sob orientação, demonstrativos e relações, realizando os levantamentos necessários, ,preparar estatísticas diversas para acompanhamento técnico e administrativo do funcionamento das diversas unidades da Prefeitura, guardar e estocar material nas diversas unidades da Prefeitura, participar da elaboração ou desenvolvimento de estudos, levantamentos, planejamento e implantação de serviços e rotinas de trabalho, examinar a exatidão de documentos, conferindo, efetuando registros, observando prazos, datas, posições financeiras, informando sobre o andamento do assunto pendente e, quando autorizado pela chefia, adotar providências de interesse da Prefeitura, redigir e rever a redação de minutas de documentos oficiais e relatórios que exijam pesquisas específicas e correspondências que tratam de assuntos de maior complexidade, elaborar, sob orientação, quadros e tabelas estatísticos, fluxogramas, organogramas e gráficos em geral, colaborar com o técnico da área na elaboração de manuais de serviço e outros projetos afins, coordenando as tarefas de apoio administrativo, estudar processos referentes a assuntos de caráter geral ou específico da unidade administrativa e propor soluções, efetuar a classificação, o registro e a conservação de processos, livros e outros documentos em arquivos específicos, de acordo com normas e orientações estabelecidas, controlar o trâmite de processos que circulam na Prefeitura, em especial nos Gabinetes, para exame e despacho pelo Prefeito, Secretários e demais autoridades competentes, elaborar ou colaborar na elaboração de relatórios parciais e anuais, atendendo às exigências ou normas da unidade administrativa, orientar e preparar tabelas, quadros, mapas e outros documentos de demonstração do desempenho da unidade ou da administração, executar atividades relativas ao planejamento das contratações de bens e serviços da Prefeitura, auxiliar as unidades da Prefeitura na preparação dos projetos básicos e termos de referência dos serviços, propor mecanismos de controle a serem incorporados nos editais para garantia de uma boa execução dos contratos, orientar os servidores que o auxiliam na execução das tarefas típicas da classe, executar outras atribuições afins.

GRUPO OCUPACIONAL: NIVEL MÉDIO / TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO – TNM

TÍTULO DO CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO CONTÁBIL

Requisitos para Provimento:
Idade: Mínima de 18 anos
Instrução: Habilitação em Nível de Ensino Médio ou Técnico de Nível Médio de acordo com a área de atuação.
Outros Requisitos: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas, em especial na área administrativa, conhecimento em informática, editor de texto, cálculos e internet, bem como conhecimento em contabilidade, finanças e administração.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas.
Especial: Sujeito a trabalho externo, responsabilidade e supervisão sobre equipes de trabalho; participar de cursos de treinamento e reciclagem; Sujeito a Atendimento ao Público.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Controla e executa trabalhos relacionados com a área Contábil, tais com: registro de documentos, escrituração de livros fiscais, classificação de despesas, análise e reconciliação de contas, auxiliar na elaboração de balancetes e outros demonstrativos; Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade ou que sejam determinadas por seus

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Auxiliar no preparo de relação de cobrança e pagamentos efetuados pela Prefeitura, fazer averbações e conferir documentos contábeis, auxiliar na elaboração e revisão do plano de contas da Prefeitura, auxiliar na contabilidade dos diversos impostos, taxas e demais componentes da receita, conferir diariamente documentos de receitas, despesas e outras, auxiliar na conciliação de extratos bancários, confrontando débitos e créditos, pesquisando quando for detectado erro e realizando a correção, auxiliar no levantamento de contas para fins de elaboração de balancetes, balanços, boletins e outros demonstrativos contábil-financeiros, efetuar cálculos simples de áreas, para a cobrança de tributos, bem como cálculos de acréscimos por atraso no pagamento dos mesmos, produzir subsídios para a fixação de parâmetros econômicos para as licitações da Prefeitura, preparar relação de cobrança e pagamentos efetuados pela Prefeitura, especificando os saldos, para facilitar o controle financeiro, conferir documentos de receita, despesa e outros, auxiliar na análise econômico-financeira e patrimonial da Prefeitura, calcular multas, juros e correção monetária de impostos e taxas atrasados, executar outras atribuições afins.

GRUPO OCUPACIONAL: NIVEL MÉDIO / TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO – TNM

TÍTULO DO CARGO: ASSISTENTE JURÍDICO

Requisitos para Provimento:
Idade: Mínima de 18 anos
Instrução: Habilitação em Nível de Ensino Médio ou Técnico de Nível Médio de acordo com a área de atuação.
Outros Requisitos: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas, em especial na área administrativa, conhecimento em informática, editor de texto e internet, bem como conhecimento básico em processo legislativo.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas.
Especial: Sujeito a trabalho externo, responsabilidade e supervisão sobre equipes de trabalho; participar de cursos de treinamento e reciclagem; Sujeito a Atendimento ao Público.

Atribuições:

Descrição Resumida: Atuar de forma a gerenciar e controlar trabalhos administrativos e organização da Procuradoria Jurídica do Município; Prestar assistências aos procuradores no que tange a trabalhos diversos fora da área jurídica e necessários a entidade;

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Assessorar na elaboração dos atos municipais, regulamentos e normas concernentes a municipalidade. Auxiliar na execução de tarefas relacionadas a trabalhos de busca de legislação, jurisprudência, doutrina, pesquisando e selecionando textos jurídicos e informações de interesse, intervindo como parte na tramitação de processos e preparando certificados de documentação, para assessorar os titulares no desempenho de suas funções. Realizar elaboração de notificações, protocolos de documentos; carga de processos e outras atividades afins.

QUADRO: NIVEL MÉDIO / TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO – TNM

TITULO DO CARGO: OUVIDOR MUNICIPAL GERAL

Requisitos para Provimento:
Idade: Mínima de 18 anos
Instrução: Habilitação em Nível de Ensino Médio ou Técnico de Nível Médio de acordo com a área de atuação.
Outros Requisitos: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas. Conhecimento em Planilhas, relatórios, atendimento telefônico e internet
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas.
Especial: Sujeito a trabalho externo e atendimento ao Público; possibilidade de viagens para participar de cursos de treinamento e reciclagem

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Promover o desenvolvimento dos trabalhos em conformidade com o disposto na Lei de acesso a informação bem como, receber, expedir, controlar e elaborar todos os expedientes, correspondências, promover a comunicação com os demais Órgãos do Executivo e dos Poderes Públicos; coordenar e gerenciar o recebimento, armazenagem e distribuição, bem como promover a racional utilização dos materiais e serviços da Administração; promover o registro e arquivamento de notícias e documentos relativos à Ouvidoria geral do Município.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; receber denúncias, reclamações e representações sobre os atos considerados arbitrários, desonestos, indecorosos, ilegais, irregulares ou que violem os direitos individuais ou coletivos, praticados por servidores civis e militares da Administração Pública Municipal direta e indireta e daquelas entidades referidas no artigo 1° desta lei, receber sugestões de aprimoramento, críticas, elogios, pedidos de informação sobre atividades da Administração Pública Municipal, diligenciar junto às unidades administrativas competentes, para que prestem informações e esclarecimentos a respeito das comunicações mencionadas no inciso anterior, manter o cidadão informado a respeito das averiguações e providências adotadas pelas unidades administrativas, excepcionados os casos em que necessário for o sigilo, garantindo o retorno dessas providências a partir de sua intervenção e dos resultados alcançados, elaborar e divulgar, trimestral e anualmente, relatórios de suas atividades, bem como, permanentemente, os serviços da Ouvidoria do Município junto ao público, para conhecimento, utilização continuada e ciência dos resultados alcançados, promover a realização de pesquisas, seminários e cursos sobre assuntos relativos ao exercício dos direitos e deveres do cidadão perante a administração publicação de pesquisas, seminários e cursos sobre assuntos relativos ao exercício dos direitos e deveres do cidadão perante a administração pública, organizar e manter atualizado arquivo da documentação relativa às denúncias, reclamações e sugestões recebidas.

GRUPO OCUPACIONAL: NIVEL MÉDIO / TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO – TNM

TITULO DO CARGO: FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Requisitos para Provimento:
Idade: Mínima de 18 anos
Instrução: Habilitação em Nível de Ensino Médio ou Técnico de Nível Médio de acordo com a área de atuação.
Outros Requisitos: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas, em especial na área especifica do cargo, conhecimento em informática, editor de texto, legislação relacionada a matéria.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas.
Especial: Sujeito a trabalho externo, responsabilidade e supervisão sobre equipes de trabalho; participar de cursos de treinamento e reciclagem; Sujeito a Atendimento ao Público.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida; Realizar Fiscalizações em relação ao cumprimento de normas de vigilância sanitária;

Descrição detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Identificar os problemas de saúde comuns ocasionados por medicamentos, cosméticos, saneastes e domissanitários, radiações, alimentos, zoonoses, condições do ambiente de trabalho e profissões ligadas a saúde, relacionando-os com as condições de vida da População, identificar as opiniões, necessidades e problemas da população relacionada ao uso indevido de produtos e serviços de interesse da vigilância sanitária, ao exercício ilegal de profissões relacionadas com a saúde, ao controle sanitário dos alimentos e das principais zoonoses, realizar e/ou atualizar o cadastro de estabelecimentos e profissionais de interesse da vigilância sanitária, classificar os estabelecimentos e produtos segundo o critério de risco epidemiológico, promover a participação de grupos da população (associação de bairros, entidades, representantes e outros) no planejamento, controle e avaliação das atividades de vigilância sanitária, participar de programação de atividades de inspeção sanitária para estabelecimentos, produtos e serviços de interesse da vigilância sanitária, segundo as prioridades definidas, participar na programação das atividades de colheita de amostras de produtos de interesse da vigilância sanitária (alimentos, água, medicamentos, cosméticos, saneastes, domissanitários e correlatos), realizar levantamento de produtos alimentares disponíveis e de maior consumo, bem como o comportamento das doenças veiculadas por alimentos, condições sanitárias dos estabelecimentos e o perfil da contaminação dos alimentos, realizar e/ou acompanhar inspeções de rotinas (programadas) e emergenciais (surtos, reclamações, registros e outros) em estabelecimentos alimentares e outros de interesse da vigilância Sanitária, auxiliar na inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, realizar colheita de amostras de produtos de interesse da vigilância sanitária, com fins

de análise fiscal, surto e controle de rotina, participar da criação de mecanismos de notificação de casos e/ou surtos de doenças veiculadas por alimento e zoonoses, participar da investigação epidemiológica de doenças veiculadas por alimentos e zoonoses, aplicar, quando necessárias medidas previstas em legislação sanitária vigente (intimações, infrações e apreensões), orientar responsáveis e manipuladores de estabelecimentos quando da emissão dos autos/termos, validar a licença sanitária de estabelecimentos de menor risco epidemiológico, mediante aprovação das condições sanitárias encontradas por ocasião da inspeção, participar da avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas e do seu redirecionamento, participar na promoção de atividades de informações de debates com a população, profissionais e entidades representantes de classe sobre temas da vigilância sanitária, executar atividades internas administrativas relacionadas com execução de cadastro/arquivos e atendimento ao público, emitir relatórios técnicos e/ou pareceres relativos a sua área de atuação, efetuar vistoria e fiscalização em estabelecimentos públicos, comerciais e industriais verificando as condições gerais de higiene, limpeza de equipamentos, refrigeração, suprimento de água, instalações sanitárias, armazenagem, estado e graus de deterioração de produtos perecíveis e condições de asseio, inspecionar imóveis antes de serem habitados, verificando condições físicas e sanitárias do local para assegurar as medidas profiláticas e de segurança necessárias, com o fim de obter alvarás, vistoriar estabelecimentos de saúde, salão de

beleza e outros, verificando as condições gerais, de higiene, data de vencimento de medicamentos e registro psicotrópicos, coletar para análise físico-química medicamentos e outros produtos relacionados à saúde, entregar quando solicitadas notificações e correspondências diversas, executar outras tarefas correlatas.

GRUPO OCUPACIONAL: NIVEL MÉDIO / TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO – TNM

TITULO DO CARGO: FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

Requisitos para Provimento:
Idade: Mínima de 18 anos
Instrução: Habilitação em Nível de Ensino Médio ou Técnico de Nível Médio de acordo com a área de atuação.
Outros Requisitos: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas, em especial na área especifica do cargo, conhecimento em informática, editor de texto, legislação relacionada a matéria.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas.
Especial: Sujeito a trabalho externo, responsabilidade e supervisão sobre equipes de trabalho; participar de cursos de treinamento e reciclagem; Sujeito a Atendimento ao Público.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Orientar e fiscalizar o cumprimento das normas relativas a construção Obras e de Posturas, fiscalizar o cumprimento das leis, regulamentos e normas concernentes às obras públicas e particulares e as posturas municipais.

Descrição detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Fiscalizar imóveis recém-construídos ou reformados, inspecionando o funcionamento das instalações e o estado de conservação das paredes, telhados, portas e janelas, a fim de informar processos de concessão de habite-se, verificar e orientar o cumprimento da regulamentação urbanística concernente às obras particulares, verificar o licenciamento de construção ou reconstrução, embargando os que não estiverem providas de competente autorização ou que estejam em desacordo com o autorizado, embargar construções clandestinas, irregulares ou ilícitas, verificar a colocação de andaimes e tapumes nas obras em execução, bem como a carga e descarga de material na via pública, analisar e emitir parecer nos pedidos de demolição e habite-se, verificar a existência de habite-se nos imóveis construídos, reconstruídos ou que tenham sofrido alterações de ampliação, transformação e redução, acompanhar os Arquitetos e Engenheiros da Prefeitura nas inspeções e vistorias realizadas em sua jurisdição, inspecionar a execução de reformas de próprios municipais, verificar alinhamentos e cotas indicados nos projetos, bem como verificar se todas as especificações do mesmo estão cumpridas, fiscalizar as obras e serviços realizados em logradouros públicos no que se refere a licença exigida pela legislação específica, se particulares, realizar sindicâncias especiais para instrução de processos ou apuração de denúncias e reclamações, preparar certidões de existência e de demolição de imóveis, procedendo ao levantamento cadastral da unidade imobiliária na Prefeitura, bem como ir ao local onde o mesmo está localizado para certificar-se, pessoalmente, de sua existência ou demolição, realizar sindicâncias especiais para instrução de processos ou apuração de denúncias e reclamações, emitir relatórios periódicos sobre suas atividades e manter a chefia permanentemente informada a

respeito das irregularidades encontradas, fiscalizar as áreas Pertencentes à Municipalidade impedindo sua ocupação, fiscalizar a abertura de loteamentos e inspecionar áreas a serem remembradas verificando se as mesmas estão de acordo com a legislação urbanística do Município e com os projetos apresentados, intimar, autuar, estabelecer prazos e tomar outras providências relativas aos violadores das posturas municipais e da legislação urbanística, auxiliar na realização de pesquisas de campo, bem como coletar e fornecer dados para a atualização dos cadastros urbanísticos e fiscais do Município, participar, juntamente com técnicos da área, das revisões e atualizações do cadastro técnico imobiliário e fiscal para efeito de avaliação e revisão de valores venais para cálculo do IPTU, orientar o contribuinte quanto ao cumprimento da regulamentação urbanística no âmbito municipal, realizar plantões fiscais e emitir relatórios sobre os resultados das fiscalizações efetuadas, contatar, quando necessário, órgãos públicos, comunicando a emergência e solicitando socorro, articular-se com fiscais de outras áreas, bem como com as forças de policiamento, sempre que necessário, redigir memorandos, ofícios, relatórios e demais documentos relativos aos serviços de fiscalização executados, formular críticas e propor sugestões que visem aprimorar e agilizar os trabalhos de fiscalização, tornando-os mais eficazes, articular-se com fiscais de outras áreas, objetivando a fiscalização integrada e o cumprimento da legislação no que for área de sua responsabilidade, participar das atividades administrativas e de apoio referentes à sua área de atuação, executar outras atribuições afins.

GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO – TNM

TITULO DO CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS

Requisitos para Provimento:
Idade: Mínima de 18 anos
Instrução: Habilitação em Nível de Ensino Médio ou Técnico de Nível Médio de acordo com a área de atuação.
Outros Requisitos: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas, e conhecimentos básicos de informática em especial de editor de texto, cálculo, planilhas eletrônicas e internet.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas.
Especial: Sujeito a trabalho externo e atendimento ao público;

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Orientar e exercer a fiscalização geral com respeito à aplicação das leis tributárias do município, bem como ao que se refere à fiscalização especializada.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Fiscalizar estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, verificando a inscrição correta quanto ao tipo de atividade, o recolhimento de taxas e tributos municipais, a licença de funcionamento, para notificar as irregularidades encontradas. Autuar, notificar e intimar os infratores das obrigações tributárias e das normas municipais, com base em vistorias realizadas, para prestarem esclarecimentos ou pagarem seus débitos junto à Prefeitura Municipal. Elaborar relatórios de irregularidades encontradas, com base nas vistorias efetuadas, informando seus superiores para que sejam tomadas as providências cabíveis. Manter-se atualizado sobre a política de fiscalização tributária, acompanhando as alterações e divulgações feitas em publicações especializadas, colaborando para difundir a legislação vigente. Assessorar a Administração Municipal na elaboração de projetos que visem melhorar a forma de arrecadação de tributos. Realiza fiscalização dá área tributária (livros de lançamento contábeis e cartoriais, notas fiscais), apurando as diferenças e aplicar multas tributárias decorrentes da fiscalização, realiza vistorias, notifica contribuintes, fecha estabelecimentos sem alvará, fiscaliza eventos (diversões públicas), notifica para inscrição no cadastro mobiliário, verifica carnês não entregues. Exercer a fiscalização nas empresas e concessões públicas, fazendo notificações, autuações, registrando e comunicando irregularidades, exercer o controle das atividades decorrentes de concessões pú-

blicas, efetuar sindicâncias para verificação das alegações dos contribuintes, decorrentes de requerimentos de revisões, isenções, imunidades e pedidos de baixa de inscrição, efetuar levantamentos fiscais nos estabelecimentos sujeitos a tributação municipal, orientando os contribuintes quanto a legislação tributária municipal, inclusive quanto ao exercício regulador do poder de polícia, intimar contribuintes ou responsáveis, lavrando autos de infração, proceder diligências, prestar informações e emitir pareceres, elaborar relatórios e boletins

estatísticos prestando informações em processos relacionados com sua área de competência, auxiliar em estudos visando o aperfeiçoamento e atualização dos procedimentos fiscais, auxiliar na realização de pesquisas de campo, bem como coletar e fornecer dados para a atualização dos cadastros urbanístico e fiscal do Município, participar, juntamente com técnicos da área, das revisões e atualizações do cadastro técnico imobiliário e fiscal para efeito de avaliação e revisão de valores venais para cálculo do IPTU, orientar o contribuinte quanto ao cumprimento da regulamentação urbanística no âmbito municipal, realizar plantões fiscais e emitir relatórios sobre os resultados das fiscalizações efetuadas, contatar, quando necessário, órgãos públicos, comunicando a emergência e solicitando socorro, articular-se com fiscais de outras áreas, bem como com as forças de policiamento, sempre que necessário, redigir memorandos, ofícios, relatórios e demais documentos relativos aos serviços de fiscalização executados, formular críticas e propor sugestões que visem aprimorar e agilizar os trabalhos de fiscalização, tornando-os mais eficazes, articular-se com fiscais de outras áreas, objetivando a fiscalização integrada e o cumprimento do disposto na legislação no que for área de sua responsabilidade, participar das atividades administrativas e de apoio referentes à sua área de atuação, executar outras atribuições afins com sua área de competência.

GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO – TNM

TITULO DO CARGO: TÉCNICO EM INFORMÁTICA

Requisitos para Provimento:
Idade: Mínima de 18 anos
Instrução: Habilitação em Nível de Ensino Médio ou Técnico de Nível Médio de acordo com a área de atuação.
Outros Requisitos: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas, e conhecimentos básicos de informática, rede e banco de dados, editor de texto, cálculo, planilhas eletrônicas e internet.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas.
Especial: Sujeito a trabalho externo e atendimento ao público;

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Executar serviços de manutenção de computadores e rede, recuperação de dados, dando suporte técnico. Orientar os usuários para utilização dos softwares e hardwares; Exercer o controle de acesso a rede e servidor;

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Elaborar formatação de computador; Instalar e configurar softwares e hardwares, orientando os usuários nas especificações e comandos necessários para sua utilização, organizar e controlar os materiais necessários para a execução das tarefas de operação, ordem de serviço, resultados dos processamentos, suprimentos, bibliografias etc., operar equipamentos de processamento automatizados de dados, mantendo ativa toda a malha de dispositivos conectados, interpretar as mensagens exibidas no monitor, adotando as medidas necessárias, notificar e informar aos usuários do sistema ou ao analista de informática, sobre qualquer falha ocorrida, executar e controlar os serviços de processamento de dados nos equipamentos que opera, executar o suporte técnico necessário para garantir o bom funcionamento dos equipamentos, com substituição, configuração e instalação de módulos, partes e componentes, administrar cópias de segurança, impressão e segurança dos equipamentos em sua área de atuação, executar o controle dos fluxos de atividades, preparação e acompanhamento da fase de processamento dos serviços e/ou monitoramento do funcionamento de redes de computadores, participar de programa de treinamento, quando convocado, controlar e zelar pela correta utilização dos equipamentos, ministrar treinamento em área de seu conhecimento, auxiliar na execução de planos de manutenção, dos equipamentos, dos programas, das redes de computadores e dos sistemas operacionais, elaborar, atualizar e manter a documentação técnica necessária para a operação e manutenção das redes de computadores executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o
exercício da função.

GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO – TNM

TITULO DO CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Requisitos para Provimento:
Idade: Mínima de 18 anos
Instrução: Habilitação em Nível de Ensino Médio ou Técnico de Nível Médio de acordo com a área de atuação.
Outros Requisitos: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas.
Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, sábados, domingos e feriados; atendimento ao público, realização de viagens e frequência a cursos especializados; sujeito a trabalho externo;

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Prestar assistência em enfermagem aos usuários do SUS, sob a supervisão do profissional enfermeiro.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Integrar-se com a equipe de saúde da unidade para a qual for designado, participar do planejamento, organização, execução, acompanhamento e avaliação dos programas (ações) de saúde priorizados para a área de abrangência da unidade de saúde, região e município, executar ações de enfermagem, delegadas e supervisionadas pelos enfermeiros, realizar procedimentos de enfermagem: Verificação de Sinais Vitais, preparação e administração de medicamentos, colheita e material para exames laboratoriais, cuidados de higiene, alimentação, vestuário e necessidades fisiológicas, dentre outros; realizar assistência em enfermagem em diferentes ambientes, inclusive em domicílio, conforme planejamento da Unidade de Saúde, preparar e prestar assistência ao paciente, durante a realização de exames médicos especializados e atendimento de enfermagem nos programas de saúde, realizar atividades de atendimento ao público e administrativas, tais como: matrícula, registro e arquivo de dados, realizar busca ativa de casos, como tuberculose, hanseníase e demais doenças de cunho epidemiológico, no nível de sua competência, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária, realizar ações de educação em saúde aos grupos de patologias específicas e as família de risco, conforme planejamento da equipe, realizar anotações e checagem de procedimentos de acordo com as normas estabelecidas pelo código de ética, preenchendo os formulários, fichas e outros necessários ao serviço de saúde em questão, zelar pela limpeza e/ou desinfecção e organização dos equipamentos, mobiliários, material e de dependência dos ambientes terapêuticos ajudando na preservação do patrimônio e sendo responsabilizado pelo mau uso, Promover a limpeza, desinfecção, esterilização e organização, bem como o adequado armazenamento dos equipamentos e materiais necessários a assistência, ajudando na preservação do patrimônio e sendo

responsabilizado pelo mau uso, conferir no início e final da jornada diária de trabalho todos os medicamentos, equipamentos, materiais, mobiliários e demais patrimônios públicos que ficarão sob sua incumbência realizando relatório de mal funcionamento, ausência, transferência para outro setor quando for o caso. Nas Unidades onde há troca de turno, as informações devem ser passadas na troca de plantão para o substituto e para a chefia imediata, realizar outras atividades relacionadas, quando requeridas por sua chefia imediata.

GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO – TNM

TITULO DO CARGO: TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Requisitos para Provimento:
Idade: Mínima de 18 anos
Instrução: Habilitação em Nível de Ensino Médio ou Técnico de Nível Médio de acordo com a área de atuação.
Outros Requisitos: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas.
Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, sábados, domingos e feriados; atendimento ao público, realização de viagens e frequência a cursos especializados; sujeito a trabalho externo;

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Fiscalizar e inspecionar estabelecimentos comerciais, industriais, residenciais e públicos, para advertir, multar, apreender produtos, quando necessários, visando preservar a saúde da comunidade.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Identificar os problemas de saúde comuns ocasionados por medicamentos, cosméticos, saneastes e domissanitários, radiações, alimentos, zoonoses, condições do ambiente de trabalho e profissões ligadas a saúde, relacionando-os com as condições de vida da População, identificar as opiniões, necessidades e problemas da população relacionada ao uso indevido de produtos e serviços de interesse da vigilância sanitária, ao exercício ilegal de profissões relacionadas com a saúde, ao controle sanitário dos alimentos e das principais zoonoses, realizar e/ou atualizar o cadastro de estabelecimentos e profissionais de interesse da vigilância sanitária, classificar os estabelecimentos e produtos segundo o critério de risco epidemiológico, promover a participação de grupos da população (associação de bairros, entidades representantes e outros) no planejamento, controle e avaliação das atividades de vigilância sanitária, participar de programação de atividades de inspeção sanitária para estabelecimentos, produtos e serviços de interesse da vigilância sanitária, segundo as prioridades definidas, participar na programação das atividades de colheita de amostras de produtos de interesse da vigilância sanitária (alimentos, água, medicamentos, cosméticos, saneastes, domissanitários e correlatos), realizar levantamento de produtos alimentares disponíveis e de maior consumo, bem como o comportamento das doenças veiculadas por alimentos, condições sanitárias dos estabelecimentos e o perfil da contaminação dos alimentos, realizar e/ou acompanhar inspeções de rotinas (programadas) e emergenciais (surtos, reclamações, registros e outros) em estabelecimentos alimentares e outros de interesse da vigilância Sanitária, orientar responsáveis e manipuladores de estabelecimentos quando da emissão dos autos/termos, validar a licença sanitária de estabelecimentos de menor risco epidemiológico, mediante aprovação das condições sanitárias encontradas por

ocasião da inspeção, participar da avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas e do seu redirecionamento, participar na promoção de atividades de informações de debates com a população, profissionais e entidades representantes de classe sobre temas da vigilância sanitária, executar atividades internas administrativas relacionadas com execução de cadastro/arquivos e atendimento ao público, emitir relatórios técnicos e/ou pareceres relativos a sua área de atuação, efetuar vistoria e fiscalização em estabelecimentos públicos, comerciais e industriais verificando as condições gerais de higiene, limpeza de equipamentos, refrigeração, suprimento de água, instalações sanitárias, armazenagem, estado e graus de deterioração de produtos perecíveis e condições de asseio, inspecionar imóveis antes de serem habitados, verificando condições físicas e sanitárias do local para assegurar as medidas profiláticas e de segurança necessárias, com o fim de obter alvarás, vistoriar estabelecimentos de saúde, salão de beleza e outros, verificando as condições gerais, de higiene, data de vencimento de medicamentos e registro psicotrópicos, coletar para análise físico-química medicamentos e outros produtos relacionados à saúde, entregar quando solicitadas notificações e correspondências diversas, executar outras tarefas correlatas.

GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO – TNM

TITULO DO CARGO: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA

Requisitos para Provimento:
Idade: Mínima de 18 anos
Instrução: Habilitação em Nível de Ensino Médio ou Técnico de Nível Médio de acordo com a área de atuação.
Outros Requisitos: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas.
Especial: Sujeito a trabalho externo, responsabilidade e supervisão sobre equipes de trabalho; participar de cursos de treinamento e reciclagem. Sujeito ao atendimento ao público;

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Executar tarefas de caráter técnico relativas à programação, organização, assistência técnica, controle e fiscalização dos trabalhos agropecuários. Participar na elaboração e execução de projetos e programas desenvolvidos pela Instituição.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Executar, quando necessário, esboços e desenhos técnicos de sua especialidade, segundo especificações técnicas e outras indicações, fazer a coleta e análise de amostras, realizando testes de laboratórios e outros, estudar as causas que originam os surtos epidêmicos em animais, dedicar-se ao melhoramento genético das espécies animais e vegetais, selecionar reprodutores e matrizes e proceder a inseminação artificial e outros processos, controlar o manejo de distribuição de alimentos de origem animal e vegetal, participar na execução de projetos e programas de extensão rural, orientar e treinar produtores rurais, pecuaristas, equipes de campo e outros a respeito de técnicas de agropecuária, desempenhar tarefas técnicas ligadas à agropecuária, auxiliando em aulas práticas, estudar os parasitas, doenças e outras pragas que afetam a produção agrícola, realizando testes, análises de laboratório e experiências e indicar os meios mais adequados de combate a essas pragas, participar de programa de treinamento, quando convocado, executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática, executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO – TNM

TÍTULO DO CARGO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM RH

Requisitos para provimento:
Idade: Mínima de 18 anos;
Instrução: Habilitação em Nível de Ensino Médio ou Técnico de Nível Médio de acordo com a área de atuação.
Outros requisitos: Conhecimentos básicos de informática em especial de editor de texto, planilhas eletrônicas e internet, bem como conhecimento em recursos humanos.
Condições de trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas;
Especial: Sujeito a trabalho externo, responsabilidade e supervisão sobre equipes de trabalho; participar de cursos de treinamento e reciclagem.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Executar atividades do cargo de apoio técnico administrativo ao departamento de recursos humanos, que envolvam a interpretação e aplicação das referente ao Estatuto do Servidor; Plano de Cargos, Carreiras e Salários.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Realizar atividades relativas à admissão de novos servidores, acompanhando o seu desempenho durante o estágio probatório, manter cadastro de pessoal, visando à manutenção dos sistemas de recursos humanos da Prefeitura e à elaboração da folha de pagamento dos servidores, efetuar controle de férias e de licenças de pessoal, efetuar as ações necessárias para a execução da Avaliação de Desempenho dos servidores, efetuar controle das atividades de capacitação e treinamento de servidores, bem como de titulação obtida pelos servidores, realizar atividades de administração de pessoal tais como emissão de folha de pagamento, auxiliar na elaboração e aplicação de planos, normas e instrumentos para recrutamento, seleção, treinamento e demais aspectos da administração de pessoal, executar outras atribuições afins.

GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO – TNM

TÍTULO DO CARGO: TÉCNICO HIGIENE BUCAL

Requisitos para provimento:
Idade: Mínima de 18 anos;
Instrução: Habilitação em Nível de Ensino Médio ou Técnico de Nível Médio de acordo com a área de atuação.
Outros requisitos: Conhecimentos básicos ao desenvolvimento das atividades do cargo, em especial a conhecimentos básicos a higiene bucal.
Condições de trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas;
Especial: Sujeito a atendimento ao público e uso de equipamentos de proteção.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Executar atividades do apoio aos odontólogos nos atendimentos aos munícipes; Receber, registrar e encaminhar pacientes para atendimento odontológico; Preencher e anotar fichas clínicas com dados individuais dos pacientes, bem como boletins de informações odontológicas;

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Informar os horários de atendimento e agendar consultas, pessoalmente ou por telefone; controlar fichário e arquivo de documentos relativos ao histórico dos pacientes, organizando-os e mantendo-os atualizados, para possibilitar ao Odontólogo consultá-los, quando necessário; atender os pacientes, procurando identificá-los, averiguando as necessidades e o histórico clínico dos mesmos, para prestar-lhes informações, receber recados ou encaminhá- los ao Odontólogo; esterilizar os instrumentos utilizados no consultório; revelar e montar radiografias intra-orais; preparar o paciente para o atendimento; auxiliar o Odontólogo e o Técnico de Higiene Dental no atendimento ao paciente e no preparo do material a ser utilizado na consulta; instrumentar o Odontólogo e o Técnico em Higiene Dental junto à cadeira operatória; promover o isolamento do campo operatório; manipular materiais de uso odontológico; aplicar métodos preventivos para controle de cárie dental; receber, registrar e encaminhar material para exame de laboratório, de acordo com orientações recebidas; orientar os pacientes sobre higiene bucal; zelar pela assepsia, conservação e recolhimento de material, utilizando estufas e armários, e mantendo o equipamento odontológico em estado funcional, para assegurar os padrões de qualidade e funcionalidade requeridos; zelar pela conservação e limpeza dos utensílios e das dependências do local de trabalho; providenciar a distribuição e a reposição de estoques de medicamentos, de acordo com orientação superior; colaborar na orientação ao público em campanhas de prevenção à cárie; preencher o mapa de produtividade da unidade, entregando-o no prazo solicitado pela sua chefia imediata; - executar outras atribuições afins.

GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO – TNM

TÍTULO DO CARGO: TÉCNICO DE LABORATÓRIO

Requisitos para provimento:
Idade: Mínima de 18 anos;
Instrução: Habilitação em Nível de Ensino Médio ou Técnico de Nível Médio de acordo com a área de atuação.
Outros requisitos: conhecimentos básicos para execução do cargo, em especial conhecimento em laboratório de análises clinicas.
Condições de trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas;
Especial: Demonstrar atenção; Iniciativa; Discriminar Cores, Discriminar Odores; Habilidade Tátil; Capacidade de Comunicação; Senso de Organização; Concentração e Dinamismo;

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Executar atividades técnicas de laboratórios, de acordo com as áreas específicas em conformidade com normas de qualidade de biossegurança e controle do meio ambiente

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Manipular soluções químicas, reagentes, meios de cultura e outros; Manipular e manter os animais de experimentos; Supervisionar as prestações de serviços executadas pelos auxiliares organizando e distribuindo tarefas; Dar assistência técnica aos usuários do laboratório; Analisar e interpretar informações obtidas de medições, determinações, identificações, definindo procedimentos técnicos a serem adotados, sob supervisão; Interpretar resultados dos exames, ensaios e testes, sob orientação, encaminhando-os para a elaboração de laudos, quando necessário; Proceder a realização de exames laboratoriais sob supervisão; Realizar experiências e testes em laboratório, executando o controle de qualidade e caracterização do material; Separar soros, plasmas, glóbulos, plaquetas e outros; Elaborar e ou auxiliar na confecção de laudos, relatórios técnicos e estatísticos; Realizar pequenas cirurgias e dissecação de animais durante as aulas ou pesquisas, sob orientação; Preparar os equipamentos e aparelhos do laboratório para utilização; Coletar e ou preparar material, matéria prima e amostras, testes, análise e outros para subsidiar aulas, pesquisas, diagnósticos e etc.; Auxiliar professores e alunos em aulas práticas e estágios; Auxiliar na realização de exames anatomopatológicos, preparando amostras, lâminas microscópicas, meios de cultura, soluções, testes químicos e reativos; Controlar e supervisionar a utilização de materiais, instrumentos e equipamentos do laboratório; Zelar pela manutenção, limpeza, assepsia e conservação de equipamentos e utensílios do laboratório em conformidade com as normas de qualidade, de biossegurança e controle do meio-ambiente; Participar de programa de treinamento, quando convocado; Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática. Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

QUADRO: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – TNS

TITULO DO CARGO: PROCURADOR JURÍDICO

Requisitos para Provimento:
Idade Mínima: 21 (vinte e um) anos completos.
Instrução: Nível Superior completo em Direito, com devido registro na OAB/MT.
Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 20 horas;
Especial: sujeito a trabalho externo, realização de viagens e trabalhos aos sábados, domingos, feriados e atendimento ao público.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Representar o Município e prover a defesa de seus interesses, em qualquer instância judicial, nas causas em que for autor, réu, assistente, opoente, terceiro interveniente ou, por qualquer forma, interessado, emitir parecer jurídico, assistindo a administração nas questões atinentes à legalidade dos atos da Administração Pública Municipal afeta a área jurídica.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Exercer

as funções estratégicas de planejamento, orientação, coordenação, controle e revisão no âmbito de sua atuação, de modo a oferecer condições de tramitação mais rápida de processos na esfera administrativa e decisória, propor, para aprovação do Chefe do Executivo, projetos, programas e planos de metas da Procuradoria Geral do Município; propor aos órgãos competentes a alienação de bens patrimoniais e de material inservível sob administração da Procuradoria Geral do Município, assinar, com vistas à consecução dos objetivos do órgão e respeitada a legislação aplicável, convênios, contratos e demais ajustes com pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, aprovar o Manual de Organização da Procuradoria Geral do Município, Representar o Município em juízo ou fora dele, cabendo-lhe, com exclusividade, receber citações iniciais, notificações, comunicações e intimações de audiências e de sentenças, comunicações e intimações de audiências e de sentenças ou acórdãos proferidos nas ações ou processos em que o Município seja parte ou, de qualquer forma, interessado e naqueles em que a Procuradoria Geral do Município deva intervir, indicar Procurador do Município para, em caráter excepcional, exercer a representação judicial do Município ou de órgão da Administração Indireta, prestar assistência ao Prefeito Municipal em qualquer assunto que envolva matéria jurídica, propor ao Prefeito, aos Secretários Municipais e aos titulares de entidades da Administração Indireta providências de natureza jurídico-administrativa reclamadas pelo interesse público, inclusive a declaração de nulidade ou a revogação de quaisquer atos administrativos, quando conflitantes com a legislação em vigor ou com a orientação normativa estabelecida, recomendar ao Prefeito a arguição de inconstitucionalidade de lei, autorizar a não-propositura e a desistência de ação, a

não-interposição de recursos ou a desistência dos interpostos, bem como a não- execução de julgados em favor do Município, sempre que assim o reclame o interesse público ou quando tais medidas se mostrarem contraindicadas ou infrutíferas, consentir o ajuste de transação ou acordo e a declaração de compromisso, quitação, renúncia ou confissão em qualquer ação em que o Município figure como parte, orientar a defesa do Município e, sempre que for necessário, dos órgãos da Administração Indireta, determinar a propositura de ações ou medidas necessárias para resguardar os interesses do Município e das entidades da Adm. Indireta, avocar, sempre que entender necessário o interesse público, o exame de qualquer ato negocio ou processo administrativo envolvendo os órgãos das Administrações Direta e Indireta, assumindo a defesa do Município se entender conveniente e oportuno.

QUADRO: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – TNS
TITULO DO CARGO: ASSESSOR JURÍDICO
Requisitos para Provimento: **Idade Mínima:** 21 (vinte e um) anos completos. **Instrução**: Nível Superior completo em Direito, com devido registro na OAB/MT. **Habilitação:** Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas. **Condições de Trabalho:** **Geral:** Carga horária semanal de 40 horas; **Especial:** sujeito a trabalho externo, realização de viagens e trabalhos aos sábados, domingos, feriados e atendimento ao público.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Representar a Prefeitura em qualquer foro ou juízo, por delegação especifica do Prefeito; emitir parecer jurídico, assistindo a administração nas questões atinentes à legalidade dos atos da Administração Pública Municipal afeta a área jurídica.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Representar a Prefeitura em qualquer foro ou juízo, por delegação especifica do Prefeito; Prestar Assessoramento ás Unidades da Prefeitura, em assuntos de natureza Jurídica; Proceder analise e preparação de contratos, convênios e acordos em que a Prefeitura seja parte; Elaborar minutas de Decretos, Projetos de Leis, razões de veto e textos para publicação de atos oficiais; Organizar e manter atualizado o Centro de Documentação Jurídica da Prefeitura nas áreas; Fiscal, Legislativa, Administrativa, Fundiárias e Assuntos Complementares; É também de responsabilidade do Departamento de Assessoria Jurídica encaminhar ao Departamento de Contabilidade processo judicial tais como: indenizações, precatórios e obrigações de pequeno valor nos termos do § 3º e 4º do artigo 100 da CF Emenda Constitucional nº. 62/2009, constando numero do processo Judicial partes envolvidas, valor a ser pago, prazo de limite para pagamento e copia do processo completo para ser arquivado junto ao processo de despesa; Manter de forma individualizada controle dos Processos Judiciais, contendo no mínimo, número, ano do processo, partes interessadas, natureza do processo, datas de tramitações, datas de audiência, valor original e a situação do processo; Promover a execução da divida ativa de natureza tributária ou quaisquer outras dividas que não forem liquidadas dentro do prazo legal, pelas vias administrativas e judiciais, conforme as informações repassadas pela secretaria de Fazenda; Propor medidas de caráter jurídico que visem à proteção do patrimônio público Municipal ou o aperfeiçoamento das praticas administrativas; Instruir os processos de desapropriação e de alienações de imóveis no interesse público, como também os processos relacionados com o Código Brasileiro de Transito; Acompanhamento jurídico de processo administrativo externos, Tribunal de Contas e Ministério Publico, onde a Administração Publica é ré ou autora, defesa audiências

recursos e outros atos processuais necessários; Transmitir aos Secretários do Município e a outras autoridades, diretrizes de teor jurídico, emanadas do Prefeito Municipal; Manter atualizado o arquivo de pareceres proferidos pela Assessoria Jurídica de Processos Administrativos; Acompanhar e auxiliar as comissões durante o desenrolar de Sindicâncias Internas e Processos Administrativos Disciplinar; Atender ás consulta que forem formuladas, emitindo parecer a respeito.

GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – TNS
TÍTULO DO CARGO: MÉDICO CLÍNICO GERAL
Requisitos para provimento: **Idade:** Mínima de 21 anos; **Instrução:** Habilitação em Curso de Nível Superior de Medicina com registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada. **Outros requisitos:** Conhecimentos gerais na área de atuação. **Condições de trabalho:** **Geral:** Carga horária semanal 20 ou 40 horas; **Especial:** Sujeito a trabalho externo, atendimento público, utilização de materiais de proteção, possibilidade de supervisão sobre equipes de trabalho;.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Realizar tarefas inerentes à área de saúde pública.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Participar do processo de elaboração do planejamento, organização, execução, avaliação e regulação dos serviços de saúde, cumprir os protocolos clínicos ins-

tituídos pelo Município, integrar a equipe de padronização de medicamentos e protocolos para utilização dos mesmos, assessorar, elaborar e participar de campanhas educativas nos campos da saúde pública e da medicina preventiva, participar, articulado, com equipe interdisciplinar, de programas e atividades de educação em saúde visando à melhoria de saúde do indivíduo, da família e da população em geral, efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos, solicitar, analisar, interpretar diversos exames e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica, visando prestar assistência integral, manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, o tratamento prescrito e a evolução da doença, preencher e assinar declarações de óbito, realizar atendimento individual, individual programado e individual interdisciplinar a pacientes, realizar procedimentos cirúrgicos, realizar partos, efetuar a notificação compulsória de doenças, realizar reuniões com familiares ou responsáveis de pacientes a fim de prestar informações e orientações sobre a doença e o tratamento a ser realizado, prestar informações do processo saúde-doença aos indivíduos e a seus familiares ou responsáveis, participar de grupos terapêuticos, através de reuniões realizadas com grupos de pacientes específicos, para prestar orientações e tratamentos e proporcionar a troca de experiências entre os pacientes, participar de reuniões comunitárias em espaços públicos privados ou em comunidades, visando a divulgação de fatores de risco que favorecem enfermidades, promover reuniões com profissionais da área para discutir conduta a ser tomada em casos clínicos mais complexos, participar dos processos de avaliação da equipe e dos serviços prestados à população, realizar diagnóstico da comunidade e levantar indicadores de saúde da comunidade para avaliação do impacto das ações em saúde implementadas por equipe, atuar em equipe interdisciplinar e interdisciplinar na estratégia Saúde da Família, efetuar regulação médica, otimizando

o atendimento do usuário SUS, na rede assistencial de saúde ambulatorial, hospitalar, urgência/emergência, dar assistência a pacientes que estão em internação domiciliar e ou acamados, prestar atendimento em urgências e emergências, encaminhar pacientes para internação hospitalar, quando necessário, acompanhar os pacientes com risco de morte no transporte até um serviço de maior complexidade, encaminhar pacientes para atendimento especializado, quando necessário, participar dos programas de treinamento e aprimoramento de pessoal de saúde, participar de auditorias e sindicâncias médicas, quando solicitado, orientar e zelar pela preservação e guarda dos equipamentos, aparelhos e instrumentais utilizados em sua especialidade, observando a sua correta utilização, utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA, Realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias sob seus cuidados, realizar consultas clínicas e procedimentos no Pronto-Socorro, Unidades de Saúde e no atendimento pré-hospitalar de urgência e emergência em via pública, domicílio e onde se fizer necessário, realizar atividades de demanda programada e de urgência e procedimentos para fins de diagnóstico, emitir laudos e pareceres técnicos, quando solicitado, executar as demais atribuições previstas no Código de Ética Médica e Lei do Exercício Profissional e outras tarefas correlatas determinadas pelo superior hierárquico, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – TNS

TÍTULO DO CARGO: ENGENHEIRO CIVIL

Requisitos para provimento:
Idade: Mínima de 21 anos;
Instrução: Habilitação em Curso de Nível Superior de Engenharia Civil com registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.
Outros requisitos: Conhecimentos gerais na área de atuação.
Condições de trabalho:
Geral: Carga horária semanal 30horas;
Especial: Sujeito a trabalho externo, atendimento público, utilização de materiais de proteção, possibilidade de supervisão sobre equipes de trabalho;

Atribuições:

Descrição Resumida: Desenvolver projetos de engenharia civil, planejar, orçar e executar obras, coordenar a operação e a manutenção das mesmas. Controlar a qualidade dos suprimentos e dos serviços comprados e executados

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Avaliar as condições requeridas para obras, estudando o projeto e examinando as características do terreno disponível para a construção, calcular os esforços e deformações previstos na obra projetada ou que afetem a mesma, consultando tabelas e efetuando comparações, levando em consideração fatores como carga calculada, pressões de água, resistência aos ventos e mudanças de temperatura, para apurar a natureza dos materiais que devem ser utilizados na construção, elaborar o projeto da construção, preparando plantas e especificações da obra, indicando tipos e qualidade de materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários e efetuando cálculo aproximado dos custos, preparar o programa de execução do trabalho elaborando plantas, croquis, planilhas, memórias de cálculo, cronogramas e outros subsídios que se fizerem necessários, para possibilitar a orientação e fiscalização do desenvolvimento das obras, dirigir a execução de projetos, acompanhando e orientando as operações à medida que avançam as obras, para assegurar o cumprimento dos prazos e dos padrões de qualidade e segurança recomendados, elaborar, dirigir, acompanhar e executar projetos de engenharia civil relativos a vias urbanas, obras de pavimentação em geral, drenagem e esgoto sanitário, realizar análises de viabilidade de ocupação das margens de rios e ribeirões, baseando-se em levantamentos topográficos e plantas, visando a prevenção de acidentes com pessoas e deslizamento de margens, realizar a análise de bacias hidrográficas consultando plantas cartográficas, efetuando cálculos de vazão e diâmetro das tubulações, a fim de solucionar e prevenir a ocorrência de alagamentos em determinadas regiões do Município, realizar medições, valendo-se de dados obtidos em campo e através de sistemas informatizados, para emitir parecer quanto à execução das obras realizadas, efetuar correção de projetos de construção e desdobramentos e unificação de áreas, de acordo com as leis municipais, participar do Plano Diretor, analisando as propostas populares e leis relativas ao planejamento

e desenvolvimento urbano, consultar outros especialistas da área de engenharia e arquitetura, trocando informações relativas ao trabalho a ser desenvolvido, para decidir sobre as exigências técnicas e estéticas relacionadas à obra a ser executada, participar dos processos de licitação de obras, acompanhar e controlar a execução de obras que estejam sob encargo de terceiros, atestando o cumprimento das especificações técnicas determinadas e declarando o fiel cumprimento do contrato, emitir pareceres em projetos de engenharia, a fim de subsidiar processo de licenciamento de obras, desenvolver atividades gerais de supervisão, coordenação e orientação técnica; realização de estudos, planejamento, projetos, análises, vistorias, perícias, avaliações, laudos e pareceres técnicos, estudos de viabilidade técnico-econômica, elaboração de orçamentos, assistência e assessoria, direção de obras e serviços técnicos; execução de obras e serviços técnicos, fiscalização de obras e serviços técnicos, condução de trabalhos técnicos, condução de equipes de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção, execução de instalação, montagem e reparo, operação e manutenção de equipamento e instalação e execução de desenhos técnicos, referentes a edificações, estradas, pistas de rolamento, sistema de transportes, saneamento, rios, canais e drenagem, Executar, supervisionar, planejar e coordenar no campo de engenharia civil, estudos necessários para a execução de obras públicas, construção, reformas ou ampliação de prédios ou de habitação em geral, executar outras atividades afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – TNS

TÍTULO DO CARGO: ENGENHEIRO SANITARISTA

Requisitos para provimento:
Idade: Mínima de 21 anos;

Instrução: Habilitação em Curso de Nível Superior de Engenheiro Sanitarista com registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.
Outros requisitos: Conhecimentos avançado na sua área de atuação.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 30 horas;
Especial: Sujeito a trabalho externo, uso de equipamentos de proteção, atendimento ao público.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Executar, dirigir, avaliar, homologar e fiscalizar projetos de engenharia civil relativos as obras e instalações destinadas ao Comércio e Manipulação de Alimentos, e de saneamento básico; inspecionar e elaborar laudos de focos de contaminação propondo as soluções técnicas mais adequadas.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Elaborar, executar e dirigir projetos de engenharia nas áreas de meio ambiente, saneamento básico e saúde pública, elaborar esboços, plantas, especificações, cronogramas e outros subsídios técnicos necessários à fiscalização e ao desenvolvimento de obras, projetar as instalações e os equipamentos sanitários, determinando dimensões, volume, forma e demais características, preparar previsões detalhadas das necessidades de fabricação, montagem, funcionamento, manutenção e reparo das instalações e equipamentos sanitários, determinando e calculando materiais, custos e mão-de-obra necessários, assessorar a unidade de saúde pública e outras unidades sanitárias com relação aos problemas de higiene, determinando o processo de eliminação de gases nocivos, substâncias químicas e outros detritos industriais, a fim de aconselhar quanto aos materiais e métodos mais indicados para as obras projetadas, supervisionar projetos de construção de esgotos, sistemas de águas servidas e demais instalações sanitárias de edifícios industriais, comerciais, aquedutos e - outras obras sanitárias, de modo a assegurar o atendimento dos requisitos técnicos e legais, inspecionar poços, fossos, rios, drenos e águas estagnadas em geral, examinando a existência de focos de contaminação, para fins de verificação de necessidade de canais de drenagem e de obras de escoamento de esgotos, orientar e controlar a execução técnica dos projetos de saneamento, acompanhando os trabalhos de tratamento e de lixo, coordenar, supervisionar a execução e prestar orientação técnica no desenvolvimento de projetos relativos a sistemas de abastecimento de água, incluindo captação, reservação, distribuição e tratamento. Coordenar, supervisionar a execução e prestar orientação técnica no desenvolvimento de projetos de sistemas de distribuição de excretos e de águas residuais (esgotos) em soluções individuais ou sistemas de esgotos incluindo tratamento. Desenvolver estudos de viabilidade técnico-econômica sobre projetos para coleta, transporte e tratamento de resíduos sólidos. Efetuar vistorias, perícias,

avaliações e monitoramento ao controle sanitário do ambiente, incluindo o controle de poluição, bem como de vetores biológicos transmissores de doenças, emitindo laudos e pareceres técnicos. Fiscalizar obras e efetuar serviços técnicos relativos a instalações prediais e hidrossanitárias e de saneamento de edificações e de locais públicos, tais como: piscinas, parques e áreas de lazer, recreação e esporte em geral. Desenvolver estudos, pesquisas, análises, experimentações, ensaios, divulgação técnica e extensão, sobre saneamento dos alimentos. Promover ações de fiscalização na área de engenharia sanitária, quando inerente a sua especialidade, prestando orientações técnicas relativas a saneamento básico, infra–estrutura e higienização de unidades domiciliares e estabelecimentos, e exercendo controle da qualidade da água potável, dos resíduos ambientais e de poluentes do meio ambiente. Orientar e treinar os servidores que o auxiliam na execução das atribuições típicas do cargo, atender às normas de higiene e segurança do trabalho. Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – TNS

TITULO DO CARGO: ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Requisitos para provimento:
Idade: Mínima de 21 anos;
Instrução: Habilitação em Curso de Nível Superior de Engenheiro Agrônomo com registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.
Outros requisitos: Conhecimentos avançado na sua área de atuação.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 30 horas;
Especial: Sujeito a trabalho externo, Sujeito ao uso de equipamentos de proteção, Sujeito a atendimento ao público.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Executar, supervisionar, fiscalizar, pesquisar, elaborar serviços técnicos de agronomia.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Exercer atividades ligadas à agricultura geral, zootecnia, horticultura, fruticultura, solos, mecanização e construções rurais, planejamento, assistência técnica, consultoria, análise de viabilidade técnica e econômica, perícia, ensino, pesquisa e extenso. Desenvolver atividade direcionada para a vida vegetal ou para a vida animal. Realizar vistorias, perícias, avaliações, laudos, pareceres e projetos técnicos; analisar estudos de impacto ambiental e realizar avaliações de impacto ambiental com análise dos meios físico e biótico, do solo, da fauna e da flora, bem como análise de risco, aspectos sociais e demais requisitos do licenciamento ambiental, para instalações e ampliações de obras ou atividades que possam degradar efetiva ou potencialmente o ambiente, conforme a legislação vigente e de acordo com as definições do conselho profissional e das normas que regulamentam a profissão; elaborar, desenvolver e supervisionar projetos e programas visando o desenvolvimento do meio rural; coordenar ações visando o controle da poluição, a preservação e a recuperação dos recursos naturais renováveis para promover a qualidade de vida; orientar agricultores e outros trabalhadores agrícolas com relação a sistemas e técnicas de exploração agrícola, fornecendo indicações, épocas e sistemas de plantio, custo dos cultivos, variedades a empregar e outros dados pertinentes para aumentar a produção e conseguir variedades novas ou melhoradas, de maior rendimento, qualidade e valor nutritivo; orientar agricultores com relação ao controle de erosão, métodos de combate às ervas daninhas, enfermidades de lavoura e praga de insetos e uso de defensivos agrícolas, baseando-se em experiências e pesquisas, para preservar a vida das plantas e assegurar o maior rendimento possível do cultivo; executar outras atividades afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.- assessorar pessoas interessadas na produção de alimentos, orientando quanto à utilização de técnicas adequadas a fim de viabilizar e garantir a produção e a manutenção do processo produtivo, vistoriar e emitir parecer sobre lavouras e hortas localizadas no Município

verificando inclusive a adequação da utilização de agrotóxicos, emitir e assinar receituário agronômico, fiscalizar empresas controladoras de pragas urbanas, prestar assistência técnica e de extensão rural considerando a sustentabilidade e a inclusão social dos agricultores familiares, identificar, validar e transferir tecnologias apropriadas a setores diversificados da produção e transformação de produtos agropecuários, inserir os produtos vocacionados do município dentro da sistemática de cadeias produtivas, desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – TNS

TÍTULO DO CARGO: BIÓLOGO

Requisitos Para Provimento:
Idade: Mínima de 21 anos;
Instrução: Habilitação em Curso de Nível Superior em Biologia com registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.
Outros requisitos: Conhecimentos gerais na área de atuação.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 30 horas;
Especial: Sujeito a trabalho externo e atendimento ao público.

Atribuições:

Descrição Resumida: Estudar seres vivos, desenvolver pesquisas nas diversas áreas da biologia. Inventariar biodiversidade. Organizar coleções biológicas, manejar recursos naturais, desenvolver atividades de educação ambiental. Realizar diagnósticos biológicos, moleculares e ambientais.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Realizar pesquisa de campo e em laboratório, estudando origem, evolução, funções, estrutura, distribuição, habitat, semelhanças e outros aspectos das diferentes formas de vida, para conhecer todas as características, comportamento e outros dados importantes referentes aos seres vivos, colecionar diferentes espécimes, conservando-os, identificando-os e classificando-os, para permitir o estudo da evolução e das doenças das espécies, realizar estudos e experiências de laboratório com espécimes biológicos, empregando técnicas como dissecação, microscopia, coloração por substâncias químicas e fotografia, para analisar a sua aplicabilidade, analisar vários dados importantes dos seres vivos, estudando o comportamento, a distribuição das populações, a estrutura das comunidades, a organização dos ecossistemas e outros aspectos referentes às diferentes formas de vida, para conhecer todas suas características, realizar estudos e relatórios de impactos ambientais, preparar informes sobre suas descobertas e conclusões anotando, analisando e avaliando as informações obtidas e empregando técnicas estatísticas, para possibilitar sua utilização em saúde, agricultura, pecuária, meio ambiente e outros campos, ou para subsidiar futuras pesquisas, realizar fiscalizações nos campos de preservação do meio ambiente, averiguando o uso racional de recursos naturais, a fim de garantir uma boa qualidade ambiental aos munícipes, Realizar Estudos e Pesquisas relacionadas com a investigação científica ligada à Biologia Sanitária, Saúde Pública, Epidemiologia de doenças transmissíveis, Controle de vetores, Técnicas de saneamento básico e na área ambiental, Atividades complementares relacionadas à conservação, preservação, erradicação, manejo e melhoramento de organismos e do meio ambiente e à Educação Ambiental, Promover e elaborar programas educativos que visem orientar o público quanto a preservação das diferentes espécimes, Supervisionar e orientar a criação e manutenção de animais, plantas e outros organismos vivos, Levantar informações técnicas, diagnosticar situações e elaborar relatórios técnicos,

fazendo as anotações sobre descobertas, conclusões e análises, emitir pareceres técnicos a setores ligados a biologia, Identificar as necessidades inerentes ao desenvolvimento das diversas funções do Biólogo, elaborar e desenvolver projetos de controle de poluição, reflorestamento ou recuperação de florestas e reservas naturais, visando o controle ambiental, realizar estudos de impacto ambiental (EIA), elaborar relatórios de impacto ambiental (RIMA), realizar perícias e elaborar laudos técnicos e pareceres; Desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR

TÍTULO DO CARGO: ENGENHEIRO FLORESTAL

Requisitos Para Provimento:
Idade: Mínima de 21 anos;
Instrução: Habilitação em Curso de Nível Superior em Engenharia Florestal com registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.
Outros requisitos: Conhecimentos gerais na área de atuação.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 30 horas;
Especial: Sujeito a trabalho externo e atendimento ao público, sujeito a utilização de equipamentos de segurança no desempenho de atividades externas.

ATRIBUÇÕES:

Descrição Resumida: Realizar vistorias, perícias, avaliações, laudos, pareceres e projetos técnicos; analisar estudos de impacto ambiental e realizar avaliações de impacto ambiental com análise dos meios físico e biótico, do solo, da fauna e da flora, bem como análise de risco, aspectos sociais e demais requisitos do licenciamento ambiental, para instalações e ampliações de obras ou atividades que possam degradar efetiva ou potencialmente o ambiente, conforme a legislação vigente e de acordo com as definições do conselho profissional e das normas que regulamentam a profissão.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; elaborar projetos de recuperação do meio ambiente e áreas degradadas; melhoramento florestal e recuperação ambiental de florestas e demais formas de vegetação; apreciar e elaborar procedimentos para utilização sustentável do solo e de formações florestais; participar das atividades de inventário do uso de recursos naturais renováveis e ambientais identificando necessidades e levantando informações técnicas;- participar da elaboração de planos diretores que norteiem a política municipal demeio ambiente e de regulamentação de concessões de licenças ambientais;- participar da criação e manutenção de sistema de informações ambientais para o planejamento com base de dados e de informações cartográficas a partir do sensoriamento remoto, geoprocessamento e tecnologia da informação;- participar da manutenção, atualização e alimentação de banco de dados com informações sobre aptidão dos solos, vegetação, clima, uso do solo urbano e rural, ocupação das terras, bacias hidrográficas, fotos aéreas, imagens de satélite, mapas e dados estatísticos de diversas fontes que subsidiem o planejamento físico-territorial, econômico-social e ambiental da região;- participar da fiscalização de obras em execução verificando, juntamente com os fiscais da área a procedência, transporte e comercialização de produtos e atividades de extrativismo;- participar do embargo de atividades agrossilvil e pecuárias e de estabelecimentos infratores bem como da apreensão de produtos;- inspecionar guias

de trânsito de madeira, caibro, lenha, carvão, extração mineral e qualquer outro produto extrativo, examinando-as à luz das leis e regulamentos que defendem o patrimônio

florestal, para verificar a origem dos mesmos e apreendê-los, quando encontrados em situação irregular;- emitir parecer em processos de concessão de licenças para localização e funcionamento de atividades real ou potencialmente poluidoras ou de exploração de recursos ambientais;- realizar auditorias ambientais;- exercer ação fiscalizadora externa, observando as normas de proteção ambiental contidas em leis ou em regulamentos específicos;- intimar, comunicar, embargar e autuar ações que contrariem a legislação no que diz respeito às questões ambientais;- fiscalizar atos de agressão à fauna e à flora da região;- orientar os munícipes quanto ao cumprimento da regulamentação do meio ambiente nos âmbitos federal, estadual e municipal;- articular-se com outras áreas de trabalho do Município bem como com as forças de policiamento, sempre que necessário, objetivando a fiscalização de implantação de loteamentos e do cumprimento da legislação no que for área de sua responsabilidade;- instaurar processos administrativos por infração verificada pessoalmente;- participar de sindicâncias especiais para instauração de processos administrativos ou apuração de denúncias e reclamações;- participar do planejamento, execução e avaliação de programas educativos destinados a grupos da comunidade, através da identificação de situações e problemas florestais do Município, objetivando a capacitação da população para a participação ativa na defesa do meio ambiente;- propor programas de educação ambiental a serem desenvolvidos junto às escolas da rede pública e particular do Município;- participar da realização de estudos de impactos ambientais (EIA);- participar da elaboração de relatórios de impactos ambientais (RIMA);- estudar os índices de crescimento das árvores e o seu cultivo em diferentes condições, examinando e classificando espécies diversas, composições de solos, temperaturas e umidade relativa do ar em determinadas zonas para estabelecer o grau de correlação existente entre o comportamento das árvores e o seu meio ambiente;- organizar e controlar o reflorestamento e a conservação de zonas de bosques e a exploração de viveiros de plantas, favorecendo seu crescimento por meio de poda, desbaste e extirpação de árvores doentes e por outros métodos, para preservar e desenvolver as zonas verdes do Município;- planejar o plantio e o corte das árvores, observando a época própria e determinando as técnicas mais apropriadas, para obter produção máxima e contínua;- analisar os efeitos das enfermidades, do corte, do fogo, do pastoreio e de outros fatores que contribuem para a redução da cobertura florestal, fazendo observações e realizando experiências, para identificar e desenvolver medidas de combate aos mesmos;- examinar os efeitos da poda, baseando-se no rendimento observado, para determinar métodos e épocas mais favoráveis à execução da mesma;- efetuar estudos sobre produção e seleção de sementes, realizando experiências e testes de laboratório ou de outro tipo, para melhorar a germinação das mesmas;- realizar o levantamento de espécies vegetais a serem utilizadas em praças, parques, jardins e vias públicas;- orientar e treinar os servidores que o auxiliam na execução das atribuições típicas do cargo;
- atender às normas de higiene e segurança do trabalho;- realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional; executar outras atividades afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

GRUPO OCUPACIONAL:TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – TNS

TITULO DO CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO

Requisitos para provimento:
Idade: Mínima de 21 anos;
Instrução: Habilitação em Curso de Nível Superior em Medicina Veterinária com registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.
Outros requisitos: Conhecimentos avançado na sua área de atuação.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 30 horas;
Especial: Sujeito a trabalho externo, Sujeito ao uso de equipamentos de proteção, Sujeito a atendimento ao público.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Executar, supervisionar, fiscalizar, pesquisar, elaborar serviços técnicos de medicina veterinária.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Exercer atividades ligadas à veterinária e zootecnia, planejamento, assistência técnica, consultoria, análise de viabilidade técnica e econômica, perícia, ensino, pesquisa e extensão. Desenvolver atividade direcionada para a vida animal. Realizar vistorias, perícias, avaliações, laudos, pareceres e projetos técnicos; analisar estudos de impacto ambiental e realizar avaliações de impacto ambiental com análise da fauna, bem como análise de risco, aspectos sociais e demais requisitos do licenciamento ambiental, para instalações e ampliações de obras ou atividades que possam degradar efetiva ou potencialmente o ambiente, conforme a legislação vigente e de acordo com as definições do conselho profissional e das normas que regulamentam a profissão; elaborar, desenvolver e supervisionar projetos e programas visando o desenvolvimento do meio rural; orientar os agropecuaristas e outros trabalhadores com atividades zootécnicas, com relação a sistemas e técnicas de manejo, fornecendo indicações, épocas e sistemas de plantio, custo dos cultivos, variedades a empregar e outros dados pertinentes para aumentar a produção e conseguir variedades novas ou melhoradas, de maior rendimento, executar outras atividades afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão, vistoriar e emitir parecer sobre criação de animais no Município verificando inclusive a adequação da utilização de vacinas e outros medicamentos, emitir e assinar receituário veterinário, fiscalizar empresas e frigoríficos instalados no município, prestar assistência técnica e de extensão rural, validar e transferir tecnologias apropriadas a setores diversificados da produção de carne, leite e transformação de produtos animais, desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

GRUPO OCUPACIONAL: NÍVEL MÉDIO / TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO – TNM

TÍTULO DO CARGO: TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE

Requisitos para Provimento:
Idade: Mínima de 18 anos
Instrução: Habilitação em Nível de Ensino Médio + Técnico de Nível Médio em Meio Ambiente de acordo com a área de atuação, e registro no órgão de classe.
Outros Requisitos: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas.
Especial: Sujeito a trabalho externo, responsabilidade de fiscalização e supervisão sobre equipes de trabalho; participar de cursos de treinamento e reciclagem. Sujeito ao atendimento ao público;

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Executar tarefas de caráter técnico relativas à programação, organização, assistência técnica, controle e fiscalização dos trabalhos de meio ambiente. Participar na elaboração e execução de projetos e programas desenvolvidos pela Instituição.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Fiscalizar o planejamento, execução e controle das atividades ambientais, fazer cumprir a legislação de preservação e defesa do meio ambiente e cooperar na fiscalização dos serviços públicos, patrimônio municipal e aplicação da legislação pertinente, promover a execução de visitas de fiscalização ambiental, Efetuar vistorias permanentes ou periódicas com a finalidade de garantir a preservação e defesa do meio ambiente, notificando e aplicando penalidades previstas em lei ou regulamento, Fiscalizar, advertir, lavrar notificações, instaurar processos administrativos, aplicar penalidades, embargar, e tomar todas as medidas necessárias para interromper o fato gerador de danos ambientais e a qualidade de vida da população, Não havendo motorista disponível no momento, em caráter excepcional, e devidamente habilitado, dirigir veículos do município para o estrito cumprimento das atribuições do cargo, executar outras atividades afins.

GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO – TNM

TITULO DO CARGO: TÉCNICO EM AGROINDÚSTRIA

Requisitos para Provimento:
Idade: Mínima de 18 anos
Instrução: Habilitação em Nível de Ensino Médio ou Técnico de Nível Médio de acordo com a área de atuação.
Outros Requisitos: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas.

Especial: Sujeito a trabalho externo, responsabilidade e supervisão sobre equipes de trabalho; participar de cursos de treinamento e reciclagem. Sujeito ao atendimento ao público.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição resumida: Planejar, organizar e monitorar o processo de aquisição, análise, preparo e conservação da matéria prima e o processamento dos produtos de origem animal: leite e carnes e de origem vegetal: frutos, hortaliças e de panificação de acordo com a legislação vigente, controlando seu impacto ambiental, bem como atuar na identificação de oportunidades de negócios.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Planejar, organizar e monitorar o processo de aquisição, preparo e conservação da matéria prima e o processamento dos produtos de origem animal: leite e carnes e de origem vegetal: frutos, hortaliças e de panificação de acordo com a legislação vigente, controlando seu impacto ambiental. Interpretar e aplicar as Técnicas de Administração e de Economia relativas à gestão de empresas rurais e agroindustriais. Utilizar técnicas de análise, avaliação e gerenciamento para elaboração de projetos. Empregar ferramentas da informática. Participar na área de pesquisa, inovação, desenvolvimento de novos produtos e marketing. Prestar assistência técnica em agroindústrias, órgãos públicos, cooperativas, comunidades rurais, propriedades rurais e outros. Compreender aspectos relacionados à segurança no trabalho, aplicando-os na elaboração e condução de programas. Analisar características físico-químicas e microbiológicas das matérias-primas e produtos de agroindústria.

Perfil Profissional do Técnico em Agroindústria

O Técnico em Agroindústria será qualificado para atuar em todas as fases do processamento de alimentos de origem animal e vegetal; no controle de qualidade do processo produtivo, desenvolvimento de novos produtos; análises laboratoriais de alimentos; implantação, execução e avaliação de programas preventivos de segurança do trabalho, gestão de resíduos para redução de impacto ambiental e de aspectos higiênico-sanitários na produção de alimentos.

Área de Atuação do Técnico em Agroindústria

Implantação de agroindústrias em geral
Implantação de Manuais de (BPF) Boas práticas de Fabricação e (APPCC) analise de perigo e ponto crítico de controle. Aquisição de equipamentos, matérias-primas e insumos para as atividades agroindustriais; Processamento e controle de qualidade do processamento agroindustrial; Auxílio à pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, gestor ou administrador de micro e pequenas empresas; Consultor técnico em atividades e prática agroindustriais; Auxílio em laboratórios de análises físico- químicas e microbiológicas de alimentos.

GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – TNS

TITULO DO CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

Requisitos para Provimento:
Idade: Mínima de 21 anos;
Instrução: Habilitação em Curso de Nível Superior correlacionada com a área de atuação e registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.
Outros requisitos: Conhecimentos avançado de informática em especial de editor de texto, planilhas eletrônicas e internet.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 30 horas;
Especial: Sujeito a trabalho externo e atendimento ao público

Atribuições:

Descrição Resumida: Planejar programas de bem-estar e promover a sua execução, estudar,, planejar, diagnosticar e supervisionar a solução de problemas sociais.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; participar do planejamento e gestão das políticas sociais, coordenar a execução de programas, projetos e serviços sociais desenvolvidos pela Municipalidade, elaborar campanhas de prevenção e educação na área de políticas sociais, em articulação com as áreas de saúde, educação, habitação, saneamento básico, meio ambiente, trabalho e renda, elaborar e executar projetos comunitários para atendimento de demandas específicas de idosos, mulheres, pessoas com necessidades educativas especiais e associações comunitárias entre outros segmentos, compor e participar de equipes multidisciplinares para a elaboração, coordenação e execução de programas, projetos e serviços nas áreas da saúde, educação, assistência social, habitação, saneamento básico, meio ambiente, trabalho e renda entre outros, participar da elaboração, coordenação e execução de campanhas educativas no campo da saúde pública, higiene, saneamento, educação e assistência social, coordenar e realizar levantamento de dados para identificar e conhecer os indicadores sociais, promovendo o diagnóstico social do Município, desenvolver ações educativas e socioeducativas nas unidades de saúde, unidades de educação e unidades de assistência social, visando a busca de solução de problemas identificados pelo diagnóstico social, realizar entrevistas e avaliação social do público para fins de concessão de auxílios, benefícios e laudos técnicos que identifiquem a elegibilidade frente às necessidades sociais, organizar e manter atualizadas as referências sobre as características socioeconômicas dos usuários nas unidades de assistência social da Prefeitura, promover o atendimento ao usuário da assistência social em Rede de Proteção e Inclusão Social, com vistas ao atendimento integral, acompanhar, orientar e encaminhar o servidor com problemas de saúde, desde o início do processo de tratamento e afastamento do trabalho, bem como o seu retorno, fazendo visitas domiciliares se necessário, incentivar a comunidade a participar das atividades, dos

programas e projetos desenvolvidos pela Prefeitura, coordenar, executar ou supervisionar a realização de programas e serviços sócio assistenciais, com atividades de caráter educativo e/ou recreativo para proporcionar a melhoria da qualidade de vida pessoal e familiar dos usuários das políticas públicas, colaborar no

tratamento de doenças orgânicas e psicossomáticas, auxiliando no tratamento em equipe interdisciplinar buscando proporcionar melhor qualidade de vida do paciente, orientar os usuários da rede municipal serviços públicos, inclusive aqueles com problemas referentes à readaptação ou reabilitação profissional e social por diminuição da capacidade de trabalho, sobre suas relações empregatícias, estudar e propor soluções para a melhoria de condições materiais, ambientais e sociais do trabalho, apoiar a área de Defesa Civil da Prefeitura no planejamento das ações em situações de calamidade e emergência, prestar orientação social, realizar visitas, identificar recursos e meios de acesso para atendimento ou defesa de direitos junto a indivíduos, grupos e segmentos populacionais, emitir laudos técnicos quanto à vulnerabilidade da família para o recebimento de programas do Município na área de habilitação e regulamentação fundiária, elaborar, coordenar e executar programas e projetos de reabilitação comunitária para pessoas com deficiência, divulgar as políticas sociais e de saúde utilizando os meios de comunicação, participando de eventos e elaborando material educativo, formular projetos para captação de recursos, articular-se com outras unidades da Prefeitura, com entidades governamentais e não governamentais, com universidades e outras instituições, a fim de desenvolver formação de parcerias para o desenvolvimento de ações voltadas para a comunidade, representar, quando designado, a Secretaria Municipal na qual está lotado em Conselhos, Comissões, juntas médicas, reuniões com as demais Secretarias Municipais e em outros eventos, participar de programas de formação continuada na sua área de atuação. Emitir laudos técnicos, pareceres e resposta a quesitos, por

escrito ou verbalmente em audiências e ainda realizar acompanhamento e reavaliação de casos. Desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

Desempenho do Cargo no exercício das atividades junto ao CRAS: Fornecer suporte às famílias do CRAS em conformidade com a presente lei, priorizar as orientações da NOB/SUAS, PNAS e Orientações Técnicas de Implantação do CRAS, planejar e dirigir os serviços do CRAS, sendo responsável pelo cumprimento no disposto na presente lei, delegando funções dos trabalhos, elaborar, implementar, executar e avaliar planos, programas e projetos junto ao órgão da administração pública, que seja do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil, prestar orientação social a indivíduos, grupos e suas famílias, planejar, organizar e administrar benefícios sociais, promover pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar as ações profissionais, realizar estudos, laudos e pareceres sociais, bem como visitas domiciliares, definir com a equipe técnica os meios e as ferramenta teórico-metodológicos de trabalho com famílias, serviços socioeducativos, buscando o aprimoramento das ações, o alcance de resultados positivos para as famílias atendidas e o fortalecimento teórico e metodológico do trabalho desenvolvido, monitorar regularmente as ações de acordo com diretrizes, instrumentos e indicadores estabelecidos, avaliar sistematicamente, com a equipe de referência dos CRAS, a eficácia, eficiência e os impactos dos

programas, serviços e projetos na qualidade de vida dos usuários, desencadear, em acordo com o gestor, ações para elaboração do mapeamento, articulação e potencialização da rede sócio assistencial no território de abrangência do CRAS, planejar, promover e participar de ações com representantes da rede prestadora de serviços, visando contribuir com o órgão gestor na articulação e avaliação relativa à cobertura da demanda existente no território, na definição dos fluxos entre os serviços da Proteção Social Básica e dessa com a Proteção Especial de Assistência Social e da avaliação da efetividade das ações, orientar, conjuntamente com a equipe técnica, e sob a coordenação do gestor, instituições públicas e entidades de assistência social no território de abrangência, em cumprimento às normativas estabelecidas e legislações, quanto a: 1) inscrição no conselho municipal de assistência social e demais conselhos, de acordo com a atividade desenvolvida; 2) qualidade dos serviços; 3) critérios de acesso; 4) fontes de financiamento; 5) legislação, normas e procedimentos para a concessão de atestado de registro e de certificado de entidades beneficentes de assistência social, oferta de informações e realização de encaminhamentos às famílias usuárias do CRAS, Mediação dos processos grupais do serviço socioeducativo para famílias, realização de atendimento individualizado e visitas domiciliares as famílias referenciadas ao CRAS, desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no território, assessoria aos serviços socioeducativos desenvolvidos no território, acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades, alimentação de sistema de informação, registro das ações desenvolvidas e planejamento do trabalho de forma coletiva, articulação de ações que potencializem as boas experiências no território de abrangência, desempenhar outras
atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – TNS
TITULO DO CARGO: FISIOTERAPEUTA
Requisitos para Provimento: **Idade:** Mínima de 21 anos; **Instrução:** Habilitação em Curso de Nível Superior de Fisioterapia, com registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada. **Outros requisitos:** Conhecimentos gerais na área de atuação. **Condições de Trabalho:** **Geral:** Carga horária semanal 30 horas; **Especial:** Sujeito a trabalho externo e atendimento ao público.

Atribuições:

Descrição Resumida: Prestar assistência a população, Promovendo otratamentoe a recuperação da saúde de pacientes mediante a aplicação de métodos e técnicas fisioterapêuticos para reabilitá-los às suas atividades normais da vida diária

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Orientar pessoas no tratamento de doenças, através de exercícios, treinos, movimentos, controle da respiração, trações, aplicações, massagens, nebulizações. Prestar assistência na área da Fisioterapia em suas diversas atividades relativas à Ortopedia e à Traumatologia, Neurologia, Geriatria, Reumatologia, Cardiologia, Ginecologia e Obstetrícia (pré e pós-parto), Pediatria, Pneumologia. Atender à população de um modo geral diretamente ou quando encaminhados por outros profissionais. Prestar atendimento na recuperação pós- operatória e/ou tratamentos com gesso. Elaborar e emitir laudos. Anotar em fichas apropriadas os resultados obtidos. Colaborar nas atividades de planejamento e execução relativo à melhoria do atendimento e qualidade de vida da população. Realizar testes musculares, funcionais, de amplitude articular, de verificação cinética e movimentação, de pesquisa de reflexos, de provas de esforço e de atividades para identificar o nível de capacidade e deficiência funcional dos órgãos afetados, Planejar e executar tratamento de afecções reumáticas, osteoporoses, seqüelas de acidentes vasculares cerebrais, poliomielite, lesões raquimedulares, de paralisias cerebrais e motoras, neurógenas e de nervos periféricos, miopatias e outros, atender a amputados preparando o coto e fazendo treinamento com prótese para possibilitar a movimentação ativa e independente dos mesmos, ensinar aos pacientes, exercícios corretivos para a coluna, os defeitos dos pés, as afecções do aparelho respiratório e cardiovascular, orientando-os e treinando-os em exercícios especiais a fim de promover correções de desvios posturais e estimular a expansão respiratória e a circulação sanguínea, efetuar aplicação de ondas curtas, ultra som, infravermelho, laser, micro ondas, forno de bier, eletroterapia e contração muscular, crio e outros similares nos pacientes, conforme a enfermidade, para aliviar ou terminar com a dor, aplicar massagem terapêutica, participar de grupos de trabalhos e ou reuniões com unidades da prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e ou problemas identificados, opinando,

oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnicos e científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao município, realizar matriciamento, ações educativas, grupos terapêuticos entre outros visando acompanhamento da população de forma descentralizada, realizar outras atividades relacionadas, quando requeridas por sua chefia imediata, zelar pela limpeza e organização dos equipamentos, mobiliários, material e de dependência dos ambientes terapêuticos ajudando na preservação do patrimônio e sendo, responsabilizado pelo mau uso, promover a limpeza, desinfecção, esterilização e organização, bem como o adequado armazenamento dos equipamentos e materiais necessários a assistência, ajudando na preservação do patrimônio e sendo responsabilizado pelo mau uso, conferir no início e final da jornada diária de trabalho todos os equipamentos, materiais, mobiliários e demais patrimônios públicos que ficarão sob sua incumbência realizando relatório de mal funcionamento, ausência, transferência para outro setor quando for o caso. Nas Unidades onde há troca de turno, as informações devem ser passadas na troca de plantão para o substituto e para a chefia imediata, Preparar relatórios de atividades relativos à sua especialidade, realizar outras atividades correlatas ao cargo, quando requeridas por sua chefia imediata, e outras afins, conforme a necessidade do Município.

GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – TNS
TITULO DO CARGO: FARMACEUTICO/BIOQUÍMICO
Requisitos para Provimento: **Idade:** Mínima de 21 anos;

Instrução: Habilitação em Curso de Nível Superior de Farmácia e Bioquímica com respectivo registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.
Outros requisitos: Conhecimentos gerais na área de atuação.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas;
Especial: Sujeito a trabalho externo e atendimento ao público, uso de materiais e equipamentos de proteção.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Sintética: Pesquisar, desenvolver, manipular as especialidades farmacêuticas em todos os tipos de ações para atender às prescrições médicas e odontológicas,

Descrição Analítica: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Orientar e controlar a produção de kits destinados às análises bioquímicas, microbiológicas e sorológicas destinados às análises clínicas, imunológicas e aos bancos de sangue. A produção de produtos sorológicos destinados às análises clínicas, biológicas, imunológicas e aos bancos de órgãos. Executar e supervisionar análises toxicológicas destinadas à identificação de substâncias entorpecentes e outros tóxicos, com a finalidade de garantir a qualidade, grau de pureza e homogeneidade dos alimentos e produtos dietéticos. Orientar e executar a coleta de amostras de materiais biológicos destinados às análises clínicas, biológicas, análises citológicas e hormonais com o fim de esclarecer o diagnóstico clínico. Assessorar autoridades, em diferentes níveis, preparando informes e documentos sobre legislação e assistência farmacêutica, exarando pareceres, a fim de servir de subsídio para a elaboração de ordens de serviço, portarias, decretos, etc. Produzir e realizar a análise de soros e vacinas em geral e de outros produtos imunológicos, valendo-se de métodos laboratoriais (físicos, químicos, biológicos e imunológicos) para controlar a pureza, qualidade e atividade terapêutica. Executar outras atividades compatíveis com as especificadas, conforme as necessidades do Município.

GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – TNS

TITULO DO CARGO: BIOMÉDICO

Requisitos para Provimento:
Idade: Mínima de 21 anos;
Instrução: Habilitação em Curso de Nível Superior em Biomedicina com respectivo registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.
Outros requisitos: Conhecimentos gerais na área de atuação.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas;
Especial: Sujeito a trabalho externo e atendimento ao público, uso de materiais e equipamentos de proteção.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Sintética: Pesquisar, desenvolver, manipular as especialidades farmacêuticas em
todos os tipos de ações para atender às prescrições médicas e odontológicas,

Descrição Analítica: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Orientar e controlar a produção de kits destinados às análises bioquímicas, microbiológicas e sorológicas destinados às análises clínicas, imunológicas e aos bancos de sangue. A produção de produtos sorológicos destinados às análises clínicas, biológicas, imunológicas e aos bancos de órgãos. Executar e supervisionar análises toxicológicas destinadas à identificação de substâncias entorpecentes e outros tóxicos, com a finalidade de garantir a qualidade, grau de pureza e homogeneidade dos alimentos e produtos dietéticos. Orientar e executar a coleta de amostras de materiais biológicos destinados às análises clínicas, biológicas, análises citológicas e hormonais com o fim de esclarecer o diagnóstico clínico. Assessorar autoridades, em diferentes níveis, preparando informes e documentos sobre legislação e assistência farmacêutica, exarando pareceres, a fim de servir de subsídio para a elaboração de ordens de serviço, portarias, decretos, etc. Produzir e realizar a análise de soros e vacinas em geral e de outros produtos imunológicos, valendo-se de métodos laboratoriais (físicos, químicos, biológicos e imunológicos) para controlar a pureza, qualidade e atividade terapêutica. Executar outras atividades compatíveis com as especificadas, conforme as necessidades do Município.

GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – TNS

TÍTULO DO CARGO: ENFERMEIRO

Requisitos para Provimento:
Idade: Mínima de 21 anos;
Instrução: Habilitação em Curso de Nível Superior de Enfermagem com respectivo registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.
Outros requisitos: Conhecimentos gerais na área de atuação.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas;
Especial: Sujeito a trabalho externo e atendimento ao público, uso de materiais e equipamentos de proteção.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Prestar assistência ao cliente em hospitais e ambulatórios, em domicílio, realizar consultas, prescrever ações e procedimentos de maior complexidade; coordenar e auditar serviços de enfermagem, implementar ações para a promoção da saúde junto à comunidade. Adotar práticas, normas e medidas de biossegurança.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Participar do processo de elaboração do planejamento, organização, execução, avaliação e regulação dos serviços de saúde; cumprir os protocolos clínicos instituídos pelo Município; planejar, organizar e coordenar os serviços de enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares nas unidades prestadoras desses serviços; participar, articulado, com equipe interdisciplinar, de programas e atividades de educação em saúde visando à melhoria de saúde do indivíduo, da família e da população em geral; realizar consultas de enfermagem; determinar prescrição de assistência de enfermagem; realizar cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica, que exijam conhecimentos científicos adequados e que demandem capacidade de tomar decisões imediatas; prescrever medicamentos previamente estabelecidos em programas de saúde pública e em protocolos aprovadas pela instituição de saúde; prestar cuidados diretos de Enfermagem a pacientes com risco de morte; acompanhar o transporte do paciente com risco de morte até um serviço de maior complexidade, em conjunto com o médico, quando necessário; supervisionar e executar as ações de imunização, de acordo com o programa nacional de imunização e diretrizes do município; desenvolver as atividades de vigilância em saúde; prevenir e realizar o controle sistemático da infecção hospitalar, inclusive como membro das respectivas comissões; participar da elaboração de medidas de prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados aos pacientes durante a assistência de Enfermagem; participar na elaboração e na operacionalização do sistema de referência e contra referência do paciente nos diferentes níveis de atenção à saúde; participar dos programas de treinamento e aprimoramento de pessoal de saúde, particularmente nos programas de educação continuada;

participar nos programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e de doenças profissionais e do trabalho participar dos programas e nas atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, particularmente daqueles prioritários e de alto risco, prestar assistência de Enfermagem à gestante, parturiente, puérpura e ao recém- nascido, acompanhar a evolução do trabalho de parto, analisar o sistema de informações de Atenção Básica de Saúde, realizar visita domiciliar, quando necessário, participar de auditorias e sindicâncias quando solicitado, integrar equipe do Estratégia de Saúde da Família; participar das atividades de treinamento e aprimoramento, nos programas de educação permanente; atuar de acordo com Código de Ética da classe, orientar e zelar pela preservação e guarda dos equipamentos, aparelhos e instrumentais utilizados em sua especialidade, observando a sua correta utilização, utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA; desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional. Desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – TNS

TITULO DO CARGO: FONOAUDIÓLOGO

Requisitos para Provimento:
Idade: Mínima de 21 anos;
Instrução: Habilitação em Curso de Nível Superior de Fonoaudiologia com respectivo registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.
Outros requisitos: Conhecimentos gerais na área de atuação.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas;
Especial: Sujeito a trabalho externo e atendimento ao público.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Identificar problemas ou deficiências ligadas à comunicação oral dos usuários da rede municipal de ensino, empregando técnicas próprias de avaliação e fazendo o treinamento fonético, auditivo, de dicção, empostação de voz e outros, para possibilitar o aperfeiçoamento e/ou reabilitação da fala.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Planejar, organizar, orientar, supervisionar e avaliar a assistência prestada em fonoaudiologia; observar a clientela no que se refere ao desenvolvimento de linguagem oral, escrita, voz, fala, articulação e audição; realizar triagem, avaliação, orientação acompanhamento fonoaudiológico, no que se refere a linguagem oral, escrita, fala, voz, articulação e audição; - realizar avaliação audiológica; realizar terapia fonoaudiológica individual ou em grupo conforme indicação; desenvolver ou assessorar oficinas terapêuticas com enfoque na área de fonoaudiologia; solicitar, durante consulta fonoaudiológica a realização de exames complementares; propiciar a complementação do atendimento, sempre que necessário, por meio de encaminhamento a outros profissionais ou modalidades de atendimento disponíveis na comunidade; realizar assessoria fonoaudiológica a profissionais de saúde e educação; desenvolver atividades educativas de promoção de saúde individual e coletiva, enfocando o desenvolvimento de linguagem oral, escrita, voz, fala, articulação e audição; realizar visitas a pacientes em hospitais, instituições educativas, domicílios, sempre que necessário; identificar problemas ou deficiências ligadas à comunicação oral, empregando técnicas próprias de avaliação e fazendo o treinamento fonético, auditivo de dicção, empostação da voz e outros, para possibilitar o aperfeiçoamento e/ou reabilitação da fala; avaliar as deficiências do paciente realizando exames fonéticos, da linguagem, audiometria, gravação e outras técnicas próprias, para estabelecer o plano de treinamento ou terapêutico; promover a reintegração dos pacientes à família e a outros grupos sociais; prestar orientações aos pais de crianças que apresentem fissuras quanto a forma adequada de alimentação; selecionar e indicar aparelhos de amplificação sonora individuais, próteses auditivas; habilitar e reabilitar indivíduos portadores de deficiência auditiva; emitir parecer quanto ao aperfeiçoamento ou a praticabilidade de reabilitação

fonoaudiológica, elaborando relatórios, para complementar o diagnóstico; trabalhar em parceria com instituições educativas, hospitais, e outras equipes multidisciplinares, estudando casos e contribuindo na sua área de atuação, preventiva e corretivamente; elaborar relatórios individuais sobre as intervenções efetuadas, para fins de registro, intercâmbio com outros profissionais, avaliação e planejamento de ações coletivas; participar de programas de formação continuada na sua área de atuação, quando convocado; conhecer e divulgar, entre outras atividades, a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS aos portadores de deficiência auditiva; desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional

GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – TNS

TITULO DO CARGO: NUTRICIONISTA

Requisitos para Provimento:
Idade: Mínima de 21 anos;
Instrução: Habilitação em Curso de Nível Superior de Nutrição com respectivo registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.
Outros requisitos: Conhecimentos gerais na área de atuação.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas;
Especial: Sujeito a atendimento ao público.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Prestar assistência a população, através do sistema de saúde do Município nos tratamentos de diabetes, hipertensão, obesidade, conforme orientação profissional e Elaborar cardápios, coordenar e supervisionar a preparação das refeições servidas em setores que forem necessários.

Descrição detalhada:

Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional;

Desempenho do cargo no desempenho de atividade em unidades de alimentação e nutrição:

Planejar cardápios de acordo com as necessidades da população-alvo, planejar, coordenar e supervisionar as atividades de seleção, compra e armazenamento de alimentos, planejar, implementar, coordenar e supervisionar atividades de preparo e distribuição de alimentos em cozinhas comunitárias, coordenar e executar os cálculos de valor nutritivo, rendimento e custo das refeições/preparações culinárias, planejar, implantar, coordenar e supervisionar as atividades de pré-preparo, preparo, distribuição de refeições e/ou preparações culinárias, avaliar tecnicamente preparações culinárias, planejar, implantar, coordenar e supervisionar as atividades de higienização de ambientes, veículos de transporte de alimentos, equipamentos e utensílios, estabelecer e implantar formas e métodos de controle de qualidade de alimentos, de acordo com a legislação vigente, coordenar, supervisionar e executar

as atividades referentes a informações nutricionais, apoiar a Comissão de Licitação quanto às descrições específicas dos produtos, administrar os serviços relativos a nutrição nas atividades de fornecimento das refeições adequadas, realizar atividades de planejamento e elaboração de cardápios do programa de alimentação escolar; realizar supervisão operacional e fiscalização, bem como a elaboração e ajustes dos cardápios de acordo com a necessidade do serviço e revisão periódica dos mesmos, realizar inspeção das mercadorias e gêneros na entrega e recepção das mesmas, zelar pela manutenção da limpeza e higiene das áreas, equipamentos e ambiente em geral; assumir a educação continuada da equipe de nutrição, executar outras atividades afins.

Desempenho do cargo nas atividades Centros Municipais de Educação Infantil e Escolas: Planejar, organizar, dirigir, supervisionar e avaliar os serviços de alimentação e nutrição, programar, elaborar e avaliar os cardápios, adequando-os as faixas etárias e perfil epidemiológico da população atendida, respeitando os hábitos alimentares, planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção, compra, armazenamento, produção e distribuição dos alimentos, zelando pela qualidade dos produtos, observadas as boas praticas higiênicas e sanitárias, identificar crianças portadoras de patologias e deficiências associadas à nutrição, para o atendimento nutricional adequado, planejar e supervisionar a execução da adequação de instalações físicas, equipamentos e utensílios, de acordo com as inovações tecnológicas, elaborar e implantar o Manual de Boas Práticas, avaliando e atualizando os procedimentos operacionais padronizados sempre que necessário, desenvolver projetos de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar, inclusive promovendo a consciência social, ecológica e ambiental, coordenar o desenvolvimento de receituários e respectivas fichas técnicas, avaliando periodicamente as preparações culinárias, planejar, implantar, coordenar e supervisionar as atividades de pré-preparo, preparo, distribuição e transporte de refeições/preparações culinárias, colaborar e/ou participar das ações relativas ao diagnóstico, avaliação e monitoramento nutricional do escolar, efetuar controle periódico dos trabalhos executados, colaborar com as autoridades de fiscalização profissional e/ou sanitária, coordenar, supervisionar e executar programas de educação permanente em alimentação e nutrição para a comunidade escolar, participar em equipes multidisciplinares destinadas a planejar, articular-se com a direção e com a coordenação pedagógica da escola para o planejamento de atividades lúdicas com o conteúdo de alimentação e nutrição, participar da definição do perfil, do dimensionamento, do recrutamento, da seleção e capacitação dos colaboradores da UAN (Unidade de Alimentação e Nutrição), observando a legislação sanitária vigente, coordenar e executar os cálculos de valor nutritivo, rendimento e custo das refeições e/ou preparação culinárias, planejar, implantar, coordenar e supervisionar as atividades de higienização de ambientes, veículos de transportes de alimentos, equipamentos e utensílios, apoiar a Comissão de Licitação quanto às descrições específicas dos produtos, analisar amostra e emitir parecer técnico, executar o controle de número de refeições/dia e enviar para o FNDE, integrar a equipe e participar das Ações do Conselho de Alimentação Escolar, executar outras atividades afins.

Desempenho do cargo no desempenho de atividades em área de saúde

Proceder à avaliação do estado nutricional de indivíduos com doenças que necessitem de orientação alimentar em especial diabéticos, hipertensos e obesos com as orientações necessárias e acompanhamento devido, realizar atividades educativas com a população preferencialmente integradas à Estratégia Saúde da Família, realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local, garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde; realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando

atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo; participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis, promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social, fazer a contra-referência dos clientes com as USF de forma matricial e encaminhar, quando necessário, usuários a serviços de média e alta complexidade, respeitando fluxos de referência e contra-referência locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário, proposto pela referência, identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais com a equipe, sob coordenação da Secretaria Municipal de Saúde, garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação, participar das atividades de educação permanente, realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias na USF, Pronto-Socorro, NASF, Unidades Especializadas e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários, (escolas, associações, etc), em todas as fases do desenvolvimento humano, infância, adolescência, idade adulta e terceira idade, participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da Unidade de Saúde da Família, Pronto Socorro, NASF ou Unidade Especializada em que estiver lotado, atuar no Programa de Educação em Diabetes e SISVAN (Vigilância Nutricional), executar outras atividades afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – TNS

TITULO DO CARGO: CONTADOR

Requisitos para Provimento:
Idade: Mínima de 21 anos;
Instrução: Habilitação em Curso de Nível Superior de Contabilidade com respectivo registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.
Outros requisitos: Conhecimentos gerais na área de atuação, em especial, informática, editor de texto, cálculos.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas;
Especial: Sujeito a atendimento ao público, viagens para cursos e capacitações e possibilidade de supervisão sobre equipes de trabalho. Sujeito a executar atividades junto a administração indireta.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Supervisionar, coordenar e executar serviços inerentes à contabilidade geral da prefeitura.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Atividades de nível superior, de grande complexidade, envolvendo supervisão, coordenação e execução de trabalhos relacionados com a área de contabilidade e sistema de processamento de dados. Executar a previsão, programação, aplicação, registros e controle dos recursos financeiros, desenvolvendo as atividades da área econômica- financeira, que envolvam atribuições de orçamento, custos, contabilização, finanças e administração patrimonial. Planejar os trabalhos inerentes às atividades contábeis, organizando o sistema de registro e operações, para possibilitar o controle e acompanhamento contábil-financeiro; Supervisionar os trabalhos de contabilização dos documentos, analisando-os e orientando seu processamento, para assegurar cumprimento do plano de contas adotado, proceder ou orientar a classificação e avaliação de despesas, examinando sua natureza, para apropriar custos serviços, elaborar e organizar balancetes, balaços e demonstrativos de contas, aplicando as normas contábeis, para apresentar resultados parciais e gerais de situação patrimonial, econômica e financeira do órgão, participar da elaboração do orçamento-programa, fornecendo os dados contábeis, para

servirem de base à montagem do mesmo, efetuar, classificar e codificar contabilmente, os documentos recebidos, planejar e executar auditorias contábeis, efetuando perícias, investigações e exames, apurações e exames, para assegurar cumprimento às exigências legais e administrativas, elaborar e analisar balancetes e demais documentos contábeis, gerando relatórios e pareceres técnicos, elaborar anualmente relatório analítico sobre a situação patrimonial, econômica e financeira do órgão, apresentando dados estatísticos comparativos e pareceres técnicos, acompanhar a execução orçamentária, analisando as projeções de receitas e despesas, emitir notas de empenho e de lançamentos, classificar e orientar as despesas, administrar a

liquidação de despesas e acompanhar os custos, assessorar a direção em problemas financeiros, contábeis e orçamentários, dando pareceres, a fim de contribuir para a correta elaboração de políticas e instrumentos de ação no referido setor, efetuar estudos e pesquisas aplicáveis em assuntos de interesse da Administração pública na sua área de atuação, planejar o sistema de registro e operações, atendendo às necessidades administrativas e legais, para possibilitar controle contábil e orçamentário, supervisionar os trabalhos de contabilização dos documentos, analisando-os e orientando o seu processamento, adequando-os ao plano de contas, para assegurar a correta apropriação contábil, analisar, conferir, elaborar e assinar balanços e demonstrativos de contas e empenhos, observando sua correta classificação e lançamento, verificando a documentação pertinente, para atender a exigências legais e formais de controle, controlar execução orçamentária, analisando documentos, elaborando relatórios e demonstrativos, analisar aspectos financeiros, contábeis e orçamentários da execução de contratos, convênios, acordos e atos que geram direitos e obrigações, verificando a propriedade na aplicação de recursos repassados, a fim de assegurar o cumprimento da legislação aplicável, analisar os atos de natureza orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, verificando sua correção, para determinar ou realizar auditorias e medidas de aperfeiçoamento de controle interno, planejar, programar, coordenar e realizar exames, perícias e auditagens, de rotina ou especiais, bem como orientar a organização de processos de tomadas de contas, emitindo certificado de auditoria, com a finalidade de atender a exigências legais, analisar e emitir parecer sobre a prestação de contas relativas a convênios de recursos repassados a organizações atuantes nas áreas de assistência social, educação e saúde, auxiliar na sistematização e/ou realização das prestações de contas relativas aos recursos recebidos/captados, proceder estudos e pesquisas visando ao aperfeiçoamento do serviço, proceder, pelos métodos de partida-dobrada, ao registro de atos e fatos administrativos, de conformidade com o plano de contas, preparar os balancetes mensais e balanço geral do exercício, emitir empenho de despesa e sua anulação, quando for o caso, e proceder aos registros de controle, proceder á liquidação de processos de despesa, observados os trâmites regulamentares, emitir guia de recolhimento de encargos tributários e sociais, colaborar nos trabalhos de tomada de contas, proceder ao controle de credores por empenho através de fichas próprias, fornecer impactos financeiros de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, preparar balancetes com impacto da folha de pagamento, desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional. Elaboração de relatórios e demonstrativos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal tais como: Relatório Resumido de Execução Orçamentária - bimestral - RREO e Relatório da Gestão Fiscal - quadrimestral – RGF; Elaboração de relatórios e demonstrativos contábeis diversos (STN, TC, etc.); Inscrição de restos a pagar; Fiscalização da abertura dos saldos orçamentários lançados no sistema com a LOA; Encerramento de Balancetes e Balanços, por órgão/entidade e consolidado;; Abertura dos saldos financeiros e patrimoniais; Elaboração de roteiros, normas e manuais de instruções contábeis; dar suporte aos trabalhos realizados nas Unidades de Auditoria Interna e nas Inspeções; Apoio às atividades de controle externo de competência do Tribunal de Contas do Estado; Consolidação de prestações de contas dos recursos vinculados e colaborar no preparo das prestações de contas do Prefeito; Assegurar a observância dos limites legais de estoques de dívidas, novas operações

de crédito, restos a pagar e despesas com pessoal, e indicar eventuais ajustes; Responsabilizar agentes públicos por irregularidades e ilegalidades constatadas na aplicação de recursos públicos; Realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa, de demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa à perda, extravio ou outra irregularidade que resulte dano ao erário; Avaliar a execução orçamentária e o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias; Emitir pareceres, laudos e informações sobre assuntos orçamentários, financeiros, contábeis e patrimoniais; desenvolver e desempenhar outras tarefas de execução qualificada, de trabalhos relativos às atividades de administração financeira, contabilidade e auditoria; Verificar a regularidade de arrecadação e recolhimento de receita; Realizar o controle prévio da execução orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades do Poder Executivo; Assegurar a observância da legislação geral e específica e das diretrizes estabelecidas pelo órgão técnico do Sistema de Controle Interno; Analisar a adequação legal de empenhos e dos atos de liquidações de despesas; Desenvolver e desempenhar outras tarefas de execução qualificada, de trabalhos relativos às atividades de administração financeira, contabilidade e auditoria.

GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – TNS
TÍTULO DO CARGO: CONTROLADOR INTERNO
Requisitos para provimento: **Idade:** Mínima de 21 anos; **Instrução:** Habilitação em Curso de Nível Superior, em um dos seguintes cursos: Contabilidade, Administração, Economia, Direito. **Outros requisitos:** Conhecimentos avançado de informática em especial de editor de texto, planilhas eletrônicas e internet. **Condições de Trabalho:** **Geral:** Carga horária semanal de 40 horas; **Especial:** Sujeito a trabalho externo e viagens para capacitação e conferencias, sujeito a atendimento ao público.

Atribuições:

Descrição Resumida: O Controlador Interno analisa a legalidade dos atos dos administradores municipais; acompanha a execução orçamentária financeira; analisa e emite parecer sobre as prestações de contas de adiantamento; analisar a legalidade e instrução processual das despensas e inexigibilidade das licitações. O Controlador Interno acompanha também a execução das metas e programas do Governo Municipal e auxilia o Tribunal de Contas do Estado nas informações que, porventura, venha a ser solicitada pelo controle externo.

Descrição detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Realizar auditoria contábil nos procedimentos expostos pela contabilidade analítica e na observância dos limites e das diretrizes estabelecidos na legislação específica; fiscalizar a fluidez da realização da receita e da despesa; opinar se os registros contábeis foram efetuados em obediência aos princípios fundamentais de contabilidade e se as demonstrações deles originárias refletem, adequadamente, a situação econômico-financeira do patrimônio, incluindo os respectivos Fundos Especiais; examinar processos de prestação e de tomada de contas e da documentação instrutiva e comprobatória dos atos e fatos contábeis- administrativos e das demonstrações financeiras e notas explicativas das ordens de despesa, gestores e demais responsáveis por dinheiro, bens e outros valores públicos, e sobre elas emitir parecer prévio, relatório e Certificado de Auditoria, verificar a existência física dos bens e de outros valores, acompanhando os itens constantes dos Almoxarifados; analisar e emitir parecer sobre as prestações de contas das entidades subvencionadas e outras transferências realizadas, bem como o acompanhamento da aplicação dos recursos repassados a essas entidades; analisar os suprimentos de fundos concedidos e os processos de ressarcimento de despesas; emitir parecer e realizar auditorias e perícias sobre eventos rela-

cionados às Tomadas de Contas Especiais; acompanhar a aplicação dos limites de despesas definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal; conferir os dados constantes do Relatório de Gestão Fiscal, publicado quadrimestralmente, nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal; executar outras tarefas correlatas; efetuar o acompanhamento físico e financeiro dos programas de trabalho e do orçamento;

identificar resultados segundo projetos e atividades; apresentar relatórios e gráficos comparativos da evolução da despesa; acompanhar os procedimentos licitatórios desde a elaboração do edital até a homologação; analisar os processos de dispensa e de inexigibilidade de licitação; acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos técnicos especializados, dos convênios e de outros acordos celebrados; examinar e emitir parecer sobre as solicitações de reajuste de valor e de outras alterações contratuais; acompanhar e fiscalizar a realização de leilões; acompanhar e fiscalizar a realização das obras e reformas juntamente com o Engenheiro Civil, conferindo os valores apresentados para pagamento com os serviços realizados e os materiais efetivamente empregados, com base nas planilhas orçamentárias aprovadas correspondentes às obras vistoriadas; avaliar a adequada propriedade do produto parcial ou final obtido, em face da especificação determinada; acompanhar os procedimentos licitatórios envolvendo obras e serviços de engenharia, desde a elaboração do edital até a homologação; verificar a exatidão, a legalidade e a suficiência dos atos administrativos de admissão ou desligamento de pessoal e dos atos de concessão de aposentadoria e de pensão; emitir parecer sucinto e conclusivo sobre a legalidade desses atos, remetendo-os à apreciação e ao julgamento do Tribunal de Contas; integrar a Comissão Permanente de Verificação de Acumulação de Cargos Públicos, examinando a situação de todos os servidores e recomendando as eventuais medidas de regularização necessárias.

GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – TNS

TÍTULO DO CARGO: ODONTÓLOGO

Requisitos para provimento:
Idade: Mínima de 21 anos;
Instrução: Habilitação em Curso de Nível Superior de Odontologia com registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.
Outros requisitos: Conhecimentos gerais na área de atuação.
Condições de trabalho:
Geral: Carga horária semanal 40 horas;
Especial: Sujeito a trabalho externo, atendimento público, utilização de materiais de proteção, possibilidade de supervisão sobre equipes de trabalho;.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Diagnosticar e avaliar clientes e planejar tratamento. Atender, orientar e executar tratamento odontológico. Administrar local e condições de trabalho, adotando medidas de precaução universal de biossegurança.

Descrição detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Atender e orientar pacientes e executar tratamento odontológico, realizando, entre outras atividades, radiografias e ajuste oclusal, aplicação de anestesia, extração de dentes, tratamento de doenças gengivais e canais, cirurgias buco-maxilo faciais, implantes, tratamentos estéticos e de reabilitação oral, confecção de prótese oral e extra-oral. Diagnosticar e avaliar pacientes e planejam tratamento. Realizar auditorias e perícias odontológicas, administrar local e condições de trabalho, adotando medidas de precaução universal de biossegurança; Planejamento e execução de programas e atividades relacionadas com o serviço odontológico de sua especialidade, inerente aos atendimentos e à realização integrada de atividade, assistenciais e preventivas, orientação e prevenção (técnicas de escovação, aplicação tópica de flúor, selante, etc.), restaurações, exodontias, endodontias. Colaborar na educação e promoção da saúde bucal, devendo o especialista transmitir aos pacientes à comunidade, os conhecimentos indispensáveis à manutenção do estado de saúde das estruturas bucais, prevenção em todos os níveis de atenção, devendo o especialista atuar sobre os problemas relativos a cárie dentária, à doença periodontal, às maloclusões, às malformações congênitas e às neoplasias, diagnóstico dos problemas buco-dentários, tratamento das lesões dos tecidos moles, dos dentes, dos arcos dentários e das estruturas ósseas adjacentes, decorrentes de cáries, traumatismos, alterações na odontogênese e malformações congênitas, e, condicionamento da criança para a atenção odontológica. desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional; executar outras atividades correlatas determinadas pelo superior hierárquico. Participar de eventos ligados à Secretaria em que presta serviço e exercer outras atividades inerentes ao cargo.

GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – TNS

TÍTULO DO CARGO: PSICÓLOGO

Requisitos Para Provimento:
Idade: Mínima de 21 anos;
Instrução: Habilitação em Curso de Nível Superior em Psicologia com registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.
Outros requisitos: Conhecimentos gerais na área de atuação.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas;
Especial: Sujeito a trabalho externo e atendimento ao público.

Atribuições:

Descrição Resumida: Estudar, pesquisar e avaliam o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições. Diagnosticar e avaliar distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social. Planejar estratégias no contexto de gestão de pessoas. Acompanhar cliente durante o processo de tratamento ou cura.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Estudar e avaliar indivíduos que apresentam distúrbios psíquicos ou problemas de comportamento social, elaborando e aplicando técnicas psicológicas apropriadas, para orientar-se no diagnóstico e tratamento; desenvolver trabalhos psicoterápicos, a fim de restabelecer os padrões normais de comportamento e relacionamento humano; articular-se com equipe multidisciplinar, para elaboração e execução de programas de assistência e apoio a grupos específicos de pessoas; atender aos pacientes da rede municipal de saúde, avaliando-os e empregando técnicas psicológicas adequadas, para contribuir no processo de tratamento terapêutico; desenvolver ações na área de educação em saúde aplicando técnicas e princípios psicológicos apropriados ao desenvolvimento intelectual, social e emocional do indivíduo, visando a motivação, a comunicação e a educação no processo de mudança social nos serviços de saúde; trabalhar em situação de agravamento físico e emocional, inclusive no período terminal participando das decisões com relação à conduta a ser adotada pela equipe, como: internações, intervenções cirúrgicas, exames e altas hospitalares; participar da elaboração de programas de pesquisa sobre a saúde mental dos indivíduos, bem como sobre a adequação das estratégias diagnosticas e terapêuticas a realidade psicossocial; prestar assistência psicológica, individual ou em grupo, aos familiares dos pacientes, preparando-os adequadamente para as situações resultantes de enfermidades; reunir informações a respeito de pacientes, levantando dados psicopatológicos, para fornecer aos médicos subsídios para diagnóstico e tratamento de enfermidades; participar do processo de recrutamento e seleção de novos servidores, empregando métodos e técnicas da psicologia aplicada ao trabalho; exercer atividades relacionadas com

capacitação e desenvolvimento de pessoal, participando da elaboração, da execução, do acompanhamento e da avaliação de programas; participar do processo de movimentação pessoal, analisando o contexto atual, os antecedentes e as perspectivas em seus aspectos psicológicos e motivacionais, assessorando na indicação da lotação e integração funcional; assistir ao servidor com problemas referentes à readaptação, reabilitação ou ou-

tras dificuldades que interfiram no desempenho profissional por diminuição da capacidade de trabalho, inclusive orientando-os sobre suas relações empregatícias; participar e acompanhar o processo de Avaliação de Desempenho dos servidores do quadro efetivo da Prefeitura; atuar em equipes multiprofissionais, diagnosticando, planejando e executando programas de âmbito social; estudar e avaliar os processos intra e interpessoal visando a aplicação de técnicas psicológicas que contribuam para a melhoria da convivência familiar e comunitária; reunir informações a respeito dos usuários da política de assistência social, contribuindo para a elaboração de programas e projetos que removam barreiras e/ou bloqueios psicológicos; prestar assistência psicológica a crianças, adolescentes e famílias expostos a situações de risco pessoal e social; pesquisar , analisar e estudar variáveis psicológicos que influenciam o comportamento do indivíduos; assessorar na elaboração e implementação de programas de mudanças de caráter social e técnica, em situação planejada ou não. participar do planejamento, desenvolvimento e avaliação de serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais, priorizando os elementos psicológicos a serem potencializados e/ou superados a partir da realidade; desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – TNS

TÍTULO DO CARGO: ANALISTA ADMINISTRATIVO

Requisitos para provimento:
Idade: Mínima de 21 anos;
Instrução: Habilitação em Curso de Nível Superior de Administração com respectivo registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.
Outros requisitos: Conhecimentos avançado de informática em especial de editor de texto, planilhas eletrônicas e internet.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas;
Especial: Sujeito a trabalho externo e atendimento ao público, possibilidade de viagens para cursos e capacitações, bem como, exercer atividades de interesse do município, possibilidade de supervisão sobre equipes de trabalho.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Planejar, organizar e executar atividades administrativas nas diversas unidades, bem como elaborar normas e procedimentos administrativos;

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Atividades de nível superior, de grande complexidade, tais como, participar de projetos desenvolvidos em quaisquer unidades organizacionais, planejando, programando, coordenando, controlando, avaliando resultados e informando decisões, para aperfeiçoar a qualidade do processo gerencial do Município; - participar da elaboração e análise do Plano Plurianual da Prefeitura, da LDO e da LOA, e do acompanhamento de sua execução físico-financeira, orientando as unidades administrativas da Prefeitura, efetuando comparações entre as cotas orçamentárias e metas programadas e os resultados atingidos, desenvolvendo e aplicando critérios, normas e instrumentos de avaliação, elaborar o planejamento organizacional, analisando a organização no contexto interno e externo, identificando oportunidades e problemas, definindo estratégias bem como apresentando propostas de programas e projetos, auxiliar a implementação de programas e projetos nas diversas áreas de atuação nas unidades da Prefeitura, identificando fontes de recursos, dimensionando sua amplitude e traçando estratégias de implementação, coordenar, assessorar a coordenação ou monitorar a execução de programas, planos e projetos, promover estudos de racionalização administrativa, interpretar leis, regulamento e instruções relativas a assuntos de administração geral, para fins de aplicação, orientação e assessoramento, elaborar ou colaborar na elaboração de relatórios parciais e anuais, atendendo às exigências ou normas da Prefeitura, propor, executar e supervisionar análises, pesquisas e estudos técnicos, para implantação ou aperfeiçoamento de sistemas, métodos, instrumentos, rotinas e procedimentos administrativos, elaborar, rever, implantar e avaliar, regularmente, instruções, formulários e manuais de procedimentos, coletando e analisando informações para racionalização e atualização de normas e procedimentos, elaborar

critérios e normas de padronização, especificação, compra, guarda, estocagem, controle e alienação, baseando-se em levantamentos e estudos, para a correta administração do sistema de materiais, elaborar e aplicar critérios, planos, normas e instrumentos para recrutamento, seleção, treinamento e demais aspectos da administração de pessoal, dando orientação técnica, acompanhando, coletando e analisando dados, redefinindo metodologias, elaborando formulários, instruções e manuais de procedimentos, participando de comissões, ministrando aulas e palestras a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos da Prefeitura, garantir suporte na gestão de pessoas, na administração de material, patrimônio, informática e serviços para as áreas meio e áreas fim da administração pública municipal, planejar, coordenar e supervisionar ações, monitorando resultados e fomentando políticas de mudança, executar atividades de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional, participar de projetos desenvolvidos em quaisquer unidades organizacionais, planejando, programando, coordenando, controlando, avaliando resultados e informando decisões, para aperfeiçoar a qualidade do processo gerencial da Prefeitura, participar da elaboração e análise do Plano Plurianual da Prefeitura, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do orçamento, e do acompanhamento de sua execução físico- financeira, orientando as unidades administrativas da Prefeitura, efetuando comparações entre as cotas orçamentárias e metas programadas e os resultados atingidos, desenvolvendo e aplicando critérios, normas e instrumentos de avaliação, elaborar o planejamento organizacional, analisando a organização no contexto interno e externo, identificando oportunidades e problemas, definindo estratégias bem como apresentando propostas de programas e projetos, auxiliar a implementação de programas e projetos nas diversas áreas de atuação da Prefeitura, Identificando fontes de recursos, dimensionando sua amplitude e traçando estratégias de implementação, coordenar, assessorar a coordenação ou monitorar a execução de programas, planos e projetos, promover estudos de racionalização administrativa, interpretar leis, regulamentos e instruções relativas a assuntos de administração geral, para fins de aplicação, orientação e assessoramento, elaborar ou colaborar na elaboração de relatórios parciais e anuais, atendendo às exigências ou normas da Prefeitura, propor, executar e supervisionar análises, pesquisas e estudos técnicos, para implantação ou aperfeiçoamento de sistemas, métodos, instrumentos, rotinas e procedimentos administrativos, elaborar, rever, implantar e avaliar, regularmente, instruções, formulários e manuais de procedimentos, coletando e analisando informações para racionalização e atualização de normas e procedimentos, elaborar critérios e normas de padronização, especificação, compra, guarda, estocagem, controle e alienação, baseando-se em levantamentos e estudos, para a correta administração do sistema de materiais, elaborar e aplicar critérios, planos, normas e instrumentos para recrutamento, seleção, treinamento e demais aspectos da administração de pessoal, dando orientação técnica, acompanhando, coletando e analisando dados, redefinindo metodologias, elaborando formulários, instruções e manuais de procedimentos, participando de comissões, ministrando aulas e palestras a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos da Prefeitura, garantir suporte na gestão de pessoas, na administração de material, patrimônio, informática e serviços para as áreas meio e áreas fim da administração pública municipal, planejar, coordenar e supervisionar ações, monitorando resultados e fomentando políticas de mudança, executar atividades de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Controla e executa os trabalhos de análises e conciliação de contas, conferindo os saldos, localizando e retificando erros. Efetua os cálculos de reavaliação do ativo e depreciação de veículos, máquinas, móveis e instalações para atender legislações legais, acompanha o cronograma físico-financeiro de obras municipais, elabora planos de fiscalização, consultando documentos específicos e guiando-se pela legislação fiscal, executa as tarefas de fiscalização de tributos do município, inspecionando estabelecimentos industriais, comerciais, de prestação de serviços e demais entidades, examinando rótulos, faturas, selos de controle, notas fiscais e outros documentos, para defender os interesses da Fazenda Pública e da economia popular, participando do processo de planejamento, elaboração, execução e avaliação do plano de desenvolvimento pedagógico e institucional das unidades escolares, organizar e manter atualizados cadastros, arquivos, fichários, livros e outros instrumentos de escrituração relativos aos registros funcionais de servidores, organizar e manter atualizado o sistema de informações legais e regulamentares de interesse da Secretaria; redigir ofícios, exposições de motivos, atas e outros expedientes, coletar, apurar, selecionar, registrar e consolidar dados para elaboração de informações estatísticas nas áreas administrativa e financeira; realizar trabalhos de protocolização, preparo, seleção, classificação, registro e arquivamento de documentos e formulários, atender, orientar e encaminhar a clientela, desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – TNS

TÍTULO DO CARGO: EDUCADOR FÍSICO

Requisitos para provimento:
Idade: Mínima de 21 anos;

Instrução: Habilitação em Curso de Nível Superior em Bacharel em Educação Física, correlacionada com a área de atuação e registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.
Outros requisitos: Conhecimentos na área de atuação.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas;
Especial: Sujeito a trabalho externo e atendimento ao público.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Proporcionar Educação Permanente em Atividade Física/ Práticas Corporais e nutrição sob a forma de coparticipação e acompanhamento. Supervisionar discussão de caso e demais metodologias da aprendizagem em serviço dentro de um processo de Educação Permanente;

Descrição Detalhada:

Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional;

A) Desenvolver atividades junto a Assistência Social: Desenvolver atividades físicas e práticas corporais junto aos usuários do SUAS. Elaborar pareceres, informes técnicos, relatórios, realizando pesquisas e entrevistas. Participar de atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal. Participar de grupos de trabalho para fins de formulação de diretrizes, planos e programas afetos ao Município. Realizar palestras para veicular informação que visam à prevenção, a minimização dos riscos e proteção à vulnerabilidade, buscando a estimular a prática do autocuidado. Realizar encontros para proporcionar Educação Permanente em Atividades Físicas / Práticas Corporais, nutrição e saúde. Capacitar profissionais, inclusive o Educador Social e Agente Desenvolvimento Social, para atuarem como facilitadores / monitores no desenvolvimento das atividades físicas e práticas corporais. Participar das atividades desenvolvidas pela Secretaria de Assistência Social na comunidade. Promoção de ações ligadas à Atividade Física / Práticas Corporais junto a casas de abrigos e outras unidades assistidas pelo Município. Articular projetos para melhor utilizar os espaços públicos existentes e a ampliação das áreas disponíveis para as práticas corporais. Promover eventos de estímulo e valorização das Atividades Físicas / Práticas Corporais e sua importância para a saúde da população. Integrar ao Centro de Referencia e Assistência Social desenvolvendo e promovendo ações voltadas ao campo educacional e social. Estabelecer mecanismos de avaliação; Constatar necessidade e carência do aluno e propor o seu encaminhamento a setores específicos do atendimento; Organizar registros de observações de alunos. Participar de reuniões e Atividades civis, integrar órgãos complementares, atender a solicitação da unidade de lotação referentes a sua ação docente desenvolvida no âmbito institucional; Realizar atividades Físicas com o grupo de idosos, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social. Acompanhar “in

loco” a situação de crianças e adolescentes atendidos nas redes de serviços assistenciais e estabelecimentos de ensino, Promover a realização de atividades físicas das crianças e adolescentes atendidos pela assistência social; efetuar acompanhamentos diversos a sua área de atuação; elaborar, programas, projetos e atividades de trabalho, buscando a participação de indivíduos e grupos, nas definições de alternativas para os problemas identificados, interpretar, de forma diagnosticar a problemática sócio educacional para atuar na prevenção e tratamento de problemas de origem social, psicológica e educacional, participar da elaboração de programas para a comunidade, no campo educacional e social, analisando os recursos disponíveis e as carências dos grupos, com vistas ao desenvolvimento social, realizar atividade de caráter educativo, recreativo e sócio assistencial, objetivando a facilitar a integração e inserção social, elaborar projetos, planos e programa na área de gestão social, emitir pareceres parciais ou conclusivos sobre assuntos relacionados à área de sua atuação, elaborar relatórios e manuais de normas e procedimentos, materiais didáticos e divulgação de projetos desenvolvidos, prestar serviços de educação para área social, a indivíduos e famílias e grupos comunitários, como forma de proteção social básica, atuar em equipe multiprofissional; Priorizar as orientações da NOB/SUAS, PNAS e Orientações Técnicas do CRAS. Integrar indivíduos e suas famílias na proposta de trabalho da Instituição e no desenvolvimento do processo sócio educativo; Exercer demais atividades correlatas ao cargo mediante solicitação de seus superiores.

B) Desenvolver atividades junto a Secretaria de Saúde:

Desenvolver atividades físicas e práticas corporais junto á comunidade; Veicular informação que visam à prevenção, minimização dos riscos e proteção á vulnerabilidade, buscando a produção do autocuidado; Incentivar a criação de espaços de inclusão social, com ações que ampliem o sentimento de pertinência social nas comunidades, por meio de atividade física regular, do esporte e lazer, das práticas corporais; Proporcionar Educação Permanente em Atividade Física/ Práticas Corporais nutrição e saúde juntamente com as ESF, sob a forma de coparticipação acompanhamento supervisionado, discussão de caso e demais metodologias da aprendizagem em serviço, dentro de um processo de Educação Permanente; Articular ações, de forma integrada ás ESF, sobre o conjunto de prioridades locais em saúde que incluam os diversos setores da administração pública; Contribuir para a ampliação e a valorização da utilização dos espaços públicos de convivência como proposta de inclusão social; Identificar profissionais e/ou membros da comunidade com potencial para o desenvolvimento do trabalho em práticas corporais; Capacitar os profissionais, inclusive os Agentes Comunitários de Saúde – ACS, para atuarem como facilitador-monitores no desenvolvimento de Atividades Físicas/Práticas Corporais; Supervisionar de forma compartilhada, e participativa, as atividades desenvolvidas pelas ESF na comunidade; Promover ações ligadas á Atividade Física/Práticas Corporais junto aos demais equipamentos públicos presentes no território; Articular parcerias com outros setores da área adstrita, junto com as ESF e a população, visando ao melhor uso dos espaços públicos existentes e a ampliação das áreas disponíveis para as práticas corporais; Promover eventos que estimulem ações que valorizem Atividade Física/Práticas Corporais e sua importância para a saúde da população; Desenvolver atividades físicas com crianças, jovens e adultos, assim como, prescrever, orientar e dinamizar a ginástica e o exercício físico nas suas diversas formas, manifestações e

objetivos; Conhecer as necessidades biológicas e psicológicas do paciente; desenvolver programas de treinamento de acordo com cada necessidade; Desenvolver atividades relacionadas ao exercício da profissão junto ao NASF; aplicar treinamento físico personalizado com o indivíduo ou pequenos grupos; usar a didática para ensinar os exercícios de uma maneira criativa e estimulante; registrar no prontuário a consulta e/ou atendimento prestado ao paciente; executar outras atribuições correlatas determinadas pelo superior hierárquico, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – TNS

TÍTULO DO CARGO: PEDAGOGO SOCIAL

Requisitos para provimento:
Idade: Mínima de 21 anos;

Instrução: Habilitação em Curso de Nível Superior, correlacionada com a área de atuação e registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.
Outros requisitos: Conhecimentos na área de atuação.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas;
Especial: Sujeito a trabalho externo e atendimento ao público.

Atribuições:

Descrição Resumida: Integrar ao Centro de Referencia e Assistência Social desenvolvendo e promovendo ações voltadas ao campo educacional e social; atuar em equipe operativa na proteção social básica ou especial em serviços, programas, projetos, benefícios, assessoramento e defesa e garantia de direitos sócio assistenciais e em equipe de gestão e vigilância sócio assistencial.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Realizar serviços de abordagem de rua; realizar visitas domiciliares; efetuar abordagens da família para sensibilização em relação a necessidade de atendimento; Acompanhar "in loco" a situação de crianças e adolescentes atendidos nas redes de serviços assistenciais e estabelecimentos de ensino; Promove a realização de reforço escolar às crianças e adolescentes atendidos pela assistência social; efetuar acompanhamentos diversos a sua área de atuação; elaborar, programas, projetos e atividades de trabalho, buscando a participação de indivíduos e grupos, nas definições de alternativas para os problemas identificados; interpretar, de forma diagnostica, a problemática sócio educacional para atuar na prevenção e tratamento de problemas de origem social, psicológica e educacional, que interferem na aprendizagem ao trabalho; participar da elaboração de programas para a comunidade, nos campos educacional e social, analisando os recursos disponíveis e as carências dos grupos, com vistas ao desenvolvimento social; realizar atividade de caráter educativo, recreativo e assistencial, objetivando a facilitar a integração e inserção social; elaborar projetos, planos e programa na área de gestão social; coordenar o desenvolvimento de projetos; acompanhando sua operacionalização; emitir pareceres parciais ou conclusivos sobre assuntos relacionados à área de sua atuação; elaborar relatórios e manuais de normas e procedimentos, material didático e divulgação de projetos desenvolvidos; realizar pesquisas, estudos e analise, buscando a participação e grupos nas definições de alternativas para problemas identificados; prestar serviços de educação para área social, a indivíduos e famílias e grupos comunitários, como forma de proteção social básica; atuar em equipe multiprofissional; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas ao seu cargo.

GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E INFRAESTRUTURA – SMI
TITULO DO CARGO: ZELADOR – EM EXTINÇÃO
Requisitos para Provimento: **Idade:** Mínima de 18 anos **Instrução:** Habilitação em Ensino Fundamental, e/ou anos iniciais do Ensino Fundamental e/ou Elementar. **Habilitação:** Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas. **Condições de Trabalho:** **Geral:** Carga horária semanal de 40 horas. **Especial:** Sujeito a trabalho externo e uso de equipamentos de segurança.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Executar trabalhos externos, braçais ou não, desde que não exijam especialização, limpeza do local que seja determinado, em especial a urbana, manter em ordem o local de trabalho, bem como outros que a estes sejam correlatos.

Descrição Detalhada:

Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional;

Zelador (a) dos Prédios Públicos:

Percorrer as dependências da Prefeitura, abrindo e fechando janelas, portas e portões, bem como ligando e desligando pontos de iluminação, máquinas e aparelhos elétricos, limpar e arrumar as dependências e instalações de edifícios públicos municipais, a fim de mantê-los nas condições de asseio requeridas, realizar a limpeza, desinfecção e higienização de todas as dependências do próprios município como a sede da Prefeitura, a rodoviária, as escolas, as unidades de saúde, os ambulatórios, hospitais, banheiros públicos, entre outros, instalados ou que vierem a ser instalados, inclusive os locais temporariamente destinados a eventos, seguindo, sempre, as normas de limpeza e desinfecção próprias de cada unidade da Prefeitura ou conforme normas e determinação superior, esfregar chão, paredes, aparelhos sanitários, bancadas, portas, janelas e mobiliário, no que couber, utilizando materiais e equipamentos próprios de modo a manter e conservar os próprios municipais, aplicar cera e lustrar chão e móveis, conservar banheiros e cozinhas, efetuando a reposição de materiais como sabão, sabonete, toalhas, panos de mão, de copa e de chão, papel toalha e papel higiênico, auxiliar nas tarefas de limpeza, higienização e desinfecção de vidraçaria frascos, tubos de ensaios, balões e outros, utilizados na área da saúde, de acordo com determinação superior e observadas as normas determinadas para o setor, auxiliar nas tarefas de limpeza, desinfecção e organização dos laboratórios de análises clínicas municipais, arrumando estantes, armários, depósitos, transportando, entregando e descarregando materiais, observando cuidados com materiais e produtos, de acordo com as normas do setor, recolher o lixo da unidade em que serve, acondicionando detritos e depositando-os de acordo com as determinações, coletar,

seletivamente, lixo orgânico e inorgânico das lixeiras e cestas localizadas nos prédios municipais, ensacando-os adequadamente, e efetuando sua disposição final, conforme orientação superior, coletar o lixo hospitalar, consultórios e outras unidades de saúde, ensacando-o adequadamente e realizando sua disposição final, conforme orientação específica recebida.
Zelador (a) da Infraestrutura:
Executar os serviços que sejam determinados pelos superiores, primando pela ordem no local de trabalho, mantendo a estética e apresentação do local, atender aos cidadãos que se dirigirem às suas pessoas, prestando as informações solicitadas com educação, encaminhando para quem possa melhor atendê-lo. Executar serviços de limpeza urbana, conforme determinação superior, zelando pelo bem público, reparando os utensílios sempre que estes venham a necessitar de reparos para serem utilizados nas tarefas diárias dos servidores. Fazer mudanças, proceder a limpeza de fossas. Efetuar serviços de capina em geral, coletar lixo, varrer, lavar e remover o lixo e detritos das ruas e prédios municipais. Recolher o lixo a domicílio com os equipamentos disponíveis. Auxiliar no recebimento. Entrega, pesagem e contagem de materiais. Auxiliar em serviços de abastecimento, lavagem e manutenção de veículos e equipamentos rodoviários. Manejar instrumentos e ferramentas agrícolas, executar serviços de lavoura e jardim. Auxiliar na aplicação de inseticidas e fungicidas; Executar faxinas em geral nos bens públicos. Responsabilizar-se pela manutenção e conservação do equipamento utilizado. Proceder a apreensão de animais soltos nas vias públicas e outras tarefas correlatas. Exercer serviços de vigia e guarda de bens públicos e tarefas correlatas. Controlar a entrada e saída de pessoas e veículos pelos portões de acesso sob sua vigilância, verificando quando necessário, as autorizações do ingresso. Verificar se as portas e janelas e demais vias de acesso, estão devidamente fechadas quando do encerramento do expediente. Investir quaisquer condições anormais que tenha observado, responder as chamadas telefônicas e anotar recados. Levar ao imediato conhecimento das autoridades competentes qualquer irregularidade verificada. Acompanhar funcionários, quando necessário, no exercício de suas funções. Exercer tarefas afins ou que sejam determinadas por seus superiores.

GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS DE APOIO A GESTÃO – SAG
TITULO DO CARGO: ALMOXARIFE– EM EXTINÇÃO

Requisitos para Provimento:
Idade: Mínima de 18 anos
Instrução: Habilitação em Ensino Médio.
Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas.
Especial: Sujeito a trabalho externo e uso de equipamentos de segurança.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Executar trabalho de almoxarifado, como: recebimento, conferência, estocagem, distribuição, registro e inventário do material, observando normas e instruções e/ou dando orientação a respeito do desenvolvimento desses trabalhos, para manter o estoque em condições de atender as unidades.

Descrição Detalhada:
Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; executar serviços de guarda e controle de materiais diversos; participar da política de compra e reposição de material de consumo; participar da política de controle de material de consumo; manter sob sua guarda material de consumo de diversos órgãos da municipalidade; fornecer materiais mediante requisições, verificando as especificações constantes da documentação; efetuar registros de entrada e saída de material em fichas e livros; arrumar o material nas prateleiras; elaborar relatórios, balancetes e inventários de material em estoque e movimentado; desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.

GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS DE APOIO A GESTÃO – SAG

TITULO DO CARGO: RECEPCIONISTA– EM EXTINÇÃO

Requisitos para Provimento:
Idade: Mínima de 18 anos
Instrução: Habilitação em Ensino Médio.
Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas.
Especial: Sujeito a trabalho externo e uso de equipamentos de segurança.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Recepcionar o público externo; Atender ao público em geral que procure a entidade catalogando e controlando o cadastro de visitantes; Recepcionar e representar a instituição em eventos e programações institucionais; Executar outras tarefas que se incluam, por similaridade, no mesmo campo de atuação.

Descrição Detalhada:
Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Atender diariamente todas as pessoas que procurarem as Secretarias e demais seções da municipalidade, encaminhando-as aos setores correspondentes; realizar registro de controle de público e de visitantes, controlando o fluxo de pessoas encaminhadas aos setores; receber e entregar à chefia imediata toda correspondência endereçada à Secretaria na qual estiver lotado. Manter organizado os documentos e o local de trabalho; Outras atribuições compatíveis com o cargo.

GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS DE APOIO A GESTÃO – SAG

TITULO DO CARGO: TELEFONISTA– EM EXTINÇÃO

Requisitos para Provimento:
Idade: Mínima de 18 anos
Instrução: Habilitação em Ensino Médio.
Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas.
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas.
Especial: Sujeito a trabalho externo e uso de equipamentos de segurança.

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: Receber, efetuar e distribuir ligações telefônicas, urbanas e interurbanas, fazendo as anotações e controles necessários. Atender e fazer ligações telefônicas, identificando o interlocutor e passando a ligação para a pessoa solicitada;

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Recepcionar, identificar e anunciar visitantes, entregando o crachá de identificação e encaminhando-os às pessoas solicitadas; Conferir contas telefônicas, fazendo as anotações e controles solicitados; Cadastrar telefones, localidades, códigos DDD e DDI, tarifas e outras informações de localidades de interesse da administração; Emitir relatório de ligações feitas para efeitos de conferência de contas telefônicas e controle dos usuários; Fazer o controle de todas as ligações feitas pela Prefeitura via telefonista e telefones diretos; fazer o controle de todas as contas telefônicas do município; Solicitar reparos ou manutenção nos equipamentos de telefonia; Conferir as ligações externas lançadas na conta telefônica, confrontando com as anotações feitas; Providenciar a distribuição de mensagens recebidas por fax para os respectivos destinatários; Exercer tarefas afins ou que sejam determinadas por seus superiores.

DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO ESTRATÉGICO – D A E

TITULO DO CARGO: DIRETOR DE ESPORTES

Requisitos para Provimento:
Idade Mínima: 21 (vinte e um) anos
Instrução: Nível Técnico.
Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas. Conhecimento de esportes e docência;
Condições de Trabalho:
Geral: Carga horária semanal de 40 horas;
Especial: Cargo de Dedicação Exclusiva e Tempo Integral, sujeito a trabalho externo, realização de viagens e trabalhos aos sábados, domingos, feriados e atendimento ao público.
Livre Nomeação e Exoneração.

ATRIBUIÇÕES

Descrição Resumida: Dirigir os trabalhos do Departamento de Esportes.

Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Realizar o planejamento do Departamento de Esportes em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação; Interagir com os Diretores das Unidades Escolares; realizar planejamento do Departamento de Esportes em conjunto com os Diretores de Unidades Escolares; Subsidiar os Diretores das Unidades escolares em assuntos relacionados aos esportes; Interagir com os alunos; Planejar e realizar campeonatos e competições esportivas em âmbito municipal; Plane-

jar e realizar a participação do município nos campeonatos e competições intermunicipais, estaduais e nacionais; Planejar e realizar atividades esportivas com alunos; Preparar os alunos para campeonatos e competições municipais, intermunicipais, estaduais e nacionais; desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.

DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO ESTRATÉGICO – D A E
TITULO DO CARGO: DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
Requisitos para Provimento: **Idade Mínima:** 18 (dezoito) anos. **Instrução:** Nível Médio. **Habilitação:** Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas. **Condições de Trabalho:** **Geral:** Carga horária semanal de 40 horas; **Especial:** Cargo de Dedicação Exclusiva e Tempo Integral, sujeito a trabalho externo, realização de viagens e trabalhos aos sábados, domingos, feriados e atendimento ao público. **Livre Nomeação e Exoneração.**

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Resumida: coordenar todas as atividades relativas a sua operação, em nível Gerencial de acompanhamento e supervisão, bem como as funções executivas de Operação e Manutenção do Sistema de Água e Esgoto.
Descrição Detalhada: Atender munícipes com presteza, com celeridade, com educação, com urbanidade; resolver ou encaminhar para a autoridade hierarquicamente superior os problemas que lhes são trazidos pelos munícipes e que estão em sua alçada de atuação e formação profissional; Planejar, coordenar e avaliar o serviço de abastecimento de água do município de Carlinda; Elaborar estudos para a implantação de sistemas de água, esgoto, limpeza pública e drenagens, assim como supervisionar e executar obras de saneamento. Planejar a manutenção, as melhorias e a expansão do abastecimento da água e esgoto; Controlar a qualidade da água, garantindo sua condição do padrão brasileiro de potabilidade ao consumo humano; Apresentar mensalmente laudo sobre a qualidade de água fornecida, formalizando relatórios e apresentando aos responsáveis; Manter o adequado controle da água de acordo com a legislação vigente; Manter atualizado o cadastro dos usuários; Conhecer, avaliar e controlar o estado de proteção e conservação dos mananciais e fontes de abastecimento de água; Identificar os pontos críticos do sistema, promovendo soluções para abastecimento de água; Coordenar o tratamento da água; Conhecer e avaliar o estado de conservação e as praticas operacionais adotadas nas unidades de produção de água (captação, adução e tratamento); Orientar e acompanhar a elaboração e implantação de normas, métodos e rotinas operacionais, de acordo com as metas estabelecidas; Monitorar a eficiência do tratamento e a qualidade da água distribuída; Coordenar e desenvolver atividades de natureza operacional, envolvendo instalações, consertos, ligações e cortes de água; Acompanhar e coordenar todos os serviços de manutenção e reparo; Realizar serviços relativos à manutenção dos sistemas de abastecimento de água, assim como a manutenção de equipamentos; Realizar atividades de manutenção programada e emergencial; Planejar e coordenar manutenção preventiva; Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e preservação ambiental; Executar tarefas afins de interesse da municipalidade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em 17 de setembro de 2015

Reeditada, em 08 de setembro de 2020

Reeditada, em 1º de fevereiro de 2021

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - DRH
PORTARIA Nº 029/GP/2021 EM, 29 DE JANEIRO DE 2021.

Portaria nº 029/GP/2021

Em, 29 de janeiro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal efetiva **Sr.ª OSVALDINA DE OLIVEIRA NEVES,** portadora do RG nº 499877 e CPF nº 432.383.781-04, no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**,** 14 (quatorze) dias de afastamento do trabalho por motivo de saúde, conforme processo 461/2021 apresentado Atestado Médico da Dr.ª Vanubia Silva– CRM/MT 10066, de acordo com o artigo 210 da Lei Municipal 581/91.

Terá início em 18/01/2021 e término em 31/01/2021, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 01/02/2021.

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 18/01/2021.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 29 de janeiro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

LICITAÇÃO
NONO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 028/2019

NONO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 028/2019, REFERENTE À PRESTADORA DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE APOIO ÀS ATIVIDADES OPERACIONAIS SUBSIDIÁRIAS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA/MT, QUE ENTRE SÍ CELEBRAM O MUNICIPIO DE CLÁUDIA - MT E A COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES – COOPERVALE. Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Cláudia - MT, Estado de Mato Grosso, de um lado, o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA - MT**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob n° 01.310.499/0001-04, com sede na Av. Gaspar Dutra, s/n°, Centro, nesta cidade, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ALTAMIR KURTEN,** brasileiro, agente político, portador da Cédula de Identidade nº 1815705 SSP/MT e inscrito no CPF nº 403.786.169-00, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado,a empresa **COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TE-**

LES PIRES – COOPERVALE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.679.098/0001-25, situada na Rua Roberto Carlos Braga, n.º 51, Bairro Centro, na cidade de Sorriso/MT, representada neste ato pelo seu Diretor Presidente Srº. **JOSÉ ROBERTO VIEIRA,** brasileiro, empresário, portador do RG nº 000787835 SSP/MS e do CPF nº 558.536.681-53, residente e domiciliado em Sorriso/MT, chamado simplesmente de **CONTRATADA,** nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, bem comoaplicar-se-ão, subsidiariamente, as normas constantes das Leis 8.666/93 e suas alterações, e das demais normas legais aplicáveis, firmam o presente Termo de Apostilamento, obedecidas as condições seguintes:**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**1.1. O presente Termo de Apostilamento tem como objeto a alteração do saldo das dotações orçamentárias para o empenho das despesas relativas ao Contrato n° 028/2019, previstas na sua Cláusula Nona.**CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**2.1. As despesas relativas ao Contrato passaram a ser empenhadas nas seguintes dotações orçamentárias, e com os respectivos saldos:

	TRANSFERE DE:				
ITENS	**DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**	**SECRETARIA**	**SALDO A TRANSFERIR**	**VALOR BRUTO**	**VALOR TOTAL**
6	SERVENTE DE LIMPEZA	ESPORTE	700 HORAS	R$ 13,18	R$ 9.226,00
8	OFICIAL DE SERVIÇOS GERAIS I	EDUCAÇÃO	600 HORAS	R$ 23,97	R$ 14.382,00
9	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II	OBRAS	1300 HORAS	R$ 12,99	R$ 16.887,00
	ACRESCENTA EM:				
ITENS	**DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**	**SECRETARIA**	**TOTAL HORAS**	**VALOR BRUTO**	**VALOR TOTAL**
6	SERVENTE DE LIMPEZA	ADMINISTRAÇÃO	700 HORAS	R$ 13,18	R$ 9.226,00
8	OFICIAL DE SERVIÇOS GERAIS I	ADMINISTRAÇÃO	600 HORAS	R$ 23,97	R$ 14.382,00
9	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II	ASSISTENCIA SOCIAL	1300 HORAS	R$ 12,99	R$ 16.887,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO:03.001.04.122.0004.2006/3390.39.00.00.00 -Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica/Administração. ..... R$ 23.608,0007.002.08.244.0026.2034/3390.39.00.00.00-Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica/Assistência Social. .....R$ 16.887,00**CLÁUSULA QUARTA - DO AMPARO LEGAL:3.1.** O presente Termo de Apostilamento está amparado pelo artigo art. 65, §8º, da Lei Federal n° 8.666/93.**CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO4.1.** Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais Cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas por este Termo de Apostilamento e Termos Aditivos anteriores. Assinam o presente instrumento as partes envolvidas no processo originário, em 02 (duas) vias de igual teor e forma. Cláudia - MT, 02 de Fevereiro de 2021. **MUNICÍPIO DE CLÁUDIAALTAMIR KURTEN**PREFEITO CONTRATANTETESTEMUNHAS_____**Nome:** JAQUELINE SILVA HOFFMANN**CPF:** 024.043.331.94_____**Nome:** THIAGO BIANCHIN SILVA**CPF**: 046.300.551.18

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021 REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021 REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT, torna público que a licitação realizada no dia 27/01/2021, às 08:00h (oito horas), na modalidade Pregão Presencial nº 001/2021 R.P, que objetiva o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS UNIVERSITÁRIOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DE ITINERÁRIO, HORÁRIO E DEMAIS CONDIÇÕES, ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO**, foi considerada FRACASSADA, em razão da inabilitação das empresas participantes. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, ou através do telefone (66) 3546-3100. Cláudia – MT, 02 de Fevereiro de 2021.

Shirley Yotzchetz

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA/MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2020

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS REFERENTE A PONTUAÇÃO DA PROVA.

O Município de Cláudia/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Altamir Kurten**, Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Comissão Municipal de Elaboração e Aplicação do Processo Seletivo Simplificado, com fundamentado no art. 198, §4º, da Constituição Federal e, ainda, de acordo com a Lei Federal nº 11.350/2006, Lei Municipal Complementar nº 013/2013 e demais legislação pertinente, resolve TORNAR PÚBLICO o presente **EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS REFERENTE A PROVA ESCRITA**.

Art. 1º - NÃO TEVE NENHUMA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS REFERENTE Á PONTUAÇÃO DA PROVA DO PROCESSO SELETIVO 001/2020.

Claudia-MT, 02 de fevereiro de 2021.

Altamir Kurten Dalila Marques Tributino

Prefeito Municipal Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
LEI Nº 849, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe Sobre a Abertura de Crédito Adicional Especial por Superávit Financeiro do Exercício Anterior e dá outras providências.

O PREFEITO DE CLÁUDIA,Estado de Mato Grosso, em Exercício, faz saber que o colendo plenário da Câmara Municipal soberanamente aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o poder executivo autorizado a abrir crédito adicional especial, por **Superávit Financeiro** do exercício anterior, nos termos do artigo 41, inciso II da Lei 4.320/64, no valor de **R$ 225.200,00 (duzentos e vinte e cinco mil e duzentos reais)**, para atender **o Fundo Municipal de Previdência Social (Previ-Cláudia), os saldos financeiros existentes nas contas bancárias classificadas como Grupo de Fonte de Recursos "3" – Recursos apurados em Balanço do Exercício Anterior nas dotações orçamentárias detalhadas a seguir.**

ORGÃO: 14 – FUNDO MUN. DE PREV. SOCIAL DOS SERV. DE CLÁUDIA

UNIDADE: 001 – FUNDO MUN. DE PREV. SOCIAL DOS SERV. DE CLÁUDIA

FUNÇÃO: 09 – PREVIDENCIA SOCIAL

SUB FUNÇÃO: 272 – PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO

PROGRAMA: 0008 – Programa de Gestão e Manutenção do Previ-Cláudia

Projeto/Atividade: 2011 – Manut/Encargos com Fundo Mun. De Previdência

Red. (**02**) 3190.11.0000 Venc. E Vant. Fixas/Pessoal Civil.....R$ 9. 000,00

Red. (**04**) 3191.13.0000 Obrigações Patronais Previ-Cláudia.....R$ 1. 200,00

Red. (**06**) 3390.35.0000 Serviços de Consultoria .....R$ 10. 000,00

Red. (**10**) 3390.39.0000 Outros Serviços Pessoa Jurídica.....R$ 10. 000,00

Fonte de Recurso: **353.000000 Recurso da Taxa de ADM.....R$ 30. 200,00**

Soma total do Projeto/Atividade.....R$ 30. 200,00

ORGÃO: 14 – FUNDO MUN. DE PREV. SOCIAL DOS SERV. DE CLÁUDIA

UNIDADE: 001 – FUNDO MUN. DE PREV. SOCIAL DOS SERV. DE CLÁUDIA

FUNÇÃO: 09 – PREVIDENCIA SOCIAL

SUB FUNÇÃO: 272 – PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO

PROGRAMA: 0008 – Programa de Gestão e Manutenção do Previ-Cláudia

Projeto/Atividade: 2012 – Manutenção dos Benefícios Previdenciários

Red. (**17**) 3190.01.0000 Apos. Reserva Remunerada e Reforma.....R$ 170.000,00

Red. (**18**) 3190.30.0000 Pensões.....R$ 25. 000,00

Fonte de Recurso: **350.000000 Rec. Regime Próprio - RPPS....R$ 195. 000,00**

Soma total do Projeto/Atividade.....R$ 195. 000,00

Total das Suplem. SUPERÁVIT Fundo de Previdência.....R$ 225. 200,00

Art. 2º Para fazer face ao Crédito Autorizado no Artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes de Superávit Financeiro do Exercício Anterior, devidamente consignados no Demonstrativo de Saldo Financeiros, a serem apurados pelo PREVI-CLÁUDIA, nos termos do artigo 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA,

ESTADO DE MATO GROSSO,

Em 1º de fevereiro de 2021.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO PESSOAL
ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Portaria nº 041/2021

A Secretária **M**unicipal de **E**ducação de **C**olíder, **E**stado de **M**ato **G**rosso, no uso das atribuições legais,

Resolve:

Nomear, ***Ivanete Francisca da Silva Cunha***, para o cargo de **Diretora** da Escola Municipal Professora Ivanira Moreira Junglos, a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Registrada, cumpra-se.

Colíder, 01 de fevereiro de 2021.

Léia da Silva Gomes Torres

Secretária Municipal de Educação

Port. Nº 003/2021

DEPARTAMENTO PESSOAL
ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Portaria nº 035/2021

A Secretária **M**unicipal de **E**ducação de **C**olíder, **E**stado de **M**ato **G**rosso, no uso das atribuições legais,

Resolve:

Nomear, ***Adriano Marcos Camilo de Oliveira***, para o cargo de **Diretor** da Escola Municipal Fábio Ribeiro da Cruz, a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Registrada, cumpra-se.

Colíder, 01 de fevereiro de 2021.

Léia da Silva Gomes Torres

Secretária Municipal de Educação

Port. Nº 003/2021

DEPARTAMENTO PESSOAL
ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Portaria nº 046/2021

A Secretária **M**unicipal de **E**ducação de **C**olíder, **E**stado de **M**ato **G**rosso, no uso das atribuições legais,

Resolve:

Nomear, ***Adriana Maria Ribeiro da Silva***, para o cargo de **Diretora** da Escola de Educação Infantil Gustavo Guaragni Vieira da Silva, a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Registrada, cumpra-se.

Colíder, 01 de fevereiro de 2021.

Léia da Silva Gomes Torres

Secretária Municipal de Educação

Port. Nº 003/2021

DEPARTAMENTO PESSOAL
ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Portaria nº 043/2021

A Secretária **M**unicipal de **E**ducação de **C**olíder, **E**stado de **M**ato **G**rosso, no uso das atribuições legais,

Resolve:

Nomear, ***Elizangela Aparecida de Oliveira***, para o cargo de **Diretora** da Escola Municipal de Educação Infantil Criança Esperança, a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Registrada, cumpra-se.

Colíder, 01 de fevereiro de 2021.

Léia da Silva Gomes Torres

Secretária Municipal de Educação

Port. Nº 003/2021

DEPARTAMENTO PESSOAL
ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Portaria nº 042/2021

A Secretária **M**unicipal de **E**ducação de **C**olíder, **E**stado de **M**ato **G**rosso, no uso das atribuições legais,

Resolve:

Nomear, ***Rosa Vuollo de Araujo***, para o cargo de **Diretora** da Escola de Educação Infantil Santa Bernadete, a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Registrada, cumpra-se.

Colíder, 01 de fevereiro de 2021.

Léia da Silva Gomes Torres

Secretária Municipal de Educação

Port. Nº 003/2021

DEPARTAMENTO PESSOAL
ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Portaria nº 038/2021

A Secretária **M**unicipal de **E**ducação de **C**olíder, **E**stado de **M**ato **G**rosso, no uso das atribuições legais,

Resolve:

Nomear, ***Laércio Aparecido da Costa***, para o cargo de **Diretor** da Escola Municipal São Mateus, a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Registrada, cumpra-se.

Colíder, 01 de fevereiro de 2021.

Léia da Silva Gomes Torres

Secretária Municipal de Educação

Port. Nº 003/2021

DEPARTAMENTO PESSOAL
ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Portaria nº 039/2021

A Secretária Municipal de Educação de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

Resolve:

Nomear, Kelly Cristina Pavarin, para o cargo de Diretora da Escola de Educação Infantil Alisson Matos Roos, a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Registrada, cumpra-se.

Colíder, 01 de fevereiro de 2021.

Léia da Silva Gomes Torres

Secretária Municipal de Educação

Port. Nº 003/2021

DEPARTAMENTO PESSOAL
ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Portaria nº 040/2021

A Secretária **M**unicipal de **E**ducação de **C**olíder, **E**stado de **M**ato **G**rosso, no uso das atribuições legais,

Resolve:

Nomear, ***Ivete Moreira Domingues Freire***, para o cargo de **Diretora** da Escola de Educação Infantil Santa Paulina, a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Registrada, cumpra-se.

Colíder, 01 de fevereiro de 2021.

Léia da Silva Gomes Torres

Secretária Municipal de Educação

Port. Nº 003/2021

DEPARTAMENTO PESSOAL
ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Portaria nº 037/2021

A Secretária **M**unicipal de **E**ducação de **C**olíder, **E**stado de **M**ato **G**rosso, no uso das atribuições legais,

Resolve:

Nomear, ***Emi Raquel Teixeira da Silva***, para o cargo de **Diretora** da **E**scola **M**unicipal **Atalaia**, a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Registrada, cumpra-se.

Colíder, 01 de fevereiro de 2021.

Léia da Silva Gomes Torres

Secretária Municipal de Educação

Port. Nº 003/2021

DEPARTAMENTO PESSOAL
ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Portaria nº 045/2021

A Secretária **M**unicipal de **E**ducação de **C**olíder, **E**stado de **M**ato **G**rosso, no uso das atribuições legais,

Resolve:

Nomear, ***Daiane Fernanda Dacroce Damasceno***, para o cargo de **Diretora** da Escola de Educação Infantil Vereador José de Freitas, a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Registrada, cumpra-se.

Colíder, 01 de fevereiro de 2021.

Léia da Silva Gomes Torres

Secretária Municipal de Educação

Port. Nº 003/2021

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
RESOLUÇÃO CMAS N.0 001/2021 DE 29 DE JANEIRO DE 2021

Aprova Reprogramação do Saldo Financeiro do FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social do exercício de 2020 para 2021, oriundo do Fundo Nacional de Assistência Social-FNAS, e do Fundo Estadual de Assistência Social, FEAS- através do Cofinanciamento do Governo Estadual.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-CMAS de Colíder. Estado do Mato Grosso, em reunião ordinária, realizada no dia 12 de fevereiro de 2020, no uso da competência que lhe confere a Lei Orgânica de Assistência Social –LOAS.e a Lei 3008/2018 Municipal que institui o CMAS.

CONSIDERANDO a Resolução do CNAS n° 33, de 12 de dezembro de 2012, que aprova a NOB SUAS 2012 que na sua Seção III explicita orienta os Pisos de Cofinanciamento Federal.

CONSIDERANDO a Portaria do MDS n° 625, de 10 de agosto de 2010, que dispõe sobre a forma de repasse de recursos de Cofinanciamento federal e sua prestação de contas, por meio de sistema eletrônico no âmbito do Sistema Único de Assistência Social- SUAS, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Portaria do MDS n° 440, de 23 de agosto de 2005, que regulamenta os Pisos da Proteção Social Especial estabelecidas pela NOB-SUAS, sua composição e ações que financiam;

CONSIDERANDO a Portaria n° 442, de 26 de agosto de 2005, que regulamenta Pisos de Proteção Social Básica estabelecidos pela NOB- SUAS , sua composição e ações que financiam;

CONSIDERANDO a Portaria do MDS n° 07/2012 que dispõe sobre o apoio financeiro á gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios – IGD-SUAS.

CONSIDERANDO as prioridades apresentadas pela Gestão Municipal para a reprogramação do saldo financeiro de recursos não executados no ano de 2020

Considerando a Resolução Nº 09 de 25 de julho de 2019 da Comissão Intergestores Bipartite – CIB/MT que dispõe sobre os critérios de utilização do Cofinanciamento Estadual de 2019

Considerando O DECRETO/SETAS/MT Nº 99, DE 21 de maio de 2015. Dispõe sobre o Sistema Único de Transferência de Recursos Financeiros aos fundos Municipais de Assistência Social e dá outras providencias.

Considerando que os recursos vinculados ao Fundo Municipal de Assistência Social do Cofinanciamento do Sistema Único Nacional de Assistência Social do Governo Federal, e Estadual para o exercício de 2020, foram utilizados dentro dos parâmetros estabelecidos em Leis e dentro de cada Piso de Proteção correspondente.

Considerando que houve saldos e recursos financeiros recebidos até 31 de dezembro de 2020, que ingressarão no exercício financeiro de 2021 cujos saldos deverão ser reprogramados por deliberação deste conselho, para utilização no presente exercício.

RESOLVE:

Art. 1º. – Aprovar a Reprogramação do saldo dos Recursos Financeiros de 2020 vinculados ao FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social, oriundos do Cofinanciamento do Sistema Único Nacional da Assistência Social do governo Federal através do Fundo Nacional Assistência Social – FNAS, e do FEAS - Fundo Estadual de Assistência Social, oriundos do Cofinanciamento do Governo Estadual para o Fundo Municipal de Assistência Social, conforme os valores descritos abaixo:

REPROGRAMAÇÃO DOS SALDOS 2020 REPASSADOS PELO GOVERNO FEDERAL

BLOCO	VALOR À REPROGRAMAR PROGRAMAS/ SERVIÇOS	AÇÕES
GESTÃO	IGD SUAS = R$ 13.742,19	**R$ 13.329,92** Aquisição e manutenção de equipamentos. Apoio às Conferências Municipais.
	IGD PBF = R$ 79.096,07	**R$ 52.000,00** Aquisição de um veículo **R$ 24.723,19** Aquisição e manutenção de equipamentos; Subsidiar o cumprimento dos Condicionalidades do PBF; Produção de material impresso e mídias; Fortalecimento de Rede com foco na intersetorialidade; Aquisição de materiais para pequenos reparos, reformas e construções de ambientes para melhorar a operacionalização do Cadastro Único e do PBF Manutenção do PBF Divulgação e campanhas de comunicação do PBF
CMAS	IGD SUAS (3%) = R$ 412,26 R**$ 2.785,14** IGD PBF (3%) = R$2.372,88	Apoio ao CMAS e Comitê Gestor do Bolsa Família
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	SCFV = 186. 889,28	Cursos/Oficinas de qualificação e promoção social; Execução dos Serviços, dos Projetos e Programas Sociais: Acordes para a Vida; Inclusão Digital; Bombeiros do Futuro; Hidroginástica para Idoso; Rua de Alegria; 5ª Edição do Mulher em Foco; Apoio aos Narcóticos Anônimos e realização de oficinas; Realização das Campanhas 2021; Manutenção dos Serviços de SCFV/PAIF; Promoção e articulação dos serviços e programas no CRAS; Realização das "chamadas nutricionais" envolvendo crianças, adolescentes e famílias dos serviços de SCVF/PAIF Aquisições de matérias educativos
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	PETI = R$ 6. 423,62	Realização da Campanha de Combate ao Trabalho Infantil; Aquisição de kits escolares; Aquisição de material para os projetos Rua da Alegria Urbano e Rural; Aquisição de material para o projeto Bombeiros do Futuro
	PAEFI = R$ 69. 341,37	Realização dos Campanhas: Combate ao Alcoolismo; Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Combate as Drogas; Coração Azul – Dia Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; Dia Nacional da **NÃO** Violência Contra a Mulher, bem como aquisição de materiais para realização das mesmas; Manutenção dos serviços ofertados no CREAS
	MSE = 16. 073,55	Realização de oficinas, palestras, rodas de conversa e outras atividades com os adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa (La/PSC), com foco no desenvolvimento individual, familiar e social
	BPC na Escola = R$ 160,04	Manutenção do Programa / aquisição de material (papel e tinta) para impressão de questionários.

REPROGRAMAÇÃO DOS SALDOS 2020 REPASSADOS PELO GOVERNO DO ESTADO

VALOR À REPROGRAMAR PROGRAMAS/SERVIÇOS	
FUMIS = R$ 125,54	Aquisição de material de consumo.
FEAS = R$ 53. 880,29	Benefícios Eventuais (Proteção Especial e Proteção Básica) Transporte de terceiros

REPROGRAMAÇÃO DOS SALDOS 2020 REPASSADOS PELO GOBERNO MUNICIPAL

FMDCA = R$ 15. 047,43	Será aplicado de acordo com o Plano de Ação e de Aplicação 2020, deliberado e aprovado pelo CMDCA/COLIDER, revalidado em 2021, pelo mesmo Conselho.

REPROGRAMAÇÃO DOS SALDOS 2019 REPASSADOS PELO GOVERNO FEDERAL

BLOCO	VALOR À REPROGRAMAR PROGRAMAS/SERVIÇOS	AÇÕES
GESTÃO	IGD SUAS = R$21. 564,81	Capacitações dos trabalhadores do SUAS, Conselheiros e apoio ao CMAS; Aquisição e manutenção de equipamentos. Atualização do PMAS e publicização. Gestão e organização da rede de serviços socioassistenciais. Gestão da informação do SUAS. Apoio técnico e operacional ao conselho Apoio às conferencias (Municipal e Estadual).
	IGD PBF =R$27. 937,26	Aquisição e manutenção de equipamentos e veículos; Subsidiar o cumprimento dos Condicionalidades do PBF; Produção de material impresso e mídias; Fortalecimento de Rede com foco na intersetorialidade; Aquisição de materiais para pequenos reparos, reformas e construções de

		ambientes para melhorar a operacionalização do Cadastro Único e do PBF Manutenção do PBF Divulgação e Campanhas de comunicação Promoção de atividades, oficina com as equipes intersetoriais, assistência, saúde, educação para promover "chamadas nutricionais" para as famílias do PBF
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	SCFV = R$189.105,84	Cursos/Oficinas de qualificação e promoção social; Execução dos Serviços, dos Projetos e Programas Sociais: Acordes para a Vida; Inclusão Digital; Bombeiros do Futuro; Hidroginástica para Idoso; Rua da Alegria; 4ª Edição do Mulher em Foco; Apoio aos Narcóticos Anônimos e realização de oficinas; Realização das Campanhas 2020 Manutenção ao serviço SCFV/PAIF Fortalecimento dos grupos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Promoção e a articulação dos serviços e programas no CRAS Realização "chamadas Nutricionais" envolvendo crianças e adolescentes do SCFV/PAIF Aquisição de materiais educativos (fantoches/vídeos/jogos/CDs/livros,etc.)
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	PETI = R$6.392,08	Aquisição de 250 kits escolares; Aquisição de insumos para palestras / seminários / aquisição de materiais e coffee breack para realização dos mesmos; Aquisição de material para o Projeto Rua da Alegria e Bombeiro do Futuro
	PAEFI = R$51.155,29	Realização das Campanhas: Combate ao Alcoolismo; Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Combate as Drogas; Coração Azul – Dia Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; Dia Nacional da **NÃO** Violência Contra a Mulher e aquisição de materiais para realização das mesmas. Manutenção dos serviços da Proteção Social Especial da Média Complexidade operacionalizados no CREAS Realização da Conferência Municipal da Mulher
	BPC = R$401,59	Manutenção do Programa Aquisição de material para impressão de questionários (Papel/Tinta)
	MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS = R$2.200,00	Desenvolvimento de Oficinas, palestras, rodas de conversa. Manutenção das medidas aplicadas (LA e PSC) Promoção de atividades com foco no desenvolvimento individual, familiar e social

REPROGRAMAÇÃO DOS SALDOS 2019 REPASSADOS PELO GOVERNO DO ESTADO

VALOR À REPROGRAMAR PROGRAMAS/ SERVIÇOS	
FUMIS = R$2.050,70	Aquisição de Cestas Básicas para atendimento às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional referenciadas nos serviços e programas no CRAS e CREAS.

REPROGRAMAÇÃO DOS SALDOS 2019 REPASSADOS PELO GOVERNO MUNICIPAL

FMDCA = R$11.804,00 + R$2.395,08 (Recurso oriundo de condenação 2ª Vara/MP)	Será aplicado de acordo com o Plano de Ação e de Aplicação 2020, deliberado e aprovado pelo CMDCA/COLIDER. Apoio aos Delegados eleitos em 2019 na Conf. Municipal em Colíder para participar na Conf. Estadual em 2020
	REPROGRAMAÇÃO DOS SALDOS 2019 REPASSADOS PELO GOVERNO DO ESTADO REFERENTE AO ANO DE 2018
FEAS = 25.702,24	Transportes (serviços terceiros) Passagens Auxilio Funeral/Natalidade Aquisição de material de expediente e gêneros alimentícios

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

Colíder-MT, 29 de janeiro de 2021

JAQUELINE COELHA DE OLIVEIRA FRIZON

Presidente de Conselho Municipal de Assistência Social

Gestão 2020/2022

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
PORTARIA Nº 211/2021

"DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PARA EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL, VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR E EPIDEMIOLOGIA."

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º- Compor a Comissão para Execução das Ações de Vigilância Sanitária, Vigilância em Saúde Ambiental, Vigilância em Saúde do Trabalhador e Epidemiologia a fim de executar as atividades preconizadas conforme Lei Municipal nº 1767/2005 do município de Colíder-MT, com os seguintes servidores para a Responsabilidade Técnica:

CRIZEIDE COSTA DA SILVA – MATRÍCULA 3932

VIVIANE DEBORA DA SILVA SOUZA – MATRICULA 2274

WILMA APARECIDADE MOURA – MATRICULA 3082

Artigo 2º- Fica designado os seguintes servidores como Fiscais Sanitários:

CLAUDINÉIA DOS REIS – TÉCNICO VISA - MATRICULA 3370

DEJAIME DA SILVA – TÉCNICO VISA – MATRÍCULA 073

ELIANA BARBOZA DA SILVA – TÉCNICA VISA – CPF: 442.031.931-00

JOSÉ CARLOS FERREIRA – TÉCNICO VISA – MATRÍCULA 3103

MAYCON DOUGLAS RODRIGUES ROCHA – TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO – VISAT – CPF: 056.845.371-97

Artigo 3º- As atividades dos componentes da Comissão, são referentes a realização de Ações de Vigilância na abrangência do Município de Colíder-MT.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Colíder-MT, em 02 de fevereiro de 2021.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMOPrefeito Municipal de Colíder-MT

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
ERRATA DA PORTARIA Nº 211/2021

Na publicação do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso nº. 3.655 de 27 de janeiro de 2021, página 537, na Portaria nº. 211/2021, que **"DISPÕE SOBRA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PARA EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL, VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR E EPIDEMIOLOGIA."**

Onde se lê:

Artigo 2° - Fica designado os seguintes servidores como Fiscais sanitários:

ELAINE BARBOSA DA SILVA – TÉCNICA VISA – CPF: 442.031.931-00

Leia-se:

Artigo 2° - Fica designado os seguintes servidores como Fiscais sanitários:

ELIANA BARBOZA DA SILVA – TÉCNICA VISA – CPF: 442.031.931-00

Colíder - MT, em 02 de fevereiro de 2021.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO

Prefeito Municipal de Colíder - MT

DEPARTAMENTO PESSOAL
ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ofício nº 056/2021/SME	Colíder, 1º de fevereiro de 2021.

Senhor Promotor:

Solicitamos a concessão de licença prêmio à funcionária:

ESCOLA SANTA PAULINA

NOME	CARGO	PERÍODO	Total dias	Período aquisitivo
1. Rose Alves Bispo	Professor	08/02/21 a 08/04/21	60	2015/2020 (30)

Atenciosamente,

Ao Senhor Carlos Frederico Carvalho de Oliveira,

Secretário Municipal de Gestão Pública,

Colíder/MT.

MBM

DEPARTAMENTO PESSOAL
ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Portaria nº 036/2021

A Secretária **M**unicipal de **E**ducação de **C**olíder, **E**stado de **M**ato **G**rosso, no uso das atribuições legais,

Resolve:

Nomear, ***Marceli Alves dos Santos***, para o cargo de **Diretora** da Escola Municipal Santa Maria do Ouro Verde, a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Registrada, cumpra-se.

Colíder, 01 de fevereiro de 2021.

DEPARTAMENTO PESSOAL
ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Portaria nº 044/2021

A Secretária **M**unicipal de **E**ducação de **C**olíder, **E**stado de **M**ato **G**rosso, no uso das atribuições legais,

Resolve:

Nomear, ***Elisangela Luiz dos Santos Poltronieri***, para o cargo de **Diretora** da Escola Municipal Bom Jesus, a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Registrada, cumpra-se.

Colíder, 01 de fevereiro de 2021.

Léia da Silva Gomes Torres

Secretária Municipal de Educação

Port. Nº 003/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA - MT

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2021.

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT.

CONTRATADO: DAVI DA SILVA ARANTES 06832062656

CNPJ Nº 13.201.292/0001-72

OBJETO: **Pelo presente Termo de Contrato, as partes supra-identificadas, de comum acordo, resolve celebrar o presente contrato de** *PRESTAÇÃO DE SERVICO DE HOSPEDAGEM PARA TRANSMISSÃO DAS REUNIÕES, SESSÕES E EVENTOS AO VIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA-MT, COM APLICATIVO COM WEB RADIO, TREINAMENTO DE SERVIDOR E ACOMPANHAMENTO*, para atender as demandas da Câmara Municipal de Colniza – MT.

PRAZO: 12 **(DOZE) MESES.**

VALOR GLOBAL: R$ 4.200,00 (Quatro mil e duzentos reais).

Colniza – MT, 01 de fevereiro de 2021.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 101/GP/2021

PORTARIA Nº101/GP/2021, DE 01 DEFEVEREIRO 2021.

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Nomear **Sonia Gomes do Amorim,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº 6.561.677 SESPDC/MT e CPF n° 026.197.391-60, para exercer o Cargo em Comissão de **Assessora de Departamento,** vinculado ao Gabinete do Prefeito.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 01 de fevereiro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 01 de fevereiro de 2021.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

ZACARIAS ANTUNES MAGALHAES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 100/GP/2021

PORTARIA Nº100/GP/2021, DE 01 DEFEVEREIRO 2021.

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - Nomear **Wesley Pinheiro de Matos,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 3402390-9 SESP/MT e CPF n° 836.694.772-68, para exercer o Cargo em Comissão de **Assessor de Departamento,** vinculado ao Gabinete do Prefeito.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 01 de fevereiro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 01 de fevereiro de 2021.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

PREFEITO MUNICIPAL

ZACARIAS ANTUNES MAGALHAES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 026/GP/2021

DECRETO Nº 026/GP/2021, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

"ALTERA O DECRETO 008/GP/2021, DE 13 DE JANEIRO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MILTON DE SOUZA AMORIM, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

Considerando a publicação do Decreto nº. 810, de 01 de fevereiro de 2021, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, que dispõe sobre a alteração do Decreto nº. 763, de 21 de dezembro de 2020, onde divulga os dias de feriados nacional, estadual e pontos facultativos nas repartições públicas do Estado de Mato Grosso, do ano de 2021;

Considerando o Decreto 014/GP/2021, de 18 de janeiro de 202, que atualiza medidas excepcionais, de caráter temporário, para prevenção dos riscos de disseminação do coronavírus – COVID-19, no âmbito do Município de Colniza/MT;

Considerando que a atual situação da pandemia causada pelo novo coronavírus , impõe a necessidade de intensificação do isolamento social, medida não farmacológica eficiente no enfrentamento do COVID-19;

Considerando que eventos de grande porte, como os carnavalescos, aumentam a circulação e aglomeração de pessoas, ensejando o aumento significativo da transmissibilidade do novo coranavírus e consequente o agravamento da pandemia de COVID-19 no âmbito municipal, não se mostrando oportuno, no atual momento, a realização de festividades típicas de carnaval;

DECRETA:

Art. 1° - Ficam proibidas no município quaisquer festas e eventos comemorativos de carnaval, em ambientes abertos ou fechados, promovidos por iniciativa pública ou particular.

Art. 2º - Ficam revogados os incisos II e III do art. 1º do Decreto nº. 008/GP/2021, de 13 de janeiro de 2021.

Art. 3º - Alterar o inciso IV, decretando ponto facultativo no dia 17 de fevereiro de 2021.

Art. 4º - Fica autorizada a Vigilância Sanitária do Município de Colniza/MT e demais órgãos de fiscalização do Município solicitar apoio da Polícia Militar para que se faça cumprir com as determinações quanto as proibições contidas no presente decreto.

Art. 5° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza/MT, em 02 de fevereiro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 02 de fevereiro de 2021.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

MILTON DE SOUZA AMORIM

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA - MT

AVISO DE LICITAÇÃO – CÂMARA MUNICIPAL DE COLNIZA - MT

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2021

PROCESSO Nº 005/2021

A **Câmara Municipal de Colniza – MT faz** saber aos interessados que se fará LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS que tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS, HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CAMARA MUNICIPAL DE COLNIZA - MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.** Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal nº. 160/2009 e 030/GP/2019, a Lei Complementar n° 123 de 14 de dezembro de 2007, o Decreto nº 7.892/2013 e a Lei nº. 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **18 de fevereiro de 2021, às 08h00min (oito) horas,** no Departamento de Licitação da Câmara Municipal de Colniza – MT no endereço Avenida do Contorno 153 Centro, Colniza – MT. Qualquer dúvida entrar em contato pelo endereço já mencionado pelo **e-mail: camaracolniza@hotmail.com ou** pelo telefone **(066) 3571- 1073/1074. O edital e seus anexos estarão disponíveis no site www.colniza.mt.leg.br**Para acessar o EDITAL, o licitante procurará na barra de opções no campo superior do site efetuando os seguintes passos: Passo 01: clicar em publicações; Passo 02: clicar em licitações; Passo 03: clicar em Editais.

Colniza – MT, 02 de fevereiro de 2021.

Vânia Orben

Pregoeira Oficial

RECURSOS HUMANOS
ERRATA DA PORTARIA Nº 017/ADM/2021

ERRATA DA PORTARIA Nº 017/ADM/2021, DE 20 DE JANEIRO DE 2021, que dispõe sobre **"**Conceder **Férias** a Servidora Pública Municipal **Sandra Maria Barbosa da Silva"**

Onde se lê:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública Municipal **Sandra Maria Barbosa da Silva,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 3143, partir do dia **01 de fevereiro a 02 de março do ano de 2021**, referente ao período aquisitivo 2018/2019, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Leia-se:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública Municipal **Sandra Maria Barbosa da Silva,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 3143, partir do dia **01 de fevereiro a 02 de março do ano de 2021**, sendo que os primeiros 10 (dez) dias serão convertidos em abono pecuniário conforme art. 74 da Lei Municipal 499/2011, referente ao período aquisitivo 2018/2019, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 02 de fevereiro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 18 de fevereiro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

ATA Nº 002/2021 – DE 01/02/2021 - POSSE DOS VEREADORES DA GESTÃO 2021/2024

ATA Nº 002/2021 – DE 01/02/2021

POSSE DOS VEREADORES DA GESTÃO 2021/2024

ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA BIÊNIO 2021/2022

TRANSIÇÃO DE GOVERNO DA MESA DIRETORA

Ata da Sessão Solene de Posse dos Vereadores eleitos para Gestão 2021/2024, Eleição da Mesa Diretora para o Biênio 2021/2022 e Transição de Governo do Poder Legislativo Municipal, realizada em primeiro de fevereiro do ano de dois mil vinte e um (01/02/2021), com início às 19h00min. (dezenove horas), nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Plenário *"Comendador Luiz Grandi",* sita a Rua Bahia, nº 600 N, Bairro São Francisco de Assis, nesta cidade. Seguindo o permissivo legal, § 2º do artigo 4º do Regimento Interno da Casa, a presente Sessão Solene é presidida pelo Vereador mais votado, Alan Sidney Viotto Silva. A Mestre de Cerimônia convidada, Simone Godoy, inicia a solenidade cumprimentando a população e lembrando a todos sobre a importância de seguirem as medidas de prevenção ao coronavírus, no caso a utilização de máscara de proteção, manutenção do distanciamento recomendado e utilização do álcool em gel 70% na higienização das mãos. Convida a Cantora Gospel Janete Câmera para apresentação do hino evangélico "Fica na Porta" de Eliã Oliveira. Após a apresentação a cantora faz um pronunciamento anunciando que é esposa do Vereador Antoninho Vardelei Camera e o parabeniza pela reeleição, assim como também os demais Vereadores. Pede a Deus que esteja abençoado a cada um dos Vereadores eleitos e que aqueles que não alcançaram o objetivo nas últimas eleições, não se desanime, pois o tempo é definido por Deus, Ele é que define a hora certa e chegará o momento da conquista. Na sequência, o Pastor José Raimundo de Oliveira Sobrinho, da Igreja Evangélica Assembleia de Deus Ministério de Madureira, é convidado para fazer a benção inicial, o qual cita uma passagem bíblica, faz o sermão voltado para o tema da solenidade e conclui com uma oração pedindo benção sobre os trabalhos e sabedoria as autoridades do Legislativo que assumirão o cargo nessa noite. É dado início a composição da mesa solene, sendo os Ilustríssimos Vereadores eleitos e reeleitos convidados, por ordem alfabética. São convidados também o Excelentíssimo Prefeito Municipal e o Ilustríssimo Ex-Presidente da Câmara Municipal – Biênio 2019/2020. Todos constam subscritos. Composta a mesa solene, é feito um agradecimento especial as autoridades presentes. Em seguida é anunciada a execução do Hino Nacional Brasileiro. Após, a Mestre de Cerimônia anuncia para que neste momento todos ouçam e cante o Hino do Município com sentimento, observando quão valiosa são cada uma das palavras que vão compondo as frases poéticas dos refrões, em especial, como um que recita, o qual é transcrito na integra: "Comodoro, teu destino é a glória, pois caminha na estrada do progresso. Gloriosa há de ser sua vitória, alcançando um brilhando sucesso." Faz uma homenagem, parabenizando as autoras da letra do hino, Cleomar Lazaretti da Silva e Fátima Suzana Marsaro. Passa para apresentação do hino. Em seguida informa que de acordo com o § 2º do artigo 4º do Regimento Interno da Casa, art. 8º da Lei Orgânica do Município, combinados com o § 4º do art. 57 da Constituição Federal, a Sessão será presidida pelo Vereador mais votado, Senhor Alan Sidney Viotto Silva, passando os Trabalhos ao mesmo. Ao assumir os trabalhos, o Presidente Alan Sidney Viotto Silva, declara: "Sob a proteção de Deus todo poderoso e em nome do povo de Comodoro, declaro aberto os trabalhos desta Sessão" e nomeia os Vereadores Eliano Domingo José Bridi e Paulo Sérgio Bezerra para secretariarem a Sessão, solicitando aos mesmos para verificarem a autenticidade dos Diplomas dos Vereadores, documentos que se encontram sobre a mesa, procedimento que é de pronto iniciado por ambos os Secretários nomeados, assim como também imediatamente confirmadas as autenticidades. O Senhor Presidente declara então, que está confirmada a autenticidade de todos os Diplomas e passa para o ato de compromisso, oportunidade em que convida o Senhor Zacarias Gonçalves da Silva, o mais velho entre os Vereadores eleitos, para realizar a leitura da declaração e comunica que logo após procederá à chamada nominal para que cada Vereador, em pé, declare: "ASSIM O PROMETO". O Vereador eleito Zacarias Gonçalves da Silva, de pé e com a mão direita estendida, faz a leitura do texto na íntegra: "PROMETO EXERCER COM DEDICAÇÃO E LEALDADE O MEU MANDATO CUMPRINDO E FAZENDO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, DEFENDENDO A JUSTIÇA SOCIAL, A PAZ E A IGUALDADE DE TRATAMENTO A TODOS OS CIDADÃOS". Na sequência cada Vereador eleito, conforme determina o inciso I, § 1º do artigo 4º do Regimento Interno da Casa, se levanta e com a mão direita estendida pronuncia "ASSIM O PROMETO". Seguindo o mesmo rito, o Presidente, de pé e com a mão direita estendida, pronuncia: "Eu, ALAN SIDNEY VIOTTO SILVA, PROMETO EXERCER COM DEDICAÇÃO E LEALDADE O MEU MANDATO CUMPRINDO E FAZENDO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, DEFENDENDO A JUSTIÇA SOCIAL, A PAZ E A IGUALDADE DE TRATAMENTO A TODOS OS CIDADÃOS". Concluído esse ato, solicita que todos assinem o Termo de Posse que está sobre a mesa, o que é realizado pelos mesmos de imediato. Constatando que todos procederam o ato de assinatura no Termo, o Senhor Presidente então diz: "**DECLARO EMPOSSADA A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE COMODORO, ESTADO DE MATO GROSSO, PARA LEGISLATURA 2021 A 2024**, composta pelos seguintes Vereadores e respectivas bancadas: **ALAN SIDNEY VIOTTO SILVA, ANTONINHO VARDELEI CÂMERA, ELIANO DOMINGO JOSÉ BRIDI, GLEYSCLER BELUSSI RIBEIRO GONÇALVES, NALBERTO JÚLIO DA SILVA, OZIMAR MOTA DA SILVA DO CARMO DE SOUZA, PAULO SÉRGIO BEZERRA, ROBERVANE DE OLIVEIRA COSTA, RONALDO RODRIGUES DE ANDRADE, WENDER BIER DE SOUZA** e **ZACARIAS GONÇALVES DA SILVA.** A plateia manifesta-se com uma salva de palmas. O Presidente anuncia que dará inicia aos pronunciamentos, convidando o Ilustríssimo Senhor João Fernandes da Silva, ex-Presidente da Câmara, para seu discurso, informando que o mesmo estará fazendo a transmissão do cargo logo mais para o Presidente que será eleito ainda nessa solenidade. O Senhor João Fernandes cumprimenta todos e agradece a população. Cumprimenta o Prefeito e o Vice-Prefeito, pois está observando a vontade que ambos têm de trabalhar em prol da comunidade, salientando que o município é rico e os dois

estão buscando as possibilidades para alavancar a economia local. Sabe do empenho do Poder Executivo e que o Poder Legislativo precisa estar empenhado auxiliando nesses trabalhos. Parabeniza os Vereadores empossados, desejando a todos um mandato de muito sucesso e que consigam realizar seus projetos junto à comunidade. O Presidente convida para fazer uso da palavra, o Excelentíssimo Prefeito Municipal, Rogério Vilela, que cumprimenta as autoridades em nome do Presidente Alan, Presidente da Sessão Solene e os demais Vereadores. Cumprimenta o Senhor João Fernandes pelo trabalho que realizou no decorrer do seu mandato. Salienta que no decorrer da campanha caminhou muito pelo município e pode observar muitas das necessidades do povo, assim como também das possibilidades que o município oferece. Sabe da potencialidade desse lugar, tanto que tem conversado com muitas pessoas sobre essas possibilidades e mostrado os números e diz que precisa fazer, levar adiante seus projetos, precisa alavancar a economia para que famílias que foram embora, tenham vontade de voltar. Seu governo é sério e espera trabalhar de mãos dados com o Legislativo. O Presidente convida a Mestre de Cerimônia, Simone Godoy, que tão gentilmente está colaborando com a Casa Legislativa, colaborando com seu trabalho nesta noite, para apresentar o hino de louvor, "A vitória Chegou", de Aureliana Dourado por ser um hino de adoração, com tema voltado para o tema da solenidade, a cantora recebeu uma calorosa salva de palmas dos presentes. Na sequência, o Presidente agradece a presença dos convidados que compõe a mesa solene, manifestando que foi uma honra recebê-los nessa solenidade, convidando os mesmos para se acomodarem nas cadeiras reservadas logo na primeira fila da plateia, pois será dado início a eleição da Mesa Diretora, ato restrito ao Soberano Plenário. Informa que a eleição será por maioria absoluta de votos, sendo seis votos, conforme estabelece o artigo sétimo do Regimento Interno desta Casa de Leis e que se dará mediante o voto aberto, consoante com o artigo 68 da mesma norma. Informa ainda que, a eleição será a cargo a cargo, devendo o candidato, em pé se inscrever declarando o cargo que deseja se candidatar, obedecendo a seguinte ordem: 4º Secretário, 3º Secretário, 2º Secretário, 1º Secretário, Vice-Presidente e Presidente. Dá início a eleição, declarando aberta a inscrição para o cargo de 4º Secretário. Nesse momento levantam-se os Vereadores Ozimar Mota do Carmo da Silva de Souza e Eliano Domingo José Bridi. O Presidente comunica que o resultado é 06 (seis) votos para o candidato Ozimar Mota do Carmo da Silva de Souza e 05 (cinco) para o candidato Eliano Domingo José Bridi, sendo eleito o Vereador Ozimar Mota do Carmo da Silva de Souza. Declara eleito para o cargo de 4º Secretário o Vereador Ozimar Mota do Carmo da Silva de Souza. É aberta a inscrição para o cargo de 3º Secretário. São inscritos os Vereadores Zacarias Gonçalves da Silva e Nalberto Júlio da Silva. O Presidente comunica que o resultado é 06 (seis) votos para o candidato Zacarias Gonçalves da Silva e 05 (cinco) para o candidato Nalberto Júlio da Silva, sendo eleito o Vereador Zacarias Gonçalves da Silva. É aberta a inscrição para o cargo de 2º Secretário, nesse momento levantam-se os Vereadores Ronaldo Rodrigues de Andrade e Alan Sidney Viotto Silva. O Presidente comunica que o resultado é 06 (seis) votos para o candidato Ronaldo Rodrigues de Andrade e 05 (cinco) para o candidato Alan Sidney Viotto Silva, sendo eleito o Vereador Ronaldo Rodrigues de Andrade. O Presidente Declara eleito para o cargo de 2º Secretário o Vereador Ronaldo Rodrigues de Andrade. É aberta a inscrição para o cargo de 1º Secretário. Nesse momento levantam-se os Vereadores Wender Bier de Souza e Paulo Sérgio Bezarra. O Presidente comunica que o resultado é 06 (seis) votos para o candidato Wender Bier de Souza e 05 (cinco) para o candidato Paulo Sérgio Bezarra, sendo eleito o Vereador Wender Bier de Souza. O Presidente declara eleito para o cargo de 1º Secretário o Vereador Wender Bier de Souza. São inscritos para o cargo de Vice-Presidente os Vereadores Eliano Domingo José Bridi e Antoninho Vardelei Camera. O Presidente comunica que o resultado é 06 (seis) votos para o candidato Antoninho Vardelei Camera e 05 (cinco) para o candidato Eliano Domingo José Bridi, sendo eleito o Vereador Antoninho Vardelei Camera. Declara eleito para o cargo de Vice-Presidente, o Vereador Antoninho Vardelei Camera. É aberta a inscrição para o cargo de Presidente. Nesse momento levantam-se os Vereadores Gleyscler Belussi Ribeiro Gonçalves e Robervane de Oliveira Costa. O Presidente comunica que o resultado é 06 (seis) votos para a candidata Gleyscler Belussi Ribeiro Gonçalves e 05 (cinco) para o candidato Robervane de Oliveira Costa, sendo eleita a Vereadora Gleyscler Belussi Ribeiro Gonçalves. Declara eleita para o cargo de Presidente a Vereadora Gleyscler Belussi Ribeiro Gonçalves. Concluída a votação o Presidente DECLARA **EMPOSSADA A MESA DIRETORA PARA O BIÊNIO 2021/2022, Presidente: GLEYSCLER BELUSSI RIBEIRO GONÇALVES, Vice-Presidente: ANTONINHO VARDELEI CAMERA, 1º Secretário: WENDER BIER DE SOUZA, 2º Secretário: RONALDO RODRIGUES DE ANDRADE, 3º Secretário: ZACARIAS GONÇALVES DA SILVA e 4º Secretário: OZIMAR MOTA DA SILVA DO CARMO DE SOUZA.** Na sequência o Presidente passa a palavra para a Presidente eleita, a qual convida o pastor da Igreja que congrega para abençoar a sua pessoa e a missão que estará assumindo. Retomando os trabalhos, o Presidente anuncia a Transição de Governo, ato que ocorre na frente da mesa solene, ocasião em que o ex-Presidente passa a documentação e Relatório de Governo para Presidente eleita. Na sequencia o Presidente da Sessão Solene convida a Presidente eleita, Gleycler Belussi, para seu pronunciamento. Nada mais havendo para ser tratado, declara encerrada a Sessão, solicitando a mim Ivanir Mendes Rodrigues _____,Oficial Legislativa, para lavrar a presente ata que é dispensada a leitura e segue aprovada pelas autoridades presentes na mesa solene.

Alan Sidney Viotto Silva– Presidente da Sessão - _____

Antoninho Vardelei Camera– Vereador PDT _____

Eliano Domingo José Bridi– Vereador PSL _____

Gleyscler Belussi Ribeiro Gonçalves– Vereadora PODEMOS _____

Nalberto Júlio da Silva– Vereador PSB _____

Ozimar Mota da Silva do Carmo de Souza**– Vereador MDB**_____

Paulo Sérgio Bezerra– Vereador PODEMOS _____

Robervane de Oliveira Costa**– Vereador PROS** _____

Ronaldo Rodrigues de Andrade**– Vereador PSD**_____

Wender Bier de Souza– Vereador Republicanos _____

Zacarias Gonçalves da Silva**– Vereador PSD** _____

Rogério Vilela Victor de Oliveira – Prefeito Municipal _____

João Fernandes da Silva – Ex-Presidente _____

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO - PORTARIA Nº 011/2021 DE 02/02/2021

PORTARIA Nº 011/2021 DE 02/02/2021

GLEYSCLER BELUSSI RIBEIRO GONÇALVES, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2021/2022, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei,

R E S O L V E

Art. 1º. Nomear *EVELYN DE BRITO ALMEIDA* para o cargo de *DIRETORA GERAL* desta Casa Legislativa, nível CC-10, conforme tabela I e II do anexo I da Lei Municipal nº 1.258/2010 de 29/06/2010 e suas alterações.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte um.

Gleyscler Belussi Ribeiro Gonçalves - **Presidente Biênio 2021/2022**

Registre-se e Publique-se:

Wender Bier de Souza - 1º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATORIO
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 044/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2020

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 044/2020

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATORIO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela Legislação Municipal, ainda, com base nas disposições contidas na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal tem o seguinte enunciado:

"A administração pode anular seus próprios atos, quando ceivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. "

Decide:

REVOGAR O **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2020** – **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 044/2020**, cujo o objeto e **"EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ARTESANATO PARA ATENDER A DEMANDA DO CAPS, O MESMO SE FAZ NECESSARIO PARA USO NAS DIRETIVAS PROCEDURAIS DE REABILITAÇÃO DOS PACIENTES, E NO DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO MOTORA DOS MESMOS, ATENDENDO TAMBEM NAS NECESSIDADES ORIUNDAS DA REALIZAÇÃO DAS OFICINAS DO CAPS DO MUNICIPIO DE CONFRESA-MT."**,pela seguinte motivação:

1º - **CONSIDERANDO** que a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial (SUMULA 473, STF)

2º - **CONSIDERANDO** a administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos (SUMULA 346, STF)

3º - **CONSIDERANDO** a administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vícios de legalidade, e pode revoga-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos (LEI 9. 784/99 – Art. 53).

PORTANTO REVOGA-SE O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2020 – PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 044/2020.

Confresa - MT, 02 de fevereiro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATORIO
PREGÃO ELETRONICO Nº 001/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2020

PREGÃO ELETRONICO Nº 001/2020

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATORIO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela Legislação Municipal, ainda, com base nas disposições contidas na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal tem o seguinte enunciado:

"A administração pode anular seus próprios atos, quando ceivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. "

Decide:

REVOGAR O **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2020** – **PREGÃO ELETRONICO Nº 001/2020**, cujo o objeto e **"EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE UMA MOTOCICLETA COM O MINIMO 160CC, ZERO KILOMETRO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE COM AÇOES DA VIGILANCIA AMBIENTAL NO MUNICIPIO DE CONFRESA-MT."**,pela seguinte motivação:

1º - **CONSIDERANDO** que a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial (SUMULA 473, STF)

2º - **CONSIDERANDO** a administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos (SUMULA 346, STF)

3º - **CONSIDERANDO** a administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vícios de legalidade, e pode revoga-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos (LEI 9. 784/99 – Art. 53).

PORTANTO REVOGA-SE O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2020 – PREGÃO ELETRONICO Nº 001/2020.

Confresa - MT, 02 de fevereiro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATORIO
PREGÃO ELETRONICO Nº 020/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 191/2020

PREGÃO ELETRONICO Nº 020/2020

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATORIO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela Legislação Municipal, ainda, com base nas disposições contidas na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal tem o seguinte enunciado:

"A administração pode anular seus próprios atos, quando ceivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. "

Decide:

REVOGAR O **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 191/2020** – PREGÃO ELETRONICO Nº 020/2020, cujo o objeto e **"EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO, SENDO: 02 TANQUES RESERVATORIO COM CAPACIDADE DE 30 MIL LITROS. O MESMO SERÁ UTILIZADO NO ARMAZENAMENTO DE MATERIAL ASFÁLTICO UTILIZADOS NA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE CONFRESA-MT."**,**pela seguinte motivação:**

1º - **CONSIDERANDO** que a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial (SUMULA 473, STF)

2º - **CONSIDERANDO** a administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos (SUMULA 346, STF)

3º - **CONSIDERANDO** a administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vícios de legalidade, e pode revoga-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos (LEI 9. 784/99 – Art. 53).

PORTANTO REVOGA-SE O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 191/2020 – PREGÃO ELETRONICO Nº 020/2020.

Confresa - MT, 02 de fevereiro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
DESPACHO

Considerando oficio nº70/ADM/2021, onde houve uma Auditoria no Processo, para abranger todas as demais secretárias do contrato, Portanto fica retificado o 1°Termo Aditivo ao Contrato n°109/2020 publicado na edição n° 3.636 Ano XV, no dia 30 de Dezembro de 2020, página n°260, em substituição por outro, devido os fatores alegados neste processo, conforme pedido realizado pela Secretaria Municipal de Administração.

Comunicamos que houve alteração no aditivo, para as demais secretárias no processo.

CONFRESA-MT, 02 de Fevereiro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PROCESSO LICITATÓRIO Nº005/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº005/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2021

Adesão Ata de **Registro de Preços nº139/2020** decorrente do **Pregão ELETRONICO – SRP nº007/2020** da **Prefeitura Municipal de SAPEZAL-MT**, cuja a Detentora da Ata é a empresa: **RGB INDUSTREIA COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA-ME,** CNPJ: **35.518.733/0001-05 e tem como objeto REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA E POSTE.**

A Prefeitura de CONFRESA/MT, declara que aderiu a Adesão Ata de **Registro de Preços nº139/2020** decorrente do **Pregão ELETRONICO – SRP nº0007/2020** da **Prefeitura Municipal de SAPEZAL-MT,** cuja a Detentora da Ata é a empresa: **RGB INDUSTREIA COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA-ME - ME,** CNPJ: **35.518.733/0001-05 e tem como objeto "REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA E POSTE. "** Conforme quantidade abaixo relacionada, com um valor Global Estimado de **Valor de Referência: R$: 312.000,00 (Trezentos e Doze Mil Reais)**

ITEM	UND	QT	DESCRIÇÃO	V. UNI	V. TOTAL
01	UN	1000	LAMPADA - LED 80 WATTS DE POTÊNCIA, ALIMENTACAO BIVOLT, LAMPADA LED PUBLICA OVAIDE DE ALTA POTENCIA PARA USO URBANO, RODOVIARIO E INDUSTRIAL ESPECIFICAÇÕES; BASE E 40 VIDA UTIL NOMINAL MINIMA DE 25.000 HS TEMPERATURA DE COR DE 5000K A 6500K FLUXO LUMINOSO (NOMINAL) 8.000 LM DESIGNAÇÃO DA COR BRANCO (WH) EFICACIA LUMINOSA 100.00 LM/W FREQUENCIA DE ENTRADA DE 50 A 60 HZ DIMENSÕES D125MMXH 294MM FATOR DE POTENCIA 0.92 IRC80 (NOM).	R$ 312,00	R$ 312.000,00

Valor R$: 312.000,00 (Trezentos e Doze Mil Reais)

Empresa Detentora da Ata de Registro de Preços:

RGB INDUSTREIA COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA-ME - ME,

CNPJ: **35.518.733/0001-05**

END: AV TORONTO Nº815 QD 50 LOTE 19 CASA 03

BAIRRO: MOINHO DOS VENTOS

CIDADE: GOIANIA-GO

FONE: 62-3029-1234

CEP: 74.371-350

REPRESENTANTE LEGAL: MARCIO NOBRE DE MACEDO

Confresa-MT, 25 de JANEIRO de 2021

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

PREGOEIRO MUNICIPAL

PORTARIA Nº017/2021

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nª 001/2021.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 009/2021.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nª 001/2021.

OBJETO:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DE EQUIPAMENTOS SENDO CAMARA FRIA DA SALA DE VACINAS DA SECRETARIA MINICIPAL DE SAUDE DE CONFRESA-MT.

I. DADOS DA EMPRESA INDICADA: Nome: **VINICIUS SANTANA ESPIRITO SANTO 73038636134** CNPJ: 34.894.224/0001-06 Endereço: AV TENENTE PRAEIRO CIDADE: CUIABÁ-MT CEP:78.070-300 TELEFONE: 65 9 9691-3508

VALOR TOTAL CONTRATADO: R$ 5.500,00 (CINCO MIL E QUINHENTOS REAIS) para o fornecimento dos itens do objeto da INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

FUNDAMENTO: Artigo 25, inciso I, da Lei 8.666/93.

Justificativa Anexo nos Autos do Processo de Inexigibilidade nº 009/2021.

RATIFICO nos termos do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 001/2021.

Confresa-MT, 02 de fevereiro de 2021.

Rônio Condão Barros Milhomem

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATORIO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 052/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2020

PREGÃO PRESENCIAL– SRP Nº 052/2020

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATORIO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela Legislação Municipal, ainda, com base nas disposições contidas na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal tem o seguinte enunciado:

"A administração pode anular seus próprios atos, quando ceivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. "

Decide:

REVOGAR O **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2020** – PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 052/2020, cujo o objeto e "**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA MANUTENÇÃO DE BUEIROS DISTRIBUIDOS NA ZONA RURAL DO MUNICIPIO DE CONFRESA-MT, ASSIM ATENDENDO A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS JUNTO AOMUNICÍPIO DE CONFRESA - MT."**,**pela seguinte motivação:**

1º - **CONSIDERANDO** que a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial (SUMULA 473, STF)

2º - **CONSIDERANDO** a administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos (SUMULA 346, STF)

3º - **CONSIDERANDO** a administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vícios de legalidade, e pode revoga-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos (LEI 9. 784/99 – Art. 53).

4º **CONSIDERANDO** o parecer jurídico no que tange ao processamento do certame, tratando-se de recurso de fonte orçamentaria de transferência da União e que por determinação do Parag. 3º do Art. 1º, Decreto nº 10. 024/2019, é obrigatório a realização de pregão eletrônico para a aquisição de bens e contratação de serviços.

PORTANTO REVOGA-SE O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2020 – PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 052/2020.

Confresa - MT, 02 de fevereiro de 2021.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
NOTIFICAÇÃO ATRASO DE ENTREGA DE MERCADORIAS N° 002-2021 – PGM-CONF

NOTIFICAÇÃO ATRASO DE ENTREGA DE MERCADORIAS N° 002-2021 – PGM-CONF

Ilmo(o) Senhor(a)

MARDEM GOMES DE SOUZA

Representante Legal Perante o Pregão Presencial n.º 84/2020

H. W. C. DA SILVA

Avenida Rio Formoso, Qd. 18, Lt. 14, Centro, Formoso do Araguaia - TO

CEP: 77.470-000 - CNPJ: 28.692.942/0001-05

MUNICÍPIO DE CONFRESA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ: 37.464.716/0001-50, com sede na Avenida Centro Oeste, nº 286, Centro, Confresa, Estado de Mato Grosso, representado pelo seu Procurador-Geral Municipal, que ao final subscreve, nos termos do art. 182, do Código de Processo Civil, tendo em vista os fatos noticiados pelo Secretaria Municipal de Administração, conforme Ofício nº 001/2020/ COMPRAS/ADM, e

Considerando, os termos da Ata de Registro de Preço nº 126/2020, oriunda do Processo Licitatório nº 143/2020 – Pregão Presencial SRP nº 84/ 2020, cujo objeto é Registro de preços visando futura "aquisição de móveis e aparelhos e utensílios domésticos para atender as demandas das Secretarias Municipal de Confresa-MT", o qual esta empresa configura como uma das fornecedoras registradas;

Considerando os artigos 54, 55, 58, 77 e 78 da Lei 8.666/93, os quais trata dos contratos administrativos;

Considerando a cláusula 14.5 do Edital de Licitação, o qual no seu item 14.6 estabelece o prazo de entrega do objeto;

Considerando que o referido prazo não fora cumprido, conforme consta as solicitações realizadas pela AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 219/2021, datada do dia 15 de janeiro de 2021, e seu descumprimento já está provocando graves transtornos ao Município de Confresa – MT, uma vez que a mercadoria solicitada ainda não foi entregue;

Considerando que o descumprimento, total ou parcial do Contrato/ARP, acarreta a desclassificação da empresa, com as consequências previstas no edital e na legislação, produzindo as consequências de ordem civil, ad-

ministrativa e fiscal, além de outras sanções previstas na Cláusula Décima Quarta da ATA, Cláusula décima Sexta do Edital da Licitação e nos artigos 86 e 87 da lei 8666/93;

RESOLVE NOTIFICAR a empresa **HWC DA SILVA**, CNPJ nº 28.692.942/0001-05, situada na Avenida Rio Formoso, Qd. 58, Lt. 14, Centro, Formoso do Araguaia-TO, CEP: 77.470-000, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. **Marden Gomes de Souza**, brasileiro, portador do RG nº 654287 SSP/TO e do CPF nº 955.051.801-91, para que cumpra o objeto do contrato no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, à contar do recebimento desta notificação, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis ao caso, dentre elas a desclassificação da empresa na referida ata de registro de preços, multas legais e contratuais, além de abertura de processo de inidoneidade para contratar com a administração pública. Ou então, apresente justificativa devidamente fundamentada no prazo de 48h (Quarenta e oito horas) após recebimento desta, para o atraso na entrega da referida mercadoria, o qual, caberá ao Município de Confresa– MT, por sua aceitação.

Após o decurso do citado prazo, este não tendo êxito, será realizada a desclassificação/exclusão da empresa da referida Ata de Registro de Preços nº 126/2020 e imediatamente aberto o processo de apuração de inidoneidade da referida empresa para contratar com a administração pública.

Publique-se esta notificação através do Diário Oficial do Município de Confresa–MT, no endereço eletrônico: https://diariomunicipal.org/mt/amm/.

Confresa-MT, em 02 de fevereiro de 2021.

Paulo César da Silva Avelar

Procurador-Geral do Município

Portaria nº 204/2019, de 10.06.2019

OAB-MT: 21.334/O

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATORIO PREGÃO ELETRONICO Nº 015/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 177/2020

PREGÃO ELETRONICO Nº 015/2020

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATORIO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela Legislação Municipal, ainda, com base nas disposições contidas na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal tem o seguinte enunciado:

"A administração pode anular seus próprios atos, quando ceivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. "

Decide:

REVOGAR O **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 177/2020** – PREGÃO ELETRONICO Nº 015/2020, cujo o objeto e "**AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO LAMPADAS DE LED 80 WATTS E CASQUILHOS ADAPTADORES PARA REALIZAR A MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA DE CONFRESA, JUNTO AOMUNICÍPIO DE CONFRESA - MT."**,pela seguinte motivação:

1º - **CONSIDERANDO** que a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial (SUMULA 473, STF)

2º - **CONSIDERANDO** a administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos (SUMULA 346, STF)

3º - **CONSIDERANDO** a administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vícios de legalidade, e pode revoga-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos (LEI 9. 784/99 – Art. 53).

4º - **CONSIDERANDO** que o município busca a efetividade e qualidade nos materiais conforme Art. 1º da Lei 10.520/02. Conforme Ofício nº 517/2020/SEPLAC de Confresa-MT, o Sr. Ronclebes Condão Barros Milhomem, Secretário de Planejamento até a presente data, menciona via oficio que o item licitado não preenche os parâmetros ao qual o município necessita, visto que a amostra enviada para teste, não encaixou na luminária já instalada nos postes de iluminação do município, desta forma se torna clara a inutilização deste material.

PORTANTO REVOGA-SE O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 177/2020 – PREGÃO ELETRONICO Nº 015/2020.

Confresa - MT, 02 de fevereiro de 2021.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL N. 23, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

DECRETO MUNICIPAL N. 23, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre o cancelamento de crédito tributário.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei; e

CONSIDERANDO o disposto no inciso III, do artigo 145, no inciso V do art. 156, todos do Código Tributário Nacional;

CONSIDERANDO que, na conformidade do art. 156, V do CTN extinguem o crédito tributário, dentre outras modalidades, a prescrição e a decadência:

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica cancelado o Crédito Tributário, referente á IPTU, ISSQN, Taxa de Inspeção, Controle e Fiscalização, Alvará, ITBI e outros relativo aos anos de 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, haja vista o advento da prescrição do direito de ação, na conformidade do art. 156, V do CTN, conforme resumo contábil da dívida ativa, parte integrante desde Decreto.

Parágrafo Único – Fica o Setor Contábil e Departamento de Tributos determinados a realizarem os registros necessários para as baixas e cancelamentos.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Confresa -MT, em 02 de fevereiro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO
NOTIFICAÇÃO ATRASO DE ENTREGA DE MERCADORIAS N° 001-2021 – PGM-CONF

NOTIFICAÇÃO ATRASO DE ENTREGA DE MERCADORIAS N° 001-2021 – PGM-CONF

Ilmo(o) Senhor(a)

Alano Martins Costa

Representante Legal Perante o Pregão Presencial n.º 84/2020

SERRANA DISTRIBUIDORA LTDA

Avenida Presidente Castelo Branco, nº 1.420, Araguaína-TO

CEP: 77.824-360 - CNPJ: 30.313.649/0001-23

MUNICÍPIO DE CONFRESA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ: 37.464.716/0001-50, com sede na Avenida Centro Oeste, nº 286, Centro, Confresa, Estado de Mato Grosso, representado pelo seu Procurador-Geral Municipal, que ao final subscreve, nos termos do art. 182, do Código de Processo Civil, tendo em vista os fatos noticiados pelo Secretaria Municipal de Administração, conforme Ofício nº 002/2020/ COMPRAS/ADM, e

Considerando, os termos da Ata de Registro de Preço nº 120/2020, oriunda do Processo Licitatório nº 143/2020 – Pregão Presencial SRP nº 84/2020, cujo objeto é Registro de preços visando futura "aquisição de móveis e aparelhos e utensílios domésticos para atender as demandas das Secretarias Municipal de Confresa-MT", o qual esta empresa configura como uma das fornecedoras registradas;

Considerando os artigos 54, 55, 58, 77 e 78 da Lei 8.666/93, os quais trata dos contratos administrativos;

Considerando a cláusula 14.5 do Edital de Licitação, o qual no seu item 14.6 estabelece o prazo de entrega do objeto;

Considerando que o referido prazo não fora cumprido, conforme consta as solicitações realizadas pela AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 195/2021, datada do dia 13 de janeiro de 2021, e seu descumprimento já está provocando graves transtornos ao Município de Confresa – MT, uma vez que as mercadorias solicitadas ainda não foram entregues;

Considerando que o descumprimento, total ou parcial do Contrato/ARP, acarreta a desclassificação da empresa, com as consequências previstas no edital e na legislação, produzindo as consequências de ordem civil, administrativa e fiscal, além de outras sanções previstas na Cláusula Décima Quarta da ATA, Cláusula décima Sexta do Edital da Licitação e nos artigos 86 e 87 da lei 8666/93;

RESOLVE NOTIFICAR a empresa **SERRANA DISTRIBUIDORA LTDA**, CNPJ nº 30.313.649/0001-23, situada na Avenida Presidente Castelo Branco, nº 1.420, CEP: 77.824-360, Araguaína-TO, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. **Alano Martins Costa**, brasileiro, portador do RG nº 1.037.028 SSP/TO e do CPF nº 196.239.251-15, para que cumpra o objeto do contrato no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, à contar do recebimento desta notificação, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis ao caso, dentre elas a desclassificação da empresa na referida ata de registro de preços, multas legais e contratuais, além de abertura de processo de inidoneidade para contratar com a administração pública. Ou então, apresente justificativa devidamente fundamentada no prazo de 48h (Quarenta e oito horas) após recebimento desta, para o atraso na entrega da referida mercadoria, o qual, caberá ao Município de Confresa– MT, por sua aceitação.

Após o decurso do citado prazo, este não tendo êxito, será realizada a desclassificação/exclusão da empresa da referida Ata de Registro de Preços nº 120/2020 e imediatamente aberto o processo de apuração de inidoneidade da referida empresa para contratar com a administração pública.

Publique-se esta notificação através do Diário Oficial do Município de Confresa–MT, no endereço eletrônico: https://diariomunicipal.org/mt/amm/.

Confresa-MT, em 02 de fevereiro de 2021.

Paulo César da Silva Avelar

Procurador-Geral do Município

Portaria nº 204/2019, de 10.06.2019

OAB-MT: 21.334/O

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATORIO
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 009/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2020

PREGÃO PRESENCIAL– SRP Nº 009/2020

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATORIO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela Legislação Municipal, ainda, com base nas disposições contidas na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal tem o seguinte enunciado:

"A administração pode anular seus próprios atos, quando ceivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. "

Decide:

REVOGAR O **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2020** – PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 009/2020, cujo o objeto e "**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRAULICO PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE OBRAS, JUNTO AOMUNICÍPIO DE CONFRESA - MT."**,pela seguinte motivação:

1º - **CONSIDERANDO** que a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial (SUMULA 473, STF)

2º - **CONSIDERANDO** a administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos (SUMULA 346, STF)

3º - **CONSIDERANDO** a administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vícios de legalidade, e pode revoga-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos (LEI 9. 784/99 – Art. 53).

PORTANTO REVOGA-SE O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2020 – PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 009/2020.

Confresa - MT, 02 de fevereiro de 2021.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATORIO
PREGÃO ELETRONICO Nº 006/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 135/2020

PREGÃO ELETRONICO Nº 006/2020

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATORIO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela Legislação Municipal, ainda, com base nas disposições contidas na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal tem o seguinte enunciado:

"A administração pode anular seus próprios atos, quando ceivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. "

Decide:

REVOGAR O **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 135/2020** – **PREGÃO ELETRONICO Nº 006/2020**, cujo o objeto e **"EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES SENDO CONJUNTO REFEITORIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS NO AMBITO MUNICIPAL JUNTAMENTE COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE CONFRESA-MT."**,pela seguinte motivação:

1º - **CONSIDERANDO** que a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial (SUMULA 473, STF)

2º - **CONSIDERANDO** a administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos (SUMULA 346, STF)

3º - **CONSIDERANDO** a administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vícios de legalidade, e pode revoga-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos (LEI 9. 784/99 – Art. 53).

PORTANTO REVOGA-SE O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 135/2020 – PREGÃO ELETRONICO Nº 006/2020.

Confresa - MT, 02 de fevereiro de 2021.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

PRESTAÇÃO DE CONTAS
PORTARIA 020/2021

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - **Art. 1º** - Designar o servidor **ELVIO ALVES SILVA**, portador do RG 1481053-0 SSP/MT e CPF: 892.916.541-91, lotado na Secretaria Municipal de Administração, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **001/2021.**

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 26 de janeiro de 2021.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PRESTAÇÃO DE CONTAS
PORTARIA 017/2021

"Nomeia servidor para exercer cargo em Comissão que especifica e dá outras providências.**"**

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais e especialmente as contidas na Lei Municipal nº 002/2001,

RESOLVE:

Art. 1º.. Nomear, para exercer, em comissão, o cargo de Coordenadora de Programa e Serviços Sociais, a servidora efetiva **ELENIR LUCIA DE SOUZA,** portadora da Cédula de Identidade RG. nº 14417332, expedida pela SSP/MT e do CPF: 786.720.151-34, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando os efeitos em contrario, em especial da Portaria 087/2020.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 01 de fevereiro de 2021.

Daniel de Menezes Alvares

Prefeito Interino

PRESTAÇÃO DE CONTAS
PORTARIA 019/2021

"Nomeia servidor para exercer cargo em Comissão que especifica e dá outras providências.**"**

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais e especialmente as contidas na Lei Municipal nº 002/2001,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, para exercer, em comissão, o cargo de Diretor de Divisão de Programas Assistências, **FERNANDA APARECIDA PEREIRA**, portadora da Cédula de Identidade nº 2944741-0 SSP/MT e do CPF: 071.830. 071-89, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 01 de fevereiro de 2021.

Daniel de Menezes Alvares

Prefeito Interino

PRESTAÇÃO DE CONTAS
PORTARIA Nº 018/2021

"Dispõe sobre a nomeação de servidor do cargo que menciona."

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO, Prefeita de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, e com base no artigo 63 inciso IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE**:**

Art. 1º - Nomear, para exercer, em comissão, o cargo de **SECRETARIO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL,** o servidor **NOEL DE SOUZA**, Mat. 349 portador da cédula de identidade RG nº 972199, expedida pela SSP/MT e do CPF 595.091.471-68, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 01 de fevereiro de 2021.

Daniel de Menezes Alvares

Prefeito Interino

LICITAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇAO DE ADESAO DE ATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA DOESTE

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/2021

O Processo de ADESAO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2020 DO PREGÃO ELETRONICO Nº 43/2020 DO MUNICIPIO DE VILA RICA, que tem como objeto, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CASA DE APOIO, CONSISTINDO EM HOSPEDAGEM, TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO DE PACIENTES EM TRATAMENTO MÉDICO NA CIDADE DE CUIABÁ, durante toda a sua tramitação cumpriu as determinações da legislação pertinente, aceitos por parte da PREFEITURA e pela empresa fornecedora MICHAEL FERREIRA DO NASCIMENTO ME, INSCRITA SOB O CNPJ sob nº 11.276.497/0001-91. O valor a ser aderido é de R$ 49,00 (quarenta e nove reais)por paciente/dia, totalizando o valor de R$ 196.000,00 (cento e noventa e seis mil reais). Desse modo satisfazendo à lei e ao mérito, RATIFICO o processo de adesão a Ata de Registro de Preços.

Conquista D'Oeste, 02 de fevereiro de 2021.

Daniel de Menezes Álvares

Prefeito em exercício

PRESTAÇÃO DE CONTAS
PORTARIA 022/2021

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **CELIA ROMUALDO DA COSTA REIS** portadora da Cédula de Identidade RG nº 1001705 SSP/MT e do CPF: 928.145.656-72, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **003/2021.**

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 26 de janeiro de 2021.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PRESTAÇÃO DE CONTAS
PORTARIA 027/2021

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do municipio de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - **Art. 1º** - Designar o servidor **DANSLEY ALVES BRÁS ,** portador da Cédula deIdentidade nº 20766270 SSP/MT e CPF nº 030.475.941-47, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Sustentado , para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **008/2021.**

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, 26 de janeiro de 2021.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PRESTAÇÃO DE CONTAS
PORTARIA 026/2021

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do municipio de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - **Art. 1º** - Designar o servidor **DANSLEY ALVES BRÁS ,** portador da Cédula deIdentidade nº 20766270 SSP/MT e CPF nº 030.475.941-47, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Sustentado , para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **007/2021.**

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, 26 de janeiro de 2021.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PRESTAÇÃO DE CONTAS
PORTARIA 013/2021

"Exonera servidor do cargo comissionado que especifica".

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais e especialmente as contidas na Lei Municipal nº 002/2001,

RESOLVE:

Art.1° - Exonerar, do cargo de Diretor de Divisão de Cultura, referencia CC-V, instituído pela Lei Complementar nº 002/2001, a servidora **MAYLA CLICIA DA SILVA FARIAS**, portadora da cédula de identidade sob o nº 25343521, expedida pela SJSSP/SP e do CPF 386.026.898-88, a partir de 31/01/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando os efeitos em contrario, em especial da Portaria 102/2020.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 19 de janeiro de 2021.

Maria Lucia Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PRESTAÇÃO DE CONTAS
PORTARIA 025/2021

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do municipio de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - **Art. 1º** - Designar o servidor **DANSLEY ALVES BRÁS ,** portador da Cédula deIdentidade nº 20766270 SSP/MT e CPF nº 030.475.941-47, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Sustentado , para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **006/2021.**

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, 26 de janeiro de 2021.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PRESTAÇÃO DE CONTAS
PORTARIA 023/2021

""Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **JANE DA SILVA MARTINS**, portador da cédula de identidade sob o nº 8511404 , expedida pela SSP/MT e do CPF: 594.464.981-04, lotado na Secretaria de Ação Social, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **004/2021.**

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 26 de janeiro de 2021.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PRESTAÇÃO DE CONTAS
PORTARIA Nº 014/2021

"Dispõe sobre a Nomeação da Comissão Organizadora do Processo Seletivo simplificado 001/2021 e da outras providencias."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, **Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores abaixo, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, da Prefeitura Municipal de Conquista D' Oeste – MT:

1. Geisse Ellem Teixeira Petrunilio , inscrita no CPF nº 048.868.931-71, como Membro da Comissão, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete, com a matrícula funcional nº 1329;

2. Walkiria Fernanda Marcelino de Souza, inscrita no CPF nº 990.651. 635-00, como Secretário da Comissão, ocupante do cargo de Coord de RH, com a matrícula funcional nº 1220.

3. **Maria Conceição de Freitas**, inscrita no CPF nº 584.428.126-87, como Presidente da Comissão, ocupante do cargo de Coord. Serviço Social - matrícula funcional nº 266.

Art. 2º. A Comissão Organizadora fica:

I. encarregada de tomar todas as providências necessárias para realização do Processo Seletivo Simplificado, obedecendo fielmente os ordenamentos legais pertinentes;

II.divulgar o Edital de chamamento, seguindo as orientações da empresa contratada.

Art. 3º. Compete ao Presidente desta Comissão, solicitar junto ao Executivo Municipal, todos os recursos materiais, humanos e financeiros necessários à consecução do objetivo desta Portaria.

Art. 4º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 25 de janeiro de 2021.

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

PRESTAÇÃO DE CONTAS
PORTARIA 016/2021

"Exonera servidor do cargo em Comissão que especifica e dá outras providências.**"**

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais e especialmente as contidas na Lei Municipal nº 002/2001,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, do cargo em comissão, de Coordenadora de Programa e Serviços Sociais, a servidora efetiva **MARIA CONCEIÇÃO DE FREITAS,** Mat**: 266,** portadora da Cédula de Identidade RG. nº 1092791-3 - SJ/MT e do CPF nº 584.428.126-87, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 01 de fevereiro de 2021.

Daniel de Menezes Alvares

Prefeito Interino

PRESTAÇÃO DE CONTAS
PORTARIA 029/2021

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **LUCIO DIVINO GOMES**, portador da cédula de identidade sob o nº M-6908833, expedida pela SSP/MT e do CPF 031. 805.137-05, lotado na Secretaria Municipal de Obras, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **010/2021.**

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 26 de janeiro de 2021 .

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PRESTAÇÃO DE CONTAS
PORTARIA 028/2021

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do municipio de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - **Art. 1º** - Designar o servidor **DANSLEY ALVES BRÁS ,** portador da Cédula deIdentidade nº 20766270 SSP/MT e CPF nº 030.475.941-47, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Sustentado , para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **009/2021.**

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, 26 de janeiro de 2021.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PRESTAÇÃO DE CONTAS
PORTARIA 021/2021

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - **Art. 1º** - Designar o servidor **ELVIO ALVES SILVA**, portador do RG 1481053-0 SSP/MT e CPF: 892.916.541-91, lotado na Secretaria Municipal de Administração, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **002/2021.**

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 26 de janeiro de 2021.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PRESTAÇÃO DE CONTAS
PORTARIA 024/2021

""Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **JANE DA SILVA MARTINS**, portador da cédula de identidade sob o nº 8511404 , expedida pela SSP/MT e do CPF: 594.464.981-04, lotado na Secretaria de Ação Social, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **005/2021.**

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 26 de janeiro de 2021.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL N.º PSS 001/PE/COTRIGUAÇU2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 038/2020/PMC

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 46.263/2020)

O Município de Cuiabá, através da Secretária Municipal de Gestão, torna público para conhecimento dos interessados, que **REVOGA**, a licitação modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 038/2020,** Processo Administrativo **Nº 46.263/2020, cujo objeto é** Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa no fornecimento de **Cestas Básicas**, para atender as atividades junto à rede de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência, edital e anexo, considerando justificativas através do ofício 156/GAL/GAB/SADHPD/2021, bem como em amparo no artigo 49 da Lei 8.666/93, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente.

HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS

Secretária Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência.

Cuiabá/MT, 01 de fevereiro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 004/CMDCA/2021

"Dispõe sobre o deferimento das inscrições do Processo de Escolha Suplementar e Emergencial de Contratação Temporária para o Conselho Tutelar de Denise - MT.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Denise – MT, em reunião Extraordinária realizada no dia 02 de fevereiro de 2021, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/90- Estatuto da Criança e do Adolescente e as Leis Municipal nº. 818/2018 e nº. 844/2019, RESOLVE:

Art. 1°. Fica deferida as inscrições dos seguintes candidatos ao Conselho Tutelar de Denise/MT, em ordem alfabética:

1. Alana Souza Ferreira Gomes

2. Sueli Braz

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Denise - MT, 02 de fevereiro de 2021.

Jéssica da Silva Soares

Presidente do CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

DECRETO Nº 016/2021

DECRETO MUNICIPAL Nº. 16/2021

SÚMULA: ALTERA O DECRETO Nº 55/2020, QUE *NOMEIA OS MEMBROS DO COMITÊ MUNICIPAL DE PREVENÇÃO, ORIENTAÇÃO E ENFRENTAMENTO AO COVID-19*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO, DO ESTADO DE MATO GROSSO,** usando da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o Decreto nº 15/2021, que incluiu a Polícia Militar no Comitê Municipal de Prevenção, Orientação e Enfrentamento ao COVID-19,

Considerando o Ofício nº 68/2021/SMS/VISA que indica o nome do representante da Polícia Militar,

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica alterado o art. 1º do Decreto nº 55/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º- *Ficam nomeados para integrarem o Comitê Municipal de Prevenção, Orientação e Enfrentamento ao COVID-19, as pessoas abaixo relacionadas:*

*I – **MANOEL LOUREIRO NETO** (Prefeito Municipal de Diamantino/MT);*

*II – **MARINÊ ZE DE ARAÚJO MEIRA** (Secretária Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária);*

*III – **ROSILEI CARRIS MONTINI** (Secretária Municipal de Educação e Cultura);*

*IV – **MARTA SANTANA DE PINHO SCARDUA** (Secretária Municipal de Assistência Social);*

*V – **ALFREDO DE ARAÚJO GRANJA FILHO** (Secretário Municipal de Administração);*

*VI - **RAMON DE OLIVEIRA MARTINS** (Procurador Municipal);*

*VII- **MICHELLE GRAZIELA DE OLIVEIRA NOBILE** (Agente da Vigilância Epidemiológica e Sanitária do Município);*

*VIII - **ADELITA BARROS DE AGUIAR** (Responsável Técnica do Pronto Atendimento);*

*IX - **TÂNIA MARIA FERREIRA DA ROCHA** (Membro do Conselho Municipal de Saúde);*

*X - **RANIELLI PATRICK ARRUDA LIMA** (Representante da Câmara Municipal);*

*XI - **MARIA COELI PESSOA DE LIMA** (Representante do Ministério Público Estadual);*

*XII - **SANDRA BAIERLE** (Representante da Associação Comercial e Industrial de Diamantino/MT - ACID);*

*XIII - **FRANCISCO KAISER NETO (**Representante da Associação Santa Madre Paulina).*

*XIV - **FRANCISCO NIJINI BARROSO ANTUNES DOS ANJOS** (Representante das Igrejas Evangélicas);*

*XV - **GILBERTO DUTEL MACHADO** (Representante da Igreja Católica);*

*XVI - **ADRIANE MARIA DE SANTANA** (Representante das Escolas Particulares);*

*XVII - **MAYCON DAVID ZANETTI** (Representante da Polícia Militar).*

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino-MT, em 02 de fevereiro de 2021.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

SETOR DE RH

PORTARIA Nº 172/2021

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear para o cargo de **CHEFE DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO** a Senhora **LOUISE DE ALMEIDA GODOES,** portadora do RG nº 15940837 SSP/MT, inscrita no CPF nº 013.567. 331-31.

Art. 2º - O subsídio será de conformidade com o valor definido na Lei Municipal nº 56/19.

Art. 3º - A servidora desempenhará suas funções junto a **Secretaria Municipal de Fazenda**, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de **01/02/2021**, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 01 de Fevereiro de 2021.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO AO CONTRATO 080/2020.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO NA COHAB BOM FILHO COCCO NO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 (CENTO E OITENTA) DIAS.

CONTRATADO: WELLOX LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - ME

CONTRATANTE: MANOEL LOUREIRO NETO– PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 25 DE JANEIRO DE 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
DECRETO N° 017/2021

DATA: 01 DE FEVEREIRO DE 2021

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DA ESCALA DE LICENÇAS-PRÊMIO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1˚ - Nos termos do Artigo 48 da Lei Municipal Complementar n° 026/2013, fica homologada a **ESCALA DE LICENÇAS-PRÊMIO EM GOZO** dos servidores efetivos lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, para o período de **01/02/21 A 30/04/21**, consoante dispõe o Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

Artigo 2° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2021.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

ANEXO ÚNICO

MAT.	SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE LICENÇA
991	ANDREA JAMARIQUELLI CASTILHO SANGUANINI	18/03/2013 A 18/03/2018	FEVEREIRO/ MARÇO/ABRIL
1495	ANDREA JAMARIQUELLI CASTILHO SANGUANINI	10/07/2012 A 10/07/2017	FEVEREIRO/ MARÇO/ABRIL
173	IDIVANE SANDRIN DE LIMA	08/03/2015 A 05/03/2020	FEVEREIRO/ MARÇO/ABRIL
964	IDIVANE SANDRIN DE LIMA	17/03/2013 A 17/03/2018	FEVEREIRO/ MARÇO/ABRIL
1751	MAGALI REGINA ZUGE	25/02/2014 A 25/02/2019	FEVEREIRO/ MARÇO/ABRIL
206	NILCE MURARI WADA	27/02/2015 A 25/02/2020	FEVEREIRO/ MARÇO/ABRIL
342	SILMARA DE PAULA	27/02/2015 A 25/02/2020	FEVEREIRO/ MARÇO/ABRIL

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N° 091/2021

DATA: 01 DE FEVEREIRO DE 2021

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder afastamento de cessão para órgão do Estado, sem ônus, à servidora **REJANE RIGGO DE PAULA**, matrícula n° 71, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR CLASSE D – 20 H**, com início em 01/02/2021 a 31/01/2023, com fundamento no Art. 121 da Lei Complementar nº 003/2007.

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2021.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N° 089/2021

DATA: 01 DE FEVEREIRO DE 2021

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar, a pedido, a Sra. **FABIANA DELARMI**, de seu cargo efetivo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS II**, matrícula n° 1966, lotada junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, do município de Feliz Natal, Mato Grosso.

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2021.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PREFEITURA ADMINISTRATIVO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 093/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

CONTRATO: Nº 093/2020 Nº. 1º. TERMO ADITIVO

CONTRATADO: B. N. PASQUALOTTO ENGENHARIA EIRELI,

ASSINATURA: 14 DE JANEIRO DE 2021

EXECUÇÃO: 14 DE FEVEREIRO DE 2021

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO PRORROGAR O PRAZO DE EXECUÇÃO, ALTERANDO ASSIM AS CLÁUSULAS SEGUNDA DO CONTRATO Nº 093/2020.

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N° 090/2021

DATA: 01 DE FEVEREIRO DE 2021

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar, a pedido, o Sr. **MAURO RIBOLDI**, de seu cargo efetivo de **PROFESSOR CLASSE C – 40 H**, matrícula n° 1246, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do município de Feliz Natal, Mato Grosso.

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2021.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 092/2021

DATA: 01 DE FEVEREIRO DE 2021

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, **PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei e nos termos do Art. 67 da Lei Federal n° 8.666/93,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a Sra. **TALITA LOPES RAMOS AFINOVICZ**, para ocupar o cargo comissionado de **CONTROLADOR MUNICIPAL**, lotada junto a Chefia do Executivo, a partir desta data, com fundamento no Art. 46 da Lei Complementar nº 037/2015.

Artigo 2º - A remuneração a que faz jus está definida na Lei Complementar nº 055/2019, cumulado com a Lei Municipal n° 691/2020.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2021.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N° 093/2021

DATA: 01 DE FEVEREIRO DE 2021

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias ao Sr. **TALES VICTOR RIBEIRO GOMES**, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE DE TRIBUTOS I**, lotado junto a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, pelo período de 01/02/2021 a 02/03/2021.

Parágrafo Único – As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de **2018/2019**.

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2021.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUEL LIMA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

PLANEJAMENTO E FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL – MT AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2021

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar às 08h00-min do dia 18 de fevereiro de 2021, em sua Sede, na Av. Maravilha, Praça da Bíblia, **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2021,** objetivando ao **PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA PEDAGÓGICA, FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO 9° ANO E IMPLANTAÇÃO DE INSTRUMENTAL DE PLANEJAMENTO PARA GESTORES E PROFESSORES, ACOMPANHAMENTO DOS PROFESSORES EM SALA DE AULA COM ALUNOS, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO ONLINE COM CORREÇÃO, ENTRE OUTROS SERVIÇOS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL - MT.**

O edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.feliznatal.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, situado à Av. Maravilha, Praça da Bíblia, na cidade de Feliz Natal - MT, ou pelo telefone (66) 3585-2700.

Feliz Natal – MT, 02 de fevereiro de 2021.

MARCOS PAGNO

PREGOEIRO

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 062/2021

CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL N.º 018/2021.

DECRETO MUNICIPAL N.º 018/2021.

DATA: 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

SÚMULA: ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 5.000,00(CINCO MIL REAIS), PARA COBERTURA DE DESPESAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ANTONIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Suplementar no valor de R$ 5.000,00(cinco mil reais), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

01.000.0.1.01.031.0001.2001.3.3.90.39.00.00 0100000000 R$ 5.000,00

Total da Suplementação: R$ 5.000,00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

01.000.0.1.01.031.0001.2001.3.3.90.36.00.00 0100000000 R$ 5.000,00

Total da Redução: R$ 5.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 1º DIA DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2021.

Jose Antônio Dubiella

Prefeito Municipal

CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL N.º 115/2020.

DECRETO MUNICIPAL N.º 115/2020.

DATA: 08 DE DEZEMBRO DE 2020.

SÚMULA: ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE 117.060,03(CENTO E DEZESSETE MIL, SESSENTA REAIS E TRÊS CENTAVOS), PARA COBERTURA DE DESPESAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Suplementar no valor de 117.060,03(cento e dezessete mil, sessenta reais e três centavos), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

07.000.0.2.26.782.0013.1.041.3.3.90.30.00.00 0130000000 R$ 70.000,00

07.000.0.2.26.782.0013.1.041.4.4.90.51.00.00 0130000000 R$ 47.060,03

Total da Suplementação: R$ 117.060,03

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

07.000.0.2.26.782.0013.1.041.3.3.90.39.00.00 0130000000 R$ 117.060,03

Total da Redução: R$ 117.060,03

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 8º DIA DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2020.

Rafael Pavei

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **PREFEITURA MUNICIPAL DE GAUCHA DO NORTE - MT,** inscrito no CNPJ nº 01.614.539/0001-01, com endereço RUA PARÁ ESQUINA COM A RUA BRASÍLIA, na cidade de GAÚCHA DO NORTE-MT, neste ato representado pelo ordenador, **VONEY RODRIGUES GOULART** portador da Cédula de Identidade nº 2777543, e inscrito no CPF/MF sob o nº 402.603.301-59, nos termos da Lei nº 8.666/93, e suas alterações, da Lei 10.520/2002, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 001/2021, homologado em 02/02/2021, integrante do Processo Administrativo

nº 006/2021, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa RFP MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA EPP, CNPJ nº

31.762.716/0001-50, com endereço RUA BOLÍVIA, 1380, CEP 14400070, representada por RAQUEL MENDES FACIOLI, Carteira de identidade nº 471193768, inscrito no CPF nº 380.412.718-55, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1- DO OBJETO:

1- A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **Aquisição de uma Ambulância tipo "D" furgão** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

1.1- Do órgão contratante GAUCHA DO NORTE-MT, descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a esta **ATA**;

1.2- As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

2- DA VIGÊNCIA:

2.1- A presente **ATA** terá vigência pelo prazo de 12 meses, a partir da data da sua publicidade; 2.2- Durante o prazo de vigência desta **ATA**, o órgão contratante não ficará obrigado a efetivar as

contratações que dela poderiam advir, ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações.

3- DA VINCULAÇÃO:

3.1- O disposto na presente **ATA** deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas no Edital Licitatório, sendo observado o disposto na Lei nº 10.520/2002, os Decretos Municipais nºs , bem como, no que couber, as determinações constantes da Lei nº 8.666/1993 e suas posteriores alterações, e das demais normas que dispõem sobre a matéria.

4- DAS OBRIGAÇÕES DE MANTER AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO OU HABILITAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO:

4.1- As condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital Licitatório deverão ser mantidas pela empresa registrada durante toda a vigência da presente **ATA**, ficando facultado ao órgão contratante, a qualquer momento, exigir a apresentação de parte ou totalidade dos documentos apresentados quando daquelas fases.

5- DOS PREÇOS E DA PESQUISA DE MERCADO:

5.1- Os preços ofertados pela empresa adjudicatária da licitação, signatária da presente **ATA**, constam do

"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS", anexo;

5.2- O órgão contratante poderá promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação de aquisição e/ou publicação periódica no Diário Oficial do Município.

6- DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

6.1- A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários em até vinte e cinco por cento (25%) do valor inicial atualizado desta **ATA**;

6.2- Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme o artigo 18 do referido diploma legal;

6.3- Ocorrendo a rejeição em algum material, a contratada será notificada pelo destinatário, o órgão contratante, para a retirada do mesmo dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis;

6.4- A recusa da contratada em atender o estabelecido no item anterior implicará em aplicação das sanções previstas na presente **ATA**;

6.5- A contratada será a única responsável pela qualidade do(s) materiais(s) entregue(s);

6.6- A empresa deverá oferecer formalmente um Termo de Garantia, nos termos do Art. 18 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), que deverá ser entregue junto com o objeto da Licitação, pelo prazo de 12 meses a partir do recebimento definitivo do(s) produtos(s) pela Central de Abastecimento/SMS, entendendo como tal a data de adimplemento;

6.7- A contratada deverá observar, na execução da presente **ATA** o disposto na legislação federal, estadual e municipal, em tudo aquilo que for aplicável;

6.8- Dentro do prazo de vigência desta **ATA**, a Contratada será obrigada ao fornecimento dos materiais desde que obedecidas todas as suas condições, conforme previsão do Edital Licitatório que precedeu a sua formalização.

7- DO PAGAMENTO:

7.1- O pagamento será efetuado mediante o processamento dos documentos de cobrança apresentados pela contatada, num prazo máximo de conforme descrito no edital, contados da data do adimplemento da obrigação, considerada como tal a data em que a nota fiscal for certificada pela fiscalização do órgão contratante, que deverá ocorrer após as verificações constantes do subitem 10.2 desta **ATA**;

7.2- Na eventualidade de dúvidas quanto a alguma parte do documento de cobrança, o órgão contratante efetuará o pagamento da parte efetivamente aprovada e a empresa contratada prestará os esclarecimentos

necessários para liquidação do saldo devido;

7.3- Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinente;

7.4- Os pagamentos serão efetuados mediante depósitos bancários. Para tanto, a contratada deverá informar, no documento de cobrança, seus dados bancários (nome e número do banco; nome e código da agência; e número da conta corrente);

7.5- Considerando a forma peculiar de pagamento adotada pela Administração Pública, com a utilização de depósito direto na conta corrente da contratada, é defeso à futura contratada a emissão de duplicatas em função do acordo a ser celebrado. A emissão desse título de crédito, sem prejuízo das providências judiciais cabíveis, por caracterizar ilícito grave, equiparável a emissão de "duplicatas simuladas", demandará o sancionamento da contratada com uma das penas prescritas nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei n° 8.666/93, pelo fato desse ato enquadrar-se na situação disposta no inciso III, do art. 88, do mesmo diploma legal;

7.6- O pagamento só será efetuado após a verificação da manutenção da habilitação da contratada, seja através da consulta ON-LINE no CADASTRO GERAL para comprovação de que se encontra em dia com suas obrigações para com a Receita Federal e com o sistema da Seguridade Social, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito junto ao INSS e do Certificado de Regularidade junto ao FGTS e Tributos Federais;

7.7- Caso a **ATA** seja assinada com o CNPJ da filial diverso daquele apresentado na sessão pública pela matriz, com a conseqüente emissão da Nota de Empenho e Nota Fiscal com o CNPJ da filial, o pagamento só será realizado após a constatação da regularidade da filial relativa à Seguridade

Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante consulta ou apresentação das respectivas certidões sem prejuízo do estabelecido no item acima transcrito;

7.8- Conforme disposto no artigo 38 do Decreto 93.872 de 23 de dezembro de 1986, alínea "d" do inciso XIV do artigo 40 da Lei 8.666/93, o pagamento pelos produtos poderá ser, conforme a necessidade no órgão contratante, antecipado, mediante a apresentação de seguro-garantia ou fiança bancária, no valor total da parcela adiantada.

8- DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

8.1- A Contratada, na hipótese de inadimplência parcial ou total, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior previstos na presente **ATA**, devidamente comprovados, estará sujeita às seguintes penalidades, garantida a sua prévia defesa no respectivo processo:

8.1.1- Advertência;

8.1.2- Multa; e,

8.1.3- Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Municipalidade de GAÚCHA DO NORTE-MT por prazo não superior a dois (2) anos.

8.2- Das Multas:

8.2.1- As multas impostas à Contratada serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

8.3- Da aplicação das penalidades:

8.3.1- As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

8.4- Da cumulatividade:

8.4.1- A aplicação da penalidade "multa" não impede que o órgão contratante rescinda unilateralmente o acordo e venha a aplicar, cumulativamente, a sanção prevista no subitem 8.1.3.

8.5- Da aplicação das multas:

8.5.1- Multa por atraso da entrega:

8.5.1.1- As multas, caso aplicadas, serão calculadas tomando por base o valor total da parcela em atraso devidamente atualizado, conforme índice adotado para a atualização monetária no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso até o trigésimo dia.

8.5.2- Multa compensatória;

8.5.2.1- Decorridos mais de trinta (30) dias de atraso da entrega do objeto, será aplicada uma multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor do objeto, pelos danos causados pela inadimplência do fornecedor.

8.6- Caso a Contratada descumpra o que prevê o item 6.3 desta **ATA**, ser-lhe-á aplicada multa correspondente a 0,1% (um décimo por cento) por dia sobre o valor do bem rejeitado, a contar do término do prazo estabelecido naquele item para retirada da mesma.

9- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

9.1- O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito, quando: 9.1.1- O Fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta **ATA**;

9.1.2- O Fornecedor der causa a rescisão administrativa de acordo (ou instrumento equivalente) decorrente de Registro de Preços, a critério do órgão contratante;

9.1.3- Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de acordo (ou instrumento equivalente) decorrente de Registro de Preços, se assim for decidido pelo órgão contratante;

9.1.4- Não aceitar reduzir o(s) preço(s) registrado(s) se este(s) se tornar(em) superior(es) ao(s) praticados(s) no mercado;

9.1.5- Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pelo órgão contratante;

9.1.6- Pelo Fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitados de cumprir as exigências desta **ATA**, ou, a juízo do órgão contratante, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei nº 8.666/93.

9.2- A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente **ATA,** assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação da defesa.

9.3- No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

10- DA FISCALIZAÇÃO:

10.1- A Registrada deverá facilitar o trabalho de fiscalização a cargo do órgão contratante;

10.2- A fiscalização do cumprimento do acordo decorrente desta **ATA** será exercida por servidor habilitado, designado formalmente órgão contratante, para tal, investido de plenos poderes para:

10.2.1- Recusar o material em desacordo com o objeto;

10.2.2- Promover a liquidação do respectivo documento de cobrança;

10.2.3- Tomar as ações iniciais para a consecução das medidas cabíveis para os casos amparados pelos itens 8 e 9 a serem executados pelo órgão contratante;

10.2.4- Tomar quaisquer outras medidas julgadas necessárias para a perfeita execução do objeto.

10.3- A cada entrega de material, o órgão contratante poderá selecionar, a seu critério, amostras dos itens entregues, a fim de serem submetidas a exames, visando à verificação do cumprimento das condições estabelecidas no Edital Licitatório. O tempo médio de análise é de 30 (trinta) dias. As despesas decorrentes dos exames a serem realizados serão custeadas pelo órgão contratante;

10.4- A rejeição dos lotes não justificará atrasos em relação ao prazo de entrega fixado.

11- DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORMA MAIOR:

11.1- Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da **ATA** ou não aplicação de multas, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a afetar a entrega dos produtos no local onde estiver sendo executado o objeto do acordo:

11.1.1- Greve geral;

11.1.2- Calamidade pública;

11.1.3- Interrupção dos meios de transporte;

11.1.4- Condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e,

11.1.5- Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Novo Código Civil Brasileiro. 11.2- Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela Contratada perante o órgão contratante;

11.3- Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado ao órgão contratante, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

12- DA CONTRATAÇÃO:

12.1- O compromisso para fornecimento dos materiais registrados nesta **ATA** será efetivado através de emissão de nota de empenho específica com a empresa, que terá força de contrato;

VONEY RODRIGUES GOULART

RFP MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA EPP

GAÚCHA DO NORTE, 02 de fevereiro de 2021

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS

LOTE 1

Quant.: 1

Num: 088

215.000,00

Total: 215.000,00

Item: 1

Unidade: UN Marca: MERCEDES BENZ Modelo: SPRINTER 416 AMBULANCIA

Descrição: AQUISIÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA TIPO "D" FURGÃO

Quantidade: 1 **Valor Unit.: 215.000,00** Total Item: 215.000,00

VALOR TOTAL DO CONTRATO: 215.000,00

EXTRATO DE CONTRATO 122/2021

Contrato nº. 122/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **LUCIANA KEMPA DOS SANTOS**

CPF: 026.690.359-22

Objeto: Contratado (a) no cargo de: PROFESSOR DE LICENCIATURA PLENA 30_HRS

Legalidade:LC 05 e LO 1008/2020

Vigência: 01/02/2021

Valor Mensal: 2.487,60

Data Assinatura: 01/02/2021

Fonte: Or.12/Un. 004/Proj. Atv .20067/ El. 3190110000/ CR 542

ERRATA-EXTRATO DE CONTRATO 117/2021

ONDE DE SE LÊ:

Contrato nº. 117/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: ALICE APARECIDA DOS SANTOS ROCHA

CPF: 051.059.591-08

Objeto: Contratado (a) no cargo de: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Legalidade:LC 05 e LO 1008/2020

Vigência: 02/02/2021

Valor Mensal: 1.151,09

Vigência: 02/02/2021

Data Assinatura: 02/02/2020

Fonte: Or.12/Un. 004/Proj. Atv .20068/ El. 3190110000/ CR 548

LEIA SÊ:

Contrato nº. 117/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: ALICE APARECIDA DOS SANTOS ROCHA

CPF: 051.059.591-08

Objeto: Contratado (a) no cargo de: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Legalidade:LC 05 e LO 1008/2020

Vigência: 02/02/2021

Valor Mensal: 1.151,09Vigência: 02/02/2021

Data Assinatura: 02/02/2021

Fonte: Or.12/Un. 004/Proj. Atv .20068/ El. 3190110000/ CR 548

ATA DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAUCHA DO NORTE - MT GAÚCHA DO NORTE-MT

ATA DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021

Processo Administrativo Nº 006/2021 Tipo: REGISTRO DE PREÇO

PREGOEIRO: NEILLA FELIZARDA DE SOUZA

Data de Publicação: 20/01/2021 16:53:41

Item: 1 Unidade: UN

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 02/02/2021 07:23:23 AQUISIÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA TIPO "D" FURGÃO

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Marca: MERCEDES BENZ Modelo: SPRINTER 416 AMBULANCIA

Descrição: AQUISIÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA TIPO "D" FURGÃO

Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 215.000,00 **Valor Total:** 215.000,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
1 RFP MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA EPP	088	31.762.716/0001-50	275.107,00	215.000,00	Não
2 CONCEITO ESCRITÓRIO, COMÉRCIO E SERVIÇOS	044	20.250.792/0001-60	275.000,00	219.990,00	Sim
3 REAVEL VEICULOS EIRELI	029	30.260.538/0001-04	275.000,00	226.500,00	Não
4 FAVORITA COMERIO E SERVIÇOS LTDA	026	21.380.013/0001-03	275.000,00	232.000,00	Sim
5 MANUPA COMERCIO, EXPORTACAO, IMPORTACAO	057	03.093.776/0006-04	300.000,00	232.490,00	Não
6 BELLAN TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA	021	18.093.163/0001-21	275.107,00	250.000,00	Não

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
INOVACAO DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA	002 36.374.273/0001-43	280.000,00	214.999,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social Num Documento Oferta Inicial Oferta Final ME INABILITADOS

AUTORIDADE: VONEY RODRIGUES GOULART

Gerado em: 02/02/2021 07:23:26

1 de 1

EXTRATO DE CONTRATO 118/2021

Contrato nº. 118/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **LUCIANA DA SILVA ALVES**

CPF: 038.994.631-10

Objeto: Contratado (a) no cargo de: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Legalidade:LC 05 e LO 1008/2020

Vigência: 01/02/2021

Valor Mensal: 1.151,09

Data Assinatura: 01/02/2021

Fonte: Or.12/Un. 004/Proj. Atv .20068/ El. 3190110000/ CR 548

EXTRATO DE CONTRATO 120/2021

Contrato nº. 120/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **ELIZANGELA RODRIGUES MORAES**

CPF: 041.724.351-06

Objeto: Contratado (a) no cargo de: AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Legalidade:LC 05 e LO 1008/2020

Vigência: 01/02/2021

Valor Mensal: 1.151,09

Data Assinatura: 01/02/2021

Fonte: Or.12/Un. 004/Proj. Atv .20068/ El. 3190110000/ CR 548

PORTARIA N° 83 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

PORTARIA N° 83 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

"**DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE VISTORIA E AVALIAÇÃO DOS ÔNIBUS TERCEIRIZADOS DO TRANSPORTE ESCOLAR 2021 E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.** "

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal de Gaúcha do Norte;

CONSIDERANDO a necessidade de se garantir um transporte escolar digno e condizente com as exigências legais.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão de Vistoria e Avaliação dos Ônibus do Transporte escolar 2021 sendo, ficando para esta nomeados os seguintes membros:

Valdecir Botini, CPF: 550.547.571-04 representante do Detran de Gaúcha do Norte –MT.

Adir Rosa, CPF: 550.540.641-68 representante da Assessoria Pedagógica (SEDUC)de gaúcha do Norte.

Jucimar Silverio de Arruda, CPF: 015.605.861-84 Eletricista Automotivo.

Daniela Abrili Virissimo, CPF: 050.801.879-05 representante do Departamento de Frotas.

Dirlei Moreira Batista, CPF: 012.428.771-93 representantes da parte mecânica da Secretaria de Educação do Município.

Rodrigo Bozoki, CPF: 024.480.941-01 Coordenador Pedagógico e Transporte Escolar do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte, 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO 120/2021

Contrato nº. 120/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **NILVA LAIZA BONI KREBS**

CPF: 030.941.599-31

Objeto: Contratado (a) no cargo de: PROFESSOR DE LICENCIATURA PLENA 30_HRS

Legalidade:LC 05 e LO 1008/2020

Vigência: 01/02/2021

Valor Mensal: 2.487,60

Data Assinatura: 01/02/2021

Fonte: Or.12/Un. 004/Proj. Atv .20067/ El. 3190110000/ CR 542

EXTRATO DE CONTRATO 119/2021

Contrato nº. 119/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **FABRICIA REZENDE VAZ**

CPF: 325.027.338-47

Objeto: Contratado (a) no cargo de: PROFESSOR DE LICENCIATURA PLENA_30HRS

Legalidade:LC 05 e LO 1008/2020

Vigência: 01/02/2021

Valor Mensal: 2.487,60

Data Assinatura: 01/02/2021

Fonte: Or.12/Un. 004/Proj. Atv .20067/ El. 3190110000/ CR 542

EXTRATO DE CONTRATO 123/2021

Contrato nº. 123/2021

Contratante: Município de Gaúcha do Norte

Cnpj: 01.614.639/0001-01

Contratado: **LEILIANE PEREIRA SILVEIRA**

CPF: 045.447.041-03

Objeto: Contratado (a) no cargo de: PROFESSOR DE LICENCIATURA PLENA 30_HRS

Legalidade:LC 05 e LO 1008/2020

Vigência: 01/02/2021

Valor Mensal: 2.487,60

Data Assinatura: 01/02/2021

Fonte: Or.12/Un. 004/Proj. Atv .20067/ El. 3190110000/ CR 542

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

DECRETO Nº 955, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

"SUSPENSÃO DE TODO E QUALQUER PAGAMENTO QUE ACARRETE AUMENTO AOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS"

Excelentíssima Senhora **Gheysa Maria Bonfim Borgato**, Prefeita Municipal de Glória D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, conforme o artigo 84, inciso IX da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º - SUSPENDER até 31 de dezembro de 2021 a concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros de Poder ou de órgão, servidores e empregados públicos, com base no Art. 7º e 8º da Lei Complementar Federal n.º 173/2020, de 27 de Maio de 2020, do Município de Glória D' Oeste – MT.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2021 (1º dia útil da atual gestão).

Art.3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Glória D'Oeste/MT, 01 de fevereiro de 2021.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Prefeita Municipal

EDITAL DE PUBLICAÇÃO N° 001/2021

A Senhora Gheysa Maria Bonfim Borgato, Prefeita Municipal de Glória D'oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições em cumprimento ao artigo 31, § 3° da Constituição Federal, artigo 209 da Constituição Estadual, comunica que as Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - MT, referente ao **Exercício Financeiro De 2020**, encontra-se a disposição para apreciação dos cidadãos e instituições da sociedade, os quais poderão questionar-lhes a legitimidade.

GLÓRIA D'OESTE — MT, 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 954 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

Estabelece horário de expedientes da Prefeitura Municipal de Glória D´Oeste, e da outras Providências.

Excelentíssima Senhora **Gheysa Maria Bonfim Borgato**, Prefeita Municipal de Glória D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, conforme o artigo 84, inciso IX da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Artigo 1º - Fica estabelecido que o expediente da Prefeitura Municipal de Glória D´Oeste MT, sede administrativa, que passa a ser das 7:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas, a partir de 02 de fevereiro de 2021.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Artigo 3º - Revogam as disposição em contrário, especialmente o Decreto n.º 918 de 26 de Outubro de 2020.

Registra-se ,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Glória D' Oeste/MT, 01 de Fevereiro de 2.021.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2021

A Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, com sede na Av. Santa Catarina n° 314, centro, Itanhangá-MT, através de sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio nomeados pela Portaria n° 016/2021 de 04 de janeiro de 2021, torna público que encontra-se aberta na Modalidade **Pregão Presencial n° 010/2021**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que tem por objeto o **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SER-**

VIÇOS DE FORNECIMENTO DE SEGURO TOTAL EM VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT". Regem a presente licitação a lei Federal n° 10.520/02, subsidiariamente, a Lei n° 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **17 de fevereiro de 2021, às 08:00hs (oito horas)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itanhangá. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no setor de licitações de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 ás 17:00 horas, dos dias úteis, ou pelo telefone (66) 3578-2500, ou no site da prefeitura: www.itanhanga.mt.gov.br ou solicitado pelo e-mail: licitacao@itanhanga.mt.gov.br.

Itanhangá-MT, 02 de fevereiro de 2021.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2021

A Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, nomeados através da Portaria n° 016/2021 de 04/01/2021, torna público para conhecimento dos interessados que na Licitação tipo **Pregão Presencial n° 005/2021**, instaurada para o **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E VESTUÁRIOS PARA SERVIDORES MUNICIPAIS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT". ,** sagrou-se vencedora a seguinte empresa: **ALFAIATARIA DE UNIFORMES EIRELI – EPP – CNPJ: 23.603.476/0001-12** sagrou-se vencedora com o valor total de R$ 90.026,00 (noventa mil e vinte e seis reais).

Itanhangá-MT, 02 de fevereiro de 2021.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

GABINETE DO PREFEITO
LEIS

LEI MUNICIPAL Nº 556/2021

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCICIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições autorizadas por Lei, faz saber que à Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o poder executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar, por superávit financeiro do exercício anterior, nos termos do artigo 41, inciso I da Lei 4.320/64, no valor de até R$ 5.661.962,17 (Cinco Milhões, seiscentos e sessenta e um mil, novecentos e sessenta e dois reais e dezessete centavos), para utilização do saldo financeiro existentes nas contas bancárias classificadas como Fontes 3 nas dotações orçamentárias dispostas no orçamento vigente.

Art. 2º - Para fazer face ao Crédito Autorizado no Artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes de Superávit Financeiro do Exercício Anterior, devidamente consignados no Demonstrativo de Saldo Financeiros com as Contas transferidas em fontes no grupo 3, nos termos do artigo 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64, e no detalhamento conforme Anexo 1 – Demonstrativo de Saldos, que é parte integrante do presente projeto de lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 02 fevereiro de 2021

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 557/2021

SÚMULA: "Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover o incentivo a arrecadação do IPTU/2021, com sorteio de prêmios e dá outras providências"

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições autorizadas por Lei, faz saber que à Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover campanha publicitária incentivadora, sortear prêmios, objetivando o incremento na arrecadação do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano relativo ao exercício de 2021.

Art. 2º A Campanha a que se refere o Art. 1° desta Lei terá como incentivo, a seguinte premiação:

I. Primeiro Prêmio: R$ 5.000,00 (cinco mil reais);

II. Segundo Prêmio: R$ 4.000,00 (quatro mil reais);

III. Terceiro Prêmio: R$ 3.000,00 (três mil reais);

IV. Quarto Prêmio: R$ 1.000,00 (um mil reais);

V. Quinto Prêmio: R$ 1.000,00 (um mil reais);

VI. Sexto Prêmio: R$ 1.000,00 (um mil reais);

VII. Sétimo Prêmio: R$ 1.000,00 (um mil reais);

VIII. Oitavo Prêmio: R$ 1.000,00 (um mil reais);

IX. Nono Prêmio: R$ 500,00 (quinhentos reais);

X. Décimo Prêmio: R$ 500,00 (quinhentos reais).

Art.3º Os prêmios citados no artigo 2° desta Lei serão sorteados pelo sistema cumbuca, aberto ao público em geral, com a presença de no mínimo 02(dois) vereadores, no dia 07/09/2021, em horário a ser definido e divulgado, na Praça Municipal União da Vitória, nesta Cidade;

§ 1º - Os prêmios em dinheiro serão pagos aos proprietários dos imóveis contemplados nos sorteios, através de Depósito em Conta Corrente ou Poupança em nome do favorecido, deduzindo-se dos valores a alíquota do Imposto de Renda e/ou dívidas de anos anteriores com o fisco municipal, inscrita em nome do contribuinte contemplado, de acordo com o estabelecido pela legislação pertinente.

§ 2º - Caso o Contribuinte contemplado não tenha conta bancária em seu nome, o depósito poderá ser realizado na conta de outrem, mediante sua autorização, com firma reconhecida em Cartório.

§ 3º - Eventuais débitos em nome do contemplado, referente a tributos de qualquer natureza, serão descontados do valor do prêmio a ser depositado;

§ 4º - Caso o contribuinte contemplado tenha dívida superior ao valor do prêmio sorteado, o desconto será parcial até o limite do prêmio, devendo o restante da dívida ser quitado pelo devedor.

Art. 4º O contribuinte participará do sorteio através do IPTU/2021 de cada Imóvel cadastrado em seu nome e devidamente quitado, porém somente poderá ser sorteado uma única vez.

Parágrafo Único. O contribuinte contemplado em um dos sorteios não terá direito a participar dos demais. Caso seu carnê seja sorteado será realizado imediatamente novo sorteio;

Art. 5º Para atender as despesas decorrentes desta Lei, serão utilizadas as seguintes dotações orçamentárias dispostas no orçamento vigente:

03 - Secretaria Municipal de Finanças

03.001 - Gabinete do Secretário

03.001.04 - Administração

03.001.04.123 - Administração Financeira

03.001.04.123.0007 - Gestão Administrativa

03.001.04.123.0007.2139 **–** Programas de Incentivo à Arrecadação Municipal

03.001.04.123.0007.2139.3390- Aplicações Diretas

PARÁGRAFO ÚNICO. O detalhamento da natureza de despesa no orçamento vigente terá o seguinte desdobramento:

3390.31.000000 – RED 046 – Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e outras; Fonte: 0.1.00.000000 – Recursos ordinários.

Art. 6º A campanha incentivadora obedecerá às disposições contidas nesta Lei, sendo as demais regulamentações, definidas através de decreto municipal expedido pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 02 fevereiro de 2021

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 109/2021

SUMULA: “Altera Lei Complementar 024/2009, para aumentar o número de vagas nos cargos que dispõe e dá outras providências.”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições autorizadas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Ficam alteradas o número de vagas dos seguintes cargos efetivos:

a) Enfermeiro(a) 40 horas passa a ser 08 (oito) vagas;

b) Fisioterapeuta 20 horas passa a ser 03 (três) vagas;

c) Psicólogo(a) 40 horas passa a ser 03 (três) vagas, e;

d) Nutricionista 40 horas passa a ser 02 (duas) vagas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 02 de fevereiro de 2021

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2021

SUMULA: “Altera Lei Complementar 023/2009 para aumentar o número de vagas nos cargos que dispõe e dá outras providências.”

O Excelentíssimo Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições autorizadas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Ficam alteradas o número de vagas dos seguintes cargos efetivos:

a) Técnico Administrativo Educacional 40 horas passa a ser 07 (sete) vagas, e;

b) Professor Licenciatura Plena 24 horas passa a ser 30 (trinta) vagas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 02 de fevereiro de 2021

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO N.º 116/2020 DE: 02.12.2020

“Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 1.391.321,87 (Hum Milhão trezentos e noventa e um mil trezentos e vinte um reais e oitenta e e sete centavos), no Orçamento do Poder Executivo Municipal para o Exercício 2020, e da outras providências”.

HUMBERTO BORTOLINI, Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1086/2020 de 24/04/2020.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R$ 1.391.321,87 (Hum Milhão trezentos e noventa e um mil trezentos e vinte um reais e oitenta e sete centavos) destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO ATIVIDADE	DOTAÇÃO	RECURSO	ELEMENTO DESPESAS	VALOR
2.005	57	0000 -	33909100000000	6.866,25
1.068	776	0000 -	44905200000000	397.222,99
1.068	776	0000 -	44905200000000	227.481,19
1.068	776	0000 -	44905200000000	214.052,52
1.068	776	0000 -	44905200000000	287.575,90
1.068	776	0000 -	44905200000000	200.000,00
2.014	153	0000 -	33903900000000	3.000,00
2.051	459	0000 -	46907100000000	53.820,57
2.151	1373	0000 -	33903900000000	132,45
2.125	1153	0201 -	33903600000000	1.170,00
TOTAL				**1.391.321,87**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III, da Lei 4.320/64 resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO ATIVIDADE	DOTAÇÃO	RECURSO	ELEMENTO DESPESAS	VALOR
2.150	1354	0000 -	33903000000000	6.866,25
2.014	146	0000 -	31901300000000	1.886,16
2.014	148	0000 -	31911300000000	3.473,30
2.015	156	0000 -	31901100000000	5.116,19
2.015	159	0000 -	31911300000000	3.312,78
2.016	170	0000 -	31909400000000	1.000,00
2.017	177	0000 -	31901100000000	3.076,73
2.017	178	0000 -	31901300000000	3.656,16
2.017	179	0000 -	31909400000000	6.203,73
2.019	200	0000 -	31909400000000	1.000,00
2.020	210	0000 -	31909400000000	1.000,00
2.020	216	0000 -	33904600000000	600,00
2.021	220	0000 -	31909400000000	1.000,00
2.022	230	0000 -	31909400000000	1.000,00
2.023	241	0000 -	31911300000000	3.663,90
2.023	246	0000 -	33904600000000	1.400,00
2.024	250	0000 -	31909400000000	4.128,20
2.027	277	0000 -	31901100000000	10.695,55
2.027	279	0000 -	31909400000000	7.266,55
2.028	288	0000 -	31909400000000	1.000,00
2.028	286	0000 -	31901100000000	700,34
2.029	315	0000 -	31901100000000	18.528,94
2.034	352	0000 -	31901100000000	34.351,00
2.034	355	0000 -	31911300000000	2.881,55
2.036	373	0000 -	31901100000000	3.043,68
2.036	375	0000 -	31909400000000	1.000,00
2.036	376	0000 -	31911300000000	1.119,84
2.038	391	0000 -	31901100000000	5.628,80

2.039	405	0000 -	31901100000000	5.334,72
2.040	416	0000 -	31901100000000	5.068,58
2.040	417	0000 -	31901300000000	2.521,21
2.042	436	0000 -	31901100000000	9.279,68
2.042	437	0000 -	31901300000000	848,86
2.043	447	0000 -	31901100000000	4.310,70
2.043	449	0000 -	31909400000000	1.000,00
2.043	450	0000 -	31911300000000	1.073,81
2.045	484	0000 -	31901300000000	1.702,62
2.045	492	0000 -	33904600000000	1.200,00
2.046	493	0000 -	31901100000000	44.816,48
2.046	495	0000 -	31909400000000	1.000,00
2.046	496	0000 -	31911300000000	5.233,63
2.063	505	0101 -	31901300000000	1.000,00
2.063	506	0101 -	31909400000000	1.000,00
2.063	507	0101 -	31911300000000	1.572,69
2.065	557	0101 -	31901100000000	9.735,32
2.065	558	0101 -	31901300000000	1.000,00
2.065	559	0101 -	31909400000000	1.000,00
2.066	569	0101 -	31909400000000	1.000,00
2.066	570	0101 -	31911300000000	2.382,46
2.067	579	0101 -	31909400000000	1.000,00
2.074	591	0101 -	31901300000000	1.000,00
2.074	592	0101 -	31909400000000	1.000,00
2.080	614	0101 -	31909400000000	3.286,71
2.081	626	0101 -	31909400000000	3.000,00
2.081	627	0101 -	31911300000000	1.278,57
2.184	637	1015 -	31909400000000	1.000,00
2.069	668	0101 -	31911300000000	2.602,78
2.069	673	0000 -	33904600000000	1.000,00
2.091	699	0104 -	31900400000000	3.393,37
2.091	1754	0104 -	33900800000000	1.222,08
2.094	717	0104 -	31901100000000	8.641,22
2.094	718	0104 -	31901300000000	1.000,00
2.094	720	0104 -	31911300000000	1.498,58
2.095	725	0104 -	31901300000000	1.000,00
2.095	726	0104 -	31909400000000	1.901,66
2.096	732	0103 -	31901300000000	1.000,00
2.096	733	0103 -	31909400000000	1.000,00
2.097	737	0104 -	31901300000000	868,00
2.098	791	0000 -	31900400000000	12.799,22
2.098	794	0000 -	31909400000000	1.000,00
2.098	795	0000 -	31911300000000	4.195,02
2.100	814	0000 -	31909400000000	1.000,00
2.100	815	0000 -	31911300000000	8.930,77
2.100	1763	0000 -	33900800000000	811,04
2.100	816	0000 -	33901400000000	1.000,00
2.100	818	0000 -	33903300000000	1.000,00
2.102	835	0000 -	31909400000000	1.000,00
2.103	843	0000 -	31901100000000	2.425,29
2.103	844	0000 -	31901300000000	3.885,08
2.103	846	0000 -	31911300000000	1.425,49
2.104	853	0000 -	31901100000000	7.551,93
2.104	854	0000 -	31901300000000	3.516,78
2.105	865	0000 -	31909400000000	2.079,08
2.106	874	0000 -	31901300000000	1.705,36
2.107	884	0000 -	31901300000000	6.851,18
2.107	891	0000 -	33904600000000	1.160,00
2.108	893	0000 -	31901100000000	1.617,57
2.108	894	0000 -	31901300000000	1.412,55
2.109	937	0000 -	31900400000000	29.978,01
2.109	940	0000 -	31909400000000	2.352,54
2.109	941	0000 -	31911300000000	8.387,83
2.110	948	0000 -	31901100000000	4.242,25
2.110	949	0000 -	31901300000000	1.449,22
2.110	951	0000 -	31911300000000	11.059,31
2.112	968	0000 -	31901100000000	919,56
2.112	969	0000 -	31901300000000	1.852,67
2.112	970	0000 -	31909400000000	4.108,11
2.113	986	0000 -	33904600000000	1.000,00
2.115	1042	0201 -	31901300000000	2.000,00
2.115	1043	0201 -	31909400000000	2.106,74
2.116	1054	0201 -	31901300000000	5.807,71
2.116	1055	0201 -	31909400000000	6.686,39
2.116	1778	0201 -	33900800000000	708,28
2.116	1063	0000 -	33904600000000	9.480,00
2.117	1066	0201 -	31901300000000	7.890,01
2.117	1067	0201 -	31909400000000	6.080,89
2.118	1078	0201 -	31909400000000	1.000,00
2.118	1080	0201 -	33901400000000	1.000,00
2.120	1104	0000 -	33904600000000	1.680,00
2.121	1108	0201 -	31909400000000	1.000,00
2.122	1116	0201 -	31901100000000	1.884,52
2.122	1119	0201 -	31911300000000	1.808,31
2.122	1117	0201 -	31901300000000	1.000,00
2.124	1138	0201 -	31909400000000	13.084,65
2.127	1166	0014 -	31900400000000	23.360,00
2.128	1176	0042 -	31900400000000	8.716,80
2.128	1175	0014 -	31900400000000	844,28
2.128	1177	0014 -	31901100000000	11.817,14
2.129	1195	0014 -	31909400000000	1.000,00
2.130	1197	0014 -	31900400000000	7.481,76
2.130	1200	0014 -	31909400000000	1.000,00
2.131	1206	0014 -	31900400000000	539,39
2.131	1207	0014 -	31901100000000	880,84
2.131	1209	0014 -	31909400000000	1.000,00
2.133	1214	0014 -	31901100000000	120,00
2.133	1215	0014 -	31909400000000	1.000,00
2.135	1224	0201 -	31909400000000	1.000,00
2.135	1225	0201 -	31911300000000	1.465,09
2.135	1230	0000 -	33904600000000	3.420,00
2.136	1231	0014 -	31900400000000	111,36
2.136	1235	0014 -	31911300000000	1.000,00
2.139	1248	0201 -	31909400000000	1.000,00
2.143	1265	0014 -	31900400000000	22.685,85
2.143	1267	0014 -	31901300000000	280,00
2.143	1268	0014 -	31909400000000	2.094,93
2.143	1269	0014 -	31911300000000	1.000,00
2.143	1798	0014 -	33900800000000	100,00
2.209	1882	0201 -	31909400000000	1.000,00
2.209	1887	0042 -	31909400000000	1.000,00
2.209	1889	0014 -	31909400000000	1.000,00
2.209	1914	0014 -	31909400000000	1.000,00
2.209	1912	0042 -	31909400000000	1.000,00
2.209	1907	0126 -	31909400000000	1.000,00
2.209	1902	0201 -	31909400000000	1.000,00
2.209	1948	0014 -	33909300000000	5.460,00
2.209	1944	0000 -	33909300000000	1.492,00
2.209	1945	0000 -	33909300000000	1.792,00
2.209	1946	0014 -	33909300000000	34.720,00
2.209	1947	0014 -	33909300000000	3.744,00
2.145	1289	0000 -	31911300000000	3.403,77
2.145	1295	0000 -	33904600000000	2.560,00
2.145	1292	0000 -	33903300000000	1.000,00
2.146	1307	0000 -	31901100000000	1.273,26
2.147	1317	0000 -	31901100000000	9.405,26
2.147	1318	0000 -	31901300000000	6.935,19
2.147	1319	0000 -	31909400000000	1.000,00
2.147	1320	0000 -	31911300000000	1.000,00
2.147	1325	0000 -	33904600000000	740,00
2.148	1330	0000 -	31911300000000	400,00
2.149	1803	0000 -	33900800000000	100,00
2.149	1346	0000 -	33904600000000	420,00
2.150	1348	0000 -	31900400000000	9.270,13
2.150	1349	0000 -	31901100000000	21.251,33
2.150	1350	0000 -	31901300000000	5.986,77
2.150	1351	0000 -	31909400000000	3.360,30
2.150	1352	0000 -	31911300000000	3.897,21
2.150	1804	0000 -	33900800000000	100,00
2.150	1357	0000 -	33904600000000	1.500,00
2.151	1365	0000 -	31901300000000	1.000,00
2.151	1366	0000 -	31909400000000	22,03
2.151	1805	0000 -	33900800000000	100,00
2.151	1371	0000 -	33903300000000	1.000,00
2.153	1375	0000 -	31901100000000	24.283,74
2.153	1376	0000 -	31901300000000	3.083,77
2.153	1377	0000 -	31909400000000	303,66
2.153	1380	0000 -	33903300000000	1.000,00
2.153	1381	0000 -	33903600000000	739,70
2.153	1383	0000 -	33904600000000	2.600,00
2.152	1406	0000 -	31901300000000	1.000,00
2.152	1407	0000 -	31909400000000	1.000,00
2.152	1408	0000 -	31911300000000	1.000,00
2.152	1806	0000 -	33900800000000	100,00
2.203	1414	0000 -	31900400000000	13.145,24
2.203	1415	0000 -	31901100000000	28.498,75

2.203	1418	0000 -	31911300000000	4.123,79
2.203	1423	0000 -	33904600000000	1.820,00
2.161	1435	0000 -	33904600000000	1.000,00
2.162	1441	0000 -	31901300000000	726,00
2.163	1450	0000 -	31901100000000	10.397,34
2.163	1452	0000 -	31909400000000	1.000,00
2.163	1811	0000 -	33900800000000	100,00
2.163	1458	0000 -	33904600000000	340,00
2.164	1471	0000 -	31901300000000	1.223,14
2.164	1812	0000 -	33900800000000	100,00
2.164	1478	0000 -	33904600000000	1.100,00
2.165	1813	0000 -	33900800000000	100,00
2.165	1488	0000 -	33904600000000	300,00
2.166	1492	0000 -	31909400000000	1.000,00
2.166	1498	0000 -	33904600000000	2.000,00
2.168	1530	0000 -	31911300000000	2.554,41
2.168	1536	0000 -	33904600000000	2.500,00
2.169	1541	0000 -	31911300000000	3.662,25
2.169	1547	0000 -	33904600000000	1.800,00
2.170	1552	0000 -	31911300000000	143,00
2.170	1817	0000 -	33900800000000	100,00
2.170	1557	0000 -	33904600000000	220,00
2.171	1558	0000 -	31900400000000	250,00
2.171	1559	0000 -	31901100000000	717,36
2.171	1561	0000 -	31909400000000	291,90
2.171	1818	0000 -	33900800000000	100,00
2.171	1567	0000 -	33904600000000	1.100,00
2.172	1571	0000 -	31909400000000	2.966,35
2.173	1589	0000 -	31901100000000	16.416,87
2.173	1591	0000 -	31909400000000	1.000,00
2.173	1820	0000 -	33900800000000	100,00
2.173	1597	0000 -	33904600000000	1.120,00
2.175	1821	0000 -	33900800000000	100,00
2.176	1615	0000 -	31909400000000	1.000,00
2.176	1822	0000 -	33900800000000	100,00
2.177	1625	0000 -	31901300000000	539,37
2.177	1823	0000 -	33900800000000	100,00
2.178	1636	0000 -	31901300000000	1.488,44
2.178	1824	0000 -	33900800000000	100,00
2.178	1641	0000 -	33903300000000	1.000,00
2.179	1647	0000 -	31901300000000	1.736,82
2.179	1649	0000 -	31911300000000	578,02
2.179	1825	0000 -	33900800000000	100,00
2.179	1654	0000 -	33904600000000	780,00
2.180	1656	0000 -	31901100000000	596,96
2.180	1826	0000 -	33900800000000	100,00
2.180	1664	0000 -	33904600000000	800,00
2.181	1668	0000 -	31909400000000	1.000,00
2.181	1669	0000 -	31911300000000	45,30
2.181	1827	0000 -	33900800000000	100,00
2.181	1674	0000 -	33904600000000	300,00
2.182	1679	0000 -	31909400000000	1.000,00
2.182	1680	0000 -	31911300000000	4.984,57
2.182	1684	0000 -	33904600000000	100,00
2.183	1686	0000 -	31901100000000	909,13
2.183	1687	0000 -	31901300000000	179,64
2.183	1829	0000 -	33900800000000	100,00
2.183	1694	0000 -	33904600000000	1.500,00
2.209	1915	0014 -	33903000000000	14.000,00
2.209	1879	0000 -	33903600000000	310,00
2.209	1884	0201 -	33903600000000	11.010,00
2.209	1891	0014 -	33903600000000	3.000,00
2.209	1899	0000 -	33903600000000	3.000,00
2.209	1916	0014 -	33903600000000	9.555,00
2.209	1909	0126 -	33903600000000	860,00
2.209	1917	0014 -	33903900000000	12.000,00
2.209	1910	0126 -	33903900000000	2.000,00
2.209	1900	0000 -	33903900000000	3.000,00
2.209	1880	0000 -	33903900000000	3.000,00
2.209	1885	0201 -	33903900000000	10.020,00
2.209	1905	0201 -	33903900000000	12.000,00
2.209	1892	0014 -	33903900000000	12.000,00
2.145	1290	0000 -	33901400000000	2.000,00
2.145	1291	0000 -	33903000000000	6.694,27
2.145	1293	0000 -	33903600000000	3.730,00
2.145	1294	0000 -	33903900000000	2.863,84
2.146	1313	0000 -	33903600000000	423,59
2.147	1321	0000 -	33901400000000	1.000,00
2.147	1324	0000 -	33903900000000	5.000,00
2.149	1343	0000 -	33903000000000	203,06
2.150	1354	0000 -	33903000000000	1.990,74
2.151	1368	0000 -	33901400000000	1.000,00
2.151	1369	0000 -	33903000000000	17.519,86
2.151	1370	0000 -	33903200000000	341,70
2.151	1372	0000 -	33903600000000	18.254,58
2.151	1373	0000 -	33903900000000	56.651,62
2.153	1378	0000 -	33901400000000	3.940,00
2.153	1379	0000 -	33903000000000	10.619,83
2.153	1382	0000 -	33903900000000	5.334,50
2.154	1384	0000 -	33903000000000	16.238,19
2.154	1385	0000 -	33903200000000	10.000,00
2.155	1386	0129 -	33903000000000	5.243,00
2.156	1387	0143 -	33903000000000	12.591,20
2.159	1396	0129 -	33901400000000	280,00
2.159	1397	0129 -	33903000000000	1,16
2.159	1398	0129 -	33903600000000	9.350,00
2.159	1399	0129 -	33903900000000	549,76
2.160	1400	0129 -	33903000000000	11.924,00
2.160	1401	0129 -	33903600000000	5.000,00
2.160	1402	0129 -	33903900000000	5.000,00
2.207	1832	0129 -	33903000000000	2.485,74
2.207	1833	0129 -	33903600000000	2.000,00
2.207	1834	0129 -	33903900000000	2.000,00
2.209	1930	0129 -	33903000000000	1.480,70
2.209	1926	0127 -	33903000000000	2.000,00
2.209	1934	0143 -	33903000000000	2.000,00
2.209	1894	0000 -	33903200000000	4.800,00
2.152	1409	0000 -	33901400000000	1.000,00
2.203	1419	0000 -	33901400000000	1.000,00
2.203	1420	0000 -	33903000000000	3.130,50
2.203	1421	0000 -	33903600000000	12.000,00
2.203	1422	0000 -	33903900000000	7.919,00
2.161	1430	0000 -	33901400000000	260,00
2.161	1431	0000 -	33903000000000	8.849,40
2.161	1432	0000 -	33903300000000	1.000,00
2.161	1433	0000 -	33903600000000	1.133,00
2.161	1434	0000 -	33903900000000	2.966,94
2.162	1444	0000 -	33901400000000	230,00
2.162	1445	0000 -	33903000000000	120,00
2.162	1446	0000 -	33903600000000	67,40
2.162	1447	0000 -	33903900000000	255,40
2.163	1454	0000 -	33901400000000	530,00
2.163	1455	0000 -	33903000000000	2.285,00
2.163	1456	0000 -	33903600000000	150,00
2.163	1457	0000 -	33903900000000	216,16
2.164	1475	0000 -	33903000000000	1.671,57
2.164	1476	0000 -	33903600000000	400,00
2.165	1484	0000 -	33901400000000	1.000,00
2.165	1485	0000 -	33903000000000	6.680,79
2.166	1494	0000 -	33901400000000	1.000,00
2.166	1495	0000 -	33903000000000	290,83
2.166	1496	0000 -	33903600000000	9.131,87
2.166	1497	0000 -	33903900000000	17.957,50
2.168	1531	0000 -	33901400000000	3.940,00
2.168	1532	0000 -	33903000000000	9.338,48
2.168	1533	0000 -	33903300000000	5.000,00
2.168	1534	0000 -	33903600000000	10.590,00
2.168	1535	0000 -	33903900000000	1.664,43
2.169	1545	0000 -	33903600000000	732,00
2.169	1546	0000 -	33903900000000	6.000,00
2.171	1563	0000 -	33901400000000	950,00
2.171	1566	0000 -	33903900000000	636,11
2.177	1628	0000 -	33901400000000	2.520,00
2.177	1629	0000 -	33903000000000	1.175,14
2.177	1630	0000 -	33903600000000	10.783,00
2.177	1631	0000 -	33903900000000	18.260,00
2.178	1639	0000 -	33901400000000	1.000,00
2.178	1640	0000 -	33903000000000	7.475,04
2.178	1640	0000 -	33903000000000	3.000,00
2.178	1643	0000 -	33903900000000	16.413,00
2.180	1661	0000 -	33903000000000	29.077,00
2.181	1672	0000 -	33903600000000	7.560,00
2.181	1670	0000 -	33901400000000	903,02
2.178	1640	0000 -	33903000000000	1.170,00
TOTAL				**1.391.321,87**

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, ao segundo dia do mês de dezembro de 2020.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA Nº 049/2021

Dispõe sobre DESIGNAÇÃO da Responsável pela Emissão dos Processos de Compras, no âmbito do Poder Legislativo de Itiquira-MT., e, dá outras providências.

Alcides Anfilófio de Campos Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (gestão 2021/2022), no uso das atribuições que lhes confere a Lei **e,**

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a **Sra. MARIA CRISTINA PEREIRA VIEIRA,** brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 934.966.301-59, ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula funcional sob o n.º 003 para emissão dos processos de compras, no âmbito do Poder Legislativo Municipal, **a partir do dia 01 de fevereiro de 2021.**

Parágrafo Único: Havendo a necessidade, a servidora será assessorada pela assessoria jurídica e Unidade de Controle Interno.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data e sua publicação, revogadas as disposições em contrário**.**

Registra-se,

Publica-se. Afixe-se.

Itiquira-MT., 29 de janeiro de 2021.

Alcides Anfilófio de Campos Ferreira

Presidente

(Gestão 2021/2022)

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 083, DE 29 DE JANEIRO DE 2021.

Concede Licença Maternidade à servidora que menciona, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo e o atestado médico, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade a servidora abaixo relacionada:

1. ELENICE SOARES VELASCO, servidora pública do quadro permanente de servidores do Poder Executivo, no Cargo de PROFESSOR, admitida em concurso público, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, sendo o período de gozo de 13/01/2021 à 11/07/2021, devendo retornar ao trabalho no dia 12/07/2021.

Art. 2º -Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo às providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentário e financeiro, se devidas.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13/01/2020.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 29 de janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO N.º 115/2020 DE: 02.12.2020

"Abre Crédito Suplementar por Previsão de Excesso de Arrecadação, no valor de R$ 248.800,00 (duzentos e quarenta e oito mil e oitocentos reais), em favor da Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências".

HUMBERTO BORTOLINI, Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1.109/2020 de 25/11/2020.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Suplementar por Previsão de Excesso de Arrecadação, no valor de R$ 248.800,00 (duzentos e quarenta e oito mil e oitocentos reais), destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	DOTAÇÃO	ELEMENTO DESPESAS	VALOR
2.128	1175	3.1.90.04.00.00.00.00	38.000,00
2.129	1192	3.1.90.11.00.00.00.00	2.500,00
2.129	1196	3.1.91.13.00.00.00.00	300,00
2.130	1198	3.1.90.11.00.00.00.00	1.100,00
2.130	1201	3.1.91.13.00.00.00.00	300,00
2.130	1202	3.3.90.30.00.00.00.00	13.600,00
2.131	1206	3.1.90.04.00.00.00.00	5.000,00
2.136	1231	3.1.90.04.00.00.00.00	38.000,00
2.136	1236	3.3.90.30.00.00.00.00	50.000,00
2.137	1949	3.3.71.41.00.00.00.00	100.000,00
TOTAL			**248.800,00**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III, da Lei 4.320/64 resultantes do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de dezembro de 2020.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA Nº 048/2021

Dispõe sobre DESIGNAÇÃO dos Responsáveis pela inserção de informações no Site Corporativo do Poder Legislativo e, dá outras providências.

Alcides Anfilófio de Campos Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (gestão 2021/2022), no uso das atribuições que lhes confere a Lei **e,**

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, para inserção de informações no Site Corporativo da Câmara Municipal de Itiquira:

DIANDRA ARIELLA SILVA, brasileira, filha Arides Pereira da Silva e Denize Cordeiro Silva, natural de: Rondonópolis-MT, data de nascimento em: 27/11/1989, devidamente inscrita no CPF sob o Nº 025.483.141-97, portadora da Carteira de Identidade nº RG 1870508-1 SSP/MT, data de expedição14/05/2004, matrícula funcional 406.

ELISMAR RODRIGUES DA SILVA, brasileiro, casado, filho de: Nicanor Batista da Silva e Ana Rodrigues da Silva, natural de Mineiros-GO, nascido em: 07/09/1977, devidamente inscrito no CPF sob o n.º 836..959.661-49, portador da Cédula de Identidade sob o n.º: RG 1106074-3 SJ/MT, expedida em: 18/11/1994, matrícula funcional 399.

Parágrafo Único: Para desenvolver esta atividade, os servidores serão orientados pelo responsável da empresa Suporte Informática Web design.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data e sua publicação, revogadas as disposições em contrário**.**

Registra-se,

Publica-se. Afixe-se.

Itiquira-MT, 29 de janeiro de 2021.

Alcides Anfilófio de Campos Ferreira

Presidente

(Gestão 2021/2022)

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO N.º 113/2020 DE: 02.12.2020

"Abre Crédito Suplementar por Previsão de Excesso de Arrecadação, no valor de R$ 1.389.101,61 (um milhão, trezentos e oitenta e nove mil, cento e um reais e sessenta e um centavos), em favor do Gabinete do Prefeito e das Secretarias Municipais de Administração, Planejamento, e Desenvolvimento Urbano, de Finanças Públicas e Arrecadação, de Infraestrutura e Obras, de Assistência Social, de Agricultura e Meio Ambiente, de Esportes, Turismo e Cultura, e de Gestão de Ouro Branco do Sul, e dá outras providências".

HUMBERTO BORTOLINI, Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1.109/2020 de 25/11/2020.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Suplementar por Previsão de Excesso de Arrecadação, no valor de R$ 1.389.101,61 (um milhão, trezentos e oitenta e nove mil, cento e um reais e sessenta e um centavos), destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	DOTAÇÃO	ELEMENTO DESPESAS	VALOR
2.001	3	3.1.90.11.00.00.00.00	33.024,93
2.001	4	3.1.90.13.00.00.00.00	6.332,10
2.001	5	3.1.90.94.00.00.00.00	4.412,99
2.001	6	3.1.91.13.00.00.00.00	270,55
2.002	14	3.1.90.11.00.00.00.00	7.641,72
2.002	15	3.1.90.13.00.00.00.00	860,48
2.002	16	3.1.90.94.00.00.00.00	9.475,76
2.003	28	3.1.91.13.00.00.00.00	578,49
2.003	34	3.3.90.46.00.00.00.00	60,00
2.004	43	3.3.90.46.00.00.00.00	180,00
2.005	47	3.1.90.13.00.00.00.00	157,33
2.005	49	3.1.90.94.00.00.00.00	21.883,70
2.005	50	3.1.91.13.00.00.00.00	1.040,02
2.007	67	3.1.90.11.00.00.00.00	5.082,15
2.007	68	3.1.90.13.00.00.00.00	762,15
2.007	69	3.1.90.94.00.00.00.00	2.891,89
2.007	75	3.3.90.46.00.00.00.00	100,00
2.008	77	3.1.90.11.00.00.00.00	11.273,85
2.008	79	3.1.91.13.00.00.00.00	1.040,02
2.009	89	3.1.90.94.00.00.00.00	871,80
2.009	96	3.3.90.46.00.00.00.00	60,00
2.011	109	3.1.90.11.00.00.00.00	7.581,53
2.011	110	3.1.90.13.00.00.00.00	1.092,09
2.011	111	3.1.90.94.00.00.00.00	7.938,53
2.012	118	3.1.90.11.00.00.00.00	5.127,57
2.012	121	3.1.91.13.00.00.00.00	119,34
2.013	130	3.1.90.11.00.00.00.00	13.611,05
2.013	131	3.1.90.13.00.00.00.00	2.894,88
2.013	132	3.1.90.94.00.00.00.00	8.469,12
2.014	144	3.1.90.04.00.00.00.00	4.469,47
2.014	145	3.1.90.11.00.00.00.00	25.746,11
2.015	157	3.1.90.13.00.00.00.00	1.056,87
2.015	158	3.1.90.94.00.00.00.00	3.907,57
2.018	187	3.1.90.11.00.00.00.00	1.092,10
2.018	189	3.1.90.94.00.00.00.00	3.575,50
2.020	208	3.1.90.11.00.00.00.00	2.716,37
2.021	218	3.1.90.11.00.00.00.00	4.412,44
2.023	237	3.1.90.04.00.00.00.00	10.636,12
2.023	238	3.1.90.11.00.00.00.00	9.088,39
2.023	239	3.1.90.13.00.00.00.00	617,90
2.023	240	3.1.90.94.00.00.00.00	11.733,45
2.024	248	3.1.90.11.00.00.00.00	9.932,89
2.024	249	3.1.90.13.00.00.00.00	564,31
2.024	257	3.3.90.46.00.00.00.00	120,00
2.027	278	3.1.90.13.00.00.00.00	629,66
2.029	317	3.1.90.94.00.00.00.00	23.047,23
2.034	354	3.1.90.94.00.00.00.00	14.946,76
2.035	363	3.1.90.11.00.00.00.00	6.176,65
2.035	364	3.1.90.13.00.00.00.00	73,73
2.035	365	3.1.90.94.00.00.00.00	22.787,11
2.035	366	3.1.91.13.00.00.00.00	254,79
2.035	372	3.3.90.46.00.00.00.00	200,00
2.038	393	3.1.90.94.00.00.00.00	10.675,69
2.039	407	3.1.90.94.00.00.00.00	34.446,72
2.040	418	3.1.90.94.00.00.00.00	780,60
2.041	426	3.1.90.11.00.00.00.00	5.047,12
2.041	427	3.1.90.13.00.00.00.00	1.054,79
2.041	428	3.1.90.94.00.00.00.00	2.592,52
2.042	438	3.1.90.94.00.00.00.00	17.002,46
2.052	460	4.6.90.71.00.00.00.00	34.000,00
2.058	465	4.6.90.71.00.00.00.00	591,49
2.044	471	3.1.90.11.00.00.00.00	999,78
2.044	472	3.1.90.13.00.00.00.00	381,97
2.044	473	3.1.90.94.00.00.00.00	5.962,08
2.045	483	3.1.90.11.00.00.00.00	542,40
2.045	485	3.1.90.94.00.00.00.00	3.390,84
2.064	555	3.3.90.46.00.00.00.00	5.620,00
2.066	575	3.3.90.46.00.00.00.00	60,00
2.080	622	3.3.90.46.00.00.00.00	5.920,00
2.081	634	3.3.90.46.00.00.00.00	1.240,00
1.066	760	3.3.90.36.00.00.00.00	12.000,00
1.067	773	4.4.90.51.00.00.00.00	85.588,23
2.098	792	3.1.90.11.00.00.00.00	5.618,27
2.098	798	3.3.90.36.00.00.00.00	3.000,00
2.099	802	3.1.90.11.00.00.00.00	24.620,74
2.099	803	3.1.90.13.00.00.00.00	3.507,13
2.099	804	3.1.90.94.00.00.00.00	2.372,18
2.099	810	3.3.90.46.00.00.00.00	400,00
2.100	812	3.1.90.11.00.00.00.00	15.268,99
2.101	823	3.1.90.11.00.00.00.00	1.723,20
2.101	826	3.1.91.13.00.00.00.00	174,96
2.102	833	3.1.90.11.00.00.00.00	4.711,06
2.102	836	3.1.91.13.00.00.00.00	7,62
2.103	842	3.1.90.04.00.00.00.00	30.034,61
2.103	845	3.1.90.94.00.00.00.00	3.188,67
2.105	862	3.1.90.04.00.00.00.00	13.496,79
2.105	863	3.1.90.11.00.00.00.00	14.867,28
2.106	872	3.1.90.04.00.00.00.00	6.950,72
2.106	873	3.1.90.11.00.00.00.00	51.413,19
2.106	875	3.1.90.94.00.00.00.00	15.373,50
2.106	876	3.1.91.13.00.00.00.00	4.582,63
2.107	882	3.1.90.04.00.00.00.00	801,87
2.107	883	3.1.90.11.00.00.00.00	8.091,62
2.107	885	3.1.90.94.00.00.00.00	7.421,85
2.107	886	3.1.91.13.00.00.00.00	359,41
2.108	895	3.1.90.94.00.00.00.00	2.762,73
2.109	938	3.1.90.11.00.00.00.00	31.072,53
2.110	947	3.1.90.04.00.00.00.00	16.663,45
2.110	950	3.1.90.94.00.00.00.00	14.862,65
2.110	956	3.3.90.46.00.00.00.00	1.760,00
2.111	958	3.1.90.11.00.00.00.00	7.396,11
2.111	959	3.1.90.13.00.00.00.00	608,87
2.111	960	3.1.90.94.00.00.00.00	16.124,28
2.111	961	3.1.91.13.00.00.00.00	233,34
2.113	978	3.1.90.11.00.00.00.00	2.019,89
2.113	979	3.1.90.13.00.00.00.00	647,40

2.113	980	3.1.90.94.00.00.00.00	5.464,44
2.115	1051	3.3.90.46.00.00.00.00	960,00
2.117	1074	3.3.90.46.00.00.00.00	4.580,00
2.118	1084	3.3.90.46.00.00.00.00	300,00
2.121	1114	3.3.90.46.00.00.00.00	1.560,00
2.123	1134	3.3.90.46.00.00.00.00	640,00
2.124	1145	3.3.90.46.00.00.00.00	460,00
2.125	1155	3.3.90.46.00.00.00.00	600,00
2.126	1165	3.3.90.46.00.00.00.00	1.700,00
2.139	1254	3.3.90.46.00.00.00.00	760,00
2.145	1285	3.1.90.04.00.00.00.00	1.744,02
2.145	1286	3.1.90.11.00.00.00.00	2.516,20
2.145	1288	3.1.90.94.00.00.00.00	13.352,00
2.146	1308	3.1.90.13.00.00.00.00	652,57
2.146	1309	3.1.90.94.00.00.00.00	13.930,76
2.147	1316	3.1.90.04.00.00.00.00	3.258,26
2.148	1326	3.1.90.04.00.00.00.00	2.584,81
2.148	1327	3.1.90.11.00.00.00.00	816,57
2.148	1328	3.1.90.13.00.00.00.00	122,74
2.148	1329	3.1.90.94.00.00.00.00	496,88
2.148	1335	3.3.90.46.00.00.00.00	200,00
2.149	1338	3.1.90.11.00.00.00.00	31.831,79
2.149	1339	3.1.90.13.00.00.00.00	1.651,14
2.149	1340	3.1.90.94.00.00.00.00	4.708,09
2.149	1341	3.1.91.13.00.00.00.00	3.415,58
2.150	1350	3.1.90.13.00.00.00.00	3.600,00
2.151	1363	3.1.90.04.00.00.00.00	10.801,77
2.151	1364	3.1.90.11.00.00.00.00	16.194,07
2.151	1367	3.1.91.13.00.00.00.00	2.070,39
2.151	1374	3.3.90.46.00.00.00.00	1.260,00
2.161	1426	3.1.90.11.00.00.00.00	6.098,48
2.161	1427	3.1.90.13.00.00.00.00	1.788,76
2.161	1428	3.1.90.94.00.00.00.00	11.760,25
2.161	1429	3.1.91.13.00.00.00.00	2.687,45
2.161	1431	3.3.90.30.00.00.00.00	3.000,00
2.162	1439	3.1.90.04.00.00.00.00	15.639,72
2.162	1440	3.1.90.11.00.00.00.00	15.572,92
2.162	1442	3.1.90.94.00.00.00.00	2.546,13
2.162	1448	3.3.90.46.00.00.00.00	780,00
1.104	1460	4.4.90.52.00.00.00.00	46.547,95
2.164	1470	3.1.90.11.00.00.00.00	3.162,28
2.164	1472	3.1.90.94.00.00.00.00	8.659,85
2.165	1480	3.1.90.11.00.00.00.00	5.058,90
2.165	1481	3.1.90.13.00.00.00.00	1.057,26
2.165	1482	3.1.90.94.00.00.00.00	2.891,89
2.168	1527	3.1.90.11.00.00.00.00	640,85
2.168	1528	3.1.90.13.00.00.00.00	887,29
2.168	1529	3.1.90.94.00.00.00.00	21.883,70
2.169	1538	3.1.90.11.00.00.00.00	7.118,99
2.169	1539	3.1.90.13.00.00.00.00	2.409,22
2.169	1540	3.1.90.94.00.00.00.00	2.997,92
2.170	1549	3.1.90.11.00.00.00.00	11.638,60
2.170	1550	3.1.90.13.00.00.00.00	613,75
2.170	1551	3.1.90.94.00.00.00.00	3.829,93
2.171	1560	3.1.90.13.00.00.00.00	349,22
2.171	1566	3.3.90.39.00.00.00.00	7.000,00
2.172	1569	3.1.90.11.00.00.00.00	8.514,42
2.172	1570	3.1.90.13.00.00.00.00	1.663,05
2.172	1577	3.3.90.46.00.00.00.00	160,00
2.177	1623	3.1.90.04.00.00.00.00	7.682,48
2.177	1624	3.1.90.11.00.00.00.00	30.570,58
2.177	1626	3.1.90.11.00.00.00.00	27.722,38
2.177	1627	3.1.91.13.00.00.00.00	1.548,32
2.177	1629	3.3.90.30.00.00.00.00	23.000,00
2.177	1632	3.3.90.46.00.00.00.00	980,00
2.178	1634	3.1.90.04.00.00.00.00	9.695,34
2.178	1635	3.1.90.11.00.00.00.00	55,63
2.178	1637	3.1.90.94.00.00.00.00	10.616,72
2.178	1644	3.3.90.46.00.00.00.00	620,00
2.179	1645	3.1.90.04.00.00.00.00	2.197,59
2.179	1646	3.1.90.11.00.00.00.00	8.081,88
2.179	1648	3.1.90.94.00.00.00.00	6.650,03
2.180	1657	3.1.90.13.00.00.00.00	224,12
2.180	1658	3.1.90.94.00.00.00.00	7.083,17
2.181	1666	3.1.90.11.00.00.00.00	3.000,95
2.182	1677	3.1.90.11.00.00.00.00	289,98
2.183	1688	3.1.90.94.00.00.00.00	1.933,89
2.209	1940	3.3.90.93.00.00.00.00	7.580,00
2.209	1941	3.3.90.93.00.00.00.00	20.392,00
2.209	1942	3.3.90.93.00.00.00.00	32.868,00
2.209	1943	3.3.90.93.00.00.00.00	5.464,00
TOTAL			**1.389.101,61**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III, da Lei 4.320/64 resultantes do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de dezembro de 2020.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA Nº 047/2021

Dispõe sobre DESIGNAÇÃO do Responsável pela Distribuição/saídas de Produtos do Setor de Almoxarifado no âmbito do Poder Legislativo de Itiquira-MT., e, dá outras providências.

Alcides Anfilófio de Campos Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso (gestão 2021/2022), no uso das atribuições que lhes confere a Lei **e,**

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a **Sra. , DIANDRA ARIELLA SILVA**, brasileira, filha Arides Pereira da Silva e Denize Cordeiro Silva, natural de: Rondonópolis-MT, data de nascimento em: 27/11/1989, devidamente inscrita no CPF sob o Nº 025.483.141-97, portadora da Carteira de Identidade nº RG 1870508-1 SSP/MT, data de expedição14/05/2004, matrícula funcional 406, para atuar como responsável **pelo Controle de Distribuição/Saída** de produtos da unidade de Almoxarifado desta Câmara Municipal de Itiquira, **a partir do dia 01 de fevereiro de 2021**.

Parágrafo Único: Havendo a necessidade de afastamento ou ausência da servidora indicada, o procedimento será conduzido pela Secretária de Administração ou pelo servidor que ela designar, com as mesmas vantagens e direitos.

Art.2º - A realização do controle deverá ser feita da seguinte forma:

O Fornecimento dos bens e materiais de consumo será realizado unicamente pelo setor de almoxarifado, que fará sua distribuição às unidades da estrutura organizacional da Câmara Municipal de Itiquira, de acordo com a demanda das mesmas;

Todo bem e material de consumo retirado no setor de almoxarifado, deverá ser feito através do formulário de requisição de material contendo a identificação do solicitante, a unidade de trabalho, o item, a quantidade, a descrição, a assinatura do servidor requisitante e a data da requisição;

Deverá ser realizada constantemente a contagem do estoque físico, evitando possibilidade de diferenças entre o sistema de almoxarifado e estoque real;

Constatada a diminuição do nível do estoque de qualquer material ou bem de consumo, a servidora responsável deverá encaminhar uma Comunicação Interna (CI) a Secretária de Administração, alertando-a da situação;

A servidora responsável pelo almoxarifado deverá lançar diariamente, em fichas específicas, todas as entradas e saídas de bens e materiais de consumo no estoque;

Após o lançamento nas respectivas fichas, a servidora responsável arquivará as requisições em pasta própria, organizada por ordem cronológica;

Efetuar lançamentos no sistema de compras.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data e sua publicação, revogadas as disposições em contrário**.**

Registra-se,

Publica-se. Afixe-se.

Itiquira-MT, 29 de janeiro de 2021.

Alcides Anfilófio de Campos Ferreira

Presidente

(Gestão 2021/2022)

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO N.º 114/2020 DE: 02.12.2020

"Abre Crédito Suplementar por Previsão de Excesso de Arrecadação, no valor de R$ 812.715,88 (oitocentos e doze mil, setecentos e quinze reais e oitenta e oito centavos), em favor da Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências".

HUMBERTO BORTOLINI, Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1.109/2020 de 25/11/2020.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Suplementar por Previsão de Excesso de Arrecadação, no valor de R$ 812.715,88 (oitocentos e doze mil, setecentos e quinze reais e oitenta e oito centavos), destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	DOTAÇÃO	ELEMENTO DESPESAS	VALOR
2.090	694	3.1.90.04.00.00.00.00	168.896,22
2.090	695	3.1.90.11.00.00.00.00	149.440,30
2.090	697	3.1.90.94.00.00.00.00	84.755,32
2.090	698	3.1.91.13.00.00.00.00	33.370,74
2.091	700	3.1.90.11.00.00.00.00	116.262,97
2.092	707	3.1.90.11.00.00.00.00	24.501,83
2.093	711	3.1.90.04.00.00.00.00	41.165,23
2.093	712	3.1.90.11.00.00.00.00	48.450,58
2.093	714	3.1.90.94.00.00.00.00	18.809,61
2.093	715	3.1.91.13.00.00.00.00	4.442,72
2.094	716	3.1.90.04.00.00.00.00	64.097,47
2.095	724	3.1.90.11.00.00.00.00	46.711,21
2.095	727	3.1.91.13.00.00.00.00	7.411,62
2.096	734	3.1.91.13.00.00.00.00	1.302,73
2.097	736	3.1.90.11.00.00.00.00	2.990,54
2.097	739	3.1.91.13.00.00.00.00	106,79
TOTAL			**812.715,88**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III, da Lei 4.320/64 resultantes do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de dezembro de 2020.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 084, DE 25 DE JANEIRO DE 2021.

Concede Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, o deferimento do Prefeito Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, aos servidor abaixo relacionado:

1. JULIANE PRESOTTO, servidor público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de PREGOEIRO, empossado em 03/09/2013, pelo período de 03 (três) meses– **sendo o período de gozo de 03/02/2021 à 03/05/2021 referente ao período aquisitivo 31/03/2008 a 31/03/2013,** com o retorno ao trabalho no dia **04/05/2021.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 29 de janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 005/2020 DIVULGA GABARITO PRELIMINAR

A Presidente da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, nos termos dos itens 9.7, 9.8 e 9.9 do Edital de Abertura nº 001/2020, visando atender os princípios norteadores da Administração Pública, da publicidade, da legalidade e da impessoalidade;

RESOLVE:

I – Divulgar o Gabarito Preliminar das provas do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020.

II – Informar que o referido gabarito se encontra a disposição dos interessados nos canais de comunicação da Prefeitura Municipal de Educação e mural do Paço Municipal.

III – Abrir o prazo para recursos contra o gabarito preliminar nos dias 26 e 27 de janeiro de 2021.

Itiquira-MT, 25 de janeiro de 2021.

.....

Rosângela de Carvalho Frederico

Presidente da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado

N.º 001/2020

Função: 01-Professor Nível II – Área de Linguagem																										
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
C	C	D	D	C	A	A	D	D	A	D	B	D	A	C	B	A	C	D	B	C	A	B	B	D	B	C	B	B	C
Função: 02-Professor Nível II – Área de Ciências Humanas																										
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
C	C	D	D	C	A	A	D	D	A	D	B	D	A	C	B	A	C	D	B	D	A	C	D	C	B	A	B	D	C
Função: 03-Professor Nível II – Área de Matemática																										
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
C	C	D	D	C	A	A	D	D	A	D	B	D	A	C	B	A	C	D	B	C	B	C	B	D	C	A	B	D	B
Função: 04-Professor Nível II – Área Ciências Naturais																										
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
C	C	D	D	C	A	A	D	D	A	D	B	D	A	C	B	A	C	D	B	A	C	C	B	B	C	A	B	A	C
Função: 05-Professor Nível II – Área de Pedagogia																										
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
C	C	D	D	C	A	A	D	D	A	D	B	D	A	C	B	A	C	D	B	B	A	D	B	B	A	D	D	C	D

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO N.º 130/2020 DE: 30.12.2020

"Abre Crédito Suplementar por Previsão de Excesso de Arrecadação, no valor de R$ 787.643,29 (setecentos e oitenta e sete mil, seiscentos e quarenta e três reais e vinte e nove centavos), em favor do Gabinete do Prefeito e das Secretarias Municipais de Educação, de Infraestrutura e Obras, de Saúde, e de Gestão de Ouro Branco do Sul, e dá outras providências".

HUMBERTO BORTOLINI, Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1.109/2020 de 25/11/2020.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Suplementar por Previsão de Excesso de Arrecadação, no valor de R$ 1.389.101,61 (um milhão, trezentos e oitenta e nove mil, cento e um reais e sessenta e um centavos), destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	DOTAÇÃO	ELEMENTO DESPESAS	VALOR
2.063	513	3.3.90.46.00.00.00.00	140,00
2.080	622	3.3.90.46.00.00.00.00	180,00
1.068	776	4.4.90.52.00.00.00.00	780.000,00
2.098	792	3.1.90.11.00.00.00.00	1.378,19
2.105	862	3.1.90.04.00.00.00.00	452,49
2.109	938	3.1.90.11.00.00.00.00	1.611,96
2.115	1051	3.3.90.46.00.00.00.00	140,00
2.116	1063	3.3.90.46.00.00.00.00	100,00
2.121	1114	3.3.90.46.00.00.00.00	100,00
2.177	1623	3.1.90.04.00.00.00.00	364,72
2.179	1645	3.1.90.04.00.00.00.00	522,72
2.179	1646	3.1.90.11.00.00.00.00	621,21
2.209	1940	3.3.90.93.00.00.00.00	508,00
2.209	1941	3.3.90.93.00.00.00.00	508,00
2.209	1942	3.3.90.93.00.00.00.00	508,00
2.209	1943	3.3.90.93.00.00.00.00	508,00
TOTAL			**787.643,29**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III, da Lei 4.320/64 resultantes do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, aos trinta dias do mês de dezembro de 2020.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 082, DE 28 DE JANEIRO DE 2021.

Retifica período de gozo de férias regulares por assiduidade de servidor, e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO, que houve o erro formal de digitação nos atos abaixo relacionados**, e;**

CONSIDERANDO, o princípio da autotutela o qual rege a Administração Pública.

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Retificar o período de gozo de férias regularesdo servidor, conforme segue abaixo:

MAT	NOME	CARGO	DOCUMENTO	ONDE SE LÊ	É CORRETO LER
96	JANE GOBBI	AGENTE ADMINISTRATIVO	DECRETO Nº 127/2020	22/12/2020 à 20/01/2021	**22/12/2020 à 03/01/2021**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 28 de janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO N.º117/2020 DE: 02.12.2020

"Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 2.234.749,68 (Dois Milhões duzentos e trinta e quatro mil setecentos e quarenta e nove reais e sessenta e oito centavos), no Orçamento do Poder Executivo Municipal para o Exercício 2020, e da outras providências".

HUMBERTO BORTOLINI, Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1086/2020 de 24/04/2020.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R$ 2.234.749,68 (Dois Milhões duzentos e trinta e quatro mil setecentos e quarenta e nove reais e sessenta e oito centavos),destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO ATIVIDADE	DOTAÇÃO	RECURSO	ELEMENTO DESPESAS	VALOR
2.125	1154	0201 -	33903900000000	12.260,00
2.209	1840	0101 -	33903000000000	3.191,00
1.067	773	0000 -	44905100000000	15.600,00
2.116	1059	0201 -	33903000000000	2.000,00
2.162	1446	0000 -	33903600000000	1.000,00
2.098	798	0000 -	33903600000000	15.000,00
2.109	944	0000 -	33903600000000	45.000,00
2.117	1072	0201 -	33903600000000	15.000,00
1.083	929	0117 -	33903900000000	5.200,00
2.116	1062	0201 -	33903900000000	3.600,00
2.064	547	0101 -	31901300000000	597,31
2.064	548	0101 -	31909400000000	2.179,18
2.066	567	0101 -	31901100000000	1.790,60
2.081	624	0101 -	31901100000000	1.657,62
2.115	1040	0201 -	31900400000000	4.107,93
2.115	1041	0201 -	31901100000000	23.374,40
2.115	1044	0201 -	31911300000000	2.697,38
2.116	1052	0201 -	31900400000000	262.533,41
2.116	1053	0201 -	31901100000000	104.848,13
2.116	1056	0201 -	31911300000000	11.413,56
2.117	1064	0201 -	31900400000000	41.008,81
2.117	1065	0201 -	31901100000000	132.318,92
2.117	1068	0201 -	31911300000000	11.462,11
2.118	1076	0201 -	31901100000000	6.548,93
2.119	1085	0201 -	31900400000000	11.120,00
2.120	1095	0201 -	31900400000000	98.480,95
2.120	1096	0201 -	31901100000000	179.182,35
2.120	1097	0201 -	31901300000000	537,31
2.120	1098	0201 -	31909400000000	4.388,79
2.120	1099	0201 -	31911300000000	22.036,47
2.121	1105	0201 -	31900400000000	3.451,27
2.121	1106	0201 -	31901100000000	69.725,65
2.120	1103	0201 -	33903900000000	4.948,13
2.122	1115	0201 -	31900400000000	2.472,13
2.123	1126	0201 -	31901100000000	17.277,24
2.123	1127	0201 -	31901300000000	820,77
2.123	1128	0201 -	31909400000000	4.269,01
2.123	1129	0201 -	31911300000000	1.355,54
2.124	1135	0201 -	31900400000000	17.798,24
2.124	1136	0201 -	31901100000000	23.559,62
2.124	1139	0201 -	31911300000000	3.176,79
2.125	1146	0201 -	31900400000000	3.098,01
2.125	1147	0201 -	31901100000000	25.518,77
2.125	1150	0201 -	31911300000000	2.848,67
2.126	1156	0201 -	31900400000000	12.892,66
2.126	1157	0201 -	31901100000000	9.384,84
2.126	1160	0201 -	31911300000000	1.238,04
2.135	1221	0201 -	31900400000000	7.988,01
2.135	1222	0201 -	31901100000000	2.239,03
2.139	1245	0201 -	31900400000000	4.555,06
2.139	1246	0201 -	31901100000000	30.411,03
2.139	1249	0201 -	31911300000000	3.995,40
2.118	1079	0201 -	31911300000000	807,29
2.121	1109	0201 -	31911300000000	4.948,13
2.063	504	0101 -	31901100000000	4.574,11
2.090	695	0103 -	31901100000000	106.914,06
2.005	57	0000 -	33909100000000	151.731,07
2.125	1154	0201 -	33903900000000	360,00
2.125	1153	0201 -	33903600000000	1.240,00
1.068	776	0000 -	44905200000000	261.764,69
1.068	776	0000 -	44905200000000	216.084,92
1.068	776	0000 -	44905200000000	84.527,34
1.104	1460	0000 -	44905200000000	108.639,00
TOTAL				**2.234.749,68**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III, da Lei 4.320/64 resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO ATIVIDADE	DOTAÇÃO	RECURSO	ELEMENTO DESPESAS	VALOR
2.139	1252	0201 -	33903600000000	5.000,00
2.139	1253	0201 -	33903900000000	2.915,00
2.135	1229	0201 -	33903900000000	4.345,00
2.203	1422	0000 -	33903900000000	3.191,00
2.151	1373	0000 -	33903900000000	15.600,00
2.001	11	0000 -	33903900000000	2.000,00
2.157	1390	0129 -	33903000000000	9.610,76
2.157	1391	0129 -	33903600000000	10.000,00
2.157	1392	0129 -	33903900000000	8.620,00
2.158	1393	0129 -	33903000000000	4.364,00
2.158	1394	0129 -	33903600000000	9.625,00
2.158	1395	0129 -	33903900000000	9.330,00
2.159	1399	0129 -	33903900000000	9.450,24
2.151	1369	0000 -	33903000000000	15.000,00
2.209	1894	0000 -	33903200000000	5.200,00
2.151	1373	0000 -	33903900000000	3.600,00
2.001	7	0000 -	33901400000000	5.528,55
2.001	8	0000 -	33903000000000	4.505,16
2.001	10	0000 -	33903600000000	4.095,00
2.001	11	0000 -	33903900000000	3.588,20
2.002	18	0000 -	33901400000000	1.730,00
2.002	19	0000 -	33903000000000	625,97
2.005	51	0000 -	33901400000000	2.940,00
2.006	62	0000 -	33901400000000	500,00
2.007	71	0000 -	33901400000000	500,00
2.008	80	0000 -	33901400000000	3.000,00
2.008	82	0000 -	33903300000000	1.000,00
2.009	93	0000 -	33903300000000	1.000,00
2.013	137	0000 -	33903600000000	1.000,00
2.013	138	0000 -	33903900000000	4.880,00
1.125	143	0000 -	33504300000000	6.000,00
2.014	150	0000 -	33903000000000	25.000,00
2.014	153	0000 -	33903900000000	10.000,00
2.015	165	0000 -	33903900000000	5.037,24
2.023	245	0000 -	33903900000000	4.284,91
2.027	281	0000 -	33901400000000	1.000,00
2.027	282	0000 -	33903000000000	4.654,00
2.027	284	0000 -	33903900000000	3.025,00
2.028	290	0000 -	33901400000000	1.000,00
2.028	292	0000 -	33903600000000	2.000,00
2.028	293	0000 -	33903900000000	1.264,22
2.047	295	0000 -	33903600000000	19.460,00
2.034	357	0000 -	33903000000000	7.168,22
2.034	359	0000 -	33903900000000	37.335,28
2.039	410	0000 -	33903000000000	15.429,29
2.039	411	0000 -	33903300000000	1.000,00
2.039	412	0000 -	33903600000000	2.880,00
2.044	475	0000 -	33901400000000	900,00
2.044	476	0000 -	33903000000000	8.366,65
2.044	480	0000 -	33903900000000	8.405,05
2.045	489	0000 -	33903300000000	1.000,00
2.063	508	0101 -	33901400000000	2.000,00
2.063	509	0101 -	33903000000000	34.162,24
2.063	510	0101 -	33903300000000	1.000,00
2.063	511	0101 -	33903600000000	7.800,00
2.063	512	0101 -	33903900000000	41.181,14

1.057	530	0000 -	33903000000000	13.272,76
1.060	539	0000 -	33903000000000	2.894,52
2.064	552	0101 -	33903000000000	34.733,02
2.064	553	0101 -	33903600000000	18.467,25
2.064	554	0101 -	33903900000000	13.948,00
2.075	600	0101 -	33903000000000	24.391,63
2.075	601	1015 -	33903000000000	18.748,03
2.076	603	0101 -	33903000000000	14.320,18
2.076	604	1015 -	33903000000000	14.141,67
2.077	606	1015 -	33903000000000	6.026,83
2.077	605	0101 -	33903000000000	27.604,79
2.078	608	1015 -	33903000000000	5.410,20
2.078	607	0101 -	33903000000000	16.193,81
2.079	610	1015 -	33903000000000	3.015,96
2.079	609	0101 -	33903000000000	13.943,55
2.080	616	0101 -	33901400000000	1.000,00
2.080	618	0101 -	33903000000000	6.222,28
2.081	630	0101 -	33903000000000	23.890,04
2.081	631	0101 -	33903300000000	1.000,00
2.184	639	1015 -	33903900000000	1.000,00
2.086	680	0000 -	33903000000000	21.800,59
2.086	681	0000 -	33903600000000	8.612,65
2.086	682	0000 -	33903900000000	6.567,74
2.086	682	0000 -	33903900000000	5.000,00
2.087	684	0125 -	33903000000000	3.792,31
2.204	687	0130 -	33903000000000	2.622,89
2.070	691	1015 -	33903000000000	100.000,00
2.070	693	1015 -	33903900000000	50.000,00
1.064	743	0000 -	33903000000000	5.950,00
1.065	750	0000 -	33903000000000	10.000,00
1.065	751	0116 -	33903000000000	10.052,72
1.066	758	0000 -	33903000000000	23.014,00
1.066	759	0130 -	33903000000000	55.000,00
1.066	762	0000 -	33903900000000	20.255,27
1.069	779	0000 -	33714100000000	14.721,45
2.098	799	0000 -	33903900000000	70.000,00
2.109	945	0000 -	33903900000000	30.000,00
2.110	953	0000 -	33903000000000	37.341,97
2.110	954	0000 -	33903600000000	1.317,57
2.110	955	0000 -	33903900000000	7.100,00
2.111	963	0000 -	33903000000000	52.107,53
2.111	964	0000 -	33903600000000	7.980,00
2.111	965	0000 -	33903900000000	7.208,00
2.112	972	0000 -	33901400000000	1.000,00
2.112	973	0000 -	33903000000000	6.667,60
2.113	982	0000 -	33901400000000	1.000,00
2.113	983	0000 -	33903000000000	1.657,70
1.092	1026	0000 -	33903000000000	574,63
1.066	759	0130 -	33903000000000	5.755,42
2.002	17	0000 -	31911300000000	3.835,50
2.003	25	0000 -	31901100000000	1.835,22
2.003	27	0000 -	31909400000000	56,81
2.004	35	0000 -	31901100000000	914,61
2.004	37	0000 -	31909400000000	1.000,00
2.004	38	0000 -	31911300000000	341,17
2.005	46	0000 -	31901100000000	12.694,91
2.005	48	0000 -	31909100000000	30.000,00
2.006	58	0000 -	31901100000000	10.621,35
2.006	60	0000 -	31909400000000	1.000,00
2.006	61	0000 -	31911300000000	1.715,48
2.008	78	0000 -	31909400000000	1.000,00
2.009	87	0000 -	31901100000000	1.827,22
2.009	88	0000 -	31901300000000	1.183,80
2.010	98	0000 -	31901100000000	500,00
2.010	100	0000 -	31909400000000	1.000,00
2.012	120	0000 -	31909400000000	1.000,00
2.013	133	0000 -	31911300000000	2.060,76
2.091	703	0104 -	31911300000000	31.538,27
2.090	696	0103 -	31901300000000	1.000,00
2.091	701	0104 -	31901300000000	1.000,00
2.092	708	0103 -	31901300000000	1.000,00
2.092	709	0103 -	31909400000000	4.000,00
2.092	710	0103 -	31911300000000	5.555,92
2.093	713	0103 -	31901300000000	1.000,00
2.095	723	0104 -	31900400000000	54.466,30
2.096	731	0103 -	31901100000000	15.671,08
2.064	549	0101 -	31911300000000	3.464,60
2.080	611	0101 -	31900400000000	13.508,67
2.202	642	0101 -	31900400000000	28.571,73
2.069	665	0101 -	31901100000000	6.862,70
2.094	719	0104 -	31909400000000	35.943,63
2.095	723	0104 -	31900400000000	47.708,66
2.105	869	0000 -	33903600000000	1.600,00
2.105	868	0000 -	33903000000000	10.946,42
2.105	870	0000 -	33903900000000	15.677,90
2.106	878	0000 -	33903000000000	18.191,04
1.076	912	0000 -	33903000000000	1.431,85
1.083	925	0117 -	33903000000000	32.000,00
1.083	924	0000 -	33903000000000	21.914,80
2.109	943	0000 -	33903000000000	27.002,97
2.109	944	0000 -	33903600000000	2.904,75
2.111	962	0000 -	33901400000000	1.000,00
2.112	974	0000 -	33903600000000	490,00
1.088	1006	0000 -	33903000000000	7.322,00
1.089	1014	0000 -	33903000000000	300,00
1.090	1018	0000 -	33903000000000	5.387,50
1.091	1853	0014 -	33903600000000	2.000,00
1.091	1023	0000 -	33903600000000	7.000,00
1.091	1024	0000 -	33903900000000	800,00
1.092	1026	0000 -	33903000000000	1.025,35
1.092	1027	0000 -	33903600000000	10.000,00
1.092	1028	0000 -	33903900000000	1.000,00
2.115	1045	0201 -	33901400000000	6.000,00
2.115	1046	0201 -	33903000000000	45.171,11
2.115	1047	0201 -	33903300000000	1.000,00
2.115	1049	0201 -	33903600000000	2.595,74
2.115	1050	0201 -	33903900000000	8.075,08
2.116	1058	0000 -	33903000000000	22.595,58
2.116	1059	0201 -	33903000000000	1.588,06
2.116	1061	0201 -	33903600000000	8.175,16
2.116	1062	0201 -	33903900000000	169,38
2.117	1069	0201 -	33901400000000	2.440,00
2.117	1071	0201 -	33903000000000	5.915,68
2.117	1070	0000 -	33903000000000	51.956,81
2.117	1072	0201 -	33903600000000	634,57
2.117	1073	0201 -	33903900000000	1.103,70
2.118	1081	0201 -	33903000000000	27.535,47
2.118	1083	0201 -	33903900000000	12.672,40
2.119	1090	0201 -	33901400000000	2.000,00
2.119	1091	0201 -	33903000000000	3.755,20
2.119	1092	0201 -	33903600000000	1.000,00
2.119	1093	0201 -	33903900000000	234,79
2.120	1100	0201 -	33901400000000	1.000,00
2.120	1101	0201 -	33903000000000	3.444,02
2.120	1102	0201 -	33903600000000	16.010,00
2.120	1103	0201 -	33903900000000	6.037,39
2.121	1110	0201 -	33901400000000	750,00
2.121	1111	0201 -	33903000000000	11.785,43
2.121	1112	0201 -	33903600000000	329,00
2.121	1113	0201 -	33903900000000	1.920,00
2.122	1120	0201 -	33901400000000	900,00
2.122	1121	0201 -	33903000000000	8.359,53
2.122	1122	0201 -	33903600000000	1.027,00
2.123	1131	0201 -	33903000000000	6.000,00
2.124	1141	0201 -	33903000000000	31.837,64
2.124	1142	0201 -	33903300000000	1.000,00
2.124	1144	0201 -	33903900000000	8.974,64
2.125	1152	0201 -	33903000000000	7.461,65
2.003	30	0000 -	33903000000000	0,98
2.004	38	0000 -	31911300000000	1,00
2.006	1701	0000 -	33900800000000	100,00
2.014	149	0000 -	33901400000000	2.870,00
2.014	150	0000 -	33903000000000	13.820,95
2.014	152	0000 -	33903600000000	7.672,61
2.014	153	0000 -	33903900000000	1.289,20
2.015	164	0000 -	33903600000000	853,83
2.018	196	0000 -	33904600000000	20,00
2.029	320	0000 -	33903000000000	0,81
2.065	565	0000 -	33904600000000	1.460,00
2.184	1749	1015 -	33900800000000	100,00
2.086	680	0000 -	33903000000000	3.896,78
2.095	723	0104 -	31900400000000	4.811,35
2.103	1766	0000 -	33900800000000	100,00
1.026	993	0014 -	44905200000000	6.204,18
2.116	1061	0201 -	33903600000000	15,00

2.116	1062	0201 -	33903900000000	131.853,12
2.136	1240	0014 -	33903900000000	24.930,19
TOTAL				**2.234.749,68**

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, ao segundo dia do mês de dezembro de 2020.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA INTERNA Nº 03, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

Designa o servidor que menciona para responder como responsável pela coordenação das ações da Atenção Básica no Município de Itiquira.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de viabilizar os trabalhos da atenção básica no âmbito do município de Itiquira/MT;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Servidor que menciona para responder como responsável pela coordenação das ações da Atenção Básica Municipal e seus programas e sistemas, como segue:

1- ALDAIR BATISTA OLIVEIRA DIAS

CPF-MF: 029.458.461-79

Gerente das Unidades Básicas de Saúde de Itiquira

Art. 2º O servidor acima mencionado não receberá gratificação para responder pela coordenação da atenção básica.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal de Saúde, em Itiquira-MT, 01 de fevereiro de 2021.

FLÁVIO ALEXANDRE DOS SANTOS

Secretário Municipal de Saúde

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO Nº. 125/2020 28 DE DEZEMBRO DE 2020

Dispõe sobre o Cancelamento dos Saldos de Empenhos inscritos em Restos a Pagar do Exercício 2019 no Exercício 2020, que especifica, segundo o que fundamenta, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas na legislação constitucional e infraconstitucional federal e orgânica municipal vigente aplicável à espécie, e;

.**CONSIDERANDO** o disposto no art. 63, § 1º, incisos I e III, combinado com o § 2º, incisos I ao III do mesmo dispositivo legal da Lei Federal nº 4.320/1964, de 17/03/1964 e alterações, no que couber, pertinente à verificação de direito adquirido consubstanciado na INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO 2019 NO EXERCÍCIO 2020, pelo credor especificado, para a apuração da origem e do objeto que se deve pagar;

CONSIDERANDO o rigor da Lei Complementar Federal n.° 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), que enseja o estabelecimento de diretrizes norteadoras pertinentes à Inscrição em Restos a Pagar do Exercício 2019 no Exercício 2020, bem como sua liquidação e quitação, sendo procedentes e, finalmente;

D E C R E T A:

Art. 1.°. Fica CANCELADO o SALDO EXISTENTE DOS EMPENHOS DE RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO 2019 NO EXERCÍCIO 2020, nos termos das exigências legais e formais referenciadas aplicáveis à espécie, em vigor, conforme relacionados no quadro abaixo:

Nº DE ORDEM	Nº DO EMPENHO	DATA DA INSCRIÇÃO	VALOR INSCRITO EM R$	VALOR LIQUIDADO E PAGO EM R$	SALDO CANCELADO EM R$	CREDOR
1	000212/19	31/12/2019	3.670,00	0,00	3.670,00	CIENTIFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA
2	000213/19	31/12/2019	3.171,84	0,00	3.171,84	DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
3	000334/19	31/12/2019	17.444,38	6.352,50	11.091,88	GASPAR RADIO DIFUSAO LTDA
4	001506/19	31/12/2019	1.935,86	0,00	1.935,86	REVITALIZAR COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA – ME
5	001555/19	31/12/2019	35,00	0,00	35,00	EDNEIA MARIA DE OLIVEIRA ANDRADE GRAFICA ELISA ME
6	002096/19	31/12/2019	1.700,61	0,00	1.700,61	LIZ SERVICOS ONLINE LTDA EPP
7	002443/19	31/12/2019	1.930,00	0,00	1.930,00	LUCIANA ABREU HORTA
8	003318/19	31/12/2019	180,00	0,00	180,00	M S DIAGNÓSTICA LTDA
9	003505/19	31/12/2019	1.320,14	0,00	1.320,14	REVITALIZAR COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA – ME
10	003827/19	31/12/2019	2.914,06	0,00	2.914,06	MS HOSPITALAR EIRELI ME
11	003830/19	31/12/2019	2.650,00	0,00	2.650,00	SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI
12	003908/19	31/12/2019	2.400,00	0,00	2.400,00	CRUZ E BRAZ LTDA
13	005719/19	31/12/2019	2.893,56	0,00	2.893,56	MS HOSPITALAR EIRELI ME
14	005720/19	31/12/2019	2.249,50	0,00	2.249,50	SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI
15	006029/19	31/12/2019	36.438,89	33.883,14	2.555,75	ROBERTO CARVALHO FREITAS – ME
16	006055/19	31/12/2019	72,50	0,00	72,50	HC SUPRIMENTOS EIRELI
17	006093/19	31/12/2019	12.003,00	0,00	12.003,00	CAMARGO & CAMARGO BARBOSA LTDA
18	006122/19	31/12/2019	244,45	0,00	244,45	COMERCIAL PRIME DE MOVEIS – EIRELI
19	006159/19	31/12/2019	1.269,80	0,00	1.269,80	RINALDI & COGO LTDA
20	006161/19	31/12/2019	837,00	0,00	837,00	VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS – EIRELI
21	006170/19	31/12/2019	1.887,12	0,00	1.887,12	REVITALIZAR COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA – ME

22	007098/19	31/12/2019	2.200,00	0,00	2.200,00	BEM VIVER TRAT. ESP. EM DEPEND.QUIMICA E ALCOOL EIRELI ME
23	007167/19	31/12/2019	5.610,50	0,00	5.610,50	M S DIAGNÓSTICA LTDA
24	007218/19	31/12/2019	1.740,07	673,63	1.066,44	SAGA COMÉRCIO SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA
25	007219/19	31/12/2019	430,85	0,00	430,85	SAGA COMÉRCIO SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA
26	007220/19	31/12/2019	18.665,22	11.003,64	7.661,58	SAGA COMÉRCIO SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA
27	007221/19	31/12/2019	18.752,82	1.094,59	17.658,23	SAGA COMÉRCIO SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA
28	007222/19	31/12/2019	15.228,45	10.892,94	4.335,51	SAGA COMÉRCIO SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA
29	007223/19	31/12/2019	1.903,05	1.709,71	193,34	SAGA COMÉRCIO SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA
30	007224/19	31/12/2019	13.263,79	0,00	13.263,79	SAGA COMÉRCIO SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA
31	007225/19	31/12/2019	3.045,69	391,32	2.654,37	SAGA COMÉRCIO SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA
32	007226/19	31/12/2019	1.344,20	0,00	1.344,20	SAGA COMÉRCIO SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA
33	007227/19	31/12/2019	6.091,38	5.218,53	872,85	SAGA COMÉRCIO SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA
34	007228/19	31/12/2019	27.143,76	979,16	26.164,60	SAGA COMÉRCIO SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA
35	007229/19	31/12/2019	13.959,36	144,22	13.815,14	SAGA COMÉRCIO SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA
36	007230/19	31/12/2019	14.493,15	9.119,01	5.374,14	SAGA COMÉRCIO SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA
37	007231/19	31/12/2019	11.539,43	10.105,57	1.433,86	SAGA COMÉRCIO SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA
38	007232/19	31/12/2019	13.040,81	3.998,82	9.041,99	SAGA COMÉRCIO SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA
39	007233/19	31/12/2019	6.743,70	1.001,48	5.742,22	SAGA COMÉRCIO SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA
40	007234/19	31/12/2019	123,29	0,00	123,29	SAGA COMÉRCIO SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA
41	007235/19	31/12/2019	4.495,80	0,00	4.495,80	SAGA COMÉRCIO SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA
42	007236/19	31/12/2019	9.037,95	4.815,85	4.222,10	SAGA COMÉRCIO SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA
43	007237/19	31/12/2019	92,09	0,00	92,09	SAGA COMÉRCIO SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA
44	007238/19	31/12/2019	8.007,30	0,00	8.007,30	SAGA COMÉRCIO SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA
45	007622/19	31/12/2019	584,30	0,00	584,30	COMERCIAL PRIME DE MOVEIS – EIRELI
46	008587/19	31/12/2019	387,13	184,90	202,23	TW TELECOM ITIQUIRA LTDA
47	008663/19	31/12/2019	129,60	0,00	129,60	ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA – ME
48	009095/19	31/12/2019	8.596,00	5.897,28	2.698,72	BIO RESIDUOS SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA.
49	009096/19	31/12/2019	5.270,88	3.940,32	1.330,56	BIO RESIDUOS SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA.
50	009097/19	31/12/2019	21.757,28	11.194,08	10.563,20	BIO RESIDUOS SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA.
51	009156/19	31/12/2019	4.200,00	0,00	4.200,00	CIEE CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA
52	009362/19	31/12/2019	9.511,88	0,00	9.511,88	MS HOSPITALAR EIRELI ME
53	010108/19	31/12/2019	2.170,90	0,00	2.170,90	RINALDI & COGO LTDA
54	010109/19	31/12/2019	7.621,60	7.484,66	136,94	ARMAZEM DOS MEDICAMENTOS EIRELI
55	010479/19	31/12/2019	6.422,96	6.410,07	12,89	STAF SISTEMAS LTDA – EPP
56	010497/19	31/12/2019	1.859,56	0,00	1.859,56	DENTAL PRIME PROD. ODONT. MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI
57	010498/19	31/12/2019	238,15	0,00	238,15	TOTAL SEGURANÇA EQUIP. DE PROTEÇÃO E SERVIÇOS ESP. LTD
58	010633/19	31/12/2019	2.042,76	0,00	2.042,76	REVITALIZAR COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA – ME
59	010640/19	31/12/2019	14.817,50	0,00	14.817,50	REVITALIZAR COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA – ME
60	010848/19	31/12/2019	1.427,80	0,00	1.427,80	ASSECONT TECNOLOGIA LTDA – EPP
61	011943/19	31/12/2019	1.740,10	0,00	1.740,10	SO PESADO COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA – ME
62	011945/19	31/12/2019	11.421,20	11.392,20	29,00	GRENN FARMACEUTICA LTDA – ME
63	011946/19	31/12/2019	1.228,20	1.065,00	163,20	LIGIA MARIA CARNEIRO
64	011952/19	31/12/2019	52.575,35	22.833,00	29.742,35	LUCIANA ABREU HORTA
65	011953/19	31/12/2019	45.845,21	42.446,92	3.398,29	LUCIANA ABREU HORTA
66	011965/19	31/12/2019	150,00	0,00	150,00	ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA – ME
67	013203/19	31/12/2019	450,00	0,00	450,00	R M FERREIRA ME
68	013316/19	31/12/2019	315,00	0,00	315,00	ANTONIO PAULO DOS SANTOS NETO-ME
69	013382/19	31/12/2019	26.311,36	0,00	26.311,36	JULIO CESAR GASPARINI JUNIOR EIRELI
70	013632/19	31/12/2019	180.000,00	97.636,00	82.364,00	TVI TV ITIQUIRA LTDA
71	013670/19	31/12/2019	34.718,88	0,00	34.718,88	A C S CONSULTORIO MÉDICO LTDA
72	013671/19	31/12/2019	52.078,32	25.100,00	26.978,32	A C S CONSULTORIO MÉDICO LTDA
73	013674/19	31/12/2019	16.616,80	16.268,82	347,98	ASSOCIACAO DOS PACIENTES ONCOLOGICOS DE RONDONOPOLIS
74	013675/19	31/12/2019	24.925,20	14.135,10	10.790,10	ASSOCIACAO DOS PACIENTES ONCOLOGICOS DE RONDONOPOLIS
75	014489/19	31/12/2019	1,00	0,00	1,00	PASEP - PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO

76	014585/19	31/12/2019	380,69	0,00	380,69	SO PESADO COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA – ME
77	014586/19	31/12/2019	1.638,57	1.638,52	0,05	C M COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA ME
78	014589/19	31/12/2019	1.352,79	1.352,70	0,09	C M COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA ME
79	014592/19	31/12/2019	128,76	0,00	128,76	NORTAO COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA - ME
80	014682/19	31/12/2019	138,97	0,00	138,97	SO PESADO COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA – ME
81	014724/19	31/12/2019	17.282,00	0,00	17.282,00	CRUZ E BRAZ LTDA
82	014768/19	31/12/2019	30.559,68	0,00	30,559,68	HELIO CAVALCANTI GARCIA NETO
83	014769/19	31/12/2019	45.839,52	19.673,12	26.166,40	HELIO CAVALCANTI GARCIA NETO
84	014807/19	31/12/2019	88,50	0,00	88,50	ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA – ME
85	014856/19	31/12/2019	1.458,23	1.458,22	0,01	OLAPER COMERCIO E DIST. DE LUBRIFICANTES E PNEUS LTDA – ME
86	014921/19	31/12/2019	10.029,00	0,00	10,029,00	M S DIAGNÓSTICA LTDA
87	015926/19	31/12/2019	210.000,00	0,00	210.000,00	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
88	005894/19	31/12/2019	66.978,00	64.584,00	2.394,00	NELY FRANCISCA DA SILVA CONTABILIDADE -ME
89	008554/19	31/12/2019	570,15	0,00	570,15	V.N.O. COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA
90	008587/19	31/12/2019	5,00	0,00	5,00	TW TELECOM ITIQUIRA LTDA
91	010596/19	31/12/2019	4.300,00	3.740,80	559,20	RAPHAEL JORGE COSTA DA SILVA - ME
TOTAL					**760.545,33**	

Art. 2º. Eventuais divergências decorrentes da execução deste Decreto serão dirimidas de acordo com a legislação vigente aplicável à espécie, atendidas, no que couber, em qualquer caso, garantido o contraditório e à ampla defesa aos credores interessados.

Art. 3.°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, aos vinte e oito dias do mês de dezembro de 2020.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO N.º 123/2020 DE: 28.12.2020

"Abre Crédito Suplementar no valor de R$ (646.414,54 (Seiscentos e quarenta e seis mil quatrocentos e quatorze reais e cinquenta e quatro centavos), no Orçamento do Poder Executivo Municipal para o Exercício 2020, e da outras providências".

HUMBERTO BORTOLINI, Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1078/2019 de 17/12/2019.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R$ 646.414,54 (Seiscentos e quarenta e seis mil quatrocentos e quatorze reais e cinquenta e quatro centavos), destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO ATIVIDADE	DOTAÇÃO	RECURSO	ELEMENTO DESPESAS	VALOR
1.068	778	0130 -	44905200000000	500.000,00
1.068	776	0000 -	44905200000000	146.414,54
TOTAL				**646.414,54**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III, da Lei 4.320/64 resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO ATIVIDADE	DOTAÇÃO	RECURSO	ELEMENTO DESPESAS	VALOR
2.001	1696	0000 -	33900800000000	100,00
2.001	8	0000 -	33903000000000	3.264,50
2.001	12	0000 -	33904600000000	1.000,00
2.002	1697	0000 -	33900800000000	100,00
2.002	23	0000 -	33904600000000	660,00
2.003	1698	0000 -	33900800000000	100,00
2.004	1699	0000 -	33900800000000	100,00
2.005	1700	0000 -	33900800000000	100,00
2.005	52	0000 -	33903000000000	50,00
2.005	55	0000 -	33903900000000	712,29
2.005	56	0000 -	33904600000000	500,00
2.006	66	0000 -	33904600000000	1.680,00
2.007	1702	0000 -	33900800000000	100,00
2.007	74	0000 -	33903900000000	32,97
1.004	76	0000 -	44905200000000	499,98
2.008	1703	0000 -	33900800000000	100,00
2.009	1704	0000 -	33900800000000	100,00
2.010	1705	0000 -	33900800000000	100,00
2.010	102	0000 -	33901400000000	500,00
2.011	1706	0000 -	33900800000000	100,00
2.011	116	0000 -	33904600000000	100,00
2.012	1707	0000 -	33900800000000	100,00
2.012	128	0000 -	33904600000000	100,00
2.013	1708	0000 -	33900800000000	100,00
1.010	140	0000 -	44905200000000	9.906,65
2.014	147	0000 -	31909400000000	33,55
2.014	148	0000 -	31911300000000	270,00
2.014	1709	0000 -	33900800000000	100,00
2.014	149	0000 -	33901400000000	2.000,00
2.014	152	0000 -	33903600000000	3.000,00
2.014	154	0000 -	33904600000000	3.820,00
2.015	1710	0000 -	33900800000000	100,00
2.016	1711	0000 -	33900800000000	100,00
2.017	1712	0000 -	33900800000000	100,00
2.018	188	0000 -	31901300000000	3,21
2.018	190	0000 -	31911300000000	609,27
2.018	1713	0000 -	33900800000000	100,00
2.018	193	0000 -	33903300000000	500,00
2.019	1714	0000 -	33900800000000	100,00
2.020	211	0000 -	31911300000000	698,05
2.020	1715	0000 -	33900800000000	100,00
2.021	221	0000 -	31911300000000	535,02
2.021	1716	0000 -	33900800000000	100,00
2.021	226	0000 -	33904600000000	200,00
2.022	229	0000 -	31901300000000	166,00
2.022	1717	0000 -	33900800000000	100,00
2.023	1718	0000 -	33900800000000	100,00
2.023	245	0000 -	33903900000000	97,95
2.024	251	0000 -	31911300000000	224,15
2.024	1719	0000 -	33900800000000	100,00
2.025	260	0000 -	31909400000000	81,75
2.025	1720	0000 -	33900800000000	100,00
2.025	266	0000 -	33904600000000	900,00
2.026	269	0000 -	31909400000000	7,48
2.026	1721	0000 -	33900800000000	100,00
2.026	275	0000 -	33904600000000	600,00
2.027	280	0000 -	31911300000000	551,76
2.027	1722	0000 -	33900800000000	100,00

2.027	285	0000 -	33904600000000	200,00
2.028	289	0000 -	31911300000000	633,32
2.028	1723	0000 -	33900800000000	100,00
2.028	291	0000 -	33903000000000	182,70
2.028	294	0000 -	33904600000000	300,00
2.047	295	0000 -	33903600000000	980,00
2.061	299	0000 -	33904700000000	41. 482,24
2.209	1837	0000 -	33903000000000	11. 760,00
2.209	1838	0000 -	33903600000000	2.395,00
1.011	301	0000 -	44905200000000	640,00
1.086	313	0124 -	44905100000000	320,00
2.029	316	0000 -	31901300000000	691,17
2.029	1724	0000 -	33900800000000	100,00
2.029	323	0000 -	33904600000000	700,00
2.030	1725	0000 -	33900800000000	100,00
2.032	336	0000 -	31911300000000	475,00
2.032	1726	0000 -	33900800000000	100,00
2.033	345	0000 -	31911300000000	500,00
2.033	1727	0000 -	33900800000000	100,00
2.034	353	0000 -	31901300000000	586,70
2.034	1728	0000 -	33900800000000	100,00
2.034	360	0000 -	33904600000000	60,00
2.035	1729	0000 -	33900800000000	100,00
2.036	1730	0000 -	33900800000000	100,00
2.037	1731	0000 -	33900800000000	100,00
2.038	392	0000 -	31901300000000	282,16
2.038	394	0000 -	31911300000000	178,04
2.038	1732	0000 -	33900800000000	100,00
2.039	406	0000 -	31901300000000	825,85
2.039	1733	0000 -	33900800000000	100,00
2.039	409	0000 -	33901400000000	400,00
2.039	413	0000 -	33903900000000	73,49
2.039	414	0000 -	33904600000000	120,00
2.040	1734	0000 -	33900800000000	100,00
2.040	424	0000 -	33904600000000	540,00
2.041	1735	0000 -	33900800000000	100,00
2.042	1736	0000 -	33900800000000	100,00
2.042	445	0000 -	33904600000000	300,00
2.043	446	0000 -	31900400000000	800,00
2.043	1737	0000 -	33900800000000	100,00
2.043	456	0000 -	33904600000000	300,00
2.052	460	0000 -	46907100000000	41,16
2.057	464	0000 -	32902100000000	146,92
2.059	466	0190 -	46907100000000	800,00
2.060	467	0190 -	32902100000000	200,00
2.062	468	0000 -	33909200000000	1.907,12
2.044	474	0000 -	31911300000000	469,19
2.044	1738	0000 -	33900800000000	100,00
2.044	476	0000 -	33903000000000	2.633,35
2.044	481	0000 -	33904600000000	300,00
2.045	1739	0000 -	33900800000000	100,00
2.045	487	0000 -	33901400000000	240,00
2.045	488	0000 -	33903000000000	1.789,43
2.046	1740	0000 -	33900800000000	100,00
2.046	497	0000 -	33901400000000	100,00
2.046	501	0000 -	33904600000000	700,00
2.063	1741	0101 -	33900800000000	100,00
2.063	509	0101 -	33903000000000	2.086,20
2.063	513	0000 -	33904600000000	820,00
2.089	516	0000 -	33903600000000	800,00
1.016	518	0101 -	44905200000000	10,00
1.019	519	0101 -	44905200000000	422,54
1.019	522	1015 -	44905200000000	144,88
1.020	523	0101 -	44905200000000	0,08
1.021	526	0101 -	44905200000000	390,20
1.057	533	0000 -	44905100000000	20,00
2.064	546	0101 -	31901100000000	591,73
2.064	1742	0101 -	33900800000000	100,00
2.064	551	0000 -	33903000000000	849,65
2.065	560	0101 -	31911300000000	316,55
2.065	1743	0101 -	33900800000000	100,00
2.066	1744	0101 -	33900800000000	100,00
2.066	571	0101 -	33901400000000	1.000,00
2.067	1745	0101 -	33900800000000	100,00
2.073	587	1015 -	33903000000000	200,00
2.073	588	1015 -	44905200000000	200,00
2.074	590	0101 -	31901100000000	300,00
2.074	1746	0101 -	33900800000000	100,00
2.074	599	0000 -	33904600000000	3.120,00
2.080	613	0101 -	31901300000000	1.000,00
2.080	1747	0101 -	33900800000000	100,00
2.080	619	0101 -	33903300000000	557,84
2.080	622	0000 -	33904600000000	2.460,00
2.081	1748	0101 -	33900800000000	100,00
2.081	629	0000 -	33903000000000	165,60
2.081	634	0000 -	33904600000000	620,00
2.184	638	1015 -	33903000000000	779,57
2.202	645	0101 -	31909400000000	34,85
2.202	1750	0101 -	33900800000000	100,00
2.209	1897	1015 -	33903000000000	2.074,46
2.209	1840	0101 -	33903000000000	0,82
2.068	1751	0101 -	33900800000000	100,00
1.055	661	0000 -	44905200000000	126,29
1.056	663	0000 -	33903900000000	52,00
2.069	667	0101 -	31909400000000	42,56
2.069	1752	0101 -	33900800000000	100,00
2.069	671	0101 -	33903600000000	6,00
2.069	672	0101 -	33903900000000	207,86
2.083	674	1015 -	33903000000000	905,65
2.083	677	1015 -	33903900000000	89,20
2.084	678	1015 -	33903000000000	561,40
2.085	679	1015 -	33903000000000	79,00
2.087	685	0125 -	33903600000000	306,15
2.087	686	0125 -	33903900000000	0,18
2.070	691	1015 -	33903000000000	23. 257,76
2.070	692	1015 -	33903600000000	8.818,24
2.070	693	1015 -	33903900000000	12. 553,86
2.091	702	0104 -	31909400000000	23,61
2.092	1755	0103 -	33900800000000	100,00
2.093	1756	0103 -	33900800000000	100,00
2.094	1757	0104 -	33900800000000	300,00
2.095	1758	0104 -	33900800000000	300,00
2.096	1759	0103 -	33900800000000	100,00
2.097	738	0104 -	31909400000000	48,72
2.097	1760	0104 -	33900800000000	100,00
1.022	742	0000 -	44905200000000	15. 953,72
1.065	751	0116 -	33903000000000	51,72
1.065	752	0130 -	33903000000000	15. 216,97
1.065	754	0130 -	33903600000000	70,00
1.067	775	0130 -	44905100000000	77,07
1.067	773	0000 -	44905100000000	12. 130,87
1.067	774	0124 -	44905100000000	233,00
1.072	780	0000 -	33903000000000	50,00
1.072	786	0000 -	44905100000000	20,00
2.098	791	0000 -	31900400000000	3.000,00
2.098	1761	0000 -	33900800000000	100,00
2.098	796	0000 -	33901400000000	2.390,00
2.098	797	0000 -	33903000000000	21. 690,23
2.098	798	0000 -	33903600000000	4.045,91
2.098	799	0000 -	33903900000000	33. 132,45
2.098	800	0000 -	33904600000000	27. 860,00
2.099	805	0000 -	31911300000000	932,43
2.099	1762	0000 -	33900800000000	100,00
2.099	807	0000 -	33903000000000	0,02
2.100	820	0000 -	33903900000000	33,17
2.101	825	0000 -	31909400000000	1,31
2.101	1764	0000 -	33900800000000	100,00
2.101	827	0000 -	33901400000000	1.350,00
2.101	831	0000 -	33904600000000	2.620,00
2.102	1765	0000 -	33900800000000	100,00
2.102	838	0000 -	33903000000000	2.678,00
2.102	841	0000 -	33904600000000	1.000,00
2.103	848	0000 -	33903000000000	4.653,29
2.103	851	0000 -	33904600000000	2.060,00
2.104	855	0000 -	31909400000000	2,49
2.104	1767	0000 -	33900800000000	100,00
2.104	857	0000 -	33901400000000	30,00
2.105	864	0000 -	31901300000000	434,62
2.105	866	0000 -	31911300000000	764,37

2.105	1768	0000 -	33900800000000	100,00
2.105	867	0000 -	33901400000000	500,00
2.105	868	0000 -	33903000000000	4.995,78
2.105	869	0000 -	33903600000000	5.301,80
2.105	871	0000 -	33904600000000	960,00
2.106	1769	0000 -	33900800000000	100,00
2.106	877	0000 -	33901400000000	240,00
2.106	878	0000 -	33903000000000	3.248,00
2.106	879	0000 -	33903600000000	111,00
2.106	880	0000 -	33903900000000	25,05
2.106	881	0000 -	33904600000000	9.320,00
2.107	1770	0000 -	33900800000000	100,00
2.107	888	0000 -	33903000000000	213,10
2.107	889	0000 -	33903600000000	20,00
2.108	1771	0000 -	33900800000000	100,00
2.108	897	0000 -	33901400000000	130,00
2.108	901	0000 -	33904600000000	320,00
1.023	902	0000 -	44905200000000	166,09
1.077	922	0000 -	44905100000000	10. 086,82
1.083	928	0000 -	33903900000000	2.194,14
1.083	929	0117 -	33903900000000	129,06
2.109	1772	0000 -	33900800000000	100,00
2.109	946	0000 -	33904600000000	60,00
2.110	1773	0000 -	33900800000000	100,00
2.111	958	0000 -	31901100000000	697,95
2.111	1774	0000 -	33900800000000	100,00
2.111	966	0000 -	33904600000000	700,00
2.112	971	0000 -	31911300000000	67,90
2.112	1775	0000 -	33900800000000	100,00
2.112	973	0000 -	33903000000000	6.747,30
2.112	976	0000 -	33904600000000	600,00
2.113	1776	0000 -	33900800000000	100,00
2.113	985	0000 -	33903900000000	111,14
1.024	991	0201 -	44905200000000	2.226,00
1.027	994	0201 -	44905200000000	10. 000,00
1.028	995	0201 -	44905200000000	10. 000,00
1.029	996	0201 -	44905200000000	10. 000,00
1.030	997	0201 -	44905200000000	330,00
1.030	1870	0201 -	44905200000000	363,00
1.031	998	0201 -	44905200000000	1.151,00
1.033	1000	0014 -	44905200000000	290,00
1.033	1001	0201 -	44905200000000	4.092,00
1.034	1002	0014 -	44905200000000	962,00
1.034	1004	0201 -	44905200000000	962,00
1.035	1005	0201 -	44905200000000	10. 000,00
1.091	1022	0000 -	33903000000000	551,19
1.091	1842	0201 -	33903600000000	102,05
1.092	1029	0000 -	44905100000000	31. 000,00
1.095	1038	0000 -	44905200000000	680,00
2.115	1045	0201 -	33901400000000	3.106,00
2.115	1046	0201 -	33903000000000	3.920,68
2.116	1057	0201 -	33901400000000	3.440,00
2.116	1058	0000 -	33903000000000	2.368,20
2.116	1059	0201 -	33903000000000	17. 767,08
2.116	1060	0201 -	33903300000000	1.000,00
2.117	1779	0201 -	33900800000000	100,00
2.117	1070	0000 -	33903000000000	6.595,96
2.117	1073	0201 -	33903900000000	16. 600,00
2.118	1780	0201 -	33900800000000	100,00
2.118	1081	0201 -	33903000000000	486,16
2.118	1082	0201 -	33903600000000	190,00
2.119	1088	0201 -	31909400000000	81,87
2.119	1781	0201 -	33900800000000	100,00
2.119	1094	0000 -	33904600000000	380,00
2.120	1782	0201 -	33900800000000	100,00
2.120	1101	0201 -	33903000000000	359,11
2.121	1783	0201 -	33900800000000	100,00
2.121	1111	0201 -	33903000000000	5.544,34
2.122	1118	0201 -	31909400000000	82,33
2.122	1784	0201 -	33900800000000	100,00
2.122	1121	0201 -	33903000000000	709,56
2.122	1124	0000 -	33904600000000	5.140,00
2.123	1785	0201 -	33900800000000	100,00
2.124	1786	0201 -	33900800000000	100,00
2.125	1149	0201 -	31909400000000	67,18
2.125	1787	0201 -	33900800000000	100,00
2.125	1153	0201 -	33903600000000	23,20
2.125	1154	0201 -	33903900000000	6,14
2.126	1159	0201 -	31909400000000	37,30
2.126	1788	0201 -	33900800000000	100,00
2.126	1161	0201 -	33901400000000	530,00
2.126	1162	0201 -	33903000000000	8.202,88
2.126	1163	0201 -	33903600000000	73,50
2.127	1168	0014 -	31901300000000	300,00
2.127	1169	0014 -	31909400000000	1.000,00
2.127	1789	0014 -	33900800000000	100,00
2.128	1178	0042 -	31901100000000	510,15
2.128	1181	0014 -	31909400000000	299,77
2.128	1182	0042 -	31909400000000	25,94
2.128	1183	0014 -	31911300000000	7.774,69
2.128	1184	0042 -	31911300000000	20,36
2.128	1790	0014 -	33900800000000	100,00
2.129	1192	0014 -	31901100000000	76,55
2.129	1196	0014 -	31911300000000	14,31
2.129	1791	0014 -	33900800000000	100,00
2.130	1198	0014 -	31901100000000	55,50
2.130	1201	0014 -	31911300000000	73,16
2.130	1792	0014 -	33900800000000	100,00
2.130	1202	0014 -	33903000000000	334,98
2.131	1210	0014 -	31911300000000	43,41
2.131	1793	0014 -	33900800000000	100,00
2.133	1794	0014 -	33900800000000	100,00
2.135	1795	0201 -	33900800000000	100,00
2.136	1234	0014 -	31909400000000	84,86
2.136	1796	0014 -	33900800000000	100,00
2.139	1797	0201 -	33900800000000	100,00
2.140	1256	0042 -	33903000000000	250,00
2.144	1275	0014 -	33903900000000	250,00
2.144	1276	0042 -	33903900000000	250,00
2.209	1919	0126 -	33903000000000	180,00
2.209	1904	0201 -	33903600000000	718,07
2.145	1287	0000 -	31901300000000	858,40
2.145	1799	0000 -	33900800000000	100,00
2.146	1800	0000 -	33900800000000	100,00
1.042	1301	0000 -	44905200000000	3.136,00
2.146	1315	0000 -	33904600000000	1.800,00
2.147	1801	0000 -	33900800000000	100,00
2.147	1322	0000 -	33903000000000	754,79
2.147	1323	0000 -	33903600000000	51,32
2.148	1802	0000 -	33900800000000	100,00
2.150	1354	0000 -	33903000000000	549,51
1.040	1358	0000 -	44905200000000	6.750,00
1.043	1359	0129 -	44905200000000	7.252,50
1.101	1361	0000 -	44905200000000	713,64
1.101	1830	0129 -	44905200000000	40,00
1.130	1835	0143 -	44905200000000	831,32
1.131	1831	0129 -	44905200000000	431,23
2.151	1369	0000 -	33903000000000	2.540,34
2.156	1389	0143 -	33903900000000	0,78
2.153	1807	0000 -	33900800000000	100,00
2.203	1417	0000 -	31909400000000	86,84
2.203	1808	0000 -	33900800000000	100,00
1.044	1424	0000 -	44905200000000	153,14
2.161	1809	0000 -	33900800000000	100,00
2.161	1431	0000 -	33903000000000	4.876,92
2.162	1443	0000 -	31911300000000	3.660,70
2.162	1810	0000 -	33900800000000	100,00
2.163	1453	0000 -	31911300000000	725,01
2.163	1457	0000 -	33903900000000	602,54
2.165	1485	0000 -	33903000000000	64,25
2.166	1814	0000 -	33900800000000	100,00
2.166	1495	0000 -	33903000000000	1.907,32
2.167	1500	0124 -	33903600000000	0,77
1.110	1505	0000 -	33903900000000	50,00
1.110	1507	0124 -	44905100000000	969,07
1.110	1506	0000 -	44905100000000	0,51
1.114	1513	0000 -	33903000000000	0,25
2.082	1524	0000 -	33903600000000	338,44
2.168	1815	0000 -	33900800000000	1.000,00
2.169	1816	0000 -	33900800000000	805,52

2.169	1543	0000 -	33903000000000	5,00
2.172	1819	0000 -	33900800000000	100,00
2.173	1592	0000 -	31911300000000	5.493,28
1.049	1622	0000 -	44905200000000	677,75
1.050	1633	0000 -	44905200000000	7.700,00
2.178	1640	0000 -	33903000000000	19. 256,20
2.179	1650	0000 -	33901400000000	1.000,00
2.179	1652	0000 -	33903600000000	81,00
2.180	1660	0000 -	33901400000000	1.000,00
2.180	1662	0000 -	33903600000000	4.200,00
2.181	1671	0000 -	33903000000000	2.395,11
2.181	1673	0000 -	33903900000000	7.310,00
2.182	1828	0000 -	33900800000000	34,97
TOTAL				**646. 414,54**

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, ao vigésimo dia do mês de dezembro de 2020.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO N.º 119/2020 DE: 02.12.2020

"Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 1.827.048,74 (Hum Milhão oitocentos e vinte sete mil quarenta e oito reais e setenta e quatro centavos), no Orçamento do Poder Executivo Municipal para o Exercício 2020, e da outras providências".

HUMBERTO BORTOLINI, Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1086/2020 de 24/04/2020.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R$ 1.827.048,74 (Hum Milhão oitocentos e vinte sete mil quarenta e oito reais e setenta e quatro centavos) destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO ATIVIDADE	DOTAÇÃO	RECURSO	ELEMENTO DESPESAS	VALOR
2.209	1897	1015 -	33903000000000	2.600,00
2.209	1840	0101 -	33903000000000	79.800,00
2.209	1930	0129 -	33903000000000	9.500,00
1.067	775	0130 -	44905100000000	22.800,00
2.209	1918	0201 -	33903000000000	33.100,00
1.065	752	0130 -	33903000000000	30.100,00
2.117	1073	0201 -	33903900000000	14.000,00
2.116	1059	0201 -	33903000000000	74.000,00
2.115	1050	0201 -	33903900000000	47.000,00
2.116	1062	0201 -	33903900000000	31.000,00
1.104	1461	0124 -	44905200000000	429. 452,05
2.125	1154	0201 -	33903900000000	20,00
2.126	1161	0201 -	33901400000000	4.000,00
2.117	1069	0201 -	33901400000000	3.000,00
2.116	1057	0201 -	33901400000000	3.000,00
2.124	1141	0201 -	33903000000000	1.500,00
2.081	624	0101 -	31901100000000	2.000,00
2.115	1040	0201 -	31900400000000	3.100,00
2.115	1041	0201 -	31901100000000	4.100,00
2.115	1044	0201 -	31911300000000	500,00
2.116	1052	0201 -	31900400000000	42.000,00
2.116	1053	0201 -	31901100000000	6.000,00
2.116	1056	0201 -	31911300000000	800,00
2.117	1064	0201 -	31900400000000	24.000,00
2.117	1065	0201 -	31901100000000	10.000,00
2.117	1068	0201 -	31911300000000	1.000,00
2.119	1085	0201 -	31900400000000	6.000,00
2.120	1095	0201 -	31900400000000	1.100,00
2.120	1096	0201 -	31901100000000	3.000,00
2.120	1097	0201 -	31901300000000	500,00
2.121	1105	0201 -	31900400000000	1.600,00
2.121	1106	0201 -	31901100000000	10.000,00
2.121	1109	0201 -	31911300000000	1.200,00
2.123	1126	0201 -	31901100000000	3.100,00
2.123	1127	0201 -	31901300000000	800,00
2.124	1135	0201 -	31900400000000	11.000,00
2.125	1146	0201 -	31900400000000	1.200,00
2.126	1156	0201 -	31900400000000	10.000,00
2.126	1157	0201 -	31901100000000	1.800,00
2.126	1160	0201 -	31911300000000	200,00
2.128	1178	0042 -	31901100000000	4.000,00
2.128	1184	0042 -	31911300000000	500,00
2.135	1221	0201 -	31900400000000	3.300,00
2.139	1245	0201 -	31900400000000	5.000,00
1.077	922	0000 -	44905100000000	1.200,00
1.067	773	0000 -	44905100000000	39.000,00
2.005	57	0000 -	33909100000000	420,58
1.083	929	0117 -	33903900000000	124. 000,00
1.065	752	0130 -	33903000000000	15.000,00
2.177	1629	0000 -	33903000000000	7.000,00
1.077	922	0000 -	44905100000000	2.000,00
2.177	1629	0000 -	33903000000000	5.000,00
1.067	773	0000 -	44905100000000	500,00
1.068	776	0000 -	44905200000000	241. 917,20
2.118	1082	0201 -	33903600000000	20.000,00
1.068	776	0000 -	44905200000000	277. 644,96
2.116	1059	0201 -	33903000000000	4.190,00
2.061	299	0000 -	33904700000000	111. 000,00
2.049	457	0000 -	33903900000000	20.503,95
2.039	413	0000 -	33903900000000	15.000,00
TOTAL				**1.827. 048,74**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III, da Lei 4.320/64 resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO ATIVIDADE	DOTAÇÃO	RECURSO	ELEMENTO DESPESAS	VALOR
2.051	459	0000 -	46907100000000	240. 500,00
2.057	464	0000 -	32902100000000	96.500,00
2.137	1242	0042 -	33714100000000	45.000,00
2.137	1243	0201 -	33714100000000	44.000,00
2.061	299	0000 -	33904700000000	12.000,00
2.151	1373	0000 -	33903900000000	54.000,00
2.007	74	0000 -	33903900000000	4.300,00
2.008	83	0000 -	33903600000000	2.000,00
2.008	84	0000 -	33903900000000	5.000,00
2.014	150	0000 -	33903000000000	10.000,00
2.015	165	0000 -	33903900000000	5.700,00
2.027	282	0000 -	33903000000000	10.000,00
2.047	296	0000 -	33903900000000	10.000,00
2.034	359	0000 -	33903900000000	15.000,00
1.030	1872	0042 -	44905200000000	10.000,00
1.030	1871	0123 -	44905200000000	10.000,00
1.030	1873	0147 -	44905200000000	12.650,00
1.030	1869	0000 -	44905200000000	10.000,00
1.091	1849	0042 -	33903600000000	2.000,00
1.091	1842	0201 -	33903600000000	1.897,95
1.010	1836	0000 -	44905200000000	10.000,00
1.031	1875	0123 -	44905200000000	10.000,00
1.031	1876	0042 -	44905200000000	10.000,00
1.031	1874	0201 -	44905200000000	10.000,00
1.031	1877	0147 -	44905200000000	10.000,00
1.091	1848	0042 -	33903000000000	4.000,00
1.091	1852	0014 -	33903000000000	8.000,00
1.091	1845	0123 -	33903000000000	6.000,00
1.091	1841	0201 -	33903000000000	3.868,55
1.091	1843	0201 -	33903900000000	10.000,00
1.091	1846	0123 -	33903900000000	4.000,00
1.091	1850	0042 -	33903900000000	4.000,00
1.091	1854	0014 -	33903900000000	10.000,00
1.091	1844	0201 -	44905100000000	30.000,00

1.091	1855	0147 -	44905100000000	20.000,00
1.092	1865	0014 -	33903000000000	3.000,00
1.092	1861	0042 -	33903000000000	4.000,00
1.092	1856	0201 -	33903000000000	10.000,00
1.092	1857	0201 -	33903600000000	2.000,00
1.092	1866	0014 -	33903600000000	1.000,00
1.092	1862	0042 -	33903600000000	2.000,00
1.092	1867	0014 -	33903900000000	6.000,00
1.092	1863	0042 -	33903900000000	4.000,00
1.092	1858	0201 -	33903900000000	8.000,00
1.092	1859	0201 -	44905100000000	10.000,00
2.001	7	0000 -	33901400000000	131,45
1.092	1868	0147 -	44905100000000	10.000,00
1.040	1939	0127 -	44905200000000	2.000,00
1.040	1938	0000 -	44905200000000	2.000,00
2.209	1925	0127 -	31909400000000	1.000,00
2.209	1893	0000 -	33903000000000	10.000,00
2.115	1046	0201 -	33903000000000	10.000,00
2.209	1927	0127 -	33903200000000	2.000,00
2.209	1931	0129 -	33903200000000	2.000,00
2.209	1935	0143 -	33903200000000	2.000,00
2.209	1922	0000 -	33903600000000	7.000,00
2.209	1928	0127 -	33903600000000	3.000,00
2.209	1932	0129 -	33903600000000	2.000,00
2.209	1936	0143 -	33903600000000	2.000,00
2.209	1923	0000 -	33903900000000	3.000,00
2.209	1929	0127 -	33903900000000	2.000,00
2.209	1933	0129 -	33903900000000	2.000,00
2.209	1937	0143 -	33903900000000	2.000,00
1.003	44	0000 -	44905200000000	7.772,01
1.004	76	0000 -	44905200000000	6.500,22
1.075	302	0000 -	44905100000000	22.904,80
1.013	403	0000 -	44905200000000	7.772,01
1.015	502	0101 -	44905200000000	10.000,00
1.016	518	0101 -	44905200000000	13.620,24
1.025	992	0014 -	44905200000000	8.488,00
1.026	993	0014 -	44905200000000	866,82
2.001	8	0000 -	33903000000000	6.000,00
2.001	9	0000 -	33903300000000	5.000,00
2.076	603	0101 -	33903000000000	29.200,00
2.076	603	0101 -	33903000000000	420,58
2.034	359	0000 -	33903900000000	30.000,00
2.075	600	0101 -	33903000000000	10.000,00
1.091	1025	0000 -	44905100000000	45.000,00
1.034	1002	0014 -	44905200000000	10.000,00
1.034	1004	0201 -	44905200000000	10.000,00
1.092	1029	0000 -	44905100000000	19.000,00
2.111	963	0000 -	33903000000000	15.000,00
1.092	1028	0000 -	33903900000000	9.000,00
2.110	953	0000 -	33903000000000	5.000,00
2.001	8	0000 -	33903000000000	500,00
2.015	161	0000 -	33903000000000	580,86
2.047	296	0000 -	33903900000000	52.549,00
2.029	319	0000 -	33901400000000	1.000,00
2.034	358	0000 -	33903600000000	290,00
2.086	682	0000 -	33903900000000	1.090,30
2.070	691	1015 -	33903000000000	30.000,00
2.070	692	1015 -	33903600000000	20.000,00
2.070	693	1015 -	33903900000000	35.000,00
2.090	1753	0103 -	33900800000000	100,00
1.065	750	0000 -	33903000000000	6.750,66
1.065	756	0130 -	33903900000000	343,00
1.066	759	0130 -	33903000000000	12.789,46
1.066	760	0000 -	33903600000000	448,00
1.066	763	0130 -	33903900000000	1.637,21
1.067	767	0130 -	33903000000000	20.000,00
1.067	768	0000 -	33903600000000	10.000,00
1.085	788	0000 -	33903000000000	64,04
1.085	790	0000 -	33903900000000	66,00
2.098	796	0000 -	33901400000000	3.000,00
2.101	828	0000 -	33903000000000	4.613,97
2.101	829	0000 -	33903600000000	443,50
2.101	830	0000 -	33903900000000	19.858,30
2.102	837	0000 -	33901400000000	2.610,00
2.102	838	0000 -	33903000000000	24.728,97
2.102	839	0000 -	33903600000000	7.466,55
2.102	840	0000 -	33903900000000	1.850,60
2.103	847	0000 -	33901400000000	1.780,00
2.103	848	0000 -	33903000000000	66.670,77
2.103	849	0000 -	33903600000000	769,20
2.103	850	0000 -	33903900000000	62.020,76
2.126	1162	0201 -	33903000000000	89.123,84
2.014	150	0000 -	33903000000000	1.223,50
2.126	1164	0201 -	33903900000000	17.670,17
2.127	1171	0014 -	33903000000000	13.000,00
2.128	1186	0042 -	33903000000000	5.000,00
2.128	1185	0014 -	33903000000000	10.000,00
2.128	1187	0014 -	33903600000000	1.871,55
2.130	1203	0042 -	33903000000000	10.171,99
2.131	1211	0014 -	33903000000000	1.000,00
2.131	1212	0014 -	33903900000000	1.000,00
2.132	1213	0014 -	33903000000000	1.800,00
2.134	1220	0042 -	33903000000000	2.800,00
2.134	1219	0014 -	33903000000000	300,00
2.135	1227	0201 -	33903000000000	4.703,03
2.135	1228	0201 -	33903600000000	5.000,00
2.135	1229	0201 -	33903900000000	413,34
2.136	1237	0042 -	33903000000000	9.731,00
2.136	1236	0014 -	33903000000000	10.961,11
2.136	1240	0014 -	33903900000000	512,12
2.137	1243	0201 -	33714100000000	718,71
2.137	1242	0042 -	33714100000000	306,05
2.139	1251	0201 -	33903000000000	3.241,88
2.140	1255	0014 -	33903000000000	250,00
2.140	1258	0042 -	33903900000000	250,00
2.140	1257	0014 -	33903900000000	250,00
2.141	1260	0042 -	33903000000000	6.495,00
2.141	1259	0014 -	33903000000000	4.004,87
2.141	1262	0042 -	33903200000000	4.416,24
2.141	1261	0014 -	33903200000000	89,05
2.142	1263	0014 -	33903000000000	5.413,00
2.142	1264	0014 -	33903900000000	5.000,00
2.143	1270	0014 -	33903000000000	803,50
2.144	1273	0042 -	33903000000000	250,00
2.144	1272	0014 -	33903000000000	250,00
2.209	1878	0000 -	33903000000000	24.000,00
2.209	1921	0014 -	33903000000000	4.000,00
2.209	1883	0201 -	33903000000000	11.568,40
2.209	1920	0042 -	33903000000000	1.000,00
2.209	1919	0126 -	33903000000000	2.240,32
2.209	1890	0014 -	33903000000000	852,00
2.209	1918	0201 -	33903000000000	17.060,00
2.209	1898	0000 -	33903000000000	4.000,00
2.209	1903	0201 -	33903000000000	14.000,00
2.209	1908	0126 -	33903000000000	5.000,00
2.045	486	0000 -	31911300000000	194,29
TOTAL				**1.827.048,74**

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, ao segundo dia do mês de dezembro de 2020.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA INTERNA Nº 02, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

Designa a servidora que menciona para responder como Responsável pela coordenação das ações das Unidades Básicas de Saúde Adroaldo Gatto e Voo Livre Zamboni.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de viabilizar os trabalhos no âmbito da atenção básica do distrito de Ouro Branco do Sul, pertencente ao município de Itiquira/MT;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Servidora que menciona para responder como Responsável pela coordenação das ações das Unidades Básicas de Saúde de Ouro Branco do Sul, como segue:

1- RENATA RODRIGUES DE MATOS

CPF-MF: 807.603.501-59

Fisioterapeuta

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal de Saúde, em Itiquira-MT, 01 de fevereiro de 2021.

FLÁVIO ALEXANDRE DOS SANTOS

Secretário Municipal de Saúde

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO N.º 124/2020 DE: 28.12.2020

"Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 107.000,00 (Cento e sete mil reais), no Orçamento do Poder Executivo Municipal para o Exercício 2020, e da outras providências".

HUMBERTO BORTOLINI, Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1079/2020 de 14/03/2020.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R$ 107.000,00 (Cento e sete mil reais) destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO ATIVIDADE	DOTAÇÃO	RECURSO	ELEMENTO DESPESAS	VALOR
1.068	776	0000 -	44905200000000	87.000,00
2.098	797	0000 -	33903000000000	20.000,00
TOTAL				**107.000,00**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III, da Lei 4.320/64 resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO ATIVIDADE	DOTAÇÃO	RECURSO	ELEMENTO DESPESAS	VALOR
1.096	1950	0123 -	44905200000000	107.000,00
TOTAL				**107.000,00**

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, ao vigésimo oitavo dia do mês de dezembro de 2020.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2021

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através da Pregoeira nomeada, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, ao **MENOR VALOR POR LOTE**, tendo por objeto a "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NO TRATAMENTO E MONITORAMENTO (CONTROLE) DA QUALIDADE DA ÁGUA DESTINADA AO CONSUMO HUMANO DO MUNICÍPIO DE JACIARA-MT", COM A REALIZAÇÃO DE ANÁLISES MENSAIS DE CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA POR UM TÉCNICO RESPONSÁVEL (QUÍMICO) REGISTRADO NO CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA (CRQ)",** nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **19 DE FEVEREIRO DE 2021 - 14:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br, na Prefeitura municipal, localizada na Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 13:00 às 17:00 horas. Informações através do email licitação@jaciara.mt.gov.br, ou tel. (0**66) 3461 7926. Jaciara, 02 de fevereiro de 2021.

Ana Cláudia Nascimento Silva Oliveira

Pregoeira da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

DECRETO Nº 009

"Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2021, e dá outras providências".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JANGADA – MATO GROSSO, Sr ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA**, no uso de suas atribuições conferidas em Lei e;

Considerando o disposto no incisivo VII do artigo 7° da constituição federal;

Considerando o disposto na Medida Provisória nº. 1.021 de 30 de dezembro de 2020.

DECRETO:

Art.1.º A partir de 1º de janeiro de 2021, o valor de salário mínimo no âmbito de Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivos e Legislativo do Município de Jangada será de R$ 1.100,00 (um mil e cem reais).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no **caput,** o valor diário do salário mínimo corresponderá a R$ 36,67 (trinta e seis reais e sessenta e sete centavos) e o valor horário a R$ 5,00 (cinco reais).

Art. 2º - A partir de 1º de Janeiro de 2021, não terão valor inferior a 1. 100,00 (um mil e cem reais), os benefícios correspondentes a aposentadorias e pensão por morte (valor global) paga pelo **PREVJANGADA**.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, respeitado o disposto nos artigos 1º e 2º, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Jangada/MT, 28 de Janeiro de 2021.

ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

DECRETO Nº 019, DE 29 DE JANEIRO DE 2021.

DECRETO Nº 019, DE 29 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação de membros do Conselho Previdenciário do PREVI-JAURU – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE JAURU, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAURU, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 66, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o Artigo 70 da Lei Complementar nº098, de 27 de novembro de 2013, que dispõe sobre a composição do Conselho Previdenciário do PREVI-JURU,

Considerando que o Decreto nº011, de 14 de janeiro de 2021 nomeou os senhores Cloter de Oliveira Davi, Andréia Aparecida do Carmo e Luciene Mansano para comporem o Comitê de Investimentos, nomeados para representar os Poderes Executivo e Legislativo no Conselho Previdenciário do PREVI-JAURU, através do Decreto nº069, de 12 de agosto de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores **ANDERSON PAVINI** e **LINDOMAR RODRIGUES** em substituição aos conselheiros Cloter Oliveira Davi e Andréia Aparecida do Carmo para representar o Poder Executivo no Conselho Previdenciário do PREVI-JAURU.

Art. 2º Fica nomeada a servidora **MARTA PEREIRA DE MATOS** em substituição a conselheira Luciene Mansano para representar o Poder Legislativo no Conselho Previdenciário do PREVI-JAURU

Art. 3º Osservidores acima mencionados serão regidos pela Lei Complementar nº098, de 27 de novembro de 2013 e pelo Regimento Interno.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "José Perez", em Jauru/MT, 29 de janeiro de 2021.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº078, DE 29 DE JANEIRO DE 2021

PORTARIA Nº078, DE 29 DE JANEIRO DE 2021.

"Dispõe a sobre a nomeação de função gratificada de Membro do Conselho Previdenciário".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAURU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

:

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR** a **Sra. ELIZABETE VIEIRA DE MORAES,** portadora do RG nº 3836625- SSP/GO e CPF nº 643.927.081-87, para exercer a função gratificada de **MEMBRO DO CONSELHO PREVIDENCIÁRIO,** com ônus financeiro para o PREVI-JAURU, custeado com recursos provenientes da taxa de administração, conforme Lei Complementar nº154, de 17 de abril de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 28/01/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "José Perez", em Jauru/MT, 29 de janeiro de 2021.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº076, DE 29 DE JANEIRO DE 2021.

PORTARIA Nº076, DE 29 DE JANEIRO DE 2021.

"Dispõe a sobre a nomeação de função gratificada de Membro do Comitê de Investimentos".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAURU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

RESOLVE:

Art. 1º - **EXONERAR** a **Sra. LUCIENE MANSANO**, portadora do RG nº 1202211-0 SSP/MT e CPF nº 862.411.411-04, da função gratificada de **MEMBRO DO CONSELHO PREVIDENCIÁRIO,** nomeada conforme Portaria nº208, de 11 de setembro de 2020 e **NOMEAR** para a função gratificada de **MEMBRO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS**, com ônus financeiro para o PREVI-JAURU, custeado com recursos provenientes da taxa de administração, conforme Lei Complementar nº154, de 17 de abril de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04/01/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "José Perez", em Jauru/MT, 29 de janeiro de 2021.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº074, DE 28 DE JANEIRO DE 2021.

PORTARIA Nº074, DE 28 DE JANEIRO DE 2021.

"Dispõe a sobre a nomeação de função gratificada de Presidente do Comitê de Investimentos".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAURU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

RESOLVE:

Art. 1º - **EXONERAR** o **Sr. CLOTER OLIVEIRA DAVI**, portador do RG nº 949.928 SSP/MT e CPF nº 776.397.071-53, da função gratificada de **PRESIDENTE DO CONSELHO PREVIDENCIÁRIO,** nomeado conforme Portaria nº209, de 11 de setembro de 2020 e **NOMEAR** para a função gratificada de **PRESIDENTE DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS**, com ônus financeiro para o PREVI-JAURU, custeado com recursos provenientes da taxa de administração, conforme Lei Complementar nº154, de 17 de abril de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04/01/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "José Perez", em Jauru/MT, 28 de janeiro de 2021.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº077, DE 29 DE JANEIRO DE 2021.

PORTARIA Nº077, DE 29 DE JANEIRO DE 2021.

"Dispõe a sobre a nomeação de função gratificada de Membro do Comitê de Investimentos".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAURU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

RESOLVE:

Art. 1º - **EXONERAR** a **Sra. ANDREIA APARECIDA DO CARMO**, portadora do RG nº 1602149-5-0 SSP/MT e CPF nº 007.247.621-40, da função gratificada de **MEMBRO DO CONSELHO PREVIDENCIÁRIO,** nomeada conforme Portaria nº026, de 21 de janeiro de 2020 e **NOMEAR** para a função gratificada de **MEMBRO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS**, com ônus financeiro para o PREVI-JAURU, custeado com recursos provenientes da taxa de administração, conforme Lei Complementar nº154, de 17 de abril de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04/01/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "José Perez", em Jauru/MT, 29 de janeiro de 2021.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº073, DE 28 DE JANEIRO DE 2021.

PORTARIA Nº073, DE 28 DE JANEIRO DE 2021.

"Dispõe a sobre a exoneração de função gratificada de Membro do Comitê de Investimentos".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAURU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

RESOLVE:

Art. 1º - **EXONERAR** o **Sr. SIDNEI RODRIGUES DOS SANTOS SOUZA**, portador do RG nº 3300496-0 SESP/MT e CPF nº 975.643.541-00, da função gratificada de **MEMBRO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS,** nomeado conforme Portaria nº261, de 21 de novembro de 2019, tendo em vista o encerramento do mandato do Comitê de Investimentos em 31.12.2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04/01/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "José Perez", em Jauru/MT, 28 de janeiro de 2021.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº071, DE 28 DE JANEIRO DE 2021.

PORTARIA Nº071, DE 28 DE JANEIRO DE 2021.

"Dispõe a sobre a exoneração de função gratificada de Presidente do Comitê de Investimentos".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAURU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

RESOLVE:

Art. 1º - **EXONERAR** a **Sra. CATARINA BATISTA**, portadora do RG nº 0363.734-4 SESP/MT e CPF nº 329.624.011-04, da função gratificada de **PRESIDENTE DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS,** nomeada conforme Portaria nº146, de 03 de junho de 2019, tendo em vista o encerramento do mandato do Comitê de Investimentos em 31.12.2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04/01/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "José Perez", em Jauru/MT, 28 de janeiro de 2021.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº072, DE 28 DE JANEIRO DE 2021.

PORTARIA Nº072, DE 28 DE JANEIRO DE 2021.

"Dispõe a sobre a exoneração de função gratificada de Membro do Comitê de Investimentos".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAURU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

RESOLVE:

Art. 1º - **EXONERAR** o **Sr. MATEUS RUY NERY DE ALMEIDA**, portador do RG nº 10804404 SSP/MT e CPF nº 830.704.861-34, da função gratificada de **MEMBRO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS,** nomeado conforme Portaria nº147, de 03 de junho de 2019, tendo em vista o encerramento do mandato do Comitê de Investimentos em 31.12.2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04/01/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "José Perez", em Jauru/MT, 28 de janeiro de 2021.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

RETIFICAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO N. 004/2021/SECAD

TIPO: PRESENCIAL

APURAÇÃO: Menor Valor por Item.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA E OU ARQUITETURA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELACIONADOS A FISCALIZAÇÃO DE OBRAS, GESTAO DE CONTRATOS, ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE BAIXA COMPLEXIDADE A SER EXECUTADOS COM RECURSOS PROPRIOS E LEVANTAMENTOS TOPOGRAFICOS DE LOTES URBANOS, em atendimento s Secretaria Municipal de Cidade.

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir de 03/02/2021, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio dos sites: www.juara.mt.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401 ou **ainda e preferencialmente através do Site**: www.portaldecompraspublicas.com.br e/ou e-mail: licitacao@juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia 19 de fevereiro de 2021 às 08h30 – Horário Local.

Juara-MT, em 02 de fevereiro de 2021.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Prefeito Municipal

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
DECRETO Nº 1.587/2020

Decreto nº 1.587, de 30 de dezembro de 2020.

Dispõe sobre cancelamento de Resto a Pagar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

D E C R E T A:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Juara/MT autorizado a realizar o cancelamento no valor de R$ 564.282,78 (quinhentos e sessenta e quatro mil duzentos e oitenta e dois reais e setenta e oito centavos), afim de proceder os ajustes técnico e contábil no sentido de apurar a verdadeira situação do Resto a Pagar, conforme descrição abaixo mencionado:

Nº Empenho	Descrição	Motivo	Valor – R$
10486/2014	Mendanha Construtora Ltda. EPP	Termo de Rescisão Consensual ao Convenio nº 011/2014- SECID	98.565,90
05694/2016	Calábria MHG Construtora Eirelli - EPP	Não Liquidação da Despesa	271.784,44

08847/2017	Valegran Comercial Ltda. - EPP	Empenho na Fonte 114, atualização sistema APLIC 31/07/2019 para Fonte 146	34,00
11033/2016	Aliança Reparação de Equipamentos Diesel Ltda.	Empenho na Fonte 114, atualização sistema APLIC 31/07/2019 para Fonte 146	1.030,00
12893/2016	Instituo Tupã	Empenho na Fonte 114, atualização sistema APLIC 31/07/2019 para Fonte 146	190.407,40
02945/2019	3E Terraplanagem e Construção Eirelli	Não Liquidação da Despesa	480,97
08562/2019	Claudeci Lemes dos Santos - ME	Pagamento a menor	0,06
09897/2019	Bernardi & Bispo Bernardi Ltda. - ME	Pagamento a menor	0,01
12613/2019	M. da Silva Alves	Não Liquidação da Despesa	1.980,00
TOTAL			**564.282,78**

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 30 de dezembro de 2020.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 005/2021 – SME/JUARA-MT

Instrução Normativa Nº 005/2021 – SME/JUARA-MT

Dispõe sobre normas a serem adotadas e orientações atinentes as atividades não presenciais nas unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de Juara/MT.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JUARA-MT, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE JUARA/MT** nº 001 de 01 de abril de 1990 e suas alterações e tendo em vista o plano de contingência e adoção de medidas com objetivo de reduzir os riscos de contágio e disseminação do Covid 19, e:

CONSIDERANDO, a necessidade de reorganização administrativa, com vistas ao cumprimento de jornada de trabalho de 30 horas (hora aula/horas atividades) prevista no Plano e Cargo e Carreira dos servidores da Educação, LC nº68/2009.

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, bem como o Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção e atualização da regulamentação, no âmbito do Município de Juara Estado de Mato Grosso, da Lei Federal nº 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), responsável pelo surto de 2019, regulamentada pela Portaria do Ministério da Saúde nº 356, de 11 de março de 2020;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação do novo coronavírus, causador da doença denominada COVID-19, caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO o Decreto nº425 de 25 de março de 2020 do Estado de Mato Grosso que Consolida as medidas temporárias restritivas às atividades privadas para prevenção dos riscos de disseminação do Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto nº432 de 31 de março de 2020 do Estado de Mato Grosso que Consolida as medidas temporárias restritivas às atividades privadas para prevenção dos riscos de disseminação do Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências;

CONSIDERANDO, Resolução Normativa nº 002/2020-CEE/MT de 20 de março de 2020, publicado em D.O 23/03/2020, que dispõe sobre as normas a serem adotadas pelas Instituições pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino, enquanto perdurar a situação de pandemia pelo novo Coronavírus(COVID-19);

CONSIDERANDO, a Súmula do Parecer CNE/CP nº 05/2020, aprovado em 28/04/2020 e publicado em 04 de maio de 2020 no Diário Oficial da União;

CONSIDERANDO, a Portaria Interna 003/2020/GP/SME de 04 de maio de 2020 da Secretaria Municipal de Educação, publicada no Diário Oficial no dia 12 de maio de 2020.

CONSIDERANDO, o Despacho de 29 de maio de 2020 o Ministro da Educação homologa parcialmente o Parecer CNE/CP nº 5/2020, publicado Diário Oficial da União 01/06/2020 pag.32;

CONSIDERANDO, as razões constantesna Nota Técnica nº 32/2020/ ASSESSORIA-GAB/GM/GM, conforme consta no Processo nº 23001. 000334/2020-21.

***CONSIDERANDO**, a Publicação da Lei n°14.040, de agosto de 2019, que estabelece normas educacionais excepcionais a ser adotada durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 06 de, 20 de março de 2020; e altera a Lei n° 11.947, de 16 de junho de 2009.*

CONSIDERANDO,os Pareceres CNE/CP nº 09, de 8 de junho de 2020, CNE/CP nº 11, de 7 de julho de 2020 e CNE/CP nº 19, de 8 de dezembro de 2020, homologado pelo Ministro da Educação de 09 de dezembro de 2020.

CONSIDERANDO, a Resolução CNE/CP Nº. 02 de 10 de dezembro de 2020 que Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para implementação dos dispositivos da Lei Federal nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições, redes escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais durante o estado de calamidade reconhecido pelo Decreto nº 6 de março de 2020.

CONSIDERANDO, o Decreto Municipal de Juara-MT, n°.1.604 de 29 de janeiro de 2021, que dispõe sobre procedimentos administrativos quanto aos profissionais servidores efetivos e contratados temporariamente da Rede Pública de Educação Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade do cumprimento dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento da Educação Básica, e observando-se que a legislação educacional (LDB, art. 23) e a BNCC admitem diferentes critérios e formas de organização da trajetória escolar, a integralização da carga horária mínima do ano letivo afetado pela pandemia pode ser efetivada no ano subsequente, inclusive por meio da adoção de um continuum curricular de 2 (duas) séries ou anos escolares contínuos, observadas as diretrizes nacionais editadas pelo CNE, a BNCC e as normas dos respectivos sistemas de ensino.

CONSIDERANDO, a necessidade de normatização da reorganização do Calendário Escolar do ano letivo afetado pelo estado de calamidade publica para a educação básica, para fins de cumprimento de carga horária mínima anual prevista na LDB, especialmente em seus arts. 22 a 28, 31, 34, 36, 36-D e 39, de competência de cada sistema de ensino.

CONSIDERANDO, a necessidade de reordenamento curricular do que restar do ano letivo de 2020 e o do ano letivo seguinte poder ser reprogramado, aumentando-se os dias letivos e a carga horária do ano letivo de 2021 para cumprir, de modo contínuo, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento previstos no ano letivo anterior, ao abrigo do caput do art. 23, da Lei nº 9.394/1996, que prevê a adoção de regimes diferenciados e flexíveis de organização curricular, mediante formas diversas de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

CONSIDERANDO, que as atividades pedagógicas não presenciais poderão ser utilizadas em caráter excepcional pra integralização da carga horária das atividades pedagógicas, no cumprimento das medidas para en-

frentamento da pandemia da COVID-19 estabelecidas em protocolos de biossegurança.

CONSIDERANDO que as ações a serem implementadas devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à segurança, saúde, a intimidade e à vida privada e pela necessidade, adequação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas visando a contenção da propagação do novo Coronavírus e objetivando a proteção da coletividade especialmente da população Juarense;

CONSIDERANDO uma medida abrangendo as atividades educacionais da rede pública de ensino, é a forma mais eficiente e razoável de se lidar com possibilidade de coibir a propagação do novo Coronavírus no ambiente escola-família;

CONSIDERANDO, a necessidade de reorganização das atividades educacionais, quando houver, deve minimizar os impactos das medidas de isolamento na aprendizagem dos estudantes, considerando o longo período de suspensão das atividades educacionais presenciais nos ambientes escolares.

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer Orientações atinentes às atividades não presenciais – "Atividades Remotas", implantadas e implementadas nas unidades escolares com oferta Educação Infantil – Creche e Pré Escola e Ensino Fundamental anos inicias da Rede Pública Municipal de Ensino de Juara/MT.

§1º - Por atividades pedagógicas não presenciais na Educação Básica: Educação Infantil – Creche e Pré Escola e Ensino Fundamental anos inicias, entende-se o conjunto de atividades realizadas com mediação tecnológica ou por outros meios, a fim de garantir atendimento escolar essencial durante o período de restrições de presença física de estudantes na unidade educacional.

§2º - As atividades pedagógicas não presenciais a serem desenvolvidas pelas unidades escolares estão descritas no Parecer CNE/CP nº 5/2020, referente à reorganização do calendário escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da COVID-19.

§3º -A realização das atividades pedagógicas não presenciais deve possibilitar a efetivação dos direitos de aprendizagem expressos no desenvolvimento de competências e suas habilidades, previstos na BNCC, nos currículos e nas propostas pedagógicas, passíveis de serem alcançados mediante estas práticas, considerando o replanejamento curricular adotado pela rede municipal de ensino.

Art. 2º. Fica definido a partir do dia 01 de fevereiro de 2021, o início das atividades pedagógicas não presenciais, por meio de "Atividades Remotas", sendo para a Educação Infantil: Creche-(turmas de Maternal II) e Pré-escola e Ensino Fundamental- Anos Iniciais.

§1º - O cumprimento da carga horária mínima prevista seráfeito por meio das seguintes alternativas, de forma individual ou conjunta:

a. cômputo da carga horária de atividades pedagógicas não presenciais realizadas enquanto persistirem restrições sanitárias para presença de estudantes nos ambientes escolares coordenado com o calendário escolar de aulas presenciais;

b. cômputo de carga horária de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação), realizadas de forma concomitante ao período das aulas presenciais, quando do retorno as atividades.

§2º - As atividades pedagógicas não presenciais poderão ser utilizadas de forma integral nos casos de:

I - suspensão das atividades letivas presenciais por determinação das autoridades locais; e

II - condições sanitárias locais que tragam riscos à segurança das atividades letivas presenciais.

§ 3º As atividades pedagógicas não presenciais podem ocorrer, desde que observadas às idades mínimas para o uso de cada mídia:

I - por meios digitais (vídeo aulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico, blogs, entre outros);

II - por meio de programas de televisão ou rádio;

III - pela adoção de material didático impresso com orientações pedagógicas distribuído aos estudantes e seus pais ou responsáveis; e

IV - pela orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos.

§ 4º Para fins de cumprimento da carga horária, e cômputo as atividades pedagógicas não presenciais, deve-se considerar, obrigatoriamente:

I - publicidade, pela instituição, do planejamento das atividades pedagógicas não presenciais, com a indicação:

a) dos objetivos/habilidades de aprendizagem relacionados com o respectivo currículo e/ou proposta pedagógica que se pretende atingir;

b) das formas de interação (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação) com o estudante, para atingir tais objetivos;

c) da estimativa de carga horária equivalente para o atingimento deste objetivo de aprendizagem, considerando as formas de interação previstas;

d) da forma de registro de participação dos estudantes, inferida a partir da realização das atividades entregues (por meio digital durante o período de suspensão das aulas ou ao final, com apresentação digital ou física), relacionadas com os planejamentos de estudo encaminhados pela instituição e com as habilidades e objetivos de aprendizagem curriculares;

e) das formas de avaliação não presenciais durante a situação de emergência, ou presencial, após o fim da suspensão das aulas;

II - previsão de alternativas para garantia de atendimento dos objetivos de aprendizagem para estudantes e/ou instituições escolares que tenham dificuldades de realização de atividades não presenciais de ensino;

III - realização de processo destinado à formação pedagógica dos professores para utilização das metodologias, com mediação tecnológica ou não, a serem empregadas nas atividades não presenciais; e

IV - realização de processo de orientação aos estudantes e suas famílias sobre a utilização das metodologias, com mediação tecnológica ou não, a serem empregadas nas atividades não presenciais.

V – organização de atividades por meio da metodologia sequencia de atividades, e atividades sequenciadas (lista de exercícios e exercícios) relacionadas com os objetivos e habilidades de aprendizagens.

VI- utilizar a dimensão diagnóstica e formativa do processo de aprendizagem em todas as unidades escolares, observada as normas em vigência.

§ 5º Na Educação Infantil as atividades pedagógicas não presenciais, devem ser de acordo com os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dessa etapa da Educação Básica e com as orientações pertinentes quanto ao uso de tecnologias de informação e comunicação.

§ 1º As unidades devem priorizar atividades de estímulo cognitivo e socioemocional e experiências lúdicas com espaço para brincadeiras e estimulação de habilidades específicas propostas nos campos de experiência pela BNCC.

§ 6ºAs atividades não presenciais na etapa dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental devem ser mais estruturadas e requerem supervisão de adulto, e precisa ser de acordo com as diretrizes da BNCC, os princípios da Política Nacional de Alfabetização (PNA), e a proposta curricular e objetos de conhecimento relacionados à BNCC;

Art. 3º.A Secretaria Municipal de Educação juntamente com a equipe escolar organizará e disponibilizará materiais e recursos necessários aos professores para elaboração das atividades complementares – "Atividades

Remotas"entre escola/casa, a fim de garantir a as estudantes condições isonômicas, visando o padrão de qualidade da educação durante o período de suspensão das aulas presenciais.

Art. 4º. Todas as Unidades escolares da Rede Municipal de Ensino devem seguir e estar vigilantes a todas as determinações, orientações e recomendações estabelecidas em protocolos de biossegurança dos órgãos governamentais federal, estadual e municipal, em especial da OMS (Organização Mundial da Saúde), para evitar a proliferação do COVID -19.

Art. 5º. A elaboração das atividades não presenciais deverá ser pautada no Projeto Político Pedagógico/Regimento Escolar, Plano Estratégico da escola, Plano Anual de Ensino por ano escolar e sempre estar em consonância com Diretrizes Nacionais da Educação Básica e Base Nacional Comum Curricular.

Art. 6º. Para continuidadedo desenvolvimento pedagógico, a escola deverá organizar oPlano Estratégico da oferta das **Atividades Remotas**, atividades estas organizadas em conformidade e continuidade ao planejamento. É de responsabilidade da gestão escolar, manter todos os registros ordenados e arquivados, em meio físico ou digital para comprovação, bem como acompanhar o percentual de participação por turma, e quando necessário realizar ações para atingir a totalidade.

§ 1º. A gestão escolar irá organizar com os professores grupos de WHATSAPP por turma, de forma que o professor possa fazer todas as orientações nos momentos de tirar dúvidas para a realização das atividades via mensagens, áudios, vídeos etc.

§2º. As atividades impressas deverão ser entregues aos pais e/ou responsáveis para um total de **quinze dias letivos,** na escola, seguindo as medidas de prevenção a não proliferação do COVID-19de preferência ser entregue e devolvido dentro de uma pasta plástica para facilitar a higienização.

§3º. A gestão escolar devera organizar com os professores a melhor forma de distribuir as Atividades Remotas aos pais e ou responsáveis conforme cronograma da rede, sempre pensando no melhor para todos, mantendo rigorosamente as medidas de cautela e prevenção contra o Covid-19.

Parágrafo Único:O cômputo referente (horas letivas)e dias letivos estão definidos de acordo com as orientações do Conselho Nacional de Educação – CNE e Conselho Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso – CEE/MT.

Art. 7º. As unidades escolares poderão indicar aos pais e/ou responsáveis autilização dos portais e sites educacionais gratuitos, que visem contribuir com as aprendizagens relacionadas ao currículo escolar para a Educação Infantil – Creche e Pré escola, Ensino Fundamental anos iniciais.

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 8º.A Secretaria Municipal de Educação organizará o processo de atribuição de classes e regime/jornada de trabalho, do quadro de pessoal, para fins de atendimento às demandas das unidades educacionais em caráter excepcional durante o ano letivode 2021 afetado pela calamidade pública.

I. Para o processo de atribuição considera as turmas completas com o número de alunos, efetivamente matriculados para o ano letivo de *2021***,**seguindo os critérios das Portarias e normativas em vigência.

II. A distribuição reorganização de profissionais efetivos dos cargos/funções da educação efetivos, *realizada para suprir as necessidades das unidades escolares e do ano letivo reprogramado ao abrigo do caput do art.23 da Lei nº9394/96, afetado pelo estado de calamidade pública. III. As unidades escolares Creche funcionará no contexto de calamidade pública apenas as turmas de Maternal - II , sendo que será garantido os profissionais* **dos cargos/funções da educação** *efetivos necessários para atendimento não presencial das turmas relacionadas. IV. Todos os profissionais* dos cargos/funções da educação *efetivos das unidades de Creches atribuídos nas turmas de Berçários e Maternal I e de funcionamento geral serão redistribuídos nas unidades de educação infantil pré-escola e ensino fundamental anos iniciais em conformidade com as funções/cargos da legislação municipal, para atender as demandas do ensino não presencial no ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública. V. Os profissionais* dos cargos/funções da educação *efetivos cumprirão o regime de jornada de trabalho semanal de 30 horas em conformidade com a legislação em vigor e as regras constantes na Portaria de Assiduidade. VI. O cumprimento da Jornada de 30 horas semanais será de forma remota nas unidades escolares de forma mista sendo: 6 horas diárias 04 na unidade escolar (03 horas no atendimento online no grupo da turma no horário de aluna da turma, 01 de planejamento), 02 horas no formato de teletrabalho dedicado ao planejamento e suporte no grupo da turma.* VII. A SME durante o ano letivo de 2021 a qualquer momento analisará as demandas das unidades escolares e reorganizará profissionais para suprir a necessidade da escola. VIII. Orientar as unidades escolares a organizar registro detalhado das atividades não presenciais desenvolvidas, durante seu fechamento, o que é fundamental para a reorganização e o cômputo da equivalência de horas cumpridas em relação às 800 (oitocentas) horas anuais previstas na legislação e normas educacionais, contendo descrição das atividades não presenciais relacionadas com os objetivos de aprendizagem da BNCC, de acordo com a proposta curricular da instituição ou da rede escolar, considerando a equivalência das atividades propostas em relação ao cumprimento dos objetivos propostos no currículo, para cada ano e cada componente curricular.

IX. Orientar as unidades escolares durante o período de isolamento uso do processo próprio de avaliação formativo e diagnóstico dos estudantes.

X. Orientar as unidades para que durante todo o período de isolamento realize o monitoramento constante bem como verificar se as atividades não presenciais foram recebidas ou não pelos estudantes, além de identificar as dificuldades encontradas.

XI. Definir o Cronograma de entrega e recebimento das atividades remotas nas unidades da rede.

XII. Definir seu calendário de retorno às aulas, em acordo com as decisões das autoridades sanitárias locais e dos entes federados.

XIII. Orientar a elaboração do Plano Estratégico das unidades escolares.

DA GESTÃO ESCOLAR

Art. 9º.A Gestão Escolar deverá disponibilizar os meios necessários para osprofessores, pais e ou responsáveis, conforme orientações e organizações respeitando todas as medidas de segurança do Ministério da Saúde.

a) Disponibilizar Cronograma de orientação aos pais e estudantes sobre a nova organização das rotinas diárias;

b) Sugerir para que os pais e/ou responsáveis realizem leitura para os filhos;

c) Orientar o professor e auxiliar na elaboração de materiais impressos compatíveis com o ano escolar da criança para realização de atividades, observando o respeito as DCN`S, DRC e BNCC;

d) Organizar grupos de pais e/ou responsáveis por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e outros, conectando professores, pais e/ou responsáveis quando necessário;

e) Avaliar e analisar as atividades não presenciais dos estudantes de acordo com a presente normativa e, quando possível, com acompanhamento dos pais e/ou responsáveis, acerca do aprendizado dos alunos;

f) Orientar os pais e/ou responsáveis, sempre buscar a escola para informações e esclarecimentos sendo por grupos de mensagens eletrônicas, telefonemas, e-mails ou mesmo presencial quando necessário;

DA COMPETÊNCIA DO PROFESSOR

Art. 10. Os docentes devem recomendar aos pais e/ou responsáveis dos estudantes quanto à organização e cumprimento da rotina de estudos, no

período de aulas não presenciais, e realizar interação com as crianças por meio das tecnologias disponíveis e de acesso a todos.

Art. 11. O professor terá incumbência de planejar e elaborar as "Atividades Remotas" não presenciais, desenvolvendo o trabalho dentro das dez horas atividades semanais, distribuídas conforme organização da rede no regime de Teletrabalho, conforme Portaria de Assiduidade.

a. Disponibilizar no grupo de WHATSAPP da turma, links de atividades como forma de pesquisa, para acesso de mais possibilidades;

b. Orientar aos pais e/ou responsáveis quanto à realização de atividades relacionadas aos objetos de aprendizagem e habilidades da proposta curricularem vigência;

c. Enviar sugestões de leitura para que os pais realizem leituras para os filhos;

d. Orientar aos pais e/ou responsáveis para que as crianças assistam programas educativos compatíveis com a idade, no horário de TV aberta, Canais por assinatura, DVDs, entre outros;

e. Avaliar e analisar as atividades não presenciais dos estudantes retomando o conteúdo quando necessário, acerca do aprendizado dos seus filhos;

f. Disponibilizar as Atividades Remotas em arquivo digital no grupo da turma ou no email dos pais e ou responsáveis que desejarem.

g. Executar a mediação didático- pedagógico no grupo de acordo com o currículo em vigência.

h. Manter relação entre professores, estudantes e familiares por meio de interação, nos post das atividades do dia, histórias ou nos momentos de tirar dúvidas;

i. Cumprir a carga horária online de 3h na mediação das atividades no grupo da turma, bem como as atividades e carga horária da função.

j. Disponibilizar as Atividades Remotas impressas ou em arquivo digital no grupo da turma ou no e-mail, aos pais e ou responsáveis que desejarem.

k. Registrar as ações de processos de interação com familiares e estudantes.

l. Organizar pasta de trabalho pessoal física ou digital com os planejamentos e cópia das atividades desenvolvidas, bem como a pasta individual dos estudantes.

m. Observar e anotar o desenvolvimento de cada criança em relação aos objetivos/habilidades que procurou desenvolver nas atividades não presenciais.

n. Organizar em conjunto com a gestão escolar as regras de funcionamento do grupo da turma.

Art. 12. Tanto no período de atendimento não presencial quanto no retorno das aulas presenciais (normais) o professor deverá realizara avaliação diagnóstica e formativa, para avaliar o processo de aprendizagem do aluno e realizar a intervenção pedagógica, caso necessário.

§ 1º. A unidade escolar deverá prever formas de recuperação da aprendizagem quando do não aproveitamento dos estudantes.

Art. 13. Realizar a revisão das atividades não presenciais e trabalhá-las novamente com os alunos que apresentarem dificuldades de aprendizagem.

Parágrafo Único: Os alunos que por motivos diversos não conseguirem realizar as atividades não presenciais, caberá à unidade escolar prover meios de ofertar oportunidades diversas de aprendizagens no retorno das aulas presenciais.

DA INCUMBÊNCIA DOS PAIS E/OU RESPONSÁVEIS

Art. 14. Para que haja efetividade das atividades não presenciais, os pais e/ou responsáveis ficam na incumbência de realizar as atividades não presenciais, podendo seguir as orientações abaixo:

a. Acompanhar a rotina de atividades diárias;

b. Retirar e devolver "Atividades Remotas" quinzenalmente do aluno na unidade escolar na data e horário agendado pela escola;

c. Informar a unidade escolar ou o professor caso prefira receber as atividades não presenciais em formato digital.

d. Desenvolver as atividades de acordo com as orientações da proposta da escola e do professor;

e. Fazer a devolutiva das atividades não presenciais ao professor nos prazos agendados pela escola;

f. Interagir com o professor via WHATSAPP para esclarecer dúvidas, no horário e período acertado nas regras do grupo;

g. Assistir programas educativos compatíveis com a idade com o acompanhamento dos pais no horário de TV aberta, Canais por assinatura, DVDs, entre outros;

h. Manter comunicação permanente com a unidade escolar.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Durante a realização das atividades não presenciais os professores fundamentados na dimensão diagnóstica e formativa poderão usar como metodologia de avaliação:

a. A correção das atividades para posterior interação em sala de aula e intervenção necessária;

b. Analisar o relato via WHATSAPP dos pais e/ou responsáveis quanto ao desenvolvimento das atividades não presenciais;

c. Anotações no planejamento, nas atividades, nos cronogramas digital ou impresso, anotações conceituais nas atividades realizadas, print´s das ações de interação.

d. Ficha Individual dos estudantes com parecer pedagógico preenchida bimestralmente.

e. Atividades avaliativas planejadas em acordo com objetivos/habilidades de aprendizagem específicos para cada ano.

f. Avaliar as atividades de forma contínua socializando a correção com os estudantes e familiares, porém prevalecendo o bom senso, no sentido de analisar a melhor forma de fornecer as devolutivas: de modo coletivo no grupo ou individual, no whatsApp privado do familiar responsável.

g. Avaliar e analisar as atividades não presenciais dos estudantes retomando o conteúdo quando necessário, acerca do aprendizado dos seus filhos.

Art. 16.A forma da oferta de instrumento de resposta e feedback entre alunos/professores, e professores/familiares assegurando o cumprimento das aulas não presenciais deverá ser organizado dentro do Plano Estratégico de cada unidade e na reorganização do calendário letivo.

Art. 17.O material distribuído "Atividades Remotas" (impressas) deverão ser disponibiliza da também de forma digital, aos pais e/ou responsáveis de aos alunos que desejarem realizando o protocolo no ato de entrega

Art. 18. Cada unidade escolar irá agendar o dia e horário alternados,por turma, para os pais e/ou responsáveis ou alunos retirar e devolver as "Atividades Remotas" na unidade escolar, seguindo as normas da saúde,com o distanciamento de 1,5 metros entre as pessoas, utilizando assepsia das mãos e materiais e evitando aglomeração.

Art. 19.São de fundamental importância,o acompanhamento e registro das atividades não presenciais desenvolvidas pelos alunos, verificando a produtividade pedagógica e adequando a atividade para garantir o processo de ensino aprendizagem.

Parágrafo único – Para os alunos que apresentarem dificuldades de aprendizagem o professor deverá elaborar(ficha avaliativa individual com parecer pedagógico), para quando retornar às aulas presenciais, realizar a intervenção necessária.

Art. 20. A Equipe Pedagógica da SME estará disponível para auxiliar às unidades escolares, por Teletrabalho eou presencial caso seja necessário.

Art. 21. O planejamento pedagógico e as Atividades Remotas não presenciais, registro de desenvolvimento,bem como o acompanhamento de assiduidade na participação será acompanhado pela Gestão Escolar de cada unidade escolar.

Art. 22. As atividades não presenciais (remotas) com finalidade de aprendizagem deverão ser realizadas de acordo com o estabelecido nesta Normativa, durante e após o período de pandemia.

Parágrafo Único: O uso das atividades não presenciais (remotas) com cômputo das horas aulas para que seja considerado como(horas letivas)dia letivo será estabelecido coletivamente durante a reorganização do calendário escolar na retomada das atividades presenciais, em conformidade com as orientações do CNE e CEE/MT.

Art. 23. Para a Educação Infantil – crianças das creches (0 a 3 anos) os professores poderão buscar uma aproximação virtual com as famílias, indicando aos pais e/ou responsáveis em caráter eminentemente lúdico, recreativo, criativo e interativo como leitura de histórias, brincadeiras, jogos, músicas, oferecendo orientação concreta, modelo de leitura em voz alta, em vídeo ou áudio, para engajar as crianças de (0 a 3 anos) em atividades lúdicas.

Art. 24 . Finalmente cabe lembrar que esta Instrução Normativa poderá ser complementada, conforme pareceres específicos do CNE e CEE/MT, para cada nível, etapa e modalidade de ensino.

Art. 24. Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação, revogando total a Instrução Normativa 02/2020 de 17 de junho de 2020.

Publique-se.

Juara, 02 de fevereiro de 2021.

Fernanda Alves dos Santos Ribas

Secretária Municipal de Educação

Portaria GP nº005/2021 de 04/01/2021

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
DECRETO Nº 1.607/2021

Decreto nº 1.607, de 02 de fevereiro de 2021.

Constitui Comissão de Monitoramento e Avaliação e Gestor da Parceira entre o Município de Juara/MT e a Associação Pestalozzi de Juara, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

O Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e,

Considerando o disposto na Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014 que estabelece normas para as parcerias voluntárias envolvendo ou não recursos financeiros entre a administração pública e as organizações da sociedade civil;

Considerando a necessidade de constituição da comissão de Monitoramento e Avaliação, de que trata, respectivamente, o inciso XI do Art. 2º da Lei Federal n° 13.019, de 31 de julho de 2014;

Considerando a necessidade de instaurar procedimento administrativo para realizar a análise, monitoramento e avaliação da Parceria entre o Município de Juara e a Associação Pestalozzi de Juara.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída Comissão de Monitoramento e Avaliação da parceria entre o Município de Juara e a Associação Pestalozzi de Juara, de que trata a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, os servidores públicos, a seguir relacionados:

I - Gestor da Parceria:

a) Aparecida Pereira da Silva Felix.

II - Membros da Comissão:

a) Elizabete de Jesus Furlan - Presidente; b) Rafael Vicente de Oliveira - Secretário; c) Marines Pellizzari do Nascimento - membro. § 1º Os membros da comissão não receberão gratificação ou qualquer espécie em vantagem pecuniária em razão do exercício das suas funções. § 2º Os servidores nomeados através deste Decreto exercerão suas funções pelo prazo que durar a parceria.

Art. 2º Compete a Comissão de Monitoramento e Avaliação da Parceria, sem prejuízo de outros deveres e prerrogativas previstos em lei, exercer as seguintes funções:

I - monitorar e avaliar a parceria celebrada com a entidade;

II - fiscalizar a execução do Plano de Trabalho, através de visitas *in loco;*

III - sempre que necessário, solicitar outros documentos relativos a parceria e a prestação de contas;

III - elaborar relatório técnico das visitas realizadas;

IV - elaborar relatório da avaliação da prestação de contas.

Art. 3º As deliberações e as decisões da Comissão serão tomadas mediante o expresso consentimento da maioria absoluta de seus membros.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 02 de fevereiro de 2021.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
COVID-19: DECRETO Nº 1.606/2021

Decreto nº 1.606, de 02 de fevereiro de 2021.

Altera o Decreto nº 1.588/2021, que divulga os dias de feriados nacional, estadual, municipal e ponto facultativo nas repartições públicas do município de Juara, Estado de Mato Grosso, do ano de 2021.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

Considerando o Decreto nº 1.596, de 15 de janeiro de 2021, que Altera dispositivos do Decreto nº 1.461/2020 que dispõe sobre consolidação das medidas para enfretamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavirus (COVID-19) a serem adotados pelo Poder Executivo do Município de Juara;

Considerando que o Decreto nº 1.594 de 14 de janeiro de 2021, declarou Estado de calamidade pública no Município de Juara;

Considerando que a taxa de ocupação de leitos no Município destinados aos pacientes infectados pelo novo coronavírus atualmente tem ocupação de 90%;

Considerando que o município de Juara é referência regional de atendimento da saúde no Vale do Arinos;

Considerando o Decreto nº 810, de 1º de fevereiro de 2021, do Estado de Mato Grosso, proibindo em todo o Estado de Mato Grosso, quaisquer festas ou eventos comemorativos de Carnaval, em ambientes abertos ou fechados, promovidos por iniciativa pública ou particular.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica alterado o Decreto nº 1.588, de 06 de janeiro de 2021, que divulgou os dias de feriados nacional, estadual, municipal e ponto facultativo nas repartições públicas do município de Juara, Estado de Mato Grosso, do ano de 2021, conforme segue:

I - Revogado;

II - Revogado;

III - Revogado.

Art. 2º As demais disposições do Decreto nº 1.588/2021, permanecem inalteradas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 02 de fevereiro de 2021.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

CÂMARA MUNICIPAL DE JUARA
RESUMO DO CONTRATO N.º 001/2021

Contratante: **Câmara Municipal de Juar**a situada na **Rua Nelson Tabor-da Lacerda, 59-S**, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 03.476.682/0001-00, na cidade de Juara, no Estado de Mato Grosso.

Contratado: **Gilmar dos Santos** pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 27.269.137/0001-00, com sede na Avenida Antares nº 2.096 - S, Lote 04 Quadra 02, Bairro Jardim Cruzeiro do Sul, Juara/MT, Cep 78.575-000.

Objeto: Prestação de serviços referente à realização de pintura nos gabinetes dos vereadores, sala de reunião, corredor de acesso aos gabinetes e guarda corpo da janela do corredor dos gabinetes, conforme especificações constantes no Edital.

Vigência: 21/01/2021 à 21/03/2021.

Valor Global: R$ 6.000,00 (Seis mil reais)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JUINA
PORTARIA 341-2021 - ABERTURA DE INQUÉRITO DISCIPLINAR - ELUCIDATIVA - SIMP 001107-039-2020 - JUINA2021

PORTARIA N.º 341/2021.

Instaura Inquérito Administrativo Disciplinar, para fins de apuração dos fatos que trata o Procedimento Administrativo da Notícia de Fato SIMP n.º 001107-039-2020, da 1.ª Promotoria de Justiça Civil da Comarca de Juína-MT, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º DETERMINAR, com base no art. 203 e ss., da Lei Complementar Municipal n.º 1.022/2008 (Estatuto dos Servidores Municipais), a instauração de Inquérito Administrativo Disciplinar para apurar suposta irregularidade no serviço público, conforme noticiada no Procedimento Administrativo da Notícia de Fato SIMP n.º 001107-039-2020, da 1.ª Promotoria de Justiça Civil da Comarca de Juína-MT, cuja cópia passa a ser parte integrante da presente Portaria.

Art. 2.º Os trabalhos deverão ser conduzidos pela Comissão Permanente de Inquérito, já designada por Portaria do Executivo, que deverá iniciar seus trabalhos no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data da publicação da presente Portaria no Diário Oficial utilizado pelo Município, e concluí-los no prazo máximo de 30 (trinta) dias, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias assim o exigirem, independente de Memorando.

Parágrafo Único. O prazo que trata o *caput*, do presente artigo, fica suspenso por força do Decreto Municipal n.º 417, de 06 de abril de 2020, devendo retornar normalmente assim que o referido Decreto for revogado.

Art. 3.º Na condução do Inquérito Administrativo Disciplinar a Comissão de Inquérito exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurando o sigilo necessário à elucidação do fato exigido pelo interesse da administração, assegurando ao eventual e suposto responsável, o contraditório e a ampla defesa.

Art. 4.º Depois de concluído os trabalhos a Comissão Permanente de Inquérito elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção, de forma conclusiva, quanto a responsabilização pelos fatos noticiados no Procedimento Administrativo da Notícia de Fato SIMP n. º 001107-039-2020, da 1.ª Promotoria de Justiça Civil, da Comarca de Juína-MT.

Art. 5.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Juína-MT, 01 de fevereiro de 2021.

Publique-se.

Registre-se.

Intime-se.

Cumpra-se.

PAULO AUGUSTO VERONESE

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

UCI - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
RREO 6.º BIMESTRE 2020

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	139.743.368,60	162.752.381,38	31.131.401,79	19,13	164.098.855,09	100,83	-1.346.473,71
RECEITAS CORRENTES	134.418.782,50	148.357.876,40	29.461.419,77	19,86	154.464.853,57	104,12	-6.106.977,17
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	23.642.500,00	23.642.500,00	3.572.964,15	15,11	23.964.078,00	101,36	-321.578,00
Impostos	18.673.500,00	18.673.500,00	3.240.551,67	17,35	20.500.178,04	109,78	-1.826.678,04
Taxas	3.689.000,00	3.689.000,00	265.632,55	7,20	2.722.531,22	73,80	966.468,78
Contribuição de Melhoria	1.280.000,00	1.280.000,00	66.779,93	5,22	741.368,74	57,92	538.631,26
CONTRIBUIÇÕES	3.768.900,00	5.768.900,00	1.304.217,84	22,61	6.292.917,79	109,08	-524.017,79
Contribuições Sociais	2.168.900,00	2.168.900,00	788.716,34	36,36	3.770.347,93	173,84	-1.601.447,93
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.600.000,00	3.600.000,00	515.501,50	14,32	2.522.569,86	70,07	1.077.430,14
RECEITA PATRIMONIAL	646.000,00	646.000,00	54.289,90	8,40	222.287,10	34,41	423.712,90
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	315.000,00	315.000,00	46.143,07	14,65	119.864,20	38,05	195.135,80
Valores Mobiliários	331.000,00	331.000,00	8.146,83	2,46	102.422,90	30,94	228.577,10
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	5.045.000,00	5.220.000,00	1.057.885,51	20,27	5.384.464,67	103,15	-164.464,67
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	5.045.000,00	5.220.000,00	1.057.885,51	20,27	5.384.464,67	103,15	-164.464,67
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	99.668.760,00	111.432.853,90	23.224.152,52	20,84	116.556.695,04	104,60	-5.123.841,14
Transferências da União e de suas Entidades	41.795.000,00	53.559.093,90	8.917.732,60	16,65	56.552.321,74	105,59	-2.993.227,84
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	42.253.760,00	42.253.760,00	10.738.036,08	25,41	43.253.967,85	102,37	-1.000.207,85
Transferências dos Municípios e de suas Entidades			200.000,00		200.000,00		-200.000,00
Transferências de Instituições Privadas	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	500,00	0,50	99.500,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	15.500.000,00	15.500.000,00	3.368.383,84	21,73	16.538.194,22	106,70	-1.038.194,22
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	11.711,23	58,56	8.288,77
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.647.622,50	1.647.622,50	247.909,85	15,05	2.044.410,97	124,08	-396.788,47
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	901.000,00	901.000,00	45.646,89	5,07	1.194.997,13	132,63	-293.997,13
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	214.422,50	214.422,50	105.359,29	49,14	349.496,49	162,99	-135.073,99
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Demais Receitas Correntes	532.200,00	532.200,00	96.903,67	18,21	499.917,35	93,93	32.282,65

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	5.324.586,10	14.394.504,98	1.669.982,02	11,60	9.634.001,52	66,93	4.760.503,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		2.670.000,00	373.524,50	13,99	1.721.921,48	64,49	948.078,52
Operações de Crédito - Mercado Interno		2.670.000,00	373.524,50	13,99	1.721.921,48	64,49	948.078,52
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	549.000,00	3.788.918,88	554.416,02	14,63	4.513.850,60	119,13	-724.931,72
Alienação de Bens Móveis	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	33.880,00	67,76	16.120,00
Alienação de Bens Imóveis	499.000,00	3.738.918,88	554.416,02	14,83	4.479.970,60	119,82	-741.051,72
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.760.586,10	7.920.586,10	742.041,50	9,37	3.398.229,44	42,90	4.522.356,66
Transferências da União e de suas Entidades	4.360.586,10	7.520.586,10	55.704,82	0,74	2.261.892,76	30,08	5.258.693,34
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	400.000,00	400.000,00	686.336,68	171,58	1.136.336,68	284,08	-736.336,68
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	15.000,00	15.000,00		0,00		0,00	15.000,00
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital	15.000,00	15.000,00		0,00		0,00	15.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.193.900,00	4.193.900,00	1.030.947,94	24,58	6.320.572,61	150,71	-2.126.672,61
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	142.937.268,60	166.946.281,38	32.162.349,73	19,27	170.419.427,70	102,08	-3.473.146,32
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	142.937.268,60	166.946.281,38	32.162.349,73	19,27	170.419.427,70	102,08	-3.473.146,32
DÉFICIT (VI)							
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	142.937.268,60	166.946.281,38	32.162.349,73	19,27	170.419.427,70	102,08	-3.473.146,32
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.758.835,90			1.758.835,90		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		1.758.835,90			1.758.835,90		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	137.587.568,60	162.187.768,38	10.809.424,00	150.571.145,46	11.616.622,92	31.596.649,39	146.836.616,92	15.351.151,46	145.736.536,72	3.734.528,54
DESPESAS CORRENTES	120.427.618,60	144.907.305,55	13.059.128,89	138.159.451,90	6.747.853,65	28.508.756,83	136.500.118,88	8.407.186,67	135.742.326,49	1.659.333,02
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	61.968.019,42	64.146.593,76	12.693.844,23	63.291.424,15	855.169,61	12.718.907,07	63.291.424,15	855.169,61	63.057.312,67	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	202.000,00	61.000,00	8.614,99	27.298,71	33.701,29	15.676,45	27.298,71	33.701,29	27.298,71	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	58.257.599,18	80.699.711,79	356.669,67	74.840.729,04	5.858.982,75	15.774.173,31	73.181.396,02	7.518.315,77	72.657.715,11	1.659.333,02
DESPESAS DE CAPITAL	16.200.650,00	17.273.662,83	-2.249.704,89	12.411.693,56	4.861.969,27	3.087.892,56	10.336.498,04	6.937.164,79	9.994.210,23	2.075.195,52
INVESTIMENTOS	15.425.400,00	16.939.724,83	-1.917.910,19	12.077.863,26	4.861.861,57	3.074.980,06	10.002.667,74	6.937.057,09	9.660.379,93	2.075.195,52
INVERSÕES FINANCEIRAS	5.250,00	1,00			1,00			1,00		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	770.000,00	333.937,00	-331.794,70	333.830,30	106,70	12.912,50	333.830,30	106,70	333.830,30	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	959.300,00	6.800,00			6.800,00			6.800,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	5.348.700,00	6.516.348,90	1.177.527,30	6.476.175,79	40.173,11	1.167.618,07	6.464.955,86	51.393,04	5.841.835,69	11.219,93
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	142.936.268,60	168.704.117,28	11.986.951,30	157.047.321,25	11.656.796,03	32.764.267,46	153.301.572,78	15.402.544,50	151.578.372,41	3.745.748,47
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	550.000,00	171.301,00	-344.707,20	171.292,80	8,20	0,00	171.292,80	8,20	171.292,80	
Amortização da Dívida Interna	550.000,00	171.301,00	-344.707,20	171.292,80	8,20	0,00	171.292,80	8,20	171.292,80	
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual	550.000,00	171.301,00	-344.707,20	171.292,80	8,20	0,00	171.292,80	8,20	171.292,80	
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	143.486.268,60	168.875.418,28	11.642.244,10	157.218.614,05	11.656.804,23	32.764.267,46	153.472.865,58	15.402.552,70	151.749.665,21	3.745.748,47
SUPERÁVIT (XIII)				13.200.813,65			16.946.562,12		18.669.762,49	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	143.486.268,60	168.875.418,28	11.642.244,10	170.419.427,70		32.764.267,46	170.419.427,70		170.419.427,70	3.745.748,47
RESERVA DO RPPS										

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3,193,900,00	4,193,900,00	1,030,947,94	24,58	6,320,572,61	150,71	-2,126,672,61
RECEITAS CORRENTES	3,193,900,00	4,193,900,00	1,030,947,94	24,58	6,320,572,61	150,71	-2,126,672,61
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	3,193,900,00	4,193,900,00	1,030,947,94	24,58	6,320,572,61	150,71	-2,126,672,61
Contribuições Sociais	3,193,900,00	4,193,900,00	1,030,947,94	24,58	6,320,572,61	150,71	-2,126,672,61
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	5.348.700,00	6.516.348,90	1.177.527,30	6.476.175,79	40.173,11	1.167.618,07	6.464.955,86	51.393,04	5.841.835,69	11.219,93
DESPESAS CORRENTES	5.348.700,00	6.516.348,90	1.177.527,30	6.476.175,79	40.173,11	1.167.618,07	6.464.955,86	51.393,04	5.841.835,69	11.219,93
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.348.700,00	6.516.348,90	1.177.527,30	6.476.175,79	40.173,11	1.167.618,07	6.464.955,86	51.393,04	5.841.835,69	11.219,93
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL										
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	137.589.568,60	162.188.768,38	10.809.424,00	150.571.145,46	95,88	11.617.622,92	31.596.649,39	146.836.616,92	95,78	15.352.151,46	3.734.528,54
Legislativa	3.896.000,00	3.881.000,00	609.852,83	3.292.714,08	2,10	588.285,92	887.999,52	3.292.714,08	2,15	588.285,92	
Ação Legislativa	3.896.000,00	3.881.000,00	609.852,83	3.292.714,08	2,10	588.285,92	887.999,52	3.292.714,08	2,15	588.285,92	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	25.020.827,48	29.487.913,74	2.819.091,57	28.466.648,14	18,13	1.021.265,60	5.749.644,17	28.336.066,13	18,48	1.151.847,61	130.582,01
Planejamento e Orçamento	1.253.600,00	1.051.758,17	179.753,84	1.039.898,75	0,66	11.859,42	234.984,92	938.430,21	0,61	113.327,96	101.468,54
FU04 - Administração Geral	20.909.877,48	26.388.624,70	2.377.410,89	25.412.980,45	16,18	975.644,25	5.194.785,51	25.394.200,45	16,56	994.424,25	18.780,00
Administração Financeira	927.350,00	846.919,64	139.255,54	828.100,43	0,53	18.819,21	165.499,20	823.448,12	0,54	23.471,52	4.652,31
Controle Interno	210.000,00	155.616,00	23.152,36	155.506,31	0,10	109,69	23.152,36	155.506,31	0,10	109,69	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação	395.000,00	246.775,41	6.637,27	238.474,45	0,15	8.300,96	7.375,37	238.474,45	0,16	8.300,96	
Ordenamento Territorial	89.500,00	49.510,23	0,00	47.417,30	0,03	2.092,93	5.681,16	41.736,14	0,03	7.774,09	5.681,16
Formação de Recursos Humanos	15.000,00	4,00				4,00				4,00	
Administração de Receitas	1.205.500,00	748.701,59	92.881,67	744.270,45	0,47	4.431,14	118.165,65	744.270,45	0,49	4.431,14	
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções	15.000,00	4,00				4,00				4,00	
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	7.058.874,92	5.013.692,33	345.631,45	4.298.766,80	2,74	714.925,53	834.872,85	4.250.966,96	2,77	762.725,37	47.799,84
Assistência ao Idoso	980.000,00	543.969,24	53.079,38	542.123,34	0,35	1.845,90	120.579,15	494.323,50	0,32	49.645,74	47.799,84
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.100.266,00	810.758,86	105.150,79	784.350,20	0,50	26.408,66	125.871,91	784.350,20	0,51	26.408,66	
Assistência Comunitária	4.978.608,92	3.658.964,23	187.401,28	2.972.293,26	1,89	686.670,97	588.421,79	2.972.293,26	1,94	686.670,97	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	4.734.200,00	6.469.700,00	1.356.688,18	5.918.605,74	3,77	551.094,26	1.440.809,27	5.853.085,74	3,82	616.614,26	65.520,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	4.734.200,00	6.469.700,00	1.356.688,18	5.918.605,74	3,77	551.094,26	1.440.809,27	5.853.085,74	3,82	616.614,26	65.520,00
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	43.425.060,00	61.379.697,83	2.947.751,22	57.166.208,68	36,40	4.213.489,15	13.339.859,33	55.622.366,28	36,28	5.757.331,55	1.543.842,40
Atenção Básica	8.239.000,00	8.973.834,76	820.675,32	8.745.321,21	5,57	228.513,55	1.754.687,56	8.238.233,28	5,37	735.601,48	507.087,93
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	29.702.760,00	38.931.807,88	2.098.899,05	37.254.601,99	23,72	1.677.205,89	8.422.620,00	36.364.584,06	23,72	2.567.223,82	890.017,93
Suporte Profilático e Terapêutico	2.075.000,00	1.606.456,67	-66.132,79	1.566.525,47	1,00	39.931,20	226.430,58	1.554.138,47	1,01	52.318,20	12.387,00
Vigilância Sanitária	2.170.000,00	3.599.840,97	293.659,18	3.345.973,87	2,13	253.867,10	749.694,50	3.269.315,13	2,13	330.525,84	76.658,74
Vigilância Epidemiológica	754.400,00	981.722,89	87.227,34	800.668,76	0,51	181.054,13	205.158,55	800.668,76	0,52	181.054,13	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	483.900,00	7.286.034,66	-286.576,88	5.453.117,38	3,47	1.832.917,28	1.981.268,14	5.395.426,58	3,52	1.890.608,08	57.690,80
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho	5.250,00	3,00				3,00				3,00	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções	5.250,00	3,00				3,00				3,00	
Educação	29.629.450,00	26.353.326,02	2.833.349,18	25.270.451,95	16,09	1.082.874,07	4.704.554,04	25.230.618,40	16,46	1.122.707,62	39.833,55
Ensino Fundamental	14.882.500,00	12.262.496,46	1.710.215,69	12.125.199,30	7,72	137.297,16	2.188.072,48	12.112.672,89	7,90	149.823,57	12.526,41
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior	14.000,00	6.165,01	-769,03	5.182,98	0,00	982,03	730,95	5.182,98	0,00	982,03	
Educação Infantil	14.430.000,00	13.967.629,56	1.123.902,52	13.023.041,68	8,29	944.587,88	2.405.547,02	12.995.734,54	8,48	971.895,02	27.307,14
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial	1.950,00	3,00				3,00				3,00	
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral	251.000,00	2,00				2,00				2,00	
FU12 - Demais Subfunções	50.000,00	117.029,99	0,00	117.027,99	0,07	2,00	110.203,59	117.027,99	0,08	2,00	
Cultura	1.443.500,00	1.419.217,06	409.794,71	1.388.402,52	0,88	30.814,54	503.100,57	1.374.073,51	0,90	45.143,55	14.329,01
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	1.443.500,00	1.419.217,06	409.794,71	1.388.402,52	0,88	30.814,54	503.100,57	1.374.073,51	0,90	45.143,55	14.329,01
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	165.000,00	252.369,31	47.488,71	248.206,39	0,16	4.162,92	52.856,39	248.206,39	0,16	4.162,92	
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos	165.000,00	252.369,31	47.488,71	248.206,39	0,16	4.162,92	52.856,39	248.206,39	0,16	4.162,92	
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	3.571.000,00	6.712.848,69	77.492,88	5.922.492,51	3,77	790.356,18	1.137.065,58	5.775.607,50	3,77	937.241,19	146.885,01
Infra-Estrutura Urbana	1.106.000,00	2.656.603,41	-295.173,72	2.321.143,66	1,48	335.459,75	466.217,26	2.174.258,65	1,42	482.344,76	146.885,01
Serviços Urbanos	2.290.000,00	4.056.240,28	372.666,60	3.601.348,85	2,29	454.891,43	670.848,32	3.601.348,85	2,35	454.891,43	
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções	175.000,00	5,00				5,00				5,00	
Habitação	35.070,00	9,00				9,00				9,00	
Habitação Rural											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana	35.070,00	9,00				9,00				9,00	
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	5.738.822,50	5.896.835,50	1.186.159,24	5.511.192,47	3,51	385.643,03	1.160.339,76	5.066.379,35	3,30	830.456,15	444.813,12
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	5.738.822,50	5.896.835,50	1.186.159,24	5.511.192,47	3,51	385.643,03	1.160.339,76	5.066.379,35	3,30	830.456,15	444.813,12
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	269.675,00	302.111,00	0,00	301.999,93	0,19	111,07	12.000,00	301.999,93	0,20	111,07	
Preservação e Conservação Ambiental	266.000,00	302.107,00	0,00	301.999,93	0,19	107,07	12.000,00	301.999,93	0,20	107,07	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas	3.675,00	4,00				4,00				4,00	
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	842.432,00	535.620,00	-73.831,49	446.195,97	0,28	89.424,03	7.950,00	301.654,42	0,20	233.965,58	144.541,55
Abastecimento	590.000,00	501.060,00	-73.125,00	418.245,97	0,27	82.814,03	0,00	273.704,42	0,18	227.355,58	144.541,55
Extensão Rural	25.050,00	12,00				12,00				12,00	
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral	7.000,00	4,00				4,00				4,00	
FU20 - Demais Subfunções	220.382,00	34.544,00	-706,49	27.950,00	0,02	6.594,00	7.950,00	27.950,00	0,02	6.594,00	
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	71.400,00	53,00				53,00				53,00	
Promoção Industrial	71.400,00	53,00				53,00				53,00	
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	256.000,00	19,65				19,65				19,65	
Promoção Comercial	5.000,00	6,00				6,00				6,00	
Comercialização	5.000,00	5,00				5,00				5,00	
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo	246.000,00	8,65				8,65				8,65	
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	5.000,00	2,00				2,00				2,00	
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções	5.000,00	2,00				2,00				2,00	
Energia	580.000,00	2.429.246,49	-10.679,49	2.343.834,19	1,49	85.412,30	492.332,76	2.343.834,19	1,53	85.412,30	
Conservação de Energia											
Energia Elétrica	580.000,00	2.429.246,49	-10.679,49	2.343.834,19	1,49	85.412,30	492.332,76	2.343.834,19	1,53	85.412,30	
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	8.035.106,70	11.415.755,27	-1.433.419,99	9.395.314,71	5,98	2.020.440,56	1.160.918,28	8.278.800,52	5,40	3.136.954,75	1.116.514,19
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	3.495.106,70	6.050.837,27	-45.737,88	5.734.838,59	3,65	315.998,68	675.551,87	5.276.662,14	3,44	774.175,13	458.176,45
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções	4.540.000,00	5.364.918,00	-1.387.682,11	3.660.476,12	2,33	1.704.441,88	485.366,41	3.002.138,38	1,96	2.362.779,62	658.337,74
Desporto e Lazer	876.600,00	239.611,49	17.234,71	238.982,37	0,15	629,12	83.757,92	199.114,51	0,13	40.496,98	39.867,86
Desporto de Rendimento	65.100,00	4,00				4,00				4,00	
Desporto Comunitário	809.400,00	239.605,73	17.234,71	238.982,37	0,15	623,36	83.757,92	199.114,51	0,13	40.491,22	39.867,86
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções	2.100,00	1,76				1,76				1,76	
Encargos Especiais	970.000,00	392.937,00	-323.179,71	361.129,01	0,23	31.807,99	28.588,95	361.129,01	0,24	31.807,99	
Refinanciamento da Dívida Interna	950.000,00	379.936,00	-336.092,21	348.216,51	0,22	31.719,49	15.676,45	348.216,51	0,23	31.719,49	
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	20.000,00	13.001,00	12.912,50	12.912,50	0,01	88,50	12.912,50	12.912,50	0,01	88,50	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	959.300,00	6.800,00				6.800,00				6.800,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.348.700,00	6.516.348,90	1.177.527,30	6.476.175,79	4,12	40.173,11	1.167.618,07	6.464.955,86	4,22	51.393,04	11.219,93
TOTAL (III) = (I + II)	142.937.268,60	168.705.117,28	11.986.951,30	157.047.321,25	100,00	11.657.796,03	32.764.267,46	153.301.572,78	100,00	15.403.544,50	3.745.748,47

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/■ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/■ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.348.700,00	6.516.348,90	1.177.527,30	6.476.175,79	4,12	40.173,11	1.167.618,07	6.464.955,86	4,22	51.393,04	11.219,93
Legislativa	160.000,00	175.000,00	38.104,33	170.600,55	0,11	4.399,45	28.195,10	159.380,62	0,10	15.619,38	11.219,93
Ação Legislativa	160.000,00	175.000,00	38.104,33	170.600,55	0,11	4.399,45	28.195,10	159.380,62	0,10	15.619,38	11.219,93
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∥ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∥ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	1.005.500,00	1.030.520,08	285.115,46	1.023.611,57	0,65	6.908,51	285.115,46	1.023.611,57	0,67	6.908,51	
Planejamento e Orçamento	90.600,00	91.462,00	14.616,56	91.459,20	0,06	2,80	14.616,56	91.459,20	0,06	2,80	
FU04 - Administração Geral	744.900,00	805.664,17	252.111,21	798.762,23	0,51	6.901,94	252.111,21	798.762,23	0,52	6.901,94	
Administração Financeira	40.000,00	39.379,16	5.353,91	39.376,91	0,03	2,25	5.353,91	39.376,91	0,03	2,25	
Controle Interno	30.000,00	30.147,00	4.239,18	30.146,72	0,02	0,28	4.239,18	30.146,72	0,02	0,28	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação	5.000,00	3.366,75	469,20	3.366,61	0,00	0,14	469,20	3.366,61	0,00	0,14	
Ordenamento Territorial	500,00	1,00				1,00				1,00	
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas	94.500,00	60.500,00	8.325,40	60.499,90	0,04	0,10	8.325,40	60.499,90	0,04	0,10	
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	485.300,00	314.170,07	48.724,06	307.438,39	0,20	6.731,68	48.724,06	307.438,39	0,20	6.731,68	
Assistência ao Idoso	40.000,00	24.423,00	3.919,55	24.421,33	0,02	1,67	3.919,55	24.421,33	0,02	1,67	
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	75.300,00	42.100,16	6.092,30	42.091,87	0,03	8,29	6.092,30	42.091,87	0,03	8,29	
Assistência Comunitária	370.000,00	247.646,91	38.712,21	240.925,19	0,15	6.721,72	38.712,21	240.925,19	0,16	6.721,72	
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	100,00	100,00				100,00				100,00	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	100,00	100,00				100,00				100,00	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	1.278.700,00	1.589.422,44	244.539,97	1.571.746,84	1,00	17.675,60	244.539,97	1.571.746,84	1,03	17.675,60	
Atenção Básica	316.000,00	323.962,37	51.073,56	323.959,81	0,21	2,56	51.073,56	323.959,81	0,21	2,56	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	791.000,00	1.045.545,34	159.965,72	1.042.881,83	0,66	2.663,51	159.965,72	1.042.881,83	0,68	2.663,51	
Suporte Profilático e Terapêutico	10.000,00	8.637,00	1.234,44	8.635,92	0,01	1,08	1.234,44	8.635,92	0,01	1,08	
Vigilância Sanitária	110.000,00	143.928,00	24.534,03	143.926,88	0,09	1,12	24.534,03	143.926,88	0,09	1,12	
Vigilância Epidemiológica	50.600,00	52.345,00	7.732,22	52.342,40	0,03	2,60	7.732,22	52.342,40	0,03	2,60	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	1.100,00	15.004,73				15.004,73				15.004,73	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∎ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∎ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	2.070.400,00	2.955.317,31	471.616,64	2.953.807,86	1,88	1.509,45	471.616,64	2.953.807,86	1,93	1.509,45	
Ensino Fundamental	860.000,00	1.146.837,36	189.311,50	1.146.834,23	0,73	3,13	189.311,50	1.146.834,23	0,75	3,13	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	1.210.000,00	1.808.478,95	282.305,14	1.806.973,63	1,15	1.505,32	282.305,14	1.806.973,63	1,18	1.505,32	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial	400,00	1,00				1,00				1,00	
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	30.000,00	32.057,00	5.083,08	32.056,12	0,02	0,88	5.083,08	32.056,12	0,02	0,88	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	30.000,00	32.057,00	5.083,08	32.056,12	0,02	0,88	5.083,08	32.056,12	0,02	0,88	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	15.000,00	25.243,00	4.174,82	25.242,67	0,02	0,33	4.174,82	25.242,67	0,02	0,33	
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos	15.000,00	25.243,00	4.174,82	25.242,67	0,02	0,33	4.174,82	25.242,67	0,02	0,33	
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	90.000,00	128.290,00	21.058,68	128.289,31	0,08	0,69	21.058,68	128.289,31	0,08	0,69	
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos	90.000,00	128.290,00	21.058,68	128.289,31	0,08	0,69	21.058,68	128.289,31	0,08	0,69	
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	200.000,00	252.000,00	55.742,20	249.157,97	0,16	2.842,03	55.742,20	249.157,97	0,16	2.842,03	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	200.000,00	252.000,00	55.742,20	249.157,97	0,16	2.842,03	55.742,20	249.157,97	0,16	2.842,03	
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental											
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/f) b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/f) d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	800,00	2,00				2,00				2,00	
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções	800,00	2,00				2,00				2,00	
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	12.900,00	14.227,00	3.368,06	14.224,51	0,01	2,49	3.368,06	14.224,51	0,01	2,49	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	12.900,00	14.227,00	3.368,06	14.224,51	0,01	2,49	3.368,06	14.224,51	0,01	2,49	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais											
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Especificação	Evolução da Receita Corrente Líquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2020
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	9.475.329,46	10.708.437,48	12.589.202,80	11.809.496,59	14.801.417,09	13.966.321,40	15.526.563,59	15.446.989,56	15.354.690,83	14.066.188,07	12.795.942,86	16.856.165,13	165.398.744,86	159.277.876,40
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.321.899,42	1.206.593,80	1.318.102,62	1.165.111,01	5.991.103,39	2.041.758,42	1.811.892,53	1.583.420,50	1.860.412,49	2.091.018,67	1.614.208,71	1.956.755,44	23.964.078,00	23.642.500,00
IPTU	122.121,85	110.567,98	129.295,99	192.805,77	3.865.294,39	584.343,19	322.191,00	269.635,69	275.266,25	405.188,24	326.611,95	169.195,32	6.775.517,62	6.174.500,00
ISS	542.012,29	441.585,83	531.669,54	496.646,66	486.831,20	491.106,17	733.421,76	695.121,67	703.819,37	669.354,33	604.107,48	786.640,14	7.182.316,44	6.700.000,00
ITBI	202.520,53	101.217,30	119.678,41	49.327,69	531.020,29	473.379,39	302.220,39	170.584,97	234.525,97	306.522,85	255.127,78	246.201,17	2.992.326,74	2.504.000,00
IRRF	272.991,97	322.304,65	254.502,53	255.673,63	266.039,61	259.244,56	252.436,21	281.954,78	274.280,22	260.921,25	251.838,81	597.829,02	3.550.017,24	2.920.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	182.252,78	230.918,04	282.956,15	170.657,26	841.917,90	233.685,11	201.423,17	166.123,39	372.520,68	449.033,00	173.522,69	158.889,79	3.463.899,96	5.344.000,00
Contribuições	316.222,09	334.967,40	486.961,09	522.395,66	272.794,13	292.753,48	990.256,10	522.207,00	618.416,79	631.706,21	642.018,62	662.199,22	6.292.917,79	5.768.900,00
Receita Patrimonial	37.900,55	32.716,59	50.326,69	7.154,28	12.284,82	10.536,92	7.428,42	2.921,31	1.681,26	5.046,36	6.453,74	47.836,16	222.287,10	646.000,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	12.979,96	8.489,68	25.753,06	7.154,28	12.284,82	10.536,92	7.428,42	2.921,31	1.681,26	5.046,36	6.453,74	1.693,09	102.422,90	331.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	24.920,59	24.226,91	24.573,63								0,00	46.143,07	119.864,20	315.000,00
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita de Serviços	444.640,00	395.964,06	395.815,12	262.784,31	395.059,77	452.133,25	463.594,17	474.972,85	519.526,19	522.089,44	450.473,69	607.411,82	5.384.464,67	5.220.000,00
Transferências Correntes	7.307.813,21	8.665.121,82	9.443.626,21	9.778.027,76	8.052.519,10	10.923.093,82	12.192.588,63	12.822.429,35	12.281.800,20	10.608.725,49	9.997.050,97	15.417.789,77	127.490.586,33	122.352.853,90
Cota-Parte do FPM	1.818.878,69	2.628.198,52	1.536.780,41	1.506.384,99	1.576.011,12	1.282.957,58	2.211.687,68	1.404.917,30	1.131.673,25	1.522.775,41	2.018.323,47	3.009.476,17	21.648.064,59	25.100.000,00
Cota-Parte do ICMS	2.127.166,91	1.895.717,64	2.843.663,45	1.790.391,47	1.679.667,93	2.135.234,87	2.269.876,34	2.155.342,11	3.056.544,58	2.745.079,03	2.457.902,34	3.347.489,58	28.504.816,25	24.700.000,00
Cota-Parte do IPVA	487.058,82	539.131,82	645.660,28	244.723,05	430.225,72	483.806,25	338.285,61	252.374,68	249.549,97	233.662,14	300.103,77	412.130,90	4.616.713,01	5.500.000,00
Cota-Parte do ITR	148.783,35	28.547,02	27.695,66	10.931,97	26.926,66	28.584,05	12.232,76	18.258,15	150.134,55	793.175,51	154.502,95	147.597,24	1.534.369,87	1.000.000,00
Transferências da LC nº 87/1996														100.000,00
Transferências da LC nº 61/1989	3.638,90	17.945,56	10.521,80	9.597,05	8.046,92	8.402,66	9.219,37	10.007,29	13.483,60	14.867,48	14.378,37	18.136,85	138.245,85	170.000,00
Transferências do FUNDEB	1.291.441,89	1.354.139,98	1.578.040,67	1.071.520,16	1.055.120,58	1.211.166,63	1.250.448,10	1.203.617,08	1.555.498,58	1.598.816,71	1.470.997,41	1.897.386,43	16.538.194,22	15.500.000,00
Outras Transferências Correntes	1.430.844,65	2.201.441,28	2.801.263,94	5.144.479,07	3.276.580,17	5.772.941,78	6.100.838,77	7.777.912,74	6.124.915,67	3.713.349,21	3.580.842,66	6.585.572,60	54.510.982,54	50.282.853,90
Outras Receitas Correntes	46.854,19	73.053,81	894.371,07	74.023,57	77.655,88	246.045,51	63.003,74	41.038,55	72.853,90	207.600,90	85.737,13	162.172,72	2.044.410,97	1.647.622,50
DEDUÇÕES (II)	1.192.225,39	1.306.311,35	1.305.953,60	1.025.619,79	1.031.067,66	1.094.589,25	1.093.424,61	1.045.059,29	1.289.290,86	1.474.148,44	1.385.002,01	1.640.952,94	14.883.645,19	13.188.900,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	260.453,02	272.273,10	279.474,42	292.076,70	272.794,13	292.753,48	290.836,41	279.881,00	371.710,53	370.378,80	382.508,51	406.207,83	3.770.347,93	2.168.900,00
Compensações Financ. entre Regimes Previdência	15.294,97	15.719,38	15.719,38	15.719,38	15.719,38	15.719,38	15.369,85			47.431,34	16.327,13	30.223,26	203.343,45	100.000,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	916.477,40	1.018.318,87	1.010.759,80	717.823,71	742.554,15	786.116,39	787.218,35	766.178,29	917.580,33	1.056.338,30	986.166,37	1.204.521,85	10.909.953,81	10.920.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	8.283.104,07	9.402.126,13	11.283.249,20	10.783.876,80	13.770.349,43	12.871.732,15	14.435.138,98	14.401.930,27	14.065.399,97	12.592.039,63	11.410.940,85	17.215.212,19	150.515.099,67	146.088.976,40
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)				1.600.000,00								686.336,68	2.286.336,68	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	8.283.104,07	9.402.126,13	11.283.249,20	9.183.876,80	13.770.349,43	12.871.732,15	14.435.138,98	14.401.930,27	14.065.399,97	12.592.039,63	11.410.940,85	16.528.875,51	148.228.762,99	146.088.976,40
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	8.283.104,07	9.402.126,13	11.283.249,20	9.183.876,80	13.770.349,43	12.871.732,15	14.435.138,98	14.401.930,27	14.065.399,97	12.592.039,63	11.410.940,85	16.528.875,51	148.228.762,99	146.088.976,40

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2020	Até o Bimestre / 2019
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	5.473.600,00	5.473.600,00	10.320.776,59	
Receita de Contribuições dos Segurados	2.168.900,00	2.168.900,00	3.770.347,93	
Civil	2.168.900,00	2.168.900,00	3.770.347,93	
Ativo	2.168.700,00	2.168.700,00	3.768.767,25	
Inativo	100,00	100,00	1.429,18	
Pensionista	100,00	100,00	151,50	
Militar				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais	3.193.900,00	3.193.900,00	6.320.572,61	
Civil	3.193.900,00	3.193.900,00	6.320.572,61	
Ativo	3.193.900,00	3.193.900,00	6.320.572,61	
Inativo				
Pensionista				
Militar				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita Patrimonial	10.000,00	10.000,00	15.140,95	
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários	10.000,00	10.000,00	15.140,95	
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	100.800,00	100.800,00	214.715,10	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	100.000,00	100.000,00	203.343,45	
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	200,00	200,00		
Demais Receitas Correntes	600,00	600,00	11.371,65	
RECEITAS DE CAPITAL (III)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (IV) = (I + III - II)	5.473.400,00	5.473.400,00	10.320.776,59	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2020	Em 2019
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios - Civil	100,00	0,00	5.478.102,37		5.478.102,37			
Aposentadorias	100,00	0,00	4.506.513,57		4.506.513,57			
Pensões			539.364,07		539.364,07			
Outros Benefícios Previdenciários			432.224,73		432.224,73			
Benefícios - Militar								
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	6.100,00	41.600,00	18.600,91		18.600,91			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	4.000,00	36.000,00	14.384,27		14.384,27			
Demais Despesas Previdenciárias	2.100,00	5.600,00	4.216,64		4.216,64			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (V)	6.200,00	41.600,00	5.496.703,28		5.496.703,28			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)	5.467.200,00	5.431.800,00	4.824.073,31		4.824.073,31			

Documento gerado em 02/02/2021 11:09:04

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Reserva Orçamentária do RPPS - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Bens e Direitos do RPPS - Plano Previdenciário	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2020	2019
Bens e Direitos do RPPS	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	88.179,28	
Investimentos e Aplicações	83.289.682,43	
Outros Bens e Direitos		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2020	Até o Bimestre / 2019
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (VII)				
Receita de Contribuições dos Segurados				
Civil				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais				
Civil				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita Patrimonial				
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes				
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (IX) = (VII + VIII)				

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2020	Em 2019
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2020	Em 2019
Benefícios - Civil	100,00	0,00	7.779,20		7.779,20			
Aposentadorias	100,00	0,00						
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários			7.779,20		7.779,20			
Benefícios - Militar								
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias								
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)	100,00	0,00	7.779,20		7.779,20			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)	-100,00	0,00	-7.779,20		-7.779,20			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Financeiro do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas da Administração - RPPS	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2020	Até o Bimestre / 2019
Receitas da Administração - RPPS	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES				
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)				

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Despesas da Administração - RPPS	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2020	Em 2019
Despesas da Administração - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)								
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)								
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)								
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)								

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2020
		RECEITAS REALIZADAS (a)
Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	148.357.876,40	154.464.853,57
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	23.642.500,00	23.964.078,00
IPTU	6.174.500,00	6.775.517,62
ISS	6.700.000,00	7.182.316,44
ITBI	2.504.000,00	2.992.326,74
IRRF	2.920.000,00	3.550.017,24
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.344.000,00	3.463.899,96
Contribuições	5.768.900,00	6.292.917,79
Receita Patrimonial	646.000,00	222.287,10
Aplicações Financeiras (II)	331.000,00	102.422,90
Outras Receitas Patrimoniais	315.000,00	119.864,20
Transferências Correntes	111.432.853,90	116.556.695,04
Cota-Parte do FPM	20.440.000,00	17.676.466,75
Cota-Parte do ICMS	19.760.000,00	22.803.213,28
Cota-Parte do IPVA	4.400.000,00	3.686.033,86
Cota-Parte do ITR	800.000,00	1.227.496,02
Transferências da LC 87/1996	80.000,00	
Transferências da LC nº 61/1989	170.000,00	138.245,85
Transferências do FUNDEB	15.500.000,00	16.538.194,22
Outras Transferências Correntes	50.282.853,90	54.487.045,06
Demais Receitas Correntes	6.867.622,50	7.428.875,64
Outras Receitas Financeiras (III)	292.000,00	132.250,37
Receitas Correntes Restantes	6.575.622,50	7.296.625,27
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	147.734.876,40	154.230.180,30
RECEITAS DE CAPITAL (V)	14.394.504,98	9.634.001,52
Operações de Crédito (VI)	2.670.000,00	1.721.921,48
Amortização de Empréstimos (VII)		
Alienação de Bens	3.788.918,88	4.513.850,60
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)		
Outras Alienações de Bens	3.788.918,88	4.513.850,60
Transferências de Capital	7.920.586,10	3.398.229,44
Convênios	6.670.586,10	2.553.897,10
Outras Transferências de Capital	1.250.000,00	844.332,34
Outras Receitas de Capital	15.000,00	
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)		
Outras Receitas de Capital Primárias	15.000,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	11.724.504,98	7.912.080,04
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	159.459.381,38	162.142.260,34

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	Despesa Orçamentária						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2020					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)	144.907.305,55	138.159.451,90	136.500.118,88	135.742.326,49	6.464.918,14	1.760.187,65	1.760.187,65
Pessoal e Encargos Sociais	64.146.593,76	63.291.424,15	63.291.424,15	63.057.312,67	236.897,29		
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	61.000,00	27.298,71	27.298,71	27.298,71			
Outras Despesas Correntes	80.699.711,79	74.840.729,04	73.181.396,02	72.657.715,11	6.228.020,85	1.760.187,65	1.760.187,65
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	144.846.305,55	138.132.153,19	136.472.820,17	135.715.027,78	6.464.918,14	1.760.187,65	1.760.187,65
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	17.274.662,83	12.411.693,56	10.336.498,04	9.994.210,23	308.033,35	241.613,08	241.613,08
Investimentos	16.939.724,83	12.077.863,26	10.002.667,74	9.660.379,93	308.033,35	241.613,08	241.613,08
Inversões Financeiras	1,00						
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)							
Aquisição de Título de Crédito (XIX)							
Demais Inversões Financeiras	1,00						
Amortização da Dívida (XX)	334.937,00	333.830,30	333.830,30	333.830,30			
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	16.939.725,83	12.077.863,26	10.002.667,74	9.660.379,93	308.033,35	241.613,08	241.613,08
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	6.800,00						
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	161.792.831,38	150.210.016,45	146.475.487,91	145.375.407,71	6.772.951,49	2.001.800,73	2.001.800,73

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2020
	VALOR
Resultado Primário - Acima da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = (XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc))	7.992.100,41

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Primário	Meta Fixada na LDO
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Primário	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Juros Nominais	Até o Bimestre 2020
	VALOR
Juros Nominais	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	87.281,95
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	18.683,72

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2020
	VALOR
Resultado Nominal - Acima da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	8.060.698,64

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	Meta Fixada na LDO
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	Saldo	
	Em 31/12/2019 (a)	Até o Bimestre 2020 (b)
Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		
DEDUÇÕES (XXIX)		18.057.522,87
Disponibilidade de Caixa		18.057.522,87
Disponibilidade de Caixa Bruta		19.211.236,25
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		1.153.713,38
Demais Haveres Financeiros		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		-18.057.522,87

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Abaixo da Linha	Até o Bimestre
	VALOR
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	18.057.522,87

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Ajuste Metodológico	Até o Bimestre 2020
	VALOR
Ajuste Metodológico	-
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	-1.153.713,38
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)	
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	19.211.236,25

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Até o Bimestre
	VALOR
Resultado Primário - Abaixo da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)	19.142.638,02

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Informações Adicionais	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Informações Adicionais	-
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.758.835,90
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	1.758.835,90
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	Poder/Órgão											
	Poder/Órgão											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+ b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	Saldo Total L = (e + k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2019 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2019 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	44.115,61	6.783.557,06	6.772.951,49		54.721,18	170.131,33	2.093.071,92	2.001.800,73	2.001.800,73	127.677,30	133.725,22	188.446,40
PODER EXECUTIVO	44.115,61	6.783.557,06	6.772.951,49		54.721,18	170.131,33	2.093.071,92	2.001.800,73	2.001.800,73	127.677,30	133.725,22	188.446,40
PODER LEGISLATIVO												
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		471.298,75	471.298,75		0,00							0,00
TOTAL (III) = (I + II)	44.115,61	7.254.855,81	7.244.250,24		54.721,18	170.131,33	2.093.071,92	2.001.800,73	2.001.800,73	127.677,30	133.725,22	188.446,40

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra											
	Poder/Órgão Intra											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	Saldo Total L = (e + k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2019 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2019 (g)					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		471.298,75	471.298,75		0,00							0,00
PODER EXECUTIVO		471.298,75	471.298,75		0,00							0,00
PODER LEGISLATIVO												
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Receitas	Receitas de Operações de Crédito		
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
Receitas	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (**I**)	2.670.000,00	1.721.921,48	948.078,52

RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Despesas	Despesas de Capital		
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
Despesas	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	17.274.662,83	12.411.693,56	4.862.969,27
Investimentos	16.939.724,83	12.077.863,26	4.861.861,57
Inversões Financeiras	1,00		1,00
Amortização da Dívida	334.937,00	333.830,30	1.106,70
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte			
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras			
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (**II**)	17.274.662,83	12.411.693,56	4.862.969,27

RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Resultado para Apuração da Regra de Ouro	Resultado para Apuração da Regra de Ouro		
	(d - a)	(e - b)	(f - c)
Resultado para Apuração da Regra de Ouro	-	-	-
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (**III**) = (**II** - **I**)	14.604.662,83	10.689.772,08	3.914.890,75

RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário			
	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário			
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c)
2019				
2020				
2021				
2022				
2023				
2024				
2025				
2026				
2027				
2028				
2029				
2030				
2031				
2032				
2033				
2034				
2035				
2036				
2037				
2038				
2039				
2040				
2041				
2042				
2043				
2044				
2045				
2046				
2047				
2048				
2049				
2050				
2051				
2052				
2053				
2054				
2055				
2056				
2057				
2058				
2059				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 6º bimestre

Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário			
	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário			
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c)
2060				
2061				
2062				
2063				
2064				
2065				
2066				
2067				
2068				
2069				
2070				
2071				
2072				
2073				
2074				
2075				
2076				
2077				
2078				
2079				
2080				
2081				
2082				
2083				
2084				
2085				
2086				
2087				
2088				
2089				
2090				
2091				
2092				
2093				

RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro			
	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro			
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c)
2019				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro			
	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro			
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c)
2020				
2021				
2022				
2023				
2024				
2025				
2026				
2027				
2028				
2029				
2030				
2031				
2032				
2033				
2034				
2035				
2036				
2037				
2038				
2039				
2040				
2041				
2042				
2043				
2044				
2045				
2046				
2047				
2048				
2049				
2050				
2051				
2052				
2053				
2054				
2055				
2056				
2057				
2058				
2059				
2060				
2061				
2062				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro			
	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro			
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c)
2063				
2064				
2065				
2066				
2067				
2068				
2069				
2070				
2071				
2072				
2073				
2074				
2075				
2076				
2077				
2078				
2079				
2080				
2081				
2082				
2083				
2084				
2085				
2086				
2087				
2088				
2089				
2090				
2091				
2092				
2093				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Receitas	Execução da Receita		
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c) = (a - b)
Receitas	-	-	-
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	3.798.918,88	4.536.291,91	-737.373,03
Receita de Alienação de Bens Móveis	50.000,00	33.880,00	16.120,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	3.748.918,88	4.502.411,91	-753.493,03
Receita de Alienação de Bens Intangíveis			
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Despesas	Execução da Despesa						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h) = (d-e)
Despesas	-	-	-	-	-	-	-
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	3.912.470,02	3.741.820,37	3.014.005,99	3.014.005,99	727.814,38	150.241,87	170.649,65
DESPESAS DE CAPITAL	3.912.470,02	3.741.820,37	3.014.005,99	3.014.005,99	727.814,38	150.241,87	170.649,65
Investimentos	3.912.470,02	3.741.820,37	3.014.005,99	3.014.005,99	727.814,38	150.241,87	170.649,65
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA							
Regime Geral da Previdência Social							
Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Saldo Financeiro a Aplicar	Saldo Financeiro a Aplicar		
	2019 (i)	2020 (j) = (Ib - (IIf + IIg))	SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)
Saldo Financeiro a Aplicar	-	-	-
VALOR (**III**)		1.372.044,05	1.372.044,05

RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP		
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	REGISTROS EFETUADOS EM 2020	
		No Bimestre	Até o Bimestre
Impactos das Contratações de PPP	-	-	-
TOTAL DE ATIVOS			
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS			
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Obrigações Contratuais			
Riscos não Provisionados			
Garantias Concedidas			
Outros Passivos Contingentes			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A Contratar (I.2)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A contratar (I.2)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes (II.1)

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes (II.1)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não Dependentes - A contratar (II.2)

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes - A Contratar (II.2)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DO ENTE FEDERADO (I) = (I.1 + I.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE = (I)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Balanço Orçamentário	Valores
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	142.937.268,60
Previsão Atualizada	166.946.281,38
Receitas Realizadas	170.419.427,70
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	1.758.835,90
DESPESAS	
Dotação Inicial	143.486.268,60
Dotação Atualizada	168.875.418,28
Despesas Empenhadas	157.218.614,05
Despesas Liquidadas	153.472.865,58
Despesas Pagas	151.749.665,21
Superávit Orçamentário	16.946.562,12

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas por Função/Subfunção	Valores
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	157.047.321,25
Despesas Liquidadas	153.301.572,78

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	150.515.099,67
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	148.915.099,67
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	148.915.099,67

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Valores
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	10.320.776,59
Despesas Previdenciárias Empenhadas	5.496.703,28
Despesas Previdenciárias Liquidadas	5.496.703,28
Resultado Previdenciário	4.824.073,31
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Empenhadas	7.779,20
Despesas Previdenciárias Liquidadas	7.779,20
Resultado Previdenciário	-7.779,20

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Resultados Primário e Nominal	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Primário e Nominal	-	-	-
Resultado Primário - Acima da Linha		7.992.100,41	
Resultado Nominal - Acima da Linha		8.060.698,64	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	7.298.971,42	0,00	7.244.250,24	54.721,18

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Poder Executivo	7.298.971,42	0,00	7.244.250,24	54.721,18
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	2.263.203,25	127.677,30	2.001.800,73	133.725,22
Poder Executivo	2.263.203,25	127.677,30	2.001.800,73	133.725,22
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	9.562.174,67	127.677,30	9.246.050,97	188.446,40

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	20.062.197,66	25,00	26,69
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	14.057.051,41	60,00	85,00
Complementação da União ao FUNDEB			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito	1.721.921,48	948.078,52
Despesa de Capital Líquida	12.411.693,56	4.862.969,27

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receitas da Alienação de Ativos	4.536.291,91	-737.373,03
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	3.741.820,37	170.649,65

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	23.308.006,97	15,00	31,01

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Juína - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

UCI - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
DECLARAÇÃO PUBLICAÇÃO RREO 6.° BIMESTRE DE 2020

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro que os **Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO** relativo ao **6° Bimestre de 2020** do Município de Juina, Estado de Mato Grosso, em atendimento ao disposto nos Arts. 52 e 53 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, estão publicados no **site oficial da Prefeitura Municipal, www.juina.mt.gov.br**, na aba do Portal Transparência ou ainda no endereço **http://portal.prefjuina-mt.agilicloud.com.br/**acessando Cidadão > Acesso Rápido na Área de Publicações LRF – RREO e também no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso (AMM).

E por ser verdade, dato e assino a presente.

Prefeitura Municipal de Juina-MT, em 02 de Fevereiro de 2021.

PAULO AUGUSTO VERONESE

Prefeito Municipal de Juina

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JUINA
DECRETO 013-2021 - ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - DAES2021

DECRETO N.º 013, DE 21 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Municipal vigente do Exercício de 2021, do Departamento de Água e Esgoto Sanitário – DAES, devidamente, autorizado pela Lei Municipal n.º 1. 958/2020, e dá outras providências .

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, **no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art.** 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1.º Fica aberto no Orçamento Municipal do Exercício de 2021 do Departamento de Água e Esgoto Sanitário – DAES, Município de Juína/MT, com base na Autorização da Lei Orçamentária Anual – LOA, no valor de R$ 282.548,49 (duzentos e oitenta e dois mil quinhentos e quarenta e oito reais e quarenta e nove centavos), para cobrir as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:	11	Departamento de Água e Esgoto Sanitário - DAES
Unidade Orçamentária:	001	Departamento de Água e Esgoto Sanitário
Função:	17	Saneamento
Sub Função:	512	Saneamento Básico Urbano
Programa:	0022	Gestão do Saneamento Ambiental
Projeto/Atividade:	1982	Ampliação do Sistema de Captação e Distribuição de Água Tratada
Elemento Despesa: Projeto/Atividade: Elemento Despesa:	4490510000 1983 4490510000	Obras e Instalações Fonte: 300000000 ....R$ 71.798,11 Construção, Reforma e Ampliação da Estrutura Física do DAES Obras e Instalações

		Fonte: 300000000 .....R$ 210.750,38
TOTAL GERAL.....R$ 282.548,49		

Art. 2.º Para dar cobertura aos Créditos abertos, serão utilizados R$ 282.548,49 (duzentos e oitenta e dois mil quinhentos e quarenta e oito reais e quarenta e nove centavos), de recursos oriundos de superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2020, de acordo com o Artigo 43, § 1.º, inciso I da Lei Federal n.º 4.320/64, conforme demonstrado em ANEXO ÚNICO do presente Decreto.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Juína-MT, 21 de dezembro de 2021.

PAULO AUGUSTO VERONESE

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

ANEXO ÚNICO

Decreto n.º 013/2021

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO DE 2020

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JUINA
DECRETO 024-2021 - ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVO AO DECRETO 015 - COVID -19 - JUINA 2021

DECRETO N.º 024, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

Acrescenta, revoga e traz nova redação a dispositivos do Decreto Municipal n.º 015/2021, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT**,** no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município, e com base no art. 196, da Constituição Federal, nas disposições da Lei Federal n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020; e,

CONSIDERANDO a necessidade de mitigação de disseminação da doença em face dos elevados riscos de saúde pública, que exigem ações buscando o enfrentamento ao Novo Coronavírus - COVID-19, de forma estratégica, com atuação, sobretudo, preventiva;

CONSIDERANDO que uma gestão humanizada deve auxiliar a população acerca da pandemia decorrente do Novo Coronavírus - COVID-19 de caráter global; e,

CONSIDERANDO a conclusão da manutenção periódica na Ala no Hospital Municipal de Juína destinada aos atendimentos dos pacientes do Novo Coronavírus - COVID-19,

DECRETA:

Art. 1.º O inciso I, do art. 4.º, do Decreto Municipal n.º 015/2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4.º Ficam suspensas:

I – as aulas presenciais das Escolas Urbanas e Rurais e Centros de Educação Infantil da Rede Pública Municipal, por prazo indeterminado, sendo permitida a modalidade de aulas on-line á partir de 15 de fevereiro de 2021;

Art. 2º. Revoga-se o § 1º, do Art. 5.º do Decreto Municipal n. º 15/2021;

Art. 3.º O Art. 9.º, do Decreto Municipal n.º 15/2021, passa vigorar com a seguinte redação:

Art. 9.º Os Bares, botecos, lanchonetes, distribuidoras de bebidas, restaurantes, casas de cafés e chás, padarias, inclusive, todos os que operam dentro dos supermercados, mercados e pesque e pague, e os carrinhos/*trailers* de comidas em geral e espetinhos diversos, inclusive os localizados nos espaços e passeios públicos, sorveterias e similares, vendas de açaí e similares, serviços de alimentação e outros estabelecimentos de gênero alimentício similares, ainda que eventuais e ambulantes, bem como as lojas e casas que comercializem o cachimbo conhecido como *narquille ou tabacaria* e os insumos para consumo do mesmo, ficam autorizadas ao funcionamento e/ou atendimento presencial, de forma controlada, com venda de alimentos (funcionamento da cozinha) das 05h00min até as 22h00min e fechamento total do estabelecimento para atendimento presencial até ás 23h00min, mediante o cumprimento da seguintes medidas:

Art. 4.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Mantem-se inalteradas as determinações contidas no Decreto Municipal n.º 015, de 25 de janeiro de 2021 não modificadas pelo presente Decreto.

Juína-MT, 02 de fevereiro de 2021.

PAULO AUGUSTO VERONESE

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Juruena, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n.º 053/2021, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberta Licitação na modalidade **Pregão Eletrônico SRP**, que será realizada no dia 12/02/2021, às 09:00 horas, (horário de Brasília) no portal www.bll.org.br, conforme especificado no Edital de Licitação Pregão Eletrônico SRP nº 001/2021, Processo Administrativo nº 012/2021. Informamos que o Edital encontra-se disponível nos sites www.bll.org.br e www.pmjuruena.com.br. Maiores informações pelo telefone (66) 3553-1346.

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO E PURIFICAÇÃO DE ÁGUA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DAEJUR – DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE JURUENA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESSA MUNICIPALIDADE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo neste Edital.

Entrega das Propostas: A partir de 03/02/2021 no portal: www.bll.org.br . Juruena - MT, 02 de Janeiro de 2021

ROBSON GOMES DIAS Pregoeiro Oficial

DECISÃO 01/2021

Auto de infração número 01/2021, serie A.

Autuada: Engel & Angel.

RELATÓRIO

Trata-se de autuação pelo Serviço de Inspeção municipal de Juruena de Produtos de Origem Animal, que autuou a empresa abatedouro Engel & Angel.

Relata o fiscal que no dia 26 de janeiro de 2021, em fiscalização de rotina, verificou o abate e descarte de forma irregular.

Assim, lavrou auto de infração por ter esse infringido a leis Municipal.

A autuada apresentou recurso tempestivamente, vindo a essa decisão.

DA MULTA

Foi lavrada multa, nos termos do art. 318 c/c 320 inciso III e 321 III do Decreto Municipal, 2819, de 13 de Novembro de 2018.

DAS ATENUANTES

Não verifica estar presente nenhuma circunstancia atenuante.

DAS AGRAVANTES

Verifica-se no caso concreto que o infrator abateu os animais em desconformidade com a legislação vigente com objetivo de obter vantagem pecuniária, vez que os animais são destinados ao comércio intramunicipal, assim, incorreu na circunstancia agravante prevista no art. 324 II, Decreto Municipal, 2819, de 13 de Novembro de 2018.

DO PARECER FINAL

Verifica assim, não haver nenhuma irregularidade no auto de infração que ensejasse a sua nulidade, sendo esse válido e regular, porém verifica estar presente uma circunstancia agravante, o que resulta a multa ao estágio de **GRAVE** nos termos da legislação Municipal; sendo a pena de multa consistira no pagamento de 200 unidades fiscal municipal.

DO DISPOSITIVO

Ante ao exposto, recebo parcialmente o recurso, a fixar a multa como **GRAVE**, mantendo o auto de infração em todos seus outros termos.

Ao setor competente, notifique a autuada, por qualquer meio, inclusive e-mail, telefone e aplicativo de mensagem instantânea, quanto a essa decisão.

Publique á.

Juruena 02 de Fevereiro de 2021.

Leonir Sell

Secretário Municipal de Agricultura

Portaria n° 31/2021

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RETIFICAÇÃO EDITAL LICITAÇÃO 04/2021

TERMO DE RETIFICAÇÃO

EDITAL LICITAÇÃO 04/2021

Pregão Presencial n.º 004/2021

Processo Administrativo n.º 009/2021

O Município de Juruena, torna público, para conhecimento de todos os interessados, o presente:

EDITAL

conforme segue:

ONDE SE LÊ:

(...) EXCLUSIVO ME/EPP CONFORME LEI COMPLEMENTAR 123/2006 E LEI COMPLEMENTAR 123/2014 conforme descrito neste edital e seus anexos, em conformidade com as Leis 10.520/02, Lei Complementar n° 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, subsidiariamente pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 (...)

PASSA A SE LER:

(...) **PREFERENCIALMENTE ME/EPP CONFORME LEI COMPLEMENTAR 123/2006 E LEI COMPLEMENTAR 123/2014** conforme descrito neste edital e seus anexos, em conformidade com as Leis 10.520/02, Lei Complementar n° 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, subsidiariamente pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 (...),

Ficando assim a licitação prorrogada para a data do dia **12 de Fevereiro de 2021.**

Ficando o restante do conteúdo do documento Edit alicio se mantendo da mesma forma.

Juruena-MT, 02 de Fevereiro de 2021.

ROBSON GOMES DIAS Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

PORTARIA Nº 058/2021, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA OCUPAR O CARGO DE GERENTE DE PROJETO DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA SRº OTACILIO PEREIRA DE ASSUNÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS:

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR o **Srº OTACILIO PEREIRA DE ASSUNÇÃO,** brasileiro, solteiro, portador do RG nº 2239711-6 SSP/MT, CPF nº 022.421. 731-38, residente e domiciliado à Rua Porto Alegre nº 1400, Centro, Juscimeira-MT, ocupar o **Cargo de Gerente de Projeto**. Lotado na Assessoria de Planejamento Estratégico.

Artigo 2º - Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de Fevereiro de 2021.

HERLONES WUILIS DOS SANTOS

Assessor de Planejamento Estratégico

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 059/2021, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA OCUPAR O CARGO DE SUPERVISOR DO CREAS DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA SRº DEYSE SCORPIONI DE OLIVEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS:

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR a Srª DEYSE SCORPIONI DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, portadora do RG nº 1876604-8 SSP/MT, CPF nº 029.607.501-95, residente e domiciliado à Rua Dois Irmaos nº 155, Centro, Juscimeira-MT, ocupar o **Cargo de Supervisor do CREAS**. Lotado na Secretaria de Desenvolvimento Social.

Artigo 2º - Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de Fevereiro de 2021.

SILVANI GOMES DA SILVA SANTOS

Secretária de Desenvolvimento Social

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 063/2021, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

"Dispõe sobre **NOMEAÇÃO** do Pregoeiro e Equipe de Apoio do Município de Juscimeira para o Exercício de 2021 e dá outras providencias:

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, Considerando o disposto na Lei Federal nº 10.520/2002.

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR nesta data como Pregoeiro e como Membros da Equipe de Apoio, para julgar e conduzir os Processos Licitatórios na modalidade Pregão Presencial do Exercício de 2021

PREGOEIRO: MAIKO WILSON CUNHA DE ALMEIDA

Membros da Equipe de Apoio:

1 – DIVA MARIA SANTOS TRINDADE

2 - NELSON TAVEIRA FILHO

3 - ENILTON LEITAO DE ALMEIDA

Artigo 2º - Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de Fevereiro de 2021.

KATTY DAISY DE ARAUJO E LIMA

Secretario de Administração

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 055/2021, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE **NOMEAÇÃO** PARA OCUPAR O **CARGO DE GERENTE DE CULTURA E LAZER** DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS:

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR o Srº CENIO VINICIUS PEREIRA E SOUZA DUARTE, brasileiro, casado, portador do RG nº 4961729 DGPC/GO e CPF n.º 014.999.141-05, residente e domiciliada à Rua Padre Anchieta S/Nº, Centro, Juscimeira - MT, para ocupar o **Cargo de Gerente de Cultura e Lazer**. Lotado na Secretaria de Familia e Bem Estar.

Artigo 2º - Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de Fevereiro de 2021.

ADEMIR DA SILVA

Secretario de Família e Bem Estar

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 056/2021, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE **NOMEAÇÃO** PARA OCUPAR O **CARGO DE GERENTE DE ESPORTE E BEM ESTAR** DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS:

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR o Srº PEDRO BEZERRA DA SILVA NETO, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 2970108-2SSP/MT e CPF n.º 070.342. 351-71, residente e domiciliada à Rua Recife Nº 123, Centro, Juscimeira - MT, para ocupar o **Cargo de Gerente de Esporte e Bem Estar**. Lotado na Secretaria de Familia e Bem Estar.

Artigo 2º - Está Portaria entra em vigor na data de 01 de Fevereiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de Fevereiro de 2021.

ADEMIR DA SILVA

Secretario de Família e Bem Estar

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 065 /2021, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE **NOMEAÇÃO** DE COORDENADORAS PEDAGÓGICA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS:

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR a partir de 01/02/2021, as Servidoras Efetivas abaixo relacionadas, para ocupar o Cargo de Coordenadora Pedagógica nas Escolas Municipais e Centros de Educação Infantil, do Município de Juscimeira, para o Ano Letivo de 2021.

COORDENADORA	ESCOLA/ CEI
Ivone Maria Souza	CEI Enedina Martins Barbosa
Maria Auxiliadora de Souza Marques	CEI Enedina Martins Barbosa
Vania Coelho de Oliveira	CEI São Miguel
Lussandra Alves Soares	Escolas – Chico Mendes e Maria Luzia Ganda

Artigo 2º - Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de Fevereiro de 2021.

BRUNNA MARTINS DOS SANTOS

Secretaria de Educação

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 062/2021, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

"Dispõe sobre concessão de **Licença Prêmio** a Servidor Efetivo **Srª Luiz Andre Mendes Gomes,** e dá outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder 60 (sessenta) dias de **LICENÇA PREMIO** á Servidor Público Municipal Efetivo **Matricula 1806 – Luiz Andre Mendes Gomes,** lotado na Secretaria de Saúde no Cargo de Vigia, no período de 01 de Fevereiro a 01 de Abril de 2021, com retorno em **02/05/2021**, a Licença Prêmio concedida refere-se ao qüinqüênio 01/10/2009 à 30/10/2014.

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 01 de Fevereiro de 2021.

NASSIN EL DIN FARAH

Secretario de Saúde

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 064/2021, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

"Dispõe sobre **NOMEAÇÃO** da Comissão Municipal de Licitação da Prefeitura Municipal de Juscimeira para o Exercício de 2021 e dá outras providencias:

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, Considerando o disposto na Lei Federal nº 8.666/1983.

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR nesta data a Comissão Permanente de Licitações, a qual será responsável por todos os atos necessários ao processo Licitatório no de 2021, exceto pregão Presencial

Artigo 2º - Ficam designados os seguintes servidores para compor a Comissão Permanente de Licitações e suas respectivas funções, quais sejam:

JOAO PAULO BEZERRA SANTOS.....PRESIDENTE

ROGERIO FIDELIS PEREIRA .... SECRETARIO

FABIO SOARES ARAUJO..... .....MEMBRO

Artigo 3º - Fica designado como Membro Suplente o Servidor **EDJAIME FERREIRA DA SILVA.**

Artigo 4º - Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de Fevereiro de 2021.

KATTY DAISY DE ARAUJO E LIMA

Secretario de Administração

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 060/2021, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

"Dispõe sobre concessão de **Licença Prêmio** a Servidor Efetivo **Srª Dinai Araujo Chaves,** e dá outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder 30 (trinta) dias de **LICENÇA PREMIO** á Servidor Público Municipal Efetivo **Matricula 1604 – Dinai Araujo Chaves,** lotado na Secretaria de Saúde no Cargo de Enfermeira, no período de 01 de Fevereiro a 02 de Março de 2021, com retorno em **03/03/2021**, a Licença Prêmio concedida refere-se ao qüinqüênio 08/09/2013 à 07/09/2018.

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 01 de Fevereiro de 2021.

NASSIN EL DIN FARAH

Secretario de Saúde

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 057/2021, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE **NOMEAÇÃO** PARA OCUPAR O **CARGO DE GERENTE DE ORÇAMENTO,** DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS:

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR o Srº THIAGO FERNANDES DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 25728474-SSP/MT e CPF n.º 010.923.061-29, residente e domiciliada à Rua Silvino G. Silva (Z) Nº 123, Cohab Boa Esperança, Juscimeira - MT, para ocupar o **Cargo de Gerente de Orçamento,** lotado na Assessoria de Planejamento Estratégico.

Artigo 2º - Está Portaria entra em vigor na data de 01 de Fevereiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de Fevereiro de 2021.

HERLONES WUILIS DOS SANTOS

Assessor de Planejamento Estratégico

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 066/2021, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE **NOMEAÇÃO** PARA OCUPAR O **CARGO DE GERENTE DE FINANÇAS** DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS:

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR o Srº MARCONDES DE QUEIROZ ALVES, brasileiro, casado, portador do RG nº 15963845 SSP/MT, CPF nº 010.772.491-01, residente e domiciliado à Rua Ademar de Barros Nº 270, Centro, Juscimeira-MT, para ocupar o **Cargo de Gerente de Finanças**. Lotado na Secretaria de Fazenda e Finanças.

Artigo 2º - Está Portaria entra em vigor na data de 01 de Fevereiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de Fevereiro de 2021.

JOSE JUNIOR ALVES

Secretario de Fazenda e Finanças

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 061/2021, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA OCUPAR O CARGO DE SUPERVISOR DO CRAS DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA SRº MARIA CRISTINA MANDRUZZATO CREPALDI , E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS:

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR a Srª MARIA CRISTINA MANDRUZZATO CREPALDI, brasileira, casada, portadora do RG nº 00165467563 SSP/SP, CPF nº 141.297.358-96, residente e domiciliado à Rua Ronaldo Fidelis Pereira nº 334, Bairro Cajus, Juscimeira-MT, ocupar o **Cargo de Supervisor do CRAS**. Lotado na Secretaria de Desenvolvimento Social.

Artigo 2º - Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de Fevereiro de 2021.

SILVANI GOMES DA SILVA SANTOS

Secretária de Desenvolvimento Social

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

DECRETO Nº 105/2020, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

DECRETO Nº 105/2020, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

“**DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

O Sr. **JOSIVAN MEDEIROS DA SILVA,** Prefeito Municipal de Lambari D’Oeste, Estado de Mato Grosso, no das atribuições legais à ele conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 101/2000, que só devem compor a dívida flutuante os restos a pagar, desde que haja disponibilidade de caixa para este efeito;

CONSIDERANDO que a contabilidade deve evidenciar o nível de endividamento e a situação de liquidez do Município durante todo o exercício;

CONSIDERANDO que os restos a pagar insubsistentes devem ser cancelados, expurgando-se, a qualquer tempo, as obrigações incertas e indevidas;

CONSIDERANDO a Portaria STN/MF 633/06, que não permite inclusão de restos a pagar não processados anteriores ao último exercício no Anexo IX – Demonstrativo dos Restos a Pagar por poder e Órgão, componente do Relatório Resumido da Execução Orçamentaria;

CONSIDERANDO o que se aplica o disposto no Art. 68 do Decreto Federal nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, em que a inscrição de despesas como Restos a Pagar, no encerramento do exercício financeiro de emissão da Nota de Empenho, desde que satisfaça às condições estabelecidas;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 359-F da Lei nº 10.028/2000, dos crimes contra as finanças públicas, onde penaliza o Gestor que deixar de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscritos em valor superior ao permitido em lei;

CONSIDERANDO a necessidade de verificar se ocorreu contabilmente liquidação indevida da despesa e apurar os fatos comprovando a entrega do bem.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados e inscritos em Restos a Pagar não Processados, no balanço geral deste Município, conforme rol de empenhos constantes do Anexo I deste ato normativo, considerando não haver ocorrido o implemento de condição na sua totalidade e a impossibilidade de sua realização.

Art. 2º - Os órgãos e unidades orçamentárias do Poder Executivo Municipal, constantes do Orçamento Fiscal deverão cancelar, integralmente, os Restos a Pagar processados, em decorrência de saldos indevidos e/ou insubsistentes, os quais não serão utilizados ou inexistem compromisso de pagamento, que não tiverem sido pagos até a data do presente decreto, conforme rol de empenhos constantes do Anexo I a este ato normativo.

Art. 3º - - Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos extra orçamentários empenhados e inscritos em Restos a Pagar, em decorrência de saldos indevidos e/ou insubsistentes, os quais não serão utilizados ou inexistem compromisso de pagamento, que não tiverem sido pagos até a data do presente decreto, conforme rol de empenhos constantes do Anexo I a este ato normativo.

Artigo 4º - Os restos a pagar cancelados poderão ser restabelecidos de acordo com os permissivos contábeis vigentes e com o art. 37, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 5º - Ficam desde já notificados todos os credores do inteiro teor deste Decreto, para que no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias a contar da sua publicação, requerer junto à Secretaria Municipal de Finanças o direito ao pagamento.

§ 1º - O Caput do artigo poderá ser prorrogado de acordo com o cronograma de pagamento definido, respeitando a ordem cronológica de pagamentos e a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 2º - O pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste Decreto poderá ser atendido à conta de dotação constante da lei orçamentária anual ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida ou de exercícios anteriores, com fundamento no art. 37 da Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964, regulamentado pelo Decreto Federal nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968.

Art. 6º - Fica fazendo parte integrante deste Decreto o Anexo I, no qual discrimina os restos a pagar cancelados, por exercício.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Lambari D’Oeste/ MT, **em 30 de dezembro de 2020.**

JOSIVAN MEDEIROS DA SILVA

Prefeito Municipal

ANEXO I

RESTOS A PAGAR CANCELADOS

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE
Rua Cidrolandia
37465408/0001-49 Exercício: 2020

EMPENHOS DE ANULAÇÃO DE ATÉ

Emp	Ficha	Categ	Cod/Nome Fornecedor	DATA	ANULAÇÃO Emp.	ANULAÇÃO Anulado	EMP ANULADO Emp.	EMP ANULADO Valor
62	80043.3.71.70.01	14	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE	01/12/2020	62 AN	-44,00	62 EX	44,00
TOTAL ANULADO						-44,00		

Fiorilli S/C Ltda. Software - (contas8 - 8.25.25.6100 - 14011)
01/02/2021 15:06

Usuário: LUCIANA BATISTA DA SILVA

PORTARIA Nº 049/2021, DE 27 DE JANEIRO DE 2021

PORTARIA Nº 049/2021, DE 27 DE JANEIRO DE 2021

"Nomeia a Senhora TCHEYSSA MENANDA CAMPOS NASCIMENTO, para o exercício do cargo em Comissão de Secretária Escolar, da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições le-

gais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e Art. 11, inciso II, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a Senhora, **TCHEYSSA MENANDA CAMPOS NASCIMENTO,** Portadora da cédula de Identidade 21375720 SSP/MT e Inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF n° 034.536.901-76, para o exercício do cargo em Comissão de Secretária Escolar lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia cinco de janeiro de 2021. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos vinte sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 033/2021, DE 12 DE JANEIRO DE 2021

PORTARIA Nº 033/2021, DE 12 DE JANEIRO DE 2021

"Exonera por motivo de Falecimento a Servidora Efetiva abaixo especificado".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art.1º. Fica exonerada por Falecimento, a Servidora RIVANIA DE LOURDES ROCHA, portador do RG nº MG-5450.822 e CPF nº 823.263.041-87, do cargo efetivo de Artífice em Copa e Cozinha, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Conforme Atestado de Óbito nº 064568 01 55 2021 4 00004 088 0001526 12.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 10 de janeiro de 2021.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos doze dias do mês de janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 057/2021, DE 27 DE JANEIRO DE 2021

PORTARIA Nº 057/2021, DE 27 DE JANEIRO DE 2021

"Revoga a Portaria Nº 154/2020, que Nomeia a servidora**, FRANCISCA ELENA ANDRADE para** o exercício da função de Enfermeira Responsável pela Vigilância Epidemiológica e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Art. 1º- Revogar a Portaria Nº 154/2020, que nomeia a servidora **FRANCISCA ELENA ANDRADE,** portadora da cédula de Identidade RG n° M-7303021 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF n° 028.179.396-46, para **o exercício da função de Enfermeira Responsável pela Vigilância Epidemiológica na Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências"**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria de nomeação do Servidor acima citado.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte e sete dias do mês de janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 043/2021, DE 26 DE JANEIRO DE 2021

PORTARIA Nº 043/2021, DE 26 DE JANEIRO DE 2021

"Concede Licença-Prêmio a Servidora Pública Municipal, segundo o que menciona na forma que especifica e dá providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e, Art. 2° da Lei Complementar n° 30 de 03 de junho de 2008.

R E S O L V E:

ART. 1º - Conceder Licença-prêmio a Servidora Pública Municipal, segundo o que menciona, na forma que especifica:

KELLY CRISTINE MARIANO DA SILVA, *MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL,*Nível "02", Classe "A", lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura e, pelo período de 90 (noventa) dias de 01/02/2021 a 01/05/2021, conforme período aquisitivo de 19/02/2015 a 19/02/2020.

ART. 2º - Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive o controle do período da licença concedida.

ART. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da rubrica 31.90.11.00 – Vencimentos e vantagens fixas do órgão/unidade aos quais os servidores estão subordinados, constante na Lei Orçamentária Anual do corrente exercício, suplementada, se necessário, na forma da Lei.

ART. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte e seis do mês de janeiro de 2021.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 14 , DE 28 DE JANEIRO DE 2021

DECRETO Nº 14 , DE 28 DE janeiro DE 2021

Dispõe sobre a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, conforme o art. º, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI DOESTE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam estabelecidos os limites para movimentação de empenho e para pagamentos relativos às dotações constantes da Lei Orçamentária para o exercício de 2021, e aos Restos a Pagar inscritos até o exercício de 2020, na forma discriminada nos Anexos I e II deste Decreto.

Art. 2º. Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos neste exercício, bem como os créditos especiais reabertos, terão sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes.

Art. 3º. A realização de despesa à conta de recursos vinculados somente poderão ocorrer respeitadas as dotações aprovadas, até o limite da efetiva arrecadação das receitas correspondentes.

Art. 4º. A despesa com pessoal e encargos sociais não poderá exceder a 54% da Receita Corrente Líquida, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único. Somente será admitida despesa superior ao limite estabelecido no caput com o objetivo de pagamento da folha com o pessoal efetivo.

Art. 5º. Não serão objeto de limitação as despesas destinadas ao pagamento do serviço da dívida e as ressalvadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art 6º. Os recursos financeiros correspondentes aos créditos orçamentários consignados na Lei Orçamentária para o exercício de 2021 para o Poder Legislativo, e seus créditos adicionais, ser-lhe-ão entregues até o dia 30 de cada mês, em obediência ao art. 168 da Constituição Federal, conforme dispõe o art. 29-A da Constituição Federal.

Art. 7º. As medições para liberação de pagamento de obras em execução deverão informar o percentual da execução física da obra, para avaliação do serviço de engenharia da Prefeitura Municipal.

Art. 8º. O serviço de contabilidade da Prefeitura Municipal adotará as providências necessárias ao bloqueio provisório das dotações orçamentárias constantes da Lei nº 689 (Lei Orçamentária), cujas ações dependam de procedimentos complementares que viabilizem a sua execução orçamentária e financeira.

Art. 9º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

LAMBARI D'OESTE, 28 de janeiro de 2021

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

I - Previsão de Arrecadação das Receitas Municipais - 2021

RECEITAS	Valor Orçado	Janeiro Acumulado Valor	Fevereiro Acumulado Valor	Março Acumulado Valor	Abril Acumulado Valor	Maio Acumulado Valor	Junho Acumulado Valor	Julho Acumulado Valor	Agosto Acumulado Valor	Setembro Acumulado Valor	Outubro Acumulado Valor	Novembro Acumulado Valor	Dezembro Acumulado Valor
RECEITAS CORRENTES	26.876.750,00	1.910.822,82	4.208.606,45	6.367.983,29	8.048.732,89	10.308.703,99	12.057.019,35	14.416.556,17	16.235.449,40	18.123.520,48	20.927.989,57	23.401.085,84	26.876.750,00
		1.910.822,82	2.297.783,63	2.159.376,84	1.680.749,60	2.259.971,10	1.748.315,36	2.359.536,82	1.818.893,23	1.888.071,08	2.804.469,09	2.473.096,27	3.475.664,16
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	2.358.350,00	84.463,02	343.793,03	437.246,26	525.105,99	615.207,25	705.986,13	946.866,80	1.085.335,19	1.222.049,80	1.488.702,72	1.891.671,60	2.358.350,00
		84.463,02	259.330,01	93.453,23	87.859,73	90.101,26	90.778,88	240.880,67	138.468,39	136.714,61	266.652,92	402.968,88	466.678,40
IMPOSTOS	1.918.150,00	81.068,49	325.118,84	409.656,21	494.369,60	569.435,21	653.474,96	889.271,36	1.023.064,85	1.152.945,15	1.411.034,19	1.812.971,60	1.918.150,00
		81.068,49	244.050,35	84.537,37	84.713,39	75.065,61	84.039,75	235.796,40	133.793,49	129.880,30	258.089,04	401.937,41	105.178,40
IRRF SOBRE RENDIMENTOS DO	520.000,00	40.968,61	83.434,57	125.493,63	169.529,24	210.419,88	249.057,88	310.146,10	344.281,49	391.982,72	437.765,85	484.168,95	520.000,00
		40.968,61	42.465,96	42.059,06	44.035,61	40.890,64	38.638,00	61.088,22	34.135,39	47.701,23	45.783,13	46.403,10	35.831,05
IRRF SOBRE RENDIMENTOS DO	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
IRRF - OUTROS RENDIMENTOS -	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
IMPOSTO - IPTU - GERAL	25.000,00	2.130,85	2.130,85	2.130,85	2.468,28	3.006,14	3.895,71	5.683,07	9.600,27	11.516,79	14.533,80	25.000,00	25.000,00
		2.130,85	0,00	0,00	337,43	537,86	889,57	1.787,36	3.917,20	1.916,52	3.017,01	10.466,20	0,00
IMPOSTO - IPTU - EDUCAÇÃO	15.000,00	1.278,18	1.278,18	1.278,18	1.480,51	1.802,90	2.336,80	3.408,68	5.758,86	6.908,43	8.718,40	15.000,00	15.000,00
		1.278,18	0,00	0,00	202,33	322,39	533,90	1.071,88	2.350,18	1.149,57	1.809,97	6.281,60	0,00
IMPOSTO - IPTU - SAÚDE	10.000,00	852,26	852,26	852,26	987,16	1.202,08	1.558,04	2.272,44	3.839,22	4.605,55	5.812,00	10.000,00	10.000,00
		852,26	0,00	0,00	134,90	214,92	355,96	714,40	1.566,78	766,33	1.206,45	4.188,00	0,00
IMPOSTO IPTU - MULTAS E JUROS -	500,00	32,91	32,91	78,09	80,06	106,78	144,83	214,37	355,60	412,41	487,93	500,00	500,00
		32,91	0,00	45,18	1,97	26,72	38,05	69,54	141,23	56,81	75,52	12,07	0,00
IMPOSTO IPTU - MULTAS E JUROS -	300,00	19,74	19,74	46,82	47,99	64,03	86,88	128,61	213,36	247,45	292,76	300,00	300,00
		19,74	0,00	27,08	1,17	16,04	22,85	41,73	84,75	34,09	45,31	7,24	0,00
IMPOSTO IPTU - MULTAS E JUROS -	200,00	13,13	13,13	31,18	31,95	42,64	57,88	85,67	142,21	164,94	195,16	200,00	200,00
		13,13	0,00	18,05	0,77	10,69	15,24	27,79	56,54	22,73	30,22	4,84	0,00
IMPOSTO DIVIDA ATIVA IPTU - GERAL	10.000,00	1.056,88	1.056,88	2.871,77	3.158,97	3.356,86	3.960,74	4.439,59	7.438,69	8.198,14	9.055,29	10.000,00	10.000,00
		1.056,88	0,00	1.814,89	287,20	197,89	603,88	478,85	2.999,10	759,45	857,15	944,71	0,00
IMPOSTO DIVIDA ATIVA IPTU -	6.000,00	633,99	633,99	1.723,34	1.895,60	2.014,29	2.376,63	2.663,87	4.463,60	4.919,11	5.433,18	6.000,00	6.000,00
		633,99	0,00	1.089,35	172,26	118,69	362,34	287,24	1.799,73	455,51	514,07	566,82	0,00
IMPOSTO DIVIDA ATIVA IPTU - SAÚDE	4.000,00	422,68	422,68	1.148,98	1.263,77	1.342,91	1.584,47	1.775,95	2.975,85	3.279,51	3.622,15	4.000,00	4.000,00
		422,68	0,00	726,30	114,79	79,14	241,56	191,48	1.199,90	303,66	342,64	377,85	0,00
IMPOSTO DIVIDA ATIVA IPTU - MULTAS	2.300,00	81,40	642,99	796,68	812,56	829,74	894,62	951,00	1.874,91	1.985,08	2.156,78	2.300,00	2.300,00
		81,40	561,59	153,69	15,88	17,18	64,88	56,38	923,91	110,17	171,70	143,22	0,00
IMPOSTO DIVIDA ATIVA IPTU - MULTAS	1.500,00	52,90	419,60	519,86	530,15	541,29	583,52	620,18	1.223,10	1.294,84	1.406,66	1.500,00	1.500,00
		52,90	366,70	100,26	10,29	11,14	42,23	36,66	602,92	71,74	111,82	93,34	0,00

Fiorilli S/C Ltda. Software - (orcamento8 - 8.25.25.1588 - 14000)
28/01/2021 12:29

Usuário: LUCIANA BATISTA DA SILVA

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

I - Previsão de Arrecadação das Receitas Municipais - 2021

RECEITAS	Valor Orçado	Janeiro Acumulado Valor	Fevereiro Acumulado Valor	Março Acumulado Valor	Abril Acumulado Valor	Maio Acumulado Valor	Junho Acumulado Valor	Julho Acumulado Valor	Agosto Acumulado Valor	Setembro Acumulado Valor	Outubro Acumulado Valor	Novembro Acumulado Valor	Dezembro Acumulado Valor
IMPOSTO DIVIDA ATIVA IPTU - MULTAS	1.000,00	35,27	279,73	346,57	353,43	360,85	389,00	413,44	815,39	863,22	937,77	1.000,00	1.000,00
		35,27	244,46	66,84	6,86	7,42	28,15	24,44	401,95	47,83	74,55	62,23	0,00
IMPOSTO - ITBI - GERAL	250.000,00	0,00	6.868,16	7.491,15	13.343,99	15.835,97	19.480,48	27.322,45	48.383,43	54.221,90	125.950,62	250.000,00	250.000,00
		0,00	6.868,16	622,99	5.852,84	2.491,98	3.644,51	7.841,97	21.060,98	5.838,47	71.728,72	124.049,38	0,00
IMPOSTO - ITBI - EDUCAÇÃO	150.000,00	0,00	4.120,87	4.494,67	8.006,34	9.501,53	11.688,25	16.393,34	29.029,92	32.533,00	75.570,18	150.000,00	150.000,00
		0,00	4.120,87	373,80	3.511,67	1.495,19	2.186,72	4.705,09	12.636,58	3.503,08	43.037,18	74.429,82	0,00
IMPOSTO - ITBI - SAÚDE	100.000,00	0,00	2.747,24	2.996,44	5.337,54	6.334,34	7.792,15	10.928,88	19.353,25	21.688,63	50.380,10	100.000,00	100.000,00
		0,00	2.747,24	249,20	2.341,10	996,80	1.457,81	3.136,73	8.424,37	2.335,38	28.691,47	49.619,90	0,00
IMPOSTO ITBI -JUROS E MULTAS -	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,25	63,94	63,94	100,00	100,00	100,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,25	48,69	0,00	36,06	0,00	0,00
IMPOSTO ITBI -JUROS E MULTAS -	30,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,57	19,18	19,18	30,00	30,00	30,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,57	14,61	0,00	10,82	0,00	0,00
IMPOSTO ITBI -JUROS E MULTAS -	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,04	12,78	12,78	20,00	20,00	20,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,04	9,74	0,00	7,22	0,00	0,00
IMPOSTO ITBI - DIVIDA ATIVA - GERAL	250,00	13,46	13,46	104,79	104,79	104,79	104,79	104,79	120,84	159,81	202,80	250,00	250,00
		13,46	0,00	91,33	0,00	0,00	0,00	0,00	16,05	38,97	42,99	47,20	0,00
IMPOSTO ITBI - DIVIDA ATIVA -	150,00	8,09	8,09	62,95	62,95	62,95	62,95	62,95	72,58	95,94	121,71	150,00	150,00
		8,09	0,00	54,86	0,00	0,00	0,00	0,00	9,63	23,36	25,77	28,29	0,00
IMPOSTO ITBI - DIVIDA ATIVA - SAÚDE	100,00	5,39	5,39	41,98	41,98	41,98	41,98	41,98	48,40	63,97	81,14	100,00	100,00
		5,39	0,00	36,59	0,00	0,00	0,00	0,00	6,42	15,57	17,17	18,86	0,00
IMPOSTO ITBI - MULTAS E JUROS DA	250,00	7,70	7,70	99,08	99,08	99,08	99,08	99,08	112,09	154,23	199,66	250,00	250,00
		7,70	0,00	91,38	0,00	0,00	0,00	0,00	13,01	42,14	45,43	50,34	0,00
IMPOSTO ITBI - MULTAS E JUROS DA	150,00	4,62	4,62	59,50	59,50	59,50	59,50	59,50	67,31	92,58	119,82	150,00	150,00
		4,62	0,00	54,88	0,00	0,00	0,00	0,00	7,81	25,27	27,24	30,18	0,00
IMPOSTO ITBI - MULTAS E JUROS DA	100,00	3,08	3,08	39,69	39,69	39,69	39,69	39,69	44,90	61,74	79,89	100,00	100,00
		3,08	0,00	36,61	0,00	0,00	0,00	0,00	5,21	16,84	18,15	20,11	0,00
Imposto sobre Serviços de Qualquer	375.000,00	18.085,52	102.645,26	119.628,18	132.994,91	146.361,73	163.168,63	238.177,62	257.842,69	288.896,01	318.188,07	358.913,16	375.000,00
		18.085,52	84.559,74	16.982,92	13.366,73	13.366,82	16.806,90	75.008,99	19.665,07	31.053,32	29.292,06	40.725,09	16.086,84
Imposto sobre Serviços de Qualquer	225.000,00	6.133,79	53.921,21	64.588,40	72.984,50	81.380,44	91.937,51	139.055,33	151.407,62	170.913,88	189.313,66	214.895,51	225.000,00
		6.133,79	47.787,42	10.667,19	8.396,10	8.395,94	10.557,07	47.117,82	12.352,29	19.506,26	18.399,78	25.581,85	10.104,49
Imposto sobre Serviços de Qualquer	150.000,00	4.089,16	35.947,77	43.059,10	48.656,45	54.253,61	61.291,54	92.703,67	100.938,48	113.942,67	126.209,19	143.263,83	150.000,00
		4.089,16	31.858,61	7.111,33	5.597,35	5.597,16	7.037,93	31.412,13	8.234,81	13.004,19	12.266,52	17.054,64	6.736,17

Fiorilli S/C Ltda. Software - (orcamento8 - 8.25.25.1588 - 14000)
28/01/2021 12:29

Usuário: LUCIANA BATISTA DA SILVA

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

I - Previsão de Arrecadação das Receitas Municipais - 2021

RECEITAS	Valor Orçado	Janeiro Acumulado Valor	Fevereiro Acumulado Valor	Março Acumulado Valor	Abril Acumulado Valor	Maio Acumulado Valor	Junho Acumulado Valor	Julho Acumulado Valor	Agosto Acumulado Valor	Setembro Acumulado Valor	Outubro Acumulado Valor	Novembro Acumulado Valor	Dezembro Acumulado Valor
Imposto sob Serviços de Qualquer	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Imposto sob Serviços de Qualquer	9.000,00	501,16	870,44	2.669,99	2.996,13	3.265,69	3.605,05	4.278,14	5.381,97	6.463,78	6.850,72	7.580,15	9.000,00
		501,16	369,28	1.799,55	326,14	269,56	339,36	673,09	1.103,83	1.081,81	386,94	729,43	1.419,85
Imposto sob Serviços de Qualquer	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
ISSQN - MULTAS E JUROS - GERAL	100,00	0,00	0,09	1,05	1,05	1,77	88,15	89,03	91,44	91,44	99,44	100,00	100,00
		0,00	0,09	0,96	0,00	0,72	86,38	0,88	2,41	0,00	8,00	0,56	0,00
ISSQN - EDUCAÇÃO	60,00	0,00	0,05	0,62	0,62	1,05	52,93	53,45	54,89	54,89	59,68	60,00	60,00
		0,00	0,05	0,57	0,00	0,43	51,88	0,52	1,44	0,00	4,79	0,32	0,00
ISSQN - SAUDE	40,00	0,00	0,03	0,41	0,41	0,70	35,28	35,63	36,59	36,59	39,78	40,00	40,00
		0,00	0,03	0,38	0,00	0,29	34,58	0,35	0,96	0,00	3,19	0,22	0,00
ISSQN Dívida Ativa - Arrecadação	12.500,00	2.315,44	12.369,78	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00
		2.315,44	10.054,34	130,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ISSQN Dívida Ativa - Arrecadação	7.500,00	1.389,25	7.421,98	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00
		1.389,25	6.032,73	78,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ISSQN Dívida Ativa - Arrecadação	5.000,00	926,17	4.948,04	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
		926,17	4.021,87	51,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE	1.000,00	3,43	999,02	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
		3,43	995,59	0,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ISSQN Dívida Ativa - Multas e Juros	600,00	2,06	599,43	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00
		2,06	597,37	0,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ISSQN Dívida Ativa - Multas e Juros	400,00	1,37	399,62	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00
		1,37	398,25	0,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TAXAS	440.200,00	3.394,53	18.674,19	27.590,05	30.736,39	45.772,04	52.511,17	57.595,44	62.270,34	69.104,65	77.668,53	78.700,00	440.200,00
		3.394,53	15.279,66	8.915,86	3.146,34	15.035,65	6.739,13	5.084,27	4.674,90	6.834,31	8.563,88	1.031,47	361.500,00
TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E	5.000,00	221,08	1.221,56	1.810,05	2.017,29	2.932,31	3.294,13	3.621,24	3.924,10	4.371,39	4.933,97	5.000,00	5.000,00
		221,08	1.000,48	588,49	207,24	915,02	361,82	327,11	302,86	447,29	562,58	66,03	0,00
TAXAS DE ALVARA - PRINCIPAL	60.000,00	2.652,91	14.658,68	21.720,57	24.207,51	35.187,73	39.529,54	43.454,82	47.089,17	52.456,60	59.207,51	60.000,00	60.000,00
		2.652,91	12.005,77	7.061,89	2.486,94	10.980,22	4.341,81	3.925,28	3.634,35	5.367,43	6.750,91	792,49	0,00
TAXAS DE ALVARA DE CONSTRUCAO -	2.500,00	110,54	610,78	905,03	1.008,65	1.466,16	1.647,07	1.810,62	1.962,05	2.185,69	2.466,98	2.500,00	2.500,00
		110,54	500,24	294,25	103,62	457,51	180,91	163,55	151,43	223,64	281,29	33,02	0,00

Fiorilli S/C Ltda. Software - (orcamento8 - 8.25.25.1588 - 14000)
28/01/2021 12:29

Usuário: LUCIANA BATISTA DA SILVA

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

I - Previsão de Arrecadação das Receitas Municipais - 2021

RECEITAS	Valor Orçado	Janeiro Acumulado Valor	Fevereiro Acumulado Valor	Março Acumulado Valor	Abril Acumulado Valor	Maio Acumulado Valor	Junho Acumulado Valor	Julho Acumulado Valor	Agosto Acumulado Valor	Setembro Acumulado Valor	Outubro Acumulado Valor	Novembro Acumulado Valor	Dezembro Acumulado Valor
OUTRAS TAXAS DE INSP. CONT. FISC -	8.000,00	353,72	1.954,49	2.896,08	3.227,67	4.691,70	5.270,61	5.793,98	6.278,56	6.994,22	7.894,34	8.000,00	8.000,00
		353,72	1.600,77	941,59	331,59	1.464,03	578,91	523,37	484,58	715,66	900,12	105,66	0,00
TAXAS DE ALVARA- MULTAS E JUROS	200,00	5,04	5,04	5,78	7,78	22,66	89,80	136,82	155,85	186,86	200,00	200,00	200,00
		5,04	0,00	0,74	2,00	14,88	67,14	47,02	19,03	31,01	13,14	0,00	0,00
TAXAS DE ALVARA DE CONSTRUCAO -	100,00	2,52	2,52	2,89	3,89	11,33	44,90	68,41	77,92	93,42	100,00	100,00	100,00
		2,52	0,00	0,37	1,00	7,44	33,57	23,51	9,51	15,50	6,58	0,00	0,00
OUTRAS TAXAS DE INSP. CONT E FISIC	100,00	2,52	2,52	2,89	3,89	11,33	44,90	68,41	77,92	93,42	100,00	100,00	100,00
		2,52	0,00	0,37	1,00	7,44	33,57	23,51	9,51	15,50	6,58	0,00	0,00
TAXAS DE ALVARA - DÍVIDA ATIVA	1.000,00	1,70	11,48	11,68	11,68	961,74	986,94	989,30	999,16	999,26	999,73	1.000,00	1.000,00
		1,70	9,78	0,20	0,00	950,06	25,20	2,36	9,86	0,10	0,47	0,27	0,00
TAXAS DE ALVARA DE CONSTRUÇÃO -	100,00	0,17	1,15	1,17	1,17	96,18	98,70	98,94	99,93	99,94	99,99	100,00	100,00
		0,17	0,98	0,02	0,00	95,01	2,52	0,24	0,99	0,01	0,05	0,01	0,00
OUTRAS TAXAS DE INSP. CONTR.; E	100,00	0,17	1,15	1,17	1,17	96,18	98,70	98,94	99,93	99,94	99,99	100,00	100,00
		0,17	0,98	0,02	0,00	95,01	2,52	0,24	0,99	0,01	0,05	0,01	0,00
TAXAS DE ALVARA - DÍV. ATIVA-	100,00	0,69	51,77	52,08	52,08	60,70	87,49	89,01	97,69	97,96	99,25	100,00	100,00
		0,69	51,08	0,31	0,00	8,62	26,79	1,52	8,68	0,27	1,29	0,75	0,00
TAXAS DE ALVARA DE CONSTRUÇAO -	100,00	0,69	51,77	52,08	52,08	60,70	87,49	89,01	97,69	97,96	99,25	100,00	100,00
		0,69	51,08	0,31	0,00	8,62	26,79	1,52	8,68	0,27	1,29	0,75	0,00
OUTROS TAXAS DE INSP. CONT. E	100,00	0,69	51,77	52,08	52,08	60,70	87,49	89,01	97,69	97,96	99,25	100,00	100,00
		0,69	51,08	0,31	0,00	8,62	26,79	1,52	8,68	0,27	1,29	0,75	0,00
TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TAXAS PELA PREST. DE SERVIçOS -	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
TAXAS PELA PREST. DE SERVIçOS -	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00

Fiorilli S/C Ltda. Software - (orcamento8 - 8.25.25.1588 - 14000)
28/01/2021 12:29

Usuário: LUCIANA BATISTA DA SILVA

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

I - Previsão de Arrecadação das Receitas Municipais - 2021

RECEITAS	Valor Orçado	Janeiro Acumulado Valor	Fevereiro Acumulado Valor	Março Acumulado Valor	Abril Acumulado Valor	Maio Acumulado Valor	Junho Acumulado Valor	Julho Acumulado Valor	Agosto Acumulado Valor	Setembro Acumulado Valor	Outubro Acumulado Valor	Novembro Acumulado Valor	Dezembro Acumulado Valor
OUTRAS TAXAS PELA PRESTAçÃO DE	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE	100,00	7,80	8,05	18,92	21,84	26,32	42,80	58,93	70,28	75,03	81,28	100,00	100,00
		7,80	0,25	10,87	2,92	4,48	16,48	16,13	11,35	4,75	6,25	18,72	0,00
OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE	100,00	19,38	25,75	33,22	41,06	51,18	55,66	61,96	69,95	80,66	89,72	100,00	100,00
		19,38	6,37	7,47	7,84	10,12	4,48	6,30	7,99	10,71	9,06	10,28	0,00
OUTRAS TAXAS PELA PREST. SERV. -	100,00	14,91	15,71	24,36	26,55	35,12	44,95	66,04	72,45	74,34	97,27	100,00	100,00
		14,91	0,80	8,65	2,19	8,57	9,83	21,09	6,41	1,89	22,93	2,73	0,00
CONTRIBUIÇÕES	993.000,00	31.767,06	137.550,31	231.215,00	304.079,43	411.413,71	531.201,07	634.523,27	737.542,14	835.983,61	937.623,70	965.497,81	993.000,00
		31.767,06	105.783,25	93.664,69	72.864,43	107.334,28	119.787,36	103.322,20	103.018,87	98.441,47	101.640,09	27.874,11	27.502,19
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	699.000,00	8.337,43	84.188,56	157.576,18	230.440,61	308.362,04	385.742,80	464.658,18	545.218,88	620.670,32	699.000,00	699.000,00	699.000,00
		8.337,43	75.851,13	73.387,62	72.864,43	77.921,43	77.380,76	78.915,38	80.560,70	75.451,44	78.329,68	0,00	0,00
CPSSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO -	50.000,00	604,16	6.100,62	11.418,56	16.698,59	22.249,88	27.733,31	33.344,01	39.092,29	44.441,86	50.000,00	50.000,00	50.000,00
		604,16	5.496,46	5.317,94	5.280,03	5.551,29	5.483,43	5.610,70	5.748,28	5.349,57	5.558,14	0,00	0,00
CPSSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO -	640.000,00	7.733,27	78.087,94	146.157,62	213.742,02	284.798,49	354.986,37	426.803,37	500.381,29	568.855,81	640.000,00	640.000,00	640.000,00
		7.733,27	70.354,67	68.069,68	67.584,40	71.056,47	70.187,88	71.817,00	73.577,92	68.474,52	71.144,19	0,00	0,00
CPSSS DO SERVIDOR CIVIL INATIVO -	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.313,67	3.023,12	4.510,80	5.745,30	7.372,65	9.000,00	9.000,00	9.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	1.313,67	1.709,45	1.487,68	1.234,50	1.627,35	1.627,35	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO	294.000,00	23.429,63	53.361,75	73.638,82	73.638,82	103.051,67	145.458,27	169.865,09	192.323,26	215.313,29	238.623,70	266.497,81	294.000,00
		23.429,63	29.932,12	20.277,07	0,00	29.412,85	42.406,60	24.406,82	22.458,17	22.990,03	23.310,41	27.874,11	27.502,19
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO	294.000,00	23.429,63	53.361,75	73.638,82	73.638,82	103.051,67	145.458,27	169.865,09	192.323,26	215.313,29	238.623,70	266.497,81	294.000,00
		23.429,63	29.932,12	20.277,07	0,00	29.412,85	42.406,60	24.406,82	22.458,17	22.990,03	23.310,41	27.874,11	27.502,19
RECEITA PATRIMONIAL	73.500,00	13.178,94	24.782,03	36.421,23	43.286,00	49.928,91	56.226,39	61.946,51	64.758,71	66.564,76	69.322,84	72.000,00	73.500,00
		13.178,94	11.603,09	11.639,20	6.864,77	6.642,91	6.297,48	5.720,12	2.812,20	1.806,05	2.758,08	2.677,16	1.500,00
VALORES MOBILIÁRIOS	73.500,00	13.178,94	24.782,03	36.421,23	43.286,00	49.928,91	56.226,39	61.946,51	64.758,71	66.564,76	69.322,84	72.000,00	73.500,00
		13.178,94	11.603,09	11.639,20	6.864,77	6.642,91	6.297,48	5.720,12	2.812,20	1.806,05	2.758,08	2.677,16	1.500,00
REMUN. DE DEPóSITOS VINCULADOS -	12.000,00	1.827,70	4.118,04	6.949,20	8.578,53	10.178,75	11.037,91	11.743,62	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00
		1.827,70	2.290,34	2.831,16	1.629,33	1.600,22	859,16	705,71	256,38	0,00	0,00	0,00	0,00
REMUN. DE DEPóSITOS VINCULADOS -	3.000,00	315,13	710,01	1.198,27	1.479,26	1.755,09	1.903,12	2.024,76	2.068,94	2.243,07	2.565,23	3.000,00	3.000,00
		315,13	394,88	488,26	280,99	275,83	148,03	121,64	44,18	174,13	322,16	434,77	0,00
REMUN. DE DEPOSITO VINCULADO -	2.000,00	369,13	672,80	1.070,36	1.342,00	1.645,41	1.844,90	1.930,56	1.962,07	1.977,50	1.988,05	2.000,00	2.000,00
		369,13	303,67	397,56	271,64	303,41	199,49	85,66	31,51	15,43	10,55	11,95	0,00
REMUN. DE DEPóSITO VINCULADO -	10.000,00	3.270,63	4.626,99	5.901,18	6.374,70	6.672,81	6.960,05	7.880,98	8.594,71	8.986,87	9.540,83	10.000,00	10.000,00
		3.270,63	1.356,36	1.274,19	473,52	298,11	287,24	920,93	713,73	392,16	553,96	459,17	0,00

Fiorilli S/C Ltda. Software - (orcamento8 - 8.25.25.1588 - 14000)
28/01/2021 12:29

Usuário: LUCIANA BATISTA DA SILVA

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

I - Previsão de Arrecadação das Receitas Municipais - 2021

RECEITAS	Valor Orçado	Janeiro Acumulado Valor	Fevereiro Acumulado Valor	Março Acumulado Valor	Abril Acumulado Valor	Maio Acumulado Valor	Junho Acumulado Valor	Julho Acumulado Valor	Agosto Acumulado Valor	Setembro Acumulado Valor	Outubro Acumulado Valor	Novembro Acumulado Valor	Dezembro Acumulado Valor
REMUN. DE DEPóSITO VINCULADO -	1.000,00	253,88	433,47	616,06	719,60	834,57	936,34	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
		253,88	179,59	182,59	103,54	114,97	101,77	63,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMUN. DE DEP.S BANC. DE	500,00	90,07	181,39	237,28	299,41	386,98	451,60	481,04	481,29	481,54	489,27	500,00	500,00
		90,07	91,32	55,89	62,13	87,57	64,62	29,44	0,25	0,25	7,73	10,73	0,00
REMUN. DE DEPOSITO VINC. -	5.000,00	894,02	1.538,86	2.240,30	2.462,67	2.871,83	3.352,13	3.838,39	4.060,58	4.296,61	4.649,52	5.000,00	5.000,00
		894,02	644,84	701,44	222,37	409,16	480,30	486,26	222,19	236,03	352,91	350,48	0,00
REMUN. DE DEPOSITO VINC. -	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
REMUN. DE DEPOSITO VINC. -	3.000,00	162,95	363,27	775,21	1.151,95	1.513,48	1.909,99	2.305,85	2.478,14	2.603,50	2.806,64	3.000,00	3.000,00
		162,95	200,32	411,94	376,74	361,53	396,51	395,86	172,29	125,36	203,14	193,36	0,00
REMUN. DE DEPÓSITOS BANC. DE REC	3.000,00	919,47	1.359,33	1.761,01	2.028,67	2.244,03	2.457,91	2.648,68	2.763,16	2.811,89	2.894,42	3.000,00	3.000,00
		919,47	439,86	401,68	267,66	215,36	213,88	190,77	114,48	48,73	82,53	105,58	0,00
REMUN. DE DEP. VINCULADOS -	10.000,00	1.258,63	3.976,55	5.956,22	7.777,91	8.722,51	9.966,24	9.980,91	9.987,07	9.990,57	9.995,40	10.000,00	10.000,00
		1.258,63	2.717,92	1.979,67	1.821,69	944,60	1.243,73	14,67	6,16	3,50	4,83	4,60	0,00
REMUN. DE DEP. VINCULADOS - COSIP	1.000,00	154,34	201,21	327,47	429,38	564,98	712,53	877,12	952,73	984,88	991,10	1.000,00	1.000,00
		154,34	46,87	126,26	101,91	135,60	147,55	164,59	75,61	32,15	6,22	8,90	0,00
REMUN. DE DEP. VINCULADOS -	10.000,00	1.249,71	2.276,88	3.124,85	3.463,34	4.428,44	5.666,43	7.114,08	7.875,38	8.388,38	9.195,36	10.000,00	10.000,00
		1.249,71	1.027,17	847,97	338,49	965,10	1.237,99	1.447,65	761,30	513,00	806,98	804,64	0,00
REMUN. DE DEPÓSITO VINCULADO -	1.000,00	104,63	133,27	168,84	235,01	379,34	511,06	747,00	854,53	915,94	1.000,00	1.000,00	1.000,00
		104,63	28,64	35,57	66,17	144,33	131,72	235,94	107,53	61,41	84,06	0,00	0,00
REMUN. DE DEP. VINCULADO -	500,00	108,21	186,57	268,66	317,17	369,41	417,92	455,23	470,16	477,62	488,81	500,00	500,00
		108,21	78,36	82,09	48,51	52,24	48,51	37,31	14,93	7,46	11,19	11,19	0,00
REMUN. DE DEPOSITO NÃO	10.000,00	2.200,44	4.003,39	5.826,32	6.626,40	7.361,28	8.098,26	8.918,29	9.209,95	9.406,39	9.718,21	10.000,00	10.000,00
		2.200,44	1.802,95	1.822,93	800,08	734,88	736,98	820,03	291,66	196,44	311,82	281,79	0,00
REMUNERAçãO DOS RECURSOS DO	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	250.000,00	10.230,76	17.459,62	24.824,08	43.764,11	73.415,92	94.089,80	117.345,22	145.525,13	164.993,41	204.092,35	248.000,00	250.000,00
		10.230,76	7.228,86	7.364,46	18.940,03	29.651,81	20.673,88	23.255,42	28.179,91	19.468,28	39.098,94	43.907,65	2.000,00
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
OUTROS SERVIÇOS	249.500,00	10.230,76	17.459,62	24.824,08	43.764,11	73.415,92	94.089,80	117.345,22	145.525,13	164.993,41	204.092,35	248.000,00	249.500,00
		10.230,76	7.228,86	7.364,46	18.940,03	29.651,81	20.673,88	23.255,42	28.179,91	19.468,28	39.098,94	43.907,65	1.500,00

Fiorilli S/C Ltda. Software - (orcamento8 - 8.25.25.1588 - 14000)
28/01/2021 12:29

Usuário: LUCIANA BATISTA DA SILVA

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

I - Previsão de Arrecadação das Receitas Municipais - 2021

RECEITAS	Valor Orçado	Janeiro Acumulado Valor	Fevereiro Acumulado Valor	Março Acumulado Valor	Abril Acumulado Valor	Maio Acumulado Valor	Junho Acumulado Valor	Julho Acumulado Valor	Agosto Acumulado Valor	Setembro Acumulado Valor	Outubro Acumulado Valor	Novembro Acumulado Valor	Dezembro Acumulado Valor
SEVIÇOS DE PREPARAÇÃO DE TERRAS	20.000,00	825,06	1.408,03	2.001,94	3.529,36	5.920,63	7.587,88	9.463,32	11.735,89	13.305,91	16.459,05	20.000,00	20.000,00
		825,06	582,97	593,91	1.527,42	2.391,27	1.667,25	1.875,44	2.272,57	1.570,02	3.153,14	3.540,95	0,00
SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO, ADUÇÃO,	200.000,00	8.250,61	14.080,33	20.019,41	35.293,63	59.206,38	75.878,86	94.633,22	117.358,95	133.059,18	164.590,58	200.000,00	200.000,00
		8.250,61	5.829,72	5.939,08	15.274,22	23.912,75	16.672,48	18.754,36	22.725,73	15.700,23	31.531,40	35.409,42	0,00
SERVIÇOS DE RELIGAMENTO DE ÁGUA	3.000,00	123,76	211,21	300,30	529,41	888,10	1.138,19	1.419,51	1.760,40	1.995,90	2.468,87	3.000,00	3.000,00
		123,76	87,45	89,09	229,11	358,69	250,09	281,32	340,89	235,50	472,97	531,13	0,00
SERVIÇOS DE ATERRO EM TERRENOS	10.000,00	412,53	704,02	1.000,97	1.764,68	2.960,32	3.793,94	4.731,66	5.867,95	6.652,96	8.229,53	10.000,00	10.000,00
		412,53	291,49	296,95	763,71	1.195,64	833,62	937,72	1.136,29	785,01	1.576,57	1.770,47	0,00
OUTROS SERVIçOS - PRINCIPAL	15.000,00	618,80	1.056,03	1.501,46	2.647,03	4.440,49	5.690,93	7.097,51	8.801,94	9.979,46	12.344,32	15.000,00	15.000,00
		618,80	437,23	445,43	1.145,57	1.793,46	1.250,44	1.406,58	1.704,43	1.177,52	2.364,86	2.655,68	0,00
OUTROS SERVIÇOS - MULTAS E JUROS	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
OUTROS SERVIÇOS - DÍVIDA ATIVA	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
OUTROS SERVIÇOS - DÍVIDA ATIVA -	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	23.190.400,00	1.761.183,04	3.675.021,46	5.628.276,72	7.122.497,36	9.148.738,20	10.659.515,96	12.645.874,37	14.192.288,23	15.823.928,90	18.218.247,96	20.213.916,43	23.190.400,00
		1.761.183,04	1.913.838,42	1.953.255,26	1.494.220,64	2.026.240,84	1.510.777,76	1.986.358,41	1.546.413,86	1.631.640,67	2.394.319,06	1.995.668,47	2.976.483,57
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE	10.660.900,00	848.752,31	1.896.046,22	2.601.264,38	3.271.969,89	4.005.599,68	4.651.243,42	5.554.970,87	6.230.528,57	6.667.092,43	7.976.313,08	8.971.113,71	10.660.900,00
		848.752,31	1.047.293,91	705.218,16	670.705,51	733.629,79	645.643,74	903.727,45	675.557,70	436.563,86	1.309.220,65	994.800,63	1.689.786,29
COTA-PARTE -FPM - GERAL	3.600.000,00	315.503,97	771.393,10	1.037.964,11	1.299.262,70	1.572.638,68	1.795.181,40	2.178.822,31	2.422.520,24	2.618.821,09	2.882.962,77	3.233.062,57	3.600.000,00
		315.503,97	455.889,13	266.571,01	261.298,59	273.375,98	222.542,72	383.640,91	243.697,93	196.300,85	264.141,68	350.099,80	366.937,43
COTA-PARTE -FPM - EDUCAÇÃO	2.160.000,00	189.302,38	462.835,88	622.778,48	779.557,64	943.583,23	1.077.108,86	1.307.293,38	1.453.512,14	1.571.292,63	1.729.777,63	1.939.837,51	2.160.000,00
		189.302,38	273.533,50	159.942,60	156.779,16	164.025,59	133.525,63	230.184,52	146.218,76	117.780,49	158.485,00	210.059,88	220.162,49
COTA-PARTE -FPM - SAUDE	1.440.000,00	126.201,59	308.557,26	415.185,67	519.705,10	629.055,49	718.072,57	871.528,93	969.008,11	1.047.528,44	1.153.185,11	1.293.225,03	1.440.000,00
		126.201,59	182.355,67	106.628,41	104.519,43	109.350,39	89.017,08	153.456,36	97.479,18	78.520,33	105.656,67	140.039,92	146.774,97
COTA-PARTE DO FUNDO DE	310.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	310.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	310.000,00
COTA-PARTE DO FUNDO DE	310.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	310.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	310.000,00
COTA-PARTE - ITR - GERAL	550.000,00	46.346,85	50.503,70	51.533,17	53.467,44	53.752,10	56.609,34	56.951,49	57.926,10	72.410,04	385.283,30	455.253,90	550.000,00
		46.346,85	4.156,85	1.029,47	1.934,27	284,66	2.857,24	342,15	974,61	14.483,94	312.873,26	69.970,60	94.746,10

Fiorilli S/C Ltda. Software - (orcamento8 - 8.25.25.1588 - 14000)
28/01/2021 12:29

Usuário: LUCIANA BATISTA DA SILVA

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

I - Previsão de Arrecadação das Receitas Municipais - 2021

RECEITAS	Valor Orçado	Janeiro Acumulado Valor	Fevereiro Acumulado Valor	Março Acumulado Valor	Abril Acumulado Valor	Maio Acumulado Valor	Junho Acumulado Valor	Julho Acumulado Valor	Agosto Acumulado Valor	Setembro Acumulado Valor	Outubro Acumulado Valor	Novembro Acumulado Valor	Dezembro Acumulado Valor
COTA-PARTE - ITR - EDUCAÇÃO	330.000,00	27.808,11	30.302,20	30.919,85	32.080,38	32.251,17	33.965,51	34.170,79	34.755,54	43.445,87	231.169,92	273.152,29	330.000,00
		27.808,11	2.494,09	617,65	1.160,53	170,79	1.714,34	205,28	584,75	8.690,33	187.724,05	41.982,37	56.847,71
COTA-PARTE - ITR - SAÚDE	220.000,00	18.538,73	20.201,45	20.613,22	21.386,90	21.500,76	22.643,65	22.780,50	23.170,33	28.963,89	154.113,27	182.101,51	220.000,00
		18.538,73	1.662,72	411,77	773,68	113,86	1.142,89	136,85	389,83	5.793,56	125.149,38	27.988,24	37.898,49
COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO	110.000,00	10.851,81	23.171,21	35.920,12	46.080,15	52.952,61	57.356,41	64.408,61	76.354,36	87.581,90	99.958,66	110.000,00	110.000,00
		10.851,81	12.319,40	12.748,91	10.160,03	6.872,46	4.403,80	7.052,20	11.945,75	11.227,54	12.376,76	10.041,34	0,00
FNS - AGENTE COMUNITÁRIO DE	235.200,00	14.131,81	33.993,20	57.148,71	73.269,39	92.567,23	111.865,07	131.162,91	150.460,75	169.612,42	190.363,52	209.469,78	235.200,00
		14.131,81	19.861,39	23.155,51	16.120,68	19.297,84	19.297,84	19.297,84	19.297,84	19.151,67	20.751,10	19.106,26	25.730,22
FNS - INCENTIVO PARA AÇÕES	74.000,00	4.446,23	10.695,14	17.980,46	23.052,44	29.124,04	35.195,64	41.267,24	47.338,84	53.364,45	59.893,28	65.904,60	74.000,00
		4.446,23	6.248,91	7.285,32	5.071,98	6.071,60	6.071,60	6.071,60	6.071,60	6.025,61	6.528,83	6.011,32	8.095,40
FNS - INCENTIVO FINANCEIRO DA APS -	42.000,00	2.523,54	6.070,22	10.205,13	13.083,82	16.529,86	19.975,90	23.421,94	26.867,98	30.287,92	33.993,47	37.405,30	42.000,00
		2.523,54	3.546,68	4.134,91	2.878,69	3.446,04	3.446,04	3.446,04	3.446,04	3.419,94	3.705,55	3.411,83	4.594,70
FNS - INCENTIVO FINANCEIRO DA APS -	450.000,00	27.037,90	65.038,01	109.340,64	140.183,78	177.105,66	214.027,54	250.949,42	287.871,30	324.513,52	364.215,87	400.771,22	450.000,00
		27.037,90	38.000,11	44.302,63	30.843,14	36.921,88	36.921,88	36.921,88	36.921,88	36.642,22	39.702,35	36.555,35	49.228,78
MAC - ATENÇÃO A SAUDE DA	75.000,00	6.093,25	12.186,50	18.375,12	24.563,74	30.752,36	36.940,98	43.129,60	49.318,22	55.506,84	62.004,57	68.502,30	75.000,00
		6.093,25	6.093,25	6.188,62	6.188,62	6.188,62	6.188,62	6.188,62	6.188,62	6.188,62	6.497,73	6.497,73	6.497,70
VIGILÂNCIA EM SAÚDE - DESPESAS	20.000,00	350,75	1.597,86	2.844,97	4.092,08	5.339,19	6.586,30	9.113,94	10.361,05	12.365,78	14.484,39	17.712,79	20.000,00
		350,75	1.247,11	1.247,11	1.247,11	1.247,11	1.247,11	2.527,64	1.247,11	2.004,73	2.118,61	3.228,40	2.287,21
VIGILÂNCIA EM SAÚDE - AGENTES DE	52.000,00	911,94	4.154,44	7.396,94	10.639,44	13.881,94	17.124,44	23.696,30	26.938,80	32.151,09	37.659,48	46.053,32	52.000,00
		911,94	3.242,50	3.242,50	3.242,50	3.242,50	3.242,50	6.571,86	3.242,50	5.212,29	5.508,39	8.393,84	5.946,68
VIGILÂNCIA EM SAÚDE - VIGILÂNCIA	72.000,00	1.262,69	5.752,30	10.241,91	14.731,52	19.221,13	23.710,74	32.810,24	37.299,85	44.516,87	52.143,87	63.766,11	72.000,00
		1.262,69	4.489,61	4.489,61	4.489,61	4.489,61	4.489,61	9.099,50	4.489,61	7.217,02	7.627,00	11.622,24	8.233,89
FORTALECIMENTO DO SISTEMA	19.000,00	333,21	1.517,97	2.702,73	3.887,49	5.072,25	6.257,01	8.658,27	9.843,03	11.747,52	13.760,20	16.827,18	19.000,00
		333,21	1.184,76	1.184,76	1.184,76	1.184,76	1.184,76	2.401,26	1.184,76	1.904,49	2.012,68	3.066,98	2.172,82
FNS - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E	36.500,00	4.965,03	6.632,86	8.300,69	9.968,52	11.636,35	16.601,38	18.269,21	23.234,24	24.902,07	26.569,90	31.534,93	36.500,00
		4.965,03	1.667,83	1.667,83	1.667,83	1.667,83	4.965,03	1.667,83	4.965,03	1.667,83	1.667,83	4.965,03	4.965,07
QUOTA SALÁRIO-EDUCAÇÃO -	220.000,00	48.259,80	69.817,86	85.456,78	101.931,19	117.112,78	133.219,55	150.013,28	166.738,09	185.413,11	202.720,75	220.000,00	220.000,00
		48.259,80	21.558,06	15.638,92	16.474,41	15.181,59	16.106,77	16.793,73	16.724,81	18.675,02	17.307,64	17.279,25	0,00
TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
FNDE - PNAE - CRECHE	17.000,00	0,00	1.132,53	3.400,00	6.781,36	6.800,00	8.500,00	10.200,00	11.900,00	13.600,00	15.300,00	17.000,00	17.000,00
		0,00	1.132,53	2.267,47	3.381,36	18,64	1.700,00	1.700,00	1.700,00	1.700,00	1.700,00	1.700,00	0,00

Fiorilli S/C Ltda. Software - (orcamento8 - 8.25.25.1588 - 14000)
28/01/2021 12:29

Usuário: LUCIANA BATISTA DA SILVA

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

I - Previsão de Arrecadação das Receitas Municipais - 2021

RECEITAS	Valor Orçado	Janeiro Acumulado Valor	Fevereiro Acumulado Valor	Março Acumulado Valor	Abril Acumulado Valor	Maio Acumulado Valor	Junho Acumulado Valor	Julho Acumulado Valor	Agosto Acumulado Valor	Setembro Acumulado Valor	Outubro Acumulado Valor	Novembro Acumulado Valor	Dezembro Acumulado Valor
FNDE - PNAE - PRÉ-ESCOLA	18.000,00	0,00	1.199,14	3.600,00	7.180,26	7.200,00	9.000,00	10.800,00	12.600,00	14.400,00	16.200,00	18.000,00	18.000,00
		0,00	1.199,14	2.400,86	3.580,26	19,74	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	0,00
FNDE - PNAE - ENSINO FUNDAMENTAL	50.000,00	0,00	3.330,96	10.000,00	19.945,17	20.000,00	25.000,00	30.000,00	35.000,00	40.000,00	45.000,00	50.000,00	50.000,00
		0,00	3.330,96	6.669,04	9.945,17	54,83	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	0,00
FNDE - PNAE - EJA	5.000,00	0,00	333,10	1.000,00	1.994,52	2.000,00	2.500,00	3.000,00	3.500,00	4.000,00	4.500,00	5.000,00	5.000,00
		0,00	333,10	666,90	994,52	5,48	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	0,00
FNDE - PNAE -AEE	1.200,00	0,00	79,94	240,00	478,68	480,00	600,00	720,00	840,00	960,00	1.080,00	1.200,00	1.200,00
		0,00	79,94	160,06	238,68	1,32	120,00	120,00	120,00	120,00	120,00	120,00	0,00
FNDE- PNATE - ENS. INFANTIL	2.000,00	0,00	0,00	200,00	600,00	800,00	1.000,00	1.200,00	1.400,00	1.600,00	1.800,00	2.000,00	2.000,00
		0,00	0,00	200,00	400,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	0,00
FNDE- PNATE - ENS. FUNDAMENTAL	40.000,00	0,00	0,00	4.000,00	11.999,99	15.999,99	19.999,99	23.999,99	27.999,99	31.999,99	35.999,99	40.000,00	40.000,00
		0,00	0,00	4.000,00	7.999,99	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,01	0,00
FNDE- PNATE - ENS. MEDIO	5.000,00	0,00	0,00	500,00	1.500,00	2.000,00	2.500,00	3.000,00	3.500,00	4.000,00	4.500,00	5.000,00	5.000,00
		0,00	0,00	500,00	1.000,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	0,00
TRANSF. ICMS – DESONERAçãO – L.C.	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00
TRANSF. ICMS – DESONERAçãO – L.C.	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00
TRANSF. ICMS – DESONERAçãO – L.C.	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
FNAS - IGDBF - BOLSA FAMILIA	22.000,00	325,02	325,02	4.167,63	6.435,66	17.293,39	27.822,83	28.150,59	36.217,32	18.642,36	20.680,95	22.000,00	22.000,00
		325,02	0,00	3.842,61	2.268,03	10.857,73	10.529,44	327,76	8.066,73	-17.574,96	2.038,59	1.319,05	0,00
FNAS - PBF - PISO BÁSICO FIXO	22.000,00	325,02	325,02	4.167,63	6.435,66	17.293,39	27.822,83	28.150,59	36.217,32	18.642,36	20.680,95	22.000,00	22.000,00
		325,02	0,00	3.842,61	2.268,03	10.857,73	10.529,44	327,76	8.066,73	-17.574,96	2.038,59	1.319,05	0,00
FNAS - IGD/SUAS	14.000,00	206,83	206,83	2.652,13	4.095,42	11.004,89	17.705,44	17.914,01	23.047,38	11.863,31	13.160,59	14.000,00	14.000,00
		206,83	0,00	2.445,30	1.443,29	6.909,47	6.700,55	208,57	5.133,37	-11.184,07	1.297,28	839,41	0,00
FNAS - EQUIPE VOLANTE	32.000,00	472,76	472,76	6.062,01	9.360,96	25.154,03	40.469,57	40.946,31	52.679,73	27.116,15	30.081,37	32.000,00	32.000,00
		472,76	0,00	5.589,25	3.298,95	15.793,07	15.315,54	476,74	11.733,42	-25.563,58	2.965,22	1.918,63	0,00
FNAS - SCFV - SERV. DE CONVIV.E	60.000,00	886,42	886,42	11.366,27	17.551,81	47.163,81	75.880,45	76.774,33	98.774,50	50.842,78	56.402,57	60.000,00	60.000,00
		886,42	0,00	10.479,85	6.185,54	29.612,00	28.716,64	893,88	22.000,17	-47.931,72	5.559,79	3.597,43	0,00

Fiorilli S/C Ltda. Software - (orcamento8 - 8.25.25.1588 - 14000)
28/01/2021 12:29

Usuário: LUCIANA BATISTA DA SILVA

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

I - Previsão de Arrecadação das Receitas Municipais - 2021

RECEITAS	Valor Orçado	Janeiro Acumulado Valor	Fevereiro Acumulado Valor	Março Acumulado Valor	Abril Acumulado Valor	Maio Acumulado Valor	Junho Acumulado Valor	Julho Acumulado Valor	Agosto Acumulado Valor	Setembro Acumulado Valor	Outubro Acumulado Valor	Novembro Acumulado Valor	Dezembro Acumulado Valor
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO -	20.000,00	1.666,67	3.333,34	5.000,01	6.666,68	8.333,35	10.000,02	11.666,69	13.333,36	15.000,03	16.666,70	18.333,37	20.000,00
		1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,63
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E	9.529.500,00	670.703,66	1.288.742,79	2.247.185,30	2.874.060,10	4.003.129,14	4.646.083,83	5.499.238,45	6.149.212,44	7.058.831,48	7.850.522,59	8.581.439,91	9.529.500,00
		670.703,66	618.039,13	958.442,51	626.874,80	1.129.069,04	642.954,69	853.154,62	649.973,99	909.619,04	791.691,11	730.917,32	948.060,09
COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL -	3.450.000,00	257.453,50	486.903,45	831.088,89	1.047.790,58	1.251.083,49	1.509.523,64	1.784.260,24	2.045.134,07	2.415.085,79	2.747.338,97	3.044.833,47	3.450.000,00
		257.453,50	229.449,95	344.185,44	216.701,69	203.292,91	258.440,15	274.736,60	260.873,83	369.951,72	332.253,18	297.494,50	405.166,53
COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL -	2.070.000,00	154.472,08	292.142,05	498.653,31	628.674,34	750.650,08	905.714,16	1.070.556,12	1.227.080,43	1.449.051,46	1.648.403,38	1.826.900,08	2.070.000,00
		154.472,08	137.669,97	206.511,26	130.021,03	121.975,74	155.064,08	164.841,96	156.524,31	221.971,03	199.351,92	178.496,70	243.099,92
COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL -	1.380.000,00	102.981,39	194.761,36	332.435,55	419.116,23	500.433,39	603.809,44	713.704,08	818.053,62	966.034,30	1.098.935,59	1.217.933,39	1.380.000,00
		102.981,39	91.779,97	137.674,19	86.680,68	81.317,16	103.376,05	109.894,64	104.349,54	147.980,68	132.901,29	118.997,80	162.066,61
COTA-PARTE DO IPVA - GERAL	275.000,00	33.784,08	68.974,19	111.590,74	131.330,01	156.713,38	181.408,70	202.110,16	217.373,05	230.947,90	239.846,05	253.157,20	275.000,00
		33.784,08	35.190,11	42.616,55	19.739,27	25.383,37	24.695,32	20.701,46	15.262,89	13.574,85	8.898,15	13.311,15	21.842,80
COTA-PARTE DO IPVA - EDUCAÇÃO	165.000,00	19.987,38	41.142,94	66.763,20	78.629,89	93.889,75	108.735,95	121.181,09	130.356,63	138.517,29	143.866,46	151.868,62	165.000,00
		19.987,38	21.155,56	25.620,26	11.866,69	15.259,86	14.846,20	12.445,14	9.175,54	8.160,66	5.349,17	8.002,16	13.131,38
COTA-PARTE DO IPVA - SAÚDE	110.000,00	13.324,97	27.428,71	44.508,94	52.420,06	62.593,34	72.490,81	80.787,54	86.904,55	92.344,94	95.911,01	101.245,78	110.000,00
		13.324,97	14.103,74	17.080,23	7.911,12	10.173,28	9.897,47	8.296,73	6.117,01	5.440,39	3.566,07	5.334,77	8.754,22
COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE	20.000,00	5.791,62	5.791,62	5.791,62	11.272,99	11.272,99	11.272,99	14.792,19	14.792,19	14.792,19	20.000,00	20.000,00	20.000,00
		5.791,62	0,00	0,00	5.481,37	0,00	0,00	3.519,20	0,00	0,00	5.207,81	0,00	0,00
COTA-PARTE DO FUNDO DE	820.000,00	60.226,39	105.613,04	183.287,52	264.453,02	322.985,38	370.329,51	435.348,80	512.912,83	598.658,37	670.106,35	743.224,04	820.000,00
		60.226,39	45.386,65	77.674,48	81.165,50	58.532,36	47.344,13	65.019,29	77.564,03	85.745,54	71.447,98	73.117,69	76.775,96
OUTRAS PARTICIPAÇÕES DA RECEITA	10.000,00	400,39	1.632,12	2.789,43	3.542,37	4.158,15	4.775,08	5.473,02	6.270,63	7.194,33	8.431,82	9.417,85	10.000,00
		400,39	1.231,73	1.157,31	752,94	615,78	616,93	697,94	797,61	923,70	1.237,49	986,03	582,15
TRANSF. PROG. SAúDE ESTADO -ESF	180.000,00	0,00	15.597,70	35.284,88	50.882,58	66.480,28	82.077,98	100.402,00	104.396,23	135.714,79	150.058,54	167.033,36	180.000,00
		0,00	15.597,70	19.687,18	15.597,70	15.597,70	15.597,70	18.324,02	3.994,23	31.318,56	14.343,75	16.974,82	12.966,64
TRANSF. PROG. SAúDE ESTADO	18.000,00	0,00	1.559,77	3.528,49	5.088,26	6.648,03	8.207,80	10.040,20	10.439,62	13.571,48	15.005,85	16.703,33	18.000,00
		0,00	1.559,77	1.968,72	1.559,77	1.559,77	1.559,77	1.832,40	399,42	3.131,86	1.434,37	1.697,48	1.296,67
TRASNF. PROG. SAUDE ESTADO - PAICI	33.000,00	0,00	2.859,58	6.468,90	9.328,48	12.188,06	15.047,64	18.407,04	19.139,31	24.881,05	27.510,74	30.622,79	33.000,00
		0,00	2.859,58	3.609,32	2.859,58	2.859,58	2.859,58	3.359,40	732,27	5.741,74	2.629,69	3.112,05	2.377,21
FUMIS	5.500,00	0,15	1.666,15	1.666,30	5.497,91	5.498,06	5.498,22	5.498,32	5.498,58	5.498,74	5.499,62	5.500,00	5.500,00
		0,15	1.666,00	0,15	3.831,61	0,15	0,16	0,10	0,26	0,16	0,88	0,38	0,00
FEAS	40.000,00	1,12	12.117,50	12.118,62	39.984,86	39.985,98	39.987,13	39.987,88	39.989,78	39.990,95	39.997,37	40.000,00	40.000,00
		1,12	12.116,38	1,12	27.866,24	1,12	1,15	0,75	1,90	1,17	6,42	2,63	0,00

Fiorilli S/C Ltda. Software - (orcamento8 - 8.25.25.1588 - 14000)
28/01/2021 12:29

Usuário: LUCIANA BATISTA DA SILVA

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

I - Previsão de Arrecadação das Receitas Municipais - 2021

RECEITAS	Valor Orçado	Janeiro Acumulado Valor	Fevereiro Acumulado Valor	Março Acumulado Valor	Abril Acumulado Valor	Maio Acumulado Valor	Junho Acumulado Valor	Julho Acumulado Valor	Agosto Acumulado Valor	Setembro Acumulado Valor	Outubro Acumulado Valor	Novembro Acumulado Valor	Dezembro Acumulado Valor
CARNAVAL DE RUA	101.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.000,00	101.000,00	101.000,00	101.000,00	101.000,00	101.000,00	101.000,00	101.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	101.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LAMBARI FEST	301.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	301.000,00	301.000,00	301.000,00	301.000,00	301.000,00	301.000,00	301.000,00	301.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	301.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REVEILLON	101.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.000,00	101.000,00	101.000,00	101.000,00	101.000,00	101.000,00	101.000,00	101.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	101.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO	180.000,00	22.280,59	30.552,61	43.714,15	58.553,76	80.559,26	89.215,26	123.710,72	137.891,87	153.568,85	166.631,79	180.000,00	180.000,00
		22.280,59	8.272,02	13.161,54	14.839,61	22.005,50	8.656,00	34.495,46	14.181,15	15.676,98	13.062,94	13.368,21	0,00
TRANSPORTE ESCOLAR	270.000,00	0,00	0,00	67.494,76	67.494,76	134.989,52	134.989,52	269.979,05	269.979,05	269.979,05	269.979,05	270.000,00	270.000,00
		0,00	0,00	67.494,76	0,00	67.494,76	0,00	134.989,53	0,00	0,00	0,00	20,95	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS	3.000.000,00	241.727,07	490.232,45	779.827,04	976.467,37	1.140.009,38	1.362.188,71	1.591.665,05	1.812.547,22	2.098.004,99	2.391.412,29	2.661.362,81	3.000.000,00
		241.727,07	248.505,38	289.594,59	196.640,33	163.542,01	222.179,33	229.476,34	220.882,17	285.457,77	293.407,30	269.950,52	338.637,19
TRANSFERêNCIAS DO FUNDEB 60%L	2.800.000,00	240.178,21	470.804,22	739.563,17	922.055,71	1.073.831,28	1.280.025,35	1.492.991,41	1.697.981,65	1.962.901,40	2.235.198,75	2.485.726,96	2.800.000,00
		240.178,21	230.626,01	268.758,95	182.492,54	151.775,57	206.194,07	212.966,06	204.990,24	264.919,75	272.297,35	250.528,21	314.273,04
TRANSFERêNCIAS DO FUNDEB 40%L	200.000,00	1.548,86	19.428,23	40.263,87	54.411,66	66.178,10	82.163,36	98.673,64	114.565,57	135.103,59	156.213,54	175.635,85	200.000,00
		1.548,86	17.879,37	20.835,64	14.147,79	11.766,44	15.985,26	16.510,28	15.891,93	20.538,02	21.109,95	19.422,31	24.364,15
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.500,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	11.500,00
		10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	11.500,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	11.500,00
		10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
RESTITUIÇÃO DE DESPESAS DE	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
RESTITUIÇÃO PELO PAGAMENTO	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
DEMAIS RESTITUIÇÕES - PRINCIPAL	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
		10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.386.250,00	833,33	1.666,66	2.499,99	3.333,32	4.166,65	4.999,98	5.833,31	6.666,64	7.499,97	8.333,30	9.166,63	2.386.250,00
		833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	2.377.083,37
ALIENAÇÃO DE BENS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00

Fiorilli S/C Ltda. Software - (orcamento8 - 8.25.25.1588 - 14000)
28/01/2021 12:29

Usuário: LUCIANA BATISTA DA SILVA

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

I - Previsão de Arrecadação das Receitas Municipais - 2021

RECEITAS	Valor Orçado	Janeiro Acumulado Valor	Fevereiro Acumulado Valor	Março Acumulado Valor	Abril Acumulado Valor	Maio Acumulado Valor	Junho Acumulado Valor	Julho Acumulado Valor	Agosto Acumulado Valor	Setembro Acumulado Valor	Outubro Acumulado Valor	Novembro Acumulado Valor	Dezembro Acumulado Valor
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.381.250,00	833,33	1.666,66	2.499,99	3.333,32	4.166,65	4.999,98	5.833,31	6.666,64	7.499,97	8.333,30	9.166,63	2.381.250,00
		833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	2.372.083,37
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE	2.188.250,00	833,33	1.666,66	2.499,99	3.333,32	4.166,65	4.999,98	5.833,31	6.666,64	7.499,97	8.333,30	9.166,63	2.188.250,00
		833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	2.179.083,37
TRANSF. RECURSOS DO SISTEMA	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
TRANSF. REC. DEST. PROGR.	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
TRANSF DE CONVêNIO DA UNIãO PARA	190.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	190.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	190.000,00
TRANSF. DE CONV. DA UNIÃO A	101.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.000,00
OUTRAS TRANSF DE CONVêNIO DA	346.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	346.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	346.000,00
OUTRAS TRANSF DE CONVêNIO DA	526.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	526.250,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	526.250,00
OUTRAS TRANSF DE CONVêNIO DA	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
OUTRAS TRANSF DE CONVêNIO DA	215.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	215.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	215.000,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO -	10.000,00	833,33	1.666,66	2.499,99	3.333,32	4.166,65	4.999,98	5.833,31	6.666,64	7.499,97	8.333,30	9.166,63	10.000,00
		833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E	193.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	193.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	193.000,00
TRANSF.DE CONV.S ESTADOS	193.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	193.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	193.000,00
RECEITAS CORRENTES	1.050.000,00	8.818,85	123.916,34	235.746,91	346.677,30	463.794,37	579.034,93	697.985,09	818.917,35	933.067,80	1.050.000,00	1.050.000,00	1.050.000,00
		8.818,85	115.097,49	111.830,57	110.930,39	117.117,07	115.240,56	118.950,16	120.932,26	114.150,45	116.932,20	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	1.050.000,00	8.818,85	123.916,34	235.746,91	346.677,30	463.794,37	579.034,93	697.985,09	818.917,35	933.067,80	1.050.000,00	1.050.000,00	1.050.000,00
		8.818,85	115.097,49	111.830,57	110.930,39	117.117,07	115.240,56	118.950,16	120.932,26	114.150,45	116.932,20	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.050.000,00	8.818,85	123.916,34	235.746,91	346.677,30	463.794,37	579.034,93	697.985,09	818.917,35	933.067,80	1.050.000,00	1.050.000,00	1.050.000,00
		8.818,85	115.097,49	111.830,57	110.930,39	117.117,07	115.240,56	118.950,16	120.932,26	114.150,45	116.932,20	0,00	0,00

Fiorilli S/C Ltda. Software - (orcamento8 - 8.25.25.1588 - 14000)
28/01/2021 12:29

Usuário: LUCIANA BATISTA DA SILVA

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

I - Previsão de Arrecadação das Receitas Municipais - 2021

RECEITAS	Valor Orçado	Janeiro Acumulado Valor	Fevereiro Acumulado Valor	Março Acumulado Valor	Abril Acumulado Valor	Maio Acumulado Valor	Junho Acumulado Valor	Julho Acumulado Valor	Agosto Acumulado Valor	Setembro Acumulado Valor	Outubro Acumulado Valor	Novembro Acumulado Valor	Dezembro Acumulado Valor
CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL	950.000,00	7.978,96	112.114,78	213.294,82	313.660,41	419.623,47	523.888,74	631.510,31	740.925,21	844.204,19	950.000,00	950.000,00	950.000,00
		7.978,96	104.135,82	101.180,04	100.365,59	105.963,06	104.265,27	107.621,57	109.414,90	103.278,98	105.795,81	0,00	0,00
CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL	100.000,00	839,89	11.801,56	22.452,09	33.016,89	44.170,90	55.146,19	66.474,78	77.992,14	88.863,61	100.000,00	100.000,00	100.000,00
		839,89	10.961,67	10.650,53	10.564,80	11.154,01	10.975,29	11.328,59	11.517,36	10.871,47	11.136,39	0,00	0,00
(R) DEDUÇÕES DA RECEITA	-3.153.000,00	-266.833,49	-564.949,94	-831.539,16	-1.036.132,41	-1.242.011,17	-1.449.451,63	-1.663.179,57	-1.875.907,52	-2.117.180,18	-2.489.217,42	-2.787.891,63	-3.153.000,00
		-266.833,49	-298.116,45	-266.589,22	-204.593,25	-205.878,76	-207.440,46	-213.727,94	-212.727,95	-241.272,66	-372.037,24	-298.674,21	-365.108,37
(R) RENÚNCIA	-3.153.000,00	-266.833,49	-564.949,94	-831.539,16	-1.036.132,41	-1.242.011,17	-1.449.451,63	-1.663.179,57	-1.875.907,52	-2.117.180,18	-2.489.217,42	-2.787.891,63	-3.153.000,00
		-266.833,49	-298.116,45	-266.589,22	-204.593,25	-205.878,76	-207.440,46	-213.727,94	-212.727,95	-241.272,66	-372.037,24	-298.674,21	-365.108,37
	-3.153.000,00	-266.833,49	-564.949,94	-831.539,16	-1.036.132,41	-1.242.011,17	-1.449.451,63	-1.663.179,57	-1.875.907,52	-2.117.180,18	-2.489.217,42	-2.787.891,63	-3.153.000,00
		-266.833,49	-298.116,45	-266.589,22	-204.593,25	-205.878,76	-207.440,46	-213.727,94	-212.727,95	-241.272,66	-372.037,24	-298.674,21	-365.108,37
COTA-PARTE -FPM - EDUCAÇÃO	-1.440.000,00	-131.895,79	-322.479,32	-433.918,78	-543.154,12	-657.438,39	-750.471,91	-845.879,57	-947.757,00	-1.029.820,15	-1.140.244,03	-1.286.602,54	-1.440.000,00
		-131.895,79	-190.583,53	-111.439,46	-109.235,34	-114.284,27	-93.033,52	-95.407,66	-101.877,43	-82.063,15	-110.423,88	-146.358,51	-153.397,46
COTA-PARTE - ITR - EDUCAÇÃO	-220.000,00	-18.538,74	-20.201,47	-20.613,24	-21.386,92	-21.500,77	-22.643,66	-22.780,50	-23.170,33	-28.963,89	-154.113,29	-182.101,53	-220.000,00
		-18.538,74	-1.662,73	-411,77	-773,68	-113,85	-1.142,89	-136,84	-389,83	-5.793,56	-125.149,40	-27.988,24	-37.898,47
TRANSF. ICMS – DESONERAçãO – L.C.	-3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.000,00
COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL -	-1.380.000,00	-102.981,39	-194.761,37	-332.435,55	-419.116,23	-500.433,38	-603.809,43	-713.704,08	-818.053,61	-966.034,31	-1.098.935,59	-1.217.933,40	-1.380.000,00
		-102.981,39	-91.779,98	-137.674,18	-86.680,68	-81.317,15	-103.376,05	-109.894,65	-104.349,53	-147.980,70	-132.901,28	-118.997,81	-162.066,60
COTA-PARTE DO IPVA - EDUCAÇÃO	-110.000,00	-13.417,57	-27.507,78	-44.571,59	-52.475,14	-62.638,63	-72.526,63	-80.815,42	-86.926,58	-92.361,83	-95.924,51	-101.254,16	-110.000,00
		-13.417,57	-14.090,21	-17.063,81	-7.903,55	-10.163,49	-9.888,00	-8.288,79	-6.111,16	-5.435,25	-3.562,68	-5.329,65	-8.745,84
TOTAL RECEITAS	27.160.000,00	1.653.641,51	3.769.239,51	5.774.691,03	7.362.611,10	9.534.653,84	11.191.602,63	13.457.195,00	15.185.125,87	16.946.908,07	19.497.105,45	21.672.360,84	27.160.000,00
		1.653.641,51	2.115.598,00	2.005.451,52	1.587.920,07	2.172.042,74	1.656.948,79	2.265.592,37	1.727.930,87	1.761.782,20	2.550.197,38	2.175.255,39	5.487.639,16

Fiorilli S/C Ltda. Software - (orcamento8 - 8.25.25.1588 - 14000)
28/01/2021 12:29

Usuário: LUCIANA BATISTA DA SILVA

Recursos do Exercício Corrente

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

II - Cronograma de Execução Mensal de Desembolso

	Dotação Inicial	Desembolsos Mensais Acumulados											
		até Janeiro	até Feveiro	até Março	até Abril	até Maio	até Junho	até Julho	até Agosto	até Setembro	até Outubro	até Novembro	até Dezembro
3 PREVIDENCIA 1													
50 Recursos do Regime Próprio de 600 000 REGIME PRÓPRIO DE F													
3 1 PESSOAL E ENCARG	1.274.736,00	106.228,00	106.228,00	106.228,00	106.228,00	106.228,00	106.228,00	106.228,00	106.228,00	106.228,00	106.228,00	106.228,00	106.228,00
3 3 OUTRAS DESPESAS	246.000,00	20.500,00	20.500,00	20.500,00	20.500,00	20.500,00	20.500,00	20.500,00	20.500,00	20.500,00	20.500,00	20.500,00	20.500,00
4 4 INVESTIMENTOS	26.000,00	2.166,67	2.166,67	2.166,67	2.166,67	2.166,67	2.166,67	2.166,67	2.166,67	2.166,67	2.166,67	2.166,67	2.166,63
9 9 RESERVA DE CONTI	203.264,00	16.938,67	16.938,67	16.938,67	16.938,67	16.938,67	16.938,67	16.938,67	16.938,67	16.938,67	16.938,67	16.938,67	16.938,63
2 PREFEITURA MUNICIPAL LAM 1													
00 Recursos Ordinários 110 000 GERAL													
3 1 PESSOAL E ENCARG	3.139.000,00	261.583,33	261.583,33	261.583,33	261.583,33	261.583,33	261.583,33	261.583,33	261.583,33	261.583,33	261.583,33	261.583,33	261.583,37
3 2 JUROS E ENCARGOS	1.000,00	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37
3 3 OUTRAS DESPESAS	4.480.780,00	373.398,33	373.398,33	373.398,33	373.398,33	373.398,33	373.398,33	373.398,33	373.398,33	373.398,33	373.398,33	373.398,33	373.398,37
4 4 INVESTIMENTOS	260.200,00	21.683,33	21.683,33	21.683,33	21.683,33	21.683,33	21.683,33	21.683,33	21.683,33	21.683,33	21.683,33	21.683,33	21.683,37
4 6 AMORTIZAçãO DA DI	1.000,00	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37
9 9 RESERVA DE CONTI	420.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00
500 000 ASSISTÊNCIA SOCIAL													
3 1 PESSOAL E ENCARG	618.320,00	51.526,67	51.526,67	51.526,67	51.526,67	51.526,67	51.526,67	51.526,67	51.526,67	51.526,67	51.526,67	51.526,67	51.526,63
3 3 OUTRAS DESPESAS	419.900,00	34.991,67	34.991,67	34.991,67	34.991,67	34.991,67	34.991,67	34.991,67	34.991,67	34.991,67	34.991,67	34.991,67	34.991,63
4 4 INVESTIMENTOS	20.000,00	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,63
01 Receita de Impostos e de Trans 200 000 EDUCAÇÃO													
3 1 PESSOAL E ENCARG	1.166.600,00	97.216,67	97.216,67	97.216,67	97.216,67	97.216,67	97.216,67	97.216,67	97.216,67	97.216,67	97.216,67	97.216,67	97.216,63
3 3 OUTRAS DESPESAS	801.190,00	66.765,83	66.765,83	66.765,83	66.765,83	66.765,83	66.765,83	66.765,83	66.765,83	66.765,83	66.765,83	66.765,83	66.765,87
4 4 INVESTIMENTOS	24.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
02 Receita de Impostos e de Trans 001 001 Recursos Proprios do Mu													
3 1 PESSOAL E ENCARG	32.094,30	2.674,53	2.674,53	2.674,53	2.674,53	2.674,53	2.674,53	2.674,53	2.674,53	2.674,53	2.674,53	2.674,53	2.674,47
300 000 SAÚDE													
3 1 PESSOAL E ENCARG	2.159.187,30	179.932,27	179.932,27	179.932,27	179.932,27	179.932,27	179.932,27	179.932,27	179.932,27	179.932,27	179.932,27	179.932,27	179.932,33
3 3 OUTRAS DESPESAS	1.172.428,40	97.702,37	97.702,37	97.702,37	97.702,37	97.702,37	97.702,37	97.702,37	97.702,37	97.702,37	97.702,37	97.702,37	97.702,33
4 4 INVESTIMENTOS	69.150,00	5.762,50	5.762,50	5.762,50	5.762,50	5.762,50	5.762,50	5.762,50	5.762,50	5.762,50	5.762,50	5.762,50	5.762,50
15 Transferência de Recursos do F 200 000 EDUCAÇÃO													
3 3 OUTRAS DESPESAS	369.000,00	30.750,00	30.750,00	30.750,00	30.750,00	30.750,00	30.750,00	30.750,00	30.750,00	30.750,00	30.750,00	30.750,00	30.750,00
4 4 INVESTIMENTOS	444.200,00	37.016,67	37.016,67	37.016,67	37.016,67	37.016,67	37.016,67	37.016,67	37.016,67	37.016,67	37.016,67	37.016,67	37.016,63

Recursos do Exercício Corrente

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

II - Cronograma de Execução Mensal de Desembolso

	Dotação Inicial	Desembolsos Mensais Acumulados											
		até Janeiro	até Feveiro	até Março	até Abril	até Maio	até Junho	até Julho	até Agosto	até Setembro	até Outubro	até Novembro	até Dezembro
16 Contribuição de Intervenção do 110 000 GERAL													
3 3 OUTRAS DESPESAS	20.500,00	1.708,33	1.708,33	1.708,33	1.708,33	1.708,33	1.708,33	1.708,33	1.708,33	1.708,33	1.708,33	1.708,33	1.708,37
17 Contribuição para o Custeio dos 110 000 GERAL													
3 3 OUTRAS DESPESAS	295.000,00	24.583,33	24.583,33	24.583,33	24.583,33	24.583,33	24.583,33	24.583,33	24.583,33	24.583,33	24.583,33	24.583,33	24.583,37
18 Transferências do FUNDEB 60% 251 000 EDUCAÇÃO-FUNDEF-M													
3 1 PESSOAL E ENCARG	2.812.000,00	234.333,33	234.333,33	234.333,33	234.333,33	234.333,33	234.333,33	234.333,33	234.333,33	234.333,33	234.333,33	234.333,33	234.333,37
19 Transferências do FUNDEB 40% 252 000 EDUCAÇÃO-FUNDEF-O													
3 1 PESSOAL E ENCARG	74.000,00	6.166,67	6.166,67	6.166,67	6.166,67	6.166,67	6.166,67	6.166,67	6.166,67	6.166,67	6.166,67	6.166,67	6.166,63
3 3 OUTRAS DESPESAS	129.000,00	10.750,00	10.750,00	10.750,00	10.750,00	10.750,00	10.750,00	10.750,00	10.750,00	10.750,00	10.750,00	10.750,00	10.750,00
21 Transferências de Convênios – 500 000 ASSISTÊNCIA SOCIAL													
3 3 OUTRAS DESPESAS	2.000,00	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,63
4 4 INVESTIMENTOS	8.000,00	666,67	666,67	666,67	666,67	666,67	666,67	666,67	666,67	666,67	666,67	666,67	666,63
22 Transferências de Convênios de 200 000 EDUCAÇÃO													
3 3 OUTRAS DESPESAS	1.000,00	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37
4 4 INVESTIMENTOS	290.000,00	24.166,67	24.166,67	24.166,67	24.166,67	24.166,67	24.166,67	24.166,67	24.166,67	24.166,67	24.166,67	24.166,67	24.166,63
23 Transferências de Convênios de 300 000 SAÚDE													
3 3 OUTRAS DESPESAS	2.000,00	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,63
4 4 INVESTIMENTOS	192.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00
24 Outras Transferências de Convê 001 001 Recursos Proprios do Mu													
4 4 INVESTIMENTOS	5.000,00	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,67	416,63
110 000 GERAL													
3 3 OUTRAS DESPESAS	518.000,00	43.166,67	43.166,67	43.166,67	43.166,67	43.166,67	43.166,67	43.166,67	43.166,67	43.166,67	43.166,67	43.166,67	43.166,63
4 4 INVESTIMENTOS	1.375.250,00	114.604,17	114.604,17	114.604,17	114.604,17	114.604,17	114.604,17	114.604,17	114.604,17	114.604,17	114.604,17	114.604,17	114.604,13
500 000 ASSISTÊNCIA SOCIAL													
3 3 OUTRAS DESPESAS	12.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
25 Demais Recursos Vinculados D 200 000 EDUCAÇÃO													
3 3 OUTRAS DESPESAS	271.000,00	22.583,33	22.583,33	22.583,33	22.583,33	22.583,33	22.583,33	22.583,33	22.583,33	22.583,33	22.583,33	22.583,33	22.583,37
29 Transferência de Recursos do F 500 000 ASSISTÊNCIA SOCIAL													
3 1 PESSOAL E ENCARG	28.895,00	2.407,92	2.407,92	2.407,92	2.407,92	2.407,92	2.407,92	2.407,92	2.407,92	2.407,92	2.407,92	2.407,92	2.407,88

Recursos do Exercício Corrente

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

Page 3 of 4

II - Cronograma de Execução Mensal de Desembolso

	Dotação Inicial	Desembolsos Mensais Acumulados											
		até Janeiro	até Feveiro	até Março	até Abril	até Maio	até Junho	até Julho	até Agosto	até Setembro	até Outubro	até Novembro	até Dezembro
3 3 OUTRAS DESPESAS	119.105,00	9.925,42	9.925,42	9.925,42	9.925,42	9.925,42	9.925,42	9.925,42	9.925,42	9.925,42	9.925,42	9.925,42	9.925,38
4 4 INVESTIMENTOS	7.000,00	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,33	583,37
30 Recursos do Fundo de Transpo													
110 000 GERAL													
3 3 OUTRAS DESPESAS	718.620,00	59.885,00	59.885,00	59.885,00	59.885,00	59.885,00	59.885,00	59.885,00	59.885,00	59.885,00	59.885,00	59.885,00	59.885,00
4 4 INVESTIMENTOS	111.380,00	9.281,67	9.281,67	9.281,67	9.281,67	9.281,67	9.281,67	9.281,67	9.281,67	9.281,67	9.281,67	9.281,67	9.281,63
200 000 EDUCAÇÃO													
3 3 OUTRAS DESPESAS	180.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
42 Transferência de Recursos do S													
300 000 SAÚDE													
3 1 PESSOAL E ENCARG	51.610,00	4.300,83	4.300,83	4.300,83	4.300,83	4.300,83	4.300,83	4.300,83	4.300,83	4.300,83	4.300,83	4.300,83	4.300,87
3 3 OUTRAS DESPESAS	178.390,00	14.865,83	14.865,83	14.865,83	14.865,83	14.865,83	14.865,83	14.865,83	14.865,83	14.865,83	14.865,83	14.865,83	14.865,87
4 4 INVESTIMENTOS	3.000,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00
43 Transferência de recursos do E													
500 000 ASSISTÊNCIA SOCIAL													
3 3 OUTRAS DESPESAS	42.000,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00
4 4 INVESTIMENTOS	4.000,00	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,37
46 Transferências Fundo a Fundo													
300 000 SAÚDE													
3 1 PESSOAL E ENCARG	333.760,00	27.813,33	27.813,33	27.813,33	27.813,33	27.813,33	27.813,33	27.813,33	27.813,33	27.813,33	27.813,33	27.813,33	27.813,37
3 3 OUTRAS DESPESAS	728.940,00	60.745,00	60.745,00	60.745,00	60.745,00	60.745,00	60.745,00	60.745,00	60.745,00	60.745,00	60.745,00	60.745,00	60.745,00
4 4 INVESTIMENTOS	23.000,00	1.916,67	1.916,67	1.916,67	1.916,67	1.916,67	1.916,67	1.916,67	1.916,67	1.916,67	1.916,67	1.916,67	1.916,63
47 Transferências Fundo a Fundo													
300 000 SAÚDE													
4 4 INVESTIMENTOS	50.000,00	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,67	4.166,63
92 Alienação de Bens													
110 000 GERAL													
4 4 INVESTIMENTOS	3.500,00	291,67	291,67	291,67	291,67	291,67	291,67	291,67	291,67	291,67	291,67	291,67	291,63
200 000 EDUCAÇÃO													
4 4 INVESTIMENTOS	2.000,00	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,63
1 CAMARA MUNICIPAL													
1													
00 Recursos Ordinários													
110 000 GERAL													
3 1 PESSOAL E ENCARG	827.000,00	68.916,67	68.916,67	68.916,67	68.916,67	68.916,67	68.916,67	68.916,67	68.916,67	68.916,67	68.916,67	68.916,67	68.916,63
3 3 OUTRAS DESPESAS	372.000,00	31.000,00	31.000,00	31.000,00	31.000,00	31.000,00	31.000,00	31.000,00	31.000,00	31.000,00	31.000,00	31.000,00	31.000,00
4 4 INVESTIMENTOS	21.000,00	1.750,00	1.750,00	1.750,00	1.750,00	1.750,00	1.750,00	1.750,00	1.750,00	1.750,00	1.750,00	1.750,00	1.750,00
00													

MUNICIPIO DE LAMBARI DOESTE

Page 4 of 4

II - Cronograma de Execução Mensal de Desembolso

	Dotação Inicial	Desembolsos Mensais Acumulados											
		até Janeiro	até Feveiro	até Março	até Abril	até Maio	até Junho	até Julho	até Agosto	até Setembro	até Outubro	até Novembro	até Dezembro
00 Recursos Ordinários													
00 00													
RESTOS A PAGAR	0,00	2.768.204,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	27.160.000,00	5.031.538,34	2.263.333,36	2.263.333,36	2.263.333,36	2.263.333,36	2.263.333,36	2.263.333,36	2.263.333,36	2.263.333,36	2.263.333,36	2.263.333,36	2.263.333,04

PORTARIA Nº 055/2021, DE 27 DE JANEIRO DE 2021

PORTARIA Nº 055/2021, DE 27 DE JANEIRO DE 2021

"Nomeia a Senhora SANDRA MARIA NOVAIS SVERSUTI, para o exercício do cargo em Comissão de Diretora Escolar, da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e Art. 11, inciso II, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a Senhora, **SANDRA MARIA NOVAIS SVERSUTI,** Portadora da cédula de Identidade nº 23853263 X SSP/MT e Inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF n° 158.044.258-70, para o exercício do cargo em Comissão de Diretora Escolar lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia treze de janeiro de 2021. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos vinte sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 046/2021, DE 27 DE JANEIRO DE 2021

PORTARIA Nº 046/2021, DE 27 DE JANEIRO DE 2021

"Nomeia a Senhora ALINE BATISTA DE SOUZA, para o exercício do Cargo em Comissão de Diretora Escolar, da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e Art. 11, inciso II, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a Senhora, **ALINE BATISTA DE SOUZA,** Portadora da cédula de Identidade n° 2409244-4 SEJSP/MT e Inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF n° 045.965.261-33, para o exercício do cargo em Comissão de Diretora Escolar lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia quatro de janeiro de 2021. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos vinte sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 054/2021, DE 27 DE JANEIRO DE 2021

PORTARIA Nº 054/2021, DE 27 DE JANEIRO DE 2021

"Nomeia a Senhora MARIA APARECIDA BORGES DE SOUZA, para o exercício do Cargo em Comissão de Orientadora do Programa API, da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e Art. 11, inciso II, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a Senhora, **MARIA APARECIDA BORGES DE SOUZA,** Portadora da cédula de Identidade n° 18769195 SSP/MT e Inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF n°036.784.791-46, para o exercício do cargo em Comissão de Orientadora do Programa API, lotada na Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia doze de janeiro de 2021. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos vinte sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 044/2021, 26 DE JANEIRO DE 2021

PORTARIA Nº 044/2021, 26 DE JANEIRO DE 2021

Concede FÉRIAS aos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra "d" da Lei Orgânica do Município e, Art. 67, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder férias correspondentes ao período aquisitivo e de gozo, aos Servidores Públicos Municipais, que especifica segundo o que menciona:

Servidora: DEVANIR JOSE DE JESUS

Órgão/Unidade: SMIE

Período aquisitivo: 30/10/2018 À 30/10/2019

Período de gozo: 01/02/2021 À 02/03/2021

Dias: 30 (trinta)

Servidor: ELIZEU FERREIRA DA SILVA

Órgão/Unidade: SMIE

Período aquisitivo: 05/02/2018 À 04/02/2019

Período de gozo: 01/02/2021 À 02/03/2021

Dias: 30 (trinta)

Servidora: IRENE VITORAZZI DA SILVA

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 03/01/2018 À 03/01/2019

Período de gozo: 01/02/2021 À 02/03/2021

Dias: 30 (trinta)

Servidor: JORGE PAULO DE JESUS SANTANA

Órgão/Unidade: SMIE

Período aquisitivo: 03/07/2017 À 03/07/2018

Período de gozo: 01/02/2021 À 02/03/2021

Dias: 30 (trinta)

Servidora: LUIZ CARLOS GONÇALVES DA CRUZ

Órgão/Unidade: SMEC

Período aquisitivo: 04/07/2018 À 04/07/2019

Período de gozo: 01/02/2021 À 02/03/2021

Dias: 30 (trinta)

Servidora: MARCIA REGINA ALVES LOPES

Órgão/Unidade: SMEC

Período aquisitivo: 17/01/2015 À 17/01/2016

Período de gozo: 01/02/2021 À 02/03/2021

Dias: 30 (trinta)

Servidor: VALDEMIR DUTRA FERREIRA

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 21/01/2020 À 21/01/2021

Período de gozo: 01/02/2021 À 02/03/2021

Dias: 30 (trinta)

Art. 2º - Caberão aos órgãos/unidades administrativas competentes do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive para o pagamento e registro nos mecanismos e controle.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos vinte e seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 053/2021, DE 27 DE JANEIRO DE 2021

PORTARIA Nº 053/2021, DE 27 DE JANEIRO DE 2021

"Nomeia a Senhora LEIDINEIA FERRARI, para o exercício do Cargo em Comissão Coordenadora de Finanças da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e Art. 11, inciso II, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a Senhora, **LEIDINEIA FERRARI,** Portadora da cédula de Identidade RG n° 14704030 SSP/MT e Inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF n° 972.099.371-53, para o exercício do cargo em Comissão de Coordenadora de Finanças lotada na Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso**.**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia onze de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 045/2021, DE 27 DE JANEIRO DE 2021

PORTARIA Nº 045/2021, DE 27 DE JANEIRO DE 2021

"Nomeia a Senhora GEISIANE DE MOURA VETTORAZZI para o exercício do Cargo em Comissão de Diretora Escolar, da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e Art. 11, inciso II, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a Senhora, **GEISIANE DE MOURA VETTORAZZI,** Portadora da cédula de Identidade n° 2416743-6 SEJSP/MT e Inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF n° 048.163.991-86, para o exercício do cargo em Comissão de Diretora Escolar lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia quatro de janeiro de 2021. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos vinte sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 048/2021, DE 27 DE JANEIRO DE 2021

PORTARIA Nº 048/2021, DE 27 DE JANEIRO DE 2021

"Nomeia a Senhora FABIANA JEAN DA SILVA, para o exercício do Cargo em Comissão de Orientadora do Programa Agente Jovem, da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e Art. 11, inciso II, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a Senhora, **FABIANA JEAN DA SILVA,** Portadora da cédula de Identidade n° 1337883-0 SSP/MT e Inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF n° 019.249.171-73, para o exercício do cargo em Comissão de Orientadora do Programa Agente Jovem, lotada na Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia cinco de janeiro de 2021. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos vinte sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 047/2021, DE 27 DE JANEIRO DE 2021

PORTARIA Nº 047/2021, DE 27 DE JANEIRO DE 2021

"Nomeia a Senhora LUISA MARTINS DA CRUZ, para o exercício do Cargo em Comissão de Coordenadora de Educação e Cultura, da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e Art. 11, inciso II, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a Senhora, **LUISA MARTINS DA CRUZ,** Portadora da cédula de Identidade n° 606188 SSP/MT e Inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF n° 429.832.311-00, para o exercício do cargo em Comissão de Coordenadora de Educação e Cultura lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia quatro de janeiro de 2021. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos vinte sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 052/2021, DE 27 DE JANEIRO DE 2021

PORTARIA Nº 052/2021, DE 27 DE JANEIRO DE 2021

"Nomeia a Senhora CHARLIENE FATIMA DE JESUS, para o exercício do Cargo em Comissão de Coordenadora de Educação Infantil, da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e Art. 11, inciso II, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a Senhora, **CHARLIENE FATIMA DE JESUS,** Portadora da cédula de Identidade n° 2911912-0 SESP/MT e Inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF n° 030.385.661-01, para o exercício do cargo em Comissão de Coordenadora de Educação Infantil lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia sete de janeiro de 2021. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos vinte sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 058/2021, DE 29 DE JANEIRO DE 2021

PORTARIA Nº 058/2021, DE 29 DE JANEIRO DE 2021

Concede FÉRIAS aos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra "d" da Lei Orgânica do Município e, Art. 67, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder férias correspondentes ao período aquisitivo e de gozo, aos Servidores Públicos Municipais, que especifica segundo o que menciona:

Servidora: CREUZA RODRIGUES GOMES JOVANO

Órgão/Unidade: SMEC

Período aquisitivo: 01/09/2019 À 01/09/2020

Período de gozo: 01/02/2021 À 02/03/2021

Dias: 30 (trinta)

Servidor: MARIA APARECIDA NOVAES

Órgão/Unidade: SMEC

Período aquisitivo: 15/07/2019 À 15/07/2020

Período de gozo: 01/02/2021 À 02/03/2021

Dias: 30 (trinta)

Servidora: MAXSUELBER FERRARI

Órgão/Unidade: SMIE

Período aquisitivo: 28/08/2018 À 28/08/2019

Período de gozo: 01/02/2021 À 02/03/2021

Dias: 30 (trinta)

Art. 2º - Caberão aos órgãos/unidades administrativas competentes do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive para o pagamento e registro nos mecanismos e controle.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 051/2021, DE 27 DE JANEIRO DE 2021

PORTARIA Nº 051/2021, DE 27 DE JANEIRO DE 2021

"Nomeia a Senhora LARISSA DA PENHA ONOFRE SALES, para o exercício do Cargo em Comissão de Secretária Escolar, da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e Art. 11, inciso II, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a Senhora, **LARISSA DA PENHA ONOFRE SALES,** Portadora da cédula de Identidade 23844930 SSP/MT e Inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF n° 058.812.211-41, para o exercício do cargo em Comissão de Secretária Escolar lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia sete de janeiro de 2021. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos vinte sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 050/2021, DE 27 DE JANEIRO DE 2021

PORTARIA Nº 050/2021, DE 27 DE JANEIRO DE 2021

"Nomeia o Senhor JOSÉ THEODORO DOS SANTOS para o exercício do Cargo em Comissão de Coordenador de Serviços Públicos, da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e Art. 11, inciso II, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o Senhor, **JOSÉ THEODORO DOS SANTOS,** Portador da cédula de Identidade RG n° 09619720 SSP/MT e Inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF n° 621.536.281-00, para o exercício do cargo em Comissão de Coordenador de Serviços Públicos lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia seis de janeiro de 2021. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 056/2021, DE 27 DE JANEIRO DE 2021

PORTARIA Nº 056/2021, DE 27 DE JANEIRO DE 2021

"**EXONERA** a Senhora **FERNANDA RIBEIRO DOS SANTOS,** alterando a Portaria nº 29/2021 que cancelou onde deveria exonerar referente a Portaria 20/2021 que a nomeou, para o cargo de Coordenadora de Programas e Pesquisas da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e Art. 11, inciso II, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Considerando o equívoco do termo certo a ser usado seria, " Exonera e não Cancela" como na Portaria 29/2021, então, alteramos através dessa Portaria para o termo correto EXONERA,

Art. 1º EXONERAR a Senhora, **FERNANDA RIBEIRO DOS SANTOS,** Portadora da cédula de Identidade RG n° 1743521-8 SSP/MT e Inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF n° 030.603.441-75, para o exercício do cargo em Comissão de Coordenadora de Programas e Pesquisas/Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia doze de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 059/2021, DE 29 DE JANEIRO DE 2021

PORTARIA Nº 059/2021, DE 29 DE JANEIRO DE 2021

"Revoga a Portaria Nº 255/2020, que Concedeu a Licença para tratar de Interesses Particulares ao Servidor Público Municipal que menciona, na forma que especifica e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Art. 1º- Revogar a Portaria Nº 255/2020, que concedeu Licença para Tratar de Interesses Particulares ao servidor **JOSÉ GONÇALVES DO NASCIMENTO, Pintor, Classe "C", Nível 08, lotado na SMIE.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir do dia primeiro de fevereiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte nove dias do mês de janeiro de 2021.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2021

A Prefeitura Municipal de Lambari d'Oeste-MT, em 02 de fevereiro de 2021, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 18 de fevereiro de 2020 às 09:00 horas, a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2021, cujo objeto consiste na **"contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de assessoria para cadastrar, monitorar e editar pleitos junto aos sistemas SICONV, SIGCON E SIGOB e demais portais do Governo Estadual e Federal, referente a pleitos para atender as necessidades de obras do município e elaborar projetos de engenharia civil com edificação igual ou inferior a 800 metros quadrados; projetos de pavimentação asfáltica e drenagens de águas pluviais urbanas inferiores a 40.000 m2; passeios públicos; recuperação asfáltica (lama asfáltica); projetos de praças e urbanização considerados de pequeno porte; recuperação de estradas vicinais de terra; obras de arte, consideradas também de pequeno porte (Pontes e Bueiros); bem como acompanhar processos juntos aos órgãos de Cuiabá em atendimento às necessidades do município, sendo elaborado até 15 Projetos anuais para o município de Lambari d'Oeste – MT".** O Edital completo e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados, podendo ser solicitado no e-mail: licitacao@lambaridoeste.mt.gov.br e/ou telefone (65) 3228-1178 no horário de expediente desta Prefeitura.

Lambari d'Oeste-MT, em 02 de fevereiro de 2021.

CLAUDEMIR RODRIGUES JOVANO

Pregoeiro

PORTARIA Nº 061/2021, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 061/2021, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021

"Nomeia o servidor efetivo para exercício do Cargo em Comissão de **Chefe do Departamento de Convênios e Contratos** do Município de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e Art. 11, inciso II, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a Servidor Efetivo **MARCOS VINICIUS DE MORAIS ANGOLA**, para o exercício do cargo em Comissão de **Chefe do Departa-**

mento de Convênios e Contratos do Município, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, símbolo AS-2, constante nos Anexos I e III da Lei Municipal nº588/2017, e Art.14 da Lei Complementar nº 27 de 28 abril de 2006.

Art. 2º As despesas decorrentes de execução desta portaria correrão à conta da rubrica 31.90.11.00 – vencimentos e vantagens fixas do órgão/unidade ao qual o funcionário está subordinado, constante na lei orçamentária Anual do corrente exercício, suplementada, se necessário na forma da Lei.

Art. 3° – Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 062/2021, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 062/2021, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021

"Designa o servidor efetivo **EDIMAR APARECIDO DOS SANTOS,** Agente Administrativo**,** como **Secretário Executivo do** Município de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso e dá outras providencias**"**.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e Art. 11, inciso II, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o Servidor Efetivo **EDIMAR APARECIDO DOS SANTOS**, Agente Administrativo **para o exercício da função de Secretário Executivo do Município, lotado no Gabinete do Prefeito,** símbolo FC-1, constante nos Anexos I e III da Lei Municipal nº 588/2017.

Parágrafo Único. O Servidor ora designado receberá 50% (Cinquenta por cento), sobre seus vencimentos, a título de gratificação ora designado, nos termos do anexo único da Lei Complementar Municipal nº 042/2013.

Art. 2º As despesas decorrentes de execução desta portaria correrão à conta da rubrica 31.90.11.00 – vencimentos e vantagens fixas do órgão/unidade ao qual o funcionário está subordinado, constante na lei orçamentária Anual do corrente exercício, suplementada, se necessário na forma da Lei.

Art. 3° – Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 042/2021, 15 DE JANEIRO DE 2021

PORTARIA Nº 042/2021, 15 DE JANEIRO DE 2021

"Concede Desvio de Função ao Servidor Efetivo **EDVALDO DE OLIVEIRA MENDES** e, dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra "d" da Lei Orgânica do Município,

Considerando: Atestado médico sugerindo o desvio de função, por servidor estar impossibilitado de exercer as atividades inerentes a de Pedreiro, para a qual é concursado.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder Desvio de Função ao Servidor **Edvaldo de Oliveira Mendes,** Pedreiro, portador da cédula de Identidade RG n° 734904 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF n° 536.278.491-91, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º. O servidor deverá permanecer em desvio de função, pelo prazo de 180 dias, a contar do dia 30/12/2020 ao dia 27/06/2021.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Retroagindo seus efeitos ao dia 30 (trinta) de dezembro de dois mil e vinte, conforme data de atestado médico.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Lambari D'Oeste - MT, aos vinte e seis dias do mês de janeiro do ano de 2021.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

COVID-19: DECRETO N.º 005/2021 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021

DECRETO N.º 005/2021 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021

"DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID - 19) A SEREM ADOTADOS PELO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE LUCIARA MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PARASSU DE SOUSA FREITAS, Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação, o Município de Luciara, Estado de Mato Grosso, em conformidade com a Lei Federal nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus (COVID - 19), responsável pelo surto de 2019, regulamentada pela Portaria do Ministério da Saúde nº 356, de 11 de março de 2020;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, bem como o Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação do novo coronavírus, causador da doença denominada COVID-19, caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 522/2020, 532/2020 e 573/2020, que respectivamente, institui e altera a classificação de risco e as diretrizes para a adoção, pelos Municípios, de medidas restritivas para prevenir a disseminação da COVID-19 e dá outras providências;

CONSIDERANDO*o* Decreto Estadual *nº 783/2021, que atualiza medidas excepcionais, de caráter temporário, para a prevenção dos riscos de disseminação do coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado de Mato Grosso* e dá outras providências*;*

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 11.110, de 22 de abril de 2020, dispõe sobre a obrigatoriedade do uso máscaras de proteção facial, ainda

que artesanais, no Estado de Mato Grosso como medida não farmacológica complementar à prevenção da propagação da COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto nos Decretos Federais nº 10.282 e 10.288, de 20 e 22 de março de 2020, respectivamente, que definem os serviços públicos e atividades essenciais, sem, contudo, representarem um rol taxativo de atividades autorizadas a funcionar;

CONSIDERANDO que as ações a serem implementadas devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à intimidade e à vida privada e pela necessidade, adequação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas visando, a contenção da propagação do novo coronavírus e objetivando a proteção da coletividade.

D E C R E T A:

Art. 1º - Este Decreto dispõe sobre as medidas para enfretamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), a serem adotadas pelo Poder Executivo Municípal de Luciara - MT.

Art. 2º - Fica instituído o Comitê Municipal de Prevenção, Orientação e Enfrentamento à COVID-19, com a finalidade de implementar ações de caráter preventivo na saúde pública no Município de Luciara-MT, com a seguinte composição:

I – PREFEITO MUNICIPAL, que o coordenará;

II - CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO;

III - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

IV - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE;

V - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;

VI - COORDENADORA (O) DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA;

VII - COMANDANTE DE DESTACAMENTO DA POLÍCIA MILITAR;

VIII – REPRESENTANTE DA CÂMARA MUNICIPAL;

IX – COORDENADORA DA ATENÇÃO BÁSICA;

X – CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE;

XI – MÉDICO DO PSF;

CAPÍTULO I

DAS MEDIDAS PARA O ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS

Art. 3º - Para o enfrentamento da emergência de saúde decorrente do novo coronavírus, poderão ser adotadas as seguintes medidas:

I - Isolamento;

II- Quarentena;

III- Determinação de realização compulsória de:

a) Exames médicos; **b)** Testes laboratoriais; **c)** Coleta de amostras clínicas; **d)** Vacinação e outras medidas profiláticas;

e) Tratamentos médicos específicos.

IV -Estudo ou investigação epidemiológica;

V - Exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver;

VI- Requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas.

§1º- Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - Isolamento: separação de pessoas e bens contaminados, transportes e bagagens no âmbito intermunicipal, mercadorias e outros, com o objetivo de evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus;

II - Quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estejam doentes, ou ainda bagagens, contêineres, animais e meios de transporte, no âmbito de sua competência, com o objetivo de evitar a possível contaminação ou a propagação do novo coronavírus;

III – Eventos: todos os acontecimentos prévios e esporadicamente planejados, organizados e coordenados, de forma a contemplar o maior número de pessoas em um mesmo espaço físico e temporal.

§2º - A requisição administrativa, nos termos do Artigo 5°, inciso XXV da Constituição de 1988, do inciso XIII do art. 15 da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, do inciso VII do art. 3º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e de ato específico estadual a ser editado, envolverá, em especial:

a) Estabelecimentos privados de saúde, independentemente da celebração de contratos administrativos;

b) Profissionais de saúde, hipótese que não acarretará na formação de vínculo estatutário ou empregatício com a Administração Pública;

c) Equipamentos de proteção individual, insumos, medicamentos e serviços.

CAPÍTULO II

DA ADOÇÃO DE MEDIDAS TEMPORÁRIAS E EMERGENCIAIS DE PREVENÇÃO DE CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS

Art. 4º - Computam ainda como medidas preventivas para reduzir a capacidade de contágio do novo coronavírus:

I - Etiqueta respiratória;

II - Higienização com água e sabão ou álcool gel 70% frequente nas mãos;

III -Identificação e isolamento respiratório dos acometidos pela COVID-19;

IV - Uso de EPIs pelos profissionais da saúde, sem qualquer exceção;

V - Realização de triagem rápidas nas unidades de saúde para reduzir o tempo de espera e consequente possibilidade de transmissão;

VI -Manter os ambientes bem ventilados;

VII -Controle de visitas em hospital;

VIII -Suspensão de atividades que envolvam grupos da terceira idade;

Art. 5º - A unidade hospitalar, de atendimento, clínicas ou laboratórios público ou particular que confirmarem a doença coronavírus (COVID-19), deverão imediatamente informar a Secretaria de Saúde.

Art. 6º - Fica autorizada a realização de despesas, inclusive com dispensa de licitação, para aquisição de bens/serviços/insumos de saúde, bem como a contratação de serviços de saúde, destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, mediante prévia justificativa da área competente, ratificada por ato do Secretário Municipal de Saúde, com fundamento no art. 4º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

§1º- Em havendo necessidade, qualquer servidor poderá ser convocado para prestar serviço em outras secretarias, no âmbito de interesse da administração, dispensando o ato normativo específico para movimentação, devendo apenas comunicado ao Departamento de Recursos Humanos.

§2º- Em sendo necessária a contratação temporária de pessoal para as Unidades da Secretaria Municipal de Saúde, poderá ser adotado processo simplificado de contratação, que será normatizado em ato específico.

§3º- A ausência injustificada do funcionário remanejado, bem como o descumprimento das medidas estabelecidas neste decreto e protocolos estabelecidos pela secretaria de saúde, vigilância sanitária e equipe epidemiológica, juntamente com o Comitê Municipal de Prevenção, Orientação e Enfrentamento ao novo coronavírus (COVID-19), acarretará em advertência e/ou corte de ponto.

§4º- Durante a vigência deste Decreto ficam suspensos os eventos em ambientes fechados promovidos pela Administração Pública Municipal, in-

cluída a programação dos eventos culturais públicos, tais como congressos, conferências, palestras e congêneres.

Parágrafo Único: A unidade de Saúde priorizará o atendimento de Urgência/Emergência, sendo identificados na triagem.

Art.7° A equipe de vigilância sanitária e epidemiológica darão orientações às pessoas vindas de outras cidades, estados ou países, onde serão orientados a apresentar-se na Unidade de Saúde do município para realizar triagem, monitoramento, ficando a critério do profissional de saúde que o atender, determinar o tempo de isolamento se necessário.

Art. 8º - Fica permitido o funcionamento das seguintes atividades:

I - Supermercadistas de pequeno, médio e grande porte, utilizando o protocolo de segurança visando evitar a aglomeração de pessoas na área interna; oferecendo principalmente álcool em gel 70%, na entrada do estabelecimento; uso obrigatório de máscara;

II – Restaurantes, Padarias e bares, e similares localizados em áreas urbanas; desde que respeitadas as regras da OMS;

III - Distribuidoras de bebidas para retirada no local ou na modalidade delivery;

IV - Açougues e peixarias, para retirada no local ou na modalidade delivery;

V - Distribuidoras de gás de cozinha, para retirada no local ou na modalidade delivery;

VI - Agências bancárias e lotéricas, utilizando o protocolo de segurança visando evitar a aglomeração de pessoas na área interna e externa do estabelecimento;

VII - Farmácias e drogarias;

VIII - Estabelecimentos que comercializam peças automotivas, materiais elétricos e de construção, preferencialmente atendendo delivery, observados os casos emergências;

IX - Produção, distribuição e comercialização de combustíveis e de derivados, inclusive postos de combustíveis, desde que não haja aglomeração de pessoas;

XI - Prestadores de serviços de ar condicionado, rede elétrica e abastecimento de água;

XII - Oficinas mecânicas;

XIII - Telecomunicação e internet;

IX - Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e de gás;

XV - Salão de Beleza, Manicure, Barbearia, Pedicure, Cabeleireiro, com o limite máximo de **3 pessoas por horário**, dentro das orientações do Ministério da Saúde evitando aglomeração de pessoas; com uso obrigatório de máscara;

XVI – Academias, com o limite máximo de **3 pessoas por horário**, dentro das orientações do Ministério da Saúde evitando aglomeração de pessoas; com uso obrigatório de máscara; higienização dos aparelhos utilizados no local com álcool 70%;

XVII - Igreja e Templos Religiosos funcionará no máximo 50% da capacidade, desde que respeitem as orientações da OMS;

XVII - Trânsito e transporte interestadual e internacional de passageiros;

XVIII - Serviços de transporte, armazenamento, entrega e logística de cargas em geral.

§1° - Os ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS poderão funcionar até as 24 horas, e, ainda o uso indispensável da máscara. Após este horário fica autorizado o funcionamento, apenas, na modalidade delivery;

§3° - Fica permitido o funcionamento das LANCHONETES, podendo ser colocado ATÉ 50% das MESAS por estabelecimento, com horário de funcionamento até as 24 horas, devendo disponibilizar álcool em gel 70%, conter aglomerações, sendo indispensável o uso da máscara.

Art. 9º - Os estabelecimentos comerciais de que trata este Decreto ficam obrigados a promover controle de acesso de clientes para impedir aglomerações, conforme Notificação Recomendatória nº 005/2020, do Ministério Público Estadual.

Art. 10º - Fica (m) suspenso (as):

I - As atividades de capacitação, de treinamento ou de eventos coletivos realizados pelos órgãos ou entidades da administração pública municipal direta e indireta que impliquem a aglomeração de pessoas;

II - A participação de servidores ou de empregados em eventos internacionais e interestaduais, salvo com autorização expressa do Comitê Municipal de Prevenção, Orientação e Enfrentamento ao COVID-19;

Art. 11º - O servidor com suspeita de contaminação pelo novo coronavírus, conforme protocolo estabelecido pela autoridade sanitária deverá comunicar o fato à chefia imediata e encaminhar as informações ao endereço eletrônico pmluciara.mt@gmail.com.

§ 1º Durante o período de vigência deste Decreto, poderá ser instituído Sistema de teletrabalho e revezamento da jornada de trabalho para os servidores com suspeita de contaminação por coronavírus, respeitada a carga horária correspondente aos respectivos cargos.

§ 2º A implantação do teletrabalho e do revezamento da jornada de trabalho mencionada no caput deste artigo será avaliada e regulamentada conforme norma complementar de cada órgão ou entidade, após validação pelo Comitê Municipal de Prevenção, Orientação e Enfrentamento ao COVID-19.

Art. 12º - Os gestores dos contratos de prestação de serviço deverão notificar as empresas contratadas para que, sob pena de responsabilização contratual em caso de omissão que resulte em prejuízo à Administração Pública:

I - Adotem todos os meios necessários para o cumprimento das determinações constantes deste Decreto;

II - Conscientizem seus funcionários quanto aos riscos do coronavírus e quanto à necessidade de reportarem a ocorrência de sintomas de febre ou sintomas respiratórios, de retorno de viagem ou que tenham contato ou convívio direto com casos confirmados, prováveis ou suspeitos.

Art.13º - As atividades esportivas que demandem maior número de pessoas, deverão ser praticadas com número de pessoas reduzidas;

§2° - Fica definido que as atividades esportivas podem ser suspensas caso seja observado pela Secretaria de Saúde, vigilância sanitária, equipe epidemiológica e Comitê de Prevenção, Orientação e Enfrentamento ao novo coronavírus, o descumprimento das normas estabelecidas ou em decorrência dos números de casos positivos e suspeitos no município.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14º - Os processos referentes aos assuntos relacionados ao enfrentamento do coronavírus de que trata este Decreto tramitarão em regime de urgência e prioridade em todos os órgãos e entidades do município de Luciara-MT.

Art. 15º. Para a operacionalização da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, deverá ser observada a regulamentação do Ministério da Saúde, realizada por meio da Portaria nº 356, de 11 de março de 2020.

Parágrafo único. As exceções à operacionalização prevista na norma de que trata o caput deste artigo deverão ser avaliadas e autorizadas pelo Prefeito Municipal de Luciara/MT.

Art. 15º - O Comitê Municipal de Prevenção, Orientação e Enfrentamento ao COVID-19, poderá determinar outras medidas preventivas que entenderem pertinentes e necessárias de acordo com especial situação vivenciada.

Art. 16º - A fiscalização do disposto neste Decreto será exercida pelo Município de Luciara, com auxílio da Polícia Militar.

Art. 17º - No que dispuser neste Decreto, poderá ser regulamento por Portaria específica de cada Secretaria Municipal.

Art. 18º - Este Decreto terá vigência do período de 30 (trinta) dias, podendo ser alterado ou revogado pelo Comitê responsável, juntamente com o Chefe do Poder Executivo, quando se entender necessário ou houver mudanças no atual cenário do município.

Art. 30 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Luciara, Estado de Mato Grosso, 01 de Fevereiro de 2021

PARASSU DE SOUSA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
BALANÇO FINANCEIRO - DEZEMBRO/2020

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MATUPA
FUNDO MUNICIPAL PREVI SOCIAL SERVI DE MATUPA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP - IPC 06)
BALANÇO FINANCEIRO
Dezembro/2020

Exercício: 2020

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual			Exercício Anterior		
	Receita Orçamentária (a)	Dedução da Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Dedução da Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
Ordinária	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Vinculada	**5.174.790,65**	**0,00**	**5.174.790,65**	**5.760.754,32**	**0,00**	**5.760.754,32**
Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	5.174.790,65	0,00	5.174.790,65	5.760.754,32	0,00	5.760.754,32
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**5.174.790,65**	**0,00**	**5.174.790,65**	**5.760.754,32**	**0,00**	**5.760.754,32**

OMAR ANTONIO CHISTE
Diretor Executivo

MARIA CELOIR DA SILVA FERREIRA
CRC/MT 016251/O-4

Emissão: 01/02/2021 16:56:54 Página 3

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº 3469 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS NO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO 001/2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

FERNANDO ZAFONATO, Prefeito Municipal de Matupá- Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Concurso Público, pelo Decreto nº 2472 de 28/07/2017, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso no dia 31/08/2017;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos Efetivos;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados e classificados no Concurso Público 001/2017, para os Cargos constantes nas relações do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem no Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal, situado a Avenida Hermínio Ometto, nº 101, Bairro ZE-022, Matupá – MT, fone: (66) 3595-3100, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º. Os candidatos deverão se apresentar com os documentos reproduzidos por cópias autenticadas em Cartório, os quais constam no Anexo I deste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para fazer entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do

direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Concurso Público.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um

Registre-se

Publique-se

FERNANDO ZAFONATO

- Prefeito Municipal de Matupá –

Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Matupá

ANEXO I

1. Cédula de Identidade;

2. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88);

3. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

4. Certidão de Casamento ou Nascimento;

5. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos;

6. Certidão de Nascimento dos filhos;

7. Carteira de Trabalho (constando número e data de emissão);

8. Cartão do PIS/PASEP;

9. Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;

10. Certidão Negativa de 1º e 2º grau fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

11. Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

12. 01 (uma) foto 3x4, atualizada;

13. Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade Administrativa e Financeira;

14. Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

15. Comprovante de Escolaridade, por meio de histórico, diploma e certificado, conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

16. Declaração constando endereço residencial;

17. Declaração de Bens do candidato no ato da posse;

18. Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19. Cópia do CPF e RG do cônjuge;

20. Declaração de não infringência do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal e da disponibilidade do tempo para cumprimento da carga horária.

21. Comprovante de sanidade física e mental, expedido pelo médico do município.

22. Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal, pela Medicina do Trabalho.

23. Todos os exames correrão às expensas do candidato;

24. Os exames complementares a serem realizados e apresentados (original e cópia) no momento do exame médico admissional são os abaixo discriminados:

25. Exames Laboratoriais:

26. Urina tipo I;

27. Hemograma completo;

28. VDRL;

29. Protoparasitológicos;

Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Matupá

ANEXO II

CARGO – TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ZONA URBANA				
Col.	Código	Candidato	Média Final.	Resultado Preliminar
15º	8186	ERIKA AZEVEDO DIONATO	60	Classificado (a)

FERNANDO ZAFONATO

- Prefeito Municipal de Matupá –

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
EXTRATO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 014/2021

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato **"PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEIS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com o Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 002/2021 do respectivo **Pregão Eletrônico nº 02/2021.**

CONTRATADA: VIEIRA & PIZZOLI VIEIRA LTDA

Valor/Global: O preço global para aquisição dos produtos, ora adquiridos, será de **R$ 3.109.960,00 (três milhões, cento e nove mil, novecentos e sessenta reais).**

Assinatura: 01/02/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
EXTRATO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº 015/2021

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato **"PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEIS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com o Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 002/2021 do respectivo **Pregão Eletrônico nº 02/2021.**

CONTRATADA: AUTO POSTO ZURC LTDA

Valor/Global: O preço global para aquisição dos produtos, ora adquiridos, será de **R$ 1.178.781.50 (um milhão, cento e setenta e oito mil, setecentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos)**.

Assinatura: 01/02/2021

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N º 012/2021

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

Constitui objeto deste Contrato, "**DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE ASSINATURA ANUAL DE ACESSO A FERRAMENTA DE PESQUISAS DE PREÇOS PRATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, COM SISTEMA DE PESQUISA BASEADO EM RESULTADOS DE LICITAÇÃO ADJUDICADAS E HOMOLOGADAS EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ**",de acordo com o termo de referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes da respectiva Dispensa de Licitação **nº 005/2021.**

CONTRATADA: NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA

Valor/Global: O preço global para aquisições e serviços ora contratados, será de **R$ 8.975,00.**

Assinatura: 29/01/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA N. 160/2020

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DO BAIRRO ZH3-001 EM ATENDIMENTO AO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT. Contidas nos anexos do Edital 61/2020, TOMADA DE PREÇO 14/2020, com fornecimento pela empresa contratada de todos os equipamentos, materiais e serviços. CONTRATADA: CONSTRUTORA DETERRA LTDA

OBJETIVO: **Fica alterada a *Cláusula Sexta* – 6.1que passa a vigorar com a seguinte redação:**

6.1 - Cláusula Sexta – Prazo de Execução

O novo prazo de **execução** do contrato é aditado em **180 (cento e oitenta)** dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **08 DE AGOSTO DE 2021,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 02/02/2021

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA N. 153/2020 RETIFICADO

Onde se lê:

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA N. 153/2020

Leia-se:

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA N. 153/2020

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato "*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DO BAIRRO ZH2-004 EM ATENDIMENTO AO* MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT. Contidas nos anexos do Edital 060/2020, TOMADA DE PREÇO 013/2020, com fornecimento pela empresa contratada de todos os equipamentos, materiais e serviços.

CONTRATADA: CONSTRUTORA DETERRA LTDA

OBJETIVO: **Fica alterada a *Cláusula Sexta* – 6.1que passa a vigorar com a seguinte redação:**

6.1 - Cláusula Sexta – Prazo de Execução

O novo prazo de **execução** do contrato é aditado em **120 (cento e vinte)** dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **03 DE JUNHO DE 2021,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 02/02/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N°001/2021 EDITAL COMPLEMENTAR 004 DIVULGA LISTA PRÉVIA DAS INSCRIÇÕES

O Prefeito do Município de Matupá - MT, Sr. Fernando Zafonato, através da Nomeação da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2021, nomeada pelo Decreto n º 3443/2021 - através do presente instrumento apresenta lista prévia das inscrições.

NOME	N° RG	CPF	CARGO	REGIÃO
ABRÃO DE OLIVEIRA SILVA	1772798-7	025105661-99	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	ZONA URBANA
ADALGISA JANUARIA TORRES JARDIM	1627904-2	000909391-58	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
ADÉLIA FERREIRA	894229	004739431-58	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
ADELICIA CESARIA MIRANDA FILHA	12143324	617200891-91	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
ADELLITTA RODRIGUES DOS SANTOS	2759812-8	062617291-82	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ADEMIR ANTONIO BRUGNEROTTO	22748482	059506341-10	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS I	ZONA URBANA
ADRIANA APARECIDA DOS SANTOS	22076450	027672781-96	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ADRIANA FERREIRA SOARES	23337664	054780031-23	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ADRIANA KAYABI	2965162-0	073233811-50	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
ADRIANA LÚCIA DOS SANTOS	90754114889	934957140-49	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ADRIANA LUISA VENDRUCULO	15605515	001818401-46	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
ADRIANA TOLOTTI	12464350	906665001-00	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS II	ZONA URBANA
ADRIANE LOURDES BATISTA	33922225	130130238-48	NUTRICAO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ADRIANO MARTINHO HOFFMANN	10459642	820956121-91	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA URBANA
ADRIELLEM FEITOSA COSTA MENDES	501792000000	616152493-70	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
ADRIELY SOUZA SILVA TAVARES	2907137-2	063103881-77	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
AILTON MORAES XAVIER	10777369	818923301-72	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
AIRAN FERNANDES DIAS	17752930	014708741-48	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
ALANA NERVIS ARANA	047.470.081-01	047470081-01	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
ALANNE VIEIRA DA SILVA AZEVEDO	28582748	061670171-31	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
ALBERT DA SILVA NASCIMENTO	23159766	049921101-42	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
ALCILEIA ALMEIDA DA SILVA	2280610-5	036225911-96	ASSISTENTE SOCIAL - 30H	ZONA URBANA
ALCIMARA OLIVEIRA DOS SANTOS	25843559	054361931-10	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ALDENORA CAMPOS MATIAS	236784000000	012887811-80	NUTRICAO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ALDERICE ALVES GONÇALVES	1604268-9	007846861-22	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
ALDERINA DOS SANTOS VIEIRA	24225010	755808291-91	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
ALESSANDRO BELTRAME DA SILVA	17313511	024744071-03	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	ZONA URBANA
ALEXANDRE VIEIRA DA SILVA	29875129	062824851-26	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
ALEX JUNIOR BEE	22036628	748639671-87	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS II	ZONA URBANA
ALEX JUNIOR DE OLIVEIRA SANTOS	20859384	035631601-71	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA URBANA

ALEXSANDRO DE MELO E SILVA	23625120	047954561-86	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS I	ZONA URBANA
ALICE CAROLINE DA SILVA MOREIRA	29730597	061284431-50	PROFESSOR - INTERINO	ZONA RURAL
ALICE PIRES LEITE	25838474	054978011-45	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ALINE ALVES WANDERLEY	1629660-5	009168451-09	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ALINE ANDRADE COUTINHO	22067710	029703271-20	FARMACEUTICO 40H	ZONA URBANA
ALINE APARECIDA DE SOUZA	1769460	747541731-04	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ALINE COSTA SILVA	28723465	072235711-79	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ALINE DA SILVA BANDEIRA	46671160-8	382128448-03	NUTRICIONISTA 40 H - GTE	ZONA URBANA
ALINE DA SILVA SEHN	25947192	061298521-00	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
ALINE DOMICIANO DE SOUZA	2100385-8	044053781-93	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
ALINE DORCAS QUARESMA SOUZA	21387010	036055751-10	FARMACEUTICO 40H	ZONA URBANA
ALINE DOS SANTOS RAMOS	29153654	060508921-30	ENFERMEIRO - 40H	ZONA RURAL
ALINE JERSICA RIBEIRO DE SOUSA	21249784	032308341-27	FARMACEUTICO 40H	ZONA URBANA
ALINE MOSQUER DUTEL	24005312	042358411-14	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ALINE REGINA PEREIRA DE LIMA	445008593	359652528-46	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
ALINE TALITA SILVA DE AQUINO	19467648	065957081-59	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
ALISON VIEIRA DE JESUS	23177403	047197671-76	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ALLAN DOUGLAS DE ABREU CAVALCANTE	1661834-3	023382341-70	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
ALVARO YHYERRI DA SILVA FARIAS	3450416	075114783-44	AGENTE DE SERVICOS PUBLICOS	ZONA URBANA
ALYNE FERNANDA DA SILVA DOS SANTOS CARNEIRO	18438628	021367931-01	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
AMANDA GRACIELLY RIBEIRO	26310104	059174041-94	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
AMANDA LARA DE MATOS	19818947	035934161-66	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
AMANDA LIMA SILVA	30931258	061110241-24	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
AMANDA NAIARA DA SILVA	24558524	046403831-69	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
AMANDA SABRINA PROCÓPIO	2585676-3	060983521-19	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
AMANDA SILVA LEITE	2444761-7	049607071-19	FARMACEUTICO 40H	ZONA URBANA
AMARIA RAMOS DA SILVA	15491315	001384231-56	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
AMELIA ROSELI GONÇALVES DA SILVA	4263864-1	596981879-87	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
ANA BEATRIZ DA SILVA	2975626-0	073827391-04	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ANA BEATRIZ MEDEIROS	2259639-9	062795171-60	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ANA CAROLINA MARQUES BARBOZA CARDOSO	23866322	058536001-41	ODONTOLOGO 40H	ZONA URBANA
ANA CLARA ARRUDA PELEGRINE GOMES	30401976	060396571-70	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
ANA CLÁUDIA BETTONI DE SOUZA	23237171	046403481-77	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
ANA CLAUDIA DOS SANTOS PECCININI	26891301	057802711-94	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
ANA CLEA DE SOUSA SILVA	35.654.606-8	965313121-49	FARMACEUTICO 40H	ZONA URBANA
ANA CLEIDE SOUSA MORAIS	305885502	247429453-87	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
ANA CRISTINA CAMPOS DINIZ OLIVEIRA	26320665	056382901-09	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
ANA ERICA DORCA DOLEYS	26122235	055565401-01	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ANA FLAVIA MEIRELES RODRIGUES	20304404	025238711-22	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
ANAGELI DA SILVA	19201915	010098651-02	AGENTE DE SERVICOS PUBLICOS	ZONA URBANA
ANALDO GONÇALVES DA LUZ	7407952-0	008546471-63	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	ZONA URBANA
ANA MARCELINA RODRIGUES DE SOUSA	23883073	047319871-13	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ANANDA APARECIDA BARBOSA LOPES	2500519-7	061343611-35	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ANA PATRÍCIA LEITÃO	5604789	749303541-53	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
ANA PAULA CARDOSO MARQUES	2199278-9	034040461-29	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ANA PAULA CAVALCANTE	17684692	023611391-70	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ANA PAULA DA CONCEIÇÃO VAZ ALVES	17823641	034931061-06	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ANA PAULA DE AZEVEDO NARDI	2913264	706706071-00	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ANA PAULA DE SOUSA RIBEIRO CAVENAGHI	21252920	031807361-78	NUTRICAO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ANA PAULA DOS SANTOS BENIGNO	17542677	027652731-38	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
ANA PAULA FANTI	15883736	008723961-26	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ANA PAULA LEAL ANTUNES	30958822	058602431-03	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ANA PAULA LOPES FERNANDES	28515200	704721801-77	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
ANA PAULA NEKEL	17313600	017101261-59	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
ANA PAULA SIQUEIRA DA CRUZ	2073553-7	036595221-47	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
ANA PINTO DE OLIVEIRA	21977631	031663521-98	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
ANDERSON ANTONIO TESDESCO	22488936	034904801-04	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS II	ZONA URBANA
ANDERSON HUHN	16621786	030440641-47	MOTORISTA - TRANSPORTE ESCOLAR	ZONA URBANA
ANDERSON PEREIRA SOUZA	21996148	058315621-58	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	ZONA URBANA
ANDIARA FRANDOLOSO	2112352-7	044159471-90	ODONTOLOGO 40H	ZONA URBANA
ANDRÉ HONÓRIO DE SOUZA	25668617	052145661-40	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
ANDRÉIA DA CONCEIÇÃO DE SOUSA	18210872	020807091-51	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
ANDREIA DA SILVA LIMA	14663171	970876961-49	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
ANDREIA DE ANDRADE	16423984	010892621-40	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ANDRÉIA PEREIRA DIAS	5206441155	052064411-55	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
ANDREIA PORTIL DE ARAUJO	1354-0	012116301-61	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
ANDREIA SILVA DE AVILAR	14004925	004002551-97	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
ANDREIA SOUZA SOARES	2607457-5	058726741-04	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
ANDREIZZA ALVES DE OLIVEIRA	1394863	936577901-44	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
ANDREONE TEIXEIRA TESTE	17379997	020764481-01	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA URBANA
ANDRESA THAÍS TEIXEIRA COSTA	2183179-3	029832232-30	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
ANDRESSA APARECIDA DOS SANTOS MARTINS	2568954-1	073406471-39	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
ANDRESSA ELLY RODRIGUES	20695993	058155791-30	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ANDRESSA FERREIRA DA SILVA	17419246	037656461-05	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA

ANDRESSA PIRES FIGUEREDO DOS SANTOS	28642791	060675181-55	NUTRICIONISTA 40 H - GTE	ZONA URBANA
ANDRÉ VINÍCIUS GASPARETTO	2415856-9	057800291-48	ODONTOLOGO 40H	ZONA URBANA
ANDREZA FERREIRA DA SILVA RAMALHO	16608801	001166631-54	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
ANGELA CRISTINA MAIOLI SILVA	19336870	913823359-20	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
ANGELA DE OLIVEIRA LEITE RIGHETTI	1157611-1	850420641-68	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
ANGELA FERREIRA DA SILVA	5016515	044740422-98	ASSISTENTE SOCIAL - 30H	ZONA URBANA
ANGELITA DE OLIVEIRA MARCOLINO DE MORAIS	27053539	059789691-75	ASSISTENTE SOCIAL - 30H	ZONA URBANA
ANNA PAULA CAROLINE RIBEIRO DOS SANTOS	531601067	056545603-28	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
ANNE KELTIMA DIAS NASCIMENTO FERREIRA	20972113	046403701-80	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ANTHONY WENDEL PINHEIRO FRANÇA	25152157	054717731-36	MOTORISTA VEICULOS PESADOS	ZONA URBANA
ANTÔNIA BARROS DOS SANTOS	28162587	234769232-15	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
ANTONIA CARNEIRO DE SOUSA	16517962	969560541-91	NUTRICAO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ANTONIA VIEIRA BATISTA	1025837-0	009825431-66	AGENTE DE SERVICOS PUBLICOS	ZONA URBANA
ANTONIA WERICA GALVAO COSTA PAIXAO	33800588	003457743-29	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
ANTONINHA DA SILVA	851013	551566651-87	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
ANTONIO CARLOS VICENTE ROBERTO	24195073	044340071-73	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA URBANA
ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA OLIVEIRA	19324707	028588561-84	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
ANTONIO VALDOMIRO CASSOL	0628407-8	622518481-34	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
APARECIDA LOPES DA SILVA SOARES	1816215-0	026442971-09	NUTRICAO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ARETUZA DE AQUINO MARQUES	7208537	570503681-72	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
ARIANE CRISTINA SERAFIM PEREIRA	23972033	067436581-03	AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO	ZONA URBANA
ARIANE DEISE CORREA DANIELLI	84039110	022245231-57	TECNICO EM RADIOLOGIA	ZONA URBANA
ARIEDNA DE SOUZA RUELA	12637660	053494646-12	NUTRICIONISTA 40 H - GTE	ZONA URBANA
ARIELE DORNELLES	1081882704	031097260-41	ODONTOLOGO 40H	ZONA URBANA
AUDRY MARA BONIFÁCIO SACON	2556507-9	062292071-50	ODONTOLOGO 40H	ZONA URBANA
AURITÂNIA BARBOSA DOS SANTOS	2889208-9	029447643-14	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
BARBARA FUMAGALI MATEUS	2714897-1	033700831-08	ODONTOLOGO 40H	ZONA URBANA
BATISTA TRINDADE DE OLIVEIRA	14166950	939458331-91	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
BEATRIZ DE SOUZA PASSOS	25086960	059033411-52	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
BEATRIZ SOUZA DA SILVA	31679021	060933111-63	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
BETANEA COSTA SOARES	454190956	671061963-04	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA URBANA
BIANCA CAROLINA DA UNGRIA	24749834	052370871-83	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
BRUNA BARROS	20858125	046479071-98	FARMACEUTICO 40H	ZONA URBANA
BRUNA COSTA DUARTE DOS SANTOS	22789464	059071141-50	PROFESSOR - INTERINO	ZONA RURAL
BRUNA DA SILVA TOMKIEL	18546900	050049121-65	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
BRUNA DE ABREU VANSOVSKI	29789273	071511921-42	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
BRUNA GRAZIELLE DOS SANTOS SOUSA	27218317	060770791-70	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
BRUNA MENEGUZZI	19094647	044074281-12	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
BRUNA RODRIGUES DOS SANTOS	25425927	048105021-39	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
BRUNA SANTOS OLIVEIRA	7255324	060710531-37	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA URBANA
BRUNA THAIS VEBER SACHETTI	18732259	048419911-07	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
BRUNA VOUGADO DA SILVA	27812669	061882431-65	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
BRUNO HEBERLE	16610709	042505721-61	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA URBANA
BRUNO RAFAEL BUSSOLARO	24616184	067610421-51	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	ZONA URBANA
CALIANE BENITES DA SILVA ANDRADE	2977834-4	073472901-47	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
CAMILA FRANCISCO BENTO	23622318	062732071-60	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
CAMILA THAIS DALLELASTE	1751533-5	035650061-61	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
CARINA DOS SANTOS SILVA	20474075	018560791-80	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
CARINA MACEDO BATISTA	987137	010646391-86	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
CARLA ADRIELLI BRAZ ALBERTO	22791884	041259301-71	TECNICO EM RADIOLOGIA	ZONA URBANA
CARLA EDUARDA RAMOS DIVINO	30060710	060146591-10	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
CARLA EDUARDA WERMUTH	5850887	079745579-58	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
CARLA LUCIANA BORRE MORETTO	18494412	023568631-09	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
CARLA MENDES	20466030	031487581-61	FARMACEUTICO 40H	ZONA URBANA
CARLEANE BARROS FONSECA LAZARIN	33883416	604193713-46	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
CARLOS ANDRE SANTOS SILVA	55471690-2	046418561-09	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA URBANA
CARLOS ANTONIO DO NASCIMENTO SALES	18778461	019910471-93	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA RURAL
CARLOS PEREIRA BONFIM	14958970	985167601-20	MOTORISTA VEICULOS PESADOS	ZONA URBANA
CAROLINA DA COSTA CONCEIÇÃO	062416152017-3	627147383-03	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
CAROLINE CRISTIANE MENIN	28031059	044856551-05	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
CÁSSIA ALINE NUNES AFONSO	2522338-0	057355781-03	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
CASSIA APARECIDA CANELLI	123879	905152851-53	ASSISTENTE SOCIAL - 30H	ZONA URBANA
CASSIA DE OLIVEIRA BOSING	19862792	031296211-80	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
CÁSSIA REGINA ALVES DE OLIVEIRA	24651249	046801451-96	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
CATARINA FUMAGALI CAETANO	2977533-7	037299091-69	FARMACEUTICO 40H	ZONA URBANA
CATIENE SOARES DOS SANTOS	25766201	054140031-22	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
CEDILEIA ALVES DOS SANTOS	22076727	034256161-88	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
CELENI MILITÃO DA SILVA	13545914	993408951-34	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
CELIA FERREIRA TEIXEIRA	26216787	512277709-87	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
CELSO CLARINDO DA SILVA	10326006	595036701-44	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
CHAYENNE MICHELLY VIEIRA ROCHA	29707943	063332531-70	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
CHRYSTIIANE CRUZ BARRETO	19044852	046401071-37	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
CINTIA DE JESUS SANTOS	1135569	013604632-08	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA URBANA
CLAUDEMIR AFONSO BERGE	22882707	041026911-54	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
CLAUDETE APARECIDA DOS PASSOS	1387940-5	928338701-59	ODONTOLOGO 40H	ZONA URBANA

CLAUDETE DELASAL PORTE	1921756-0	823541622-00	COZINHEIRO	ZONA URBANA
CLAUDIA CLARO DA SILVA	2097214-8	037647441-62	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
CLAUDIA DA CONCEIÇÃO VAZ	15789560	005648301-51	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
CLAUDIA MARIA MOURA DA SILVA	32533454	655150052-87	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
CLAUDIANE DOS SANTOS DA VITORIA	1217693	019849782-25	FARMACEUTICO 40H	ZONA URBANA
CLAUDIA REGINA NINOF MARCOMINI	2661349-2	057750031-79	FARMACEUTICO 40H	ZONA URBANA
CLÁUDIA SCHAFFER	1151681-0	004351881-86	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
CLAUDINÉIA ALVES DA SILVA	13924150	006248541-59	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
CLAUDINÉIA DA ROCHA ALMEIDA DOS SANTOS	291165928	287293208-95	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
CLAUDINEI MARCIANO KUFFEL	14623455	925432781-68	MOTORISTA - TRANSPORTE ESCOLAR	ZONA URBANA
CLÉBER BISPO APOLINÁRIO	26808609	703685841-94	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
CLEBSON LEITAO	431959000000	058396093-66	MOTORISTA VEICULOS PESADOS	ZONA URBANA
CLECI MACARI MORAIS	0938552-5	621384991-20	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
CLEIDE EVANGELISTA BARBOSA	21126100	031908001-38	TECNICO EM RADIOLOGIA	ZONA URBANA
CLEISIELMA DE SOUSA RODRIGUES	29441730	060508931-01	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPO-RARIO	ZONA URBANA
CLEIVISON CESAR DE SOUSA	2979761-6	060759701-18	TECNICO EM RADIOLOGIA	ZONA URBANA
CLEOANE MOURA FERREIRA	33858250	071944731-35	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
CLEUZIMAR BECKER MOCELIN	18316409	027861031-50	NUTRICAO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
CRISLAINE DA COSTA PEREIRA	2899048-0	069853401-80	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
CRISLAINE RODRIGUES DARIVA	28210891	048550111-26	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
CRISTIANE ARAÚJO DA SILVA AMORIM	22806040	033659881-57	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
CRISTIANE BARREIRO OLIVEIRA	16609484	010452241-03	NUTRICAO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA RURAL
CRISTIANE DA SILVA CALIONI	13977771	921030571-04	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
CRISTIANE REGINA DA SILVA ROCHA	17312540	037298731-13	AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO	ZONA URBANA
CRISTIANE SOUSA MACÊDO DO AMARAL	29101158	964352672-00	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
CRISTIELE APARECIDA KONRATH	24532339	048419071-73	FARMACEUTICO 40H	ZONA URBANA
CRISTINA FRANCISCA GODOI	15428753	003511351-03	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
DAIANA CRISTINA TOMIELLO	25402552	059934441-50	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
DAIANE BRUGNEROTTO	22747095	062831861-81	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
DAIANE MARQUES SILVA	25038087	050686841-98	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
DAIANE ROSA DA SILVA	18630200	030195311-28	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
DAIANE SANTOS GRILLI	18729495	755794641-34	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA URBANA
DAIANE SOARES DE LIMA	1995558-8	042341901-36	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA URBANA
DAIENE ANDRIAN DE OLIVEIRA PALUDETO	13949250	065160779-59	ODONTOLOGO 40H	ZONA URBANA
DALCENIR ALVES BANDEIRA LIMA	1351108-4	915293601-53	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
DALETE CÂMARA DE ARAÚJO	17730783	020621501-05	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
DALVINA FERREIRA DA SILVA	6475205	616826401-91	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
DANIELA COSTA PAES	15571912	028248891-01	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
DANIELA JACINTO FLORENCIO DAVID	22035931	046729851-30	PROFESSOR - INTERINO	ZONA RURAL
DANIELA LIMA CARVALHO	20082630	049965171-58	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
DANIEL BORGES DE SOUZA	4589575183	045895751-83	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA URBANA
DANIEL DOS SANTOS SANTANA	29742315	060821411-64	FARMACEUTICO 40H	ZONA URBANA
DANIELE ROMUALDO DE PAULA	29780276	062745911-09	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
DANIELLE CARLOS DA SILVA CERVANTES	31139620	037955381-30	ODONTOLOGO 40H	ZONA URBANA
DANUBIA BATISTA SOARES	40975058X	368768898-40	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
DAVI RODRIGUES DOS SANTOS	16482999	021436421-64	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA URBANA
DAYANA DA SILVA GOMES FERREIRA	24458171	062636261-00	COZINHEIRO	ZONA RURAL
DAYANE CRISTINE STORCHI GERLACH	5911175	030299982-58	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
DAYANE MARISCAL CARBO	27939880	060865701-83	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
DÉBORA DOS SANTOS KIESLER	7104545228	033814490-01	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
DEBORA DOS SANTOS SILVA	26409496	056656971-09	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
DEBORA MILENA TREVISANUTTO	19895429	030552701-00	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
DEBORA PATRICIA HOFFMANN	17730015	028296581-59	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
DEBORA SOUZA DEFACIO	238005099	045520381-41	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
DEIBYSON CUSTODIO SOBRINHO	2.016.220-0	031295851-09	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS II	ZONA URBANA
DEISE LOPES DA SILVA	22074589	057014761-11	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
DEIVIS CELLA	26604353	057803631-29	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
DELBIANNY CUSTODIO SOBRINHO	15817636	006161201-41	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
DENISE SOUZA DEFACIO	28162331	061419341-96	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
DENIZE RODRIGUES DA SILVA	18803865	018370931-48	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
DERIK WILLIAN DE SOUSA COSTA	30590582	060935531-75	AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO	ZONA URBANA
DEVANIR LEMES DA SILVA DREON	1702994-5	017516431-23	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
DIANA CARLA OST	2912703-3	017158761-80	ENFERMEIRO - 40H	ZONA RURAL
DIANA REGINA BARROZO DE PINHO	14465507	010570011-80	AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO	ZONA URBANA
DILIANE MENEZ	22806296	055038361-11	ASSISTENTE SOCIAL - 30H	ZONA URBANA
DIONARA DOS SANTOS	5116264135	036838370-98	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
DIONATON DOS SANTOS	6123062983	040137380-07	FARMACEUTICO 40H	ZONA URBANA
DIVALDINA MENDES FERREIRA	13354299	025965991-63	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
DOUGLAS APARECIDO MATOS	26136643	054211351-10	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
DOUGLAS SANTOS DA SILVA	25401920	061976821-50	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPO-RARIO	ZONA URBANA
DRELISON RUAN PEREIRA PAIVA	34602984	951951142-34	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
DULCINEY PAULINO LEAL	15589269	003470581-32	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
DYENIFFER HAMESTER DE CARVALHO	29675936	073375441-46	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
EBER DE SOUZA	18660592	029443051-23	TECNICO EM RADIOLOGIA	ZONA URBANA
ECIMARA TELOKEN VARGAS	8087147032	006987890-08	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA

EDILAINE BRITO	24184233	046718191-80	ODONTOLOGO 40H	ZONA URBANA
EDILAINE SOARES	26993988	703158771-97	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA URBANA
EDILEUZA ERICA RESSEL	20857040	041641141-00	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
EDILSON FEITOSA COSTA	920131	502506391-49	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	ZONA URBANA
EDINEIA BENTO RODRIGUES	1939753-4	030924841-85	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA RURAL
EDINEIA DOS SANTOS FERREIRA	1633632-1	022502831-09	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA URBANA
EDINEIA PADILHA RIBEIRO	17939283	014188521-12	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
EDISSON RODRIGUES DE ARAUJO	14552892	000736401-66	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA URBANA
EDIZELIA PAULINO DE SOUSA	18222854	035740031-37	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
EDNA APARECIDA DOS SANTOS	5144326	799045722-91	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA URBANA
EDUARDO HENRIQUE MACHADO	24532088	050105261-58	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
ELAINE ROCHA TUSSI	24888524	047956221-08	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
ELAINE RODRIGUES PINTO RIBEIRO	22909613	040918051-32	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
ELAITH FERREIRA LIMA SILVEIRA	1854206-9	962174721-04	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ELENICE ALVES SOUSA	6391485	007882742-60	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
ELESONIA APARECIDA REIS DIAS	21109320	056850091-19	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ELIANA GOMES CARVALHO	29752450	060506921-22	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ELIANE DA SILVA PECANHA	17602068	023536371-59	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
ELIANE DE FATIMA CZECHVSKI	11338725	004321889-08	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ELIANE DOS SANTOS GIEHEL	1179891-2	903196991-53	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
ELIANE MENDONSA	21346810	755743301-72	NUTRICAO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ELIANE PEREIRA DA CONCEIÇÃO SILVA	4462083	696703742-00	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
ELIANE RODRIGUES	1627206-4	009041501-94	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
ELIANE RODRIGUES DA SILVA	21664560	747024241-49	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
ELIENE DE OLIVEIRA SANTOS	22154736	040369691-70	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ELIENE MARCELIO	21618437	035970421-20	BIOQUIMICO - 20H	ZONA URBANA
ELINELMA LIRA SANTIAGO	3883309	715606292-15	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
ELISANDRA DIAS DE OLIVEIRA	16698924	725648141-15	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ELISANDRA SANTOS LEMES DA SILVA	20221657	034423531-90	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
ELISÂNGELA CELESTINO DOS SANTOS	21078890	036820331-06	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
ELISANGELA CLEMENTE DE FIGUEIREDO	11082577	866289251-53	NUTRICIONISTA 40 H - GTE	ZONA URBANA
ELISANGELA MIRANDA SOUZA	19152876	020592711-42	ODONTOLOGO 40H	ZONA URBANA
ELISMARA SILVA MODESTO SANCHES	420307	033250771-88	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
ELIS REGINA SILVA CARDOSO MACIEL	15096963	999937161-20	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ELIWELTON MACHADO SILVA	19206950	044350481-40	TECNICO EM RADIOLOGIA	ZONA URBANA
ELIZANGELA CEZARIA DE OLIVEIRA	16079973	007983921-50	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
ELIZANGELA DA SILVA MACHADO	13684337	005589961-75	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA URBANA
ELIZIANE CLAUDIO DE OLIVEIRA	2064546-5	029647971-37	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
ELKE PERIS RODRIGUES DA SILVA	21599858	021051851-00	NUTRICAO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ELOIR PERIN	27010309	848738171-53	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA URBANA
ELOISA PEREIRA DA SILVA	19352735	047953711-99	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ELOISA ROSA DE MACENA	23068191	042869851-48	NUTRICAO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
EMANUELLA DA SILVA BATISTA	17216303	737971541-00	TECNICO EM RADIOLOGIA	ZONA URBANA
EMERSON CAOVILLA	8229325	616907911-87	TECNICO EM RADIOLOGIA	ZONA URBANA
EMILLYN CAROLINE DA SILVA	28040171	064525271-93	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
EMILY NOGUEIRA COIMBRA	26409771	015386741-81	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
ENOQUE PACHECO VICENTE DA SILVA	23327405	044039201-28	ODONTOLOGO 40H	ZONA URBANA
ERICA DOS SANTOS BARBOSA	28164520	057831241-76	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
ERICA TEIXEIRA DE SOUZA	25396935	052386261-00	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
ERICH WALTER STAHNKE	13106740	031947079-22	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS II	ZONA URBANA
ÉRIKA FERNANDA PEREIRA MAGALHÃES	29875625	061731061-08	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
ERIKA FRANCISCA PEREIRA DA SILVA	28491386	063092681-63	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
ERISMAR DE SOUSA LIMA	028126252004-1	019155573-80	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ERLANJA MAGALHÃES LIMA	1522431	973358001-53	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ERLETE APARECIDA BURES DA LUZ	1093050	638269921-72	NUTRICAO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ESLAINE GOMES DE OLIVEIRA	4285455	914409391-87	NUTRICAO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA RURAL
ESTEFANI BARBOSA SILVA	22849572	049905451-25	AGENTE DE SERVICOS PUBLICOS	ZONA URBANA
ESTEFANY PEREIRA LIMA DE SOUZA	25402196	047955031-09	NUTRICIONISTA 40 H - GTE	ZONA URBANA
EVA DE LIMA BRAGA	34511474	488556771-87	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	ZONA URBANA
EVA HIPOLITO DOS SANTOS	8679312	537921901-25	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
EVELYN DEBORAH DA COSTA BARBOSA TAVARES	33589895	014997321-71	PROFESSOR - INTERINO	ZONA RURAL
EVILIN BOIAN DE OLIVEIRA	28285239	039306491-36	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA URBANA
EYSHILA ERICEIRA PLIZELLI	2782177-3	061515111-66	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
FABIA DA SILVA LEITE POLIZELLI	21033471	031454421-63	NUTRICAO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA RURAL
FABIA GRAZIELLI ALVES NOGUEIRA	11316233	981764801-00	FARMACEUTICO 40H	ZONA URBANA
FABIANA DE CARVALHO GOES	21998493	035390661-10	ENFERMEIRO - 40H	ZONA RURAL
FABIANA DOS SANTOS RAMOS	30626943	061397351-81	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
FABIANA GONÇALVES DE JESUS	20311605	021334261-83	ASSISTENTE SOCIAL - 30H	ZONA URBANA
FABIANA PEREIRA.	421552785	299433468-25	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
FABIANA VIANA MORENO	27867501	062987921-47	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
FABIANE CONSTANTINO DA SILVA	17287715	025378761-05	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
FABIANE VANERIA SILVA DE ARRUDA	1761778-2	019984051-25	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
FABIANO DOS SANTOS LIMA	82130012	030924871-09	AGENTE DE SERVICOS PUBLICOS	ZONA URBANA
FABIO ADRIANO CAMILO	889902	842769081-91	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS II	ZONA URBANA

FABIO BENTO DA SILVA	22631798	039643351-00	AGENTE DE SERVICOS PUBLICOS	ZONA URBANA
FABIO JUNIOR DOS SANTOS	16757149	012560041-03	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA URBANA
FABIOLA MELAO DOS SANTOS	24601632	025965541-43	PROFESSOR - INTERINO	ZONA RURAL
FABIOLA PEDRALLI DE SOUZA	2453124-3	059716191-79	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
FABRICIO SOUZA DE ALMAEDA	24194549	060514931-31	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
FABRINI ALVES DE OLIVEIRA	1084877	007262502-36	TECNICO EM RADIOLOGIA	ZONA URBANA
FACIONE LEITE BORGES	1609845-5	606060109-04	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
FELIPE DALMOLIN	21618810	043559291-24	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
FERNANDA APARECIDA RESSEL	1995461-1	043419131-07	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
FERNANDA BEDIN	73164249	038921379-94	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
FERNANDA CRISTINA BETANIN	6743081	090633019-01	ODONTOLOGO 40H	ZONA URBANA
FERNANDA FERNANDES DE RESENDE	2199320-3	038321851-94	ENFERMEIRO - 40H	ZONA RURAL
FERNANDA FERREIRA DE ANDRADE	2793854-9	060711321-93	AGENTE DE SERVICOS PUBLICOS	ZONA URBANA
FERNANDA JAQUELINE FREITAS DE SOUZA	18456383	033034341-66	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
FERNANDO COSTA MASSOCATTO	21097658	046480041-24	BIOQUIMICO - 20H	ZONA URBANA
FERNANDO LUIS DOS SANTOS SILVA	17521335	025294661-81	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
FERNANDO MOURA DA SILVA	25408429	051968581-48	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
FERNANDO VINICIUS SCHWARZ MARTINS	14291886	072624789-82	FARMACEUTICO 40H	ZONA URBANA
FERNANDO VUOLLO	15887765	006627371-48	TECNICO EM RADIOLOGIA	ZONA URBANA
FLÁVIA LOPES FREIRE	1888413-0	016479601-00	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
FLAVIANE LINHARES HILÁRIOS RUFINO	20992963	033925651-64	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
FRANCIDALVA DE MORAES FERREIRA	153171000000	944297903-53	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPO-RARIO	ZONA URBANA
FRANCIDALVA SILVA VIEIRA	16618092	003765241-97	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
FRANCIELE DOS SANTOS RIBEIRO	2314156	060389331-74	AGENTE DE SERVICOS PUBLICOS	ZONA URBANA
FRANCIELI CONCEIÇÃO DA SILVA	33519137	030430482-45	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
FRANCIELI MARCHIORI DE CARLI	22137823	028377501-74	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
FRANCILENE RODRIGUES DA SILVA	17727510	035152721-43	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
FRANCINEIDE LIMA DA SILVA	18803407	018410661-33	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
FRANCINETE DA SILVA CARVALHO	21093563	303627253-49	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	ZONA URBANA
FRANCISCA DA CONCEIÇÃO PEREIRA	12763470	851483771-00	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
FRANCISCA NADIETI MOURA BORBA CARNELOSE	22634398	045732221-70	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
FRANCISCA REGO DA SILVA	4218716	753988502-53	NUTRICAO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
FRANCISCO BRASILEIRO FEREIRA	23805048	513589139-00	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	ZONA URBANA
FRANCISCO CLEUDE BANDEIRA	11163151	883881901-72	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA URBANA
FRANCISCO MONTEIRO MORAES	348329946	262020168-33	ASSISTENTE SOCIAL - 30H	ZONA URBANA
FRANCISCO SOUZA LIMA	18220452	012165331-56	MOTORISTA - TRANSPORTE ESCOLAR	ZONA URBANA
FRANCYANE COSTA SILVA	24091456	046172091-40	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
GABRIELA FERREIRA DOS SANTOS ANJOS	31733980	068050371-40	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
GABRIELA MIRANDA NOLETO	24747637	051971701-58	FARMACEUTICO 40H	ZONA URBANA
GABRIELA MORAES DE SOUZA	24668907	045363721-30	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
GABRIELA PEREIRA DOS SANTOS	16263799	095932036-99	ENFERMEIRO - 40H	ZONA RURAL
GABRIELA RIBEIRO DE JESUS	2688778-9	060414571-32	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
GABRIELA RODRIGUÊS DE ALENCAR	2400535-5	061537111-62	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
GABRIELA VIANA MORENO	22158839	064697091-76	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA URBANA
GABRIEL HINKEL AVEZANE	25748165	047938921-75	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
GABRIELLY JARDIM SACHETTI	24005304	061146061-08	AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO	ZONA URBANA
GABRIELLY VITORIA SANTOS ARRAIS	25221396	061486781-95	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
GEANE AMARAL ANDRADE	7206	055312661-03	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
GEANE PEREIRA BATISTA	2051470-0	028719231-83	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
GEAN NUNES SIQUEIRA	6888014	704216181-59	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
GECIELI DOS SANTOS RIBEIRO	14429080	024836031-06	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
GEISIANE RODE MARTINS DE MACENA OLIVIRA	2952551-9	052915911-29	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
GELCIANE MENDES DA CONCEIÇÃO	23586575	048683851-00	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
GELIANE BATISTA PRIMA	23604905	048201831-33	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
GENAILDE GRACIOLI	1754293-6	044498791-63	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
GENILDE TERESINHA BALBINOT PARIS	31582672	355590980-00	ASSISTENTE SOCIAL - 30H	ZONA URBANA
GENILVA MARQUES JARDIM SACHETTI	10406646	846582661-72	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
GERONILSON CARVALHO DA SILVA	12121061	817095281-68	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
GESSICA CRISTINA RODRIGUES DAS SILVA	2679210-9	059004391-94	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
GIANE GETTENS NUNES RAMOS	1144502-5	626945611-87	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
GIISLAINE DE SOUZA RODRIGUES	2815100-3	060553751-84	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
GILDO DE JESUS GONÇALVES	886531	569902601-06	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	ZONA URBANA
GILMAR JAIR ENGELMANN	44516500	615804229-34	MOTORISTA - TRANSPORTE ESCOLAR	ZONA URBANA
GIOVANA LARISSA BEZERRA	28272404	060203591-07	NUTRICIONISTA 40 H - GTE	ZONA URBANA
GIOVANNA APARECIDA DA COSTA VIEIRA	16092511	007493011-71	NUTRICIONISTA 40 H - GTE	ZONA URBANA
GISELE FRISSO DOS SANTOS	18884520	014452541-07	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
GISELE MARCELI SEBASTIANY DA SILVA	1821716	020741391-60	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA RURAL
GISELI DE OLIVEIRA TERRA	1643671-7	020807641-79	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
GISLENE ANASTACIO DA SILVA NEGOCEKI	23342420	051790311-33	ASSISTENTE SOCIAL - 30H	ZONA URBANA
GLAUCIA CAMILA GOMES	25243462	051673481-45	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
GLAUCIMIRA LEANDRO DA SILVA	18546870	002847541-02	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
GLEICE APARECIDA DE ARRUDA TOLEDO	3327787-7	024093171-89	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
GLEICE YSTEFANNE MENDES DA SILVA	6906773	020904272-99	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
GLEICIANE PAULA GOMES	5398770	064673651-51	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
GLEICIANI MORAES DE MAGALHÃES SANTOS SODOSKI	18427880	022533081-45	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA

GLEICY ELEN CAMARGO DA SILVA	30266025	072111961-14	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
GLEISON RAFAEL FERREIRA LIMA	19089015	029571701-75	MOTORISTA - TRANSPORTE ESCOLAR	ZONA URBANA
GRACIELLE DOS REIS DAUFENBACH ZACQUI	14777100	001557741-40	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
GRASIELE DALMORO	21022372	031367291-10	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
GRESCIANA GONÇALVES CARLOS DE LIMA	20752369	021522811-10	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
GUILHERME AUGUSTO MILANDA DE OLIVEIRA	26200759	045415991-98	ODONTOLOGO 40H	ZONA URBANA
GUSTAVO CEZAR OLIVEIRA DA SILVA	19404050	022249601-07	ODONTOLOGO 40H	ZONA URBANA
GUSTAVO DOS SANTOS ESTEVES DE OLIVEIRA	291556645	163200097-05	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
GUSTAVO GONÇALVES PEREIRA	1335114	031927312-14	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
GUSTAVO RODRIGUES ALVES	23669560	060565451-48	FARMACEUTICO 40H	ZONA URBANA
HAARY GABRIELA SILVESTRICOURT	20304889	046292491-25	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
HADASSA APPEL ARAÚJO RECALDE	28718046	058310451-70	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
HAMILTON CARLOS DIAS JUNIOR	18860486	025481051-99	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS I	ZONA URBANA
HELENA BEATRIZ RAZNIEZSKI DE ALMEIDA	25087371	046802951-63	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
HELENA LEAL MACHADO	18083269	899823122-00	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA URBANA
HELIENE LEAL MACHADO DA SILVA	20092458	028395371-33	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
HELIO JUNIOR RODRIGUES DA SILVA	22632050	041117301-40	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA URBANA
HELLEM CAROLINE AROCHE SILVA	29752442	060556231-88	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
HELLEN AMANDA SILVA DA SILVA	2681567-2	703929641-12	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
HELLEN MIRANDA GOMES	26825759	059480211-30	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
HEMERSON BATISTA DA SILVA	23262060	072736111-23	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
HEMILLY AGUIAR FERREIRA	25788663	053921701-88	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
HERCULES VICENTE FERREIRA	40324461	578976209-30	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
HOSANA CAMPOS DE AZEVEDO	1132592	051550361-43	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	ZONA URBANA
IARA MEIRELES FONSECA	23060611	043279311-95	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	ZONA URBANA
IBRAINA SESARIO DE OLIVEIRA	1660943-3	012794931-35	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
INDIANARA DENIZ DE OLIVEIRA GAMBOA	22154787	046359381-23	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
INDIANARA INOCÊNCIO	17822777	016479591-01	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
INGRITH SILVA COSTA SANTANA	17313325	025338931-37	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
IOLANDA FRANCISCA FERREIRA	13572906	272692481-68	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
IRACIANE MORAIS DE ASSUNÇÃO	32180349	060855483-97	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
IRENA SARA CROSARA	7652981	700107632-52	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
IRILENE CONCEIÇÃO SANTOS SILVA	1063220	509964525-91	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
ISABELA ARRUDA PELEGRINE GOMES	26885824	078040501-35	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
ISABEL LIMA BRESSAN	24475424	061439751-08	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
ISABELLI SORGATTO	23740680	050460671-96	ODONTOLOGO 40H	ZONA URBANA
ISADORA ARRUDA PELEGRINE GOMES	30402034	060416051-82	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
IVANIA MARIA BASSI PERUZZO	5054653885	650624930-72	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
IVANILDA CARVALHO DE SOUSA RIBEIRO	322280	827721691-20	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
IVANILDA DE LIMA MADEIRA SOUSA	17862604	015087221-61	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
IVANILDA DOS SANTOS VELHO	3080655	046426081-76	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
IVANILDA RODRIGUES BARBOSA	18206190	962946471-34	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
IVA TOORRES SILVA	2303231-6	042551121-93	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
IVONE DOS SANTOS BREHMZ	4.659.023-6	171063088-46	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA URBANA
IVONEIDES FONSECA GOMES	26087308	618928151-68	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
IVONE SOARES LEAL	2645762	791187122-15	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
IVONETE SILVA BARROS SOUSA	16757998	015092201-94	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
IVONETI DIAS SANTANA	15380963	015094921-94	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
IZABEL CRISTINA TENÓRIO DA SILVA	980895	034608061-41	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
IZABEL LEMES DA SILVA	1088454-8	789401761-20	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	ZONA URBANA
IZAMARA COSTA DA SILVA TELES	27898547	059508371-42	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA RURAL
JACIANA DE ARAUJO PEREIRA	23852682	054567061-64	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
JADI ALESSANDRA CARON MENEGAZZO	26010721	055277501-01	FARMACEUTICO 40H	ZONA URBANA
JAILMA RODRIGUES DE SOUZA	24885100	051060751-90	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
JAINE DE JESUS PEREIRA	28759109	061933061-96	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
JAMILI PINHEIRO DOS SANTOS	23669080	043643801-13	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
JAMIL VIEIRA DE CARVALHO	1781709	895735441-72	MOTORISTA VEICULOS PESADOS	ZONA URBANA
JANAINA ALMEIDA LAZZAROTTO	24828637	052774311-95	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
JANAINA APARECIDA DE PAULA	626620156	047630621-31	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
JANAINA DOS SANTOS ALVES	10509810	782263501-82	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA URBANA
JANAYNA DA SILVA CRUZ	27174000	060257121-90	FARMACEUTICO 40H	ZONA URBANA
JANICLEIA MOTA DOS SANTOS	2569713-7	044565931-99	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
JANY KÉSSIA OLIVEIRA DOS SANTOS	2688530-1	054201171-93	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
JAQUELINE F. SILVA DE MELO DE ANDRADE	24140759	015866992-45	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
JAQUELINE MACHADO DA CRUZ	19468334	034759531-61	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
JAQUELINE SILVA DE OLIVEIRA	558122218	501246538-55	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
JAQUELINE SOUSA OLIVEIRA	430708000000	609112653-92	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
JASMINE CRISTINA DOS SANTOS	2006695-3	052330811-64	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
JAYNE DOS SANTOS CRUZ	24457710	703930841-08	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
JAYNE SAMARA DEMETRIOS DOS SANTOS	22799605	046431841-67	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
JEAN FRANCISCO BATISTELLA	13844377	977253821-00	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA

JEFERSON TRIGUEIRO DA SILVA	278828967	150367097-05	TECNICO EM RADIOLOGIA	ZONA URBANA
JENIFER DO AMARAL	22813446	040663221-90	PROFESSOR - INTERINO	ZONA RURAL
JENIFER RODRIGUES DA COSTA	25947176	060381171-05	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
JESSICA ARIANE BORGES DA SILVA	18820824	036250081-90	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
JÉSSICA AZEVEDO LIMA	23578858	044114381-43	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
JESSICA BATISTA DE SIQUEIRA	34679847	055995371-29	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
JESSICA BRUNA DE SOUZA	207995963	054084871-99	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
JESSICA CRISTINA DO NASCIMENTO PINHEIRO	19975635	047159291-98	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
JESSICA DA SILVA	24471968	049179121-64	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
JESSICA DA SILVA CABRAL	28140117	065145751-37	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	ZONA URBANA
JESSICA DOS SANTOS CORDEIRO	25089323	052627051-97	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
JÉSSICA FERREIRA DA COSTA	22617558	039511351-23	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
JÉSSICA MARANGUELLI DOS SANTOS	2112623 -2	027370321-80	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
JESSICA NUNES DUTRA FERREIRA	2189728	114589527-11	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
JESSIKA PAIVA OLIVEIRA	24473308	048517271-27	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
JESSYCA VICENTE DA SILVA	21079722	031644901-60	FARMACEUTICO 40H	ZONA URBANA
JETTRO WILEN ZACQUI	11505680	888651771-87	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA URBANA
JHONATHA FELIX PORTO SILVA	26074664	060374921-66	AGENTE DE SERVICOS PUBLICOS	ZONA URBANA
JHON LENON RODRIGUES PICOLOTTO	21168229	032274411-36	TECNICO EM RADIOLOGIA	ZONA URBANA
JHULI SOUSA SANTOS DA COSTA	16611837	021809421-33	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
JISALDA SILVA PLEUTIM	104529	456734381-68	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
JIZARA KISCHENER DA SILVA	28139631	045920121-27	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
JOAB VELOSO DE JESUS	16272366	024391681-73	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA URBANA
JOANA DAS NEVES DINIZ VIEIRA	16285832	024264881-90	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA URBANA
JOANA DE LIMA RIBEIRO	25555863	053036081-07	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
JOANE BATISTA DA SILVA	28776550	062566291-16	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
JOAO HENRIQUE JUNIOR	952494	616377931-20	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	ZONA URBANA
JOÃO MIGUEL SANTOS COELHO	28642805	066528621-07	FARMACEUTICO 40H	ZONA URBANA
JOAO ROBSON FERREIRA LIMA	15133214	846086332-87	MOTORISTA - TRANSPORTE ESCOLAR	ZONA URBANA
JOCELEIA SCHMIDT DE ALMEIDA	17078369	005357891-06	FARMACEUTICO 40H	ZONA URBANA
JOCIELMA SILVA COSTA DOS SANTOS	117791799-5	020787811-00	NUTRICAO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA RURAL
JOEDE MALVAO DE BRITO	23471417	043594501-76	AGENTE DE SERVICOS PUBLICOS	ZONA URBANA
JOEDNA SILVA COSTA	1340326-5	005714721-33	FARMACEUTICO 40H	ZONA URBANA
JOEJOELMA SANTOS MENDES ARAUJO	2102924	718142211-15	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
JOELMA AGUIARDA COSTA	1821157-3	021656831-57	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
JOEL SILVA DA COSTA	228027942	528385873-15	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA RURAL
JORDEAN PEREIRA DA SILVA	241733000000	017314041-66	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
JOSECLEIA TEIXEIRA DOS SANTOS	1716354-4	003877121-78	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA URBANA
JOSE DA SILVA SOUSA FILHO	2326189-7	044150361-63	MOTORISTA - TRANSPORTE ESCOLAR	ZONA URBANA
JOSÉ JUNIOR PAULINO BATISTA	1214881-4	879063921-91	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
JOSELAINE DA SILVA SILVEIRA	2453096-4	048420311-82	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
JOSE LUCIANO GRUDGEM MENDONÇA	2147781-0	033672171-40	MOTORISTA VEICULOS PESADOS	ZONA URBANA
JOSEMÁRIO DA SILVA SOUSA	3455021	090502414-17	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
JOSÉ ROBERTO TERUEL	3891529	521531779-87	MOTORISTA VEICULOS PESADOS	ZONA URBANA
JOSE VALTER SILVA TORRES FILHO	11377780	913490521-91	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA URBANA
JOSIANE CARVALHO DE SOUZA	1818863-0	020809221-81	TECNICO EM LABORATORIO	ZONA URBANA
JOSIANE COSTA CORDEIRO MARTINS	2444823-0	035341091-80	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
JOSIANE DE SOUZA MICHEL	2422684-0	052604391-12	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
JOSIANE MARQUES DOS SANTOS	445895585	349925488-30	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
JOSIANI TRINDADE DE OLIVEIRA	17601240	022801331-30	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
JOSIELMA RODRIGUES MARINHO	585499755	020530621-77	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
JOYCIELLE AGUIAR DE FIGUEIREDO	26952041	058689461-62	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
JUAREZ MACHAADO	1055888	948731941-72	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS I	ZONA URBANA
JUCELEI DA SILVA DE OLIVEIRA	1820151-2	021339281-03	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA RURAL
JUCELIA DA SILVA CONCEIÇÃO	2522472-7	058106011-38	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
JUCELIA REIS DA SILVA	28419715	061529131-79	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA URBANA
JUCENA LABORÃO	12296791	878048671-15	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
JÚLIA BENEDETTI REIS	27066274	052190951-10	NUTRICIONISTA 40 H - GTE	ZONA URBANA
JULIANA APARECIDA SANTOS DA COSTA	17539234	008532431-07	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
JULIANA BRITO	16099885	023271751-60	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA URBANA
JULIANA CRISTINA LOPES DA SILVA	17040370	026072591-93	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
JULIANA RIO TEIXEIRA SOUZA	23557117	044407931-93	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
JULIANA ROBERTA LOPES VENANCIO	1756695	036812241-70	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
JULIANE MILEICE PEREIRA ARAUJO	17029929	035997251-95	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA URBANA
JUSCINEI XAVIER SOUZA	16518063	017357031-33	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA URBANA
JUSSARA MACIEL ALVES PACHECO	2069428-8	622071481-49	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
KALLIANE VIEIRA SOUZA	23092599	041564011-38	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
KAMILLA ARAUJO MARTINS	27015793	059713871-03	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
KAMILLA FURTADO REGATIERI	18744168	024871511-96	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
KAMYLLA HORRANA LOPES DE OLIVEIRA	31091059	061243111-86	AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO	ZONA URBANA
KARINA FRIGERI TERTO DA SILVA	20957432	755643351-04	FARMACEUTICO 40H	ZONA URBANA
KARINA NERIS MARINS	22586105	056020211-32	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
KARINE DA SILVA MACIEL	2875855-2	058674491-65	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
KARINE RODRIGUES DOS SANTOS	1167668	021275161-17	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
KARLA LOUIZE AGUIAR DE FIGUEIREDO	26951797	058689561-25	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA

KARLIANE ALBUQUERQUE CORDEIRO	26068176	061060611-57	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
KAROLINE BORNHOLDT	31102760	076117721-39	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
KAROLINE DE OLIVEIRA FARIA	30212081	045195931-07	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
KAROLINE KERSLY SCHMIDT DE ANUNCIAÇÃO	17070198	029792991-70	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
KAROLINE MENDES SANTANA	27028542	042473171-13	ODONTOLOGO 40H	ZONA URBANA
KAROLINE SILVA DE OLIVEIRA	29317886	061557551-08	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
KAROLYNE DOS SANTOS ARAUJO	26081180	060989031-07	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
KATHRYN LEITÃO CHAVES	34439609	048243141-51	ODONTOLOGO 40H	ZONA URBANA
KATHYELLEN JAQUISIANE CAVICHON SCHERBACH	29100712	071725811-48	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
KATIANE YASMIN DIAS KORPAN	2142773-9	033811231-65	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
KATIA ROQUE DE PAULA DA SILVA	12738069	878075801-00	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
KATIELY NEVES FERREIRA	1947955-7	035132131-40	AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO	ZONA URBANA
KAUANY DA SILVA MENESES	28099702	063503381-03	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
KAW\NNY CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA	29581559	031035402-13	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
KEILA CARDOSO LIMA	17228930	024791131-32	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
KEILA DA SILVA MACIEL	28758803	061336021-47	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
KEILIANE ALMEIDA SILVA NOGUEIRA	8817033	016314472-97	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
KEISSYANE DANIÉLLY NEVES DE OLIVEIRA	26075261	056406851-90	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
KELEN PATRICIADA ROSA	1994854-9	028028871-90	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA URBANA
KELLEN DOS SANTOS ALVES DALMOLIN	21232300	032592121-08	NUTRICIONISTA 40 H - GTE	ZONA URBANA
KELLY LUCIA HINKEL	15642550	021542721-18	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
KELLY MOREIRA DAUFENBACH	21107947	031544571-86	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
KELVELEN DANIELE DA SILVA LIMA	26068087	061449081-29	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
KEMILLY VITORIA SILVA DE CAMARGO	28265130	065966441-03	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
KERLLEM FELIX PEREIRA ARMONDES DE JESUS	4257370	799101651-04	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
KETELIN CAROLINE DA SILVA BERNARDES	28040252	058314201-08	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
KETLEN RAFAELA FONSECA	25194283	051976531-16	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
KISMAR DE MOURA	7997809	596690041-87	NUTRICAO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
KLEYNE PAULA CASTRO LANCE	91739020	047829289-98	PROFESSOR - INTERINO	Z. RURAL INDIGENA
LAERCIO CASTIGLIONI	12738093	930677801-59	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA URBANA
LAIANY GONÇALVES CARLOS	2306638-5	036798261-76	ODONTOLOGO 40H	ZONA URBANA
LAIS DA SILVA CARLETTO	26068133	058306271-75	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
LAIZ APARECIDA FERREIRA TOLEDO	22456619	055177901-27	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
LARISSA BRUNA SOUSA COSTA	27054845	059946171-30	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
LARISSA CRISTINA DA LUZ SILVA	30266000	065669411-42	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
LAZARO JULIO CAVEQUIA	1384026-8	925846911-91	MOTORISTA - TRANSPORTE ESCOLAR	ZONA RURAL
LEANDRA CASTIGLIONI	10621687	778865851-00	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
LEANDRO CERVIGNI CASTILHO	34079205x	305155758-79	FARMACEUTICO 40H	ZONA URBANA
LEIA CRISTINA DOS SANTOS	23058722	014745911-75	ENFERMEIRO - 40H	ZONA RURAL
LEIDIANE DE SOUZA DOS SANTOS	25716360	057087231-65	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
LEIDIANE NUNES SIQUEIRA	1946862-8	034060471-90	AGENTE DE SERVICOS PUBLICOS	ZONA URBANA
LEIDIANE PEREIRA RAMOS	16926455	027847271-06	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
LEIDIANE SOUZA SILVA	28721748	049205631-59	AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO	ZONA URBANA
LEILIANE MARIA FIRMINO	12692808	016973571-05	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
LENICE MARIA ILVA FERNANDES	33974519	539294461-20	COZINHEIRO	ZONA URBANA
LEOBERTO DE OLIVEIRA BARBOSA	20760327	080155558-25	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	ZONA URBANA
LEONARDO MARAFON	5696427	045708841-99	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
LEONILDA SOARES LEITE	3110231-0	925862441-68	NUTRICAO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA RURAL
LETÍCIA CAMARGO DE SOUZA	1247368	089241547-96	ENFERMEIRO - 40H	ZONA RURAL
LETICIA DA SILVA CARDOSO	19460473	037213431-90	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
LETICIA FONSECA MENDES	21592578	034897041-26	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
LETÍCIA LIMA DO NASCIMENTO DE MACEDO	24458155	047954411-54	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
LEUCIMAR GALVÃO SOUSA	4248756	690605502-00	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
LIDIANE LUDKE DOS SANTOS	18156037	026407781-45	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
LIDIANE RODRIGUES DE SOUSA	23094346	049026251-13	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
LIDIA SIQUEIRA DA CRUZ	30502780	288413678-90	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
LILIA FABIANA PATELIN	1899570-5	028063561-30	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
LILIAN JULIANE DE SOUZA	25035800	060821631-33	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
LINDERSEY SILVESTRIN DOS SANTOS	2172411-3	041974401-03	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA URBANA
LINDIANE GABRIELLY COSTA	28717473	057582401-84	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
LISANDRA LOPES ARAÚJO	2422973-3	755762951-53	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
LISLEI MATOS GONÇALVES	1335666	033839042-10	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
LOANA LIMA DO NASCIMENTO	2342775-2	043635041-61	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
LORACI JUREMA NICOLAI	13795147	568286401-87	AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO	ZONA RURAL
LORENA LOPES PINO GARCIA	21993483	043295291-81	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
LORENI JASCOV	060941-1	551466511-91	ASSISTENTE SOCIAL - 30H	ZONA URBANA
LORRAINE BISPO XAVIER	22215670	045819661-40	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
LORRANE SOUSA SANTOS	21964521	059362741-52	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
LUANA DE FREITAS SOUZA	2246855	054462541-20	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
LUANA GABRIELA MACHADO	24532266	064225081-23	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
LUANA LIDIANE HOLSCHUCH	21863903	035335671-92	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
LUANA MENDES DE SOUSA	981288	020762322-81	TECNICO EM RADIOLOGIA	ZONA URBANA
LUANA MENEZES DA SILVA SANTOS	28321235	061110401-62	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA

LUANA NAYA SOUZA MACEDO	468601429	391135918-78	TECNICO EM RADIOLOGIA	ZONA URBANA
LUANA SILVA DE LIMA	5422828100	054228281-00	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
LUANA SILVA DOS SANTOS	22257993	037750171-94	TECNICO EM RADIOLOGIA	ZONA URBANA
LUANA SILVA MARTINS	029673762005-8	029722253-84	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
LUANA TOMASELLI DUTEL	25668927	058053341-78	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
LUCAS RAUL FERNANDES	12.907.937-1	091055239-82	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
LUCAS SOARES DE SOUZA	23782242	059456721-14	AGENTE DE SERVICOS PUBLICOS	ZONA URBANA
LUCELIA EVANGELISTA DE ARAUJO	18802087	033762251-50	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
LÚCIA AGUIAR DA SILVA	16553578	007798551-67	AGENTE DE SERVICOS PUBLICOS	ZONA URBANA
LUCIANA FRANCISCO DA SILVA	20245815	027515871-35	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
LUCIANA MARIA DOS SANTOS KOPTSKI	16518101	018613261-14	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
LUCIANA MENDES DOS SANTOS	31968112	005470842-77	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
LUCIANA PATRICIA AFONSO RODRIGUES	5730995	002865982-13	TECNICO EM LABORATORIO	ZONA URBANA
LUCIANA SOARES DOS SANTOS	1731570-0	736088821-20	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
LUCIANE DO NASCIMENTO MACIEL SANTOS	1692635-8	023952111-09	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
LUCIA PINHEIRO SILVA	5083354	299183241-04	NUTRICAO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
LUCIA PINTO SOUZA	18164960	008338591-61	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
LUCICLÉIA PEREIRA DA SILVA	1946879-2	038880551-05	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
LUCIENE DA SILVA VERAS	21624500	039780381-88	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
LUCIENE GOMES BATISTA	18175228	006842391-83	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
LUCIENI CARDOSO DOS SANTOS	1703005-6	017614961-90	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
LUCILÉIA RODRIGUES DE SOUZA	13402447	021920961-86	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
LUCILENE EVANGELISTA DE ARAUJO	23033142	046175231-03	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
LUCILENE PEREIRA PINCER	4616902	011575371-03	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
LUCIMARA PEREIRA DOS SANTOS	16609182	010090691-52	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
LUCIMEIRE FONSECA SIMÃO	27669637	026846181-35	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
LUDIELY DA SILVA FERNANDES CORREIA	28997832	065084171-93	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
LUDMYLLA FERNANDA DE SIQUEIRA SILVA	21737673	036089901-35	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
LUIS FERNANDO BARBOSA GUIMARES	28491807	061847981-38	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
LUIZ ALEXANDRE SCABENI OLIVEIRA	25222287	066677311-43	FARMACEUTICO 40H	ZONA URBANA
LUIZ PEREIRA	33783124	202776361-91	MOTORISTA - TRANSPORTE ESCOLAR	ZONA RURAL
LUMA FERNANDA CARLETTO	16379900	050862461-48	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
LUSIÁRIA CARDOZO DO NASCIMENTO	20857918	042585381-08	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
LUZIENE SOARES LOPES	4950533	895517612-00	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	ZONA URBANA
LYA LIMA DOS SANTOS	29426944	062955971-65	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
MABIA GONCALVES FERREIRA	31062792	017433752-39	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
MAICON FERNANDO MACEDA	19953127	034058871-35	FARMACEUTICO 40H	ZONA URBANA
MAIKE ANDRELEVICIUS TRISTÃO	23123834	041858571-79	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA URBANA
MAISA SANDMANN	5435052	825607651-87	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
MANOEL BARBOSA LEANDRO	23776307	057937441-69	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
MARCELA LOUISE KUNZLER GOTARDO	20593643	024135641-52	ODONTOLOGO 40H	ZONA URBANA
MARCELLO DE ALMEIDA E SILVA	15078132	006938271-90	TECNICO EM RADIOLOGIA	ZONA URBANA
MARCELO HENRIQUE BIGUELINI	2540180-7	061150191-09	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
MARCIA CRISTINA LAUDETE PORTE	1488709-6	008187701-39	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
MARCIA DE JESUS MOTTA	21752389	035751131-06	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
MARCIA DE SOUZA VIEIRA GAUTO	12145823	002783501-43	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
MARCIA FERNANDES DOS SANTOS	16305515	003466711-32	ASSISTENTE SOCIAL - 30H	ZONA URBANA
MARCIA FERNANDES RAIMUNDO	820100	915726901-78	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA RURAL
MARCIA FERREIRA TEIXEIRA GIUSTI	16813090	872247201-00	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
MARCIA JANETE WACHHOLZ	15101940	000372891-95	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
MARCIA MARIA DE FREITAS	14740923	904209181-91	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
MARCIANA HILARIA DORCA	15767582	983572121-15	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
MARCIANE ALVES DE PAULA	137054	802554502-49	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
MARCIANE DIAS DOS SANTOS	1675701	021709631-03	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
MARCIANE SILVA DE SOUSA DE OLIVEIRA	21024529	042955531-82	COZINHEIRO	ZONA URBANA
MARCIA RIBEIRO DA SILVA	17056497	923333111-34	ASSISTENTE SOCIAL - 30H	ZONA URBANA
MARCILENE PEREIRA SOUZA	2050033-5	028543401-24	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
MARCIMONE FERREIRA DA SILVA	5135367	025986191-02	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
MARCIO BORMANN	2369233	952554351-04	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	ZONA URBANA
MARCIO PEREIRA DA SILVA	1831173-3	021247221-66	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA JUNIOR	1826423-9	028758351-14	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA RURAL
MARCOS GUIMARÃES ARAÚJO	18064612	015636791-24	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
MARCOS UILIAS RAMOS DIAS	27667294	063052581-12	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
MARCOS VINICIUS CASTRO DOS REIS	7672155	028580942-33	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
MARGARETE CAVICHOM	17602980	012981951-44	NUTRICAO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
MARIA ALICE ALMEIDA DA SILVA	22380680	051173281-32	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
MARIA ALICE DE OLIVEIRA	25748203	061567421-66	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
MARIA ALICE TRINDADE DE OLIVEIRA	7955073	799764091-68	NUTRICAO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
MARIA ALINE PINCER SAVARIS	3079352-1	080994221-63	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
MARIA ANDRÉA SILVA PEREIRA NEU	16038860	006338421-33	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
MARIA ANGÉLICA DA SILVA OLIVEIRA	920219	514764951-49	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
MARIA ANGELICA SANDRI	95369984	019462399-84	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
MARIA APARECIDA DE MELO BOLONHA	2557215-6	014771529-62	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA

MARIA APARECIDA LOPES PEREIRA	26244802	048609321-29	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
MARIA APARECIDA MARANGUELI	766736	614896111-34	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
MARIA APARECIDA RODRIGUES CRUZ FARIAS	7572590	603887811-49	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
MARIA BENEDITA DA CONCEIÇÃO	10982230	928061981-00	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
MARIA CELMA BEZERRA BILIO	4570521	881090972-00	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA RURAL
MARIA CICERA CAETANO DOS SANTOS	11866608	029009461-58	COZINHEIRO	ZONA URBANA
MARIA CLEONICE DA CONCEIÇÃO SILVA	12118419	004801901-19	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
MARIA CRISTINA SANTANA MACHADO	1661927-7	007889141-89	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPO-RARIO	ZONA URBANA
MARIA DAS GRAÇAS COUTINHO MUNIZ	462020000000	612178213-76	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
MARIA DA SILVA AGUIAR OLIVEIRA	31560920	675099912-34	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
MARIA DE FÁTIMA VIANA	19324570	016227891-80	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
MARIA DEUSA SOARES DOS SANTOS	2035591	367848002-06	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA URBANA
MARIA DOMINGAS MARQUES DA SILVA	28315154	529806423-04	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
MARIA DOS SANTOS DA SILVA	6838902	708667951-89	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
MARIA EUNICE DA SILVA	11694661	855472711-87	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
MARIA FRANCISCA VIANA MORENO	27567480	080429791-69	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPO-RARIO	ZONA URBANA
MARIA GARDENI VALE VIEIRA COSTA	1723911	007247301-09	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
MARIA HELENA ALVES DE ARAUJO DO PATROCINIO	93556690	420504642-15	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA URBANA
MARIA HELENA PIMENTEL CRAVO	23154810	703320591-03	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
MARIA IRIS MENDES DA CONCEIÇAO	1651752-0	936805891-15	AGENTE DE SERVICOS PUBLICOS	ZONA URBANA
MARIA ISABEL DA SILVA	20101805	050368491-08	NUTRICIONISTA 40 H - GTE	ZONA URBANA
MARIA JOSE DE SOUZA ANTUNES	35.804.038-3	934501841-72	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
MARIA JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS	30271533	032110416-13	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
MARIA LUCIA DE OLIVEIRA LEMOS	9303057	621617681-15	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
MARIA LUCIA DOS SANTOS	337096	338212751-20	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
MARIA LUIZA BRAGA LOPES	30433673	062872211-78	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
MARIA MADALENA MACEDO RODRIGUES	1850346-2	018803761-64	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA URBANA
MARIANA APARECIDA DE SOUZA MENDONÇA RIBEIRO	17855110	007173641-78	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
MARIANA CAROLINA OENING CARVALHO	28063740	060701441-55	NUTRICIONISTA 40 H - GTE	ZONA URBANA
MARIANA SOARES CASTRO	26645962	058118751-26	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
MARIA NEUSA ALVES DE SOUZA	13147269	891335871-91	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
MARIA NILCE BRANDÃO SOUZA	940586	943205781-04	AGENTE DE SERVICOS PUBLICOS	ZONA URBANA
MARIA ONETE DE SOUSA BEZERRA	25676199	054249061-76	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
MARIA RANUSIA GERONINO DOS SANTOS	1178576	896803835-04	AGENTE DE SERVICOS PUBLICOS	ZONA URBANA
MARIA SILVANA DOMINGOS DIAS	30414768	027177561-08	NUTRICAO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
MARIA VANNESSE DA SILVA SOUZA	58455064-9	038183441-75	NUTRICAO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
MARIA VIVIANE DA COSTA VALENTE	30631327	704520932-01	AGENTE DE SERVICOS PUBLICOS	ZONA URBANA
MARIELE CARINE CARDOSO SOARES	18066435	116889106-03	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
MARIELLE BIFFI MATIAS	5143554	053893719-09	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
MARILENE MIGUEL DA CRUZ	817293	434101203-78	ENFERMEIRO - 40H	ZONA RURAL
MARILENE PEREIRA DOS SANTOS CARVALHO	23058072	003854751-10	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
MARILIA RESENDE PEPINELLI	45146117-4	031288191-65	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
MARINES GARBINATO CASSOL	13955381	926866991-91	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
MARINES KOBELNIK	18793009	023831311-56	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
MARINÊS SCARTEZENI	1598122-3	021842861-84	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
MARINEUDA NÓBREGA ALVES	16755332	001384121-11	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPO-RARIO	ZONA URBANA
MARIO ANTONIO BRIEZINSKI	651078	453050131-00	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
MARISA FERREIRA DE MELO	1513415 -6	996031011-68	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
MARLA MAIRA PIRES DE FREITAS	21107238	811454113-04	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
MARLENE DOS SANTOS ALVES	18731058	019480581-62	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
MARLENE LOPES PESSOA	11112050	906972781-15	NUTRICAO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
MARLON FELIPE GONÇALVES LIMA	23468866	043676201-31	TECNICO EM RADIOLOGIA	ZONA URBANA
MARTA BORTOLOTTO STACKE	6807700	036072061-71	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPO-RARIO	ZONA URBANA
MARTA DE SOUSA SILVA MACHADO	18503810	013880481-83	NUTRICAO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA RURAL
MARTA SCHOFFEM	28265149	062425241-80	ODONTOLOGO 40H	ZONA URBANA
MARY ESTHER TEIXEIRA DOS SANTOS	21964424	049418151-65	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
MATEUS FARIAS IRYCYK	27560740	059873811-85	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
MATEUS LEONARDO CASSIMIRO VASCONCELOS	1289159	021595072-02	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
MATIAS DE ALMEIDA	24282855	045715301-61	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA URBANA
MAURO MARCIO CORREA DA COSTA	1243026	968642301-04	TECNICO EM RADIOLOGIA	ZONA URBANA
MAYARA CHAVES DE OLIVEIRA	1682243	032382731-40	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
MAYKE JUNIOR PEREIRA ALVES	23331208	042695791-10	ODONTOLOGO 40H	ZONA URBANA
MAYLON DOUGLAS GENEROSOMORAES	24458473	047953271-06	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
MICAELE ALVES GOMES	23839813	058568961-06	TECNICO EM LABORATORIO	ZONA URBANA
MICHAEL JORGE RIBEIRO	14255685	707132001-20	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA RURAL
MICHELI DA SILVA CAMPOS	20011091	027231501-00	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
MICHELI TRAJANO DE CARVALHO	24966797	062409551-75	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
MICHELY CERVANTES VELANI FERREIRA	13678574	923451901-91	BIOQUIMICO - 20H	ZONA URBANA
MILENA DA SILVA SOUZA	30934982	063444931-19	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
MILENA LOPES FRANÇA	2006654-8	047956161-32	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
MILENA MANFRE COSTA	2876477-3	054932791-69	ODONTOLOGO 40H	ZONA URBANA
MIRIAN BOTELHO DE OLIVEIRA	12047201	835217471-15	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
MIRIAN GRACES DA SILVA	20204248	027257911-46	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
MISNAY CAROLINE TENUTTI FERNANDES	2663361-2	058018511-78	ODONTOLOGO 40H	ZONA URBANA

MÔNICA CHIAMENTI RIVA ROCHA	2473487-0	061026451-62	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA RURAL
MÔNICA GABRIELI DALMOLIN	2521999-5	060625841-84	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
MÔNICA KELLY CAMPELO LEITE SILVA	2109746-1	044916011-43	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
MYLENA PARIS	2085691-1	043747231-02	BIOQUIMICO - 20H	ZONA URBANA
MYLENA ZEILINGER JUSTI	21724202	044587121-01	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
MYLLENA DE PAULA NUNES RODRIGUES	24455296	061519501-60	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
NADIR SIQUEIRA DOS SANTOS	417908180	439878288-54	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
NAIARA DE SOUZA MATTEI DORIGON	2468392-2	051210111-64	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
NAIR MARIA DE SOUZA	13885030	934517171-15	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
NAITIANE CAMILA MALLMANN	23512725	054836581-40	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
NATALIA AMARALINA BARROZO DE CASTRO	27668479	036653351-75	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
NATALIANE GALVAN	23428848	057043231-62	FARMACEUTICO 40H	ZONA URBANA
NATANIA DA SILVA BRIVIO	1823606-5	021835721-40	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
NATHALIA MEDEIROS HIPOLITO	25956035	054958291-66	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
NATHALI SILVA DE OLIVEIRA	29171938	061250651-70	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
NATYNA RAYNA DOS SANTOS DA HORA SILVA	1583870-6	025130931-27	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
NAYARA MOREIRA GUIMARÃES	27465551	057093611-00	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
NAYARA NEKEL VIERA	25164805	051482621-50	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
NAYRA NOGUEIRA FRASSON GHENO	25557939	060568591-69	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
NAYURI SANTOS IGNACIO	26066033	069484331-89	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
NAZIOBERTA DOS SANTOS BENEVIDES	32510926	016018244-16	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
NEDI MARTINS DE SOUSA	25822047	055703471-00	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
NEILA LEANE DIEFENTHALER	1003161	818103501-15	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	ZONA URBANA
NELCI MARGARETE MAGNABOSCO VARELA MARTINES	1281156-4	887191701-49	ASSISTENTE SOCIAL - 30H	ZONA URBANA
NELSON ROBERTO DA SILVA	3064737	721112163-72	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
NERINA DOS SANTOS SILVA	2146957-1	630776711-15	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA URBANA
NEUZA MARIA BARBOSA BERTELLI	228233	312455281-49	ASSISTENTE SOCIAL - 30H	ZONA URBANA
NICOLLY APARECIDA MALAGGI	3123880-7	062153361-06	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
NILCILENE FEITOSA DIAS ALVES	31887139	957795902-49	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA URBANA
NIVALDA DOS SANTOS FERREIRA	0300561 5	241930621-04	PROFESSOR - INTERINO	ZONA RURAL
NIVALDA DOS SANTOS FERREIRA	0300561 5	241930621-04	PROFESSOR - INTERINO	ZONA RURAL
NÚBIA CRISTINA RODRIGUES DE ALENCAR	16279972	027815001-27	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
NÚBIA DA SILVA MOURA	2342892-9	049100751-51	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
NUBIA LUZ TREMARIN	16616766	017253501-81	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
NUBIA PEREIRA DA SILVA	637991966	943915211-72	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
OCICLEA LIMA SOUZA RIBEIRO	30765021	017609131-97	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
OLIVIA FERREIRA DE ARAÚJO	329964000000	601989083-00	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
OMERY MARIA DA SILVA ROMÃO	31716504	292202544-68	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
PABLO JUNIOR PEREIRA	2100866-3	031463981-09	FARMACEUTICO 40H	ZONA URBANA
PABLO SILVA LOPES	165619000000	046645783-93	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA URBANA
PALOMA GOMES BRANDAO	16106237	030315701-11	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
PALOMA MARCELE CAFFONE LIMA	25490249	052683251-75	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
PALOMA SOUSA ARAÚJO	26119757	057658851-28	AGENTE DE SERVICOS PUBLICOS	ZONA URBANA
PAMELA CRISTINA BISPO	26667614	058728721-78	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
PÂMELA TAMYRES MARTINS	24226971	060709691-89	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA URBANA
PANMELA SUELEN HLIPPEL VIEIRA SILVA	12165503	036778231-61	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
PATRÍCIA DE PAULA FUSSI	24228761	047954841-20	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
PATRICIA DOS SANTOS	21112290	041195341-97	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
PATRÍCIA MENESES REIS	18188400	021206091-01	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
PATRICIA OLVREIRA ANDRADED	19137699	014131571-73	TECNICO EM LABORATORIO	ZONA URBANA
PATRICIA REGINA DE SOUZA FERRO	19411340	031672151-43	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
PATRICIA TENEDINE SURIANO	29575877	064901811-77	AGENTE DE SERVICOS PUBLICOS	ZONA URBANA
PAULA CRISTINE FERREIRA DE CARVALHO	2813710-8	066376491-20	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
PAULA LUANA ARAUJO DE LIMA	19956320	052517671-37	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
PAULO DOS SANTOS	17860601	336264303-59	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	ZONA URBANA
PAULO JUAREZ DA SILVA MERTZ	21613583	030984931-43	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
PAULO RENATO PINHEIRO DA CRUZ	31405673	681130569-04	MOTORISTA VEICULOS PESADOS	ZONA URBANA
PAULO RICARDO DOS SANTOS	6542387	013736002-92	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
POLIANA APARECIDA DUTRA COSTA	17361397	035152351-08	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
POLIANA CRISTINE DE CASTRO	21527938	044577831-88	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
POLIANA LOPES	24616001	041524291-60	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
POLIANA MARTINS PEREIRA DE OLIVEIRA	20666896	029084211-51	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
POLIANA PEREIRA DA SILVA	19326807	027363351-12	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
POLIANE COUTINHO DE BARROS	6107158	014144042-20	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
POLLYANA CARLA FANIN	20452470	045101691-24	ENFERMEIRO - 40H	ZONA RURAL
POLLYANA SILVA ARAUJO	24759880	050986641-79	FONOAUDIOLOGO - 20H	ZONA URBANA
PRICILA SOUZA DEFACIO	29979773	061418771-09	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
PUBLIO TENEDINI SURIANO	22754849	047953361-05	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
QUELCILENE CORREIA DA SILVA	13534734	001818271-23	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	ZONA URBANA
QUÉREN HAPUQUE DE CAMARGO AZEVEDO	3105865-5	082903241-03	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
QUESIA MAIHELE MENEZES	16588827	020777221-50	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
RAELMA SILVA BATISTA	386361000000	056673253-06	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
RAFAELA CAROLINE GONÇALVES URIZZE	18150152	027138651-74	ODONTOLOGO 40H	ZONA URBANA
RAFAELA CRISITNA ANDREATTO	24602035	060571431-24	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA

RAFAELA MARIA DA SILVA	29316324	057542571-71	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
RAFAELA MOMOLI LEMOS	20052006	026445311-52	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
RAFAELA OLIVEIRA DE MORAIS	23833238	042793401-02	TECNICO EM RADIOLOGIA	ZONA URBANA
RAFAELA REGINA DE MORAES DE MARINS	28722760	031341621-48	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
RAFAEL CARLOS SARTORI	31389511	084176099-38	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
RAIANE ALVES PEREIRA DA SILVA	29020093	062744991-30	FARMACEUTICO 40H	ZONA URBANA
RAIMUNDA CARDOSO DA SILVA DE SOUSA	18212085	011822621-55	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
RAIMUNDA LIMA	15434621	915938241-49	COZINHEIRO	ZONA URBANA
RAIMUNDA MARIA GARCIA ANDRETTA	7369956	865876411-72	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
RAIMUNDA NONATA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS	1719142-4	028303161-18	AGENTE DE SERVICOS PUBLICOS	ZONA URBANA
RAIMUNDO NONATO SOUSA MENDES	927468-5	572307491-15	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA URBANA
RAISSA KETLEN DE OLIVEIRA FERREIRA	34466975	085559113-70	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
RAISSA VITORIA FERREIRA PEREIRA	467267000000	069462843-30	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
RAIZA DA SILVA LIMA	24791350	051093971-63	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
RAMONY MACIELE DE JESUS CLEMENTE ALVES	33583714	006988083-20	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
RÂNDER JORGE ALCÂNTARA	146419798	015572171-22	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
RAQUEL DE OLIVEIRA BRITO	17029678	023160681-89	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPO-RARIO	ZONA URBANA
RAQUEL LIMA DOS SANTOS	28491025	062956131-10	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
RAQUEL OLIVEIRA DA SILVA	23751982	960081131-87	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
RAYANA COELHO TRINDADE	19869371	025155511-90	BIOQUIMICO - 20H	ZONA URBANA
RAYANE CARDOSO	19951450	025197971-77	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPO-RARIO	ZONA URBANA
RAYLA DE PALMA FERNANDES	23454520	043954971-01	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
RAYLLA MICHELLI DE MELO SCHMIDT	2357713-4	055902241-79	ODONTOLOGO 40H	ZONA URBANA
RAYSSA RIBEIRO DA SILVA	3084041-4	060897421-80	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
REBECA RODRIGUES DA SILVA MAIA	2859522-0	069236341-64	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
REGIANE BENTES NASCIMENTO GUIMARAES	5634999	831566901-04	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
REGIANE DA MACENA VENÂNCIO	25564072	051267051-05	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
REGIANE DE ALMEIDA	42244217809	422442178-09	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
REGIANE RODRIGUES LIMA DE ARRUDA	98428232	061060429-50	ODONTOLOGO 40H	ZONA URBANA
REGIELE BENTES NASCIMENTO	34298401	920079101-87	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
REGIELLE DA SILVA DE ARAGAO	19011601	019647331-46	AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO	ZONA URBANA
REGILA PEREIRA AZEVEDO	24859397	050957321-57	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPO-RARIO	ZONA URBANA
REGINA DE FATIMA ARAUJO DE SOUZA	2245800	027885081-23	PROFESSOR - INTERINO	ZONA RURAL
REGINA DE JESUS VIEIRA	2085784	038765401-19	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
REGINALDO KOCH	13283332	777356172-91	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
REINALDO ALMEIDA OLIVEIRA	16926005	010737651-21	BIOQUIMICO - 20H	ZONA URBANA
REINALDO FRANCISCO ALVES	27346137	172147488-94	MOTORISTA VEICULOS PESADOS	ZONA URBANA
REIVELLYN KARIHELYNN GARCIA DE MELO	26463032	032265461-04	ODONTOLOGO 40H	ZONA URBANA
RELMESON GOMES CONCEIÇÃO	29969794	062058201-45	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
RENAILDA DA SILVA SOUSA	28321200	061431391-05	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
RENAN SILVA OLIVEIRA	2909416-0	070095281-01	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
RENATA APARECIDA BORGES SOARES	7664732	040558331-13	NUTRICIONISTA 40 H - GTE	ZONA URBANA
RENATA GONÇALVES MAGALHAES	1340073-8	978504461-00	COZINHEIRO	ZONA URBANA
RENATA LARISSA DOS SANTOS GIEHEL	26066530	047953381-40	AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO	ZONA URBANA
RENATA SACUNO DAS NEVES NORTE	13949802	033997501-61	FARMACEUTICO 40H	ZONA URBANA
RENATA SANTOS DESORDI	19936044	039752471-42	ODONTOLOGO 40H	ZONA URBANA
RENÃ TEIXEIRA DA SILVA	21427631	061045671-77	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPO-RARIO	ZONA URBANA
RHAIANE DE SOUZA LIMA	27763773	056447571-88	AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO	ZONA URBANA
RICARDO PEREIRA DE CARVALHO CUSTODIO	22486771	058715451-90	ODONTOLOGO 40H	ZONA URBANA
RIDSON GABRIEL SANTOS DUARTE	31196632	061928211-86	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
RITA DA SILVA OLIVEIRA	1212087-1	376210093-49	PROFESSOR - INTERINO	ZONA RURAL
RITA JOANA RAZNIEVSKI	22007601	024391651-58	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
RODINEI LUCAS DUARTE	23586559	059473571-86	ODONTOLOGO 40H	ZONA URBANA
RODRIGO BOSCO DE OLIVEIRA	48.297.446-1	408198548-08	ODONTOLOGO 40H	ZONA URBANA
RODRIGO BURKINSKI	10679375	580879581-87	MOTORISTA VEICULOS PESADOS	ZONA URBANA
RODRIGO DA SILVA PEREIRA	27226034	057971481-02	MOTORISTA - TRANSPORTE ESCOLAR	ZONA RURAL
RODRIGO DE SOUZA RESNIZEKE	30326672	089773229-44	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
RODRIGO DO NASCIMENTO FERREIRA	25002198	065391121-14	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	ZONA URBANA
ROMARIO GOMES BETARELO	25034421	700657831-07	ENFERMEIRO - 40H	ZONA RURAL
ROMILDA OLIMPIO	1301307	021871091-78	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
RONALDO FERNANDO DE OLIVEIRA SOUZA	3916435	000664892-45	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
RONAN PACHECO COSTA	12751855	929611341-53	TECNICO EM RADIOLOGIA	ZONA URBANA
RONDESON LOPES SILVA	1357707-7	894564911-53	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS I	ZONA URBANA
RONICLEI DA SILVA ROCHA	23972238	046066331-31	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
ROSALINA BOSSI DOS SANTOS	10095438	040042831-83	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	ZONA URBANA
ROSA MARIA SURUBI DA SILVA	18336833	997207521-49	ASSISTENTE SOCIAL - 30H	ZONA URBANA
ROSANE APARECIDA DOS SANTOS	17314020	044220931-26	AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO	ZONA URBANA
ROSANGELA APARECIDA DA SILVA	22336494	038503881-07	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
ROSANGELA RAMOS BASTARD	3126735-1	061777581-85	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
ROSANGELA SCHUSTER DA SILVA	17027527	743873919-87	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
ROSANGELA SCHWEDER DE SOUZA	48131822	076450039-28	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA RURAL
ROSELI APARECIDA DANTAS	954778	775433601-44	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
ROSELI MARIA CAMINSKI	16189140	030871951-46	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
ROSEVALDO MARCOS PININGA	47669145-X	327260198-89	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA URBANA

ROSICRER MOREIRA DA SILVA	7369875	846243291-04	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
ROSILEI LUCIA GRACIOLLI	17731305	022207191-54	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
ROSILENE ALVES PEREIRA DA SILVA	30229286	076276771-57	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ROSILENE DA SILVA OLIVEIRA	15491226	010987041-77	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
ROSILENE INACIO TROSDOLF	17346401	042278111-80	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
ROSIMEIRE BENTO RODRIGUES DOS SANTOS	25769979	065912391-62	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ROSIMEIRE LOURENÇO ADÃO DA SILVA	1419785-5	921706331-20	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
ROSINETE RODRIGUES MARTINS	16278844	015049951-55	NUTRICAO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ROZANE DE OLIVEIRA	15273210	009426471-65	NUTRICIONISTA 40 H - GTE	ZONA URBANA
ROZIVALDO BARROS DE SOUZA	15479960	004327321-10	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
RUTINEIA MAGALI POERSCH	9084411876	011195110-03	ASSISTENTE SOCIAL - 30H	ZONA URBANA
SABRINA BORGES DE SOUZA	239121238	044479421-27	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
SABRINA CIRQUEIRA FRANCO	29226929	060975411-47	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
SABRINA KLUNCK	2516794	004421960-16	FARMACEUTICO 40H	ZONA URBANA
SABRINA PRAXEDES CALVE	28120337	063701911-32	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
SAMANTA APARECIDA LIMA DOS SANTOS	24532037	056160591-29	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
SAMANTA DE MORAIS DA SILVA	22685880	043682471-08	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
SAMARA CONCEIÇÃO PEREIRA	24540277	048704961-60	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
SAMARA DOS SANTOS CASTRO DA SILVA	24459500	012597571-61	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA URBANA
SAMARA SERPA SAMPAIO	27208486	047494031-48	NUTRICIONISTA 40 H - GTE	ZONA URBANA
SAMELA SIQUEIRA OLIVEIRA	1926240-0	021297331-23	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
SANDRA COSTA	836844	756550632-04	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA URBANA
SANDRA DOS SANTOS	18523153	979033701-97	AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO	ZONA URBANA
SANDRA MARTINS	805741/9	482430001-00	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
SANDRA NASCIMENTO ROMUALDO	16755618	011190811-65	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA RURAL
SANDRA QUEILA PANIÇÃO DE FRANÇA	2453074-3	048404421-42	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
SANDRA REGINA ZANCHIM	294258139	256421178-07	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
SANTINA FRANCIELI MARQUES	21767629	039251741-84	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
SARA APARECIDA PEDROZO.	11442662	000721701-31	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
SARA PEREIRA DE SOUZA ANTONIOLI	15954811	011482371-51	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
SARA TALITA MARTINS WANDERLEY	21107556	030421561-92	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
SCHAIANE HASSE	22154183	037765021-85	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
SCHEILA HASSE	22468846	929624321-15	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
SIDINEI SOARES	14167484	001384161-09	COZINHEIRO	ZONA RURAL
SILVANA ASSUNÇÃO DE OLIVEIRA	423261000000	608267963-62	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
SILVANA CARDOSO DE MELLO	1019249-2	864925601-59	ENFERMEIRO - 40H	ZONA RURAL
SILVANA RAMOS DA SILVA NAVES	994507	706654941-49	ASSISTENTE SOCIAL - 30H	ZONA URBANA
SILVANA TEIXEIRA	1403831-5	830415081-68	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
SILVANE ALVES PINHEIRO	35203700000000	023404391-16	AGENTE DE SERVICOS PUBLICOS	ZONA URBANA
SILVANEI ARMONDES DE JESUS	1671685-0	028987901-92	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS I	ZONA URBANA
SILVANILA NUNES PEREIRA	13513885	999947471-34	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
SILVANO ALVES SILVA	13405543	903535361-72	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	ZONA URBANA
SILVIA CAMARGO	29520738	063539731-52	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
SILVIA SANTOS GONÇALVES	757139	458858261-53	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
SILVIA TONATO DA SILVA	23141557	032789191-22	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
SIMONE APARECEIDA KEMPNER	24472859	703697771-07	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
SIMONE BARBOSA FEITOSA	20664940	041988621-41	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
SIMONE BARBOSA MARCELINO	1848179-5	014362861-58	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
SIMONE CUNHA WUST	19217528	021691361-69	AGENTE DE SERVICOS PUBLICOS	ZONA URBANA
SIMONEDA SILVA GUERRA DE MENDONÇA	30712572	061995079-08	PROFESSOR - INTERINO	ZONA RURAL
SIMONE DE FÁTIMA FERNADES	17998468	910739011-49	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
SIMONE LIMA MENEZES	17957621	020992511-69	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
SIMONE MICHELE SCHIMITT DE AGUIAR	1894364	029460771-44	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA URBANA
SIMONE NATALINA DA SILVA LIMA	13791958	004192181-06	ASSISTENTE SOCIAL - 30H	ZONA URBANA
SIMONI DA CRUZ CONCEIÇÃO	26196476	055945811-89	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
SIMONI DE CARVALHO CUSTODIO	22486852	046707921-80	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
SIRENE APARECIDA FORTES GURSKI	0935684-3	854104971-04	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
SIRLEIDE CAVALLO LANG	1320423	541963371-04	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
SIRLENE DE PAULA	21886830	057593891-90	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
SIRLENIR ALVES MOREIRA	17730350	028129071-77	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA RURAL
SOLANGE APARECIDA HAMESTER DE CARVALHO	1392103-7	009675811-25	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
SOLANGE DOS SANTOS	20090897	034543691-18	PROFESSOR - INTERINO	ZONA RURAL
SOLANGE RUIZ ANDRADE	1318966	014570532-33	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
SONIA APARECIDA CARRARA	25950746	519371151-00	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA URBANA
SOPHIA ANA DILL	31849628	051485281-09	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
SOVENI VITORINO	887698	003636221-28	PROFESSOR - INTERINO	ZONA RURAL
STEFANNIA VIEIRA RODRIGUES	2816230-7	052968181-13	AGENTE DE SERVICOS PUBLICOS	ZONA URBANA
STEFANY DA SILVA CABRAL	24227102	054696211-46	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPO-RARIO	ZONA URBANA
STEFANY NASCIMENTO SOARES	26245612	055598281-57	FARMACEUTICO 40H	ZONA URBANA
STEPHANI RIBEIRO SOUZA	30110696	061616471-84	AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO	ZONA URBANA
STHEFANNI GABRIELA DA SILVA FEITOSA	25663526	046931111-80	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
SUELIA OLIVEIRA	12120103	930776101-91	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
SUELI APARECIDA DOS SANTOS	929102	923664491-00	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
SUELI DOS SANTOS VIEIRA	18083650	755807721-49	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
SUIANY ROBERTA RIBEIRO DE JESUS	2688740-1	078120291-40	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
SUNAMITA ANDRADE BRITO	12123269	971783571-34	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA

SUZAMARA DE OLIVEIRA DOS SANTOS	25609254	059065011-42	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
SUZANA SCALABRIM DE RAMOS	21332860	038110911-90	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
SUZANNA FIDELIS DE OLIVEIRA	18779204	013426231-00	PROFESSOR - INTERINO	ZONA RURAL
TÁGILA SOUZA SANCHES	2303492-0	040744721-04	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
TAIANA APARECIDA TOMIELLO	32258208	067888191-06	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
TAILCON JOSE LANGE	134279559	100322649-33	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA URBANA
TAINA CANDIDA DE JESUS TELES	34466959	013631962-94	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
TAINÁ MACHADO SANTOS	28087348	027822651-56	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
TAISA VIEIRA DA SILVA SANTIAGO	23586680	755761391-00	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
TAIS DOS SANTOS RODRIGUES	27821730	033884751-05	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
TAISE DORIGON SILVA	947956	906275392-20	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
TAISON JHONES DE CAMARGO	1725791-3	045489681-64	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS II	ZONA URBANA
TAMIREZ DELFINO MORETTO	2314202-2	041593341-21	BIOQUIMICO - 20H	ZONA URBANA
TAMIRIS BAZONI DOS SANTOS	17028825	041408091-24	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
TANIA CRISTINA DA SILVA	3411344-4	036264959-65	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
TANIA VOLCEAN RODRIGUES FRABETTI	49499060	982881219-34	FARMACEUTICO 40H	ZONA URBANA
TATHIANE FRANCIELE PEDROSO CORRÊA DE ALMEIDA FERREIRA	14812355	978335251-20	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
TATIANA SANTOS DA SILVA	21034273	700223401-30	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
TATIANE DA SILVA	21768366	061464081-40	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
TATIANE FERRO KAEFER	21301832	033564311-61	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
TATIANE RAMOS RIBEIRO	18733042	042531601-74	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA URBANA
TAUAN LIMA MACHADO	25212060	062096331-02	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
TAYMI MAISA SOARES DA SILVA SANTIAGO	25089340	050789001-95	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
TAYNARA ALMEIDA CAMPOS	29019710	061187361-38	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
TERESA LAUREANO DE SOUSA CARON	6619380	488043981-91	NUTRICAO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
TERESINHA SOLANGELA SOECKI DE SOUZA	81581649	027519479-56	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
THAILORRANE VIEIRA DE SOUZA	24531740	051949731-79	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
THAÍSA VITÓRIA COUTO	27315312	061219251-24	AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO	ZONA URBANA
THAIS CARDOSO DE SOUZA	2403527-0	039173891-77	ODONTOLOGO 40H	ZONA URBANA
THAIS CRISTINA SANTOS MARINHO	585096594	061511361-36	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
THAIS DA SILVA RIBEIRO	20060777	036225951-83	ASSISTENTE SOCIAL - 30H	ZONA URBANA
THAIS SHILDREY DA SILVA ZEFERINO	26806312	058734931-03	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
THAIZ DE SOUZA SILVA	32198566	083413871-90	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
THAYANE CAMPANHOLO LIMA	3085469-5	061109511-45	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
THAYANE RAMOS LEITE DAS NEVES	17542740	026086241-03	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
THAYNÁ SAMANTA VASQUES DE ARAUJO	26044110	041751731-96	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
THAYS DUARTE DOS SANTOS	30022690	071676651-50	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
THAYS RAMOS LEITE DAS NEVES	18264042	044661371-10	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
THEIEICY HAVIELLY COSTA TARANELLI	29797675	067111911-70	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
THIAGO LEAL DE SOUSA ARAUJO	3123416	052829021-50	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
TIAGO LIMA ABREU	377086000000	043096273-82	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA URBANA
TIAGO PAULINO GAMBOA	17833370	736036191-53	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
TIAGO PIRES SOUSA	21636460	035371231-08	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
VALDECINDO AMANCIO FREIRE	1734766	856789021-72	MOTORISTA VEICULOS PESADOS	ZONA URBANA
VALDECIR BARROS ALBINO	9808124	797056851-34	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	ZONA URBANA
VALDENISE RODRIGUES CHAVES DA SILVA	58.098.202-6	180058558-69	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA URBANA
VALDIERNE APARECIDA OLIMPIO MACHADO	33886954	974846951-49	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
VALDILEIA FRANCISCA DA COSTA	18164749	015123841-35	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
VALDINEIA CONCEIÇÃO DA SILVA	14523078	003124941-81	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
VALERIA LOPES SOARES	780729	012107571-09	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
VANDERLEI MIRANDA	14077863-5	016553461-30	MOTORISTA - TRANSPORTE ESCOLAR	ZONA URBANA
VANDERLI WEIAND	1705499-0	013383181-79	AGENTE DE SERVICOS PUBLICOS	ZONA URBANA
VANESSA BARBOSA ROCHA	24558699	060908571-90	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
VANESSA CAROLINA DA SILVA	25044249	050105101-54	AGENTE DE SERVICOS PUBLICOS	ZONA URBANA
VANESSA DOS SANTOS ALVES	2232882-3	062591351-57	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
VANESSA FERREIRA SANTOS	18981828	036980471-60	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
VANESSA GARCIA DOS SANTOS	23453974	029343121-35	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
VANESSA GOMES RIBEIRO	25691686	064784771-00	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
VANESSA RODRIGUES DE ANDRADE	2750287	061633451-69	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	ZONA URBANA
VANESSA SERAFIM LOURENÇO	18866514	020610381-66	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
VANIA LIMA CARVALHO	20083416	044371751-66	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
VANUSA DOS SANTOS BOESING DIAS	1310832-8	581038801-91	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
VANUZA RPDRIGUES MENDES	200555444	009675651-97	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
VERA LUCIA MARIANO DA SILVA	2394798-5SS	046429731-17	AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO	ZONA URBANA
VERALUCIA PEREIRA DIAS	464439	438190522-91	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA
VERA LUCIA PEREIRA LEAL ANTUNES	1928951-0	000080261-14	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA URBANA
VERA LÚCIA SILVA BISPO DE SOUSA	16336836	972028431-53	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	ZONA URBANA
VERA TEREZINHA ALBINO DA SILVA	6788637	606926009-06	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
VERGINIA APARECIDA DE CASTRO	16607562	010737601-62	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
VERONICA MARIA DA CONCEIÇÃO FERNANDES DOS SANTOS	28514734	047955941-47	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
VILEIA SCHUSTER RIBEIRO	15399435	972049271-68	PROFESSOR - INTERINO	ZONA URBANA
VITÓRIA FERNANDES CARDOSO	31035191	066776991-96	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
VITÓRIA GABRIELLE FERREIRA DA SILVA	28314859	055776891-80	TECNICO EM ENFERMAGEM	ZONA URBANA
VIVIANE FEITOZA BATISTA	20216947	033520411-21	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA

WANDELA THAIS BRINGHENTI DOS SANTOS	2681519-2	703940391-90	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
WANDER CARLOS DE SOUZA	1203717-6	544143851-72	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
WELINGTON ANDRADE VIANA	24898244	049770611-36	TECNICO EM RADIOLOGIA	ZONA URBANA
WENDER FERREIRA JORGE	24193950	056352061-23	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA URBANA
WENE NAIANE FREITAS DE SOUSA	2813827-9	060351721-80	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
WESLAINE LEMES DOS SANTOS	24887510	062814951-44	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
WESLEY TIAGO ALVES DE AMORIM	17887658	023747421-21	MOTORISTA VEICULOS PESADOS	ZONA URBANA
WHESLLEY PEREIRA DA SILVA	27132811	061551721-88	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
WILAINE DUTRA DOS SANTOS	16767543	022801431-00	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
WILIANE SILVA SANTOS	23213957	050748471-17	PSICOLOGO - 40 H	ZONA URBANA
WILKILSON MOREIRA DE AZEVEDO	19503799	018161031-01	MOTORISTA VEICULOS LEVES	ZONA RURAL
WILLIAN PATRICK SARAIVA DE LIMA	1044124	061050741-90	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
WILLIANS APARECIDO DE SOUZA	21910243	033284741-10	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
YASMIN INOCÊNCIO DE OLIVEIRA	25402862	061059561-00	AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO	ZONA URBANA
YASMIN KORBES CAOVILLA	2422519-3	039642661-16	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ZONA URBANA
YHARA SANTANA GONÇALVES DE SOUZA	23202521	043084181-78	RECEPCIONISTA	ZONA URBANA
YNALDA SANTOS SILVA	16278569	021013791-63	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR - TEMPORARIO	ZONA URBANA
YRMA NUNES DE SOUSA	25221469	048555881-56	AUXILIAR DE CRECHE - TEMPORARIO	ZONA URBANA
ZÉLIA NEVES DINIZ NUNES	18519679	021461981-84	MANUTENCAO E LIMPEZA - TEMPORARIO	ZONA RURAL
ZENILDA DE FÁTIMA SILVA CARVALHO DE ANDRADE	42977550-7	322707678-02	NUTRICIONISTA 40 H - GTE	ZONA URBANA
ZILDIANE RODRIGUES SOUSA	23809914	045538211-50	ENFERMEIRO - 40H	ZONA URBANA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA N. 110/2020

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DO BAIRRO ZC1-003 DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT. Contidas nos anexos do Edital 09/2020, TOMADA DE PREÇO 03/2020, com fornecimento pela empresa contratada de todos os equipamentos, materiais e serviços. CONTRATADA: CONSTRUTORA TRIPOLO LTDA

OBJETIVO: **Fica alterada a *Cláusula Sexta* – 6.1que passa a vigorar com a seguinte redação:**

6.1 - Cláusula Sexta – Prazo de Execução

O novo prazo de **execução** do contrato é aditado em **125 (cento e vinte cinco)** dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **08 DE JUNHO DE 2021,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 02/02/2021

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
BALANÇO FINANCEIRO - DEZEMBRO/2020

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MATUPA
FUNDO MUNICIPAL PREVI SOCIAL SERVI DE MATUPA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP - IPC 06)

BALANÇO FINANCEIRO
Dezembro/2020

Exercício: 2020

INGRESSOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		**5.174.790,65**	**5.760.754,32**
Ordinária		**0,00**	**0,00**
Vinculada		**5.174.790,65**	**5.760.754,32**
Recursos Vinculados à Educação		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS		5.174.790,65	5.760.754,32
Recursos Vinculados à Previdência Social - RGPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social		0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos		0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)		**0,00**	**0,00**
Transferências Recebidas para Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		**2.910.009,52**	**4.530.550,17**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituiveis e Valores Vinculados		28.873,31	24.289,10
Outros Recebimentos Extraorçamentários		2.881.136,21	4.506.261,07
Saldo do Exercício Anterior (IV)		**26.374.944,48**	**21.701.390,05**
Caixa e Equivalentes de Caixa		883.496,90	993.321,50
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		25.491.447,58	20.708.068,55
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		**34.459.744,65**	**31.992.694,54**

Emissão: 01/02/2021 16:56:54

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MATUPA
FUNDO MUNICIPAL PREVI SOCIAL SERVI DE MATUPA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP - IPC 06)

BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro/2020

Exercício: 2020

DISPÊNDIOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		**1.552.111,91**	**2.079.353,30**
Ordinária		**1.552.111,91**	**0,00**
Vinculada		**0,00**	**2.079.353,30**
Recursos Destinados à Educação		0,00	0,00
Recursos Destinados à Saúde		0,00	0,00
Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS		0,00	2.079.353,30
Recursos Destinados à Previdência Social - RGPS		0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social		0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos		0,00	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		**0,00**	**0,00**
Transferências Concedidas para Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		**1.661.057,65**	**2.578.758,68**
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituiveis e Valores Vinculados		28.873,31	24.289,10
Outros Pagamentos Extraorçamentários		1.632.184,34	2.554.469,58
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		**31.246.575,09**	**26.374.944,48**
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.056.614,85	883.496,90
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		30.189.960,24	25.491.447,58
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		**34.459.744,65**	**31.033.056,46**

*Nota Explicativa:

OMAR ANTONIO CHISTE
Diretor Executivo

MARIA CELOIR DA SILVA FERREIRA
CRC/MT 016251/O-4

Emissão: 01/02/2021 16:56:54

Homologado

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
TERMO DE CESSÃO DE USO Nº. 001/2021

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001/2021

TERMO DE CESSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM A **MITRA DIOCESANA DE SINOP**E O **MUNICÍPIO DE MATUPÁ.**

A MITRA DIOCESANA DE SINOP, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 15.084.478/0020-87, com sede na Av. das Sibipirunas, 3123 - St.

Res. Sul, Sinop - MT, 78550-000, doravante denominada simplesmente CEDENTE, neste ato representado pelo pároco de Matupá, Pe. **ANTÔNIO DAMIN**, brasileiro, solteiro, padre, CPF n. 422.727.349-87, portador da carteira de identidade RG n. 461818, expedido pela SSP/SC, residente e domiciliado na Rua 09, n. 93, Bairro ZH1-001, Matupá (MT), e de outro lado **O MUNICIPÍO DE MATUPÁ-MT**, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o n. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, n. 101 ZE-022, na Cidade de Matupá/MT, doravante denominada simplesmente CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **FERNANDO ZAFONATO**, brasileiro, casado, empresário, portador da RG n. 4.133.070-8-SSP/PR, inscrito no CPF sob o n. 603.459.349-20, residente e domiciliado na Rua 07, n. 829, Bairro ZH3-001, nesta Cidade de Matupá/MT, doravante denominado simplesmente CESSIONÁRIA; **RESOLVEM** celebrar o presente **TERMO DE CESSÃO DE USO**, mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente instrumento tem por objetivo a cessão do direito de uso do bem imóvel especificado no presente **Termo de Cessão de Uso**, conforme Anexo Único, parte integrante deste termo.

PARÁGRAFO ÚNICO – Do Bem:

Sede da Ação Social de Misericórdia da Paróquia de Matupá – ASMPM, situada na Rua Quatorze, n. 43, Centro, em Matupá (MT), que é composta por **uma benfeitoria construída em alvenaria**, contendo salas, banheiros, varandas e cozinha, aderida sob 05 (cinco) terrenos urbanos assim identificados:

a) Imóvel urbano, situado na cidade de Matupá (MT), correspondente ao Lote n. **09**, da Quadra n. 17, da Zona Habitacional 2-001 (ZH2-001), com área superficial de 292,50-m² (duzentos e noventa e dois metros, cinquenta decímetros quadrados), inscrito no Registro de Imóveis de Peixoto de Azevedo (MT) sob n. 7.672, Lv. 2-RG; b) Imóvel urbano, situado na cidade de Matupá (MT), correspondente ao Lote n. **10**, da Quadra n. 17, da Zona Habitacional 2-001 (ZH2-001), com área superficial de 292,50-m² (duzentos e noventa e dois metros, cinquenta decímetros quadrados), inscrito no Registro de Imóveis de Peixoto de Azevedo (MT) sob n. 7.673, Lv. 2-RG; c) Imóvel urbano, situado na cidade de Matupá (MT), correspondente ao Lote n. **11**, da Quadra n. 17, da Zona Habitacional 2-001 (ZH2-001), com área superficial de 545,86-m² (quinhentos e quarenta e cinco metros, oitenta e seis decímetros quadrados), inscrito no Registro de Imóveis de Peixoto de Azevedo (MT) sob n. 7.674, Lv. 2-RG; d) Imóvel urbano, situado na cidade de Matupá (MT), correspondente ao Lote n. **12**, da Quadra n. 17, da Zona Habitacional 2-001 (ZH2-001), com área superficial de 401,97-m² (quatrocentos e um metros, noventa e sete decímetros quadrados), inscrito no Registro de Imóveis de Peixoto de Azevedo (MT) sob n. 7.675, Lv. 2-RG; e) Imóvel urbano, situado na cidade de Matupá (MT), correspondente ao Lote n. **13**, da Quadra n. 17, da Zona Habitacional 2-001 (ZH2-001), com área superficial de 307,50-m² (trezentos e sete metros, cinquenta decímetros quadrados), inscrito no Registro de Imóveis de Peixoto de Azevedo (MT) sob n. 7.676, Lv. 2-RG.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:

Esse termo terá eficácia a partir de sua assinatura e vigência até **31 de dezembro de 2021.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DEVERES E DAS OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO

a) Conservar o bem cedido como próprio, utilizando-o de forma exclusiva e para a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** de acordo com a sua finalidade e nos termos autorizados pelo presente TERMO DE CESSÃO DE USO; b) Zelar pelo bom uso e pela integridade do bem, objeto do presente TERMO DE CESSÃO DE USO. c) Responsabilizar-se pela guarda do bem cedido, de modo a adotar gestão no sentido de protegê-lo contra danos; d) Assegurar o uso adequado e racional do bem cedido, atendendo os padrões técnicos recomendados, vedada a utilização para fins alheios aos preconizados neste TERMO DE CESSÃO DE USO; e) A CESSIONÁRIA durante o prazo do presente TERMO DE CESSÃO DE USO arcará com todas as despesas, decorrentes do uso do bem imóvel cedido, nelas incluídas as inerentes a sua conservação de funcionamento, bem como pelo consumo de energia elétrica e de serviços de abastecimento de água, respondendo por todos e quaisquer danos, ainda que oriundo de força maior; f) Todo e qualquer vínculo trabalhista ou previdenciário que seja criado com pessoas que venham a prestar serviços junto do imóvel cedido em prol da CESSIONÁRIA, seja na conservação e limpeza do imóvel, seja em serviços técnicos da Secretaria Municipal de Saúde, serão de responsabilidade exclusiva da CESSIONÁRIA. **PARÁGRAFO ÚNICO** – Fica acordado entre as partes que a CESSIONÁRIA não será reembolsada pelo CEDENTE das despesas que aquela vier a realizar com o uso e conservação do bem cedido em TERMO DE CESSÃO DE USO, objeto do termo. **CLÁUSULA QUARTA – DA DEVOLUÇÃO** A CESSIONÁRIA poderá utilizar o bem em TERMO DE CESSÃO DE USO, para uso exclusivo da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** como se proprietária fosse obrigando-se a devolve-lo em perfeito estado de uso, conservação e funcionamento e nas mesmas condições em que o recebeu, não podendo usá-lo para fins diversos ao que se propõe, sob pena de responder por perdas e danos perante a CEDENTE. **CLÁUSULA QUINTA – DAS PROIBIÇÕES** A CESSIONÁRIA não poderá ceder, dar em locação ou emprestar o bem, objeto do presente TERMO DE CESSÃO DE USO, no todo ou em partes, sob qualquer pretexto.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO – Fica Eleito o Foro da Comarca de Matupá (MT), como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente **termo de cessão de uso**, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo relacionadas e qualificadas, que declaram conhecer todas as cláusulas deste termo de cessão de uso.

Matupá/MT, 01 de janeiro de 2021.

MITRA DIOCESANA DE SINOP

PARÓQUIA SANTA MARIA MÃE DE DEUS - MATUPÁ

CNPJ: 15.084.478/0020-87

ANTONIO DAMIN

O MUNICIPIO DE MATUPÁ – MT

CNPJ: 24.772.188/0001-54

FERNANDO ZAFONATO

Prefeito Municipal

Testemunhas:

Danielle da Cruz Carvalho Calado de Oliveira **Bruno Santos Mena**

CPF: 712.091.402-25 CPF: 028.264.041-05

DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR VENAL	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL
Sede da Ação Social de Misericórdia de Matupá – ASMPM, situada na Rua Quatorze, n. 43, Centro, em Matupá (MT), que é composta por **uma benfeitoria construída em alvenaria**, contendo salas, banheiros, varandas e cozinha, aderida sob 05 (cinco) terrenos urbanos assim identificados: f) Imóvel urbano, situado na cidade de Matupá (MT), correspondente ao Lote n. **09**, da Quadra n. 17, da Zona Habitacional 2-001 (ZH2-001), com área superficial de 292,50-m² (duzentos e noventa e dois metros, cinquenta decímetros quadrados), inscrito no Registro de Imóveis de Peixoto de Azevedo (MT) sob n. 7.672, Lv. 2-RG; g) Imóvel urbano, situado na cidade de Matupá (MT), correspondente ao Lote n. **10**, da Quadra n. 17, da Zona Habitacional 2-001 (ZH2-001), com área superficial de 292,50-m² (duzentos e noventa e dois metros, cinquenta decímetros quadrados), inscrito no Registro de Imóveis de Peixoto de Azevedo (MT) sob n. 7.673, Lv. 2-RG; h)	109.470,71 137.815,04 261.036,64 227.633,47 165.349,01 901.304,87	BOM

Imóvel urbano, situado na cidade de Matupá (MT), correspondente ao Lote n. **11**, da Quadra n. 17, da Zona Habitacional 2-001 (ZH2-001), com área superficial de 545,86-m² (quinhentos e quarenta e cinco metros, oitenta e seis decímetros quadrados), inscrito no Registro de Imóveis de Peixoto de Azevedo (MT) sob n. 7.674, Lv. 2-RG; i) Imóvel urbano, situado na cidade de Matupá (MT), correspondente ao Lote n. **12**, da Quadra n. 17, da Zona Habitacional 2-001 (ZH2-001), com área superficial de 401,97-m² (quatrocentos e um metros, noventa e sete decímetros quadrados), inscrito no Registro de Imóveis de Peixoto de Azevedo (MT) sob n. 7.675, Lv. 2-RG; j) Imóvel urbano, situado na cidade de Matupá (MT), correspondente ao Lote n. **13**, da Quadra n. 17, da Zona Habitacional 2-001 (ZH2-001), com área superficial de 307,50-m² (trezentos e sete metros, cinquenta decímetros quadrados), inscrito no Registro de Imóveis de Peixoto de Azevedo (MT) sob n. 7.676, Lv. 2-RG.		
VALOR TOTAL		

ANEXAR REGISTRO FOTOGRÁFICO DO BEM

MITRA DIOCESANA DE SINOP

CNPJ: 15.084.478/0020-87

Pe. ANTÔNIO DAMIN

O MUNICIPIO DE MATUPÁ – MT

CNPJ: 24.772.188/0001-54

FERNANDO ZAFONATO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO EXERCÍCIO DE 2020

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MATUPA

FUNDO MUNICIPAL PREVI SOCIAL

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício de 2020 — Exercício: 2020

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c - b)
Receitas Correntes (I)	**5.049.007,00**	**5.049.007,00**	**5.174.790,65**	**125.783,65**
Receita Tributária				
Receita de Contribuições	4.883.007,00	4.883.007,00	4.797.108,43	-85.898,57
Receita Patrimonial	155.000,00	155.000,00	377.682,22	222.682,22
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receita de Serviços				
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes	11.000,00	11.000,00		-11.000,00
Receitas de Capital (II)				
Operações de Crédito				
Alienação de Bens				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**5.049.007,00**	**5.049.007,00**	**5.174.790,65**	**125.783,65**
Operações de Crédito/Refinanciamento (IV)				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**5.049.007,00**	**5.049.007,00**	**5.174.790,65**	**125.783,65**

Emissão: 01/02/2021 17:01:19 — Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MATUPA
FUNDO MUNICIPAL PREVI SOCIAL
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Exercício de 2020 — Exercício: 2020

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c - b)
Déficit (VI)				
TOTAL (VII) = (V + VI)	**5.049.007,00**	**5.049.007,00**	**5.174.790,65**	**125.783,65**
Saldos de Exercícios Anteriores				
Recursos Arrecadados em Exercício Anteriores				
Superávit Financeiro				
Reabertura de Créditos Adicionais				

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Despesas Correntes (VIII)	**3.278.907,08**	**3.278.907,08**	**1.552.111,91**	**1.552.111,91**	**1.552.111,91**	**1.726.795,17**
Pessoal e Encargos Sociais	3.052.947,08	3.052.947,08	1.404.050,37	1.404.050,37	1.404.050,37	1.648.896,71
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	225.960,00	225.960,00	148.061,54	148.061,54	148.061,54	77.898,46
Despesas de Capital (IX)	**5.000,00**	**5.000,00**				**5.000,00**
Investimentos	5.000,00	5.000,00				5.000,00
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
Reserva de Contingência (X)	**1.765.099,92**	**1.765.099,92**				**1.765.099,92**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	**5.049.007,00**	**5.049.007,00**	**1.552.111,91**	**1.552.111,91**	**1.552.111,91**	**3.496.895,09**

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MATUPA
FUNDO MUNICIPAL PREVI SOCIAL
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Exercício de 2020 Exercício: 2020

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XII)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	**5.049.007,00**	**5.049.007,00**	**1.552.111,91**	**1.552.111,91**	**1.552.111,91**	**3.496.895,09**
Superávit (XIII)			3.622.678,74			-3.622.678,74
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	**5.049.007,00**	**5.049.007,00**	**5.174.790,65**	**1.552.111,91**	**1.552.111,91**	**-125.783,65**
Reserva do RPPS						

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MATUPA
FUNDO MUNICIPAL PREVI SOCIAL
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Exercício de 2020 Exercício: 2020

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

	Inscritos					
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a + b - d - e)
Despesas Correntes						
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes						
Despesas de Capital						
Investimentos						
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL						

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MATUPA
FUNDO MUNICIPAL PREVI SOCIAL
Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - IPC 07
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Exercício de 2020 Exercício: 2020

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

	Inscritos				
	Em Exercícios Anteriores	**Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior**	**Pagos**	**Cancelados**	**Saldo a Pagar**
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b - c - d)
Despesas Correntes					
Pessoal e Encargos Sociais					
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes					
Despesas de Capital					
Investimentos					
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
TOTAL					

OMAR ANTONIO CHISTE
Diretor Executivo

MARIA CELOIR DA SILVA FERREIRA

Emissão: 01/02/2021 17:01:19 Página 5
Homologado

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS EXERCÍCIO DE 2020

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MATUPA

FUNDO MUNICIPAL PREVI SOCIAL

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2020

Modelo Analítico

Exercício: 2020

QUADRO - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Contribuições			
Contribuições Sociais		4.797.108,43	4.160.462,89
		4.797.108,43	4.160.462,89
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras			
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		377.682,22	1.600.291,43
		377.682,22	1.600.291,43
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos			
Ganhos com Incorporação de Ativos		2.881.136,21	2.828.366,85
		2.881.136,21	2.828.366,85
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas			
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas		21.937.980,77	480.502,98
		21.937.980,77	480.502,98
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		29.993.907,63	9.069.624,15
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos			
Remuneração a Pessoal		96.473,46	116.896,16
Encargos Patronais		11.656,96	18.952,33
		108.130,42	135.848,49
Benefícios Previdenciários e Assistenciais			
Aposentadorias e Reformas		995.865,31	927.082,38
Pensões		300.054,64	307.114,82
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		0,00	580.107,90
		1.295.919,95	1.814.305,10
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo			
Serviços		87.974,98	79.939,77
Depreciação, Amortização e Exaustão		0,00	1.756,37
		87.974,98	81.696,14
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos			
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas		1.632.184,34	876.575,36
		1.632.184,34	876.575,36
Tributárias			
Contribuições		60.086,56	49.259,94
		60.086,56	49.259,94
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas			
Constituição de Provisões		26.611.535,20	4.116.451,72
		26.611.535,20	4.116.451,72
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		29.795.831,45	7.074.136,75

Emissão: 01/02/2021 17:00:51 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MATUPA

FUNDO MUNICIPAL PREVI SOCIAL

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2020

Modelo Analítico

		Exercício: 2020
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)	198.076,18	1.995.487,40

OMAR ANTONIO CHISTE
Diretor Executivo

MARIA CELOIR DA SILVA FERREIRA
CRC/MT 016251/O-4

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIO DE 2020

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MATUPA

FUNDO MUNICIPAL PREVI SOCIAL SERVI DE MATUPA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2020

Data de Emissão: 1/2/2021

Exercício: 2020

ATIVO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.056.614,85	883.496,90
Créditos a Curto Prazo			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		30.189.960,24	25.491.447,58
Estoques			
Ativo Não Circulante Mantido para Venda			
VPD Pagas Antecipadamente			
Total do Ativo Circulante		31.246.575,09	26.374.944,48
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Créditos a Longo Prazo			
Investimentos Temporários a Longo Prazo			
Estoques			
VPD Pagas Antecipadamente			
Investimentos			
Imobilizado		40.661,54	40.661,54
Intangível			
Diferido			
Total do Ativo Não Circulante		40.661,54	40.661,54
TOTAL DO ATIVO		31.287.236,63	26.415.606,02

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo			
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo			
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo			
Obrigações Fiscais a Curto Prazo			
Obrigações de Repartições a Outros Entes			
Provisões a Curto Prazo			
Demais Obrigações a Curto Prazo			
Total do Passivo Circulante			
Passivo Não Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo			
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo			
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo			
Obrigações Fiscais a Longo Prazo			
Provisões a Longo Prazo		26.374.944,48	21.701.390,05
Demais Obrigações a Longo Prazo			
Resultado Diferido			
Total do Passivo Não Circulante		26.374.944,48	21.701.390,05
Patrimônio Líquido			

Emissão: 01/02/2021 17:00:12

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MATUPA

FUNDO MUNICIPAL PREVI SOCIAL SERVI DE MATUPA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2020

Data de Emissão: 1/2/2021

Patrimônio Social e Capital Social		
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital		
Reservas de Capital		
Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Reservas de Lucros		
Demais Reservas	412.799,58	
Resultados Acumulados	4.499.492,57	4.714.215,97
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
Total do Patrimônio Líquido	4.912.292,15	4.714.215,97
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.287.236,63	26.415.606,02

Emissão: 01/02/2021 17:00:12

Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MATUPA

FUNDO MUNICIPAL PREVI SOCIAL SERVI DE MATUPA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2020

Data de Emissão: 1/2/2021

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64

Exercício: 2020

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)			
Ativo Financeiro		31.246.575,09	26.374.944,48
Ativo Permanente		40.661,54	40.661,54
Total do Ativo		31.287.236,63	26.415.606,02
PASSIVO (II)			
Passivo Financeiro			
Passivo Permanente		26.374.944,48	21.701.390,05
Total do Passivo		26.374.944,48	21.701.390,05
Saldo Patrimonial (I - II)		4.912.292,15	4.714.215,97

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/64

Exercício: 2020

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVOS			
Garantia e Contra garantias recebidas			
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres			
Direitos Contratuais			
Outros atos potenciais ativos			
Total dos Atos Potenciais Ativos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Garantia e Contra garantias concedidas			
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres			
Obrigações Contratuais			
Outros atos potenciais passivos			
Total dos Atos Potenciais Passivos			

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MATUPA

FUNDO MUNICIPAL PREVI SOCIAL SERVI DE MATUPA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de Março de 1968 - (Modelo NBCASP - IPC 04)

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2020

Data de Emissão: 1/2/2021

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

Exercício: 2020

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
FONTES DE RECURSOS			
50 Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)		30.833.775,51	26.343.976,86
53 Recursos da Taxa de Administração		412.799,58	30.967,62
Total das Fontes de Recursos		31.246.575,09	26.374.944,48

*Nota Explicativa:

OMAR ANTONIO CHISTE
Diretor Executivo

MARIA CELOIR DA SILVA FERREIRA
CRC/MT 016251/O-4

Emissão: 01/02/2021 17:00:12

Página 4

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão n° 001/2021 - SERVIÇO AUT. DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D OESTE – SAEMI. AVISO DE LICITAÇÃO – **EDITAL DE PREGÃO N°001/2021** “registro de preços” **Tipo de Licitação**: **MAIOR DESCONTO POR ITEM**. MODALIDADE: ”REGISTRO DE PREÇOS” **OBJETO**: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE**

COMBUSTÍVEIS TIPO ALCOOL, GASOLINA, OLEO DIESEL COMUM E OLEO DIESEL S 10, DIRETO NA BOMBA DA PROPONENTE (CONTRATADA), PARA ATENDER A FROTA DO SAEMI- NA SEDE DO MUNICÍPIO.No dia 12/02/2020 até as 08h00 HORAS (HORÁRIO DE MATO GROSSO). **LOCAL**: NA SALA DE LICITAÇÕES NA SEDE DO SAEMI. **EDITAL DISPONIVEL**: **http://www.saemi.net.br. INFORMAÇÕES:** DEPART. ADM DO SAEMI, sito á Rua Ricardo Druzian Galo, n° 161, Bairro: Mirassol II, FONE: (65) 3241-2178. **OBSERVAÇÃO: AS PROPOSTAS DEVERÃO SER ENTREGUES COM OS ITENS EM ORDEM. PREGOEIRA**: **GLEICY MARTINEZ OCHIUTO**. **Portaria 004/2020. TULIO CEZAR GUIMARES– DIRETOR DO SAEMI – Mirassol D' Oeste - MT, 03 DE FEVEIRO DE 2021.**

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 086/2021

PORTARIA Nº 086 DE 29 DE JANEIRO DE 2021.

NOMEIA PARA EXERCER O CARGO DE SECRETARIO DE EDUCACAO, ESPORTE, LAZER E CULTURA, SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município De Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, e de acordo com o disposto no artigo 84, II da lei Orgânica do Município, bem como Lei Complementar nº 159/2016 que dispõe a Estrutura Administrativa, resolve baixar à seguinte,

PORTARIA

Artigo 2º - Fica nomeado o Sr. ***WILSON JOSE DE MATOS***, brasileiro, residente e domiciliado nesta Cidade, portador do RG nº 668172 SSP/MT e do CPF nº 415.661,061-68 para exercer o cargo de ***SECRETARIO DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E CULTURA CC-6*** do Município de Mirassol D'Oeste, percebendo as vantagens do referido cargo, conforme ANEXO III Tabela de Remuneração de Cargos em Comissão – CC da LC 158/2016.

Artigo 3º - Compete ao Secretário de Educação, Esportes, Lazer e Cultura, dentre outras atribuições:

I - Definir a Política Municipal de Educação, em consonância com as diretrizes estabelecidas na legislação municipal, estadual e federal pertinente, assegurando o ensino público de qualidade e a democratização da educação infantil, do ensino fundamental;

II - Efetuar o controle, planejamento e acompanhamento da execução orçamentária dos recursos alocados junto à Secretaria;

III - Realizar atividades de natureza administrativa, inclusive nos aspectos referentes aos seus recursos humanos;

IV - Gerir os contratos administrativos e convênios sob responsabilidade da Secretaria;

V - Coordenar a área de suprimentos, transporte, expediente;

VI - Oferecer suporte nos assuntos administrativos, orçamentários, contábeis e financeiros aos Fundos Especiais vinculados à Secretaria;

VIII - Elaborar e coordenar o Projeto Pedagógico do Município;

IX - Acompanhar, controlar e avaliar a educação infantil e o ensino fundamental;

X - Desenvolver a política de capacitação e formação permanente do educador;

XI - Dar suporte legal e administrativo em concursos, atribuições de aulas, calendário escolar, regimentos, alterações curriculares e outras atividades técnicas e pedagógicas, incluindo a supervisão "in loco" das unidades de ensino;

XII - Elaborar e executar programas e projetos educacionais;

XIII - Efetuar pesquisas e estudos estatísticos da situação do ensino no município;

XIV - Organizar bancos de dados e indicadores para municiar as diferentes áreas da Secretaria, contribuindo na garantia da qualidade de ensino;

XV - Planejar, supervisionar e garantir a realização de projetos, eventos, atividades e expressões de cunho artístico-cultural e/ou científico-tecnológico;

XVI - Gerir a programação e garantir a qualidade técnica dos museus, teatros, auditórios e bibliotecas sob sua responsabilidade;

XVII - Planejar, coordenar e divulgar os programas e ações relacionadas às atividades esportivas;

XVII - Organizar a participação do município em eventos esportivos regionais, nacionais e internacionais;

XVIII - Promover os esportes junto aos estudantes, trabalhadores e população em geral, considerando seus aspectos de iniciação esportiva, recreação e competição;

XIX - Elaborar programas relativos à avaliação do desenvolvimento motor e da fisiologia do esforço, relacionados a questões psicossociais e pedagógicas nas áreas das qualidades físicas básicas do crescimento e desenvolvimento;

XXI - Elaborar programas de desenvolvimento motor de habilidades, com a participação de clubes, escolas, entidades governamentais e não governamentais;

XXII - Desenvolver programas específicos de esportes de rendimento;

XXIII - Administrar as praças de esportes;

XIV - Propiciar condições de ensino especial ao educando portador de necessidades especiais, oferecendo classes, escolas ou serviços especializados, sempre que não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular;

XXV - Incentivar a implantação de curso superior, presencial e à distância, fazendo a inclusão universitária da clientela estudantil do município;

XXVI - Manter cursos de educação especial para o trabalho, visando à integração do educando com necessidades especiais, na vida e na sociedade;

XXVI - Opinar, conclusivamente, sobre todas as questões em matérias no âmbito da secretaria;

XXVII - Executar outras tarefas correlatas

Artigo 4º - Considerando a necessidade do cumprimento das peculiaridades da Lei de Responsabilidade Fiscal e legislações correlatas, fica o ora nomeado, a partir do presente ato co-responsável no que se refere aos atos de gestão orçamentária da secretaria para o qual fora nomeada.

Artigo 5º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 29 de janeiro de 2021.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

HAB/jder

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 085/2021

PORTARIA Nº 085 DE 29 DE JANEIRO DE 2021.

EXONERA SECRETARIA DE EDUCACAO, ESPORTE, LAZER E CULTURA, SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município De Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, e de acordo com o disposto no artigo 84, II da lei Orgânica do Município, bem como Lei Complementar nº 159/2016 que dispõe a Estrutura Administrativa, resolve baixar à seguinte,

PORTARIA

Artigo 1º -Exonerar, a partir de 31 de janeiro de 2021, a servidora efetiva, Sra. ***JEANE DE SOUZA CINTRA,*** do Cargo em Comissão de Secretária de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, nomeado pela portaria nº 022/2021.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 29 de janeiro de 2021.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

HAB/jder

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 084/2021

PORTARIA Nº 084 DE 29 DE JANEIRO DE 2021.

SUSPENDE FÉRIAS DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições,

RESOLVE

Artigo 1º - SUSPENDER,férias do servidor **MARCUS VINICIUS GRANADO PARPINELLI,** referente ao período aquisitivo de 03/11/2018a 03/11/2019**, registrada através da portaria nº 459/2020,** lotado na Secretária de Infra-Estrutura, a partir de 01/02/2021, restando 15 (quinze) dias para gozo em data oportuna.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 29 de janeiro de 2021.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

HAB/vl

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI ORDINÁRIA

LEI Nº 1.648 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021

"Dispõe sobre autorização para transpor e remanejar recursos e dá outras providências".

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o que dispõe o artigo 187 da Lei Orgânica do Município e Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, em sessão extraordinária realizada em 02 de fevereiro do corrente ano **APROVOU** e ele **SANCIONO** a seguinte Lei:

Artigo 1º - Ficam os Poderes Legislativo e Executivo Municipal autorizados a abrirem Créditos Adicionais Suplementares, através de Decreto, até o Limite de 15% (Quinze por Cento) da Despesa Orçada para o corrente Exercício.

Artigo 2º - Servirá como recurso para dar cobertura ao Crédito Aberto pelo Artigo Anterior, os recursos definidos pelo Artigo 43, inciso I, II ou III, da Lei Federal 4.320/64, podendo efetuar transposição, remanejamento e transferência de recursos, de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, até o limite definido no artigo 1º da presente lei.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 02 de fevereiro de 2021.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI ORDINÁRIA

LEI Nº 1.647 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021

AUTORIZA O VICE-PREFEITO A EXERCER CARGO COMISSIONADO NA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições;

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, em sessão extraordinária realizada am 02 de fevereiro do corrente ano, **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º - Fica autorizado o Vice-Prefeito, Sr. jeffer kleber de oliveira, a exercer o cargo de Secretário de ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO do Município de Mirassol D´Oeste-MT, sem perda do mandado, nos termos do Artigo 107 da Lei Orgânica do Município.

Parágrafo Único – Para efeito de remuneração, o indicado perceberá os vencimentos relativos ao cargo de Vice-Prefeito.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho" em 02 de fevereiro de 2021.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI ORDINÁRIA

LEI Nº 1.646 02 DE FEVEREIRO DE 2021

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PRORROGAR A VALIDADE DOS TESTES 01 E 02/2019 DESTINADO ÀS CONTRATAÇÕES EXCEPCIONAIS AUTORIZADAS PELA LEI ORDINÁRIA 1.640/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

HECTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais,

Considerando a necessidade de continuidade de prestação de serviços à comunidade;

Considerando a suspensão do Concurso Público nº 001/2020;

Considerando o contido na LC 173 de 27 de maio de 2020;

FAZ SABER, que o Plenário das Deliberações da Câmara de Vereadores do Município de Mirassol D´Oeste aprovou em sessão extraordinária realizada aos 02 dias do mês de fevereiro do corrente ano e que sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo municipal autorizado a em regime especial, por conta da pandemia que inviabilizada a realização de novo certame, prorrogar por mais um ano, à contar dos seus vencimentos, os Testes Seletivos 01/2019, homologado em 31 de marco de 2019 através do Decreto nº 3.471/2019 e 02/2019, homologado em 24 de junho de 2019, através do Decreto nº 3.508/2019 , destinado as contratações excepcionais de que trata a Lei Ordinária Nº 1.640/2019.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICIPIO DE MIRASSOL D´OESTE, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho em 02 de fevereiro de 2021.

Héctor Alvares Bezerra

Prefeito

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/ RECURSOS HUMANOS TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 036/2020.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO Nº 036/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e ***DANIEL CÁCERES LOPEZ***, com permissivo constitucional (artigo 37, inciso X) e a teor do disposto na LC n. 157/2016, LC nº 087/2009 e alterações e Lei autorizativa nº 1.615 de 24 de julho de 2020, alterada pela Lei 1.616 de 31 de julho de 2020.

Pelo presente instrumento, o Município de Mirassol D'Oeste - MT, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **HECTOR ALVARES BEZERRA**, portador do RG 21781389 SSP/MT e CPF: 036.127.931-01, a seguir denominado **CONTRATANTE** e o Sr**. *DANIEL CÁCERES LOPEZ*,** brasileiro, solteiro, residente e domiciliado no município de Mirassol D'Oeste - MT, portador do RG 2723658-7 SSP/MT e CPF 062.777.111-48, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 036/2020, contratado para o cargo de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM** considerando a necessidade da continuidade da Prestação de Serviços inerentes às funções do cargo, com lotação na Secretaria de Saúde, desempenhando as funções do cargo no Centro de Triagem à Pessoa Com Sintoma da COVID-19, e, conforme condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: **Do Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de que trata a cláusula Sexta do Contrato temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado, firmado em 19 de agosto 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Prorrogação

Fica prorrogado até ***30 de julho de 2021*** o prazo de que trata a cláusula sexta do contrato nº 036/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Ratificação

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado que não conflitarem com o presente instrumento.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 19 de janeiro de 2021.

HECTOR ALVARES BEZERRA CAIQUE ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal Secretario de Saúde

DANIEL CÁCERES LOPEZ

Contratado

Testemunhas:

_____ _____

WIRDINO LAURO MARASSI FRANÇA VANDA LUPERINI

RG: 20127910 SESP/MT RG: 845.922 SSP/MT

CPF 755.808.881-04 CPF: 531.310.611-20

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/ RECURSOS HUMANOS TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/2020.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO Nº 043/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e ***DANIELE BARBOSA DE SOUZA***, com permissivo constitucional (artigo 37, inciso X) e a teor do disposto na LC n. 157/2016, LC nº 087/2009 e alterações e Lei autorizativa nº 1.615 de 24 de julho de 2020, alterada pela Lei 1.616 de 31 de julho de 2020.

Pelo presente instrumento, o Município de Mirassol D'Oeste - MT, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **HECTOR ALVARES BEZERRA**, portador do RG 21781389 SSP/MT e CPF: 036.127.931-01, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sra**. *DANIELE BARBOSA DE SOUZA*,** brasileira, solteira, residente e domiciliada no município de Mirassol D'Oeste - MT, portadora do RG 2312453-9 SSP/MT e CPF 052.976.941-75, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 043/2020, contratado para o cargo de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM** considerando a necessidade da continuidade da Prestação de Serviços inerentes às funções do cargo, com lotação na Secretaria de Saúde, desempenhando as funções do cargo no Centro de Triagem à Pessoa Com Sintoma da COVID-19, e, conforme condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: **Do Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de que trata a cláusula Sexta do Contrato temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado, firmado em 25 de agosto 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Prorrogação

Fica prorrogado até ***30 de julho de 2021*** o prazo de que trata a cláusula sexta do contrato nº 043/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Ratificação

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado que não conflitarem com o presente instrumento.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 19 de janeiro de 2021.

HECTOR ALVARES BEZERRA CAIQUE ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal Secretario de Saúde

DANIELE BARBOSA DE SOUZA

Contratado

Testemunhas:

_____ _____

WIRDINO LAURO MARASSI FRANÇA VANDA LUPERINI

RG: 20127910 SESP/MT RG: 845.922 SSP/MT

CPF 755.808.881-04 CPF: 531.310.611-20

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/ RECURSOS HUMANOS TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 046/2020.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO Nº 046/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e **ELAINE AUGUSTA FERREIRA,** com permissivo constitucional (artigo 37, inciso X) e a teor do disposto na LC N. 157/2016, LC Nº 087/2009 e alterações e Lei autorizativa nº 1.555/2019 alterada pela Lei 1.568/2019 de 28de novembro de 2019.

Pelo presente instrumento, o Município de Mirassol D'Oeste - MT, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **HECTOR ALVARES BEZERRA**, portador do RG 21781389 SSP/MT e CPF: 036.127.931-01, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sra**. ELAINE AUGUSTA FERREIRA,** brasileira, solteira, residente e domiciliada no município de Mirassol D'Oeste - MT, portadora do RG 1199404-5 SESP/MT e CPF 916.374.141-53, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 046/2020, contratado para o cargo de **ENFERMEIRA -PSF** considerando a necessidade da continuidade da Prestação de Serviços inerentes às funções do cargo, com lotação na Secretaria de Saúde, desempenhando as funções do cargo na UBS - Unidade de Parque da Serra, e por não haver candidato remanescente de concurso público para convocação, e, conforme condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: **Do Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de que trata a cláusula Sexta do Contrato temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado, firmado em 01 de setembro 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Prorrogação

Fica prorrogado até ***27 de agosto de 2021*** o prazo de que trata a cláusula sexta do contrato nº 046/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Ratificação

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado que não conflitarem com o presente instrumento.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 19 de janeiro de 2021.

HECTOR ALVARES BEZERRA CAIQUE ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal Secretario de Saúde

ELAINE AUGUSTA FERREIRA

Contratada

Testemunhas:

_____ _____

WIRDINO LAURO MARASSI FRANÇA VANDA LUPERINI

RG: 20127910 SESP/MT RG: 845.922 SSP/MT

CPF 755.808.881-04 CPF: 531.310.611-20

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/ RECURSOS HUMANOS TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 039/2020.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO Nº 039/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e ***EDILEUZA BATISTA VASCONCELOS***, com permissivo constitucional (artigo 37, inciso X) e a teor do disposto na LC n. 157/2016, LC nº 087/2009 e alterações e Lei autorizativa nº 1.615 de 24 de julho de 2020, alterada pela Lei 1.616 de 31 de julho de 2020.

Pelo presente instrumento, o Município de Mirassol D'Oeste - MT, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **HECTOR ALVARES BEZERRA**, portador do RG 21781389 SSP/MT e CPF: 036.127.931-01, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sra**. *EDILEUZA BATISTA VASCONCELOS*,** brasileira, casada, residente e domiciliada no município de Mirassol D'Oeste - MT, portadora do RG 1688693-3 SSP/MT e CPF 009.456.051-02, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 039/2020, contratado para o cargo de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM** considerando a necessidade da continuidade da Prestação de Serviços inerentes às funções do cargo, com lotação na Secretaria de Saúde, desempenhando as funções do cargo no Centro de Triagem à Pessoa Com Sintoma da COVID-19, e, conforme condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: **Do Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de que trata a cláusula Sexta do Contrato temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado, firmado em 19 de agosto 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Prorrogação

Fica prorrogado até ***30 de julho de 2021*** o prazo de que trata a cláusula sexta do contrato nº 039/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Ratificação

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado que não conflitarem com o presente instrumento.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 19 de janeiro de 2021.

HECTOR ALVARES BEZERRA CAIQUE ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal Secretario de Saúde

EDILEUZA BATISTA VASCONCELOS

Contratado

Testemunhas:

_____ _____

WIRDINO LAURO MARASSI FRANÇA VANDA LUPERINI

RG: 20127910 SESP/MT RG: 845.922 SSP/MT

CPF 755.808.881-04 CPF: 531.310.611-20

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/ RECURSOS HUMANOS TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 044/2020.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO Nº 044/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e ***ADRIELLE ANGELA HORDONHO LEITE SILVEIRA MOREIRA***, com permissivo constitucional (artigo 37, inciso X)

e a teor do disposto na LC n. 157/2016, LC nº 087/2009 e alterações e Lei autorizativa nº 1.615 de 24 de julho de 2020, alterada pela Lei 1.616 de 31 de julho de 2020.

Pelo presente instrumento, o Município de Mirassol D'Oeste - MT, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **HECTOR ALVARES BEZERRA**, portador do RG 21781389 SSP/MT e CPF: 036.127.931-01, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sra**. *ADRIELLE ANGELA HORDONHO LEITE SILVEIRA MOREIRA*,** brasileira, casada, residente e domiciliada no município de Mirassol D'Oeste - MT, portadora do RG 2225663-6 SSP/MT e CPF 051.967.961-00, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 044/2020, contratado para o cargo de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM** considerando a necessidade da continuidade da Prestação de Serviços inerentes às funções do cargo, com lotação na Secretaria de Saúde, desempenhando as funções do cargo no Centro de Triagem à Pessoa Com Sintoma da COVID-19, e, conforme condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: **Do Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de que trata a cláusula Sexta do Contrato temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado, firmado em 25 de agosto 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Prorrogação

Fica prorrogado até ***30 de julho de 2021*** o prazo de que trata a cláusula sexta do contrato nº 041/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Ratificação

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado que não conflitarem com o presente instrumento.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 19 de janeiro de 2021.

HECTOR ALVARES BEZERRA CAIQUE ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal Secretario de Saúde

ADRIELLE ANGELA HORDONHO LEITE SILVEIRA MOREIRA

Contratado

Testemunhas:

_____ _____

WIRDINO LAURO MARASSI FRANÇA VANDA LUPERINI

RG: 20127910 SESP/MT RG: 845.922 SSP/MT

CPF 755.808.881-04 CPF: 531.310.611-20

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE MT
DECRETOS PLANEJAMENTO 2021

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2021

DECRETO Nº 3897 , DE 05 DE JANEIRO DE 2021 - LEI N.1629

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MIRASSOL DOESTE, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 1.070.822,62 distribuídos as seguintes dotações:

02 02 01	GABINETE DO PREFEITO			
30	04.122.0002.2003.0000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES COM ENTIDADES MUNICI	136.445,00	
	3.1.71.70.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	F.R.: 0 1	00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
31	04.122.0002.2003.0000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES COM ENTIDADES MUNICI	472.296,96	
	3.3.71.70.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	F.R.: 0 1	00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
02 06 02	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
424	10.302.0029.2040.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM ATENÇAO MAC AMBU	20.000,00	
	3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	F.R.: 0 1	02
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
426	10.302.0029.2040.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM ATENÇAO MAC AMBU	14.021,00	
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R.: 0 1	02
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
442	10.302.0029.2051.0000	CONTRIBUIÇÃO AO CONSORCIO INT. DE SAUDE	913,50	
	3.1.71.70.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	F.R.: 0 1	02
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
443	10.302.0029.2051.0000	CONTRIBUIÇÃO AO CONSORCIO INT. DE SAUDE	177.251,00	
	3.3.71.70.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	F.R.: 0 1	02
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
448	10.303.0030.2042.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO PROGRAMA FARMACIA	70.000,00	
	3.3.90.32.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATU	F.R.: 0 1	02
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		
02 07 02	COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS			
498	15.451.0013.1060.0000	PAVIMENTAÇAO E RESTAURAÇAO DE VIAS PUBLICAS	150.000,00	
	4.4.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 1	00
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	110 000	GERAL		

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2021

DECRETO Nº 3897 , DE 05 DE JANEIRO DE 2021 - LEI N.1629

02 09 01 GABINETE DO SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

602	08.244.0007.2183.0000	FOMENTO DE PARCERIAS INSTITUCIONAIS	29.895,16
	3.3.50.43.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 02 01 GABINETE DO PREFEITO

18	04.122.0002.2002.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO GABINETE DO PREFEITO	-380.000,00
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R. Grupo: 0 100
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
25	04.122.0002.2002.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO GABINETE DO PREFEITO	-30.000,00
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo: 0 100
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
26	04.122.0002.2002.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO GABINETE DO PREFEITO	-30.000,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 100
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

02 02 02 PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

33	04.122.0002.2004.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DA ASSESSORIA JURIDICA	-168.741,96
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R. Grupo: 0 100
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

02 06 01 GABINETE DO SECRETARIO DE SAUDE

380	10.122.0020.2035.0000	MAN. COM AS DESPESAS GAB. DO SECRETARIO	-3.791,08
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 102
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

398	10.301.0028.2036.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO PROGRAMA SAUDE DA F	-3.000,00
	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	F.R. Grupo: 0 102
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
399	10.301.0028.2036.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO PROGRAMA SAUDE DA F	-70.000,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 102
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
403	10.301.0028.2036.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO PROGRAMA SAUDE DA F	-62.394,42
	3.3.90.34.00	OUTRAS DESP.PESSOAL DEC. CONTRATOS TERCEIRIZ.	F.R. Grupo: 0 102
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	
405	10.301.0028.2036.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS DO PROGRAMA SAUDE DA F	-70.000,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 102

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2021

DECRETO Nº 3897 , DE 05 DE JANEIRO DE 2021 - LEI N.1629

02	06	02	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
			1	Recursos do Exercício Corrente		
			110 000	GERAL		
	420		10.302.0029.2040.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM ATENÇAO MAC AMBUL	-3.000,00	
			3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	F.R. Grupo: 0	102
			1	Recursos do Exercício Corrente		
			110 000	GERAL		
	421		10.302.0029.2040.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM ATENÇAO MAC AMBUL	-60.000,00	
			3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0	102
			1	Recursos do Exercício Corrente		
			110 000	GERAL		
	446		10.302.0029.2060.0000	FILA ZERO	-10.000,00	
			3.3.70.41.00	CONTRIBUIÇÕES	F.R. Grupo: 0	102
			1	Recursos do Exercício Corrente		
			110 000	GERAL		
02	07	02	COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS			
	499		15.451.0013.1060.0000	PAVIMENTAÇAO E RESTAURAÇAO DE VIAS PUBLICAS	-20.000,00	
			4.4.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0	100
			1	Recursos do Exercício Corrente		
			110 000	GERAL		
	500		15.451.0013.1060.0000	PAVIMENTAÇAO E RESTAURAÇAO DE VIAS PUBLICAS	-20.000,00	
			4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo: 0	100
			1	Recursos do Exercício Corrente		
			110 000	GERAL		
	512		17.512.0015.1238.0000	SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	-10.000,00	
			4.4.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0	100
			1	Recursos do Exercício Corrente		
			110 000	GERAL		
	513		26.782.0016.1083.0000	CONSTRUÇAO E REFORMA DE PONTES	-60.000,00	
			4.4.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0	100
			1	Recursos do Exercício Corrente		
			110 000	GERAL		
	516		26.782.0016.1083.0000	CONSTRUÇAO E REFORMA DE PONTES	-40.000,00	
			4.4.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0	100
			1	Recursos do Exercício Corrente		
			110 000	GERAL		
02	09	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
	612		08.243.0036.2061.0000	MANUTENÇAO DA CASA DE ACOLHIMENTO A CRIANÇA REN	-29.895,16	
			3.3.50.43.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	F.R. Grupo: 0	100
			1	Recursos do Exercício Corrente		
			110 000	GERAL		

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MIRASSOL DOESTE, 05 de janeiro de 2021

HECTOR ALVARES BEZERRA
PREFEITO MUNICIPAL

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
COVID-19: DECRETO

DECRETO Nº 3.915 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DOS PONTOS FACULTATIVOS DOS DIAS 15, 16 E 17 DE FEVEREIRO DE 2021, ESTABELECIDOS NO DECRETO Nº 3899/2021.

O Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições e, considerando a necessidade de adotar medidas para evitar a grande circulação e aglomeração de pessoas, que poderá resultar no aumento da contaminação do novo coronavirus, bem como, levando em consideração a taxa de ocupação de leitos de UTIs no âmbito estadual e, o crescente aumento do número de casos confirmados,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica cancelado os Pontos Facultativos de que tratam os incisos I, II e III do Decreto nº 3.899, de 11 de janeiro de 2021 que divulga o calendário dos feriados e pontos facultativos no município de Mirassol d' Oeste-MT, no ano de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, em 02 de fevereiro de 2021.

HÉCTOR ALVAREZ BEZERRA

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
COVID-19: DECRETO

DECRETO Nº 3.916 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

ALTERA O DECRETO Nº 3.782 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO *o princípio da continuidade do serviço público que deve ser observado pela Administração Pública;*

CONSIDERANDO *o aumento significativo do número da média móvel de casos confirmados de Covid-19, de hospitalizações e de óbitos no âmbito do Estado de Mato Grosso, bem como o esgotamento de leitos de UTIs;*

CONSIDERANDO a Medida Provisória nº 966/2020, que dispõe sobre a responsabilização de agentes públicos por ações ou omissões em atos relacionados a pandemia da COVID-19,

CONSIDERANDO a decisão do Comitê Municipal do COVID, conforme ata de sessão realizada em 01/01/2021.

D E C R E T A:

Art. 1º. Altera o caput do Art. 11, do Decreto nº 3.782/2020, com suas alterações posteriores que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11. *Fica decretado o* ***"TOQUE DE RECOLHER"*** *das 22:00 às 05:00 horas, no período compreendido do dia 02/02/2021 à 28/02/2021, como medida de contingência à disseminação do Coronavírus (COVID-19).*

Art. 2º. Ficam inalterados os demais dispositivos constantes do Decreto nº 3.782/2020 e suas alterações posteriores.

Art. 3º . Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho em 02 de fevereiro de 2021.

HECTOR ALVARES BEZERRA

PREFEITO

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
EDITAL DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS - EDITAL COMPLEMENTAR 003/2020

O Presidente da Comissão Organizadora do Processo de Seleção de Estagiários do Município de Mirassol d'Oeste – MT, nos termos do Edital,

RESOLVE:

I – Divulgar o resultado dos Recursos Interpostos contra as inscrições conforme Anexo I;

II – Retificar e publicar a lista final das inscrições Deferidas e Indeferidas conforme Anexo II;

III – Divulgar o Resultado Preliminar conforme Anexo III;

IV - Abrir prazo para recurso contra o Resultado Preliminar conforme cronograma nos dias 03 e 04 de fevereiro/2021 até as 12h.

a) Os recursos deverão ser apresentados nos moldes do Anexo IV do edital principal e entregue ao setor de Protocolo desta Prefeitura.

Mirassol d'Oeste – MT, 02 de fevereiro de 2021

Bruno Vilas Boas Panaro Leite

Presidente da Comissão

Portaria 540/2020

Link completo: https://mirassoldoeste.mt.gov.br/editais/02-02-21-...

LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

ABERTURA DE LICITAÇÃO – **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n. 02/2021** –Tipo de Licitação: Menor Preço por Item. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CASA DE APOIO PARA PACIENTES EM TRATAMENTO NA CAPITAL CUIABA-MT NO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. Prazos para Recebimento e Julgamento das propostas: VIDE EDITAL. Início da sessão de disputa de preços: **15/02/2021 às 09h. (horário de Brasilia).** Local: www.licitanet.com.br**. Obtenção do edital pelos sites: www.mirassoldoeste.mt.gov.br e www.licitanet.com.br. INFORMAÇÕES: Telefone: (0**65) 3241.1012/5152. PREGOEIRA MARA APARECIDA AMARANTE - Portaria 073/2021. M. D'Oeste, 03/02/2021.**

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/ RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 093/2021.

PORTARIA Nº 093 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

NOMEIA SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, e de acordo com o disposto no artigo 84, II da lei Orgânica do Município, da Lei Complementar nº 159/2016 que dispõe a Estrutura Administrativa, bem como da Lei nº 1.647/2021, resolve baixar à seguinte,

PORTARIA

Artigo 1º -Fica nomeado, a partir desta data, o Sr. ***JEFFER KLEBER DE OLIVIERA*****,** brasileiro, portador do RG nº 17293081 SSP/MT, CPF nº 013.166.791-28, residente e domiciliado nesta cidade de Mirassol D'Oeste - MT, para exercer o cargo de ***SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – CC-6*** do Município de Mirassol D'Oeste, percebendo as vantagens do cargo de Vice-Prefeito, sem acumulação de proventos.

Artigo 2º- Compete ao Secretário Municipal de Administração e Planejamento, dentre outras atribuições:

I – Elaboração e acompanhamento do planejamento estratégico;

II - Sistematização do banco de dados;

III - Definição dos indicadores de gestão;

IV – Desenvolvimento de projetos, inclusive de engenharia;

V – Formalização e acompanhamento de convênios e contratos;

VI – Gestão do patrimônio, incluindo materiais de consumo e bens permanentes;

VII – Gestão de Pessoal, incluindo folha de pagamento, qualificação do quadro, qualidade de vida dos servidores e informações cadastrais;

VIII – Protocolo geral e atendimento ao público;

IX – Aquisições governamentais;

X – Desenvolver outras atividades correlatas.

Artigo 3º - Considerando a necessidade do cumprimento das peculiaridades da Lei de Responsabilidade Fiscal e legislações correlatas, fica o ora nomeado, a partir do presente ato co-responsável no que se refere aos atos de gestão orçamentária da secretaria para o qual fora nomeado.

Artigo 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 02 de fevereiro de 2021.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

HAB/jder

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/ RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 092/2021.

PORTARIA Nº 092 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

EXONERA SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Do Município De Mirassol D'oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, e de acordo com o disposto no artigo 84, II da Lei Orgânica do Município, bem como Lei Complementar nº 159/2016 que dispõe a Estrutura Administrativa, resolve baixar à seguinte,

PORTARIA

Artigo 1º- Fica exonerado, a partir desta data, do Cargo em Comissão de ***SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO***, o Sr. ***HAROLDO GUSTAVO GREVE,*** nomeado para o cargo através da Portaria nº 005 de 01 de janeiro de 2021.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 02 de fevereiro de 2021.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

HAB/jder

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 202/2021

*"Dispõe sobre a concessão de afastamentonão remunerado à Sra.**Elizane da Silva Campos Hartmann.** "*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **LEOCIR HANEL**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder à Sra. ***Elizane da Silva Campos Hatmann*** portadora do RG nº. 0816813-0 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 654. 172.241-20, servidora pública efetiva, lotado na Secretaria Municipal de Educação, afastamento não remunerado para tratar de assuntos pessoais durante um período de 2 anos, a ser contado a partir de 26 de janeiro de 2021.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 27 de outubro de 2021.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO JANEIRO 2021

CONTRATO N° 01/2021 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa **L. M. DE BARROS – COSULTORIA E ASSESSORIA EM GESTÃO PUBLICA - ME, CNPJ N° 03.640.096/0001-40**. **Objeto:** *Prestação De Serviços De Orientação Dos Setores Envolvidos Na Execução Orçamentária, Financeira E Patrimonial, De Acordo Com A Nova Contabilidade Pública E Acompanhamento Dos Processos Demandados No Tribunal De Contas Do Estado De Mato Grosso*. **Valor Global:** R$ R$ 208. 000,00 (duzentos e oito mil reais). **Prazo:** 12 (doze) meses. **Data:** 11/01/ 2021. **Assinam** – Sr. Leocir Hanel – Prefeito Municipal De Nobres e **L. M. DE BARROS – COSULTORIA E ASSESSORIA EM GESTÃO PUBLICA - ME** – Contratado

2° ADITIVO AO CONTRATO N° 36/2020 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa **ITALO AUGUSTO SOUZA ME**, **CNPJ sob o n.º 22.030.516/0001-11**. **Objeto:** *Prorrogação Do Prazo De Execução Da Obra Do Contrato N° 01/2020, Por Mais 90 (Noventa) Dias,* Cujo Objeto é a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PRAÇA, NA VILA BOM JARDIM ZONA RURAL DO MUNICIPIO DE NOBRES/MT"**. **Data:** 19/01/2021. **Assinam** – Sr. Leocir Hanel – Prefeito Municipal De Nobres e **ITALO AUGUSTO SOUZA ME** – Contratado

3° ADITIVO AO CONTRATO N° 36/2020 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa **ITALO AUGUSTO SOUZA ME**, **CNPJ sob o n.º 22.030.516/0001-11**. **Objeto:** *Acréscimo De Serviço Conforme Planilha De Serviços E Parecer Jurídico N° 144/2020 Em Anexo*. Valor: R$ 24.103,93 (vinte e quatro mil cento e três reais e noventa e três centavos). **Data:** 26/01/2021. **Assinam** – Sr. Leocir Hanel – Prefeito Municipal De Nobres e **ITALO AUGUSTO SOUZA ME** – Contratado

3° ADITIVO AO CONTRATO N° 38/2019 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa **OLIVEIRA E MENDONÇA LTDA**, **CNPJ sob o n.º 08.002.448/0001-56**. **Objeto:** *Prorrogação Do Prazo Por Mais 60 (Sessenta) Dias, referente à* **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS E FORNECIMENTO DE URNAS, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT**. **Data:** 05/01/2021. **Assinam** – Sr. Leocir Hanel – Prefeito Municipal De Nobres e **OLIVEIRA E MENDONÇA LTDA** – Contratado

4° ADITIVO AO CONTRATO N° 02/2019 - Celebrado Entre A Prefeitura Municipal De Nobres e a empresa **JOÃO MOREIRA DE SOUZA ME**, **CNPJ/MF n° 24.307.952/0001-10. Objeto:** *Renovação Do Contrato Original Por Mais 12 (Doze) Meses. O Contrato É Referente* à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇAO DE SERVIÇO COM CAMINHÃO BASCULANTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE NOBRES - MT**. Valor: R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais). **Data:** 05/01/2021. **Assinam** – Sr. Leocir Hanel – Prefeito Municipal De Nobres e **JOÃO MOREIRA DE SOUZA ME** – Contratado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

PORTARIA Nº 089/2021

Portaria nº 089/2021

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Obras, **LUANA GUILHERME DA SILVA**, brasileira, RG: 17754690 SSP/MT, CPF: 024.576.071-75,residente NA Rua Adelino Metelo em Nossa Senhora do Livramento -M**,** como **fiscal** do objeto do **Contrato nº 021/2019**–Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, tipo CAMINHÃO ¾ CARGA SECA COM CAPACIDADE 4.000 KG, incluindo motorista devidamente habilitado para atendimento das demandas operacionais da Prefeitura Municipal tanto na zona urbana quanto na zona rural do município, para atender a demanda da Prefeitura Municipal - Sec. Mun. de Obras– Empresa PEDRO JOSE DA COSTA, a partir de 04/01/2021.

.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 01 de Fevereiro de 2021.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 602/2020

Portaria nº 602/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Finanças Srº. **JOSÉ LUIS DA SILVA LEITE**, brasileiro, RG: 25121464 SJSP/MT, CPF: 054.543.001-10,residente na Rua Coronel Serra, Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como fiscal do objeto do C**ontrato nº 098/2020,** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS, TIPO “REFEIÇÃO PRONTA TIPO MARMITEX”, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT, Empresa **DANIEL RIBEIRO DOS SANTOS ME,** a partir de 19/12/2020**.**

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 21 de Dezembro de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 103/2021

Portaria nº 103/2021

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Goncalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Saúde a Srª. **Edenilze Maciel**, brasileira, RG: 882135 SSP/MT, CPF: 594.683.511-49,rua Conego Peixoto em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** do **Contrato nº 023/2020** - ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 057/2019/SECARD DO PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 071/2019/SECARD REALIZADO PELO ÓRGÃO, PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUARA/MT, REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUÍNAS OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUN. DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA – SO PESADO COMERCIO DE PECAS EIRELI, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 367/2020 ADESÃO 02/2020 Empresa SO PESADO COMERCIO DE PECAS EIRELI a partir de 04/01/2021.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 01 de Fevereiro de 2021.

Silmar de Souza Goncalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 096/2021

Portaria nº 096/2021

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a Servidora da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, matricula 2098, Engenheira a senhora **SILVANA ALVES DA SILVA**, matricula 2098, CREA PR 163663/D, brasileira, portadora do RG: 144994957 SSP/PR, CPF: 885.366.531-91,domiciliado na Rua: C 3 Qd.12. Coxipó da Ponte**,** como **fiscal do Contrato nº 105/2020, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE DUAS FAIXAS ELEVADAS EM NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT – EMPRESA: KAIKE GOMES DA SILVA**, a partir de 04/01/2021.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 01 de Fevereiro de 2021.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 609/2020

Portaria nº 609/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a Servidora da Empresa contratada P1 Engenharia e Assessoria, **INÊS ANTÔNIA DOS SANTOS**, brasileiro, RG: 1305175-0, CPF: 963.657.731-53, CREA- MT 030016 residente na Rua Marabá nº 67, Bairro Santo Antônio do Pedregal – Cuiabá -MT**,** como **fiscal** do objeto do **Contrato nº 103/2020- Contratação de Empresa especializada em obras e servi-**

ços de engenharia para a Reforma do Telhado do prédio da Prefeitura Municipal deste Município-Empresa : G.V. DE ABREU SILVA EIRELI,, a partir de 22/12/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 23 de Dezembro de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 608/2020

Portaria nº 608/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Administração o Sr. **REINALDO RODRIGUES DE ALMEIDA**, brasileiro, RG: 15232280 SSP/MT, CPF: 001.384.061-46,residente na Av. Gov. Julio Campos, Bairro: Centro**,** Nossa Senhora do Livramento - MT**, como fiscal do Contrato nº 102/2020,** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE REDE DE COMPUTADORES UTILIZANDO A TECNOLOGIA WIRELESS DUAL 2.4GHZ/5.0GHZ NO LOCAL DA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, COM O FORNECIMENTO DE ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DA INFRAESTRUTURA DA REDE LÓGICA PARA INTERLIGAR A SOLUÇÃO DE REDE LOCAL WIRELESS (SEM FIO - WI-FI) A UM EQUIPAMENTO DE CONECTIVIDADE DO TIPO SWITCH INSTALADO NA SALA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – TI DA SEDE DA PREFEITURA. OS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DA TECNOLOGIA WIRELESS DUAL NO LOCAL DA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, CONTEMPLAM CONEXÃO A UM NOVO DISPOSITIVO DE CONECTIVIDADE TIPO SWITCH PARA ATENDER A REDE WIRELESS, DISPOSITIVOS DO PONTO DE ACESSO (ACCESS POINTS), REPETIDORES WIRELESS, ADAPTADORES WIRELESS PARA AS ESTAÇÕES DE TRABALHO E IMPRESSORAS, ALÉM DA INFRAESTRUTURA DE REDE LÓGICA CAT 6 ASSOCIADA PARA INTERLIGAR OS NOVOS PONTOS DE ACESSO AO NOVO SWITCH CITADO. OS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E DE CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA CONTROLADOR DOS ACCESS-POINTS, SWITCH E DEMAIS COMPONENTES CONTEMPLADOS, SERÃO INSTALADOS E CONFIGURADOS CONFORME O PROJETO BÁSICO DA REDE WIRELESS DESTA PREFEITURA**, Empresa ERYVAN CHRISTYAN PIMENTA DOS SANTOS 0147704117, a partir de 22/12/2020**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 23 de Dezembro de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 607/2020

Portaria nº 607/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a Servidora da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, matricula 2098, Engenheira a senhora **SILVANA ALVES DA SILVA**, matricula 2098, CREA PR 163663/D, brasileira, portadora do RG: 144994957 SSP/PR, CPF: 885.366.531-91,domiciliado na Rua: C 3 Qd.12. Coxipó da Ponte**,** como **fiscal do Contrato nº 101/2020, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA IMPLANTAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE CALÇAMENTO, EM DIVERSAS RUAS DO RIBEIRÃO DOS COCAIS NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO EMPRESA : L. MONTEIRO LEMES**, a partir de 21/12/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 22 de Dezembro de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 097/2021

Portaria nº 097/2021

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora Municipal Srª. **JACKELINE MENDES DA SILVA,** brasileira, RG: 25660624 SSP/MT, CPF: 068.369.201-18,residente na Rua Feliciano José da Silva, casa 312 Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** do **contrato nº 024/2020**– CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO E SUPORTE PARA AS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA COM FINS DE ANÁLISE, PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO, COM CONFERENCIA DE TEXTOS, DIGITALIZADOS POR TERCEIROS, DIGITAÇÃO DE TEXTOS ENVIO DE CORRESPONDÊNCIAS PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO ÁS SECRETARIAS E REDAÇÃO DE CARTAS E RESUMOS PARA TENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT. QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA EDIELISSA EDUARDA DE OLIVEIRA 07045983107 CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 000384/2020, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2, Empresa EDIELISSA EDUARDA DE OLIVEIRA 07045983107, a partir de 04/01/2021.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 01 de Fevereiro de 2021.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 606/2020

Portaria nº 606/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a Servidora da Empresa contratada P1 Engenharia e Assessoria, **INÊS ANTÔNIA DOS SANTOS**, brasileiro, RG: 1305175-0, CPF: 963.657.

731-53, CREA- MT 030016 residente na Rua Marabá nº 67, Bairro Santo Antônio do Pedregal – Cuiabá -MT**,** como **fiscal** do objeto do **Contrato nº 100/2020- CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A REFORMA DO TELHADO DO 1º BLOCO DA ESCOLA MUNICIPAL DELIA GALDINO DUARTE, VISANDO ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO -Empresa : KAIKE GOMES DA SILVA**, a partir de 21/12/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 22 de Dezembro de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 098/2021

Portaria nº 098/2021

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora Municipal Srª. **JACKELINE MENDES DA SILVA,** brasileira, RG: 25660624 SSP/MT, CPF: 068.369.201-18,residente na Rua Feliciano José da Silva, casa 312 Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** do **contrato nº 019/2020**– Contratação de empresa especializada em prestação de serviços em digitação, produção de ofícios, montagem de planilhas em geral e outros serviços Administrativos para atender a demanda da Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, conforme condições, especificações e quantidades, no PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00708/2020, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2020, Empresa LARISSA BARROS CAMPOS 04486933133, a partir de 04/01/2021.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 01 de Fevereiro de 2021.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 092/2021

Portaria nº 092/2021

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a Servidora da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, matricula 2098, Engenheira a senhora **SILVANA ALVES DA SILVA**, matricula 2098, CREA PR 163663/D, brasileira, portadora do RG: 144994957 SSP/PR, CPF: 885.366.531-91,domiciliado na Rua: C 3 Qd.12. Coxipó da Ponte**,** como **fiscal do Contrato nº 095/2020, Contratação de empresa especializada em Serviços de pinturas na sede da Prefeitura Municipal e no muro, para atender a necessidade da Secretaria de Administração e Planejamento- EMPRESA : ODAIR SANTANA DA SILVA 90798066175**, a partir de 04/01/2021.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 01 de Fevereiro de 2021.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 605/2020

Portaria nº 605/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a Servidora da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, matricula 2098, Engenheira a senhora **SILVANA ALVES DA SILVA**, matricula 2098, CREA PR 163663/D, brasileira, portadora do RG: 144994957 SSP/PR, CPF: 885.366.531-91,domiciliado na Rua: C 3 Qd.12. Coxipó da Ponte**,** como **fiscal do Contrato nº 099/2020, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DE PONTE DE MADEIRA SOBRE O CÓRREGO BURITI GRANDE COM EXTENSÃO DE 7,0 M, LARGURA DE 4,0M E ALTURA DO SOLO DE 1,5 M– LOCALIZADA NAS COORDENADAS UTM: "21L537024.52E – 21L8285756.28S- EMPRESA : PM DOS SANTOS ME**, a partir de 21/12/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 22 de Dezembro de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 093/2021

Portaria nº 093/2021

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a Servidora da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, matricula 2098, Engenheira a senhora **SILVANA ALVES DA SILVA**, matricula 2098, CREA PR 163663/D, brasileira, portadora do RG: 144994957 SSP/PR, CPF: 885.366.531-91,domiciliado na Rua: C 3 Qd.12. Coxipó da Ponte**,** como **fiscal** do objeto do **Contrato nº 103/2020- Contratação de Empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a Reforma do Telhado do prédio da Prefeitura Municipal deste Município-Empresa : G.V. DE ABREU SILVA EIRELI,**, a partir de 04/01/2021.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 01 de Fevereiro de 2021.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 094/2021

Portaria nº 094/2021

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a Servidora da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, matricula 2098, Engenheira a senhora **SILVANA ALVES DA SILVA**, matricula 2098, CREA PR 163663/D, brasileira, portadora do RG: 144994957 SSP/PR, CPF: 885.366.531-91,domiciliado na Rua: C 3 Qd.12. Coxipó da Ponte**,** como **fiscal do Contrato nº 101/2020, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA IMPLANTAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE CALÇAMENTO, EM DIVERSAS RUAS DO RIBEIRÃO DOS COCAIS NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO EMPRESA : L. MONTEIRO LEMES**, a partir de 04/01/2021.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 01 de Fevereiro de 2021.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 102/2021

Portaria nº 102/2021

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Educação o Sr. **ANTONIO CARLOS MACIEL**, brasileiro, RG: 9506403 SSP/MT, CPF: 629.876. 901-34, residente na Rua Conego Peixoto, Centro em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** do objeto do C**ontrato nº 033/2020–** Contratação de Empresa para prestação de serviços especializada em ministrar Aulas de Judô denominado PROJETO JUDÔ RAÇA para crianças de 09 a 17 anos da Escola Municipal Délia Galdina Duarte no Município de Nossa Senhora do Livramento/MT– Empresa GIOVANNA ANDRADE SILVA DE DEUS – 99236486134, a partir de 04/01/2021.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 01 de Fevereiro de 2021.

Silmar de Souza Goncalves

Prefeito Municipal

1º ATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 098 2020

1º ATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 098 2020 PARA ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA PARA EXERCICIO 2021 - Empresa: **DANIEL RIBEIRO DOS SANTOS ME**

Pelo presente instrumento, o **Município de Nossa Senhora do Livramento,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e funções, com supedâneo no § 8º do Art. 65 da Lei n.º 8.666/93, determina o apostilamento do Contrato 098/2020 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA FORNECIMENTO **DE REFEIÇÕES PRONTAS, TIPO "REFEIÇÃO PRONTA TIPO MARMITEX", PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT***,* de acordo com as condições, especificações, e quantitativos, especificado Termo de Referência 102/2019

O presente instrumento advém **PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 003416/2019-1 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2019**, **PROCESSO ADMINISTRATIVO 2639/2020**.*OBJETO É "*Contratação de serviço de empresa especializada na realização de exames laboratoriais, e outro lado **Empresa DANIEL RIBEIRO DOS SANTOS ME**pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **27.046.262/0001-43, sediada na Rodovia Transpantaneira Zona Rural CEP: 78170-00 Nossa Senhora do Livramento-MT neste ato representado pelo Senhor Daniel Ribeiro dos Santos, portador do RG: 114912264 SSP/PR e do CPF: 975.224.221-91 residente e domiciliado Rodovia Transpantaneira Zona Rural CEP: 78170-00**, **CONTRATADA.**

1.1 CLAUSULA PRIMEIRA – INCLUSÃO DE CLAUSULA SEXTA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS –DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA FUNDAMENTO: Com base n**o PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 034/2021** e o parecer jurídico municipal nº 020/2021 e no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento nº 01/2021, cujo objetivo éInclusão do Disposto n**a Clausula Setima Dos Recursos Orçamentários**, prevista no instrumento contratual inicial, Secretaria Assistência Administração eferente ao código reduzido conforme descrição abaixo.

2 CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Modificação unilateral do Contrato Administrativo quanto a Inclusão de Dotação Orçamentária para Secretaria Municipal de Saúde, oriundo da **PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 003416/2019-1 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2019**, **PROCESSO ADMINISTRATIVO 2639/2020**

3 CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFCAÇÃO

ONDE SE LÊ

6.CLAUSULA SEXTA DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

6.1. A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias.

Secretaria/Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Ficha	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Saúde	Próprio	2305 – Manut. da Atenção Básica	354	33.90.30.00	100	228,00
Obras	Próprio	2278 – Recuperação e Manut. e Const. De Estradas Vicin.	392	33.90.30.00	100	319,20
ADM Planej	Próprio	02089 – Manut. das Atividades de ADM e Planejamento	60	33.90.30.00	100	923,40

LEIA-SE:

CLAUSULA SEXTA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas oriundas do presente prestação serviço correrão por conta de recursos específicos consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Administração, na dotação orçamentária conforme estabelecidos no Processo Administrativo nº 034/2021 e parecer Jurídico nº 020/2021

Secretaria/Unidade	Recurso	Projeto Atividade	Ficha	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Saúde	Próprio	2305 – Manut. da Atenção Básica	315	33.90.30.00	102	228,00
Obras	Próprio	2278 – Recuperação e Manut. e Const. De Estradas Vicin.	348	33.90.30.00	100	319,20
ADM Planej	Próprio	02089 – Manut. das Atividades de ADM e Planejamento	080	33.90.30.00	100	923,40

3. CLAUSULA TERCEIRA– DAS DEMAIS CLAUSULAS

3.1 As demais clausulas constantes no contrato 98/2020, permanecem inalterados. O disposto do presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato acima mencionado.

Nossa Senhora do Livramento, 27 de Janeiro de 2021

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

5º TERMO ADITIVO DE VALOR CONTRATO 088/2018

5º TERMO ADITIVO DE VALOR CONTRATO 088/2018 DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARMAZENAMENTO, COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS E LÍQUIDOS (LIXO HOSPITALAR) DOS GRUPOS A, B E E, PRODUZIDOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, HOSPITAL MUNICIPAL, LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MUNICIPAL, FARMÁCIA MUNICIPAL, PSF URBANO E PSF RURAL., QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA MAXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA EPP PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 003688/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 059/2018, PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 3864/2018, CLAUSULA ABAIXO:

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos **PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 003688/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 059/2018,**

Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 010/2021 de aditivação de valor e prazo ao contrato nº 088/2018 que autorizou termo aditivo.

Assim, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO MOTIVO

De conformidade com as motivações administrativas constantes na justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde no processo Administrativo nº 010/2021 de aditivação de valor : 4.200,00 (Quatro Mil Duzentos Reais), alterando o valor do contrato 088/2018 referente a contratação de empresa para prestação de serviço de armazenamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos e líquidos (lixo hospitalar) dos GRUPOS A, B e E, produzidos nas unidades de saúde deste município, Hospital municipal, Laboratório de Análises clínicas Municipal, Farmácia Municipal, PSF Urbano e PSF Rural., com a **EMPRESA MAXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.657.187/0001-20 **,** com sede a Rua 09 (Sitio de Recreio Lago Azul) Chacara 132, Zona Rural – Cuiabá/MT, CEP: 78000-000, doravante denominado CONTRATADA, decide celebrar este termo aditivo de valor.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço, a quantidade e a especificação do serviço neste termo aditivo, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Razão Social:	Empresa MAXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.657.187/0001-20				
Endereço:	Rua 09 (Sitio de Recreio Lago Azul) Chacara 132, Zona Rural – Cuiabá/MT, CEP: 78000-000				
Contatos:	65 3641-1650 3641-0421 3641-2835				
Representante	JOANNA CRISTINA DOMINGOS OU Mirela Maria Macedo				
Item	**Descrição**	**Und Quantidade**	**Valor Unitário R$**	**Valor Total R$**	
01	Serviços de coleta, armazenamento, transporte tratamento e disposição final dos resíduos sólidos e líquidos (lixo hospitalar) dos GRUPOS A, B e E, produzidos nas unidades de saúde deste município, Hospital municipal, Laboratório de Análises clínicas Municipal, Farmácia Municipal, PSF Urbano e PSF Rural.	**600 KG**	R$ 7,00	R$ 4. 200,00	
VALOR TOTAL: 4.200,00 (Quatro Mil Duzentos Reais)					

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

3.1 Os créditos orçamentários para execução do presente termo aditivo serão oriundos das seguintes dotações do orçamento vigente 2020:

Secretaria	Recurso	Projeto Atividade	Ficha	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
SAÚDE	PROPRIO	2030	242	3.3.90.39	102	4.200,00

CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e Parecer Jurídico nº 032/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RATIFICAÇÕES:

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 088/2018, em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 01 de Fevereiro 2021.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa MAXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA EPP

CNPJ/MF sob o nº 07.657.187/0001-20

Representada pela Senhora Mirela Maria Macedo,

RG: nº30.194.296-1 SSP/SP e CPF nº 219.174.758-29

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 098 2020

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 098 2020 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS, TIPO "REFEIÇÃO PRONTA TIPO MARMITEX", PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA: DANIEL RIBEIRO DOS SANTOS ME PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 003416/2019-1 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO 2639/2020.

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos **PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 003416/2019-1 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO 2639/2020**

Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 020/2021 de aditivação de prazo ao contrato nº 98/2020 que autorizou termo aditivo.

Assim, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas através do no Processo Administrativo nº 020/2021 de aditivo de prazo do contrato 098/2020 através do Art. 57, no inciso II e 65, II, conforme a Lei 8666/93, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS, TIPO "REFEIÇÃO PRONTA TIPO MARMITEX", PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT, de acordo com as condições, especificações, e quantitativos, especificado Termo de Referência 102/2019 **PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 003416/2019-1 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2019**, **PROCESSO ADMINISTRATIVO 2639/2020,**com **Empresa: Empresa DANIEL RIBEIRO DOS SANTOS ME**pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 27.046.262/0001-43, sediada na Rodovia Transpantaneira Zona Rural CEP: 78170-00 Nossa Senhora do Livramento-MT, denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGENCIA

2.1 O presente termo aditivo terá sua vigência de 45 (Quarenta e Cinco Dias) dias a contar a partir do termino da vigência do contrato original 19/01/2021

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 021/2021.

CLÁUSULA QUARTA– DAS RATIFICAÇÕES

4.1 Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 98/2020 em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 18 Janeiro 2021.

CONTRATANTE

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO:

Empresa DANIEL RIBEIRO DOS SANTOS ME

CNPJ sob o nº 27.046.262/0001-43,

Representado pelo Senhor Daniel Ribeiro dos Santos,

RG: 114912264 SSP/PR e do CPF: 975.224.221-91

PORTARIA Nº 095/2021

Portaria nº 095/2021

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a Servidora da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, matricula 2098, Engenheira a senhora **SILVANA ALVES DA SILVA**, matricula 2098, CREA PR 163663/D, brasileira, portadora do

RG: 144994957 SSP/PR, CPF: 885.366.531-91,domiciliado na Rua: C 3 Qd.12. Coxipó da Ponte**,** como **fiscal** do objeto do **Contrato nº 100/2020- CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A REFORMA DO TELHADO DO 1º BLOCO DA ESCOLA MUNICIPAL DELIA GALDINO DUARTE, VISANDO ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO -Empresa : KAIKE GOMES DA SILVA**, a partir de 04/01/2021.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 01 de Fevereiro de 2021.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 601/2020

Portaria nº 601/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Finanças, **NATHALIA GOMES DA SILVA**, brasileira, RG: 21356254 SSP/MT, CPF: 050.697. 131-75, residente na Rua Piaui, Qd. 53 , Várzea Grande -MT**,** como **fiscal** do C**ontrato nº 097/2020,** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAL NO ENVIO DO APLIC DOS MESES DE JANEIRO A OUTUBRO DE 2020 COM AJUSTES NO SALDO DAS CONTAS, ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA NO ENVIO DAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AO APLIC E ENGLOBA TODOS OS CUSTOS OPERACIONAIS DA ATIVIDADES BEM COMO SEGUROS, TRIBUTOS INCIDENTES E NECESSÁRIOS AO CUMPRIMENTO INTEGRAL DO OBJETO DESTA CONTRATAÇÃO, Empresa **GISELE FERNANDA FRANCO DE ALMEIDA,** a partir de 14/12/ 2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 15 de Dezembro de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 104/2021

PORTARIA N° 104/2021

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, designa a Senhora **Luciene Rodrigues de Morais**, para prestar serviços voluntários sem ônus na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 12/01/2021.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 15 de Janeiro de 2021.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 611/2020

Portaria nº 611/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a Servidora da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, matricula 2098, Engenheira a senhora **SILVANA ALVES DA SILVA**, matricula 2098, CREA PR 163663/D, brasileira, portadora do RG: 144994957 SSP/PR, CPF: 885.366.531-91,domiciliado na Rua: C 3 Qd.12. Coxipó da Ponte**,** como **fiscal do Contrato nº 105/2020, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE DUAS FAIXAS ELEVADAS EM NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT – EMPRESA: KAIKE GOMES DA SILVA**, a partir de 23/12/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 23 de Dezembro de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 091/2021

PORTARIA Nº 091/2021

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Servidor **PAULO LEITE ARAUJO**, brasileiro, RG: 542172, CPF: 393.713.791-20, residente no Sitio Santana Zona Rural em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do **Contrato nº 064/ 2019,** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, ABRANGENDO AS CATEGORIAS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, A SEREM EXECUTADOS NAS DEPENDÊNCIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT, Empresa **CATIA MARIA SILVA 0349130019,** a partir de 04/01/2021.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 01 de Fevereiro de 2021.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 099/2021

Portaria nº 099/2021

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, **WALQUIRIA CONCEIÇÃO DE MEDEIROS**, brasileira, RG:2415977-8 SSP/MT, CPF: 050.683.481-63,residente na chácara Matias em Nossa Senhora do Livramento -M**,** como **fiscal** do objeto do **Contrato nº 008/2020** - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA PARA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DE TODAS AS SECRETARIAS E DO SETOR DE LICITAÇÕES NO

QUE SE REFERE Á LEGALIDADE DE PROCESSOS DE AQUISIÇÃO, COM EMISSÃO DE PARECERES TÉCNICO-CONSULTIVO, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração – Empresa HELLEN JANE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA a partir de 04/01/2021.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 01 de Fevereiro de 2021.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 610/2020

Portaria nº 610/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Administração o Sr. **REINALDO RODRIGUES DE ALMEIDA**, brasileiro, RG: 15232280 SSP/MT, CPF: 001.384.061-46,residente na Av. Gov. Julio Campos, Bairro: Centro**,** Nossa Senhora do Livramento - MT**, como fiscal do Contrato nº 104/2020,** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA ELÉTRICA PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE CORREÇÃO, ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE ELÉTRICA EXCLUSIVA PARA OS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, SENDO DETERMINANTE A CORREÇÃO NOS QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO ELÉTRICOS, DISJUNTORES, TOMADAS, PROTETORES DE ANTI-SURTO, FIAÇÕES E OUTROS COMPONENTES IMPORTANTES, PARA A SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, ESTADO DO MATO GROSSO, Empresa **C.S.P. COMERCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA EIRELI**, a partir de 22/12/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 23 de Dezembro de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 082/2021

PORTARIA Nº 082/2021

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Servidor **PAULO LEITE ARAUJO**, brasileiro, RG: 542172, CPF: 393.713.791-20, residente no Sitio Santana Zona Rural em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do **Contrato nº 065/2019,** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, ABRANGENDO AS CATEGORIAS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, A SEREM EXECUTADOS NAS DEPENDÊNCIAS DO DAE (DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO, Empresa **ROSANGELA GONÇALINA DOS SANTOS 0301661500,** a partir de 04/01/2021.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 28 de Janeiro de 2021.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 083/2021

Portaria nº 083/2021

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Obras, **LUANA GUILHERME DA SILVA**, brasileira, RG: 17754690 SSP/MT, CPF: 024.576.071-75,residente NA Rua Adelino Metelo em Nossa Senhora do Livramento -M**,** como **fiscal** do objeto do C**ontrato nº 039/2018,** contrato de empresa especializada em prestação de serviço de manutenção Volante, preventiva, e emergencial, exclusiva dos veículos operacionais ônibus, micro ônibus, caminhões e máquinas pesadas independente de marca e categoria para atendimento da frota da Prefeitura da Secretaria Municipal de Obras e Infra Estrutura, Empresa **PEDRO JOSÉ DA COSTA** a partir de 04/01/2021.

.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 01 de Fevereiro de 2021.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 100/2021

PORTARIA Nº 100/2021

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Educação o Sr. **JOSE CARMO DA SILVA**, brasileiro, RG: 580116 SSP/MT, CPF: 419.712.301-97, residente na Rua Coronel Serra, Frei Hugolino, em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** do objeto do C**ontrato nº 054/2019,** contrato de empresa especializada em prestação de serviço de locação de 01(um) caminhão ¾ Furgão com capacidade 4.000 kg, que será por quilometragem rodado com motorista devidamente habilitado, para transporte de merenda escolar tanto na zona urbana quanto na zona rural para atender a demanda operacionais da sec. educação do município de Nossa Senhora do Livramento, Empresa **D M SILVA EPP** a partir de 04/01/2021.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 01 de Fevereiro de 2021.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 084/2021

Portaria nº 084/2021

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a Servidora da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, matricula 2098, Engenheira a senhora **SILVANA ALVES DA SILVA**, matricula 2098, CREA PR 163663/D, brasileira, portadora do RG: 144994957 SSP/PR, CPF: 885.366.531-91,domiciliado na Rua: C 3 Qd.12. Coxipó da Ponte, como **fiscal** do objeto do **Contrato nº 076/2020** - ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 047/2020 DO PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 018/2020 REALIZADO PELA PREFEITURA DE SINOP DO MUNICÍPIO DE SINOP-MT, SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MOTONIVELADORA E RETROESCAVADEIRA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUN. DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA MANGABEIRA CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO DE MAQUINAS E CAMINHÕES EIRELI ME, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 879/2020 ADESÃO 010/2020– Empresa MANGABEIRA CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO DE MAQUINAS E CAMINHÕES EIRELI ME a partir de 04/01/2021.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 01 de Fevereiro de 2021.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 600/2020

Portaria nº 600/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Finanças, **NATHALIA GOMES DA SILVA**, brasileira, RG: 21356254 SSP/MT, CPF: 050.697. 131-75, residente na Rua Piaui, Qd. 53 , Várzea Grande -MT**,** como **fiscal** do C**ontrato nº 096/2020,** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL, FINANCEIRA, ESPECIALIZADA EM ORIENTAÇÃO DA EQUIPE ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS QUANTO À DEFESA DAS CONTAS DO GOVERNO DE 2019, REVISÃO DAS INFORMAÇÕES ENVIADAS NAS CARGAS MENSAIS DE 2020, AJUSTES NOS SALDOS CONTÁBIL CONFORME APONTAMENTO DO TCE/MT, E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO DE SOLICITAÇÃO DE CND DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT, Empresa **L.M. DE BARROS,** a partir de 14/12/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 15 de Dezembro de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 085/2021

Portaria nº 085/2021

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Obras, **LUANA GUILHERME DA SILVA**, brasileira, RG: 17754690 SSP/MT, CPF: 024.576. 071-75,residente NA Rua Adelino Metelo em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 057/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA, Empresa G MANOEL DA SILVA - ME, a partir de 04/01/2021.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 01 de Fevereiro de 2021.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 598/2021

Portaria nº 598/2021

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural o Sr. **José Carlos da Silva**, brasileiro, RG: 07989245 SSP/MT, CPF: 622. 599.621.49,residente na Rua Jose Mariano da Costa – nº 184 – COHAB Nova em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como fiscal do objeto do C**ontrato nº 094/2020,** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - INSTALADA SOBRE ESTEIRAS, MOTOR DIESEL TURBO COM NO MINIMO 4 CILINDROS, POTENCIA BRUTA MINIMA DE 140HP, CONCHA COM VOLUME MINIMO DE 1,2 M3, SAPATAS DE LARGURA MINIMA DE 600 MM COM GARRAS TRIPLAS, PESO OPERACIONAL MINIMO DE 20.000KG, CABINA FECHADA COM AR CONDICIONADO, CERTIFICAÇÃO ROPS (PROTEÇÃO CONTRA CAPOTAMENTO).OBJETO DO CONVÊNIO Nº 832641/ 2016 FIRMADO COM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Empresa **DEFANT CAPELOSSA SILVA LTDA**, a partir de 10/12/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 11 de Dezembro de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 599/2020

Portaria nº 599/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a Servidora da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, matricula 2098, Engenheira a senhora **SILVANA ALVES DA SILVA**, matricula 2098, CREA PR 163663/D, brasileira, portadora do RG: 144994957 SSP/PR, CPF: 885.366.531-91,domiciliado na Rua: C 3 Qd.12. Coxipó da Ponte**,** como **fiscal do Contrato nº 095/2020, Contratação de empresa especializada em Serviços de pinturas na sede da Prefeitura Municipal e no muro, para atender a necessidade da Secretaria de Administração e Planejamento- EMPRESA : ODAIR SANTANA DA SILVA 90798066175**, a partir de 14/12/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 15 de Dezembro de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 086/2021

Portaria nº 086/2021

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Obras, **LUANA GUILHERME DA SILVA**, brasileira, RG: 17754690 SSP/MT, CPF: 024.576.071-75,residente NA Rua Adelino Metelo em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 028/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços para Registro de preços visando para futura e eventual aquisição de produtos de padaria (pães, bolos, Salgados tipo coquetel e lanches), para o consumo das Secretarias da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA N° 76/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002966/2019 – PREGÃO ELETRÔNICO - SRP PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2019 (EXCLUSIVO ME – EPP, Empresa J QUELUZ COSTA ME, a partir de 04/01/2021.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 01 de Fevereiro de 2021.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 604/2020

Portaria nº 604/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Obras, **LUANA GUILHERME DA SILVA**, brasileira, RG: 17754690 SSP/MT, CPF: 024.576.071-75,residente NA Rua Adelino Metelo em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** do C**ontrato nº 098/2020,** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS, TIPO “REFEIÇÃO PRONTA TIPO MARMITEX”, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT, Empresa **DANIEL RIBEIRO DOS SANTOS ME,** a partir de 19/12/2020**.**

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 21 de Dezembro de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 090/2021

Portaria nº 090/2021

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a Servidora da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, matricula 2098, Engenheira a senhora **SILVANA ALVES DA SILVA**, matricula 2098, CREA PR 163663/D, brasileira, portadora do RG: 144994957 SSP/PR, CPF: 885.366.531-91,domiciliado na Rua: C 3 Qd.12. Coxipó da Ponte, como **fiscal** do objeto do **Contrato nº 076/2020** - ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 047/2020 DO PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 018/2020 REALIZADO PELA PREFEITURA DE SINOP DO MUNICÍPIO DE SINOP-MT, SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MOTONIVELADORA E RETROESCAVADEIRA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUN. DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA MANGABEIRA CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO DE MAQUINAS E CAMINHÕES EIRELI ME, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 879/2020 ADESÃO 010/2020– Empresa MANGABEIRA CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO DE MAQUINAS E CAMINHÕES EIRELI ME a partir de 04/01/2021.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 01 de Fevereiro de 2021.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 087/2021

Portaria nº 087/2021

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Obras, **LUANA GUILHERME DA SILVA**, brasileira, RG: 17754690 SSP/MT, CPF: 024.576.071-75,residente NA Rua Adelino Metelo em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 057/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme con-

dições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA, Empresa G MANOEL DA SILVA - ME, a partir de 04/01/2021.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 01 de Fevereiro de 2021.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 603/2020

Portaria nº 603/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Saúde a Srª. **Edenilze Maciel**, brasileira, RG: 882135 SSP/MT, CPF: 594.683.511-49,rua Conego Peixoto em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal do** C**ontrato nº 098/2020,** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS, TIPO “REFEIÇÃO PRONTA TIPO MARMITEX”, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT, Empresa **DANIEL RIBEIRO DOS SANTOS ME,** a partir de 19/12/2020**.**

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 21 de Dezembro de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 101/2021

PORTARIA Nº 101/2021

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Educação o Sr. **JOSE CARMO DA SILVA**, brasileiro, RG: 580116 SSP/MT, CPF: 419.712.301-97, residente na Rua Coronel Serra, Frei Hugolino, em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** do objeto do C**ontrato nº 053/2019,** contrato de empresa especializada em prestação de serviço de locação de 01(um) caminhão ¾ com capacidade 4.000 kg, com motorista para transporte de óleo diesel para abastecimento dos ônibus escolares da zona rural para atender a demanda operacionais da sec. educação do município de Nossa Senhora do Livramento, Empresa **D M SILVA EPP** a partir de 04/01/2021.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 01 de Fevereiro de 2021.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 088/2021

Portaria nº 088/2021

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Obras, **LUANA GUILHERME DA SILVA**, brasileira, RG: 17754690 SSP/MT, CPF: 024.576.071-75,residente NA Rua Adelino Metelo em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 055/2020,** Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual contratação na para aquisição de futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis, materiais de limpeza e copa/cozinha, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, conforme condições e especificações no Termo de Referência Nº 041/2019 Processo Administrativo nº 001292/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2019 COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE e AMPLA CONCORRÊNCIA, Empresa D.M SILVA – EPP, a partir de 04/01/2021.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 01 de Fevereiro de 2021.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 002/2021

TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 002/2021

Nos termos do Artigo 25 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, RATIFICA-SE a Inexigibilidade de Licitação Nº. 002/2021 que tem como objeto **AQUISIÇÃO DE REAGENTES LABORATORIAIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO LABORATÓRIO DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, com a finalidade de adquirir, nos termos, condições e especificações contidas no Termo de referência em abaixo.

ITEM	DESCRITIVO	Unid.	Quant.	Val. Unitário	Val. Total
01	REAGENTE ISOTONAC 3 (AZUL) (18L)	Un	10	R$ 325,00	R$ 3.250,00
03	REAGENTE CLEANAC (VERDE) (5L)	Un	3	R$ 250,00	R$ 750,00
02	REAGENTE CLEANAC 3 (BRANCO) (5L)	Un	2	R$ 250,00	R$ 500,00
04	REAGENTE HEMOLYNAC 3N (3X500ML)	Un	2	R$ 625,00	R$ 1.250,00
05	CONTROLE HEMATOLOGICO MEK (3DN)	Un	2	R$ 600,00	R$ 1.200,00

Total	R$ 6.950,00

Valor Global: R$ 6.950,00 (Seis mil novecentos e cinquenta reais).

EMPRESA: EASY SOLUCOES DIAGNOSTICAS LTDA - EPP

CNPJ: 19.993.061/0001-25

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes - MT, 02 de fevereiro de 2021.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
PORTARIA DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO PORTARIA MUNICIPAL Nº 46/2021

EMENTA: "DESIGNA FISCAL PARA CONTRATO CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR CESAR AUGUSTO PÉRIGO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MÁTERIA:

RESOLVE

Art. 1º Designar como **Fiscal de Contrato** os servidores:

CELIO APARECIDO PEREIRA DE SOUZA, DIRETOR HOSPITALAR, portador do CPF797.908.441.15, matricula 4161.

De acordo com preceitua na ***Lei de Licitações Nº 8.666/93, nos Art. 67, e Art. 68,*** para acompanhar e fiscalizar a execução do **CONTRATO Nº 016/2021**, firmado entre a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes e o fornecedor: **R S BETELLI LTDA**, tendo como objeto:**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NO HOSPITAL MUNICIPAL – SERVIÇOS MÉDICOS DE GINECOLÓGICOS E OBSTETRÍCIA COM CARGA HORÁRIA DE 60 (SESSENTA) HORAS SEMANAL, REALIZAR SUPORTE CIRÚRGICO EM PARTO NORMAL E CESÁRIA E 10 (DEZ) PLANTÕES MENSAIS NA MODALIDADE DE SOBREAVISO, DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS CADA, INCLUINDO FINAIS DE SEMANA NO HOSPITAL MUNICIPAL CONFORME ESCALA ELABORADA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.** Com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, e atendendo a Instrução Normativa nº 010/2020;

Art. 2º Fica designado como **Suplente** do referido contrato os servidores:

FLAVIO BACK, AGENTE ADMINISTRATIVO, portador do CPF923.026.021.53, matricula 331.

Art. 3º Fica os servidores acima, igualmente CIENTE de que:

a) suas atribuições estão descritas no Manual para Fiscais de Contratos Administrativos dispostos na Instrução Normativa nº 010/2020;

b) a falta ou deficiência no cumprimento de suas atividades de fiscalização estão sujeitas a responsabilização na esfera civil, administrativa e criminal, inclusive com eventual propositura de ação indenizatória e de improbidade administrativa;

c) a partir deste momento o Fiscal do Contrato deve ter conhecimento do andamento da licitação e que, tão logo, seja celebrado o contrato, deve iniciar as atividades de fiscalização, independentemente de qualquer outra comunicação;

d) tão logo publicado no diário oficial do município o extrato do contrato deve buscar junto ao departamento de compra e contratos ou órgão equivalente da administração indireta uma cópia do mesmo e, se necessário, dos anexos, a fim de iniciar a atividade de fiscalização;

e) deve manter arquivada em seu local de trabalho, onde tenha fácil acesso a essa documentação, uma cópia do contrato, seguido de cópia do Termo de Fiscal de Contrato e dos originais dos Termos de Fiscalização, pela ordem cronológica, os quais estarão sempre preparados e organizados para consulta pelas autoridades, inclusive o Ministério Público e a população.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, 01 de Fevereiro de 2021.

CESAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

Fiscal de contrato

Ciente em	*Assinatura*	*Nome por extenso*

Suplente

Ciente em	*Assinatura*	*Nome por extenso*

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
PORTARIA DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO PORTARIA MUNICIPAL Nº 47/2021

EMENTA: "DESIGNA FISCAL PARA CONTRATO CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR CESAR AUGUSTO PÉRIGO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MÁTERIA:

RESOLVE

Art. 1º Designar como **Fiscal de Contrato** os servidores:

ELISA MACHADO SIQUEIRA, ENFERMEIRA, portador do CPF 013.881.351.59, matricula 3571.

De acordo com preceitua na ***Lei de Licitações Nº 8.666/93, nos Art. 67, e Art. 68,*** para acompanhar e fiscalizar a execução do **CONTRATO Nº 017/2021**, firmado entre a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes e o fornecedor: **S. P. SERVICOS MEDICOS LTDA**, tendo como objeto:**prestação de serviços médicos** com os seguintes atendimentos: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE CLÍNICA GERAL NO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA ANTÔNIO FERNANDES – PSF III, COM CARGA HORÁRIA DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAL, E 10 (DEZ) PLANTÕES MENSAIS NA MODALIDADE DE SOBREAVISO, DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS CADA, INCLUINDO FINAIS DE SEMANA NO HOSPITAL MUNICIPAL CONFORME ESCALA ELABORADA PELA SECRETARIA**

MUNICIPAL DE SAÚDE. Com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, e atendendo a Instrução Normativa nº 010/2020;

Art. 2º Fica designado como **Suplente** do referido contrato os servidores:

MARGARETH APARECIDA NICOLA, AGENTE ADMISTRATIVO, portador do CPF 992.883.111.49, matricula 36.

Art. 3º Fica os servidores acima, igualmente CIENTE de que:

a) suas atribuições estão descritas no Manual para Fiscais de Contratos Administrativos dispostos na Instrução Normativa nº 010/2020;

b) a falta ou deficiência no cumprimento de suas atividades de fiscalização estão sujeitas a responsabilização na esfera civil, administrativa e criminal, inclusive com eventual propositura de ação indenizatória e de improbidade administrativa;

c) a partir deste momento o Fiscal do Contrato deve ter conhecimento do andamento da licitação e que, tão logo, seja celebrado o contrato, deve iniciar as atividades de fiscalização, independentemente de qualquer outra comunicação;

d) tão logo publicado no diário oficial do município o extrato do contrato deve buscar junto ao departamento de compra e contratos ou órgão equivalente da administração indireta uma cópia do mesmo e, se necessário, dos anexos, a fim de iniciar a atividade de fiscalização;

e) deve manter arquivada em seu local de trabalho, onde tenha fácil acesso a essa documentação, uma cópia do contrato, seguido de cópia do Termo de Fiscal de Contrato e dos originais dos Termos de Fiscalização, pela ordem cronológica, os quais estarão sempre preparados e organizados para consulta pelas autoridades, inclusive o Ministério Público e a população.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, 01 de Feveriro de 2021.

CESAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

Fiscal de contrato

Ciente em	*Assinatura*	*Nome por extenso*

Suplente

Ciente em	*Assinatura*	*Nome por extenso*

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
PORTARIA DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO PORTARIA MUNICIPAL Nº 48/2021

EMENTA: "DESIGNA FISCAL PARA CONTRATO CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR CESAR AUGUSTO PÉRIGO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MATÉRIA:

RESOLVE

Art. 1º Designar como **Fiscal de Contrato** os servidores:

AMIBSON EVANGELISTA DE ARRUDA, Agente de fiscalização, portador do CPF 014.704.271.25, matricula 4138.

De acordo com preceitua na ***Lei de Licitações Nº 8.666/93, nos Art. 67, e Art. 68,*** para acompanhar e fiscalizar a execução do **CONTRATO Nº 018/2021**, firmado entre a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes e o fornecedor: **YERROVAH PROJETOS EIRELI**. Tendo como objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL PARA ACOMPANHAMENTO DE OBRAS PUBLICAS, FISCALIZAÇÃO, MEDIÇÕES DE OBRAS, ELABORAÇÃO DE PROJETOS ESTRUTURAIS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, LAUDOS, PARECER TÉCNICO MEMORIAIS DESCRITIVOS COM UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO PRÓPRIO. O PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS DEVERÁ CUMPRIR CARGA HORÁRIA DE 8 (OITO) HORAS POR DIA, NAS DEPENDÊNCIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, SITO NO ENDEREÇO CONSTANTE ABAIXO, BEM COMO DEVERÁ CONTAR COM EXPERIÊNCIA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS. A LICITAÇÃO IN APREÇO VISA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS .** Com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, e atendendo a Instrução Normativa nº 010/2020;

Art. 2º Fica designado como **Suplente** do referido contrato os servidores:

JAIME NEIVERTH, agente operacional, portador do CPF: 551.818.381.34, matricula 88.

Art. 3º Fica os servidores acima, igualmente CIENTE de que:

a) suas atribuições estão descritas no Manual para Fiscais de Contratos Administrativos dispostos na Instrução Normativa nº 010/2020;

b) a falta ou deficiência no cumprimento de suas atividades de fiscalização estão sujeitas a responsabilização na esfera civil, administrativa e criminal, inclusive com eventual propositura de ação indenizatória e de improbidade administrativa;

c) a partir deste momento o Fiscal do Contrato deve ter conhecimento do andamento da licitação e que, tão logo, seja celebrado o contrato, deve iniciar as atividades de fiscalização, independentemente de qualquer outra comunicação;

d) tão logo publicado no diário oficial do município o extrato do contrato deve buscar junto ao departamento de compra e contratos ou órgão equivalente da administração indireta uma cópia do mesmo e, se necessário, dos anexos, a fim de iniciar a atividade de fiscalização;

e) deve manter arquivada em seu local de trabalho, onde tenha fácil acesso a essa documentação, uma cópia do contrato, seguido de cópia do Termo de Fiscal de Contrato e dos originais dos Termos de Fiscalização, pela ordem cronológica, os quais estarão sempre preparados e organizados para consulta pelas autoridades, inclusive o Ministério Público e a população.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, 02 de Fevereiro de 2021.

CESAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

Fiscal de contrato

Ciente em	*Assinatura*	*Nome por extenso*

Suplente

Ciente em	*Assinatura*	*Nome por extenso*

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003

APRESENTAÇÃO DO RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO FINAL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROVIMENTO TEMPORÁRIO DE VAGAS NOS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA BANDEIRANTES

O Senhor **Aparecido Porfírio**, Presidente da Comissão Especial de Acompanhamento e Fiscalização, nomeado pelo Decreto nº 20 de 05 de janeiro de 2021, no âmbito de sua competência, e em atendimento aos ditames regulatórios deste certame, especificamente ao que tange o cronograma do Processo Seletivo Simplificado conforme preceitua o Edital de Abertura,

Considerando; a publicação do Edital de complementar nº 002/2021 em data de 28 de janeiro de 2021, que apresentou o Resultado e a Classificação Prévia dos(as) candidatos(as)

RESOLVE apresentar o Anexo I deste Edital Complementar, em ordem de cargos, e local de atuação, o Resultado e a Classificação Final dos(as) candidatos(as).

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 1.1. Este Edital Complementar apresenta o Resultado e a Classificação Final por ordem de cargos e local de atuação. **2. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 2.1.** O Entrega ao Chefe do Poder Executivo Municipal o Resultado e a Classificação Final dos(as) candidatos(as) à este certame, para a devida homologação.

Nova Bandeirantes MT, 02 de fevereiro de 2021

Aparecido Porfírio

Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

PROFESSORES PEDAGOGIA ZONA RURAL 2021			
CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO	
1º	MARIA MARGARETH TONIOLO	62,60	APROVADO
2º	BEATRIZ CORREA HABOWSKI	57,78	APROVADO
3º	SILMARA PARREIRA CASSIMIRO	55,09	APROVADO
4º	MARIA APARECIDA SILVA	55,06	APROVADO
5º	LEIDAMAR VIEIRA DE FREITAS	53,64	APROVADO
6º	ROSEMEIRE CASADO	53,32	APROVADO
7º	LEILA PEREIRA GREGOSKI	49,73	APROVADO
8º	LEONILDA ZACARIAS DOS SANTOS	49,20	APROVADO
9º	PATRÍCIA SANTOS LUZ	49,02	APROVADO
10º	EDEVALD0 TRINDADE DE ALMEIDA	47,39	APROVADO
11º	RENATA DIODATO MUNIZ	47,07	CLASSIFICADO
12º	DEGMAR MOURA DOS SANTOS	46,03	CLASSIFICADO
13º	ELIANE PEREIRA DA SILVA	45,93	CLASSIFICADO
14º	MARIA JOSÉ GONÇALVES	45,00	CLASSIFICADO
15º	LENICE CIRINO DE OLIVEIRA	44,92	CLASSIFICADO
16º	CLEIDIVANE LEMES DA SILVA	43,01	CLASSIFICADO
17º	ADRIELLY BINDANDI ROCHA	42,47	CLASSIFICADO
18º	LEIDIANE APARECIDA DA SILVA	40,90	CLASSIFICADO
19º	RENATA GONÇALVES BARBOSA DA SILVA DIAS	37,44	CLASSIFICADO
20º	MARLENE NOGUEIRA CINTRA BOREGIO	36,70	CLASSIFICADO
21º	LUSIMAR APARECIDA LIMA DO NASCIMENTO	36,10	CLASSIFICADO
22º	ANDRÉIA RODRIGUES BUFOLLO	35,70	CLASSIFICADO
23º	CRISTINA ALVES DE LIMA GOMES	35,51	CLASSIFICADO
24º	LUCIANA APARECIDA DOS SANTOS	33,65	CLASSIFICADO
25º	DAIANE RODRIGUES MARQUES PEREIRA DUARTE	32,21	CLASSIFICADO
26º	CLAUDIANE FERNANDES DA SILVA MELLO	30,73	CLASSIFICADO
27º	LEONINA PEREIRA OLIVEIRA	28,74	CLASSIFICADO
28º	JULIANA DE MELO MARTINS	26,70	CLASSIFICADO
29º	TAINARA VILELA NUNES GREGOSKI	21,50	CLASSIFICADO
30º	ANA LUCIA BARBOSA DA SILVA	20,00	CLASSIFICADO
31º	EVELLEN JESUS SANTOS	20,00	CLASSIFICADO
32º	JUCIANE CARLOS DA SILVA	10,00	CLASSIFICADO
33º	DEISI KIRSCHNER	10,00	CLASSIFICADO
34º	LAIANE CRISTINA RUFINO	10,00	CLASSIFICADO
PROFESSORES LINGUA PORTUGUESA ZONA RURAL			
CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO	
1º	ELCIO AMÂNCIO DA SILVA	47,21	APROVADO
2º	NEUSA RITA DE SÁ	42,47	APROVADO
3º	ANDREIA MEDEIROS RIBEIRO	42,18	CLASSIFICADO
4ª	FATIMA DE FÚCIO AMÂNCIO DA SILVA	37,36	CLASSIFICADO
PROFESSORES MATEMATICA ZONA RURAL			
1º	ELISANGELA PEREIRA GONÇALVES	52,73	APROVADO
2º	MARIA EDUARDA DA SILVA DIAS	19,62	CLASSIFICADO
3º	FARLEY NEVES MOREIRA	15,39	CLASSIFICADO
4º	JEFTÉ DE OLIVEIRA DA SILVA	10,00	CLASSIFICADO
PROFESSORES CIÊNCIAS ZONA RURAL			
1º	DIRSON FILHO NOGUEIRA BOREGIO	36,75	APROVADO
2º	GABRIEL DE OLIVEIRA SILVA	10,00	CLASSIFICADO
PROFESSORES HISTORIA ZONA RURAL			
1º	JOSEANE PEREIRA GONÇALVES	52,99	APROVADO
2º	MARLI APARECIDA DA SILVA	45,83	CLASSIFICADO
PROFESSORES GEOGRAFIA ZONA RURAL			
1º	MARINALVA ALMEIDA GOMES	50,67	APROVADO
2º	ROSANI PINHEIRO DE SOUZA	40,00	CLASSIFICADO
PROFESSORES EDUCAÇÃO FISICA ZONA RURAL			
1º	ADRIANA RODRIGUES FERREIRA	56,40	APROVADO
2º	VALDEVINO FLAUZINO AZEVEDO	46,00	CLASSIFICADO
3º	SABRINA TATIELE ROZIN	30,86	CLASSIFICADO
PROFESSORES PEDAGOGIA ZONA URBANA			
CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO	
1º	LUCIENE FERREIRA	61,78	APROVADO
2º	LILIAN MARIA NUNES DE SOUZA	55,66	APROVADO
3º	CLEUDES TEREZINHA ZANROSSO DOS REIS GARBIN	55,26	APROVADO
4º	REGINA DUARTE	53,64	APROVADO
5º	VANDA DE CAMPOS BRITO	52,69	CLASSIFICADO
6º	MARIA LUIZA MEDINA	52,00	CLASSIFICADO
7º	MARIA BEZERRA PAES BALANI	51,86	CLASSIFICADO
8º	CLEUDINEIA DE OLIVEIRA SELLA	51,79	CLASSIFICADO
9º	MARIA SALVADOR DOS SANTOS	51,60	CLASSIFICADO
10º	SUZEMAR ARCANJO DE SOUZA	50,95	CLASSIFICADO
11º	LEANDRO DA SILVA TOMAZ	50,17	CLASSIFICADO

12º	ILSE TEREZINHA BAUNGARTNER	48,92	CLASSIFICADO
13º	SOLANGE MIGUEL DOS SANTOS	47,84	CLASSIFICADO
14º	JOÃO SOARES DOS SANTOS	47,60	CLASSIFICADO
15º	EDEVALDO TRINDADE DE ALMEIDA	47,44	CLASSIFICADO
16º	NILCEIA FRANCIOLI	47,39	CLASSIFICADO
17º	MARINETE BATISTA DA SILVA	47,04	CLASSIFICADO
18º	SIMONE PINTO DA SILVA LOBATO	46,82	CLASSIFICADO
19º	SIMONE CRISTINA BARBOSA DA SILVA	46,62	CLASSIFICADO
20º	MARIA APARECIDA DA COSTA FLORES	45,62	CLASSIFICADO
21º	LUCILENE C. DE ALMEIDA	45,17	CLASSIFICADO
22º	LUCIENE PERES	44,25	CLASSIFICADO
23º	ELISA BUENO DA SILVA	43,60	CLASSIFICADO
24º	CAMILA DO NASCIMENTO LIMA	42,46	CLASSIFICADO
25º	APARECIDO MARQUES DA COSTA JUNIOR	42,46	CLASSIFICADO
26º	GRACIELA APARECIDA RODRIGUES FELIPES	41,64	CLASSIFICADO
27º	CIBELE DOS SANTOS NÓBREGA	41,61	CLASSIFICADO
28º	RAISSA SERGIA GERIMINIANO	40,80	CLASSIFICADO
29º	LEONILDA ALVES PIRES SEVERINO	38,00	CLASSIFICADO
30º	DANIELE DA SILVA RIBEIRO	33,30	CLASSIFICADO
PROFESSORES LINGUA PORTUGUESA ZONA URBANA			
1º	MATILDE FERNADES GUILHERME	55,35	CLASSIFICADO
2º	VIVIAN APARECIDA PRETTI	40,00	CLASSIFICADO
3º	SIVANI FERRAZ DE SOUZA PIO	31,36	CLASSIFICADO
PROFESSORES MATEMATICA ZONA URBANA			
1º	BRUNO DOS SANTOS QUINA	40,00	APROVADO
2º	TAINARA PRISCILA SEZE DA SILVA	31,50	APROVADO
PROFESSORES CIÊNCIAS ZONA URBANA			
1º	VANDERLEIA MOREIRA ALVES	46,13	APROVADO
2º	TAINARA ANTUNES DOS SANTOS	41,64	CLASSIFICADO
3º	LEANDRO FAGNER DA SILVA	22,70	CLASSIFICADO
PROFESSORES HISTÓRIA ZONA URBANA			
CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATOS	PONTUAÇÃO	
1º	MARILUCIA TEIXEIRA FERRAZ	51,69	APROVADO
2º	CATIA MARTINS DAMASIO ZANRE	33,92	CLASSIFICADO
3º	JULIA DE OLIVEIRA DOS SANTOS	15,76	CLASSIFICADO
PROFESSORES GEOGRAFIA ZONA URBANA			
1º	ETELVINA CARVALHO DA SILVA	31,00	CLASSIFICADO
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL RURAL(VIGIA)			
CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO	
1º	LETICIA PAULA VIEIRA	20,00	APROVADO
2º	CLEUZELI BENTO CIRINO	11,79	CLASSIFICADO
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL RURAL(ZELADORA/LIMPEZA)			
CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO	
1º	ROSANA SILVA DOS SANTOS	22,83	APROVADO
2º	NEREIDE RODRIGUES LEITE	20,78	APROVADO
3º	FABIANA APARECIDA DE MELO MARTINS	10,15	APROVADO
4º	SUÉLE APARECIDA DE PAULA	6,00	CLASSIFICADO

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL RURAL(NUTRIÇÃO)			
CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO	
1º	DIENE APARECIDA DE OLIVEIRA	23,28	APROVADO
2º	ELIMARA CLAUDIA RODRIGUES DE LIMA	12,97	APROVADO
3º	ROSENILDA ROBAERT	12,62	APROVADO
4º	MARINA BERTOLETA MOREIRA DE OLIVEIRA	11,55	CLASSIFICADO
5º	ARIANA MARTINS LOPES	8,71	CLASSIFICADO
6º	CELIRES SIDOOSKI	6,78	CLASSIFICADO
TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL RURAL (MONITOR)			
CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO	
1 º	VANDERLÉIA DE AGUIAR VERLY	21,17	APROVADO
2 º	TAIS APARECIDA BERLANDA BABOLIN	21,08	CLASSIFICADO
3º	ANA PAULA RODRIGUES DA SILVA	20,65	CLASSIFICADO
4º	JULIANA BORCK FLORES SANTANA	10,80	CLASSIFICADO
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL URBANA (VIGIA)			
CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO	
1º	LEVI SANTANA DOS SANTOS	13,00	APROVADO
2º	VALDAIR FRANCISCO JOSE DE SA	12,68	CLASSIFICADO
3º	YELTISHIN ALAN SILVA GONÇALVES	6,00	CLASSIFICADO
4º	WILSON MENDES BARRANCO	4,50	CLASSIFICADO
TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL URBANO(MONITOR)			
CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO	
1º	LEILA ALI DARWICHE	31,99	APROVADO
2º	RENATA FABRICIA ANUTO	29,32	CLASSIFICADO
3º	TATIANE LOURENÇO CAMARGO	20,00	CLASSIFICADO
4º	PRISCILA GUIMARÃES DE ALMEIDA	16,63	CLASSIFICADO
5º	KHAUARA KETLYN SCHMITT	13,00	CLASSIFICADO
6º	BERENICE RODRIGUES DA SILVA	11,57	CLASSIFICADO
7º	GUSTAVO MANCOELHO DOS SANTOS	11,50	CLASSIFICADO
8º	CARLA FERNANDA VIEIRA DA SILVA	10,78	CLASSIFICADO
9 º	LIDIANE MEINHART	10,00	CLASSIFICADO
10 º	GEISIANA VOTH DE ARAUJO	10,00	CLASSIFICADO
11 º	BRUNA GABRIELE DE SOUZA MEIRA	10,00	CLASSIFICADO
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL URBANA(NUTRIÇÃO)			
CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO	
1 º	JHENIFFER SALGUEIRO	11,50	APROVADO
2º	SIDIA DA SILVA BANDEIRA	10,00	CLASSIFICADO
3º	ANDRESSA BERTUOL	10,00	CLASSIFICADO
4º	APOLIANE GUEDES REYNAUD	7,00	CLASSIFICADO
APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL URBANA(ZELADORA/LIMPEZA)			
CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO	
1 º	GENECI VEDIGAL BEZERRA	26,17	APROVADO
2º	HILOI LIMA DA SILVA	11,05	CLASSIFICADO
3º	NOEMI BIANCA GRACIMAR TEIXEIRA	11,00	CLASSIFICADO
4º	MARLUCE ALVES DA SILVA	10,50	CLASSIFICADO
5º	VILMA DE ARAÚJO DA SILVA	10,00	CLASSIFICADO
6º	FÁTIMA ROSARIA DOS SANTOS	10,00	CLASSIFICADO

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 002/2021

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 002/2021

Homologo a Presente inexigibilidade de Licitação nº. 002/2021, adjudicando a **AQUISIÇÃO DE REAGENTES LABORATORIAIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO LABORATÓRIO DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, com a finalidade de adquirir, nos termos, condições e especificações contidas no Termo de referência em abaixo.

ITEM	DESCRITIVO	Unidade	Quant.	Val. Unitário	Val. Total
01	REAGENTE ISOTONAC 3 (AZUL) (18L)	Un	10	R$ 325,00	R$ 3.250,00
03	REAGENTE CLEANAC (VERDE) (5L)	Un	3	R$ 250,00	R$ 750,00
02	REAGENTE CLEANAC 3 (BRANCO) (5L)	Un	2	R$ 250,00	R$ 500,00
04	REAGENTE HEMOLYNAC 3N (3X500ML)	Un	2	R$ 625,00	R$ 1.250,00
05	CONTROLE HEMATOLOGICO MEK (3DN)	Un	2	R$ 600,00	R$ 1.200,00
Total					R$ 6.950,00

Valor Global: R$ 6.950,00 (Seis mil novecentos e cinquenta reais).

EMPRESA: EASY SOLUCOES DIAGNOSTICAS LTDA - EPP

CNPJ: 19.993.061/0001-25

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Nova Bandeirantes-MT, 02 de fevereiro de 2021.

_____

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 002/2021

RETIFICAÇÃO EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 002/2021

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 002/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 010/2021

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes (MT).

CONTRATADO: EMPRESA: EASY SOLUCOES DIAGNOSTICAS LTDA - EPP

ONDE SE LÊ

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, INCLUINDO DESLOCAMENTO DO MECÂNICO ATÉ O MUNICÍPIO, DESTINADA A REVISÃO PREVENTIVA DE 1000 HORAS DA MÁQUINA PÁ CARREGADEIRA DE RODAS KOMATSU, MODELO WA200-6, SERIE B21135, PERTENCENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT, conforme especificação em anexo.

LEIA-SE

OBJETO: AQUISIÇÃO DE REAGENTES LABORATORIAIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO LABORATÓRIO DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT, conforme especificação em anexo.

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 25, II, da Lei nº 8.666/93.

Valor Global: R$ 6.950,00 (Seis mil novecentos e cinquenta reais).

Nova Bandeirantes - MT, 02 de fevereiro de 2021.

_____

Andressa Cristine F. Moreira

Presidente CLP (Portaria nº 004/2021)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 066/2019

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 066/2019

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA:**TITANIUM ENGENHARIA EIRELI**

CNPJ:20.103.907/0001-93

OBJETO: **Prorrogação do prazo** de execução do Contrato Original por mais **223 (duzentos e vinte três)** dias**,** vigorando a partir de 21 de dezembro de 2020 a 01 de agosto de 2021.

ASSINATURA**: 18 de dezembro de 2020.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

AVISO DE REPUBLICAÇÃO - EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE REPUBLICAÇÃO - EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Pelo presente, certifico que o extrato abaixo foi afixado no mural da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, para devidas publicações;

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 009/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 005/2021 de 01/02/2021

De conformidade com o disposto Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, justifica-se e ratifica-se a dispensa de licitação para Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza de Fossa Séptica/negra nos Prédios Públicos das Secretarias Municipais e limpeza do Depósito da Rede de Esgoto da Cohab Durval Thomaz da Silva.

VALOR GLOBAL: R$ 17.100,00(Dezessete mil e cem reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 com alteração dada pelo art. 1º, inciso II, alínea "a" do Decreto Federal nº 9.412/2018.

CONTRATADO:JUCINAIRA MORAIS DIAS

CNPJ: Nº. 29.283.799/0001-52

Nova Brasilândia, 01 de fevereiro de 2021.

Júlio Cesar Bonfim Lopes

Presidente da C.P.L

Portaria 055/2021

EXTRATO DO CONTRATO N°16/2021

EXTRATO DO CONTRATO N°16/2021.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA:**WN RESIDUOS LTDA**

CNPJ: 22.096.126/0001-44

Objeto: Contratação de empresa para prestação de Serviços de coleta, Transporte, tratamento, gerenciamento e disposição final dos resíduos sólidos produzidos nas Unidades de Saúde do Município de Nova Brasilândia/MT.

VALOR TOTAL: **R$ 12.100,00(doze mil e cem reais).**

ASSINATURA**: 29 de janeiro de 2021**

VIGENCIA: **29 de janeiro de 2021 a 29 de dezembro de 2021.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

AVISO DE PUBLICAÇÃO - EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 006/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE PUBLICAÇÃO - EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Pelo presente, certifico que o extrato abaixo foi afixado no mural da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, para devidas publicações.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N º. 010/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2021 de 02/02/2021

De conformidade com o disposto no Inciso II, art. 24, da Lei nº 8.666/93 com alteração dada pelo inciso II, art. 1º, alínea "a" do Decreto Federal nº 9.412/2018 justifica-se e ratifica-se a dispensa de licitação paraContratação de empresa especializada na prestação de serviços de desinfecção/higienização e esterilização têxtil em lavanderia hospitalar, para a tender as necessidades das Unidades Básicas de Saúde e Pronto Atendimento do Município de Nova Brasilândia/MT.

VALOR GLOBAL: R$ 14.850,00 (Quatorze mil oitocentos e cinquenta reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 com alteração dada pelo art. 1º, inciso II, alínea "a" do Decreto Federal nº 9.412/2018

EMPRESA CONTRATADA: LAVANDERIA ALBA LTDA, **CNPJ**: 03.481.736/0001-17

Nova Brasilândia - MT, 02 de fevereiro de 2021.

Júlio Cesar Bonfim Lopes

Presidente da C.P.L

AVISO DE REPUBLICAÇÃO - EXTRATOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 004/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE REPUBLICAÇÃO - EXTRATOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Pelo presente, certifico que o extrato abaixo foi afixado no mural da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, para devidas publicações;

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 008/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 004/2021 de 01/02/2021

De conformidade com o disposto no Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 com alteração dada pelo art. 1º, inciso II, alínea "a" do Decreto Federal nº 9.412/2018, justifica-se e ratifica-se a dispensa de licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE ACESSO A INTERNET PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

VALOR GLOBAL: R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 com alteração dada pelo art. 1º, inciso II, alínea "a" do Decreto Federal nº 9.412/2018

CONTRATADO:EMTEC EMPRESA DE TECNOLOGIA EMPREENDIMENTOS DE COMUNICAÇÕES E INFORMATICA LTDA, **CNPJ: Nº**. 07.777.792/0001-54

Nova Brasilândia - MT, 01 de fevereiro de 2021.

Júlio Cesar Bonfim Lopes

Presidente da C.P.L

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 030/2021

PORTARIA Nº 030/2021

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 020/2005 021/2005 e 022/2005 de 15 de dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Nomear, a partir de 01/02/2021** a Senhora **JAQUELINE GOMIDES DA SILVA,** brasileira, solteira, portadora da C.I. N.º 2534299-1 SSP/MT e CPF n.º 027.561.671-18, para o cargo em comissão de **DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS E FISCALIZAÇÃO.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, ao 01 dia do mês de fevereiro de 2021.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 035/2021

PORTARIA Nº 035/2021

"Dispõe sobre a nomeação do Fiscal de

Contratos firmados junto à Previdência

Social dos Servidores de Nova Lacerda – MT"

UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e:

Considerando a necessidade da instituição de nomear um Fiscal para acompanhamento dos contratos firmados junto ao NOVA-PREV, conforme determinações legais da Lei nº 8.666/93, Art. 67:

RESOLVE:

Artigo 1º Designar a servidora Daniele Menezes Souza, brasileira, casada, CPF 017.717.511-77, para acompanhamento e fiscalização do Contrato Administrativo nº 002/2021, firmado com o médico perito S.O.S Medicina Clinica e Ocupacional.

Artigo 2º O objeto do Contrato nº 002/2021, tem como objeto a contratação de empresa da área de saúde para prestação de serviços de perícia médica das demandas de saúde ocupacional do Fundo Municipal de Previdência Social – Nova-Prev.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Nova Lacerda – MT, 01/02/2021.

Uilson José da Silva

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATANTE: MFM SOLUÇÕES AMBIENTAIS E GESTÃO DE RESÍDUOS LTDA;

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – O presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte:

1.1.1 – Prorrogação de prazo.

– O período de vigência se estenderá até 28/02/2021.

CLAUSULA SEGUNDA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – A alteração promovida por este Termo Aditivo se deve aos seguintes fatores:

2.1.1 - A Administração se sentiu na obrigação de promover a prorrogação do prazo do contrato em epigrafe, devido à necessidade da administração em manter a prestação de serviços. Será de extrema necessidade a prorrogação do contrato pelos motivos já avençados

2.1.3 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 65, inciso II, alínea d e §8 da Lei nº 8.666/93 e no Contrato nº 017/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

3.2 – O valor do contrato original não será alterado, sendo o valor de R$ 398.623,20 (trezentos e noventa e oito mil e seiscentos e vinte e três reais e vinte centavos).

UILSON JOSÉ DA SILVA Prefeito Municipal

Nova Lacerda – MT, 01 de fevereiro de 2021.

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 020/2021

PORTARIA Nº 020/2021

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 020/2005, 021/2005 e 022/2005 de 15 de Dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - Remover o servidor **JOSE CARLOS DA SILVA, matrícula 2190,** concursado no cargo de Motorista Nível II, lotado na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura** para a **Secretaria Municipal de Saúde,** neste município, de acordo com o Artigo 81, Inciso I e II da Lei Complementar 021/2005.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, tendo seus efeitos retroagidos ao dia 14/01/2021.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 15 dias do mês de janeiro de 2020.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 021/2021

PORTARIA Nº 021/2021

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 de 15 de Dezembro de 2005, e Lei Complementar 051/2010 de 17/05/2010, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Conceder a Elevação de Classe aos** servidores concursados abaixo relacionados com a respectiva classificação, de acordo com o Artigo 1.º, Inciso I, II e III, Parágrafos 1°, 2° e 3° da Lei Complementar 051/2010 de 17/05/2010, conforme as datas das elevações anteriores e posse:

Matrícula	Servidores	Elevar em	Elevação para Classe
6	GUMERCINDO SATIRO DA SILVA	*04/01/2020*	*F*

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 15 dia do mês de Janeiro de 2.021.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2021 PSS 002-2020

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2021

A Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, nos termos do disposto no Edital do Processo Seletivo Simplificado n° 002/2020, para atender as necessidades da Secretária Municipal de Educação e Cultura – EM Getúlio Vargas considerando a Comunicação interna 006/2021 datada de 02 de fevereiro de 2021,

e considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado **CONVOCA** os candidatos conforme **ANEXO I** para comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sito a Rua 16 de julho, 815, Bairro Centro, munidos de cópias dos documentos abaixo relacionados:

1. Carteira de Identidade – RG;

2. Cartão de Cadastro no Ministério da Fazenda – CPF;

3. Prova de estar quites com as obrigações eleitorais, ou seja, comprovante de votação das eleições 2020;

4. Cartão que identifique o número de cadastro no PIS/PASEP, caso possua;

5. Carteira de Trabalho;

6. Título Eleitoral;

7. Comprovante de Residência atualizado;

8. Certidão de Nascimento e/ou Casamento (no caso de Certidão de Casamento deverão entregar RG e CPF do cônjuge);

9. Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos (acompanhado de Cartão de Vacina para os menores de 06 anos e Comprovante de matrícula para que tem acima de 07 anos);

10. Prova de estar em dia com o serviço militar, no caso do sexo masculino;

11. Declaração de não acúmulo de cargos;

12. Declaração de Bens;

13. Uma foto 3x4;

14. Documento que comprove o grau de escolaridade exigida (histórico e certificado e ou diploma);

15. Conta salário ou corrente no Banco Bradesco – cópia do cartão ou documento que comprove o número da conta ou agência corretamente;

16. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, avaliada por Médico do Trabalho contratado pela Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT;

17. Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade (se for o caso);

18. CNH (se for o caso); e,

19. Não registrar antecedentes criminais por sentença judicial transitada em julgado.

20. Não receber proventos de aposentadoria ou benefícios juntos ao INSS;

Será impedido de assinar o contrato o candidato que deixar de cumprir qualquer uma das exigências deste Edital normativo.

A convocação será feita através de Edital publicado oficialmente, ao qual o candidato classificado terá o prazo de 03 (três) dias úteis para entrega de documentação exigida acima e exercer a função, a não apresentação no período implicará na perda do direito à vaga.

Nova Lacerda – MT, aos 02 dias do mês de fevereiro de 2021.

Uilson José da Silva

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 001/2021

ANEXO I

APROVADOS - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2020

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL NÍVEL I – SEDE

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	Fase I TÍTULOS	Fase II PARECER PSICOLÓGICO	Fase I + Fase II	RESULTADO
24	WANDERLÉIA DE FREITAS VIEIRA	20/01/1979	9.0	4,9	13,9	1
22	BIANCA OSTROWSKI DE CARVALHO	13/02/1987	9.0	4,8	13,8	2
25	MARILZA MARTINS NOGUEIRA	25/11/1976	9.0	4,8	13,8	3
23	GISLENE MODESTO DE OLIVEIRA	07/01/1985	8.0	4,5	12,5	4
21	ELEN PATRICIA SOUZA ROCHA ALMEIDA	13/09/1982	8.3	4	12,3	5
11	JAIENE PEREIRA TOGO SILVA	05/04/1993	8.3	3,5	11,8	6
08	SIMONY KELLY MARIANO ARAÚJO	04/12/1995	6.7	3,3	10,0	7

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2021 - PSS 003-2020

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2021

A Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, nos termos do disposto no Edital do Processo Seletivo Simplificado n° 003/2020, para atender as necessidades da Secretária Municipal de Educação e Cultura – EM Vale do Guaporé/Extensão Angelo Tripoloni considerando a Comunicação interna 006/2021 datada de 02 de fevereiro de 2021, e considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado **CONVOCA** os candidatos conforme **ANEXO I** para comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sito a Rua 16 de julho, 815, Bairro Centro, munidos de cópias dos documentos abaixo relacionados:

1. Carteira de Identidade – RG;

2. Cartão de Cadastro no Ministério da Fazenda – CPF;

3. Prova de estar quites com as obrigações eleitorais, ou seja, comprovante de votação das eleições 2018;

4. Cartão que identifique o número de cadastro no PIS/PASEP, caso possua;

5. Carteira de Trabalho;

6. Título Eleitoral;

7. Comprovante de Residência atualizado;

8. Certidão de Nascimento e/ou Casamento (no caso de Certidão de Casamento deverão entregar RG e CPF do cônjuge);

9. Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos (acompanhado de Cartão de Vacina para os menores de 06 anos e Comprovante de matrícula para que tem acima de 07 anos);

10. Prova de estar em dia com o serviço militar, no caso do sexo masculino;

11. Declaração de não acúmulo de cargos;

12. Declaração de Bens;

13. Uma foto 3x4;

14. Documento que comprove o grau de escolaridade exigida (histórico e certificado e ou diploma);

15. Conta salário ou corrente no Banco Bradesco – cópia do cartão ou documento que comprove o número da conta ou agência corretamente;

16. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, avaliada por Médico do Trabalho contratado pela Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT;

17. Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade (se for o caso);

18. CNH (se for o caso); e,

19. Não registrar antecedentes criminais por sentença judicial transitada em julgado.

20. Não receber proventos de aposentadoria ou benefícios juntos ao INSS;

Será impedido de assinar o contrato o candidato que deixar de cumprir qualquer uma das exigências deste Edital normativo.

A convocação será feita através de Edital publicado oficialmente, ao qual o candidato classificado terá o prazo de 03 (três) dias úteis para entrega de documentação exigida acima e exercer a função, a não apresentação no período implicará na perda do direito à vaga.

Nova Lacerda – MT, aos 02 dias do mês de fevereiro de 2021

Uilson José da Silva

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 001/2021

ANEXO I

APROVADOS - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2020

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL NÍVEL I/EM VALE DO GUAPORÉ - EXTENSÃO ÂNGELO TRIPOLONI - 1ª OPÇÃO

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	C.G.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
480514	LILIANA VIEIRA DA SILVA ORLANDO	31/03/1997	15,0	10,0	30,0	55,0	0,0	55,0	

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 025/2021

PORTARIA Nº 025/2021

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005, 022/2005 e 019/2005 de 15 de Dezembro de 2005, Lei Complementar 042/2009 de 18 de agosto de 2009 e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Exonerar, a partir de 29/01/2021,** senhora **INDIANARA LOURDES BRAGA LUIZ,** brasileira, solteira, portadora da C.I. N.º 20508239 SSP/MT e CPF n.º 038.446.351-73, do cargo em comissão de ***SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS – Padrão DAG – 1.***

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria 084/2017 de 01/03/2017.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 25 dias do mês de janeiro de 2021.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 027/2021

PORTARIA Nº 027/2021

APLICAÇÃO DE PENALIDADE A SERVIDOR NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR 002/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005, 022/2005 e do Decreto nº 1.476/2020, de 05 de março de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º – Demitir em 01/02/2021, do cargo de Agente de Serviços Braçais, o servidor **KESSE D' JONEY DA SILVA, brasileiro, solteiro,** portador da C.I. n.º 2546311-0 SSP/MT e CPF n.º 057.598.241-12, **conforme processo Administrativo 002/2020, instaurado através do decreto 1.476/2020 de 05 de março de 2020,** de acordo com o art. 192, III da Lei 021/2005, de acordo Lei Complementar 021/2005, conforme previsto no julgamento do processo disciplinar nº 002/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria 107/2015 de 10/04/2015 e termo de posse nº 051/2015 de 10/04/2015.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, ao 01 dia do mês de fevereiro de 2021.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 024/2021

PORTARIA Nº 024/2021

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005, 022/2005 e 019/2005 de 15 de Dezembro de 2005, Lei Complementar 042/2009 de 18 de agosto de 2009 e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Exonerar, a partir de 29/01/2021,** senhora **PAMELA RODRIGUES RINALDI,** brasileira, solteira, psicologia, portadora RG. n.º 2127142-94 SSP/MT e do CPF. n.º 046.465.781-40, do cargo em comissão de***SECRETARIA ADJUNTA DE GOVERNO.***

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria 225/2018 de 03/12/2018.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 25 dias do mês de Janeiro de 2021.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 023/2021

PORTARIA Nº 023/2021

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, considerando o que dispões o artigo 4º, da Lei Complementar 056/2010 de 30 de novembro de 2010, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - **Exonerar, a partir de 29/01/2021,** o Senhor **EDGAR PEREIRA FERRAZ,** brasileiro, casado, portador do RG 1107667 SSP/MG e CPF 075.659.096-53, do cargo em comissão de ***PROCURADOR GERAL.***

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria 043/2020 de 17/02/2020.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 25 dias do mês de Janeiro de 2021.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 022/2021

PORTARIA Nº 022/2021

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 de 15 de Dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - Conceder **Licença Maternidade,** nos Termos do disposto no Artigo 147, Inciso I, da Lei Complementar 021/2005 a Servidora **SONIA DA SILVA, matrícula 1597,** portadora da Cédula de Identidade 16969090 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoa Física 749.486.872-003**, no período de 05/01/2021 a 04/05/2021.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario, tendo seus efeitos retroagidos a 05/01/2021.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 25 dias do mês de janeiro de 2021.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 028/2021

PORTARIA Nº 028/2021

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSE DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 de 15 de dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - Conceder **Licença Maternidade,** nos Termos do disposto no Artigo 147, Inciso I, da Lei Complementar 021/2005 a Servidora **DEBORA MARIANO BERNARDO FANTONI, matrícula 1375,** portadora da Cédula de Identidade 1979057-0 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoa Física 025.591.031-25**, no período de 27/01/2021 a 26/05/2021.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario, tendo seus efeitos retroagidos a 27/01/2021.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, ao 01 dia do mês de fevereiro de 2021.

UILSON JOSE DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 054/2021

DATA: 02 de fevereiro de 2021

EMENTA: CONCEDE RETIDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL **Sr. º BENEDITO CLEMENTINO CHAVES JUNIOR,** LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, COM FUNDAMENTO NO ART. 200 DA LEI COMPLEMENTAR N. º 725/2016 PLANO DE CARGOS E CARREIRA DO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA ALTERADO PELO LEI MUNICIPAL ALTERADO PELA LEI MUNICIPAL N. º 782/2017 E *DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

CONSIDERANDO o ART. 200 da Lei Complementar Municipal N.º 725 DE 14 DE MARÇO DE 2016 - PLANO DE CARGOS E CARREIRA DO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA alterado pela Lei Municipal n.º 782/2017;

CONSIDERANDO o princípio da economicidade com a adoção de medidas que venham a diminuir os custos com o pagamento de horas extras;

CONSIDERANDO que poderá ser concedido RETIDE – REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA diante da especificidade do cargo e a necessidade de cumprimento de carga horária diferenciada, conforme dispõe o art. 200 Lei Municipal N.º 725/2016 - **PLANO DE CARGOS E CARREIRA DO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA** alterado pela Lei Municipal n.º 782/2017in verbis:

Art. 200 - *Fica criado o Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva – RETIDE, aos cargos de provimento efetivo de 20% (vinte pontos percentuais) de seu vencimento.*

Parágrafo Único *– O RETIDE será concedido por meio de Portaria expedida pelo chefe do poder executivo, observado o universo funcional do cargo efetivo, que por sua importância, intensidade, dedicação e nível de responsabilidade exija singular demanda de esforço;*

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO, Prefeito do Município de Nova Marilândia – MT, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público, a constituição federal, com fulcro na Lei Orgânica do Município de Nova Marilândia/MT, art. 200 Lei Municipal N.º 725/2016 - **PLANO DE CARGOS E CARREIRA DO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA** alterado pela Lei Municipal n.º 782/2017.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público municipal Sr. º **BENEDITO CLEMENTINO CHAVES JUNIOR,** portador do RG nº 1438819-7 SSP/MT e CPF Nº 011.177.021-11, ocupante do Cargo de **Agente de Fiscalização Tributária**, lotado na Secretaria Municipal Planejamento e Saneamento, o RETIDE de 20% (vinte por cento) a partir de 02/02/2021, com fundamento no Art. 200 da Lei Complementar n. º 725/2016 alterado pela Lei Municipal n. º 782/2017.

Art. 2º. Fica alterado o regime prestação de serviço para o de dedicação exclusiva do servidor, conforme o interesse da administração pública;

Art. 3º. Fica vedado o pagamento de horas extras ao servidor a partir da concessão do RETIDE;

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário;

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Nova Marilândia-MT, aos 02 (dois) dias de fevereiro de 2021 (dois mil e vinte e um).

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 048/2021

Data: 02 de fevereiro de 2021

EMENTA:NOMEIA FISCAL DO **CONTRATO Nº 002/2021, REFERENTE A DISPENSA Nº 001/2021,** CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, GERENCIAMENTO, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA - MT.

O PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr.º. **AILTON SOUTO PICALHO**, portador da Carteira de Identidade sob o RG Nº 1438825-1 – SSP/MT, cadastrado (a) no CPF Nº 997.723.021-87, servidor (a) público (a) municipal ocupante de cargo Efetivo como **AGENTE DE FISCALIZAÇÃO,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para fiscalizar o **CONTRATO Nº 002/2021, REFERENTE A DISPENSA Nº 001/2021,** CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, GERENCIAMENTO, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA - MT, tendo como credor **WM RESÍDUOS LTDA – CNPJ Nº 22.096.126/0001-44.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Nova Marilândia - MT, aos 02 (dois) dias do mês de fevereiro do ano de 2021.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 046/2021

DATA: 02 de Fevereiro de 2021.

EMENTA: DISPÕE SOBRE TRÊS MESES DE LICENÇA PREMIO A SERVIDO PUBLICA MUNICIPAL Sr.ª **MARIA CÉLIA BELA DE LIMA,** LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º. – Conceder 03 (três) meses de Licença Prêmio por Assiduidade a servidora pública municipal **Sr.ª MARIA CÉLIA BELA DE LIMA**, portadora do RG nº 845 631 - SSP/MT e CPF nº 918.723.161-15, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Turismo, em conformidade com a Lei Municipal 725/2016, iniciando no dia 03/02/2021 a 03/05/2021 retornando as atividades normais no dia 04/05/2021.

Parágrafo único – Ao término da licença concedida neste ato deverá a servidora retornar às atividades concernentes ao seu cargo junto à sua Secretaria neste município Nova Marilândia – MT

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM – 02/02/2021.

_____

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

Prefeito de Nova Marilândia – MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 045/2021

PORTARIA MUNICIPAL Nº 045/2021

Data: 02 de Fevereiro de 2021.

EMENTA: CONCEDE 10 (DEZ) DIAS DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SR.º. **JOSÉ CLEITON SOUTO DE OLIVEIRA.**

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI MUNICIPAL Nº. 725/2016 E LEI MUNICIPAL Nº 782/2017, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO:

Art. 1º – Conceder 10 (Dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal Sr.º. **JOSÉ CLEITON SOUTO DE OLIVEIRA**, portador da Carteira de Identidade sob o RG Nº 966755 – SSP/MT, ocupante do Cargo Efetivo de **"AGENTE DE CONTROLE DE CONVÊNIOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS"**, lotado na Secretaria Municipal de Fazenda do município de Nova Marilândia – MT, atendendo a requerimento de **FÉRIAS** que têm direito, em conformidade com a Art. 180 da Lei Nº 725/2016 e Art. 15 da Lei Municipal Nº 782/2017.

Art. 2º - O período concedido neste ato terá início em 03/02/2021 e término em 12/02/2021, retornando as suas atividades no dia 13/02/2021.

Parágrafo único – Ao término do período concedido neste ato, deverá o servidor retornar às atividades concernentes ao seu cargo junto à sua Secretaria neste município Nova Marilândia – MT.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE UM – 02/02/2021.

_____

_____

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

Prefeito de Nova Marilândia – MT

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 052/2021

PORTARIA MUNICIPAL Nº 052/2021

Data: 02 de fevereiro 2021.

EMENTA: NOMEIA A Sr.ª. **JESSICA JACINTO DE OLIVEIRA** PARA OCUPAR O CARGO COMISSIONADO COMO MONITOR DE PROGRAMAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º - Nomear a partir do dia 02 de fevereiro de 2021 a Sr.ª. **JESSICA JACINTO DE OLIVEIRA**, portadora da Carteira de Identidade sob o RG Nº **2600351-1 – SEJUSP/MT,** cadastrado no CPF nº **070.548.471-80**, brasileira, residente e domiciliada na Rua João Nunes de Oliveira, S/Nº - Planalto neste município de Nova Marilândia - MT, para exercer o cargo Comissionado como **MONITOR DE PROGRAMAS,** lotado na Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social do município de Nova Marilândia-MT.

Art. 2º - As atribuições do cargo são previstas em Lei e restritas a elas, devendo a funcionária ora nomeada agir com total dedicação e responsabilidade de suas funções.

Art. 3º - A remuneração da funcionária será de acordo com fulcro nas Leis Nº **725/2016 e Nº 860/2020**.

Art. 4º - A nomeada tomará posse imediatamente após registro e a publicação da presente Portaria.

Parágrafo Único - A ocupante do cargo, de que trata esta Portaria no ato de sua posse fará a entrega ao setor Administrativo de Pessoal a sua declaração de bens e valores, para fins de direito.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM – 02/02/2021.

_____

_____

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA – MT

Registrada e publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 051/2021

PORTARIA MUNICIPAL Nº 051/2021

Data: 02 de fevereiro 2021.

EMENTA: NOMEIA O Sr.º. **MEIRE TEREZINHA SHIMIZU BENOCI** PARA OCUPAR O CARGO COMISSIONADO COMO CHEFE DE SETOR DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º - Nomear a partir do dia 02 de fevereiro de 2021 a Sr.ª. **MEIRE TEREZINHA SHIMIZU BENOCI**, portador da Carteira de Identidade sob o RG Nº **09668110 – SEJUSP/MT,** cadastrado no CPF nº **581.004.741-68**,

brasileira, residente e domiciliada na Estrada São Mateus, Chácara Shimizu – Zona Rural, neste município de Nova Marilândia - MT, para exercer o cargo Comissionado como **CHEFE DE SETOR,** lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo do município de Nova Marilândia-MT.

Art. 2º - As atribuições do cargo são previstas em Lei e restritas a elas, devendo a funcionária ora nomeada agir com total dedicação e responsabilidade de suas funções.

Art. 3º - A remuneração da funcionária será de acordo com fulcro nas Leis Nº **725/2016 e Nº 860/2020**.

Art. 4º - A nomeada tomará posse imediatamente após registro e a publicação da presente Portaria.

Parágrafo Único - A ocupante do cargo, de que trata esta Portaria no ato de sua posse fará a entrega ao setor Administrativo de Pessoal a sua declaração de bens e valores, para fins de direito.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM – 02/02/2021.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA – MT

Registrada e publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 050/2021

PORTARIA MUNICIPAL Nº 050/2021

Data: 02 de fevereiro de 2021

EMENTA:NOMEIA FISCAL DO **CONTRATO Nº 004/2021, REFERENTE A DISPENSA Nº 002/2021,** CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO DE NO MÍNIMO 80 M2, PARA DAR SUPORTE A SEGURANÇA PÚBLICA JUNTO AO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA - MT.

O PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr.º. **ANDRE MESQUITA DE CARVALHO**, portador da Carteira de Identidade sob o RG Nº 13790064 – SESP/MT, cadastrado (a) no CPF Nº 704.594.361-04, servidor (a) público (a) municipal ocupante de cargo Comissionado como **CHEFE DE SETOR DE CONTROLE DE COMBUSTÍVEL,** lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, para fiscalizar o **CONTRATO Nº 004/2021, REFERENTE A DISPENSA Nº 002/2021,** CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO DE NO MÍNIMO 80 M2, PARA DAR SUPORTE A SEGURANÇA PÚBLICA JUNTO AO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA - MT, tendo como credor **LOURDES GARCIA ASSMANN – CPF Nº 757.067.339-53.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Nova Marilândia - MT, aos 02 (dois) dias do mês de fevereiro do ano de 2021.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 053/2021

Data: 02 de Fevereiro de 2021

EMENTA: EXONERA A Sr. ª **DANIELLE CAMPOS COSTA COELHO,** DO CARGO EFETIVO DE "**AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA**" DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO E NA FORMA DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA:

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido da servidora a partir do dia 02 de Fevereiro de 2021 a Sr. ª **DANIELLE CAMPOS COSTA COELHO**, portadora do RG nº. 22067191 – SSP/MT, CPF nº. 041.092.411-38, residente na Avenida Papa Pulo VI, Nº 1230 - VILA NOVA - Arenápolis - MT, do cargo efetivo de Agente de Fiscalização Tributária, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento do município de Nova Marilândia-MT.

Art. 2° Os direitos decorrentes da exoneração, serão pagos a cargo dos cofres públicos deste Município.

Art. 3º - A exonerada deixará o cargo a partir da data de sua exoneração, fazendo entrega de todos os documentos que estão sobre sua responsabilidade.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE UM. 02/02/2021

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

Prefeito Municipal, de Nova Marilândia - MT

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 049/2021

PORTARIA MUNICIPAL Nº 049/2021

Data: 02 de fevereiro de 2021

EMENTA:NOMEIA FISCAL DO **CONTRATO Nº 003/2021, REFERENTE A ADESÃO Nº 002/2021,** CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEICULOS DO TIPO CAMIONETE.

O PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr.º. **IDERVAN DE LIMA SOUTO**, portador da Carteira de Identidade sob o RG Nº 14823250 – SSP/MT, cadastrado (a) no CPF Nº 006.264.521-80, servidor (a) público (a) municipal ocupante de cargo Comissionado como **CHEFE DE SETOR DE INFORMAÇÕES,** lotado na Secretaria Municipal de Governo, para fiscalizar o **CONTRATO Nº 003/2021, REFERENTE A ADESÃO Nº 002/2021,** CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEICULOS DO TIPO CAMIONETE, tendo como credor **VB SERVIÇOS AUTOMOTIVOS EIRELI – CNPJ Nº 73.822.058/0001-94.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Nova Marilândia - MT, aos 02 (dois) dias do mês de fevereiro do ano de 2021.

_____

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 047/2021

PORTARIA MUNICIPAL Nº 047/2021

Data: 02 de fevereiro de 2021

EMENTA:NOMEIA FISCAL DO **CONTRATO Nº 001/2021, REFERENTE A ADESÃO Nº 001/2021,** CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE APOIO AS ATIVIDADES OPERACIONAIS SUBSIDIÁRIAS EM REGIME DE HORAS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA - MT.

O PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sr.ª. **MAIARA OLIVEIRA ENDRINGER**, portadora da Carteira de Identidade sob o RG Nº 1964400 – SSP/MT, cadastrado (a) no CPF Nº 046.768.761-73, servidor (a) público (a) municipal ocupante de cargo Comissionado como **SUPERVISOR DE DIVISÃO,** lotado na Secretaria Municipal de Administração, para fiscalizar o **CONTRATO Nº 001/2021, REFERENTE A ADESÃO Nº 001/2021,** CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE APOIO AS ATIVIDADES OPERACIONAIS SUBSIDIÁRIAS EM REGIME DE HORAS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA - MT, tendo como credor **COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES – CNPJ Nº 21.679.098/0001-25.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Nova Marilândia - MT, aos 02 (dois) dias do mês de fevereiro do ano de 2021.

_____

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

PORTARIA Nº. 079/2021

DISPÕE SOBRE LICENÇA DE FÉRIAS DO SERVIDOR.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao servidor **Aparecido Ferreira Barros**, efetivo no cargo de Vigia, com inicio em 01/02/2021 e término em 02/03/2021.

Conforme Estatuto do Servidor Capitulo IV Seção III, Art. 73, a partir desta data, até posterior deliberação

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 02 de Fevereiro de 2021

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 001/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DOIS VEICULO AMBULANCIA TIPO A, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pela Pregoeira e Comissão de Apoio, **HOMOLOGO** o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em conformidade com as Leis 8.666/93, 10.520/2002, LC 123/2006, com o Decreto Municipal 001/2010 e suas alterações, bem como pelas disposições estabelecidas no Edital.

EMPRESA VENCEDORA: **TATIANA CAPITANIO VEICULOS**, inscrito no CNPJ. 09.103.941/0001-25**.** ITEM: 01. VALOR TOTAL R$ 433.980,00 (quatrocentos e trinta e três mil e novecentos e oitenta reais).

Nova Maringá – MT, 02 de Fevereiro de 2021.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE - Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL 001/2021

A prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, através da pregoeira e sua comissão de apoio, instituída pela portaria nº 029/2021/GRAPE, torna público para o conhecimento de quantos possam interessar o resultado de LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO PRESENCIAL 001/2021 menor preço por Item, cujo Objeto é a **AQUISIÇÃO DE DOIS VEICULO AMBULANCIA TIPO A, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT**, a ser regido pela Lei federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

EMPRESA VENCEDORA: **TATIANA CAPITANIO VEICULOS**, inscrito no CNPJ. 09.103.941/0001-25**.** ITEM: 01. VALOR TOTAL R$ 433.980,00 (quatrocentos e trinta e três mil e novecentos e oitenta reais).

Nova Maringá – MT, 02 de Fevereiro de 2021.

ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA- Pregoeira/Port. 029/2021

PORTARIA Nº. 088/2021

"Dispõe sobre nomeação de cargo de Chefe da Agencia Municipal de Transito Sr. Cicero Rufino de Souza".

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 54, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º – NOMEAR em Cargo Comissionado a *Sr. Cicero Rufino de Souza* portador do RG Nº. 779.431 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 325.645. 401-49, ao cargo de *Chefe da Agencia Municipal de Transito* do Município de Nova Maringá-MT, a partir de 01 de fevereiro de 2021, até posterior deliberação.

Art. 2°- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 02 de fevereiro de 2021.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 087/2021

"Dispõe sobre nomeação de cargo de Chefe de Divisão de Inspeção Sanitária e epidemiológica Sra. Kemmylly Egllym Ferreira Fialhe".

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 54, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º – NOMEAR em Cargo Comissionado a *Sra. Kemmylly Egllym Ferreira Fialhe* portadora do RG Nº. 2594345-6 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 068.951.361-50, ao cargo de *Chefe de Divisão de Inspeção Sanitária e epidemiológica* do Município de Nova Maringá-MT, a partir de 01 de fevereiro de 2021, até posterior deliberação.

Art. 2°- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 02 de fevereiro de 2021.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 086/2021

"Dispõe sobre nomeação de cargo de Assessor de Transporte Sr. Clemente Francisco dos Santos".

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 54, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º – NOMEAR em Cargo Comissionado a *Sr. Clemente Francisco dos Santos* portadora do RG Nº. 639873-1 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 411.946.751-15, ao cargo de *Assessor de Transporte* do Município de Nova Maringá-MT, a partir de 01 de fevereiro de 2021, até posterior deliberação.

Art. 2°- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 02 de fevereiro de 2021.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 085/2021

DISPÕE SOBRE LICENÇA DE FÉRIAS

DO SERVIDOR.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao servidor (a) **Tatiane do Nascimento Camara**, Efetivo no

cargo de Zeladora, com inicio em 01/02/2021 e término em 02/03/2021.

Conforme Estatuto do Servidor no Capitulo IV Seção III, Art. 73, a partir desta data, até posterior deliberação

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 02 de Fevereiro de 2021.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 084/2021

DISPÕE SOBRE LICENÇA DE FÉRIAS

DO SERVIDOR.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao servidor (a) **Rosicléia Gomes da Silva**, Efetivo no

cargo de Técnico de Enfermagem, com inicio em 01/02/2021 e término em 02/03/2021.

Conforme Estatuto do Servidor no Capitulo IV Seção III, Art. 73, a partir desta data, até posterior deliberação

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 02 de Fevereiro de 2021.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 083/2021

DISPÕE SOBRE LICENÇA DE FÉRIAS

DO SERVIDOR.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao servidor (a) **Rosiane Campos Damaceno**, Seletivo no

cargo de Agente Comunitário de Saúde, com inicio em 01/02/2021 e término em 02/03/2021.

Conforme Estatuto do Servidor no Capitulo IV Seção III, Art. 73, a partir desta data, até posterior deliberação

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 02 de Fevereiro de 2021.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 082/2021

DISPÕE SOBRE LICENÇA DE FÉRIAS

DO SERVIDOR.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao servidor (a) **Paulo Alves da Silva**, efetivo no cargo de

Motorista de Ambulância , com inicio em 01/02/2021 e término em 02/03/2021.

Conforme Estatuto do Servidor no Capitulo IV Seção III, Art. 73, a partir desta data, até posterior deliberação

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 02 de Fevereiro de 2021.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 081/2021

DISPÕE SOBRE LICENÇA DE FÉRIAS

DO SERVIDOR.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao servidor (a) **Ociel Adriano Buchs**, efetivo no cargo Auxiliar de Serviços Gerais, com inicio em 01/02/2021 e término em 02/03/2021.

Conforme Estatuto do Servidor no Capitulo IV Seção III, Art. 73, a partir desta data, até posterior deliberação

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 02 de Fevereiro de 2021.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 080/2021

DISPÕE SOBRE LICENÇA DE FÉRIAS

DO SERVIDOR.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao servidor **katyeli Soares**, efetivo no cargo Agente comunitário de Saúde, com inicio em 01/02/2021 e término em 02/03/2021.

Conforme Estatuto do Servidor no Capitulo IV Seção III, Art. 73, a partir desta data, até posterior deliberação

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 02 de Fevereiro de 2021

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 078/2021

DISPÕE SOBRE LICENÇA DE FÉRIAS DO SERVIDOR.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, Prefeita Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

.RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao servidor **Nelson José Fernandes,** efetivo no cargo de Coletor de lixo, com inicio em 01/02/2021 e término em 02/03/20

Conforme Estatuto do Servidor no Capitulo IV Seção III, Art. 73, a partir desta data, até posterior deliberação

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 02 de Fevereio de 2021

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 003/2021 AO EDITAL 001/2020 – CONCURSO PÚBLICO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 003/2021 ao Edital 001/2020 – Concurso Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE - MT, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** os candidatos relacionados neste edital, que foram aprovados ou classificados no Concurso Público 001/2020, a comparecerem e apresentarem os documentos a seguir, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT, Departamento de Recursos Humanos, situado na Avenida Mato Grosso, 51, Paço Municipal - Centro, Nova Monte Verde/MT, CEP: 78.593-000, no prazo de 30 dias corridos, no horário das 07h00min às 13h00min, portando os seguintes documentos:

Documentos originais e 02 (duas) fotocópias dos seguintes itens:

1. Original e Cópia da Carteira de Identidade;

2. Original e Cópia Título de Eleitor e certidão de regularidade expedida pelo TRE;

3. Original e Cópia do CPF;

4. Original e Cópia do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

5. Comprovante de endereço atualizado em nome do candidato;

6. Original e Cópia da Certidão de nascimento ou Comprovante do estado civil (casado), união estável (declaração de união estável com assinatura dos dois);

7. Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP;

8. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

9. Duas fotografias 3x4 recentes, colorida;

10. Número de conta bancária (Banco do Brasil);

11. Original e Cópia do Diploma ou dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo/categoria profissional/especialidade reconhecida pelo Conselho, conforme discriminado no Edital Normativo nº 001/2020 - complementar 001, e respectivo registro no Conselho de Classe se for o caso;

12. Histórico escolar

13. Carteira de habilitação (no caso de exigência do cargo);

14. Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio; (anexo II)

15. Declaração de não acumulação remunerada de cargos e empregos públicos e quando houver a acumulação, a declaração de compatibilidade de cargo e horários, conforme disposto do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal; (anexo III e V)

16. Declaração de não ter sofrido, no exercício do cargo público, penalidades impeditivas de assumir cargo público; (anexo IV)

17. Certidão cível e criminal

18. Atestado médico, que após análise de exames laboratoriais e exame clínico, ateste aptidão física e mental para o exercício do cargo (deve constar no laudo a discriminação de todos os exames exigidos pelo edital);

19. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, ou menores de 24 (vinte e quatro) anos, no caso de estudante de nível superior, para fins de cadastro de dependentes;

20. Carteira de Vacinação dos Filhos menores de 14 (quatorze) anos;

21. Telefone

22. E-mail

Exames médicoPré-Admissionais a seguir:

Os exames são de responsabilidade do candidato.

Item I - Para todos os cargos:

1. Hemograma completo em jejum, plaquetas, creatinina;

2. Glicemia em jejum;

3. Perfil lipídico (colesterol L.D.L, colesterol, H.D.L e triglicerídeos);

4. Eletrocardiograma (E.C.G.);

5. RX de tórax em P.A. e perfil e os laudos correspondentes;

6. E.A.S. (exame de urina tipo I);

7. Citopatológico (para mulheres com idade igual ou cima de 40 anos de idade);

8. P.S.A. – antígeno Prostático específico (para homens com idade igual ou cima de 40 anos de idade).

9. Exame de acuidade visual e fundo de olho

Item IV – aos cargos de Motorista:

1. Exames do Item I

2. Audiometria tonal (com avaliação do fonoaudiólogo e se houver perda auditiva avaliação do médico otorrinolaringologista).

ANEXO I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CLASS.	NOME	LOTAÇÃO	CARGO
02	ITAMAR LIMA DA SILVA	ADMINISTRAÇÃO	PROCURADOR MUNICIPAL
CLASS.	**NOME**	**LOTAÇÃO**	**CARGO**
03	VILSO LUIZ PEGORINI	ADMINISTRAÇÃO/ OBRAS	MOTO CNH D

Ficam cientes que o não comparecimento dos convocados no prazo indicado, a falta de comprovação de qualquer dos requisitos para investidura ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará o cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo concurso público e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, nos termos do Edital.

Todos os exames e cópias dos documentos apresentados ficarão retidos no Departamento de Recursos Humanos na pasta individual dos servidores

Nova Monte Verde, 02 de fevereiro de 2021

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF sob o nº (informar) e no RG nº (informar), residente e domiciliado na (endereço), declaro para os devidos fins que até a presente data o meu patrimônio é constituído pelos bens arrolados a seguir:

1) Bem... Valor

2) Bem... Valor

3) Bem... Valor

Sendo o que havia a declarar e por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração. (localidade), (dia) de (mês) de (ano). _____ (nome completo) (assinatura)

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).

_____

(nome completo) (assinatura)

OBS: Em sendo o caso, substituir a última parte por "declaro para os devidos fins que até a presente data não possuo bens a declarar".

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS

Eu, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF sob o nº (informar) e no RG nº (informar), declaro para os devidos fins que, na presente data, não exerço outro cargo público ou privado. Sendo o que havia a declarar e por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).

_____

(nome completo) Assinatura

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADES

Eu, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF sob o nº (informar) e no RG nº (informar), residente e domiciliado na (endereço), declaro para os devidos fins que até a presente data não sofri penalidades impeditivas de assumir cargos públicos nos últimos 05 (cinco) anos. Sendo o que havia a declarar e por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).

_____

(nome completo) (assinatura)

OBS: Em caso de estar respondendo e já ter respondido a inquérito ou a processo administrativo disciplinar, substituir a última parte por "respondi ou estou respondendo a inquérito ou a processo administrativo disciplinar. "

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE DE HORÁRIO

Eu, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF sob o nº (informar) e no RG nº (informar), residente e domiciliado na (endereço), declaro para os devidos fins que o cargo que exerço na administração pública tem carga horária compatível com o cargo que vou assumir no concurso público.

Sendo o que havia a declarar e por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).

_____

(nome completo) (assinatura)

OBS: Declaração necessária apenas para os candidatos que irão acumular funções públicas.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 01/2021 - PREVVER

PORTARIA N.º 01/2021

"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez em favor do servidor Sr. Ronald Kelm".

A Diretora Executiva do Previ-Verde,Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n. 41 de 19 de dezembro de 2003, combinado com o art. 6º A acrescentado pela Emenda Constitucional n. 70 de 29 de março de 2012, Art. 178, da Lei Municipal n.º 289/2005, de 06 de dezembro de 2005, Art. 12, inciso "I", alínea "a", combinado com art. 14 da Lei Municipal n.º 783/2015, de 03 de Dezembro de 2015.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de ***aposentadoria por invalidez*** ao servidor **Sr. Ronald Kelm,** portador do RG. n.º 3.453.886-7 – SSP/PR, inscrito no CPF/MF n.º 513.231.091-53 e da Cédula Eleitoral de n.º 018327501880, Zona "050", Seção "0127", servidor efetivo no cargo de Motorista, Nível "VII", Classe "B", contando com um total **8.235 dias, ou seja, 22 (vinte e dois) anos 06 (seis) meses 15 (quinze) dias,** lotado na Secretaria Municipal de Educação, com matricula n.º 211, com proventos integrais e com direito a paridade, conforme o processo do PREVVER, n.º 01/2021, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Nova Monte Verde/MT, 19 de Janeiro de 2021.

MARCIA CRISTINA DE S. BATISTA

Diretora Executiva

PREVVER

HOMOLOGO:

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 051 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021

DECRETO Nº 051 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021

SÚMULA: NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidos por Lei;

DECRETA

ARTIGO 1° Fica nomeado para representar e compor o Conselho Municipal da Assistência Social (CMAS), de Nova Monte Verde – MT biênio 2020/2022, os seguintes membros abaixo relacionados:

I. Representantes do Governo Municipal:

a) Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

Titular – Juliana Lopes dos Santos

Suplente – Natanoel de Oliveira Junior

b) Secretaria Municipal de Educação.

Titular – Lucimar Barbosa Martins

Suplente – Bianca Caroline Dellagnolo Schulter

c) Secretaria Municipal de Esporte.

Titular- Valdirene Aparecida Ferreira da Cruz

Suplente – Tiago Luís Schwanck dos Santos

d) Secretaria Municipal de Saúde

Titular – Gleice Juceli de Coura Moreira

Suplente – Lenir Tatsch e Silva

e) Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania.

Titular – Ana Carolina Teixeira da Rocha

Suplente – Vania Maria Vania Maria dos Santos

II. Representantes das entidades e organizações de Assistência Social:

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

Titular – Gilma Macedo Assis de Freitas

Suplente – Katia Helena Rodrigues da Cunha

III. **Representantes dos trabalhadores da Área de Assistência Social:**

Centro de Referência de Assistência Social

Titular –Juliana Vazarin Citadim

Suplente – Mariana Gomes Martins

IV **Representantes dos Usuários**:

Titular - Edilaine Miranda Ribeiro

Suplente – Fatima Aparecida Jesus

Titular – Maria Alice Sobreiro Arguelho

Suplente – Luzinete Aparecida Justa

Titular – Ivanir Burtet Carletto

Suplente – Maria Nazaré Pereira de Carvalho

ARTIGO 2º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação ou

Afixação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, em 02 fevereiro de 2021.

Edemilson Marino dos Santos

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

CAMARA
PORTARIA Nº 04/2021

"Dispõe sobre Nomeação de servidora para ocupar cargo de Assessora Parlamentar e dá Outras Providências".

O Presidente da Câmara Municipal de Nova Nazaré-MT, Senhor **Marcio Tulio Ribeiro Gonçalves**, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Senhora Talita Tristão Teodoro brasileira, União Estável, portadora do RG **nº. 2187686-0 SSP- MT,** e CPF **nº.050.064.191-99 no Cargo de Assessora Parlamentar** da Câmara Municipal de Nova Nazaré/MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência, ao 01 dia do mês de fevereiro de 2021.

Marcio Tulio Ribeiro Gonçalves

Presidente

PREFEITURA
DECRETO Nº. 3052/2021

DECRETO Nº. 3052/2021

DATA: 02/02/2021.

SÚMULA: *Dispõe sobre a concessão de férias do Servidor.*

JOAO TEODORO FILHO, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA NAZARE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com a Lei Orgânica Municipal

D

E

C

R

E

T

A

Art. 1° - Conceder férias a Servidores: **FLAVIANA APARECIDA DE MORAES CAMPOS,** AGENTE DE SAUDE PUBLICA na secretária de Saúde,(30 dias) , no período de 03 de Fevereiro de 2021 a 03 de Março de 2021, período aquisitivo de 2019 á 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

Nova Nazaré/MT, 02 de Fevereiro de 2021.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 035/2021

PORTARIA Nº 035/2021

Nomeia para o quadro de servidor em comissão da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT, cargo de Assistente de Plenário, Luciano Lima Santos.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, VEREADOR EDSON NOEL DA SILVA, no uso das atribuições que lhes são legalmente conferidas, RESOLVE:

Art. 1º Nomear para o quadro de servidor em comissão da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT, cargo de Assistente de Plenário, símbolo DAS 4, Luciano Lima Santos, brasileiro, casado, Assistente Administrativo, portador do RG Nº 1453807187 SSP/MT, CPF Nº 026. 513.775-62, Título eleitoral Nº 024511491880, Zona eleitoral nº 019, Seção nº 0260, Pis Nº 20714790103, residente e domiciliado à Rua Pará, 412-W, Bairro Jardim Shangri-lá, nesta cidade de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, que será regido pela Lei Municipal Nº 667/2005, de 09 de agosto de 2005.

Art. 2º São atribuições do cargo:

I - Assessorar as atividades dos Vereadores, em plenário;

II - Organizar o sistema de tramitação de papéis, documentos e procedimentos relativos ao suporte legislativo da Câmara Municipal;

III - Organizar o sistema de referência e de índices necessários à pronta localização de documentos;

IV - Auxiliar na redação de projetos de lei, resoluções, decretos legislativos, portarias e demais atos e documentos legais;

V - Informar procedimentos administrativos, encaminhando-os às unidades competentes;

VI - Participar do processo seletivo de papéis e documentos a serem eliminados, de acordo com as normas que regem a matéria;

VII - Realizar, quando solicitado, a transcrição e supervisão das gravações das atas de reuniões das comissões e das sessões plenárias;

VIII - Executar serviços administrativos de maior complexidade sempre que necessário;

IX - Realizar serviços de natureza administrativa e burocrática relacionadas ao suporte legislativo;

X - Executar outras atividades correlatas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, vigendo seus efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2021.

Gabinete da Presidência, 02 de fevereiro de 2021.

EDSON NOEL DA SILVA

Presidente

Registrado nesta Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

VALDINO CARLOS RODRIGUES

Secretário-Geral

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº003/2021/PMNO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 022/2021/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade PREGÃO SRP Nº. 003/2021/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS HORTIFRUTIS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR E PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVA OLIMPIA/MT**. A abertura do certame está prevista para as 08h00min do dia **23 de fevereiro de 2021**. As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhado do edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As dúvidas sobre o certame serão dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de Nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida, nº 259 s Bairro Jardim Ouro Verde, Cidade de Nova Olímpia/ MT, no horário de 07h00min as 13h00min horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 27 de janeiro de 2021.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 072/2020

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº004/2021/PMNO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 023/2021/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade PREGÃO SRP Nº. 004/2021/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS PANIFICAÇAO DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR E PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVA OLIMPIA/MT**. A abertura do certame está prevista para as 08h00min do dia **24 de fevereiro de 2021**. As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhado do edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As dúvidas sobre o certame serão dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de Nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida, nº 259 s Bairro Jardim Ouro Verde, Cidade de Nova Olímpia/ MT, no horário de 07h00min as 13h00min horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 27 de janeiro de 2021.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 072/2020

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 074 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

"QUE DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DA PORTARIA MUNICIPAL."

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia-MT, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por Lei, expede a seguinte portaria;

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - **Revogar** a Portaria Municipal n.º 018/2021 de 04/01/2021, que nomeou o senhor **JANIO FERREIRA,** para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE, ESTRADA E RODAGEM.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 02 de Fevereiro de 2021.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº006/2021/PMNO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 028/2021/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade PREGÃO SRP Nº. 006/2021/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA E DESINTUPIMENTO DE CAIXAS DE GORDURA DE REDE MESTRE DOS ORGAOS PUBLICOS MUNICIPAIS DE NOVA OLIMPIA/MT**. A abertura do certame está prevista para as 08h00min do dia **05 de março de 2021**. As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhado do edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As dúvidas sobre o certame serão dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de Nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida, nº 259 s Bairro Jardim Ouro Verde, Cidade de Nova Olímpia/ MT, no horário de 07h00min as 13h00min horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 29 de janeiro de 2021.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 072/2020

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº005/2021/PMNO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 027/2021/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade PREGÃO SRP Nº. 005/2021/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTU-**

AL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS) INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CALHAS DESTINADOS AOS PREDIOS PUBLICOS DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/MT. A abertura do certame está prevista para as 08h00min do dia **04 de março de 2021**. As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhado do edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As dúvidas sobre o certame serão dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de Nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida, nº 259 s Bairro Jardim Ouro Verde, Cidade de Nova Olímpia/MT, no horário de 07h00min as 13h00min horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 02 de fevereiro de 2021.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 072/2020

LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 001/2021/PMNO

REF. AO CHAMAMENTO PUBLICO 002/2018/PMNO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 020/2018/PMNO

CONTRATO Nº 017/2018/PMNO

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n. º 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de Almeida, N. º 259-S Ouro Verde, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor José Elpídio De Moraes Cavalcante, brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N. º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

CONTRATADA: THAISLLA KAROLINE APARECIDA DA SILVA, brasileira, portadora do RG Nº 2217317-0 SSP/MT e CPF Nº 054.473.981.77, residente domiciliada na Rua Wilson De Almeida Nº 456 E Bairro Ouro Verde, CEP 78.370-000 cidade de Nova Olímpia/MT.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FISICAS PARA COMPOR A EQUIPE DE PROFISSIONAIS DOS PROGRAMAS DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT**.**

MOTIVO: Justifica-se em virtude nos acréscimos de horas a serem desempenhadas pelos prestadores e incrementos na desenvoltura das atividades.

FUNDAMENTO LEGAL: INCISO II LEI 8666/93 ART. 79.

Nova Olímpia-MT, 27 de janeiro de 2021.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE REALINHAMENTO DE PREÇO Nº 006/2021/PMNO

PROC. ADM 19/2021/PMNO

PRIMEIRO TERMO DE REALINHAMENTO N. º 006/2020/PMNO

REF: AO PREGÃO PRESENCIAL 024-2020, CONTRATO Nº 058/2020.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n. º 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de Almeida, N. º 259-S, Ouro verde, nesta cidade, nesta cidade, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Senhor **JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE,** brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N. º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, Cep: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

CONTRATADA: a empresa **ASCIA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA,** inscrita no CNPJ: 28.258.221/0001-83, localizada na Rua Dirson José Martini, Nº 1844, Setor Industrial, Sinop - MT, representada pelo Senhor Luiz Carlos Soares da Silva, brasileiro, casado, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 00898082686 DETRAN/MT e o CPF: 453.064.601-78, residente e domiciliado na Avenida das Itaúbas, Nº 4762, Centro em Sinop – MT.

OBJETO: REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE VEICULOS DIVERSOS ZERO QUILOMENTRO PARA A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA – MT.

MOTIVO: O presente termo de Realinhamento Financeiro é **FUNDAMENTADO ART.55 INCISO III C/C ART.58 §2º, C/C ART 65, II "d", da lei 8666/93.**

O item a ser reajustado e o valor encontram-se especificado na tabela abaixo.

ITEM	*MARC*	*VALOR ATUAL*	*PORCENTAGEM %*	*VALOR REALINHADO*
01	*FIAT*	*R*$ 103.000,00	*12,00%*	R$ 115.360,00

DESCRIÇÃO
AMBULANCIA - TIPO FORGONETA COM CARROCERIA EM A ÇO OU MONOBLOCO E ORIGINAL DE FABRICA ZERO KM, E QUIPAMENTO OBRIGATORIOS EXIGIDOS PELO CONTAN. C ABINE/CARROCERIA; PORTAS EM CHAPA, COM ISOLAMEN TO TERMICO EM POLIURETANO, INTERNO EM POLIESTIRE NO, COM FECHO INTERNO E EXTERNO, RESISTENTES E D E ABERTURA DE FACIL ACIONAMENTO, MOTOR DIANTEIR O 4 CILINDROS, POTENCIAS 85CV, TORQUE DE PELO MEN OS 12,0KGFM3 CILINDRA MINIMA 1,300CC, SISTEMAS DE AL IMENTAÇÃO = INJEÇÃO ELETRONICA, E DEMAIS ESPECIFI CAÇÕES CONFORME EDITAL.

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária:

DOTAÇAO FONTE
06.060.0.2.10.302.0020.1060.4.4.90.52.00.00.0123000000
06.060.0.2.10.302.0020.1060.4.4.90.52.00.00.0102000000
05.050.0.3.12.365.0012.1017.4.4.90.52.00.00.0101000000
05.050.0.3.12.365.0012.1017.4.4.90.52.00.00.0122000000

03.030.0.1.04.122.0004.1009.4.4.90.52.00.00.0100000000
07.070.0.2.08.244.0026.2310.4.4.90.52.00.00.0129000000
07.070.0.2.08.244.0025.2211.4.4.90.52.00.00.0129000000

VIGENCIA: 14/07/2020 ATE 14/07/2021.

Nova Olímpia, 25 de janeiro de 2021.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA/MT

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 075 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

"QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL."

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria;

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Exonerar, **por motivo de aposentadoria por tempo de serviço o Senhor JANIO FERREIRA,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG: n.º 373208 SSP/MT e CPF: n.º 325.890.421-90, nomeado para o cargo de provimento efetivo de **Motorista** através da Portaria Municipal n.º 008/1991 de 18/11/1991.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Olímpia–MT, 02 de Fevereiro de 2021.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 036/2021

PORTARIA Nº 036/2021

Retifica redação da Portaria nº 002/2021, que institui a CPL - Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT para o exercício de 2021.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, VEREADOR EDSON NOEL DA SILVA, no uso das atribuições que lhes são legalmente conferidas, **RESOLVE:**

Art. 1º Retificar a redação da Portaria nº 002/2021, que institui a CPL - Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT para o exercício de 2021.

1) No Art. 1º da referida Portaria.

"**Onde se lê:**

Presidente – Eliene Gomes Santos de Moraes

Leia se:

Presidente – Eliene Gomes dos Santos"

2) Na referência de data da referida Portaria.

"**Onde se lê:**

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, 05 de janeiro de 2019.

Leia se:

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, 05 de janeiro de 2021."

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, 02 de fevereiro de 2021.

EDSON NOEL DA SILVA

Presidente

Registrado nesta Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

VALDINO CARLOS RODRIGUES

Secretário Geral

LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 002/2021/ PMNO

REF. AO CHAMAMENTO PUBLICO 002/2018/PMNO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 020/2018/PMNO

CONTRATO Nº 018/2018/PMNO

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n. º 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de Almeida, N. º 259-S Ouro Verde, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor José Elpídio De Moraes Cavalcante, brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N. º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

CONTRATADA: ANA PAULA MARQUES GONÇALVES, brasileira, portadora do RG: sob nº 1585895-2 SSP/MT e CPF: 007.825.151-69, residente na Rua 30, Nº 1051-S Q: 45 L: 04, Bairro: Jardim Itamarati, CEP: 78. 370-000, Nova Olímpia-MT.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FISICAS PARA COMPOR A EQUIPE DE PROFISSIONAIS DOS PROGRAMAS DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT**.**

MOTIVO: Justifica-se em virtude nos acréscimos de horas a serem desempenhadas pelos prestadores e incrementos na desenvoltura das atividades.

FUNDAMENTO LEGAL: INCISO II LEI 8666/93 ART. 79.

Nova Olímpia-MT, 27 de janeiro de 2021.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 003/2021/ PMNO

REF. AO CHAMAMENTO PUBLICO 002/2018/PMNO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 020/2018/PMNO

CONTRATO Nº 022/2018/PMNO

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA- MT inscrita no CNPJ. Sob n. º 03.238.920/0001-30, com sede na Rua Wilson de Almeida, N. º 259-S Ouro Verde, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor José Elpídio De Moraes Cavalcante, brasileiro,

casado, portador do Documento de Identidade RG sob N. º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414.364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78.370-000, na cidade de Nova Olímpia-MT.

CONTRATADA: ROSANGELA DE FATIMA GONÇALVES DA SILVA, brasileira, portadora do RG: sob nº 2126771-5 SSP/MT e CPF: 050.869.615-13, Residente na Rua Perimetral, Nº 1571 QD: 60 LT: 05, Bairro: Jardim itamarati, CEP: 78.370-000, Nova Olímpia-MT.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FISICAS PARA COMPOR A EQUIPE DE PROFISSIONAIS DOS PROGRAMAS DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT**.**

MOTIVO: Justifica-se em virtude nos acréscimos de horas a serem desempenhadas pelos prestadores e incrementos na desenvoltura das atividades.

FUNDAMENTO LEGAL: INCISO II LEI 8666/93 ART. 79.

Nova Olímpia-MT, 27 de janeiro de 2021.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 073 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

"QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria,

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Nomear a senhora **KAROLINE MARQUES**, brasileira, solteira,portadora da Cédula de Identidade RG: 22553495 - SSP-MT e CPF: 061.209.591-65, residente e domiciliada neste município, para ocupar o cargo de **CHEFE DE SETOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,** de acordo com a Lei 775/2008,Símbolo DAI - 01;

Art. 2º - As atribuições do cargo estão prescritas em lei e restritas a ela, cabendo a servidora ora nomeado, vinculado e subordinado à **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, todas as atividades e responsabilidades inerentes ao exercício da função.

Art. 3º - A remuneração da servidora ora nomeada será nos termos da Lei Municipal 775/2008 de 13/02/2008;

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor retroagindo seus efeitos para o dia 01/02/2021, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 02 de Fevereiro de 2021.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 001/COMDICA/2021

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA 3ª SUPLENTE PARA TOMAR POSSE TEMPORÁRIA DO CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA – MT.

ELIZÂNGELA ROSA LOPES DE MEDEIROS, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA de Nova Olímpia/MT, no uso de suas atribuições, e em consonância com o disposto na Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Leis Municipais n.º 955/2012, alterada pela Lei Municipal nº 1.034/2015, Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA e Edital Complementar n.º 017/COMDICA/2020, que dispõe sobre a publicação do resultado oficial da Eleição do II Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar de Nova Olímpia – Gestão 2020/2024, realizado em 06 de outubro de 2019.

Considerando que a Conselheira Tutelar VIVIA ALINE DOS SANTOS SILVA, mandato de (2020/2024), apresentou Licença Maternidade Antecipada em 22 de janeiro de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º. – Convocar, a terceira suplente CRISLENE QUEIROZ DE OLIVEIRA, classificada em 8º lugar, com 79 (setenta e nove) votos, no II Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar do município de Nova Olímpia-MT, a partir do dia 02 de fevereiro de 2021 á 22 de julho de 2021, período de afastamento por licença maternidade antecipada da Conselheira Tutelar Vivia Aline dos Santos Silva inscrita no CPF nº 027.426.101-46.

Art. 2º. - A suplente acima mencionado deverá apresentar-se para o exercício da função no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar a partir da data da publicação do presente edital, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, sito a Avenida Tancredo Neves, n.º 1.249 – Bairro Santa Rosa/ Nova Olímpia/MT, portando os documentos exigidos em Lei, para tratar de sua nomeação e tomar posse no presente cargo. O não comparecimento no prazo determinado será entendido como desistência, dando ensejo ao chamamento do próximo na ordem de classificação.

Art. 3º. Este Edital entra em vigor na data de sua divulgação na Sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, na Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT e publicação na imprensa escrita e eletrônica.

Nova Olímpia-MT, 28 de janeiro de 2021.

ELIZÂNGELA ROSA LOPES DE MEDEIROS

PRESIDENTE DO COMDICA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA DE NOVA OLÍMPIA/MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021

A Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o dia 19 de Fevereiro de 2021, ás 13:00 horas/minutos (Horário de Mato Grosso), na sala de licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto a contratação de empresa para prestar serviços de apoio técnico administrativo junto ao setor de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena-MT, localizada na Praça João Alberto Zaneti, s/nº, Centro, Nova Santa Helena-MT e no site www.novasantahelena.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência).

Nova Santa Helena/MT, em 02 de Fevereiro de 2021

EDINALVA NUNES

Pregoeira Oficial

Publique-se

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021

A Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licita-

ção na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o dia 19 de Fevereiro de 2021, ás 08:00 horas/minutos (Horário de Mato Grosso), na sala de licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria orçamentaria, contábil, financeira e patrimonial da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena-MT, localizada na Praça João Alberto Zaneti, s/nº, Centro, Nova Santa Helena-MT e no site www.novasantahelena.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência).

Nova Santa Helena/MT, em 02 de Fevereiro de 2021

EDINALVA NUNES

Pregoeira Oficial

Publique-se

DECRETO SUPLEMENTAR N° 10/2021

DECRETO SUPLEMENTAR N° 10/2021

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor PAULINHO BORTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso e suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal nº958/2020, e em consonância com o lei Federal 4320/64.

DECRETA

Art. 1º - Abre Credito Adicional Suplementar ao Orçamento Programa do Exercício de 2021 em conformidade com o inciso I do artigo 41 da Lei 4.320/64 no Valor de R$ 29.000,00 (vinte nove mil reais) nas Seguintes Dotações Orçamentárias:

01.01 CAMARA MUNICIPAL
01.02

.001.01.031.0001.2001.3.1.90.04.00.00.00– Contratação P/ Tempo Determinado	R$ 24.000,00
001.01.031.0001.2001.3.3.90.41.00.00.00 – Contribuições	R$ 5.000,00

Total Suplementado: R$ 29.000,00

Art. 2º - Para cobertura do Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1§, serão utilizados recursos proveniente de anulação parcial ou total de dotações em conformidade §,1º inciso III do artigo 43, da Lei 4.320/64.

01.001 CAMARA MUNICIPAL

001.01.031.0001.2001.3.1.90.11.00.00.00– Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil **R$ 9.000,00**
001.01.031.0001.2001.4.4.90.52.00.00.00– Equipamentos e Material Permanente R$ 20.000,00
Total Reduzido: R$ 29,000,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, 19 de janeiro de 2021

Paulinho Bortolini
Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021

A Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o dia 22 de Fevereiro de 2021, ás 15:00 horas/minutos (Horário de Mato Grosso), na sala de licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto a contratação de empresa para prestar serviços de transporte de alunos da zona rural até a sede do município de Nova Santa Helena/MT. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena-MT, localizada na Praça João Alberto Zaneti, S/Nº - Centro, CEP. 78.548-000, Nova Santa Helena-MT e no site www.novasantahelena.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência).

Nova Santa Helena/MT, em 02 de Fevereiro de 2021

EDINALVA NUNES

Pregoeira Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

PORTARIA Nº. 0143/2021

PORTARIA Nº. 0143/2021

DATA: 01 DE FEVEREIRO DE 2021

“CONCEDE, A SERVIDORA ARIOLENE LOPES NUNES AFASTAMENTO POR MOTIVO PARTICULAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

ART. 1º. CONCEDER LICENÇA PARTICULAR DE 03 anos (três anos) a servidora SRA. ARIOLENE LOPES NUNES, portadora do RG nº. 24728721 SSP/MT e CPF nº. 049.875.331-03, efetiva no cargo de **ZELADORA,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

PARÁGRAFO UNICO - A Licença que trata o Art. anterior dar-se-á pelo período de 01 de fevereiro de 2021 a 01 de fevereiro de 2024.

ART. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 01 de fevereiro de 2021.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2.021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa do ramo para fornecimento de extintores e suportes, prestação de serviços de recarga e demais itens correlatos, para atender as necessidades das diversas secretarias do município, conforme descrito e especificado no Termo de Referência anexo do instrumento convocatório, **às 9h00min (horário de Brasília) do dia 18 de fevereiro de 2.021**, no Palácio dos Pioneiros – sala de licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – centro – St. Xavantina. Os interessados em adquirir cópia do Edital, deverão retirar junto ao setor de Licitações, no endereço supracitado ou pelo e-mail: licitacao@novaxavantina.mt.gov.br e/ou site https://novaxavantina.mt.gov.br/licitacoes/pregao-presencial&ano=2021.

Nova Xavantina – MT, 02 de fevereiro de 2.021

Marina Angélica Marca – Pregoeira

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2.021

A Prefeitura Municipal de Nova Xavantina – MT, através de sua Pregoeira Oficial, vem a público divulgar a HOMOLOGAÇÃO da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 001/2.021, o qual teve por **Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE APARELHOS CONDICIONADORES DE AR PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DESTE MUNICIPIO. Empresa habilitada e vencedora/detentora: FRIOLAR COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ELETROELETRONICOS LTDA – ME, inscrita no CNPJ nº 36.850.598/0001-55, com o valor global de R$ 204.594,00 (duzentos e quatro mil, quinhentos e noventa e quatro reais) e ERICA DE FATIMA GENTIL, inscrita no CNPJ nº 36.656.877/0001-82, com o valor global de R$ 180.174,00 (cento e oitenta mil, cento e setenta e quatro reais).

Nova Xavantina – MT, 02 de fevereiro de 2.021

Marina Angélica Marca

Pregoeira Oficial

ADITIVO AOS CONTRATOS REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO 01/2019

Aditivo aos contratos referente ao Processo Seletivo 01/2019

N° DO CONTRATO	MATRÍCULA	SERVIDOR	CARGO	SUBSTITUIÇÃO
02	4393	Regiana Ribeiro dos Santos	Professora	Em substituição a Edna Selma da Silva
04	4395	Marcia Regina Ferreira da Silva	Professora	Em substituição a Sueni Pereira de Aragão Couten
05	4396	Giucielli Stareli Souza	Professora	Em substituição a Géssica Rodrigues da Cruz
06	4397	Viviane Matos da Rocha	Professora	Em substituição a Evakeila Pereira Santana Sousa
07	4398	Elivaine Fernandes de Almeida Farias	Professora	Em substituição a Waldirene Terezinha De Melo
08	4400	Alexandra Ferreira de Jesus	Professora	Em substituição a Cadia Gisela H. Diehl
10	4401	Francisca Ivonilde da Silva Costa	Professora	Em substituição a Rosani Prestes da Silva Silqueira
11	4402	Luciana Pereira dos Santos	Professora	Em substituição a Alvando Barbosa da Silva
13	4404	Aline Rodrigues Pereira	Professora	Em substituição da Arabela Andressa Causi Jung em razão da readaptação de função
14	4405	Maria Aparecida Felizardo Galvão	Professora	Em substituição a Regina Ap. de Faria Leite
16	4407	Juciene Pereira Mendonça	Professora	Em substituição a Nilva Inês Scapini
17	4408	Maria Neide Souza dos Santos	Professora	Em substituição a Maria Jose Rodrigues de Jesus
18	4409	Ana Paula da Silva	Professora	Em substituição a Maria Mendonça de Oliveira
19	4410	Deyse Lara de Carvalho Faria	Professora	Em substituição a escala de licença prêmio de servidores efetivos
20	4411	Renata Araújo Santana	Professora	Em substituição a Vanderlene Maria de Oliveira
21	4412	Domingas Francisca de Moraes	Professora	Em Substituição Ana Célia Moreira da Silva Sales
22	4413	Elida Goreth Lopes de Souza	Professora	Em substituição a Giltonio D. Rodrigues dos Santos
24	4415	Maria Silveria de Sousa	Professora	Em substituição a Maria Messias Ribeiro dos Santos
26	4417	Sonia Regina Alves dos Santos Silva	Professora	Em substituição a Jucélia Oliveira Marin
34	4425	Tatiane Aparecida Duque	Professora	Em substituição a José Gilberto Rota
65	4469	Suzana Rodrigues de Oliveira	Professora	Em substituição a escala de licença prêmio de servidores efetivos
29	4420	Lilian Franciane de Sousa Lima	AAE – Alimentação Escolar	Em substituição a Leia Batista Moura em razão da Readaptação de função
03	4394	Luciana Bezerra Alves	AAE – Manutenção infraestrutura	Em substituição a escala de licença prêmio de servidores efetivos

LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2.021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar PREGÃO PRESENCIAL com o objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E ÓRGÃOS LIGADOS A ESTAS - CONFORME DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA**. Data de abertura dos envelopes: 12/02/2.021, às 9h00min (horário de Brasília),** no Palácio dos Pioneiros – Sala de Licitações, sito à Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – Centro – St. Xavantina. Os interessados em obter informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do telefone 66-3438-3362, no endereço supracitado e/ou pelo e-mail: licitacao@novaxavantina.mt.gov.br e/ou site https://novaxavantina.mt.gov.br/editais-de-licitac...

Nova Xavantina – MT, 02 de fevereiro de 2.021.

Marina Angélica Marca

Pregoeira Oficial

17º EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2019

17º EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2019 O Município de Nova Xavantina CONVOCA candidato (a) classificado (a) no Processo Seletivo Simplificado 01/2019, a convocação do cargo de *Professor 1º ao 5° ano*, do candidato abaixo mencionado, é justificada em razão do afastamento em licença médica do servidor Angelo Aparecido Marin, conforme portaria de nº 1378/2020, e para o cargo de *Apoio Administrativo Educacional – Manutenção Infraestrutura*, é justificado em razão do afastamento em escala de licença prêmio de servidores efetivos, para comparecer no prazo de 10 (dez) dias, a partir da publicação deste edital na Gerência de Gestão de Pessoas na Sede da Prefeitura Municipal, apresentando documentação necessária para contratação, conforme descrito no edital de abertura do certame.

CARGO: PROFESSOR 1º AO 5° ANO

ORD.	N° DE INSCRIÇÃO	NOME
31	67	MARCIVANIA ALVES DE SOUZA

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – MANUTENÇÃO INFRAESTRUTURA

ORD.	N° DE INCRIÇÃO	NOME
3	108	KELLY CRISTINA BATISTA TEIXEIRA LIMA

A presente contratação temporária para suprir vacância encontra- se excepcionada no artigo 8°, IV da Lei Complementar n° 173/2020.

Informamos que os candidatos que não tiverem interesse em assumir compareçam na Gerência de Gestão de Pessoas para assinar o termo de desistência.

Será considerado desistente e perdendo a vaga respectiva, o candidato aprovado e/ou Classificado que não se apresentar no prazo fixado por este edital e/ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo o Município de Nova Xavantina/MT, convocar o candidato classificado na colocação subseqüente.

Nova Xavantina-MT, 02 de fevereiro de 2021.

JOÃO MACHADO NETO – JOÃO BANG

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

PORTARIA Nº 064/2021

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte /MT, Sr. **SILVANO PEREIRA NEVES,** no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - Nomear a Srª. **MARIA DOLORES MARINOTTI MOREIRA,** brasileira, maior, portadora do RG. nº 1494207-0 SSP/MT e do CPF nº 834561631-34, para exercer o Cargo em Comissão de **SECRETÁRIA ADJUNTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA,** lotado na Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Cidadania desta Prefeitura.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, em 02 de Fevereiro de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 066/2021

CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA SERVIDOR EFETIVO.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr. **Silvano Pereira Neves,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor **JOSÉ LUIZ DE SOUZA SANTOS,** brasileiro, maior, servidor publico municipal lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER** no cargo de **MOTORISTA I,** referente ao período de 2019/2020, a partir do dia 02/02/2021 á 03/03/2021.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 02 de Fevereiro de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITACAO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRONICO - SRP 002/2021
PROCESSO LICITATÓRIO 004/2021

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de câmara refrigerada para vacinas, conforme especificado no anexo I – Termo de referência do edital.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – ESTADO DE MATO GROSSO,** neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Silvano Pereira Neves** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, torna público à vista do resultado conclusivo emitido pelo pregoeiro que fez a adjudicação do processo como vencedora a empresa **Elber Industria de Refrigeração Ltda.**, inscrita no **CNPJ: 81. 618.753/0001-67,** com valortotal de **R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais)**, para o **item 01.** Diante do exposto, **RATIFICO** a adjudicação proferida pelo pregoeiro e **HOMOLOGO** a presente licitação.

Novo Horizonte do Norte – MT, em 02 de fevereiro de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 054/2021

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte /MT, Sr. **SILVANO PEREIRA NEVES,** no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Nomear o Sr. **JOSÉ NILTON DE BRITO,** portador da Cédula de Identidade RG: nº 91030-4 SSP/MT devidamente inscrito no CPF: sob nº 761.796.991-00, para exercer o Cargo em Comissão de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA,** desta Prefeitura.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 01 de Fevereiro de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 065/2021

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte /MT, Sr. **SILVANO PEREIRA NEVES,** no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - Nomear a Srª. **JANE PEREIRA DA SILVA,** portadora do RG. nº: 2080608-6 SSP/MT e do CPF Nº: 041.233.351-10, brasileira, maior, para exercer o Cargo em Comissão de **SECRETÁRIA ADJUNTO DE SAÚDE,** lotado na Secretaria de Municipal de Saúde, desta Prefeitura.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, em 02 de Fevereiro de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO

Retifica-se a portaria nº 058/2021 publicada no diário oficial ANO XVI | N° 3.659 no dia 02 de Fevereiro de 2021 por motivos formais.

Onde se lê: . **PORTARIA Nº 058/2021**

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Lê se: PORTARIA Nº 058/2021 de 01 DE FEVEREIRO DE 2021

"*Nomeia os Membros para compor o Conselho Municipal de Educação, e dá outras providências".*

Novo Horizonte do Norte- 02 de Fevereiro de 2021

_____

SILVANO PEREIRA NEVES

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR 004 RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO 02-2020

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004 AO EDITAL 02/2020

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2020

DO RESULTADO Final

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO/MT**, CNPJ Nº 01.614.517/0001-33, neste ato representado pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado n.º 02/2020, nomeada através da Portaria n.º 324/2020 de 18 de dezembro de 2020, ***TORNA PÚBLICO;***

1º. **O RESULTADO FINAL, APROVADOS E CLASSIFICADOS** do Processo Seletivo Simplificado Nº 02/2020 realizado dia 24 de janeiro de 2021, de acordo com o Anexo I do presente Edital. Maiores informações na Secretaria Municipal de Educação de Novo Mundo-MT, ou pelo Telefone (66) 3539-6073. Este Edital Complementar está disponível no site do Município de Novo Mundo (www.novomundo.mt.gov.br), em Transparência, Processo Seletivo, no Jornal Oficial dos Municípios – www.amm.org.br e nos murais dos órgãos públicos municipais. Novo Mundo/MT, 01 de fevereiro 2021. **DANIELA BAUMGRATZ**

Presidente da Comissão Organizadora

Portaria n.º 324/2020

ANEXO I

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

PROCESSO SELETIVO N.º 02/2020

1. DAS VAGAS:

1.1. Das vagas abertas, para os cargos lotados na Secretaria Municipal de Educação:

1.1.1 Apoio Administrativo Educacional – Motorista (Cat. CNH "D")

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	NOTAS PROVAS OBJETIVAS	NOTAS PRATICAS	MÉDIA	RESULTADO	Nº INSC.
01	André Ferreira de Oliveira	5,2	9,0	7,1	Aprovado	271
02	Edinei Rodrigues Oliveira	3,6	7,0	5,3	Aprovado	095
03	Gonçalves Rogerio da Silva	Desclassificado				
04	Severino Aquino Duarte	Desclassificado				

1.1.2 Apoio Administrativo Educacional - Merendeira

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	NOTAS DA PROVA OBJETIVA	RESULTADO	Nº INSC.
1	Jociqueli Guedes	8,0	Aprovada	233
2	Miriam Rodrigues Lopes	6,0	Aprovada	177
3	Roseli dos Santos de Lima	5,6	Aprovada	111
4	Janete Helena Kleemann	3,6	Aprovada	305

5	Maria Aparecida da Costa	3,6	Aprovada	196
6	Marinalva de Sousa Silva	Desclassificada		072
7	Eliane Francisco Bispo Tonheiro	Desclassificada		160

1.1.3 Apoio Administrativo Educacional - Zeladora

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	NOTAS DA PROVA OBJETIVA	RESULTADO	Nº INSC.
1	Liliane Fernandes da Silva	6,9	Aprovada	006
2	Rosa Jacinta Vicenzi	6,5	Aprovada	032
3	Mariles Alves	6,5	Aprovada	003
4	Flavia Costa de Resende	6,1	Aprovada	278
5	Gislaine Gizoni Araujo	6,1	Aprovada	061
6	Jessika Aline Feitosa Rondon	6,1	Aprovada	194
7	Raquel Pereira da Silva	5,7	Aprovada	261
8	Tania Lourenço Cruz	5,7	Aprovada	193
9	Adriana Rodrigues da Silva	5,7	Aprovada	028
10	Luciana Lima Henrard da Silva	5,7	Aprovada	209
11	Franciele dos Santos da Silva	5,7	Classificada	064
12	Gisele Fernandes da Silva	5,7	Classificada	005
13	Janaina de Souza	5,7	Classificada	248
14	Vera Lucia da Cruz Andrade	5,3	Classificada	065
15	Tania Kesia de Lima Dude	5,3	Classificada	094
16	Patricia Fatima Bete de Melo	5,3	Classificada	136
17	Jaine Pereira da Silva	4,9	Classificada	234
18	Alessandra Ananias Jordao	4,9	Classificada	140
19	Debora Maiane de Souza Consolaro	4,5	Classificada	253
20	Gisele Aparecida Coelho	4,5	Classificada	037
21	Dina Luiz Cardoso	4,5	Classificada	033
22	Valeria das Neves Gonçalves Romao	4,5	Classificada	230
23	Ericka Matilde Munhoz de Souza	4,5	Classificada	102
24	Caren Cristina da Silva Pinto	4,1	Classificada	030
25	Lidia Soboleski	4,1	Classificada	040
26	Marcilene Carmo de Jesus	4,1	Classificada	097
27	Talita Vieira da Silva	4,1	Classificada	141
28	Angela Maria Ragievicz	4,1	Classificada	075
29	Nubia Karine Candeia Cabriotti	4,1	Classificada	238
30	Jussara Rocha de Camargo	3,6	Classificada	269
31	Diane Caroline Campos dos Santos	3,6	Classificada	049
32	Adriana Ribeiro Cabriotti	3,6	Classificada	238
33	Cicera Dias dos Santos	3,2	Classificada	046
34	July Stephanie Costa da Silva	Desclassificada		137
35	Leticia Ranziny Iocca	Desclassificada		066
36	Poliana da Rocha de Andrade	Desclassificada		277

1.1.4 Apoio Administrativo Educacional – Vigia

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	NOTAS PROVA OBJETIVA	RESULTADO	Nº INSC.
1	Valdeneis dos Santos Pedroso	7,5	Aprovado	262
2	Valnecir Martelo	7,5	Aprovado	276
3	Adriano Conceiçao Alves	6,5	Classificado	295
4	Wesley de Souza Anacleto	5,5	Classificado	300

1.1.5 Professor Educação Básica (Nível Superior)

ORDEM DE CLASSIFICAÇAO	NOMES	NOTAS DAS PROVAS OBJETIVAS	CERTIFICAÇÃO 2018, 2019 E 2020	PONTOS/TÍTULOS	DECLARAÇÃO DADA PELA UE	MÉDIA	RESULTADO	Nº INSC.
01	Daniela de Fatima Leite Madureira	7,5	10	1	1	10	Aprovado	242
02	Pricila Wosniak	6,5	10	1	1	10	Aprovado	135
03	Nelma Dias de Moraes	6,5	10	1	1	10	Aprovado	192
04	Katia Valerio da Silva	6,5	10	1	1	10	Aprovado	270
05	Silvia Simonik Domingos	6,5	10	1	1	10	Aprovado	167
06	Wanda Mara Dociati	6	10	1	1	10	Aprovado	039
07	Marilene Lopes da Silva	7,5	10	0	1	9,8	Aprovado	120
08	Adriana Olegario da Silva	7	10	0	1	9,5	Aprovado	249
09	Margarete Apª de Oliveira Magnani	4,5	10	1	1	9,3	Aprovado	168
10	Igor Pereira Correa	6,5	10	1	0	9,3	Aprovado	260
11	Tomazia Adelaide A. dos Santos	5	9,46	1	1	9,2	Aprovado	235
14	Maria Sonia da Cruz Silva de Souza	4	10	1	1	9,0	Aprovado	122
12	Juraci Nunes da Silva Piedade	7	6,6	1	1	8,8	Aprovado	070
13	Auda Patricia Lima de Miranda	3,5	10	1	1	8,8	Aprovado	237
15	Luana Baranoski Ferreira da Silva	5,5	10	0	1	8,8	Aprovado	169

16	Leni Aparecida Soboleski	4,5	8	1	1	8,3	Aprovado	161
17	Izabel Cristina Madureira	4,5	7,4	1	1	8,0	Aprovado	126
18	Virginia Carla Henrique	5,5	6	1	1	7,8	Aprovado	012
19	Marli Alves da Rosa	5,5	10	0	0	7,8	Aprovado	152
20	Janaina Ferreira Pimentel	5,5	5,83	1	1	7,7	Aprovado	298
21	Lorena Heck Romaike	5	6,6	0	1	6,8	Aprovado	093
22	Jandilene Pereira dos Anjos	6	5,3	0	1	6,7	Aprovado	016
23	Jeani Lucia Enzweler Barth	5,5	3,3	1	1	6,4	Aprovado	113
24	Natiele Souza do Nascimento	5	5	0	1	6,0	Aprovado	189
25	Elizabeth Alves de A. da Silva	4	5,1	1	0	5,6	Aprovado	139
26	Thalyta Bazana	3,5	5,5	1	0	5,5	Aprovado	060
27	Danubia dos Santos Silva Souza	6,5	0	1	0	4,3	Aprovado	200
28	Bruna Silva de Moura Bortolani	6,5	0	1	0	4,3	Aprovado	222
29	Cleci Macari Morais	6,5	0	1	0	4,3	Aprovado	142
30	Maria Bethania F. de S. Rodrigues	4,5	2	1	0	4,3	Aprovado	107
31	Gilcenia Soares Lopes Munaro	6	0	0	1	4,0	Aprovado	014
32	Losami Teresinha Dias da Silva	6	0	1	0	4,0	Aprovado	299
33	Edirlene Santana Bevilaqua	6	0	1	0	4,0	Aprovado	289
34	Sergio Heming dos Santos	6	0	1	0	4,0	Aprovado	251
35	Antonia Moura Sanches	4	1,6	0	1	3,8	Aprovado	267
36	Gecilda Kuntz Bergmann	3	2,53	1	0	3,8	Aprovado	153
37	Osmano Luiz Pereira	5,5	0	1	0	3,8	Aprovado	042
38	Elaine Rodrigues Pinto Ribeiro	5,5	0	1	0	3,8	Aprovado	255
39	Leticia Teixeira Camara de Almeida	5	0	1	0	3,5	Aprovado	025
40	Jhonatan Luiz B. Vieira de Faria	5	0	1	0	3,5	Aprovado	063
41	Willian do Nascimento Bezerra	6,5	0	0	0	3,3	Classificado	115
42	Sonia de Siqueira Martins Balbino	4,5	2	0	0	3,3	Classificado	250
43	Rafaela Regina de Moraes de Marins	6	0	0	0	3,0	Classificado	144
44	Eliana Barbosa de Matos Silva	4	0	1	0	3,0	Classificado	158
45	Edson Villaça	4	0	0	1	3,0	Classificado	151
46	Adriana de Souza Pedroso	3,5	0	1	0	2,8	Classificado	010
48	Ana Paula Meotti M. Da C. da Silva	3,5	0	1	0	2,8	Classificado	225
49	Jeane dos Santos Flores	5,5	0	0	0	2,8	Classificado	290
50	Gleiciani Moraes de M. Santos Sodoski	5	0	0	0	2,5	Classificado	146
51	Luciana Francisco da Silva	5	0	0	0	2,5	Classificado	059
52	Karoline Kersly S. de Anunciação	5	0	0	0	2,5	Classificado	143
53	Leni Ferreira de Araujo	4	0	0	0	2,0	Classificado	183
54	Marsilei Martello Soboleski	4	0	0	0	2,0	Classificado	275
55	Camila de Candio Pazzetto	4	0	0	0	2,0	Classificado	091
56	Maria Jose Batista de S. Pinheiro	4	0	0	0	2,0	Classificado	232
57	Jorge Algir Pereira	3,6	0	0	0	1,8	Classificado	076
58	Patricia Lourenção	3,5	0	0	0	1,8	Classificado	182
59	Alessandra Carvalho Gonçalves	Desclassificada						166
60	Andressa Clara Rebelatto Colle	Desclassificada						124
61	Clarice Vieira da Silva	Desclassificada						041
62	Cleunice Miron Sanches	Desclassificada						053
63	Giorgia Aleida Ceschini	Desclassificada						206
64	Kassia Priscila Lemos Da R. Rodrigues	Desclassificada						096
65	Luciene de Sousa Uchoa Duarte	Desclassificada						150
66	Maria Silvani Coutinho da Silva	Desclassificada						074
67	Nadir de Lourdes Romao da Silva	Desclassificada						110
68	Rosineide de Jesus A. de Oliveira	Desclassificada						205
69	Sirlei Fernanda Santana da Silva	Desclassificada						216

1.1.6 Técnico Administrativo educacional

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	NOTAS DA PROVA OBJETIVA	RESULTADO	Nº INSC.

1	Sergio Alves de Souza	6,6	Aprovado	
2	Simone Cristina de Oliveira	6,2	Aprovada	
3	Adriana Vilela de Oliveira	5,2	Classificada	
4	Saionara Viega Kuffel	4,8	Classificada	
5	Joao Paulo Barbosa Cunha	4,0	Classificado	
6	Larissa Lopes Malacarne	3,6	Classificada	

1.1.7 Professor de Educação física

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	NOTAS DA PROVA OBJETIVA	RESULTADO	Nº INSC.
1	Marcos Antonio Lima dos Santos	4,0	Aprovado	
2	Jaiana Vanessa Gomes Rota	4,0	Aprovada	

1.1.8 Monitor de Educação Infantil

ORDEM DE CLASSIFICAÇAO	NOME	NOTAS PROVA OBJETIVA	RESULTADO	Nº INSC.
1	Monica dos Santos Lima	6,8	Aprovada	078
2	Marisa Schemmer Wilges	5,6	Aprovada	138
3	Estefany Gabrielly Pereira Freitas	5,6	Aprovada	017
4	Gabriela Aparecida Aldrighi Martins	5,2	Aprovada	226
5	Wellen Cristina Cardoso de Sousa	5,2	Aprovada	085
6	Jessica Ruebenich Pereira Sousa Campos	5,2	Aprovada	241
7	Nuara Silva Santos	5,2	Aprovada	077
8	Vanessa Luana da Mota	5,2	Aprovada	258
9	Alice Teixeira Marques	5,2	Aprovada	286
10	Jenyfer da Silva Braz	4,8	Aprovada	084
11	Thaynara Thais de Oliveira Cernek	4,8	Classificada	173
12	Barbara de Melo Rosa	4,4	Classificada	273
13	Viviane dos Reis Rodrigues	4,4	Classificada	062
14	Ingrid Larisa Gonçalves Honorio Venancio	4,0	Classificada	302
15	Keicielli de Souza da Silva	3,2	Classificada	125
16	Claudio Augusto Venancio	3,2	Classificado	301
17	Kamila Araujo Zimermann	Desclassificada		293

1.2 Das vagas abertas para os cargos lotados na Secretaria Municipal de Saúde:

1.2.1 Auxiliar de Saúde Bucal – ABS

ORDEM DE CLASSIFICAÇAO	NOMES	NOTAS PROVAS OBJETIVAS	RESULTADO	Nº INSC.
01	Nathalia Fontoura Alves	7,9	Aprovada	268
02	Andreia Pereira Rodrigues	7,5	Aprovada	132
03	Gracionissa Vieira de Souza	7,5	Classificada	083
04	Fernanda Eduarda Cabral Teske	7,1	Classificada	288
05	Monica Barbosa	5,8	Classificada	176
06	Antonio Carlos Pinheiro	5,8	Classificado	165
07	Kelen Henrique de Matos Silva	5,4	Classificada	285

1.2.2 Técnico de Enfermagem

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	NOTAS PROVAS OBJETIVAS	RESULTADO	Nº INSC.
01	Rosenei Inhaia Venancio	6,6	Aprovada	019
02	Josiane Da Costa Pires	6,2	Aprovada	106
03	Edina Marcia Morais Brombilla	5,8	Aprovada	024
04	Elaine Neves Da Silva	5,8	Aprovada	236
05	Jessica Maranguelli dos Santos	5,4	Aprovada	224
06	Rosimar De Fatima Alves Miguel	5,4	Aprovada	105
07	Madalena Bessa de Almeida	5,4	Classificada	243
08	Bruna Cristina Santos Silva	4,6	Classificada	296
09	Leonardo de Matos Reinehr	4,6	Classificado	279
10	Daiane Marques Silva	3,7	Classificada	051
11	Sandra Helena Segatt	Desclassificada		052

1.2.3 Enfermeiro (a)

ORDEM DE CLASSIFICAÇAO	NOME	NOTAS DAS PROVAS OBJETIVAS	RESULTADO	Nº INSC.
01	Mariane Pereira dos Santos	7,2	Aprovada	266
02	Elikaene da Silva Sousa Kuss	6,8	Aprovada	129
03	Vera Lucia Pereira Dias	6,4	Classificada	128
04	Leidiane Costa de Oliveira	6,4	Classificada	190
05	Juliana Aparecida Santos da Costa	6,0	Classificada	218
06	Andressa Aparecida dos Santos Martins	6,0	Classificada	031
07	Manoel Barbosa Leandro	5,6	Classificado	227
08	Deise Lopes da Silva	5,6	Classificada	081
09	Douglas Aparecido Matos	5,6	Classificado	050
10	Amanda Sabrina Procopio	5,2	Classificada	045
11	Romario Gomes Betarelo	4,4	Classificado	259
12	Marciane Dias dos Santos	4,0	Classificada	231

13	Thayane Ramos Leite das Neves	Desclassificada	221
14	Deyze Pinheiro Amador	Desclassificada	055

1.2.4 Cirurgião Dentista

ORDEM DE CLASSIFICAÇAO	NOME	NOTAS DAS PROVAS OBJETIVAS	RESULTADO	Nº INSC.
01	Ana Carolina Marques Barboza Cardoso	9,2	Aprovada	114
02	Rayellen Roberta Borges de Freitas	8,4	Aprovada	034

1.2.5 Agente de Combate as Endemias

ORDEM DE CLASSIFICAÇAO	NOME	NOTAS DAS PROVAS OBJETIVAS	RESULTADO	Nº INSC.
01	Geisiane dos Santos Soares	9,1	Aprovada	179
02	Amanda Katheli Aparecida Santos Silva	8,7	Aprovada	188
03	Gabrieli Andrade da Silva	5,4	Aprovada	212
04	Renan Guimarães de Araujo	5,0	Aprovado	101
05	Gabriele Brezolin Beninca	4,6	Classificada	157
06	Roseni Soares Silva	4,6	Classificada	112
07	Querem da Silva Morais	4,6	Classificada	213
08	Maria Raimunda Sousa Silva	Desclassificada		067
09	Isadora Ferreira da Silva	Desclassificada		117

1.2.6 Bioquimico/Farmacêutico

Nº	NOME	NOTAS PROVAS OBJETIVAS	RESULTADO	Nº INSC.
01	Ilma Teixeira de Amorim Pinheiro	7,6	Aprovada	164
02	Andreia Cristina de Freitas	7,2	Classificada	201
03	Ana Clea de Souza Silva	6,4	Classificada	121
04	Elis Patricia Martins da Silva	6,4	Classificada	175

1.2.7 Técnico em Radiologia

Nº	NOME	NOTAS PROVAS OBJETIVAS	RESULTADO	Nº INSC.
01	Edimar Perim	7,5	Aprovado	057
02	Alan Castro Alves	7,1	Aprovado	228
03	Luana Naya Souza Macedo	6,7	Classificada	056
04	Jeferson Trigueiro da Silva	6,7	Classificado	283
05	Rafaela Oliveira de Morais	5,9,.	Classificada	104
06	Eliwelton Machado Silva	5,4	Classificado	304
07	Bruno de Sousa Garcia	5,4	Classificado	264
08	Emerson Caovilla	5,0	Classificado	219
09	Daiane de Oliveira Furtado	5,0	Classificada	254
10	Jhon Lenon Rodrigues Picolotto	5,0	Classificado	068
11	Cleide Evangelista Barbosa	4,6	Classificada	172

1.2.8 Agente comunitário de saúde/Microárea 21 (Cristalino do Norte – Cinco Mil)

ORDEM DE CLASSIFICAÇAO	NOMES	NOTAS PROVAS OBJETIVAS	RESULTADO	Nº INSC.
01	Rodrigo do Carmo Roulim	7,5	Aprovado	287
02	Sara Maria da Silva Trindade	5,8	Classificada	015
03	Juliane Cordeiro Burato	5,4	Classificada	214
04	Leidiane Caroline Santana Paulo Rodrigues	5,4	Classificada	145
05	Jaqueline Teixeira da Silva	4,6	Classificada	191
06	Marciele de Freitas da Silva dos Anjos	4,6	Classificada	036
07	Andreia Maiara da Silva	3,7	Classificada	088

1.2.9 Agente comunitário de saúde/Microárea 11 (Linha Balsa, Ass. Nova Conquista e Linha Trevisan)

ORDEM DE CLASSIFICAÇAO	NOMES	NOTAS PROVAS OBJETIVAS	RESULTADO	Nº INSC.
01	Valdineia de Souza Silva	7,5	Aprovada	080
02	Marciana de Freitas da Silva	5,8	Classificada	086

1.2.10 Agente Comunitário de Saúde/microárea 17 (Boca Fria)

ORDEM DE CLASSIFICAÇAO	NOME	NOTAS PROVAS OBJETIVAS	RESULTADO	Nº INSC.
01	Jaqueline Rodrigues	8,0	Aprovada	082
02	Carlos Alberto Machado	7,6	Classificado	197

1.2.11 Agente Comunitário de Saúde/microárea 27 (Rochedo)

ORDEM DE CLASSIFICAÇAO	NOME	NOTAS PROVAS OBJETIVAS	RESULTADO	Nº INSC.
01	Geise Cley Dias da Rocha	7,9	Aprovada	245
02	Luiz Fernando Gonçalves Rebussi	7,1	Classificado	272
03	Luana Teodoro Amaral da Silva Strieder	Desclassificada		018
04	Sandro Luis de Oliveira	Desclassificado		155

1.2.12 Agente comunitário de saúde/Microárea 19 (Linha Schimit, 13 e 40)

ORDEM DE CLASSIFICAÇAO	NOMES	NOTAS PROVAS OBJETIVAS	RESULTADO	Nº INSC.
01	Djelly da Silva Araujo	5,6	Aprovada	263
02	Katiely Neves Ferreira	5,2	Classificada	180

1.2.13 Professor Educação Física/Saúde

ORDEM DE CLASSIFICAÇAO	NOME	NOTAS DA PROVA OBJETIVA	RESULTADO	Nº INSC.
01	Danielle dos Santos Vilas Boas	68	Aprovada	186

1.2.14 Fiscal sanitário

ORDEM DE CLASSIFICAÇAO	NOMES	NOTAS PROVAS OBJETIVAS	RESULTADO	Nº INSC.
01	Leticia Guedes de Lima	5,8	Aprovada	215
02	Leydson Anacleto de Souza	4,2	Aprovado	247
03	Vanda Bezerra Daufenbach	Desclassificada		303

1.3 Das vagas abertas para os cargos lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social.

1.3.1 Psicólogo

ORDEM DE CLASSIFICAÇAO	NOME	NOTAS PROVA OBJETIVA	RESULTADO	Nº INSC.
01	Indianara Denis de Oliveira Gamboa	6,4	Aprovada	071
02	Elaine Guerreiro Campos	6,0	Classificada	103
03	Keissyane Danielly Neves de Oliveira	4,4	Classificada	181
04	Luma Fernanda Carletto	3,6	Classificada	291
05	Lucimeire Fonseca Simão	3,2	Classificada	087

1.3.2 Assistente Social

ORDEM DE CLASSIFICAÇAO	NOME	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO	Nº INSC.
01	Marcia Ribeiro da Silva	5,6	Aprovada	118
02	Roseli Rodrigues dos Reis Cecchin	4,4	Classificada	134
03	Cristina Segovia Fernandes	4,0	Classificada	211

1.4 Das vagas abertas para os cargos lotados na Secretaria Municipal de Transportes e Obras Públicas.

1.4.1 Operador de Máquinas Pesadas

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	NOTAS PROVA OBJETIVA	NOTAS PROVAS PRATICA	MÉDIA	RESULTADO	Nº INSC.
01	Giovane Leonidas Zitkoski	6,4	10	8,2	Aprovado	089
02	Marcio Greco de Souza	3,6	-		Desclassificado	009

1.4.2 Auxiliar de Serviços Gerais

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	NOTAS PROVA OBJETIVA	RESULTADO	Nº INSC.
01	Edson dos Santos Paraguaçu	4,0	Aprovado	027
02	Matheus Beltrame	4,0	Aprovado	207
03	Giovane Coutinho da Silva	4,0	Aprovado	108
04	Douglas Duarte de Souza	3,2	Aprovado	131
05	Vinicius da Silva Freitas	3,2	Aprovado	092
06	Ailton Ferreira Santana	3,2	Aprovado	090
07	Almerindo Rodrigues de Almeida	Desclassificado		109

1.5 Das vagas abertas para os cargos lotados na Estrutura Administrativa:

1.5.1 Recepcionista

ORDEM DE CLASSIFICAÇAO	NOME	NOTAS PROVA OBJETIVA	RESULTADO	Nº INSC.
1	Keila de Jesus Pereira Silva	7,2	Aprovada	130
2	Laudiceia de Souza Anacleto	6,8	Aprovada	246
3	Kalita Morais da Silva	6,8	Aprovada	099
4	Maria Gabriela Gomes Provenzi	6,4	Classificada	171
5	Elisangela Ferreira Barbosa	4,8	Classificada	162
6	Angelica Enzweiler Barth	Desclassificada		022

1.5.2 Estagiários

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO	Nº INSC.
01	Tais Provenzi	6,0	Aprovada	203
02	Fabio Felipe de Castro da Costa	5,2	Aprovado	156
03	Rhawany Bessa Almeida	5,2	Aprovada	244
04	Ana Clara Sgarbi	5,2	Aprovada	023
05	Luis Fernando Koch dos Santos	5,2	Aprovado	044
06	Kaua Julho Romao	4,8	Aprovado	001

07	Gilberth Kiister Machalesky	4,8	Classificado	123
08	Manoela Nascimento Bessa	4,8	Classificada	069
09	Maria Gabriela Fernandes de Souza	4,4	Classificada	210
10	Flavia Bellatto Soares	4,4	Classificada	007
11	Karolaine de Fatima Duffeck	4,4	Classificada	133
12	Wellington Gabriel Barbosa Cunha	4,0	Classificado	198
13	Dgyan Junior dos Reis de Brito	4,0	Classificado	195
14	Kawany Ananias de Freitas	3,2	Classificada	035
15	Cecilia Dias Pereira	Desclassificada		047
16	Josiana Antonio de Almeida da Silva	Desclassificada		013
17	Nataly Eduarda Rodrigues Biazotto	Desclassificada		257
18	Jeniffer Bonruque da Silva	Desclassificada		256
19	Karolaine da Macena Bonruque	Desclassificada		274
20	Marcos Vinicios de Jesus Machado	Desclassificado		292

1.5.3 Zeladora

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	NOTAS PROVA OBJETIVA	RESULTADO	Nº INSC.
01	Roseane Fatima da Silva	4,4		029
02	Rosicleia Andrade de Freitas	3,6		020
03	Marta Carmo de Jesus	Desclassificada		004

1.5.4 Motorista (Cat. “C” ou “D”)

ORDEM DE CLASSIFICAÇAO	NOME	NOTAS PROVA OBJETIVA	NOTAS PROVAS PRÁTICAS	MÉDIA	RESULTADO	Nº INSC.
1	Elton Jhon de Jesus	7,2	10	8,6	Aprovado	116
2	Damiao Bach	6,8	10	8,4	Aprovado	170
3	Rodrigo da Silva Pereira	6,8	76	8,3	Aprovado	054
4	Ailton Vilela da Silva	6,4	90	7,7	Aprovado	147
5	Damiao Severo Pereira	6,0	86	7,3	Aprovado	079
6	Silvio Alves de Carvalho	5,6	87	7,1	Aprovado	119
7	Elenildo Rodrigues Souza	5,6	86	7,1	Classificado	154
8	Nivaldo Alves do Nascimento	4,4	86	6,5	Classificado	100
9	Jhonathan da Silva Nascimento	3,6	81	5,8	Classificado	297
10	Dilvo Ziolkowski	Desclassificado				002
11	Jose Ilson Santana de Oliveira	Desclassificado				043
12	Sebastiao Rodrigues da Silva	Desclassificado				187
13	Joao Robson Ferreira Lima	Desclassificado				148
14	Geovane Leonardo de Oliveira Fischer	Desclassificado				038

1.5.5 Operador de Máquinas Leves (Cat. “C”)

ORDEM DE CLASSIFICAÇAO	NOME	NOTAS PROVA OBJETIVA	NOTAS PROVAS PRÁTICAS	RESULTADO	Nº INSC.
01	Sidnei Dias	6,0	9,0		026
02	Pedro Reinaldo Leandro	3,2	8,8		202
03	Gleiciomar Wionczek	5,6	Desclassificado		048

1.5.6 Engenheiro Civil

ORDEM DE CLASSIFICAÇAO	NOME	NOTAS PROVA OBJETIVA	RESULTADO	Nº INSC.
01	Felipe Faustino Kunz	6,4	Aprovado	058
02	Higor Gustavo Pereira de Mattos	6,4	Classificado	163
03	Camila Ribeiro Machado	6,0	Classificada	185
04	Janaina Maria Ghisleri	6,0	Classificada	208
05	Leonardo Vitorino de Carli	5,6	Classificado	204
06	Otacilio Martins Fonseca Junior	5,2	Classificado	011
07	Elder Roberto Bronner	4,0	Classificado	184
8	Mateus Pereira de Oliveira	3,6	Classificado	252
9	Irone Junior Moreira Reges	3,2	Classificado	174
10	Vinicius Scatambulo	Desclassificado		098
11	Hildo Verissimo Oliveira Viana	Desclassificado		217
12	Guilherme Souza Glatz	Desclassificado		294

1.6 Das vagas abertas para os cargos lotados na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

1.6.1 Engenheiro Agrônomo

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME	NOTAS PROVA OBJETIVA	RESULTADO	Nº INSC.
01	Dionatan da Silva Fernandes	6,0	Aprovado	265
02	Aline Regiani Siqueira Cabriotti	5,6	Classificada	284
03	Felipe Cesar Paulino Ferreira	5,2	Classificado	021

1.6.2 Médico Veterinário

Nº	NOME	NOTAS PROVA OBJETIVA	RESULTADO	Nº INSC.
01	Milla Kassia Vuolho Pereira	8,0	Aprovada	159

02	João Paulo Correa	5,2	Classificado	073

1.6.3 Técnico Agrícola

Nº	NOME	NOTAS PROVA OBJETIVA	RESULTADO	Nº INSC.
01	Ewerton Duarte de Morais	4,8	Aprovado	008
02	Gregori Fhelippe Gross da Silva	3,6	Aprovado	306

Novo Mundo/MT, 01 de fevereiro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 005/2021

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: durante os dias **03 de Fevereiro a 15 de Fevereiro de 2021**, período integral do expediente, sendo que excepcionalmente, no dia 15 de Fevereiro de 2021 as propostas poderão ser encaminhadas até às 08h00, horário de Brasília. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 08h00. Inicio da sessão da disputa: às 09h00 (Brasília) do dia 15 de fevereiro de 2021. Objeto da licitação na modalidade pregão eletrônico: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE PASSAGENS TERRESTRES NACIONAIS E DESPACHOS DE ENVELOPES E ENCOMENDAS, PARA ATENDER O A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT,** conforme condições e especificações constantes no Edital e seus anexos. **LOCAL DA DISPUTA**: Site da Licitanet - Licitações On-line www.licitanet.com.br. **RETIRADA DO EDITAL:** site: www.novosantoantonio.mt.gov.br. **INFORMAÇÕES:** As empresas interessadas deverão providenciar o cadastro no Licitanet - Licitações On-line, conforme edital de chamamento. **CONTATO:** (0**66)3548-1140 ou e-mail: licitacao@novosantoantonio.mt.gov.br .

Novo Santo Antônio-MT, 03 de fevereiro de 2021.

EVA RODRIGUES BRITO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2021

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT, através do seu **PREGOEIRO,** torna público, para conhecimento de todos os interessados, quefará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, **às 09h00 horas (Brasília) do dia 12 de Fevereiro de 2021**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, situado à Rua Cachoeira da Fumaça, nº. 77, Bairro Jardim das Palmeiras, Novo São Joaquim – Mato Grosso, conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com as Leis 10.520/2002, 8.666/93. O **credenciamento** será feito das **08h30 às 09h00**. Os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos no objeto deste Edital e seus Anexos deverão ser entregues ao Pregoeiro até às **09h00 horas (Brasília) do dia 12 de Fevereiro de 2021**. **OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR, ELETRICISTAS, SERRALHEIRO, MARCENEIRO, PARA USO EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS, PRAÇAS E VIAS PÚBLICAS A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM – MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL:** sites: **www.novosaojoaquim.mt.gov.br** e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, das 08h00 às 17h00. **INFORMAÇÕES:** As empresas interessadas poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo. **TELEFONE PARA CONTATO:** (0**66)3479-1158.

Novo São Joaquim - MT, 02 de fevereiro de 2021.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES - Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 004/SLC/2021

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo de **Dispensa de Licitação nº 03/2021**, a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas no com fulcro no artigo 24, Inciso X da Lei 8.666/93 e Lei Municipal nº 1664/2018.

Objeto: Locação de Imóvel/Prédio para dar suporte para acompanhantes e pessoas hospitalizadas, localizada em Rondonópolis-MT, na Rua 13 de Maio, nº 2.265, lote 15, Jardim Guanabara, com área de Aproximadamente 200 M2,a pedido da Secretaria Municipal de assistência Social de Paranatinga-MT, com fulcro no artigo 24, Inciso X da Lei 8.666/93 e Lei Municipal nº 1664/2018.

Contratado: CASA DE APOIO AMOR EM AÇÃO, CNPJ: 30.972.306/0001-70.

Valor do Contrato: R$:18.000,00 (dezoito mil reais).

Vigência DO CONTRATO: 29/01/2021 A 31/01/2022.

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I – NOMEAR, a servidora **Valquíria Rodrigues de Almeida,** CPF nº. **02038582122,** matriculanº. **2241**, lotada e representando a Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho, Fiscal do Contrato nº **004/2021 –** Portaria nº. **004/SLC/2021,** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 07/2019** de 05 de dezembro de 2019, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos/serviços e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

SERVIÇOS:

a) ler atentamente o termo do contrato e/ou edital/licitação, assim como os anexos e a portaria que designou o fiscal, principalmente quanto à(ao):

I – Especificações do objeto;

II – Prazo de execução do serviço, observada a ordem de serviço;

III – Cronograma dos serviços;

b) juntar aos autos toda documentação relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução contratual, arquivando, por cópia, a que se fizer necessária;

c) acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados no termo de contrato, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços;

d) receber a fatura de cobrança, conferindo:

I – Se as condições de pagamento do contrato foram obedecidas;

II – Se o valor cobrado corresponder exatamente aquilo que foi efetuado;

III – Se a nota fiscal tem validade e se está corretamente preenchida;

IV – Se está acompanhada das guias de quitação do FGTS/INSS sobre a mão-de-obra empregada (no caso de manutenção, serviço de engenharia, etc.) conforme determina o contrato;

e) atesta a prestação do serviço efetivamente realizado;

f) Encaminhar a Nota Fiscal ao setor financeiro para o pagamento;

g) No caso de dúvidas quanto ao atesto, deve-se buscar obrigatoriamente auxílio para que se efetue corretamente a atestação;

h) – Informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, como fim de aplicação das sanções cabíveis;

i) – Manter contato regular com o preposto/representante da contratada, com vista a permitir o fiel cumprimento do contrato.

I – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 29 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Registrada NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Valquíria Rodrigues de Almeida, declara estar ciente da designação ora atribuída, e da função que é inerente em razão da designação.

Valquíria Rodrigues de Almeida

CPF nº. 02038582122

Fiscal de Contrato

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, PARANATINGA –MT, EM 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO - 6º BIMESTRE - 2020

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	79.321.700,00	98.544.671,95	19.505.365,14	19,79	97.529.818,21	98,97	1.014.853,74
RECEITAS CORRENTES	73.604.479,25	87.963.824,50	19.137.075,35	21,76	95.878.124,99	109,00	-7.914.300,49
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	8.284.000,00	8.584.546,75	3.197.519,24	37,25	14.408.657,05	167,84	-5.824.110,30
Impostos	7.820.000,00	8.120.546,75	3.192.604,82	39,32	13.985.532,65	172,22	-5.864.985,90
Taxas	464.000,00	464.000,00	4.914,42	1,06	423.124,40	91,19	40.875,60
Contribuição de Melhoria							0,00
CONTRIBUIÇÕES	3.248.200,00	3.248.200,00	510.763,83	15,72	3.704.489,20	114,05	-456.289,20
Contribuições Sociais	2.048.200,00	2.048.200,00	406.822,28	19,86	2.402.154,80	117,28	-353.954,80
Contribuições Econômicas							0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.200.000,00	1.200.000,00	103.941,55	8,66	1.302.334,40	108,53	-102.334,40
RECEITA PATRIMONIAL	432.000,00	432.000,00	8.323,28	1,93	415.782,27	96,25	16.217,73
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							0,00
Valores Mobiliários	431.000,00	431.000,00	8.043,39	1,87	399.568,02	92,71	31.431,98
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							0,00
Exploração de Recursos Naturais							0,00
Exploração do Patrimônio Intangível							0,00
Cessão de Direitos							0,00
Demais Receitas Patrimoniais	1.000,00	1.000,00	279,89	27,99	16.214,25	1.621,43	-15.214,25
RECEITA AGROPECUÁRIA							0,00
RECEITA INDUSTRIAL							0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	77.210,50	257,37	-47.210,50
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	77.210,50	257,37	-47.210,50
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							0,00
Serviços e Atividades Financeiras							0,00
Outros Serviços							0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	61.604.970,77	75.663.769,27	15.400.803,18	20,35	76.784.954,32	101,48	-1.121.185,05
Transferências da União e de suas Entidades	22.638.682,49	34.564.846,43	6.574.444,50	19,02	34.095.911,18	98,64	468.935,25
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	25.466.288,28	27.598.922,84	6.037.847,47	21,88	28.991.625,09	105,05	-1.392.702,25
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							0,00
Transferências de Instituições Privadas							0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	13.500.000,00	13.500.000,00	2.788.511,21	20,66	13.697.418,05	101,46	-197.418,05
Transferências do Exterior							0,00
Transferências de Pessoas Físicas							0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.308,48	5.308,48	19.665,82	370,46	487.031,65	9.174,60	-481.723,17
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	2.000,00	2.000,00		0,00		0,00	2.000,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							0,00
Demais Receitas Correntes	3.308,48	3.308,48	19.665,82	594,41	487.031,65	14.720,71	-483.723,17

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	5.717.220,75	10.580.847,45	368.289,79	3,48	1.651.693,22	15,61	8.929.154,23
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno							0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo							0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							0,00
Alienação de Bens Imóveis							0,00
Alienação de Bens Intangíveis							0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.717.220,75	10.580.847,45	368.289,79	3,48	1.651.693,22	15,61	8.929.154,23
Transferências da União e de suas Entidades	5.542.220,75	7.012.204,17	324.283,59	4,62	1.357.687,02	19,36	5.654.517,15
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	175.000,00	3.568.643,28	44.006,20	1,23	294.006,20	8,24	3.274.637,08
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							0,00
Transferências de Instituições Privadas							0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas							0,00
Transferências do Exterior							0,00
Transferências de Pessoas Físicas							0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							0,00
Resgate de Títulos do Tesouro							0,00
Demais Receitas de Capital							0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.295.300,00	2.295.300,00	503.159,14	21,92	3.014.146,26	131,32	-718.846,26
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	81.617.000,00	100.839.971,95	20.008.524,28	19,84	100.543.964,47	99,71	296.007,48
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							0,00
Contratual							0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							0,00
Contratual							0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	81.617.000,00	100.839.971,95	20.008.524,28	19,84	100.543.964,47	99,71	296.007,48
DÉFICIT (VI)							
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	81.617.000,00	100.839.971,95	20.008.524,28	19,84	100.543.964,47	99,71	296.007,48
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	77.715.600,00	100.062.167,05	9.531.833,45	85.438.081,83	14.624.085,22	14.015.934,98	81.749.173,69	18.312.993,36	80.424.512,82	3.688.908,14
DESPESAS CORRENTES	68.200.700,00	89.790.076,37	8.637.471,16	80.446.424,21	9.343.652,16	13.315.668,97	78.164.119,53	11.625.956,84	77.327.253,94	2.282.304,68
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	34.693.093,44	50.717.577,19	8.458.212,13	49.073.914,70	1.643.662,49	8.984.964,88	49.073.562,69	1.644.014,50	48.913.221,60	352,01
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	52.000,00	2.300,00	0,00	0,00	2.300,00	0,00	0,00	2.300,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.455.606,56	39.070.199,18	179.259,03	31.372.509,51	7.697.689,67	4.330.704,09	29.090.556,84	9.979.642,34	28.414.032,34	2.281.952,67
DESPESAS DE CAPITAL	9.464.900,00	10.271.490,68	894.362,29	4.991.657,62	5.279.833,06	700.266,01	3.585.054,16	6.686.436,52	3.097.258,88	1.406.603,46
INVESTIMENTOS	9.213.900,00	10.005.690,68	843.583,14	4.731.199,09	5.274.491,59	649.486,86	3.328.438,32	6.677.252,36	2.840.643,04	1.402.760,77
INVERSÕES FINANCEIRAS					0,00			0,00		0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	251.000,00	265.800,00	50.779,15	260.458,53	5.341,47	50.779,15	256.615,84	9.184,16	256.615,84	3.842,69
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	600,00			600,00			600,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.914.400,00	3.299.607,15	493.766,82	3.055.539,29	244.067,86	493.766,82	3.055.539,29	244.067,86	2.813.949,28	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	80.630.000,00	103.361.774,20	10.025.600,27	88.493.621,12	14.868.153,08	14.509.701,80	84.804.712,98	18.557.061,22	83.238.462,10	3.688.908,14
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária					0,00			0,00		0,00
Dívida Contratual					0,00			0,00		0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária					0,00			0,00		0,00
Dívida Contratual					0,00			0,00		0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	80.630.000,00	103.361.774,20	10.025.600,27	88.493.621,12	14.868.153,08	14.509.701,80	84.804.712,98	18.557.061,22	83.238.462,10	3.688.908,14
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	80.630.000,00	103.361.774,20	10.025.600,27	88.493.621,12		14.509.701,80	84.804.712,98		83.238.462,10	3.688.908,14
RESERVA DO RPPS	987.000,00	547.000,00			547.000,00			547.000,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.295.300,00	2.295.300,00	503.159,14	21,92	3.014.146,26	131,32	-718.846,26
RECEITAS CORRENTES	2.295.300,00	2.295.300,00	503.159,14	21,92	3.014.146,26	131,32	-718.846,26
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	2.295.300,00	2.295.300,00	503.159,14	21,92	3.014.146,26	131,32	-718.846,26
Contribuições Sociais	2.295.300,00	2.295.300,00	503.159,14	21,92	3.014.146,26	131,32	-718.846,26
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.914.400,00	3.299.607,15	493.766,82	3.055.539,29	244.067,86	493.766,82	3.055.539,29	244.067,86	2.813.949,28	0,00
DESPESAS CORRENTES	2.914.400,00	3.299.607,15	493.766,82	3.055.539,29	244.067,86	493.766,82	3.055.539,29	244.067,86	2.813.949,28	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.914.400,00	3.299.607,15	493.766,82	3.055.539,29	244.067,86	493.766,82	3.055.539,29	244.067,86	2.813.949,28	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 15023971000124
	Exercício: 2020
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	78.702.600,00	100.609.167,05	9.531.833,45	85.438.081,83	96,55	15.171.085,22	14.015.934,98	81.749.173,69	96,40	18.859.993,36	3.688.908,14
Legislativa	3.280.344,76	3.833.794,29	663.846,77	3.505.435,18	3,96	328.359,11	753.184,79	3.505.435,18	4,13	328.359,11	0,00
Ação Legislativa	3.280.344,76	3.833.794,29	663.846,77	3.505.435,18	3,96	328.359,11	753.184,79	3.505.435,18	4,13	328.359,11	0,00
Controle Externo					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU01 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU01 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU02 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU02 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Representação Judicial e Extrajudicial					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU03 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU03 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Administração	9.357.606,56	12.549.597,99	1.033.545,05	12.283.810,78	13,88	265.787,21	1.798.547,31	11.943.528,59	14,08	606.069,40	340.282,19
Planejamento e Orçamento					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU04 - Administração Geral	6.367.886,56	8.121.277,41	223.531,20	7.928.606,54	8,96	192.670,87	1.003.395,62	7.811.883,95	9,21	309.393,46	116.722,59
Administração Financeira	1.947.000,00	3.329.000,58	588.027,21	3.281.677,36	3,71	47.323,22	555.059,04	3.058.117,76	3,61	270.882,82	223.559,60
Controle Interno	180.000,00	192.800,00	31.684,78	192.213,74	0,22	586,26	31.684,78	192.213,74	0,23	586,26	0,00
Normatização e Fiscalização	40.000,00				0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Tecnologia da Informação					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Ordenamento Territorial	20.000,00	20.000,00			0,00	20.000,00			0,00	20.000,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	30.000,00				0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Administração de Receitas	772.720,00	886.520,00	190.301,86	881.313,14	1,00	5.206,86	208.407,87	881.313,14	1,04	5.206,86	0,00
Administração de Concessões					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Comunicação Social					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU04 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Defesa Naval					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Defesa Terrestre					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU05 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU05 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Defesa Civil					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Informação e Inteligência					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU06 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU06 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Cooperação Internacional					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU07 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU07 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Assistência Social	3.739.900,00	5.005.922,73	426.150,07	3.948.908,41	4,46	1.057.014,32	564.046,33	3.680.958,86	4,34	1.324.963,87	267.949,55
Assistência ao Idoso	650.000,00	729.700,00	86.808,01	720.089,10	0,81	9.610,90	107.797,96	714.448,04	0,84	15.251,96	5.641,06
Assistência ao Portador de Deficiência					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	719.000,00	509.250,00	10.233,99	430.805,92	0,49	78.444,08	56.082,35	419.840,74	0,50	89.409,26	10.965,18
Assistência Comunitária	1.631.500,00	3.285.052,73	268.090,02	2.335.885,95	2,64	949.166,78	329.916,45	2.144.433,63	2,53	1.140.619,10	191.452,32

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral	739.400,00	481.920,00	61.018,05	462.127,44	0,52	19.792,56	70.249,57	402.236,45	0,47	79.683,55	59.890,99
FU08 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Previdência Social	3.345.000,00	3.785.000,00	645.416,30	3.161.452,42	3,57	623.547,58	687.434,22	3.161.452,42	3,73	623.547,58	0,00
Previdência Básica	3.345.000,00	3.785.000,00	645.416,30	3.161.452,42	3,57	623.547,58	687.434,22	3.161.452,42	3,73	623.547,58	0,00
Previdência do Regime Estatutário					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Previdência Complementar					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Previdência Especial					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU09 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU09 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Saúde	15.195.448,68	27.110.173,73	3.730.543,49	24.146.865,53	27,29	2.963.308,20	4.629.568,34	23.281.164,33	27,45	3.829.009,40	865.701,20
Atenção Básica	4.594.000,00	7.184.445,40	1.081.967,58	6.625.670,38	7,49	558.775,02	1.182.320,32	6.404.004,14	7,55	780.441,26	221.666,24
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.862.448,68	16.329.384,32	2.088.111,20	14.101.035,45	15,93	2.228.348,87	2.799.809,86	13.533.652,88	15,96	2.795.731,44	567.382,57
Suporte Profilático e Terapêutico	265.000,00	326.700,00	37.867,30	290.140,93	0,33	36.559,07	37.867,30	290.139,99	0,34	36.560,01	0,94
Vigilância Sanitária	771.000,00	1.169.950,00	217.355,06	1.095.673,15	1,24	74.276,85	247.009,51	1.079.525,32	1,27	90.424,68	16.147,83
Vigilância Epidemiológica	46.000,00	43.600,00	1.797,19	16.760,19	0,02	26.839,81	2.070,06	16.457,47	0,02	27.142,53	302,72
Alimentação e Nutrição	150.000,00	290.100,00	29.733,48	274.764,54	0,31	15.335,46	29.733,48	274.539,51	0,32	15.560,49	225,03
FU10 - Administração Geral	1.507.000,00	1.765.994,01	273.711,68	1.742.820,89	1,97	23.173,12	330.757,81	1.682.845,02	1,98	83.148,99	59.975,87
FU10 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Relações de Trabalho					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Empregabilidade					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Fomento ao Trabalho					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU11 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU11 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Educação	26.614.000,00	24.838.307,04	1.028.501,86	19.830.389,59	22,41	5.007.917,45	3.079.287,72	18.704.272,54	22,06	6.134.034,50	1.126.117,05
Ensino Fundamental	18.415.000,00	16.583.683,51	0,00	13.929.636,29	15,74	2.654.047,22	2.016.670,56	13.006.747,34	15,34	3.576.936,17	922.888,95
Ensino Médio					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Ensino Profissional					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	1.000.000,00	129.700,00	0,00	129.584,00	0,15	116,00	0,00	129.584,00	0,15	116,00	0,00
Educação Infantil	5.017.000,00	6.074.593,53	972.723,51	4.121.620,79	4,66	1.952.972,74	880.279,63	3.938.859,30	4,64	2.135.734,23	182.761,49
Educação de Jovens e Adultos	206.000,00	102.700,00	14.226,58	90.888,66	0,10	11.811,34	14.226,58	90.888,66	0,11	11.811,34	0,00
Educação Especial	287.000,00	493.880,00	41.551,77	441.188,05	0,50	52.691,95	85.306,60	437.138,02	0,52	56.741,98	4.050,03
Educação Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU12 - Administração Geral	842.000,00	891.350,00	0,00	766.999,73	0,87	124.350,27	82.804,35	750.583,15	0,89	140.766,85	16.416,58
FU12 - Demais Subfunções	847.000,00	562.400,00	0,00	350.472,07	0,40	211.927,93	0,00	350.472,07	0,41	211.927,93	0,00
Cultura	438.500,00	376.136,04	98.359,96	273.543,30	0,31	102.592,74	102.542,37	263.948,42	0,31	112.187,62	9.594,88
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	345.000,00	287.486,04	85.723,25	196.566,21	0,22	90.919,83	85.723,25	196.566,21	0,23	90.919,83	0,00
FU13 - Administração Geral	93.500,00	88.650,00	12.636,71	76.977,09	0,09	11.672,91	16.819,12	67.382,21	0,08	21.267,79	9.594,88
FU13 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Direitos Individuais Coletivos e Difusos					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Assistência aos Povos Indígenas					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU14 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU14 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Urbanismo	7.187.400,00	9.270.867,97	509.952,11	8.815.606,00	9,96	455.261,97	1.032.434,76	8.535.205,63	10,06	735.662,34	280.400,37
Infra-Estrutura Urbana	2.857.500,00	2.142.241,19	170.241,56	1.742.145,70	1,97	400.095,49	184.362,09	1.561.300,86	1,84	580.940,33	180.844,84
Serviços Urbanos	4.220.000,00	6.947.226,78	311.742,58	6.896.740,54	7,79	50.486,24	819.457,45	6.798.085,07	8,02	149.141,71	98.655,47
Transportes Coletivos Urbanos					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU15 - Administração Geral	109.900,00	181.400,00	27.967,97	176.719,76	0,20	4.680,24	28.615,22	175.819,70	0,21	5.580,30	900,06
FU15 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU16 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU16 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU17 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU17 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	626.000,00	54.000,00	10.055,60	51.611,74	0,06	2.388,26	10.055,60	51.611,74	0,06	2.388,26	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	571.000,00	54.000,00	10.055,60	51.611,74	0,06	2.388,26	10.055,60	51.611,74	0,06	2.388,26	0,00
Controle Ambiental	40.000,00				0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	15.000,00				0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Meteorologia					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU18 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU18 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU19 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU19 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Agricultura	660.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00
Abastecimento					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Extensão Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Irrigação					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	660.000,00	4.000,00			0,00	4.000,00			0,00	4.000,00	0,00
Defesa Agropecuária					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU20 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU20 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Colonização					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU21 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU21 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Produção Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Mineração					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Normalização e Qualidade					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU22 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU22 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	79.000,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	0,00
Promoção Comercial	21.000,00				0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Comercialização					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Comércio Exterior					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Serviços Financeiros					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Turismo	58.000,00	1.200,00			0,00	1.200,00			0,00	1.200,00	0,00
FU23 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU23 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Telecomunicações					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU24 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Combustíveis Minerais					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Biocombustíveis					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU25 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU25 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Transporte	5.534.200,00	11.406.367,26	1.260.272,12	7.657.681,31	8,65	3.748.685,95	1.138.451,22	6.869.406,67	8,10	4.536.960,59	788.274,64
Transporte Aéreo					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	5.411.200,00	10.987.467,26	1.153.382,92	7.257.366,13	8,20	3.730.101,13	1.031.562,02	6.469.091,49	7,63	4.518.375,77	788.274,64
Transporte Ferroviário					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Transporte Hidroviário					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Transportes Especiais					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU26 - Administração Geral	123.000,00	418.900,00	106.889,20	400.315,18	0,45	18.584,82	106.889,20	400.315,18	0,47	18.584,82	0,00
FU26 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	1.308.200,00	1.561.100,00	74.410,97	1.502.319,04	1,70	58.780,96	169.603,17	1.495.573,47	1,76	65.526,53	6.745,57
Desporto de Rendimento	80.000,00	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	410.000,00	3.200,00	3.000,00	3.000,00	0,00	200,00	3.000,00	3.000,00	0,00	200,00	0,00
Lazer					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU27 - Administração Geral	818.200,00	1.557.900,00	71.410,97	1.499.319,04	1,69	58.580,96	166.603,17	1.492.573,47	1,76	65.326,53	6.745,57
FU27 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Encargos Especiais	300.000,00	265.100,00	50.779,15	260.458,53	0,29	4.641,47	50.779,15	256.615,84	0,30	8.484,16	3.842,69
Refinanciamento da Dívida Interna					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Externa					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	300.000,00	265.100,00	50.779,15	260.458,53	0,29	4.641,47	50.779,15	256.615,84	0,30	8.484,16	3.842,69
Serviço da Dívida Externa					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Transferências					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Outros Encargos Especiais					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Transferências para a Educação Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU28 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	1.037.000,00	547.600,00				547.600,00				547.600,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.914.400,00	3.299.607,15	493.766,82	3.055.539,29	3,45	244.067,86	493.766,82	3.055.539,29	3,60	244.067,86	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	81.617.000,00	103.908.774,20	10.025.600,27	88.493.621,12	100,00	15.415.153,08	14.509.701,80	84.804.712,98	100,00	19.104.061,22	3.688.908,14

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.914.400,00	3.299.607,15	493.766,82	3.055.539,29	3,45	244.067,86	493.766,82	3.055.539,29	3,60	244.067,86	0,00
Legislativa	80.000,00	121.000,00	1.678,14	94.242,05	0,11	26.757,95	1.678,14	94.242,05	0,11	26.757,95	0,00
Ação Legislativa	80.000,00	121.000,00	1.678,14	94.242,05	0,11	26.757,95	1.678,14	94.242,05	0,11	26.757,95	0,00
Controle Externo					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU01 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU01 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU02 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU02 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU03 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU03 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Administração	220.100,00	277.464,46	44.885,38	253.790,29	0,29	23.674,17	44.885,38	253.790,29	0,30	23.674,17	0,00
Planejamento e Orçamento					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU04 - Administração Geral	127.100,00	133.807,71	19.716,24	120.155,55	0,14	13.652,16	19.716,24	120.155,55	0,14	13.652,16	0,00
Administração Financeira	80.000,00	123.656,75	21.810,12	114.704,04	0,13	8.952,71	21.810,12	114.704,04	0,14	8.952,71	0,00
Controle Interno	13.000,00	20.000,00	3.359,02	18.930,70	0,02	1.069,30	3.359,02	18.930,70	0,02	1.069,30	0,00
Normatização e Fiscalização					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Tecnologia da Informação					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Ordenamento Territorial					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Formação de Recursos Humanos					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Administração de Receitas					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Administração de Concessões					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Comunicação Social					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU04 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Defesa Naval					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Defesa Terrestre					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU05 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU05 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Defesa Civil					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Informação e Inteligência					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU06 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU06 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Cooperação Internacional					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU07 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU07 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Assistência Social	104.100,00	123.030,00	17.504,78	109.296,34	0,12	13.733,66	17.504,78	109.296,34	0,13	13.733,66	0,00
Assistência ao Idoso	30.000,00	32.100,00	4.181,36	30.421,40	0,03	1.678,60	4.181,36	30.421,40	0,04	1.678,60	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	8.000,00	4.500,00	433,94	2.651,50	0,00	1.848,50	433,94	2.651,50	0,00	1.848,50	0,00
Assistência Comunitária	62.100,00	82.430,00	12.580,94	74.177,79	0,08	8.252,21	12.580,94	74.177,79	0,09	8.252,21	0,00
FU08 - Administração Geral	4.000,00	4.000,00	308,54	2.045,65	0,00	1.954,35	308,54	2.045,65	0,00	1.954,35	0,00
FU08 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Previdência Social	13.000,00	13.000,00	1.656,81	6.064,01	0,01	6.935,99	1.656,81	6.064,01	0,01	6.935,99	0,00
Previdência Básica	13.000,00	13.000,00	1.656,81	6.064,01	0,01	6.935,99	1.656,81	6.064,01	0,01	6.935,99	0,00
Previdência do Regime Estatutário					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Previdência Complementar					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Previdência Especial					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU09 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU09 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Saúde	1.054.000,00	1.313.480,00	203.125,60	1.233.189,03	1,39	80.290,97	203.125,60	1.233.189,03	1,45	80.290,97	0,00
Atenção Básica	434.000,00	593.480,00	92.922,99	537.769,03	0,61	55.710,97	92.922,99	537.769,03	0,63	55.710,97	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	450.000,00	568.200,00	81.155,80	552.084,86	0,62	16.115,14	81.155,80	552.084,86	0,65	16.115,14	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	90.000,00	92.000,00	15.641,36	84.101,10	0,10	7.898,90	15.641,36	84.101,10	0,10	7.898,90	0,00
Vigilância Epidemiológica					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU10 - Administração Geral	80.000,00	59.800,00	13.405,45	59.234,04	0,07	565,96	13.405,45	59.234,04	0,07	565,96	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/■ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/■ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Relações de Trabalho					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Empregabilidade					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Fomento ao Trabalho					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU11 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU11 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Educação	1.235.000,00	1.192.486,86	185.712,88	1.130.663,97	1,28	61.822,89	185.712,88	1.130.663,97	1,33	61.822,89	0,00
Ensino Fundamental	920.000,00	859.386,86	132.197,54	816.568,90	0,92	42.817,96	132.197,54	816.568,90	0,96	42.817,96	0,00
Ensino Médio					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Ensino Profissional					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Ensino Superior					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	266.000,00	279.550,00	47.250,98	267.969,90	0,30	11.580,10	47.250,98	267.969,90	0,32	11.580,10	0,00
Educação de Jovens e Adultos	24.000,00	10.000,00	1.319,42	8.209,13	0,01	1.790,87	1.319,42	8.209,13	0,01	1.790,87	0,00
Educação Especial	15.000,00	19.800,00	3.478,20	18.344,85	0,02	1.455,15	3.478,20	18.344,85	0,02	1.455,15	0,00
Educação Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU12 - Administração Geral	10.000,00	23.750,00	1.466,74	19.571,19	0,02	4.178,81	1.466,74	19.571,19	0,02	4.178,81	0,00
FU12 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Cultura	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU13 - Administração Geral	100,00	100,00			0,00	100,00			0,00	100,00	0,00
FU13 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Direitos Individuais Coletivos e Difusos					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Assistência aos Povos Indígenas					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU14 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU14 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Urbanismo	130.100,00	168.432,36	25.623,32	152.918,15	0,17	15.514,21	25.623,32	152.918,15	0,18	15.514,21	0,00
Infra-Estrutura Urbana					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	130.000,00	164.332,36	24.999,36	148.862,41	0,17	15.469,95	24.999,36	148.862,41	0,18	15.469,95	0,00
Transportes Coletivos Urbanos					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU15 - Administração Geral	100,00	4.100,00	623,96	4.055,74	0,00	44,26	623,96	4.055,74	0,00	44,26	0,00
FU15 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU16 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU16 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU17 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU17 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Controle Ambiental					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Meteorologia					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU18 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU18 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∎ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∎ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU19 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU19 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abastecimento					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Extensão Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Irrigação					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Defesa Agropecuária					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU20 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU20 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Colonização					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU21 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU21 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Produção Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Mineração					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Normalização e Qualidade					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU22 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU22 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Comercialização					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Comércio Exterior					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Serviços Financeiros					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Turismo					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU23 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU23 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Telecomunicações					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU24 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU24 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Combustíveis Minerais					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Biocombustíveis					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU25 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU25 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Transporte	54.000,00	62.113,47	9.380,92	51.057,07	0,06	11.056,40	9.380,92	51.057,07	0,06	11.056,40	0,00
Transporte Aéreo					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	50.000,00	43.000,00	8.850,10	39.982,43	0,05	3.017,57	8.850,10	39.982,43	0,05	3.017,57	0,00
Transporte Ferroviário					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Transporte Hidroviário					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Transportes Especiais					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU26 - Administração Geral	4.000,00	19.113,47	530,82	11.074,64	0,01	8.038,83	530,82	11.074,64	0,01	8.038,83	0,00
FU26 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	24.000,00	28.500,00	4.198,99	24.318,38	0,03	4.181,62	4.198,99	24.318,38	0,03	4.181,62	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	24.000,00	28.500,00	4.198,99	24.318,38	0,03	4.181,62	4.198,99	24.318,38	0,03	4.181,62	0,00
Lazer					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU27 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU27 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Externa					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Externa					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Transferências					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Outros Encargos Especiais					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Transferências para a Educação Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
FU28 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência					0,00	0,00			0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 15023971000124
	Exercício: 2020
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Especificação	Evolução da Receita Corrente Líquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2020
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	6,992,962.06	6,691,409.26	8,313,827.31	6,403,460.88	6,881,835.14	8,864,942.11	10,238,507.03	9,864,937.42	11,635,668.53	10,663,986.40	7,712,199.89	13,881,969.65	108,145,705.68	98,902,624.50
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	587,237.22	632,885.34	929,973.01	722,335.71	1,551,002.71	864,416.63	1,220,235.38	1,296,764.22	2,217,124.01	1,189,143.58	743,722.15	2,455,109.04	14,409,949.00	8,584,546.75
IPTU	123,994.98	56,741.50	86,432.99	52,822.18	67,639.89	127,317.88	345,089.14	451,506.01	144,195.56	76,199.35	63,194.70	74,352.75	1,663,486.93	1,090,000.00
ISS	280,043.42	208,167.52	298,396.56	468,445.08	970,097.74	325,519.64	336,997.50	340,268.93	436,148.36	423,312.94	343,755.68	400,165.49	4,831,318.86	4,415,546.75
ITBI	100,810.78	14,619.06	60,241.77	123,947.94	220,937.51	151,934.82	284,921.89	234,057.95	1,306,734.39	316,347.16	36,272.31	1,469,457.45	4,320,283.03	700,000.00
IRRF	9,021.73	265,298.00	420,592.63	43,963.42	264,986.47	248,525.48	240,143.82	257,482.50	294,783.93	320,239.41	294,273.09	511,133.35	3,170,443.83	1,915,000.00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	73,366.31	88,059.26	64,309.06	33,157.09	27,341.10	11,118.81	13,083.03	13,448.83	35,261.77	52,044.72	6,226.37	0.00	424,416.35	464,000.00
Contribuições	470,273.50	185,853.39	200,127.35	203,372.91	204,845.62	203,014.57	659,061.68	196,351.83	231,627.81	639,196.71	202,098.52	308,665.31	3,704,489.20	3,248,200.00
Receita Patrimonial	14,969.13	12,788.51	331,961.19	11,190.99	7,492.49	7,581.98	6,594.11	8,058.71	3,033.45	3,798.43	3,374.35	4,948.93	415,792.27	432,000.00
Rendimentos de Aplicação Financeira	14,960.92	12,750.95	320,034.58	7,364.35	7,453.74	7,548.94	6,567.66	8,043.13	3,011.93	3,798.43	3,363.60	4,679.79	399,578.02	431,000.00
Outras Receitas Patrimoniais	8.21	37.56	11,926.61	3,826.64	38.75	33.04	26.45	15.58	21.52	0.00	10.75	269.14	16,214.25	1,000.00
Receita Agropecuária													0.00	0.00
Receita Industrial													0.00	0.00
Receita de Serviços	12,500.50	20,070.00	6,100.00	38,540.00	0.00	0.00							77,210.50	30,000.00
Transferências Correntes	5,586,687.14	5,603,695.71	6,382,059.12	5,165,015.79	4,833,820.15	7,509,619.40	8,073,734.38	8,037,913.01	8,917,093.24	8,574,100.93	6,509,409.04	10,844,017.24	86,037,165.15	84,307,769.27
Cota-Parte do FPM	1,212,585.79	1,752,132.34	1,024,520.27	1,004,256.67	1,050,674.08	855,305.07	1,474,458.43	936,611.54	754,448.85	1,015,183.60	1,345,548.98	2,006,317.44	14,432,043.06	16,663,094.49
Cota-Parte do ICMS	1,982,836.55	1,776,739.04	2,665,190.09	1,678,023.34	1,574,192.75	2,001,223.75	2,127,414.88	2,020,069.01	2,864,710.45	2,572,793.01	2,303,640.04	3,137,395.21	26,704,228.12	23,678,043.49
Cota-Parte do IPVA	162,817.53	163,486.46	228,995.69	130,346.45	192,007.87	195,609.77	150,496.54	106,363.01	102,175.46	103,052.70	124,544.32	211,782.30	1,871,678.10	2,000,000.00
Cota-Parte do ITR	358,429.93	32,175.98	37,327.70	10,986.46	6,160.33	16,531.00	27,360.36	31,946.71	393,656.86	2,290,789.09	569,211.74	667,292.15	4,441,868.31	3,000,000.00
Transferências da LC nº 87/1996	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	70,000.00
Transferências da LC nº 61/1989	4,732.29	16,844.80	13,051.46	10,297.02	8,421.21	6,263.36	9,544.80	10,907.90	12,632.28	16,923.51	10,458.45	19,590.06	139,667.14	150,000.00
Transferências do FUNDEB	1,075,418.57	1,121,022.64	1,306,378.44	887,056.20	873,479.85	1,002,662.36	1,035,181.43	996,412.51	1,287,716.97	1,323,577.87	1,217,762.86	1,570,748.35	13,697,418.05	13,500,000.00
Outras Transferências Correntes	789,866.48	741,294.45	1,106,595.47	1,444,049.65	1,128,884.06	3,432,024.09	3,249,277.94	3,935,602.33	3,501,752.37	1,251,781.15	938,242.65	3,230,891.73	24,750,262.37	25,246,631.29
Outras Receitas Correntes	321,294.57	236,116.31	463,606.64	263,005.48	284,674.17	280,309.53	278,881.48	325,849.65	266,790.02	257,746.75	253,595.83	269,229.13	3,501,099.56	2,300,108.48
DEDUÇÕES (II)	935,750.60	930,760.02	991,333.95	768,095.38	769,452.48	816,748.33	842,221.15	815,349.75	1,023,772.87	1,401,360.48	1,068,578.15	1,292,179.18	11,655,602.34	10,692,200.00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	192,416.77	185,853.39	200,127.35	203,372.91	204,845.62	203,014.57	205,740.59	196,351.83	200,774.69	202,834.80	199,989.24	206,833.04	2,402,154.80	2,048,200.00
Compensações Financ. entre Regimes Previdência													0.00	
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	743,333.83	744,906.63	791,206.60	564,722.47	564,606.86	613,733.76	636,480.56	618,997.92	822,998.18	1,198,525.68	868,588.91	1,085,346.14	9,253,447.54	8,644,000.00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	6,057,211.46	5,760,649.24	7,322,493.36	5,635,365.50	6,112,382.66	8,048,193.78	9,396,285.88	9,049,587.67	10,611,895.66	9,262,625.92	6,643,621.74	12,589,790.47	96,490,103.34	88,210,424.50
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art, 166-A, § 1º, da CF) (IV)														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	6,057,211.46	5,760,649.24	7,322,493.36	5,635,365.50	6,112,382.66	8,048,193.78	9,396,285.88	9,049,587.67	10,611,895.66	9,262,625.92	6,643,621.74	12,589,790.47	96,490,103.34	88,210,424.50
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	6,057,211.46	5,760,649.24	7,322,493.36	5,635,365.50	6,112,382.66	8,048,193.78	9,396,285.88	9,049,587.67	10,611,895.66	9,262,625.92	6,643,621.74	12,589,790.47	96,490,103.34	88,210,424.50

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 15023971000124
	Exercício: 2020
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2020	Até o Bimestre / 2019
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	4.345.000,00	4.345.000,00	5.432.599,51	5.027.742,26
Receita de Contribuições dos Segurados	2.048.200,00	2.048.200,00	2.402.154,80	2.261.090,37
Civil	2.048.200,00	2.048.200,00	2.402.154,80	2.261.090,37
Ativo	2.048.200,00	2.048.200,00	2.402.154,80	2.261.090,37
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais	2.295.300,00	2.295.300,00	3.014.146,26	2.765.568,71
Civil	2.295.300,00	2.295.300,00	3.014.146,26	2.765.568,71
Ativo	2.295.300,00	2.295.300,00	3.014.146,26	2.765.568,71
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita Patrimonial	1.000,00	1.000,00	16.214,25	1.083,18
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários	1.000,00	1.000,00	16.214,25	1.083,18
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	500,00	500,00	84,20	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)				
Demais Receitas Correntes	500,00	500,00	84,20	
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (IV) = (I + III - II)	4.345.000,00	4.345.000,00	5.432.599,51	5.027.742,26

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2020	Em 2019
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios - Civil	2.500.000,00	2.950.000,00	2.725.543,19	2.255.707,28	2.725.543,19	2.255.707,28	0,00	0,00
Aposentadorias	1.100.000,00	1.100.000,00	913.156,49	740.592,71	913.156,49	740.592,71	0,00	
Pensões	500.000,00	550.000,00	520.903,14	346.813,17	520.903,14	346.813,17	0,00	
Outros Benefícios Previdenciários	900.000,00	1.300.000,00	1.291.483,56	1.168.301,40	1.291.483,56	1.168.301,40	0,00	
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas							0,00	
Pensões							0,00	
Outros Benefícios Previdenciários							0,00	
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	134.953,09	0,00	134.953,09	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS							0,00	
Demais Despesas Previdenciárias				134.953,09		134.953,09	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (V)	2.500.000,00	2.950.000,00	2.725.543,19	2.390.660,37	2.725.543,19	2.390.660,37	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)	1.845.000,00	1.395.000,00	2.707.056,32	2.637.081,89	2.707.056,32	2.637.081,89		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Reserva Orçamentária do RPPS - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	547.000,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Bens e Direitos do RPPS - Plano Previdenciário	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2020	2019
Bens e Direitos do RPPS	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.741,23	1.620,39
Investimentos e Aplicações	38.046.266,82	33.972.758,97
Outros Bens e Direitos		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2020	Até o Bimestre / 2019
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2020	Em 2019
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2020	Em 2019
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)								

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 15023971000124
	Exercício: 2020
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Financeiro do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas da Administração - RPPS	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2020	Até o Bimestre / 2019
Receitas da Administração - RPPS	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES	4.345.000,00	4.345.000,00	5.432.599,51	5.027.742,26
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	4.345.000,00	4.345.000,00	5.432.599,51	5.027.742,26

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Despesas da Administração - RPPS	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2020	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2020	Em 2019
Despesas da Administração - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)	833.000,00	833.000,00	440.424,87	280.586,22	440.424,87	280.586,22	0,00	
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	25.000,00	25.000,00	1.548,37	2.537,90	1.548,37	2.537,90	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	858.000,00	858.000,00	441.973,24	283.124,12	441.973,24	283.124,12	0,00	
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	3.487.000,00	3.487.000,00	4.990.626,27	4.744.618,14	4.990.626,27	4.744.618,14		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2020
		RECEITAS REALIZADAS (a)
Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	90.258.626,50	98.892.271,25
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.584.548,75	14.408.657,05
IPTU	1.090.000,00	1.663.486,93
ISS	4.415.548,75	4.831.318,86
ITBI	700.000,00	4.320.283,03
IRRF	1.915.000,00	3.170.443,83
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	464.000,00	423.124,40
Contribuições	3.248.200,00	3.704.489,20
Receita Patrimonial	432.000,00	415.782,27
Aplicações Financeiras (II)	431.000,00	399.568,02
Outras Receitas Patrimoniais	1.000,00	16.214,25
Transferências Correntes	75.663.769,27	76.785.038,52
Cota-Parte do FPM	13.663.094,49	11.782.149,09
Cota-Parte do ICMS	19.078.043,49	21.363.382,75
Cota-Parte do IPVA	1.600.000,00	1.497.343,44
Cota-Parte do ITR	2.400.000,00	3.553.494,77
Transferências da LC 87/1996	56.000,00	0,00
Transferências da LC nº 61/1989	120.000,00	139.667,14
Transferências do FUNDEB	13.500.000,00	13.697.418,05
Outras Transferências Correntes	25.246.631,29	24.751.583,28
Demais Receitas Correntes	2.330.108,48	3.578.304,21
Outras Receitas Financeiras (III)		
Receitas Correntes Restantes	2.330.108,48	3.578.304,21
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	89.827.626,50	98.492.703,23
RECEITAS DE CAPITAL (V)	10.580.847,45	1.651.693,22
Operações de Crédito (VI)		
Amortização de Empréstimos (VII)		
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)		
Outras Alienações de Bens		
Transferências de Capital	10.580.847,45	1.651.693,22
Convênios	10.275.347,45	1.198.289,79
Outras Transferências de Capital	305.500,00	453.403,43
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)		
Outras Receitas de Capital Primárias		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	10.580.847,45	1.651.693,22
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	100.408.473,95	100.144.396,45

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	Despesa Orçamentária						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2020					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)	93.089.683,52	83.501.963,50	81.219.658,82	80.141.203,22	1.938.894,76	1.021.915,22	1.019.752,60
Pessoal e Encargos Sociais	54.017.184,34	52.129.453,99	52.129.101,98	51.727.170,88	387.255,44	3.360,37	3.360,37
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	2.300,00						
Outras Despesas Correntes	39.070.199,18	31.372.509,51	29.090.556,84	28.414.032,34	1.551.639,32	1.018.554,85	1.016.392,23
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	93.087.383,52	83.501.963,50	81.219.658,82	80.141.203,22	1.938.894,76	1.021.915,22	1.019.752,60
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	10.271.490,68	4.991.657,62	3.585.054,16	3.097.258,88	280.036,14	1.874.728,48	1.779.610,79
Investimentos	10.005.690,68	4.731.199,09	3.328.438,32	2.840.643,04	280.036,14	1.874.728,48	1.779.610,79
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)							
Aquisição de Título de Crédito (XIX)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XX)	265.800,00	260.458,53	256.615,84	256.615,84			
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	10.005.690,68	4.731.199,09	3.328.438,32	2.840.643,04	280.036,14	1.874.728,48	1.779.610,79
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	547.600,00						
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	103.640.674,20	88.233.162,59	84.548.097,14	82.981.846,26	2.218.930,90	2.896.643,70	2.799.363,39

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2020
	VALOR
Resultado Primário - Acima da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = (XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc))	12.144.255,90

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Primário	Meta Fixada na LDO
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Primário	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-210.000,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Juros Nominais	Até o Bimestre 2020
	VALOR
Juros Nominais	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2020
	VALOR
Resultado Nominal - Acima da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	12.144.255,90

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	Meta Fixada na LDO
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-300.000,00

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	Saldo	
	Em 31/12/2019 (a)	Até o Bimestre 2020 (b)
Cálculo Abaixo da Linha - Resultado Nominal	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	179.953,62	0,00
DEDUÇÕES (XXIX)	42.566.311,33	57.671.246,42
Disponibilidade de Caixa	42.566.311,33	57.671.246,42
Disponibilidade de Caixa Bruta	45.711.105,50	59.747.952,27
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	3.144.794,17	2.076.705,85
Demais Haveres Financeiros		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-42.386.357,71	-57.671.246,42

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Abaixo da Linha	Até o Bimestre
	VALOR
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	15.284.888,71

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Ajuste Metodológico	Até o Bimestre 2020
	VALOR
Ajuste Metodológico	-
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	1.068.088,32
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)	
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	14.216.800,39

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Até o Bimestre
	VALOR
Resultado Primário - Abaixo da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)	14.216.800,39

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Informações Adicionais	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Informações Adicionais	-
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	Poder/Órgão											
	Poder/Órgão											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+ b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	Saldo Total L = (e + k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2019 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2019 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	817.022,43	1.934.747,94	2.013.404,49	259.190,26	479.175,62	3.297.425,38	5.421.124,07	2.896.643,70	2.799.363,39	1.293.273,17	4.625.912,89	5.105.088,51
PODER EXECUTIVO	805.830,46	1.916.297,94	1.995.325,35	259.190,26	467.612,79	3.295.725,38	5.421.124,07	2.896.643,70	2.799.363,39	1.293.273,17	4.624.212,89	5.091.825,68
PODER LEGISLATIVO	11.191,97	18.450,00	18.079,14	0,00	11.562,83	1.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.700,00	13.262,83
Câmara Municipal	11.191,97	18.450,00	18.079,14		11.562,83	1.700,00					1.700,00	13.262,83
Tribunal de Contas do Município					0,00						0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	161.379,98	231.643,82	223.605,55	130.872,89	38.545,36	173,03	308,41				481,44	39.026,80
TOTAL (III) = (I + II)	978.402,41	2.166.391,76	2.237.010,04	390.063,15	517.720,98	3.297.598,41	5.421.432,48	2.896.643,70	2.799.363,39	1.293.273,17	4.626.394,33	5.144.115,31

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra											
	Poder/Órgão Intra											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	Saldo Total L = (e + k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2019 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2019 (g)					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	161.379,98	231.643,82	223.605,55	130.872,89	38.545,36	173,03	308,41	0,00	0,00	0,00	481,44	39.026,80
PODER EXECUTIVO	153.132,62	231.643,82	223.605,55	130.872,89	30.298,00		308,41				308,41	30.606,41
PODER LEGISLATIVO	8.247,36	0,00	0,00	0,00	8.247,36	173,03	0,00	0,00	0,00	0,00	173,03	8.420,39
Câmara Municipal	8.247,36				8.247,36	173,03					173,03	8.420,39
Tribunal de Contas do Município					0,00						0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Receitas	Receitas de Operações de Crédito		
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
Receitas	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)			

RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Despesas	Despesas de Capital		
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
Despesas	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos			
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte			
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras			
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Resultado para Apuração da Regra de Ouro	Resultado para Apuração da Regra de Ouro		
	(d - a)	(e - b)	(f - c)
Resultado para Apuração da Regra de Ouro	-	-	-
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)			

RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário			
	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário			
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c)
2019	6.518.024,68	1.651.196,56	5.073.799,83	33.717.981,17
2020	7.932.372,26	1.073.604,38	6.858.767,88	40.833.146,25
2021	8.305.209,62	1.366.211,16	6.938.998,46	47.772.144,71
2022	8.710.100,59	1.534.588,71	7.175.511,88	54.947.656,59
2023	9.091.918,74	1.886.467,43	7.205.451,31	62.153.107,90
2024	9.446.113,92	2.547.049,39	6.899.064,53	69.052.172,43
2025	10.111.636,91	2.909.051,34	7.202.585,57	76.254.758,00
2026	10.458.638,86	3.316.575,59	7.142.063,27	83.396.821,27
2027	10.800.153,00	3.818.979,84	6.981.173,16	90.377.994,43
2028	11.155.055,37	4.131.097,63	7.023.957,74	97.401.952,17
2029	11.494.279,53	4.531.807,09	6.962.472,44	104.364.424,61
2030	11.922.919,65	5.885.353,59	6.037.566,06	110.401.990,67
2031	12.198.924,17	6.429.753,56	5.769.170,61	116.171.161,28
2032	12.405.787,88	7.126.275,65	5.279.512,23	121.450.673,51
2033	12.610.698,06	7.777.889,16	4.832.808,90	126.283.482,41
2034	12.375.411,94	10.504.068,13	1.871.343,81	128.154.826,22
2035	13.023.177,44	11.413.144,45	1.610.032,99	129.764.859,21
2036	13.007.442,03	12.154.028,99	853.413,04	130.618.272,25
2037	12.908.570,95	12.998.227,14	-89.656,19	130.528.616,06
2038	12.613.501,41	14.203.616,67	-1.590.115,26	128.938.500,80
2039	12.038.308,81	16.486.515,02	-4.448.206,21	124.490.294,59
2040	11.750.101,96	18.467.011,95	-6.716.909,99	117.773.384,60
2041	11.163.008,65	19.389.028,36	-8.226.019,71	109.547.364,89
2042	10.601.839,91	19.623.003,82	-9.021.163,91	100.526.200,98
2043	9.482.453,32	21.422.054,49	-11.939.601,17	88.586.599,81
2044	8.493.545,19	22.337.606,82	-13.844.061,63	74.742.538,18
2045	7.191.420,77	22.954.818,41	-15.763.397,64	58.979.140,54
2046	6.273.693,91	22.485.906,84	-16.212.212,93	42.766.927,61
2047	5.329.189,47	21.946.963,58	-16.617.774,11	26.149.153,50
2048	4.360.396,57	21.335.198,38	-16.974.801,81	9.174.351,69
2049	3.370.107,78	20.648.641,18	-17.278.533,40	-8.104.181,71
2050	1.447.612,93	19.886.886,55	-18.439.273,62	-26.543.455,33
2051	1.447.612,93	19.014.940,01	-17.567.327,08	-44.110.782,41
2052	1.447.612,93	18.079.548,74	-16.631.935,81	-60.742.718,22
2053	1.447.612,93	17.088.512,97	-15.640.900,04	-76.383.618,26
2054	1.447.612,93	16.051.278,65	-14.603.665,72	-90.987.283,98
2055				
2056				
2057				
2058				
2059				

Documento gerado em 01/02/2021 17:33:26

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário			
	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário			
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c)
2060				
2061				
2062				
2063				
2064				
2065				
2066				
2067				
2068				
2069				
2070				
2071				
2072				
2073				
2074				
2075				
2076				
2077				
2078				
2079				
2080				
2081				
2082				
2083				
2084				
2085				
2086				
2087				
2088				
2089				
2090				
2091				
2092				
2093				

RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro			
	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro			
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c)
2019				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro			
	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro			
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c)
2020				
2021				
2022				
2023				
2024				
2025				
2026				
2027				
2028				
2029				
2030				
2031				
2032				
2033				
2034				
2035				
2036				
2037				
2038				
2039				
2040				
2041				
2042				
2043				
2044				
2045				
2046				
2047				
2048				
2049				
2050				
2051				
2052				
2053				
2054				
2055				
2056				
2057				
2058				
2059				
2060				
2061				
2062				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro			
	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro			
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c)
2063				
2064				
2065				
2066				
2067				
2068				
2069				
2070				
2071				
2072				
2073				
2074				
2075				
2076				
2077				
2078				
2079				
2080				
2081				
2082				
2083				
2084				
2085				
2086				
2087				
2088				
2089				
2090				
2091				
2092				
2093				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 15023971000124
	Exercício: 2020
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Receitas	Execução da Receita		
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c) = (a - b)
Receitas	-	-	-
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Móveis			
Receita de Alienação de Bens Imóveis			
Receita de Alienação de Bens Intangíveis			
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Despesas	Execução da Despesa						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h) = (d-e)
Despesas	-	-	-	-	-	-	-
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos							
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social							
Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Saldo Financeiro a Aplicar	Saldo Financeiro a Aplicar		
	2019 (i)	2020 (j) = (Ib - (IIf + IIg))	SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)
Saldo Financeiro a Aplicar	-	-	-
VALOR (**III**)			

RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP		
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	REGISTROS EFETUADOS EM 2020	
		No Bimestre	Até o Bimestre
Impactos das Contratações de PPP	-	-	-
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais			
Riscos não Provisionados			
Garantias Concedidas			
Outros Passivos Contingentes			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - Contratadas (I.1)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A Contratar (I.2)

Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes - A contratar (I.2)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes (II.1)

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes (II.1)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não Dependentes - A contratar (II.2)

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes - A Contratar (II.2)	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DO ENTE FEDERADO (I) = (I.1 + I.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE = (I)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Balanço Orçamentário	Valores
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	81.617.000,00
Previsão Atualizada	100.839.971,95
Receitas Realizadas	100.543.964,47
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	
DESPESAS	
Dotação Inicial	81.617.000,00
Dotação Atualizada	103.908.774,20
Despesas Empenhadas	88.493.621,12
Despesas Liquidadas	84.804.712,98
Despesas Pagas	83.238.462,10
Superávit Orçamentário	15.739.251,49

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas por Função/Subfunção	Valores
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	88.493.621,12
Despesas Liquidadas	84.804.712,98

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	96.490.103,34
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	0,00
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	96.490.103,34

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Valores
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	5.432.599,51
Despesas Previdenciárias Empenhadas	3.167.516,43
Despesas Previdenciárias Liquidadas	3.167.516,43
Resultado Previdenciário	2.265.083,08
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Empenhadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Resultado Previdenciário	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Resultados Primário e Nominal	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Primário e Nominal	-	-	-
Resultado Primário - Acima da Linha	-210.000,00	12.144.255,90	
Resultado Nominal - Acima da Linha	-300.000,00	12.144.255,90	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.144.794,17	390.063,15	2.237.010,04	517.720,98

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2020
Período de referência: 6º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Poder Executivo	3.106.904,84	390.063,15	2.218.930,90	497.910,79
Poder Legislativo	37.889,33	0,00	18.079,14	19.810,19
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	8.719.030,89	1.293.273,17	2.799.363,39	4.626.394,33
Poder Executivo	8.717.157,86	1.293.273,17	2.799.363,39	4.624.521,30
Poder Legislativo	1.873,03			1.873,03
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	11.863.825,06	1.683.336,32	5.036.373,43	5.144.115,31

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	4.371.128,35	25,00	20,53
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	8.518.405,98	60,00	62,16
Complementação da União ao FUNDEB			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito		
Despesa de Capital Líquida		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	7.932.372,26	11.922.919,65	11.750.101,96	7.191.420,77
Despesas Previdenciárias	1.073.604,38	5.885.353,59	18.467.011,95	22.954.818,41
Resultado Previdenciário	6.858.767,88	6.037.566,06	-6.716.909,99	-15.763.397,64
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receitas da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	16.000.554,33	15,00	27,97

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 15023971000124
	Exercício: 2020
	Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2020
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO 01/2020

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL nomeado pela portaria 024 de 17 de janeiro de 2020, torna público aos interessados a homologação da licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2020** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** regido pela Lei nº 8. 666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto nº 8.538, de 2015 e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 que institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. Objeto: Constitui objeto da Presente Licitação a Contratação de Empresa Especializada de Engenharia para Execução da **Obra de Iluminação do Mini Estádio de Futebol**, com recursos oriundos Financeiro do Município de Paranatinga - MT, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer. Conforme especificações contidas nos respectivos ANEXOS do Edital. **Empresa Vencedora: 3E TERRAPLANAGEM E CONSTRUCOES EIRELI. CNPJ DA EMPRESA 29.516.527/0001-55. VALOR TOTAL R$: 223.917,85 (duzentos e vinte e três mil e novecentos e dezessete reais e oitenta e cinco centavos)**. Presidente da CPL Devenilson da Silva. Em 02 de fevereiro de 2021.

OUVIDORIA MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DOS RECURSOS

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DOS RECURSOS

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA – JOSIMAR MARQUES BARBOSA, nos termos de lei municipal n° 995/2013, art. 1° inciso 3° e seguintes, que dispõe sobre o servidor efetivo investido na função de “Gestor Financeiro”, será aquele escolhido pelo conjunto de Conselheiros do Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Paranatinga, resolve HOMOLOGAR O RESULTADO DOS RECURSOS – NÃO HOUVE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS a função de “Gestor Financeiro” do Paranatinga-Prev:

Paranatinga-MT, 02 de fevereiro de 2021

ANA PAULA BASTO DA SILVA FERREIRA

Presidente da Comissão Receptora e Apuradora de Votos para

Eleição de “Gestor Financeiro”

Homologo:

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal de Paranatinga

OUVIDORIA MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÃO DE CANDIDATOS APTOS

HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÃO DE CANDIDATOS APTOS

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA – JOSIMAR MARQUES BARBOSA, nos termos de lei municipal n° 995/2013, art. 1° inciso 3° e seguintes, que dispõe sobre o servidor efetivo investido na função de “Gestor Financeiro”, será aquele escolhido pelo conjunto de Conselheiros do Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Paranatinga, resolve HOMOLOGAR A LISTA DE CANDIDATOS APTOS a função de “Gestor Financeiro” do Paranatinga-Prev:

MÁRCIA PEREIRA DE LIMA;

VINICIUS LIMA DA SILVA.

Paranatinga-MT, 02 de fevereiro de 2021.

ANA PAULA BASTO DA SILVA FERREIRA

Presidente da Comissão Receptora e Apuradora de Votos para

Eleição de “Gestor Financeiro”

Homologo:

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal de Paranatinga

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 004/2021

Contrato nº. 004/2021 – Dispensa de Licitação 03/2021 – **CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Paranatinga; **CONTRATADA:** empresa **CASA DE APOIO AMOR EM AÇÃO, CNPJ: 30.972.306/0001-70.** Objeto:Locação de Imóvel/Prédio para dar suporte para acompanhantes e pessoas hospitalizadas, localizada em Rondonópolis-MT, na Rua 13 de Maio, nº 2.265, lote 15, Jardim Guanabara, com área de Aproximadamente 200 M2,a pedido da Secretaria Municipal de assistência Social de Paranatinga-MT, com fulcro no artigo 24, Inciso X da Lei 8.666/93 e Lei Municipal nº 1664/2018. Do valor global **R$: 18.000,00 (dezoito mil reais),** do valor mensal **R$: 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).** Vigência: **29/01/2021 A 31/01/2022**. Departamento de Licitações e Contratos, em 02 de fevereiro de 2021.

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 035 DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

PORTARIA N° 035 DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais,

RESOLVE:

1 – Retornar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97, do Licença Maternidade a servidora **Daniela Vaca Quirino Silva de Lima -** do Cargo de Enfermeira a partir do dia 01/01/2021;

2 – Retornar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97, do Auxilio Doença a servidora **Aparecida Ferreira da Costa -** do Cargo de Agente de Limpeza Pública I a partir do dia 01/01/2021;

3 – Retornar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97, do Licença Maternidade a servidora **Emelian Borges da Silva -** do Cargo de AAE I - ASG a partir do dia 20/01/2021;

4 – Retornar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97, do Auxilio Doença a servidora **Volmir Colussi -** do Cargo de Motorista de Veículo Pesado a partir do dia 17/01/2021;

5 – Retornar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97, do Auxilio Doença a servidora **Zildete Marques dos Santos -** do Cargo de Professora a partir do dia 15/01/2021;

6 – Promover o servidor **Eduardo Aparecido Morais da Silva – Motorista,** para a Classe B Nível 08;

7 –Promover o servidor **Fernanda Onorio da Silva – Enfermeira,** para a Classe B Nível 02;

8 – Promover o servidor **Maria Aparecida dos Santos Tondorf – Agente de Limpeza Pública I,** para a Classe B Nível 02;

9 – Concede conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97, do Auxilio Doença a servidora **Edilene Matos Tondorf do Egito -** do Cargo de Administrador de Bancos de Dados e Rede a partir do dia 01/01/2021;

10 – Concede conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97, do Auxilio Doença a servidora **Camila Nunes Cabral da Silveira -** do Cargo de **Fisioterapeuta** a partir do dia 14/01/2021;

11 – Promover o servidor **Ana Lucia Rodrigues Galdino – AAE I - TDI,** para a Classe B Nível 04;

12 – Promover o servidor **Juceane Marques Ferreira Arruda – Agente Comunitária de Saúde,** para a Classe C Nível 05;

13 – Promover o servidor **Rosalina Martins de Souza – AAE I - ASG,** para a Classe B Nível 05;

14 – Promover o servidor **Leontina Messias dos Santos – AAE I - ASG,** para a Classe B Nível 08;

15 – Promover o servidor **Davina Francisca da Silva – AAE I - ASG,** para a Classe B Nível 04;

16 – Promover o servidor **Janaina Souza Menezes – TAE II,** para a Classe B Nível 04;

17 – Promover o servidor **Sergio Ferreira Pinto – AAE I - Vigia,** para a Classe B Nível 04;

18 – Promover o servidor **Maria Rejane de Souza – Agente Comunitária de Saúde,** para a Classe C Nível 04;

19 – Promover o servidor **Kele Raiane Neres Camilo – Agente Comunitária de Saúde,** para a Classe C Nível 04;

20 – Promover o servidor **Edna Lopes Kochan – TAE II,** para a Classe B Nível C;

21 – Promover o servidor **Cirilo Lucio de Viveiros – Motorista de Veículo Pesado,** para a Classe C Nível 08;

22 – Promover o servidor **Geracino Martins Vieira – Pintor,** para a Classe C Nível 08;

23 – Promover o servidor **Jose Mendonça Borges – Motorista de Veículo Pesado,** para a Classe C Nível 07;

24 – Promover o servidor **Jose Alves de Lima – Pintor,** para a Classe C Nível 08;

25 – Promover o servidor **Jileuza Reis Vieira – Professora,** para a Classe C Nível 04;

26 – Promover o servidor **Anair Fernandes dos Santos – TAE I,** para a Classe B Nível 05;

27 – Promover o servidor **Maria Antônia Mesquita da Silva Costa – Professora,** para a Classe C Nível 04;

28 – Promover o servidor **Uesterdouglas Soares Rocha – TAE II,** para a Classe C Nível 04;

29 – Promover o servidor **Maria Auxiliadora da Silva – TAE II,** para a Classe C Nível 05;

30 – Promover o servidor **Terezinha das Graças Reis – TAE II,** para a Classe C Nível 06;

31 – Promover o servidor **Creonice Vilela dos Santos – Tec Enfermagem** para a Classe C Nível 04;

32 – Promover o servidor **Izail Pereira da Silva – Agente de Ser. Gerais** para a Classe C Nível 03;

33 – Promover a servidora **Maria Madalena Gaudêncio de Pontes**

– Agente de Ser. Gerais, para a Classe C Nível 03;

34 – Promover os servidores para a Classe C Nível 04;

Geissy Aparecida Peixoto de Souza

Joana Paula Alves da Guia

Vagner Moreira dos Santos

Luiz Fernando Oliveira da Silva

Maria Aparecida Pereira de Oliveira

35 – Promover os servidores para a Classe B Nível 04;

Aline Lima da Silva

Aparecida Dias Macaúba

Cristianny dos Passos Bittencourt

Josineuza Cândida da Silva

Maria Helene Gloria da Paixão Silva

Maria Rosa Vilela

Mauricio Meneguzzi

Quesia Machado Freitas Marques

Sandrelli de Souza Barbosa

Sueli Silva Ramos Pinto Barcelos

36 – Promover os servidores para a Classe C Nível 05;

Agostinha Souza de Arruda

Edna Cristina Santos do Amaral

Edilene Cristina Alves de Souza

Ednéia Maria da Silva

Elisangela Aquino Pereira

Elton Alves de Souza

Euzebina Alves de Oliveira

Ibantina Freitas de Rezende

Irene Dias dos Santos

Jacqueline Silva Pereira

Janete Ribeiro de Macedo Santos

Lazaro Evangelista

Leonilda Moura Silva

Luciane Cristina Nunes

Lucineide Matos dos Santos

Luzinete Souza Reis do Nascimento

Maria Elizabete Barboza de Souza Tiriba

Maria Pereira de Araújo Passarinho

Marciana Rejane Jung

Marines Ribeiro de Souza

Rejeane Aparecida Coutinho

Rosangela David da Silva

Rosicleia da Silva Pio

Sumaya Mahiba Farhat Borges

Valquíria Rodrigues de Almeida

37 – Promover os servidores para a Classe C Nível 04;

Adair Bernini da Silva

Adriana Ferreira Pedroso

Ana Lucia Jose de Souza

Ana Maria da Costa Filha

Antônio Carlos Pereira de Oliveira

Antônia Margarida Gomes

Carlito Coelho Vieira

Daniela Denti

Darlene Antônia Faria Arruda

Devenilson da Silva

Deusilene Santos Souza

Edivair Gonçalves de Araújo

Edelson Stefani

Edson Barbosa Domingos

Elbiane Angélica Teodoro Menezes

Elias de Souza Pinto

Emerson Cesar Moretto

Ester Ramos de Souza Mendes

Francisca Luciene Feitosa

Ivania Maria de Oliveira

Joel Dourado de França

Kassileni Alves da Silva

Kennedy de Oliveira Macaúbas

Marcia Aparecida Vilodres Borges

Maria Auxiliadora dos Santos

Maria Vilela Machado

Marina Aparecida Rodrigues de Aguiar

Marina Maria de Jesus Carvalho

Marilene de Souza Magalhaes

Marilene Nunes Sales

Moises Cavalheiro Torres

Naiara Rosa Nogueira da Silva

Natalia Pinto da Silva Pelegrini

Nilson Antônio Lutken Hoppen

Patrícia Telles da Silva

Rosemeire Santos Amaral Ribeiro

Soneli Marques de Matos Fagundes

Vanderlei Souza Madureira

Vera Lucia Rodrigues Silva

Vestas Melo Rodrigues

Vinicius Lima da Silva

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 20 de janeiro de 2021.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 02 de fevereiro de 2021.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

EXTRATO DE COMPRA DIRETA Nº 014

Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 14/01/2021, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.	
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 014/2021	
Razão Social/Nome:	EDSON DAMASCENA
CNPJ/CPF:	33.531.354/0001-11
Endereço Completo:	AV. PRESIDENTE MEDICE Nº 1430 - PEDRA PRETA/MT.
Telefones:	
- Dados do Produto e/ou Serviços	
Produtos/Serviços:	EMPENHO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2019, COM A EMPRESA EDSON DAMASCENA - CNPJ: 33.531.354/0001-11
Quantidade:	12 (DOZE) MESES
Destinação/Justificativa:	SECRETARIA GERAL DE COORD. E ADMINISTRAÇÃO
Valor:	R$ 42.600,00
Elemento de Despesa:	3.3.90.39

PORTARIA Nº 106/2021 - FÉRIAS IRANI MARIA DA SILVA COSTA

DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o Memorando nº 036/2021/SME.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **05/02/2020 à 05/02/2021.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder FÉRIAS regulares a servidora **IRANI MARIA DA SILVA COSTA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Contínua, a serem usufruídas no período de **10/02/2021 à 11/03/2021**.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AO SEGUNDO DIA DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PORTARIA Nº 109/2021 - FÉRIAS REGULARES ANDRÉIA NUNES CARDOSO JULIO

DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **01/08/2018 à 01/08/2019.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder FÉRIAS regulares a servidora **ANDRÉIA NUNES CARDOSO JULIO**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, a serem usufruídas no período de **22/02/2021 à 23/03/2021**.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AO SEGUNDO DIA DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PORTARIA Nº 110/2021 - FÉRIAS REGULARES CICERA DE LIMA FEITOSA

DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **01/10/2020 à 01/10/2021.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder FÉRIAS regulares a servidora **CICERA DE LIMA FEITOSA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Continua/Merendeira, a serem usufruídas no período de **03/02/2021 à 04/03/2021**.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AO SEGUNDO DIA DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PORTARIA Nº 105/2021 - FÉRIAS COLETIVAS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO

DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

Conceder FÉRIAS COLETIVAS aos servidores Públicos da Secretaria de Municipal de Educação, e dá outras providências.

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que os servidores fazem jus as férias, conforme Memorando nº 036/2021/SME.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias aos Servidores Públicos Municipais, lotados na Secretaria de Educação, a serem usufruídas no período de **01/02/2021 à 02/03/2021**.Conforme segue abaixo relacionados:

Motoristas

1. Amarildo de Oliveira Alves - período aquisitivo-14/08/2019 á 14/08/2020;

2. Eder Garcia Duran - período aquisitivo-18/02/2019 á 18/02/2020;

3. Janio Mitsuo Konno - período aquisitivo-06/02/2020 á 06/02/2021;

4. José Penariol Filho - período aquisitivo-18/02/2020 á 18/02/2021;

5. Marcio Nelson Rodrigues Salomão - período aquisitivo-18/02/2020 á 18/02/2021;

6. Walter Batista Camilo - período aquisitivo-06/02/2020 á 06/02/2021.

Auxiliar de Monitora

1. Joelma Maria Guedes - período aquisitivo-20/02/2020 á 20/02/2021; 2. Lindaura Rodrigues Bueno - período aquisitivo-26/05/2019 á 26/05/2020; 3. Valéria Gonçalves N. Alves - período aquisitivo-06/08/2020 á 06/08/2021.

Monitoras

1. Ana Lucia Gomes de Almeida - período aquisitivo-05/07/2020 á 05/07/2021;

2. Cintia Aparecida Bezerra de Souza-período aquisitivo-05/07/2020 á 05/07/2021;

3. Dayane de Souza Tavares dos Santos-período aquisitivo-15/09/2020 á 15/09/2021;

4. Daticleia Oliveira dos Santos - período aquisitivo-21/09/2020 á 21/09/2021;

5. Edna Aline dos Reis Gabriel - período aquisitivo- 12/07/2020 á 12/07/2021;

6. Edineia Calabrese Silva - período aquisitivo-15/09/2020 á 15/09/2021;

7. Ivan Zacarias Batista Oliveira - período aquisitivo-19/09/2020 á 19/09/2021;

8. Juraide Maria dos Santos Bastiani- período aquisitivo-15/09/2020 á 15/09/2021;

9. Kelson Carlos Lima do Nascimento-período aquisitivo-15/09/2020 á 15/09/2021;

10. Liliane Pereira de Barros Ortega - período aquisitivo-21/09/2020 á 21/09/2021;

11. Maria das Dores Costa-período aquisitivo-15/09/2020 á 15/09/2021;

12. Maria Heloisa Lopes Silva-período aquisitivo-05/07/2020 á 05/07/2021.

13. Maria Regina Quirino Alves - período aquisitivo-14/09/2020 á 14/09/2021;

14. Milena Batista Medina - período aquisitivo-19/09/2020 á 19/09/2021;

15. Milian Cristiane Heck - período aquisitivo-15/09/2020 á 15/09/2021;

16. Nilvia Maria da Silva - período aquisitivo-15/09/2020 á 15/09/2021;

17. Normalucia Soares Pardinho - período aquisitivo-23/12/2020 á 23/12/2021;

18. Rosangela Nunes Barbosa - período aquisitivo-15/09/2020 á 15/09/2021;

19. Shirley dos Santos Marques -19/09/2020 á 19/09/2021;

20. Tony Emerson de Deus Silva - período aquisitivo-17/10/2020 á 17/10/2021;

21. Vanessa Silva Rezende - período aquisitivo-15/09/2020 á 15/09/2021;

22. Vivielli Pereira Ribeiro - período aquisitivo-05/07/2020 á 05/07/2021.

Contínuas

1. Laureni de Souza Pereira - período aquisitivo-02/03/2020 á 02/03/2021;

2. VilmaMacedo Nunes - período aquisitivo-01/04/2019 á 01/04/2020.

Professores

1. Sueli Ap. Santiago Rodrigues - período aquisitivo-18/02/2019 á 18/02/2020.

Auxiliar Administrativo

1. Maria Helena Borges de Souza - período aquisitivo-23/12/2019 á 23/12/2020.

Agente Administrativo

1. Silvia Desiderio Cruz - período aquisitivo-01/02/2019 á 01/02/2020.

Art. 2º Caso necessário à convocação dos servidores em gozo de férias antes do término do período acima designado, o mesmos gozaram os dias faltantes entre os períodos conforme deliberação da Secretaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/02/2021.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AO SEGUNDO DIA DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2021 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2020

02 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado n.º 01/2020.

NELSON ANTONIO ORLATO, Prefeito Municipal de **Pedra Preta**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade dos serviços públicos e o princípio da Supremacia do Interesse Público;

CONSIDERANDO o recebimento do Oficio nº 057/2021 GESTÃO DO SUS;

CONSIDERANDO a homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2020 realizada por meio do Decreto nº 025/2020, de autoria do Executivo Municipal, Publicado no diário oficial da AMM na data de 10/02/2020, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADOS** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme

estabelecido no **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2020,** sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga, podendo à Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

CANDIDATOS CONVOCADOS:.

FARMACÊUTICO-BIOQUIMICO			
Inscrição	**NOME**	**LOTAÇÃO**	**JUSTIFICATIVA**
3230	Nábila Fernanda M. da Silva	Farmácia Básica/ Hospital	Em substituição à Ana Lúcia Pereira Felizarda que pediu exoneração.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT

AO SEGUNDO DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 111/2021 - LICENÇA PRÊMIO IDALCI PEREIRA DE OLIVEIRA

DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre LICENÇA PRÊMIO de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de Licença Prêmio protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de **01/04/2013 à 31/03/2018.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder LICENÇA PRÊMIO à servidora IDALCI PEREIRA DE OLIVEIRA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Professora, a serem usufruídas nos períodos de **03/02/2021 à 03/05/2021.**

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AO SEGUNDO DIA DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PORTARIA Nº 112/2021 - LICENÇA PRÊMIO IRANICE PINHEIRO NATES

DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre LICENÇA PRÊMIO de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de Licença Prêmio protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de **13/02/2014 à 13/02/2019.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder LICENÇA PRÊMIO à servidora IRANICE PINHEIRO NATES, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Professora, a serem usufruídas nos períodos de **03/02/2021 à 03/05/2021.**

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AO SEGUNDO DIA DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

EXTRATO DE COMPRA DIRETA Nº 010

Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 25/01/2021, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.	
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 010/2021	
Razão Social/Nome:	S. A. IZAIAS COMERCIO-ME.
CNPJ/CPF:	09.554.955/0001-65
Endereço Completo:	RUA JOSE RODRIGUES DA CRUZ Nº 934 - PEDRA PRETA/MT.
Telefones:	
- Dados do Produto e/ou Serviços	
Produtos/Serviços:	AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) CAIXAS DULOXETINA 60MG COM 30 COMPRIMIDOS, 02 (DUAS) CAIXAS AMATO 100 MG 60 COMPRIMIDOS, REFERENTE AO PROCESSO: Nº 854-18.2018.811.0022.
Quantidade:	05(CINCO) CAIXAS
Destinação/Justificativa:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Valor:	R$ 565,00
Elemento de Despesa:	3.3.90.30

EXTRATO DE COMPRA DIRETA Nº 011

Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 27/01/2021, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.	
- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 011/2021	
Razão Social/Nome:	MEDTRONIC COMERCIAL LTDA
CNPJ/CPF:	01.772.798/0002-33

Endereço Completo:	EST. VINHEDO VIRACOPOS S/N , DISTRITO INDUSTRIAL - VINHEDO/SP.
Telefones:	
- Dados do Produto e/ou Serviços	
Produtos/Serviços:	AQUISIÇÃO DE 03(TRÊS) CONJUNTOS DE INFUSÃO QUICK SET PARADIGM 6MM-60CM, 03(TRÊS) CAIXAS CONTENDO 10 UNIDADES DE RESERVATÓRIO PARA BOMBA DE INSULINA PARADIGM MMT-715 E 03(TRÊS) CAIXAS DE SENSOR ENLITE, 03 (TRÊS) APLICADOR , REFERENTE AO PROCESSO 251-47.2015.811.0022.
Quantidade:	09(NOVE)
Destinação/Justificativa:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Valor:	R$ 9.117,00
Elemento de Despesa:	3.3.90.30

EXTRATO DE COMPRA DIRETA Nº 012

Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 18/01/2021, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.

- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 012/2021	
Razão Social/Nome:	M. DIESEL CAMINHÕES E ONIBUS LTDA
CNPJ/CPF:	07.811.058/0002-45
Endereço Completo:	RODOVIA 364 KM 202,0 - VILA SALMEN - RONDONÓPOLIS/MT
Telefones:	
- Dados do Produto e/ou Serviços	
Produtos/Serviços:	AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA A REVISÃO DE 20.000 KM DO CAMINHÃO VW/17.230 CRM 2018/2019 - PLACA QCD6474.
Quantidade:	25(VINTE CINCO) UND
Destinação/Justificativa:	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
Valor:	R$ 1.830,62
Elemento de Despesa:	3.3.90.30

EXTRATO DE COMPRA DIRETA Nº 013

Em atendimento aos requisitos legais da Lei: Nº 1.123/2019 - REGRAS DE REALIZAÇÃO DE COMPRA DIRETA, segue os dados relacionados a aquisição de produtos e/ou serviços, adquiridos pela Prefeitura Municipal de Pedra Preta, solicitados no dia 20/01/2021, para as devidas finalidades e utilidades acima mencionadas.

- Dados do Fornecedor de Produtos e/ou Serviços Nº 013/2021	
Razão Social/Nome:	M. DIESEL CAMINHÕES E ONIBUS LTDA
CNPJ/CPF:	07.811.058/0002-45
Endereço Completo:	RODOVIA 364 KM 202,0 - VILA SALMEN - RONDONÓPOLIS/MT
Telefones:	
- Dados do Produto e/ou Serviços	
Produtos/Serviços:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REVISÃO DE 20.000 KM DO CAMINHÃO VW/ 17.230 CRM 2018/19 PLACA QCD 6474
Quantidade:	01(UM) UND
Destinação/Justificativa:	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
Valor:	R$ 110,00
Elemento de Despesa:	3.3.90.39

PORTARIA Nº 108/2021 - FÉRIAS REGULARES ROSENILDA BATISTA SILVA

DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **08/06/2018 à 08/06/2019.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder FÉRIAS regulares a servidora **ROSENILDA BATISTA SILVA**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, a serem usufruídas no período de **01/02/2021 à 02/03/2021**.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01/02/2021.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AO SEGUNDO DIA DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PORTARIA Nº 107/2021 - LICENÇA PRÊMIO SERVIDORES EDUCAÇÃO

DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

Conceder LICENÇA PRÊMIO aos servidores Públicos da Secretaria de Municipal de Educação, e dá outras providências.

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que os servidores fazem jus as férias, conforme Memorando nº 036/2021/SME.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder LICENÇA PRÊMIO aos Servidores Públicos Municipais, lotados na Secretaria de Educação, a serem usufruídas no período de **01/02/2021 à 01/05/2021**.Conforme segue abaixo relacionados:

Professora

1. Aline Marielle Locatte - período aquisitivo - 05/03/2014 á 05/03/2019.

Contínuas

1. Alaide Farias Calda - período aquisitivo - 23/12/2013 á 23/12/2018; 2. Eva Maria Soares - período aquisitivo - 23/12/2013 á 23/12/201; 3. Wilma Maria D. Pereira - período aquisitivo - 01/03/2013 á 01/03/2018.

Art. 2º Caso necessário à convocação dos servidores em gozo de licença antes do término do período acima designado, os mesmo gozaram os dias faltantes entre os períodos conforme deliberação da Secretaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/02/2021.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AO SEGUNDO DIA DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

RETIFICAÇÃO AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, através da Portaria Municipal nº 055, de 14 de Janeiro de 2021, faz saber que se encontra aberta aos interessados, na Secretaria de Administração – Setor de Licitações deste Município, licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2021**, regida pela Lei Federal 10.520/2002 e 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, e pelas condições estabelecidas em Edital, para seleção da melhor proposta pelo **Menor Preço Por Item** para**, ONDE LIA PREGÃO PRESENCIAL 004/2021 lê-se 005/2021.** Que será realizado **às 10h00 do dia 12 de Fevereiro** de 2021, na sala de Licitações, no Paço Municipal Milton José Santana. O Edital completo poderá ser adquirido no endereço abaixo ou baixado gratuitamente no seguinte endereço eletrônico: www.peixotodeazevedo.mt.gov.br, maiores informações no Setor de Licitações, de segunda a sexta–feira, das 12h00 as 18h00 ou pelo fone (66) 3575-5100. Peixoto de Azevedo, 02 de Fevereiro de 2021

NATÁLIA FERNANDES DA SILVA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COVID-19: DECRETO Nº. 2222/2021

DECRETO Nº. 2222/2021, de 02 de fevereiro de 2021.

Dispõe sobre a adoção de medidas emergenciais e temporárias de prevenção ao contágio pela COVID-19 (Novo Coronavírus), no âmbito da administração municipal direta e indireta de Pontal do Araguaia/MT, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, **Sr. ADELCINO FRANCISCO LOPO**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, em especial o disposto no artigo 76 da Lei Orgânica Municipal; e

Considerando o disposto no art. 196 da Constituição Federal que estabelece a saúde como um direito de todos e um dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário ás ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

Considerando a decisão do Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação Direta de Constitucionalidade- ADI 6.341, em 17 de Abril de 2020, que restou conhecida e preservada a atribuição de cada esfera de governo, nos termos do inciso I do art. 198 da Constituição Federal;

Considerando a continuidade da pandemia da COVID-19 (Novo Coronavírus), nos termos declarados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 11 de Março de 2020;

Considerando a segunda onda da pandemia da COVID-19 (Novo Coronavírus) e a necessidade de uma atuação sólida da administração pública municipal, mediante o emprego de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, de forma urgente, a fim de se evitar um colapso das unidades de saúde que integram a estrutura da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) do Município de Pontal do Araguaia - MT;

Considerando que as medidas aqui dispostas podem ser revistas a qualquer momento, com o devido monitoramento dos casos de infecção do novo coronavírus no Município;

Considerando a imediata necessidade de manutenção da economia, pleno emprego e bem-estar social cumulado com o direito fundamental à saúde, à luz dos postulados da razoabilidade e proporcionalidade, todos com espeque constitucional;

DECRETA:

Art. 1º - No âmbito do setor público e privado do Município de Pontal do Araguaia - MT, ficam suspensas, pelo período de 15 dias, prorrogáveis, contado da entrada em vigor deste Decreto, as atividades em boates, casas de espetáculos/eventos, *lounges* e tabacarias.

I- Fica permitida a realização de festas familiares, com no máximo 20 pessoas, de forma que seja respeitado o distanciamento social, bem como que sejam realizadas, preferencialmente, em ambiente abertos;

II- Fica proibida a realização de reuniões e eventos públicos ou privados que importem em aglomerações, bem assim o uso de áreas comuns de condomínios, *kitnets*, clubes, tais como churrasqueiras, quadras poliesportivas, piscinas, salões de jogos e festas, espaços de uso infantil e/ou demais equipamentos sociais que ensejam aglomerações e que sejam propícios à disseminação da COVID-19;

III- Fica vedada a consumação de bebida alcoólica que ocasione aglomeração em qualquer espaço público ou privado, tais como praças, “via do anel viário”, cachoeiras, praias, dentre outros;

IV - Ficam permitidas as atividades esportivas coletivas, realizadas preferencialmente em ambiente abertos, desde que os participantes se restrinjam àqueles que efetivamente devam participar da atividade, ficando vedado a presença de plateia e/ou torcedores.

CAPÍTULO I

DAS DEMAIS MEDIDAS TEMPORÁRIAS ADOTADAS PARA O ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS

Art. 2º- Durante a vigência deste Decreto, as atividades de bares, restaurantes, lojas de Conveniência, distribuidoras de bebidas, mercearias e similares deverão adotar os seguintes requisitos e determinações para o seu funcionamento:

I - O horário de atendimento fica restrito de segunda a quinta-feira das 06:00 horas até as 24:00 horas, com tolerância de 30 minutos; e de sexta, sábado, domingo, véspera de feriado e feriado, o horário de funcionamento fica prorrogado até 01:00 hora, com a mesma tolerância de 30 minutos acima mencionada;

II - Deverá haver redução da lotação de clientes do estabelecimento a até 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade, de modo que seja possível uma separação mínima de 2m (dois metros) entre as mesas;

III - Obrigatoriedade do uso da máscara de maneira adequada, por todos os frequentadores do estabelecimento, sendo permitida a sua retirada unicamente para beber e se alimentar;

IV - Para o controle e fiscalização dos órgãos competentes da administração pública municipal recomenda-se que os consumidores dos estabelecimentos citados no *caput* desse artigo mantenham a máscara visível, enquanto estiverem se alimentando;

V - Obrigatoriedade de disponibilização de um lavatório com sabão líquido e papel toalha na entrada do estabelecimento, ou, pelo menos, de álcool em gel ou líquido na concentração de 70%, bem como em todas as mesas e pontos estratégicos;

VI - Vedação de dança ou qualquer tipo de contato físico dentro do estabelecimento, excetuando-se, quanto ao último, àqueles que estiverem na mesma mesa;

VII - Separação de 2,0 m (dois metros) entre as mesas, com limite de 04 (quatro) pessoas por mesa e/ou 06 (seis) pessoas quando houver a junção de mesas, ficando proibido o uso de mesas do tipo bistrô;

VIII – Em caso de atendimento do tipo *self-service* fica obrigado o estabelecimento a designar um colaborador, equipado com luvas e máscara, para servir o alimento, evitando-se que cada cliente tenha contato com os talheres dispostos, ou, ainda, disponibilizar luva descartável para que o cliente possa se servir;

IX - Proibição da consumação de bebidas e alimentos em balcão dos bares e conveniências;

X - Limpeza das mesas a cada rodízio de clientes e intensificação da manutenção e limpeza dos filtros de aparelhos de ar condicionado bem assim das bancadas de dispensação de bebidas e alimentos;

XI - Disponibilização de um funcionário para controle de acesso ao estabelecimento, objetivando-se evitar aglomerações;

XII - Fica permitida a apresentação ao vivo de músicos nos estabelecimentos, desde que haja o distanciamento social mínimo de 2 (dois) metros entre os artistas, e também com a plateia, sendo admitido, no máximo, 03 (três) profissionais por expediente e autorizado somente o uso de violão e afins;

XIII - Os instrumentos musicais utilizados durante a apresentação devem ser de uso próprio, ou higienizados nos casos de compartilhamento entre os integrantes. Os músicos que não estiverem fazendo uso do microfone ficam obrigados a fazer uso da máscara;

XIV - Fica permitido o comércio de alimentos pelo modo *delivery*, tendo como horário máximo 01:00 hora da manhã, ressaltando-se que em caso de retirada do produto no balcão deverá ser observado o distanciamento social mínimo de 2m (dois) metros;

XV – A oferta de alimentos na modalidade *delivery*, deverá ocorrer em embalagens que possibilitem a sua higienização;

XVI - A proibição de consumo de bebidas alcóolicas em áreas externas às lojas de conveniências, bares, distribuidoras de bebidas, mercados e similares, bem como no interior de postos de gasolina e ao redor de veículos que estejam estacionados em vias públicas;

Art. 3º No que tange aos hipermercados, supermercados, minimercados, açougues, hortifrútis, padarias, lanchonetes, sorveterias, galerias, lojas de departamento e afins, em decorrência da Pandemia do novo coronavírus (COVID-19), fica estabelecido que:

I - As atividades mencionadas acima, em todo o território do Município de Pontal do Araguaia, deverão reforçar as boas práticas e os procedimentos de higienização, bem como garantir as condutas adequadas de higiene pessoal e o controle de saúde dos trabalhadores e estabelecer medidas de atendimento seguro ao cliente;

II - O número de clientes apenas nos supermercados e hipermercados deverá ser limitado a 50% da capacidade de compras estabelecida na planta aprovada pelo Corpo de Bombeiros ou aquela constante no alvará de funcionamento da Prefeitura Municipal;

III - Utilização de faixas ou marcações para assegurar a distância mínima de 2,0m (dois metros) entre clientes para o caso de formação de fila de espera para acesso ao estabelecimento;

IV - Limitação da entrada de clientes nos estabelecimentos comerciais para que não haja aglomerações e seja possível manter a distância mínima de segurança de 2,0m (dois metros) entre os clientes, exigindo o uso de máscara e higienização das mãos com álcool 70%;

V- Execução da desinfecção obrigatória dos carrinhos e cestas imediatamente, antes e depois do contato com o cliente, e de forma frequente quando não estiverem em uso;

VI- Disponibilização permanente dos seguintes itens necessários para higienização das mãos:

a) lavatório com água potável corrente;

b) sabonete líquido;

c) toalhas de papel;

d) lixeira para descarte; e

e) dispensadores com álcool 70% (setenta por cento) em pontos estratégicos destinados à higienização das mãos de trabalhadores e clientes.

VII - Adoção de medidas para que seja possível manter distanciamento mínimo de segurança de 2,0m (dois metros) entre os trabalhadores;

VIII - Utilização de faixas ou marcações para limitar a distância mínima 2,0m (dois metros) entre o cliente e o trabalhador, em setores onde a verbalização é essencial, como açougue, frios e fatiados, padarias, caixas e outros;

IX - Execução da desinfecção frequente entre o uso, com hipoclorito de sódio 1,0% (um por cento) a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) ou álcool 70% (setenta por cento) de superfícies e objetos como balcões, bancadas, balanças, maçanetas, corrimãos, interruptores, máquinas de cartão e outros itens tocados com frequência;

X - Fornecimento de máscara facial a todos os trabalhadores, para utilização em tempo integral, bem como orientação constante sobre o uso correto;

XI - Fornecimento ao trabalhador, além de máscara, de protetor facial quando o atendimento for realizado em distância inferior a 2,0m (dois metros) e sem a existência de barreira de proteção acrílica;

XII - Proibir aglomerações na porta/entrada/calçada desses estabelecimentos;

XIII- É obrigatório que os estabelecimentos supracitados utilizem o termômetro digital para a aferição da temperatura dos clientes, proibindo entrada daqueles que apresentarem temperatura ≥ 37,8 °C, bem como o uso obrigatório de máscara e do álcool 70%;

XIV - Manter a obrigatoriedade do uso de máscaras, lavagem das mãos e álcool 70% pelos funcionários e clientes em restaurantes, panificadoras, padarias, sorveterias, lanchonetes e quaisquer outros estabelecimentos que forneçam alimentos para consumo *in loco*, principalmente onde há consumo do tipo *self-service* ou autoatendimento;

Art. 4º- As clínicas médicas, odontológicas, laboratório e afins, devem criar medidas que evitem aglomeração em suas salas de espera, mantendo o distanciamento mínimo de 2 (dois) metros, bem assim o uso obrigatório de máscara e de álcool 70%.

Art. 5º- Concernentemente às atividades dos estabelecimentos de prestação de serviços de promoção à saúde, tais como academias, centros de ginástica, artes marciais, defesas pessoais, estúdios de *personal training*,

estúdios de pilates, centros de treinamento funcional, centros de treinamento de *crossfit*, fica autorizado a ocupação de até 50% (cinquenta por cento) da capacidade total dos mesmos, desde que observados, obrigatoriamente, os seguintes requisitos e determinações:

I - É obrigatório o uso de máscara adequada, descartável ou não, por todos os frequentadores do estabelecimento, sejam funcionários, colaboradores, alunos, inclusive para o exercício de atividades de musculação e aeróbicas, dentre outras, ainda que sejam realizados em ambientes externos;

II - É vedado o compartilhamento de aparelhos, instrumentos, pesos, etc, sem prévia e rigorosa higienização, mediante utilização de álcool 70%, hipoclorito de sódio (solução de 50 ml de água sanitária para 01 (um) litro de água), ou outro produto destinado para tanto;

III– É obrigatória a utilização de álcool 70% em gel ou líquido pelos frequentadores, inclusive mãos do praticante e professor/instrutor, por meio de lavagem adequada com água e sabão ou álcool 70%, para fins de higienização constante, desde a entrada do estabelecimento até o manuseio de instrumentos, toques no chão, paredes, aparelhos e mobiliário;

IV – Os frequentadores, colaboradores, prestadores de serviço ou qualquer pessoa que adentrar ao estabelecimento, poderão ter a temperatura aferida, sendo proibida a realização das atividades por aqueles que estiverem com a temperatura corporal ≥ 37,8 °C, devendo ser orientado imediatamente a procurar atendimento médico;

V – É vedado o atendimento de pessoas que estejam apresentando sintomas como: coriza, tosse, febre, mal-estar, dor de garganta;

VI – Na entrada do estabelecimento deverá ser fornecido tapete umidificado com hipoclorito de sódio (solução de 50ml de água sanitária para 01(um) litro de água), cuja limpeza dos calçados é obrigatória para adentrar ao estabelecimento;

Art. 6º Fica autorizado, pelo período de 15 (quinze) dias, prorrogáveis, o exercício de atividades religiosas representativas presenciais, sendo exigidas as seguintes determinações:

I - É obrigatório o uso de máscaras de maneira adequada (descartáveis ou não) por todos os frequentadores, ainda que sejam realizadas em ambientes externos;

II - É vedado qualquer manifestação que envolva o contato físico entre as pessoas durante o culto ou a celebração religiosa;

III – Dar ampla publicidade à população em geral, pelos mais diversificados meios de comunicação, das medidas emergenciais e temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19);

IV – O horário de atendimento deverá ocorrer a partir das 06h até às 21h, de forma que os cultos e celebrações tenham duração máxima de 1 (uma) hora, respeitando-se o intervalo entre as celebrações para a higienização completa do local;

V - Higienização do local, antes e após a realização de cada celebração religiosa, incluindo bancos, cadeiras e demais mobiliários;

VI - Respeito à lotação máxima de 50% da capacidade total do templo religioso, com distanciamento mínimo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) entre uma pessoa e outra, sendo necessária a demarcação no chão ou nos bancos;

VII - Oferta permanente e de fácil acesso de produtos para higienização das mãos, como água e sabão líquido e/ou álcool em gel/líquido 70% e papel toalha na entrada do local, inclusive com a disponibilização de uma pessoa para promover a higienização e o controle do uso dos materiais;

VIII - Na entrada do estabelecimento deverá ser fornecido tapete umidificado com hipoclorito de sódio (solução de 50ml de água sanitária para 01(um) litro de água), cuja limpeza dos calçados é obrigatória para adentrar ao local;

IX - Controle do quantitativo de pessoas, e na hipótese de formação de filas, deve ser respeitado o distanciamento mínimo de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) entre as pessoas;

X - Os voluntários e/ou funcionários dos locais que forem realizar o controle do fluxo de pessoas devem utilizar máscaras de proteção;

XI - Afixação de cartazes informativos e educativos referentes às medidas de prevenção da disseminação do novo coronavírus (COVID-19) em lugar facilmente visível ao público;

XII - Comunicar imediatamente às autoridades sanitárias as hipóteses de descumprimento das medidas emergenciais e temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19);

XIII - Diminuição do uso do ar condicionado para climatização dos ambientes fechados, devendo se manter, no mínimo, 01 (uma) porta ou 01 (uma) janela abertas, visando a circulação do ar no local;

XIV - Higienização do filtro do ar condicionado, semanalmente, com registro de comprovação caso solicitado pelo agente fiscalizador;

XV - Evitar, antes, durante e depois da realização das celebrações religiosas, apertos de mãos, abraços e outras formas de contato físico;

XVI – Realizar, sempre que possível, a transmissão das celebrações pelas redes sociais disponíveis;

XVII - Manter suspensas as demais atividades religiosas que ocasionem aglomerações de pessoas;

XVIII - Recomendar à população que realize seus atos religiosos, preferencialmente, em seus lares e residências, de forma individual ou em família;

XIX - É vedada a distribuição de materiais impressos (boletins, folhetos, etc) antes, durante e após as celebrações religiosas.

Art. 7º As agências bancárias, seus correspondentes e as casas lotéricas deverão adotar medidas de higienização estipuladas pelos órgãos sanitários e de Saúde, bem como o controle de acesso de pessoas ao seu interior, dentre as quais:

I - Demarcação (sinalização) no piso, com fita de auto adesão ou produto similar, de distância de no mínimo 50cm (cinquenta centímetros) dos balcões de atendimento, observada a distância de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) entre uma pessoa e outra nas filas;

II - Disponibilização de álcool em gel/líquido 70%, e/ou produtos similares de descontaminação, para utilização pelos consumidores e funcionários, ficando um colaborador responsável pela higienização das mãos dos consumidores na entrada do estabelecimento;

III - Uso obrigatório de máscaras pelos funcionários que atendam ao público em geral;

IV - Providenciar acomodações dignas aos consumidores enquanto aguardam o atendimento, inclusive com a instalação de tendas em calçadas e nas suas proximidades, sobretudo àquelas que se encontram em grupo de risco ao novo coronavírus, que deverão ter atendimento prioritário;

V - Ampliação da frequência da limpeza do espaço interno e de circulação de pessoas, no intervalo de cada hora;

VI - Controlar o acesso de pessoas nas portas de entrada, por meio da utilização de senhas ou outro meio eficaz, de modo a respeitar o limite da capacidade de atendimento e evitar aglomeração, bem como manter o controle do fluxo de pessoas durante o período de atendimento.

Art.8º- Em relação aos serviços de taxi e moto-táxi, bem assim aos de transportes alternativos, tais como *Uber* ou de outros aplicativos, se faz obrigatória a higienização dos veículos após cada transporte realizado, bem como o uso de máscara durante todo o percurso, com ou sem passageiro, e álcool 70% pelo motorista e pelos clientes inclusive nos pontos de espera.

Parágrafo Único - Nos veículos automotivos fica recomendado o transporte de, no máximo, três passageiros por corrida.

CAPÍTULO II

DAS SANÇÕES IMPOSTAS PELO DESCUMPRIMENTO DAS MEDIDAS TEMPORÁRIAS ADOTADAS PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA

Art. 9º- O descumprimento das medidas previstas neste Decreto sujeita o infrator às sanções administrativas:

Parágrafo Único - Os órgãos de fiscalização realizarão 1 (uma) advertência ao infrator em caso de eventual descumprimento das disposições deste Decreto. Caso haja reincidência, serão adotadas as medidas elencadas nos incisos abaixo, sendo resguardado ao infrator o direito a ampla defesa e contraditório, em âmbito administrativo.

I- Suspensão provisória do Alvará de funcionamento pelo período de vigência do Decreto;

II - Interdição compulsória pelos órgãos de fiscalização tributária, sanitária, consumerista, posturas e Defesa Civil, sem prejuízo da atuação da Polícia Militar e Civil para apuração de infrações penais, como os crimes de desobediência, desacato, e infração de medida sanitária preventiva, previstos nos artigos 330, 331, 267 e 268, todos do Código Penal, respectivamente.

CAPÍTULO III

DA NECESSIDADE DE DIVULGAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO DA POPULAÇÃO E ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS

Art. 10º- Será realizada a promoção, a cada 60 (sessenta) minutos, no circuito interno de rádio do estabelecimento, quando houver, de campanhas de conscientização de etiquetas respiratórias, uso de máscaras, distanciamento entre clientes e, sempre que possível, adoção da prática de 01 (um) comprador por família, divulgando as medidas veiculadas em portaria(s) do Ministério da Saúde - MS e Secretaria de Estado da Saúde - SES que disponha(m) sobre as orientações gerais a serem adotadas por estabelecimentos comerciais e prestadores de serviço, visando práticas de segurança no enfrentamento do novo coronavírus (COVID-19);

I- afixação de cartazes de orientação aos trabalhadores e clientes sobre as medidas que devem ser adotadas para evitar a disseminação do vírus;

II- Intensificar as orientações de isolamento social por meio de propaganda volante (carros de som) e demais meios de comunicação (rádio);

III- Conscientizar a população sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras;

IV- Intensificar a orientação e fiscalização do uso de máscaras e álcool 70% nos transportes de uso coletivo, tais como moto-taxistas, taxistas e motoristas de aplicativos;

V- Ampliar a divulgação e as exigências quanto ao uso de máscaras e reforçar a necessidade de evitar aglomerações nas guias e calçadas de residências;

VI Exigir o uso de máscara, protetor facial transparente aos funcionários de todos os estabelecimentos que ofereçam atendimento ao público;

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11º- A fiscalização das medidas impostas por este Decreto relacionado à adoção de medidas emergenciais e temporárias de prevenção ao contágio pela COVID-19 (Novo Coronavírus) somente terão início no domingo (01/02/2021), às 08:00 horas da manhã, tendo em vista a necessidade de adequação dos estabelecimentos mencionados.

Art. 12º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13º - Revogam-se todas às disposições em contrário, retroagindo seus efeito a 1º de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia/MT, 02 de fevereiro de 2021.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICO – ADMINISTRATIVA À SECRETÁRIAS MUNICIPAIS, DEPARTAMENTO E SETORES DO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA - MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

Prefeitura Municipal de Ponte Branca – MT, através do setor de licitação e demais normas complementares, torna público para conhecimento dos interessados, que está **CANCELADA** a licitação na modalidade Pregão Presencial SRP n° 001/2021, Processo Licitatório 004/2021, tendo em vista necessidade de adequação do Termo de Referência, uma vez que não comtempla as necessidades precípuas dessa administração.

Ponte Branca - MT, 02 de Fevereiro de 2021.

Glimara Nogueira Gonçalves

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO 09/2019

EXTRATO DO III TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2019

Objeto: Prorrogação de Prazo de Execução

Contratante: Município de Ponte Branca – MT

Contratada: **MACHADO & CARVALHO CONSTRUÇÃO E COMERCIO LTDA**

CNPJ: 10.392.08/0001-00

Período: 25/03/2020 à 23/07/2020

Data do Aditivo: 27/11/2019

Amparo Legal Lei nº 8.666 de 21.06.93. art.57

EXTRATO DO IV TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2019

Objeto: Prorrogação de Prazo de Execução

Contratante: Município de Ponte Branca – MT

Contratada: **MACHADO & CARVALHO CONSTRUÇÃO E COMERCIO LTDA**

CNPJ: 10.392.08/0001-00

Período: 26/07/2020 à 27/11/2020

Data do Aditivo: 24/07/2020

Amparo Legal Lei nº 8.666 de 21.06.93. art.57

EXTRATO DO V TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2019

Objeto: Prorrogação de Prazo de Execução

Contratante: Município de Ponte Branca – MT

Contratada: **MACHADO & CARVALHO CONSTRUÇÃO E COMERCIO LTDA**

CNPJ: 10.392.08/0001-00

Período: 27/11/2020 à 25/03/2021

Data do Aditivo: 26/11/2020

Amparo Legal Lei nº 8.666 de 21.06.93. art.57

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA NOMEAÇÃO

PORTARIA Nº 36/2021

EMENTA: *Nomeia Secretario Municipal de Agricultura e turismo estabelecem outras providências.*

.

O Senhor **CLENEI PARREIRA DA SILVA**, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear o Srº. **NEI RAMON DA SILVA** , inscrito no CPF nº 862. 453.251-53, para exercer o cargo em comissão de SECRETARIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, do Município de Ponte Branca – MT

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação,revogando-se as disposições em contrario.

Publique-se, registre – se, Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, 02 de Fevereiro de 2021.

CLENEI PARREIRA DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 37/2021

EMENTA: *Nomeia Coordenadora de Tributos estabelecem outras providências.*

.

O Senhor **CLENEI PARREIRA DA SILVA**, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear o Srª. **LAIS NOGUEIRA DE REZENDE**, inscrito no CPF nº 044.966.101-67, para exercer o cargo em comissão de COORDENADORA DE TRIBUTOS, do Município de Ponte Branca – MT

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação,revogando-se as disposições em contrario.

Publique-se, registre – se, Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, 02 de Fevereiro de 2021.

CLENEI PARREIRA DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 64/2021 EXONERAÇÃO

PORTARIA Nº 64/2021

02/02/2021

O Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas pelos incisos: VI e IX, do artigo 44º da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E :

Art. 1º. – Exonerar a Senhora **WELLITA BRAGA DA SILVA SOUZA**, portadora da CIRG 2667868-3 SEJSP/MT, CPF 052.396.611.38, Matricula Funcional nº 1365 do Cargo Comissionado de **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO**, lotada na Secretaria de Municipal de meio Ambiente e Turismo do município de Porto Alegre do Norte - MT, anteriormente nomeada através da Portaria nº 019/2021 de 04 de janeiro de 2021.

Art. 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de 03 de Fevereiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal – Porto Alegre do Norte - MT, 02 de fevereiro de 2021.

P U B L I Q U E – S E

R E G I S T R E – S E

C U M P R A – S E**.**

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
PUBLICAÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2021.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2021.

FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº 15/ 2021 Dispensa nº 04/ 2021.

EMPRESA: ÂNGULO BRASIL CONSULTORIA E IMOBILIARIA LTDA-ME, inscrita no CNPJ/MF nº 28.509.979/0001-47.

Valor Total do Contrato R$ 6.000,00 (seis mil reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente contrato contados a partir de 02 de fevereiro de 2021 ate dia 02 de junho de 2021.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS VISANDO CRIAR UNIDADES DE CONSERVAÇÃO URBANA NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO DESTA MUNICIPALIDADE.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 62/2021 NSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES

PORTARIA Nº 62/2021

INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES PRATICADAS PELO SERVIDOR AURILIO JOSÉ PEREIRA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE – MT, Sr. **DANIEL ROSA DO LAGO,** no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO ter chegado ao conhecimento deste Chefe do Poder Executivo Municipal, via do ofício anexo encaminhado pelo Ministério Público n° 21/2021/2°PJPAN, eventual desvio de conduta cometido ou até mesmo a prática de crime contra a administração pública por parte do servidor público municipal **AURILIO JOSÉ PEREIRA.**

RESOLVE:

Art. 1º Instituir uma Comissão de Sindicância composta pelos servidores públicos municipais **ISIS LARA ALVES DO NASCIMENTO inscrita na matrícula nº 1274, ANTÔNIO DIAS GUIMARÃES inscrito na matrícula nº 1072 e NERIVAN OLIVEIRA RIBEIRO LOPES inscrito na matrícula**

nº 1276, para sob a presidência da primeira, a fim de apurar possíveis irregularidades praticadas pelo servidor **AURÍLIO JOSÉ PEREIRA.**

Parágrafo único. A comissão deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, apresentar relatório circunstanciado sob os fatos apurados sugerindo de forma fundamentada, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, as medidas a serem eventualmente tomadas.

Art. 2º A comissão poderá intimar os servidores e agentes políticos do Município, para prestarem esclarecimentos e convidar pessoas não servidoras, através de ofício, para, querendo, prestar relevante serviço público, informar perante a comissão fatos de seu conhecimento, de modo a colaborar na apuração e conclusão do objeto investigado.

Art. 3º Os serviços prestados pelos membros da Comissão de Sindicância ora instituída, serão considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 4º No desempenho de suas atribuições a Comissão poderá solicitar informações, documentos e apoio às diversas Secretarias Municipais.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na da de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Porto Alegre do Norte, 02 de fevereiro de 2020.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COVID-19: DECRETO Nº. 1233/2021 DECLARA CALAMIDADE PÚBLICA PARA FINS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À PANDEMIA CAUSADA PELO COVID-19

DECRETO Nº. 1233/2021, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

"DECLARA CALAMIDADE PÚBLICA PARA FINS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À PANDEMIA CAUSADA PELO COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL ROSA DO LAGO, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida por Lei; e

Considerando que a Saúde, nos termos do Art. 196 da Constituição Federal, é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso Universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

Considerando a necessidade de regulamentação, no âmbito do Município de Porto Alegre do Norte Estado de Mato Grosso, da Lei Federal nº. 13. 979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus (2019-nCoV), responsável pelo surto de 2019, regulamentada pela Portaria do Ministério da Saúde nº. 356, de 11 de março de 2020;

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, bem como o Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº. 10.212, de 30 de janeiro de 2020;

Considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, declarou Emergência da Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII, dado o grau de avanço dos casos de contaminação pelo novo coronavírus, e classificou sua contaminação, no dia 11 de março de 2020, como uma pandemia, cobrando ações dos governos compatíveis com a gravidade da situação a ser enfrentada;

Considerando o ofício 17/2021 do Secretário Municipal de Saúde de Porto Alegre do Norte/MT, qual requisita providencias e medidas restritivas para o enfrentamento do expressivo aumento de casos de infecções por COVID-19, que somam 3.084 (três mil e oitenta e quatro) confirmados, 53 (cinquenta e três) óbitos e 322 (trezentos e vinte e dois) em monitoramento no Município de Porto Alegre e Região;

Considerando que conforme os últimos Boletins Epidemiológicos deste Município apontam o aumento expressivo dos casos de Coronavírus bem como dos casos letais da doença em decorrência da contaminação pelo novo coronavírus;

Considerando a decisão do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, em ação de controle concentrado de constitucionalidade, que conferiu aos Municípios o poder para, diante da realidade, adotar as medidas restritivas à circulação de pessoas e de funcionamento de atividades econômicas para preservar a vida;

Considerando que o Supremo Tribunal Federal no bojo da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF nº. 672 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI nº. 6.341, reafirmou a competência concorrente da União, Estados e Municípios para legislarem sobre normas que cuidem da saúde, dirigirem o sistema único e executem ações de vigilância sanitária e epidemiológicas;

Considerando que o Município de Porto Alegre do Norte deve pautar suas ações com base nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, adequando as medidas de prevenção ao Coronavírus (COVID-19) à realidade local, sobretudo quanto a observância dos direitos e garantias individuais assegurados constitucionalmente;

Considerando o posicionamento do Secretário de Estado de Fazenda do Estado de Mato Grosso, Rogério Gallo, de que "a população tem que continuar muito vigilante com relação a Covid, nós vemos um relaxamento nas práticas sociais, de uso de máscara e distanciamento, pode de fato aumentar o contágio [...] para que não tenhamos a segunda onda [...]";

Considerando que compete ao Município zelar pela preservação do bem-estar da população e pela manutenção dos serviços públicos e das atividades socioeconômicas, bem como adotar imediatamente as medidas que se fizerem necessárias para, em regime de cooperação, combater situações emergenciais;

Considerando que as ações a serem implementadas devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à segurança, saúde, a intimidade e à vida privada e pela necessidade, adequação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas visando a contenção da propagação do novo coronavírus e objetivando a proteção da coletividade.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica decretado estado de calamidade pública no âmbito da Administração Pública Municipal, em razão da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19) e de seus impactos socioeconômicos e financeiros, inclusive para os fins prescritos no Art. 65 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único. A situação de calamidade de que trata o ***caput*** vigorará, até o dia 31 de julho de 2.021, podendo ser prorrogada em caso de necessidade devidamente justificada.

Art. 2º - Fica autorizada a prorrogação dos prazos para cumprimento de obrigações perante o Município, cabendo ao Poder Executivo a definição de novos prazos, bem como a formalização dos mesmos.

Art. 3º - As autoridades competentes, sob a coordenação do Prefeito, ficam autorizadas a adotar as medidas necessárias à prevenção e ao combate à situação tratada no Art. 1º.

Parágrafo único. As autoridades competentes editarão os atos normativos necessários à regulamentação e execução dos atos administrativos em razão do estado de calamidade pública decretado.

Art. 4º - O Poder Executivo Municipal solicitará, por meio de mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, o reconhecimento do estado de calamidade pública, nos termos prescritos pelo Art. 65 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, 01 de fevereiro de 2021.

DANIEL ROSA DO LAGO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 061/2021 EXONER A PEDIDO A SERVIDORA AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE

PORTARIA Nº 061/2021

29/01/2021

DANIEL ROSA DO LAGO, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferido pela Lei Orgânica do Município, consubstanciado no artigo 148 da Lei Municipal nº 148/1992,

R E S O L V E :

EXONERAR A PEDIDO A SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, REGIME CELETISTA.

Art. 1º. – **Exonerar** a pedido, a servidora **NILDA GOMES DA SILVA MELO, Matricula Funcional nº 767,** nomeada em caráter regime celetista no cargo de AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE, admitida em 01/05/2008. Conforme requerimento da mesma, solicitando desvinculo a partir do dia 25/01/2021.

Art. 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, retroagindo seus efeitos a 25/01/2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal – Porto Alegre do Norte - MT, 29 de janeiro 2021.

P U B L I Q U E – S E

R E G I S T R E – S E

C U M P R A – S E.

DANIEL ROSA DO LAGO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISTRATO Nº. 001/2021 DO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 022/2019

EXTRATO DE DISTRATO Nº. 001/2021 DO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 022/2019. CONTRATANTE: Município de Porto Alegre do Norte – MT **CONTRATADA: PAULO HENRIQUE LIMA DOS SANTOS, OBJETO:** o presente serve para rescindir o Contrato de Por Tempo Determinado nº 022/2019, firmado em 01/10/2019, solicitado através de pedido de demissão, a partir de 01/02/2021 do CARGO: **Técnico em Desenvolvimento Infantil (Apoio a aluno especial)**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2021

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 001/2021

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2021

Objeto: Locação de softwares de Sistema de Gerenciamento de Previdência Social*, afim de atender aos interesses da PREVI-PORTO.*

CONTRATADO: P H. DA C. FERREIRA ASSESSORIA PUBLICA

CNPJ nº: 09.517.508/0001-36

ENDEREÇO: Rua Paineira Branca – jardim dos Ipês

CIDADE: CUIABA-MT

VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 9.000,00 (NOVE MIL REAIS REAIS)

VALOR MENSAL: R$ 750,00 (SETECENTOS E CINQUENTA REAIS), por 12 (doze) meses.

Prazo:

Fundamento legal: Art. 24, II da Lei nº 8.666/93 atualizada pelo decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018.

Tendo em vista o que consta dos autos, tudo ratifico e, por consequência lógica, determino a contratação direta da empresa, para que produza todos os efeitos legais.

Considerando o Parecer Jurídico favorável à contratação direta com fulcro no art. 24, II da Lei nº 8.666/93, cujo ao teor aderimos na íntegra;

RESOLVO,

RATIFICAR a justificativa apresentada, em cumprimento ao que dispõe o art. 26 da Lei nº 8.666/93, determinando sua publicação na imprensa oficial como condição de sua eficácia.

Porto Esperidião – MT, 28 DE JANEIRO 2021.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNIICPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 63/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº **63/2020**

OBJETO:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SOM PARA SHOW REGIONAL E SERVIÇO DE CAPTAÇÃO DE ÁUDIO.**

VIGENCIA: 21 DE DEZEMBRO DE 2020

VALIDADE: 21 DE MAIO DE 2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO-MT.

CONTRATADA**: E.M. PAINS MARTINS ENTRETENIMENTOS CNPJ: 33. 149.761/0001-69.**

VALOR TOTAL DE CONTRATO: **R$: 15.335,00 (Quinze mil Trezentos e Trinta Cinco reais).**

FISCAL: PAULO HENRIQUE SALES, CPF: 780.630.601-30– PORTO ESPERIDIÃO – MT, 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 62/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº **62/2020**

OBJETO:**CONTRATAÇÃO DA BANDA BETHH DO VERÃO PARA O EVENTO DENOMINADO DE LIVE DE FIM DE ANO REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO-MT 2020.**

VIGENCIA: 23 DE DEZEMBRO DE 2020

VALIDADE: 23 DE JUNHO DE 2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO-MT.

CONTRATADA**: PEDRO BATISTA CORREIA EIRELI, inscrita no CNPJ nº 07.367.271/0001-29.**

VALOR TOTAL DE CONTRATO: **R$: 17.000,00 (dezessete mil reais).**

FISCAL: PAULO HENRIQUE SALES, CPF: 780.630.601-30– PORTO ESPERIDIÃO – MT, 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 61/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº **61/2020**

OBJETO:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ESTRUTURA E SERVIÇOS PARA EVENTOS A SEREM REALIZADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO-MT**

VIGENCIA: 15 DE DEZEMBRO DE 2020

VALIDADE: 15 DE DEZEMBRO DE 2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO-MT.

CONTRATADA**: PEDRO BATISTA CORREIA EIRELI, CNPJ nº 07.367. 271/0001-29**

VALOR TOTAL DE CONTRATO: **R$: 1.075.740,00 (um milhão e setenta e cinco mil e setecentos e quarenta reais).**

FISCAL: PAULO HENRIQUE SALES, CPF: 780.630.601-30– PORTO ESPERIDIÃO – MT, 02 DE FEVEREIRO DE 2020.

PORTARIA N° 016/2021, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

PORTARIA n° 016/2021, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre conversão de licença prêmio para servidores (as) do município de Porto Esperidião.

Excelentíssimo Senhor, MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 129 da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003 alterado pela Lei 056/2010,

RESOLVE:

Art. 1º – **CONVERTER,** a partir de **01 DE FEVEREIRO DE 2021**, **Licença Prêmio** em abono pecuniario que deverá ser pago nos meses de fevereiro, março e abril de 2021, a servidora;

ANDRESSA CAROLINA BELUSSI DE ARAUJO, matricula 5092 período aquisitivo de 12/05/2010 A 11/05/2015.

CLAUDINEIA CARVALHO DE OLIVEIRA - matricula 817**,** período aquisitivo de 14/04/2010 a 13/04/2015 e periodo aquisitivo 16/01/2014 a 15/01/2019.

ROSENDO MARTINS TEIXEIRA NETO, matricula 882/200, período aquisitivo de 03/02/2015 A 02/02/2020.

DARCI DE MIRANDA, matricula 745, período aquisitivo de 03/02/2015 A 02/02/2020.

JOSE CARVALHO DA SILVA, matricula 11780, periodo aquisitivo de 10/03/2014 a 09/03/2019.

FABIA CRISTINA SALES NEVES, matriculas 1091, periodo aquisitivo de 02/08/2009 a 01/08/2014.

ALAIR VALADADRES DA SILVA, matricula 837, periodo aquisitivo de 01/04/2014 a 31/03/2019.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 21 de fevereiro de 2021.

Martins Dias de Oliveira

Prefeito

PORTARIA N°. 017/2021, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

PORTARIA N°. 017/2021, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre NOMEAÇÃO de servidora no cargo Comissionado de Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Município de Porto Esperidião-MT.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 52, da Lei Complementar n.º 018/2003 de 15 de dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – **NOMEAR**, a partir de 01 de fevereiro de 2021, a senhora, **ADRIANA CRISTINA TRAVA**, portadora do **RG n.º 12108227** - SJ/MT e inscrita no **CPF n.º 990.527.681-53**, para ocupar o cargo em Comissão de **SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL** do Município de Porto Esperidião-MT.

Art. 2° - Em razão da **Nomeação** acima, o ora nomeado perceberá como remuneração o valor descrito na referência DAS-I, constante do anexo II-B, da Lei Complementar n.º 018/2003, de 15 de Dezembro de 2003.

Art. 3° - O nomeado receberá poderes sobre as contas do Fundo Municipal de Assitencia Social, sob o CNPJ; nº 13.603.500/0001-60, fica autorizado a realizar transferência, pagamento e extratos, bem como outros serviços bancarios.

Art. 4° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrario.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de fevereiro de 2021.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 018/2020, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

PORTARIA n° 018/2020, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA SERVIDORES DO MUNICIPIO DE PORTO ESPERIDIÃO.

OPrefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o artigo 52, da Lei Complementar 017/2003 de 15 de Dezembro de 2003, Art. 98, da Lei Complementar 016/2003 de 15 de dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder, a partir de **01 de FEVEREIRO de 2021**, 30 dias de férias aos servidores abaixo relacionados.

CLESIO MARIA ORTIZ – matricula 11935, período aquisitivo 03/02/2018 a 02/02/2019;

ODAIR TORRES GOMES – matricula 6612, período aquisitivo 02/03/2018 a 01/03/2019;

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de fevereiro de 2021.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito

PORTARIA N°. 019/2021 DE FEVEREIRO DE 2021.

PORTARIA N°. 019/2021 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre Nomeação de servidor para ocupar o cargo comissionado de COORDENADOR DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS do Município de Porto Esperidião-MT.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 52, da Lei Complementar nº 018/2003 de 15 de dezembro de 2003;

RESOLVE:

Art. 1º – **NOMEAR**, a partir desta data **01 DE FEVEREIRO DE 2021**, o senhor, **EDIVALDO CELESTINO VIANA**, portador do RG n.º 0316251-6 - SSP/MT e do CPF n.º 274.494.401-72, para ocupar o cargo em Comissão de **COORDENADOR DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS** do Município de Porto Esperidião-MT.

Art. 2° - Em razão da Nomeação acima, o ora nomeado perceberá como remuneração o valor descrito na referência DAS-4, constante do anexo II-B, da Lei Complementar n.º 018/2003, de 15 de Dezembro de 2003.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de fevereiro de 2021.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CONTABILIDADE
EDITAL DE COMUNICAÇÃO

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO, Estado de Mato Grosso, em cumprimento ao disposto no artigo 31, § 3º, da Constituição Federal, artigo 209 da Constituição do Estado e artigo 147 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, **COMUNICA** que as **CONTAS ANUAIS** do Município de Porto Esperidião (Prefeitura Municipal) referente ao exercício financeiro de 2020, encontram à disposição dos cidadãos e instituições da sociedade, na sede do Poder Executivo cito à Rua Arnaldo Jorge da Cunha nº444 – Centro (fone: 65 3225-1139 ramal-210), os quais poderão questionar-lhe a legitimidade, nos termos da Lei nº. 101, de 04/05/2000, em seu artigo 49, durante o exercício de 2021.

Porto Esperidião/MT, 01 de Fevereiro de 2021.

Martins Dias de Oliveira

Prefeito

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO 64/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº **64/2020**

OBJETO:**AQUISIÇÕES DE MATERIAIS GRAFICOS.**

VIGENCIA: 21 DE DEZEMBRO DE 2020

VALIDADE: 21 DE DEZEMBRO DE 2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO-MT.

CONTRATADA**: MACIEL DA SILVA E CIA LTDA, CNPJ N° 00.822.126/0001-41.**

VALOR TOTAL DE CONTRATO: **R$: 49.272,00 (quarenta e nove mil duzentos e setenta e dois reais).**

FISCAL: GISELI FÁTIMA DOS SANTOS, CPF: 031.957.501-20 – PORTO ESPERIDIÃO – MT, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL 04/2021

PUBLICAÇÃO DE ABERTURA.

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 04/2021.

A prefeitura municipal de porto Esperidião-MT torna público a abertura do **Edital Pregão 04/2021**, DO OBJETO: **SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM DIVERSOS SERVIÇOS MUNICIPAIS.**

No seguinte local data e horário: Local: sala de licitações-data: 12/02/2021- horário: 09:00 horas.

Porto Esperidião-MT, 02 de janeiro 2021-RONEY BATISTA CARDOSO-PREGOEIRO.

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA 001/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO 001/2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito de porto Esperidião- MT, no uso de suas atribuições legais, resolve HOMOLOGAR a DISPENSA de licitação nº 001/2020 do objeto definido como Locação de softwares de Sistema de Gerenciamento de Previdência Social.

HOMOLOGO *em favor da empresa PERFORMANE- ASSESSORIA PUBLICA (P.H.DA C. FERREIRA ASSESSORIA PUBLICA). CNPJ: 09.517.508-0001-36 no valor total de R$ 9.000,00 (Nove Mil Reais), dividido em 12 parcelas mensais de R$ 750,00 (Setecentos e cinquenta Reais), fundamento legal: ARTIGO 24 INCISO II E X da lei 8.666/93.*

Determina ainda que seja tomada as providencias cabíveis para que proceda a contratação do objeto, em atendimento a solicitação do requerente.

Porto Esperidião-MT 28 de Janeiro de 2021.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2021

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU-MT, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Art. 37, item II da Constituição Federal, art.93, Inciso III da Lei Orgânica do Município de Poxoréu e o disposto no artigo 5º, inciso I e 44 da Lei 905 de 21/11/2003 e, tendo em vista o Concurso Público 001/2019 publicado em 12 de abril de 2019, homologado pelo Decreto nº 024 de 15 de julho de 2019 e Publicado no Diário da AMM no dia 17 de julho de 2019 nas páginas 270 a 289 e no mural da prefeitura, considerada as vagas a serem preenchidas.

CONVOCA

Os abaixo relacionados, aprovados no concurso Público Municipal realizado nos dias 08 e 09 de junho de 2019, que deverão comparecer no prazo de trinta dias, a contar da publicação, na Secretaria de Administração na Gerência de Talentos Humanos no horário de 13:00 às 17:00, para assumir suas funções, em conformidade da Lei 905/2003, apresentando a seguinte documentação.

Fotocópia da certidão de nascimento ou averbações se houver (com original) Fotocópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos e para os maiores de 14 anos o CPF. (com original) se tiver; Fotocópia autenticada da Cédula de Identidade ou Carteira de Identidade Profissional (curso superior) se for o caso e CPF; Cartão de Cadastramento no PIS ou PASEP (se possuir); Cartão de vacinação atualizado; Cartão Nacional do SUS; 02 (duas) fotografias 3x4 recentes; Fotocópia do Título de Eleitor (com original) com comprovante da última eleição; Fotocópia do Certificado de reservista, de isenção ou de dispensa (com original); Declaração que não possui antecedente criminal, salvo se cumprida a pena, fornecida pelo Fórum da Comarca de Poxoréu; Declaração de que nunca foi demitido do serviço Público por justa causa; Fotocópia do comprovante de escolaridade para o exercício do cargo, bem como registro no órgão competente, quando cabível (com original); Declaração de Bens e valores; Possuir idade mínima de 18 anos; Apresentar cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) série D, no caso de Motorista e na série C de Operador de Máquina (com original); Declaração de Inexistência de Incompatibilidade ou Impedimento Temporário; Comprovante de residência; Conta bancária no Banco do Brasil: corrente ou salário; Telefone de contato; Certidão negativa de débitos municipais-CNDM; Laudo Médico Favorável que aponte como APTO ao desenvolvimento das atribuições do cargo a que se propõe ocupar.

As fotocópias devem ser apresentadas com o original para autenticação pelo servidor conforme determina a Lei 13.726/2018.

Listagem de exames a serem apresentados pelos candidatos convocados a Clínica Primmed – Saúde Ocupacional, localizada na Rua Poxoréu, 486 – Centro – Primavera do Leste –MT, CEP 78.850.000 – Telefone (66) 3498 3741, munido dos exames e laudos abaixo elencados:

a) Hemograma completo (com plaquetas);

b) Classificação de grupo sanguíneo e fator RH;

c) Glicemia (em jejum);

d) HBsAg;

e) Anti HBc Total;

f) Gama GT (gama glutinal transferase) TGO – TGP;

g) Anti HAV – IgM, IgG;

h) Anti HCV;

i) Ureia e Creatinina;

j) Urina I;

k) Protoparasitológico;

l) Espirometria;

m) Colposcopia e Colpocitologia Oncológica (**somente para o sexo feminino**);

n) Mamografia (**para mulheres a partir dos 40 anos**);

o) Eletrocardiograma (**com avaliação cardiológica, se patológica, definir o grau**);

p) Eletroencefalograma (**com laudo**);

q) Oftalmológico (**com laudo**);

r) Dermatológico (**com laudo**);

s) Teste das Pirâmides Coloridas Pfister (**com laudo de sanidade mental**);

t) PSA Prostático (**para homens acima de 40 anos de idade**).

VII – Além dos exames elencados no inciso VI deste Edital, são OBRIGATÓRIOS para o cargo de PROFESSOR os seguintes exames:

a) Otorrinolaringológico (**laringoscopia indireta**);

b) Audiometria Vocal e Tonal (**com laudo**);

c) Raio X de Tórax (**com laudo**);

d) Raio X de Coluna Lombo-Sacra (**com laudo**);

e) Ultrassom dos ombros (**com laudo**).

VIII – Além dos exames elencados no inciso VI deste Edital, são OBRIGATÓRIOS para o cargo de MOTORISTA os seguintes exames:

a) Audiometria Vocal e Tonal (**com laudo**);

b) Raio X de Tórax (**com laudo**);

c) Raio X de Coluna Lombo-Sacra (**com laudo**);

d) Ultrassom dos ombros (**com laudo**).

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 30 (trinta dias), a partir da data da publicação e apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO			
NOME	**INSCRIÇÃO**	**NOTA**	**COLOCAÇÃO**
FRANCISCO SEVERINO DE BARROS	**387828**	**57,0**	**02º**

Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 02 de fevereiro de 2021.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Este Edital foi publicado no Saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, no site da Prefeitura Municipal de Poxoréu e no Diário Oficial da AMM.

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMDCA N°. 26/2020 - INSTITUIÇÃO DAS CÂMARAS SETORIAIS TEMÁTICAS DO CMDCA

RESOLUÇÃO N°. 026/2021 POXORÉU – MT , 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

Institui Câmaras Setoriais Temáticas, conforme dispõe o Regimento Interno do CMDCA e dá outras providencias.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA** do município de Poxoréu – MT, criado pela Lei. n°. 529, datada de 14 de dezembro de 1990 e suas alterações posteriores, no uso de suas competências legais, conforme estabelecido no art. 10 da Lei 1.217, data de 23 de junho de 2008, combinado com o art. 10 do Regimento Interno do CMDCA homologado pelo Poder Executivo através Dec. N°. 034/217, datado de 20 de abril de 2017;

CONSIDERANDO a necessidade de constituição de Câmaras Setoriais Temáticas com a finalidade auxiliar o plenário do CMDCA nas tomadas de decisões para eficiência e eficácia do controle social, observado o disposto no art. 22 do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Poxoréu – MT e,

CONSIDERANDO a deliberação para constituição das Câmaras Setoriais Temáticas e suas respectivas composições, em reunião ordinária do dia 27 de janeiro de 2021, conforme resultado transcrito em Livro-Ata do CMDCA, ata n°. 058/2020, folhas 142 e verso do citado livro.

R E S O L VE:

Art. 1º - Ficam criadas, no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Poxoréu – MT, as seguintes Câmaras Setoriais Temáticas Permanentes:

a) – Câmara Setorial Temática de Capacitação, mobilização e articulação; b) - Câmara Setorial Temática de Orçamento e Finanças e, c) - Câmara Setorial Temática de Análise e Proposição de Políticas Públicas.

Art. 2º - **Nos termos do art. 22 do Regimento Interno do CMDCA, a**s câmaras setoriais temáticas são Comissões Especiais delegadas e auxiliares do plenário, a quem compete verificar, vistoriar, fiscalizar, opinar e emitir pareceres sobre as matérias que lhes forem distribuídas e submeter para apreciação e deliberação da plenária.

Art. 3º - As Câmaras Setoriais reunir-se-ão extraordinariamente sempre que necessário, podendo requerer junto à Presidência a convocação de reunião extraordinária da Plenária do Conselho para deliberação acerca de assuntos urgentes relacionados à sua área de atuação.

§ 1º. Os trabalhos das câmaras setoriais temáticas serão apreciados, discutidas e votadas em sessão plenária e em caso de não aprovadas, a plenária definira novos encaminhamentos.

§ 2º. Os trabalhos das câmaras setoriais temáticas, aprovados pelo plenário do Conselho poderão ser transformados em Resoluções

§ 3º. As Câmaras Setoriais Temáticas serão compostas por 04 (quatro) membros paritários eleitos dentre os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente;

§ 4º . As Câmaras Setoriais Temáticas terão 01 (um) Presidente; 01 (um) Relator e 02 membros, eleitos internamente.

§ 5º . Os membros eleitos para comporem as Câmaras Setoriais Temáticas terão mandatos de 02 (dois) anos podendo ser reconduzidos uma única vez para o mesmo cargo.

Art. 4º - Ficam eleitos e nomeados os membros para composição das Câmaras Setoriais Temáticas, a saber:

a) – Câmara Setorial Temática de Capacitação, mobilização e articulação; I – Raquel Qenhem Francelina Portela II – Alda Lopes de Oliveira III – Lúcia Voltan Ribeiro IV – Maria Pina de Souza Santana **b) - Câmara Setorial Temática de Orçamento e Finanças e,** I – Franciele Laynne Araújo Batista Amâncio II – Lucia Voltan Ribeiro III – Douglas Santos Oliveira e IV – Samara Talon Pacheco **c) - Câmara Setorial Temática de Análise e Proposição de Políticas Públicas:** I – Daniele da Cruz; II – Karoline dos Santos Ramos; III – Cesar Ribeiro da Silva e IV – Deuzinete Dias Soares Pereira

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Poxoréu – MT, 02 de Fevereiro de 2021.

LUCIA VOLTAN RIBEIRO

Presidente do CMDCA

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMDCA N° 25/2020 - HOMOLOGA RELATÓRIO FINAL DA SINDICÂNCIA 001-2020

RESOLUÇÃO N°. 025/2021 POXORÉU – MT , 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

Homologa Relatório Final da Comissão Sindicante no processo insaturado pela Resolução 24/2020/CMDCA, publicada em D.O AMM/MT de 08/12/2020, conforme menciona

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA** do município de Poxoréu – MT, criado pela Lei. n°. 529, datada de 14 de dezembro de 1990 e suas alterações posteriores, no uso de suas competências legais, conforme estabelecido no art. 10 da Lei 1.217, data de 23 de junho de 2008, combinado com o art. 10 do Regimento Interno do CMDCA homologado pelo Poder Executivo através Dec. N°. 034/217, datado de 20 de abril de 2017;

CONSIDERANDO o Processo de Sindicância instaurado pela Resolução nº. 24/2020/CMDCA, datada de 08/12/2020 destinada a apurar denúncia de suposta violação de direitos de infante por conselheira tutelar, na versão da denunciante autora;

CONSIDERA a recomendação pelo Ministério Público e a deliberação do plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente pela abertura de processo de Sindicância apurado por competente Comissão Sindicante

CONSIDERANDO o acolhimento literal das recomendações da Comissão Sindicante, em Relatório Final, aprovado POR UNANIMIDADE do Plenário do CMDCA, em reunião ordinária do dia 27 de janeiro de 2021, conforme resultado transcrito em Livro-Ata do CMDCA, ata n°. 058/2020, folhas 142 e verso do citado livro.

R E S O L VE:

Art. 1º - Homologa o resultado do Relatório final do Processo de Sindicância instaurado pela Resolução nº. 24/2020/CMDCA, datada de 08/12/2020, acolhendo todas as recomendações da Comissão Sindicante, a saber:

1º - Promover Advertência escrita a Conselheira denunciada, sobre os riscos de comportamentos inapropriados capazes de impactarem negativamente a conduta pessoal e profissional dela própria ou de terceiros e;

2º - Sugerir a Secretaria de Assistência Social, advertência, por escrito, à denunciante, por uso inadequado de modelos personalizados da Secretaria de Assistência Social em assunto de cunho pessoal.

3º - Declare-se arquivado a presente sindicância pelas razões acima alegadas

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Poxoréu – MT, 02 de Fevereiro de 2021.

LUCIA VOLTAN RIBEIRO

Presidente do CMDCA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 002/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2021 TOMADA DE PREÇO Nº 002/2021

A Prefeitura de Poxoréu estabelecida na Av Brasília, 809, Jardim das Américas, na Cidade de Poxoréu-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, estará realizando licitação na modalidade Tomada de Preço Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL, PARA EXECUTAR OBRA DE REFORMA E RECONSTRUÇÃO DE 01(UMA) PONTE DE MADEIRA TIPO III, de acordo com os projetos, memoriais, planilhas e cronogramas, em conformidade com as especificações no Edital e seus anexos.

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 22/02/2021 A PARTIR DAS 13:30 HS, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POXOREU/MT.

O EDITAL DEVERÁ ser obtido a partir da publicação deste aviso, no site: www.poxoreu.mt.gov.br/publicações/licitação/.

Considerando as medidas de proteção através das recomendações, orientações e determinações para reduzir avanço do corona vírus de acordo com Decreto Estadual nº 437, de 03/04/2020. TODAS as licitantes que participarão do referente certame deverão usar máscaras e uso de caneta pessoal sem compartilhamento da mesma.

POXOREU-MT, 02 de fevereiro de 2021

Joelma Lourenço de Souza

PRESIDENTE CPL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 001/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2021 TOMADA DE PREÇO Nº 001/2021

A Prefeitura de Poxoréu estabelecida na Av Brasília, 809, Jardim das Américas, na Cidade de Poxoréu-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, estará realizando licitação na modalidade Tomada de Preço tendo como ObjetoCONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL, VISANDO EXECUTAR OBRA DE REFORMA E RECONSTRUÇÃO DE 02(DUAS) PONTES DE MADEIRA TIPO III conforme especificações do edital e do projeto.

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 22/02/2021 A PARTIR DAS 8h:00min, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE POXORÉU.

O EDITAL DEVERÁ ser obtido a partir da publicação deste aviso, no site: www.poxoreu.mt.gov.br/publicações/licitação/.

Considerando as medidas de proteção através das recomendações, orientações e determinações para reduzir avanço do corona vírus de acordo com Decreto Estadual nº 437, de 03/04/2020. TODAS as licitantes que participarão do referente certame deverão usar máscaras e uso de caneta pessoal sem compartilhamento da mesma.

Poxoréu, 02 de fevereiro de 2021.

Joelma Lourenço de Souza

PRESIDENTE CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 11 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

"DECRETA A PLANTA DOS VALORES GENÉRICOS DOS IMÓVEIS URBANOS E RURAIS DO MUNICIPIO DE RESERVA DO CABAÇAL-MT, PARA FINS DE CÁLCULOS DE IPTU E ITBI PARA O EXERCÍDIO DE 2021".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL, Estado de Mato Grosso, Senhor **JONAS CAMPOS VIEIRA**, no uso de suas atribuições legais resolve:

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a base de valores genéricos dos Imóveis Urbanos, Rurais e Cessão de bens públicos, para fins de cálculos lançamentos e cobranças de tributos no Município de Reserva do Cabaçal-MT.

I – Para efeito de cálculo de Imposto Predial e Territorial Urbano IPTU.

II – Imposto Sobre a Transmissão de bens Imóvel Urbano ITBI.

III – Para efeito de cálculo do ITBI, de Áreas Rurais.

IV – Para efeito de Cálculo de IPTU e ITBI, de Imóveis superiores e inferiores a 5.000 M².

DA AVALIAÇÃO DE ÁREA CONSTRUÍDA

TIPO DE CONSTRUÇÃO	VALOR EM R$ POR M²
Alvenaria	340,08
Mista	272,83
Madeira	223,75

DA AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS CENTRAIS

TERRENOS	VALOR EM R$ POR M²
Tipo 01 (Setor)	23,27
Tipo 02 (Setor)	15,38
Tipo 03 (Setor)	11,53

NOTA:

Entendem-se como Setor **01** os imóveis localizados na área Comercial do Município, com topografia regular e não alagável. Setor 02 os imóveis localizados em área não Comercial do Município, com topografia regular e não alagável. Setor 03 todos os imóveis urbanos que possuam topografia irregular, e com localização em área alagável.

DA AVALIAÇÃO DE IMOVEIS URBANO SUPERIORES A 10.000 M², COM DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADE AGROPECUARIA.

Art. 1º- O imóvel urbano que possuir a área superior a 10.000 M², com desenvolvimento de atividade Agropecuária, comprovadamente por declaração da Prefeitura Municipal via setor de Tributos, adotar-se a para calculo de valor venal a tabela abaixo.

LOCALIZAÇÃO	VALOR EM R$ POR M²
Tipo 01 (setor)	1,80
Tipo 02 (setor)	1,39

NOTA:

Entendem-se como: **Setor 01** os imóveis urbanos superiores a 10.000 M², e que são utilizados Atividade Agropecuária com topografia Regular e não alagável. **Setor 02** os Imóveis urbanos superiores a 10.000 M², e que são utilizados para atividade agropecuária, com topografia irregular e com localização em área alagável.

AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS

NOTA

Terras de 1ª Classe: Terras cultiváveis, aparentemente sem problemas especiais de conservação, sem a necessidade de correção do solo para o cultivo de pastagens e agricultura básica, de fácil manejo e sem grande presença de elementos naturais que dificulta a produção agropecuária. **Terras de 2ª Classe:** Terras cultiváveis com problemas simples de conservação ou de manutenção com necessidade de melhoramento do solo através de insumo diversos, com presença de elementos naturais que dificulta a mecanização e a produção agropecuária. **Terra de 3ª Classe:** Terras improprias para cultura, pastagem ou reflorestamento, que podem servir apenas como abrigo e proteção da fauna e flora silvestre.

Valores por Hectares	Valor em R$
Terras de 1ª Classe com Benfeitorias até 10 KM	13.239,08
Terras de 1ª Classe com Benfeitorias acima de 10 KM	10.295,25
Terras de 1ª Classe sem Benfeitorias até 10 KM	10.295,25
Terras de 1ª Classe sem Benfeitorias acima de 10 KM	10.570,41
Terras de 2ª Classe com Benfeitorias até 10 KM	8.467.67
Terras de 2ª Classe com Benfeitorias acima de 10 KM	5.883,30
Terras de 2ª Classe sem Benfeitorias até 10 KM	5.883,30
Terras de 2ª Classe sem Benfeitorias acima de 10 KM	4.706,43
Terras de 3ª Classe com Benfeitorias até 10 KM	4.354,55
Terras de 3ª Classe com Benfeitorias acima de 10 KM	3.400,70
Terras de 3ª Classe sem Benfeitorias até 10 KM	3.400,70
Terras de 3ª Classe sem Benfeitorias acima de 10 KM	1.486,51

DO VALOR PARA UTILIZAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS

Art. 2º - Para utilização de prédios públicos serão observadas as disponibilidades, visto que a administração pública tem privilégios sobre os demais sendo dispensada a prévia reserva. Para utilização por terceiros terão que fazer reserva no Setor de Patrimônio com antecipação de no mínimo 15 (quinze) dias antes do evento e recolher a TAXA emitidas com os valores que variam conforme seja a finalidade da utilização, obedecendo aos locais, valores e utilização, conforme segue a tabela abaixo:

LOCAL	UTILIZAÇÃO/FINALIDADE	VALOR/ DIA
CENTRO DE EVENTOS	REALIZAÇÃO DE CASAMENTO	R$ 400,00
CENTRO DE EVENTOS	REALIZAÇÃO DE ANIVERSÁRIO	R$ 250,00
CENTRO DE EVENTOS	REALIZAÇÃO DE BAILE DE FORMATURA	R$ 400,00
CENTRO DE EVENTOS	REALIZAÇÃO DE FESTAS RELIGIOSA	ISENTO/ REQ
CENTRO DE EVENTOS	SINDICATOS/CONVENÇÃO PARTIDÁRIAS	ISENTO/ REQ
CENTRO DE EVENTOS	FESTAS PARTICULARES COM FINS LUCRATIVOS	R$ 650,00
CIO DA TERRA	REALIZAÇÃO DE CASAMENTO	R$ 225,00
CIO DA TERRA	REALIZAÇÃO DE ANIVERSÁRIO	R$ 150,00
CIO DA TERRA	REALIZAÇÃO DE BAILE DE FORMATURA	R$ 225,00
CIO DA TERRA	REALIZAÇÃO DE FESTA RELIGIOSA	ISENTO/ REQ
CIO DA TERRA	REALIZAÇÃO DE FESTA PARTICULAR	R$ 450,00
CIO DA TERRA	SINDICATOS/CONVENÇÃO PARTIDARIAS	ISENTO/ REQ
CIO DA TERRA	COMERCIO EVENTUAL	R$ 130,00

Art. 3º - Este Decreto entra em Vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as demais disposições do *Decreto nº 64 de 26 de Novembro de 2020*.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMOVEIS DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL-MT, 01 de Fevereiro de 2021.

NILSON TEIXEIRA MACIEL PAULO DINIZ DA SILVA

Presidente Secretario

ENIO VAGNER DE OLIVEIRA CABRAL MAISA TONIOLO CARVALHO ZEULI DESOUZA

Membro Membro

ADÃO VULP SANTANA

Membro do Poder Legislativo

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N.º 035/2021 DE 27 DE JANEIRO DE 2021.

PORTARIA DE N.º 035/2021 DE 27 DE JANEIRO DE 2021.

"NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS MOVEIS E IMOVEIS URBANO, RURAL E UTILIZAÇÃO DE BENS PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL-MT".

JONAS CAMPOS VIEIRA, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal

no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. "1º - **"NOMEAR A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS MOVEIS E IMOVEIS URBANO, RURAL E UTILIZAÇÃO DE BENS PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL-MT**" em 27 de Janeiro de 2021.

Nilson Teixeira Maciel – *Presidente*

Paulo Diniz da Silva – *Secretario*

Enio Vagner de Oliveira Cabral – *Membro*

Maísa Toniolo Carvalho Zeuli de Souza – *Membro*

Adão Vulp Santana – *Membro do Poder Legislativo*

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de 27 de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 27 de Janeiro de 2021.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

_____

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito de Reserva do Cabaçal-Mt

RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 10 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

"DECRETA CORREÇÃO DA UPFm DE R$ 9,32 PARA R$ 9,82 PARA O EXERCICIO DE 2021 CONFORME DETERMINA O ART.219 DA LEI COMPLEMENTAR N° 07 DE 24 DE DEZEMBRO DE 2002".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhor **JONAS CAMPOS VIERA** no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1°- Fica decretado a correção da UPFm de R$ 9,32 (Nove reais e trinta e dois centavos) para R$ 9,82 (nove reais e oitenta e dois centavos) para o exercício de 2021, conforme determina o Art. 219 da lei Complementar N° 07 de 24 de Dezembro de 2002.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando- se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Municipal de RESERVA DO CABAÇAL-MT, 01 de Fevereiro de 2021.

Publique-se

Registre-se

Cumpra-se.

Jonas Campos Vieira

Prefeito municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 062 2020

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 062/2020

Partes: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a pessoa jurídica

SOMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-EPP, inscrita no CNPJ nº 26.877.656/0001-80

CLÁUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE FORNECIMENTO DOS PRODUTOS

Em decorrência deste Termo Aditivo, o presente contrato será prorrogado pelo prazo de 06 meses e 14 dias, passando a vigorar até o dia 15 de Julho de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas do Contrato Original, não mencionadas neste Termo Aditivo.

DA ASSINATURA: 01/01/2021 ASSINAM: Luzia Nunes Brandão – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a pessoa jurídica SOMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-EPP

SETOR DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 05 2021

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objetos:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA COLETA, TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS E LÍQUIDOS (LIXO HOSPITALAR) DOS GRUPOS A, B, e E, PRODUZIDOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA-MT.
Favorecidos:	***MÁXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA-EPP, CNPJ:*** 07.657.198/0001-20*, Valor global do Contrato: R$ 17.390,00 (dezessete mil trezentos e nove reais reais);*
Fundamento Legal	Artigo 24, inciso II e Art. 26 parágrafo único da Lei nº 8.666/93
Justificativa	Anexa aos autos do processo de Dispensa nº 05/2021.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela responsável pelos processos de licitação e de acordo com o Parecer Jurídico constantes do Processo de Dispensa n.º 05/2021, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Ribeirão Cascalheira, 02 de Fevereiro de 2021.

_____

Luzia Nunes Brandão

Prefeita Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 02 2021

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objetos:	AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ELÉTRICOS DE FORMA EMERGENCIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.
Favorecidos:	***EVOLUÇÃO SOLUÇÕES ELÉTRICAS E HIDRÁULICAS LTDA-EPP, CNPJ: 39.987.633/0001-70****, Valor global do Contrato: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);*
Fundamento Legal	Artigo 24, inciso IV e Art. 26 parágrafo único da Lei nº 8.666/93
Justificativa	Anexa aos autos do processo de Dispensa nº 02/2021.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela responsável pelos processos de licitação e de acordo com o Parecer Jurídico constantes do Processo de Dispensa n.º 02/2021, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Ribeirão Cascalheira, 02 de Fevereiro de 2021.

_____

Luzia Nunes Brandão

Prefeita Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 063 2020

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 063/2020

Partes: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a pessoa jurídica

MARIA ALICE DA SILVA EIRELI, inscrita no CNPJ nº 14.284.593/0001-70

CLÁUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE FORNECIMENTO DOS PRODUTOS

Em decorrência deste Termo Aditivo, o presente contrato será prorrogado pelo prazo de 06 meses e 14 dias, passando a vigorar até o dia 15 de Julho de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas do Contrato Original, não mencionadas neste Termo Aditivo.

DA ASSINATURA: 01/01/2021 ASSINAM: Luzia Nunes Brandão – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a pessoa jurídica MARIA ALICE DA SILVA EIRELI

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 059, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021. "NOMEIA FRANCISCO RODRIGUES FILHO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO."

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Orgânica do Municipal, em consonância, da Lei nº 389/05.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomear **FRANCISCO RODRIGUES FILHO**, portador do RG n° 3087933-7 SSP/MT e do CPF n° 244.217.826-53, no Cargo em Comissão de Secretário de Saúde, Lotado na Secretaria Saúde.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 01 de fevereiro de 2021.

Luiz Carlos

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 62, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 62, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021

"Dispõe Sobre a Nomeação da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2021 da Prefeitura Municipal de Rio Branco-MT, e da outras Providências".

O Prefeito Municipal de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, senhor **LUIZ CARLOS**, no uso de suas atribuições legais, exaradas pela Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art 1º Nomear os servidores abaixo identificados, sob a Presidência do primeiro, para compor a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2021 da Prefeitura Municipal de Rio Branco-MT.

CARGO	NOME	MATRICULA	DOCUMENTO
PRESIDENTE	VANDERLÉIA RODRIGUES ALVES	034	881.202.951. 53
MEMBRO	NAIARA SCANDIANI MIRANDA ARAUJO	----------	020.059. 751-50
MEMBRO	JOSÉ MIGUEL	1573	031.373. 138-13

Art 2º Ficarão a cargo da Comissão Organizadora todas as providencias legais necessárias á realização do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2021.

Art 3º A Comissão Organizadora deverá dar apoio e prestar todas as informações requeridas pela contratada, exigindo a lisura e o cumprimento dos prazos constantes do edital do Processo Seletivo Simplificado.

Art 4º Compete a Presidente da Comissão solicitar, junto ao Executivo Municipal, todos os recursos materiais, humanos e financeiros necessários do Processo Seletivo Simplificado, bem como encarregar-se da divulgação, organizadora e locais da prova.

Art 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal 02 de Fevereiro de 2021.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se

LUIZ CARLOS

-Prefeito-

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 060, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021. "NOMEIA A SRª NAIARA SCANDIANI MIRANDA ARAUJO, NO CARGO EM COMISSÃO."

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Orgânica Municipal, em consonância com a Lei nº 389/05.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomear **NAIARA SCANDIANI MIRANDA ARAUJO**, portadora do RG n° 1866268-4 SSP/MT e do CPF n° 020.059.751-50, no Cargo em Comissão de Chefe de Departamento de Contabilidade e Ex. Orçamentaria, Lotada na Secretaria de Finanças.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 01 de fevereiro de 2021.

Luiz Carlos

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 058, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021. "EXONERA ELIANYS PETERLE DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA."

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Orgânica Municipal, em consonância, da Lei nº 389/05.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar **ELIANYS PETERLE**, portadora do RG n° 1031471-7 SSP/MT e do CPF n° 842.753.831- 68, do Cargo em Comissão de Secretária de Saúde, Lotada na Secretaria de Saúde.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 01 de fevereiro de 2021.

Luiz Carlos

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

GABINETE DA PREFEITURA
DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 001/2021/GAB/PREFEITO

Processo Administrativo nº 015/2021, de 02/02/2021 – Apenso

Processo Administrativo nº 055/2018 – Pregão Presencial nº 036/2018 - SRP

Contrato Administrativo nº 11/2018

1º Termo Aditivo de 20/02/2019 - vigência: 21/02/2019 a 20/08/2019

2º Termo Aditivo de 20/08/2019 - vigência: 21/08/2019 a 20/02/2020

3º Termo Aditivo de 3/03/2020 - vigência: 21/02/2020 a 20/08/2020

4º Termo Aditivo de 20/08/2020 - vigência: 21/08/2020 a 20/12/2020

CONTRATADO: COLADINI & COLADINI LTDA, CNPJ Nº 09.050.368/0001-39.

ASSUNTO: 5ª prorrogação do prazo e valor do contrato nº 011/2018, referente a prestação de serviços de acesso à rede mundial de computadores (internet e intranet) para recepção, transmissão, emissão de informações e multimídias via rádio em âmbito nacional e internacional com sinal 24 horas.

O PREFEITO DE RONDOLANDIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, especialmente aquelas conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando tratar-se de despesa referente a prestação de serviços para consecução das mais essenciais necessidades da administração pública na prestação de indispensáveis serviços públicos, inclusive para alimentação do software de Gestão Pública que funciona através do sistema de nuvens;

Considerando que, em decorrência do da licitação Pregão Eletrônico nº 058/2020, dado ao seu resultado, ocorreu a mudança do software de gerenciamento integrado dos sistemas administrativos, sendo o orçamento de 2021 aberto no último dia 25/01/2021;

Considerando que há previsão no Contrato adm. nº 11/2018, tanto quanto legalidade para que se proceda a sua prorrogação, especialmente, dado a continuidade da prestação dos serviços pelo fornecedor que, inclusive, anuiu apresentando a regularidade fiscal conforme certidões anexas;

Destarte, em razão de interesse público, AUTORIZO, a celebração do aditivo de prorrogação do contrato nº 11/2018, com fundamento na subcláusula 3.2 da Cláusula Terceira pelo prazo de (03) três meses, na qual deverá comportar os meses de janeiro a março de 2021, ou até que a nova licitação seja finalizada, o que desde já se ordena realize caso ainda não deflagrada.

DETERMINO, por fim:

a) Que informe a SEMFAZ os recursos orçamentários para prorrogação, empenhando a despesa; b) Ato contínuo encaminhe a Procuradoria para formalização do instrumento de prorrogação, bem como, atualize sua implantação no software integrado dos sistemas administrativos.

Rondolândia-MT, 2 de fevereiro de 2.021

RONALDO GARCIA BESSA

Prefeito Municipal, em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 01/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Senhor **JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**, Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **nos termos do inciso VIII, do art. 24 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993**. **RATIFICA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 01/2021**, com fulcro na decisão administrativa proferida pelo prefeito municipal José Carlos Junqueira de Araújo que autoriza a modalidade de Dispensa de Licitação, diante da situação fática, de acordo com a Lei de Licitações, a contratação a favor da empresa: **CODER COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONÓPOLIS**, situada na Av. Dr. Paulo de Oliveira, n° 1411, Bairro Cascalhinho, CEP: 78.720-300, Rondonópolis/MT, inscrita no CNPJ: **03.940.848/0001-99.**

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS EM DIVERSAS LOCALIDADES, NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS/MT.

VALOR TOTAL DISPENSA: R$ 7.148.925,09 (sete milhões, cento e quarenta e oito mil, novecentos e vinte e cinco reais e nove centavos).

Publique-se no átrio desta Prefeitura, no **Diário Oficial do Município – DIORONDON**, no jornal de circulação local **Jornal Estadão Mato Grosso,** no **Diário Oficial Eletrônico dos Municípios** e no **Diário Oficial de Contas,** para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 01 de fevereiro de 2021.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 02/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Senhor **JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**, Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **nos termos do inciso VIII, do art. 24 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993**. **RATIFICA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 02/2021**, com fulcro na decisão administrativa proferida pelo prefeito municipal José Carlos Junqueira de Araújoque autoriza a modalidade de Dispensa de Licitação, diante da situação fática, de acordo com a Lei de Licitações, a contratação a favor da empresa: **CODER COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONÓPOLIS**, situada na Av. Dr. Paulo de Oliveira, n° 1411, Bairro Cascalhinho, CEP: 78.720-300, Rondonópolis/MT, inscrita no CNPJ: **03.940.848/0001-99.**

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO – TAPA BURACO EM DIVERSAS RUAS E AVENIDAS NESTE MUNICIPIO DE RONDONÓPOLIS/MT.

VALOR TOTAL DISPENSA: R$ 3.523.384,16 (três milhões, quinhentos e vinte e três mil, trezentos e oitenta e quatro reais e dezesseis centavos).

Publique-se no átrio desta Prefeitura, no **Diário Oficial do Município – DIORONDON**, no jornal de circulação local **Jornal Estadão Mato Grosso,** no **Diário Oficial Eletrônico dos Municípios** e no **Diário Oficial de Contas,** para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 01 de fevereiro de 2021.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 085/2021 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021

PORTARIA Nº 085/2021 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021

NOMEIA O Sr.° JADIR FRANCISCO DE OLIVEIRA, PARA O CARGO ASSESSOR DE ESPORTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, Sr.º **MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA,** no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr.º **JADIR FRANCISCO DE OLIVEIRA,** para o cargo de **ASSESSOR DE ESPORTES,** lotado Na Secretaria Municipal de Educação, cult. Desporto e lazer.

Parágrafo Único. A posse e exercício do funcionário nomeado subordinar-se-á ao cumprimento das exigências e formalidades legais pertinentes em vigor, cabendo aos órgãos competentes formalizá-la devidamente, em tempo hábil.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da rubrica orçamentária correspondente na Secretaria citada acima, suplementadas se necessário, na forma da legislação específica que disciplina a matéria.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 01 de Fevereiro de 2021.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N° 001/2021

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Revogação de Licitação

Tomada de Preços n° 001/2021

A Sra. Prefeita do Município de Santa Cruz do Xingu, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO a necessidade de readequação do Edital, com vistas a uma prestação de serviços satisfatória e para melhor atender ao interesse da administração.

RESOLVE: **REVOGAR em 02 de fevereiro de 2021** todos os seus termos, por interesse da administração, o processo licitatório sob. nº. 003/2021, e consequentemente a licitação Tomada de preços sob o nº 001/2021, cujo objeto é a "Contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação de serviços médicos, clinico geral, para atendimento na Unidade de Saúde da Família, junto a Secretaria Municipal de Saúde de Santa Cruz do Xingu – MT.

Santa Cruz do Xingu – MT, 02 de Fevereiro de 2021. Joraildes Soares de Sousa - Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
ETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO – PORTARIA N° 010/SAD/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO – PORTARIA N° 010/SAD/2021

Retifica-se a publicação no Diário Municipal, publicada, Segunda-Feira, 01 de fevereiro de 2021, ANO XVI, Nº 3.658, referente a Portaria nº. 010/SAD/2021. "**Onde se lê**": "Fica concedida **Promoção de classe** de acordo com o parecer da Comissão de Avaliação de Título do PCCS da Educação do Município de Santa Cruz do Xingu - MT, nomeados pelos decretos 072/2016 e 068/2019 em conformidade com o Plano de Carreira dos Profissionais da Administração Geral e da Câmara Municipal, para os servidores-relacionados abaixo." "**Leia-se**" "Fica concedida **Promoção de Classe** de acordo com o parecer da Comissão de Avaliação de Título do PCCS da Administração Geral do Município de Santa Cruz do Xingu - MT, nomeados pelos decretos 072/2016 e 068/2019 em conformidade com o Plano de Carreira dos Profissionais da Administração Geral e da Câmara Municipal, para os servidoresrelacionados abaixo.". As demais informações ficam inalteradas. Santa Cruz do Xingu – MT, 02 de fevereiro de 2021. Paulo Roberto da Cruz Pinto – Coordenador de Departamento de Recursos Humanos.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 004/2021/SME-SCX/MT

PORTARIA Nº. 004/2021/SME-SCX/MT, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

Dispõe sobre designação de servidor para função que especifica e dá outras providências.

Danilo Fernando Luz Oliveira, Secretário Municipal de Educação de Santa Cruz do Xingú, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a disponibilidade e a habilidade do servidor;

Considerando os princípios constitucionais da continuidade e eficiência dos serviços públicos, R E S O L V E:

Art. 1º - Fica designada para exercer, a contar da data de 02/02/2021, em caráter excepcional, as funções de Técnico Administrativo Educacional, nesta Secretaria Municipal de Educação, a servidora municipal:

I – ELIMARA REGIANE DE VALLE ALBRECHT, Matricula 339 e RG nº 1803983-9 SSP/MT, investido no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

Parágrafo único. A servidora acima continuará a receber seus vencimentos (salário) de concurso normalmente, sem prejuízo de ônus.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Santa Cruz do Xingu-MT, 02 de Fevereiro de 2021.

_____

Danilo Fernando Luz Oliveira

Secretario Municipal de Educação

Decreto 037/2021

RECURSOS HUMANOS
RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO – DECRETO N° 028/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO – DECRETO N° 028/2021

Retifica-se a publicação no Diário Municipal, publicada, Segunda-Feira, 25 de janeiro de 2021, ANO XVI, Nº 3.653, referente ao Decreto nº. 028/2021. "**Onde se lê**": "Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e em especial o decreto nº. 087/2020 de 09 de setembro de 2020 e retroagindo os seus efeitos a partir do dia 04 de janeiro de 2020." "**Leia-se**" "Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e em especial o decreto nº. 087/2020 de 09 de setembro de 2020 e retroagindo os seus efeitos a partir do dia 04 de janeiro de 2021.". As demais informações ficam inalteradas. Santa Cruz do Xingu – MT, 02 de fevereiro de 2021. Paulo Roberto da Cruz Pinto – Coordenador de Departamento de Recursos Humanos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 088/2021

DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA LEANI INACIO DE SOUZA PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA DE UNIDADE EDUCACIONAL DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL NASCER DO SOL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear **LEANI INACIO DE SOUZA**, portadora do RG nº 490.237 SSP/MT e inscrita no CPF/MT sob o nº 471.968.589.72, para exercer o cargo em comissão de **SECRETÁRIA DE UNIDADE EDUCACIONAL DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL NASCER DO SOL**.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 081/2021

DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA VANDERLÉIA COELHO DA COSTA PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADORA PEDAGÓGICA DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA MUNICIPAL TRÊS DE NOVEMBRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear **VANDERLÉIA COELHO DA COSTA**, portadora do RG nº 1432211-0 SSP/MT e inscrita no CPF/MT sob o nº 700.285.671.53, para exercer o cargo em comissão de **COORDENADORA PEDAGÓGICA DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 082/2021

DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA CELMA REGINA MENDES DOS SANTOS PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA PEDAGÓGICA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear **CELMA REGINA MENDES DOS SANTOS**, portadora do RG nº 6.349.500-0 SSP/PR e inscrita no CPF/MT sob o nº 028.434.539.33, para exercer o cargo em comissão de **ASSESSORA PEDAGÓGICA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 083/2021

DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA SIMONE CARNEIRO DA SILVA PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL TRÊS DE NOVEMBRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear **SIMONE CARNEIRO DA SILVA**, portadora do RG nº 1.067.457-8 SSP/MT e inscrita no CPF/MT sob o nº 847.035.631.34, para exercer o cargo em comissão de **DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL TRÊS DE NOVEMBRO**.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 084/2021

DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA FABIANA CARPANEZI PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRUSQUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear **FABIANA CARPANEZI**, portadora do RG nº 11674461-6 SSP/MT e inscrita no CPF/MT sob o nº 011.667.891.79, para exercer o cargo em comissão de **DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRUSQUE**.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO Nº 02/2020

CONVOCAÇÃO E POSSE

EDITAL 02/2021 DO PROCESSO SELETIVO 02/2020

O Sr. **Egon Hoepers**, prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, **CONVOCA** o candidato abaixo, aprovado no **PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2020**, realizado no dia 17/01/2021 para comparecer no prazo de 02 (dois) dias após a publicação deste edital na Sede da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT, para apresentar **cópias** dos documentos de habilitação abaixo relacionados para tomar posse no cargo em que foi classificado.

a) Exame Admissional ;

b) Cópia da certidão de nascimento dos filhos;

c) Comprovante de escolaridade.

d) Certidão negativa de antecedente criminal

e) Copia do CPF e RG

f) Titulo de eleitor e ultimo comprovante de votação.

g) Certidão de nascimento ou casamento.

h) Pis/pasep

i) Carteira de trabalho

j) Comprovante de residencia.

k) Cópia do Cpf dos dependentes.

l) Documento Militar (sexo masculino)

MOTORISTA CAT C	CLAS
EMERSON ALVES DE SOUZA	1º
RENILDO DA SILVA LIMA	2º
ADEMIR ANTONIO BORGES DE LARA	3º

TÉCNICO EM ENFERMAGEM	CLAS
GISELE ATENISA DA SILVA	4º

OPERADOR DE MAQUINAS CAT C – D ou E	CLAS
GEVERSON GOMES DE MORAES SIQUEIRA	1º
ROGÉRIO RICARDO MOTTA DE SIQUEIRA	2º

ZELADOR DE PATRIMÔNIO	CLAS
ERYLSON AKERLEY MARQUES	1º
ISRAEL GLEDSON SANTOS XAVIER DE LUNA	2º

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, em 02 de Fevereiro de 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 012/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021

Processo de Licitação nº. 012/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UMA DESMONTADORA DE PNEUS AROS DE "14 A "26", PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT. A sessão publica será no dia **15 *DE FEVEREIRO DE 2021 AS 09H05MIN (HORARIO DE BRASILIA)*;** O Edital estará disponível no **Sites:** www.santaritadotrivelato.mt.gov.br (link: "Pregão Eletrônico") e www.bllcompras.org.br (Bolsa de Licitações e Leilões). Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, ou através do telefone (65) 3529-6161. Santa Rita do Trivelato/MT, 02 de FEVEREIRO de 2021.

DIENIFFER MOURA DA SILVA/MARIA CILENE PEREIRA

PREGOEIRAS OFCIAIS DO MUNICIPIO

PORTARIA 080/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 095/2021

DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

SÚMULA: "CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR EFETIVO DARLAN DA SILVA SOARES ".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder férias ao servidor **DARLAN DA SILVA SOARES**, portador do RG nº 089111419-0 SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 006.566.541-47, no período de 08/02/2021 a 27/02/2021, referente ao período aquisitivo de 17/07/2020 a 16/01/2021.

Art. 2º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 085/2021

DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA MARCIA SABKA CASTAGNA PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADORA PEDAGÓGICA DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRUSQUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear **MARCIA SABKA CASTAGNA**, portadora do RG nº 2817057-7 SSP/MT e inscrita no CPF/MT sob o nº 033.385.469.12, para exercer o cargo em comissão de **COORDENADORA PEDAGÓGICA DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRUSQUE**.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 086/2021

DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR TIAGO CESAR DA CUNHA BERNEGOZZI PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL NASCER DO SOL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear **TIAGO CESAR DA CUNHA BERNEGOZZI**, portador do RG nº 9664026-9 SSP/PR e inscrito no CPF/MT sob o nº 064.068.359.21, para exercer o cargo em comissão de **DIRETOR DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL NASCER DO SOL**.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

COMPRAS E LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2020 PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2020

PUBLICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT, Sr. Egon Hoepers, torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas nos autos, bem como em consideração ao parecer jurídico emitido no Processo de Dispensa de Licitação, com finalidade da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIAZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E MONITORAMENTO MENSAL PARA O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT**, junto à empresa **NOVA ALARMES COM. E SERV. DE ALARMES ELETRON. LTDA – CNPJ Nº. 11.012.397.0001.58**,no valor de **R$ 3.060,00 (Três mil e Sessenta Reais),** a serem pagos conforme disposições em contrato a ser celebrado, em conformidade com art. 24, inc. II, da Lei 8. 666/93, **PUBLICA** a justificativa apresentada e autoriza a Contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26, da Lei nº 8.666/93.

Santa Rita do Trivelato - MT, 03 de FEVEREIRO de 2021.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA Nº 022/2020

Objeto: **PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIAZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTUDOS E ENSAIOS TÉCNICOS PARA TERRAPLENAGEM E CAPA ASFÁLTICA (LABORATÓRIO DE SOLO) PARA O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT**

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATADO: **NOVA ALARMES COM. E SERV. DE ALARMES ELETRON.LTDA – CNPJ Nº. 11.012.397.0001.58**

VALOR GLOBAL: R$ 3.060,00 (Três mil e sessenta reais)

VIGÊNCIA: até 31/12/2021.

HOMOLOGO.

Santa Rita do Trivelato – MT, 03 de FEVEREIRO de 2021.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 093/2021

DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SRA. GRISIELE GOMES DOS SANTOS ARAUJO PARA EXERCER O CARGO EMCOMISSÃO DE ASSESSOR DE SECRETARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear a Sra**. GRISIELE GOMES DOS SANTOS ARAUJO**, portadora do RG nº 2469079-1 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 050. 643.551-22, para exercer o cargo comissão de **ASSESSOR DE SECRETARIA.**

Art. 2º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 092/2021

DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SR. ROSENILDO VENANCIO DE ARRUDA MARTINS PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE MONITOR DE PROGRAMASE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear o Sr. **ROSENILDO VENANCIO DE ARRUDA MARTINS**, portador do RG nº 1849500-1 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 020. 189.611-79, para exercer o cargo em comissão de **MONITOR DE PROGRAMAS**.

Art. 2º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 091/2021

DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

SÚMULA: "CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR EFETIVO LUIZ CARLOS FIDALSKI".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder férias ao servidor **LUIZ CARLOS FIDALSKI**, portador do RG nº 474.006 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 344.711.971.34, no período de 04/02/2021 a 05/03/2021, referente ao período aquisitivo de 05/02/2019 a 04/02/2021.

Art. 2º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 090/2021

DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA ADRIANA BRITO DE OLIVEIRA SANTOS PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADORA PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRUSQUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear **ADRIANA BRITO DE OLIVEIRA SANTOS**, portadora do RG nº 145555-4 SSP/MT e inscrita no CPF/MT sob o nº 004.519.611.70, para exercer o cargo em comissão de **COORDENADORA PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRUSQUE**.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 087/2021

DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA LUCIENE DE SOUZA PIRES SILVA PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA DE UNIDADE EDUCACIONAL DA ESCOLA MUNICIPAL TRÊS DE NOVEMBRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear **LUCIENE DE SOUZA PIRES SILVA**, portadora do RG nº 00103108-7 SSP/MS e inscrita no CPF/MT sob o nº 797.348.551.15, para exercer o cargo em comissão de **SECRETÁRIA DE UNIDADE EDUCACIONAL DA ESCOLA MUNICIPAL TRÊS DE NOVEMBRO**.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 094/2021

DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

SÚMULA: "CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA GLAUCIA FERNANDA DE SOUZA BONFIM ".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder férias a servidora **GLAUCIA FERNANDA DE SOUZA BONFIM**, portadora do RG nº 1854110-0 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 025.596.571.04, no período de 08/02/2021 a 09/03/2021, referente ao período aquisitivo de 14/10/2019 a 13/10/2020.

Art. 2º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 089/2021

DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR MARCUS VINICIUS CAVALCANTE DA SILVA PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE UNIDADE EDUCACIONAL DA ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRUSQUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear **MARCUS VINICIUS CAVALCANTE DA SILVA**, portador do RG nº 2383537-0 SSP/MT e inscrito no CPF/MT sob o nº 053.496.441.90, para exercer o cargo em comissão de **SECRETÁRIO DE UNIDADE EDUCACIONAL DA ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRUSQUE**.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

PREFEITURA / RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 061/2021-GP

DE 02 DE FEVEREIRO DE 2.021

"Dispõe sobre a nomeação de fiscal de contrato e dá outras providencias".

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomear a Sra. **JACKELLINE LUCENA BONILHA**, servidora pública municipal, matricula funcional nº 1.914, portadora do CPF nº 983. 653.711-20 e RG nº 3641892 SSP/TO, para ser Fiscal do Contrato nº 001/ 2021 (Aquisição de Veiculo tipo Pick-Up) para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos*.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de Fevereiro de 2.021.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA-MT

CNPJ Nº 15.031.669/0001-18

CONTRATADA: DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS-LTDA

CNPJ: sob o nº 01.016.616/0001-13

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEICULO TIPO PICK-UP CABINE DUPLA,COM MOTORIZAÇÃO MININIMA DE 1.3, COM CAPACIDADE MINIMA PARA 4 PESSOAS, CAPACIDADE DE CARGAS MINIMA DE 600 KG E VOLUME MINIMO DE 800 LITROS, SUSPENSÃO CONFORME MONTADORA ,FREIOS CONFORME MONTADORA, POTENCIA MINIMA DE 85 CV, COMBIO MANUAL, DIREÇÃO HIDRAULICA, AR CONDICIONADO DE FABRICA, COR BRANCA.

MARCA FIAT/ MODELO STRADA ENDURENCE 1.4**para atender à demanda da secretaria municipal de assistência social.**

VIGÊNCIA: 02/02/2021 a 02/02/2022

Valor Total: R$ 80.000.00 (oitenta mil reais)

Santa Terezinha – MT, 02 de fevereiro de 2021.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

Prefeito Municipal-Contratante.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

EXTRATO DE CONTRATO 006/2021

EXTRATO DE CONTRATO 006/2021

MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO.

CONTRATO DERIVADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 001/2021

OBJETO CONTRATUAL:A PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO PRESCINDE EM CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, ATRAVÉS DE CESSÃO DE MÃO DE OBRA DE UM PROFISSIONAL HABILITADO PARA PRESTAR SERVIÇO DE FISIOTERAPIA, ATENDENDO AS DEMANDAS NA ZONA RURAL, PFF – PADRE ISIDORO SCHINAIDER NO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO/MT.

CONTRATADA: Luana Araujo Marconi

CPF: 030.757.801-11

ASSINADO EM: 02/02/2021.

VENCIMENTO: 02/06/2021

VALORR$- 16.248,00 (dezesseis mil, duzentos e quarenta e oito reais).

SANTO AFONSO/MT, 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO - PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DE DISPENSA LICITAÇÃO 001/2021

EXTRATO DE DISPENSA LICITAÇÃO 001/2021

O Município de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso,neste ato representado por seu gestor Municipal, Sr. Luis Fernando Ferreira Falcão, torna público aos interessados o **extrato da dispensa de licitação de n° 001/2021** em conformidade com a lei de licitações 8.666 de 21 Junho de 1993 e seus modificações. **A PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO PRESCINDE EM CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, ATRAVÉS DE CESSÃO DE MÃO DE OBRA DE UM PROFISSIONAL HABILITADO PARA PRESTAR SERVIÇO DE FISIOTERAPIA, ATENDENDO AS DEMANDAS NA ZONA RURAL, PFF – PADRE ISIDORO SCHINAIDER NO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO/MT.** Tem o presente termo de dispensa o valor global de **R$- 16.248,00 (Dezesseis mil, duzentos e quarenta e oito reais). Contratada:** Luana Araujo Marconi – CPF: 030.757.801-11.

Santo Afonso – MT, 01 Fevereiro de 2021.

Luis Fernando Ferreira Falcão - Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 061/2021

SÚMULA: NOMEIA **ASSESSOR JURÍDICO** DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

O SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, **LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO** NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E N D O

Art. 1º Fica nomeado e empossado o **Sr° LUIS ADRIANO PINHEIRO SANTOS** portador do RG nº 1628457-7 SSP/MT e CPF/MF n° 016.674. 881-12, OAB-MT 23652/O no cargo de provimento em comissão **ASSESSOR JURÍDICO** do Poder Executivo deste Município de Santo Afonso-MT.

Art. 2º - O nomeado de que trata o artigo anterior, ficará com a responsabilidade de gerir os serviços e atribuições que lhe confere o cargo, em razão de lei, junto ao Poder Executivo Municipal, sem acúmulo remuneratório.

Art. 3º - As atribuições do cargo são previstas em lei e restritas a ele, e, o servidor nomeado por esta Portaria será remunerado na forma determinada em lei.

Parágrafo único - O tempo de serviço no exercício do cargo será computado para todos os fins e efeitos previdenciários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

CPF/MF 022.566.881-51 – RG 16049640 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 060/2021

SÚMULA: NOMEIA **CHEFE DE SETOR DE TESOURARIA** DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

O SENHOR PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, **LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO** NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E N D O

Art. 1º Fica nomeado e empossado o **Srº ALAN MARTINS SOUTO** portador do RG nº 2030901-5 SSP/MT e CPF/MF n° 031.356.771-92, no cargo de provimento em comissão **CHEFE DE SETOR DE TESOURARIA** do Poder Executivo deste Município de Santo Afonso-MT.

Art. 2º - O nomeado de que trata o artigo anterior, ficará com a responsabilidade de gerir os serviços e atribuições que lhe confere o cargo, em razão de lei, junto ao Poder Executivo Municipal, sem acúmulo remuneratório.

Art. 3º - As atribuições do cargo são previstas em lei e restritas a ele, e, o servidor nomeado por esta Portaria será remunerado na forma determinada em lei.

Parágrafo único - O tempo de serviço no exercício do cargo será computado para todos os fins e efeitos previdenciários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

CPF/MF 022.566.881-51 – RG 16049640 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 059/2021

SÚMULA: EXONERA **CHEFE DE DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E LUBRIFICAÇÃO** DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

O SENHOR PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, **LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO** NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E N D O

Art. 1º Fica exonerado o **Sr. ALDORI FERNANDES POTRICH,** portador do RG n° 618489 SSP/MT e CPF/MF n°405.298.861-20, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E LUBRIFICAÇÃO** do Poder Executivo deste Município de Santo Afonso-MT.

Art. 2º - A exoneração ocorre a pedido do Servidor, e os direitos decorrentes, se houverem, correrão por conta da municipalidade, de acordo com a lei.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

CPF/MF 022.566.881-51 – RG 16049640 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
EDITAL CONTAS ANUAIS PREVISAL

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREVISAL - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

EDITAL PREVISAL N.º 001/2020

O PREVISAL- Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, representado pelo Secretário Municipal de Administração, Srº. Ronaldo Martins de Amorim, abaixo assinado, vem através do presente e nos termos da legislação vigente, dar publicidade de que as contas anuais do regime próprio de previdência social, exercício de 2020, encontram-se à disposição de qualquer munícipe/segurado, na sede da prefeitura municipal, no horário de expediente normal, daquele paço municipal, de segunda a sexta-feira.

Santo Antônio do Leste - MT, 31 de dezembro de 2020.

Ronaldo Martins de Amorim Secretário Municipal de Administração /Gestor RPPS CPF: 429.720.941-15

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2021

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2021

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal Jose Arimateia Vieira Alves, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Licitação e pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta com dispensa de licitação, fulcrada no inciso II, do art. 24 da Lei 8.666/93, no valor de R$ 10. 007,78 (dez mil, sete reais e setenta e oito centavos). Tendo como objeto a Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção em maquinas pesadas com fornecimento de peças, sendo uma motoniveladora modelo GD 655, visando atender as necessidades da Secretaria de Viação, Obras e Serviços Públicos. Resolve RATIFICAR o presente processo a favor de: **VAMOS COMERCIO DE MAQUINAS LINHA AMARELA LTDA – CNPJ:** 35.654.688/0001-08**,** com sede na Av. Ayrton Senna da silva, s/nº, bairro: Distrito Industrial, Município de Cuiabá – MT, 78.098-282.

, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei 8.666/93.

Santo Antônio do Leste-MT, 01 de fevereiro de 2021

_____

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N° 60/2021 - DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre nomear para o cargo comissionado de Gerência de Implantação e Desenvolvimento de Assentamentos da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente Desenvolvimento Rural deste Município de São José do Povo - MT e dá outras providências.

IVANILDO VILELA DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Nomear o Sr. HELIO MARIO DA SILVA , inscrito no CPF sob o nº 503842601-87 , portador do RG nº 730682 SSP/MT, para exercer o cargo de Gerencia Implantação e Desenvolvimento de Assentamentos da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente Desenvolvimento Rural desta Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT e receber seus proventos através da Lei nº699/17 de 27 de Janeiro de 2017.

ARTIGO 2º-Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposição em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

São José do Povo, 01 de Fevereiro de 2021.

IVANILDO VILELA DA SILVA

Prefeito Municipal

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

SECRETARIA DE GABINETE
PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA 2021

Este Controlador Interno, responsável pela Unidade de Controle Interno — nomeado por Portaria (nº. 27/2021), em cumprimento a Lei Municipal Nº 394/07, Decreto Nº 005/2008 do disposto no art. 8º da Resolução Normativa nº 26/2014, que altera a nº 33/2012 do Tribunal de Contas de Mato Grosso, e com fundamento no art. 31 da Constituição, resolve:

Art. 1º. O Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) consiste na normatização operacional e no planejamento dos procedimentos de auditoria e controle. O PAAI 2021 é o documento que orienta as normas para as auditorias internas, especificando os procedimentos e metodologias de trabalho a serem observadas pela auditora de contas.

Parágrafo único - As auditorias tem a finalidade precípua de avaliar o cumprimento dos Sistemas Administrativos auditados quanto ao segmento dos procedimentos das Instruções Normativas, baseada nos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia, bem como recomendar e sugerir ações corretivas para os problemas detectados, cientificando aos auditados da importância em submeter-se às normas vigentes.

ENTIDADES PÚBLICAS EM QUE A UCI ATUA

Compõem a estrutura da administração pública municipal de São José do Povo– MT:

Prefeitura Municipal de São José do Povo;

Câmara Municipal de São José do Povo;

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do Povo – FUMPREV.

CAPITULO I — DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º. Cabe a UCI exercer a função de auditoria e controle preventivo, o acompanhamento, avaliação, verificação, fiscalização, de forma precedente, concomitante e subsequente, sobre todos os atos contábeis, orçamentários, financeiros, operacionais e patrimoniais, visando o bom cumprimento da Lei e dos princípios contábeis e administrativos.

Parágrafo único. É dever da UCI apoiar o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas.

Art. 3º. A função de auditoria demanda completa independência do objeto auditado.

Art. 4º. No exercício do Controle Preventivo a UCI adotará as seguintes medidas:

a) Realizar encontros e reuniões com os servidores da secretaria para dirimir eventuais dúvidas e questionamentos acerca da aplicabilidade, alcance e cumprimento das instruções normativas;

b) Emitir pareceres e recomendações para aprimorar o controle interno, quando constatada pela UCI falha nos procedimentos de rotinas;

c) Responder consultas das unidades executoras quanto a legalidade, legitimidade e economicidade de procedimentos de trabalho, bem como, nos casos de interpretação e/ou indicação da legislação aplicável à determinadas situações hipotéticas;

c) Informar e orientar as unidades executoras quanto às manifestações e recomendações de órgãos de controle externo que possam implicar diretamente na gestão;

d) Realizar visitas técnicas preventivas nas unidades para avaliar a eficiência dos trabalhos administrativos;

e) Realizar demais atos de controle preventivo inerente as funções de Controle Interno.

Parágrafo único - O controle preventivo da UCI será realizado junto a esta unidade durante todo o exercício de 2021, sem data previamente fixada, posto que seja adotada sempre que a UCI verificar a necessidade de acompanhamento ou mediante solicitação das unidades executoras.

Art. 5º. São instrumentos da UCI:

I - Notificação: Documento pelo qual a UCI comunica ao gestor ou responsável a ocorrência de irregularidade;

II - Relatório de Auditoria: Documento pelo qual a UCI comunica ao gestor os achados e fatos relevantes resultantes de auditoria;

III - Representação ao Tribunal de Contas: Comunicação ao TCE/MT acerca de irregularidade grave, irregularidade que importe prejuízo ao erário (desde que não reparado integralmente), ou irregularidade já notificada, mas não sanada;

Parecer do Controle Interno: Pronunciamento analítico quanto à aprovação ou não de um ato;

V - Rotina: Normatização sobre os procedimentos e métodos das atividades de uma determinada função ou departamento, com o fim de padronizar, organizar, corrigir desvios e acelerar o andamento do fluxo de trabalho.

Parágrafo único. As Rotinas serão elaboradas pela UCI em conjunto com o responsável pela função respectiva (se houver), devendo ser submetidas à homologação do gestor.

Art. 6º. A UCI se vincula diretamente ao gestor desta Prefeitura, sem qualquer tipo de vinculação intermediária (conforme art. 5º, RN 33/2012, TCE/MT).

CAPITULO II — AUDITORIA *IN LOCO*

Art. 7º. Deve ser garantido à UCI acesso irrestrito a todos os documentos e registros físicos e eletrônicos da Prefeitura.

Parágrafo único. Se houver impedimento ao trabalho de auditoria, a UCI deverá lavrar termo circunstanciado, com assinatura de ao menos uma testemunha, e então notificar o gestor.

Art. 8º. Ademais das auditorias programadas neste PAAI, a UCI poderá, a critério desta, proceder a outras auditorias do Projeto APRIMORA, nas atividades: Logística de Medicamentos, Alimentação e Nutrição Escolar, Gestão de Frotas, Contratações Públicas, Gestão Financeira e quanto ao Nível de Entidade.

Art. 9º. Monitorar os Planos de Ação definidos no Projeto APRIMORA, analisando as resolutividade das ações, para sanar falhas, erros identificados nas auditorias. Todas as auditorias *in loco* deverão ser avisadas com ao menos cinco dias de antecedência.

Art. 10º. Depois de realizada a auditoria *in loco*, a UCI irá emitir um Relatório de Auditoria com os achados que se verificarem.

CAPITULO III — DEVERES PERIÓDICOS

Art. 11º. É obrigatório o Parecer do Controle Interno sobre:

I - As contas anuais de gestão, a ser consolidado semestralmente, nas cargas mensais de junho e dezembro;

II - Todos os processos de concursos públicos;

III - Nas admissões de pessoal realizadas no quadrimestre se houver.

Parágrafo único. É facultado ao gestor requisitar o Parecer do Controle Interno nos demais casos em que julgar necessário.

CAPITULO IV — ATIVIDADES PROGRAMADAS

Art. 12º. Entre os meses de janeiro e setembro haverá reuniões supervisionada pela UCI com todos os responsáveis por setores para tratar de fluxo de trabalho.

Art. 13º. Entre os meses de junho e de outubro, a UCI irá proceder a auditoria *in loco* nas secretarias demandadas necessárias.

CAPITULO V — DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14º. As atividades e o cronograma de execução dos trabalhos poderão sofrer alterações em função de fatores que inviabilize a sua realização na data estipulada, tais como: trabalhos especiais, treinamentos (cursos e congressos), atendimento ao Tribunal de Contas do Estado, assim como atividades não previstas.

Art. 15º. O resultado das atividades de auditoria será levado ao conhecimento do Prefeito Municipal e aos responsáveis por setores para que tomem conhecimento e adotem as providências que se fizerem necessárias. As constatações, recomendações e pendências farão parte do relatório de auditoria.

Art. 16º. O disposto neste PAAI não exaure as prerrogativas e os deveres do Controle Interno, previstos na Lei e nas resoluções do Tribunal de Contas de Mato Grosso.

Art. 17º. Este Plano Anual de Auditoria Interna é válido para todo o ano de 2021, tornando-se vigente a partir da publicação.

São José do Povo - MT, 15 de Janeiro de 2021.

JACOB SOARES DE OLIVEIRA

Auditor Público Interno

SECRETARIA DE GABINETE
ATA 001/2021 DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - RREO – SEXTO BIMESTRE; RGF SEGUNDO SEMESTRE; TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2020:

No dia vinte e nove do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, o Sr. José Carlos Oliveira Santos, consultor contábil do Município de São José do Povo – MT apresentou aos presentes os dados da prestação de contas em cumprimento a Lei de Responsabilidade Fiscal, informando a Receita Arrecadada, Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, Despesa Paga, Restos a Pagar Processados e Não Processados, Transferências Financeiras Repassadas ao Poder Legislativo, Demonstrativo de Saldo Bancários, e demais dados do **exercício de 2020**, conforme descrição abaixo:

- RECEITAS CORRENTES R$.16.611.621,45

Receita Tributária R$.1.116.186,85

Receita de Contribuições R$.72.609,04

Receita Patrimonial R$.13.620,27

Receita de Serviços R$. 22.837,28

Transferências Correntes R$.17.472.377,48

(-) Deduções da Receita – FUNDEB R$.-2.087.633,54

Outras Receitas Correntes R$.1.624,07

- RECEITAS DE CAPITAL R$.22.475,00

Alienação de Bens R$.0,00

Transferências de Capital R$.22.475,00

TOTAL GERAL ARRECADADO R$.16.634.096,45

RECEITA ORÇADA R$.17.232.596,05

PERCENTUAL ARRECADADO 96,53%.

Fonte: 01 – Anexo 10 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada até 12/2020;

02 - Demonstrativo das Despesas por Dotação Orçamentária – até 12/2020;

03 - Demonstrativo das Despesas por Categoria Econômica – Liquidada até 12/2020;

04 – Educação – Demonstrativo das Desps.por Categ. Econômica – Liquidados;

05 – Saúde - Demonstrativo das Desps.por Categ. Econômica – Liquidados;

06 – Demonstrativo dos Repasses ao Poder Legislativo.

- EDUCAÇÃO 25%:

- Despesas Liquidadas Recursos Ordinários. R$.1.035.444,10

- Dedução p/Fundeb R$.2.087.633,54

TOTAL APLICADO R$.3.123.077,64

- SAÚDE 15%:

- Despesas Liquidas Recursos Ordinários. R$.2.782.241,82

TOTAL APLICADO R$.2.782.241,82

- FUNDEB:

- Receita Arrecadada. R$.961.021,45

- Despesas Pagas no exercício de 2020. R$.1.176.543,60

- DESPESAS C/PESSOAL:

- RCL- Receita Corrente Liquida R$.16.611.621,45

- Limite Máximo Permitido (54%) R$.8.970.275,58

- Despesas Liquidadas c/Vencimentos e Encargos R$.7.222.175,53

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA, CONFORME ANEXO 10 DA LEI Nº. 4.320/64: EXERCÍCIO DE 2020.

ESPECIFICAÇAO	RECEITA ORÇADA	RECEITA ARRECADADA	RECEITA A ARRECADAR
RECEITAS CORRENTES	**17.903.966,16**	18.699.254,99	**+795.288,83**
RECEITAS DE CAPITAL	**1.407.566,79**	22.475,00	**-1.385.091,79**
- DEDUÇÕES PARA O FUNDEB	**-2.078.936,90**	-2.087.633,54	**-8.696,64**
TOTAL GERAL	**17.232.596,05**	**16.634.096,45**	**-598.499,60**

Informamos o Comportamento da Receita Total Arrecadada; Despesa Empenha e Liquidadas no Exercício de 2020**:**

Receita Arrecadada	Despesas Empenhadas	Diferença
16.634.096,45	13.825.561,20	2.808.535,25
Receita Arrecadada	Despesas Liquidadas	Diferença
16.634.096,45	13.720.697,29	2.913.399,16

A Receita Arrecada é maior que a Despesa Empenhada no valor de R$.2. 808.535,25 (dois milhões oitocentos e oito mil quinhentos e trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos). A Receita Arrecadada é maior que a Despesa Liquida em R$.2.913.399,16 (dois milhões novecentos e treze mil trezentos e noventa e nove reais e dezesseis centavos). Demonstrando que o município ao liquidar suas despesas, tem lastro financeiro suficiente para honrar os compromissos.

Despesas Orçamentárias Pagas no exercício de 2020 R$.13.666.398,50 (treze milhões seiscentos e sessenta e seis mil trezentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos).

Despesas a Pagar no valor de R$.62.680,57 (sessenta e dois mil seiscentos e oitenta reais e cinquenta e sete centavos).

Restos a Pagar – Pagos no valor de R$.31.246,60 (trinta e um mil duzentos e quarenta e seis reais e sessenta centavos).

Repasses financeiros ao Poder Legislativo no exercício de 2020, no valor de R$.820.623,72 (oitocentos e vinte mil seiscentos e vinte e três reais e setenta e dois centavos).

Após as explanações foi aberta a palavra para os presentes se manifestarem. Não havendo questionamento, eu, Luciene Leite da Silva Freitas, lavrei a Presente Ata que vai por mim assinada na lista em anexo e por todos os presentes.

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N° 59/2021 - DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021

DISPÕE SOBRE NOMEAR O SERVIDOR DESTA PREFEITURA MUNICIPAL PARA O CARGO DE DIRETOR DA ESCOLA MUNICIPAL SEBASTIÃO GOMES DE OLIVEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANILDO VILELA DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Servidor Municipal ADEMIR SOARES DE CARVALHO, inscrito no CPF nº 621.286.471.-34 e no RG nº 976.211 SSP/MT para o Cargo de Diretor da Escola Municipal Sebastião Gomes de Oliveira, de acordo a Lei Municipal n° 520/2012 10/04/2012 e receberá seus proventos conforme o Anexo I desta Lei, no período de 02/01/2021 à 02/01/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revongandas as disposiçõews em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

São José do Povo, 01 de Fevereiro de 2021.

IVANILDO VILELA DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 049/2021

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DE CARGO COMISSIONADO.

Levi Ribeiro, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar o servidor de cargo comissionado abaixo, conforme discriminado:

NOME	CARGO	DATA EXON.	MOTIVO
Marcelo Fernandes Marques	Ouvidor	31/1/2021	11- Rescisão s/ justa causa iniciativa do empregador

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 1º de fevereiro de 2021.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 051/2021

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO COMISSIONADO.

Levi Ribeiro, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Senhora abaixo para exercer o cargo comissionado, conforme discriminado:

NOME	CARGO	A PARTIR DE
Jandréia Raquel Crespan	Coordenadora de Recursos Humanos	1º/2/2021

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 1º de fevereiro de 2021.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 048/2021

DISPÕE SOBRE TRANSFERÊNCIA DE LOTAÇÃO DE SERVIDORES.

Levi Ribeiro, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Transferir a Lotação dos servidores abaixo, conforme descrito:

NOME	CARGO	ÓRGÃO DE ORIGEM	PARA O ÓRGÃO	DATA TRANSF.
Adiran Celestino da Silva	Auxiliar Administrativo	Secretaria de Educação e Cultura	Secretaria de Planejamento	1º/1/2021
Baltazar Pereira do Amaral	Motorista	Secretaria de Educação e Cultura	Secretaria de Saúde e Saneamento Básico	19/1/2021

Ercília Terezinha Timm Socoloski	Professora	Secretaria de Administração	Secretaria de Educação e Cultura	1º/1/2021
Guerino João Opencoski	Motorista	Gabinete do Prefeito	Secretaria de Saúde e Saneamento Básico	1º/1/2021
Juliana Ghedin Cappellesso	Professora	Departamento do Fundeb 60%	Secretaria de Educação e Cultura	1º/1/2021
Lucimar Costa	Chefe de Divisao	Secretaria de Administração	Secretaria de Finanças	18/1/2021
Marcelo da Silva Araújo	Encanador	Secretaria de Administração	Secretaria de Saúde e Saneamento Básico	25/1/2021

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 25 de janeiro de 2021.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 047/2021

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR.

Levi Ribeiro, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para trato de interesse particular à servidora abaixo, conforme discrimina, de acordo com o disposto nos Artigos 118 a 122, da Lei Municipal nº 991, de 23 de janeiro de 2014:

NOME	FUNÇÃO	PERÍODO LICENÇA	A PARTIR
Sandra Gonçalves da Silva Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	3 anos	12/1/2021

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 22 de janeiro de 2021.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

PREVIMUNI
PORTARIA N.º 012/2021 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DO CARGO EM COMISSÃO DE TESOUREIRO DO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT - PREVIMUNI.

A **Diretora Executiva do PREVIMUNI-** Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas conforme a Lei Municipal nº 963/2013 de 27 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar do cargo de provimento em comissão de Tesoureiro do Instituto Municipal de Previdência Social de São José do Rio Claro, o servidor **JOSÉ XAVIER FILHO** portador do RG nº 151839 SSP/RO e CPF nº 174.608.081-72.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data posterior a 01/02/2021, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

São José do Rio Claro, 01 de fevereiro de 2021.

CLEIDE DE LIMA SILVA

Diretora Executiva

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 044/2021

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DE CARGO EFETIVO.

Levi Ribeiro, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar o servidor de cargo efetivo abaixo, conforme discriminado:

NOME	CARGO	DATA EXON.	MOTIVO
José Joaquim Peixoto	Vigia	1º/1/2021	72- Aposentadoria por idade, com rescisão de contratual

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 22 de janeiro de 2021.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 046/2021

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR.

Levi Ribeiro, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para trato de interesse particular ao servidor abaixo, conforme discrimina, de acordo com o disposto nos Artigos 118 a 122, da Lei Municipal nº 991, de 23 de janeiro de 2014:

NOME	FUNÇÃO	PERÍODO LICENÇA	A PARTIR
Roberto Buscioli Grunov	Assistente Contábil	3 anos	1º/1/2021

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 22 de janeiro de 2021.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

PREVIMUNI
PORTARIA N.º 013/2021 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA TESOUREIRA DO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT - PREVIMUNI.

A **Diretora Executiva do PREVIMUNI-** Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas conforme a Lei Municipal nº 963/2013 de 27 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado a senhora **MEIRE REJANI DA SILVA RIZZATO**, portadora do RG nº 2999812-3 SSP/MT e CPF nº 659.457.609-78, como **tesoureira**.

Art. 2º - A Tesoureira percebera remuneração pelo desempenho da função.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data posterior a 01/02/2021, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

São José do Rio Claro, 01 de fevereiro de 2021.

CLEIDE DE LIMA SILVA

Diretora Executiva

PREVIMUNI
PORTARIA N.º 014/2021 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DO CARGO EM COMISSÃO DE CONTADOR DO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT - PREVIMUNI.

A **Diretora Executiva do PREVIMUNI-** Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas conforme a Lei Municipal nº 963/2013 de 27 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar do cargo de provimento em comissão de Contador do Instituto Municipal de Previdência Social de São José do Rio Claro, o servidor **ISRAEL POLIZZATTO JUNIOR** portador do RG nº 196655006 SSP/SP e CPF nº 975.259.361-53.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data posterior a 01/02/2021, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

São José do Rio Claro, 01 de fevereiro de 2021.

CLEIDE DE LIMA SILVA

Diretora Executiva

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 045/2021

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES À SERVIDORES.

Levi Ribeiro, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Férias Regulares pelo período de 30 (trinta) dias, de acordo com a legislação, aos Servidores abaixo, no mês de janeiro/2021, conforme descrito:

NOME
ADELAIDE APARECIDA MOURA VERGES SANTANA DA SILVA
ALEXSSANDRO DA SILVA
ARLEY CERVANTES
DALZIRA CAETANO DE QUADROS
DANIELLA SLONGO DA SILVA
ELIANE ALVES PEREIRA
ELIZABETH VAREIRO WATANABE
ENIEDJA DE MELO SILVA
ERONDINA PEREIRA DA SILVA
IVONE VEREDA DOS SANTOS
JESSICA DA SILVA LARA
KATRINA DE PAULA
LIZABETE FERREIRA SUBRINHO DA ROCHA
MARIA APARECIDA ALBINO MILA
MARINEIA MACHADO DOS SANTOS
ROSENILDA PEREIRA VICENTE
ROZE MARIA MARTINS BAHLS
SANDRA GONCALVES DA SILVA SANTOS
SIRLEI DE SOUZA SANTOS VENANCIO
TAKESHI TAKANO
VERA LUCIA FERREIRA
VILMA LOPES DA ROCHA SILVA

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 22 de janeiro de 2021.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 050/2021

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO COMISSIONADO.

Levi Ribeiro, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Servidora abaixo para exercer o cargo comissionado, conforme discriminado:

NOME	CARGO	A PARTIR DE
Josileide Adriana Castão Ribeiro	Ouvidor	1º/2/2021

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 1º de fevereiro de 2021.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO
ATA Nº 001/2021

ATA Nº 001/2021, no dia 26 de janeiro de dois mil e vinte e um, as 08h30-min. reuniram-se nas dependências do (CRAS) Centro de Referência de Assistência Social, alguns membros do (CMAS) Conselho Municipal de Assistência Social, para estabelecer nova composição deste Conselho, a reunião iniciou-se com o Secretária Municipal de Assistência Social Maristela apresentando as funções e direitos do Conselho, o qual será composto pelos seguintes membros, Simone Rodrigues de Souza e Geralda Dias dos Santos representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, Itamara Costa Cirqueira e Edilma Rocha Dias Garcia representando a Secretária Municipal de Saúde, Maria Moraes Piagem e Rosa Patrícia Meireles representando Secretaria Municipal de Finanças, Naihara Barbosa Rodrigues representando o Sindicato do Produtor Rural, Larissa Aparecida Lúcio da Silva e André Pereira representando a Pastoral da Criança e Quetima França de Almeida e Geziel Santiago de Castro representando as Igrejas Evangélicas de São José do Xingu. Após apresentação dos mesmos, o Conselho após discussão e por decisão unanime fica definido Quetima França de Almeida representante da Igrejas Evangélicas de São José do Xingu Presidente e Larissa Aparecida Lúcio da Silva representante da Pastoral da Criança Vice-presidente do Conselho Municipal de Assistência Social. Sendo assim damos por encerrada a reunião, segue assinatura dos presentes,

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

Espécie: Termo de Compromisso de Estágio Nº 001/2021, firmado em 01/02/2021. **Signatários:** pela **INTERVENIENTE,** Faculdade de Quatro Marcos – MT, pelo **ESTAGIÁRIO**, Marcelo Victor Dundi Colarino, e pela **CONCEDENTE,** Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT, **Objeto:** Estágio na Delegacia de Polícia Civil. **Vigência:** 11 meses; **Valor Global Estimado:** R$ 10.560,00.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 067 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias a servidora ELISABETE APARECIDA NOGUEIRA DOS SANTOS, no período de 02/02/2021 a 03/03/2021, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE FEVEREIRO DE 2021

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 068 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias a servidora EVA KORB, no período de 02/02/2021 a 03/03/2021, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE FEVEREIRO DE 2021

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RESCISÃO 01 DE FEVEREIRO DE 2021

PREF MUN DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

Rua Dr Guilherme P Cardoso, 539, Centro. São José dos Quatro Marcos-MT
CNPJ: 15.024.029/0001-80

Mês/Ano
02/2021
Rescisão
Página 1 de 1

Demonstrativo de Liquidação de Direitos 01/02/2021

Trabalhador					Carteira de Trabalho (nº, série e UF)
1016.1 - JOSE ANTONIO ROSA					0000000/00000/
PIS/PASEP	Cargo				Data nascimento / Data admissão
17022655446	0035 - VIGIA - CE - 01				26/01/1958 08/01/1986
Data afastamento	Causa Afastamento				
01/02/2021	Rescisão sem Justa Causa por Iniciativa do Empregado ou exoneração de cargo efetivo a				
RG	CPF	Salário	Banco	Agência	Conta
422007	326.175.001-44	1.569,83	001	02505-4	88300162-4
Unidade de custeio					
050401 - OBRAS E SERVICOS PUBLICO - EFETIVO					

DISCRIMINAÇÃO DAS VERBAS PAGAS

PROVENTOS				DESCONTOS			
Cód.	Descrição	Qtd.	Valor	Cód.	Descrição	Qtd.	Valor
906	FERIAS INDENIZADAS	12/12	2.354,75	565	PAGAMENTO INDEVIDO - 13	1.00	1.985,39
907	FERIAS PROPORCIONAIS	1/12	196,23				
916	1/3 FERIAS - RESCISAO	33.333	65,41				
983	1/3 FERIAS INDENIZADAS	33.333	784,92				

Total de Proventos	Total de Descontos	**Total Líquido**
R$ 3.401,31	R$ 1.985,39	**R$ 1.415,92**

São José dos Quatro Marcos - MT, 01 de fevereiro de 2021

Assinatura do empregado

Fiorilli S/C Software Ltda. [35/joao/RH-RH-RH.RH] {7.5.304.29.14353/R/14353}

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 069 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias ao servidor PEDRO GIANI, no período de 02/02/2021 a 03/03/2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA	PUBLICADA	CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE FEVEREIRO DE 2021

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

Espécie: Termo de Compromisso de Estágio Nº 002/2021, firmado em 01/02/2021. **Signatários:** pela **INTERVENIENTE,** Faculdade de Quatro Marcos – MT, pelo **ESTAGIÁRIO**, Marcelo Victor Dundi Colarino, e pela **CONCEDENTE,** Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT, **Objeto:** Estágio na Delegacia de Polícia Civil. **Vigência:** 11 meses; **Valor Global Estimado:** R$ 10.560,00.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Espécie: 15º Termo Aditivo do Convênio **Nº 002/2014**, firmado em 06/01/2021;**Signatários**: pelo **CONVENIENTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONVENIADA**, a **ASSOCIAÇÃO DA CASA DE RECOLHIMENTO À CRIANÇA RENASCER;** o valor da parcela do Convênio R$ 13.838,77 mensal, período de Janeiro à Dezembro de 2021

Espécie: 2º Termo Aditivo do Convênio **Nº 003/2020**, firmado em 06/01/2021;**Signatários**: pelo **CONVENIENTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONVENIADA CENTRAL DAS ASSOCIAÇÕES DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS**; o valor da parcela do Convênio R$7.500,00 mensal, período de Janeiro â Dezembro de 2021.

Espécie: 2º Termo Aditivo do Convênio **Nº 002/2020**, firmado em 06/01/2021;**Signatários**: pelo **CONVENIENTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONVENIADA**, **LAR SANTA RITA DE CÁSSIA**; o valor da parcela do Convênio R$ 10.000,00 mensal, período de Janeiro à Dezembro de 2021.

Espécie: 2º Termo Aditivo do Convênio **Nº 01/2020**, firmado em 06/01/2021;**Signatários**: pelo **CONVENIENTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONVENIADA, CONSELHO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS:** o valor da parcela do Convênio R$ 25.000,00 mensal, período de Janeiro à Dezembro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 011/2020

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO nº 011/2020

Espécie: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 011/2020

Objeto: Acréscimo do quantitativo inicial do contrato

Valor Acrescido: R$ 80.634,90 (oitenta mil seiscentos e trinta e quatro reais e noventa centavos).

Contratante: Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa

Contratada**: PAULO ROCHA DOS SANTOS EIRELI**

Data Aditivo: 20 de janeiro de 2021.

Amparo Legal: art. 65, inciso I, da Lei nº 8.666/93

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO DE RATEIO Nº 004/2020

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO DE RATEIO nº 004/2020

Espécie: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Rateio nº 004/2020

Objeto: **acréscimo do quantitativo inicial do contrato**

Valor: R$10.000,00 (dez mil reais)

Contratante: Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa

Contratada**: *CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO - CORESS/MT***

Data Aditivo: 18 de janeiro de 2021.

Amparo Legal: art. 65, inciso I, da Lei nº 8.666/93

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 018/2020

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO nº 018/2020

Espécie: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 018/2020

Objeto: prorrogação da vigência da prestação de Obras e Serviços

Contratante: Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa

Contratada**: PAULO ROCHA DOS SANTOS EIRELI**

Prazo: 60 (sessenta) dias

Data Aditivo: 01 de fevereiro de 2021.

Final: 02 de Abril de 2021.

Amparo Legal: art. 65, inciso I, da Lei nº 8.666/93

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

LICITACAO
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 014/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2019

Caixa de texto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 014/2020, ORIUNDO DA LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2019, PARA CONTRATAÇÃO DE MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE MECÂNICO PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA, REPAROS E CONSERTO EM VEÍCULOS LEVES E PESADOS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER DE TABAPORÃ – MT, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE TABAPORÃ/MT E A EMPRESA WILSON DIAS FERREIRA - MEI, CNPJ sob nº. 34.597.612/0001-25.

PREÂMBULO DAS PARTES E SEUS REPRESENTANTES DA FINALIDADE E FUNDAMENTO LEGAL

O município de **TABAPORÃ – MT**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 37.464.997/0001-40, situada na Avenida Comendador José Pedro Dias, n° 979, representada pelo seu Prefeito Municipal o senhor **SIRINEU MOLETA**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº MG-12.223.800 SSP/MG e CPF nº 505.657.109-15, residente na Rua José Carlos Moreira, s/nº, Centro no município de Tabaporã – MT, de ora em diante denominada **CONTRATANTE.**

WILSON DIAS FERREIRA - MEI , pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Oscar Kunio Kawakami, 529, Centro, CEP 78.563-000, município de Tabapora/MT, CNPJ sob nº. **34.597.612/0001-25**, neste ato representado pela senhora **WILSON DIAS FERREIRA**, brasileiro, maior, empresário, portador do RG nº. 3082076-5 SSP/MT e CPF nº. 231.061. 741-53, residente e domiciliado na Rua Oscar Kunio Kawakami, 529, Centro, CEP 78.563-000, município de Tabapora/MT, doravante denominada de **CONTRATADO.**

DA FINALIDADE

O presente termo aditivo tem como finalidade Prorrogar a vigência do CONTRATO 014/2020, por mais **12 (Doze) Meses**, a partir da data de publicação deste mesmo termo aditivo e conforme os termos do Art. 57 da Lei 8666/93.

DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Termo Aditivo tem por fundamento legal o disposto no artigo 65, § 2º, inciso II, da lei nº 8.666/93 bem como o que dispõe a Clausula quinta do Contrato 014/2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui o objeto deste termo aditivo, a **CONTRATAÇÃO DE MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE MECÂNICO PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA, REPAROS E CONSERTO EM VEÍCULOS LEVES E PESADOS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER DE TABAPORÃ – MT**, bem como na Cláusula Segunda do Contrato n° 014/2020.

CLAÚSULA SEGUNDA

DOS PREÇOS, passa a ter a seguinte redação:

2.3. *Os valores referentes os serviços a ser prestados, serão pagos mensalmente conforme proposta apresentada pela CONTRATADA, acostada ao Pregão Presencial nº 045/2019, no valor de* ***R$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais)*** *mensais Totalizando o valor Global de* ***R$ 90.000,00 (Noventa Mil Reais),*** anuais.

CLAUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Todas as demais Clausulas e Artigos do Contrato em Referência, não alteradas por esse instrumento, permanecem inalteradas e são, pelo presente Termo Aditivo, Ratificadas.

CLAUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Tabaporã/MT, para dirimir questões oriundas deste Termo Aditivo não resolvidos na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA QUINTAA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. É parte integrante deste Termo Aditivo independente de transcrição: o Edital do ***Pregão Presencial nº 045/2019*****,** e a proposta da CONTRATADA.

6.2. A CONTRATADA fica obrigada a manter as condições de habilitação, especialmente, no que diz respeito à seguridade social, durante toda a vigência do Contrato.

6.3. E assim, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, impressas em um só lado, juntamente com 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas para que produza todos os seus efeitos legais.

Tabaporã - MT, 02 de Fevereiro de 2021.

Município de Tabaporã/MT **SIRINEU MOLETA** **Prefeito Municipal** **CONTRATANTE**	**WILSON DIAS FERREIRA – MEI** CNPJ nº **34.597.612/0001-25** **WILSON DIAS FERREIRA** CPF nº. 231.061.741-53 Representante CONTRATADO
Andreia H. Freitas CPF Sob n° **630.144.591-00** **Testemunha**	**Edileusa Maria Lolato** **CPF Sob n° 034.079.511-59** **Testemunha**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CONVÊNIO Nº 02/2021

LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ANÁLISE DE ÁGUA DE REFERÊNCIA REGIONAL DE BAIXA COMPLEXIDADE DE TERRA NOVA DO NORTE/ MT

Convênio de integração, cooperação técnica, operacional e financeira no uso do Laboratório de Análise de Água de Referencia Regional, que entre si fazem, de um lado, como Concedente, o Município de Terra Nova do Norte/MT e de outro lado, como Convenente, o Município Nova Santa Helena – MT.

O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o Nº 01.978.212/0001-00, com sede no Estado de Mato Grosso, sediada à Avenida Cloves Felício Vetoratto, nº 101 - Centro, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal Sr. **PASCOAL ALBERTON**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 3.700.571-1 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 502.469.339-68, residente e domiciliado na Rua das Mangueiras, nº 167, na Cidade de Terra Nova do Norte /MT, juntamente ainda com sua Secretária Municipal de Saúde, neste ato o Sra. **ANGELLICA FERNANDES DA OLIVEIRA**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade RG nº 17603781 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 027.693.411-38 , e do outro lado como convenente, ***O MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA/MT,*** pessoa jurídica de direito público interno,inscrito no CNPJ sob o Nº 04.214.704/0001-18, com sede no Estado de Mato Grosso, Praça João Alberto Zanetti, s/n, CEP 78.548-000, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal **Sr. PAULINHO BORTOLINI,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 1180352-5 SSP/ MT, e inscrito no CPF sob o nº 631.762.201-97, residente e domiciliado na Rua Eva Percílica de Morais, nº 1173, Bairro Centro, CEP 78.548-000, Nova Santa Helena/MT, juntamente ainda com sua **Secretária Municipal de Saúde**, neste ato o Sra. **DIEME BARBOSA ARAUJO ANDRE FOGO**, brasileira, portadora da Carteira de Identidade RG nº 3006978-5 SESP/MT e inscrita no CPF sob o nº 002.363.621-19, residente e domiciliada a Rua Alzira Albuquerque, s/n, CEP 78.548-000, Bairro Centro, Nova Santa Helena/MT, concordam em celebrar o presente Convênio, sujeitando-se as cláusulas e condições em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como legislação sanitária pertinente a matéria, e Lei Municipal 1. 404/2018, mediante as seguintes Cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1. Constitui objeto deste Convênio a integração, cooperação técnica, operacional e financeira que entre si fazem os Municípios, Concedente e Convenente, para fortalecimento da vigilância da qualidade de água nos municípios, **garantindo acesso mais próximo e célere na realização da análise microbiológicos na Água consumida pela população**, segundo um controle de oferta e acesso de água de qualidade, compatível com o padrão de

potabilidade estabelecido na legislação vigente (Portaria de Consolidação nº 05 de 28 de setembro de 2017), tudo isso ainda como parte integrante das ações de promoção de saúde e prevenção dos agravos transmitidos pela água.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ADESÃO AOS SERVIÇOS

2. A utilização do Laboratório de Água implantado no Município de Terra Nova do Norte poderá ser usufruída por qualquer município interessado, através da formalização de Convênios e com pagamento mensal através de transferência bancária ao Município Prestador dos Serviços.

2.1 As amostras possuirão o valor unitário de R$ 60,00 (sessenta reais) e serão solicitadas de acordo com a rotina e quantidade de análises mensais da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Santa Helena, possuindo o valor global de R$ 8.640,00 (oito mil seiscentos e quarenta reais).

2.2 O pagamento dos valores devidos deverá serrealizado exclusivamente através de **transferência bancária, na Conta Corrente nº 14.480-0, Agência 3863-6, PMTNN – LABORATÓRIO ANALISE AGUA, CNPJ 01.978.212.0001/00.**

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DOS MUNICÍPIOS

3.1 – Incumbe ao **MUNICÍPIO PRESTADOR**:

3.1.1 – Instalar, fornecer, implantar e realizar a manutenção do Laboratório de análises de Água para consumo humano em perfeito uso e condições de prestar o serviço objeto deste Convênio.

3.1.2 – Contratar, designar funções e disponibilizar os técnicos e profissionais capacitados para realizarem a análise incumbida ao Laboratório de análise de água.

3.1.3 – Utilizar de metodologia aprovada pelos órgãos reguladores, qual seja atualmente a consistente na utilização e Substrato Cromogênico definido como ONPG-MUG, para realização das análises.

3.1.4 – Realizar os exames solicitados pelo Município Aderente com observância de prazos e condições de quantidade previamente dispostas.

3.1.5 – Prestar contas mensalmente a Administração Municipal dos valores repassados, devendo encaminhar:

I – ofício a Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena encaminhando a prestação de contas mensal;

II – comprovante da quantidade de amostras realizadas;

III – laudo de cada análise realizada.

3.2 –Incumbe ao **MUNICÍPIO ADERENTE AO SERVIÇO**:

3.2.1 – Realizar o pagamento mensal a ser acordado segundo os termos deste Convênio.

3.2.2 – Excepcionalmente, ceder técnicos e profissionais capacitados existentes no quadro de pessoal do Município para auxílio na análise de exames ou eventuais intercorrências.

3.2.3 – Responsabilizar-se pelo transporte, coleta e conservação fidedigna das amostras captadas no âmbito da localidade do Município Aderente, inclusive na temperatura ideal e prazo técnico fornecido para sua realização.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ANÁLISES CONTEMPLADAS

4. As análises contempladas pelo Laboratório de análise de água têm como alvo os parâmetros Coliformes Totais e *Escherichia Coli.*

CLÁUSULA QUINTA: DA METODOLOGIA DE ANÁLISE

5. A metodologia de análise do Laboratório de análise de Águas será o uso do Substrato Cromogênico definido como ONPG-MUG, com resultados confirmativos para presença de Coliformes Totais em 24 horas, pelo desenvolvimento de colaboração amarela e resultados positivos para E. Coli confirmativo em 24 horas pela observação de Fluorescência, sem necessidade de outros reagentes para confirmação.

CLÁUSULA SEXTA: DO FUNCIONAMENTO, LOCALIZAÇÃO E AGENDAMENTO.

6.1. O Laboratório de Análise de Água de Terra Nova do Norte/MT, funcionará com uma Recepção de Amostras, onde irá recebê-las de segunda à quinta-feira, que terá horário de funcionamento (recebimento de amostras) das 07hs00min às 10hs30min e das 13hs00min às 16hs30min todos os dias úteis, localizado na Avenida Mato Grosso, nº 276, casa 02, Centro em Terra Nova do Norte-MT.

6.2. Todos os agendamentos de envio serão realizados no horário de funcionamento do Laboratório sob responsabilidade do Município aderente ou no endereço de e-mail: laboratorioaguatnn@gmail.com, com datas pré-agendadas segundo prévio cronograma criado pela Recepção de Amostras do Laboratório de análise de Água.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

7. O prazo de vigência deste instrumento é de 12 meses (01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021), contados a partir da data de sua adesão, podendo ser prorrogado por termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO

8. Este instrumento pode ser alterado por interesse das partes, mediante a lavratura de Termo Aditivo, respeitada a legislação vigente aplicável à espécie.

CLÁUSULA NONA – DOS CASOS OMISSOS

9. Os casos omissos serão resolvidos pelas partes, sendo que a resolução da omissão encontrada valerá que como se obrigação fosse, podendo acarretar a denúncia do presente, na hipótese de não cumprimento ou não acolhimento.

CLÁUSULA DÉCIMA– DA CONCLUSÃO E DENÚNCIA

10. O presente Convênio poderá ser renovado assim que findar o prazo estabelecido, por vontade das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VALOR DAS AMOSTRAS

11.1. O valor de cada amostra será embasado de acordo com os custos mensais do laboratório, como por exemplo: recursos humanos, material de expediente, insumos, material de limpeza, telefone, energia e etc.

11.2. A transferência bancária dos valores avençados deverá ser realizada até o 10º (décimo) dia útil de cada mês.

11.3. A falta de pagamentos implicará na suspensão das análises até que se regularizem as pendências financeiras, estando sujeito a protesto.

11.4. Ainda que o município Aderente não entregue as amostras, será cobrado o valor integral correspondente.

11.5. No caso do atraso de pagamento, será acrescido de juros legais de 1% (um por cento), multa de 2% (dois por cento) ao mês de atraso, limitando á 10%, bem como correção monetária mensal utilizando o índice INPC.

11.6. O valor unitário de cada amostra a ser praticado será de R$ 60,00, (sessenta reais), podendo ser corrigido anualmente pelo índice INPC, quando da confecção do termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12. Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Convênio, que não possam ser solucionadas administrativamente entre as partes, fica eleito o Foro da Comarca de Terra Nova do Norte-MT.

E por estarem, assim, justas e acertadas, as partes, por seus representantes legais, firmam o presente Termo, em duas 3 (três) vias, na presença de duas testemunhas.

Terra Nova do Norte/MT, 06 de janeiro de 2021.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

Terra Nova do Norte/MT

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

Nova Santa Helena/MT

ANGELLICA FERNANDES DE OLIVEIRA **Secretária Municipal de Saúde** **Terra Nova do Norte/MT**	**DIEME BARBOSA ARAUJO ANDRE FOGO** **Secretária Municipal De Saúde** **Nova Santa Helena/MT**

Testemunhas:

1)_____	2)_____
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO PP Nº 007/2021

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2021

O PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR A LICITAÇÃO A SEGUIR CARACTERIZADA:

PROCESSO: 010/2021

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS LABORATORIAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (LABORATÓRIO DO HOSPITAL MUNICIPAL), CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE MT.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA: 18/02/2021

HORÁRIO: 08h00min

O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO OBEDECERÁ AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR **E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, SITO AVENIDA CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT**, NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE (7h00min ÀS 11h00min e das 13h00min às 17h00min). MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS PELOS TELEFONES 66.3534.2503.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

Edivaldo Moreira da Silva

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

PORTARIA Nº 041/2021

Nomeia os Conselheiros titulares e suplentes do **Conselho Municipal do Meio Ambiente – CMMA**, do Município de União do Sul, e dá outras providências.

ITACIR JOSÉ BIOLCHI, Prefeito Municipal em Exercício, de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei Municipal nº 415, de 10 de outubro de 2011, alterada pela Lei Municipal nº 670 de 19 de dezembro de 2017 e pela Lei nº 717 de 06 de junho de 2019, e Lei nº 753 de 25 de novembro de 2020;

Considerando a deliberação tomada na reunião extraordinária de posse dos Conselheiros Titulares e Suplentes do CMMA deste município, do dia 29 de janeiro de 2021;

R E S O L V E:

Art. 1º - Ficam nomeados os Conselheiros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA, do Município de União do Sul, abaixo relacionados:

I – Representantes do Poder Público:

a) Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

1. EDINALDO CARDOSO DE SOUZA - Conselheiro Titular;

2. WANDERSON LIMA SANTOS - Conselheiro Suplente.

b) Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

1. MAYSA TAYNÁ DE CARVALHO – Conselheira Titular;

2. RAYRA ALVES DE SOUZA – Conselheira Suplente.

c) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

1. LUCINEIRE ABREU DA CONCEIÇÃO – Conselheira Titular;

2. ALINE CRISTIANE CAMARGO – Conselheira Suplente.

d) Representantes da Secretaria Municipal de Obras, Viação, Urbanismo e Saneamento:

1. ÉDERSON CARLOS FERNANDES – Conselheiro Titular;

2. TIAGO ANTONIO DOS SANTOS – Conselheiro Suplente.

e) Representantes da Câmara Municipal de Vereadores:

1. CÉSAR ITAMAR SARINHO GUERGOLETI – Conselheiro Titular;

2. ANTONIO CARLOS RODRIGUES – Conselheiro Suplente.

II – Representantes da Sociedade Civil Organizada:

a) Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de União do Sul:

1. GELSON OLIVEIRA DA CRUZ – Conselheiro Titular;

2. RUTE FRANCISCA DA SILVA – Conselheira Suplente.

b) Representantes da Sociedade Esportiva e Recreativa Veteranos:

1. JOÃO BATISTA BORELLI – Conselheiro Titular;

2. RENATO LUIZ RAGNINI – Conselheiro Suplente.

c) Representantes da Associação dos Produtores Rurais Jaguar - ASPROJAGUAR:

1. ANTONIO CARLOS DE LIMA – Conselheiro Titular;

2. CARLOS FERAREZE – Conselheiro Suplente.

d) Representantes da Associação de PequenosProdutores da Agricultura Familiar da Gleba Norte Sul:

1. MARINÊS GUCKERT MOREIRA – Conselheira Titular;

2. MARCEMINDO SUTIL – Conselheiro Suplente.

e) Representantes das Igrejas Católicas e Evangélicas sediadas em União do Sul:

1. ANTONIO REIS MENDES – Conselheiro Titular;

2. JORGE APARECIDO PEREIRA – Conselheiro Suplente.

§ 1º - O mandato dos Conselheiros do Conselho Municipal do Meio Ambiente será de 02 (dois) anos, contados de 29 de janeiro de 2021 até 29 de janeiro de 2023, sendo admitida uma única recondução consecutiva como conselheiro titular.

§ 2º - Os Suplentes do CMMA substituirão automaticamente os Conselheiros titulares nos casos de ausência ou impedimento, exercendo os mesmos direitos e deveres dos titulares.

Art. 2º - O Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA é presidido pelo Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, que é membro nato do Conselho, sendo substituído pelo seu Suplente em caso de ausência ou impedimento.

Art. 3º – O quórum para deliberações e as demais regras de funcionamento do CMMA constam do Regimento Interno do Conselho.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 02 de fevereiro de 2021.

ITACIR JOSÉ BIOLCHI

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Aquisição/Fornecimento de Veículo.

Nº do Contrato: 009/2021.

Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.

Contratante: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: ENZO CAMINHÕES LTDA.

CNPJ: 09.137.236/0001-49.

Objeto: Aquisição por parte do CONTRATANTE e o Fornecimento por parte da CONTRATADA, do Veículo (Equipamento) descrito abaixo, para atender necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, conforme o Convênio sob nº 873937/2/2018, firmado entre o MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento e a Prefeitura Municipal de União do Sul, e em conformidade com a descrição detalhada do veículo na Proposta de Preços da Contratada, parte integrante deste contrato, independente de transcrição: I - 01 (um) Caminhão novo, zero km, de fabricação nacional, marca Mercedes Benz/Atego 2730, 6x4, equipado com caçamba basculante de 12m3, PBT 23.000 Kg, 286 CV de Potência, cabine fechada com Ar condicionado, ano-modelo 2020-2021, com direção hidráulica, transmissão manual e garantia Mínima de 12 meses.

Valor total: R$ 443.550,00(quatrocentos e quarenta e três mil, quinhentos e cinquenta reais).

Cód. Dotação Orçamentária/Fonte:

09.001.20.606.0022.1.081- 4490.52.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente.

Código Reduzido: nº 394.

Fonte: 0.1.24.054000 – Transferência de Convênios da União = R$ 234.833,66;

Fonte: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários = R$ 208.716,34.

Vigência do Contrato: 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado em caso de necessidade mediante termo aditivo.

Data de assinatura: 01/02/2021.

Signatários:

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul

KARLOS CÉSAR FERNANDES

Pela Contratada.

KENYA CAMILA FERNANDES BELTRÃO

Pela Contratada.

ERRATA

Na publicação do DECRETO Nº 1.299, de 22 de janeiro de 2021, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, Edição nº 3.653, do dia

25 de janeiro de 2021, página 328, ONDE SE LÊ: *"em 21 de janeiro de 2021",* LEIA-SE: **em 22 de janeiro de 2021.**

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2021 - REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO Nº 012/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL - MT, através da Equipe Responsável por Licitações na modalidade de Pregão Presencial, designada pela Portaria 007/2021 de 04 de janeiro de 2021, em cumprimento aos termos da Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e subsidiariamente da Lei 8. 666/93 e alterações, e nos termos do Decreto nº 593 de 12/01/2010 e Decreto nº 901 de 24/03/2014, torna público que encontra-se aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2021 – REGISTRO DE PREÇOS, relativo ao Processo de Licitação sob nº 012/2021, cujo objeto refere-se a Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para Prestação de Serviços de Exames Laboratoriais destinados aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde, atendidos nas Unidades de Saúde do município e referenciadas, durante o prazo de vigência da ata de registro de preços, de conformidade com a descrição dos serviços no Anexo I - Termo de Referência do Edital do Pregão.

Data de Expedição do Edital: 02/FEVEREIRO/2021.

Data de abertura/julgamento: 18/FEVEREIRO/2021.

Horário: 09:00 horas. (hora de MT)

Local: Prédio Sede da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT, sito à Av. Curitiba, 94 – centro – União do Sul/MT.

Critério de julgamento: Menor Preço por Item.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Equipe de Pregão Presencial da Prefeitura Municipal, no endereço acima, ou pelo fone 0xx 66 3540-1283, ou E-mail: licitacao@uniaodosul.mt.gov.br, ou ainda pelo site: www.uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul/MT, 02 de Fevereiro de 2021.

RODRIGO VARELA DOS SANTOS

Pregoeiro - Portaria nº 007/2021

ITACIR JOSÉ BIOLCHI

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2020

REPUBLICAÇÃO DE GABARITO DE PROVA

Republica-se abaixo o Gabarito da Prova objetiva do Cargo de Enfermeiro 40h.

Fica cancelada a publicação anterior do gabarito por conter incorreção.

CARGO: ENFERMEIRO 40H

CARTÃO RESPOSTA

LÍNGUA PORTUGUESA				
Questão	A	B	C	D
01			X	
02	X			
03		X		
04				X
05	X			
06				X
07		X		
08		X		
09	X			
10	X			

CONHECIMENTOS GERAIS				
Questão	A	B	C	D
21				X
22 22				X
23			X	
24		X		
25				X
26		X		
27				X
28				X
29		X		
30			X	

MATEMÁTICA				
Questão	A	B	C	D
11			X	
12			X	
13		X		
14				X
15	X			
16		X		
17	X			
18	X			
19		X		
20				X

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS				
Questão	A	B	C	D

31				X
32	X			
33				X
34		X		
35				X
36	X			
37			X	
38		X		
39				X
40	X			

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 02/2021

A prefeitura municipal de Vale de São Domingos através do prefeito sr. Geraldo Martins da Silva, torna público aos interessados que homologou as seguintes licitação na modalidade **Pregão Presencial Registro de Preço nº 02/2021**, **objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO GRAMA ESMERALDA IMPERIAL, PRONTA PARA PLANTIO, BEM ENRAIZADA, ISENTA DE PRAGAS E DOENÇAS FORNECIDA EM PLACA UNIFORME, MEDINDO 1 DE METRO QUADRADO, PARA ATENDER A SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT.,** e sagrou vencedor a empresa JOAO PAULO FANINI DOURADINHO-EPP, inscrito no CNPJ: 24.613.818/0001-48. Vale de São Domingos-MT, 02 de Fevereiro de 2021. Geraldo Martins da Silva – prefeito municipal.

REQUERIMENTO JUNTO A SEMA-MT

A Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos, CNPJ nº **04.215.993/0001-70,** torna público que requereu junto a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA –MT), a Licença Ambiental referente ao Projeto de Captação de Água, localizada no Rio Guaporé, área rural do município de Vale de São Domingos-MT.

A Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos, CNPJ nº **04.215.993/0001-70,** torna público que requereu junto a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA –MT), a Licença Ambiental referente ao Projeto de Captação Superficial de Água, localizada no Rio Guaporé, para o Sistema de Abastecimento de Água no município de Vale de São Domingos-MT.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 01/2021

A prefeitura municipal de Vale de São Domingos através do prefeito sr. Geraldo Martins da Silva, torna público aos interessados que homologou as seguintes licitação na modalidade **Pregão Presencial Registro de Preço nº 01/2021**, **objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO NA ESPECIALIDADE DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA PARA OS PACIENTES DO MUNICÍPIO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT,** e sagrou vencedor a empresa WILSA GOMES PAULO-ME, inscrito no CNPJ: 26.801.704/0001-57. Vale de São Domingos-MT, 02 de Fevereiro de 2021. Geraldo Martins da Silva – prefeito municipal.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE REALINHAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 46/2020

A Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT, através do Prefeito Municipal, torna público o REALINHAMENTO DE PREÇOS, dos itens da Ata de Registro de Preços nº 38/2020 referente ao Pregão Presencial nº 46/2020, cuja detentora a empresa TRIANGULO COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LTDA-EPP, inscrito no CNPJ: 09.136.878/0002-04, conforme passa a demonstrar a seguir: ITEM 1/ DESCRIÇÃO: COMBUSTIVEL - DIESEL S-10/ VALOR UNITARIO REGISTRADO: R$ 4,02, VALOR UNITARIO REALINHADO: R$ 4,15, ITEM 2/ DESCRIÇÃO: COMBUSTIVEL - GASOLINA, CLASSIFICACAO COMUM, UTILIZACAO AUTOMOTIVO, DE ACORDO COM A LEGISLACAO VIGENTE DA ANP/ VALOR UNITARIO REGISTRADO: R$ 4,70/VALOR UNITARIO REALINHADO: R$ 4,80. Os valores realinhados passam a vigorar a partir da data de assinatura e publicação na imprensa oficial do Município. **VALE DE SÃO DOMINGOS - MT,** 02 de Fevereiro de 2021. Geraldo Martins da Silva Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 02-2021

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT, Torna Público que com referência do Pregão Presencial Registro de Preço 02-2021 fica registrado a ata de registro que teve como vencedor a empresa, JOAO PAULO FANINI DOURADINHO-EPP, inscrito no CNPJ: 24.613.818/0001-48, vencedor de todo o item no valor global de R$ 63.175,00, Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO GRAMA ESMERALDA IMPERIAL, PRONTA PARA PLANTIO, BEM ENRAIZADA, ISENTA DE PRAGAS E DOENÇAS FORNECIDA EM PLACA UNIFORME, MEDINDO 1 DE METRO QUADRADO, PARA ATENDER A SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT. Vale de São Domingos – MT, 02 de Fevereiro de 2021. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 03/2021

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro. Torna público para conhecimento dos interessados o **resultado** das seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10520: MODALIDADE: Pregão Presencial Registro de Preço 03/2021, com objetivo “LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMIONETE, SEM CONDUTOR, CABINE SIMPLES, COM CARROCERIA DE MADEIRA/LATA, DIREÇÃO HIDRÁULICA/ELÉTRICA, COMBUSTÍVEL DIESEL, PNEUS SEMINOVOS SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM, PARA TRANSPORTE DE CARGA DE NO MÍNIMO 1000KG, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO PARA ATENDER A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DESTE MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT”. Teve como “VENCEDOR”, a empresa CICERO BEZERRA MAXIANO - ME, inscrito no CNPJ: 40.187.586/0001-60, vencedor de todo o item no valor global de R$ 76.800,00. Vale de São Domingos – MT, 02 de fevereiro de 2021. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 01-2021

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT, Torna Público que com referência do Pregão Presencial Registro de Preço 01-2021 fica registrado a ata de registro que teve como vencedor a empresa, WILSA GOMES PAULO – ME inscrita no CNPJ sob o nº26.801.704/0001-57, vencedor do item, no valor global de R$ 192.000,00, Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO NA ESPECIALIDADE DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA PARA OS PACIENTES DO MUNICÍPIO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL

DE SAUDE DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT. Vale de São Domingos – MT, 02 de Fevereiro de 2021. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA SMDS Nº 002, DE 26 DE JANEIRO DE 2021

Designar os membros da Comissão de Revisão da Lei Complementar Municipal Nº 4.166/2.016, Lei Complementar Municipal 4.167/2016 – Novo Estatuto da Guarda Municipal de Várzea Grande – MT e da Lei Complementar Nº 4.359/2.018.

Alessandro Ferreira da Silva, o Secretário Municipal de Defesa Social do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe conferem os Art. 5º da Lei Complementar Municipal Nº 4.359/2.018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores da GMVG abaixo relacionados para comporem a Comissão de Revisão da Lei Complementar Municipal Nº 4.166/2.016, Lei Complementar Municipal Nº 4.167/2.016 – Novo Estatuto da Guarda Municipal de Várzea Grande – MT e da Lei Complementar Municipal Nº 4.359/2.018;

Presidente: Alessandro Ferreira da Silva

Membros: Alisson Baracat Salgado

Alexander Gouveia Ortiz

Anerson Miranda De Amorim

Cristiane Lima Prado

Idnascir dos Santos Moreira

Jackson Nunes Cunha

Jackson Rosa do Nascimento Gonçalves

Juliano Cesar Bezerra Lemos – *Secretário da Comissão*

Louriney Dos Santos Silva

Marcio Flaviano Ferraz Lesco

Paulo César Lemes

Sidney Oliveira do Carmo

Sirlei Salete Piasecki

Tassiane Laura Corrêa de Almeida

Zelito Dias Evangelista

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica revogada a Portaria SMDS nº 02, de 30 de junho de 2020 e disposições em contrário.

Várzea Grande – MT, 26 de janeiro de 2021

Alessandro Ferreira da Silva

Secretário Municipal de Defesa Social

PORTARIA SMDS Nº 007, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021

"Institui Comissão de Patrimônio para realização de levantamento e registro dos bens moveis da Secretaria Municipal de Defesa Social de Várzea Grande-MT".

ALESSANDRO FERREIRA DA SILVA, Secretário Municipal de Defesa Social do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº Art. 5º da Lei Complementar Municipal Nº 4.359/2.018 e,

CONSIDERANDO o que estabelece no art. 100 da Lei Orgânica do Município de Várzea Grande - Dezembro 2020; e

CONSIDERANDO a necessidade de regularizar as informações patrimoniais sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Defesa Social.

RESOLVE:

Artigo 1° Instituir comissão de patrimônio para realização de relatório dos patrimônios móveis sob responsabilidade da Secretária Municipal de Defesa Social de Várzea Grande-MT.

Art. 2º A referida Comissão será composta pelos servidores abaixo descritos, sob a presidência do primeiro:

Presidente Alexander Gouveia Ortiz, Guarda Municipal Classe Especial, matrícula nº 1856; Cristiane Lima Prado, Guarda Municipal Classe Especial, matrícula nº 9316; Idnascir dos Santos Moreira, Guarda Municipal Terceira Classe, matrícula nº 100602; e Metuzala da Costa Meira, Assessor Técnico, matrícula nº 143358.

Art. 3º Compete à Comissão de Patrimônio da Secretaria Municipal de Defesa Social de Várzea Grande-MT:

I - Solicitar ao setor de patrimônio da Prefeitura Municipal, e, caso necessário, às unidades administrativas, as informações sobre todos os bens móveis que estejam sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Defesa Social, sejam eles próprios, locados ou utilizados por cessão ou outro instrumento jurídico, inclusive a informação sobre a existência de instrumento jurídico que autorize a utilização do móvel, tais como termos de Cessão, Permissão, Comodato e afins;

II - Realizar a consolidação das informações encaminhadas pelas unidades administrativas/setorial patrimônio, comparando com o patrimônio físico presente na SMDS;

III - Realizar diligências, sempre que julgar necessário, visando à confirmação de informações;

IV - Elaborar planejamento dos levantamentos físicos "in loco", definindo calendário e cronograma para sua execução;

V - Solicitar ao responsável pelo setor, livre acesso a qualquer espaço físico para efetuar o levantamento dos bens, quando necessário, auxílio, informações e documentos para melhor identificação do patrimônio a ser levantado;

VI - Preencher Ficha de Levantamento Cadastral de Patrimônio, identificando o local do bem, setor responsável e o estado de conservação;

VII - Elaborar Relatório Final com as informações registradas na Ficha de Levantamento Cadastral de Patrimônio;

VII - Encaminhar Relatório Final dos bens levantados e registrados ao Secretário Municipal de Defesa Social, em pastas individualizadas por setor da Secretaria Municipal de Defesa Social, até o dia 22 de fevereiro de 2021.

Art. 4º Estabelecer a data de 22 de fevereiro do ano corrente, a data limite para a conclusão dos trabalhos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

ALESSANDRO FERREIRA DA SILVA

Secretário Municipal de Defesa Social

PORTARIA SMDS Nº 001, DE 12 DE JANEIRO DE 2021

"Institui a Comissão de Avaliação e Desempenho da Guarda Municipal de Várzea Grande-MT".

ALESSANDRO FERREIRA DA SILVA, Secretário Municipal de Defesa Social do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 4.098, de 17 de setembro de 2015 e,

CONSIDERANDO o estabelecido no Estatuto da Guarda Municipal – Lei Municipal Complementar n.º 4.167/2.016 e o novo regime jurídico instituído na carreira dos Guardas Municipais, com novas classes e níveis; e

CONSIDERANDO a necessidade de instituir a Comissão de Avaliação e Desempenho conforme art. 24 da Lei Municipal Complementar nº 4.167/2. 016 e art. 3º do Decreto nº 15 de 09 de março de 2.018;

RESOLVE:

Artigo 1°: Constituir Comissão de Avaliação e Desempenho dos Guardas Municipais, a fim de dar cumprimento ao processo de Progressão/Promoção preconizado pela Lei Municipal Complementar n.º 4.167/2.016, com a regulamentação trazida pelo Decreto nº 15 de 09 de março de 2.018.

Art. 2º: Ficam designados como membros da Comissão de Avaliação e Desempenho a que se refere o artigo anterior, os seguintes Guardas Municipais:

I – Alisson Baracat Salgado

II – Alexander Gouveia Ortiz

III – Sirlei Salete Piasecki – *Secretária da Comissão*

IV – João José Mendanha Cardoso

V – Magna Teixeira Alves

VI – Osly Justiniano Pedraça

VII – Edelson Sebastião da Silva

VIII – Gebison Eduardo da Silva

IX – Jucimar Albertino de Campos

X – Marcelo Jassek Drumond

XI – Zelito Dias Evangelista

Art. 3º: Cada membro será responsável por avaliar seus subordinados, conforme o anexo único do decreto nº 15 de 09 de março de 2018.

Parágrafo Único: O Comandante da Guarda Municipal será avaliado pelo Secretário Municipal de Defesa Social.

Art. 4º: A Comissão de Avaliação e Desempenho tem o prazo de até 10 dias, após solicitado pela comissão de promoção, para encaminhar a nota de avaliação de desempenho dos avaliados.

Art. 5º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º: Fica revogada a Portaria nº 006/SMDS/2019, de 16 de junho de 2019.

ALESSANDRO FERREIRA DA SILVA

Secretário Municipal de Defesa Social

PORTARIA SMDS Nº 003, DE 27 DE JANEIRO DE 2021

Dispõe sobre Projeto “A Arte de Proteger”, do Executivo Municipal de Várzea Grande/MT, através da Secretaria Municipal de Defesa Social, estabelece as atividades a serem desenvolvidas no ano de 2021 no âmbito de sua atuação e dá outras providencias.

Alessandro Ferreira da Silva, o Secretário Municipal de Defesa Social do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe conferem os Art. 5º da Lei Complementar Municipal Nº 4.359/ 2.018;

RESOLVE:

Art. 1º O Projeto “A Arte de Proteger” atua com foco nas crianças e adolescentes matriculados nas escolas e creches da rede pública e privada de ensino, através de Palestras e Teatros de Fantoches realizados por uma equipe composta por 2 (duas) servidoras municipais da carreira da Guarda Municipal de Várzea Grande que desempenham suas competências com apoio das demais secretarias municipais, órgãos interessados e Osc`s.

Art. 2º As apresentações do Teatro e Palestras do Projeto “A Arte de Proteger” são executadas durante o calendário escolar, porém no ano de 2021 serão realizados inicialmente de maneira remota, conforme calendário escolar da SMECEL.

Parágrafo Único Os vídeos das palestras e do teatro serão divulgados através das Mídias Sociais para que alcance o maior número de crianças e adolescentes da rede pública e privada de ensino, quais sejam:

a. *Instagram*, através da conta: @guardamunicipalartedeproteger;

b. *Youtube, através* do canal: Guarda Municipal A Arte de Proteger; e

c. *facebook,* através da conta: Guarda Municipal de Várzea Grande.

Art. 3º Todas as escolas e creches serão atendidas conforme calendário escolar municipal e estadual, nas modalidades remota, hibrida e presencial.

Art. 4º O projeto “A arte de Proteger atenderá no ano corrente todas as escolas da rede municipal de Várzea Grande/MT, conforme agenda do projeto.

Parágrafo Único. As escolas da rede estadual e da rede privada de ensino interessadas nas apresentações do teatro e nas palestras do Projeto “A Arte de Proteger”, deverão encaminhar Ofício à Secretaria Municipal de Defesa Social solicitando inclusão da escola na agenda do Projeto.

Art. 5º A qualidade dos serviços prestados e o controle de presença dos alunos que participaram das palestras e do Teatro, serão feitos por meio de declaração preenchida, assinada e carimbada pelos próprios gestores das unidades escolares.

Art. 6º O Projeto “A Arte de Proteger” deverá cumprir ainda o Plano Operacional de 2021 da Rede de Territórios Educativos de Várzea Grande, com as demais Secretarias Municipais e órgãos participantes.

Parágrafo Único O Projeto “A Arte de Proteger” deverá ainda comprimir com todos os compromissos firmados com todos os órgãos e parceiros interessados.

Art. 7º As servidoras responsáveis pelo Projeto “A Arte de Proteger”, deverão entregar relatório de atividades realizadas ao Assessor de Gestão do gabinete da Secretaria Municipal de Defesa Social, até o dia 05 (cinco) de cada mês.

Art. 8º O Secretário Municipal de Defesa Social designará as servidoras realizadoras do Projeto “A Arte de Proteger” e encaminhará à Coordenadoria Administrativa Financeira da SMDS o controle de registro de frequência das servidoras.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga às disposições em contrário.

Várzea Grande – MT, 27 de janeiro de 2021.

Alessandro Ferreira da Silva

Secretário Municipal de Defesa Social

ATO Nº. 172/2021

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

NOMEAR Gilma de Arruda e Silva, no cargo em Comissão de Assessor de Gestão – DNS 2, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de Fevereiro de 2021.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 02 de Fevereiro de 2021.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

ATO Nº. 171/2021

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Valquiria Gomes de Aquino Matricula 86.893 no cargo em Concurso Médica, na Secretaria Municipal de Saúde, com efeito, a partir de 29 de janeiro de 2021.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 02 de Fevereiro de 2021.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

ATO Nº. 162/2021

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

NOMEAR José Claudio Amâncio da Silva , no cargo em Comissão de Assistente Técnico – DNS 7, na Secretaria Municipal de Governo, a partir de 01 de Fevereiro de 2021.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 01 de Fevereiro de 2021.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

Benedito Gonçalo de Figueiredo

Secretário Municipal de Governo

ATO Nº. 170/2021

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

NOMEAR Ana Cesarina do Espírito Santo, no cargo em Comissão de Assistente Técnico – DNS 7, na Secretaria Municipal de Viação e Obras, a partir de 02 de Fevereiro de 2021.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 02 de Fevereiro de 2021.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

ATO Nº. 169/2021

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

TORNAR SEM EFEITO o Ato nº 141/2021 que nomeou Lucas Benedito de Campos, no cargo em Comissão de Assistente Técnico – DNS 7, na Secretaria Municipal de Viação e Obras, com efeito, a partir de 26 de Janeiro de 2021.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 02 de Fevereiro de 2021.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

ERRATA

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a existência de mero erro material, quanto a Nomeação, **Ireni Marques do Nascimento Almeida** constante no **ATO COLETIVO Nº 058/2021**, no Gabinete do Prefeito, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Edição nº 3.647 do dia 15/01/2021 página 470.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a exclusão do nome da servidora **Ireni Marques do Nascimento Almeida** do **Ato Coletivo nº 058/2021**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 02 de Fevereiro de 2021.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

PORTARIA GAB/SMS/VG N° 02, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2.021.

Dispõe sobre a composição da Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande responsável pela realização de Licitação na Modalidade Pregão.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º- Designar a servidora, abaixopara exercer a função de Pregoeiro:

Francisca Luzia de Pinho – Matrícula 141862;

Art. 2º- As atribuições do Pregoeiro incluem:

I- A coordenação dos trabalhos da equipe de apoio e a condução do procedimento licitatório;

II- Elaborar as minutas dos editais, tendo como base a justificativa, o termo de referência e demais informações constantes nos processos;

III- Encaminhar processos a Procuradoria Geral do Município para análise e parecer;

IV- O credenciamento dos interessados, mediante a verificação dos documentos que comprovem a existência de poderes para formulação de propostas, e os demais atos inerentes ao certame;

V- O recebimento da declaração dos licitantes do pleno atendimento aos requisitos de habilitação, bem como dos envelopes/proposta de preços e dos envelopes- documentos de habilitação;

VI- A abertura dos envelopes/proposta, a análise e desclassificação das propostas cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no edital;

VII- A seleção e a ordenação das propostas não desclassificadas, observado o disposto nos incisos VIII e IX, do artigo 4º, Lei nº 10.520/2002;

VIII- A classificação das ofertas, conjugadas as propostas e os lances, e a decisão motivada a respeito de aceitabilidade do menor preço;

IX- A negociação do preço com vistas a sua redução;

X- A análise dos documentos de habilitação do autor da oferta de melhor preço;

XI- A adjudicação do objeto ao licitante vencedor, se não tiver havido manifestação de recorrer por parte de algum licitante;

XII- A elaboração da ata de sessão pública, que conterá, sem prejuízo de outros elementos, o registro;

a) do credenciamento dos representantes dos proponentes presentes na sessão;

b) das propostas apresentadas, das desclassificadas e das selecionadas para a etapa de lances;

c) dos lances e da classificação das ofertas;

d) da decisão a respeito da aceitabilidade do menor preço;

e) da negociação do preço;

f) da análise dos documentos de habilitação;

g) da manifestação de intenção do licitante interessado em recorrer, se houver, com a correspondente motivação;

XIII- O encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, a autoridade competente, visando à homologação do certame e a contratação;

XIV- Propor a revogação ou anulação do processo licitatório à autoridade competente;

XV- Encaminhar processos a Procuradoria Geral do Município para análise e homologação.

Art. 3º- Designar os servidores abaixo para compor a Equipe de Apoio, de acordo com outras atribuições listadas na Lei Federal n°. 10.520/2002.

Equipe de Apoio:

Jean Biancardini Filho – Matrícula 137444

Claudia Mara Mendes -Matrícula 8240

Karoline Campos Queiroz das Neves Luz – Matrícula 132896

Art. 4º - As atribuições da Equipe de Apoio, incluem:

I- Auxiliar na elaboração das minutas dos editais, tendo como base a justificativa, o termo de referência e demais informações constantes nos processos;

II- Auxiliar o Pregoeiro em todas as fases do processo licitatório, bem comoelaboração de edital, dentre outros;

III- Auxiliar nas análises de encaminhamento dos processos das fases interna e externa dos pregões;

IV- Auxiliar o Pregoeiro nas fases de abertura, julgamento, encerramento das sessões públicas;

V- Auxiliar nos serviços inerentes a recursos interpostos.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de **10 de fevereiro de 2021**, revogada a Portaria GAB/SMS/VG n° 13, de 10 de fevereiro de 2020.

Várzea Grande, 01 de fevereiro de 2021.

Gonçalo Aparecido de Barros

Secretário Interino de Saúde SMS/VG

PORTARIA Nº 124/CPSPAD/SAD/2021

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, designada pela Portaria nº 878/2020, de 25 de setembro de 2020, da Secretária Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios em 30 de setembro de 2020, pag. 775, objeto do Processo Administrativo Disciplinar nº. 044/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 27 de janeiro de 2021.

Anderson Rodrigo do Nascimento Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 125/CPSPAD/SAD/2021

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, designada pela Portaria nº 878/2020, de 25 de setembro de 2020, da Secretária Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios em 30 de setembro de 2020, pag. 775, objeto do Processo Administrativo Disciplinar nº. 045/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 27 de janeiro de 2021.

Anderson Rodrigo do Nascimento Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 123/CPSPAD/SAD/2021

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, designada pela Portaria nº 878/2020, de 25 de setembro de 2020, da Secretária Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios em 30 de setembro de 2020, pag. 775, objeto do Processo Administrativo Disciplinar nº. 061/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 27 de janeiro de 2021.

Anderson Rodrigo do Nascimento Silva

Secretário Municipal de Administração

ERRATA

ONDE SE-LÊ:

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2021

O Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizara licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 003/2021 – Futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção mecânica e afins: torno, fresa, solda, plaina, furação, corte com maçarico e outros serviços na confecção ou reparo de peças, partes mecânicas incluindo o fornecimento de insumos de aço, ferro, alumínio, bronze e outros matérias, para atender a demanda do departamento de água e esgoto do município de Várzea Grande – MT.

Data da sessão: **11 de Fevereiro de 2021, às 09:00 hrs (horário Oficial de Mato Grosso - MT).** O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande - Comissão de Licitação, sito Av. Gov. Júlio Campos 2.599, Jardim dos Estados – Várzea Grande/MT e no site: www.daevg.com.br

Várzea Grande-MT, 27 de janeiro de 2021.

LEIA-SE:

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2021

O Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizara licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 003/2021 – Futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção mecânica e afins:torno, fresa, solda, plaina, furação, corte com maçarico e outros serviços na confecção ou reparo de peças, partes mecânicas incluindo o fornecimento de insumos de aço, ferro, alumínio, bronze e outros matérias, para atender a demanda do departamento de água e esgoto do município de Várzea Grande – MT.

Data da sessão: **12 de Fevereiro de 2021, às 09:00 hrs (horário Oficial de Mato Grosso - MT).** O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande - Comissão de Licitação, sito Av. Gov. Júlio Campos 2.599, Jardim dos Estados – Várzea Grande/MT e no site: www.daevg.com.br

Várzea Grande-MT, 01 de janeiro de 2021.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG

PORTARIA Nº 121/CPSPAD/SAD/2021

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, designada pela Portaria nº 878/2020, de 25 de setembro de 2020, da Secretária Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios em 30 de setembro de 2020, pag. 775, objeto do Processo Administrativo Disciplinar nº. 068/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 27 de janeiro de 2021.

Anderson Rodrigo do Nascimento Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 122/CPSPAD/SAD/2021

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, designada pela Portaria nº 878/2020, de 25 de setembro de 2020, da Secretária Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios em 30 de setembro de 2020, pag. 775, objeto do Processo Administrativo Disciplinar nº. 015/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 27 de janeiro de 2021.

Anderson Rodrigo do Nascimento Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 120/CPSPAD/SAD/2021

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, designada pela Portaria nº 878/2020, de 25 de setembro de 2020, da Secretária Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios em 30 de setembro de 2020, pag. 775, objeto do Processo Administrativo Disciplinar nº. 067/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 27 de janeiro de 2021.

Anderson Rodrigo do Nascimento Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 119/CPSPAD/SAD/2021

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, designada pela Portaria nº 878/2020, de 25 de setembro de 2020, da Secretária Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios em 30 de setembro de 2020, pag. 775, objeto do Processo Administrativo Disciplinar nº. 066/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 27 de janeiro de 2021.

Anderson Rodrigo do Nascimento Silva

Secretário Municipal de Administração

ATO Nº. 175/2021

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

NOMEAR Alexandra Santos de Oliveira, no cargo em Comissão de Assistente Técnico **– DNS 7, na Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, a partir de 03 de Fevereiro de 2021.**

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 02 de Fevereiro de 2021.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

ATO Nº. 174/2021

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

NOMEAR Ana Patrícia Santos de Souza Oliveira, no cargo em Comissão de Assistente Técnico – DNS 7, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 03 de Fevereiro de 2021.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 02 de Fevereiro de 2021.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

ATO Nº. 173/2021

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

NOMEAR Odinei Cesar da Cunha, no cargo em Comissão de Assistente Técnico **– DNS 7, na Secretaria Municipal de Comunicação Social, a partir de 03 de Fevereiro de 2021.**

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 02 de Fevereiro de 2021.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO/CMAS/VG Nº. 002/2021

Dispõe sobre o Termo de Adesão e habilitar o município de Várzea Grande/MT, por meio da Secretaria Municipal de Assistência a aderir ao Programa SER FAMÍLIA, CRIADO PELA Lei nº 10.523 de 17 de março de 2017 e alterado pela Lei nº 11.222 de 07 de outubro de 2020.

A presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Várzea Grande, *no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal 3.762/2012, que dispões Aprovação do Regimento Interno do CMAS-VG e em sua 1ª Plenária Ordinária, realizada nas dependências do CREAS no dia 02/02/2021, registrados na Ata 002/2021, tendo em vista o ofício nº 51/2021 – SMAS/CAF/VG que dispõe sobre o Encaminhamento de Termo de Adesão do Município de Várzea Grande /MT ao Programa Ser Família.*

Considerando a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

Considerando a Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, que institui a Política Nacional de Assistência Social.

Considerando, *a Lei 12.435, de 06 de julho de 2011, que altera a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e dispõe sobre a organização da Assistência Social.*

Considerando, a Resolução a CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social- NOB/SUAS;

Considerando, A Lei nº 10.523 de 17 de março de 2017, alteradas pela Lei 11.222 de 07 de outubro de 2020.

Resolve:

Art.1º – Aprovar por unanimidade o Termo de Adesão e Habilitação do Município de Várzea Grande/MT, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social.

E após análise do processo os componentes do Pleno do Conselho Municipal de Assistência Social, participantes decidiram emitir parecer **favorável** a **Aprovação do** *Termo de Adesão e habilitar o Município de Várzea Grande/MT, por meio da Secretaria Municipal de Assistência a aderir ao Programa SER FAMÍLIA.*

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada, Publicada, Cumpra-se. Várzea Grande-MT,02/de fevereiro de 2021.

MARIA DOMINGAS DA SILVA

Presidente do CMAS-VG

PORTARIA Nº04/SMDS/2021

Dispõe sobre a designação de servidor substituto para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto doContrato nº105/2017 decorrente do Pregão Presencial nº 03/2017,firmado pelo Município de Várzea Grande.

ALESSANDRO FERREIRA DA SILVA, Secretário (a) Municipal de Defesa Social, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, e a Orientação Técnica nº 35/CGM/2015 expedida pela Controladoria Geral do Município.

RESOLVE:

1º. Nomeio Fiscalo Senhor **Alexander Gouveia Ortiz,**brasileiro, servidor público - Guarda Municipal, portador da Cédula de Identidade RG nº 900. 632 SSP-MSe inscrito no CPF nº809.424.901-34, Matrícula nº1856, e como Suplente de Fiscal de Contrato o servidor **Osly Justiniano Pedraça**, brasileiro, servidor público - Guarda Municipal, portador da Cédula de Identidade RG nº 818091 SSP-MTe inscrito no CPF nº545.358.591-91, Matrícula nº37983**,** para acompanhar e a execução do objeto doContrato nº 105/2017, firmado com a empresa **ITA EMPRESAS DE TRANSPORTES LTDA**, cujo objeto é contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de locação de veículos automotores, sem motorista, equipados com sistemas específico de monitoramento de veículos em tempo real, seguro do veículo e manutenção preventiva e corretiva, em atendimento a Prefeitura Municipal de Várzea Grande, nos termos do art. 67 da Lei nº 8. 666/1993.

2º. Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º. O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande.

Art. 4º. Dê ciência formal ao servidor designado.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigorna data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Sede da SMDS, Várzea Grande – MT, 01 de fevereiro de 2021.

ALESSANDRO FERREIRA DA SILVA

Secretário Municipal de Defesa Social

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA

PORTARIA Nº 053/2021

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE – MT.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.

Em conformidade com a Lei nº 2.613/2003, Art.4º, III, seguindo o Parecer Jurídico do Procurador Chefe nº **029/2021/JUR/DAEVG**.

CONTRATO	SERVIDOR	PERÍODO		CARGO	FINALIDADE DO CONTRATO
Nº		INICIO	TÉRMINO	CARGOS/PERFIL	CONTRATO
2374	JUSCELINO FERREIRA MENDES	03.02. 2021	03.02. 2022	AGENTE DE SANEAMENTO/AUXILIAR DE SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO INFORMAÇÃO E PESQUISA	PRESTAÇÃO SERVIÇO
2375	JAIRO CICERO FIGUEIREDO RAMOS	03.02. 2021	03.02. 2022	AUXILIAR DE SANEAMENTO/SEGURANÇA PATRIMONIAL	PRESTAÇÃO SERVIÇO
2376	MARCOS SABAS ALVES FERREIRA	03.02. 2021	03.02. 2022	AGENTE DE SANEAMENTO/AUXILIAR DE SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO INFORMAÇÃO E PESQUISA	PRESTAÇÃO SERVIÇO
2377	BENEDITO SANTANA DE ARRUDA	03.02. 2021	03.02. 2022	AGENTE DE SANEAMENTO/AUXILIAR DE SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO INFORMAÇÃO E PESQUISA	PRESTAÇÃO SERVIÇO

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Várzea Grande, 02 de Fevereiro de 2021.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

Diretor Presidente DAE/VG.

PORTARIA Nº05/SMDS/2021

Dispõe sobre a designação de servidor substituto para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto doContrato nº162/2020 decorrente do Pregão Eletrônico nº 19/2020,firmado pelo Município de Várzea Grande.

ALESSANDRO FERREIRA DA SILVA, Secretário (a) Municipal de Defesa Social, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, e a Orientação Técnica nº 35/CGM/2015 expedida pela Controladoria Geral do Município.

RESOLVE:

1º. Nomeio Fiscalo Senhor **Alexander Gouveia Ortiz,**brasileiro, servidor público - Guarda Municipal, portador da Cédula de Identidade RG nº 900. 632 SSP-MSe inscrito no CPF nº809.424.901-34, Matrícula nº1856, e como Suplente de Fiscal de Contrato o servidor **Osly Justiniano Pedraça**, brasileiro, servidor público - Guarda Municipal, portador da Cédula de Identidade RG nº 818091 SSP-MTe inscrito no CPF nº545.358.591-91, Matrícula nº37983**,** para acompanhar e a execução do objeto doContrato nº 162/2020, firmado com a empresa **POSTO LEBLON LTDA**, objeto deste contrato é a contratação de empresa especializada no fornecimento de gasolina comum, Etanol comum, Óleo Diesel Comum, e Óleo Diesel S-10 e Agente Redutor Líquido – ARLA 32, de forma Fracionada, por meio de cartão magnético ou micro processados, através de sua rede de postos credenciados, com implantação e operação de sistema integrado de gestão de consumo de combustíveis, sem taxa de administração, visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

2º. Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º. O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande.

Art. 4º. Dê ciência formal ao servidor designado.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigorna data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Sede da SMDS, Várzea Grande – MT, 01 de fevereiro de 2021.

ALESSANDRO FERREIRA DA SILVA

Secretário Municipal de Defesa Social

PORTARIA Nº 113/CPSPAD/SAD/2021

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, designada pela Portaria nº 878/2020, de 25 de setembro de 2020, da Secretária Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios em 30 de setembro de 2020, pag. 775, objeto do Processo Administrativo Disciplinar nº. 060/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 27 de janeiro de 2021.

Anderson Rodrigo do Nascimento Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº06/SMDS/2021

Dispõe sobre a designação de servidor substituto para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto doContrato nº096/2016 decorrente da dispensa de licitação 18/2016,firmado pelo Município de Várzea Grande.

ALESSANDRO FERREIRA DA SILVA, Secretário (a) Municipal de Defesa Social, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, e a Orientação Técnica nº 35/CGM/2015 expedida pela Controladoria Geral do Município.

RESOLVE:

1º. Nomeio Fiscalo Senhor **Osly Justiniano Pedraça**, brasileiro, servidor público - Guarda Municipal, portador da Cédula de Identidade RG nº 818091 SSP-MTe inscrito no CPF nº545.358.591-91, Matrícula nº37983, e como Suplente de Fiscal de Contrato o servidor **Alexander Gouveia Ortiz,**brasileiro, servidor público - Guarda Municipal, portador da Cédula de Identidade RG nº 900.632 SSP-MSe inscrito no CPF nº809.424.901-34, Matrícula nº1856para acompanhar e a execução do objeto doContrato nº 096/2016, firmado com a empresa **RDC INVESTIMENTOS LTDA**, cujo objeto é Locação de um imóvel localizado na Avenida da FEB nº 2.051, destinado para o funcionamento da Secretaria Municipal de Defesa Social, compreendendo o Comando da Guarda Municipal, Coordenadoria de Defesa Civil e Coordenadoria Junta Militar, em atendimento a Prefeitura Municipal de Várzea Grande, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

2º. Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º. O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande.

Art. 4º. Dê ciência formal ao servidor designado.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigorna data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Sede da SMDS, Várzea Grande – MT, 01 de fevereiro de 2021.

ALESSANDRO FERREIRA DA SILVA

Secretário Municipal de Defesa Social

PORTARIA Nº 114/CPSPAD/SAD/2021

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, designada pela Portaria nº 878/2020, de 25 de setembro de 2020, da Secretária Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios em 30 de setembro de 2020, pag. 775, objeto do Processo Administrativo Disciplinar nº. 061/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 27 de janeiro de 2021.

Anderson Rodrigo do Nascimento Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 117/CPSPAD/SAD/2021

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, designada pela Portaria nº 878/2020, de 25 de setembro de 2020, da Secretária Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios em 30 de setembro de 2020, pag. 775, objeto do Processo Administrativo Disciplinar nº. 064/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 27 de janeiro de 2021.

Anderson Rodrigo do Nascimento Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 118/CPSPAD/SAD/2021

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, designada pela Portaria nº 878/2020, de 25 de setembro de 2020, da Secretária Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios em 30 de setembro de 2020, pag. 775, objeto do Processo Administrativo Disciplinar nº. 065/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 27 de janeiro de 2021.

Anderson Rodrigo do Nascimento Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 116/CPSPAD/SAD/2021

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, designada pela Portaria nº 878/2020, de 25 de setembro de 2020, da Secretária Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios em 30 de setembro de 2020, pag. 775, objeto do Processo Administrativo Disciplinar nº. 063/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 27 de janeiro de 2021.

Anderson Rodrigo do Nascimento Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 115/CPSPAD/SAD/2021

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, designada pela Portaria nº 878/2020, de 25 de setembro de 2020, da Secretária Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios em 30 de setembro de 2020, pag. 775, objeto do Processo Administrativo Disciplinar nº. 062/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 27 de janeiro de 2021.

Anderson Rodrigo do Nascimento Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 126/CPSPAD/SAD/2021

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, designada pela Portaria nº 878/2020, de 25 de setembro de 2020, da Secretária Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios em 30 de setembro de 2020, pag. 775, objeto do Processo Administrativo Disciplinar nº. 046/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 27 de janeiro de 2021.

Anderson Rodrigo do Nascimento Silva

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 003/2021

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AUTORIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUÍNAS E MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA NO VEÍCULO MASTER 2.3 DCI MINIBUS EXECUTIVE L3H - DO TIPO AMBULÂNCIA, PLACA QCC-3139, ANO/MODELO 2019/2020, CHASSIS: 93YMAFEXALJ915572

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE – MT

Contratado: SAGA PANTANAL COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA - CNPJ: 08.860.168/0001-89.

Valor Total: R$ 17.500,01 (dezessete mil quinhentos reais e um centavo).

Data: 02 de fevereiro de 2021.

Base Legal: Art. 24, Inciso XVII, da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993

AURÉLIO DOS SANTOS NAKASHIMA - PRESIDENTE C.P.L.

AVISO DO PREGÃO N. 006/2021 PMVB

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO N. 006/2021 Regido pela Lei Federal n. 10.520/2002, Decreto Estadual n. 7.217/2006, Decreto Municipal n. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVI-

ÇOS DE “CASA DE APOIO” NO FORNECIMENTO DE HOSPEDAGEM, TRANSPORTE E REFEIÇÕES PARA PACIENTES E ACOMPANHANTES (QUANDO NECESSÁRIO), EM TRATAMENTO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CÁCERES-MT, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

CREDENCIAMENTO: 08h do dia 23/02/2021.

INICIO DA SESSÃO: 08h do dia 23/02/2021. Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/...

Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 , (65) 3259-1132 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 452, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA.

PORTARIA N. 138/2021

“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros abaixo qualificados para exercerem, respectivamente, a Presidência, Secretário e Membro da Comissão de Avaliação da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade – MT:

I – NEZILDO CARVALHO DA SILVA - Presidente

II - KARLA BERNARDELLI FREITAS – Secretário III – ALÉCIO SOUZA ARAGÃO - Membro

Art. 2º - Fica constituída a presente Comissão para realizar visitas in loco aos prédios de propriedade privada e pertencentes ao Município de Vila Bela da Ss. Trindade/MT, indicados pelas Secretarias Municipais solicitantes, com objetivo de Avaliação de Uso e de Valores praticados no mercado local para fins de locação, cessão, venda e compra por parte da Administração Municipal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS do mês de FEVEREIRO DO ANO de dois mil E VINTE E UM.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN

PREFEITO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 002/2021

Objeto: AQUISIÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO E EMULSÃO ASFÁLTICA, PARA MANUTENÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE – MT

Contratado: GEOPLUS INDÚSTRIA E COMERCIO DE MASSA ASFÁLTICA LTDA, CNPJ: 24.311.168/0001-86.

Valor Total: R$ 16.450,00 (dezesseis mil quatrocentos e cinquenta reais).

Data: 02 de fevereiro de 2021.

Base Legal: Art. 24, Inciso II, da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993

AURÉLIO DOS SANTOS NAKASHIMA - PRESIDENTE C.P.L.

AVISO DO PREGÃO N. 003/2021 PMVB

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO N. 003/2021 Regido pela Lei Federal n. 10.520/2002, Decreto Estadual n. 7.217/2006, Decreto Municipal n. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS – TIPO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO PARA FUTURA OU EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS/ACESSÓRIOS, FUNILARIA, RETIFICA DE MOTORES, ELETRICAS, ELETRÔNICAS, GENUÍNAS E ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA PARA MÁQUINAS AGRÍCOLAS E PESADAS, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA, DE ACORDO COM QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL.**

CREDENCIAMENTO: 08h do dia 18/02/2021.

INICIO DA SESSÃO: 08h do dia 18/02/2021. Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/...

Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 , (65) 3259-1132 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 452, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA.

AVISO DO PREGÃO N. 004/2021 PMVB

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO N. 004/2021 Regido pela Lei Federal n. 10.520/2002, Decreto Estadual n. 7.217/2006, Decreto Municipal n. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS - TIPO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO PARA FUTURA OU EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORA/HOMEM POR MEIO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS E PESADAS, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA ATENDIMENTO DA FROTA DESTE MUNICÍPIO, CONFORME RELAÇÃO DA FROTA ANEXA NESTE EDITAL.**

CREDENCIAMENTO: 08h do dia 19/02/2021.

INICIO DA SESSÃO: 08h do dia 19/02/2021. Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/...

Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 , (65) 3259-1132 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 452, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA.

AVISO DO PREGÃO N. 005/2021 PMVB

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO N. 005/2021 Regido pela Lei Federal n. 10.520/2002, Decreto Estadual n. 7.217/2006, Decreto Municipal n. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS – TIPO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO PARA FUTURA OU EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS MECÂNICAS, DE RETIFICA PARA MOTORES, ELETRÔNICAS, FUNILARIA, ACESSÓRIOS E ELETRICAS PARA MANUTENÇÃO DOS VEICULOS LEVES, MEDIANOS, PESADOS E DO TIPO REBOQUE-PRANCHA, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DISCRIMINADAS NA PROPOSTA DE PREÇO.

CREDENCIAMENTO: 08h do dia 22/02/2021.

INICIO DA SESSÃO: 08h do dia 22/02/2021. Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/...

Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 , (65) 3259-1132 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 452, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2021

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021

DO OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de Combustível para atender as necessidades da Frota da Prefeitura Municipal de Vila Rica.

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado à CONTRATADA em até **10 (Dez)** dias úteis, contados do recebimento dos itens bem como, da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal devidamente designado para esse fim.

DATA: Vila Rica/MT, 02 de Fevereiro de 2021.

ASSINANTES / VALOR:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA - Prefeitura Municipal de Vila Rica – Contratante.

POSTO BEGE LTDA (04.551.477/0001-16) – R$ 5.526.150,00 – Contratada

BARBOSA & COELHO LTDA (01.051.506/0001-92) - R$ 921.608,00 – Contratada

J C MOREIRA DA SILVA & CIA LTDA (01.501.665/0002-22) - R$ 5.090.400,00 - Contratada

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE DISTRATO

Nº 001/2021

DE 02 DE FEVEREIRO 2021

T O R N A P Ú B L I C O

Pelo Presente Edital de Publicação de Rescisão Contrato a Prefeitura Municipal De Vila Rica, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 03.238.862/0001/45, com sede na Av. Brasil nº 2000 – Bairro Bela Vista Nesta Cidade representada pelo seu Prefeito, Sr. Abmael Borges Da Silveira, nos termos do artigo 4º da Lei Municipal nº 1425/2016, resolve PUBLICAR a relação das rescisões de contratos de Prestação de Serviços no mês de JANEIRO/2021

JARRYD MATIAS CARDOSO contrato nº 010/2019 para prestação de Engenheiro Civil; JULIANA VALQUIRIA ALVES DE LIRA contrato nº 072/2019 para prestação de PSICÓLOGO; MARIANE PACIENTE HORA contrato nº 105/2019 para prestação de ESTAGIÁRIO; WILHAN DE SOUZA BORGES contrato nº 107/2019 para prestação de ESTAGIÁRIO;

P U B L I QU E - S E

Gabinete do Prefeito Municipal de Vila Rica MT, em 02 de fevereiro de 2021.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO PE 001/2021

RESULTADO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 001/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2021

Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 852174

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015, leva ao conhecimento dos interessados o Resultado do Processo Licitatório nº 001/2021 na modalidade Pregão Eletrônico nº 001/2021 Registro de Preço para futura e eventual aquisição de Combustível para atender as necessidades da Frota da Prefeitura Municipal de Vila Rica, onde foram declaradas vencedoras as empresas:

EMPRESAS DECLARADAS VENCEDORAS	VALOR TOTAL (R$)
POSTO BEGE LTDA (04.551.477/0001-16)	R$ 5.526.150,00
BARBOSA & COELHO LTDA (01.051.506/0001-92)	R$ 921.608,00
J C MOREIRA DA SILVA & CIA LTDA (01.501.665/0002-22)	R$ 5.090.400,00

Vila Rica – MT, 02 de Fevereiro de 2021.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

PORTARIA N.º 68/2021

De 02 de Fevereiro de 2021.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder Interrupção da licença para tratar de interesses particulares ao servidor VALDEMAR MEOTTI DE OLIVEIRA matricula nº 472 lotado na Secretaria de Educação, no cargo de Agte de Vigilância Escolar em conformidade ao Art. 102 da lei n.º 747/08 de 22 de fevereiro de 2008.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 01/02/2021.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

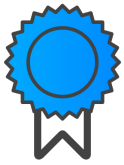
C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal de Vila Rica-MT

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Tue Feb 02 22:32:31 UTC 2021
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)